



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2329

Terça-feira - 29 de Agosto de 2017

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Água Doce.....	3	Gaspar	317	Monte Castelo	634
Alfredo Wagner	6	Governador Celso Ramos	318	Morro da Fumaça	637
Alto Bela Vista.....	8	Gravatal.....	319	Morro Grande.....	638
Anchieta	18	Guaraciaba	320	Navegantes.....	639
Anita Garibaldi	19	Guarujá do Sul	321	Nova Erechim.....	648
Antônio Carlos	20	Guatambú	345	Nova Trento	651
Arabutã	22	Herval d'Oeste	347	Orleans	659
Arroio Trinta.....	26	Ibiam	352	Paial.....	675
Atalanta.....	27	Ibicaré.....	357	Palhoça	676
Aurora	28	Ibirama	358	Paraíso	695
Bandeirante	29	Ilhota	359	Passo de Torres.....	720
Barra Bonita.....	40	Imarui	370	Passos Maia	721
Barra Velha.....	41	Imbituba	372	Paulo Lopes	724
Bela Vista do Toldo.....	43	Indaial.....	378	Penha.....	726
Benedito Novo	44	Iporã do Oeste.....	383	Peritiba.....	727
Biguaçu	45	Ipuacú.....	384	Petrolândia	731
Blumenau	47	Ipumirim	391	Pinheiro Preto	732
Bom Jardim da Serra	51	Irani	401	Piratuba.....	736
Bom Jesus do Oeste	52	Irineópolis	402	Pomerode.....	737
Bom Retiro	56	Itá	403	Ponte Serrada	747
Braço do Trombudo	58	Itaiópolis	404	Porto Belo.....	751
Brusque.....	73	Itapema	405	Porto União.....	753
Caçador.....	75	Itapiranga.....	407	Pouso Redondo	756
Caibi	83	Itapoá	414	Praia Grande.....	757
Camboriú.....	85	Ituporanga	430	Princesa	758
Campo Alegre	128	Jaborá	431	Rancho Queimado	760
Campo Erê.....	153	Jacinto Machado	432	Rio do Sul.....	761
Campos Novos.....	175	Jaraguá do Sul	433	Romelândia.....	782
Canelinha	217	Joaçaba	443	Santa Cecília	784
Canoinhas.....	218	José Boiteux	464	Santa Helena	787
Capinzal	220	Jupia	465	Santa Terezinha do Progresso	789
Caxambu do Sul.....	226	Lages	479	São Bento do Sul.....	791
Chapadão do Lageado	227	Laguna.....	481	São Carlos	795
Chapecó	228	Lauro Muller	482	São João Batista.....	806
Cocal do Sul.....	235	Lebon Regis.....	484	São João do Oeste	807
Concórdia	237	Leoberto Leal.....	485	São João do Sul	808
Cordilheira Alta	278	Lindóia do Sul	492	São Joaquim	809
Coronel Freitas.....	279	Luis Alves	493	São José.....	811
Coronel Martins.....	280	Luzerna	495	São José do Cedro.....	820
Correia Pinto.....	281	Macieira.....	496	São Lourenço do Oeste.....	822
Corupá	283	Mafra	498	São Miguel da Boa Vista	829
Cunha Porã.....	285	Major Vieira	499	São Miguel do Oeste.....	830
Cunhataí.....	287	Maracajá	500	São Pedro de Alcântara.....	835
Dionísio Cerqueira	288	Maravilha.....	569	Schroeder.....	837
Formosa do Sul	290	Massaranduba.....	624	Seara	847
Forquilha	291	Meleiro	629	Serra Alta	848
Fraiburgo.....	296	Modelo	630	Siderópolis.....	849
Garopaba.....	311	Mondaí.....	632	Sombrio.....	850
Garuva	314	Monte Carlo	633	Tigrinhos	856

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 1307, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3321 5300

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br





Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2329

Terça-feira - 29 de Agosto de 2017

Florianópolis/SC

Sumário

Tijucas	857	Tunápolis.....	873	Videira.....	895
Timbé do Sul	860	Turvo	888	Vitor Meireles.....	913
Timbó	861	União do Oeste	889	Xanxerê.....	920
Treze Tílias	869	Vargem Bonita	893	Xavantina	923
Trombudo Central.....	871	Vidal Ramos.....	894	Xaxim.....	924

Associações

AMARP	925	EGEM	925
-------------	-----	------------	-----

Consórcios

ARIS	926
CIS/AMOSC.....	927
CIS/AMURES.....	931
CITMAR.....	934
CPIMMOC	934
CIAPS.....	935



Água Doce

PREFEITURA

300/2017

PORTARIA Nº 300/2017 – DE 28 DE AGOSTO DE 2017
"CONVOCA DAS FÉRIAS A SERVIDORA QUE MENCIONA"

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito do Município de Água Doce - SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 Lei Orgânica do Município, Lei complementar nº. 015/98 e Lei Complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Convocar das férias a funcionária CLAUDIA MARIA DAVID BEAL TERREZ, inscrita no CPF nº 518.030.899-20, funcionária efetiva no cargo de Psicóloga, para voltar ao trabalho na data de 28/08/2017 período 16/17, restando 15 dias das férias para a funcionária usufruir em data posterior.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 28 de agosto de 2017.
ANTONIO JOSÉ BISSANI
Prefeito Municipal

LILIAN BITTENCOURT CHÜLER
Diretora do Dpto Recursos Humanos

301/2017

PORTARIA Nº 301/2017 – DE 28 DE AGOSTO DE 2017
"CONFERIR DESISTÊNCIA DO TESTE SELETIVO 011/2015 – VAGA EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito do Município de Água Doce - SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com os Art. 75, 76, 77 e 78 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Artigo 1º Deferir pedido de desistência, do Teste Seletivo 011/2015, de JÚLIO CÉSAR RODRIGUES DE LIMA, referente ao cargo em caráter temporário de Técnico de Informática, conforme requerimento anexo.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data e sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 28 de agosto de 2017.
ANTONIO JOSÉ BISSANI
Prefeito Municipal

LILIAN BITTENCOURT CHÜLER
Diretora Dpto Recursos Humanos

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 3/2017 FMAS

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 3/2017

Termo Aditivo Ao Contrato de Fornecimento de Combustíveis n. 3/2017, que entre si celebram de um lado Fundo Municipal de Assistência Social, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ 13.612.607/0001-74 com sede na Praça João Macagnan nº322, em Água Doce - SC, neste ato representado pelo sua Gestora, Sra. MARLI ROSA SPAGNOL GUERREIRO, e de outro lado a empresa e de outro lado a empresa POSTO PINHEIRO LTDA, estabelecida na Avenida Independência – Centro – Água Doce – SC, CNPJ nº. 82.519.927/0001-05, neste ato representado por seu Sócio, Senhor ENEVI MIGUEL MACCAGNAN, decidem de comum acordo aditar o predito Contrato, o que o fazem da seguinte forma:

Cláusula Aditiva Primeira: Fica reajustado em 2,0513 % o valor do litro da gasolina comum, passando de R\$ 3,90 para R\$ 3,98 (três reais e noventa e oito centavos).

Cláusula Aditiva Segunda: As demais cláusulas do Contrato ora aditado permanecem inalteradas.

E por assim estarem certos e ajustados fazem o presente Termo Aditivo em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo arroladas.

Água Doce, 21 de agosto de 2017

MARLI ROSA SPAGNOL GUERREIRO
Gestora do FMAS
Contratante

ENEVI MIGUEL MACCAGNAN
Posto Pinheiro Ltda
Contratada

TESTEMUNHAS:

Cristiano Savaris da Silva Gláucia Regina Varaschin
CPF: 005.614.419-95 CPF: 006.597.239-21

Visto e Aprovado pela Assessoria Jurídica
MARIA HELENA LUCIETTI
OAB/SC 38261

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 34/2017

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 34/2017

Termo Aditivo Ao Contrato de Fornecimento de Combustíveis n. 34/2017, que entre si celebram de um lado o Município de Água Doce, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ 82.939.398/0001-90 com sede na Praça João Macagnan nº322, em Água Doce - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ANTONIO JOSÉ BISSANI, e de outro lado a empresa e de outro lado a empresa POSTO PINHEIRO LTDA, estabelecida na Avenida Independência – Centro – Água Doce – SC, CNPJ nº. 82.519.927/0001-05, neste ato representado por seu Sócio, Senhor ENEVI MIGUEL MACCAGNAN, decidem de comum acordo

aditar o predito Contrato, o que o fazem da seguinte forma:

Cláusula Aditiva Primeira: Fica reajustado em 2,0513 % o valor do litro da gasolina comum, passando de R\$ 3,90 para R\$ 3,98 (três reais e noventa e oito centavos).

Cláusula Aditiva Segunda: As demais cláusulas do Contrato ora aditado permanecem inalteradas.

E por assim estarem certos e ajustados fazem o presente Termo Aditivo em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo arroladas.

Água Doce, 21 de agosto de 2017

ANTONIO JOSÉ BISSANI

Prefeito Municipal

Contratante

ENEVI MIGUEL MACCAGNAN

Posto Pinheiro Ltda

Contratada

TESTEMUNHAS:

Cristiano Savaris da Silva Gláucia Regina Varaschin

CPF: 005.614.419-95 CPF: 006.597.239-21

Visto e Aprovado pela Assessoria Jurídica

MARIA HELENA LUCIETTI

OAB/SC 38261

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 35/2017

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 35/2017

Termo Aditivo Ao Contrato de Fornecimento de Combustíveis n. 35/2017, que entre si celebram de um lado o Município de Água Doce, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ 82.939.398/0001-90 com sede na Praça João Macagnan nº322, em Água Doce - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ANTONIO JOSÉ BISSANI, e de outro lado a empresa e de outro lado a empresa AUTO POSTO AVENIDA INDEPENDÊNCIA LTDA, estabelecida na Avenida Independência, 182 – Centro – Água Doce – SC, CNPJ nº. 02.619.505/0001-64, neste ato representado por seu Sócio, Senhor RONIMAR GERALDO CAVALLI, decidem de comum acordo aditar o predito Contrato, o que o fazem da seguinte forma:

Cláusula Aditiva Primeira: Fica reajustado em 5% o valor do litro do Diesel, passando de R\$ 3,20 para R\$ 3,36 (três reais e trinta e seis centavos).

Cláusula Aditiva Segunda: As demais cláusulas do Contrato ora aditado permanecem inalteradas.

E por assim estarem certos e ajustados fazem o presente Termo Aditivo em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo arroladas.

Água Doce, 21 de agosto de 2017

ANTONIO JOSÉ BISSANI

Prefeito Municipal

Contratante

RONIMAR GERALDO CAVALLI

Auto Posto Avenida Independência Ltda

Contratada

TESTEMUNHAS:

Cristiano Savaris da Silva Gláucia Regina Varaschin

CPF: 005.614.419-95 CPF: 006.597.239-21

Visto e Aprovado pela Assessoria Jurídica

MARIA HELENA LUCIETTI

OAB/SC 38261

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 4/2017 FMAS

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 4/2017

Termo Aditivo Ao Contrato de Fornecimento de Combustíveis n. 4/2017, que entre si celebram de um lado Fundo Municipal de Assistência Social, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ 13.612.607/0001-74 com sede na Praça João Macagnan nº322, em Água Doce - SC, neste ato representado pelo sua Gestora, Sra. MARLI ROSA SPAGNOL GUERREIRO, e de outro lado a empresa e de outro lado a empresa AUTO POSTO AVENIDA INDEPENDÊNCIA LTDA, estabelecida na Avenida Independência, 182 – Centro – Água Doce – SC, CNPJ nº. 02.619.505/0001-64, neste ato representado por seu Sócio, Senhor RONIMAR GERALDO CAVALLI, decidem de comum acordo aditar o predito Contrato, o que o fazem da seguinte forma:

Cláusula Aditiva Primeira: Fica reajustado em 5% o valor do litro do Diesel, passando de R\$ 3,20 para R\$ 3,36 (três reais e trinta e seis centavos).

Cláusula Aditiva Segunda: As demais cláusulas do Contrato ora aditado permanecem inalteradas.

E por assim estarem certos e ajustados fazem o presente Termo Aditivo em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo arroladas.

Água Doce, 21 de agosto de 2017

MARLI ROSA SPAGNOL GUERREIRO

Gestora do FMAS

Contratante

RONIMAR GERALDO CAVALLI

Auto Posto Avenida Independência Ltda

Contratada

TESTEMUNHAS:

Cristiano Savaris da Silva Gláucia Regina Varaschin

CPF: 005.614.419-95 CPF: 006.597.239-21

Visto e Aprovado pela Assessoria Jurídica

MARIA HELENA LUCIETTI

OAB/SC 38261

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 4/2017 FMS

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 4/2017

Termo Aditivo Ao Contrato de Fornecimento de Combustíveis n. 4/2017, que entre si celebram de um lado Fundo Municipal de Saúde de Água Doce, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ 11.430.533/0001-20 com sede na Praça João Macagnan nº322, em Água Doce - SC, neste ato representado pelo sua Gestora, Sra. MARLI ROSA SPAGNOL GUERREIRO, e de outro lado a empresa e de outro lado a empresa POSTO PINHEIRO LTDA, estabelecida na Avenida Independência – Centro – Água Doce – SC, CNPJ nº. 82.519.927/0001-05, neste ato representado por seu Sócio, Senhor ENEVI MIGUEL MACCAGNAN, decidem de comum acordo aditar o predito Contrato, o que o fazem da seguinte forma:

Cláusula Aditiva Primeira: Fica reajustado em 2,0513 % o valor do litro da gasolina comum, passando de R\$ 3,90 para R\$ 3,98 (três reais e noventa e oito centavos).

Cláusula Aditiva Segunda: As demais cláusulas do Contrato ora aditado permanecem inalteradas.

E por assim estarem certos e ajustados fazem o presente Termo Aditivo em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo arroladas.

Água Doce, 21 de agosto de 2017

MARLI ROSA SPAGNOL GUERREIRO
Gestora do FMS
Contratante

ENEVI MIGUEL MACCAGNAN
Posto Pinheiro Ltda
Contratada

TESTEMUNHAS:

Cristiano Savaris da Silva Gláucia Regina Varaschin
CPF: 005.614.419-95 CPF: 006.597.239-21

Visto e Aprovado pela Assessoria Jurídica
MARIA HELENA LUCIETTI
OAB/SC 38261

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 5/2017 FMS

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 5/2017

Termo Aditivo Ao Contrato de Fornecimento de Combustíveis n. 5/2017, que entre si celebram de um lado Fundo Municipal de Saúde de Água Doce, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ 11.430.533/0001-20 com sede na Praça João Macagnan nº322, em Água Doce - SC, neste ato representado pelo sua Gestora, Sra. MARLI ROSA SPAGNOL GUERREIRO, e de outro lado a empresa e de outro lado a empresa AUTO POSTO AVENIDA INDEPENDÊNCIA LTDA, estabelecida na Avenida Independência, 182 – Centro – Água Doce – SC, CNPJ nº. 02.619.505/0001-64, neste ato representado por seu Sócio, Senhor RONIMAR GERALDO CAVALLI, decidem de comum acordo aditar o predito Contrato, o que o fazem da seguinte forma:

Cláusula Aditiva Primeira: Fica reajustado em 5% o valor do litro do Diesel, passando de R\$ 3,20 para R\$ 3,36 (três reais e trinta e seis centavos).

Cláusula Aditiva Segunda: As demais cláusulas do Contrato ora aditado permanecem inalteradas.

E por assim estarem certos e ajustados fazem o presente Termo Aditivo em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo arroladas.

Água Doce, 21 de agosto de 2017

MARLI ROSA SPAGNOL GUERREIRO
Gestora do FMS
Contratante

RONIMAR GERALDO CAVALLI
Auto Posto Avenida Independência Ltda
Contratada

TESTEMUNHAS:

Cristiano Savaris da Silva Gláucia Regina Varaschin
CPF: 005.614.419-95 CPF: 006.597.239-21

Visto e Aprovado pela Assessoria Jurídica
MARIA HELENA LUCIETTI
OAB/SC 38261

Alfredo Wagner

PREFEITURA

938/2017

Lei nº 938-2017

Autoriza a abertura de crédito especial no Orçamento da Administração Direta do Município de Alfredo Wagner, e consequentemente autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar Termo de Convênio com o Município de Bom Retiro, visando a utilização do serviço de acolhimento institucional na modalidade abrigo, em favor de crianças e/ou adolescentes, e dá outras providências.

Naudir Antonio Schmitz, Prefeito do Município de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sancionou a seguinte,

LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito especial no Orçamento da Administração Direta do Município de Alfredo Wagner, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), o qual será destinado a acrescentar rubrica orçamentária na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Comunitário e Promoção e Assistência Social, não prevista no Orçamento inicial de 2017.

Art. 2º - O crédito especial autorizado por esta Lei obedecerá a seguinte classificação orçamentária e respectivo programa:

08. SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO E PROMOÇÃO E ASSISTENCIA SOCIAL
01. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
08.244.0032.2.038. MANter A SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO E PROMOÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL
33.50.41 CONTRIBUIÇÕES

TOTAL DO CREDITO ESPECIAL AUTORIZADO NESTE ARTIGO R\$ 50.000, 00

Art. 3º - Servirá de recurso para a abertura do Presente crédito especial, a redução, em igual importância, do seguinte crédito orçamentário e respectivo programa:

08. SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO E PROMOÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL
01. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
08.244.0032.2.038. MANter A SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO E PROMOÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL
33.90.91 SENTENÇAS JUDICIAIS

TOTAL REDUZIDO NESTE ARTIGO R\$ 50.000,00

Art. 4º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Termo de Convênio com o Município de Bom Retiro, visando a utilização do serviço de acolhimento institucional na modalidade de Abrigo, para crianças e/ou adolescentes com medida de proteção encaminhada pelo Poder Judiciário, pelo prazo inicial de 24 (vinte e quatro) meses em instituição localizada no Município de Bom Retiro.

Art. 5º - A modalidade Abrigo Institucional oferecera acolhimento provisório para crianças e/ou adolescentes afastados do convívio familiar por meio de medida protetiva, conforme preconiza o

Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, em seu art. 101, em função de abandono ou cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção, até que seja viabilizado o retorno ao convívio com a família de origem ou, na sua impossibilidade, encaminhamento para família substituta, sendo que cada município terá direito até 10 (dez) vagas a serem utilizadas conforme a necessidade.

Art. 6º - O Termo de Convênio a que se refere a presente lei, deverá ser consubstanciado tão logo restar promulgada a correlata lei autorizativa, podendo, ao final de sua vigência, ser prorrogado, se de interesse da Administração Pública municipal, por igual período de vigência que restou formalizado o correlato termo originário, desde que com observância à prévia dotação orçamentária à época.

Art. 7º - O Executivo Municipal obriga-se a repassar o auxílio financeiro ao município de Bom Retiro que executará o projeto de acolhimento institucional na modalidade de abrigo, nas seguintes proporções:

I - no primeiro ano de instituição o município de Alfredo Wagner repassará mensalmente a quantia fixa de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) para custeio e manutenção do serviço de acolhimento institucional; II - o município de Alfredo Wagner irá ainda contribuir mensalmente com os gastos variáveis proporcional ao número de crianças e/ou adolescentes abrigados, procedentes do município, se assim houver;

Parágrafo Único □ A partir do primeiro ano de funcionamento da instituição de acolhimento, os valores fixados mensalmente poderão ser repactuados entre os municípios convenientes.

Art. 8º - As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria.

Art. 9º - Obriga-se o Município a, anualmente, incluir na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e na Lei Orçamentária Anual – LOA recursos suficientes para satisfazer as despesas com a manutenção e custeio da do serviço de acolhimento institucional, enquanto perdurar o convênio entre os municípios de Alfredo Wagner e Bom Retiro.

Art. 10º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner, 22 de agosto de 2017.
NAUDIR ANTONIO SCHMITZ
Prefeito Municipal

COMPLEMENTAR Nº 049/2017

LEI COMPLEMENTAR nº 049/2017

FICA INSTITUIDO PROGRAMA DE REVIGORAMENTO ECONOMICO NO AMBITO DO MUNICIPIO, REDUZ OS ENCARGOS FINANCEIROS INCIDENTES SOBRE A DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA DO MUNICIPIO DE ALFREDO WAGNER, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sancionou a seguinte,

LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1º- Fica instituído o Programa Municipal de Revigoração Econômico, com o objetivo de incentivar a regularização de débitos dos contribuintes inadimplentes, já parcelados ou não, judiciais ou administrativos, constituídos até 31 de dezembro de 2016, junto a Fazenda Pública Municipal, através da redução de multa e juros nos percentuais e prazos estabelecidos pela presente Lei.

§ 1º - Os débitos de que trata o "caput" deste artigo poderão ser pagos, em parcelas com valor mínimo de R\$ 50,00 (cinquenta reais), iguais, mensais e sucessivas, com redução da multa e dos juros de mora nos percentuais estabelecidos nos cronogramas abaixo especificados, para pagamento em parcela única ou da 1ª parcela até dia 20 de dezembro de 2017:

- I - pagamento em parcela única, 100% (cem por cento);
- II - em duas parcelas, iguais e sucessivas, 90% (noventa por cento);
- III - em três parcelas, iguais e sucessivas, 80% (oitenta por cento);
- IV - em quatro parcelas, iguais e sucessivas, 70% (setenta por cento);
- V - em cinco parcelas, iguais e sucessivas, 60% (sessenta por cento);
- VI - em seis parcelas, iguais e sucessivas, 50% (cinquenta por cento);
- VII - em sete parcelas, iguais e sucessivas, 40% (quarenta por cento);
- VIII - em oito parcelas, iguais e sucessivas, 30% (trinta por cento);
- IX - em nove parcelas, iguais e sucessivas, 20% (vinte por cento);
- X - em dez parcelas, iguais e sucessivas, 10% (dez por cento).

§ 2º - Para beneficiar-se desta lei, o contribuinte deve estar em dia com suas obrigações tributárias municipais que tiveram vencimentos no corrente ano, 2017.

Art. 2º- A opção pelo programa deverá ser formalizada mediante requerimento que, conforme a espécie do tributo ou débito, será acompanhado de documentação específica, a ser definida por ato próprio do Prefeito Municipal, quando for o caso, com parcela mínima de R\$ 50,00 (cinquenta reais).

§ 1º- Incidirá despesas processuais e honorários advocatícios mínimos sobre o crédito ajuizado, tal como previsto no art. 85 do Novo Código de Processo Civil, pelo valor constante do processo judicial, a serem satisfeitos juntamente com a parcela única ou, proporcionalmente, sobre cada parcela.

§ 2º- A prestação paga com atraso deverá ser quitada sem as reduções prevista no § 1º do art. 1º da presente Lei Complementar, e com aplicação dos respectivos acréscimos legais previstos na Legislação Tributária Municipal calculados até a data do pagamento.

Art. 3º- No caso dos débitos judiciais o optante poderá pagar através da guia de recolhimento judicial com as mesmas formas de cálculo previstas nesta lei.

Art. 4º- Para ingresso no Programa Municipal de Revigoração Econômico, o optante deverá indicar expressamente, o débito que deseja incluir, podendo contemplar, também, o saldo remanescente de parcelamentos em curso, sem prejuízo de outros benefícios então concedidos.

Parágrafo Único - O contribuinte deverá desistir expressamente da discussão administrativa ou judicial do respectivo crédito tributário, caso em que a eficácia da desistência fica vinculada ao deferimento do pedido.

Art. 5º- Serão automaticamente excluídos do presente Programa

os contribuintes que não realizarem o pagamento da cota única ou, no caso de opção pelo parcelamento, de quaisquer das parcelas da dívida consolidada, em até 90 (noventa) dias após a data prevista para o seu vencimento, implicando na exigibilidade imediata da totalidade dos débitos ainda não pagos, restabelecendo-se a este montante os acréscimos legais, na forma da legislação tributária municipal em vigência.

Art. 60 - O disposto nesta Lei não autoriza a restituição ou compensação das importâncias já pagas.

Art. 70 – Aos optantes deste programa que cumprirem suas obrigações firmadas dentro do Programa, durante a vigência da Presente Lei Complementar, ficam suspensas as penalidades previstas na Legislação tributária Municipal.

Art. 80 – Ficam revogadas completamente as disposições que diferentemente dispuseram sobre o assunto e ratificados os acordos judiciais realizados até a data da entrada em vigor desta Lei, que tenham sido homologados pelo Juízo da Comarca de Bom Retiro.

Art. 90 – Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner, 22 de agosto de 2017.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ

Prefeito Municipal

PUBLICADA NESTA DATA

Alto Bela Vista

PREFEITURA

DECRETO Nº 2476, DE 16 DE AGOSTO DE 2017

DESIGNA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DA POLÍTICA CULTURAL

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente nos termos do parágrafo único do art. 5º da Lei Municipal nº 660, de 27 de fevereiro de 2015.
DECRETA

Art. 1º - Ficam designados os membros efetivos e os respectivos suplentes, para a composição do Conselho Municipal da Política Cultural, conforme segue:

I – REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL:

a. Área de artes visuais, cinema e vídeo;

Titular : Rafael Heitor Luckmann

Suplente: Cristian Cleudir Auler

b. Área de culturas populares e artesanato;

Titular : Irmgardht Auler

Suplente: Veleda Reichert

c. Área de dança;

Titular : Keith Iane Provin Abel

Suplente: Andréia Rosana Auler Raizer

d. Área de museus, espaços de memória e bibliotecas;

Titular : Kelly Regalin

Suplente: Priscila Cruz Baroni

e. Área de música;

Titular : Jean Maicon Weber

Suplente: Neuli Roese

f. Área de patrimônio imaterial e patrimônio material;

Titular : Carle Sirlei Rosset

Suplente: Alice Hoffmann Maltauro

g. Área de teatro e circo;

Titular : Janine Krause

Suplente: Jacinta Buenos da Silva

II – REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL:

h. Gerência de Administração e Gerência de Planejamento e Finanças;

Titular : Cassiano Martinazzo

Suplente: Tânia Catarina Nilson

i. Gerência de Agricultura e Meio Ambiente e Gerência de Urbanismo

Titular : Gilberto Rech

Suplente: Ana Rojas Além

j. Assessoria de Comunicação e Assessoria de Gabinete;

Titular : Cristiano Alex Auler

Suplente: Rafael Castilho

k. Gerência de Assistência Social e Habitação;

Titular : Jairo José Kaplan

Suplente: Camila Seibt de Oliveira

l. Gerência de Cultura, Turismo e Desenvolvimento Econômico;

Titular : Juliane Katia Schuck Lerner

Suplente: Maira Dionete Zahler

m. Gerência de Educação e Esportes;

Titular : Adilson Zimmermann Sidrá

Suplente: Gisele Koler Bianqui Castro

n. Gerência de Saúde;

Titular : Ademair Amant

Suplente: Marcia Schneider Nordt

Art. 2º - As atribuições e competências da CMPC são aquelas estabelecidas no art. 5º, da Lei Municipal nº 660, de 27 de fevereiro de 2015.

Art. 3º - A participação dos membros do Conselho Municipal de Política Cultural não será remunerada, sendo considerada de relevantes serviços prestados à comunidade.

Art. 4º - O mandato dos membros do Conselho Municipal de Política Cultural será de 02 (dois) anos, sendo permitida uma recondução, por igual período.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista/SC, em 16 de Agosto de 2017.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

CRISTIANO ALEX AULER

Responsável Pelas Publicações

DECRETO Nº 2481, DE 28 DE AGOSTO DE 2017

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e;

DECRETA

Art. 1º Fica nomeada, a partir da presente data, a Sra. KARINE ELIS MÜLLER GRIEBELER, para exercer o cargo de PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL - 20 HORAS, para atuar na rede Pública Municipal de Ensino em caráter temporário, classificada em 5º lugar no Processo Seletivo 01/2017, homologado através do 2.391 de 29 de março de 2017, com vencimento salarial previsto no Anexo Único, da Lei Complementar nº 014, de 10 de janeiro de 2005 e suas alterações.

Art. 2º A contratação ora realizada, dar-se-á até 20 de setembro de 2017.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão

consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 28 de agosto de 2017.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

CRISTIANO ALEX AULER
Responsável pelas Publicações

DECRETO Nº 2482, DE 28 DE AGOSTO DE 2017

NOMEIA SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL EM CARATER TEMPORÁRIO.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e;

DECRETA

Art. 1º Fica nomeada, a partir da presente data, a Sra. FABIANGELA DE OLIVEIRA, para exercer o cargo de PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL - 20 HORAS, para atuar na rede Pública Municipal de Ensino em caráter temporário, classificada em 4º lugar no Processo Seletivo 01/2017, homologado através do 2.391 de 29 de março de 2017, com vencimento salarial previsto no Anexo Único, da Lei Complementar nº 014, de 10 de janeiro de 2005 e suas alterações.

Art. 2º A contratação ora realizada, dar-se-á até 20 de setembro de 2017.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 28 de agosto de 2017.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

CRISTIANO ALEX AULER Responsável pelas Publicações

DECRETO Nº 2483, DE 28 DE AGOSTO DE 2017

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL E DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Catia Tessmann Reichert, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente, da Lei Municipal nº 739, de 28 de Agosto de 2017;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto, no orçamento vigente do Município, crédito adicional Suplementar, no valor de R\$ 394.500,00 (Trezentos e noventa e quatro mil e quinhentos reais), para atender as seguintes

ações orçamentárias:

01.00	GABINETE DO PREFEITO E VICE
01.01	Gabinete do Prefeito e Vice
04	ADMINISTRAÇÃO
04.122	Administração Geral
04.122.0001	Coordenação e Supervisão da Gestão Municipal
04.122.0001.2.001	Ações de Coordenação da Gestão Governamental
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.00.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 10.000,00
02.00	GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
02.01	Gerência de Administração e Finanças
04	ADMINISTRAÇÃO
04.122	Administração Geral
04.122.0003	Ações de Administração Geral
04.122.0003.2.007	Atividades Administrativas e Burocráticas
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.50.00.00.00.0000	Transferências a Instituições sem fins lucrativos
	R\$ 40.000,00
04.00	GERÊNCIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
04.01	Gerência de Agricultura e Meio Ambiente
20	AGRICULTURA
20.608	Promoção da Produção Agropecuária
20.608.0011	Mecanização Agrícola
20.608.0011.2.017	Atividades de Mecanização Agrícola
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.00.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 8.000,00
20.608.0013	Ações de Promoção da Pecuária
20.608.0013.2.019	Assistência Técnica/Médico Veterinária – Pessoal
3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e Encargos Sociais
3.3.90.00.00.00.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 5.000,00
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.00.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 1.000,00
05.00	GERÊNCIA DE TRANSPORTES
05.01	Gerência de Transportes
26	TRANSPORTES
26.782	Transporte Rodoviário
26.782.0019	Rodovias Municipais Adequadas
26.782.0019.2.034	Atividades Gerais de Transportes
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.00.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 22.000,00
06.00	COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
06.01	Coordenadoria de Assistência Social
08	Assistência Social
08.244	Assistência Comunitária
08.244.0023	Assistência Social e Comunitária
08.244.0023.2.044	Atividades de Assistência Social Geral
3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e Encargos Sociais
3.3.90.00.00.00.0000	Aplicações Diretas

	R\$ 40.000,00
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.00.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 6.000,00
08.244.0023.2.041	Atenção e Assistência às Mulheres
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.00.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 3.000,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente
08.243.0022	Preservação dos Direitos das Crianças e Adolescentes
08.243.0022.2.040	Serviços de Assistência à Criança e Adolescentes
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.00.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 10.000,00
07.00	GERÊNCIA DE URBANISMO E HABITAÇÃO
07.04	Sistema Municipal de Saneamento Básico
17	SANEAMENTO
17.511	Saneamento Básico Rural
17.511.0031	Ações de Saneamento Básico Rural
17.511.0031.2.052	Atividades de Saneamento Básico Rural
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.71.00.00.00.0000	Transferências a Consórcios Públicos
	R\$ 8.500,00
09.00	GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES
09.02	Educação Infantil
12	EDUCAÇÃO
12.365	Educação Infantil
12.365.0043	Promoção e Desen. da Educação Infantil
12.365.0043.2.074	Atividades Gerais da Educação Infantil
3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00.00.00.0106	Aplicações Diretas
	R\$ 70.000,00
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.00.0106	Aplicações Diretas
	R\$ 7.500,00
12.365.0043.2.075	Serviços de Transporte Escolar
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.00.0106	Aplicações Diretas
	R\$ 12.000,00
09.03	Ensino Fundamental
12	EDUCAÇÃO
12.361	Ensino Fundamental
12.361.0045	Capacitação dos Profissionais da Educação
12.361.0045.2.086	Formação e Capacitação Permanente dos Profissionais Educação Básica
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.00.0106	Aplicações Diretas
	R\$ 9.000,00
12.361.0044	Promoção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental
12.361.0044.2.080	Atividades do Ensino Fundamental – FUNDEB
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.00.0106	Aplicações Diretas
	R\$ 20.000,00
12.361.0044.2.085	Manutenção de Veículos do Transporte Escolar

3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.00.0106	Aplicações Diretas
	R\$ 82.000,00
12.364	Ensino Superior
12.364.0047	Apoio ao Ensino de Graduação
12.364.0047.2.088	Transporte Escolar e Auxílios – ENSINO DE GRADUAÇÃO
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.00.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 15.000,00
10.00	GERÊNCIA DE CULTURA, TURISMO E DESENV. ECONÔMICO
10.01	Ações e Atividades de Cultura
13	CULTURA
13.392	Difusão Cultural
13.392.0050	Resgate, Preservação e Difusão Cultural
13.392.0050.2.090	Atividades Gerais da Cultura
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.00.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 25.500,00

Art. 2º A abertura do crédito adicional suplementar, nos termos do artigo anterior, é suportada pela redução de saldos nas seguintes ações orçamentárias:

02.00	GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
02.02	Administração Tributária
04	ADMINISTRAÇÃO
04.123	Administração Financeira
04.123.0008	Ação Tributária e Financeira
04.123.0008.2.013	Atividades de Tributação e Adm. Financeira
3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00.00.00.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 30.000,00
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.00.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 5.000,00
03.00	GERÊNCIA DE ORÇAMENTO E GESTÃO
03.02	Contabilidade e Gestão Fiscal
04	ADMINISTRAÇÃO
04.121	Planejamento e Orçamento
04.121.0009	Contabilidade e Gestão Fiscal
04.121.0009.1.005	Estruturação da Contabilidade e Gestão Fiscal
4	DESPESAS DE CAPITAL
4.4	Investimentos
4.4.90.00.00.00.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 2.500,00
3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00.00.00.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 70.000,00
04.00	GERÊNCIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
04.01	Gerência de Agricultura e Meio Ambiente
17	SANEAMENTO
17.511	Saneamento Básico Rural
17.511.0012	Ações Ambientais
17.511.0012.1.056	Projetos de Saneamento Básico Rural
4	DESPESAS DE CAPITAL
4.4	Investimentos
4.4.90.00.00.00.0000	Aplicações Diretas

	R\$ 50.000,00
18	GESTÃO AMBIENTAL
18.544	Recursos Hídricos
18.544.0012	Ações Ambientais
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.50.00.00.00.0000	Transferências a Instituições sem fins lucrativos
	R\$ 5.000,00
3.3.90.00.00.00.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 5.000,00
4.5	Inversões Financeiras
4.5.90.00.00.00.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 7.000,00
07.00	GERÊNCIA DE URBANISMO E HABITAÇÃO
07.04	Sistema Municipal de Saneamento Básico
17	SANEAMENTO
17.512	Saneamento Básico Urbano
17.521.0032	Serviços de Saneamento Básico Urbano
17.521.0032.2.053	Serviços de Coleta e Destino Final do Lixo
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.00.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 20.000,00
17.512.0032.2.054	Manutenção Sistema Abast. de Água
3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00.00.00.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 20.000,00
09.00	GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES
09.02	Educação Infantil
12	EDUCAÇÃO
12.365	Educação Infantil
12.365.0043	Promoção e Desenv. da Educação Infantil
12.306.0043.1.032	Ampliação das Estruturas da Educação Infantil
4	DESPESAS DE CAPITAL
4.4	Investimentos
4.4.90.00.00.00.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 5.000,00
4.5	Inversões Financeiras
4.5.90.00.00.00.0106	Aplicações Diretas
	R\$ 5.000,00
12.361	Ensino Fundamental
12.361.0044	Promoção e Desenv. do Ensino Fundamental
12.361.0044.2.079	Atividades Gerais do Ensino Fundamental
3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00.00.00.0106	Aplicações Diretas
	R\$ 100.000,00
12.361.0044.2.084	Serviços de Transporte Escolar
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.00.00106	Aplicações Diretas
	R\$ 50.000,00
10.00	GERÊNCIA DE CULTURA, TURISMO E DESENV. ECONÔMICO
10.01	Ações e Atividades de Cultura
13	CULTURA
13.392	Difusão Cultural
13.392.0050	Resgate, Preservação e Difusão Cultural
13.392.0050.1.052	Estruturação e Obras para a Casa da Memória e Centro Cultural
4	DESPESAS DE CAPITAL

4.4	Investimentos
4.4.90.00.00.00.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 20.000,00

Art. 3º Fica aberto, no orçamento vigente do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, crédito adicional Suplementar, no valor de R\$ 54.000,00 (Cinquenta e quatro mil reais), para atender a seguinte ação orçamentária:

08.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
08.01	Fundo Municipal de Saúde – FMS
10	SAÚDE
10.301	Atenção Básica
10.301.0034	Atendimento Equitativo e Universalizado
10.301.0034.2.060	Serviços Médicos, Hospitalares e de Diagnóstico
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.00.0301	Aplicações Diretas
	R\$ 20.000,00
10.301.0034.2.100	Atividades e Serviços do NASF
3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00.00.00.0301	Aplicações Diretas
	R\$ 30.000,00
10.304	Vigilância Sanitária
10.304.0039	Ações de Vigilância Sanitária
10.304.0039.2.068	Serviços de Vigilância Sanitária
3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00.00.00.0301	Aplicações Diretas
	R\$ 3.000,00
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.00.0301	Aplicações Diretas
	R\$ 1.000,00

Art. 4º A abertura do crédito adicional suplementar, nos termos do artigo anterior, é suportada pela redução de saldos nas seguintes ações orçamentárias:

08.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
08.01	Fundo Municipal de Saúde - FMS
10	SAÚDE
10.301	Atenção Básica
10.301.0034	Atendimento Equitativo e Universalizado
10.301.0034.2.057	Atividades Gerais da Atenção Básica
3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00.00.00.0301	Aplicações Diretas
	R\$ 54.000,00

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Bela Vista,
em 28 de Agosto de 2017.
CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

CRISTIANO ALEX AULER
Responsável pelas Publicações

LEI Nº 738, DE 23 DE AGOSTO DE 2017

"AUTORIZA O MUNICÍPIO A EFETUAR DESPESAS COM PREMIAÇÃO DOS CAMPEONATOS DE FUTEBOL SETE; FUTSAL, BOCHAS E DO FESTIVAL MUNICIPAL DA CANÇÃO EDIÇÃO 2017"

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica O Município de Alto Bela Vista autorizado a efetuar despesas com premiação em dinheiro dos campeonatos de Futebol Sete, Futsal, Bocha e do Festival Municipal da Canção de Alto Bela Vista Edição 2017, no valor de R\$ 14.600,00 (quatorze mil e seiscentos reais).

Art. 2º A distribuição dos valores de premiação se dará seguinte forma:

a) Campeonato Municipal de Futebol Sete Categoria Masculino Força Livre;

1º Lugar – R\$ 800,00 (Oitocentos Reais),
2º Lugar – R\$ 500,00 (Quinhentos Reais),
3º Lugar – R\$ 300,00 (Trezentos Reais), e;
4º Lugar – R\$ 100,00 (Cem Reais).

b) Campeonato Municipal de Futebol Sete Categoria Masculino Sênior;

1º Lugar – R\$ 800,00 (Oitocentos Reais),
2º Lugar – R\$ 500,00 (Quinhentos Reais),
3º Lugar – R\$ 300,00 (Trezentos Reais), e;
4º Lugar – R\$ 100,00 (Cem Reais).

c) Campeonato Municipal de Futsal Categoria Masculino Força Livre;

1º Lugar – R\$ 800,00 (Oitocentos Reais),
2º Lugar – R\$ 500,00 (Quinhentos Reais),
3º Lugar – R\$ 300,00 (Trezentos Reais), e;
4º Lugar – R\$ 100,00 (Cem Reais).

d) Campeonato Municipal de Futsal Categoria Masculino Sênior;

1º Lugar – R\$ 800,00 (Oitocentos Reais),
2º Lugar – R\$ 500,00 (Quinhentos Reais),
3º Lugar – R\$ 300,00 (Trezentos Reais), e;
4º Lugar – R\$ 100,00 (Cem Reais).

e) Campeonato Municipal de Futsal Categoria Feminino;

1º Lugar – R\$ 800,00 (Oitocentos Reais),
2º Lugar – R\$ 500,00 (Quinhentos Reais),
3º Lugar – R\$ 300,00 (Trezentos Reais), e;
4º Lugar – R\$ 100,00 (Cem Reais).

f) Campeonato Municipal de Bocha Categoria Masculino;

1º Lugar – R\$ 800,00 (Oitocentos Reais),
2º Lugar – R\$ 500,00 (Quinhentos Reais),
3º Lugar – R\$ 300,00 (Trezentos Reais), e;
4º Lugar – R\$ 100,00 (Cem Reais).

g) Campeonato Municipal de Bocha Categoria Feminino;

1º Lugar – R\$ 800,00 (Oitocentos Reais),

2º Lugar – R\$ 500,00 (Quinhentos Reais),
3º Lugar – R\$ 300,00 (Trezentos Reais), e;
4º Lugar – R\$ 100,00 (Cem Reais).

h) Festival Municipal da Canção categoria Popular até 10 anos;

1º Lugar – R\$ 200,00 (Duzentos Reais),
2º Lugar – R\$ 150,00 (Cento e cinquenta Reais),
3º Lugar – R\$ 100,00 (Cem Reais)

i) Festival Municipal da Canção categoria Sertaneja até 10 anos;

1º Lugar – R\$ 200,00 (Duzentos Reais),
2º Lugar – R\$ 150,00 (Cento e cinquenta Reais),
3º Lugar – R\$ 100,00 (Cem Reais)

j) Festival Municipal da Canção categoria Popular de 11 a 16 anos;

1º Lugar – R\$ 200,00 (Duzentos Reais),
2º Lugar – R\$ 150,00 (Cento e cinquenta Reais),
3º Lugar – R\$ 100,00 (Cem Reais)

k) Festival Municipal da Canção categoria Sertaneja de 11 a 16 anos;

1º Lugar – R\$ 200,00 (Duzentos Reais),
2º Lugar – R\$ 150,00 (Cento e cinquenta Reais),
3º Lugar – R\$ 100,00 (Cem Reais)

l) Festival Municipal da Canção categoria Popular Acima de 16 anos;

1º Lugar – R\$ 200,00 (Duzentos Reais),
2º Lugar – R\$ 150,00 (Cento e cinquenta Reais),
3º Lugar – R\$ 100,00 (Cem Reais)

m) Festival Municipal da Canção categoria Sertaneja acima de 16 anos;

1º Lugar – R\$ 200,00 (Duzentos Reais),
2º Lugar – R\$ 150,00 (Cento e cinquenta Reais),
3º Lugar – R\$ 100,00 (Cem Reais)

Para cobertura das despesas constantes desta lei serão utilizados recursos do orçamento de 2017 do Município de Alto Bela Vista, nas seguintes classificações orçamentárias:

09.00	GERENCIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES
09.07	Esporte e Lazer
27	Desporto e Lazer
27.812	Desporto Amador
27.812.0051	Esportes como Ação de Integração e de Formação
27.812.0051.2.092	Atividades Gerais de Esportes
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.1.0000	Aplicações Diretas – Recursos Ordinários
	R\$ 11.900,00

10.00	GERENCIA DE CULTURA, TURISMO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
10.01	Ações e Atividades de Cultura
13	Cultura
13.392	Difusão Cultural
13.392.0050	Resgate, Preservação e Difusão da Cultura

13.392.0050.2.090	Atividades Gerais da Cultura
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.1.0000	Aplicações Diretas – Recursos Ordinários
	R\$ 2.700,00

Art. 3. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Alto Bela Vista/SC, em 23 de Agosto de 2017.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

CRISTIANO ALEX AULER

Responsável pelas Publicações

LEI Nº 739, DE 28 DE AGOSTO DE 2017

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO E DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita do Município de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto, no orçamento vigente do Município, crédito adicional Suplementar, no valor de R\$ 394.500,00 (Trezentos e noventa e quatro mil e quinhentos reais), para atender as seguintes ações orçamentárias:

01.00	GABINETE DO PREFEITO E VICE
01.01	Gabinete do Prefeito e Vice
04	ADMINISTRAÇÃO
04.122	Administração Geral
04.122.0001	Coordenação e Supervisão da Gestão Municipal
04.122.0001.2.001	Ações de Coordenação da Gestão Governamental
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.00.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 10.000,00
02.00	GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
02.01	Gerência de Administração e Finanças
04	ADMINISTRAÇÃO
04.122	Administração Geral
04.122.0003	Ações de Administração Geral
04.122.0003.2.007	Atividades Administrativas e Burocráticas
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.50.00.00.00.0000	Transferências a Instituições sem fins lucrativos
	R\$ 40.000,00
04.00	GERÊNCIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
04.01	Gerência de Agricultura e Meio Ambiente
20	AGRICULTURA
20.608	Promoção da Produção Agropecuária
20.608.0011	Mecanização Agrícola
20.608.0011.2.017	Atividades de Mecanização Agrícola
3	DESPESAS CORRENTES

3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.00.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 8.000,00
20.608.0013	Ações de Promoção da Pecuária
20.608.0013.2.019	Assistência Técnica/Médico Veterinária – Pessoal
3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e Encargos Sociais
3.3.90.00.00.00.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 5.000,00
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.00.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 1.000,00
05.00	GERÊNCIA DE TRANSPORTES
05.01	Gerência de Transportes
26	TRANSPORTES
26.782	Transporte Rodoviário
26.782.0019	Rodovias Municipais Adequadas
26.782.0019.2.034	Atividades Gerais de Transportes
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.00.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 22.000,00
06.00	COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
06.01	Coordenadoria de Assistência Social
08	Assistência Social
08.244	Assistência Comunitária
08.244.0023	Assistência Social e Comunitária
08.244.0023.2.044	Atividades de Assistência Social Geral
3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e Encargos Sociais
3.3.90.00.00.00.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 40.000,00
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.00.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 6.000,00
08.244.0023.2.041	Atenção e Assistência às Mulheres
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.00.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 3.000,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente
08.243.0022	Preservação dos Direitos das Crianças e Adolescentes
08.243.0022.2.040	Serviços de Assistência à Criança e Adolescentes
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.00.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 10.000,00
07.00	GERÊNCIA DE URBANISMO E HABITAÇÃO
07.04	Sistema Municipal de Saneamento Básico
17	SANEAMENTO
17.511	Saneamento Básico Rural
17.511.0031	Ações de Saneamento Básico Rural
17.511.0031.2.052	Atividades de Saneamento Básico Rural
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.71.00.00.00.0000	Transferências a Consórcios Públicos
	R\$ 8.500,00
09.00	GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES

09.02	Educação Infantil
12	EDUCAÇÃO
12.365	Educação Infantil
12.365.0043	Promoção e Desen. da Educação Infantil
12.365.0043.2.074	Atividades Gerais da Educação Infantil
3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00.00.00.0106	Aplicações Diretas
	R\$ 70.000,00
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.00.0106	Aplicações Diretas
	R\$ 7.500,00
12.365.0043.2.075	Serviços de Transporte Escolar
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.00.0106	Aplicações Diretas
	R\$ 12.000,00
09.03	Ensino Fundamental
12	EDUCAÇÃO
12.361	Ensino Fundamental
12.361.0045	Capacitação dos Profissionais da Educação
12.361.0045.2.086	Formação e Capacitação Permanente dos Profissionais Educação Básica
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.00.0106	Aplicações Diretas
	R\$ 9.000,00
12.361.0044	Promoção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental
12.361.0044.2.080	Atividades do Ensino Fundamental – FUNDEB
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.00.0106	Aplicações Diretas
	R\$ 20.000,00
12.361.0044.2.085	Manutenção de Veículos do Transporte Escolar
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.00.0106	Aplicações Diretas
	R\$ 82.000,00
12.364	Ensino Superior
12.364.0047	Apoio ao Ensino de Graduação
12.364.0047.2.088	Transporte Escolar e Auxílios – ENSINO DE GRADUAÇÃO
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.00.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 15.000,00
10.00	GERÊNCIA DE CULTURA, TURISMO E DESENV. ECONÔMICO
10.01	Ações e Atividades de Cultura
13	CULTURA
13.392	Difusão Cultural
13.392.0050	Resgate, Preservação e Difusão Cultural
13.392.0050.2.090	Atividades Gerais da Cultura
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.00.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 25.500,00

Art. 2º A abertura do crédito adicional suplementar, nos termos do artigo anterior, é suportada pela redução de saldos nas seguintes ações orçamentárias:

02.00	GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
02.02	Administração Tributária

04	ADMINISTRAÇÃO
04.123	Administração Financeira
04.123.0008	Ação Tributária e Financeira
04.123.0008.2.013	Atividades de Tributação e Adm. Financeira
3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00.00.00.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 30.000,00
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.00.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 5.000,00
03.00	GERÊNCIA DE ORÇAMENTO E GESTÃO
03.02	Contabilidade e Gestão Fiscal
04	ADMINISTRAÇÃO
04.121	Planejamento e Orçamento
04.121.0009	Contabilidade e Gestão Fiscal
04.121.0009.1.005	Estruturação da Contabilidade e Gestão Fiscal
4	DESPESAS DE CAPITAL
4.4	Investimentos
4.4.90.00.00.00.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 2.500,00
3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00.00.00.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 70.000,00
04.00	GERÊNCIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
04.01	Gerência de Agricultura e Meio Ambiente
17	SANEAMENTO
17.511	Saneamento Básico Rural
17.511.0012	Ações Ambientais
17.511.0012.1.056	Projetos de Saneamento Básico Rural
4	DESPESAS DE CAPITAL
4.4	Investimentos
4.4.90.00.00.00.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 50.000,00
18	GESTÃO AMBIENTAL
18.544	Recursos Hídricos
18.544.0012	Ações Ambientais
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.50.00.00.00.0000	Transferências a Instituições sem fins lucrativos
	R\$ 5.000,00
3.3.90.00.00.00.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 5.000,00
4.5	Inversões Financeiras
4.5.90.00.00.00.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 7.000,00
07.00	GERÊNCIA DE URBANISMO E HABITAÇÃO
07.04	Sistema Municipal de Saneamento Básico
17	SANEAMENTO
17.512	Saneamento Básico Urbano
17.521.0032	Serviços de Saneamento Básico Urbano
17.521.0032.2.053	Serviços de Coleta e Destino Final do Lixo
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.00.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 20.000,00
17.512.0032.2.054	Manutenção Sistema Abast. de Água
3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00.00.00.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 20.000,00

09.00	GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES
09.02	Educação Infantil
12	EDUCAÇÃO
12.365	Educação Infantil
12.365.0043	Promoção e Desenv. da Educação Infantil
12.306.0043.1.032	Ampliação das Estruturas da Educação Infantil
4	DESPESAS DE CAPITAL
4.4	Investimentos
4.4.90.00.00.00.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 5.000,00
4.5	Inversões Financeiras
4.5.90.00.00.00.0106	Aplicações Diretas
	R\$ 5.000,00
12.361	Ensino Fundamental
12.361.0044	Promoção e Desenv. do Ensino Fundamental
12.361.0044.2.079	Atividades Gerais do Ensino Fundamental
3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00.00.00.0106	Aplicações Diretas
	R\$ 100.000,00
12.361.0044.2.084	Serviços de Transporte Escolar
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.00.00106	Aplicações Diretas
	R\$ 50.000,00
10.00	GERÊNCIA DE CULTURA, TURISMO E DESENV. ECONÔMICO
10.01	Ações e Atividades de Cultura
13	CULTURA
13.392	Difusão Cultural
13.392.0050	Resgate, Preservação e Difusão Cultural
13.392.0050.1.052	Estruturação e Obras para a Casa da Memória e Centro Cultural
4	DESPESAS DE CAPITAL
4.4	Investimentos
4.4.90.00.00.00.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 20.000,00

Art. 3º Fica aberto, no orçamento vigente do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, crédito adicional Suplementar, no valor de R\$ 54.000,00 (Cinquenta e quatro mil reais), para atender a seguinte ação orçamentária:

08.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
08.01	Fundo Municipal de Saúde – FMS
10	SAÚDE
10.301	Atenção Básica
10.301.0034	Atendimento Equitativo e Universalizado
10.301.0034.2.060	Serviços Médicos, Hospitalares e de Diagnóstico
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.00.0301	Aplicações Diretas
	R\$ 20.000,00
10.301.0034.2.100	Atividades e Serviços do NASF
3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00.00.00.0301	Aplicações Diretas
	R\$ 30.000,00
10.304	Vigilância Sanitária
10.304.0039	Ações de Vigilância Sanitária
10.304.0039.2.068	Serviços de Vigilância Sanitária
3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e Encargos Sociais

3.1.90.00.00.00.0301	Aplicações Diretas
	R\$ 3.000,00
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.00.0301	Aplicações Diretas
	R\$ 1.000,00

Art. 4º A abertura do crédito adicional suplementar, nos termos do artigo anterior, é suportada pela redução de saldos nas seguintes ações orçamentárias:

08.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
08.01	Fundo Municipal de Saúde - FMS
10	SAÚDE
10.301	Atenção Básica
10.301.0034	Atendimento Equitativo e Universalizado
10.301.0034.2.057	Atividades Gerais da Atenção Básica
3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00.00.00.0301	Aplicações Diretas
	R\$ 54.000,00

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Bela Vista,
em 28 de Agosto de 2017.
CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

CRISTIANO ALEX AULER
Responsável pelas Publicações

LEI Nº 740, DE 28 DE AGOSTO DE 2017

DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL DE GOVERNO DO MUNICÍPIO, PARA O QUADRIÊNIO 2018-2021, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Catia Tessman Reichert, Prefeita do Município de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei institui o Plano Plurianual do Município, para o período de 2018 a 2021, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 1º, da Constituição Federal, na forma dos anexos integrantes desta Lei, que será executado nos termos das respectivas Leis de Diretrizes Orçamentárias e das Leis Orçamentárias Anuais.

Art. 2º O Plano Plurianual tem como diretrizes:

I – a promoção do desenvolvimento sustentável, equilibrado e solidário;

II – a realização das políticas públicas para a cidadania, a afirmação dos direitos e da justiça social ao arrimo dos princípios constitucionais aplicáveis à Administração Pública Municipal;

III – a efetivação das políticas públicas de forma democrática e igualitária, através da qualidade da gestão pública.

Art. 3º O Plano Plurianual de Governo foi elaborado observando as seguintes diretrizes e objetivos estratégicos para a ação do Governo Municipal:

I – Criar condições para o desenvolvimento sócio-econômico do Município, tendo como metas:

a) a geração de renda e sua melhor distribuição, em todos os setores de atividades econômicas no Município;

b) garantir o desenvolvimento integrado das atividades agropecuárias e agroindustriais;

c) aumentar o nível de emprego, preferentemente, com mão-de-obra capacitada e qualificada;

II – garantir acesso às escolas de todos os alunos com idade própria à educação Básica, com prioridade aos níveis da educação infantil e do ensino fundamental, em condições de qualificar o processo de ensino e de reduzir o absenteísmo, erradicar o analfabetismo e:

a) oferecer ensino em período integral;

b) oferecer condições de facilitação de acesso ao ensino médio, técnico-profissionalizante e de graduação;

III – garantir o direito e o acesso a programas de saúde pública à toda a população, oferecendo serviços básicos, com ênfase às atividades, ações e serviços preventivos;

IV – realizar campanhas para a solução de problemas sociais de natureza temporária, cíclica ou intermitente, que possam ser debelados ou erradicados por esse meio;

V – realizar campanhas e promover ações para a solução dos problemas ambientais, específicos ou gerais, para debelá-los e erradicá-los;

VI – integrar a área rural e áreas periféricas, ainda à margem de estrutura e serviços de saneamento básico;

VII – integrar os programas e ações municipais com os do Estado e os do Governo Federal e com Municípios da microrregião;

VIII – intensificar as relações com os Municípios vizinhos, especialmente os da associação microrregional, a fim de se dar solução conjunta a problemas comuns;

IX – elaborar, propor e executar efetiva política municipal de saneamento básico;

X – promover, estimular e incentivar o comprometimento de agentes públicos e privados com a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais através de estratégias de desenvolvimento sustentável;

XI – estimular o desenvolvimento científico e tecnológico, especialmente para fomentar atividades econômicas;

XIII – garantir o direito à acessibilidade e à mobilidade através de atividades, ações e serviços adequados e que promovam a integração entre as pessoas, as comunidades interioranas e os espaços urbanos;

XIV – elaborar, propor, implantar, fiscalizar, atualizar e adequar o Plano Diretor do Município, com prioridade às áreas urbanizadas, urbanizáveis, ou de expansão urbana;

XV – garantir o direito à cidade de qualidade através de mecanismos de participação da população nas definições acerca do planejamento estratégico, de sua execução, fiscalização e atualização;

XVI – promover acesso amplo e transparente à informação pública,

como forma moderna de gestão e para atrair os habitantes a parcerias de interesse público;

VII – oferecer aos administrados serviços de qualidade, com eficiência, através da qualificação e capacitação continuada dos quadros de pessoal da Administração Municipal.

Art. 4º Os programas constantes dos anexos desta Lei, constituem-se nos instrumentos de organização das ações a serem desenvolvidas e executadas pelo Governo Municipal no período de vigência do Plano Plurianual.

Art. 5º Para que haja equilíbrio das contas públicas em cada exercício financeiro, os valores constantes do Plano Plurianual, serão atualizados por iniciativa do Prefeito Municipal, em cada exercício de vigência, quando da elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Parágrafo único. Os valores consignados nas ações dos programas do Plano Plurianual são referenciais e não constituem limites de estimativas de receitas ou de programação de despesas, sendo flexíveis e alteráveis em cada Lei de Diretrizes Orçamentárias em cada Lei Orçamentária, assim como em propositura de créditos adicionais, observadas as disposições da legislação vigente, especialmente da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 6º A inclusão, exclusão ou alteração de ações orçamentárias no Plano Plurianual poderão ocorrer por intermédio da Lei Orçamentária Anual ou de seus créditos adicionais, apropriando-se ao respectivo programa, as modificações consequentes, guardada, em qualquer caso, a compatibilidade com a Lei de Diretrizes orçamentárias.

Parágrafo único. De acordo com o disposto no caput deste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a adequar as metas das ações orçamentárias para compatibilizá-las com as alterações de valor ou com outras modificações efetivadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias ou na Lei Orçamentária Anual.

Art. 7º Durante o período de vigência do presente Plano Plurianual, as alterações ou inclusões de projetos e atividades somente poderão ser propostas pelo Poder Executivo, por meio de projeto de lei específico.

Parágrafo único. Fica o Poder Executivo autorizado a introduzir modificações no Plano Plurianual, no que respeitar aos objetivos, às ações e às metas previstas para o período abrangido, nos casos de:

I – alteração de indicadores de programas;

II – inclusão, exclusão ou alteração de ações e respectivas metas, exclusivamente nos casos em que tais modificações não envolvam aumento nos recursos orçamentários.

Art. 8º O levantamento das necessidades foi feito em audiências públicas com a participação popular dando sugestões para a elaboração das ações do Plano Plurianual, em atendimento ao art. 48 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, e as prioridades de cada exercício serão discutidas, também, em audiências públicas, para serem incluídas na Lei de Diretrizes Orçamentárias de cada exercício e na Lei Orçamentária Anual.

Art. 9º Os investimentos em Obras e Instalações, constantes do Plano Plurianual, somente poderão ser iniciados com prévia inclusão na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na respectiva Lei Orçamentária Anual, ou com lei específica que autorize a sua inclusão.

Art. 10. Os Projetos de Obras em andamento terão sempre prioridade sobre os demais.

Parágrafo único. Excetuam-se da disposição estabelecida no caput deste artigo os programas:

I – de educação básica;

II – de ações e serviços públicos de saúde;

III – de garantia dos direitos das crianças e adolescentes.

Art. 11. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista/SC, em 28 de Agosto de 2017.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

CRISTIANO ALEX AULER

Responsável pelas Publicações

PORTARIA Nº 108, DE 22 DE AGOSTO DE 2017

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma do art. 83, 84, Parágrafo Único Seção II, da lei Complementar 011, de 10 de janeiro de 2005, institui o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

RESOLVE

Art. 1º Conceder Licença para tratamento de saúde ao Servidor Público Municipal, ELICE MULLER, matrícula 474 ocupante do cargo de provimento efetivo de MERENDEIRA, no período de 02 (dois) dias, a contar de 07 de agosto de 2017, conforme atestado médico expedido pelo Dr. Lucas Felipe Gomes CREME-SC 20.259, e, no período de 03 (três) dias, a contar de 09 de agosto de 2017, conforme atestado médico expedido pela Dra. Adriana Corazza CRM – SC 8.103.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município no período de 07 a 11 de Agosto de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 22 de Agosto de 2017.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

CRISTIANO ALEX AULER

Responsável Pelas Publicações

Anchieta

PREFEITURA

DECRETO Nº 106/2017

DECRETO Nº 106 DE 28 DE AGOSTO DE 2017.

HOMOLOGA O RESULTADO PRELIMINAR DO EXAME DE CONHECIMENTO DE LOCALIZAÇÃO DE LOGRADOUROS PÚBLICOS DE ACORDO COM O EDITAL Nº 001/2017 DO ÓRGÃO EXECUTIVO DE TRÂNSITO E DO CONSELHO MUNICIPAL DE TRÂNSITO DO MUNICÍPIO DE ANCHIETA – SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições legais e de conformidade com os dispositivos da Lei Orgânica;

DECRETA

Art. 1º Fica homologado o resultado preliminar do exame de conhecimento de localização de logradouros públicos do Município de Anchieta – SC conforme Edital nº 001/2017, conforme segue:

NOME	NOTA
Anuar Mantelli	9,00
Derico Perin	10,00
Evandro Scopel	10,00
Fioravante Meneghini	8,00
Genir de Souza	9,00
Ilario Alberton	7,00
José Lavarini da Silva	9,00
José Ortolan	10,00
Oriovaldo Martins de Lima	8,00
Oswalino Ivone do Prado	9,00
Paulo Cesar Sartori	10,00
Pedro Benatti	10,00
Pedro Lasarotto	10,00
Valério Bassotto	8,00
Vanderlei Scopel	9,00
Vilmar Borges	10,00
Vilson Dario Wille	9,00

Art. 2º A apresentação de recursos acerca do exame poderá ser feita no dia 29 de agosto de 2017 na Secretaria de Administração e Gestão em horário de expediente junto a Prefeitura Municipal.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Anchieta – SC, 28 de Agosto de 2017

IVAN JOSÉ CANCI

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - www.diariomunicipal.sc.gov.br

Fernanda Cristina Segalin Secretária de Administração e Gestão

PREGÃO PRESENCIAL N 014/2017 - HOSPITAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

HOSPITAL MUNICIPAL DE ANCHIETA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 014/2017.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com as Leis 10.520/02, 8.666/93, 8.883/94 posteriores alterações, que fará realizar Licitação na Modalidade Pregão Presencial, do Tipo Menor Preço por Item, de Registro de Preço para contratação de empresa para o fornecimento de marmita nº.8 e lanches, para a alimentação de pacientes que se encontram em observação por 24hrs, e funcionários que trabalham mais de 12hrs em regime de plantão e aos finais de semana, na Unidade de Pronto Atendimento, pelo período de até 12 (doze) meses após a data da Homologação do Processo Licitatório. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de licitações, na Av. Anchieta, 838, em Anchieta. A documentação para habilitação e propostas será recebida na Sala de Licitações até às 14:30 horas do dia 13/09/2017. Maiores informações das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas no fone: (xx49)3653-3200. Anchieta, 28 de Agosto de 2017.

IVAN JOSÉ CANCI

Prefeito Municipal

Anita Garibaldi

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 007/2017 FMS

Fundo Municipal de Saúde de Anita Garibaldi

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 007/2017 FMS

Objeto: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para possível aquisição de leites especiais e suplemento alimentar para distribuição gratuita para as famílias em situação de risco, com entrega imediata, conforme especificações constantes no Anexo "E" deste Edital.

Recebimento das propostas: até as 09h30 do dia 13/09/2017.

Abertura: às 10h do dia 13/09/2017.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.anitagaribaldi.sc.gov.br, link "Licitações". Informações complementares poderão ser obtidas no Departamento de Compras deste Município, situado na Praça Paulino Granzotto, 20, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3543-0191.

Anita Garibaldi, SC, 25 de Agosto de 2017.

JOÃO CIDINEI DA SILVA

Prefeito Municipal

Antônio Carlos

PREFEITURA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO - ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 143/2017, 144/2017, 145/2017, 146/2017

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Ata de Registro de Preço nº 143/2017; Origem: Edital de Pregão Presencial nº 68/2017 – Processo Licitatório nº 94/2017; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC; Contratada: PE-TRY MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA - ME; Objeto: Aquisição parcelada de material de construção, ferramentas e equipamentos para uso da Secretaria de Obras e Serviços Públicos do Município de Antônio Carlos/Sc. Valor: Empresa vencedora dos itens: 08, 09, 22, 23, 24, 25, 26, 30, 37, 38, 42, 44, 45, 47, 51, 52, 60, 66, 72, 74, 75, 79, 85, 88, 89, 90, 98, 99, 103 e 107, no valor estimado de R\$ 19.052,00 (dezenove mil e cinquenta e dois reais). Prazo: 25/08/2017 - 25/08/2018.

Ata de Registro de Preço nº 144/2017; Origem: Edital de Pregão Presencial nº 68/2017 – Processo Licitatório nº 94/2017; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC; Contratada: JMC – JUNKES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELI - EPP; Objeto: Aquisição parcelada de material de construção, ferramentas e equipamentos para uso da Secretaria de Obras e Serviços Públicos do Município de Antônio Carlos/Sc. Valor: Empresa vencedora dos itens: 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 10, 11, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 27, 28, 29, 31, 32, 33, 34, 40, 41, 46, 48, 49, 50, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 64, 65, 67, 73, 76, 77, 78, 80, 81, 82, 83, 86, 91, 92, 94, 96, 97, 100, 101, 104, 105 e 106, no valor estimado de R\$ 19.479,90 (dezenove mil, quatrocentos e setenta e nove reais e noventa centavos). Prazo: 25/08/2017 - 25/08/2018.

Ata de Registro de Preço nº 145/2017; Origem: Edital de Pregão Presencial nº 68/2017 – Processo Licitatório nº 94/2017; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC; Contratada: VALDELI CECÍLIO DOS SANTOS EIRELI - EPP; Objeto: Aquisição parcelada de material de construção, ferramentas e equipamentos para uso da Secretaria de Obras e Serviços Públicos do Município de Antônio Carlos/Sc. Valor: Empresa vencedora dos itens: 20, 21, 35, 36, 39, 43, 61, 62, 63, 68, 69, 70, 71, 84, 87, 93, 95 e 102, no valor estimado de R\$ 9.207,00 (nove mil, duzentos e sete reais). Prazo: 25/08/2017 - 25/08/2018.

Ata de Registro de Preço nº 146/2017; Origem: Edital de Pregão Presencial nº 68/2017 – Processo Licitatório nº 94/2017; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC; Contratada: VOLGELSANGER ENGENHARIA LTDA - ME; Objeto: Aquisição parcelada de material de construção, ferramentas e equipamentos para uso da Secretaria de Obras e Serviços Públicos do Município de Antônio Carlos/Sc. Valor: Empresa vencedora dos itens: 12, no valor estimado de R\$ 5.300,00 (cinco mil e trezentos reais). Prazo: 25/08/2017 - 25/08/2018.

Antônio Carlos, 28 de agosto de 2017.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO - ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 147/2017

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Ata de Registro de Preço nº 147/2017; Origem: Edital de Pregão Presencial nº 69/2017 – Processo Licitatório nº 95/2017; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC; Contratada: MARCELO LATOARIA E PINTURA DE VEÍCULOS LTDA – ME.; Objeto: Contratação de empresas especializadas para a prestação de serviços de forma contínua na manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos e equipamentos rodoviários do Município de Antônio Carlos, na forma e condições definidas em cada lote, com fornecimento de peças, sem exclusividade. Valor: Empresa vencedora do item: 01, no valor estimado de R\$ 56.000,00 (cinquenta e seis mil reais). Prazo: 28/08/2017 - 28/08/2018.

Antônio Carlos, 28 de agosto de 2017.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO - ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 149/2017

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Ata de Registro de Preço nº 149/2017; Origem: Edital de Pregão Presencial nº 70/2017 – Processo Licitatório nº 96/2017; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC; Contratada: VERIDIANA BRESCIANI CORREA - ME; Objeto: Contratação de empresa especializada na execução de serviços de lavagem da frota de veículos e máquinas do Município de Antônio Carlos/SC. Valor: Empresa vencedora do LOTE 01 com dos itens: 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14 e 15, no valor estimado de R\$95.160,00 (noventa e cinco mil e cento e sessenta reais). Prazo: 28/08/2017 - 28/08/2018.

Antônio Carlos, 28 de agosto de 2017.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO - CONTRATO Nº 148/2017

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 148/2017; Origem: Pregão Presencial nº 065/2017 - Processo Licitatório nº 091/2017; Contratante: Município de Antônio Carlos/SC. Contratada: NET JOB TECNOLOGIA LTDA – ME; Objeto: Contratação de empresa para a prestação de serviços de suporte técnico no setor tributário na integração de receitas, cálculo tributário, acompanhamento de processo da dívida ativa para o departamento de contabilidade e tesouraria da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC. Valor: O preço total estipulado para a prestação deste serviço, é de R\$ 14.400,00 (quatorze mil e quatrocentos reais), sendo pago mensalmente o valor de R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais). Vigência: 28 de agosto de 2017 - 28 de agosto de 2018.

Antônio Carlos, 22 de agosto de 2017.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 13/2017**

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 13/2017

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PLACAS PARA MESA DOS VEREADORES NO PLENÁRIO; PLACA DOS VEREADORES DA ATUAL LEGISLATURA; PLACA COM FOTO DO PRESIDENTE PARA GALERIA DOS PRESIDENTES DO LEGISLATIVO E PLAQUINHAS DE PATRIMÔNIO.

CONTRATADO: JOSÉ DAMIAN DA SILVA - GL COMUNICAÇÃO VISUAL – MEI - CNPJ: 26.933.387/0001-22

VALOR: R\$ 3.400,00 (Três mil e quatrocentos reais),

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.90.30.51.00.00.00 /
4.4.90.52.42.00.00.00

Antônio Carlos, 29 de agosto de 2017.

Arabutã

PREFEITURA

HOMOLOGAÇÃO PS 02/2017

EDITAL DO PROCESSO SELETIVO N.º 02/2017

HOMOLOGAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

Agente de Copa e Higienização | Alfabetizado

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Nota Final
1	649234	Luciane Schiavini	7,00
2	661986	Bruna Pottratz Cousseau	7,00
3	651818	Rosecler Hann Pilger	6,50
4	649932	Cleisi Mara Heinrichs	5,50
5	661624	Noemi Doerzbacher Arend	5,00
6	660213	Janaina Sheila Da Silva	5,00
7	659824	Noeli Baller	4,00

Médico Veterinário | Ensino Superior

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Nota Final
1	663404	Marciane Barbieri	9,50
2	649631	Diana Balbinott	9,50
3	656604	Jonathan Leonardo Ampessan	9,50
4	658248	Gabriela Casa	9,50
5	658637	Marcelo Abatti	9,00
6	651475	Bruna Kubiak Duarte	9,00
7	654302	Elizandra Rejane Rex	9,00
8	661486	Raissa Isaura Rossi	8,50
9	656352	Thais Bastos Stefanello	8,50
10	659384	Giane Trentin	8,50
11	662933	Cesar Rodrigo De Souza Surian	8,00
12	661693	Wesley Colman Machado Lemos	8,00
13	663137	Antonio Ricardo Rodrigues Dos Santos	7,50
14	661771	Jordana Magro	7,50
15	662785	Andre Felipe Bagatini	7,50
16	659744	Jessica Scortegagna	7,50
17	647837	Mariana Benetti	7,00
18	658849	Juliana Jacovas	7,00
19	659472	Keila Catarina Prior	7,00

20	663136	Rafael Barros	6,00
21	659520	Marline Pozza	5,00

Psicólogo | Ensino Superior

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Nota Final
1	652299	Aline Aparecida Engel	9,00
2	656635	Adriana May Rossi	8,50
3	648399	Tatiane Masiero Da Silva	8,50
4	661797	Cristiane Amadei	8,50
5	659946	Ana Leticia Mandrik	8,00
6	657661	Elaine Viancelli	8,00
7	654891	Monik Karolyne Bezerra Vidal	7,50
8	655215	Sandro Molina Ruiz Dias	7,50
9	660079	Daniele Port	7,50
10	651240	Adriana Kelly Perondi	7,00
11	649558	Charles Chiyuan Conte Tsang	7,00
12	661015	Ricardo Sachser	6,50
13	659522	Graziele Sponchiado	6,50
14	661862	Tayline Lecardelli	6,50
15	655257	Vanessa Ivaz Correia Da Silva	6,00
16	656135	Leandro Zanon	6,00
17	662929	Cintia Maria Farinea Teixeira	6,00
18	661393	Samara Bordignon Antunes	6,00
19	647768	Marieli Camila Da Silva	6,00
20	662641	Brenda Soliman	6,00
21	659089	Karine Kurek	5,50
22	662583	Angelica Neves Bina	5,50
23	652779	Maiara Schwanke	5,50
24	662365	Pamella Mara Melz	5,50
25	660909	Alexssandra Carpe Silveira	5,00
26	656773	Cheila Cristina Pecini Presotto	4,50
27	662679	Jessica Caroline Spuldaro	4,50
28	654135	Larissa Teresinha Da Silva	4,50
29	662123	Morgana Maziero	4,00
30	655808	Caroline Comelli	3,50

Arabutã - SC, 25 de Agosto de 2017.

Leani Kapp Schmitt

Prefeita Municipal

PORTARIA 306/2017

PORTARIA Nº 306/2017

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Leani Kapp Schmitt Prefeita Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER, a servidora DELSI DRIEMEIER, inscrita no CPF sob nº. 783.622.969-68, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Tesoureira, férias referentes ao período aquisitivo de 01 de março de 2015 a 28 de fevereiro de 2016, para serem gozadas no período de 01 de setembro a 30 de setembro de 2017.

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 28 de agosto de 2017.

LEANI KAPP SCHMITT

Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz

Responsável pela publicação.

PORTARIA 301/2017

PORTARIA Nº 301/2017

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Leani Kapp Schmitt Prefeita Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER, ao servidor WAGNER ROEGELIN, inscrito no CPF-MF sob nº. 032.813.809-64, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Motorista, férias referentes ao período aquisitivo de 04 de abril de 2016 a 03 de abril de 2017, para serem gozadas no período de 01 de setembro a 30 de setembro de 2017.

Art.2º Fica reduzido em 02 (dois) dias, o período de férias do mesmo em função de autorização de afastamento anteriormente concedido para tratamento de assuntos de interesse particular devendo, portanto apresentar-se ao serviço a partir do dia 28/09/2017.

Art.3º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 28 de agosto de 2017.

LEANI KAPP SCHMITT

Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz

Responsável pela publicação.

PORTARIA 302/2017

PORTARIA Nº 302/2017

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Leani Kapp Schmitt Prefeita Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER, a servidora RUBIA CRISTINA PATZLAFF KIEKOW, inscrita no CPF-MF sob nº. 022.227.659-27, ocupante do

cargo de Provimento em Comissão de Secretária de Educação, férias referentes ao período aquisitivo de 02 de janeiro de 2016 a 01 de janeiro de 2017, para serem gozadas no período de 01 de setembro a 30 de setembro de 2017.

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 28 de agosto de 2017.

LEANI KAPP SCHMITT

Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz

Responsável pela publicação.

PORTARIA 303/2017

PORTARIA Nº 303/2017

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Leani Kapp Schmitt Prefeita Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER, a servidora DARLI CRISTIANE DINNEBIER, inscrita no CPF-MF sob nº. 030.106.289-78, ocupante do cargo de Provimento em Comissão de Gerente de Ensino, férias referentes ao período aquisitivo de 05 de maio de 2015 a 04 de maio de 2016, para serem gozadas no período de 01 de setembro a 30 de setembro de 2017.

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 28 de agosto de 2017.

LEANI KAPP SCHMITT

Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz

Responsável pela publicação.

PORTARIA 304/2017

PORTARIA Nº 304/2017

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Leani Kapp Schmitt Prefeita Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER, a servidora LEILA ANA MATIELLO, inscrita no CPF-MF sob nº. 602.812.860-00, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Engenheiro Civil, férias referentes ao período aquisitivo de 05 de novembro de 2014 a 04 de novembro de 2015, para serem gozadas no período de 01 de setembro a 30 de setembro de 2017.

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 28 de agosto de 2017.

LEANI KAPP SCHMITT

Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz
Responsável pela publicação.

PORTARIA 305/2017

PORTARIA Nº 305/2017

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Leani Kapp Schmitt Prefeita Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER, a servidora ANA PAULA GUNTHER WAZLAWICK, inscrita no CPF-MF sob nº. 949.256.159-04, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Farmacêutica, férias referentes ao período aquisitivo de 14 de julho de 2015 a 13 de julho de 2016, para serem gozadas no período de 01 de setembro a 30 de setembro de 2017.

Art.2º Fica reduzido em 07 (sete) dias, o período de férias da mesma em função de autorização de afastamento anteriormente concedido para tratamento de assuntos de interesse particular devendo, portanto apresentar-se ao serviço a partir do dia 25/09/2017.

Art.3º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 28 de agosto de 2017.

LEANI KAPP SCHMITT

Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz
Responsável pela publicação.

Arroio Trinta

PREFEITURA

TERMO ADITIVO Nº 0001/2017 - CONTRATO Nº 0055/2017 - ILC PINTURAS RESID. LTDA ME

TERMO ADITIVO 0001 2017 AO CONTRATO Nº 055/2017, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0071/2017, PREGÃO PRESENCIAL Nº 0023/2017, PINTURA GINÁRIO DE ESPORTES ANTÔNIO NÓRDIO, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA E A EMPRESA ILC – PINTURAS RESIDENCIAIS LTDA- ME.

Contrato de compra e venda que entre si celebram O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ sob o n.º. 82.826.462/000-27, com sede a Rua XV de novembro, 26, em Arroio Trinta - SC, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal CLAUDIO SPRÍCIGO, brasileiro, casado, portador do CPF nº 551.995.939-00 e CI nº 10/R-1.912.533, residente e domiciliado na Rua Orlando Zardo, 33 no município de Arroio Trinta – SC e de outro lado à empresa ILC – PINTURAS RESIDENCIAIS LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 11.502.638/0001-47, com sede na Rua Assis Brasil nº 102, no Município de Lindóia do Sul– Estado do Santa Catarina, doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato pelo Senhor CLEITON PELIZZARI, brasileiro, Administrador, Portador do CPF sob nº 057.687.349/70 e CI sob nº 3.931.796, residente e domiciliado na Rua Assis Brasil 112, apto 01 – 1º Andar, no município de Lindóia do Sul – Estado do Santa Catarina que de acordo com o Processo Licitatório Nº 0071/2017, Pregão Presencial Nº 0023/2017, doravante denominado o processo e que se regerá pela Lei Complementar 123/06, Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, e demais normas legais doravante denominado o processo e que se regerá pela Lei Complementar 123/06, Lei nº 10.520/02, perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente Termo Aditivo de acordo com o Art. 57, inciso II, da Lei 8.666/93, atendidas a cláusulas e condições que se enunciam a seguir:

CLÁUSULA ADITIVA PRIMEIRA – DO PREÇO

A CLAÚSULA QUARTA do Contrato nº 0055/2017, passa a vigor com a seguinte redação:

CLÁUSULA QUARTA – Fica acrescido do valor total do contrato o valor de R\$800,00(OITOCENTOS REAIS), passando de R\$13.071,70(TREZE MIL SETENTA E UM REAIS E SETENTA CENTAVOS), para R\$ 13.871,70(TREZE MIL OITOCENTOS E SETENTA E UM REAIS E SETENTA CENTAVOS).

§ 1º - (...)

§ 2º - (...)

§ 4º - A diferença de valores refere-se a fornecimento de tintas em razão da troca de cores de paredes, aberturas e pilares do Ginásio Municipal de Esportes Antônio Nórdio.

CLÁUSULA ADITIVA SEGUNDA - As demais cláusulas do contrato original, permanecem inalteradas.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente em 03 cópias de iguais teor, que, depois de lido e achado conforme, e assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Arroio Trinta – SC, 09 de agosto de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA
CNPJ 82.826.462/0001-27
CLAUDIO SPRICIGO
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

PINTURAS RESIDENCIAIS LTDA ME
CNPJ nº 11.502.638/0001-47
CLEITON PELIZZARI
CPF. nº 057.687.349/70
CONTRATADA

TESTEMUNHAS

MARILIA BORGIA FERRONATO
CPF Nº: 066.042.359-63

GIZELI MAFFIOLETTI
CPF Nº: 088.733.359-18

Atalanta

PREFEITURA

EDITAL P.P 14/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 18/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2017

REGISTRO DE PREÇO

A Prefeitura Municipal de Atalanta, do Estado de Santa Catarina, torna público que realizará licitação na modalidade Pregão Presencial nº 14/2017-Registro de Preço, para o seguinte objeto: REGISTRO DE PREÇOS EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA MANUTENÇÃO DOS DIVERSOS SETORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA. Julgamento: Menor Preço por Item. Abertura dia 12 de setembro de 2017, às 08:30 horas. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital junto ao departamento de Compras Licitações, no horário normal de expediente, à Av. XV de novembro 1030, na cidade de Atalanta, ou pelo e-mail compras@atalanta.sc.gov.br, ou www.atalanta.sc.gov.br - licitações ou pelo fone (47)3535-0015. Atalanta, 28 de Agosto de 2017.

JUAREZ MIGUEL RODERMEL- Prefeito Municipal de Atalanta-SC

Aurora

PREFEITURA

RESULTADO PP 031/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA

RESULTADO LICITAÇÃO

A comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Aurora, nomeada pelo Decreto Nº. 008 de 23 de Janeiro de 2017, no exercício de suas atribuições, torna público para conhecimento dos interessados o resultado do Pregão Presencial Nº. 031/2017. Vencedor a empresa: SUPER BUS TRANSPORTE, Item 1 com o valor total de R\$ 199.500,00 (cento e noventa e nove mil e quinhentos reais).

Aurora, 28 de Agosto de 2017.

Alexsandro konhl

Prefeito em exercício

Bandeirante

PREFEITURA

EDITAL 23 2017 DE CHAMAMENTO TESTE SELETIVO 05 2016 - GLEICE BRANCO DA CRUZ

EDITAL Nº 23/2017.

Convoca para exercer as funções do Cargo de ORIENTADOR SOCIAL o Candidato aprovados pelo Edital de Teste Seletivo nº 005/2016, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes,

Considerando o Edital de Teste Seletivo nº 005/2016, de 05/09/2016;

Considerando a homologação do resultado final contida no Decreto nº 096 datado de 05/12/2016;

RESOLVE:

Art. 1º Convocar o candidato aprovado e classificado Senhor GLEICE BRANCO DA CRUZ a realizar exame de boa saúde física e mental para admissão em caráter temporário para exercer as funções do Cargo de ORIENTADOR SOCIAL.

Art. 2º As despesas decorrentes do Exame Médico correrão por conta da candidata.

Art. 3º Se considerada "Apta" no exame de boa saúde física e mental a candidata deverá comparecer no prazo máximo de 05 (cinco) dias no Setor de Pessoal da Prefeitura Municipal de Bandeirante (SC), apresentando toda a documentação indispensável e imprescindível para sua regular e efetiva contratação na função para qual foi aprovada, abaixo listada:

- a) Cópia de CPF
- b) Cópia carteira identidade
- c) 01 foto 3x4 recente
- d) Cópia título de eleitor
- e) Comprovante última votação
- f) Cópia quitação militar (masculino)
- g) Carteira de trabalho
- h) PIS/Pasep
- i) Atestado de boa saúde física e mental
- j) Conta para depósito
- k) Certidão de nascimento/casamento
- l) Certidão de nascimento filhos
- m) Comprovante de residência
- n) Folha corrida judicial/efeitos criminais (fórum)
- o) Certidão de quitação com as obrigações eleitorais (fórum)
- p) Declaração de não aplicação de penalidades disciplinares em emprego/funções no serviço público

Art. 4º As atividades inerentes ao cargo serão desenvolvidas junto as Secretarias Municipais de acordo com a conveniência da municipalidade.

Art. 5º Este Edital será publicado no átrio da Prefeitura Municipal de Bandeirante (SC), sito na Avenida Santo Antônio, sn, centro, bem como no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Art. 6º O candidato não poderá alegar desconhecimento do inteiro deste Edital e do Edital nº 005/2016, de 05/09/2016, e outras cominações legais correlatas, ficando sujeitas as condições neles estabelecidas.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante (SC), em 29 de agosto de 2017.

CELSO BIEGELMEIER

Prefeito Municipal

GABARITO PRELIMINAR TESTE SELETIVO_001_2017

EDITAL Nº 08 DE PROCESSO SELETIVO Nº 01/2017

GABARITO PRELIMINAR – Antes dos recursos

O Prefeito Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes, torna público o Gabarito Preliminar – Antes dos recursos, conforme segue:

Auxiliar de Serviços Gerais	Auxiliar de Creche	Orientador Educacional - Habilitado
-----------------------------	--------------------	-------------------------------------

	Tipo de Prova					Tipo de Prova						Tipo de Prova	
	1	2	3			1	2	3	4			1	2
1	A	B	C		1	C	D	A	B		1	A	B
2	B	C	D		2	C	D	A	B		2	B	C
3	B	C	D		3	D	A	B	C		3	C	D
4	A	B	C		4	A	B	C	D		4	D	A
5	D	A	B		5	B	C	D	A		5	A	B
6	C	D	A		6	A	B	C	D		6	D	A
7	D	A	B		7	D	A	B	C		7	A	B
8	C	D	A		8	C	D	A	B		8	D	A
9	B	C	D		9	C	D	A	B		9	D	A
10	C	D	A		10	B	C	D	A		10	B	C
11	C	D	A		11	A	B	C	D		11	C	D
12	D	A	B		12	C	D	A	B		12	D	A
13	A	B	C		13	A	B	C	D		13	D	A
14	D	A	B		14	B	C	D	A		14	C	D
15	C	D	A		15	C	D	A	B		15	D	A
16	A	B	C		16	D	A	B	C		16	C	D
17	C	D	A		17	A	B	C	D		17	B	C
18	A	B	C		18	D	A	B	C		18	C	D
19	B	C	D		19	B	C	D	A		19	D	A
20	C	D	A		20	D	A	B	C		20	A	B

Professor (Segundo Professor) – Habilitado e Não Habilitado					Professor de Anos Iniciais do Ensino Fundamental – Habilitado e Não Habilitado					Professor de Arte – Habilitado e Não Habilitado			
	Tipo de Prova					Tipo de Prova					Tipo de Prova		
	1	2	3			1	2	3	4		1	2	
1	D	A	B		1	A	B	C	D		1	B	C
2	C	D	A		2	C	D	A	B		2	A	B
3	D	A	B		3	C	D	A	B		3	D	A
4	B	C	D		4	D	A	B	C		4	C	D
5	A	B	C		5	D	A	B	C		5	D	A
6	D	A	B		6	B	C	D	A		6	B	C
7	A	B	C		7	C	D	A	B		7	C	D
8	A	B	C		8	A	B	C	D		8	A	B
9	B	C	D		9	D	A	B	C		9	C	D
10	C	D	A		10	C	D	A	B		10	B	C
11	D	A	B		11	D	A	B	C		11	A	B
12	C	D	A		12	A	B	C	D		12	D	A
13	D	A	B		13	D	A	B	C		13	D	A
14	C	D	A		14	C	D	A	B		14	C	D
15	D	A	B		15	D	A	B	C		15	D	A
16	C	D	A		16	C	D	A	B		16	C	D
17	B	C	D		17	B	C	D	A		17	B	C
18	C	D	A		18	C	D	A	B		18	C	D
19	D	A	B		19	D	A	B	C		19	D	A
20	A	B	C		20	A	B	C	D		20	A	B

Professor de Ciências – Habilitado e Não Habilitado				Professor de Educação Física – Habilitado e Não Habilitado					Professor de Educação Infantil – Habilitado e Não Habilitado					
	Tipo de Prova				Tipo de Prova						Tipo de Prova			
	1	2			1	2	3	4			1	2	3	4
1	B	C		1	D	A	B	C		1	A	B	C	D
2	B	C		2	A	B	C	D		2	A	B	C	D
3	A	B		3	C	D	A	B		3	C	D	A	B
4	D	A		4	B	C	D	A		4	A	B	C	D
5	C	D		5	B	C	D	A		5	B	C	D	A
6	C	D		6	D	A	B	C		6	A	B	C	D

7	B	C		7	A	B	C	D		7	D	A	B	C
8	D	A		8	C	D	A	B		8	A	B	C	D
9	D	A		9	C	D	A	B		9	C	D	A	B
10	C	D		10	D	A	B	C		10	A	B	C	D
11	B	C		11	B	C	D	A		11	D	A	B	C
12	C	D		12	A	B	C	D		12	D	A	B	C
13	D	A		13	D	A	B	C		13	D	A	B	C
14	C	D		14	C	D	A	B		14	C	D	A	B
15	D	A		15	D	A	B	C		15	D	A	B	C
16	C	D		16	C	D	A	B		16	C	D	A	B
17	B	C		17	B	C	D	A		17	B	C	D	A
18	C	D		18	C	D	A	B		18	C	D	A	B
19	D	A		19	D	A	B	C		19	D	A	B	C
20	A	B		20	A	B	C	D		20	A	B	C	D

Professor de Ensino Religioso – Habilitado e Não Habilitado				Professor de Espanhol – Habilitado e Não Habilitado				Professor de Geografia – Habilitado e Não Habilitado		
	Tipo de Prova				Tipo de Prova				Tipo de Prova	
	1	2			1				1	2
1	C	D		1	B			1	C	D
2	A	B		2	D			2	B	C
3	B	C		3	A			3	A	B
4	D	A		4	B			4	C	D
5	C	D		5	D			5	D	A
6	B	C		6	C			6	B	C
7	D	A		7	D			7	A	B
8	D	A		8	B			8	C	D
9	A	B		9	C			9	A	B
10	A	B		10	B			10	A	B
11	C	D		11	C			11	D	A
12	D	A		12	D			12	B	C
13	D	A		13	D			13	D	A
14	C	D		14	C			14	C	D
15	D	A		15	D			15	D	A
16	C	D		16	C			16	C	D
17	B	C		17	B			17	B	C
18	C	D		18	C			18	C	D
19	D	A		19	D			19	D	A
20	A	B		20	A			20	A	B

Professor de História – Habilitado e Não Habilitado				Professor de Informática – Não Habilitado				Professor de Inglês – Habilitado e Não Habilitado			
	Tipo de Prova				Tipo de Prova				Tipo de Prova		
	1				1				1	2	3
1	D			1	C			1	D	A	B
2	A			2	B			2	C	D	A
3	C			3	B			3	A	B	C
4	D			4	C			4	B	C	D
5	A			5	D			5	D	A	B
6	A			6	B			6	C	D	A
7	C			7	A			7	B	C	D
8	B			8	A			8	C	D	A
9	A			9	C			9	A	B	C
10	B			10	D			10	D	A	B
11	C			11	B			11	C	D	A
12	B			12	D			12	B	C	D
13	D			13	D			13	D	A	B
14	C			14	C			14	C	D	A

15	D		15	D		15	D	A	B
16	C		16	C		16	C	D	A
17	B		17	B		17	B	C	D
18	C		18	C		18	C	D	A
19	D		19	D		19	D	A	B
20	A		20	A		20	A	B	C

Professor de Língua Portuguesa – Habilitado e Não Habilitado				Professor de Matemática – Habilitado e Não Habilitado					Professor para Educação Básica Informática – Habilitado					
	Tipo de Prova				Tipo de Prova						Tipo de Prova			
	1	2			1	2	3	4			1	2	3	4
1	D	A		1	C	D	A	B		1	C	D	A	B
2	B	C		2	D	A	B	C		2	B	C	D	A
3	D	A		3	A	B	C	D		3	B	C	D	A
4	A	B		4	D	A	B	C		4	C	D	A	B
5	B	C		5	D	A	B	C		5	D	A	B	C
6	C	D		6	D	A	B	C		6	B	C	D	A
7	C	D		7	D	A	B	C		7	A	B	C	D
8	A	B		8	A	B	C	D		8	A	B	C	D
9	C	D		9	B	C	D	A		9	C	D	A	B
10	B	C		10	A	B	C	D		10	D	A	B	C
11	D	A		11	C	D	A	B		11	B	C	D	A
12	A	B		12	C	D	A	B		12	D	A	B	C
13	D	A		13	D	A	B	C		13	D	A	B	C
14	C	D		14	C	D	A	B		14	C	D	A	B
15	D	A		15	D	A	B	C		15	D	A	B	C
16	C	D		16	C	D	A	B		16	C	D	A	B
17	B	C		17	B	C	D	A		17	B	C	D	A
18	C	D		18	C	D	A	B		18	C	D	A	B
19	D	A		19	D	A	B	C		19	D	A	B	C
20	A	B		20	A	B	C	D		20	A	B	C	D

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante (SC), em 28 de agosto de 2017.

CELSO BIEGELMEIER

Prefeito Municipal

PORTARIA 254 - 03 DE JULHO - GRATIFICAÇÃO - MARGARETE FÁTIMA SCHONS ROSSINI

Portaria nº 254, de 03 de julho de 2017.

CONCEDE GRATIFICAÇÃO PELO DESEMPENHO DE ATIVIDADE ESPECIAL NO SERVIÇO PÚBLICO, CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 425, DE 11/05/2005, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder gratificação pelo desempenho de atividade especial no serviço público a servidora Senhora MARGARETE FÁTIMA SCHONS ROSSINI, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Odontologia, Grupo III, Código AAG, 40 horas semanais, junto a Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, pertencente ao Quadro Geral de Pessoal da Administração Direta deste Ente Federado, com o percentual de 30% (trinta por cento) sobre o vencimento do cargo efetivo, em virtude do desempenho das atividades de organização, separação e preparação de matérias ambulatoriais, bem como no auxílio de controle e organização de materiais e medicamentos junto a farmácia da unidade de saúde.

Art. 2º As despesas decorrentes deste ato correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários vigentes.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante (SC), em 03 de julho de 2017.

CELSO BIEGELMEIER

Prefeito Municipal

PORTARIA 255 - 03 DE JULHO - GRATIFICAÇÃO - MARCELO HASS

Portaria nº 255, de 03 de julho de 2017.

CONCEDE GRATIFICAÇÃO PELO DESEMPENHO DE ATIVIDADE ESPECIAL NO SERVIÇO PÚBLICO, CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 425, DE 11/05/2005, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Gratificação pelo Desempenho de Atividade Especial no Serviço Público Municipal ao servidor Senhor MARCELO HAAS, ocupando e exercendo as funções do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Grupo III, Código TSG, 40 horas semanais, junto a Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Urbanismo, pertencente ao Quadro Geral de Pessoal da Administração Direta deste Ente Federado, com o percentual de 30 % (trinta por cento) sobre o vencimento do cargo efetivo, pelo desempenho das atividades de auxílio ao mecânico do município em consertos de máquinas e equipamentos da municipalidade junto a oficina da garagem municipal.

Art. 2º As despesas decorrentes deste ato correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários vigentes e concernentes para tal fim.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante (SC),
em 03 de julho de 2017.
CELSE BIEGELMEIER
Prefeito Municipal

PORTARIA 256 - 03 DE JULHO - LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE - DJESSYCA ALYNE SCHAEFER HOLLMANN

Portaria nº 256, de 03 de julho de 2017.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDOR, CONFORME ESPECIFICA.

O Prefeito Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais legislações vigentes,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença para Tratamento de Saúde a servidora Senhora DJESSYCA ALYNE SCHAEFER HOLLMANN exercendo temporariamente (ACT) as funções relacionadas ao cargo de Segunda Professora – Nível I – Nível Médio/Magistério, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo, destinada exclusivamente a suprir excepcional interesse público, com carga horária de 20 horas semanais, junto a Escola Municipal Bandeirante, pelo período de 7 (sete) dias, de 28/06/2017 á 04/07/2017, de conformidade com Atestado Médico, datado de 28/06/2017.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta dos respectivos créditos orçamentários.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos á 28/06/2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante (SC),
em 03 de julho de 2017.
CELSE BIEGELMEIER
Prefeito Municipal

PORTARIA 257 - 03 DE JULHO - LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE - JANDIR FAGUNDES

Portaria nº 257, de 03 de julho de 2017.

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença para Tratamento de Saúde ao servidor Senhor JANDIR FAGUNDES, ocupante e exercendo as funções do Cargo de Provimento Efetivo de Operador de Máquinas, Grupo III, Código TSG, 40 horas semanais, junto a Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Urbanismo, pertencente ao Quadro Geral de Pessoal da Administração Direta deste Ente Federado, até 28/08/2017, de conformidade com Requerimento de Pedido de Prorrogação e marcação de perícia Médica, datada de 03/07/2017.

Art. 2º As despesas decorrentes deste ato correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários vigentes.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante (SC),
em 03 de julho de 2017.
CELSE BIEGELMEIER
Prefeito Municipal

PORTARIA 258 - 03 DE JULHO - LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE - NELI TERESINHA REOLON BIASI

Portaria nº 258, de 03 de julho de 2017.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDOR, CONFORME ESPECIFICA.

O Prefeito Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais legislações vigentes,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença para Tratamento de Saúde a servidora Senhora NELI TERESINHA REOLON BIASI, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professora para as disciplinas específicas que compõe os anos finais do Ensino Fundamental, Grupo Magistério/Professor, Nível III – Pós Graduação em Nível de Especialização na Área de Formação e Atuação, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo, pelo período de 15 (quinze) dias, de 29/06/2017 á 13/07/2017, de conformidade com Atestado Médico, datado de 29/06/2017.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta dos respectivos créditos orçamentários.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos á 29/06/2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante (SC),
em 03 de julho de 2017.
CELSE BIEGELMEIER
Prefeito Municipal

PORTARIA 259 - 03 DE JULHO - LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE - RAQUEL FABIANA DE OLIVEIRA

Portaria nº 259, de 03 de julho de 2017.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDOR, CONFORME ESPECIFICA.

O Prefeito Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais legislações vigentes,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença para Tratamento de Saúde a servidora Senhora RAQUEL FABIANA DE OLIVEIRA para exercer temporariamente (ACT) as funções relacionadas ao cargo de Professora dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental – Nível II – Licenciatura Plena na área específica, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo, destinada exclusivamente a suprir excepcional interesse público, com carga horária de 40 horas semanais, junto a Escola Municipal Bandeirante, pelo período de 60 (sessenta) dias, de 01/07/2017 à 30/08/2017, de conformidade com Atestado Médico, datado de 02/07/2017.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta dos respectivos créditos orçamentários.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à 01/07/2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante (SC),
em 03 de julho de 2017.

CELSO BIEGELMEIER
Prefeito Municipal

PORTARIA 260 - 04 DE JULHO - CONTRATAÇÃO ACT - JULIANA BASSO

Portaria nº 260, de 04 de julho de 2017.

ADMISSÃO DE SERVIDOR PÚBLICO EM CARATER PRECÁRIO E TEMPORÁRIO (ACT) PARA ATENDER EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO COM A FORÇA DO ARTIGO 37, IX DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

O Prefeito Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes,

Considerando o Contrato Temporário de Trabalho Nº 040/2017.

RESOLVE:

Art. 1º Com fulcro no Processo Seletivo nº 04/2016, fica admitido a Senhora JULIANA BASSO, para exercer temporariamente (ACT) as funções relacionadas ao cargo de Professora Anos Iniciais do Ensino Fundamental – Nível II – Licenciatura Plena na área Específica, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo, destinada exclusivamente a suprir excepcional interesse público, para o período de 04/07 à 30/08/2017 ou até a liberação da servidora pela perícia do INSS, com carga horária de 20 horas junto a Escola Municipal Bandeirante, com atribuições e vencimento atinente à carga horária e ao cargo.

Art. 2º A presente contratação refere-se a vaga Vinculada a Servidora Senhora Raquel Fabiana de Oliveira, tem caráter temporário, precário, especial e excepcional e, pela razão, não gera obrigações trabalhistas comuns, notadamente aquelas previstas na Consolidação das Leis Trabalhistas, eis que regida sob o regime jurídico estatutário e administrativo.

Art. 3º Findo o período aprezado neste instrumento, será expedida

portaria resolutiva de contrato com a respectiva emissão de Portaria de demissão e, caso haja interesse público e necessidade excepcional, poderá o contrato ser prorrogado pelo mesmo período

Art. 4º As despesas decorrentes deste ato correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários vigentes.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante (SC),
em 04 de julho de 2017.

CELSO BIEGELMEIER
Prefeito Municipal

PORTARIA 261 - 04 DE JULHO - CONTRATAÇÃO ACT - LUCIA SENILDA MACHADO

Portaria nº 261, de 04 de julho de 2017.

ADMISSÃO DE SERVIDOR PÚBLICO EM CARATER PRECÁRIO E TEMPORÁRIO (ACT) PARA ATENDER EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO COM A FORÇA DO ARTIGO 37, IX DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

O Prefeito Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes,

Considerando o Contrato Temporário de Trabalho Nº 041/2017.

RESOLVE:

Art. 1º Com fulcro no Processo Seletivo nº 04/2016, fica admitido a Senhora LUCIA SENILDA MACHADO, para exercer temporariamente (ACT) as funções relacionadas ao cargo de Professora Anos Iniciais do Ensino Fundamental – Nível II – Licenciatura Plena na área Específica, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo, destinada exclusivamente a suprir excepcional interesse público, para o período de 04/07 à 30/08/2017 ou até a liberação da servidora pela perícia do INSS, com carga horária de 20 horas junto a Escola Municipal Bandeirante, com atribuições e vencimento atinente à carga horária e ao cargo.

Art. 2º A presente contratação refere-se a vaga Vinculada a Servidora Senhora Raquel Fabiana de Oliveira, tem caráter temporário, precário, especial e excepcional e, pela razão, não gera obrigações trabalhistas comuns, notadamente aquelas previstas na Consolidação das Leis Trabalhistas, eis que regida sob o regime jurídico estatutário e administrativo.

Art. 3º Findo o período aprezado neste instrumento, será expedida portaria resolutiva de contrato com a respectiva emissão de Portaria de demissão e, caso haja interesse público e necessidade excepcional, poderá o contrato ser prorrogado pelo mesmo período

Art. 4º As despesas decorrentes deste ato correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários vigentes.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante (SC),
em 04 de julho de 2017.

CELSO BIEGELMEIER
Prefeito Municipal

PORTARIA 262 - 05 DE JULHO - RESCISÃO - NELSON MIGUEL KUCHINSKI

Portaria nº 262, de 05 de julho de 2017.

RESCISÃO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes,

Considerando o Contrato de Trabalho Nº 56/2015.

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir por termino o Contrato de Trabalho do Senhor NELSON MIGUEL KUCHINSKI, que exerce temporariamente (ACT) as funções relacionadas do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Grupo III, Código TSG, 40 horas semanais, junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo, destinado exclusivamente a suprir excepcional interesse público, com carga horária de 40 horas semanais, com atribuições e vencimento atinente à carga horária e ao cargo.

Art. 2º As despesas decorrentes deste ato correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários vigentes.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante (SC),
em 05 de julho de 2017.
CELSE BIEGELMEIER
Prefeito Municipal

PORTARIA 263 - 05 DE JULHO - LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE - JANETE SILVA DA MOTA SILVA

Portaria nº 263, de 05 de julho de 2017.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDOR, CONFORME ESPECIFICA.

O Prefeito Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença para Tratamento de Saúde a Senhora JANETE SILVA DA MOTA SILVA, exercendo as funções do Cargo de Agente Comunitário de Saúde, Grupo III, Código AAG, 40 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, pertencente ao Quadro Geral de Pessoal da Administração Direta deste Ente Federado, pelo período de 30 (trinta) dias, de 05/07/2017 à 04/08/2017 de conformidade com atestado médico datado de 05/07/2017.

Art. 2º As despesas decorrentes deste ato correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários vigentes e concernentes para tal fim.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante (SC),
em 05 de julho de 2017.
CELSE BIEGELMEIER
Prefeito Municipal

PORTARIA 264 - 06 DE JULHO - RESCISÃO - ELISABETE TONIETTO HOFFMEISTER

Portaria nº 264, de 06 de julho de 2017.

RESCISÃO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes,

Considerando o Contrato de Trabalho Nº 03/2017.

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir á pedido o Contrato de Trabalho da Senhora ELISABETE TONIETTO HOFFMEISTER para exercer temporariamente (ACT) as funções relacionadas ao cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, Grupo III, Código TSG, 40 horas semanais, junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo, pertencente ao Quadro Geral de Pessoal da Administração Direta deste Ente Federado, com atribuições e vencimento atinente à carga horária e ao cargo.

Art. 2º As despesas decorrentes deste ato correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários vigentes.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante (SC),
em 06 de julho de 2017.
CELSE BIEGELMEIER
Prefeito Municipal

PORTARIA 265 - 07 DE JULHO - POSSE CARGO PÚBLICO - ELISABETE TONIETTO HOFFMEISTER

Portaria nº 265, de 07 de julho de 2017.

NOMEIA E DÁ POSSE AO EXERCÍCIO DE CARGO PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear e dar posse a Senhora ELISABETE TONIETTO HOFFMEISTER, para exercer o Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Grupo III, Código TSG, 40 horas semanais, junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e turismo, pertencente ao Quadro Geral de Pessoal da Administração Direta deste Ente Federado, em razão de aprovação em Concurso Público, sob a égide do Edital de Concurso Público nº 002/2014, de 10/07/2014, homologado pelo Decreto Municipal nº 081/2014, de 18/09/2014, com atribuições e remuneração atinente ao cargo.

Art. 2º As despesas decorrentes deste ato correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários vigentes e concernentes para tal fim.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante (SC),
em 07 de julho de 2017.
CELSE BIEGELMEIER
Prefeito Municipal

PORTARIA 266 - 07 DE JULHO - POSSE CARGO PÚBLICO - NELSON MIGUEL KUCHINSKI

Portaria nº 266, de 07 de julho de 2017.

NOMEIA E DÁ POSSE AO EXERCÍCIO DE CARGO PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear e dar posse ao Senhor NELSON MIGUEL KUCHINSKI, para exercer o Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Grupo III, Código TSG, 40 horas semanais, junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e turismo, pertencente ao Quadro Geral de Pessoal da Administração Direta deste Ente Federado, em razão de aprovação em Concurso Público, sob a égide do Edital de Concurso Público nº 002/2014, de 10/07/2014, homologado pelo Decreto Municipal nº 081/2014, de 18/09/2014, com atribuições e remuneração atinente ao cargo.

Art. 2º As despesas decorrentes deste ato correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários vigentes e concernentes para tal fim.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante (SC),
em 07 de julho de 2017.
CELSO BIEGELMEIER
Prefeito Municipal

PORTARIA 267 - 07 DE JULHO - FÉRIAS - EDUARDO OLIBONI

Portaria nº 267, de 07 de julho de 2017.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias ao servidor Senhor EDUARDO OLIBONI exercendo temporariamente (ACT) as funções relacionadas ao cargo de Fiscal de Tributos, Grupo III, Código AAG, 40 horas semanais, junto a Secretaria Municipal da Fazenda, pertencente ao Quadro Geral de Pessoal da Administração Direta, deste Ente Federado, referente ao período aquisitivo de 01/07/2016 a 30/06/2017, com gozo no período de 10/07 a 08/08/2017.

Art. 2º As despesas decorrentes deste ato correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários vigentes.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante (SC),
em 07 de julho de 2017.
CELSO BIEGELMEIER
Prefeito Municipal

PORTARIA 268 - 07 DE JULHO - FÉRIAS - DIOGO TONELLO

Portaria nº 268, de 07 de julho de 2017.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina,

usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias ao servidor Senhor DIOGO TONELLO, exercendo o Cargo de Provimento Efetivo de Farmacêutico, pertencente ao Quadro Geral de Pessoal da Administração Direta, deste Ente Federado, Grupo III, Código ANS, 20 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, pertencente ao Quadro Geral de Pessoal da Administração Direta deste Ente Federado, referente ao período aquisitivo de 25/01/2016 a 24/01/2017, com gozo no período de 17/07 a 15/08/2017.

Art. 2º As despesas decorrentes deste ato correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários vigentes.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante (SC),
em 07 de julho de 2017.
CELSO BIEGELMEIER
Prefeito Municipal

PORTARIA 269 - 11 DE JULHO - LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE - DJESSYCA ALYNE SCHAEFER HOLLMANN

Portaria nº 269, de 11 de julho de 2017.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDOR, CONFORME ESPECIFICA.

O Prefeito Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais legislações vigentes,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença para Tratamento de Saúde a servidora Senhora DJESSYCA ALYNE SCHAEFER HOLLMANN exercendo temporariamente (ACT) as funções relacionadas ao cargo de Segunda Professora – Nível I – Nível Médio/Magistério, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo, destinada exclusivamente a suprir excepcional interesse público, com carga horária de 20 horas semanais, junto a Escola Municipal Bandeirante, pelo período de 10 (dez) dias, de 11/07/2017 a 21/07/2017, de conformidade com Atestado Médico, datado de 11/07/2017.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta dos respectivos créditos orçamentários.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante (SC),
em 11 de julho de 2017.
CELSO BIEGELMEIER
Prefeito Municipal

PORTARIA 270 - 11 DE JULHO - LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA NA FAMÍLIA - JULIANE JANICE DE ABREU

Portaria nº 270, de 11 de julho de 2017.

CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA NA FAMÍLIA A SERVIDORA, CONFORME ESPECIFICA.

O Prefeito Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais legislações vigentes,

Considerando o art. 112 da Lei Municipal 175/2000.

RESOLVE:

Art. 1º Concede Licença por motivo de doença em pessoa na família a servidora Senhora JULIANE JANICE DE ABREU, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar Administrativo, Grupo III, Código ANA, 40 horas semanais, junto a Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, pertencente ao Quadro Geral de Pessoal da Administração Direta deste Ente Federado, pelo período de 30 (Trinta) dias, de 11/07 a 09/08/2017, de conformidade com requerimento e Atestado Médico datado de 11/07/2017.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta dos respectivos créditos orçamentários.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante (SC),
em 11 de julho de 2017.
CELSE BIEGELMEIER
Prefeito Municipal

PORTARIA 271 - 11 DE JULHO - LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE - CAMILA BOTTEGA

Portaria nº 271, de 11 de julho de 2017.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDOR, CONFORME ESPECIFICA.

O Prefeito Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais legislações vigentes,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença para Tratamento de Saúde a servidora Senhora CAMILA BOTTEGA, exercendo as funções do Cargo Efetivo de Tesoureiro, Grupo III, Código ANA, 40 horas semanais, junto a Secretaria Municipal da Fazenda, pertencente ao Quadro Geral de Pessoal da Administração Direta deste Ente Federado, com atribuições e vencimento atinentes à carga horária e ao cargo, pelo período de 15 (quinze) dias, de 09/07 a 23/07/2017, de conformidade com Atestado Médico, datado de 09/07/2017.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta dos respectivos créditos orçamentários.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 09/07/2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante (SC),
em 11 de julho de 2017.
CELSE BIEGELMEIER
Prefeito Municipal

PORTARIA 272 - 17 DE JULHO - FÉRIAS - ESTEVÃO CASTELO FERRARINI

Portaria nº 272, de 17 de julho de 2017.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias ao servidor Senhor ESTEVÃO CASTELO

FERRARINI, ocupante e exercendo as funções do Cargo de Provimento Efetivo de Operador de Máquinas, Grupo III, Código TSG, 40 horas semanais, junto a Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Urbanismo, pertencente ao Quadro Geral de Pessoal da Administração Direta deste Ente Federado, referente ao período aquisitivo de 17/05/2016 a 16/05/2017, com gozo no período de 19/07 a 17/08/2017.

Art. 2º As despesas decorrentes deste ato correrão à conta dos respectivos créditos orçamentários vigentes.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante (SC),
em 17 de julho de 2017.
CELSE BIEGELMEIER
Prefeito Municipal

PORTARIA 273 - 17 DE JULHO - LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE - RAQUEL FABIANA DE OLIVEIRA

Portaria nº 273, de 17 de julho de 2017.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDOR, CONFORME ESPECIFICA.

O Prefeito Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais legislações vigentes,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença para Tratamento de Saúde a servidora Senhora RAQUEL FABIANA DE OLIVEIRA para exercer temporariamente (ACT) as funções relacionadas ao cargo de Professora dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental – Nível II – Licenciatura Plena na área específica, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo, destinada exclusivamente a suprir excepcional interesse público, com carga horária de 40 horas semanais, junto a Escola Municipal Bandeirante, pelo período de 17/07/2017 a 29/08/2017, de conformidade com Comunicação de Decisão, datada de 17/07/2017.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta dos respectivos créditos orçamentários.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante (SC),
em 17 de julho de 2017.
CELSE BIEGELMEIER
Prefeito Municipal

PORTARIA 274 - 19 DE JULHO - LICENÇA PARA CASAMENTO - PATRICIA POSSER

Portaria nº 274, de 19 de julho de 2017.

CONCEDER LICENÇA EM VIRTUDE DE CASAMENTO A SERVIDOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes,

Considerando, o art. 130, da Lei Municipal nº 175, de 10/03/2000;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença em virtude de casamento a servidora

Senhora PATRICIA POSSER, exercendo o Cargo de Provimento Efetivo de Contadora, Grupo III, Código ANS, 40 horas semanais, junto a Secretaria Municipal da Fazenda, pertencente ao Quadro Geral de Pessoal da Administração Direta deste Ente Federado, pelo período de 08 dias de 20/07 a 27/07/2017, de conformidade com requerimento protocolado sob nº 144/2017, de 19/07/2017.

Art. 2º As despesas decorrentes deste ato correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários vigentes.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante (SC),
em 19 de julho de 2017.
CELSO BIEGELMEIER
Prefeito Municipal

PORTARIA 275 - 20 DE JULHO - LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE - JANETE SILVA DA MOTA SILVA

Portaria nº 275, de 20 de julho de 2017.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDOR, CONFORME ESPECIFICA.

O Prefeito Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença para Tratamento de Saúde a Senhora JANETE SILVA DA MOTA SILVA, exercendo as funções do Cargo de Agente Comunitário de Saúde, Grupo III, Código AAG, 40 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, pertencente ao Quadro Geral de Pessoal da Administração Direta deste Ente Federado, pelo período de 20/07/2017 à 03/08/2017 de conformidade com Comunicação de Decisão do INSS datada de 20/07/2017.

Art. 2º As despesas decorrentes deste ato correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários vigentes e concernentes para tal fim.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante (SC),
em 20 de julho de 2017.
CELSO BIEGELMEIER
Prefeito Municipal

PORTARIA 276 - 24 DE JULHO - LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE - CARME ZENI

Portaria nº 276, de 24 de julho de 2017.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDOR, CONFORME ESPECIFICA.

O Prefeito Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais legislações vigentes,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença para Tratamento de Saúde a servidora Senhora CARME ZENI, ocupante e exercendo as funções do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, Grupo III, Código TSG, 40 horas semanais, junto a Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, pertencente ao Quadro Geral de Pessoal da Administração Direta deste Ente Federado, pelo período de 14 (quatorze) dias, de 22/07 a 04/08/2017, de conformidade

com Atestado Médico, datado de 22/07/2017.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta dos respectivos créditos orçamentários.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 22/07/2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante (SC),
em 24 de julho de 2017.
CELSO BIEGELMEIER
Prefeito Municipal

PORTARIA 277 - 24 DE JULHO - LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE - GILSON PASA

Portaria nº 277, de 24 de julho de 2017.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDOR, CONFORME ESPECIFICA.

O Prefeito Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença para Tratamento de Saúde o Senhor GILSON PASA, ocupando e exercendo as funções do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Grupo III, Código TSG, 40 horas semanais, junto a Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Urbanismo, pertencente ao Quadro Geral de Pessoal da Administração Direta deste Ente Federado, pelo período de 02 (dois) dias, de 24/07/2017 à 25/07/2017 de conformidade com Atestado Médico, datado de 24/07/2017.

Art. 2º As despesas decorrentes deste ato correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários vigentes e concernentes para tal fim.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante (SC),
em 24 de julho de 2017.
CELSO BIEGELMEIER
Prefeito Municipal

PORTARIA 278 - 28 DE JULHO - FÉRIAS - ADEMIR MULLER

Portaria nº 278, de 28 de julho de 2017.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias ao servidor Senhor ADEMIR MULLER, ocupando e exercendo as funções do Cargo de Provimento Efetivo de Motorista, Grupo III, Código TSG, 40 horas semanais, junto a Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Urbanismo, pertencente ao Quadro Geral de Pessoal da Administração Direta deste Ente Federado, referente ao período aquisitivo de 03/09/2015 a 02/09/2016, com gozo no período de 01/08 a 30/08/2017.

Art. 2º. As despesas decorrentes deste ato correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários vigentes e concernentes para tal fim.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante (SC),
em 28 de julho de 2017.
CELSO BIEGELMEIER
Prefeito Municipal

PORTARIA 279 - 28 DE JULHO - FÉRIAS - FERNANDA FORMAGINI

Portaria nº 279, de 28 de julho de 2017.
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias a servidora Senhora FERNANDA FORMAGINI, exercendo as funções do Cargo de AUXILIAR DE BIBLIOTECA, Grupo III, 40 horas semanais, junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo, pertencente ao Quadro Geral de Pessoal da Administração Direta deste Ente Federado, referente ao período aquisitivo de 23/05/2016 a 22/05/2017, com gozo no período de 31/07 a 29/08/2017.

Art. 2º. As despesas decorrentes deste ato correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários vigentes e concernentes para tal fim.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante (SC),
em 28 de julho de 2017.
CELSO BIEGELMEIER
Prefeito Municipal

Barra Bonita

PREFEITURA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

CONVOCA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA REAJUSTE DAS TARIFAS, TAXAS E DEMAIS SERVIÇOS INSTITUIDOS PELO SISTEMA MUNICIPAL DE ABASTECIMENTO DE AGUA DO MUNICIPIO.

MOACIR PIROCA, Prefeito Municipal em exercício de Barra Bonita/SC, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso VI, do artigo 73, da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE;

Art. 1º Convocar Audiência Pública para reajuste das tarifas, taxas e demais serviços institutos pelo sistema municipal de abastecimento de água comunitário, conforme Art. 14 da Lei Municipal 737/2015, de 06 de agosto de 2015.

Art. 2º A audiência pública será realizada no dia 26 de setembro de 2017, às 14:00min, nas dependências da Câmara Municipal de Vereadores, sito à Av. Buenos Aires, 600, centro de Barra Bonita/SC.

Barra Bonita/SC, 24 de agosto de 2017.

MOACIR PIROCA

Prefeito Municipal

PORTARIA N.º273 DE 25 DE AGOSTO DE 2017

PORTARIA N.º273 de 25 de agosto de 2017

Exonera servidor e da outras providencias.

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município

Resolve,

Art.1º. Fica exonerado a pedido o servidor, Thiago Sartor Carvalho, ocupante do cargo de Engenheiro Civil, com exercício na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, sob regime estatutário e regime geral da Previdência Social, com carga horária de 40h semanais, a contar desta data.

Art.2º. As despesas decorrentes de aplicação deste ato correrão a conta do Orçamento Municipal.

Art.3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.4º Ficam revogadas as disposições em contrario.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 25 de agosto de 2017.

Moacir Piroca

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

QUADRO DE VAGAS 11ª CHAMADA

QUADRO DE VAGAS 11ª chamada

PROCESSO SELETIVO Nº. 002/2016

O Prefeito Municipal de Barra Bonita torna público o Quadro de Vagas da 11ª chamada do Processo Seletivo nº 002/2016, a escolha irá ocorrer no dia 31/08/2017 as 08:30h nas dependências da Secretaria de educação.

Informamos ainda que não havendo interessados inscritos neste seletivo, haverá inscrições de novos candidatos para a vaga.

Unidade Escolar	Cargo/função	Carga horária	Períodos Semanais
E. I. M. AGUAS DO ARAÇA	Professor/ ANOS INICIAS • Vaga vinculada • Período 30 dias (Licença premio)	20 horas	05 períodos Turno matutino

Barra Bonita, 28 de agosto de 2017.

MOACIR PIROCA

Prefeito Municipal

NÁDIA M. F. BERNARDI

Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo de Barra Bonita.

Barra Velha

PREFEITURA

CANCELAMENTO CHAMADA PUBLICA 004/2017 FMS

PREFEITURA DE BARRA VELHA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO 020/2017 FMS
EDITAL CHAMADA PUBLICA DE COMPRA Nº 004/2017 FMS
AVISO DE CANCELAMENTO

O Prefeito de Barra Velha/SC, Torna Público que realizará Chamada Pública/ para Prestação de serviços para execução de exames com finalidades diagnósticas (laboratório clínico), exames bioquímicos, hematológicos e hemostasia, sorológicos e imunológicos, cronológicos, uroanálises, hormonais, toxicológicos ou de monitorização terapêutica, microbiológicos e, outros líquidos biológicos e imuno hematológicos. De acordo com a relação da tabela SIGTAP, que corresponde a tabela que normatiza os valores e serve como diretriz para realização de exames a preço SUS, conforme especificações contidas no Anexo I. O Edital na íntegra encontra-se à disposição dos interessados na Secretaria da Administração, no endereço supra, no horário das 08:00 ao 12:00 e das 13:30 às 17:30 horas, ou no site www.barravelha.sc.gov.br.

Data de e recebimento: Até 30/08/2017

Data de abertura: 30/08/2017

Horário de abertura: 08:30 horas

Barra Velha 28 de agosto de 2017

VALTER MARINO ZIMMERMANN

Prefeito

PP 003/2017 FMAS

PREFEITURA DE BARRA VELHA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
Processo Administrativo nº 005/2017 - Pregão Presencial nº 003/2017 - FMAS

A Prefeitura de Barra Velha, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL do tipo Menor Preço global por lote para Contratação de Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), assim definidas pelo art. 3º da Lei Complementar 123/06 sediadas no âmbito municipal para Aquisição de gêneros alimentícios, material de limpeza, higiene limpeza, copa e cozinha para Secretaria de Assistência Social do município de Barra Velha. Conforme especificações detalhadas do Anexo I – Termo de Referência. Recebimento dos Envelopes até: 13/09/2017 às 08:30 horas. Data da Sessão Pública: 13/09/2017 às 08:45 horas, na Secretaria da Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. Coordenação do Processo: Pregoeiro Rubia Fernanda Alves. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados no endereço supra, horário: 8:00 às 12:00 horas e 13:30 às 17:30 horas, ou no site www.barravelha.sc.gov.br.

Barra Velha, 28 de agosto de 2017.

VALTER MARINO ZIMMERMANN

Prefeito.

PP 016/2017 FMS

PREFEITURA DE BARRA VELHA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
Processo Administrativo nº 023/2017 - Pregão Presencial nº 016/2017 - FMS

A Prefeitura de Barra Velha, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL do tipo Menor Preço global por lote para Aquisição de gêneros alimentícios para Secretaria de Saúde. Conforme especificações detalhadas do Anexo I – Termo de Referência. Recebimento dos Envelopes até: 14/09/2017 às 08:30 horas. Data da Sessão Pública: 14/09/2017 às 08:45 horas, na Secretaria da Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. Coordenação do Processo: Pregoeiro Rubia Fernanda Alves. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados no endereço supra, horário: 8:00 às 12:00 horas e 13:30 às 17:30 horas, ou no site www.barravelha.sc.gov.br. Barra Velha, 28 de agosto de 2017. VALTER MARINO ZIMMERMANN – Prefeito.

PP 017/2017 FMS

PREFEITURA DE BARRA VELHA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
Processo Administrativo nº 024/2017 - Pregão Presencial nº 017/2017 - FMS

A Prefeitura de Barra Velha, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL do tipo Menor Preço global por lote para Aquisição de material elétrico e de construção para reparos nas Unidades Básica de Saúde. Conforme especificações detalhadas do Anexo I – Termo de Referência. Recebimento dos Envelopes até: 14/09/2017 às 14:00 horas. Data da Sessão Pública: 14/09/2017 às 14:15 horas, na Secretaria da Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. Coordenação do Processo: Pregoeiro Rubia Fernanda Alves. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados no endereço supra, horário: 8:00 às 12:00 horas e 13:30 às 17:30 horas, ou no site www.barravelha.sc.gov.br. Barra Velha, 28 de agosto de 2017. VALTER MARINO ZIMMERMANN – Prefeito.

PP 018/2017 FMS

PREFEITURA DE BARRA VELHA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
Processo Administrativo nº 025/2017 - Pregão Presencial nº 018/2017 - FMS

A Prefeitura de Barra Velha, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL do tipo Menor Preço global por lote para Aquisição de veículos para Secretaria de Saúde e para Controladoria Geral do Município. Conforme especificações detalhadas do Anexo I – Termo de Referência. Recebimento dos Envelopes até: 13/09/2017 às

14:00 horas. Data da Sessão Pública: 13/09/2017 às 14:15 horas, na Secretaria da Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. Coordenação do Processo: Pregoeiro Rubia Fernanda Alves. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados no endereço supra, horário: 8:00 às

12:00 horas e 13:30 às 17:30 horas, ou no site www.barravelha.sc.gov.br. Barra Velha, 28 de agosto de 2017. VALTER MARINO ZIMMERMANN – Prefeito.

CÂMARA MUNICIPAL

LEI Nº 1610 DE 28 DE AGOSTO DE 2.017.

LEI Nº 1610 de 28 de agosto de 2.017.

"Altera a Lei nº 210 de 30 de dezembro de 1.999, e dá outras providências"

O Presidente da Câmara de Vereadores de Barra Velha, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e é promulgada a seguinte lei:

Art. 1º Fica alterada a redação do art. 1º da Lei nº 210/1.999, conforme segue:

"Art. 1º Fica instituído, na Prefeitura Municipal de Barra Velha, na Câmara de Vereadores de Barra Velha, nas Autarquias e Fundações Públicas Municipais, o regime de adiantamento financeiro, que reger-se-á segundo as normas legais vigentes que disciplinam a matéria".

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

BARRA VELHA, 28 de agosto de 2017.

Alex Sandro Correia dos Santos

Presidente da Câmara Municipal

LEI Nº 1611 DE 28 DE AGOSTO DE 2.017

LEI Nº 1611 de 28 de Agosto de 2.017.

"Institui no âmbito do Município de Barra Velha/SC, o DIA DO LAZER PARA O DEFICIENTE FÍSICO e dá outras providências"

O Presidente da Câmara de Vereadores de Barra Velha, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele promulga a seguinte lei:

Art. 1º - Fica instituído no âmbito do Município de Barra velha o "Dia do Lazer para o Deficiente Físico", a ser comemorado no 1º sábado, compreendido entre 3 a 10 de dezembro, dentro da Semana da Pessoa Portadora de Deficiência.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

BARRA VELHA, 28 de agosto de 2017.

Alex Sandro Correia dos Santos

Presidente da Câmara Municipal

Bela Vista do Toldo

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA N.15/2017

PORTARIA Nº 15 DE 09 DE AGOSTO DE 2017.

ANTONIO ALBERTI, Presidente da Câmara de Vereadores de Bela Vista do Toldo, no uso de suas atribuições legais e Constitucionais:

RESOLVE

Art. 1º - NOMEAR o 1º Suplente de Vereador o Sr.Anselmo Woidella, em face da licença concedida para o titular da cadeira o Vereador Dauvã Mizwa, através da Portaria do Poder Executivo n.596/2017, de 09 de agosto de 2017.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo, SC, 09 de agosto de 2017.

Registre-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

ANTONIO ALBERTI
Presidente

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria desta Casa, na data supra.

SANDRO MIELKE
1º secretario

Benedito Novo**PREFEITURA****2º PUBLICAÇÃO - EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 22/2017****PUBLICAÇÕES LEGAIS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 22/2017

PREGÃO PRESENCIAL nº 41/2017.

ÓRGÃO GESTOR: Município de Benedito Novo/SC

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS E PRODUTOS DE COPA E COZINHA PARA CONSUMO NAS DIVERSAS SECRETARIAS

ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA. ME		
Item	Produto	Valor Unit.
1	CHA DE LARANJA EMBALAGEM COM 10 SACHES/SAQUINHOS	3,30
2	CHA DE CAMOMILA EMBALAGEM COM 10 SACHES/SAQUINHOS	3,00
3	CHA DE MACA EMBALAGEM COM 10 SACHES/SAQUINHOS	3,30
4	CHA DE MORANGO EMBALAGEM COM 10 SACHES/SAQUINHOS	4,00
5	CAFE TORRADO E MOIDO, TRADICIONAL, EM PO, PORTANDO SELO DE PUREZA DA ASSOCIACAO BRASILEIRA DA INDUSTRIA DO CAFE (ABIC), EMBALAGEM A VACUO, COM 500 G.	9,20
6	FILTRO DE PAPEL PARA CAFE Nº 103, COM 30 UNIDADES	3,00
7	LEITE UHT INTEGRAL, CONTENDO 3% DE GORDURA, EMBALAGEM COM 1 L.	3,10
8	ACUCAR REFINADO EMBALAGEM COM 1KG	3,20
9	ACUCAR REFINADO EMBALAGEM COM 5KG	14,20

PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA: 05 de maio de 2017 a 05 de abril de 2018.

Benedito Novo (SC), 05 de maio de 2017.

JEAN MICHEL GRUNDMANN - Prefeito

EXTRATO DE CONTRATO 105/2017**PUBLICAÇÕES LEGAIS****EXTRATO DE CONTRATO**

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC

Processo Licitatório Nº 78/2017

EXTRATO DE CONTRATO Nº 105/2017

Contratada: GENTE SEGURADORA S.A

Objeto: CONTRATAÇÃO DE COMPANHIA SEGURADORA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COBERTURA, POR MEIO DE SEGURO PARA OS VEÍCULOS QUE COMPÕEM A FROTA MUNICIPAL

Valor Contratado: R\$ 7.700,00

Vigência: 18/08/2017 a 15/04/2018

Data Assinatura: 18/08/2017

JEAN MICHEL GRUNDMANN - Prefeito Municipal

EXTRATO DO TERCEIRO ADITIVO AO CONTRATO 129/2015**PUBLICAÇÕES LEGAIS****EXTRATO DE CONTRATO**

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC

Processo Licitatório Nº 55/2015

EXTRATO DO TERCEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº 129/2015

Contratada: SERVEMED CLINICA DE MEDICINA DO TRABALHO LTDA

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE OCUPACIONAL E SEGURANÇA DO TRABALHO

Finalidade do Aditivo: REAJUSTE DE VALOR

Valor Contratado: R\$ 1.488,63

Vigência: 18/08/2017 a 31/12/2017

Data Assinatura: 18/08/2017

JEAN MICHEL GRUNDMANN - Prefeito Municipal

Biguaçu

PREFEITURA

DECRETO Nº 171/2017

DECRETO Nº 171/2017 DE 25 DE AGOSTO DE 2017.

Faz remanejamento de dotação dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal.

Ramon Wollinger, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o parágrafo 3º do artigo 7º, da Lei Municipal nº 3681/2016 - Lei de Diretrizes Orçamentárias e o artigo 9º, da Lei Municipal nº 3696/2016 - Lei Orçamentária para 2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado, dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, a dotação abaixo identificada e constante da Lei Orçamentária para 2017, Lei Municipal nº 3696/2016:

03. SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

0301.04.122.0002.2011	Manut. da Secretaria de Administração	20.000,00
	ANULA:	
3.1.90.00/0.1.00.000000	Pessoal e Encargos Sociais	20.000,00
	SUPLEMENTA:	
3.3.90.00/0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes	20.000,00

06. SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO PARTICIPATIVA

0301.04.122.0002.2011	Manutenção da Secretaria de Planejamento e Gestão Participativa	3.000,00
	ANULA:	
3.1.90.00/0.1.00.000000	Pessoal e Encargos Sociais	3.000,00
	SUPLEMENTA:	
3.3.90.00/0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes	3.000,00

07. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

0701.12.361.0003.2018	Manutenção do Ensino Fundamental	19.100,00
	ANULA:	
3.1.90.00/0.1.01.000000	Pessoal e Encargos Sociais	1.500,00
3.3.90.00/0.1.06.000000	Outras Despesas Correntes	17.600,00
	SUPLEMENTA:	
3.3.90.00/0.1.01.000000	Outras Despesas Correntes	1.500,00
4.4.90.00/0.1.06.000000	Investimentos	17.600,00

0701.12.361.0003.2019	Remuneração dos Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício	400.000,00
	ANULA:	
3.1.90.00/0.1.12.000000	Pessoal e Encargos Sociais	400.000,00
	SUPLEMENTA:	
3.1.91.00/0.1.12.000000	Pessoal e Encargos Sociais	400.000,00

11. SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

1101.08.243.0006.2056	Proteção Especial de Média Complexidade	30.000,00
	ANULA:	
3.1.90.00/0.1.00.000000	Pessoal e Encargos Sociais	30.000,00
	SUPLEMENTA:	
3.1.91.00/0.1.00.000000	Pessoal e Encargos Sociais	30.000,00

1101.08.243.0006.2057	Proteção Especial de Alta Complexidade	45.000,00
	ANULA:	
3.1.90.00/0.1.00.000000	Pessoal e Encargos Sociais	45.000,00
	SUPLEMENTA:	
3.1.91.00/0.1.00.000000	Pessoal e Encargos Sociais	45.000,00

18. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

1801.10.301.0004.2033	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	219.000,00
	ANULA:	
3.1.90.00/0.1.02.000000	Pessoal e Encargos Sociais	219.000,00
	SUPLEMENTA:	
3.1.91.00/0.1.02.000000	Pessoal e Encargos Sociais	200.000,00
3.3.90.00/0.1.02.000000	Outras Despesas Correntes	19.000,00

1801.10.301.0004.2040	Centro de Especialidades Odontológicas – MAC/CEO	2.500,00
	ANULA:	
3.1.90.00/0.1.02.000000	Pessoal e Encargos Sociais	2.500,00
	SUPLEMENTA:	
3.3.90.00/0.1.02.000000	Outras Despesas Correntes	2.500,00

1801.10.304.0004.2045	Ações de Vigilância Sanitária	2.500,00
	ANULA:	
4.4.90.00/0.1.02.000000	Investimentos	2.500,00
	SUPLEMENTA:	
3.3.90.00/0.1.02.000000	Outras Despesas Correntes	2.500,00

25. SECRETARIA DA RECEITA

2501.04.123.0002.2096	Manutenção da Secretaria da Receita	220.000,00
	ANULA:	
3.1.90.00/0.1.00.000000	Pessoal e Encargos Sociais	220.000,00
	SUPLEMENTA:	
3.1.91.00/0.1.00.000000	Pessoal e Encargos Sociais	220.000,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 25 de agosto de 2017.

Ramon Wollinger
Prefeito Municipal

Reg. Publ. n/data

Marivalde Inêz Kons
Escriturária

PP 186/2017 PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 186/2017- PMB

OBJETO: AQUISIÇÃO DE VAN MINIBUS, TETO ALTO 15 LUGARES, PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO.

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 13:45 horas, do dia 14 de setembro, 2017, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 14:00 horas, do dia 14 de setembro, 2017, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

Local para obtenção do edital: no site da Prefeitura de Biguaçu: bigua.atende.net

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8022. Biguaçu, 28 de agosto de 2017.

RAMON WOLLINGER

PREFEITO MUNICIPAL

PP189/2017-PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 189/2017-PMB

OBJETO: AQUISIÇÃO DE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA, TOMADAS E MATERIAL DE TELEFONIA, PARA REALIZAR ADEQUAÇÕES NOS LOCAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO E SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA. RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 15:45 horas, do dia 13 de setembro de 2017, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 16:00 horas, do dia 13 de setembro, 2017, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura www.bigua.atende.net

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8019 e 3279-8022.

Biguaçu, 28 de agosto de 2017.

RAMON WOLLINGER

PREFEITO MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL

CONVOCAÇÃO CONCURSO Nº 001/2013**CONVOCAÇÃO**

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE BIGUAÇU, utilizando-se das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 24, item III, letra "a" do Regimento Interno da Câmara e art. 54, item VII, da Lei Orgânica do Município de Biguaçu, CONVOCA a candidata abaixo relacionada, aprovada no Concurso Público Edital 001/2013, da C.M.B., para comparecer na Câmara de Vereadores de Biguaçu, situada na Rua Hermógenes Prazeres nº 79, Ed. Coml. Nagib Garcia, 1º andar, centro de Biguaçu, neste Estado, no PRAZO MÁXIMO DE 30 (TRINTA) DIAS, munida da Carteira de Identidade e do CPF (originais), a fim de dar início ao processo de sua admissão.

O COMPARECIMENTO PESSOAL DA CANDIDATA ABAIXO RELACIONADA É INDISPENSÁVEL, RESTANDO ENTENDIDO QUE O NÃO COMPARECIMENTO NO PRAZO ESTABELECIDO ENSEJARÁ A DESISTÊNCIA DA EXPECTATIVA DO DIREITO À VAGA.

Após aprovação do referido exame pré-admissional, a candidata será nomeada e tomará posse no exercício do respectivo cargo.

Biguaçu, 29 de agosto de 2017.

Vereador Ângelo Ramos Vieira

Presidente

Cargo 1047 – Redator - Andreza Correa dos Santos

Blumenau

PREFEITURA

SUSPENSÃO DE ABERTURA - PREGÃO PRESENCIAL Nº 117/2017

MUNICÍPIO DE BLUMENAU - SUSPENSÃO DE ABERTURA - PREGÃO PRESENCIAL Nº 117/2017

Utilizamos-nos do presente para informar que a abertura da licitação na modalidade Pregão Presencial nº 117/2017 - Objeto: Aquisição de panos de limpeza e sacos de lixo para utilização durante a 34ª Oktoberfest, conforme especificações constantes neste Edital - PROEB - cuja data de abertura estava prevista para o dia 30/08/2017, às 09:30 horas, está SUSPensa. Base Legal: Decreto Municipal nº. 7732/04, Lei Federal nº. 10.520/02 e, subsidiariamente, Lei Federal nº. 8.666/93. Blumenau, 28/08/2017 - Anderson Rosa - Secretário Municipal de Administração.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 116/2017

MUNICÍPIO DE BLUMENAU

PREGÃO PRESENCIAL Nº 116/2017

OBJETO: Aquisição de medicamentos e luvas de procedimento, para atendimento a Rede Municipal de Saúde e Educação. FMS/SEMUS - SEMED. Entrega e protocolo dos envelopes: dia 12 de setembro de 2017, às 09:00 horas. Início da sessão: dia 12 de setembro de 2017, às 09:30 horas. Edital completo: via e-mail: pregoes@blumenau.sc.gov.br e/ou no site oficial do município <http://www.blumenau.sc.gov.br/transparencia>. Base Legal: Decreto Municipal nº. 7732/04, Lei Federal: nº. 10.520/02 e, subsidiariamente e nº. 8.666/93 e alterações. Lei Complementar nº. 123/2006 e alteração. Blumenau, 29/08/2017 - Anderson Rosa - Secretário Municipal de Administração.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 121/2017

MUNICÍPIO DE BLUMENAU - PREGÃO PRESENCIAL Nº 121/2017

Objeto: Aquisição de Materiais de expediente diversos para garantir o fortalecimento das ações da política pública sobre drogas no município de Blumenau na prevenção e acolhimento dos cidadãos, por meio do Ministério da Justiça e Secretaria Nacional de Políticas sobre drogas- termo de convênio SICONN nº. 802085/2014-SEMUDES. Entrega e protocolo dos envelopes: dia 11 de setembro de 2017, às 09h00min. Início da sessão: dia 11 de setembro de 2017, às 09h30min. Participação exclusiva de ME e EPP nos itens contemplados no art. 48 da Lei Comp. 123/2006 e alterações. Edital completo: via e-mail: pregoes@blumenau.sc.gov.br e/ou no site oficial do Município: <http://www.blumenau.sc.gov.br/portaltransparencia>. Base Legal: Decretos Municipais nº 7106/02 e 7732/04, Lei Federal: nº 10.520/02 e, subsidiariamente e nº 8.666/93 e alterações. Lei Complementar nº 123/2006 e alteração. Blumenau, 29/08/2017 - Anderson Rosa - Secretário Municipal de Administração.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2017

MUNICÍPIO DE BLUMENAU - PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2017

Objeto: Registro de Preços para manutenção preventiva e corretiva da frota municipal, sendo mecânica em geral, elétrica, capotaria, vidraçaria, borracharia e demais serviços, conforme Termo de Referência e demais especificações constantes neste edital, pelo período de 01 ano - Diversas Secretarias - PRO FAMÍLIA - ISSBLU - FAEMA - FCB - FMD - FMAS - SETERB. Entrega e protocolo dos

envelopes: dia 11 de setembro de 2017, às 09:00 horas. Início da sessão: dia 11 de setembro de 2017, às 09:30 horas. Edital completo: via e-mails: pregoes@blumenau.sc.gov.br e/ou no site oficial do município <http://www.blumenau.sc.gov.br/transparencia>. Base Legal: Decreto Municipal nº 7732/04, Lei Federal: nº 10.520/02 e, subsidiariamente e nº 8.666/93 e alterações. Lei Complementar nº 123/2006 e alteração. Blumenau, 28/08/2017 - Anderson Rosa - Secretário Municipal de Administração.

INTIMAÇÃO POR EDITAL Nº 005/2017

INTIMAÇÃO POR EDITAL Nº 005/2017

RECURSO ORDINÁRIO

Recorrente: Beluick Administração e Participações Ltda.

Assunto: Notificação Fiscal nº. 218/2015

Processo no: 880/2015

Nos termos da Lei Complementar nº. 632, de 30 de março de 2007, cabe intimar a Recorrente BELUICK ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA., a respeito da decisão proferida pelo Conselho Municipal de Contribuintes, que por unanimidade, conheceu do recurso ordinário e, no mérito, deu-lhe provimento, a fim de anular a notificação fiscal por vício de forma, resguardado o direito da Fazenda Pública constituir crédito do que lhe competir, e por maioria, quanto ao início da análise do período de preponderância da receita.

Por intermédio desta intimação, a partir da data efetiva da publicação do Boletim Oficial do Município, a reclamante fica intimada desta decisão.

Blumenau, 28 de agosto de 2017.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 09-2215/17 - SAMAE

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo de INEXIGIBILIDADE nº 09-2215/2017 SAMAE - Verba para participação no "Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental" para o servidor Marcelo Torresani.

Contratada: ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS DA SABESP (56.765.472/0001-90)

Valor total: R\$ 1.950,00

Base legal: Artigos 25, II e 13 VI da Lei nº. 8.666/93 e alterações

Data da homologação: 28 de agosto de 2017

Alexandro Eduardo Fernandes

Diretor presidente

EXTRATO Nº 369/2017 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 369/2017

Inexigibilidade de Licitação nº. 371/2017

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, torna público que após o devido processo legal, dispensou o procedimento em epígrafe com fundamento no Artigo 25, Caput, da Lei Federal nº. 8.666/93 e demais alterações, para o Pagamento de pró-labore para professora Luciane

Schulz relativo a aulas para o PROESDE-Licenciatura. Contratada: LUCIANE SCHULZ (CPF 468.697.789-49). Forma de Pagamento: Em até 15 dias após o término das aulas ou a combinar, mediante entrega da Nota Fiscal. Valor Total/Programa de Trabalho/Elemento de Despesa/Rubrica: R\$ 1.120,00 (um mil cento e vinte reais) / 01.30.12.364.0076.2030 (Projetos Especiais)/ 3.3.90.36 (Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física)/ 3.3.90.36.99.02 (Palestrantes e Oficineiros).

Blumenau, 28 de agosto de 2017.
Prof. Dr. João Natel Pollonio Machado
Reitor da FURB

EXTRATO Nº 370/2017 - FURB
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 370/2017
Inexigibilidade de Licitação nº. 396/2017

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, torna público que após o devido processo legal, dispensou o procedimento em epígrafe com fundamento no Artigo 25, Caput, da Lei Federal nº. 8.666/93 e demais alterações, para o Contratação de Professor para prestação de Serviços Educacionais na área de formação de Gestores e Docentes oriundo de parceria entre PMB e FURB. Contratada: LUCIANE SCHULZ (CPF 468.697.789-49). Forma de Pagamento: Em até 15 dias após o término da prestação do Serviço ou a combinar, mediante entrega da Nota Fiscal. Valor Total/Programa de Trabalho/Elemento de Despesa/Rubrica: R\$ 1.361,25 (um mil trezentos e sessenta e um reais e vinte e cinco centavos) / 01.27.12.364.0076.2027 (Instituto FURB)/ 3.3.90.36 (Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física)/ 3.3.90.36.06 (Serviços Técnicos Profissionais)..

Blumenau, 28 de agosto de 2017.
Prof. Dr. João Natel Pollonio Machado
Reitor da FURB

EXTRATO Nº 371/2017 - FURB
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 371/2017
Inexigibilidade de Licitação nº. 402/2017

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, torna público que após o devido processo legal, dispensou o procedimento em epígrafe com fundamento no Artigo 25, Caput, da Lei Federal nº. 8.666/93 e demais alterações, para a Contratação de serviço de plataforma on line de Eventos para uso do DPE nos Seminários Integrados de Licenciaturas. Contratada: L3 SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA LTDA-ME (CNPJ Nº 17.688.085/0001-45). Forma de Pagamento: Em até 28 (vinte e oito) dias consecutivos, contados após a entrega do material e da Nota Fiscal. Valor Total/Programa de Trabalho/Elemento de Despesa/Rubrica: 1.716,80 (um mil setecentos e dezesseis reais e oitenta centavos)/ 01.10.12.364.0076.2010 (Pró-Reitoria Ensino de Graduação)/ 3.3.90.39 (Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica)/ 3.3.90.39.11 (Locação de Software).

Blumenau, 28 de agosto de 2017.
Prof. Dr. João Natel Pollonio Machado
Reitor da FURB

EXTRATO Nº 373/2017 - FURB
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 373/2017
Dispensa de Licitação nº. 388/2017

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, torna público que após o devido processo legal, dispensou o procedimento em epígrafe com fundamento no Artigo 24, IV, da Lei Federal nº. 8.666/93 e demais alterações, para a Contratação de serviço para manutenção do microscópio PRIMO STAR da marca ZEISS, Patrimônio Nº 39250, em uso no Laboratório de Engenharia Florestal da Universidade. Contratada: ELC COMERCIAL LTDA – EPP (CNPJ Nº 78.441.201/0001-11). Forma de Pagamento: Em até 28 (vinte e oito) dias após a realização do serviço e entrega da Nota Fiscal. Valor Total/Programa de Trabalho/Elemento de Despesa/Rubrica: R\$ 2.110,00 (dois mil cento e dez reais)/ 01.30.12.364.0076.2030 (Projetos Especiais)/ 3.3.90.39.00 (Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica)/ 3.3.90.39.17.03 (Manutenção de Máquinas e Equipamentos Diversos).

Blumenau, 28 de Agosto de 2017.

Prof. Dr. João Natel Pollonio Machado
Reitor da FURB

EXTRATO Nº 374/2017 - FURB
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 374/2017
Dispensa de Licitação nº. 405/2017

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, torna público que após o devido processo legal, dispensou o procedimento em epígrafe com fundamento no Artigo 24, IV, da Lei Federal nº. 8.666/93 e demais alterações, para a Pagamento de Pró-Labore para a Prof.ª. Francine Legelski para atuação como membro titular externo da Banca Examinadora de Concurso Público de Provas e Títulos na área Temática "Teoria e Metodologia da História". Contratada: FRANCINE LEGELSKI (CPF Nº 042.879.009-79). Forma de Pagamento: Em até 28 (vinte e oito) dias após a realização do serviço e entrega da Nota Fiscal. Valor Total/Programa de Trabalho/Elemento de Despesa/Rubrica: R\$ 775,32 (setecentos e setenta e cinco reais e trinta e dois centavos)/ 01.16.12.364.0076.2016 (Centro de Ciência Humanas e da Comunicação)/ 3.3.90.36(Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física)/ 3.3.90.36.99.04.02 (Outras Atividades sem vínculo).

Blumenau, 28 de Agosto de 2017.

Prof. Dr. João Natel Pollonio Machado
Reitor da FURB

EXTRATO Nº 375/2017 - FURB
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 375/2017
Dispensa de Licitação nº. 386/2017

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, torna público que após o devido processo legal, dispensou o procedimento em epígrafe com

fundamento no Artigo 24, IV, da Lei Federal nº. 8.666/93 e demais alterações, para a AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA USO NAS OFICINAS DO EVENTO INTERAÇÃO FURB 2017. Contratadas: CASA DO LABORATÓRIO LTDA ME (CNPJ Nº 04.962.301/0001-57) e SIGMA-ALDRICH BRASIL LTDA (CNPJ Nº 68.337.658/0001-27). Forma de Pagamento: Em até 28 (vinte e oito) dias após o recebimento do serviço e da Nota Fiscal. Valor Total/Programa de Trabalho/Elemento de Despesa/Rubrica: R\$ 1.344,00 (hum mil trezentos e quarenta e quatro reais)/ 01.14.12.364.0076.2014 (Centro de Ciências da Saúde)/ 3.3.90.30 (Material de Consumo)/ 3.3.90.30.11 (Material Químico)/ 3.3.90.30.40 (Material Biológico).

Blumenau, 28 de Agosto de 2017.
Prof. Dr. João Natel Pollonio Machado
Reitor da FURB

EXTRATO Nº 376/2017 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 376/2017
Dispensa de Licitação nº. 404/2017

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, torna público que após o devido processo legal, dispensou o procedimento em epígrafe com fundamento no Artigo 24, IV, da Lei Federal nº. 8.666/93 e demais alterações, para a Pagamento de inscrição da Prof.^a Simone Leal Schwerti no 23º CIAED - CONGRESSO INTERNACIONAL ABED DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA. Contratada: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA-ABED (CNPJ Nº 00.975.548/0001-57). Forma de Pagamento: Até 01/09/2017 para confirmação da inscrição. Valor Total/Programa de Trabalho/Elemento de Despesa/Rubrica: R\$ 400,00 (quatrocentos reais)/ 01.10.12.364.0076.2010 (Pró-Reitoria Ensino de Graduação)/ 3.3.90.39 (Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica)/ 3.3.90.39.48 (Serviço de Seleção e Treinamento).

Blumenau, 28 de Agosto de 2017.

Prof. Dr. João Natel Pollonio Machado
Reitor da FURB

EXTRATO Nº 377/2017 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 377/2017
Dispensa de Licitação nº. 395/2017

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, torna público que após o devido processo legal, dispensou o procedimento em epígrafe com fundamento no Artigo 24, II, da Lei Federal nº. 8.666/93 e demais alterações, para a AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇO PARA MANUTENÇÃO DAS CAMINHONETES FRONTIER MKB1460 EM USO PELO PROJETO RESTAURAR DEF/FURB. Contratado: JWR MECÂNICA AUTOMOTIVA LTDA-ME (CNPJ Nº 15.803.134/0001-18). Forma de Pagamento Em até 28 (cinte e oito) dias consecutivos, contados a partir do recebimento definitivo dos serviços e entrega da Nota Fiscal, através de depósito bancário (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da CONTRATADA) ou de boleto bancário (caso no qual tais documentos deverão acompanhar a NF-e). Valor Total/Programa de Trabalho/Elemento de Despesa/ Rubrica: R\$ 1.966,00 (um mil novecentos e sessenta e seis reais)/ 01.30.12.364.0076.2030 (Projetos Especiais), 3.3.90.30 (Material de Consumo)/ 3.3.90.30.39 (Material para Manutenção de

Veículos)).

Blumenau, 28 de agosto de 2017.

Prof. Dr. João Natel Pollonio Machado
Reitor da FURB

EXTRATO Nº 378/2017 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 378/2017
Dispensa de Licitação nº. 390/2017

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, torna público que após o devido processo legal, dispensou o procedimento em epígrafe com fundamento no Artigo 24, IV, da Lei Federal nº. 8.666/93 e demais alterações, para a AQUISIÇÃO DE TESTES E AVALIAÇÕES PSICOLÓGICAS PARA USO NO CENTRO ESPECIALIZADO EM REABILITAÇÃO - CER II. Contratadas: D&MZ COMÉRCIO DE LIVROS E FORMULÁRIOS LTDA ME (CNPJ Nº 03.597.752/0001-70), GD COMÉRCIO DE LIVROS E PRODUTOS PSICOPEDAGÓGICOS LTDA ME (CNPJ Nº 25.138.038/0001-56), RACIONAL COMÉRCIO DE MATERIAL DIDÁTICO LTDA EPP (CNPJ Nº 77.063.527/0001-90). Forma de Pagamento: Em até 30 (trinta) dias após a entrega do material e da Nota Fiscal. Valor Total/Programa de Trabalho/Elemento de Despesa/Rubrica: R\$ 6.829,49 (seis mil, oitocentos e vinte e nove reais e quarenta e nove centavos)/ 01.33.10.302.0078.2033 (Hospital Universitário e Ambulatório)/ 3.3.90.30.00 (Material de Consumo)/.

Blumenau, 28 de Agosto de 2017.

Prof. Dr. João Natel Pollonio Machado
Reitor da FURB

EXTRATO Nº 379/2017 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 379/2017
Dispensa de Licitação nº. 401/2017

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, torna público que após o devido processo legal, dispensou o procedimento em epígrafe com fundamento no Artigo 24, II, da Lei Federal nº. 8.666/93 e demais alterações, para o Pagamento de Manutenção Preventiva e Calibração de Micropipetas em uso no Laboratório de Bioquímica da FURB. Contratado: EVAGON CALIBRAÇÃO MANUT E VENDA DE EQUIP INDUSTRIAIS LTDA (CNPJ Nº 07.304.670/0001-40). Forma de Pagamento: Em até 28 (cinte e oito) dias consecutivos, contados após a entrega do material e da Nota Fiscal, através de depósito bancário (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da CONTRATADA) ou de boleto bancário (caso no qual tais documentos deverão acompanhar a NF-e). Valor Total/Programa de Trabalho/Elemento de Despesa/ Rubrica: R\$ 845,00 (oitocentos e quarenta e cinco reais)/ 01.15.12.364.0076.2015 (Centro de Ciências Exatas e Naturais), 3.3.90.39 (Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica)/ 3.3.90.39.17.03 (Manutenção de Máquinas e Equipamentos Diversos).

Blumenau, 28 de agosto de 2017.

Prof. Dr. João Natel Pollonio Machado
Reitor da FURB

EXTRATO Nº 380/2017 - FURB
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 380/2017
Dispensa de Licitação nº. 398/2017

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, torna público que após o devido processo legal, dispensou o procedimento em epígrafe com fundamento no Artigo 24, II, da Lei Federal nº. 8.666/93 e demais alterações, para a Aquisição de tubos de criogênio (Criotubo) para uso no Projeto de Vida e Saúde em Pomerode - SHIP Brasil. Contratado: VIDROTECH COM DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS

PARA LABORATÓRIOS EIRELI-EPP (CNPJ Nº 03.865.871/0001-66).
Forma de Pagamento: Em até 28 (cinte e oito) dias consecutivos, contados após a entrega do material e da Nota Fiscal, através de depósito bancário (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da CONTRATADA) ou de boleto bancário (caso no qual tais documentos deverão acompanhar a NF-e).

Valor Total/Programa de Trabalho/Elemento de Despesa/ Rubrica: R\$ 4.940,00 (quatro mil novecentos e quarenta reais)/ 01.30.12.364.0076.2030 (Projetos Especiais), 3.3.90.30 (Material de Consumo)/ 3.3.90.30.35 (Material Laboratorial).

Blumenau, 28 de agosto de 2017.

Prof. Dr. João Natel Pollonio Machado
Reitor da FURB

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO 949

DECRETO LEGISLATIVO Nº 949

CONFERE A COMENDA MUNICIPAL DO MÉRITO EM EDUCAÇÃO
"PROFESSOR RUBENS FREDEL" AO PROFESSOR JOSÉ CARLOS
MELO.

MARCOS DA ROSA, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele promulga o seguinte decreto legislativo:

Art. 1º É conferida a Comenda Municipal do Mérito em Educação "Professor Rubens Fredel" ao Professor José Carlos Melo, por se destacar, no decorrer do ano, em suas atividades educativas atuando em sala de aula, nos termos do Decreto Legislativo nº 919, de 29 de junho de 2017.

Art. 2º A Comenda será entregue ao homenageado em sessão solene da Câmara Municipal de Blumenau.

Art. 3º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 17 DE AGOSTO DE 2017.

MARCOS DA ROSA

Presidente

ALMIR VIEIRA
Vice-Presidente

JOSÉ DE SOUZA MARCELO LANZARIN
1º Secretário 2º Secretário

Bom Jardim da Serra

PREFEITURA

PR 37/2017

Prefeitura Municipal de Bom Jardim da Serra/SC

Processo/ Ano nº 58/2017

Modalidade: Pregão presencial para registro de preços 37/2017

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO PRONTA/MARMITA, conforme cardápio, de acordo com as quantidades e especificações detalhadas abaixo e preço máximo do anexo IX e cláusulas contratuais.

Forma de julgamento: menor preço por item

O Prefeito municipal no uso de suas atribuições legais juntamente com o pregoeiro(a), participam à todos os interessados que abrirá as propostas para aquisição/contratação do objeto em epígrafe dia 11/09/2017 às 10horas. O edital segue as Leis 10.520/02, LC 123/06 , 147/14 e subsidiariamente 8.666/93, estando em inteiro teor disponível no site www.bomjardimdaserra.sc.gov.br sem custo, ou ainda na sede da proponente.

Bom Jardim da Serra, 28 de agosto de 2017.

Serginho Rodrigues de Oliveira

Prefeito Municipal

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

CONTATO Nº 078/2017 DE 25 DE AGOSTO DE 2017

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 078/2017 – Aditivo ao Contato nº 050/2017

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: Marteplan Terraplanagens e Serviços Ltda ME
Objeto: Primeiro Termo Aditivo ao contrato nº 050/2017 - Prazo
Nova Vigência: 30 de Agosto de 2017 a 30 de Outubro de 2017.

Ronaldo Luiz Senger
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 5078/2017 DE 24 DE AGOSTO DE 2017.

=====

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE

=====

Decreto nº 5078/2017 de 24 de Agosto de 2017.

Homologa e Adjudica Julgamento proferido pela Comissão de Licitação, do Processo Licitatório nº 01810/2017, dando outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE, SC, no uso de suas atribuições que lhe confere as leis nº: 10.520/02, 8.666/93 e suas atualizações;

DECRETA: Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pela Comissão de Licitação, nomeada pelo Decreto nº 4984/2017 de 02 de Janeiro de 2017, sob o Processo de Licitação nº 01810/2017, que tem por objeto Eventual contratação de serviços de Laboratório para Confecção de Próteses Dentárias Totais Superiores e Inferiores e Próteses Parciais Removíveis Superiores e Inferiores, Reembasamento e Consertos de Próteses Dentárias, para pacientes do Departamento de Saúde.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto desta licitação em favor da(s) empresa(s) abaixo relacionadas, tudo conforme o constante no Mapa Comparativo de Preços (na Deliberação), na sua exata ordem de classificação.

Item	Nome do Fornecedor	Descrição do Produto	Quant.	Valor (R\$)
1	Clinica Odontológica 19 de Dezembro Ltda EPP	Serviço de confecção de prótese total removível maxilar e mandibular (PT) em acrílico termo-polimerizável de alta resistência, com dentes nas características a seguir: tripla prensagem (corpo e esmalte) alta resistência mecânica, química e a abrasão. Ausência total de bolhas ou porosidade, fluorescência natural, certificado ISO, placa de mordida, montagem, ceroplastia, prensagem, acrilização, reembasamento com moldagem	150,00	48.000,00
2	Clinica Odontológica 19 de Dezembro Ltda EPP	Serviço de confecção de prótese parcial removível maxilar e mandibular (PPR) em estrutura metálica fundida em cromo-cobalto, grampos retentores, acrilizada em acrílico termo-polimerizável rosa de alta resistência, com dentes nas características a seguir: tripla prensagem (corpo e esmalte) alta resistência mecânica, química e a abrasão. Ausência total de bolhas ou porosidade, fluorescência natural, certificado ISO, placa de mordida, montagem, ceroplastia, prensagem, acrilização, reembasamento com moldagem	170,00	66.300,00
3	Clinica Odontológica 19 de Dezembro Ltda EPP	Reembasamento de Prótese Dentária	50,00	2.700,00
4	Clinica Odontológica 19 de Dezembro Ltda EPP	Conserto de Prótese Dentária	100,00	5.000,00

cento e vinte e dois mil reais

122.000,00

Art. 3º. Pelo presente, fica intimado os participantes da licitação supramencionada, da decisão estabelecida neste Decreto.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste – SC, aos 24/08/17.
Ronaldo Luiz Senger
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 5079/2017

DECRETO Nº 5079/17 DE 24 DE AGOSTO DE 2017.

ABRE CREDITO SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO LUIZ SENGER, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal, Leis Municipais nº 1.029/16 de 11.11.2016 (LDO), 1.033/16 de 16.11.2016 (LOA) e Lei Municipal nº 1058/17 de 23.08.2017.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar nos projetos abaixo, elementos respectivos da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, Secretaria Municipal de Estradas e Rodagem, Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos e Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente, no valor de R\$ 54.500,00 (Cinquenta e quatro mil e quinhentos reais).

Órgão: 05 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

Unidade Orçamentária: 05.03 – Departamento de Esportes.

Proj/Ativ.: 2781200192.054 - Manutenção do Ginásio Municipal de Esportes.

Elemento: 3390 – Aplicações Diretas (496).

Valor R\$ 6.000,00 (Seis mil reais).

Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Órgão: 06 – Secretaria Municipal de Estradas e Rodagem.

Unidade Orçamentária: 06.01 – Departamento de Estradas e Rodagem.

Proj/Ativ.: 2678200262.029 – Manutenção do Parque Rodoviário Municipal.

Elemento: 4490 – Aplicações Diretas (1070).

Valor R\$ 4.500,00 (Quatro mil e quinhentos reais).

Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Órgão: 08 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

Unidade Orçamentária: 08.01 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos.

Proj/Ativ.: 1545200302.031 – Manutenção das Atividades de Obras e Serviços Urbanos.

Elemento: 4490 – Aplicações Diretas (1164).

Valor R\$ 7.000,00 (Sete mil reais).

Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Órgão: 08 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

Unidade Orçamentária: 08.01 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos.

Proj/Ativ.: 1545200281.019 – Implantação e Sinalização do Sistema Viário.

Elemento: 3390 – Aplicações Diretas (1130).

Valor R\$ 16.000,00 (Dezesseis mil reais).

Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Órgão: 08 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

Unidade Orçamentária: 08.01 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos.

Proj/Ativ.: 2472200272.030 – Manutenção e Instalação de Repetidora de Sinais.

Elemento: 4490 – Aplicações Diretas (1234).

Valor R\$ 7.000,00 (Sete mil reais).

Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Órgão: 09 – Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente.

Unidade Orçamentária: 09.01 – Departamento da Agricultura.

Proj/Ativ.: 2060600411.042 – Manutenção do Programa Saneamento Rural.

Elemento: 3390 – Aplicações Diretas (1315).

Valor R\$ 4.000,00 (Quatro mil reais).

Elemento: 4490 – Aplicações Diretas (1322).

Valor R\$ 10.000,00 (Dez mil reais).

Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito autorizado pelo artigo primeiro da presente Lei, serão utilizados recursos dos seguintes projetos abaixo e respectivos elementos da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda e Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, no valor de R\$ 54.500,00 (Cinquenta e quatro mil e quinhentos reais).

Órgão: 03 – Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Unidade Orçamentária: 03.01 – Administração Geral.

Proj/Ativ.: 0412200042.008 – Apoio a Entidades Municipalistas.

Elemento: 3350 – Aplicações Diretas (114).

Valor R\$ 10.000,00 (Dez mil reais).

Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Órgão: 03 – Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Unidade Orçamentária: 03.01 – Administração Geral.

Proj/Ativ.: 0412200082.005 – Manutenção das Atividades com Eventos Municipais.

Elemento: 3390 – Aplicações Diretas (129).

Valor r\$ 3.000,00 (Três mil reais).

Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Órgão: 03 – Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Unidade Orçamentária: 03.01 – Administração Geral.

Proj/Ativ.: 0412200462.068 – Manutenção do Depto de Recursos Humanos.

Elemento: 3190 – Aplicações Diretas (1505).

Valor r\$ 21.000,00 (Vinte e um mil reais).

Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Órgão: 08 – Secretária Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

Unidade Orçamentária: 08.01 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos.

Proj/Ativ.: 1545200302.033 – Construção e Manutenção e Inf. Est. Do Cemitério Municipal.

Elemento: 4490 – Aplicações Diretas (1515).

Valor r\$ 5.000,00 (Cinco mil reais).

Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Órgão: 08 – Secretária Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

Unidade Orçamentária: 08.01 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos.

Proj/Ativ.: 1648200532.067 – Manutenção do Departamento de Habitação.

Elemento: 3190 – Aplicações Diretas (1502).

Valor r\$ 8.500,00 (Oito mil e quinhentos reais).

Elemento: 3390 – Aplicações Diretas (1503).

Valor r\$ 5.000,00 (Cinco mil reais).

Elemento: 4490 – Aplicações Diretas (1504).

Valor r\$ 2.000,00 (Cinco mil reais).

Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Art. 3º - As despesas decorrentes do presente decreto correm p/conta do orçamento municipal.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, aos 24 de agosto de 2017.

RONALDO LUIZ SENGER

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 5080/2017 DE 25 DE AGOSTO DE 2017.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE

Decreto nº 5080/2017 de 25 de Agosto de 2017.

Homologa e Adjudica Julgamento proferido pela Comissão de Licitação, do Processo Licitatório nº 01887/2017 , dando outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE, SC, no uso de suas atribuições que lhe confere as leis nº: 10.520/02, 8.666/93 e suas atualizações;

DECRETA: Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pela Comissão de Licitação, nomeada pelo Decreto nº 4984/2017 de 02 de Janeiro de 2017, sob o Processo de Licitação nº 01887/2017, que tem por objeto Aquisição de Luminárias e Refletores em LED para instalação junto a Praça Municipal.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto desta licitação em favor da(s) empresa(s) abaixo relacionadas, tudo conforme o constante no Mapa Comparativo de Preços (na Deliberação), na sua exata ordem de classificação.

Item	Nome do Fornecedor	Descrição do Produto	Quant.	Valor (R\$)
------	--------------------	----------------------	--------	-------------

1	Eletro Zagonel Ltda	Luminária Pública de LED 150 W com Fluxo Luminoso EFETIVO acima de 14.500/lm com consumo máximo de $\pm 5\%$ 150w, Estrutura em alumínio injetado com pintura Eletrostática, Bivolt automática; Fonte de energia com controle de corrente em malha fechada; Alto fator de potência - igual ou superior a 0,98; distorção Harmônica total de corrente inferior a 10%, índice de reprodução de cores (IRC) superior a 70, protetor contra surtos de 10kv/10ka; sistema de aterramento; lente com distribuição Longitudinal curta e Transversal tipo III comprovado pelo ensaio fotométrico. Temperatura média de cor 5000 a 6500K; sistema incluso de acionamento automático em função da luminosidade ambiente ou base e rele foto controlador conforme NBR 5123 (Rele Fotoelétrico) Led com vida útil igual ou superior a 50.000 horas (L70).	40,00	46.800,00
2	Eletro Zagonel Ltda	Luminária Pública de LED 50W, com Fluxo luminoso EFETIVO acima de 5.600/lm com consumo máximo de $\pm 5\%$ 50 W, Estrutura em alumínio injetado com pintura Eletrostática, Bivolt automática; Fonte de energia com controle de corrente em malha fechada; Alto fator de potência - igual ou superior a 0,98; distorção Harmônica total de corrente inferior a 10%, índice de reprodução de cores (IRC) superior a 70, protetor contra surtos de 10kv/10ka; sistema de aterramento; lente com distribuição Longitudinal curta e Transversal tipo III comprovado pelo ensaio fotométrico. Temperatura média de cor 5000 a 6500K; sistema incluso de acionamento automático em função da luminosidade ambiente ou base e rele foto controlador conforme NBR 5123 (Rele Fotoelétrico) Led com vida útil igual ou superior a 50.000 horas (L70).	10,00	7.900,00
3	Eletro Zagonel Ltda	Refletor de LED 200 W - refletor Bivolt automática, fonte de energia com controle de corrente em malha fechada; alto fator de potência - igual ou superior a 0,98; distorção Harmônica total de corrente inferior a 10%, índice de reprodução de cores (IRC) igual ou superior a 80, sistema de aterramento; classe 1 de isolamento elétrica, peso do produto não superior a 6 Kg, grau de proteção do drive IP 66; proteção sobre corrente e sobre tensão, Fluxo luminoso EFETIVO acima de 18.300/lm; lente 60º; com consumo máximo de 200W, temperatura de cor 4000 a 5000 K; Estrutura de acabamento em inox 304 ou alumínio injetado; Led com vida útil igual ou superior a 50.000 hs (L70); temperatura de ambiente de operação - 30°C a 50 °C; tensão de alimentação de 100 a 250 v, 50/60Hz;	45,00	52.200,00

cento e seis mil e novecentos reais

106.900,00

Art. 3º. Pelo presente, fica intimado os participantes da licitação supramencionada, da decisão estabelecida neste Decreto.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste – SC, aos 25/08/17.

Ronaldo Luiz Senger
Prefeito Municipal

Bom Retiro

PREFEITURA

835.08.17 - P. TAXI

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 835/17 de 25.08.17

DISPÕE SOBRE A OUTORGA DE PERMISSÃO OPERACIONAL DO SERVIÇO DE TRANSPORTE INDIVIDUAL DE PASSAGEIROS – TAXI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CONSIDERANDO a publicação do Decreto nº. 08/15 de 05.02.15, que regulamentou a Lei Municipal nº 2249/2014;

CONSIDERANDO o que dispõe o Art. 6º da Lei Municipal nº 2249/2014;

CONSIDERANDO que o permissionário cumpre com todos os ditames legais.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER para o Sr. ZELINO MUNARIM, inscrito no C.P.F. n.º 471.032.309-78 a outorga de Permissão Operacional para Prestação do Serviço Público de Transporte Individual de Passageiros – TAXI na cidade de Bom Retiro, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º. A presente outorga de Permissão Operacional para Prestação do Serviço Público de Transporte Individual de Passageiros – TAXI terá validade até a data de 28 de Março de 2018, devendo ser renovada anualmente seguindo os trâmites previstos na Lei Municipal nº 2249/2014.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 25 de agosto de 2017.

VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA
Responsável Sec. Mun. Adm. e Fazenda

836.08.17 - P. LIC. TRAT. SAÚDE JULIANO DA CRUZ

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 836/17 de 25.08.17

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 71 e 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde, no dia 24 de agosto de 2017, ao funcionário Juliano da Cruz, ocupante do cargo de Professor de Educação Física - Padrão 1 – Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Núcleo Municipal São José.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 25 de agosto de 2017.

VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

837.08.17 - P. LIC. TRAT. SAÚDE RAQUEL L. RODRIGUES

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 837/17 de 25.08.17

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 71 e 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 21 de agosto de 2017, a funcionária Raquel de Lima Rodrigues, ocupante do cargo de Professor de Artes - Padrão 1 – Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Núcleo Municipal São José.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
25 de agosto de 2017.
VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

838.08.17 - P. NOMEIA DEFENSOR DATIVO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 838/17 de 28.08.17

Dispõe sobre a nomeação de defensor dativo para apresentar defesa escrita em razão da revelia da indiciada no Processo Administrativo nº 02/2017.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, nos termos do artigo 156 da Lei Complementar N.º 01/03 de 02 de dezembro de 2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e referente ao Processo Administrativo Disciplinar 02/2017 no âmbito da Administração Municipal de Bom Retiro - SC.

RESOLVE:

Art. 1º. Em razão da revelia da indiciada no Processo Administrativo Disciplinar nº 02/2017, instaurado pela Portaria nº 394/17 de 04 de abril de 2017, e prorrogada pela Portaria nº 641/17 de 03.07.17, designo como defensor dativo a Advogada Dra. Virginia das Graças Pirola para apresentação de defesa, no prazo de 05 (cinco) dias, a partir da publicação desta Portaria.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor nesta data, devendo ser afixada em local de costume, dando ciência ao imputado e publicada no jornal oficial, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância de Socorro, 28 de agosto de 2017.

VILMAR JOSÉ NECKEL

Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA

Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

EXTRATO CONTRATO 193/2017 FMAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO/SC

AVISO DE PUBLICAÇÃO

Extrato Contrato 193/2017 Dispensa Chamamento Público 02/2017 FMAS

Contratante: Município de Bom Retiro - FMAS

Contratado: Associação de Assistência Social de Bom Retiro

Objeto: Desenvolvimento do Projeto "A Escola de nossos filhos é a gente que faz".

Valor Total: R\$ 9.600,00 (nove mil e seiscentos reais).

ERRATA

O Município de Bom Retiro vem a público retificar Extrato Contrato 1191/2017, publicado dia 25/08/2017. Alterar

ONDE SE LÊ:

Extrato Contrato 191/2017 Pregão Presencial 14/2017

Contratante: Município de Bom Retiro

Contratado: Globo Auto Center Ltda ME

LEIA-SE:

Extrato Contrato 191/2017 Pregão Presencial 14/2017

Contratante: Município de Bom Retiro

Contratado: Soma Com. de Importação e Exportação de Mat. de Construção Ltda ME

Cumpridas as formalidades, publique-se o presente para que surta efeito legal.

Bom Retiro, 29 de agosto de 2017.

Vilmar José Neckel

Prefeito Municipal

MINUTA PP 26/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO/SC

MINUTA EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2017

O Município de Bom Retiro torna público Edital Pregão Presencial 26/2017 para Aquisição de pó de brita, para manutenção das vias urbanas do município de Bom Retiro. A abertura dos envelopes será dia 13/09/17 às 10h00min. Maiores informações podem ser obtidas na Prefeitura de Bom Retiro Fone/Fax: (049)32770183, das 09:00/12:00/ 13:30/17:00. Edital completo disponível no website oficial: www.bomretiro.sc.gov.br. Cumpridas as formalidades, publique-se o presente para que surta efeito legal.

Bom Retiro, 29 de agosto 2017.

Vilmar José Neckel

Prefeito Municipal

Braço do Trombudo

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº26/2016 PMBT

Página: 1/15

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 26/2016

Número do Registro de Preços: 26/2016 Data do Registro: 28/11/2016 Válido até: 28/11/2017
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de pneus, câmeras e protetores para manutenção da frota de veículos das diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Pneu 275/80 R 22.5 borrachudo (15581)	UND	RODA BRASIL DISTR. DE AUTO PEÇAS E ACESS. LTDA (8789)	JK	0	1.385,0000	1
			CANTU COMERCIO DE PNEUMATICOS LTDA (9367)	KRD05 MARS	0	1.385,0000	2
			GF PNEUS COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA (9548)	FATEDC480	0	1.400,0000	3
			Pneu Bom Ltda. (9546)	Dunlop SP871	0	1.500,0000	4
2	Pneu 275/80 R 22.5 liso (15580)	UND	CANTU COMERCIO DE PNEUMATICOS LTDA (9367)	D621 DRC 16f	0	1.115,0000	1
			RODA BRASIL DISTR. DE AUTO PEÇAS E ACESS. LTDA (8789)	GOODRIDE	0	1.120,0000	2
			GF PNEUS COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA (9548)	JKJETWAY	0	1.200,0000	3
3	Pneu 175/70 R 14 88 T (9029)	UND	RODA BRASIL DISTR. DE AUTO PEÇAS E ACESS. LTDA (8789)	APOLLO	0	215,0000	1
			GF PNEUS COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA (9548)	APOLLO/AMA	0	230,0000	2
			TRATOR PECAS-COMERC. PECAS P/ TRATORES LT. (6611)	APOLLO	0	245,0000	3
4	Pneu 175/70 R 13. (11248)	UND	CANTU COMERCIO DE PNEUMATICOS LTDA (9367)	KR26 KUMHO	0	153,0000	1
			GABRIEL ANDRES FLACH - ME (9547)	ROVELO - RH	0	160,0000	2
			GF PNEUS COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA (9548)	SAILUNVATRE	0	170,0000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 26/2016

Página: 2/15

Número do Registro de Preços: 26/2016 **Data do Registro: 28/11/2016** **Válido até: 28/11/2017**

Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de pneus, câmeras e protetores para manutenção da frota de veículos das diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
5	Pneu 225/70 R 15C liso (15585)	UND	RODA BRASIL DISTR. DE AUTO PEÇAS E ACCESS. LTDA (8789)	XBRI	0	385,0000	1
			GF PNEUS COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA (9548)	SAILUNCOM	0	389,0000	2
			GABRIEL ANDRES FLACH - ME (9547)	LINGLONG-R	0	390,0000	3
			CANTU COMERCIO DE PNEUMATICOS LTDA (9367)	AL01 AEOLUS	0	389,0000	4
6	Pneu 195/65 R 15 liso (17221)	UND	GF PNEUS COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA (9548)	TRIANGLE/TR	0	200,0000	1
			GABRIEL ANDRES FLACH - ME (9547)	LINGLONG-CF	0	230,0000	2
			RODA BRASIL DISTR. DE AUTO PEÇAS E ACCESS. LTDA (8789)	XBRI	0	240,0000	3
			CANTU COMERCIO DE PNEUMATICOS LTDA (9367)	AH02 AEOLUS	0	240,0000	4
7	Pneu 185/60 R 14 82 H (6682)	UND	GF PNEUS COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA (9548)	SAILUN/ATRE	0	175,0000	1
			CANTU COMERCIO DE PNEUMATICOS LTDA (9367)	RP203 APTAN	0	180,0000	2
			GABRIEL ANDRES FLACH - ME (9547)	ROVELO-RHP	0	210,0000	3
			RODA BRASIL DISTR. DE AUTO PEÇAS E ACCESS. LTDA (8789)	LINGLONG	0	210,0000	4
8	Pneu 215/75 R 17.5 misto (17222)	UND	GF PNEUS COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA (9548)	TRIANGLE/TR	0	530,0000	1

Página: 3/15

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 26/2016

Número do Registro de Preços: 26/2016		Data do Registro: 28/11/2016		Válido até: 28/11/2017		Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de pneus, câmeras e protetores para manutenção da frota de veículos das diversas Secretarias do Município de Braco do Trombudo.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
2			RODA BRASIL DISTR. DE AUTO PEÇAS E ACESS. LTDA (8789)	LINGLONG	0	595.0000	
3			TRATOR PECAS-COMERC. PECAS P/TRATORES LT. (8611)	XBRI	0	680.0000	
4			GABRIEL ANDRES FLACH - ME (9547)	LINGLONG-D&	0	700.0000	
1			RODA BRASIL DISTR. DE AUTO PEÇAS E ACESS. LTDA (8789)	apollo bbw can	0	1.400.0000	
2			GABRIEL ANDRES FLACH - ME (9547)	DUNLOP/MAG	0	1.480.0000	
3			Pneu Bom Ltda. (9546)	Dunlop/Flexerr	0	1.530.0000	
1			RODA BRASIL DISTR. DE AUTO PEÇAS E ACESS. LTDA (8789)	jk bbw carretei	0	1.398.0000	
2			Pneu Bom Ltda. (9546)	Dunlop/Flexerr	0	1.400.0000	
1			RODA BRASIL DISTR. DE AUTO PEÇAS E ACESS. LTDA (8789)	goodride bbw c	0	890.0000	
2			Pneu Bom Ltda. (9546)	Tomel/Magnur	0	1.050.0000	
3			MODELO PNEUS LTDA. (8069)	PIRELLI/QBOM	0	1.070.0000	
1			Pneu Bom Ltda. (9546)	Grandtour/Mag	0	859.0000	
2			RODA BRASIL DISTR. DE AUTO PEÇAS E ACESS. LTDA (8789)	goodride bbw c	0	860.0000	

9 Pneu radial 1000x20, borrachudo, 16 lonas profundidade mínima do sulco de 20.0mm câmara e protetor. (11277)

10 Pneu radial 1000x20 misto liso, 16 lonas, profundidade mínima de sulco de 18mm, com câmara e protetor. (15387)

11 Pneu borrachudo 900x20, 14 lonas com profundidade mínima do sulco de 19.5mm convencional com câmara e protetor. (11279)

12 Pneu liso convencional 900x20, 14 lonas, profundidade de sulco mínima de 12,3 mm com câmara e protetor. (18796)

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 26/2016

Página: 4/15

Número do Registro de Preços: 26/2016 **Data do Registro: 28/11/2016** **Válido até: 28/11/2017**

Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de pneus, câmaras e protetores para manutenção da frota de veículos das diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
13	Pneu 1400x24 com 16 lonas convencional com câmara e protetor (15390)	UND	MODELO PNEUS LTDA. (8069)	PIRELLI/QBON	0	962,0000	3
			RODA BRASIL DISTR. DE AUTO PEÇAS E ACESS. LTDA (8789)	superguider bb	0	1.740,0000	1
			GF PNEUS COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA (9548)	ROADGUIDEF	0	1.800,0000	2
			GABRIEL ANDRES FLACH - ME (9547)	SUPERGUIM/	0	1.830,0000	3
			Pneu Bom Ltda. (9546)	Condor/ZcRubi	0	1.900,0000	4
14	Pneu 1300x24 com 14 lonas convencional com câmara e protetor (15391)	UND	Pneu Bom Ltda. (9546)	Condor/Flexarr	0	1.635,0000	1
			RODA BRASIL DISTR. DE AUTO PEÇAS E ACESS. LTDA (8789)	superguider bb	0	1.640,0000	2
			GABRIEL ANDRES FLACH - ME (9547)	SUPERGUIM/	0	1.650,0000	3
15	Pneu 11L 16TL F3 com 12 lonas convencional (18790)	UND	Pneu Bom Ltda. (9546)	Brasplus/F3	0	595,0000	1
			GF PNEUS COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA (9548)	ROADGUIDEF	0	600,0000	2
			MODELO PNEUS LTDA. (8069)	PIRELLI	0	910,0000	3
16	Pneu 19,5 X 24 12 lonas convencional (18791)	UND	CANTU COMERCIO DE PNEUMATICOS LTDA (9367)	LANDE 12PR I	0	1.855,0000	1
			RODA BRASIL DISTR. DE AUTO PEÇAS E ACESS. LTDA (8789)	SUPERGUIDE	0	1.890,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 26/2016

Página: 5/15

Número do Registro de Preços: 26/2016 **Data do Registro: 28/11/2016** **Válido até: 28/11/2017**

Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de pneus, câmeras e protetores para manutenção da frota de veículos das diversas Secretarias do Município de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
17	Pneu 12.5/80 - R18 convencional com câmara (11286)	UND	GF PNEUS COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA (9548)	ROADGUIDEF	0	1.900.0000	3
				SUPERGUIDE	0	1.930.0000	4
				BrasplusR4	0	2.000.0000	5
				SUPERGVUL	0	945.0000	1
				ROADGUIDEF	0	950.0000	2
18	Pneu 17.5x25 com 16 lonas convencional, com câmara e protetor (6972)	UND	GF PNEUS COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA (9548)	superquider bb	0	1.040.0000	3
				ROADGUIDEF	0	2.200.0000	1
				SUPERGUIDX	0	2.250.0000	2
				superquider bb	0	2.390.0000	3
				LANDE 12PR I	0	2.400.0000	4
19	Pneu 14.9 X 28 com 8 lonas convencional com camera (18793)	UND	GF PNEUS COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA (9548)	BKT/7R135	0	1.580.0000	1
				superquider bb	0	1.590.0000	2
				SUPERGUIDE	0	1.620.0000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 26/2016

Página: 6/15

Número do Registro de Preços: 26/2016 Data do Registro: 28/11/2016 Válido até: 28/11/2017

Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de pneus, câmeras e protetores para manutenção da frota de veículos das diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
20	Pneu 18,4 X 30 com 12 lonas convencional com camera (18792)	UND	GF PNEUS COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA (9548)	BK7/TR135	0	2.150.0000	1
			GABRIEL ANDRES FLACH - ME (9547)	SUPERGUIDE	0	2.280.0000	2
			RODA BRASIL DISTR. DE AUTO PEÇAS E ACESS. LTDA (8789)	superguide bb	0	2.390.0000	3
21	Pneu 12,4 X 24 com 10 lonas convencional com camera (18794)	UND	GABRIEL ANDRES FLACH - ME (9547)	SUPERGUIDE	0	1.114.0000	1
			RODA BRASIL DISTR. DE AUTO PEÇAS E ACESS. LTDA (8789)	superguide bb	0	1.120.0000	2
22	Pneu 750 X 16 com câmara. (11289)	UND	GABRIEL ANDRES FLACH - ME (9547)	SUPERGUIDE	0	407.0000	1
			RODA BRASIL DISTR. DE AUTO PEÇAS E ACESS. LTDA (8789)	Linglong lingloi	0	440.0000	2
			Pneu Bom Ltda. (9546)	Grantour/ZcRu	0	500.0000	3
23	Camera 1000 x 20. (11293)	UND	GABRIEL ANDRES FLACH - ME (9547)	MAGGION - Ti	0	71.0000	1
			RODA BRASIL DISTR. DE AUTO PEÇAS E ACESS. LTDA (8789)	BBW	0	85.0000	2
			Pneu Bom Ltda. (9546)	FlexemV3065	0	98.0000	3
24	PROTETOR 1000 X 20 (2674)	UND	GABRIEL ANDRES FLACH - ME (9547)	K-RUBBER-CJ	0	19.0000	1
			RODA BRASIL DISTR. DE AUTO PEÇAS E ACESS. LTDA (8789)	CARRETEIRO	0	25.0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 26/2016

Página: 7/15

Número do Registro de Preços: 26/2016		Data do Registro: 28/11/2016		Válido até: 28/11/2017		Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de pneus, câmeras e protetores para manutenção da frota de veículos das diversas Secretarias do Município de Braco do Trombudo.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
25	Câmara 900 x 20. (11295)	UND	MODELO PNEUS LTDA. (8069) Pneu Bom Ltda. (9546)	RUZI Magnum V304	0	45.0000 64.9000	3 1
26	Protetor 900 x 20. (11296)	UND	GABRIEL ANDRES FLACH - ME (9547) RODA BRASIL DISTR. DE AUTO PEÇAS E ACESS. LTDA (8789)	MAGNUM - V3 BBW	0	72.0000 80.0000	2 3
27	Câmara 1300 x 24. (11297)	UND	GABRIEL ANDRES FLACH - ME (9547) RODA BRASIL DISTR. DE AUTO PEÇAS E ACESS. LTDA (8789)	K-RUBBER-C/ CARRETEIRO	0	23.0000 25.0000	1 2
28	Protetor 1300 x 24. (11298)	UND	MODELO PNEUS LTDA. (8069) GABRIEL ANDRES FLACH - ME (9547)	RUZI MAGGION-TR	0	45.0000 147.9000	3 1
			RODA BRASIL DISTR. DE AUTO PEÇAS E ACESS. LTDA (8789)	BBW	0	149.0000	2
			Pneu Bom Ltda. (9546)	Flexem/Tt220	0	180.0000	3
			Pneu Bom Ltda. (9546)	ZcRubber/Acc	0	40.0000	1
			GABRIEL ANDRES FLACH - ME (9547)	K-RUBBER-C/	0	43.0000	2
			RODA BRASIL DISTR. DE AUTO PEÇAS E ACESS. LTDA (8789)	CARRETEIRO	0	50.0000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 26/2016

Página: 8/15

Número do Registro de Preços: 26/2016		Data do Registro: 28/11/2016		Válido até: 28/11/2017			
Objeto da Compra:		Registro de Preços para eventual aquisição de pneus, câmeras e protetores para manutenção da frota de veículos das diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
29	Câmera 1400 x 24. (11299)	UND	RODA BRASIL DISTR. DE AUTO PEÇAS E ACESS. LTDA (8789)	BBW	0	147,0000	1
			GABRIEL ANDRES FLACH - ME (9547)	MAGGION-TR	0	160,0000	2
			Pneu Bom Ltda. (9546)	Flexem/Tr220	0	180,0000	3
30	PROTETOR 1400X24 (3105)	UND	Pneu Bom Ltda. (9546)	ZcRubber/Arcô	0	40,0000	1
			GABRIEL ANDRES FLACH - ME (9547)	K-RUBBER-CJ	0	43,0000	2
			RODA BRASIL DISTR. DE AUTO PEÇAS E ACESS. LTDA (8789)	CARRETEIRO	0	50,0000	3
31	Câmera 19.5 X 24. (11302)	UND	RODA BRASIL DISTR. DE AUTO PEÇAS E ACESS. LTDA (8789)	BBW	0	209,0000	1
			GABRIEL ANDRES FLACH - ME (9547)	QBOM-TR218	0	245,0000	2
			Pneu Bom Ltda. (9546)	Flexem/Tr220	0	280,0000	3
32	Câmera 12.5/80 - R18. (11303)	UND	RODA BRASIL DISTR. DE AUTO PEÇAS E ACESS. LTDA (8789)	BBW	0	80,0000	1
			GABRIEL ANDRES FLACH - ME (9547)	VULCAN-TR2	0	110,0000	2
33	Câmera 17.5x25. (11304)	UND	GABRIEL ANDRES FLACH - ME (9547)	QBOM-TR220	0	196,0000	1
			Pneu Bom Ltda. (9546)	Forever/Tr220	0	210,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 26/2016

Página: 9/15

Número do Registro de Preços: 26/2016		Data do Registro: 28/11/2016		Válido até: 28/11/2017			
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de pneus, câmeras e protetores para manutenção da frota de veículos das diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

			RODA BRASIL DISTR. DE AUTO PEÇAS E ACESS. LTDA (8789)	BBW	0	219,0000	3
34	Camera 11L 16TL F3 (15579)		UND GABRIEL ANDRES FLACH - ME (9547)	MAGGION-PA	0	75,0000	1
			MODELO PNEUS LTDA. (8069)	TORTUGA	0	96,0000	2
35	PROTETOR 17.5X25 (3103)		UND GABRIEL ANDRES FLACH - ME (9547)	K-RUBBER-C/	0	84,0000	1
			RODA BRASIL DISTR. DE AUTO PEÇAS E ACESS. LTDA (8789)	CARRETEIRO	0	85,0000	2
			Pneu Bom Ltda. (9546)	Carreteiro/Aroç	0	140,0000	3
36	CÂMARA 14.9 x 28 (15583)		UND GABRIEL ANDRES FLACH - ME (9547)	MAGGION-TR	0	171,0000	1
			RODA BRASIL DISTR. DE AUTO PEÇAS E ACESS. LTDA (8789)	BBW	0	199,0000	2
37	Camera 12.4x24 (11263)		UND GABRIEL ANDRES FLACH - ME (9547)	MAGGION-TR	0	114,0000	1
			RODA BRASIL DISTR. DE AUTO PEÇAS E ACESS. LTDA (8789)	BBW	0	120,0000	2
38	Câmara 18.4x30. (11261)		UND GABRIEL ANDRES FLACH - ME (9547)	MAGGION-TR	0	199,0000	1
			RODA BRASIL DISTR. DE AUTO PEÇAS E ACESS. LTDA (8789)	BBW	0	230,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 26/2016

Página: 10/15

Número do Registro de Preços: 26/2016 **Data do Registro: 28/11/2016** **Válido até: 28/11/2017**

Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de pneus, câmaras e protetores para manutenção da frota de veículos das diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			Pneu Bom Ltda. (9546)	Flexem/T1218	0	280,0000	3
39	Pneu 185/60 R 14 (15591)						
		UND	GF PNEUS COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA (9548)	SAILUN/ATRE	0	175,0000	1
			CANTU COMERCIO DE PNEUMATICOS LTDA (9367)	RP203 APTAN	0	180,0000	2
			RODA BRASIL DISTR. DE AUTO PEÇAS E ACESS. LTDA (8789)	LINGLONG	0	210,0000	3
			GABRIEL ANDRES FLACH - ME (9547)	LINGLONG	0	210,0000	4
40	Pneu 205/60 R 16 92V (17215)						
		UND	CANTU COMERCIO DE PNEUMATICOS LTDA (9367)	AH02 AEOLUS	0	270,0000	1
			GABRIEL ANDRES FLACH - ME (9547)	LINGLONG	0	320,0000	2
			MODELO PNEUS LTDA. (8069)	BRIDGESTON	0	463,0000	3
41	Pneu 155/60 R 15 88V (17216)						
		UND	GF PNEUS COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA (9548)	TRIANGLE/TR	0	215,0000	1
			GABRIEL ANDRES FLACH - ME (9547)	LINGLONG	0	220,0000	2
			CANTU COMERCIO DE PNEUMATICOS LTDA (9367)	AH02 AEOLUS	0	240,0000	3
			RODA BRASIL DISTR. DE AUTO PEÇAS E ACESS. LTDA (8789)	LINGLONG	0	240,0000	4
42	Pneu 185 R 14 C 102 profundidade de sulco mínima de 9,5 mm (6683)						
		UND	RODA BRASIL DISTR. DE AUTO PEÇAS E ACESS. LTDA (8789)	XBRI	0	259,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 26/2016

Página: 11/15

Número do Registro de Preços: 26/2016		Data do Registro: 28/11/2016		Válido até: 28/11/2017			
Objeto da Compra:		Registro de Preços para eventual aquisição de pneus, câmeras e protetores para manutenção da frota de veículos das diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
43	Pneu 90/90/X18 (15589)	UND	CANTU COMERCIO DE PNEUMATICOS LTDA (9367)	AL01 AEOLUS	0	260,0000	2
			GF PNEUS COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA (9548)	ILINK/L-STROI	0	260,0000	3
			GABRIEL ANDRES FLACH - ME (9547)	MAGGION - S	0	99,0000	1
44	Pneu 275 X 18. (15684)	UND	RODA BRASIL DISTR. DE AUTO PEÇAS E ACESS. LTDA (8789)	TECHNIC	0	100,0000	2
			GABRIEL ANDRES FLACH - ME (9547)	MAGGION - M	0	89,0000	1
			RODA BRASIL DISTR. DE AUTO PEÇAS E ACESS. LTDA (8789)	TECHNIC	0	90,0000	2
45	Pneu 185/70 R 14 (11247)	UND	GABRIEL ANDRES FLACH - ME (9547)	ROVELO - RH	0	207,0000	1
			GF PNEUS COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA (9548)	SAILUNVATRE	0	210,0000	2
			CANTU COMERCIO DE PNEUMATICOS LTDA (9367)	KH17 KUMHO	0	215,0000	3
47	Pneu 225/70 R 15 (7872)	UND	RODA BRASIL DISTR. DE AUTO PEÇAS E ACESS. LTDA (8789)	APOLLO	0	215,0000	4
			CANTU COMERCIO DE PNEUMATICOS LTDA (9367)	AL01 AEOLUS	0	362,0000	1
			GF PNEUS COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA (9548)	SAILUNCOMM	0	369,0000	2
			RODA BRASIL DISTR. DE AUTO PEÇAS E ACESS. LTDA (8789)	XBRI	0	390,0000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 26/2016

Página: 12/15

Número do Registro de Preços: 26/2016 Data do Registro: 28/11/2016 Válido até: 28/11/2017

Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de pneus, câmaras e protetores para manutenção da frota de veículos das diversas Secretarias do Município de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
48	Pneu 175/65 R 14 88T (17217)		GABRIEL ANDRES FLACH - ME (9547)	LINGLONG-R/	0	390,0000	4
		UND	GF PNEUS COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA (9548)	SAILUN/ATRE	0	190,0000	1
			CANTU COMERCIO DE PNEUMATICOS LTDA (9367)	KR26 KUMHO	0	195,0000	2
			RODA BRASIL DISTR. DE AUTO PEÇAS E ACESS. LTDA (8789)	APOLLO	0	200,0000	3
49	Pneu 205/75 R16 C (17218)		GABRIEL ANDRES FLACH - ME (9547)	LINGLONG-R/	0	395,0000	1
		UND	GF PNEUS COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA (9548)	SAILUN/COM	0	398,0000	2
			CANTU COMERCIO DE PNEUMATICOS LTDA (9367)	AL01 AEOLUS	0	395,0000	3
			RODA BRASIL DISTR. DE AUTO PEÇAS E ACESS. LTDA (8789)	XBRI	0	410,0000	4
50	Pneu 165/70 R 13 79T (17219)		CANTU COMERCIO DE PNEUMATICOS LTDA (9367)	KR26 KUMHO	0	149,0000	1
		UND	GF PNEUS COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA (9548)	SAILUN/ATRE	0	155,0000	2
			RODA BRASIL DISTR. DE AUTO PEÇAS E ACESS. LTDA (8789)	APOLLO	0	160,0000	3
		UND	GABRIEL ANDRES FLACH - ME (9547)	ROVELO-RHP	0	198,0000	1
51	Pneu 185/65 R 14 86T (17220)		CANTU COMERCIO DE PNEUMATICOS LTDA (9367)	KR26 KUMHO	0	199,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 26/2016

Página: 13/15

Número do Registro de Preços: 26/2016		Data do Registro: 28/11/2016		Válido até: 28/11/2017			
Objeto da Compra:		Registro de Preços para eventual aquisição de pneus, câmeras e protetores para manutenção da frota de veículos das diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			GF PNEUS COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA (9548)	SAILUN/VATRE	0	205,0000	3
			RODA BRASIL DISTR. DE AUTO PEÇAS E ACESS. LTDA (8789)	APOLLO	0	215,0000	4
52	Pneu 175/70/13 (18795)	UND	CANTU COMERCIO DE PNEUMATICOS LTDA (9367)	KR26 KUMHO	0	150,0000	1
			RODA BRASIL DISTR. DE AUTO PEÇAS E ACESS. LTDA (8789)	APOLLO	0	160,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 26/2016

Página: 14/15

Número do Registro de Preços: 26/2016		Data do Registro: 28/11/2016		Válido até: 28/11/2017			
Objeto da Compra:		Registro de Preços para eventual aquisição de pneus, câmaras e protetores para manutenção da frota de veículos das diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			GABRIEL ANDRES FLACH - ME (9547)	ROVELO-RHP	0	160,0000	3

Página: 15/15

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 26/2016

Número do Registro de Preços: 26/2016		Data do Registro: 28/11/2016		Válido até: 28/11/2017			
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de pneus, câmeras e protetores para manutenção da frota de veículos das diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 26/2016
PROCESSO Nº 43/2016

- (6611) - TRATOR PECAS-COMERC.PECAS P/TRATORES LT.
- (8069) - MODELO PNEUS LTDA.
- (8789) - RODA BRASIL DISTR. DE AUTO PEÇAS E ACESS. LTDA
- (9367) - CANTU COMERCIO DE PNEUMATICOS LTDA
- (9546) - Preu Bom Ltda.
- (9547) - GABRIEL ANDRES FLACH - ME
- (9548) - GF PNEUS COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA

Braço do Trombudo, 28 de Novembro de 2016.

Brusque

PREFEITURA

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 053-2017 A

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO nº 053/2017

Concorrência Pública nº 001/2017

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA E FORNECIMENTO DOS EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS PARA APLICAÇÃO DE CAPA ASFÁLTICA SOBRE PAVIMENTO ASFÁLTICO E PAVIMENTO COM PARALELEPÍPEDOS JÁ EXISTENTES, NO MUNICÍPIO DE BRUSQUE.

Recorrente: MULTIPLOS SERVIÇOS E OBRAS LTDA

RESULTADO DO RECURSO ADMINISTRATIVO: Pelo exposto, recebo o recurso apresentado pela empresa MULTIPLOS SERVIÇOS E OBRAS LTDA, para no mérito considerá-lo PROCEDENTE, com fundamento no artigo 41 da Lei 8.666/93.

24/08/2017

ANDREA PATRICIA VOLKMANN

Diretora Geral

Secretaria de Obras e Serviços Públicos

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 093-2017 A

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO nº 093/2017

Concorrência Pública nº 002/2017

OBJETO: EXECUÇÃO DE OBRAS DE TERRAPLANAGEM DE CANAL EXTRAVADOR INTERVENÇÕES DE REBAIXAMENTO E CORTE DE TALUDES DA MARGEM DIREITA DO RIO ITAJAI MIRIM, NO MUNICÍPIO DE BRUSQUE.

Recorrente: BALTT EMPREITEIRA TRANSPORTES E TERRAPLANAGEM LTDA.

RESULTADO DO RECURSO ADMINISTRATIVO: Pelo exposto, recebo o recurso apresentado pela empresa BALTT EMPREITEIRA TRANSPORTES E TERRAPLANAGEM LTDA, para no mérito considerá-lo PARCIALMENTE PROCEDENTE, com fundamento no artigo 41 da Lei 8.666/93.

28/08/2017

ANDREA PATRICIA VOLKMANN

Diretora Geral

Secretaria de Obras e Serviços Públicos

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 053-2017 B

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO nº 053/2017

Concorrência Pública nº 001/2017

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA E FORNECIMENTO DOS EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS PARA APLICAÇÃO DE CAPA ASFÁLTICA SOBRE PAVIMENTO ASFÁLTICO E PAVIMENTO COM PARALELEPÍPEDOS JÁ EXISTENTES, NO MUNICÍPIO DE BRUSQUE.

Recorrente: MULTIPLOS SERVIÇOS E OBRAS LTDA

RESULTADO DO RECURSO ADMINISTRATIVO: Pelo exposto, recebo o recurso apresentado pela empresa MULTIPLOS SERVIÇOS E OBRAS LTDA, para no mérito considerá-lo IMPROCEDENTE, com fundamento no artigo 41 da Lei 8.666/93.

24/08/2017

ANDREA PATRICIA VOLKMANN

Diretora Geral

Secretaria de Obras e Serviços Públicos

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 093-2017 B

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO nº 093/2017

Concorrência Pública nº 002/2017

OBJETO: EXECUÇÃO DE OBRAS DE TERRAPLANAGEM DE CANAL EXTRAVADOR INTERVENÇÕES DE REBAIXAMENTO E CORTE DE TALUDES DA MARGEM DIREITA DO RIO ITAJAI MIRIM, NO MUNICÍPIO DE BRUSQUE.

Recorrente: MULTIPLOS SERVIÇOS E OBRAS LTDA

RESULTADO DO RECURSO ADMINISTRATIVO: Pelo exposto, recebo o recurso apresentado pela empresa MULTIPLOS SERVIÇOS E OBRAS LTDA, para no mérito considerá-lo PROCEDENTE, com fundamento no artigo 41 da Lei 8.666/93.

28/08/2017

ANDREA PATRICIA VOLKMANN

Diretora Geral

Secretaria de Obras e Serviços Públicos

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 053-2017 C

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO nº 053/2017

Concorrência Pública nº 001/2017

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA E FORNECIMENTO DOS EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS PARA APLICAÇÃO DE CAPA ASFÁLTICA SOBRE PAVIMENTO ASFÁLTICO E PAVIMENTO COM PARALELEPÍPEDOS JÁ EXISTENTES, NO MUNICÍPIO DE BRUSQUE.

Recorrente: MULTIPLOS SERVIÇOS E OBRAS LTDA

RESULTADO DO RECURSO ADMINISTRATIVO: Pelo exposto, recebo o recurso apresentado pela empresa MULTIPLOS SERVIÇOS E OBRAS LTDA, para no mérito considerá-lo IM PROCEDENTE, com fundamento no artigo 41 da Lei 8.666/93.

24/08/2017

ANDREA PATRICIA VOLKMANN

Diretora Geral

Secretaria de Obras e Serviços Públicos

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 093-2017 C

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO nº 093/2017

Concorrência Pública nº 002/2017

OBJETO: EXECUÇÃO DE OBRAS DE TERRAPLANAGEM DE CANAL EXTRAVADOR INTERVENÇÕES DE REBAIXAMENTO E CORTE DE TALUDES DA MARGEM DIREITA DO RIO ITAJAI MIRIM, NO MUNICÍPIO DE BRUSQUE.

Recorrente: TERRABASE TERRAPLANAGEM LTDA EPP

RESULTADO DO RECURSO ADMINISTRATIVO: Pelo exposto, recebo o recurso apresentado pela empresa TERRABASE TERRAPLANAGEM LTDA EPP, para no mérito considerá-lo PROCEDENTE, com fundamento no artigo 41 da Lei 8.666/93.

28/08/2017

ANDREA PATRICIA VOLKMANN

Diretora Geral

Secretaria de Obras e Serviços Públicos

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 098-2017

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO nº 098/2017

Pregão nº 054/2017

OBJETO: LOCAÇÃO DE SOLUÇÃO DE COMUNICAÇÃO BASEADA EM PABX PADRÃO RACK DE 19" PARA A ADMINISTRAÇÃO.

Recorrente: DIGITRO TECNOLOGIA LTDA.

RESULTADO DO RECURSO ADMINISTRATIVO: Pelo exposto, conhecer o recurso apresentado pela empresa DIGITRO TECNOLOGIA S/A e no mérito julga-lo improcedentes com fundamento no artigo 41 da Lei 8666/93 e artigo 37, XXI da Constituição Federal. 28/08/2017

EDENA BEATRIS CENSI

Secretária da Fazenda

Respondendo pela Secretaria de Orçamento e Gestão

PORTARIA Nº 2749-2017

PORTARIA Nº 2749/2017

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, c/c com o Decreto nº7.056/2013, e Artigo 50 e 51 da LC 147/2009;

RESOLVE:

Art. 1º – Remover de Ofício, a servidora ANA ROSA LEBECK, matrícula nº 902268, ocupante do cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO lotado na Secretaria de Saúde, para a Procuradoria-Geral do Município.

Parágrafo único: A Remoção se dá por interesse da Municipalidade, bem como a pedido da Servidora. A remoção se dá com fulcro no § 1º do Art. 45, c/c Art. 50 e 51 da Lei 147/2009.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 14/08/2017 revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 14 de agosto de 2017.

EDENA BEATRIS CENSI

Secretária de Orçamento e Gestão

Responsável

PORTARIA Nº 2893-2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 2893/2017

A Secretaria Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017, para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias ao(s) servidor(es) relacionado(s), conforme segue:

Contrato	Seq	Nome do servidor	Lotação	Início gozo	Final gozo	Dias gozo
14052	0	EVANDRO ERONY SALLES	Secretaria da Fazenda	28/08/2017	14/09/2017	18
1000023009	1	FELIPE PALOSCHI SCHMITZ	Secretaria da Fazenda	28/08/2017	06/09/2017	10

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 28/08/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 28 de Agosto de 2017.

EDENA BEATRIS CENSI

Secretária da Fazenda

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA

Diretora

ANELISE NAGEL KETZER

Diretora Recursos Humanos

EDSON RISTOW

Procuradoia-Geral do Município de Brusque

PORTARIA Nº 2897-2017

PORTARIA Nº 2.897/2017

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, c/c com o Decreto nº7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar a cessão do servidor JOEL CESAR SCHWAMBERGER, matrícula nº 5193, ocupante do cargo efetivo de Assistente de Administração lotado na Secretaria de Orçamento e Gestão, com carga horária de 40 horas semanais, para o Fórum da Comarca de Brusque.

Parágrafo Primeiro: A cessão supracitada, terá vigência pelo prazo determinado, nos termos do convênio nº 169/2010 – celebrado entre o Poder Judiciário – Tribunal de Justiça e, o Município de Brusque, objetivando a disponibilização de servidores efetivos para a comarca – com ônus para o órgão de origem.

Parágrafo Segundo: A cessão supracitada, terá vigência até a data de 28/08/2018 e, o controle e cumprimento da carga horária, ficará a cargo do órgão de destino.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 28/08/2017, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 28 de agosto de 2017.

EDENA BEATRIS CENSI

Secretária de Orçamento e Gestão

Responsável

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA

Diretora Recursos Humanos

Caçador

PREFEITURA

ATA TP07/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

ATA DE JULGAMENTO DE FASE DE HABILITAÇÃO - PROCESSO Nº64/2017 - Tomada de Preço NºTP07/2017

Reuniram-se no dia 25/08/2017 às 16:00, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Caçador, situada na Av. Santa Catarina, nº 195, Centro, Caçador/SC, os membros da Comissão Especial de Licitação, constituída pelo Decreto nº 7.184, para deliberar e julgar a Tomada de Preço, cujo objeto é CONSTRUÇÃO DA COBERTURA DO HALL DA ESTAÇÃO DE PASSAGEIROS DO AEROPORTO DR. CARLOS ALBERTO COSTA NEVES. Constatou-se a participação das seguintes empresas: Otimizzare Eng. Ind. Com. Imp. e Exp. Ltda e Engengrau Construções Ltda. Levando em consideração que os envelopes da empresa Otimizzare Eng. Ind. Com. Imp. e Exp. Ltda já haviam sido abertos na sessão do dia 03/08/2017, passou-se a abertura dos envelopes da empresa Engengrau Construções Ltda. Após análise detalhada de todas as exigências de habilitação do edital, a Comissão decidiu inabilitar a empresa Engengrau Construções Ltda por apresentar acervo incompatível com o objeto. A empresa Engengrau Construções Ltda abriu mão de recurso através de seu representante Assis Ali Mohamad. A empresa Otimizzare Eng. Ind. Com. Imp. e Exp Ltda foi declarada vencedora do certame com o valor de proposta R\$12.250,70 (doze mil duzentos e cinquenta reais e setenta centavos). Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a presente sessão, cujo termo depois de lido e achado conforme foi devidamente assinado por mim e demais membros da Comissão.

Carolina Fruet de lima
Ana Paula Carodoso de Lima
Walmir Rigo

AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 105 PREGÃO PRESENCIAL Nº 58 - PREFEITURA - LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESA E OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E/OU MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS
PROCESSO DE LICITAÇÃO 105/2017 – Pregão Presencial – 58-2017- PREFEITURA

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 58/2017

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS VETERINÁRIOS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DA DIVISÃO DE BEM ESTAR ANIMAL E DE ANIMAIS VÍTIMAS DE MAUS TRATOS E ANIMAIS DE RUA EM SOFRIMENTO.

ENTREGA DOS ENVELOPES: 19/09/2017 às 14h00min.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 19/09/2017 às 14h10min.

Maiores informações poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sito Av. Santa Catarina, 195, no horário de expediente em vigor e o Edital completo no site caçador.sc.gov.br no ícone licitações - editais.

Caçador, 28 de agosto de 2017.

SAULO SPEROTTO
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 7.223

DECRETO Nº 7.223, de 25 de agosto de 2017.

Abre Crédito Adicional, Anula e Suplementa no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2017, em favor do Fundo Municipal de Saúde.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto, no art. 18, inciso IV, da Lei nº 3.337, de 20 de dezembro de 2016, que estima a receita e fixa a despesa para o exercício de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2017, em favor do Fundo Municipal de Saúde, na importância de R\$ 109.351,73 (cento e nove mil, trezentos e cinquenta e um reais e setenta e três centavos), conforme segue:

4000 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

4001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.8.1.25 – BLOCO DE INVESTIMENTOS

4.4.90.00.00 – 0.1.88 – Aplicações Diretas (388).....R\$ 77.705,00

4.4.90.00.00 – 0.3.88 – Aplicações Diretas (389).R\$ 31.646,73

SOMA R\$ 109.351,73

Art. 2º Para atender o disposto no art. 1º será utilizado recurso financeiro referente ao Superavit Financeiro do Exercício alcançado na fonte de recursos de Alienação de Bens – Saúde 188 e do Exercício Anterior na fonte de recursos de Alienação de Bens – Saúde 388.

Art. 3º Fica suplementada a dotação orçamentária abaixo especificada, no Orçamento Geral do Município de Caçador, exercício de 2017, na importância de R\$ 32.934,52 (trinta e dois mil, novecentos e trinta e quatro reais e cinquenta e dois centavos) em favor do Fundo Municipal de Saúde:

4000 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

4001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.8.1.25 – BLOCO DE INVESTIMENTOS

4.4.90.00.00 – 0.1.38 – Aplicações Diretas (187).....R\$ 32.934,52

Art. 4º Para atender a suplementação especificada no art. 3º, serão utilizados recursos provenientes de Remanejamento entre despesas, no valor de R\$ 32.934,52 (trinta e dois mil, novecentos e trinta e quatro reais e cinquenta e dois centavos), conforme segue:

4000 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

4001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.8.1.25 – BLOCO DE INVESTIMENTOS

4.4.90.00.00 – 0.1.38 – Aplicações Diretas (185).....R\$ 32.934,52

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 25 de agosto de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 7.224

DECRETO Nº 7.224, de 25 de agosto de 2017.

Designa Gestor de Parceria.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador e da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica designado o Servidor Público Municipal SIDNEI CARDOSO, ocupante do cargo de Advogado do CREAS, matrícula nº 14697, para atuar como responsável pela gestão de parceria celebrada por meio de termo de colaboração ou termo de fomento, nas parcerias firmadas no âmbito do Fundo Municipal da Infância e Adolescência - FIA, de que trata o artigo. 1º, inciso VI, da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 25 de agosto de 2017.

Saulo Sperotto,
PREFEITO MUNICIPAL.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

FUNDO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E HOSPITALAR DOS SERVIDORES PÚBLICOS EFETIVOS DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR/SC
CNPJ/MF 83.074.302/0001-31

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Convocamos os senhores beneficiários do FAMPEC, para a reunião de Assembléia Geral extraordinária, que se realizará no dia 1º de setembro de 2017, no Plenário Joaquim Scolaro, da Câmara Municipal de Caçador, sita à Rua Fernando Machado, nº 139, nesta cidade de Caçador/SC, às 19h10m em primeira convocação, com a presença que represente, no mínimo, 5% dos beneficiários e em segunda convocação, às 19h20, com qualquer número de participantes, com a seguinte Ordem do Dia:

- deliberar sobre o plano de saúde;
- outros assuntos de interesse geral.

Caçador, 28 de agosto de 2017.

Marisa Cristina Morona,
Presidente do FAMPEC.

INSTRUÇÃO NORMATIVA 01/2017 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01/2017

Dispõe sobre a regulamentação da prestação dos serviços na concessão dos benefícios eventuais, Benefício de Prestação Continuada, isenções referentes à habitação e acompanhamento ao descumprimento de condicionalidades do Programa Bolsa Família no âmbito do Sistema Único de Assistência Social no Município de Caçador – SC.

CONSIDERANDO as especificidades do Sistema Único da Assistência Social - SUAS e as orientações técnicas do Ministério do Desenvolvimento Social - MDS com relação à oferta integrada de serviços e benefícios.

CONSIDERANDO a necessidade de estruturar os serviços e equipamentos que o município de Caçador possuem no que tange a organização da oferta de benefícios eventuais, isenções referentes à habitação, isenções de documentos civis, Benefício de Prestação Continuada - BPC e

CONSIDERANDO a obrigatoriedade do acompanhamento de descumprimento de condicionalidade do Programa Bolsa Família no âmbito dos equipamentos públicos de Assistência Social, em nível de proteção social básica e especial, no município de Caçador.

A Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação RESOLVE emitir a presente Instrução Normativa que assim dispõe:

CAPITULO I**Seção I****Da Estrutura Administrativa**

Art. 1º. A atual estrutura administrativa da Secretaria Municipal de Assistência Social possui oferta direta de Serviços continuados do SUAS nos seguintes equipamentos:

I. CRAS: Martello e Norte

II. CREAS

III. Equipe de Proteção Social Básica

IV. Casa Lar São José

V. Casa de Passagem

CAPITULO II**Seção I**

Dos procedimentos para concessão de benefícios eventuais

Art. 2º. O atendimento para benefícios eventuais, isenções referentes à habitação, isenções de documentos civis, benefício de prestação continuada e acompanhamento de descumprimento de condicionalidade acontecerá nos referidos equipamentos públicos, conforme especificidades, garantindo assim a integração na ofertados serviços e benefícios socioassistenciais.

Art. 3º. A concessão dos benefícios eventuais (auxílio funeral, auxílio natalidade, auxílio vulnerabilidade temporária, auxílio calamidade pública) deverá seguir as normativas presentes na Lei 3.331/2016 e resolução do CMAS nº 08/2017.

Parágrafo único: Conforme a Lei 3.331/2016, artigo 49, § 2º terão direito a benefício eventual os indivíduos/família cuja renda per capita familiar seja de até ¼ do salário mínimo.

Art. 4º. As isenções referentes à habitação ocorrem nas seguintes modalidades:

I. Isenção de IPTU: Conforme a Lei municipal nº54/83, artigo 18, fica isento do imposto o bem imóvel pertencente a proprietário de um único imóvel, cuja renda familiar mensal não ultrapasse a 2 (dois) salários mínimos;

II. Planta Padrão: Conforme a Lei municipal nº 93/86, que acrescenta a lei nº54/83, destina-se a construções residenciais, destinadas a uso próprio, concedida uma única vez à família cuja renda pessoal ou do casal não ultrapassar 3 salários mínimos regionais.

III. Contribuição de melhorias: Conforme a Lei municipal nº54/83, artigo 77, e Lei complementar nº 120/2017, artigo 1º destina-se aqueles que cuja renda familiar mensal não ultrapasse a 2 (dois) salários mínimos;

IV. Extinção de débitos: Conforme a Lei municipal nº54/83, artigo 110, destina-se ao atendimento de famílias em situação de vulnerabilidade social que possuam dívidas de asfalto, IPTU e outros que necessitem de extinção de débitos.

V. Taxas municipais imobiliárias para beneficiários Programa Minha Casa Minha Vida: Conforme Lei Municipal nº 2705/2010, destina-se a isenção de taxas municipais aos beneficiários do PMCMV.

Seção II

Do Atendimentos Descentralizados nos Equipamentos

Art. 5º. O CRAS, dentro do seu território de atuação, prestará os

seguintes atendimentos:

- I. Concessão de benefícios eventuais de alimentação, auxílio natalidade, auxílio funeral, fotos e passagens;
- II. Requerimentos, organização da documentação e agendamentos para o BPC;
- III. Acompanhamento ao andamento do processo de BPC, via INSS e usuário;
- IV. Encaminhamentos para isenções de documentação civil;
- V. Emissão de estudo socioeconômico para fins de isenções referentes ao Setor de Habitação;
- VI. Visitas para averiguação sobre o descumprimento de condicionalidade das famílias do território e elaboração de parecer no Sistema Municipal de Informação;
- VII. Acompanhamento familiar pelo PAIF às famílias em descumprimento de condicionalidade cujos benefícios estão em fase de bloqueio, suspensão e cancelamento, e as demais conforme se avaliar necessário.

Parágrafo Único: Os atendimentos referidos neste artigo não serão ofertados pelo CRAS do território quando se tratar de família e/ou indivíduo que estiver em acompanhamento por equipamento de Proteção Social Especial, em respeito ao processo de atendimento estabelecido pelo Serviço de referência à família/indivíduo.

Art. 6º. A Equipe de Proteção Social Básica, dentro do seu território de atuação, prestará os seguintes atendimentos:

- I. Concessão de benefícios eventuais de alimentação, auxílio natalidade, auxílio funeral, fotos e passagens;
- II. Requerimentos, organização da documentação e agendamentos para o BPC;
- III. Acompanhamento ao andamento do processo de BPC, via INSS e usuário;
- IV. Encaminhamentos para isenções de documentação civil;
- V. Emissão de estudo socioeconômico para fins de isenções referentes ao Setor de Habitação;
- VI. Visitas para averiguação sobre o descumprimento de condicionalidade das famílias do território e elaboração de parecer no Sistema Municipal de Informação;
- VII. Acompanhamento familiar às famílias em descumprimento de condicionalidade cujos benefícios estão em fase de bloqueio, suspensão e cancelamento, e as demais conforme se avaliar necessário.

Parágrafo Único: Os atendimentos referidos neste artigo não serão ofertados pela Equipe de Proteção Social Básica quando se tratar de família e/ou indivíduo que, mesmo pertencendo ao território desta equipe, estiver em acompanhamento por equipamento de Proteção Social Especial, em respeito ao processo de atendimento estabelecido pelo Serviço de referência à família/indivíduo.

Art. 7º. O CREAS prestará para às famílias/indivíduos acompanhados pelos Serviços, os seguintes atendimentos:

- I. Concessão de benefícios eventuais de alimentação, auxílio natalidade, auxílio funeral, fotos e passagens;
- II. Requerimentos, organização da documentação e agendamentos para o BPC;
- III. Acompanhamento ao andamento do processo de BPC, via INSS e usuário;
- IV. Encaminhamentos para isenções de documentação civil;
- VIII. Emissão de estudo socioeconômico para fins de isenções referentes ao Setor de Habitação;
- V. Visitas para averiguação sobre o descumprimento de condicionalidade e elaboração de parecer no Sistema Municipal de Informação;

Art. 8º. A Casa Lar do Idoso oferecerá ao seu público:

- I. Benefício eventual na modalidade de auxílio funeral;
- II. Requerimentos, organização da documentação e agendamentos para o BPC;
- III. Acompanhamento ao andamento do processo de BPC, via INSS e usuário;
- IV. Encaminhamentos para isenções de documentação civil;

Art. 9º. A Casa de Passagem oferecerá ao seu público:

- I. Concessão de benefícios eventuais de alimentação, auxílio

natalidade, auxílio funeral, fotos e passagens;

II. Requerimentos, organização da documentação e agendamentos para o BPC;

III. Acompanhamento ao andamento do processo de BPC, via INSS e usuário;

IV. Encaminhamentos para isenções de documentação civil;

CAPITULO III

DAS RESPONSABILIDADES COMPARTILHADAS

Seção I

Do setor de habitação

Art. 10. O Setor de Habitação, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, responsabilizar-se-á pela organização dos documentos familiares e demais procedimentos para a isenção de IPTU e contribuição de melhorias, planta padrão e programas habitacionais.

Art. 11. O Setor de Habitação responsabilizar-se-á pela organização da documentação referente as isenções de que trata o artigo 4º deste instrução normativa, bem como a emissão de protocolos necessários.

Art. 12. Os documentos técnicos que necessitam do parecer do assistente social para a isenções de taxas referente a habitação serão emitidos por estes profissionais nos serviços socioassistenciais onde o indivíduo/família estiver referenciado.

Seção II

Da Gestão

Art. 13. O profissional assistente social da gestão da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação responsabilizar-se-á pela organização de mapeamentos e confecção de listagens anuais dos beneficiários de BPC, para fins de acompanhamento pelos CRAS, Equipe de Proteção Social Básica e Serviços de Proteção Social Especial no que se refere ao cadastramento no CADÚNICO e articulação do Programa BPC na Escola.

Art. 14. O Setor de Vigilância Socioassistencial será consolidada através de uma equipe descentralizada com representações dos diferentes Serviços/Equipamentos da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação.

Seção III

Do Programa Bolsa Família

Art. 14. A gestão do Programa Bolsa Família responsabilizar-se-á em disponibilizar as listagens trimestrais das famílias em situação de descumprimento de condicionalidade aos CRAS, ao CREAS e a Equipe de Proteção Social Básica.

Art. 15. O Programa Bolsa Família responsabilizar-se-á por alimentar o SICON, com base nas informações do parecer técnico emitido pelos Serviços Socioassistenciais no Sistema Municipal de Informações, bem como pelos demais procedimentos que se fizerem necessários ao recurso.

Parágrafo único: Fica estabelecido o prazo correspondente ao dia 10 do mês de referência para a finalização dos recursos do SICON, como prazo final, para que os Serviços Socioassistenciais emitam parecer no Sistema Municipal de Informações, das situações de descumprimento de condicionalidade.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 16. Esta Instrução Normativa passa a vigorar na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Caçador, 17 de agosto de 2017.

PORTARIA Nº 28.292

PORTARIA Nº 28.292, de 09 de agosto de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto nas Leis Complementares nº 203, de 23/02/2011, que dispõe sobre o plano de cargos, vencimentos, carreira do Servidor Público Municipal e dá outras providências, e nº 284, de 19/12/2014, que dispõe sobre o modelo de gestão e estrutura organizacional da Administração Pública Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNAR os Servidores Públicos abaixo relacionados para exercerem Funções Gratificadas - constantes nos Anexos II e III da Lei Complementar 284, de 19/12/2014 – por desempenharem atividades de maior responsabilidade além das previstas nos seus cargos efetivos, especificando: código, nome do Servidor, cargo efetivo, porcentagem da função gratificada e local da designação, conforme segue:

Código	Nome	Cargo efetivo	FG %	Local da designação
14596	Adriana Bento Grobe	Enfermeira	40%	Secretaria da Saúde
9691	Carlos Antonio Arruda Wagner	Analista de Sistemas	30%	Secretaria de Assistência Social e Habitação
11139	Eunice Misayo Ueda	Assistente Administrativo	40%	Secretaria de Assistência Social e Habitação
10470	Liane Capelin	Telefonista	30%	Secretaria de Assistência Social e Habitação
10217	Luciana Marques	Assistente Social	50%	Secretaria de Assistência Social e Habitação

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 1º de agosto de 2017.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 09 de agosto de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 28.333

PORTARIA Nº 28.333, de 22 de agosto de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no artigo 71, §1º, inciso I da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, a pedido, a Servidora Pública Municipal PRISCILLA NUNES, matrícula 14887, ocupante do cargo efetivo de Professor da Educação Infantil, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no CMEI Sonho Encantado, vinculada à Secretaria Municipal da Educação e nomeada através da Portaria nº 27.745, de 24 de fevereiro de 2017.

Art. 2º. Declarar a vacância do cargo nos termos do art. 71, inciso I da Lei Complementar Municipal nº 56, de 20 de dezembro de 2004.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 21 de agosto de 2017.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 22 de agosto de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 28.334

PORTARIA Nº 28.334, de 23 de agosto de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 286, de 16/12/2014 e na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR as cidadãs a seguir relacionadas aprovadas em Processo Seletivo Público para o preenchimento de cargos em caráter temporário na Secretaria Municipal da Educação, de acordo com o Edital SME nº 003/2016, especificando nome, cargo, referência, carga horária, local de atuação, motivo e período da contratação, conforme segue:

Nome	Cargo	Ref	CH	Local de Atuação	Motivo da Contratação	Período
Ana Lucia Maceno	Especialista em Assuntos Educacionais	1	20	EMEB Pierina Santin Perret	V.V. Janete Tarniovicz, atribuição de exercício	01/08/2017 a 15/12/2017
Denise Regina Lopes	Especialista em Assuntos Educacionais	1	40	CMEI João Maria Fernandes	Vaga Transitória	01/08/2017 a 15/12/2017

Elis Angela Wagner	Professora de Ensino Fundamental I	1	20	EMEB Morada do Sol	V.V. Marizete Zago, disposição do NOA	09/08/2017 a 15/12/2017
Flavia Regina Machado	Professor de Ensino Fundamental II	1	30	EMEB Morada do Sol	V.V. Eliane Gonçalves Cordeiro Borholdt, Licença prêmio	01/08/2017 a 31/10/2017
Patricia Gonçalves Ribeiro	Especialista em Assuntos Educacionais	1	40	EMEB Esperança	V.V. Diego Braz de Camargo, SME	01/08/2017 a 15/12/2017

Art. 2º. CONTRATAR as cidadãs a seguir relacionadas aprovadas em Processo Seletivo Público para o preenchimento de cargos em caráter temporário na Secretaria Municipal da Educação, de acordo com o Edital SME nº 001/2017, especificando nome, cargo, referência, carga horária, local de atuação, motivo e período da contratação, conforme segue:

Nome	Cargo	Ref	CH	Local de Atuação	Motivo da Contratação	Período
Dilce Estanislawski	Servente	1	44	EMEB Morada do Sol	Vaga Transitória	01/08/2017 a 15/12/2017
Eliane Silva Klein Ariatti	Servente	1	44	EMEB Walsin Nunes Garcia	V.V. Catarina Zanotti, Licença Prêmio	01/08/2017 a 29/09/2017
Maria da Gloria Gomes Pereira	Servente	1	44	EMEB Vereda dos Trevos (extensão EEB Domingos da Costa Franco)	Vaga Transitória	04/08/2017 a 15/12/2017
Naiara Fernanda Campinas Martins	Servente	1	44	EMEB Morada do Sol	Vaga Transitória	01/08/2017 a 15/12/2017

Art. 3º. CONTRATAR os cidadãos a seguir relacionados para o preenchimento de cargos em caráter temporário na Secretaria Municipal da Educação, especificando nome, cargo, referência, carga horária, local de atuação, motivo e período da contratação, conforme segue:

Nome	Cargo	Ref	CH	Local de Atuação	Motivo da Contratação	Período
Daniela Ferreira Pires Pinheiro	Merendeira	1	44	EMEB Esperança	Vaga Transitória	01/08/2017 a 15/12/2017
Marcia Aparecida Nunes Fernandes	Merendeira	1	44	EMEB Tabajara	Vaga Transitória	01/08/2017 a 15/12/2017
Roseli Pontes	Merendeira	1	44	EMEB Profª Maria Luiza Martins Barbosa	Vaga Transitória	01/08/2017 a 15/12/2017
Vanessa de Oliveira Mello	Merendeira	1	44	EMEB Hilda Granemann de Souza	Vaga Transitória	01/08/2017 a 15/12/2017

Art. 4º. Esta portaria entra em vigor na data de publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 23 de agosto de 2017.
Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 28.335

PORTARIA Nº 28.335, de 23 de agosto de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do inciso VIII, do artigo 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 286, de 16 de dezembro de 2014, que institui o plano de cargos, carreiras e vencimentos, disposições estatutárias para os Servidores do Magistério Público Municipal e dá outras providências, alterada pela Lei Complementar nº 312, de 22 fevereiro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR a Servidora Pública Municipal a seguir relacionada para exercer o Cargo de Confiança de Assessor de Setor na Secretaria Municipal da Educação, especificando: código, nome, cargo efetivo, escola atual de lotação e porcentagem de gratificação do cargo, conforme segue:

Código	Nome do Servidor	Cargo	Escola de Lotação	Porcentagem de gratificação do cargo
275	Ilza Aparecida Rossetto Ribas	Professor de Ensino Fundamental I	EMEB Ir. Venâncio José	40%

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 07 de agosto de 2017.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 23 de agosto de 2017.
Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 28.336

PORTARIA Nº 28.336, de 23 de agosto de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do inciso VIII, do artigo 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador e na Lei Complementar nº 163, de 24 de fevereiro de 2010, que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR A CARGA HORÁRIA dos Servidores Públicos Municipais, lotados na Secretaria Municipal da Educação, especificando matrícula, nome, cargo, carga horária alterada, local de atuação, motivo e início da alteração, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	De	Para	Local de Atuação e motivo da alteração	A contar de - Período
14792	Agnaldo Mello Guimarães	Professor de Ensino Fundamental II	10hs	20hs	EMEB Alcides Tombini, VV. Rosane B. Stein, Licença tratamento de saúde	01/08/2017 a 29/09/2017
17531	Andrieli das Graças Bueno de Freitas	Professor de Ensino Fundamental II	20hs	30hs	EMEB Profª Maria Luiza Martins Barbosa, V.V Augusto Leonel ribeiro, disposição da SME	11/08/2017 a 15/12/2017
15026	Keile Anne Barbosa Sampaio Moreira	Professor de Ensino Fundamental II	20hs	30hs	EMEB Tabajara, Vaga Transitória (Projeto de Dança)	07/08/2017 a 15/12/2017
14815	Mariana Susin Frigotto	Professor de Ensino Fundamental I	20hs	40hs	EMEB Tabajara, V.V. Luciane Padilha, Licença tratamento de saúde	07/08/2017 a 15/08/2017
17520	Mellina Pereira Scalabrin	Professor de Ensino Fundamental I	20hs	40hs	EMEB Henrique J. Berger, V.V. Ires T. da Silva, Licença Prêmio	01/08/2017 a 02/12/2017
14898	Michele Branco Stona Guilardi	Professor de Ensino Fundamental I	20hs	40hs	EMEB Esperança, Vaga Transitória, desdobramento de turma	31/07/2017 a 15/12/2017

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 23 de agosto de 2017.
Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 28.337

PORTARIA Nº 28.337, de 23 de agosto de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do inciso VIII, do artigo 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto artigo 18 da Lei Complementar nº 286, de 16/12/2014, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos, Disposições Estatutárias para os Servidores do Magistério Público Municipal e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º REDUZIR a carga horária da Servidora Pública Municipal a seguir relacionada, lotada na Secretaria Municipal da Educação, contratada pela Portaria nº 27.744, de 24 de fevereiro de 2017, especificando código, nome, cargo, carga horária antiga, carga horária atual e data de início da redução, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	De	Para	A contar de
14747	Juliane Silva dos Santos	Secretária Escolar	40	20	01/08/2017

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 23 de agosto de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 28.338

PORTARIA Nº 28.338, de 23 de agosto de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 124 da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

RETIFICAR a Portaria nº 27.982, de 12 de maio de 2017, que concede licença prêmio a diversas servidoras, no que se refere ao período de gozo de Licença Prêmio concedida à Servidora Pública Municipal JOICE LUIZA FLORES DE MATIAS, matrícula 4595, cargo de Procuradora Municipal, que passa a ser de 19 de junho de 2017 a 18 de julho de 2017.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 23 de agosto de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 28.339

PORTARIA Nº 28.339, de 24 de agosto de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR, por tempo determinado, a cidadã a seguir relacionada em virtude da necessidade de substituição de servidor efetivo, especificando nome, cargo, carga horária, local de atuação, motivo e data de início da contratação, conforme segue:

Nome	Cargo	C.H.	Local de atuação	Motivo da contratação	A contar de
Daiane Ferreira dos Santos	Técnico em Enfermagem	35hs	Secretaria Municipal da Saúde	Vaga Vinculada – Ariane de Quadros Garcia, em licença maternidade	15/08/2017

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 24 de agosto de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 28.341

PORTARIA Nº 28.341, de 24 de agosto de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município, mais o previsto no art. 31, da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º. COLOCAR À DISPOSIÇÃO do Programa de Defesa do Consumidor do Município – PROCON, as Servidoras Públicas Municipais a seguir relacionadas, especificando código, nome, cargo, local de lotação e data de início da disposição, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Local de lotação	Data da disposição
529	Edilene Terezinha de Mello Figueroa	Técnico em Administração	Secretaria Municipal da Administração	01/08/2017
1966	Iracilda Maria Nora Costa	Secretário Escolar	Secretaria Municipal da Educação	01/08/2017

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 24 de agosto de 2017.

Saulo Sperotto - PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 28.342

PORTARIA Nº 28.342, de 24 de agosto de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do inciso VIII, do artigo 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, nas Leis Complementares nº 203, de 23/02/2011, que dispõe sobre o plano de cargos, vencimentos, carreira do Servidor Público Municipal e dá outras providências, e nº 284, de 19/12/2014, que dispõe sobre o modelo de gestão e estrutura organizacional da Administração Pública Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º. ALTERAR a Portaria nº 28.172, de 29 de junho de 2017, que designou Servidores Públicos Municipais para exercerem Funções de Confiança – Coordenadorias, somente no que se refere ao percentual da Função de Coordenação para o Servidor LEANDRO CHIARELLO DE SOUZA, matrícula 7, ocupante do cargo efetivo de Técnico em Programação de Computador, na Secretaria Municipal da Fazenda, que passa a ser de FCC3+ 40% (quarenta por cento), com efeitos a contar do dia 01 de agosto de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 24 de agosto de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 28.343

PORTARIA Nº 28.343, de 24 de agosto de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso V da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 284, de 19 de dezembro de 2014, que dispõe sobre o Modelo de Gestão e a Estrutura Organizacional da Administração Pública Municipal,

RESOLVE

Art. 1º. NOMEAR a cidadã LETICIA VANDERLINDE FERNANDES para ocupar o cargo de Supervisora do Programa de Atenção à Mulher, pertencente ao Grupo Ocupacional em Comissão, referência CC-5, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais e vinculada à Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 08 de agosto de 2017.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 24 de agosto de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 28.345

PORTARIA Nº 28.345, de 24 de agosto de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do inciso VIII, do artigo 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, nas Leis Complementares nº 203, de 23/02/2011, que dispõe sobre o plano de cargos, vencimentos, carreira do Servidor Público Municipal e dá outras providências, e nº 284, de 19/12/2014, que dispõe sobre o modelo de gestão e estrutura organizacional da Administração Pública Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º. ALTERAR a Portaria nº 28.243, de 24 de julho de 2017, que designou Servidores Públicos Municipais para exercerem Funções

Gratificadas, somente no que se refere ao percentual da Função Gratificada para a Servidora LUCIANA MARIA DA COSTA, matrícula 10638, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Administração, colocada à disposição da Secretaria Municipal da Administração, pela Portaria nº 28.151, de 26 de junho de 2017, cujo percentual da FGR-2 passa a ser de 40% (quarenta por cento), com efeitos a contar do dia 01 de agosto de 2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 24 de agosto de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

PROCESSO DE LICITAÇÃO 101/2017 – PREGÃO PRESENCIAL – 57-2017-PREFEITURA – COM COTA DE 25% PARA ME E EPP

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

PROCESSO DE LICITAÇÃO 100/2017 – PREGÃO PRESENCIAL – 56-2017-PREFEITURA – COM COTA DE 25% PARA ME E EPP

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 56/2017

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MICRO COMPUTADORES E IMPRESSORA MATRICIAL CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA EM ANEXO.

ENTREGA DOS ENVELOPES: 12/09/2017 às 14h00min.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 12/09/2017 às 14h10min. Maiores Informações poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sito Av. Santa Catarina, 195, e o Edital completo no site cacador.sc.gov.br no ícone licitações - editais, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 24 de agosto de 2017.

SAULO SPEROTTO

PREFEITO MUNICIPAL

PROCESSO DE LICITAÇÃO 104/2017 – CONCORRÊNCIA– 04-2017-PREFEITURA – LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

PROCESSO DE LICITAÇÃO 104/2017 – CONCORRÊNCIA– 04-2017-PREFEITURA – LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

EDITAL: CONCORRÊNCIA Nº 04/2017

TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA HABILITADA PARA EXECUÇÃO DE MURO DE CONTENÇÃO, CERCA METÁLICA E MURO PARA FECHAMENTO EM CRECHE PRÓ INFÂNCIA TIPO B, SITO NA RUA ELIAS BIASI ESQUINA COM VICTOR PETRY, BAIRRO BAIRRO ALTO BONITO.

ENTREGA DOS ENVELOPES: 05/10/2017 às 14h00min.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 05/10/2017 às 14h10min. Maiores Informações poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sito Av. Santa Catarina, 195, e o Edital completo no site cacador.sc.gov.br no ícone licitações - editais, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 28 de agosto de 2017.

SAULO SPEROTTO

PREFEITO MUNICIPAL

Caibi

PREFEITURA

DECRETO 149/2017

DECRETO Nº. 149/2017 DE 28 DE AGOSTO DE 2017

Dispõe sobre remanejamento de dotação orçamentária e dá outras providências.

ELOI JOSE LIBANO, Prefeito Municipal de Caibi Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o artigo 4º. da Lei Municipal Nº. 2475/2016 de 13 de dezembro/2016, decreta:

Art. 1º. – Fica pelo presente decreto efetuado remanejamento de dotação orçamentária dentro da mesma categoria de programação da despesa, nos órgãos, Projetos e Atividades adiante demonstrados:

12 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - 103010008.2.012 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SAÚDE do Grupo de Natureza da Despesa (760) 3.1.90 – Pessoal e Encargos Sociais para (801) 3.3.50 – Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos o valor de R\$ 100.000,00 da Fonte 0102 Recursos de Impostos e de Transferências de Impostos 15% Saúde.

Art. 2º. – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. – Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Caibi SC, em 28 de agosto de 2017.

ELOI JOSE LIBANO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios

DIRLEI LEMES DE ALMEIDA

Secretário de Administração e Planejamento

DECRETO Nº 147/2017

DECRETO Nº. 147/2017, de 28 de Agosto de 2017.

Dispõe sobre a unificação de área, e da outras Providências.

ELÓI JOSÉ LÍBANO Prefeito Municipal de Caibi, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e em conformidade com Lei Municipal nº. 1.522/1994, em seu Art. 39, alterada pela Lei Municipal nº 2.285/2011, de 23 de setembro de 2011, DECRETA:

Art. 1º - Fica pelo presente Decreto autorizado a Unificação do lote urbano nº 4 da quadra nº 1, do loteamento Galon e lote urbano nº 7 da quadra nº 6, do loteamento Bravo, conforme Parecer Jurídico, Declaração, Memorial descritivo, Mapa e ART, em anexo, ficando a área conforme descrição abaixo:

Unificação de parte do Lote Urbano Nº 4 da Quadra Nº 1 do Loteamento Galon com o Lote Urbano Nº 7 da Quadra Nº 6 do Loteamento Bravo, conforme Matrícula Nº 11.781 e Nº 15.180 do CRI da Comarca de Palmitos SC, com Área total de 1.269,75 m² (mil duzentos e sessenta e nove vírgula setenta e cinco metros quadrados), de propriedade de Osmar Clemente Bertol.

MEMORIAL DESCRITIVO

Proprietário: OSMAR CLEMENTE BERTOL

Município: CAIBI

Comarca: PALMITOS

UF: SANTA CATARINA

Matrícula: 11.781 e 15.180

Área (M2): 1.269,75m2

Perímetro 167,64

CONFRONTAÇÕES

AO SUDOESTE

Segue com azimute de 125º03'38" e distância de 36,49 m., confrontando neste trecho com o lote urbano n 1 com uma área de 300,66 m2 e com o lote urbano n 2 com uma área de 377,01 m2 e com o lote urbano n 4 com uma área de 410,00 m2 de ELI MARIA BRAVO GALON.

AO SUL

Segue com azimute de 89º55'46" e distância de 17,16 m., confrontando neste trecho com o lote urbano n 4 com uma área de 410,00 m2 de ELI MARIA BRAVO GALON.

AO OESTE

Segue com azimute de 179º55'34" e distância de 23,00 m., confrontando neste trecho com a RUA DO COMERCIO com uma área de 483,00 m2.

AO NORTE

Segue com azimute de 269º55'34" e distância de 46,99 m., confrontando neste trecho com o lote urbano n 6 com uma área de 425,00m2 de MARLEI TEREZINHA GALON BIASIBETTI e com o lote urbano n 5 com uma área de 375,00m2 de ELEANDRO POZZEBON e com o lote urbano n 4 com uma área de 375,00 m2 de MOACIR SLAVIERO.

AO LESTE

Segue com azimute de 359º55'03" e distância de 44,00 m., confrontando neste trecho com o lote urbano n 12 com uma área de 650,00m2 de JULIANE GALON ALVES e com o lote urbano n 11 com uma área de 600,00m2 de JOSE FABONATO e com o lote urbano n 10 com uma área de 600,00 m2 WILSON ARCARI e com o lote urbano n 8 com uma área de 786,91 m2 CLAUDIOMAR ANDRIOLLI.

AO NORTE - MARLEI TEREZINHA GALON BIASIBETTI

ELEANDRO POZZEBON

MOACIR SLAVIERO

AO LESTE - JULIANE GALON ALVES

JOSE FABONATO

WILSON ARCARI

CLAUDIOMAR ANDRIOLLI

AO SUDESTE e SUL _ ELI MARIA BRAVO GALON

AO OESTE _ RUA DO COMERCIO

Art. 2º - As despesas decorrentes do presente Decreto, ficarão a cargo das dotações do orçamento municipal vigente.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em com

Prefeitura Municipal de Caibi SC, em 28 de Agosto de 2017.

ELÓI JOSÉ LÍBANO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios

Dirlei Lemes de Almeida

Secretário de Administração e Planejamento

DECRETO Nº 148/2017

DECRETO Nº. 148/2017, de 28 de Agosto de 2017.

Dispõe sobre a unificação de área, e da outras Providências.

ELÓI JOSÉ LÍBANO Prefeito Municipal de Caibi, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e em conformidade com Lei Municipal nº. 1.522/1994, em seu Art. 39, alterada pela Lei Municipal nº 2.285/2011, de 23 de setembro de 2011, DECRETA:

Art. 1º - Fica pelo presente Decreto autorizado a Unificação de pequena parte sul do lote urbano nº 15 da quadra nº 2, do loteamento Primitivo e lote urbano nº 16 da mesma quadra, conforme Parecer Jurídico, Declaração, Memorial descritivo, Mapa e ART, em anexo, ficando a área conforme descrição abaixo:

Unificação de pequena parte sul do Lote Urbano Nº 15 da Quadra Nº 2 do Loteamento Primitivo (Quadra nº 43, do controle cadastral da Prefeitura Municipal de Caibi – SC), com área de 112,50 m² (cento e doze vírgula cinquenta metros quadrados), Matrícula nº 15.529, com parte leste do Lote Urbano Nº 16 da mesma Quadra, com área de 126,00 m² (cento e vinte e seis metros quadrados), conforme Matrícula Nº 6.158 do CRI da Comarca de Palmitos SC, com Área total de 238,50 m² (duzentos e trinta e oito vírgula cinquenta metros quadrados), de propriedade de Elaine Helena Bondan Bona.

MEMORIAL DESCRITIVO

Imóvel: MAPA DE UNIFICAÇÃO DA PEQUENA PARTEDO LOTE URBANO N 15 COM A PEQUENA PARTE SUL DO LOTE URBANO N 16

Proprietário: ELAINE HELENA BONDAN BONA

Município: CAIBI

Comarca: PALMITOS

UF: SANTA CATARINA

Matrícula: 6.158 e 15.529

Área (m2): 126,00 m2 e 112,5m2

Perímetro 77,00

ÁREA UNIFICADA

PEQUENA PARTE LESTE DO LOTE URBANO N 16 COM A ÁREA DE 126,00 m2 E PEQUENA PARTE SUL DO LOTE URBANO N 15 COM A ÁREA DE 112,50 m2 TOTALIZANDO UMA ÁREA DE 238,50 m2.

CONFRONTAÇÕES

NORDESTE

Segue com azimute de 124º25'47" e distância de 25,00 m., confrontando neste trecho com parte do mesmo lote urbano n 15 e 16 de JOSE BONA FILHO com uma área de 887,50 m2.

SUDESTE

Segue com azimute de 214º25'47" e distância de 13,50 m., confrontando neste trecho com a RUA DO COMERCIO, com uma área de 270,00 m2.

SUDOESTE

Segue com azimute de 304º25'47" e distância de 14,00 m., confrontando neste trecho com parte do mesmo o lote urbano n 16 de VANDERLEI HALLVASS, com uma área de 874,00 m2.

NOROESTE

Segue com azimute de 34º25'47" e distância de 9,00 m., confrontando neste trecho com parte do mesmo lote rural n 16 de VANDERLEI HALLVASS, com uma área de 874,00 m2.

SUDOESTE

Segue com azimute de 304º25'47" e distância de 11,00 m., confrontando neste trecho com parte do mesmo o lote urbano n 16 de VANDERLEI HALLVASS, com uma área de 874,00 m2.

NOROESTE

Segue com azimute de 34º25'47" e distância de 4,50 m., confrontando neste trecho com parte do mesmo lote rural n 15 de IOLANDA FIORENTIN.

AO NORDESTE _JOSE BONA FILHO

AO SUDESTE _ RUA DO COMERCIO

AO SUDOESTE _ VANDERLEI HALLVASS

AO NOROESTE _ IOLANDA FIORENTIN.

_VANDERLEI HALLVASS

Art. 2º - As despesas decorrentes do presente Decreto, ficarão a cargo das dotações do orçamento municipal vigente.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em com

Prefeitura Municipal de Caibi SC, em 28 de Agosto de 2017.

ELÓI JOSÉ LÍBANO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios

Dirlei Lemes de Almeida

Secretário de Administração e Planejamento

Camboriú

PREFEITURA

1561/2017

PORTARIA Nº.1561/2017

Prorroga contrato de funcionário

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016 de 27.01.2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário.

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o Contrato Administrativo de Prestação de Serviço, firmado entre as partes, de 12/07/2017 à 31/10/2017.

NOME	CARGO	CONT.	T. AD.
TABYTA CRISTINA DOS PASSOS	SERVENTE	833/2017	870/2017

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,

Em 13 de Julho de 2017.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB

Secretário da Administração

1562/2017

PORTARIA Nº.1562/2017

Prorroga contrato de funcionário

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016 de 27.01.2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário.

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o Contrato Administrativo de Prestação de Serviço, firmado entre as partes, de 12/07/2017 à 31/10/2017.

NOME	CARGO	CONT.	T. AD.
TADEU KIYOSHI SAKIYAMA	PROFESSOR ENSINO RELIGIOSO 10HORAS	832/2017	871/2017

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação,

revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,

Em 13 de Julho de 2017.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB

Secretário da Administração

1563/2017

PORTARIA Nº.1563/2017

Prorroga contrato de funcionário

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016 de 27.01.2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário.

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o Contrato Administrativo de Prestação de Serviço, firmado entre as partes, de 16/07/2017 à 31/10/2017.

NOME	CARGO	CONT.	T. AD.
MARIA CRISTINA VASCONCELOS	PROFESSORA DE INGLES 10 HORAS	252/2017	872/2017

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,

Em 13 de Julho de 2017.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB

Secretário da Administração

1564/2017

PORTARIA Nº.1564/2017

Prorroga contrato de funcionário

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016 de 27.01.2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário.

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o Contrato Administrativo de Prestação de Serviço, firmado entre as partes, de 16/07/2017 á 31/07/2017.

NOME	CARGO	CONT.	T. AD.
ELIANE ORTIZ	PROFESSORA DE PORTUGUES 40 HORAS	823/2017	873/2017

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
Em 13 de Julho de 2017.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

1565/2017

PORTARIA Nº.1.565/2017

NOMEIA COORDENADORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº. 026/2009 de 18/06/2009 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, ANGELA MARIA DEL SENT, no cargo de COORDENADORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, da SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 13 de Julho de 2017.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

1567/2017

PORTARIA Nº.1567/2017

NOMEIA ASSESSORA ADJUNTA DE DEPARTAMENTO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº. 026/2009 de 18/06/2009, Lei 065/2013 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, THAIS FREITAS VIEIRA, no cargo de ASSESSORA ADJUNTA DE DEPARTAMENTO, da SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 13 de Julho de 2017.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

1568/2017

PORTARIA Nº.1568/2017

NOMEIA DIRETOR DE DEPARTAMENTO ADJUNTO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº. 026/2009 de 18/06/2009 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, FRANCISCO FEITOZA DE CARVALHO, no cargo de DIRETOR DE DEPARTAMENTO ADJUNTO, na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 13 de Julho de 2017.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB

Secretário da Administração

1569/2017

PORTARIA Nº.1.569/2017

NOMEIA COORDENADOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº. 026/2009 de 18/06/2009, Lei 050/2013, Lei 078/2015 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, ANDRE DOMINGUES, no cargo de COORDENADOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA, da SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 13 de Julho de 2017.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB

Secretário da Administração

1570/2017

PORTARIA Nº.1.570/2017

NOMEIA CHEFE DE DIVISÃO ADJUNTO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº. 026/2009 de 18/12/2009, Lei nº 050/2013 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, ONEIDE BORGES DOS SANTOS, no cargo de CHEFE DE DIVISÃO ADJUNTO, da SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 13 de Julho de 2017.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB

Secretário da Administração

1571/2017

PORTARIA Nº.1.571/2017

NOMEIA DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE TURISMO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº. 026/2009 de 18/06/2009 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, KARLA JULIANE DOS SANTOS CAMARGO, no cargo de DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE TURISMO, na SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 13 de Julho de 2017.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB

Secretário da Administração

1572/2017

PORTARIA Nº.1.572/2017

Prorroga contrato de Funcionário(a)

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da lei Orgânica do Município e na Lei nº2893/2016, de 27.01.2016, e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria de Obras, necessita de mão de obra para dar andamento em seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais e,

CONSIDERANDO que a servidora está de licença maternidade.

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o Contrato Administrativo de Prestação de Serviço, firmado entre as partes, de 31/05/2017 á 09/08/2017;

NOME	CARGO	CONT.	T. AD.
ANA KELLY BLACHUT	PINTOR	377/2015	874/2017

Art. 2º. Esta Portaria retroage seus efeitos á 31/05/2017, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 13 de Julho de 2017.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

1573/2017PORTARIA Nº.1.573/2017
Concede Licença Prêmio

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, e conforme Lei Complementar nº. 019/2008, de 02/07/2008, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder, a pedido, Licença Prêmio de 90(noventa) dias, a servidora LUCIANA CRISTINA HILLESHEIN DA SILVA, portador do CPF Nº. 022.006.619-16, matrícula nº. 4946, a partir de 01/08/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 13 de Julho 2017.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

1574/2017

PORTARIA nº.1.574/2017

Rescinde contrato a pedido

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Rescindir, a pedido, o contrato Administrativo de Prestação de Serviço nº. 413/2017 de 21/02/2017, firmado entre DAIANE DE ALMEIDA, matrícula nº. 21.843, e o Município de Camboriú, para desempenhar a função de PROFESSORA 40 HORAS, a partir de 31/07/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 14 de Julho de 2017.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

1575/2017

PORTARIA Nº.1.575/2017

Rescinde contrato a pedido

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Rescindir, a pedido, o contrato Administrativo de Prestação de Serviço nº. 741/2017 de 03/04/2017, firmado entre VANESSA CRISTINA DE OLIVEIRA, matrícula nº. 22.198, e o Município de Camboriú, para desempenhar a função De RECEPCIONISTA.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 18 de Julho de 2017.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

1576/2017

PORTARIA Nº.1.576/2017

Exonera Servidor(a) á pedido

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, e conforme Lei Municipal nº.19/2008, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar, a pedido, o(a) Servidor(a) BRUNA KURTZ RODRIGUES, portador do CPF Nº.082.274.169-50, matrícula 19.796, do cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, do Concurso Público Edital nº.025/2013, a partir de 01/08/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 19 de Julho de 2017.
ÉLCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

1577/2017PORTARIA Nº 1.577/2017
Concede Licença Maternidade

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, e conforme Lei Municipal nº 2.893/2016, de 27.01.2016;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder, licença maternidade de 120 (cento e vinte) dias, a funcionária SUELEN DIRCE DA SILVA BARCELO, matrícula nº. 22.190, servidora contratada no cargo de AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO-ESF.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 19 de Julho de 2017.
ÉLCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

1578/2017

PORTARIA Nº.1.578/2017

Concede Licença Prêmio

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso v, da lei Orgânica do Município e conforme Lei Complementar nº. 039/2012, de 02/01/2012 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder, a pedido, Licença Prêmio de 30 (trinta) dias, ao servidor AGUILAR MARQUES, portador do CPF Nº. 300.094.487-72, matrícula nº. 12.633, a partir de 01/08/2017

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 19 de Julho de 2017.
ÉLCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

1579/2017PORTARIA Nº.1579/2017
Prorroga contrato de funcionário

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016 de 27.01.2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO substituição á servidora Maria Goreti de Farias que está de licença saúde.

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o Contrato Administrativo de Prestação de Serviço, firmado entre as partes, de 23/07/2017 á 25/08/2017.

NOME	CARGO	CONT.	T. AD.
MARIA APARECIDA BORBA	PROFESSORA DE PORTUGUES 20HORAS	714/2017	875/2017

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
Em 24 de Julho de 2017.
ÉLCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

1580/2017

PORTARIA Nº.1.580/2017

Rescinde contrato a pedido

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Rescindir, a pedido, o contrato Administrativo de Prestação de Serviço nº. 099/2017 de 13/02/2017, firmado entre FABIANA ZIELINSKI, matrícula nº. 21.506, e o Município de Camboriú, para desempenhar a função MONITOR DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA 20 HORAS, a partir de 24/07/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 24 de Julho de 2017.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB

Secretário da Administração

1581/2017

PORTARIA Nº.1.581/2017

Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO Chamada Pública;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 24/07/2017 à 31/10/2017.

NOME	CARGO	CONT.
GABRIEL LOPES	VIGIA	878/2017
IGO ROCHA SANTOS	VIGIA	881/2017
NIVALDO CAMPOS	VIGIA	882/2017
OZAILDO SOARES DE SOUZA	VIGIA	880/2017
SEBASTIÃO FERREIRA PRESTES	VIGIA	879/2017
VILSON PIRES	VIGIA	883/2017

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
Em 24 de Julho de 2017.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB

Secretário da Administração

1582/2017

PORTARIA Nº.1.582/2017

Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO Chamada Pública;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 24/07/2017 à 31/10/2017.

NOME	CARGO	CONT.
EDSON LUIZ GODARTH	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	884/2017

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
Em 24 de Julho de 2017.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB

Secretário da Administração

1583/2017

PORTARIA Nº.1.583/2017

NOMEIA DIRETOR DE DEPARTAMENTO ADJUNTO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº. 026/2009 de 18/06/2009.

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear ADRIANA DA GUIA JULIO, no cargo de DIRETOR DE DEPARTAMENTO ADJUNTO, da Casa da Cidadania, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,

em 26 de Julho de 2017.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

1584/2017

PORTARIA Nº.1.584/2017
Concede Licença Prêmio

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso v, da lei Orgânica do Município e conforme Lei Complementar nº 019/2008, de 02/07/2008, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder, a pedido, Licença Prêmio de 90 (noventa) dias, ao servidor CRISTIANO CORREIA, portador do CPF Nº. 004.908.649-96, matrícula nº. 5014, a partir de 31/07/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 26 de Julho 2017.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

1586/2017

PORTARIA Nº.1586/2017
Prorroga contrato de funcionários

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016 de 27.01.2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o Contrato Administrativo de Prestação de Serviço, firmado entre as partes, de 30/07/2017 á 08/12/2017.

NOME	CARGO	CONT.	T. AD.
ALDAIR ANTONIO GOMES	PROFESSOR DE MATEMATICA 20 HORAS	261/2017	1050/2017
ALMIRA LUIZA BORBA CORREA	PROFESSORA DE PORTUGUES 20 HORAS	265/2017	1051/2017
ANA PAULA DE ALENCAR DOS SANTOS	PROFESSORA DE GEOGRAFIA 20 HORAS	405/2017	1052/2017
ANA RITA FAGUNDES	PROFESSORA DE PORTUGUES 40 HORAS	532/2017	1057/2017
CLAYTON JAIR SZIMANSKI BURTET	PROFESSORA DE GEOGRAFIA 20 HORAS	276/2017	1053/2017
CRISTINE MELLO	PROFESSORA DE INGLES 20HORAS	251/2017	1054/2017
DAVID LIMA DOS SANTOS	PROFESSOR DE MATEMATICA 20HORAS	486/2017	1056/2017
EDINA VIEIRA RAMOS	PROFESSORA DE ARTES 30HORAS	542/2017	1058/2017
ENERI TERESINHA PLETSCH	PROFESSORA DE PORTUGUES 20HORAS	266/2017	1059/2017
FRANCIELE DA SILVA BOEIRA	PROFESSORA DE CIENCIAS 20HORAS	271/2017	1060/2017

1585/2017

PORTARIA Nº.1.585/2017
Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo nº.001/2017;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 27/07/2017 á 31/12/2017.

NOME	CARGO	CONT.	CLAS-SIF.
EROS DAVID TUCHTLER JUNIOR	PINTOR	885/2017	020

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
Em 27 de Julho de 2017.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

IRENE MARIA KLOCK	PROFESSORA DE HISTORIA 10 HORAS	614/2017	1061/2017
JAMES BLAND MOURA	PROFESSOR DE HISTÓRIA 20HORAS	253/2017	1062/2017
JERUSA CRISTINA BAZZO	PROFESSORA DE CIENCIAS 10HORAS	663/2017	1063/2017
JUCIMAR MATTOS DA SILVA	PROFESSOR DE MATEMATICA 20 HORAS	430/2017	1064/2017
KEVIN MOREIRA MACIEL DE SOUZA	PROFESSOR DE MATEMATICA 20 HORAS	258/2017	1065/2017
MARCIA HELENA AVILA PERES	PROFESSORA DE GEOGRAFIA 10HORAS	616/2017	1066/2017
MARISTELA DE FATIMA DOS SANTOS DA SILVA	PROFESSORA DE PORTUGUES 10HORAS	263/2017	1067/2017
PAULA REGINA DIAS RODRIGUES	PROFESSORA DE LITERATURA 40 HORAS	404/2017	1068/2017
SELINA ALBANO ZAZULA	PROFESSORA DE HISTORIA 20HORAS	254/2017	1069/2017
SILVIA APARECIDA VIEIRA NAVARRO	PROFESSORA DE CIENCIAS 10HORAS	272/2017	1070/2017
SILVIA CRISTINA MARTINS PRINCIPI	PROFESSORA DE MATEMATICA 20HORAS	260/2017	1071/2017
VANESSA DE BORBA SANTOS	PROFESSORA DE INGLES 10HORAS	403/2017	1072/2017
YRAIMA FERNANDA COELHO	PROFESSORA DE CIENCIAS 20HORAS	268/2017	1073/2017

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
Em 27 de Julho de 2017.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

1587/2017

PORTARIA Nº.1587/2017

Prorroga contrato de funcionários

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016 de 27.01.2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o Contrato Administrativo de Prestação de Serviço, firmado entre as partes, de 30/07/2017 á 08/12/2017.

NOME	CARGO	CONT.	T. AD.
ALESSANDRA BANALETI CAUS	PROFESSORA ANOS INICIAIS 40HORAS	498/2017	1074/2017
ALESSANDRA GALANCINI JACOB	PROFESSORA DE ARTES 20HORAS	580/2017	1075/2017
EDINA TOMAZINI	PROFESSORA DE LITERATURA 10HORAS	617/2017	1076/2017
FLIBLIO FERREIRA DE SOUZA	PROFESSOR DE LITERATURA 20HORAS	579/2017	1077/2017
GIEDRI ROSELE NUNES RUVIARO	PROFESSORA ANOS INICIAIS 40HORAS	379/2017	1078/2017
IZABEL CRISTINA KURTZ	PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL 40HORAS	522/2017	1079/2017
JARINE ADELIA PLUCENIO	PROFESSORA ANOS INICIAIS 20HORAS	730/2017	1080/2017
JUSSARA MACHADO DA SILVA	PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL 20 HORAS	415/2017	1081/2017
KAROLINE MARA BLEYER BENTO	PROFESSORA DE ARTES 20HORAS	585/2017	1082/2017
LILIAM DEBORAH SILVESTRI	PROFESSORA ANOS INICIAIS 40HORAS	504/2017	1083/2017
LUCIANE ATAIDE VARELA DA SILVA	PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL 20HORAS	523/2017	1084/2017
LUCIMAR DA ROCHA FREITAS	PROFESSORA DE ARTES 40HORAS	426/2017	1085/2017
LUCIMERI PEREIRA DE SOUZA	PROFESSORA ANOS INICIAIS 40HORAS	508/2017	1086/2017
MAIANY CRISTINA DUARTE	PROFESSORA ANOS INICIAIS 40HORAS	491/2017	1087/2017
MARA CLEUSA SOARES PINTO	PROFESSORA DE LITERATURA 20HORAS	705/2017	1088/2017
MARA SILVIA PARREIRA KARLSON	PROFESSORA ANOS INICIAIS 20HORAS	456/2017	1089/2017
MARCIA REGINA BASTOS BANGUE	PROFESSORA ANOS INICIAIS 20HORAS	234/2017	1090/2017
MARIA LUCIA DO NASCIMENTO ZANONI	PROFESSORA ANOS INICIAIS 40HORAS	505/2017	1091/2017
MARIA MANGELO	PROFESSORA DE PORTUGUES 40HORAS	441/2017	1092/2017
MARINEZ HAHN DA SILVA	PROFESSORA DE PORTUGUES 20 HORAS	531/2017	1093/2017
MARINICE COELHO DA SILVA	PROFESSORA DE MATEMATICA 40HORAS	434/2017	1094/2017
NANCI JEANE SEVERINO	PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL 20 HORAS	524/2017	1095/2017

NELIETE CORREIA ANDRADE	PROFESSORA ANOS INICIAIS 20HORAS	665/2017	1096/2017
PATRICIA GUATILPE	PROFESSORA ANOS INICIAIS 20HORAS	384/2017	1097/2017
ROSEMERI AZEVEDO DOS SANTOS	PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL 40 HORAS	409/2017	1098/2017
ROSILEIA JACINTO GOMES	PROFESSORA ANOS INICIAIS 20HORAS	492/2017	1099/2017
SAMIRA KHALIL AHMAD MUHD MAHMUD	PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL 40HORAS	408/2017	1100/2017
SILMARA MAGALHAES FERREIRA	PROFESSORA ANOS INICIAIS 40HORAS	497/2017	1101/2017
SILVANA NEUSA PINTO	PROFESSORA DE ARTES 40HORAS	429/2017	1102/2017
SOELI DA APARECIDA GALVÃO	PROFESSORA ANOS INICIAIS 20HORAS	591/2017	1103/2017
SUSANA JOVER SILVA	PROFESSORA ANOS INICIAIS 20HORAS	232/2017	1104/2017
TERESINHA ALICE LAUREANO	PROFESSORA ANOS INICIAIS 20HORAS	493/2017	1105/2017
ULIANA SILVA DA SILVA	PROFESSORA DE ARTES 20HORAS	582/2017	1106/2017
VALDINEIA APARECIDA CORREA MORAIS	PROFESSORA ANOS INICIAIS 20HORAS	729/2017	1107/2017
VANDRIA PAULA CHAGAS DE OLIVEIRA	PROFESSORA ANOS INICIAIS 20HORAS	388/2017	1108/2017
VANESSA MARIA SOARES GONÇALVES	PROFESSORA ANOS INICIAIS 20HORAS	382/2017	1109/2017
ZENI TEREZINHA ALVES PIOVESAN	PROFESSORA ANOS INICIAIS 20HORAS	496/2017	1110/2017

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, Em 27 de Julho de 2017.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB

Secretário da Administração

1588/2017

PORTARIA Nº.1588/2017

Prorroga contrato de funcionários

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016 de 27.01.2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o Contrato Administrativo de Prestação de Serviço, firmado entre as partes, de 31/07/2017 á 08/12/2017;

NOME	CARGO	CONT.	T. AD.
ALINE BRITO DA SILVA	PROFESSORA DE ARTES 20HORAS	824/2017	1111/2017
MARCIA VIVIANE DE PRA	PROFESSORA ANOS INICIAIS 20HORAS	776/2017	1112/2017
PAULA ANTONIO FERREIRA DE SOUZA	PROFESSORA EDUCAÇÃO INFANTIL 20HORAS	777/2017	1113/2017
ROBISON MELO ALVES	PROFESSOR GEOGRAFIA 20HORAS	838/2017	1114/2017
ROSMERI TERESINHA POZZA	PROFESSORA DE ARTES 10HORAS	822/2017	1115/2017
VANESSA DA CONCEIÇÃO GUEDES	PROFESSORA DE ARTES 10HORAS	825/2017	1116/2017

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,

Em 27 de Julho de 2017.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB

Secretário da Administração

1589/2017

PORTARIA Nº.1.589/2017

Prorroga contrato de Funcionário(a)

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da lei Orgânica do Município e na Lei nº2893/2016, de 27.01.2016, e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria de Obras, necessita de mão de obra para dar andamento em seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais e,

CONSIDERANDO que a servidora está de licença maternidade.

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o Contrato Administrativo de Prestação de Serviço, firmado entre as partes, de 30/06/2017 á 31/12/2017;

NOME	CARGO	CONT.	T. AD.
CLEIDE MARTINS DE OLIVEIRA	GARI	267/2016	1030/2017

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 27 de Julho de 2017.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

1591/2017

PORTARIA Nº.1.591/2017

Exonera Servidor(a) á pedido

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, e conforme Lei Municipal nº.19/2008, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar, a pedido, o(a) Servidor(a) ANA CARLA DIONISIO DA SILVA, portador do CPF Nº.352.505.888-83, matrícula 19.228, do cargo efetivo de SERVENTE, do Concurso Público Edital nº.025/2013, a partir de 30/07/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 27 de Julho de 2017.
ÉLCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

1592/2017

PORTARIA Nº.1.592/2017

Rescinde contrato a pedido

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Rescindir, a pedido, o contrato Administrativo de Prestação de Serviço nº. 708/2017 de 28/03/2017, firmado entre ANDREYA ANELISE TOBIAS, matrícula nº. 22.156, e o Município de Camboriú, para desempenhar a função de PROFESSORA 20 HORAS, a partir de 31/07/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 31 de Julho de 2017.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

1593/2017

PORTARIA Nº.1.593/2017

Exonera Servidor (a)Nomeado em Cargo Comissionado

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº026/2009 de 18/12/2009 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar, o (a) Servidor (a), BRUNA AGNOLETTO HORVATH, matrícula nº.21.241, do Cargo em Comissão de CHEFE DE DIVISÃO ADMINISTRATIVA.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 31 de Julho de 2017.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

1594/2017

PORTARIA Nº.1.594/2017

Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo nº.001/2017;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 31/07/2017 à 31/12/2017.

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
VANDERLEY JOAO DOS PRAZERES	PINTOR	886/2017	019

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
Em 31 de Julho de 2017.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

1595/2017

PORTARIA Nº.1.595/2017

Exonera Servidor(a) á pedido

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, e conforme Lei Municipal nº.19/2008, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar, a pedido, o(a) Servidor(a) VANIA DE AGUIAR DELFINO ROCHA, portador do CPF Nº.026.654.309-08, matrícula Nº 20.807, do cargo efetivo de PROFESSORA 20 HORAS, do Concurso Público Edital nº.025/2013, a partir de 31/07/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 31 de Julho de 2017.
ÉLCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

1596/2017

PORTARIA Nº.1.596/2017

Prorroga contrato de funcionários

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da lei Orgânica do Município e na Lei nº 2.893/2016, de 27/01/2016, e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saúde, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar os Contratos Administrativos de Prestações de Serviços, firmado entre as partes, pelo período de 30/06/2017 à 07/08/2017:

NOME	CARGO	CONT.	T. A.
LUCIMAR BARBOSA DE SOUZA	AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO – ESF	003/2016	876/2017

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 31 de Julho de 2017.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

1597/2017

PORTARIA Nº.1.597/2017

Prorroga contrato de funcionários

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da lei Orgânica do Município e na Lei nº 2.893/2016, de 27/01/2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saúde, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar os Contratos Administrativos de Prestações de Serviços, firmado entre as partes, pelo período de 30/06/2017 à 08/08/2017:

NOME	CARGO	CONT.	T. A.
PALOMA DUARTE	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE-PACS	611/2016	877/2017

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 31 de Julho de 2017.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

1598/2017

PORTARIA Nº.1.598/2017
Rescinde contrato a pedido

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº 2.893/2016 de 27/01/2016 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Rescindir, a pedido, o contrato Administrativo de Prestação de Serviço nº. 539/2017 de 01/03/2017, firmado entre EMANUELI APARECIDA CORDEIRO DOS SANTOS, matrícula nº. 21.959 e o Município de Camboriú, para desempenhar a função de PROFESSORA 10 HORAS.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 31 de Julho de 2017.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

1599/2017

PORTARIA Nº 1.599/2017
Concede licença maternidade

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº 039/2012, de 02.01.2012;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder, licença maternidade de 180 (cento e oitenta) dias, a funcionária SUELY FRANCINI SEVERINO MACHADO, matrícula nº.18.959, servidora EFETIVA no cargo de MONITORA.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 31 de julho de 2017.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

1600/2017

PORTARIA Nº.1.600/2017

Reduz carga horária

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº 2.893/2016 de 27/01/2016 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Reduzir a carga horária do (a) servidor (a) ANA RITA FAGUNDES, matrícula nº21.952, que ocupa o cargo de PROFESSORA, contratado, passando de 40 horas á 20 horas semanais.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 31 de Julho de 2017.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

1601/2017

PORTARIA Nº.1.601/2017
NOMEIA SECRETÁRIA DE ESCOLA

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº. 026/2009 de 18/06/2009 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, ANGELA SABRINA BASSANI, no cargo de SECRETÁRIA DE ESCOLA, da SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 31 de Julho de 2017.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

1602/2017

PORTARIA Nº.1.602/2017

NOMEIA DIRETOR DE SUBPROGRAMA DEPARTAMENTO SUPORTE TECNOLÓGICO - CAIC

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº. 1096/94 de 30/09/1994 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, SILVIA MARIA SILVA, no cargo de DIRETOR DE SUBPROGRAMA DEPARTAMENTO SUPORTE TECNOLÓGICO - CAIC, da SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 31 de Julho de 2017.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

1603/2017

PORTARIA Nº.1.603/2017

NOMEIA COORDENADORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº. 026/2009 de 18/06/2009 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, CHARLENE DA SILVA KAPROWSKI, no cargo de COORDENADORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, da SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 31 de Julho de 2017.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

1604/2017

PORTARIA Nº.1.604/2017

Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO chamada pública;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data inicial de 31/07/2017 á 31/10/2017:

NOME	CARGO	CONT.
LEDA RECH	PROFESSORA DE PORTUGUES 10 HORAS	887/2017

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
Em 31 de Julho de 2017.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

1605/2017

PORTARIA Nº.1.605/2017

Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO chamada pública;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data inicial de 31/07/2017 á 08/12/2017:

NOME	CARGO	CONT.
VALTECIR BENEVENUTI	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA 10 HORAS	888/2017

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
Em 31 de Julho de 2017.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

1606/2017

PORTARIA Nº.1.606/2017
Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO chamada pública;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data inicial de 31/07/2017 à 07/10/2017:

NOME	CARGO	CONT.
DENISE LOPES DUARTE	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 20 HORAS	889/2017

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
Em 31 de Julho de 2017.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

1607/2017

PORTARIA Nº.1.607/2017
Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO chamada pública;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data inicial de 31/07/2017 à 08/12/2017:

NOME	CARGO	CONT.
DAIANE SUELLEN VELOSO	PROFESSOR (A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL 20 HORAS	890/2017
RENATA GANANCINI ZIMMERMANN	PROFESSOR (A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL 20 HORAS	891/2017

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
Em 31 de Julho de 2017.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

1608/2017

PORTARIA Nº.1.608/2017
Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO chamada pública;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data inicial de 31/07/2017 à 08/12/2017:

NOME	CARGO	CONT.
ELIUD FERREIRA DE BARROS	PROFESSOR (A) ANOS INICIAIS 20 HORAS	892/2017
JOANA CAROLINE JACINTO	PROFESSOR (A) ANOS INICIAIS 40 HORAS	893/2017
LAIS DOS SANTOS FRANCELINO	PROFESSOR (A) ANOS INICIAIS 40 HORAS	894/2017
RAQUEL GOMES DO NASCIMENTO	PROFESSOR (A) ANOS INICIAIS 40 HORAS	895/2017

SAMANTTA FRANCINI PIRES DE MELO	PROFESSOR (A) ANOS INICIAIS 20 HORAS	896/2017
------------------------------------	--------------------------------------	----------

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
Em 31 de Julho de 2017.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

1609/2017

PORTARIA Nº.1.609/2017
Prorroga contrato de funcionários

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da lei Orgânica do Município e na Lei nº 2.893/2016, de 27/01/2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saúde, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar os Contratos Administrativos de Prestações de Serviços, firmado entre as partes, pelo período de 30/06/2017 à 08/08/2017:

NOME	CARGO	CONT.	T. A.
ANIBELLE ORIANA DE OLIVEIRA	MEDICO ESF	056/2016	879/2017

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 31 de Julho de 2017.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

1610/2017

PORTARIA Nº.1.610/2017
Prorroga contrato de funcionários

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da lei Orgânica do Município e na Lei nº 2.893/2016, de 27/01/2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saúde, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar os Contratos Administrativos de Prestações de Serviços, firmado entre as partes, pelo período de 30/06/2017 à 31/08/2017:

NOME	CARGO	CONT.	T. A.
TAINARA SABRIANA HESPAHOL	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE-PACS	345/2016	880/2017
GISLAINE CRISTINA VIEIRA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS-ESF	019/2016	878/2017

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 31 de Julho de 2017.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

1611/2017

PORTARIA Nº.1.611/2017
Exonera Servidor (a) Nomeado em Cargo Comissionado

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da lei Orgânica do Município e Lei Complementar nº. 049/2013 de 03/01/2013 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar, o (a) Servidor (a), EDNEI ADRIANO COSTA ROSA, matrícula nº. 5, no cargo de ASSESSOR DE ESPORTES, da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 31 de Julho de 2017.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

1612/2017

PORTARIA Nº.1.612/2017

Designa funcionário (a)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO substituição á servidora Arlete Leite Garcia que está de licença saúde;

CONSIDERANDO chamada pública;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data inicial de 31/07/2017 á 16/09/2017:

NOME	CARGO	CONT.
CLAUDIA REGINA ANACLETO DE AQUINO	PROFESSOR (A) ANOS INICIAIS 40 HORAS	897/2017

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,

Em 31 de Julho de 2017.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB

Secretário da Administração

1613/2017

PORTARIA Nº.1.613/2017

Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO chamada pública;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data inicial de 31/07/2017 á 08/12/2017:

NOME	CARGO	CONT.
ANA LUCIA MENDONÇA	PROFESSOR (A) ANOS INICIAIS 40 HORAS	898/2017
CLAUDIA BONFIM RIBEIRO	PROFESSOR (A) ANOS INICIAIS 20 HORAS	899/2017

JOSELI ROTT	PROFESSOR (A) ANOS INICIAIS 20 HORAS	900/2017
SUELI ALEXANDRE	PROFESSOR (A) ANOS INICIAIS 20 HORAS	901/2017

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,

Em 31 de Julho de 2017.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB

Secretário da Administração

1614/2017

PORTARIA Nº.1.614/2017

Designa funcionário (a)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO substituição ao servidor Reinvald Egon Wahdick que está de licença saúde;

CONSIDERANDO chamada pública;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data inicial de 31/07/2017 á 31/08/2017:

NOME	CARGO	CONT.
CRISTINA MARURI ZANELLA	PROFESSOR(A) DE HISTÓRIA 30 HORAS	902/2017

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,

Em 31 de Julho de 2017.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB

Secretário da Administração

1615/2017

PORTARIA Nº.1.615/2017

Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO chamada pública;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data inicial de 31/07/2017 á 08/12/2017:

NOME	CARGO	CONT.
FLIBLIO FERREIRA DE SOUSA	PROFESSOR (A) DE ARTES 10 HORAS	903/2017
LARA FABIANA CARVALHO BACK	PROFESSOR (A) DE ARTES 10 HORAS	904/2017

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,

Em 31 de Julho de 2017.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB

Secretário da Administração

1616/2017

PORTARIA Nº.1.616/2017

Designa funcionário (a)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO substituição á servidora Marilza Rodrigues de Moraes que está de licença saúde;

CONSIDERANDO chamada pública;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data inicial de 31/07/2017 á 24/09/2017:

NOME	CARGO	CONT.
ROSANGELA DE FATIMA CORDEIRO	SERVENTE	905/2017

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,

Em 31 de Julho de 2017.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB

Secretário da Administração

1617/2017

PORTARIA Nº.1.617/2017

Designa funcionário (a)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO substituição á servidora Carmeliria Lourenço que está de licença saúde;

CONSIDERANDO chamada pública;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data inicial de 31/07/2017 á 22/09/2017:

NOME	CARGO	CONT.
MIRIAN CORDEIRO	SERVENTE	906/2017

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,

Em 31 de Julho de 2017.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB

Secretário da Administração

1618/2017

PORTARIA Nº.1.618/2017

Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei

Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO chamada pública;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data inicial de 31/07/2017 à 08/12/2017:

NOME	CARGO	CONT.
ITAMAR NERI ROTAVA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	907/2017
MIDIÃ BRUM DA SILVA	SERVENTE	908/2017
ROZANJELA SVIDERSKI	SERVENTE	909/2017
VERONICA CONCEIÇÃO REIS SANTOS	SERVENTE	910/2017

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
Em 31 de Julho de 2017.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

1619/2017

PORTARIA Nº.1.619/2017

Designa funcionário (a)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO substituição à servidora Albertina Pires que está de licença saúde;

CONSIDERANDO chamada pública;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data inicial de 31/07/2017 à 30/09/2017:

NOME	CARGO	CONT.
ELENIR RIBEIRO DA SILVA MADEIRA	MERENDEIRA	911/2017

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
Em 31 de Julho de 2017.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

1620/2017

PORTARIA Nº.1.620/2017

Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO chamada pública;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data inicial de 31/07/2017 à 08/12/2017:

NOME	CARGO	CONT.
ELIANE CASTELO D'ÁVILA SILVA	MERENDEIRA	912/2017
MARCIA SANTOS FERREIRA	MERENDEIRA	913/2017
SIRLEY APARECIDA FERREIRA CARDOSO	MERENDEIRA	914/2017
TAIS SABRINA CRUZ	MERENDEIRA	915/2017

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
Em 31 de Julho de 2017.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

1621/2017

PORTARIA Nº.1.621/2017

Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de

prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO chamada pública;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data inicial de 31/07/2017 à 08/12/2017:

NOME	CARGO	CONT.
ANA CARLA DIONISIO DA SILVA	PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL 40 HORAS	916/2017
ANDREA DEJAINA BARBOSA DE OLIVEIRA DA SILVA	PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL 40 HORAS	917/2017
ANDREIA WEINRICH	PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL 20 HORAS	918/2017
ANELIZE PEREIRA LUCIANO	PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL 20 HORAS	919/2017
ANGELA MARIA PEREIRA VINHOLI	PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL 20 HORAS	920/2017
BIANCA ELAINE DA SILVA PACHECO	PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL 40 HORAS	921/2017
BRUNA EDERY RAFAEL DE SOUZA VILARIM	PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL 40 HORAS	922/2017
CIMONI BORGUEZAN	PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL 20 HORAS	923/2017
CRISTIANE VILARIM GONÇALVES	PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL 40 HORAS	924/2017
DAIANA DE SOUZA DA SILVA	PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL 20 HORAS	925/2017
DAIANE MILKE	PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL 40 HORAS	926/2017
DIVA GERONIMO FERNANDES	PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL 40 HORAS	927/2017
ELISANGELA MARIA DA CONCEIÇÃO	PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL 40 HORAS	928/2017
FRANCIANE DA SILVA	PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL 20 HORAS	929/2017
GRAZIELA COSTA	PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL 20 HORAS	930/2017
KIELLI APARECIDA BARBOSA	PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL 20 HORAS	931/2017
LUCIENE VANDA KRETZSCHMAR	PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL 40 HORAS	932/2017
MARA SILVIA PARREIRA KARLSON	PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL 20 HORAS	933/2017
MARCIA ADRIANA ROSA DOS SANTOS	PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL 20 HORAS	934/2017
MARIA GRASIELA GERALDO GOMES	PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL 20 HORAS	935/2017
MAURICIA ALCELINA DA SILVA	PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL 40 HORAS	936/2017
NAISE PELLEGRINI	PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL 40 HORAS	937/2017
ROSIANE RAQUEL CARDOSO SCHLOSSER	PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL 40 HORAS	939/2017
ROZIVANE ROCHA LANA	PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL 20 HORAS	940/2017
SISSI MALENA BRANDÃO CAETANO	PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL 40 HORAS	941/2017
SONIA VIEIRA BASTOS	PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL 40 HORAS	942/2017
TATIANE DORES RODRIGUES	PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL 20 HORAS	944/017

THAIS DORNELES MALHEIROS	PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL 40 HORAS	945/2017
THAIS MENDES URBAN CAVALHEIRO	PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL 20 HORAS	946/2017
VALERIA DA ROSA CRIZEL	PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL 40 HORAS	947/2017
VANESSA CRISTINA DA SILVA CORDEIRO	PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL 40 HORAS	948/2017
VANESSA SIAD	PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL 40 HORAS	949/2017

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
Em 31 de Julho de 2017.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

1622/2017

PORTARIA Nº.1.622/2017
READAPTA SERVIDOR EFETIVO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da lei Orgânica do Município e na Lei nº39/2012, de 02/01/2012, Artº44 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que o servidor encontra-se de auxílio doença e necessita ser readaptado;

CONSIDERANDO que o auxílio doença é por tempo determinado;

RESOLVE:

Art. 1º. Readaptar a servidora efetiva JANE MARIA FOLDA GALEOTTO, matrícula 15658, no cargo de PROFESSORA 20 HORAS, pelo período de 60 dias, a partir de 13/07/2017, na função designada pela secretaria de educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 31 de Julho de 2017.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

1623/2017

PORTARIA Nº.1.623/2017

Designa funcionário (a)

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO substituição á servidora Miriam Ruschel Friedich que está de licença saúde;

CONSIDERANDO chamada pública;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 31/07/2017 á 31/08/2017:

NOME	CARGO	CONT.
NEUCENIR SUELI RICCIO GARRIDO	PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL 40 HORAS	938/2017

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,

Em 31 de Julho de 2017.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB

Secretário da Administração

1624/2017

PORTARIA Nº.1.624/2017

Designa funcionário (a)

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO substituição á servidora Valdeci Teresinha Till que está de licença saúde;

CONSIDERANDO chamada pública;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 31/07/2017 á 14/09/2017:

NOME	CARGO	CONT.
TATIANA BARBOSA MARTINS	PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL 20 HORAS	943/2017

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,

Em 31 de Julho de 2017.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB

Secretário da Administração

1625/2017

PORTARIA Nº.1.625/2017

NOMEIA ASSESSOR DE ESPORTES

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº. 049/2013 de 03/01/2013 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, ELDERSON ERON LOPES LEÃO, no cargo de ASSESSOR DE ESPORTES, da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,

em 01 de Agosto de 2017.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB

Secretário da Administração

1626/2017

PORTARIA Nº.1.626/2017

Designa funcionário (a)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal de Saúde, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo nº.003/2015;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 01/08/2017 á 31/10/2017:

BAIRRO: BRAÇO DE CAMBORIÚ

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIFI-CAÇÃO
ADRIANA GRAZIELA DOS SANTOS DO AMARANTE	AGENTE COMUNI-TARIA DE SAÚDE	950/2017	005

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
Em 01 de Agosto de 2017.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

1627/2017

PORTARIA Nº.1.627/2017
Designa funcionários (as)

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo nº.001/2017;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 01/08/2017 à 31/12/2017:

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
ATAIDE RODRIGUES ALMEIDA BRANDALISE	PINTOR	951/2017	026
WAGNER DOS SANTOS ANASTACIO	PINTOR	952/2017	016

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
Em 01 de Agosto de 2017.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

1628/2017

PORTARIA Nº.1.628/2017
NOMEIA CHEFE DE DIVISÃO ADJUNTO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº. 026/2009 de 18/12/2009, Lei 050/2013 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, CARLOS ROBERTO BECHTOLD, no cargo de CHEFE DE DIVISÃO ADJUNTO, da SECRETARIA DA AGRICULTURA, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 01 de Agostos de 2017.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

1629/2017

PORTARIA Nº.1.629/2017
NOMEIA DIRETOR DE DEPARTAMENTO ADJUNTO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº. 026/2009 de 18/12/2009 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, JOSOE JOAO DO NASCIMENTO, no cargo de DIRETOR DE DEPARTAMENTO ADJUNTO, da SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 01 de Agostos de 2017.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

1630/2017

PORTARIA Nº.1.630 /2017

NOMEIA DIRETOR DA CASA DA CULTURA

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº. 047/2013 de 03/01/2013 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, FABIO ADEMAR MENDES DE BORBA, no cargo de DIRETOR DA CASA DA CULTURA, da FUNDAÇÃO CULTURAL DE CAMBORIU com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 01 de Agosto de 2017.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado no Livro de Publicações

RAMON MARCIDES JACOB

Secretário da Administração

1631/2017

PORTARIA Nº.1.631/2017

exclui função gratificada a servidor(es)

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº. 026/2009, de 18/12/2009;

RESOLVE:

Art. 1º. Excluir Função Gratificada ao servidor que relaciona;

Nome Função Gratificada

JOSE ELIAS PORTO	FG3
------------------	-----

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 01 de Agosto de 2017.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB

Secretário da Administração

1632/2017

PORTARIA Nº.1.632/2017

NOMEIA CHEFE DE DIVISÃO ADMINISTRATIVA

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº. 026/2009 de 18/12/2009, Lei 033/2011, Lei 065/2013 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, SILVIA MENDES, no cargo de CHEFE DE DIVISÃO ADMINISTRATIVA, da ASSESSORIA DE IMPRENSA, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 01 de Agosto de 2017.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB

Secretário da Administração

1633/2017

PORTARIA Nº.1.633/2017

NOMEIA COORDENADOR ADMINISTRATIVO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº. 026/2009 de 18/06/2009, Lei 033/2011 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, WILSON LEITE JUNIOR, no cargo de COORDENADOR ADMINISTRATIVO, da SECRETARIA DE OBRAS com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogando as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 01 de Agosto de 2017.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB

Secretário da Administração

1634/2017

PORTARIA Nº.1.634/2017

concede função gratificada a servidor

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e Lei Complementar nº. 026/2009, de 18/12/2009;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder função gratificada a servidor que relaciona;

Nome Função Gratificada

JULIANE SEDREZ BRAUN	FG3
----------------------	-----

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 01 de Agosto de 2017.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

1635/2017

PORTARIA Nº.1.635/2017

exclui função gratificada a servidor(es)

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº. 026/2009, de 18/12/2009;

RESOLVE:

Art. 1º. Excluir Função Gratificada ao servidor que relaciona;

Nome Função Gratificada

CAROLINE BENETTI DOS PASSOS	FG2
CLARICE ROCA MEZZOMO	FG2
DENISE DE SOUZA SOARES DA SILVA	FG2
EUNICE EMIKO ENOKIDA	FG2
RICARDO HAHN BARBOSA DE SOUZA	FG2

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 01 de Agosto de 2017.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

1636/2017

PORTARIA Nº.1.636/2017

designar servidores para composição do programa do núcleo de apoio à saúde da família – nasf

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e no artigo 5 da Lei Complementar nº. 83/2016 de 04/07/2016 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar os Servidores para a composição do programa do Núcleo de Apoio à Saúde da Família – NASF:

NOME	FUNÇÃO
CAROLINE BENETTI DOS PASSOS	FONOAUDIÓLOGA
CLARICE ROCA MEZZOMO	FISIOTERAPEUTA
DENISE DE SOUZA SOARES DA SILVA	NUTRICIONISTA
EUNICE EMIKO ENOKIDA	PSICÓLOGA
RICARDO HAHN BARBOSA DE SOUZA	ASSISTENTE SOCIAL

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 01 de Agosto de 2017.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

1637/2017

PORTARIA Nº.1.637/2017

Rescinde contrato a pedido

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Rescindir, a pedido, o contrato Administrativo de Prestação de Serviço nº. 874/2017 de 03/07/2017, firmado entre MARTA SARAMENTO, matrícula nº. 22.399, e o Município de Camboriú, para desempenhar a função PROFESORA 20 HORAS, a partir de 31/08/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 01 de Agosto de 2017.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

1638/2017

PORTARIA Nº.1.638/2017

Prorroga contrato de Funcionário(a)

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da lei Orgânica do Município e na Lei nº2893/2016, de 27.01.2016, e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria de Obras, necessita de mão de obra para dar andamento em seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais e,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o Contrato Administrativo de Prestação de Serviço, firmado entre as partes, de 31/07/2017 á 31/08/2017;

NOME	CARGO	CONT.	T. AD.
ADÃO KAR-NOSKI	OPERÁRIO BRAÇAL	526/2015	881/2017

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 01 de Agosto de 2017.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

1639/2017

PORTARIA Nº.1.639/2017

Rescinde contrato a pedido

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Rescindir, a pedido, o contrato Administrativo de Prestação de Serviço nº. 802/2017 de 01/06/2017, firmado entre LUIZ COSTA DA SILVA, matrícula nº. 22.295, e o Município de Camboriú, para desempenhar a função de OPERÁRIO BRAÇAL.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 01 de Agosto de 2017.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

1640/2017

PORTARIA Nº.1.640/2017

NOMEIA CHEFE DE DIVISÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº. 026/2009 de 18/12/2009 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, VALMOR ALEXANDRE GONÇALVES, no cargo de CHEFE DE DIVISÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA, da SECRETARIA DE SAÚDE, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 01 de Agosto de 2017.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

1641/2017

PORTARIA Nº.1.641/2017

NOMEIA COORDENADOR DO PROGRAMA SAÚDE MELHOR – ACADEMIA DE SAÚDE

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº. 026/2009 de 18/12/2009 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, RENATO AUGUSTO PONCELET, no cargo de COORDENADOR DO PROGRAMA SAÚDE MELHOR – ACADEMIA DE SAÚDE, da SECRETARIA DE SAÚDE, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 01 de Agosto de 2017.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

1642/2017

PORTARIA Nº.1.642/2017

NOMEIA COORDENADOR DA POLICLINICA

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº. 026/2009 de 18/12/2009, Lei 50/2013 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, ANTONIO CARLOS BARTH MOREIRA, no cargo de COORDENADOR DA POLICLINICA, da SECRETARIA DE SAÚDE, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 01 de Agosto de 2017.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB

Secretário da Administração

1643/2017

PORTARIA Nº.1.643/2017

NOMEIA SECRETARIO ADJUNTO DE EDUCAÇÃO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº. 026/2009 de 18/12/2009, Lei 50/2013 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, TANALU GARCIA SIMÕES, no cargo de SECRETARIO ADJUNTO DE EDUCAÇÃO, da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 01 de Agosto de 2017.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB

Secretário da Administração

1644/2017

PORTARIA Nº.1.644/2017

NOMEIA SECRETÁRIO DE CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº. 026/2009 de 18/06/2009 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, MICHEL BERNARDES MENDES, no cargo de SECRETÁRIO DE CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL, da SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, com subsídios previstos em Lei, a partir do dia 02/08/017.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 01 de Agosto de 2017.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB

Secretário da Administração

1645/2017

PORTARIA Nº.1.645/2017

NOMEIA COORDENADOR DE SAÚDE DO CAIC

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº. 026/2009 de 18/06/2009, Lei 050/2013 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, ANTONIO DEOLINDO, no cargo de COORDENADOR DE SAÚDE DO CAIC, da SECRETARIA DA SAÚDE, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 01 de Agosto de 2017.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB

Secretário da Administração

1646/2017

PORTARIA Nº.1.646/2017

NOMEIA SECRETARIA DE ESCOLA

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº. 026/2009 de 18/12/2009 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, JULIANA PEREIRA, no cargo de SECRETARIA DE ESCOLA, da SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 01 de Agosto de 2017.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

1647/2017

PORTARIA Nº.1647/2017
Prorroga contrato de funcionário

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016 de 27.01.2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o Contrato Administrativo de Prestação de Serviço, firmado entre as partes, de 30/07/2017 á 14/08/2017.

NOME	CARGO	CONT.	T. AD.
SULIANE APARECIDA MARSCHALK	PROFESSORA DE PORTUGUES 20HORAS	267/2017	883/2017

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
Em 01 de Agosto de 2017.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

1648/2017

PORTARIA Nº.1.648/2017
Exonera Servidor(a) por aposentadoria

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, e conforme Lei Municipal nº. 019/2008, e posteriores alterações;

CONSIDERANDO Portaria nº. 020/2017 de 02.08.2017, do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Camboriú;

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar, por aposentadoria, o(a) Servidor(a) CELI UTREIRA STEVANIN, portador do CPF Nº.584.562.109-78, matrícula 2430, do cargo efetivo de SUPERVISOR ESCOLAR.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 02 de Agosto de 2017.
ÉLCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

1649/2017

PORTARIA Nº.1.649/2017
Prorroga contrato de funcionários

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei nº 2.893/2016, de 27/01/2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saúde, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar os Contratos Administrativos de Prestações de Serviços, firmado entre as partes, pelo período de 31/12/2016 á 30/09/2017:

NOME	CARGO	CONT.	T. A.
BIANCA CARLA BIANCO	CIRURGIÃO DENTISTA-PSF	001/2016	882/2017

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 02 de Agosto de 2017.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

1650/2017

PORTARIA Nº.1.650/2017
Rescinde contrato a pedido

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Rescindir, a pedido, o contrato Administrativo de Prestação de Serviço nº. 675/2017 de 14/03/2017, firmado entre LIGIA MAYARA TEIXEIRA, matrícula nº. 22.115, e o Município de Camboriú, para desempenhar a função de SERVENTE.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 02 de Agosto de 2017.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

1651/2017

PORTARIA Nº.1.651/2017
Exonera Servidor(a) a pedido

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, e conforme Lei Municipal nº.19/2008, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar, a pedido, o(a) Servidor(a) ROSELI VIEIRA, portador do CPF Nº.907.661.649-34, matrícula Nº 19.280, do cargo efetivo de SERVENTE, do Concurso Público Edital nº.025/2013.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 03 de Agosto de 2017.
ÉLCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

1652/2017

PORTARIA Nº 1.652/2017
Concede licença maternidade

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº 039/2012, de 02.01.2012;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder, licença maternidade de 180 (cento e oitenta) dias, a funcionária Taisy Maria da Silva, matrícula nº.12.239, servidora COMISSIONADA no cargo de COORDENADORA DE EDUCAÇÃO BÁSICA.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação,

revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 04 de Agosto de 2017.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

1653/2017

PORTARIA Nº.1.653/2017
Exonera Servidor(a) a pedido

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, e conforme Lei Municipal nº.19/2008, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar, a pedido, o(a) Servidor(a) ADRIANA DE RAMOS SALLES, portador do CPF Nº.051.402.049-08, matrícula Nº 19.677, do cargo efetivo de MONITORA, do Concurso Público Edital nº.025/2013.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 04 de Agosto de 2017.
ÉLCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

1654/2017

PORTARIA Nº.1.654/2017
Designa funcionários (as)

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo nº.001/2017;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 04/08/2017 à 31/12/2017:

NOME	CARGO	CONT.	CLAS-SIF.
CESAR AUGUSTO BORTOLI DOS REIS	PINTOR	953/2017	024

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
Em 04 de Agosto de 2017.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

1655/2017

PORTARIA Nº.1.655/2017
NOMEIA ASSESSOR ADJUNTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº. 026/2009 de 18/06/2009, Lei 050/2013 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, THIAGO EDUARDO JULIO, no cargo de ASSESSOR ADJUNTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL, da ASSESSORIA DE IMPRENSA, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 04 de Agosto de 2017.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

1656/2017

PORTARIA Nº.1.656/2017
NOMEIA ASSESSOR ADJUNTO DE DEPARTAMENTO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº. 026/2009 de 18/12/2009, Lei 065/2013 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, DJHONATA FORTUNATO MUNIZ, no cargo de ASSESSOR ADJUNTO DE DEPARTAMENTO, da SECRETARIA DE OBRAS, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 04 de Agosto de 2017.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

1657/2017

PORTARIA Nº.1.657/2017
EXONERA SERVIDOR A PEDIDO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº. 026/2009 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar, a pedido, o(a) Servidor(a), MARIA DE FATIMA ASSIS NUNES ZOSCHKE, matrícula nº 22.023, do Cargo em Comissão de ASSESSOR DE DEPARTAMENTO, da Secretaria da SAÚDE.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 06 de Agosto de 2017.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

1658/2017

PORTARIA Nº.1.658/2017
Concede Licença Prêmio

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, e conforme Lei Complementar nº. 039/2012 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder, a pedido, Licença Prêmio de 30(trinta) dias, a servidora ELIZANE MACELAI CAMPOS, portador do CPF Nº. 022.990.759-84, matrícula nº. 2.933, á contar da data dessa portaria.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 07 de Agosto de 2017.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

1659/2017

PORTARIA Nº.1.659/2017

READAPTA SERVIDOR EFETIVO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei nº39/2012, de 02/01/2012 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO readaptação definitiva com fundamento no Art.44.

RESOLVE:

Art. 1º. Readaptar o servidor efetivo ROGES RAMOS DE RAMOS, matrícula Nº. 11.696, no cargo de PROFESSOR 20 HORAS, na função designada pela secretaria de educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 07 de Agosto de 2017.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

1660/2017

PORTARIA Nº.1.660/2017

Designa funcionários (as)

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saúde, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo nº003/2015;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 07/08/2017 à 31/10/2017:

NOME	CARGO	CONT.	CLAS-SIF.
ANA PAULA DA SILVA LINDNER	CIRURGIÃO DESN-TISTA-ESF	954/2017	040

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
Em 07 de Agosto de 2017.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

1661/2017

PORTARIA Nº.1.661/2017

Designa funcionários (as)

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saúde, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo nº003/2015;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 07/08/2017 à 31/10/2017:

NOME	CARGO	CONT.	CLAS-SIF.
MARIANA MORENO ARGUS CASAS	CIRURGIÃO DESN-TISTA-ESF	955/2017	039

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
Em 07 de Agosto de 2017.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

1662/2017

PORTARIA Nº.1.662/2017

NOMEIA CHEFE DE DIVISÃO CERFIS

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº. 026/2009 de 18/06/2009 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, ALINE DE FAVERI, no cargo de CHEFE DE DIVISÃO CERFIS, da SECRETARIA DA SAÚDE, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 07 de Agosto de 2017.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

1663/2017

PORTARIA Nº 1.663/2017
Concede Licença Maternidade

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, e conforme Lei Municipal nº 2.893/2016, de 27.01.2016;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder, licença maternidade de 120 (cento e vinte) dias, a funcionária JESSICA ANDREIA DA SILVA PORTO, matrícula nº. 21.876, servidora contratada no cargo de PROFESSORA, a partir de 14/08/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 07 de Agosto de 2017.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

1664/2017

PORTARIA Nº.1.664/2017
EXONERA SERVIDOR A PEDIDO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei nº. 1096/1994 de 30/09/1994 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar, a pedido, o(a) Servidor(a), CARLOS HENRIQUE MOTA RODRIGUES, matrícula nº 21.297, do Cargo em Comissão de AUXILIAR IMEDIATO - EDUCAÇÃO, da SECRETARIA DA EDUCAÇÃO.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 08 de Agosto de 2017.
ÉLCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

1665/2017

PORTARIA Nº 1.665/2017
Concede Licença Maternidade

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, e conforme Lei Municipal nº 039/2012, de 02.01.2012;

RESOLVE:

Art. 1º. Concede licença maternidade de 180 (cento e oitenta) dias, a funcionária SCHEILA GEHRKE PINHEIRO, matrícula nº.12.742, servidora EFETIVA no cargo de PROFESSORA.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 08 de Agosto de 2017.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

1666/2017

PORTARIA Nº.1.666/2017
Rescinde contrato a pedido

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Rescindir, a pedido, o contrato Administrativo de Prestação de Serviço nº. 007/2017 de 17/01/2017, firmado entre LUANA APARECIDA LAMEU DA SILVA, matrícula nº. 21.276, e o Município de Camboriú, para desempenhar a função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - PACS.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 08 de Agosto de 2017.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

1667/2017

PORTARIA Nº.1.667/2017

Concede Licença Sem Vencimentos

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município, e conforme Lei Complementar nº. 039/2012 de 02.01.2012 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder, a pedido, Licença Sem Vencimentos de 02 (dois) anos, ao servidor(a) MONICA TERESINHA ZIMMERMANN BITENCOURT, portador do CPF Nº027.099.799-77, matrícula nº 15.992.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 08 de Agosto de 2017.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB

Secretário da Administração

1668/2017

PORTARIA Nº.1.668/2017

concede função gratificada a servidor(a)

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº. 026/2009, de 18/12/2009;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder função gratificada a servidor(a) que relaciona;

Nome: Função Gratificada:

CRISTIANE MARIA DOS SANTOS ALVAREZ	FG2
ELISABETE MACHADO DE OLIVEIRA	FG2
EMERSON CESÁRIO	FG2
ROSE NEIDE PAGLIOSA	FG2

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 08 de Agosto de 2017.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB

Secretário da Administração

1669/2017

PORTARIA Nº.1.669/2017

concede função gratificada a servidor

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e Lei Complementar nº. 026/2009, de 18/12/2009;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder função gratificada a servidor que relaciona;

Nome Função Gratificada

MIGUEL PAIANO	FG2
---------------	-----

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 08 de Agosto de 2017.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB

Secretário da Administração

1670/2017

PORTARIA Nº.1.670/2017

NOMEIA COORDENADOR DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº. 026/2009 de 18/12/2009 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, RODRIGO DA SILVA ROCHA, no cargo de COORDENADOR DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS, da SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 09 de Agosto de 2017.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB

Secretário da Administração

1671/2017

PORTARIA Nº 1.671/2017

Concede licença maternidade

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº 039/2012, de 02.01.2012;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder, licença maternidade de 180 (cento e oitenta) dias, a funcionária ARIANA APARECIDA AMORIM, matrícula nº.19.735, servidora EFETIVA no cargo de MONITOR.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,

Em 10 de Agosto de 2017.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB

Secretário da Administração

1672/2017

PORTARIA Nº.1.672/2017

EXONERA SERVIDOR A PEDIDO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº. 026/2009 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar, a pedido, o(a) Servidor(a), JULIANE CRISTINA VIGNOLI, matrícula nº 21.361, do Cargo em Comissão de ASSESSOR ADJUNTA DE DEPARTAMENTO, da SECRETARIA DE FINANÇAS, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,

em 11 de Agosto de 2017.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB

Secretário da Administração

1673/2017

PORTARIA Nº.1.673/2017

Exonera Servidor (a) Nomeado em Cargo Comissionado

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei nº. 1096/1994 de 30/09/1994 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar, o(a) Servidor(a), JULIANE EDUARDA MELLO, matrícula nº 17.199, do Cargo em Comissão de AUXILIAR IMEDIATO - EDUCAÇÃO, da SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, a partir de 27/08/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,

em 11 de Agosto de 2017.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB

Secretário da Administração

1674/2017

PORTARIA Nº.1.674/2017

Exonera Servidor(a) por falecimento

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº. 026/2009 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar, por falecimento, o(a) Servidor(a) ADILSON GERONCIO CORREA, portador do CPF Nº.582.532.549-20, matrícula 21.359, do cargo comissionado de COORDENADOR DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,

em 12 de Agosto de 2017.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB

Secretário da Administração

1675/2017

PORTARIA Nº.1.675/2017

NOMEIA DIRETOR ADJUNTO DE DEPARTAMENTO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº. 026/2009 de 18/12/2009, Lei 065/2013 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, SAMARA STELLA SOARES, no cargo de DIRETOR ADJUNTO DE DEPARTAMENTO, da SECRETARIA DA AGRICULTURA, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 14 de Agosto de 2017.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB

Secretário da Administração

1676/2017

PORTARIA Nº.1.676/2017

NOMEIA DIRETOR DE PROTEÇÃO
SOCIAL BÁSICA

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº. 026/2009 de 18/12/2009, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, JEONILCE SIDOR DOS SANTOS, no cargo de DIRETOR DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA, da SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 14 de Agosto de 2017.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB

Secretário da Administração

1677/2017

PORTARIA Nº.1.677/2017

Exonera Servidor(a) Nomeado em Cargo Comissionado

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº. 026/2009 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar, o(a) Servidor(a), ANGELA MARIA DEL SENT, matrícula nº 19.147, do Cargo em Comissão de COORDENADOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, da SECRETARIA DA EDUCAÇÃO.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 14 de Agosto de 2017.

ÉLCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB

Secretário da Administração

1678/2017

PORTARIA Nº.1.678/2017

EXONERA SERVIDOR A PEDIDO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº. 026/2009 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar, a pedido, o(a) Servidor(a), JAQUELINE AGUIAR, matrícula nº 18.695, do Cargo em Comissão de CHEFE DE DIVISÃO ADJUNTO, da SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 14 de Agosto de 2017.

ÉLCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB

Secretário da Administração

1679/2017

PORTARIA Nº.1679/2017

Prorroga contrato de funcionário

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016 de 27.01.2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saúde, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o Contrato Administrativo de Prestação de Serviço, firmado entre as partes, de 30/06/2017 á 31/08/2017:

NOME	CARGO	CONT.	T. AD.
MARCIA CRISTINA DE OLIVEIRA LUCAS LOPES	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE-PACS	389/2016	982/2017

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,

Em 14 de Agosto de 2017.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB

Secretário da Administração

1680/2017

PORTARIA Nº.1.680/2017

Rescinde contrato a pedido

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Rescindir, a pedido, o contrato Administrativo de Prestação de Serviço nº. 217/2017 de 13/02/2017, firmado entre ANA PAULA DE JESUS, matrícula nº. 21.629, e o Município de Camboriú, para desempenhar a função de PROFESSORA.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,

em 14 de Agosto de 2017.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB

Secretário da Administração

1681/2017

PORTARIA Nº.1.681/2017

Rescinde contrato a pedido

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Rescindir, a pedido, o contrato Administrativo de Prestação de Serviço nº. 666/2017 de 14/03/2017, firmado entre ANA PAULA DE JESUS, matrícula nº. 22.106, e o Município de Camboriú, para desempenhar a função de PROFESSORA.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,

em 14 de Agosto de 2017.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB

Secretário da Administração

1682/2017

PORTARIA Nº.1.682/2017

Rescinde contrato a pedido

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Rescindir, a pedido, o contrato Administrativo de Prestação de Serviço nº. 392/2017 de 21/02/2017, firmado entre EDLAYNE GISELE SEVERINO, matrícula nº. 21.802, e o Município de Camboriú, para desempenhar a função de SERVENTE.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,

em 15 de Agosto de 2017.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB

Secretário da Administração

1683/2017

PORTARIA Nº 1.683/2017

Reduz carga horária para atendimento ao excepcional

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº19/2008, Art. 69, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Reduzir, para atendimento ao excepcional, a carga horária do(a) servidor(a) GABRIELI GALL, matrícula nº.19.178, que ocupa o cargo de MONITORA, efetivo, se licenciando de 20 horas semanais sem prejuízo em sua remuneração, por um período de 2(DOIS) anos.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 16 de Agosto de 2017.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

1684/2017

PORTARIA Nº.1684/2017

Prorroga contrato de funcionário

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016 de 27.01.2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o Contrato Administrativo de Prestação de Serviço, firmado entre as partes, de 31/07/2017 à 17/08/2017:

NOME	CARGO	CONT.	T. AD.
EDUARDO FIUZA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	837/2017	885/2017

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
Em 16 de Agosto de 2017.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

1685/2017

PORTARIA Nº.1685/2017

Prorroga contrato de funcionário

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016 de 27.01.2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saúde, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o Contrato Administrativo de Prestação de Serviço, firmado entre as partes, de 30/06/2017 à 18/08/2017:

NOME	CARGO	CONT.	T. AD.
DEBORA SARA ALVES DE ABREU	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE-PACS	614/2016	884/2017

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
Em 16 de Agosto de 2017.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

1686/2017

PORTARIA Nº.1.686/2017

NOMEIA ASSESSOR PARA ASSUNTOS COMUNITÁRIOS

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº. 026/2009 de 18/12/2009 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, MARCUS KENDI AKAGUI, no cargo de ASSESSOR PARA ASSUNTOS COMUNITÁRIOS, do GABINETE DO PREFEITO, com subsídios previstos em Lei, a partir do dia 23/08/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 16 de Agosto de 2017.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

1687/2017

PORTARIA Nº1.687/2017

Concede Acesso de Categoria Funcional a Servidor (a) Público (a) e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo nº79, inciso V da Lei Orgânica do Município e na Lei Municipal nº. 019/2008, de 02/07/2008, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a FRANCIANE CRISTINA FRONZA DA SILVA – matrícula 15.195, acesso da categoria de PROFESSORA nível 2, que ocupa, para PROFESSORA nível 3, com vencimentos previstos em Lei, a partir de 01/08/2017.

Art. 2º. O Departamento de Gestão de Pessoas procederá às alterações na ficha funcional da servidora mencionada no artigo anterior.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 16 de Agosto de 2017.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB

Secretário da Administração

1688/2017

PORTARIA Nº1.688/2017

Exonera Diretora de Escola

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº. 026/2009 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar, o(a) Servidor(a), KATIA APARECIDA CRISTOFOLINI DE LIZ, matrícula nº 1.844, do Cargo em Comissão de DIRETORA DE ESCOLA, da SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, a partir de 21/08/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 16 de Agosto de 2017.

ÉLCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB

Secretário da Administração

1689/2017

PORTARIA Nº1.689/2017

Concede Licença Prêmio

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, e conforme Lei Complementar nº. 039/2012 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder, a pedido, Licença Prêmio de 30 (trinta) dias, a servidora ROSELIA DA SILVA, portador do CPF Nº. 946.549.729-00, matrícula nº. 11.682, a partir de 01/08/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 16 de Agosto de 2017.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB

Secretário da Administração

1690/2017

PORTARIA Nº1.690/2017

Concede Licença Prêmio

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso v, da lei Orgânica do Município e conforme Lei Complementar nº 019/2008, de 02/07/2008, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder, a pedido, Licença Prêmio de 90 (noventa) dias, ao servidor KATIA APARECIDA CRISTOFOLINI DE LIZ, portador do CPF Nº. 018.428.849-56, matrícula nº. 1844, a partir de 21/08/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 16 de Agosto 2017.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB

Secretário da Administração

1691/2017

PORTARIA Nº.1691/2017

Prorroga contrato de funcionário

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 79,

inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016 de 27.01.2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o Contrato Administrativo de Prestação de Serviço, firmado entre as partes, de 22/07/2017 à 21/09/2017:

NOME	CARGO	CONT.	T. AD.
MARILENE APARECIDA GALVAO PEREIRA	PROFESSORA DE PORTUGUES 20HORAS	444/2017	1031/2017

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
Em 16 de Agosto de 2017.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

1692/2017

PORTARIA Nº.1692/2017

Prorroga contrato de funcionário

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016 de 27.01.2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO substituição ao servidor Claudinei Braz da Silva que está de licença saúde;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o Contrato Administrativo de Prestação de Serviço, firmado entre as partes, de 23/07/2017 à 25/09/2017:

NOME	CARGO	CONT.	T. AD.
ELTON JOHN SCHMOLLER	PROFESSOR(A) DE EDUC. FISICA 20HORAS	208/2017	1032/2017

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
Em 16 de Agosto de 2017.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

1693/2017

PORTARIA Nº.1693/2017

Prorroga contrato de funcionário

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016 de 27.01.2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO substituição ao servidor Claudinei Braz da Silva que está de licença saúde;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o Contrato Administrativo de Prestação de Serviço, firmado entre as partes, de 26/07/2017 à 08/12/2017:

NOME	CARGO	CONT.	T. AD.
ALAIDE SHEILA SCHROEDER	PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL 20 HORAS	545/2017	1033/2017

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
Em 16 de Agosto de 2017.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

1694/2017

PORTARIA Nº.1694/2017

Prorroga contrato de funcionário

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016 de 27.01.2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o Contrato Administrativo de Prestação de Serviço, firmado entre as partes, de 27/07/2017 à 24/09/2017:

NOME	CARGO	CONT.	T. AD.
NOELI DE FATIMA DA CRUZ RIBEIRO	PROFESSORA DE INGLES 20 HORAS	827/2017	1034/2017

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação,

revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
Em 16 de Agosto de 2017.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

1695/2017

PORTARIA Nº.1695/2017
Prorroga contrato de funcionário

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016 de 27.01.2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO substituição do servidor Thiago João da Silva que está em licença para tratamento de saúde;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o Contrato Administrativo de Prestação de Serviço, firmado entre as partes, de 28/07/2017 á 31/08/2017:

NOME	CARGO	CONT.	T. AD.
RAFAEL SELVA	PROFESSOR DE EDUC. FISICA 10HORAS	420/2017	1035/2017

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
Em 16 de Agosto de 2017.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

1696/2017

PORTARIA Nº.1696/2017
Prorroga contrato de funcionário

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016 de 27.01.2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO substituição á servidora Valdecir T. Till Cardoso que está em licença para tratamento de saúde;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o Contrato Administrativo de Prestação de Serviço, firmado entre as partes, de 30/07/2017 á 14/09/2017:

NOME	CARGO	CONT.	T. AD.
MARCIA REGINA CINTRA	PROFESSORA EDUCAÇÃO INFANTIL 20 HORAS	511/2017	1036/2017

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
Em 16 de Agosto de 2017.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

1697/2017

PORTARIA Nº.1697/2017
Prorroga contrato de funcionário

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016 de 27.01.2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO que a servidora está de licença maternidade;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o Contrato Administrativo de Prestação de Serviço, firmado entre as partes, de 30/07/2017 á 31/10/2017:

NOME	CARGO	CONT.	T. AD.
GISELLE VARELA DA SILVA	PROFESSORA DE PORTUGUES 10HORAS	704/2017	1037/2017

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
Em 16 de Agosto de 2017.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

1698/2017

PORTARIA Nº.1698/2017

Prorroga contrato de funcionário

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016 de 27.01.2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o Contrato Administrativo de Prestação de Serviço, firmado entre as partes, de 31/07/2017 à 11/10/2017:

NOME	CARGO	CONT.	T. AD.
ELIZA LUIZ	PROFESSORA ANOS INICIAIS 40 HORAS	792/2017	1038/2017

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,

Em 16 de Agosto de 2017.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB

Secretário da Administração

1699/2017

PORTARIA Nº.1699/2017

Prorroga contrato de funcionário

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016 de 27.01.2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o Contrato Administrativo de Prestação de Serviço, firmado entre as partes, de 31/07/2017 à 08/12/2017:

NOME	CARGO	CONT.	T. AD.
VIRIDIANA SILVA DE MOURA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	830/2017	1039/2017

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,

Em 16 de Agosto de 2017.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB

Secretário da Administração

1700/2017

PORTARIA Nº.1.700/2017

Prorroga contrato de funcionário

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016 de 27.01.2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o Contrato Administrativo de Prestação de Serviço, firmado entre as partes, de 31/07/2017 à 08/12/2017:

NOME	CARGO	CONT.	T. AD.
NAIARA ANISIA SILVA ROSA	INTERPRETE DA LINGUA BRASILEIRA DE SINAIS – LIBRAS 40HORAS	834/2017	1040/2017
PAULA FREIRE ALVARENGA DOS SANTOS	FONOAUDIOLOGA	447/2017	1041/2017

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,

Em 16 de Agosto de 2017.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB

Secretário da Administração

1701/2017

PORTARIA Nº.1.701/2017

NOMEIA COORDENADORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº. 026/2009 de 18/06/2009 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, NADIA BEATRIZ NUNES, no cargo de COORDENADORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, da SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 16 de Agosto de 2017.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

1702/2017

PORTARIA Nº.1.702/2017
Prorroga contrato de funcionário

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016 de 27.01.2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o Contrato Administrativo de Prestação de Serviço, firmado entre as partes, de 31/07/2017 à 31/08/2017:

NOME	CARGO	CONT.	T. AD.
ELIANE ORTIZ	PROFESSORA DE PORTUGUES 40 HORAS	823/2017	1042/2017
MELISSA SCHMIDT CARDOSO	PROFESSORA ANOS INICIAIS 20HORAS	228/2017	1043/2017

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
Em 16 de Agosto de 2017.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

1703/2017

PORTARIA Nº.1.703/2017
Prorroga contrato de funcionário

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016 de 27.01.2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Educação, necessita

de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o Contrato Administrativo de Prestação de Serviço, firmado entre as partes, de 30/07/2017 à 08/12/2017:

NOME	CARGO	CONT.	T. AD.
FABIANA REALI DA ROSA	SERVENTE	723/2017	1044/2017

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
Em 16 de Agosto de 2017.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

1704/2017

PORTARIA Nº.1.704/2017

Prorroga contrato de funcionário

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016 de 27.01.2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o Contrato Administrativo de Prestação de Serviço, firmado entre as partes, de 01/08/2017 à 18/09/2017:

NOME	CARGO	CONT.	T. AD.
KAROLAINE NICOLAICO	MONITOR 40 HORAS	299/2017	1045/2017

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
Em 16 de Agosto de 2017.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

1705/2017

PORTARIA Nº.1.705/2017

Prorroga contrato de funcionário

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016 de 27.01.2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o Contrato Administrativo de Prestação de Serviço, firmado entre as partes, de 01/08/2017 à 08/12/2017:

NOME	CARGO	CONT.	T. AD.
RAQUEL FRANCISCA ROSA	MERENDEIRA	865/2017	1046/2017

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,

Em 16 de Agosto de 2017.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB

Secretário da Administração

1706/2017

PORTARIA Nº.1.706/2017

Prorroga contrato de funcionário

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016 de 27.01.2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o Contrato Administrativo de Prestação de Serviço, firmado entre as partes, de 04/08/2017 à 31/08/2017:

NOME	CARGO	CONT.	T. AD.
RICHELE MARIA CAMPESTRINI DA SILVA	PROFESSORA DE ARTES 20HORAS	257/2017	1047/2017

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,

Em 16 de Agosto de 2017.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB

Secretário da Administração

1707/2017

PORTARIA Nº.1.707/2017

Prorroga contrato de funcionário

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016 de 27.01.2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o Contrato Administrativo de Prestação de Serviço, firmado entre as partes, de 05/08/2017 à 08/12/2017:

NOME	CARGO	CONT.	T. AD.
GISELE BOAVENTURA MURARO	PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL 20HORAS	726/2017	1048/2017

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,

Em 16 de Agosto de 2017.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB

Secretário da Administração

1708/2017

PORTARIA Nº.1.708/2017

Prorroga contrato de funcionário

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016 de 27.01.2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o Contrato Administrativo de Prestação de

Serviço, firmado entre as partes, de 10/08/2017 á 08/12/2017:

NOME	CARGO	CONT.	T. AD.
FRANCIELE MACHADO	MONITORA 40HORAS	828/2017	1049/2017

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
Em 16 de Agosto de 2017.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

1709/2017

PORTARIA Nº.1.709/2017
Prorroga contrato de funcionário

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016 de 27.01.2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o Contrato Administrativo de Prestação de Serviço, firmado entre as partes, de 12/08/2017 á 12/09/2017:

NOME	CARGO	CONT.	T. AD.
FABIANA DE OLIVEIRA SILVERO MACIEL	PROFESSOR ANOS INICIAS 40 HORAS	357/2017	1117/2017

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
Em 16 de Agosto de 2017.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

1710/2017

PORTARIA Nº 1.710/2017
Concede Licença Maternidade

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, e conforme Lei Municipal nº 2.893/2016, de 27.01.2016;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder, licença maternidade de 120 (cento e vinte) dias, a funcionária LARISSA HOFFMANN ROSA, matrícula nº.21584, servidora contratada no cargo de MERENDEIRA, a partir de 10/08/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 16 de Agosto de 2017.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

ANULAÇÃO DL 44/17 - FMS

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIU
ANULAÇÃO
DISPENSA LICITATORIA Nº. 044/2017- FMS

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração torna público que resolve anular o Processo Licitatório Nº 081/2017 cujo objeto é: "AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA CUMPRIMENTO DE AÇÕES JUDICIAIS CONFORME CONSTA NOS AUTOS Nº 0302657-23.2015.8.240113 E OUTROS".
RESOLVE ANULAR CONFORME ART. 49 CAPUT DA LEI 8.666/1993 E ALTERAÇÕES
Quaisquer esclarecimentos podem ser obtidos pelo telefone 047 3365-9500.

Camboriú SC, 28 de agosto de 2017.
ELCIO ROGÉRIO KUHNEN
Prefeito Municipal

ANULAÇÃO DL 45/17 - FMS

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIU
ANULAÇÃO
DISPENSA LICITATORIA Nº. 045/2017- FMS

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração torna público que resolve anular o Processo Licitatório Nº 082/2017 cujo objeto é: "AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA CUMPRIMENTO DE AÇÕES JUDICIAIS CONFORME CONSTA NOS AUTOS Nº 0302462-72.2014.824.0113 E OUTROS".
RESOLVE ANULAR CONFORME ART. 49 CAPUT DA LEI 8.666/1993 E ALTERAÇÕES
Quaisquer esclarecimentos podem ser obtidos pelo telefone 047 3365-9500.

Camboriú SC, 28 de agosto de 2017.
ELCIO ROGÉRIO KUHNEN
Prefeito Municipal

LEI N.º 3.000/2017

LEI Nº 3000/2017

“DISPÕE SOBRE A GARANTIA DO ATENDIMENTO PRIORITÁRIO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL, PORTADORAS DE TRANSTORNOS GLOBAIS E DE MOBILIDADE REDUZIDA AOS SERVIÇOS DOS ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS, COMERCIAIS, ÓRGÃOS PÚBLICOS E OUTROS QUE IMPORTEM EM ATENDIMENTO POR FILAS, SENHAS OU POR OUTROS MÉTODOS SIMILARES.”

A PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ela promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica através da presente Lei, garantido o atendimento prioritário de pessoas com deficiência visual, as portadoras dos Transtornos globais e as pessoas de mobilidade reduzida aos serviços dos estabelecimentos bancários, comerciais, órgãos públicos e outros serviços que importem em atendimento através de filas, senhas ou outros métodos similares.

Art. 2º. O atendimento prioritário e acessibilidade nesta lei compreende tratamento diferenciado e atendimento imediato às pessoas de que trata o art. 1º, desta Lei que inclui, dentre outros:

I - Assentos de uso preferencial sinalizados, espaços e instalações acessíveis;

II - Pessoal capacitado para prestar atendimento às pessoas com deficiência visual;

III - Disponibilidade de área especial para embarque e desembarque de pessoas com deficiência visual ou com mobilidade reduzida;

IV- Sinalização ambiental para orientação das pessoas referidas no art. 1º desta Lei;

V - Os estabelecimentos públicos e privados que utilizem o sistema de senha para atendimento ao público ficam obrigados a disponibilizar avisos sonoros para pessoas com deficiência visual;

VI - divulgação, em lugar visível, do direito de atendimento prioritário das pessoas com deficiência visual, as portadoras de transtornos globais ou com mobilidade reduzida;

VII - admissão de entrada e permanência de cão-guia ou cão-guia de acompanhamento junto de pessoa com deficiência ou de treinador nas edificações de uso público e naquelas de uso coletivo, mediante apresentação da carteira de vacina atualizada do animal; e

VIII - a existência de local de atendimento específico para as pessoas referidas no art. 1º desta Lei, podendo coincidir com o local específico para os demais atendimentos prioritários;

Art. 3º. Nos serviços de emergência dos estabelecimentos públicos e privados de atendimento à saúde, a prioridade conferida por esta Lei fica condicionada à avaliação médica em face da gravidade dos casos a atender.

Art. 4º. O atendimento prioritário no âmbito da administração pública municipal, direta e indireta, bem como das empresas prestadoras de serviços públicos, obedecerá às disposições desta Lei e da legislação federal e estadual aplicáveis.

Art. 5º. Os estabelecimentos que descumprirem o disposto na presente Lei sofrerão as seguintes penalidades:

I – advertência;

II – multa de 50 UFM (Cinqüenta Unidade Fiscal do Município), em caso de reincidência;

III – suspensão do Alvará de Licenciamento para Estabelecimento na terceira constatação, até o cumprimento desta lei.

Art. 6º. As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 7º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Camboriú, em 25 de agosto de 2017.

MÁRCIA REGINA OLIVEIRA FREITAG

Presidente da Câmara de Vereadores de Camboriú

PR 27 - FMS

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 027/2017-FMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES VISANDO AUXILIAR OS TRABALHOS DESENVOLVIDOS NA SECRETARIA DE SAÚDE.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002, Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações e Lei Complementar 123/06 alterada pela lei 147/14.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 14:15 horas do dia 13(Treze) de Setembro de 2017, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú 28 de agosto de 2017.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

TERMO DE SUSPENSÃO PR 086/2017 - PMC

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

TERMO DE SUSPENSÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 086/2017- PMC

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração torna público que resolve SUSPENDER POR DECISÃO SINGULAR, CONSTANTE NOS AUTOS @REP 17/00533930, o Processo Licitatório Nº. 102/2017 cujo objeto é: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA E ASSESSORIA TÉCNICA ESPECIALIZADA NAS ÁREAS ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA E DE FOLHA DE PAGAMENTOS, DESTINADA À PESQUISA E APRESENTAÇÃO DE DIAGNÓSTICO DA ATUAL ESTRUTURA DE PESSOAL NO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ E SEUS IMPACTOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS, até nova manifestação do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA.

Quaisquer esclarecimentos podem ser obtidos pelo telefone 047 3365-9500

Camboriú, 28 de Agosto de 2017.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Campo Alegre

PREFEITURA

CREDENCIAMENTO 01/2017

PROCESSO DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2017
EDITAL DE CREDENCIAMENTO DE LABORATÓRIO
(PREÇO FIXADO DA TABELA - SUS)

A Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Campo Alegre, no uso de suas atribuições;

Considerando a necessidade da contratação de serviços de saúde pelos gestores públicos, baseada em critérios uniformes, para suprir a necessidade da demanda dos usuários do sistema;

Considerando ainda, a Resolução do Conselho Municipal de Saúde, nº 010 de 22 de agosto de 2017, que fixa os valores diferenciados a serem pagos pela contratação de exames laboratoriais.

RESOLVE:

Convocar os prestadores de serviços de saúde interessados em oferecer serviços aos usuários do sistema de saúde do Município de Campo Alegre - SC, nas condições aqui estabelecidas.

O Fundo Municipal de Saúde de Campo Alegre-SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 01.941.360/0001-50, com sede à Avenida Getúlio Vargas, nº 467, em Campo Alegre/SC, representado pelo Gestor Sra. Carolina da Costa Telma, CPF nº 061.299.189-09, faz saber a todos quantos interessarem, que está aberto prazo para inscrições de laboratórios especializados para o credenciamento de prestadores de serviços de saúde (exames laboratoriais).

1. Do objeto e condições

1.1. O objeto do presente Edital é o CREDENCIAMENTO de Laboratórios, para a prestação de serviços de saúde, conforme valores constantes da TABELA, abaixo transcritos na Tabela Exames, que o Município utiliza para seus usuários:

TABELA 1: EXAMES

CÓDIGO	EXAMES	VALOR SUS	QTDE. PREVISTA
0202010120	DOSAGEM DE ACIDO URICO	R\$ 1,85	40
0202050220	PESQUISA DE FENIL-CETONA NA URINA	R\$ 2,04	40
0202010627	DOSAGEM DE PROTEINAS TOTAIS E FRACOES	R\$ 1,85	40
0202010180	DOSAGEM DE AMILASE	R\$ 2,25	40
0202080013	ANTIBIOGRAMA	R\$ 4,98	40
0202080072	BACTERIOSCOPIA (GRAM)	R\$ 2,80	40
0202010295	DOSAGEM DE COLESTEROL TOTAL	R\$ 1,85	40
0202010279	DOSAGEM DE COLESTEROL HDL	R\$ 3,51	40
0202010287	DOSAGEM DE COLESTEROL LDL	R\$ 3,51	40
0202020037	CONTAGEM DE RETICULOCITOS	R\$ 2,73	40
0202020029	CONTAGEM DE PLAQUETAS	R\$ 2,73	40
0202020541	TESTE DIRETO DE ANTIGLOBULINA HUMANA (TAD)	R\$ 2,73	40
0202120090	TESTE INDIRETO DE ANTIGLOBULINA HUMANA (TIA)	R\$ 2,73	40
0202010333	DOSAGEM DE CREATINOFOSFOQUINASE FRACAO MB	R\$ 4,12	40
0202010317	DOSAGEM DE CREATININA	R\$ 1,85	40
0202080080	CULTURA DE BACTERIAS P/ IDENTIFICACAO	R\$ 5,62	40
0202020363	ERITROGRAMA (ERITROCITOS, HEMOGLOBINA, HEMATOCRITO)	R\$ 2,73	40
0211040037	EXAME MICROBIOLOGICO A FRESCO DO CONTEUDO CERVICO-VAGINAL	R\$ 2,80	40
0202050017	ANALISE DE CARACTERES FISICOS, ELEMENTOS E SEDIMENTO DA URINA	R\$ 3,70	40
0202030075	DETERMINACAO DE FATOR REUMATOIDE	R\$ 2,83	40
0202120082	PESQUISA DE FATOR RH (INCLUI D FRACO)	R\$ 1,37	40
0202010384	DOSAGEM DE FERRITINA	R\$ 15,59	40
0202010465	DOSAGEM DE GAMA-GLUTAMIL-TRANSFERASE (GAMA GT)	R\$ 3,51	40
0202010040	DETERMINACAO DE CURVA GLICEMICA (2 DOSAGENS)	R\$ 3,63	40
0202090124	DOSAGEM DE GLICOSE NO LIQUIDO SINOVIAL E DERRAMES	R\$ 1,89	40
0202120023	DETERMINACAO DIRETA E REVERSA DE GRUPO ABO	R\$ 1,37	40
0202020371	HEMATOCRITO	R\$ 1,53	40
0202020304	DOSAGEM DE HEMOGLOBINA	R\$ 1,53	40
0202010503	DOSAGEM DE HEMOGLOBINA GLICOSILADA	R\$ 7,86	40
0202020380	HEMOGRAMA COMPLETO	R\$ 4,11	100

0202030784	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG E IGM CONTRA ANTIGENO CENTRAL DO VIRUS DA HEPATITE B (ANTI-HBC-TOTAL)	R\$ 18,55	40
0202030890	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA ANTIGENO CENTRAL DO VIRUS DA HEPATITE B (ANTI-HBC-IGM)	R\$ 18,55	40
022030636	PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA ANTIGENO DE SUPERFICIE DO VIRUS DA HEPATITE B (ANTI-HBS)	R\$ 18,55	40
0202030970	PESQUISA DE ANTIGENO DE SUPERFICIE DO VIRUS DA HEPATITE B (HBSAG)	R\$ 18,55	40
0202030679	PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA O VIRUS DA HEPATITE C (ANTI-HCV)	R\$ 18,55	40
0202030300	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-HIV-1 + HIV-2 (ELISA)	R\$ 10,00	40
0202030164	DOSAGEM DE IMUNOGLOBULINA E (IGE)	R\$ 9,25	40
0202020134	DETERMINACAO DE TEMPO DE TROMBOPLASTINA PARCIAL ATIVADA (TTP ATIVADA)	R\$ 5,77	40
0202020398	LEUCOGRAMA	R\$ 2,73	40
0202050092	DOSAGEM DE MICROALBUMINA NA URINA	R\$ 8,12	40
0202040127	PESQUISA DE OVOS E CISTOS DE PARASITAS	R\$ 1,65	40
0202040097	PESQUISA DE LEUCOCITOS NAS FEZES	R\$ 1,65	40
0202040143	PESQUISA DE SANGUE OCULTO NAS FEZES	R\$ 1,65	40
0202010600	DOSAGEM DE POTASSIO	R\$ 1,85	40
0202030083	DETERMINACAO QUANTITATIVA DE PROTEINA C REATIVA	R\$ 9,25	40
0202010619	DOSAGEM DE PROTEINAS TOTAIS	R\$ 1,40	40
0202010619	DOSAGEM DE PROTEINAS TOTAIS	R\$ 1,40	40
0202050114	DOSAGEM DE PROTEINAS (URINA DE 24 HORAS)	R\$ 2,04	40
0202030814	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VIRUS DA RUBEOLA	R\$ 17,16	40
0202010635	DOSAGEM DE SODIO	R\$ 1,85	40
0202031110	TESTE NÃO TREPONEMICO P/ DETECÇÃO DE SIFILIS	R\$ 2,83	40
0202020142	DETERMINACAO DE TEMPO E ATIVIDADE DA PROTROMBINA (TAP)	R\$ 2,73	40
0202030768	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG ANTITOXOPLASMA	R\$ 16,97	40
0202030873	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM ANTITOXOPLASMA	R\$ 18,55	40
0202010643	DOSAGEM DE TRANSAMINASE GLUTAMICO-OXALACETICA (TGO)	R\$ 2,01	40
0202010651	DOSAGEM DE TRANSAMINASE GLUTAMICO-PIRUVICA (TGP)	R\$ 2,01	40
0202010678	DOSAGEM DE TRIGLICERIDEOS	R\$ 3,51	40
0202010694	DOSAGEM DE UREIA	R\$ 1,85	40
0202020150	DETERMINACAO DE VELOCIDADE DE HEMOSSEDIMENTACAO (VHS)	R\$ 2,73	40
0202060055	DOSAGEM DE 17-CETOSTEROIDES TOTAIS	R\$ 6,72	30
0202060063	DOSAGEM DE 17-HIDROXICORTICOSTEROIDES	R\$ 6,72	30
0202110095	DOSAGEM DE 17 HIDROXI PROGESTERONA EM PAPEL DE FILTRO (COMPONENTE DO TESTE DO PEZINHO)	R\$ 8,00	30
0202060071	DOSAGEM DE ACIDO 5-HIDROXI-INDOL-ACETICO (SEROTONINA)	R\$ 6,72	30
0202070018	DOSAGEM DE ACIDO DELTA-AMINOLEVULINICO	R\$ 2,06	30
0202010406	DOSAGEM DE FOLATO	R\$ 15,65	30
0202070026	DOSAGEM DE ACIDO HIPURICO	R\$ 2,23	30
0202070034	DOSAGEM DE ACIDO MANDELICO	R\$ 3,68	30
0202070042	DOSAGEM DE ACIDO METIL-HIPURICO	R\$ 2,04	30
0202070050	DOSAGEM DE ACIDO VALPROICO	R\$ 15,65	30
0202010139	DOSAGEM DE ACIDO VANILMANDELICO	R\$ 9,00	30
0202060080	DOSAGEM DE ADRENOCORTICOTROFICO (ACTH)	R\$ 14,12	30
0202010147	DOSAGEM DE ALDOLASE	R\$ 3,68	30
0202060098	DOSAGEM DE ALDOSTERONA	R\$ 11,89	30
0202010155	DOSAGEM DE ALFA-1-ANTITRIPSINA	R\$ 3,68	30
0202010163	DOSAGEM DE ALFA-1-GLICOPROTEINA ACIDA	R\$ 3,68	30
0202030091	DOSAGEM DE ALFA-FETOPROTEINA	R\$ 15,06	30
0202010198	DOSAGEM DE AMONIA	R\$ 3,51	30
0202060110	DOSAGEM DE ANDROSTENEDIONA	R\$ 11,53	30
0202030555	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIMICROSSOMAS	R\$ 17,16	30
0202030270	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-DNA	R\$ 8,67	30
0202030571	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIMUSCULO ESTRIADO	R\$ 17,16	30
0202030580	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIMUSCULO LISO	R\$ 17,16	30
0202030350	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-SS-A (RO)	R\$ 18,55	30
0202030369	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-SS-B (LA)	R\$ 18,55	30
0202030628	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTITIREOGLOBULINA	R\$ 17,16	30
0202031187	DOSAGEM DE ANTICORPOS ANTITRANSGLUTAMINASE RECOMBINANTE HUMANO IGA	R\$ 18,55	30
0202030512	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIILHOTA DE LANGERHANS	R\$ 10,00	30
0202030520	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIINSULINA	R\$ 17,16	30
0202030563	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIMITOCONDRIA	R\$ 17,16	30

0202030458	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIESCLERODERMA (SCL 70)	R\$ 10,00	30
0202030601	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIPARIETAIS	R\$ 17,16	30
0202030512	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIILHOTA DE LANGERHANS	R\$ 10,00	30
0202030440	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIEQUINOCOCOS	R\$ 9,25	30
0202030296	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-HIV-1 (WESTERN BLOT)	R\$ 85,00	30
0202030466	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIESPERMATOZOIDES	R\$ 9,70	30
0202030474	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTISTREPTOLISINA O (ASLO)	R\$ 2,83	30
0202030962	PESQUISA DE ANTIGENO CARCINOEMBRIONARIO (CEA)	R\$ 13,35	30
0202030105	DOSAGEM DE ANTIGENO PROSTATICO ESPECIFICO (PSA)	R\$ 16,42	30
0202020177	DOSAGEM DE ANTITROMBINA III	R\$ 6,48	30
0202060314	DOSAGEM DE RENINA	R\$ 13,19	30
0202040160	PESQUISA DE TRIPSINA NAS FEZES	R\$ 1,65	30
0202030113	DOSAGEM DE BETA-2-MICROGLOBULINA	R\$ 13,55	30
0202060217	DOSAGEM DE GONADOTROFINA CORIONICA HUMANA (HCG, BETA HCG)	R\$ 7,85	30
0202010201	DOSAGEM DE BILIRRUBINA TOTAL E FRACOES	R\$ 2,01	30
0202031217	DOSAGEM DO ANTÍGENO CA 125	R\$ 13,35	30
0202010210	DOSAGEM DE CALCIO	R\$ 1,85	30
0202010228	DOSAGEM DE CALCIO IONIZAVEL	R\$ 3,51	30
0202010023	DETERMINACAO DE CAPACIDADE DE FIXACAO DO FERRO	R\$ 2,01	30
0202070158	DOSAGEM DE CARBAMAZEPINA	R\$ 17,53	30
0202100030	DETERMINACAO DE CARIOTIPO EM SANGUE PERIFERICO (C/ TECNICA DE BANDAS)	R\$160,00	30
0202030695	PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA O VIRUS DO SARAMPO	9,25	30
0202031110	TESTE NÃO TREPONEMICO P/ DETECÇÃO DE SIFILIS	2,83	30
0202020142	DETERMINACAO DE TEMPO E ATIVIDADE DA PROTROMBINA (TAP)	2,73	30
0202020444	PESQUISA DE HEMOGLOBINA S	2,73	30
0202060349	DOSAGEM DE TESTOSTERONA	10,43	30
0202060365	DOSAGEM DE TIREOGLOBULINA	15,35	30
0202060373	DOSAGEM DE TIROXINA (T4)	8,76	30
0202060381	DOSAGEM DE TIROXINA LIVRE (T4 LIVRE)	11,60	30
0202030768	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG ANTITOXOPLASMA	16,97	30
0202030873	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM ANTITOXOPLASMA	18,55	30
0202010643	DOSAGEM DE TRANSAMINASE GLUTAMICO-OXALACETICA (TGO)	2,01	30
0202010651	DOSAGEM DE TRANSAMINASE GLUTAMICO-PIRUVICA (TGP)	2,01	30
0202010660	DOSAGEM DE TRANSFERRINA	4,12	30
0202070263	DOSAGEM DE MERCURIO	2,04	30
0202070271	DOSAGEM DE META-HEMOGLOBINA	4,11	30
0202050092	DOSAGEM DE MICROALBUMINA NA URINA	8,12	30
0202030059	DETECCAO DE RNA DO VIRUS DA HEPATITE C (QUALITATIVO)	96,00	30
0202031080	QUANTIFICACAO DE RNA DO VIRUS DA HEPATITE C	168,48	30
0202040054	PESQUISA DE ENTEROBIUS VERMICULARES (OXIURUS OXIURA)	1,65	30
0202060390	DOSAGEM DE TRIIODOTIRONINA (T3)	8,71	30
0202031209	DOSAGEM DE TROPONINA	9,00	30
0202010120	DOSAGEM DE ACIDO URICO	1,85	30
0202030822	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VIRUS DA VARICELA-HERPES ZOSTER	17,16	30
0202030938	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VIRUS DA VARICELA-HERPES ZOSTER	17,16	30
0202020150	DETERMINACAO DE VELOCIDADE DE HEMOSSSEDIMENTACAO (VHS)	2,73	30
0202010708	DOSAGEM DE VITAMINA B12	15,24	30
0202010767	DOSAGEM DE 25 HIDROXIVITAMINA D	15,24	30
0202070352	DOSAGEM DE ZINCO	15,65	30
0202030156	DOSAGEM DE IMUNOGLOBULINA A (IGA)	17,16	30
0202030180	DOSAGEM DE IMUNOGLOBULINA M (IGM)	17,16	30
0202060268	DOSAGEM DE INSULINA	10,17	30
0202010759	TESTE DE TOLERANCIA A INSULINA / HIPOGLICEMIANTES ORAIS	6,55	30
0202060268	DOSAGEM DE INSULINA	10,17	30
0202010759	TESTE DE TOLERANCIA A INSULINA / HIPOGLICEMIANTES ORAIS	6,55	30
0202010759	TESTE DE TOLERANCIA A INSULINA / HIPOGLICEMIANTES ORAIS	6,55	30
0202020134	DETERMINACAO DE TEMPO DE TROMBOPLASTINA PARCIAL ATIVADA (TTP ATIVADA)	5,77	30
0202030750	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG ANTILEISHMANIAS	9,25	30
0202030865	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM ANTILEISHMANIAS	10,00	30
0202020398	LEUCOGRAMA	2,73	30
0202010554	DOSAGEM DE LIPASE	2,25	30
0202070255	DOSAGEM DE LITIO	2,25	30
0202010562	DOSAGEM DE MAGNESIO	2,01	30
0202060292	DOSAGEM DE PROGESTERONA	10,22	30

020206036	DOSAGEM DE TIREOGLOBULINA	15,35	30
0202030202	DOSAGEM DE PROTEINA C REATIVA	2,83	30
0202030083	DETERMINACAO QUANTITATIVA DE PROTEINA C REATIVA	9,25	30
0202010619	DOSAGEM DE PROTEINAS TOTAIS	1,40	30
0202010627	DOSAGEM DE PROTEINAS TOTAIS E FRACOES	1,85	30
0202050114	DOSAGEM DE PROTEINAS (URINA DE 24 HORAS)	2,04	30
0202060314	DOSAGEM DE RENINA	13,19	30
0202030814	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VIRUS DA RUBEOLA	17,16	30
0202030920	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VIRUS DA RUBEOLA	17,16	30
0202030695	PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA O VIRUS DO SARAMPO	9,25	30
0202080072	BACTERIOSCOPIA (GRAM)	2,80	30
0202010635	DOSAGEM DE SODIO	1,85	30
0202060322	DOSAGEM DE SOMATOMEDINA C (IGF1)	15,35	30
0202030547	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTILISTERIA	5,50	30
0202030750	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG ANTILEISHMANIAS	9,25	30
0202030547	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTILISTERIA	5,50	30
0202030105	DOSAGEM DE ANTIGENO PROSTATICO ESPECIFICO (PSA)	16,42	10

1.1.1 A contratação do laboratório poderá ser realizada imediatamente após a homologação da inscrição do laboratório pelo Gestor do Fundo Municipal de Saúde e formalização do contrato (conforme minuta constante do Anexo II).

1.1.1.1 A homologação da inscrição que trata o item 1.1.1 somente poderá ser emitida após aprovação da documentação exigida neste Edital (item 6), através de emissão de Parecer da Comissão de Avaliação (que será criada para este fim).

1.1.2 A tabela de preços terá validade de 01 (um) ano, contados da publicação deste Edital, podendo ser prorrogada, com aprovação do Conselho Municipal de Saúde.

1.1.3 Os serviços serão prestados na sede da empresa ou laboratório credenciado.

1.1.4 Demais condições e cláusulas contratuais encontram-se no ANEXO II - Minuta de Contrato, parte integrante deste edital.

2 Dos Prestadores de Serviço

2.1 Poderão credenciar-se a prestar os serviços referidos no item anterior, pessoas jurídicas do ramo, desde que "habilitadas" (conforme dispõe o item 6) e atendam todas as disposições deste Edital.

3 Da Remuneração dos Serviços

3.1 A remuneração dos serviços se dará unicamente com os valores fixados na Tabelas 1: Exames (constante do item 1 deste Edital).

3.2 Os pagamentos serão efetuados pelo CONTRATANTE, no mês subsequente à prestação dos serviços executados (em até 05 dias após a entrega da nota fiscal), através de depósito em conta bancária da CONTRATADA, contra apresentação da nota fiscal de serviços, acompanhadas da 1ª (primeira) via de requisição de exames laboratoriais que deverá estar devidamente autorizada e assinada pela Secretaria Municipal de Saúde de Campo Alegre-SC e ainda, deverá conter (na requisição) o nome do Usuários (município) atendido.

4 Dos Usuários dos Serviços

4.1 Os usuários dos serviços são aqueles atendidos nas unidades de saúde ou encaminhados pelas mesmas, com requisição de exames laboratoriais devidamente autorizada, assinada e contendo o nome do Usuário.

5 Do Credenciamento dos Prestadores de Serviço

5.1 As condições do credenciamento de prestadores de serviços do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ALEGRE são universais e, portanto, sob as mesmas condições para todos os prestadores de serviços, razão pela qual são firmadas num termo de disposições rígidas e inegociáveis, em que obrigam tanto o Município como os prestadores de serviços, após o deferimento de sua inscrição para o seu credenciamento.

5.2 O credenciamento se dá imediatamente após a homologação da inscrição do laboratório pelo Gestor do Fundo Municipal de Saúde.

6 Das inscrições e habilitação para a prestação do serviço

6.1 Para a "habilitação" o laboratório deverá inscrever-se para o credenciamento.

6.1.1 A inscrição (que trata o item 6.1) inicia-se no dia 29 de agosto de 2017, sem data prevista para encerramento, e deverá ser feita através da entrega (no Serviço de Suprimentos, sito a Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre-SC, Cep. 89.294-000) da Solicitação de Credenciamento (modelo de requerimento constante do Anexo I) acompanhado dos seguintes documentos:

PESSOA JURÍDICA

- Solicitação formal de Credenciamento (Requerimento), conforme Modelo (Anexo I);
- Cópia do alvará sanitário emitido pelo órgão da Vigilância Sanitária, reconhecidamente apta para tal;
- Cópia do C.N.P.J;
- Cópia do Contrato Social, declaração de firma individual, Estatuto Social ou documento constitutivo, devidamente registrado no órgão competente e suas devidas alterações;
- Cópia de diploma, títulos e/ou certificados do(s) responsável(is) técnico(s);
- Comprovante de inscrição e regularidade da unidade (clínica) e dos profissionais no respectivo "Conselho Regional";
- No caso de prestadores de serviços em exames relacionar os equipamentos disponíveis (à prestação do serviço);

- h) Cópia de Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
 i) Certidão Negativa do FGTS;
 j) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

6.2 A falta de quaisquer documentos é razão para o indeferimento da inscrição e motivação para a "inabilitação".

6.3 Uma vez homologada a inscrição, o prestador de serviços será convocado para firmar o Termo de Contrato (conforme minuta constante do Anexo II, parte integrante deste instrumento);

6.4 É de total responsabilidade do laboratório manter os documentos relativos à habilitação devidamente atualizados, sob pena de rescisão contratual e suspensão de pagamentos até que seja regularizada a documentação.

7 Das Disposições Finais

7.1 Para obter cópia deste Edital e anexos, os interessados deverão acessar o site www.campoalegre.sc.gov.br ou www.diariomunicipal.sc.gov.br, ou ainda, solicitar o envio por e-mail (contato Serviço de Suprimentos 47- 3632-2266).

7.2 A íntegra do presente Edital será publicado no Diário Oficial do Município (www.diariomunicipal.sc.gov.br), e ainda no site do Município (www.campoalegre.sc.gov.br).

7.3 O resumo do presente edital será publicado em jornal de grande circulação local.

7.4 Fazem parte integrantes deste Edital, independentemente de sua transcrição:

- a. ANEXO I - Modelo Solicitação formal de Credenciamento (Requerimento);
 b. ANEXO II - Minuta contratual

Campo Alegre, 25 de agosto de 2017

Carolina da Costa Telma
 Gestor do Fundo Municipal de Saúde

ANEXO I - MODELO REQUERIMENTO (Parte integrante do Edital de Credenciamento nº 01/2017)

REQUERIMENTO

1 EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2017

Pelo presente, atendendo aos preços fixados no Edital nº 01/2017, vimos oferecer aos usuários do Sistema de Saúde do Município de Campo Alegre, nossos serviços médicos, abaixo assinalado(s):

TABELA 1: EXAMES

CÓDIGO	EXAMES	VALOR SUS	QTDE. PREVISTA
0202010120	DOSAGEM DE ACIDO URICO	R\$ 1,85	40
0202050220	PESQUISA DE FENIL-CETONA NA URINA	R\$ 2,04	40
0202010627	DOSAGEM DE PROTEINAS TOTAIS E FRACOES	R\$ 1,85	40
0202010180	DOSAGEM DE AMILASE	R\$ 2,25	40
0202080013	ANTIBIOGRAMA	R\$ 4,98	40
0202080072	BACTERIOSCOPIA (GRAM)	R\$ 2,80	40
0202010295	DOSAGEM DE COLESTEROL TOTAL	R\$ 1,85	40
0202010279	DOSAGEM DE COLESTEROL HDL	R\$ 3,51	40
0202010287	DOSAGEM DE COLESTEROL LDL	R\$ 3,51	40
0202020037	CONTAGEM DE RETICULOCITOS	R\$ 2,73	40
0202020029	CONTAGEM DE PLAQUETAS	R\$ 2,73	40
0202020541	TESTE DIRETO DE ANTIGLOBULINA HUMANA (TAD)	R\$ 2,73	40
0202120090	TESTE INDIRETO DE ANTIGLOBULINA HUMANA (TIA)	R\$ 2,73	40
0202010333	DOSAGEM DE CREATINOFOSFOQUINASE FRACAO MB	R\$ 4,12	40
0202010317	DOSAGEM DE CREATININA	R\$ 1,85	40
0202080080	CULTURA DE BACTERIAS P/ IDENTIFICACAO	R\$ 5,62	40
0202020363	ERITROGRAMA (ERITROCITOS, HEMOGLOBINA, HEMATOCRITO)	R\$ 2,73	40
0211040037	EXAME MICROBIOLOGICO A FRESCO DO CONTEUDO CERVICO-VAGINAL	R\$ 2,80	40
0202050017	ANALISE DE CARACTERES FISICOS, ELEMENTOS E SEDIMENTO DA URINA	R\$ 3,70	40
0202030075	DETERMINACAO DE FATOR REUMATOIDE	R\$ 2,83	40
0202120082	PESQUISA DE FATOR RH (INCLUI D FRACO)	R\$ 1,37	40
0202010384	DOSAGEM DE FERRITINA	R\$ 15,59	40
0202010465	DOSAGEM DE GAMA-GLUTAMIL-TRANSFERASE (GAMA GT)	R\$ 3,51	40
0202010040	DETERMINACAO DE CURVA GLICEMICA (2 DOSAGENS)	R\$ 3,63	40

0202090124	DOSAGEM DE GLICOSE NO LIQUIDO SINOVIAL E DERRAMES	R\$ 1,89	40
0202120023	DETERMINACAO DIRETA E REVERSA DE GRUPO ABO	R\$ 1,37	40
0202020371	HEMATOCRITO	R\$ 1,53	40
0202020304	DOSAGEM DE HEMOGLOBINA	R\$ 1,53	40
0202010503	DOSAGEM DE HEMOGLOBINA GLICOSILADA	R\$ 7,86	40
0202020380	HEMOGRAMA COMPLETO	R\$ 4,11	100
0202030784	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG E IGM CONTRA ANTIGENO CENTRAL DO VIRUS DA HEPATITE B (ANTI-HBC-TOTAL)	R\$ 18,55	40
0202030890	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA ANTIGENO CENTRAL DO VIRUS DA HEPATITE B (ANTI-HBC-IGM)	R\$ 18,55	40
022030636	PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA ANTIGENO DE SUPERFICIE DO VIRUS DA HEPATITE B (ANTI-HBS)	R\$ 18,55	40
0202030970	PESQUISA DE ANTIGENO DE SUPERFICIE DO VIRUS DA HEPATITE B (HBSAG)	R\$ 18,55	40
0202030679	PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA O VIRUS DA HEPATITE C (ANTI-HCV)	R\$ 18,55	40
0202030300	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-HIV-1 + HIV-2 (ELISA)	R\$ 10,00	40
0202030164	DOSAGEM DE IMUNOGLOBULINA E (IGE)	R\$ 9,25	40
0202020134	DETERMINACAO DE TEMPO DE TROMBOPLASTINA PARCIAL ATIVADA (TTP ATIVADA)	R\$ 5,77	40
0202020398	LEUCOGRAMA	R\$ 2,73	40
0202050092	DOSAGEM DE MICROALBUMINA NA URINA	R\$ 8,12	40
0202040127	PESQUISA DE OVOS E CISTOS DE PARASITAS	R\$ 1,65	40
0202040097	PESQUISA DE LEUCOCITOS NAS FEZES	R\$ 1,65	40
0202040143	PESQUISA DE SANGUE OCULTO NAS FEZES	R\$ 1,65	40
0202010600	DOSAGEM DE POTASSIO	R\$ 1,85	40
0202030083	DETERMINACAO QUANTITATIVA DE PROTEINA C REATIVA	R\$ 9,25	40
0202010619	DOSAGEM DE PROTEINAS TOTAIS	R\$ 1,40	40
0202010619	DOSAGEM DE PROTEINAS TOTAIS	R\$ 1,40	40
0202050114	DOSAGEM DE PROTEINAS (URINA DE 24 HORAS)	R\$ 2,04	40
0202030814	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VIRUS DA RUBEOLA	R\$ 17,16	40
0202010635	DOSAGEM DE SODIO	R\$ 1,85	40
0202031110	TESTE NÃO TREPONEMICO P/ DETECÇÃO DE SIFILIS	R\$ 2,83	40
0202020142	DETERMINACAO DE TEMPO E ATIVIDADE DA PROTROMBINA (TAP)	R\$ 2,73	40
0202030768	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG ANTITOXOPLASMA	R\$ 16,97	40
0202030873	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM ANTITOXOPLASMA	R\$ 18,55	40
0202010643	DOSAGEM DE TRANSAMINASE GLUTAMICO-OXALACETICA (TGO)	R\$ 2,01	40
0202010651	DOSAGEM DE TRANSAMINASE GLUTAMICO-PIRUVICA (TGP)	R\$ 2,01	40
0202010678	DOSAGEM DE TRIGLICERIDEOS	R\$ 3,51	40
0202010694	DOSAGEM DE UREIA	R\$ 1,85	40
0202020150	DETERMINACAO DE VELOCIDADE DE HEMOSSEDIMENTACAO (VHS)	R\$ 2,73	40
0202060055	DOSAGEM DE 17-CETOSTEROIDES TOTAIS	R\$ 6,72	30
0202060063	DOSAGEM DE 17-HIDROXICORTICOSTEROIDES	R\$ 6,72	30
0202110095	DOSAGEM DE 17 HIDROXI PROGESTERONA EM PAPEL DE FILTRO (COMPONENTE DO TESTE DO PEZINHO)	R\$ 8,00	30
0202060071	DOSAGEM DE ACIDO 5-HIDROXI-INDOL-ACETICO (SEROTONINA)	R\$ 6,72	30
0202070018	DOSAGEM DE ACIDO DELTA-AMINOLEVULINICO	R\$ 2,06	30
0202010406	DOSAGEM DE FOLATO	R\$ 15,65	30
0202070026	DOSAGEM DE ACIDO HIPURICO	R\$ 2,23	30
0202070034	DOSAGEM DE ACIDO MANDELICO	R\$ 3,68	30
0202070042	DOSAGEM DE ACIDO METIL-HIPURICO	R\$ 2,04	30
0202070050	DOSAGEM DE ACIDO VALPROICO	R\$ 15,65	30
0202010139	DOSAGEM DE ACIDO VANILMANDELICO	R\$ 9,00	30
0202060080	DOSAGEM DE ADRENOCORTICOTROFICO (ACTH)	R\$ 14,12	30
0202010147	DOSAGEM DE ALDOLASE	R\$ 3,68	30
0202060098	DOSAGEM DE ALDOSTERONA	R\$ 11,89	30
0202010155	DOSAGEM DE ALFA-1-ANTITRIPSINA	R\$ 3,68	30
0202010163	DOSAGEM DE ALFA-1-GLICOPROTEINA ACIDA	R\$ 3,68	30
0202030091	DOSAGEM DE ALFA-FETOPROTEINA	R\$ 15,06	30
0202010198	DOSAGEM DE AMONIA	R\$ 3,51	30
0202060110	DOSAGEM DE ANDROSTENEDIONA	R\$ 11,53	30
0202030555	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIMICROSSOMAS	R\$ 17,16	30
0202030270	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-DNA	R\$ 8,67	30
0202030571	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIMUSCULO ESTRIADO	R\$ 17,16	30
0202030580	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIMUSCULO LISO	R\$ 17,16	30
0202030350	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-SS-A (RO)	R\$ 18,55	30

0202030369	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-SS-B (LA)	R\$ 18,55	30
0202030628	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTITIREOGLOBULINA	R\$ 17,16	30
0202031187	DOSAGEM DE ANTICORPOS ANTITRANSGLUTAMINASE RECOMBINANTE HUMANO IGA	R\$ 18,55	30
0202030512	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIILHOTA DE LANGERHANS	R\$ 10,00	30
0202030520	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIINSULINA	R\$ 17,16	30
0202030563	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIMITOCONDRIA	R\$ 17,16	30
0202030458	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIESCLERODERMA (SCL 70)	R\$ 10,00	30
0202030601	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIPARIETAIS	R\$ 17,16	30
0202030512	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIILHOTA DE LANGERHANS	R\$ 10,00	30
0202030440	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIEQUINOCOCOS	R\$ 9,25	30
0202030296	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-HIV-1 (WESTERN BLOT)	R\$ 85,00	30
0202030466	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIESPERMATOZOIDES	R\$ 9,70	30
0202030474	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTISTREPTOLISINA O (ASLO)	R\$ 2,83	30
0202030962	PESQUISA DE ANTIGENO CARCINOEMBRIONARIO (CEA)	R\$ 13,35	30
0202030105	DOSAGEM DE ANTIGENO PROSTATICO ESPECIFICO (PSA)	R\$ 16,42	30
0202020177	DOSAGEM DE ANTITROMBINA III	R\$ 6,48	30
0202060314	DOSAGEM DE RENINA	R\$ 13,19	30
0202040160	PESQUISA DE TRIPSINA NAS FEZES	R\$ 1,65	30
0202030113	DOSAGEM DE BETA-2-MICROGLOBULINA	R\$ 13,55	30
0202060217	DOSAGEM DE GONADOTROFINA CORIONICA HUMANA (HCG, BETA HCG)	R\$ 7,85	30
0202010201	DOSAGEM DE BILIRRUBINA TOTAL E FRACOES	R\$ 2,01	30
0202031217	DOSAGEM DO ANTÍGENO CA 125	R\$ 13,35	30
0202010210	DOSAGEM DE CALCIO	R\$ 1,85	30
0202010228	DOSAGEM DE CALCIO IONIZAVEL	R\$ 3,51	30
0202010023	DETERMINACAO DE CAPACIDADE DE FIXACAO DO FERRO	R\$ 2,01	30
0202070158	DOSAGEM DE CARBAMAZEPINA	R\$ 17,53	30
0202100030	DETERMINACAO DE CARIOTIPO EM SANGUE PERIFERICO (C/ TECNICA DE BANDAS)	R\$160,00	30
0202030695	PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA O VIRUS DO SARAMPO	9,25	30
0202031110	TESTE NÃO TREPONEMICO P/ DETECÇÃO DE SIFILIS	2,83	30
0202020142	DETERMINACAO DE TEMPO E ATIVIDADE DA PROTROMBINA (TAP)	2,73	30
0202020444	PESQUISA DE HEMOGLOBINA S	2,73	30
0202060349	DOSAGEM DE TESTOSTERONA	10,43	30
0202060365	DOSAGEM DE TIREOGLOBULINA	15,35	30
0202060373	DOSAGEM DE TIROXINA (T4)	8,76	30
0202060381	DOSAGEM DE TIROXINA LIVRE (T4 LIVRE)	11,60	30
0202030768	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG ANTITOXOPLASMA	16,97	30
0202030873	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM ANTITOXOPLASMA	18,55	30
0202010643	DOSAGEM DE TRANSAMINASE GLUTAMICO-OXALACETICA (TGO)	2,01	30
0202010651	DOSAGEM DE TRANSAMINASE GLUTAMICO-PIRUVICA (TGP)	2,01	30
0202010660	DOSAGEM DE TRANSFERRINA	4,12	30
0202070263	DOSAGEM DE MERCURIO	2,04	30
0202070271	DOSAGEM DE META-HEMOGLOBINA	4,11	30
0202050092	DOSAGEM DE MICROALBUMINA NA URINA	8,12	30
0202030059	DETECCAO DE RNA DO VIRUS DA HEPATITE C (QUALITATIVO)	96,00	30
0202031080	QUANTIFICACAO DE RNA DO VIRUS DA HEPATITE C	168,48	30
0202040054	PESQUISA DE ENTEROBIUS VERMICULARES (OXIURUS OXIURA)	1,65	30
0202060390	DOSAGEM DE TRIIODOTIRONINA (T3)	8,71	30
0202031209	DOSAGEM DE TROPONINA	9,00	30
0202010120	DOSAGEM DE ACIDO URICO	1,85	30
0202030822	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VIRUS DA VARICELA-HERPES ZOSTER	17,16	30
0202030938	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VIRUS DA VARICELA-HERPES ZOSTER	17,16	30
0202020150	DETERMINACAO DE VELOCIDADE DE HEMOSSEDIMENTACAO (VHS)	2,73	30
0202010708	DOSAGEM DE VITAMINA B12	15,24	30
0202010767	DOSAGEM DE 25 HIDROXIVITAMINA D	15,24	30
0202070352	DOSAGEM DE ZINCO	15,65	30
0202030156	DOSAGEM DE IMUNOGLOBULINA A (IGA)	17,16	30
0202030180	DOSAGEM DE IMUNOGLOBULINA M (IGM)	17,16	30
0202060268	DOSAGEM DE INSULINA	10,17	30
0202010759	TESTE DE TOLERANCIA A INSULINA / HIPOGLICEMIANTE ORAIS	6,55	30
0202060268	DOSAGEM DE INSULINA	10,17	30
0202010759	TESTE DE TOLERANCIA A INSULINA / HIPOGLICEMIANTE ORAIS	6,55	30
0202010759	TESTE DE TOLERANCIA A INSULINA / HIPOGLICEMIANTE ORAIS	6,55	30
0202020134	DETERMINACAO DE TEMPO DE TROMBOPLASTINA PARCIAL ATIVADA (TTP ATIVADA)	5,77	30
0202030750	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG ANTILEISHMANIAS	9,25	30

0202030865	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM ANTILEISHMANIAS	10,00	30
0202020398	LEUCOGRAMA	2,73	30
0202010554	DOSAGEM DE LIPASE	2,25	30
0202070255	DOSAGEM DE LITIO	2,25	30
0202010562	DOSAGEM DE MAGNESIO	2,01	30
0202060292	DOSAGEM DE PROGESTERONA	10,22	30
020206036	DOSAGEM DE TIREOGLOBULINA	15,35	30
0202030202	DOSAGEM DE PROTEINA C REATIVA	2,83	30
0202030083	DETERMINACAO QUANTITATIVA DE PROTEINA C REATIVA	9,25	30
0202010619	DOSAGEM DE PROTEINAS TOTAIS	1,40	30
0202010627	DOSAGEM DE PROTEINAS TOTAIS E FRACOES	1,85	30
0202050114	DOSAGEM DE PROTEINAS (URINA DE 24 HORAS)	2,04	30
0202060314	DOSAGEM DE RENINA	13,19	30
0202030814	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VIRUS DA RUBEOLA	17,16	30
0202030920	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VIRUS DA RUBEOLA	17,16	30
0202030695	PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA O VIRUS DO SARAMPO	9,25	30
0202080072	BACTERIOSCOPIA (GRAM)	2,80	30
0202010635	DOSAGEM DE SODIO	1,85	30
0202060322	DOSAGEM DE SOMATOMEDINA C (IGF1)	15,35	30
0202030547	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTILISTERIA	5,50	30
0202030750	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG ANTILEISHMANIAS	9,25	30
0202030547	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTILISTERIA	5,50	30
0202030105	DOSAGEM DE ANTIGENO PROSTATICO ESPECIFICO (PSA)	16,42	10

Declaramos, desde já, que aceitamos todas as condições do Edital do Credenciamento nº 01/2017 (e seus anexos), bem como prestaremos o serviço de acordo com a legislação vigente.

Endereço para atendimento (laboratório): _____.

Observação: Em anexo segue a documentação necessária à habilitação/inscrição.

Para fins de pagamento, informamos abaixo nossos dados bancários:

Banco _____

Agência nº _____

Conta nº _____

_____, _____ de _____ de 200____.

Atenciosamente,

Assinatura do responsável

ANEXO II - MINUTA CONTRATO

(Parte integrante do Edital de Credenciamento nº 01/2017)

CONTRATO Nº ____/2017.

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ALEGRE E DE OUTRO LADO _____.

Pelo presente instrumento particular de contrato que entre si celebram, de um lado o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ALEGRE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 01.941.360/0001-50, com sede à Avenida Getúlio Vargas, 467, em Campo Alegre -SC, neste ato representado pela Gestora, Sra. Carolina da Costa Telma, CPF nº 061.299.189-09, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, de outro lado _____ (qualificação pessoa jurídica), de agora em diante denominada simplesmente de CONTRATADA, com fulcro na Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações posteriores, demais disposições legais e regulamentares aplicáveis à espécie, celebram o presente Contrato de Prestação de Serviço de Saúde para o Sistema de Saúde do Município de Campo Alegre-SC, nos termos que seguem abaixo (em decorrência do Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 28/2017/Credenciamento):

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

I - O presente contrato tem por objeto a execução de serviços especializados no(s) seguinte(s) procedimento(s): _____, conforme homologação da inscrição por parte do Gestor do Fundo Municipal de Saúde, em data de ____ de ____ de ____.

II - Os serviços a serem prestados pela CONTRATADA serão oferecidos aos usuários do Sistema Único de Saúde do Município de Campo Alegre-SC, dentro dos limites quantitativos fixados pela Secretaria Municipal de Saúde (SMS)/Fundo Municipal de Saúde (FMS) e deliberados pelo Conselho Municipal de Saúde.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO

I - Os serviços ora contratados estão referidos a uma base territorial populacional e serão ofertados aos usuários com base nas indicações

técnicas do planejamento da saúde, mediante compatibilização das necessidades de demanda e a disponibilidade de recursos financeiros.

II - Os serviços referidos na Cláusula Primeira serão executados no seguinte endereço _____.

III - A CONTRATADA não poderá cobrar do paciente ou seu acompanhante, qualquer complementação aos valores pagos pelos serviços prestados nos termos desse contrato.

IV - A CONTRATADA responsabilizar-se-á por qualquer cobrança indevida, feita ao paciente ou seu representante, por profissional empregado ou preposto em razão da execução deste contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PRAZO

I - O presente contrato inicia-se na data de sua assinatura e expira em 31 de dezembro de 2017 (exercício financeiro), podendo ser prorrogado por mais 12 (doze) meses (respeitando o exercício financeiro vigente), até o limite de 60 (sessenta) meses.

II - Cabe a contratada manter todas as condições de habilitação exigidas no Edital do Credenciamento nº 01/2017.

CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

I - Manter sempre atualizado o prontuário dos pacientes e o arquivo médico;

II - Não utilizar nem permitir que terceiros utilizem o paciente para fins de experimentação.

III - Atender os pacientes com dignidade e respeito, de modo universal e igualitário, mantendo-se sempre a qualidade na prestação de serviços.

IV - Justificar ao paciente, ou ao seu responsável, por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão de não realização e qualquer ato previsto no contrato.

V - Ficará responsável por todos os gastos relativos aos insumos, que forem necessários para a perfeita execução do presente contrato, exceto no caso de tomografia e ressonância nuclear magnética que será fornecido os contrastes.

VI - Notificar à SMS de eventual alteração de sua razão social ou de seu controle acionário e de mudança em sua diretoria, contrato ou estatuto, enviando ao Serviço de Controle, Avaliação e Auditoria, no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data do registro da alteração, cópia autenticada da Certidão da Junta Comercial ou do Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.

VII - Cumprir com todas as obrigações de naturezas fiscais a parafiscais, que incidam ou venham incidir direta ou indiretamente sobre os produtos contratados.

VIII - Manter atualizadas (dentro do prazo de validade) todos os documentos de habilitação as Certidão Negativa emitida pelo Instituto Nacional da Seguridade Social e Certidão Negativa do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

CLÁUSULA QUINTA: DA RESPONSABILIDADE CIVIL DA CONTRATADA

I - A CONTRATADA é responsável pela indenização de dano causado ao paciente e aos órgãos da SMS/Fundo e a terceiros a eles vinculados, decorrentes de ato ou omissão voluntária, negligência, imperícia ou imprudência, praticados por seus empregados, profissionais ou prepostos, ficando assegurado à CONTRATADA o direito de regresso.

II - A fiscalização ou o acompanhamento da execução deste contrato pelos órgãos competentes da SMS/Fundo não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, nos termos da legislação referente a licitações e contratos administrativos.

III - a responsabilidade de que trata esta cláusula estende-se aos casos de danos causados por defeitos relativos à prestação de serviços nos estritos termos do art. 14 da Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

CLÁUSULA SEXTA: DO PREÇO

I - A SMS/Fundo pagará mensalmente a CONTRATADA, pelos serviços efetivamente prestados, a importância correspondente ao número de procedimentos mensais realizados, desde que autorizados e aprovados pela SMS, nos termos do contrato e de acordo com os valores constantes na Tabela (em vigor), conforme transcreve-se:

VALORES...

II - Fica estabelecido, de forma criteriosa, que os serviços objeto deste contrato serão remunerados segundo a Tabela acima informada, vedada qualquer taxa ou complemento, sendo que o valor abaixo estimado não caracteriza nenhum tipo de previsão de crédito, conforme descrito no item acima;

III - Estima-se em R\$ _____ (extenso) os gastos mensais com a execução deste contrato.

IV - A tabela de preços terá validade de 01 (um) ano, contados da publicação deste Edital, podendo ser prorrogada, com aprovação do Conselho Municipal de Saúde.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

I - As despesas dos serviços realizados por força deste contrato correrão no presente exercício (2017) à conta de dotação consignada no orçamento do Fundo Municipal de Saúde: _____.

CLÁUSULA OITAVA: DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

I - A fiscalização do contrato fica a conta da Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde, através do Serviço de Auditoria, Controle e Avaliação.

CLÁUSULA NONA: DAS PENALIDADES

Fica a CONTRATADA sujeita a multa de 10% (dez por cento) sobre o valor mensal do contrato, por infração de qualquer cláusula ou condição pactuada neste contrato sem prejuízo das demais penalidades previstas, em especial as contidas no artigo 86 e 87 da Lei nº. 8.666/1993 Lei das Licitações e Contratos Administrativos e suas alterações, e demais disposições aplicáveis à espécie, assegurado o direito ao contraditório.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA RESCISÃO

I - Constituem motivos para rescisão unilateral do presente contrato, o não cumprimento de quaisquer de suas cláusulas e condições, bem como os motivos previstos na legislação referente a licitações e contratos administrativos, sem prejuízo das multas previstas na cláusula décima.

II - A CONTRATADA reconhece desde já os direitos da SMS/Fundo em caso de rescisão administrativo prevista na legislação referente a licitações e contratos administrativos.

III - Em caso de rescisão contratual, se a interrupções das atividades em andamento puder causar prejuízo à população, será observado o

prazo de 120 (cento e vinte) dias para ocorrer à rescisão. Se neste prazo a CONTRATADA negligenciar a prestação dos serviços ora contratados a multa cabível poderá ser duplicada.

CLAÚSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

I - A contratualização de um prestador de serviço poderá ser, a qualquer tempo, alterada, suspensa ou cancelada, se o contrato deixar de satisfazer os interesses da Administração Pública Municipal ou as normas do Sistema Único de Saúde.

II - O presente contrato está vinculado aos termos do Edital nº 01/2017 SMS/Fundo.

III - Aplica-se ao presente Contrato, nas partes omissas, a legislação pertinente em vigor.

IV - As partes elegem o Foro Comarca de São Bento do Sul-SC para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Por estarem justas e contratadas, as partes, firmam o presente termo em 03 (três) vias de igual teor e forma para que surtam seus efeitos, na presença de duas testemunhas.

Campo Alegre, ____ de _____ de _____.

CONTRATANTE

CONTRATADA

Testemunhas:

CREDENCIAMENTO 02/2017

PROCESSO DE CREDENCIAMENTO Nº 02/2017

EDITAL DE CREDENCIAMENTO DE LABORATÓRIO

(PREÇO FIXADO DA TABELA)

A Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Campo Alegre, no uso de suas atribuições;

Considerando a necessidade da contratação de serviços de saúde pelos gestores públicos, baseada em critérios uniformes, para suprir a necessidade da demanda dos usuários do sistema;

Considerando ainda, a Resolução do Conselho Municipal de Saúde, nº 011 de 22 de agosto de 2017, que fixa os valores diferenciados a serem pagos pela contratação de exames laboratoriais.

RESOLVE:

Convocar os prestadores de serviços de saúde interessados em oferecer serviços aos usuários do sistema de saúde do Município de Campo Alegre - SC, nas condições aqui estabelecidas.

O Fundo Municipal de Saúde de Campo Alegre-SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 01.941.360/0001-50, com sede à Avenida Getúlio Vargas, nº 467, em Campo Alegre-SC, representado pela Gestora Sra. Carolina da Costa Telma, CPF nº 061.299.189-09, faz saber a todos quantos interessarem, que está aberto prazo para inscrições de laboratórios especializados para o credenciamento de prestadores de serviços de saúde (exames laboratoriais NÃO cadastrados no SUS).

1. Do objeto e condições

1.1. O objeto do presente Edital é o CREDENCIAMENTO de Laboratórios, para a prestação de serviços de saúde, conforme valores constantes da TABELA, abaixo transcritos na Tabela Exames, que o Município utiliza para seus usuários:

TABELA 1: EXAMES

EXAMES	VALOR DIFERENCIADO	QTDE. PREVISTA
ACETILCOLINA - ANTICORPO ANTI-REC	R\$ 64,00	01
ACIDO CITRICO	R\$ 220,00	01
ACIDO FENIL GLIOXILICO	R\$ 27,20	01
ANTI GAD	R\$ 240,00	01
ANTI CARDIOLIPINA	R\$ 48,40	01
ANTI CARDIOLIPINA IGM	R\$ 48,40	01
ANTI CCP	R\$ 100,00	01
ANTI ENDOMISIO IGA	R\$ 40,00	01
ANTI ENDOMISIO IGG	R\$ 40,00	01
ANTI GLIADINA IGA	R\$ 32,00	01
ANTI GLIADINA IGG	R\$ 32,00	01
ANTI GLIADINA IGM	R 50,00	01
ANTI LKM	R\$ 38,00	01
ANTI NEOFIOS-ANCA	R\$ 100,00	01
ANTI RNP	R\$ 100,00	01
ANTI TRANSGLUTAMINASE IGG	R\$ 100,00	01
ANTI BETA 2 GLICOPROTEINA	R\$ 400,00	01

ANTIC ANTI CARDIOLOPINA IGG	R\$ 48,40	01
ANTIC ANTI CARDIOLOPINA IGM	R\$ 48,40	01
ANTIC ANTI CENTROMERO	R\$ 40,00	01
ANTIC ANTI JO 1	R\$ 34,00	01
ANTIC ANTI MI2	R\$ 34,40	01
ANTIC ANTI NEUTROFILOS	R\$ 100,00	01
ANTIC ANTI PM1 SCL	R\$ 40,00	01
ANTICOAGULANTE LUPICO	R\$ 72,00	01
ANTICORPO E ANTI-RECEPTOR DE TSH	R\$ 64,00	01
ANTICORPOS ANTI ENA	R\$ 40,00	01
ANTICORPOS ANTI TIREOIDE	R\$ 42,00	01
ANTICORPOS ANTI-NUCLEARES	R\$ 22,00	01
ANTIFOSFOLIPIDES - ANTICORPOS IGG	R\$ 24,00	01
APOLIPOPROTEINA A	R\$ 34,40	01
APOLIPOPROTEINA B	R\$ 32,00	01
APOLIPROTEINA B	R\$ 32,00	01
ARCENICO SERICO	R\$ 34,40	01
ATROFIA MUSCULAR BULBAR	R\$ 100,00	01
ATROFIA MUSCULAR ESPINHAL	R\$ 100,00	01
AVIDEZ DE ANTICORPOS IGG	R\$ 64,00	01
BETA CAROTENO	R\$ 200,00	01
BLASTOMICOSE	R\$ 18,00	01
BRUCELOSE IGG	R\$ 160,00	01
BRUCELOSE IGM	R\$ 160,00	01
C. DE FRAGILIDADE OSMOTICA	R\$ 14,00	01
C279 IGE TARTRAZINA	R\$ 140,00	01
CA 15.3	R\$ 45,20	01
CA 19.9	R\$ 45,20	01
CA 72 4	R\$ 45,20	01
CADMIO	R\$ 48,00	01
CADMIO SERICO	R\$ 48,00	01
CANDIDA - Anticorpos Igg	R\$ 36,00	01
CANDIDA - Anticorpos IgM	R\$ 36,00	01
CATECOLAMINA SERICA	R\$ 180,00	01
CATECOLAMINAS URINA 24 H	R\$ 120,00	01
CHLAMYDIA - DETECCAO POR PCR	R\$ 88,00	01
CHLAMYDIA TRACHOMATIS (IF)	R\$ 50,00	01
CHLAMYDIA TRACHOMATIS IgA	R\$ 60,00	01
CHLAMYDIA TRACHOMATIS IgG	R\$ 68,00	01
CHLAMYDIA TRACHOMATIS IgM	R\$ 68,00	01
CHUMBO (URINA)	R\$ 25,00	01
CISTICERCOSE (IFI)	R\$ 80,00	01
CITOMEGALOVIRUS IGG	R\$ 40,00	01
CITOMEGALOVIRUS IGM	R\$ 40,00	01
CITOMEGALOVIRUS, PCR	R\$ 380,00	01
CLONAZEPAN	R\$ 240,00	01
CLOSTRIDIUM DIFFICILE - Pesquisa	R\$ 180,00	01
COAGULOGRAMA I	R\$ 27,20	01
COLINESTERASE ERITROCITARIA	R\$ 8,00	01
COMPLEMENTO C2	R\$ 180,00	01
COMPOSTO S - 11 DESOXCORTI	R\$ 60,00	01
CONT.DE LEUCOCITOS DE LIQ.SINOVIAL	R\$ 64,00	01
CONTAGEM DE LEUCOCITOS	R\$ 4,00	01
COPROCULTURA DE FEZES	R\$ 36,00	01
CORTISOL URINARIO	R\$ 60,00	01
CORTISOL URINARIO 2ª AMOSTRA	R\$ 60,00	01
CORTISOL URINARIO 3ª AMOSTRA	R\$ 60,00	01
CROMOSSOMO PHILADELFIA	R\$ 6.000,00	00
CULTURA MYCOPLASMA	R\$ 72,00	01
CULTURA PARA ESTREPTOCOCOS	R\$ 100,00	01
CULTURA PARA MICOPLASMA	R\$ 72,00	01
CULTURA UREAPLASMA	R\$ 60,00	01
CURVA DE TOLERANCIA A GLICOSE	R\$ 35,00	01

CURVA GLICEMICA 6 DOSAGENS	R\$ 50,00	01
CURVA HORMONIO DO CRESCIMENTO	R\$ 34,40	01
CURVA INSULINICA 5 TEMPOS	R\$ 81,00	01
DENGUE IGM	R\$ 60,00	01
DETECÇÃO DA MUTAÇÃO V617F	R\$ 900,00	01
DIAZEPAN	R\$ 340,00	01
DOSAGEM DE DIMERO D	R\$ 200,00	01
DOSAGEM DE OXCARBAMAZEPINA	R\$ 140,00	01
ECHOVIRUS IGG IGM	R\$ 320,00	01
ELETROFORESE DE IMUNOGLOBULINA	R\$ 100,00	01
EPITELIOS - PELO DE CAO	R\$ 32,00	01
ERITROPOIETINA	R\$ 80,00	01
ESPERMACULTURA	R\$ 120,00	01
ESTRIOL URINARIO	R\$ 24,00	01
FATOR INTRINSECO	R\$ 180,00	01
FATORES ANTINUCLEARES (FAN)	R\$ 22,00	01
FENOBARBITAL	R\$ 30,00	01
FOSFATASE ALCALINA	R\$ 7,20	01
FOSFATASE ALCALINA - ISOENZIMAS	R\$ 160,00	01
FOSFATASE ALCALINA FRAÇÃO OSSEA	R\$ 140,00	01
FOSFOLIPIDEOS	R\$ 28,00	01
FRUTOSAMINAS	R\$ 20,00	01
FRUTOSE	R\$ 14,00	01
GASTRINA	R\$ 30,00	01
GENTAMICINA	R\$ 600,00	01
GLICOSE SULLIVAN	R\$ 16,00	01
GLICOSE SULLIVAN 75G	R\$ 16,00	01
GX2 - IGE RAST PARA POLEN DE GRAM	R\$ 32,00	01
HELICOBACTER PYLORI - ANTICORPOS	R\$ 100,00	01
HELICOBACTER PYLORI - ANTICORPOS	R\$ 100,00	01
HEMOGLOBINA A 2	R\$ 4,00	01
HLA B27	R\$ 150,00	01
HOMOCISTEINA	R\$ 60,00	01
HPV - SONDA DE BAIXO E ALTO RISCO	R\$ 320,00	01
HPV CAPTURA HIBRIDA	R\$ 320,00	01
IGA SECRETORA SALIVAR	R\$ 60,00	01
IGE - MEPIVACAINA C233	R\$ 160,00	01
IGE RAST (FX3)	R\$ 32,00	01
IGE - RAST (MX1)	R\$ 32,00	01
IGE - XYLOCAINA (LIDOCAINA) C232	R\$ 160,00	01
IGE CORANTE	R\$ 25,00	01
IGE ESPECIFICA BETA	R\$ 100,00	01
IGE ESPECIFICO - ACIDO ACETIL	R\$ 200,00	01
IGE ESPECIFICO - AMOXICILINA C6	R\$ 40,00	01
IGE ESPECIFICO - CEFACLOR RC7	R\$ 360,00	01
IGE ESPECIFICO - DICLOFENACO C281	R\$ 160,00	01
IGE ESPECIFICO - EPITELIOS PELO	R\$ 100,00	01
IGE ESPECIFICO - PENICILINA C1	R\$ 42,00	01
IGE ESPECIFICO - PENICILINA V C2	R\$ 42,00	01
IGE ESPECIFICO - TRIMETHOPRIM	R\$ 200,00	01
IGE ESPECIFICO (VENENO DE ABELHA	R\$ 32,00	01
IGE ESPECIFICO (VENENO DE VESPA)	R\$ 32,00	01
IGE ESPECIFICO (G5) - GRAMINEAS	R\$ 32,00	01
IGE ESPECIFICO CASEINA	R\$ 100,00	01
IGE ESPECIFICO LACTOSE	R\$ 100,00	01
IGE ESPECIFICO MORANGO	R\$ 32,00	01
IGE ESPECIFICO PARA AMPICILINA	R\$ 25,00	01
IGE ESPECIFICO PARA CEFALEXINA	R\$ 70,00	01
IGE ESPECIFICO PARA CEVADA	R\$ 32,00	01
IGE ESPECIFICO PARA CURVULARIA	R\$ 20,80	01
IGE ESPECIFICO PARA GEMA DE OVO	R\$ 28,00	01
IGE ESPECIFICO PARA LA K20	R\$ 32,00	01

IGE F76 ALFA LACTOALBUMINAS	R\$ 100,00	01
IGE FX10	R\$ 100,00	01
IGE FX8	R\$ 100,00	01
IGE GX3 POLEN DE GRAMINEAS	R\$ 32,00	01
IGE MULTIPLO (FX5) - ALIMENTOS	R\$ 32,00	01
IGE MULTIPLO FX7	R\$ 100,00	01
IGE PAINEL ALIMENTOS FX20	R\$ 32,00	01
IGE RAST	R\$ 28,00	01
IGE RAST - ALIMENTOS FX1	R\$ 32,00	01
IGE RAST (VENENO DE MARIMBONDO)	R\$ 32,00	01
IGE RAST (VEVENO DE PERNILONGO)	R\$ 32,00	01
IGE RAST (171) - INSETOS- MOSCA	R\$ 28,00	01
IGE RAST : ACARIUS SIRO	R\$ 32,00	01
IGE RAST : CHOCOLATE (CACAU)	R\$ 32,00	01
IGE RAST : LARANJA F 33	R\$ 32,00	01
IGE RAST AMENDOIM (F13)	R\$ 27,60	01
IGE RAST D. PTERONYSSINUS	R\$ 34,40	01
IGE RAST EX2	R\$ 32,00	01
IGE RAST HX2 (PO)	R\$ 32,00	01
IGE RAST MULTIPLO FUNGOS MX2	R\$ 32,00	01
IGE RAST MX1	R\$ 22,40	01
IGE RAST SOJA F 14	R\$ 32,00	01
IGE RAST(FX2)	R\$ 27,60	01
IGE RAST: ARVORES	R\$ 34,40	01
IGE RAST: BARATAS 16	R\$ 32,00	01
IGE RAST: BLOMIA TROPICALIS (D201	R\$ 34,40	01
IGE RAST: CAMARAO F 24	R\$ 36,00	01
IGE RAST: CLARA DE OVO	R\$ 32,00	01
IGE RAST: E5 (EPITELIO DE CAO)	R\$ 32,00	01
IGE RAST: EPITELIOS EX1	R\$ 32,00	01
IGE RAST: GLUTEN F 79	R\$ 32,00	01
IGE RAST: I 70 (FORMIGA)	R\$ 28,00	01
IGE RAST: INSETOS	R\$ 32,00	01
IGE RAST: LEITE DE VACA F2	R\$ 32,00	01
IGE RAST: OVO	R\$ 32,00	01
IGE RAST: PEIXE F 3	R\$ 32,00	01
IGE RAST: TOMATE F 25	R\$ 32,00	01
IGE RAST: TRIGO F 4	R\$ 36,00	01
IGE RAST:CARNE DE PORCO F26	R\$ 32,00	01
IGF BP3	R\$ 88,00	01
IGG SUBCLASSE 1	R\$ 200,00	01
IGG SUBCLASSE 2	R\$ 100,00	01
IGG SUBCLASSE 3	R\$ 100,00	01
IGG SUBCLASSE 4	R\$ 100,00	01
IMUNOFIXACAO	R\$ 360,00	01
INIBIDOR DE C1 ESTERASE	R\$ 80,00	01
ISOAGLUTININAS	R\$ 64,00	01
LEPTINA	R\$ 64,00	01
LEPTOSPIROSE IGG	R\$ 52,00	01
LEPTOSPIROSE IGM	R\$ 52,00	01
LIPIDIOS TOTAIS	R\$ 5,60	01
LIPOPROTEINA A	R\$ 34,40	01
LIQUOR	R\$ 40,00	01
LISTERIA	R\$ 52,20	01
LYME IGG	R\$ 104,00	01
LYME IGM	R\$ 104,00	01
MACROPROLACTINA	R\$ 100,00	01
MAGNESIO URINARIO	R\$ 6,40	01
MANGANES	R\$ 40,00	01
MANGANES SANGUINEO	R\$ 34,40	01
METANEFRINAS	R\$ 120,00	01
MICOLOGICO DIRETO	R\$ 20,00	01

MIF-COLHEITA MULTIPLA	R\$ 8,00	01
MIOGLOBINA	R\$ 120,00	01
MONOTEST-MONONUCLEOSE	R\$ 20,00	01
MYCOBACTERIUM TUBERCULOSIS	R\$ 240,00	01
NIQUEL	R\$ 150,00	01
ORGANOFOSFORADO	R\$ 100,00	01
OSMOLALIDADE	R\$ 10,80	01
OSTEOCALCINA	R\$ 100,00	01
OXALATO (ACIDO OXALICO)	R\$ 64,00	01
OXCARBAMAZEPINA	R\$ 140,00	01
PARVOVIRUS B 19 - DETECCAO	R\$ 212,00	01
PARVOVIRUS B19 IGG	R\$ 100,00	01
PARVOVIRUS B19 IGG	R\$ 100,00	01
PARVOVIRUS IGG	R\$ 212,00	01
PARVOVIRUS IGM	R\$ 212,00	01
PCR P/ CLAMYDIA	R\$ 400,00	01
PEPTIDEO NATRIURETICO B	R\$ 187,50	01
PEPTIDIO C	R\$ 32,40	01
PESQ. DE BACILOS DIFTERICO	R\$ 100,00	01
PESQ. DE CORINEBACTERIUM	R\$ 100,00	01
PESQUISA DE CORYNEOBACTERIAS	R\$ 100,00	01
PESQUISA DE FUNGOS	R\$ 20,00	01
PESQUISA DE FUNGOS E ECTOPARASITAS	R\$ 34,40	01
PESQUISA DE GIARDIA	R\$ 60,00	01
PESQUISA DE HELYCOBACTER	R\$ 100,00	01
PESQUISA DE HEMACIAS CRENAD	R\$ 15,20	01
PESQUISA DE HEMACIAS DISFOR	R\$ 8,00	01
PESQUISA DE HEMATOZOARIO	R\$ 5,60	01
PESQUISA DE LEISHMANIA	R\$ 5,60	01
PESQUISA DE LEPTOSPIRA	R\$ 52,00	01
PESQUISA DE NEISSERIA	R\$ 150,00	01
PESQUISA DE PLASMODIUM	R\$ 6,00	01
PESQUISA DE TRICHOMONAS	R\$ 6,00	01
PH	R\$ 12,00	01
PRATA	R\$ 100,00	01
PREGNANDIOL	R\$ 1.800,00	00
PRIMIDONA	R\$ 220,00	01
PROTEINA C - FUNCIONAL	R\$ 136,00	01
PROTEINA DE BENCE JONES	R\$ 16,00	01
PROTEINA S - FUNCIONAL	R\$ 320,00	01
RELACAO PROTEINA/CREATININA	R\$ 110,80	01
RETENCAO T-3	R\$ 22,00	01
SELENIO SERICO	R\$ 64,00	01
SEROTONINA	R\$ 80,00	01
SHBG - GLOBULINA LIGADORA	R\$ 100,00	01
SOROL. PARA LYME BORRELA	R\$ 72,00	01
SOROLOGIA P/ CHAGAS	R\$ 24,00	01
SUBCLASSES DE IGG HUMANA	R\$ 155,50	01
T-3 LIVRE	R\$ 12,00	01
TESTE D XILOSE	R\$ 100,00	01
TESTE DE TOLER. LACTOSE	R\$ 40,00	01
TESTE DE TOLER. SACAROSE	R\$ 32,00	01
TESTE DO PEZINHO	R\$ 46,00	01
TESTE DO PEZINHO AMPLIADO	R\$ 100,00	01
TESTE DO PEZINHO BASICO	R\$ 100,00	01
TESTE DO PEZINHO MASTER	R\$ 100,00	01
TIOCIANATO	R\$ 12,00	01
TIROSINA	R\$ 100,00	01
TOXOCARA	R\$ 136,00	01
TOXOCARA IGM	R\$ 100,00	01
TOXOPLASMOSE IGA	R\$ 33,33	01
TOXOPLASMOSE P/ PCR	R\$ 34,40	01

TOXOPLASMOSE POR AVIDEZ IGG	R\$ 64,00	01
TRIAGEM AMP ERROS INATOS	R\$ 4.000,00	01
TRIAGEM AVANÇADA AMINOACIDOS	R\$ 4.000,00	01
TRIAGEM DE ACILCARNITINAS	R\$ 800,00	01
TRICLOROCOMPOSTOS TOTAIS	R\$ 12,00	01
TRYPANOSOMA CRUZI IGG	R\$ 35,20	01
TRYPANOSOMA CRUZI IGM	R\$ 35,20	01
UROPORFIRINA	R\$ 77,20	01
VITAMINA A	R\$ 112,00	01
VITAMINA B1	R\$ 200,00	01
VITAMINA B2	R\$ 320,00	01
VITAMINA B6	R\$ 200,00	01
VITAMINA B9	R\$ 100,00	01
VITAMINA C	R\$ 100,00	01
VITAMINA E	R\$ 100,00	01
VITAMINA K	R\$ 320,00	01
WAALER ROSE RAGAN	R\$ 20,00	01
WESTERN BLOT	R\$ 210,00	01
YERSINIA ENTEROCOLITICA	R\$ 99,00	01

1.1.1 A contratação do laboratório poderá ser realizada imediatamente após a homologação da inscrição do laboratório pelo Gestor do Fundo Municipal de Saúde e formalização do contrato (conforme minuta constante do Anexo II).

1.1.1.1 A homologação da inscrição que trata o item 1.1.1 somente poderá ser emitida após aprovação da documentação exigida neste Edital (item 6), através de emissão de Parecer da Comissão de Avaliação (que será criada para este fim).

1.1.2 A tabela de preços terá validade de 01 (um) ano, contados da publicação deste Edital, podendo ser prorrogada, com aprovação do Conselho Municipal de Saúde.

1.1.3 Os serviços serão prestados na sede da empresa ou laboratório credenciado.

1.1.4 Demais condições e cláusulas contratuais encontram-se no ANEXO II - Minuta de Contrato, parte integrante deste edital.

2. Dos Prestadores de Serviço

2.1. Poderão credenciar-se a prestar os serviços referidos no item anterior, pessoas jurídicas do ramo, desde que "habilitadas" (conforme dispõe o item 6) e atendam todas as disposições deste Edital.

3. Da Remuneração dos Serviços

3.1. A remuneração dos serviços se dará unicamente com os valores fixados na Tabela 1: Exames (constante do item 1 deste Edital).

3.2. Os pagamentos serão efetuados pelo CONTRATANTE, no mês subsequente à prestação dos serviços executados (em até 05 dias após a entrega da nota fiscal), através de depósito em conta bancária da CONTRATADA, contra apresentação da nota fiscal de serviços, acompanhadas da 1ª (primeira) via de requisição de exames laboratoriais que deverá estar devidamente autorizada e assinada pela Secretaria Municipal de Saúde de Campo Alegre-SC e ainda, deverá conter (na requisição) o nome do Usuários (município) atendido.

4. Dos Usuários dos Serviços

4.1. Os usuários dos serviços são aqueles atendidos nas unidades de saúde ou encaminhados pelas mesmas, com requisição de exames laboratoriais devidamente autorizada, assinada e contendo o nome do Usuário.

5. Do Credenciamento dos Prestadores de Serviço

5.1. As condições do credenciamento de prestadores de serviços do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ALEGRE são universais e, portanto, sob as mesmas condições para todos os prestadores de serviços, razão pela qual são firmadas num termo de disposições rígidas e inegociáveis, em que obrigam tanto o Município como os prestadores de serviços, após o deferimento de sua inscrição para o seu credenciamento.

5.2. O credenciamento se dá imediatamente após a homologação da inscrição do laboratório pelo Gestor do Fundo Municipal de Saúde.

6. Das inscrições e habilitação para a prestação do serviço

6.1. Para a "habilitação" o laboratório deverá inscrever-se para o credenciamento.

6.1.1 A inscrição (que trata o item 6.1) inicia-se no dia 29 de agosto de 2017, sem data prevista para encerramento, e deverá ser feita através da entrega (no Serviço de Suprimentos, sito a Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre-SC, Cep. 89.294-000) da Solicitação de Credenciamento (modelo de requerimento constante do Anexo I) acompanhado dos seguintes documentos:

PESSOA JURÍDICA

a) Solicitação formal de Credenciamento (Requerimento), conforme Modelo (Anexo I);

b) Cópia do alvará sanitário emitido pelo órgão da Vigilância Sanitária, reconhecidamente apta para tal;

c) Cópia do C.N.P.J;

d) Cópia do Contrato Social, declaração de firma individual, Estatuto Social ou documento constitutivo, devidamente registrado no órgão competente e suas devidas alterações;

- e) Cópia de diploma, títulos e/ou certificados do(s) responsável(is) técnico(s);
- f) Comprovante de inscrição e regularidade da unidade (clínica) e dos profissionais no respectivo "Conselho Regional";
- g) No caso de prestadores de serviços em exames relacionar os equipamentos disponíveis (à prestação do serviço);
- h) Cópia de Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
- i) Certidão Negativa do FGTS;
- j) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

6.2. A falta de quaisquer documentos é razão para o indeferimento da inscrição e motivação para a "inabilitação".

6.3. Uma vez homologada a inscrição, o prestador de serviços será convocado para firmar o Termo de Contrato (conforme minuta constante do Anexo II, parte integrante deste instrumento);

6.4. É de total responsabilidade do laboratório manter os documentos relativos à habilitação devidamente atualizados, sob pena de rescisão contratual e suspensão de pagamentos até que seja regularizada a documentação.

7. Das Disposições Finais

7.1. Para obter cópia deste Edital e anexos, os interessados deverão acessar o site www.campoalegre.sc.gov.br ou www.diariomunicipal.sc.gov.br, ou ainda, solicitar o envio por e-mail (contato Serviço de Suprimentos 47- 3632-2266).

7.2. A íntegra do presente Edital será publicado no Diário Oficial do Município (www.diariomunicipal.sc.gov.br), e ainda no site do Município (www.campoalegre.sc.gov.br).

7.3. O resumo do presente edital será publicado em jornal de grande circulação local.

7.4. Fazem parte integrantes deste Edital, independentemente de sua transcrição:

- a. ANEXO I - Modelo Solicitação formal de Credenciamento (Requerimento);
- b. ANEXO II - Minuta contratual

Campo Alegre, 25 de agosto de 2017.

CAROLINA DA COSTA TELMA

Gestora do Fundo Municipal de Saúde

ANEXO I - MODELO REQUERIMENTO

(Parte integrante do Edital de Credenciamento nº 02/2017)

REQUERIMENTO

1 EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 02/2017

Pelo presente, atendendo aos preços fixados no Edital nº 02/2017, vimos oferecer aos usuários do Sistema de Saúde do Município de Campo Alegre, nossos serviços médicos, abaixo assinalado(s):

TABELA 1: EXAMES

EXAMES	VALOR DIFERENCIADO	QTDE. PREVISTA
ACETILCOLINA - ANTICORPO ANTI-REC	R\$ 64,00	01
ACIDO CITRICO	R\$ 220,00	01
ACIDO FENIL GLIOXILICO	R\$ 27,20	01
ANTI GAD	R\$ 240,00	01
ANTI CARDIOLIPINA	R\$ 48,40	01
ANTI CARDIOLIPINA IGM	R\$ 48,40	01
ANTI CCP	R\$ 100,00	01
ANTI ENDOMISIO IGA	R\$ 40,00	01
ANTI ENDOMISIO IGG	R\$ 40,00	01
ANTI GLIADINA IGA	R\$ 32,00	01
ANTI GLIADINA IGG	R\$ 32,00	01
ANTI GLIADINA IGM	R 50,00	01
ANTI LKM	R\$ 38,00	01
ANTI NEOFIOS-ANCA	R\$ 100,00	01
ANTI RNP	R\$ 100,00	01
ANTI TRANSGLUTAMINASE IGG	R\$ 100,00	01
ANTI BETA 2 GLICOPROTEINA	R\$ 400,00	01
ANTIC ANTI CARDIOLOPINA IGG	R\$ 48,40	01
ANTIC ANTI CARDIOLOPINA IGM	R\$ 48,40	01
ANTIC ANTI CENTROMERO	R\$ 40,00	01
ANTIC ANTI JO 1	R\$ 34,00	01
ANTIC ANTI MI2	R\$ 34,40	01
ANTIC ANTI NEUTROFILOS	R\$ 100,00	01

ANTIC ANTI PM1 SCL	R\$ 40,00	01
ANTICOAGULANTE LUPICO	R\$ 72,00	01
ANTICORPO E ANTI-RECEPTOR DE TSH	R\$ 64,00	01
ANTICORPOS ANTI ENA	R\$ 40,00	01
ANTICORPOS ANTI TIREOIDE	R\$ 42,00	01
ANTICORPOS ANTI-NUCLEARES	R\$ 22,00	01
ANTIFOSFOLIPIDES - ANTICORPOS IGG	R\$ 24,00	01
APOLIPOPROTEINA A	R\$ 34,40	01
APOLIPOPROTEINA B	R\$ 32,00	01
APOLIPROTEINA B	R\$ 32,00	01
ARCENICO SERICO	R\$ 34,40	01
ATROFIA MUSCULAR BULBAR	R\$ 100,00	01
ATROFIA MUSCULAR ESPINHAL	R\$ 100,00	01
AVIDEZ DE ANTICORPOS IGG	R\$ 64,00	01
BETA CAROTENO	R\$ 200,00	01
BLASTOMICOSE	R\$ 18,00	01
BRUCELOSE IGG	R\$ 160,00	01
BRUCELOSE IGM	R\$ 160,00	01
C. DE FRAGILIDADE OSMOTICA	R\$ 14,00	01
C279 IGE TARTRAZINA	R\$ 140,00	01
CA 15.3	R\$ 45,20	01
CA 19.9	R\$ 45,20	01
CA 72 4	R\$ 45,20	01
CADMIO	R\$ 48,00	01
CADMIO SERICO	R\$ 48,00	01
CANDIDA - Anticorpos Igg	R\$ 36,00	01
CANDIDA - Anticorpos IgM	R\$ 36,00	01
CATECOLAMINA SERICA	R\$ 180,00	01
CATECOLAMINAS URINA 24 H	R\$ 120,00	01
CHLAMYDIA - DETECCAO POR PCR	R\$ 88,00	01
CHLAMYDIA TRACHOMATIS (IF)	R\$ 50,00	01
CHLAMYDIA TRACHOMATIS IgA	R\$ 60,00	01
CHLAMYDIA TRACHOMATIS IgG	R\$ 68,00	01
CHLAMYDIA TRACHOMATIS IgM	R\$ 68,00	01
CHUMBO (URINA)	R\$ 25,00	01
CISTICERCOSE (IFI)	R\$ 80,00	01
CITOMEGALOVIRUS IGG	R\$ 40,00	01
CITOMEGALOVIRUS IGM	R\$ 40,00	01
CITOMEGALOVIRUS, PCR	R\$ 380,00	01
CLONAZEPAN	R\$ 240,00	01
CLOSTRIDIUM DIFFICILE - Pesquisa	R\$ 180,00	01
COAGULOGRAMA I	R\$ 27,20	01
COLINESTERASE ERITROCITARIA	R\$ 8,00	01
COMPLEMENTO C2	R\$ 180,00	01
COMPOSTO S - 11 DESOXCORTI	R\$ 60,00	01
CONT.DE LEUCOCITOS DE LIQ.SINOVIAL	R\$ 64,00	01
CONTAGEM DE LEUCOCITOS	R\$ 4,00	01
COPROCULTURA DE FEZES	R\$ 36,00	01
CORTISOL URINARIO	R\$ 60,00	01
CORTISOL URINARIO 2 AMOSTRA	R\$ 60,00	01
CORTISOL URINARIO 3 AMOSTRA	R\$ 60,00	01
CROMOSSOMO PHILADELFIA	R\$ 6.000,00	00
CULTURA MYCOPLASMA	R\$ 72,00	01
CULTURA PARA ESTREPTOCOCOS	R\$ 100,00	01
CULTURA PARA MICOPLASMA	R\$ 72,00	01
CULTURA UREAPLASMA	R\$ 60,00	01
CURVA DE TOLERANCIA A GLICOSE	R\$ 35,00	01
CURVA GLICEMICA 6 DOSAGENS	R\$ 50,00	01
CURVA HORMONIO DO CRESCIMENTO	R\$ 34,40	01
CURVA INSULINICA 5 TEMPOS	R\$ 81,00	01
DENGUE IGM	R\$ 60,00	01
DETECÇÃO DA MUTAÇÃO V617F	R\$ 900,00	01
DIAZEPAN	R\$ 340,00	01

DOSAGEM DE DIMERO D	R\$ 200,00	01
DOSAGEM DE OXCARBAMAZEPINA	R\$ 140,00	01
ECHOVIRUS IGG IGM	R\$ 320,00	01
ELETROFORESE DE IMUNOGLOBULINA	R\$ 100,00	01
EPITELIOS - PELO DE CAO	R\$ 32,00	01
ERITROPOIETINA	R\$ 80,00	01
ESPERMACULTURA	R\$ 120,00	01
ESTRIOL URINARIO	R\$ 24,00	01
FATOR INTRINSECO	R\$ 180,00	01
FATORES ANTINUCLEARES (FAN)	R\$ 22,00	01
FENOBARBITAL	R\$ 30,00	01
FOSFATASE ALCALINA	R\$ 7,20	01
FOSFATASE ALCALINA - ISOENZIMAS	R\$ 160,00	01
FOSFATASE ALCALINA FRAÇÃO OSSEA	R\$ 140,00	01
FOSFOLIPIDEOS	R\$ 28,00	01
FRUTOSAMINAS	R\$ 20,00	01
FRUTOSE	R\$ 14,00	01
GASTRINA	R\$ 30,00	01
GENTAMICINA	R\$ 600,00	01
GLICOSE SULLIVAN	R\$ 16,00	01
GLICOSE SULLIVAN 75G	R\$ 16,00	01
GX2 - IGE RAST PARA POLEN DE GRAM	R\$ 32,00	01
HELICOBACTER PYLORI - ANTICORPOS	R\$ 100,00	01
HELICOBACTER PYLORI - ANTICORPOS	R\$ 100,00	01
HEMOGLOBINA A 2	R\$ 4,00	01
HLA B27	R\$ 150,00	01
HOMOCISTEINA	R\$ 60,00	01
HPV - SONDA DE BAIXO E ALTO RISCO	R\$ 320,00	01
HPV CAPTURA HIBRIDA	R\$ 320,00	01
IGA SECRETORA SALIVAR	R\$ 60,00	01
IGE - MEPIVACAINA C233	R\$ 160,00	01
IGE RAST (FX3)	R\$ 32,00	01
IGE - RAST (MX1)	R\$ 32,00	01
IGE - XYLOCAINA (LIDOCAINA) C232	R\$ 160,00	01
IGE CORANTE	R\$ 25,00	01
IGE ESPECIFICA BETA	R\$ 100,00	01
IGE ESPECIFICO - ACIDO ACETIL	R\$ 200,00	01
IGE ESPECIFICO - AMOXICILINA C6	R\$ 40,00	01
IGE ESPECIFICO - CEFACLOR RC7	R\$ 360,00	01
IGE ESPECIFICO - DICLOFENACO C281	R\$ 160,00	01
IGE ESPECIFICO - EPITELIOS PELO	R\$ 100,00	01
IGE ESPECIFICO - PENICILINA C1	R\$ 42,00	01
IGE ESPECIFICO - PENICILINA V C2	R\$ 42,00	01
IGE ESPECIFICO - TRIMETHOPRIM	R\$ 200,00	01
IGE ESPECIFICO (VENENO DE ABELHA	R\$ 32,00	01
IGE ESPECIFICO (VENENO DE VESPA)	R\$ 32,00	01
IGE ESPECIFICO (G5) - GRAMINEAS	R\$ 32,00	01
IGE ESPECIFICO CASEINA	R\$ 100,00	01
IGE ESPECIFICO LACTOSE	R\$ 100,00	01
IGE ESPECIFICO MORANGO	R\$ 32,00	01
IGE ESPECIFICO PARA AMPICILINA	R\$ 25,00	01
IGE ESPECIFICO PARA CEFALEXINA	R\$ 70,00	01
IGE ESPECIFICO PARA CEVADA	R\$ 32,00	01
IGE ESPECIFICO PARA CURVULARIA	R\$ 20,80	01
IGE ESPECIFICO PARA GEMA DE OVO	R\$ 28,00	01
IGE ESPECIFICO PARA LA K20	R\$ 32,00	01
IGE F76 ALFA LACTOALBUMINAS	R\$ 100,00	01
IGE FX10	R\$ 100,00	01
IGE FX8	R\$ 100,00	01
IGE GX3 POLEN DE GRAMINEAS	R\$ 32,00	01
IGE MULTIPLO (FX5) - ALIMENTOS	R\$ 32,00	01
IGE MULTIPLO FX7	R\$ 100,00	01

IGE PAINEL ALIMENTOS FX20	R\$ 32,00	01
IGE RAST	R\$ 28,00	01
IGE RAST - ALIMENTOS FX1	R\$ 32,00	01
IGE RAST (VENENO DE MARIMBONDO)	R\$ 32,00	01
IGE RAST (VEVENO DE PERNILONGO)	R\$ 32,00	01
IGE RAST (171) - INSETOS- MOSCA	R\$ 28,00	01
IGE RAST : ACARIUS SIRO	R\$ 32,00	01
IGE RAST : CHOCOLATE (CACAU)	R\$ 32,00	01
IGE RAST : LARANJA F 33	R\$ 32,00	01
IGE RAST AMENDOIM (F13)	R\$ 27,60	01
IGE RAST D. PTERONYSSINUS	R\$ 34,40	01
IGE RAST EX2	R\$ 32,00	01
IGE RAST HX2 (PO)	R\$ 32,00	01
IGE RAST MULTIPLO FUNGOS MX2	R\$ 32,00	01
IGE RAST MX1	R\$ 22,40	01
IGE RAST SOJA F 14	R\$ 32,00	01
IGE RAST(FX2)	R\$ 27,60	01
IGE RAST: ARVORES	R\$ 34,40	01
IGE RAST: BARATAS 16	R\$ 32,00	01
IGE RAST: BLOMIA TROPICALIS (D201	R\$ 34,40	01
IGE RAST: CAMARAO F 24	R\$ 36,00	01
IGE RAST: CLARA DE OVO	R\$ 32,00	01
IGE RAST: E5 (EPITELIO DE CAO)	R\$ 32,00	01
IGE RAST: EPITELIOS EX1	R\$ 32,00	01
IGE RAST: GLUTEN F 79	R\$ 32,00	01
IGE RAST: I 70 (FORMIGA)	R\$ 28,00	01
IGE RAST: INSETOS	R\$ 32,00	01
IGE RAST: LEITE DE VACA F2	R\$ 32,00	01
IGE RAST: OVO	R\$ 32,00	01
IGE RAST: PEIXE F 3	R\$ 32,00	01
IGE RAST: TOMATE F 25	R\$ 32,00	01
IGE RAST: TRIGO F 4	R\$ 36,00	01
IGE RAST:CARNE DE PORCO F26	R\$ 32,00	01
IGF BP3	R\$ 88,00	01
IGG SUBCLASSE 1	R\$ 200,00	01
IGG SUBCLASSE 2	R\$ 100,00	01
IGG SUBCLASSE 3	R\$ 100,00	01
IGG SUBCLASSE 4	R\$ 100,00	01
IMUNOFIXACAO	R\$ 360,00	01
INIBIDOR DE C1 ESTERASE	R\$ 80,00	01
ISOAGLUTININAS	R\$ 64,00	01
LEPTINA	R\$ 64,00	01
LEPTOSPIROSE IGG	R\$ 52,00	01
LEPTOSPIROSE IGM	R\$ 52,00	01
LIPIDIOS TOTAIS	R\$ 5,60	01
LIPOPROTEINA A	R\$ 34,40	01
LIQUOR	R\$ 40,00	01
LISTERIA	R\$ 52,20	01
LYME IGG	R\$ 104,00	01
LYME IGM	R\$ 104,00	01
MACROPROLACTINA	R\$ 100,00	01
MAGNESIO URINARIO	R\$ 6,40	01
MANGANES	R\$ 40,00	01
MANGANES SANGUINEO	R\$ 34,40	01
METANEFRIAS	R\$ 120,00	01
MICOLOGICO DIRETO	R\$ 20,00	01
MIF-COLHEITA MULTIPLA	R\$ 8,00	01
MIOGLOBINA	R\$ 120,00	01
MONOTEST-MONONUCLEOSE	R\$ 20,00	01
MYCOBACTERIUM TUBERCULOSIS	R\$ 240,00	01
NIQUEL	R\$ 150,00	01
ORGANOFOSFORADO	R\$ 100,00	01

OSMOLALIDADE	R\$ 10,80	01
OSTEOCALCINA	R\$ 100,00	01
OXALATO (ACIDO OXALICO)	R\$ 64,00	01
OXCARBAMAZEPINA	R\$ 140,00	01
PARVOVIRUS B 19 - DETECCAO	R\$ 212,00	01
PARVOVIRUS B19 IGG	R\$ 100,00	01
PARVOVIRUS B19 IGG	R\$ 100,00	01
PARVOVIRUS IGG	R\$ 212,00	01
PARVOVIRUS IGM	R\$ 212,00	01
PCR P/ CLAMYDIA	R\$ 400,00	01
PEPTIDEO NATRIURETICO B	R\$ 187,50	01
PEPTIDIO C	R\$ 32,40	01
PESQ. DE BACIOS DIFTERICO	R\$ 100,00	01
PESQ. DE CORINEBACTERIUM	R\$ 100,00	01
PESQUISA DE CORYNEOBACTERIAS	R\$ 100,00	01
PESQUISA DE FUNGOS	R\$ 20,00	01
PESQUISA DE FUNGOS E ECTOPARASITAS	R\$ 34,40	01
PESQUISA DE GIARDIA	R\$ 60,00	01
PESQUISA DE HELYCOBACTER	R\$ 100,00	01
PESQUISA DE HEMACIAS CRENAD	R\$ 15,20	01
PESQUISA DE HEMACIAS DISFOR	R\$ 8,00	01
PESQUISA DE HEMATOZOARIO	R\$ 5,60	01
PESQUISA DE LEISHMANIA	R\$ 5,60	01
PESQUISA DE LEPTOSPIRA	R\$ 52,00	01
PESQUISA DE NEISSERIA	R\$ 150,00	01
PESQUISA DE PLASMODIUM	R\$ 6,00	01
PESQUISA DE TRICHOMONAS	R\$ 6,00	01
PH	R\$ 12,00	01
PRATA	R\$ 100,00	01
PREGNANDIOL	R\$ 1.800,00	00
PRIMIDONA	R\$ 220,00	01
PROTEINA C - FUNCIONAL	R\$ 136,00	01
PROTEINA DE BENCE JONES	R\$ 16,00	01
PROTEINA S - FUNCIONAL	R\$ 320,00	01
RELACAO PROTEINA/CREATININA	R\$ 110,80	01
RETENCAO T-3	R\$ 22,00	01
SELENIO SERICO	R\$ 64,00	01
SEROTONINA	R\$ 80,00	01
SHBG - GLOBULINA LIGADORA	R\$ 100,00	01
SOROL. PARA LYME BORRELA	R\$ 72,00	01
SOROLOGIA P/ CHAGAS	R\$ 24,00	01
SUBCLASSES DE IGG HUMANA	R\$ 155,50	01
T-3 LIVRE	R\$ 12,00	01
TESTE D XILOSE	R\$ 100,00	01
TESTE DE TOLER. LACTOSE	R\$ 40,00	01
TESTE DE TOLER. SACAROSE	R\$ 32,00	01
TESTE DO PEZINHO	R\$ 46,00	01
TESTE DO PEZINHO AMPLIADO	R\$ 100,00	01
TESTE DO PEZINHO BASICO	R\$ 100,00	01
TESTE DO PEZINHO MASTER	R\$ 100,00	01
TIOCIANATO	R\$ 12,00	01
TIROSINA	R\$ 100,00	01
TOXOCARA	R\$ 136,00	01
TOXOCARA IGM	R\$ 100,00	01
TOXOPLASMOSE IGA	R\$ 33,33	01
TOXOPLASMOSE P/ PCR	R\$ 34,40	01
TOXOPLASMOSE POR AVIDEZ IGG	R\$ 64,00	01
TRIAGEM AMP ERROS INATOS	R\$ 4.000,00	01
TRIAGEM AVANCADA AMINOACIDOS	R\$ 4.000,00	01
TRIAGEM DE ACILCARNITINAS	R\$ 800,00	01
TRICLOROCOMPOSTOS TOTAIS	R\$ 12,00	01
TRYPANOSOMA CRUZI IGG	R\$ 35,20	01

TRYPANOSSOMA CRUZI IGM	R\$ 35,20	01
UROPORFIRINA	R\$ 77,20	01
VITAMINA A	R\$ 112,00	01
VITAMINA B1	R\$ 200,00	01
VITAMINA B2	R\$ 320,00	01
VITAMINA B6	R\$ 200,00	01
VITAMINA B9	R\$ 100,00	01
VITAMINA C	R\$ 100,00	01
VITAMINA E	R\$ 100,00	01
VITAMINA K	R\$ 320,00	01
WAALER ROSE RAGAN	R\$ 20,00	01
WESTERN BLOT	R\$ 210,00	01
YERSINIA ENTEROCOLITICA	R\$ 99,00	01

Declaramos, desde já, que aceitamos todas as condições do Edital do Credenciamento nº 02/2017 (e seus anexos), bem como prestaremos o serviço de acordo com a legislação vigente.

Endereço para atendimento (laboratório): _____

Observação: Em anexo segue a documentação necessária à habilitação/inscrição.

Para fins de pagamento, informamos abaixo nossos dados bancários:

Banco _____

Agência nº _____

Conta nº _____

_____, _____ de _____ de 200____.

Atenciosamente,

Assinatura do responsável

ANEXO II - MINUTA CONTRATO

(Parte integrante do Edital de Credenciamento nº 02/2017)

CONTRATO Nº ____/2017.

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ALEGRE E DE OUTRO LADO _____.

Pelo presente instrumento particular de contrato que entre si celebram, de um lado o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ALEGRE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 01.941.360/0001-50, com sede à Avenida Getúlio Vargas, nº 467, em Campo Alegre -SC, neste ato representado pela Gestora, Sra. Carolina da Costa Telma, CPF nº 061.299.189-09, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, de outro lado _____ (qualificação pessoa jurídica), de agora em diante denominada simplesmente de CONTRATADA, com fulcro na Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, demais disposições legais e regulamentares aplicáveis à espécie, celebram o presente Contrato de Prestação de Serviço de Saúde para o Sistema de Saúde do Município de Campo Alegre-SC, nos termos que seguem abaixo (em decorrência do Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 29/2017/Credenciamento):

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

I - O presente contrato tem por objeto a execução de serviços especializados no(s) seguinte(s) procedimento(s): _____, conforme homologação da inscrição por parte do Gestor do Fundo Municipal de Saúde, em data de ____ de ____ de ____.

II - Os serviços a serem prestados pela CONTRATADA serão oferecidos aos usuários do Sistema Único de Saúde do Município de Campo Alegre-SC, dentro dos limites quantitativos fixados pela Secretaria Municipal de Saúde (SMS)/Fundo Municipal de Saúde (FMS) e deliberados pelo Conselho Municipal de Saúde.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO

I - Os serviços ora contratados estão referidos a uma base territorial populacional e serão ofertados aos usuários com base nas indicações técnicas do planejamento da saúde, mediante compatibilização das necessidades de demanda e a disponibilidade de recursos financeiros.

II - Os serviços referidos na Cláusula Primeira serão executados no seguinte endereço _____.

III - A CONTRATADA não poderá cobrar do paciente ou seu acompanhante, qualquer complementação aos valores pagos pelos serviços prestados nos termos desse contrato.

IV - A CONTRATADA responsabilizar-se-á por qualquer cobrança indevida, feita ao paciente ou seu representante, por profissional empregado ou preposto em razão da execução deste contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PRAZO

I - O presente contrato inicia-se na data de sua assinatura e expira em 31 de dezembro de 2017 (exercício financeiro), podendo ser prorrogado por mais 12 (doze) meses (respeitando o exercício financeiro vigente), até o limite de 60 (sessenta) meses.

II - Cabe a contratada manter todas as condições de habilitação exigidas no Edital do Credenciamento nº 02/2017.

CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

I - Manter sempre atualizado o prontuário dos pacientes e o arquivo médico;

II - Não utilizar nem permitir que terceiros utilizem o paciente para fins de experimentação.

III - Atender os pacientes com dignidade e respeito, de modo universal e igualitário, mantendo-se sempre a qualidade na prestação de serviços.

IV - Justificar ao paciente, ou ao seu responsável, por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão de não realização e qualquer ato previsto no contrato.

V - Ficará responsável por todos os gastos relativos aos insumos, que forem necessários para a perfeita execução do presente contrato, exceto no caso de tomografia e ressonância nuclear magnética que será fornecido os contrastes.

VI - Notificar à SMS de eventual alteração de sua razão social ou de seu controle acionário e de mudança em sua diretoria, contrato ou estatuto, enviando ao Serviço de Controle, Avaliação e Auditoria, no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data do registro da alteração, cópia autenticada da Certidão da Junta Comercial ou do Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.

VII - Cumprir com todas as obrigações de naturezas fiscais a parafiscais, que incidam ou venham incidir direta ou indiretamente sobre os produtos contratados.

VIII - Manter atualizadas (dentro do prazo de validade) todos os documentos de habilitação as Certidão Negativa emitida pelo Instituto Nacional da Seguridade Social e Certidão Negativa do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

CLÁUSULA QUINTA: DA RESPONSABILIDADE CIVIL DA CONTRATADA

I - A CONTRATADA é responsável pela indenização de dano causado ao paciente e aos órgãos da SMS/Fundo e a terceiros a eles vinculados, decorrentes de ato ou omissão voluntária, negligência, imperícia ou imprudência, praticados por seus empregados, profissionais ou prepos- tos, ficando assegurado à CONTRATADA o direito de regresso.

II - A fiscalização ou o acompanhamento da execução deste contrato pelos órgãos competentes da SMS/Fundo não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, nos termos da legislação referente a licitações e contratos administrativos.

III - a responsabilidade de que trata esta cláusula estende-se aos casos de danos causados por defeitos relativos à prestação de serviços nos estritos termos do art. 14 da Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

CLÁUSULA SEXTA: DO PREÇO

I - A SMS/Fundo pagará mensalmente a CONTRATADA, pelos serviços efetivamente prestados, a importância correspondente ao número de procedimentos mensais realizados, desde que autorizados e aprovados pela SMS, nos termos do contrato e de acordo com os valores constantes na Tabela (em vigor), conforme transcreve-se:

VALORES...

II - Fica estabelecido, de forma criteriosa, que os serviços objeto deste contrato serão remunerados segundo a Tabela acima informada, vedada qualquer taxa ou complemento, sendo que o valor abaixo estimado não caracteriza nenhum tipo de previsão de crédito, conforme descrito no item acima;

III - Estima-se em R\$ _____ (extenso) os gastos mensais com a execução deste contrato.

IV - A tabela de preços terá validade de 01 (um) ano, contados da publicação deste Edital, podendo ser prorrogada, com aprovação do Conselho Municipal de Saúde.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

I - As despesas dos serviços realizados por força deste contrato correrão no presente exercício (2017) à conta de dotação consignada no orçamento do Fundo Municipal de Saúde: _____.

CLÁUSULA OITAVA: DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

I - A fiscalização do contrato fica a conta da Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde, através do Serviço de Auditoria, Controle e Avaliação.

CLÁUSULA NONA: DAS PENALIDADES

Fica a CONTRATADA sujeita a multa de 10% (dez por cento) sobre o valor mensal do contrato, por infração de qualquer cláusula ou condição pactuada neste contrato sem prejuízo das demais penalidades previstas, em especial as contidas no artigo 86 e 87 da Lei nº. 8.666/1993 Lei das Licitações e Contratos Administrativos e suas alterações, e demais disposições aplicáveis à espécie, assegurado o direito ao contraditório.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA RESCISÃO

I - Constituem motivos para rescisão unilateral do presente contrato, o não cumprimento de quaisquer de suas cláusulas e condições, bem como os motivos previstos na legislação referente a licitações e contratos administrativos, sem prejuízo das multas previstas na cláusula décima.

II - A CONTRATADA reconhece desde já os direitos da SMS/Fundo em caso de rescisão administrativo prevista na legislação referente a licitações e contratos administrativos.

III - Em caso de rescisão contratual, se a interrupções das atividades em andamento puder causar prejuízo à população, será observado o prazo de 120 (cento e vinte) dias para ocorrer à rescisão. Se neste prazo a CONTRATADA negligenciar a prestação dos serviços ora contratados a multa cabível poderá ser duplicada.

CLAÚSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

I - A contratualização de um prestador de serviço poderá ser, a qualquer tempo, alterada, suspensa ou cancelada, se o contrato deixar de satisfazer os interesses da Administração Pública Municipal ou as normas do Sistema Único de Saúde.

II - O presente contrato está vinculado aos termos do Edital nº 02/2017 SMS/Fundo.

III - Aplica-se ao presente Contrato, nas partes omissas, a legislação pertinente em vigor.

IV - As partes elegem o Foro Comarca de São Bento do Sul-SC para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Por estarem justas e contratadas, as partes, firmam o presente termo em 03 (três) vias de igual teor e forma para que surtam seus efeitos, na presença de duas testemunhas.

Campo Alegre, ____ de _____ de _____.

CONTRATANTE

CONTRATADA

Testemunhas:

DECRETO Nº 10.710 DE 28 DE AGOSTO DE 2017

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 10.710 DE 28 DE AGOSTO DE 2017

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO PARCIAL DE ELEMENTO DE DESPESA DA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.573 de 21 de dezembro de 2016; Decreta:

Art. 1º Abre crédito Suplementar Especial no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais), no seguinte Elemento de Despesa da seguinte Dotação do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social.

16.00 -	Secretaria Municipal de Assistência Social	
16.02 -	Serviço de Bem Estar Social	
08.243.0024.2.036 -	Manutenção e Coordenação das Atividades do Conselho Tutelar	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.896 -	Aplicações Diretas	
339030.00.896 -	Material de Consumo	R\$ 300,00

Art. 2º O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação parcial do seguinte Elemento de Despesa Dotação Orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social.

16.00 -	Secretaria Municipal de Assistência Social	
16.02 -	Serviço de Bem Estar Social	
08.243.0024.2.036 -	Manutenção e Coordenação das Atividades do Conselho Tutelar	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.896 -	Aplicações Diretas	
339036.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	R\$ 300,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., 28 de agosto de 2017.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

WYLLYAN FAGUNDES

Secretário Municipal de Administração Interino

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 29/08/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 14.673 DE 28 DE AGOSTO DE 2017

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 14.673 DE 28 DE AGOSTO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 10 (dez) dias de férias a Servidora LAIS MARION STEFFEN, Matrícula Funcional nº 000417, Registro no Sistema sob nº 954270, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Fonoaudióloga, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo 05 de maio de 2015 a 04 de maio de 2016.

Art. 2º A Servidora gozará as férias no período de 28 de agosto de 2017 a 06 de setembro de 2017, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal, devidamente assinada e protocolizada pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 29 de junho de 2017 sob nº 11298.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
28 de agosto de 2017.
RUBENS BALSZKOWSKI
Prefeito Municipal

WYLLYAN FAGUNDES
Secretário Municipal de Administração Interino

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 29/08/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 14.674 DE 28 DE AGOSTO DE 2017

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 14.674 DE 28 DE AGOSTO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 10 (dez) dias de férias a FRANCIELI NATALY MUNHOZ SZYMANSKI, Matrícula Funcional nº 000744, Registro no Sistema sob nº 955285, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função Agente Administrativo II, lotada na Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer, no Posto de Informações Turísticas "Egon Larsen", referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Art. 2º A Servidora gozará as férias no período de 28 de agosto de 2017 a 06 de setembro de 2017, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal, devidamente assinada e protocolizada pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 04 de agosto de 2017 sob nº 11984.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,

28 de agosto de 2017.

RUBENS BALSZKOWSKI

Prefeito Municipal

WYLLYAN FAGUNDES

Secretário Municipal de Administração Interino

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 29/08/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 14.675 DE 28 DE AGOSTO DE 2017

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 14.675 DE 28 DE AGOSTO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 10 (dez) dias de férias a FRANCIELI NATALY MUNHOZ SZYMANSKI, Matrícula Funcional nº 000744, Registro no Sistema sob nº 955285, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função Agente Administrativo II, lotada na Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer, no Posto de Informações Turísticas "Egon Larsen", referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Art. 2º A Servidora gozará as férias no período de 28 de agosto de 2017 a 06 de setembro de 2017, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal, devidamente assinada e protocolizada pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 04 de agosto de 2017 sob nº 11984.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
28 de agosto de 2017.
RUBENS BALSZKOWSKI
Prefeito Municipal

WYLLYAN FAGUNDES
Secretário Municipal de Administração Interino

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 29/08/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 14.676 DE 28 DE AGOSTO DE 2017

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 14.676 DE 28 DE AGOSTO DE 2017

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 176, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder Licença para Tratamento de Saúde ao Servidor Público Municipal, PEDRO IVONEI GORNIACK, Matrícula Funcional nº 000702, Registro no Sistema sob nº 955146, no Cargo Público e exercendo a Função de Agente Operacional IV, lotado na Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental, por motivo de doença, pelo período de 07 de agosto de 2017 a 07 de outubro de 2017.

Parágrafo único. A Licença concedida de que trata o caput do artigo 1º desta Portaria, será custeada pelos cofres públicos pelo Tesouro do Poder Executivo Municipal a partir de 07 de agosto de 2017 a 21 de agosto de 2017; o período de 22 de agosto de 2017 a 07 de outubro de 2017 será custeado pelo IPRECAL – Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre/SC.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, com efeitos retroativos a 07 de agosto de 2017.

Art. 3º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
28 de agosto de 2017.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

WYLLYAN FAGUNDES
Secretário Municipal de Administração Interino

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 29/08/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 14.677 DE 28 DE AGOSTO DE 2017

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 14.677 DE 28 DE AGOSTO DE 2017

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 176, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder Licença para Tratamento de Saúde ao Servidor Público Municipal, SÉRGIO DA COSTA, Matrícula Funcional nº 000449, Registro no Sistema sob o nº 954399, ocupante do Cargo Público de Fiscal, exercendo a Função de Fiscal de Obras, Posturas e Meio Ambiente, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras, por motivo de doença, pelo período de 18 de agosto de 2017 a 01 de novembro de 2017.

Parágrafo único. A Licença concedida de que trata o caput deste artigo, será custeada pelos cofres públicos do Tesouro do Poder Executivo Municipal a partir de 18 de agosto de 2017 a 01 de setembro de 2017; o período de 02 de setembro de 2017 a 01 de novembro de 2017 será custeado pelo IPRECAL – Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre/SC.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, com efeitos retroativos a 18 de agosto de 2017.

Art. 3º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
28 de agosto de 2017.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

WYLLYAN FAGUNDES
Secretário Municipal de Administração Interino

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 29/08/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Campo Erê

PREFEITURA

CONVITE 07/2017

MUNICÍPIO DE CAMPO ERE - SC
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1767/2017
CONVITE Nº 07/2017
EXTRATO DE EDITAL

O MUNICÍPIO DE CAMPO ERE - SC, representado pelo seu Prefeito Sr. Odilson Vicente de Lima, TORNA PÚBLICO que até as 08:30horas do dia 06 de setembro de 2017, a Comissão Permanente de Licitações do Município, estará recebendo as propostas dos interessados no objeto do Processo Licitatório nº 1767/2017 na modalidade de Convite Nº 07/2017 do Município de Campo Erê, para a aquisição de bolas de futebol, em couro sintético, costurada, de várias cores, personalizadas, conforme especificado nesse Edital, e em conformidade com a Lei 8.666/93, suas alterações e demais normas pertinentes. Demais informações e esclarecimentos poderão ser obtidas junto ao setor de licitações da Prefeitura, localizado no Centro Administrativo Municipal, sito à Rua 1º de Maio, 736, em Campo Erê, Estado de Santa Catarina, de segunda a sexta-feira no horário das 07:30hs às 11:30hs e 13:15hs às 17:15, pelo fone (49) 3655 3035 e no site <http://www.campoere.sc.gov.br/> ou pelo e-mail licitacao@campoere.sc.gov.br - Campo Ere - SC, 28 de agosto de 2017. ODILSON VICENTE DE LIMA - Prefeito Municipal.

EXTRATO CONTRATO 08/2017/CRESIM

CONSÓRCIO PÚBLICO DA REGIÃO DO RIO SARGENTO DE INTEGRAÇÃO MUNICIPAL - CRESIM.
CONTRATO nº 008/2017.

CONTRATANTE: CONSÓRCIO PÚBLICO DA REGIÃO DO RIO SARGENTO DE INTEGRAÇÃO MUNICIPAL - CRESIM, Estado de Santa Catarina, CNPJ nº 23.279.570/0001-68. CONTRATADA: IVANILDO ANGELO BRASSIANI, CPF 295.490.359-72.

OBJETO: contratação de pessoa física para locação de 01 (um) imóvel de caráter residencial, na localidade do CENTRO do município de Campo Erê, que atenda aos requisitos mínimos,: Contrato DOTAÇÃO: 3.3.90.39.10.00.00.00 Locação de Imóveis VALOR: R\$: 32.388,00 (trinta e dois mil mil trezentos e oitenta e oito reais). VIGÊNCIA: este contrato vigorará da data de 24/08/2017 a 24/08/2018, Campo Erê/SC, em 24/08/2017. SIGNATÁRIOS: Odilson Vicente de Lima pela Contratante e Ivanildo Angelo Brassiani pela Contratada.

HOMOLOGAÇÃO PL 1677/2017

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o art. 43, VI da Lei 8.666/1993 e suas alterações posteriores;

RESOLVE

I - HOMOLOGAR o PROCESSO LICITATÓRIO FMS nº1677/2017, na modalidade Pregão Presencial FMS nº 68/2017 - Registro de Preços, para aquisição de passagens terrestres, a serem usadas para encaminhamento para tratamento fora do domicílio pelo Fundo Municipal de Saúde, conforme o quadro a seguir, onde se especificam inclusive as quantidades e os valores para execução do objeto citado:

Nome da Proponente	Lote	Item	Quantidade	Unitário	Total Item
REUNIDAS TURISMO S.A.	1	1	180,00	162,9300	29.327,4000
REUNIDAS TURISMO S.A.	1	2	180,00	166,4400	29.959,2000
REUNIDAS TURISMO S.A.	1	3	50,00	95,0000	4.750,0000
REUNIDAS TURISMO S.A.	1	4	50,00	99,5400	4.977,0000
REUNIDAS TURISMO S.A.	1	5	50,00	108,7300	5.436,5000
REUNIDAS TURISMO S.A.	1	6	50,00	112,1000	5.605,0000
CATTANI SUL TRANSPORTES E TURISMO LTDA	1	7	150,00	21,0700	3.160,5000
CATTANI SUL TRANSPORTES E TURISMO LTDA	1	8	150,00	21,5700	3.235,5000
CATTANI SUL TRANSPORTES E TURISMO LTDA	1	9	50,00	122,9800	6.149,0000
CATTANI SUL TRANSPORTES E TURISMO LTDA	1	10	50,00	127,2800	6.364,0000

Total dos Proponentes	
Nome da Proponente	Total
CATTANI SUL TRANSPORTES E TURISMO LTDA	18.909,00
REUNIDAS TURISMO S.A.	80.055,10

II - DETERMINAR que sejam adotadas as medidas cabíveis para contratação da (s) referida (s) licitante (s).

Campo Erê – SC, Terça-Feira, 28 de agosto de 2017.

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal

GELSO PALOSCHI
Gestor do FMS

HOMOLOGAÇÃO PL 1678/2017**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o art. 43, VI da Lei 8.666/1993 e suas alterações posteriores;

RESOLVE

I - HOMOLOGAR o PROCESSO LICITATÓRIO nº1678/2017, na modalidade Pregão de nº 69/2017 tendo como objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE TECIDOS, conforme o quadro a seguir, onde se especificam inclusive as quantidades e os valores, para execução do objeto citado:

Nome da Proponente	Lote	Item	Quantidade	Unitário	Total Item
HB SUL COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	1	2	200,00	27,2000	5.440,0000
HB SUL COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	1	9	100,00	0,1700	17,0000
HB SUL COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	1	14	60,00	6,7500	405,0000
TECIMAIS COMÉRCIO DE TECIDOS E AVIAMENTOS LTDA ME	1	1	200,00	23,5000	4.700,0000
TECIMAIS COMÉRCIO DE TECIDOS E AVIAMENTOS LTDA ME	1	13	100,00	8,9000	890,0000
ILENI MARIA ROYER ME	1	3	300,00	8,4000	2.520,0000
ILENI MARIA ROYER ME	1	4	200,00	5,2000	1.040,0000
ILENI MARIA ROYER ME	1	5	200,00	9,4000	1.880,0000
ILENI MARIA ROYER ME	1	6	100,00	0,9000	90,0000
ILENI MARIA ROYER ME	1	7	100,00	0,6500	65,0000
ILENI MARIA ROYER ME	1	8	100,00	0,1200	12,0000
ILENI MARIA ROYER ME	1	10	100,00	0,5500	55,0000
ILENI MARIA ROYER ME	1	11	100,00	0,3400	34,0000
ILENI MARIA ROYER ME	1	12	300,00	3,9500	1.185,0000
ILENI MARIA ROYER ME	1	15	100,00	3,4000	340,0000
ILENI MARIA ROYER ME	1	16	100,00	2,8000	280,0000
ILENI MARIA ROYER ME	1	17	100,00	7,5000	750,0000

Total dos Proponentes	
Nome da Proponente	Total
HB SUL COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	5.862,00
ILENI MARIA ROYER ME	8.251,00
TECIMAIS COMÉRCIO DE TECIDOS E AVIAMENTOS LTDA ME	5.590,00

II - DETERMINAR que sejam adotadas as medidas cabíveis para contratação da (s) referida (s) licitante (s).

Campo Erê – SC, Segunda-Feira, 28 de agosto de 2017.

ODILSON VICENTE DE LIMA

Prefeito Municipal

PORTARIA 497/2017

PORTARIA N. 497, DE 01 DE AGOSTO DE 2017

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE PROGRESSÃO POR MÉRITO; E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, VII da Lei Orgânica Municipal e os artigos 14 e 44, da Lei Complementar nº 012/2002;

Considerando o Parecer AJU/CJU nº 194/2017, de 24 de julho de 2017;

DECRETA

Art. 1º. Fica concedida a Progressão por Mérito de 1% (um por cento), incidente sobre o vencimento base da servidora pública municipal EDINA GIRELLI ALBERTON, matrícula nº 106755, Professor de Educação Infantil, ocupante de cargo de provimento efetivo e estável, a partir dessa data.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê/SC, 01 de agosto de 2017.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ

Assistente Administrativo

Matrícula nº 10662-3

PORTARIA 498/2017

PORTARIA N. 498, DE 01 DE AGOSTO DE 2017

Dispõe sobre a concessão de Adicional de Titulação, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, VII da Lei Orgânica Municipal, a Lei Complementar n.º 012/2002, com redação alterada pelas Leis Complementares 29/2005 e 073/2014;
Considerando o Parecer Jurídico nº 180/2017, de 19 de julho de 2017;

RESOLVE

Art. 1º. Fica concedido Adicional de Titulação (Graduação), de 20% (vinte por cento), à servidora pública municipal ADRIANE BIZARRO ROCHA, matrícula nº 2226-8, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, conforme comprovação de conclusão de Curso de Nível Superior.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê/SC, 01 de agosto de 2017.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ

Assistente Administrativo

Matrícula nº 10662-3

PORTARIA 499/2017

PORTARIA N. 499, DE 01 DE AGOSTO DE 2017

Dispõe sobre a concessão de Adicional de Titulação, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, VII da Lei Orgânica Municipal, a Lei Complementar n.º 012/2002, com redação alterada pelas Leis Complementares 29/2005 e 073/2014;
Considerando o Parecer Jurídico nº 179/2017, de 19 de julho de 2017;

RESOLVE

Art. 1º. Fica concedido Adicional de Titulação (especialização), de 10% (dez por cento), à servidora pública municipal RENITA FACIOCHI DAMASCENO, matrícula nº 14370, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, conforme comprovação de conclusão de Curso de Especialização.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê/SC, 01 de agosto de 2017.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ

Assistente Administrativo

Matrícula nº 10662-3

PORTARIA 500/2017

PORTARIA N. 500, DE 03 DE AGOSTO DE 2017

Dispõe sobre a revogação da Portaria n. 298/2017, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, VII e o Art. 33, da Lei Orgânica Municipal;
Considerando o Parecer AJU/CJU Nº 205/2017, datado e 26 de julho de 2017;

RESOLVE

Art.1º. REVOGAR os efeitos da Portaria nº. 298, de 17 de abril de 2017, que dispõe sobre a concessão de Adicional por Tempo de Serviço, à servidora Viviane Prestes, a partir desta data.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê/SC, 03 de agosto de 2017.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ

Assistente Administrativo

Matrícula nº 10662-3

PORTARIA 501/2017

PORTARIA N. 501, DE 03 DE AGOSTO DE 2017

Dispõe sobre a concessão de adicional por tempo de serviço à servidor, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, inciso VII, da Lei Orgânica, e o Art. 64 da Lei Complementar nº 011/2002; Considerando o Parecer AJU/CJU nº 192/2017;

RESOLVE

Art. 1º. Fica concedido o Adicional por Tempo de Serviço no percentual de 4% (quatro por cento), à servidora pública municipal CRISTIANE ANA CASAGRANDE KLEIN, matrícula nº 10593-7, conforme dispõe o art. 64 da Lei Complementar nº 011/2002, referente ao período 2012/2017 no serviço público.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 6º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê/SC, 03 de agosto de 2017.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ

Assistente Administrativo

Matrícula nº 10662-3

PORTARIA 502/2017

PORTARIA N. 502, DE 03 DE AGOSTO DE 2017

Dispõe sobre a exoneração de servidor público municipal e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 75, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal, e o Art. 34, I e 35 da Lei Complementar nº 011/2002 e posteriores alterações;

RESOLVE

Art.1º. EXONERAR À PEDIDO, RAKEL KOSTESKI, ocupante do cargo de Professor de Educação Infantil, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, da Prefeitura Municipal de Campo Erê, a partir de 03 de agosto de 2017.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê/SC, 03 de agosto de 2017.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ

Assistente Administrativo

Matrícula nº 10662-3

PORTARIA 503/2017

PORTARIA N. 503, DE 03 DE AGOSTO DE 2017

Dispõe sobre a contratação de servidor público municipal, por tempo determinado para atender situação de excepcional interesse público, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 57, VII da Lei Orgânica Municipal;

Considerando o disposto na Lei Complementar nº 076/2015;

Considerando o resultado final do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2017, homologado pelo Decreto 1.144, de 17 de fevereiro de 2017;

Considerando a necessidade urgente da manutenção da contratação de Professor de Educação Infantil, para substituir a servidora Rakel Kostascki, exonerada à pedido através da Portaria n. 502 de 03/08/2017;

RESOLVE

Art. 1º. CONTRATAR por tempo determinado e por excepcional interesse público, MARCIA PUNTEL ALBERTON, para o cargo de Professor de Educação Infantil – Habilitado, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com lotação na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, no período compreendido de 04/08/2017 à 20/12/2017.

Parágrafo único. O contratado, terá prazo de 10 (dez) dias a contar da publicação deste ato para a apresentação da documentação para o ingresso no cargo, sob pena de anulação do mesmo.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê/SC, 03 de agosto de 2017.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matrícula nº 10662-3

PORTARIA 504/2017

PORTARIA N. 504, DE 03 DE AGOSTO DE 2017

Dispõe sobre a concessão de adicional por tempo de serviço à servidor, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, inciso VII, da Lei Orgânica, e o Art. 64 da Lei Complementar nº 011/2002; Considerando o Parecer AJU/CJU nº 202/2017;

RESOLVE

Art. 1º. Fica concedido o Adicional por Tempo de Serviço no percentual de 4% (quatro por cento), à servidora pública municipal NOEMI ROSA DANELUZ, matrícula nº 1351-0, conforme dispõe o art. 64 da Lei Complementar nº 011/2002, referente ao período 2010/2015, no serviço público.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê/SC, 03 de agosto de 2017.

Registre-se e Publique-se
ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matrícula nº 10662-3

PORTARIA 505/2017

PORTARIA N. 505, DE 03 DE AGOSTO DE 2017

Dispõe sobre a concessão de adicional por tempo de serviço à servidor, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, inciso VII, da Lei Orgânica, e o Art. 64 da Lei Complementar nº 011/2002; Considerando o Parecer AJU/CJU nº 204/2017;

RESOLVE

Art. 1º. Fica concedido o Adicional por Tempo de Serviço no percentual de 4% (quatro por cento), à servidora pública municipal CHRISTINA ROMAN, matrícula nº 1532-6, conforme dispõe o art. 64 da Lei Complementar nº 011/2002, referente ao período 2008/2013, no serviço público.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê/SC, 03 de agosto de 2017.

Registre-se e Publique-se
ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matrícula nº 10662-3

PORTARIA 506/2017

PORTARIA N. 506, DE 03 DE AGOSTO DE 2017

Dispõe sobre a concessão de adicional por tempo de serviço à servidor, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, inciso VII, da Lei Orgânica, e o Art. 64 da Lei Complementar nº 011/2002; Considerando o Parecer AJU/CJU nº 203/2017;

RESOLVE

Art. 1º. Fica concedido o Adicional por Tempo de Serviço no percentual de 4% (quatro por cento), ao servidor público municipal EVANIEL GUZATTI, matrícula nº 1233-5, conforme dispõe o art. 64 da Lei Complementar nº 011/2002, referente ao período 2010/2015, no serviço público.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê/SC, 03 de agosto de 2017.

Registre-se e Publique-se
ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matrícula nº 10662-3

PORTARIA 507/2017

PORTARIA N. 507, DE 03 DE AGOSTO DE 2017

Dispõe sobre a concessão de adicional por tempo de serviço à servidor, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, inciso VII, da Lei Orgânica, e o Art. 64 da Lei Complementar nº 011/2002; Considerando o Parecer AJU/CJU nº 201/2017;

RESOLVE

Art. 1º. Fica concedido o Adicional por Tempo de Serviço no percentual de 4% (quatro por cento), à servidora pública municipal MARIZANE MARQUES PORONICZAK, matrícula nº 1232-7, conforme dispõe o art. 64 da Lei Complementar nº 011/2002, referente ao período 2010/2015, no serviço público.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê/SC, 03 de agosto de 2017.

Registre-se e Publique-se
ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matrícula nº 10662-3

PORTARIA 508/2017

PORTARIA N. 508, DE 03 DE AGOSTO DE 2017

Dispõe sobre a concessão de férias à servidor público municipal, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, VII da Lei Orgânica Municipal, e o artigo 65 da Lei Complementar nº 011/2002;

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS ao servidor público municipal JOSÉ SEBASTIÃO PEDROSO SANTOS, matrícula nº 1019-7, ocupante do cargo de Operador de Equipamentos Rodoviários, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura e Infraestrutura Rural, relativas ao período aquisitivo 2013/2014, pelo período de 30 (trinta) dias, a partir de 01 de agosto de 2017.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 01/08/2017.

Campo Erê/SC, 03 de agosto de 2017.
Registre-se e Publique-se
ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matrícula nº 10662-3

PORTARIA 509/2017

PORTARIA N. 509, DE 03 DE AGOSTO DE 2017

Dispõe sobre a concessão de Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família a servidor público municipal, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 57, VII da Lei Orgânica Municipal, e o art. 71, § 2º. da Lei Complementar 011/2002;

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA, à servidora pública municipal, BEATRIZ DE FATIMA DA SILVA, matrícula nº 4707, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Agricultura e Infraestrutura Rural, a partir de 19 de julho de 2017, pelo período de 15 (quinze) dias, para cuidar de seu esposo, conforme Atestado Médico.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

retroagindo seus efeitos à 19/07/2017.

Campo Erê/SC, 03 de agosto de 2017.
Registre-se e Publique-se
ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matrícula nº 10662-3

PORTARIA 510/2017

PORTARIA N. 510, DE 03 DE AGOSTO DE 2017

Dispõe sobre a concessão de Adicional de Titulação, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, VII da Lei Orgânica Municipal, a Lei Complementar n.º 012/2002, com redação alterada pela Lei Complementar 29/05; Considerando o Parecer Jurídico nº 182/2017, de 20 de julho de 2017;

RESOLVE

Art. 1º. Fica concedido Adicional de Titulação (Ensino Fundamental), de 5,0% (cinco por cento), ao servidor público municipal MACIELHO DA SILVA, matrícula nº 11110-4, ocupante do cargo de Operador de Equipamentos Rodoviários, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura e Infraestrutura Rural, conforme comprovação de conclusão do Ensino Fundamental.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê/SC, 03 de agosto de 2017.
Registre-se e Publique-se
ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matrícula nº 10662-3

PORTARIA 511/2017

PORTARIA N. 511, DE 03 DE AGOSTO DE 2017

Dispõe sobre a concessão de Licença para Tratamento de Saúde a servidor público municipal, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 57, VII da Lei Orgânica Municipal, e o art. 70 da Lei Complementar 011/2002;

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, à servidora pública municipal, CLEUSA INES LANZARIN BODANESE, matrícula nº 10521-0, ocupante do cargo de Professor de Educação Infantil, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, a partir de 03 de agosto de 2017, pelo período de 15 (quinze) dias, conforme Atestado médico.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê/SC, 03 de agosto de 2017.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ

Assistente Administrativo

Matrícula nº 10662-3

PORTARIA 512/2017

PORTARIA N. 512, DE 03 DE AGOSTO DE 2017

Dispõe sobre a concessão de férias à servidor público municipal, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, VII da Lei Orgânica Municipal, e o artigo 65 da Lei Complementar nº 011/2002;

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS ao servidor público municipal ROGÉRIO LUIZ DAL PRA, matrícula nº 77-9, ocupante do cargo de Técnico em Tributação, lotado no Gabinete de Planejamento e Gestão, relativas ao período aquisitivo 2016/2017, pelo período de 30 (trinta) dias, com conversão de 10 (dez) dias em abono pecuniário, a partir de 01 de setembro de 2017.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê/SC, 03 de agosto de 2017.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ

Assistente Administrativo

Matrícula nº 10662-3

PORTARIA 513/2017

PORTARIA N. 513, DE 14 DE AGOSTO DE 2017

Dispõe sobre a concessão de Adicional de Titulação, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, VII da Lei Orgânica Municipal, a Lei Complementar n.º 012/2002, com redação alterada pelas Leis Complementares 29/2005 e 073/2014; Considerando o Parecer Jurídico nº 178/2017, de 19 de julho de 2017;

RESOLVE

Art. 1º. Fica concedido Adicional de Titulação (Pós Graduação), de 15% (quinze por cento), à servidora pública municipal MARILENE METZ, matrícula nº 10205-9, ocupante do cargo de Técnico

em Enfermagem, lotado na Secretaria Municipal de Saúde Pública, conforme comprovação de conclusão de Pós Graduação na área de atuação.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê/SC, 14 de agosto de 2017.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ

Assistente Administrativo

Matrícula nº 10662-3

PORTARIA 515/2017

PORTARIA N. 515, DE 14 DE AGOSTO DE 2017

Dispõe sobre a concessão de Licença para Tratamento de Saúde a servidor público municipal, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 57, VII da Lei Orgânica Municipal, e o art. 70 da Lei Complementar 011/2002;

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, à servidora pública municipal, IVANI FATIMA DE PASSOS MARQUES, matrícula nº 1120-9, ocupante do cargo de Professor de Educação Infantil, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, a partir de 11 de agosto de 2017, pelo período de 15 (quinze) dias, conforme Atestado médico.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê/SC, 14 de agosto de 2017.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ

Assistente Administrativo

Matrícula nº 10662-3

PORTARIA 516/2017

PORTARIA N. 516, DE 14 DE AGOSTO DE 2017

Dispõe sobre a contratação de servidor público municipal, por tempo determinado para atender situação de excepcional interesse público, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 57, VII da Lei Orgânica Municipal;

Considerando o disposto na Lei Complementar nº 076/2015;

Considerando o resultado final do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2017, homologado pelo Decreto 1.144, de 17 de fevereiro de 2017;

Considerando a necessidade urgente da manutenção da contratação de Professor de Educação Infantil, para substituir a servidora Ivani de Fátima dos Passos Marques, que encontra-se em Licença para Tratamento de Saúde, concedida através da Portaria n. 515/2017;

RESOLVE

Art. 1º. CONTRATAR por tempo determinado e por excepcional interesse público, ELIZANI AMARO ZANINI, para o cargo de Professor de Educação Infantil – Não Habilitado, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com lotação na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, no período compreendido de 14/08/2017 à 25/08/2017.

Parágrafo único. O contratado, terá prazo de 10 (dez) dias a contar da publicação deste ato para a apresentação da documentação para o ingresso no cargo, sob pena de anulação do mesmo.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê/SC, 14 de agosto de 2017.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ

Assistente Administrativo

Matrícula nº 10662-3

PORTARIA 517/2017

PORTARIA N. 517, DE 14 DE AGOSTO DE 2017

Dispõe sobre a redução da carga horária de Servidor Público Municipal, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, VII da Lei Orgânica Municipal, e o artigo 17, § 4º, Inciso II da Lei Complementar 011/2002;

RESOLVE

Art. 1º. REDUZIR a carga horária da servidora pública municipal SILVIA KELI STEIN BOMBIERI, matrícula nº 10559-9, ocupante do cargo de Professor de Ensino Infantil, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, de 40 (quarenta) horas, para 20 (vinte) horas semanais, a partir de 20/08/2017.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê/SC, 14 de agosto de 2017.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ

Assistente Administrativo

Matrícula nº 10662-3

PORTARIA 518/2017

PORTARIA N. 518, DE 14 DE AGOSTO DE 2017

Dispõe sobre a remoção de ofício de servidor público municipal, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, VII da Lei Orgânica Municipal, o artigo 37, da Lei Complementar nº. 011/2002, e posteriores alterações;

RESOLVE

Art. 1º. REMOVER por necessidade e conveniência da Administração Pública, a servidora pública municipal LEDIANE VANZELLA CERZOLLI, matrícula nº 11282-8, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, para a Secretaria Municipal de Assistência Social, a partir de 14 de Agosto de 2017.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê/SC, 14 de agosto de 2017.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ

Assistente Administrativo

Matrícula nº 10662-3

PORTARIA 519/2017

PORTARIA N. 519, DE 15 DE AGOSTO DE 2017

Dispõe sobre a prorrogação da contratação de servidor público municipal, por tempo determinado para atender situação de excepcional interesse público, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 57, VII da Lei Orgânica Municipal;

Considerando o disposto na Lei Complementar nº 076/2015;

Considerando o resultado final do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2017, homologado pelo Decreto 1.144, de 17 de fevereiro de 2017;

Considerando a necessidade urgente da manutenção da contratação de Auxiliar de Serviços Gerais, para atuar junto ao Programa Social SCFV – Projeto Semear;

RESOLVE

Art. 1º. PRORROGAR por tempo determinado e por excepcional interesse público, a contratação de LEDIANE VANZELLA CERZOLLI, para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com lotação na Secretaria Municipal de Assistência Social, no período compreendido de 16/08/2017 à 10/12/2017.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê/SC, 15 de agosto de 2017.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matrícula nº 10662-3

PORTARIA 520/2017

PORTARIA N. 520, DE 15 DE AGOSTO DE 2017

Dispõe sobre a concessão de Licença para Tratamento de Saúde a servidor público municipal, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 57, VII da Lei Orgânica Municipal, e o art. 70 da Lei Complementar 011/2002;

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, à servidora pública municipal, JOILETE MARLISE HAHN BARBOSA, matrícula nº 11284-4, ocupante do cargo de Professor de Ensino Fundamental, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, a partir de 14 de agosto de 2017, pelo período de 15 (quinze) dias, conforme Atestado médico.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 14/08/2017.

Campo Erê/SC, 15 de agosto de 2017.

Registre-se e Publique-se
ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matrícula nº 10662-3

PORTARIA 521/2017

PORTARIA N. 521, DE 15 DE AGOSTO DE 2017

Dispõe sobre a contratação de servidor público municipal, por tempo determinado para atender situação de excepcional interesse público, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 57, VII da Lei Orgânica Municipal;

Considerando o disposto na Lei Complementar nº 076/2015;
Considerando o resultado final do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2017, homologado pelo Decreto 1.144, de 17 de fevereiro de 2017;

Considerando a necessidade urgente da manutenção da contratação de Professor de Ensino Fundamental, para substituir a servidora Joilete Marlise Hahn, que encontra-se em Licença para Tratamento de Saúde, concedida através da Portaria n. 520/2017;

RESOLVE

Art. 1º. CONTRATAR por tempo determinado e por excepcional interesse público, IVONETE CUNHA DOS SANTOS, para o cargo de Professor de Ensino Fundamental – Não Habilitado, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com lotação na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, no período compreendido de 15/08/2017 à 28/08/2017.

Parágrafo único. O contratado, terá prazo de 10 (dez) dias a contar da publicação deste ato para a apresentação da documentação para o ingresso no cargo, sob pena de anulação do mesmo.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê/SC, 15 de agosto de 2017.

Registre-se e Publique-se
ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matrícula nº 10662-3

PORTARIA 522/2017

PORTARIA N. 522, DE 16 DE AGOSTO DE 2017

Dispõe sobre a declaração de vacância de emprego público, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, VII da Lei Orgânica Municipal, e o artigo 34, inciso VI, da Lei Complementar n.º 011/2002, e legislação complementar;

RESOLVE

Art. 1º. DECLARAR vago o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, ocupado pelo servidor ARI MACHADO BATISTA, matrícula nº 1378-1, lotado na Secretaria Municipal de Cidade e Desenvolvimento da Prefeitura Municipal de Campo Erê, a partir de 02 de agosto de 2017, em decorrência da aposentadoria do servidor, constante do benefício nº. 1755470379 do INSS.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 02/08/2017.

Campo Erê/SC, 16 de agosto de 2017.

Registre-se e Publique-se
ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matrícula nº 10662-3

PORTARIA 523/2017

PORTARIA N. 523, DE 16 DE AGOSTO DE 2017

Dispõe sobre a concessão de férias à servidor público municipal, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, VII da Lei Orgânica Municipal, e o artigo 65 da Lei Complementar nº 011/2002;

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS ao servidor público municipal DARIO FERLIN, matrícula nº 784-6, ocupante do cargo de Técnico em Contabilidade, lotado no Gabinete de Planejamento e Gestão, relativas ao período aquisitivo 2013/2014, pelo período de 30 (trinta) dias, com conversão de 10 (dez) dias em abono pecuniário, a partir de 21 de agosto de 2017.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê/SC, 16 de agosto de 2017.

Registre-se e Publique-se
ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matrícula nº 10662-3

PORTARIA 524/2017

PORTARIA N. 524, DE 16 DE AGOSTO DE 2017

Dispõe sobre a concessão de férias à servidor público municipal, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, VII da Lei Orgânica Municipal, e o artigo 65 da Lei Complementar nº 011/2002;

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS à servidora pública municipal SERLI TEREZINHA PEREIRA, matrícula nº 11148-1, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado no Gabinete de Planejamento e Gestão, relativas ao período aquisitivo 2014/2015, pelo período de 30 (trinta) dias, a partir de 14 de agosto de 2017.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 14/08/2017.

Campo Erê/SC, 16 de agosto de 2017.

Registre-se e Publique-se
ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matrícula nº 10662-3

PORTARIA 525/2017

PORTARIA N. 525, DE 16 DE AGOSTO DE 2017

Dispõe sobre a concessão de férias à servidor público municipal, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, VII da Lei Orgânica Municipal, e o artigo 65 da Lei Complementar nº 011/2002;

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS à servidora pública municipal DANIELA LUNARDI LEITE, matrícula nº 10489-2, ocupante do cargo de Odontóloga, lotado na Secretaria municipal de Saúde Pública, relativas ao período aquisitivo 2016/2017, pelo período de 30 (trinta) dias, a partir de 28 de agosto de 2017.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê/SC, 16 de agosto de 2017.

Registre-se e Publique-se
ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matrícula nº 10662-3

PORTARIA 526/2017

PORTARIA N. 526, DE 16 DE AGOSTO DE 2017

Dispõe sobre a concessão de férias à servidor público municipal, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, VII da Lei Orgânica Municipal, e o artigo 65 da Lei Complementar nº 011/2002;

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS ao servidor público municipal IVANOR AMARO, matrícula nº 3883, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Secretaria Municipal de Cidade e Desenvolvimento, relativas ao período aquisitivo 2016/2017, pelo período de 30 (trinta) dias, a partir de 20 de agosto de 2017.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê/SC, 16 de agosto de 2017.

Registre-se e Publique-se
ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matrícula nº 10662-3

PORTARIA 527/2017

PORTARIA N. 527, DE 16 DE AGOSTO DE 2017

Dispõe sobre a concessão de férias à servidor público municipal, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, VII da Lei Orgânica Municipal, e o artigo 65 da Lei Complementar nº 011/2002;

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS à servidora pública municipal ELIANA MARTHA LOPES, matrícula nº 1803-1, ocupante do cargo de Psicólogo, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, relativas ao período aquisitivo 2016/2017, pelo período de 30 (trinta) dias, a partir de 01 de setembro de 2017.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê/SC, 16 de agosto de 2017.
Registre-se e Publique-se
ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matrícula nº 10662-3

PORTARIA 528/2017

PORTARIA N. 528, DE 16 DE AGOSTO DE 2017

Dispõe sobre a exoneração a pedido de servidor público municipal, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 75, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal, e o Art. 35 da Lei Complementar n. 11/2002 e posteriores alterações;

RESOLVE

Art. 1º. EXONERAR À PEDIDO, LIANE POSTAL KUHM, matrícula nº 10975-4, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, lotado na Secretaria Municipal de Saúde Pública, a partir de 07 de agosto de 2017.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 07/08/2017.

Campo Erê/SC, 16 de agosto de 2017.
Registre-se e Publique-se
ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matrícula nº 10662-3

PORTARIA 529/2017

PORTARIA N. 529, DE 16 DE AGOSTO DE 2017

Dispõe sobre a concessão de férias à servidor público municipal, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, VII da Lei Orgânica Municipal, e o artigo 65 da Lei Complementar nº 011/2002;

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS PROPORCIONAIS, à servidora pública municipal LILIAN CARVALHO DE FREITAS, matrícula nº 11156-2,

ocupante do cargo de Diretor de Gestão de Pessoas, lotado no Gabinete de Planejamento e Gestão, relativas ao período aquisitivo 2017/2018, pelo período de 15 (quinze) dias, a partir de 19 de setembro de 2017.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê/SC, 16 de agosto de 2017.
Registre-se e Publique-se
ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matrícula nº 10662-3

PORTARIA 530/2017

PORTARIA N. 530, DE 16 DE AGOSTO DE 2017

Dispõe sobre a concessão de Licença Prêmio com conversão em abono pecuniário, à servidor público municipal, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, VII da Lei Orgânica Municipal, e o artigo 65 da Lei Complementar nº 011/2002; e o Art. 179-A, inciso III, da Lei Complementar n. 077/2015;

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PRÊMIO ao servidor público municipal IVO ANTONIO GIACOMETTI, matrícula nº 744, ocupante do cargo de Técnico em Contabilidade, lotado no Gabinete de Planejamento e Gestão, relativo ao período efetivo de 2007/2012, pelo período de 90 (noventa) dias, com conversão integral em abono pecuniário, a partir dessa data.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê/SC, 16 de agosto de 2017.
Registre-se e Publique-se
ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matrícula nº 10662-3

PORTARIA 531/2017

PORTARIA N. 531, DE 16 DE AGOSTO DE 2017

Dispõe sobre a concessão de Licença para Tratamento de Saúde a servidor público municipal, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 57, VII da Lei Orgânica Municipal, e o art. 70 da Lei Complementar 011/2002;

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, à

servidora pública municipal, ANDRÉIA ZANELLA VOGT MOREIRA, matrícula nº 1764-7, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, a partir de 15 de agosto de 2017, pelo período de 30 (trinta) dias, conforme Atestado Médico.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 15/08/2017.

Campo Erê/SC, 16 de agosto de 2017.

Registre-se e Publique-se
ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matrícula nº 10662-3

PORTARIA 532/2017

PORTARIA N. 532, DE 17 DE AGOSTO DE 2017

Dispõe sobre a contratação de servidor público municipal, por tempo determinado para atender situação de excepcional interesse público, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 57, VII da Lei Orgânica Municipal;

Considerando o disposto na Lei Complementar nº 076/2015;
Considerando o resultado final do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2017, homologado pelo Decreto 1.144, de 17 de fevereiro de 2017;

RESOLVE

Art. 1º. CONTRATAR por tempo determinado e por excepcional interesse público, CLELIA GOMES WERNER, para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com lotação na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, no período compreendido de 17/08/2017 à 12/09/2017.
Parágrafo único. O contratado, terá prazo de 10 (dez) dias a contar da publicação deste ato para a apresentação da documentação para o ingresso no cargo, sob pena de anulação do mesmo.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê/SC, 17 de agosto de 2017.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matrícula nº 10662-3

PORTARIA 533/2017

PORTARIA N. 533, DE 18 DE AGOSTO DE 2017

Dispõe sobre a contratação de servidor público municipal, por tempo determinado para atender situação de excepcional interesse público, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 57, VII da Lei Orgânica Municipal;

Considerando o disposto na Lei Complementar nº 076/2015;
Considerando o resultado final do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2017, homologado pelo Decreto 1.144, de 17 de fevereiro de 2017;

Considerando a necessidade urgente da manutenção da contratação de Professor de Educação Infantil substituto, no período da Licença para Tratamento de Saúde concedida legalmente à servidora Cleuza Ines Lazarini Bodanese;

RESOLVE

Art. 1º. CONTRATAR por tempo determinado e por excepcional interesse público, VANCREIA LEITE, para o cargo de Professor de Educação Infantil – Habilitado, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com lotação na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, no período compreendido de 03/08/2017 à 17/08/2017.
Parágrafo único. O contratado, terá prazo de 10 (dez) dias a contar da publicação deste ato para a apresentação da documentação para o ingresso no cargo, sob pena de anulação do mesmo.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 03/08/2017.

Campo Erê/SC, 18 de agosto de 2017.

Registre-se e Publique-se
ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matrícula nº 10662-3

PORTARIA 534/2017

PORTARIA N. 534, DE 18 DE AGOSTO DE 2017

Dispõe sobre a concessão de Licença para Tratamento de Saúde a servidor público municipal, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 57, VII da Lei Orgânica Municipal, e o art. 70 da Lei Complementar 011/2002;

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, ao servidor público municipal, MILTON JOSÉ STAUDT, matrícula nº 9415, ocupante do cargo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura e Infraestrutura Rural, a partir de 08 de agosto de 2017, pelo período de 60 (sessenta) dias, conforme Atestado Médico.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 08/08/2017.

Campo Erê/SC, 18 de agosto de 2017.

Registre-se e Publique-se
ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matrícula nº 10662-3

PORTARIA 535/2017

PORTARIA N. 535, DE 18 DE AGOSTO DE 2017

Dispõe sobre a concessão de Licença para Tratamento de Saúde a servidor público municipal, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 57, VII da Lei Orgânica Municipal, e o art. 70 da Lei Complementar 011/2002;

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, à servidora pública municipal, JOELETE MARLISE HAHN, matrícula nº 11284-4, ocupante do cargo de Professor de Ensino Fundamental, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, a partir de 14 de agosto de 2017, pelo período de 15 (quinze) dias, conforme Atestado Médico.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 14/08/2017.

Campo Erê/SC, 18 de agosto de 2017.

Registre-se e Publique-se
ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matrícula nº 10662-3

PORTARIA 536/2017

PORTARIA N. 536, DE 18 DE AGOSTO DE 2017

Dispõe sobre a concessão de Licença para Tratamento de Saúde a servidor público municipal, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 57, VII da Lei Orgânica Municipal, e o art. 70 da Lei Complementar 011/2002;

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, à servidora pública municipal, IVANI DE F. DOS PASSOS MARQUES, matrícula nº 11208-9, ocupante do cargo de Professor de Educação Infantil, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, a partir de 11 de agosto de 2017, pelo período de 15 (quinze) dias, conforme Atestado Médico.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

retroagindo seus efeitos à 11/08/2017.

Campo Erê/SC, 18 de agosto de 2017.

Registre-se e Publique-se
ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matrícula nº 10662-3

PORTARIA 537/2017

PORTARIA N. 537, DE 18 DE AGOSTO DE 2017

Dispõe sobre a concessão de Licença para Tratamento de Saúde a servidor público municipal, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 57, VII da Lei Orgânica Municipal, e o art. 70 da Lei Complementar 011/2002;

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, à servidora pública municipal, ANDREIA ZANELA VOGT MOREIRA, matrícula nº 1764-7, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, a partir de 15 de agosto de 2017, pelo período de 30 (trinta) dias, conforme Atestado Médico.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 15/08/2017.

Campo Erê/SC, 18 de agosto de 2017.

Registre-se e Publique-se
ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matrícula nº 10662-3

PORTARIA 538/2017

PORTARIA N. 538, DE 18 DE AGOSTO DE 2017

Dispõe sobre a concessão de Licença para Tratamento de Saúde a servidor público municipal, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 57, VII da Lei Orgânica Municipal, e o art. 70 da Lei Complementar 011/2002;

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, à servidora pública municipal, ROZELI DE FREITAS MEDEIROS, matrícula nº 10236-9, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, a partir de 16 de agosto de 2017, pelo período de 15 (quinze) dias, conforme Atestado Médico.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 16/08/2017.

Campo Erê/SC, 18 de agosto de 2017.

Registre-se e Publique-se
ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matrícula nº 10662-3

PORTARIA 539/2017

PORTARIA N. 539, DE 18 DE AGOSTO DE 2017

Dispõe sobre a concessão de Licença para Tratamento de Saúde a servidor público municipal, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 57, VII da Lei Orgânica Municipal, e o art. 70 da Lei Complementar 011/2002;

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, à servidora pública municipal, CLEUZA INES LANZARINI BODANESE, matrícula nº 105210, ocupante do cargo de Professor de Educação Infantil, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, a partir de 18 de agosto de 2017, pelo período de 60 (sessenta) dias, conforme Atestado Médico.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê/SC, 18 de agosto de 2017.

Registre-se e Publique-se
ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matrícula nº 10662-3

PORTARIA 540/2017

PORTARIA N. 540, DE 21 DE AGOSTO DE 2017

Dispõe sobre a prorrogação da contratação de servidor público municipal, por tempo determinado para atender situação de excepcional interesse público, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 57, VII da Lei Orgânica Municipal;

Considerando o disposto na Lei Complementar nº 076/2015;
Considerando o resultado final do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2017, homologado pelo Decreto 1.144, de 17 de fevereiro de 2017;

Considerando a necessidade urgente da manutenção da contratação de Professor de Educação Infantil substituto, no período do afastamento para tratamento de saúde, concedido legalmente pela

perícia do INSS, à servidora Cleuza Ines Lanzarini Bodanese;

RESOLVE

Art. 1º. PRORROGAR por tempo determinado e por excepcional interesse público, a contratação de VANCREIA LEITE, para o cargo de Professor de Educação Infantil – Habilitado, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com lotação na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, pelo período de 60 (sessenta) dias, a partir de 18/08/2017.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 18/08/2017.

Campo Erê/SC, 21 de agosto de 2017.

Registre-se e Publique-se
ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matrícula nº 10662-3

PORTARIA 541/2017

PORTARIA N. 541, DE 21 DE AGOSTO DE 2017

Dispõe sobre a reposição ao erário de valores recebidos indevidamente, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso VII, do artigo 57, da Lei Orgânica Municipal, e o § 2º. do Art. 44 da Lei Complementar n.º 011/2002;

Considerando a faculdade estatutária de reposição ao erário em decorrência de recebimento indevido por servidor municipal;
Considerando que a servidora Taina Cristina Frandaloso Dal Pra recebeu indevidamente a importância de R\$ 487,35;
Considerando o levantamento da Diretoria de Gestão de Pessoas, apurando o valor recebido indevidamente, a notificação à servidora e a manifestação da mesma;
Considerando o que dispõe o art. 44 da Lei Complementar nº 11/2002, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE

Art. 1º. A reposição ao erário público, referente aos valores pagos indevidamente à servidor público municipal, nos meses de março e abril de 2017, na folha de pagamento da servidora pública municipal TAINA CRISTINA FRANDALOSO DAL PRA, dar-se-à a partir de agosto de 2017, no montante de R\$ 487,35 (quatrocentos e oitenta e sete reais e trinta e cinco centavos), em 05 (cinco) parcelas mensais e sucessivas, no valor de R\$ 97,47 (noventa e sete reais e quarenta e sete centavos) cada uma.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê/SC, 21 de agosto de 2017.

Registre-se e Publique-se
ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matrícula nº 10662-3

PORTARIA 542/2017

PORTARIA N. 542, DE 21 DE AGOSTO DE 2017

Dispõe sobre a reposição ao erário de valores recebidos indevidamente, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso VII, do artigo 57, da Lei Orgânica Municipal, e o § 2º. do Art. 44 da Lei Complementar n.º 011/2002;

Considerando a faculdade estatutária de reposição ao erário em decorrência de recebimento indevido por servidor municipal;

Considerando que a servidora Juliana Mazotti dos Santos, recebeu indevidamente a importância de R\$ 436,78;

Considerando o levantamento da Diretoria de Gestão de Pessoas, apurando o valor recebido indevidamente, a notificação à servidora e a manifestação da mesma;

Considerando o que dispõe o art. 44 da Lei Complementar nº 11/2002, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE

Art. 1º. A reposição ao erário público, referente aos valores pagos indevidamente à servidor público municipal, nos meses de fevereiro, março e abril de 2017, na folha de pagamento da servidora pública municipal JULIANA MAZOTTI DOS SANTOS, dar-se-à a partir de agosto de 2017, no montante de R\$ 735,62 (setecentos e trinta e cinco reais e sessenta e dois centavos), em 05 (cinco) parcelas mensais e sucessivas, no valor de R\$ 147,12 (cento e quarenta e sete reais e doze centavos) cada uma.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê/SC, 21 de agosto de 2017.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matrícula nº 10662-3

PORTARIA 543/2017

PORTARIA N. 543, DE 21 DE AGOSTO DE 2017

Dispõe sobre a reposição ao erário de valores recebidos indevidamente, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso VII, do artigo 57, da Lei Orgânica Municipal, e o § 2º. do Art. 44 da Lei Complementar n.º 011/2002;

Considerando a faculdade estatutária de reposição ao erário em decorrência de recebimento indevido por servidor municipal;

Considerando que a servidora Gizeli Molinett, recebeu indevidamente a importância de R\$ 582,36;

Considerando o levantamento da Diretoria de Gestão de Pessoas, apurando o valor recebido indevidamente, a notificação à servidora e a manifestação da mesma;

Considerando o que dispõe o art. 44 da Lei Complementar nº 11/2002, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE

Art. 1º. A reposição ao erário público, referente aos valores pagos indevidamente à servidor público municipal, nos meses de março e abril de 2017, na folha de pagamento da servidora pública municipal GIZELI MOLINETT, dar-se-à a partir de agosto de 2017, no montante de R\$ 582,36 (quinhentos e oitenta e dois reais e trinta e seis centavos), em 05 (cinco) parcelas mensais e sucessivas, no valor de R\$ 116,47 (cento e dezesseis reais e quarenta e sete centavos) cada uma.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê/SC, 21 de agosto de 2017.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matrícula nº 10662-3

PORTARIA 544/2017

PORTARIA N. 544, DE 21 DE AGOSTO DE 2017

Dispõe sobre a reposição ao erário de valores recebidos indevidamente, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso VII, do artigo 57, da Lei Orgânica Municipal, e o § 2º. do Art. 44 da Lei Complementar n.º 011/2002;

Considerando a faculdade estatutária de reposição ao erário em decorrência de recebimento indevido por servidor municipal;

Considerando que a servidora Franciele Paza Rodrigues de Almeida, recebeu indevidamente a importância de R\$ 1.057,48;

Considerando o levantamento da Diretoria de Gestão de Pessoas, apurando o valor recebido indevidamente, a notificação à servidora e a manifestação da mesma;

Considerando o que dispõe o art. 44 da Lei Complementar nº 11/2002, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE

Art. 1º. A reposição ao erário público, referente aos valores pagos indevidamente à servidor público municipal, nos meses de fevereiro, março e abril de 2017, na folha de pagamento da servidora pública municipal FRANCIELE PAZA RODRIGUES DE ALMEIDA, dar-se-à a partir de agosto de 2017, no montante de R\$ 1.057,48 (mil e cinquenta e sete reais e quarenta e oito centavos), em 05 (cinco) parcelas mensais e sucessivas, no valor de R\$ 211,49 (duzentos e onze reais e quarenta e nove centavos) cada uma.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê/SC, 21 de agosto de 2017.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matrícula nº 10662-3

PORTARIA 545/2017

PORTARIA N. 545, DE 21 DE AGOSTO DE 2017

Dispõe sobre a reposição ao erário de valores recebidos indevidamente, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso VII, do artigo 57, da Lei Orgânica Municipal, e o § 2º. do Art. 44 da Lei Complementar n.º 011/2002;

Considerando a faculdade estatutária de reposição ao erário em decorrência de recebimento indevido por servidor municipal;

Considerando que a servidora Ana Paula Americo do Amaral, recebeu indevidamente a importância de R\$ 858,21;

Considerando o levantamento da Diretoria de Gestão de Pessoas, apurando o valor recebido indevidamente, a notificação à servidora e a manifestação da mesma;

Considerando o que dispõe o art. 44 da Lei Complementar nº 11/2002, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE

Art. 1º. A reposição ao erário público, referente aos valores pagos indevidamente à servidor público municipal, nos meses de março e abril de 2017, na folha de pagamento da servidora pública municipal ANA PAULA AMERICO DO AMARAL, dar-se-à a partir de agosto de 2017, no montante de R\$ 858,21 (oitocentos e cinquenta e oito reais e vinte e um centavos), em 05 (cinco) parcelas mensais e sucessivas, no valor de R\$ 171,64 (cento e setenta e um reais e sessenta e quatro centavos) cada uma.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê/SC, 21 de agosto de 2017.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matrícula nº 10662-3

PORTARIA 546/2017

PORTARIA N. 546, DE 21 DE AGOSTO DE 2017

Dispõe sobre a reposição ao erário de valores recebidos indevidamente, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso VII, do artigo 57, da Lei Orgânica Municipal, e o § 2º. do Art. 44 da Lei Complementar n.º 011/2002;

Considerando a faculdade estatutária de reposição ao erário em decorrência de recebimento indevido por servidor municipal;

Considerando que a servidora Cleosi Derussi, recebeu indevidamente a importância de R\$ 1.057,48;

Considerando o levantamento da Diretoria de Gestão de Pessoas, apurando o valor recebido indevidamente, a notificação à servidora e a manifestação da mesma;

Considerando o que dispõe o art. 44 da Lei Complementar nº 11/2002, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE

Art. 1º. A reposição ao erário público, referente aos valores pagos indevidamente à servidor público municipal, nos meses de fevereiro, março e abril de 2017, na folha de pagamento da servidora pública municipal CLEOSI DERUSSI, dar-se-à a partir de agosto de 2017, no montante de R\$ 1.057,48 (mil e cinquenta e sete reais e quarenta e oito centavos), em 05 (cinco) parcelas mensais e sucessivas, no valor de R\$ 211,49 (duzentos e onze reais e quarenta e nove centavos) cada uma.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê/SC, 21 de agosto de 2017.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matrícula nº 10662-3

PORTARIA 547/2017

PORTARIA N. 547, DE 21 DE AGOSTO DE 2017

Dispõe sobre a reposição ao erário de valores recebidos indevidamente, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso VII, do artigo 57, da Lei Orgânica Municipal, e o § 2º. do Art. 44 da Lei Complementar n.º 011/2002;

Considerando a faculdade estatutária de reposição ao erário em decorrência de recebimento indevido por servidor municipal;

Considerando que o servidor Antonio Carlos Zitikoski, recebeu indevidamente a importância de R\$ 1.057,48;

Considerando o levantamento da Diretoria de Gestão de Pessoas, apurando o valor recebido indevidamente, a notificação à servidora e a manifestação da mesma;

Considerando o que dispõe o art. 44 da Lei Complementar nº 11/2002, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE

Art. 1º. A reposição ao erário público, referente aos valores pagos indevidamente à servidor público municipal, nos meses de fevereiro, março e abril de 2017, na folha de pagamento do servidor público municipal ANTONIO CARLOS ZITIKOSKI, dar-se-à a partir de agosto de 2017, no montante de R\$ 1.057,48 (mil e cinquenta e sete reais e quarenta e oito centavos), em 05 (cinco) parcelas mensais e sucessivas, no valor de R\$ 211,49 (duzentos e onze reais e quarenta e nove centavos) cada uma.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê/SC, 21 de agosto de 2017.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matrícula nº 10662-3

PORTARIA 548/2017

PORTARIA N. 548, DE 21 DE AGOSTO DE 2017

Dispõe sobre a reposição ao erário de valores recebidos indevidamente, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso VII, do artigo 57, da Lei Orgânica Municipal, e o § 2º. do Art. 44 da Lei Complementar n.º 011/2002;

Considerando a faculdade estatutária de reposição ao erário em decorrência de recebimento indevido por servidor municipal;

Considerando que o servidor Fernando Escoval, recebeu indevidamente a importância de R\$ 1.057,48;

Considerando o levantamento da Diretoria de Gestão de Pessoas, apurando o valor recebido indevidamente, a notificação à servidora e a manifestação da mesma;

Considerando o que dispõe o art. 44 da Lei Complementar nº 11/2002, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE

Art. 1º. A reposição ao erário público, referente aos valores pagos indevidamente à servidor público municipal, nos meses de fevereiro, março e abril de 2017, na folha de pagamento do servidor público municipal FERNANDO ESCOVAL, dar-se-à a partir de agosto de 2017, no montante de R\$ 1.057,48 (mil e cinquenta e sete reais e quarenta e oito centavos), em 05 (cinco) parcelas mensais e sucessivas, no valor de R\$ 211,49 (duzentos e onze reais e quarenta e nove centavos) cada uma.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê/SC, 21 de agosto de 2017.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matrícula nº 10662-3

PORTARIA 549/2017

PORTARIA N. 549, DE 21 DE AGOSTO DE 2017

Dispõe sobre a reposição ao erário de valores recebidos indevidamente, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso VII, do artigo 57, da Lei Orgânica Municipal, e o § 2º. do Art. 44 da Lei Complementar n.º 011/2002;

Considerando a faculdade estatutária de reposição ao erário em decorrência de recebimento indevido por servidor municipal;

Considerando que o servidor Jean Michael de Oliveira, recebeu indevidamente a importância de R\$ 1.057,48;

Considerando o levantamento da Diretoria de Gestão de Pessoas, apurando o valor recebido indevidamente, a notificação à servidora

e a manifestação da mesma;

Considerando o que dispõe o art. 44 da Lei Complementar nº 11/2002, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE

Art. 1º. A reposição ao erário público, referente aos valores pagos indevidamente à servidor público municipal, nos meses de fevereiro, março e abril de 2017, na folha de pagamento do servidor público municipal JEAN MICHAEL DE OLIVEIRA, dar-se-à a partir de agosto de 2017, no montante de R\$ 1.057,48 (mil e cinquenta e sete reais e quarenta e oito centavos), em 05 (cinco) parcelas mensais e sucessivas, no valor de R\$ 211,49 (duzentos e onze reais e quarenta e nove centavos) cada uma.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê/SC, 21 de agosto de 2017.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matrícula nº 10662-3

PORTARIA 550/2017

PORTARIA N. 550, DE 21 DE AGOSTO DE 2017

Dispõe sobre a reposição ao erário de valores recebidos indevidamente, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso VII, do artigo 57, da Lei Orgânica Municipal, e o § 2º. do Art. 44 da Lei Complementar n.º 011/2002;

Considerando a faculdade estatutária de reposição ao erário em decorrência de recebimento indevido por servidor municipal;

Considerando que o servidor Maicon Reni Aurelio, recebeu indevidamente a importância de R\$ 1.057,48;

Considerando o levantamento da Diretoria de Gestão de Pessoas, apurando o valor recebido indevidamente, a notificação à servidora e a manifestação da mesma;

Considerando o que dispõe o art. 44 da Lei Complementar nº 11/2002, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE

Art. 1º. A reposição ao erário público, referente aos valores pagos indevidamente à servidor público municipal, nos meses de fevereiro, março e abril de 2017, na folha de pagamento do servidor público municipal MAICON RENI AURELIO, dar-se-à a partir de agosto de 2017, no montante de R\$ 1.057,48 (mil e cinquenta e sete reais e quarenta e oito centavos), em 05 (cinco) parcelas mensais e sucessivas, no valor de R\$ 211,49 (duzentos e onze reais e quarenta e nove centavos) cada uma.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê/SC, 21 de agosto de 2017.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ

Assistente Administrativo

Matrícula nº 10662-3

PORTARIA 551/2017

PORTARIA N. 551, DE 21 DE AGOSTO DE 2017

Dispõe sobre a reposição ao erário de valores recebidos indevidamente, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso VII, do artigo 57, da Lei Orgânica Municipal, e o § 2º. do Art. 44 da Lei Complementar n.º 011/2002;

Considerando a faculdade estatutária de reposição ao erário em decorrência de recebimento indevido por servidor municipal;

Considerando que o servidor Luiz Esser, recebeu indevidamente a importância de R\$ 1.057,48;

Considerando o levantamento da Diretoria de Gestão de Pessoas, apurando o valor recebido indevidamente, a notificação à servidora e a manifestação da mesma;

Considerando o que dispõe o art. 44 da Lei Complementar nº 11/2002, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE

Art. 1º. A reposição ao erário público, referente aos valores pagos indevidamente à servidor público municipal, nos meses de fevereiro, março e abril de 2017, na folha de pagamento do servidor público municipal LUIZ ESSER, dar-se-à a partir de agosto de 2017, no montante de R\$ 1.057,48 (mil e cinquenta e sete reais e quarenta e oito centavos), em 05 (cinco) parcelas mensais e sucessivas, no valor de R\$ 211,49 (duzentos e onze reais e quarenta e nove centavos) cada uma.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê/SC, 21 de agosto de 2017.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ

Assistente Administrativo

Matrícula nº 10662-3

PORTARIA 552/2017

PORTARIA N. 552, DE 21 DE AGOSTO DE 2017

Dispõe sobre a reposição ao erário de valores recebidos indevidamente, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso VII, do artigo 57, da Lei Orgânica Municipal, e o § 2º. do Art. 44 da Lei Complementar n.º 011/2002;

Considerando a faculdade estatutária de reposição ao erário em decorrência de recebimento indevido por servidor municipal;

Considerando que o servidor Rafael Alves da Silva, recebeu indevidamente a importância de R\$ 1.057,48;

Considerando o levantamento da Diretoria de Gestão de Pessoas, apurando o valor recebido indevidamente, a notificação à servidora e a manifestação da mesma;

Considerando o que dispõe o art. 44 da Lei Complementar nº 11/2002, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE

Art. 1º. A reposição ao erário público, referente aos valores pagos indevidamente à servidor público municipal, nos meses de fevereiro, março e abril de 2017, na folha de pagamento do servidor público municipal RAFAEL ALVES DA SILVA, dar-se-à a partir de agosto de 2017, no montante de R\$ 1.057,48 (mil e cinquenta e sete reais e quarenta e oito centavos), em 05 (cinco) parcelas mensais e sucessivas, no valor de R\$ 211,49 (duzentos e onze reais e quarenta e nove centavos) cada uma.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê/SC, 21 de agosto de 2017.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ

Assistente Administrativo

Matrícula nº 10662-3

PORTARIA 553/2017

PORTARIA N. 553, DE 21 DE AGOSTO DE 2017

Dispõe sobre a reposição ao erário de valores recebidos indevidamente, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso VII, do artigo 57, da Lei Orgânica Municipal, e o § 2º. do Art. 44 da Lei Complementar n.º 011/2002;

Considerando a faculdade estatutária de reposição ao erário em decorrência de recebimento indevido por servidor municipal;

Considerando que o servidor Nilmar Cadore, recebeu indevidamente a importância de R\$ 842,89;

Considerando o levantamento da Diretoria de Gestão de Pessoas, apurando o valor recebido indevidamente, a notificação à servidora e a manifestação da mesma;

Considerando o que dispõe o art. 44 da Lei Complementar nº 11/2002, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE

Art. 1º. A reposição ao erário público, referente aos valores pagos indevidamente à servidor público municipal, nos meses de fevereiro, março e abril de 2017, na folha de pagamento do servidor público municipal NILMAR CADORE, dar-se-à a partir de agosto de 2017, no montante de R\$ 842,89 (oitocentos e quarenta e dois reais e oitenta e nove centavos), em 03 (três) parcelas mensais e sucessivas, sendo 02 parcelas no valor de R\$ 379,30 (trezentos e setenta e nove reais e trinta centavos) cada, e 01 parcela no valor de R\$ 84,29 (oitenta e quatro reais e vinte e nove centavos).

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê/SC, 21 de agosto de 2017.
Registre-se e Publique-se
ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matrícula nº 10662-3

PORTARIA 554/2017

PORTARIA N. 554, DE 21 DE AGOSTO DE 2017

Dispõe sobre a reposição ao erário de valores recebidos indevidamente, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso VII, do artigo 57, da Lei Orgânica Municipal, e o § 2º. do Art. 44 da Lei Complementar n.º 011/2002;

Considerando a faculdade estatutária de reposição ao erário em decorrência de recebimento indevido por servidor municipal;
Considerando que o servidor Juliano WARTA, recebeu indevidamente a importância de R\$ 858,21;
Considerando o levantamento da Diretoria de Gestão de Pessoas, apurando o valor recebido indevidamente, a notificação à servidora e a manifestação da mesma;
Considerando o que dispõe o art. 44 da Lei Complementar nº 11/2002, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE

Art. 1º. A reposição ao erário público, referente aos valores pagos indevidamente à servidor público municipal, nos meses de março e abril de 2017, na folha de pagamento do servidor público municipal JULIANO WARTA, dar-se-á a partir de agosto de 2017, no montante de R\$ 858,21 (oitocentos e cinquenta e oito reais e vinte e um centavos), em 05 (cinco) parcelas mensais e sucessivas, no valor de R\$ 171,64 (cento e setenta e um reais e sessenta e quatro centavos) cada uma.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê/SC, 21 de agosto de 2017.
Registre-se e Publique-se
ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matrícula nº 10662-3

PORTARIA 555/2017

PORTARIA N. 555, DE 21 DE AGOSTO DE 2017

Dispõe sobre a reposição ao erário de valores recebidos indevidamente, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso VII, do artigo 57, da Lei Orgânica Municipal, e o § 2º. do Art. 44 da Lei Complementar n.º 011/2002;

Considerando a faculdade estatutária de reposição ao erário em decorrência de recebimento indevido por servidor municipal;
Considerando que o servidor Felipe Martins Schmatz, recebeu indevidamente a importância de R\$ 858,21;
Considerando o levantamento da Diretoria de Gestão de Pessoas, apurando o valor recebido indevidamente, a notificação à servidora e a manifestação da mesma;
Considerando o que dispõe o art. 44 da Lei Complementar nº 11/2002, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE

Art. 1º. A reposição ao erário público, referente aos valores pagos indevidamente à servidor público municipal, nos meses de março e abril de 2017, na folha de pagamento do servidor público municipal FELIPE MARTINS SCHMATZ, dar-se-á a partir de agosto de 2017, no montante de R\$ 858,21 (oitocentos e cinquenta e oito reais e vinte e um centavos), em 05 (cinco) parcelas mensais e sucessivas, no valor de R\$ 171,64 (cento e setenta e um reais e sessenta e quatro centavos) cada uma.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê/SC, 21 de agosto de 2017.
Registre-se e Publique-se
ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matrícula nº 10662-3

PORTARIA 556/2017

PORTARIA N. 556, DE 21 DE AGOSTO DE 2017

Dispõe sobre a exoneração a pedido de servidor público municipal, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 75, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal, e o Art. 35 da Lei Complementar n. 11/2002 e posteriores alterações;

RESOLVE

Art. 1º. EXONERAR À PEDIDO, LUIZ ESSER, matrícula nº 11196-1, ocupante do cargo de Professor de Educação Física, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, a partir de 18 de agosto de 2017.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 18/08/2017.

Campo Erê/SC, 21 de agosto de 2017.
Registre-se e Publique-se
ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matrícula nº 10662-3

PORTARIA 557/2017

PORTARIA N. 557, DE 21 DE AGOSTO DE 2017

Dispõe sobre a contratação de servidor público municipal, por tempo determinado para atender situação de excepcional interesse público, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 57, VII da Lei Orgânica Municipal;

Considerando o disposto na Lei Complementar nº 076/2015;

Considerando o resultado final do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2017, homologado pelo Decreto 1.144, de 17 de fevereiro de 2017;

Considerando a necessidade urgente da manutenção da contratação de Professor de Educação Física, em decorrência do pedido de exoneração do servidor Luiz Esser;

RESOLVE

Art. 1º. CONTRATAR por tempo determinado e por excepcional interesse público, ANDREIA VENÂNCIO PEREIRA, para o cargo de Professor de Educação Física – Não Habilitado, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com lotação na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, no período compreendido de 21/08/2017 à 15/12/2017.

Parágrafo único. O contratado, terá prazo de 10 (dez) dias a contar da publicação deste ato para a apresentação da documentação para o ingresso no cargo, sob pena de anulação do mesmo.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê/SC, 21 de agosto de 2017.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ

Assistente Administrativo

Matrícula nº 10662-3

PORTARIA 558/2017

PORTARIA N. 558, DE 21 DE AGOSTO DE 2017

Dispõe sobre a exoneração a pedido de servidor público municipal, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 75, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal, e o Art. 35 da Lei Complementar n. 11/2002 e posteriores alterações;

RESOLVE

Art. 1º. EXONERAR À PEDIDO, DIRCE MARIA JACOVAS CORREA ROCHA, matrícula nº 111791, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Geras, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, a partir de 18 de agosto de 2017.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 18/08/2017.

Campo Erê/SC, 21 de agosto de 2017.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ

Assistente Administrativo

Matrícula nº 10662-3

PORTARIA 559/2017

PORTARIA N. 559, DE 22 DE AGOSTO DE 2017

Dispõe sobre a remoção de ofício de servidor público municipal, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, VII da Lei Orgânica Municipal, o artigo 37, da Lei Complementar nº. 011/2002, e posteriores alterações;

RESOLVE

Art. 1º. REMOVER por necessidade e conveniência da Administração Pública, o servidor público municipal EVANIEL GUZATTI, matrícula nº 1233-5, ocupante do cargo de Monitor Social, da Secretaria Municipal de Assistência Social, para o Gabinete do Prefeito – Diretoria de Esportes e Juventude, a partir dessa data.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê/SC, 22 de agosto de 2017.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ

Assistente Administrativo

Matrícula nº 10662-3

PORTARIA 560/2017

PORTARIA N. 560, DE 22 DE AGOSTO DE 2017

Dispõe sobre a concessão de Licença Prêmio à servidor público municipal, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, VII da Lei Orgânica Municipal, e o artigo 65 da Lei Complementar nº 011/2002; e a Lei Complementar n. 077/2015;

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PRÊMIO ao servidor público municipal ODENIR MAFISSONI, matrícula nº 1046-4, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, lotado no Gabinete de Planejamento e Gestão, relativo ao período efetivo e averbado até 12/02/2017, pelo período de 90 (noventa) dias, a partir de 01/09/2017.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê/SC, 22 de agosto de 2017.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matrícula nº 10662-3

PORTARIA 561/2017

PORTARIA N. 561, DE 23 DE AGOSTO DE 2017

Dispõe sobre a prorrogação da contratação de servidor público municipal, por tempo determinado para atender situação de excepcional interesse público, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 57, VII da Lei Orgânica Municipal;
Considerando o disposto na Lei Complementar nº 076/2015;
Considerando o resultado final do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2017, homologado pelo Decreto 1.144, de 17 de fevereiro de 2017;
Considerando a necessidade urgente da manutenção da contratação de Professor de Educação Infantil substituto, no período da Licença Prêmio concedido legalmente à servidora Silvia S. Bombieri;

RESOLVE

Art. 1º. PRORROGAR por tempo determinado e por excepcional interesse público, a contratação de ELOÁ DE CASTRO HERBERTS, ocupante do cargo de Professor de Educação Infantil – Habilitado, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com lotação na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, pelo período de 20/08/2017 à 20/11/2017

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 20/08/2017.

Campo Erê/SC, 23 de agosto de 2017.
Registre-se e Publique-se
ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matrícula nº 10662-3

PORTARIA 562/2017

PORTARIA N. 562, DE 23 DE AGOSTO DE 2017

Dispõe sobre a concessão de Gratificação por Atividade Especial de Transporte Escolar à servidor público municipal, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, VII da Lei Orgânica Municipal, e a Lei Complementar nº. 012/2002, alterada pela Subseção IV, na Seção III, do capítulo I, do Título II e do art. 19-A, § 1º, § 2º, § 3º, § 4º e § 5º da Lei Complementar nº 066/2013;

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER GRATIFICAÇÃO POR ATIVIDADE ESPECIAL DE

TRANSPORTE ESCOLAR – GAETE 1, ao servidor público municipal ANTONIO DE CASTRO, matrícula nº 106810, ocupante do cargo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, por cumprir tripla jornada de trabalho, a partir de 01/08/2017.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 01/08/2017.

Campo Erê/SC, 23 de agosto de 2017.
Registre-se e Publique-se
ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matrícula nº 10662-3

PORTARIA 563/2017

PORTARIA N. 563, DE 23 DE AGOSTO DE 2017

Dispõe sobre a concessão de Licença Prêmio à servidor público municipal, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, VII da Lei Orgânica Municipal, e o artigo 65 da Lei Complementar nº 011/2002; e a Lei Complementar n. 077/2015;

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PRÊMIO à servidora pública municipal LYA CHRISTINA SOARES RAIMONDI, matrícula nº 10476-0, ocupante do cargo de Odontólogo, lotado na Secretaria Municipal de saúde Pública, relativo ao período efetivo de 2012/2016, pelo período de 60 (sessenta) dias, a partir de 29/09/2017.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê/SC, 23 de agosto de 2017.
Registre-se e Publique-se
ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matrícula nº 10662-3

PORTARIA 564/2017

PORTARIA N. 564, DE 23 DE AGOSTO DE 2017

Dispõe sobre a concessão de Licença Prêmio à servidor público municipal, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, VII da Lei Orgânica Municipal, e o artigo 65 da Lei Complementar nº 011/2002; e a Lei Complementar n. 077/2015;

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PRÊMIO à servidora pública municipal LYA CHRISTINA SOARES RAIMONDI, matrícula nº 10476-0, ocupante do cargo de Odontólogo, lotado na Secretaria Municipal de saúde Pública, relativo ao período efetivo de 2012/2016, pelo período de 30 (trinta) dias, a partir de 29/12/2017.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê/SC, 23 de agosto de 2017.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ

Assistente Administrativo

Matrícula nº 10662-3

PORTARIA 565/2017

PORTARIA N. 565, DE 23 DE AGOSTO DE 2017

Dispõe sobre a concessão de Licença Prêmio à servidor público municipal, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, VII da Lei Orgânica Municipal, e o artigo 65 da Lei Complementar nº 011/2002; e a Lei Complementar n. 077/2015;

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PRÊMIO à servidora pública municipal ELIANA MARTHA LOPES, matrícula nº 1803-1, ocupante do cargo de Psicólogo, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, relativo ao período efetivo de 2012/2017, pelo período de 90 (noventa) dias, a partir de 02/10/2017.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê/SC, 23 de agosto de 2017.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ

Assistente Administrativo

Matrícula nº 10662-3

TERMO DE RATIFICAÇÃO DISP. JUST. N. 01/2017/ CRESIM

CONSORCIO DA REG DO RIO SARGENTO DE INTEGRAÇÃO MUNICIPAL- CRESIM

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 04/2017

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2017

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato da COMISSÃO DE LICITAÇÕES que dispensou a Licitação com fundamento na Lei Federal nº 8.666/93, suas respectivas alterações e demais legislações aplicáveis:

a) Dispensa de Licitação Nº 01/2017.

b) Objeto: Aquisição de ar condicionado para a Casa Lar, tendo em vista o melhor atendimento aos acolhidos e funcionários da Casa Lar.

c) Contratada: EDIR ABRAHAO DE COSTA ME.

Valor: R\$ 2.400,00 (dois mil, e quatrocentos reais);

Publique-se.

Campo Erê, SC, 24 de agosto de 2017.

ODILSON VICENTE DE LIMA

Presidente.

Campos Novos

PREFEITURA

PORTARIA Nº 1756/17

PORTARIA Nº 1756/17 de 21/08/17

EXONERA A PEDIDO O (A) SERVIDOR (A) MALGARETE DE FATIMA FEZOLI ZOTTO

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Exonerar a pedido o (a) servidor (a) MALGARETE DE FATIMA FEZOLI ZOTTO do cargo de INSTRUTOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de Agosto de 2017.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 21 de Agosto de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1758/17

PORTARIA Nº 1758/17 de 21/08/17

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) ANA CAROLINA THIBES KEMER SPILMANN

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) ANA CAROLINA THIBES KEMER SPILMANN do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 16 de Agosto de 2017.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 21 de Agosto de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1759/17

PORTARIA Nº 1759/17 de 21/08/17

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ANA CAROLINA THIBES KEMER SPILMANN

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário ANA CAROLINA THIBES KEMER SPILMANN para exercer o cargo de PROFESSOR NÍVEL II com carga horária de 40 horas semanais. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 21 de Agosto de 2017

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1760/17

PORTARIA Nº 1760/17 DE 21/08/17

EXONERA POR FALECIMENTO O (A) APOSENTADO (A) LUCIDORIO PADILHA DOS SANTOS

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Exonerar por falecimento o (a) aposentado (a) LUCIDORIO PADILHA DOS SANTOS, conforme certidão de óbito nº 108357 01 55 2017 4 00027 042 0006872 75, retroagindo seus efeitos a 19 de Agosto de 2017.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 21 de Agosto de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1761/17

PORTARIA Nº 1761/17 DE 22/08/17

INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Art. 1º Instaurar o processo administrativo para apurar a responsabilidade da servidora ROSANA CANDIDA DE OLIVEIRA, considerando o relatório final da Comissão de Sindicância Nº 02/2017.

Art. 2º Nomear a comissão os seguintes servidores para, sob a presidência da primeira, comporem a comissão do presente processo administrativo disciplinar: SOLANGE APARECIDA NOHATTO, LÚCIA FRANCISCA DE OLIVEIRA e MAICOL MICHEL MOREIRA. A comissão terá um prazo de 30 (trinta) dias para apresentar relatório conclusivo dos trabalhos.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 22 de Agosto de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1762/17

PORTARIA Nº 1762/17 DE 22/08/17

INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Art. 1º Instaurar o processo administrativo para apurar a responsabilidade da servidora CLEUSA MARIA MACHADO DE ANDRADE, considerando o relatório final da Comissão de Sindicância Nº 03/2017.

Art. 2º Nomear a comissão os seguintes servidores para, sob a presidência da primeira, comporem a comissão do presente processo administrativo disciplinar: SOLANGE APARECIDA NOHATTO, LÚCIA FRANCISCA DE OLIVEIRA e MAICOL MICHEL MOREIRA. A comissão terá um prazo de 30 (trinta) dias para apresentar relatório conclusivo dos trabalhos.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 22 de Agosto de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1763/17

PORTARIA Nº 1763/17 DE 22/08/17

INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica, considerando o ofício Nº043/17 do Secretário de Transportes, Obras e Urbanismo e o Boletim de Ocorrência Nº 00013 – 2017 – 0002520,

RESOLVE:

Art. 1º Instaurar o processo administrativo para apurar fato ocorrido na data de 18/08/2017 nas dependências do prédio da Prefeitura Municipal de Campos Novos envolvendo os servidores GILBERTO DE OLIVEIRA e JOAO MARIA MORAES RIBEIRO JUNIOR.

Art. 2º A comissão permanente de processo administrativo nomeado pela Portaria nº 1371/17 de 16/05/17 terá um prazo de 60 (sessenta) dias para apresentar relatório conclusivo dos trabalhos.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 22 de Agosto de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1764/17

PORTARIA Nº 1764/17 DE 22/08/17

RETIFICA PORTARIA Nº 1743/17 DE 08/08/2017 QUE PRORROGOU O PRAZO PARA A CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO NOMEADO PELA PORTARIA Nº 1615/17 DE 11/07/2017.

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e considerando o requerimento da Comissão de Sindicância,

RESOLVE:

Art. 1º - Retificar a portaria Nº 1743/17, alterando a data de conclusão dos trabalhos de 20/07/2017 á 19/08/2017 para 10/08/2017 á 09/09/2017.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 22 de Agosto de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1765/17

PORTARIA Nº 1765/17 DE 22/08/2017

RETIFICA PORTARIA Nº 1744/17 DE 08/08/2017 QUE PROMOVEU ABERTURA DE SINDICÂNCIA.

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, Inciso VIII da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º. Retificar a portaria Nº 1765/17 que nomeou a comissão os seguintes servidores para, sob a presidência da primeira, comporem a comissão do presente processo administrativo disciplinar: Ana Paula da Silva Roveda, Luciane Gomes de Almeida, Marilice Pegorini Gauger e Thaíse dos Santos, alterando para Luciane Gomes de Almeida, Marilice Pegorini Gauger e Thaíse dos Santos.

Registre-se, Publique-se, Intime-se.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em 22 de Agosto de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 1766/17

PORTARIA N° 1766/17 de 24/08/17

AUTORIZA SERVIDOR A CONDUZIR VEÍCULOS OFICIAIS DA FROTA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e IX da Lei Orgânica, e considerando que eventualmente, na falta ou impedimentos de motoristas, obedecidas as exigências de habilitação, verifica-se a obrigatoriedade de serem autorizados como condutores outros servidores municipais, na condução de veículo oficial,

RESOLVE:

Art. 1º. Autorizar o (a) servidor (a) ÉLITON MARCIO ZANONI, portador da CNH nº04747692202, categoria AB, ocupante do cargo de PROFESSOR, do quadro de servidores contratados da Administração Direta Municipal, a conduzir eventualmente na data de 25/08/2017 veículos oficiais da frota da Prefeitura Municipal, a partir desta data.

Art. 2º. Esta Portaria entre em vigor na data de sua expedição, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 24 de Agosto de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 1767/17

PORTARIA N° 1767/17 de 24/08/17

DISPENSA SEM JUSTA CAUSA O (A) SERVIDOR (A) ALESSANDRO RODRIGUES DA SILVA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Dispensa sem justa causa o (a) servidor (a) ALESSANDRO RODRIGUES DA SILVA, do cargo de MOTORISTA, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 24 de Agosto de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro

Prefeito Municipal

RG 31_17 AQUISIÇÃO DE LÂMPADAS DE LED PARA MANUTENÇÃO DAS UNIDADES ESCOLARES DA ÁREA URBANA DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Página: 1/7

Processo Nº.: 99/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 61/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 31/2017

No dia 24 do mês de Agosto do ano de 2017, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 82.939.232/0001-74, com sede administrativa localizada na RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323, bairro CENTRO, CEP nº. 89620-000, nesta cidade de Campos Novos/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO, inscrito no CPF sob o nº. 871.581.759-87, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 61/2017, Processo Licitatório nº. 99/2017, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE LÂMPADAS DE LED PARA MANUTENÇÃO DAS UNIDADES ESCOLARES DA ÁREA URBANA DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
9110	CLAITON ELETRICIDADE COMERCIO DE MATERIAIS ELETRIC	
11278	CONDUX COM. DE MAT. E INST. ELETRICA LTDA-ME	
10467	JOSE THIAGO DE SOUZA 04935291958 - ME	
6187	JV COM. DE MAT.ELETRICOS E DECORACOES L.	
8922	LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME	
10191	PIATÁ COMERCIO DE PEÇAS LTDA	
10462	RAFAEL FELIPE FERREIRA DA SILVA - ME	
11672	SARA COMERCIO EIRELI - ME	3
8887	SO LUZ COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS E HIDRAULIC	2
11607	SOMA COMERCIO DE IMPORTACAO E EXPORTACAO DE TINTAS	

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
CLAITON ELETRICIDADE COMERCIO DE MATERIAIS ELETRI	07.955.338/0001-46	AGHATA LUIZA FERREIRA DA SILVA	105.211.809-70
CONDUX COM. DE MAT. E INST. ELETRICA LTDA-ME	03.362.244/0001-02	ANDRE LUIZ GRIGOLO	046.959.039-46
JOSE THIAGO DE SOUZA 04935291958 - ME	12.532.054/0001-87	JOSE THIAGO DE SOUZA	049.352.919-58
JV COM. DE MAT.ELETRICOS E DECORACOES L.	01.276.119/0001-54	LUCAS VITOR KRUTZMANN	097.903.899-57
LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME	07.336.749/0001-53	GILSON MALAQUIAS BATISTA	521.964.299-53
PIATÁ COMERCIO DE PEÇAS LTDA	08.932.456/0001-00	MARCOS AURELIO MIGLIOLLI	527.900.709-97
RAFAEL FELIPE FERREIRA DA SILVA - ME	13.709.256/0001-14	MONICA PEREIRA DA COSTA	082.044.829-06
SARA COMERCIO EIRELI - ME	26.230.554/0001-79	JEAN CARLOS MORAES	044.235.159-38
SO LUZ COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS E HIDRAULIC	07.038.642/0001-29	REINALDO ANGELO WAGNER	045.939.249-28
SOMA COMERCIO DE IMPORTACAO E EXPORTACAO DE TIN	26.044.069/0001-00	RAFAEL PITZ SILVEIRO	024.655.639-04

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:
REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE LÂMPADAS DE LED PARA MANUTENÇÃO DAS UNIDADES ESCOLARES DA ÁREA URBANA DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO
Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOSPágina: 2/7
Processo Nº.: 99/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 61/2017**Fornecedor: 8887 - SO LUZ COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS E HIDRAULIC**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
2	LAMPADA LED TUBULAR 120CM, 18 WATTS	UN		830,000	14,8000	12.284,00

Fornecedor: 11672 - SARA COMERCIO EIRELI - ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
3	LÂMPADA LED TUBULAR 0,60 CM, 09 WATTS	UN		430,000	10,4000	4.472,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

- convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;
- frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

- estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;
- permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:
 - as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;
 - o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 3/7
Processo N°.: 99/2017
PREGÃO PRESENCIAL N°. 61/2017

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;
- 5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:**
- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 4/7
Processo Nº.: 99/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 61/2017

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 5/7
Processo Nº.: 99/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 61/2017

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susgado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 6/7
Processo Nº.: 99/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 61/2017

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOSPágina: 7/7
Processo N°.: 99/2017
PREGÃO PRESENCIAL N°. 61/2017**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO**

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Campos Novos para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Campos Novos, 24 de Agosto de 2017.

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO
PREFEITO MUNICIPAL**Empresas Participantes:**

CLAITON ELETRICIDADE COMERCIO DE MATERIAIS ELETRIC	CNPJ: 07.955.338/0001-46	_____
CONDEX COM. DE MAT. E INST. ELETRICA LTDA-ME	CNPJ: 03.362.244/0001-02	_____
JOSE THIAGO DE SOUZA 04935291958 - ME	CNPJ: 12.532.054/0001-87	_____
JV COM. DE MAT.ELETRICOS E DECORACOES L.	CNPJ: 01.276.119/0001-54	_____
LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME	CNPJ: 07.336.749/0001-53	_____
PIATÁ COMERCIO DE PEÇAS LTDA	CNPJ: 08.932.456/0001-00	_____
RAFAEL FELIPE FERREIRA DA SILVA - ME	CNPJ: 13.709.256/0001-14	_____
SARA COMERCIO EIRELI - ME	CNPJ: 26.230.554/0001-79	_____
SO LUZ COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS E HIDRAULIC	CNPJ: 07.038.642/0001-29	_____
SOMA COMERCIO DE IMPORTACAO E EXPORTACAO DE TINT	CNPJ: 26.044.069/0001-00	_____

RG 32_17 AQUISIÇÃO DE MANGUEIRAS PARA APLICAÇÃO CORRETIVA DOS EQUIPAMENTOS DA SECRETARIA DE OBRAS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 1/7
Processo Nº.: 101/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 63/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 32/2017

No dia 28 do mês de Agosto do ano de 2017, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 82.939.232/0001-74, com sede administrativa localizada na RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323, bairro CENTRO, CEP nº. 89620-000, nesta cidade de Campos Novos/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO, inscrito no CPF sob o nº. 871.581.759-87, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 63/2017, Processo Licitatório nº. 101/2017, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MANGUEIRAS PARA APLICAÇÃO CORRETIVA DOS EQUIPAMENTOS DA SECRETARIA DE OBRAS Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
6111	MECÂNICA AGRÍCOLA PALAVRO LTDA	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº. (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
MECÂNICA AGRÍCOLA PALAVRO LTDA	01.444.735/0001-77	EVANDRO PARENTI	020.831.939-54

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:
REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MANGUEIRAS PARA APLICAÇÃO CORRETIVA DOS EQUIPAMENTOS DA SECRETARIA DE OBRAS

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 6111 - MECÂNICA AGRÍCOLA PALAVRO LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	MANGUEIRA HID. 1/4 1 TRAMA	M		100,000	12,9800	1.298,00
2	MANGUEIRA HID. 1/4 2 TRAMA	M		80,000	19,9800	1.598,40
3	MANGUEIRA HID. 3/8 1 TRAMA	M		70,000	15,0000	1.050,00
4	MANGUEIRA HID 3/8 2 TRAMA	M		90,000	26,0000	2.340,00
5	MANGUEIRA HID. 1/2 2 TRAMA	M		60,000	27,9000	1.674,00
6	MANGUEIRA HID. 1/2 4 TRAMAS	M		100,000	60,0000	6.000,00
7	MANGUEIRA HID. 5/8 2 TRAMAS	M		100,000	34,9000	3.490,00
8	MANGUEIRA HID. 5/8 4 TRAMAS	M		90,000	120,6600	10.859,40
9	MANGUEIRA HID 3/4 4TRAMAS	M		70,000	89,8000	6.286,00
10	MANGUEIRA HID 3/4 2 TRAMA	M		100,000	48,9000	4.890,00
11	MANGUEIRA HID. 1" 2 TRAMAS	M		90,000	67,8000	6.102,00
12	MANGUEIRA HID. 1" 4 TRAMAS	M		60,000	119,0000	7.140,00
13	MANGUEIRA HID. 1.1/4 2 TRAMAS	M		60,000	85,0000	5.100,00
14	MANGUEIRA HID. 1. 1/4 4 TRAMAS	M		80,000	160,0000	12.800,00
15	TERMINAL MANG. 100-04-04	UN		50,000	14,0000	700,00
16	TERMINAL MANG. 100ML04-04	UN		50,000	15,0000	750,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 2/7
 Processo Nº.: 101/2017
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 63/2017

Fornecedor: 6111 - MECÂNICA AGRÍCOLA PALAVRO LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
17	TERMINAL MANG. 100ML08-04	UN		50,000	17,8000	890,00
18	TERMINAL MANG. 100ML06-08	UN		50,000	13,9800	699,00
19	TERMINAL MANG. 190FJ06-08	UN		50,000	21,8000	1.090,00
20	TERMINAL MANG. 100FJ06-08	UN		50,000	17,9000	895,00
21	TERMINAL MANG.112-06-06 14,04 14,03 0,00 14,04	UNI		50,000	19,9000	995,00
22	TERMINAL MANG 112-08-08	UN		50,000	21,9500	1.097,50
23	TERMINAL MANG. 100-06-06 10,28 10,27 0,00 10,28	UNI		50,000	15,0000	750,00
24	TERMINAL MANG. 190FO10-12	UN		50,000	37,9000	1.895,00
25	TERMINAL MANG. 145FJ10-10	UN		50,000	31,4400	1.572,00
26	TERMINAL MANG.SP90-10-10	UN		50,000	34,8000	1.740,00
27	TERMINAL MANG. SP45-12-12	UN		50,000	44,9000	2.245,00
28	TERMINAL MANG. 100-12-12	UN		50,000	29,8000	1.490,00
29	TERMINAL MANG. 190F6-16-12	UN		50,000	50,0000	2.500,00
30	TERMINAL MANG 100DL 25-16	UN		50,000	47,8000	2.390,00
31	TERMINAL MANG 100FO20-16	UN		50,000	65,0000	3.250,00
32	TERMINAL MANG 112-16-16	UN		50,000	65,0000	3.250,00
33	TERMINAL MANG 100FJ20-20	UN		50,000	43,8000	2.190,00
34	TERMINAL MANG 100DL35-20	UN		50,000	69,9000	3.495,00
35	CAPA MANG. 842-04	UN		50,000	4,5000	225,00
36	CAPA MANG 842-08	UN		50,000	6,5000	325,00
37	CAPA MANG.AP 842-10	UN		50,000	7,9800	399,00
38	CAPA MANGUEIRA AP 842-16	UN		50,000	17,0000	850,00
39	CAPA MANG. AP.842-06	PÇ		50,000	6,5000	325,00
40	CAPA MANGUEIRA AP. 842-12	UN		50,000	13,0000	650,00
41	CAPA MANGUEIRA 5/84 TR CP-10-16	UN		50,000	10,7000	535,00
42	CAPA MANG 1/2 4TR CP -08	UN		50,000	12,2000	610,00
43	CAPA MANGUEIRA AP.4TR.CP-0412	UN		50,000	19,0000	950,00
44	CAPA MANGUEIRA AP 4 TR. CP04-16	UN		50,000	26,8000	1.340,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na aliena "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 3/7
Processo Nº.: 101/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 63/2017

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

- a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

- a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:
- b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:
 - b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;
 - b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 4/7
Processo Nº.: 101/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 63/2017

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contrações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 5/7
Processo N°.: 101/2017
PREGÃO PRESENCIAL N° 63/2017

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal n° 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei n° 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 6/7
Processo Nº.: 101/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 63/2017

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será suspenso para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 77
Processo Nº.: 101/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 63/2017

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Campos Novos para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Campos Novos, 28 de Agosto de 2017.

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO
PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

MECÂNICA AGRÍCOLA PALAVRO LTDA

CNPJ: 01.444.735/0001-77 _____

RG 33_17 AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA MANUTENÇÃO CORRETIVA DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 1/7

Processo Nº.: 104/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 66/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 33/2017

No dia 28 do mês de Agosto do ano de 2017, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 82.939.232/0001-74, com sede administrativa localizada na RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323, bairro CENTRO, CEP nº. 89620-000, nesta cidade de Campos Novos/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO, inscrito no CPF sob o nº. 871.581.759-87, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 66/2017, Processo Licitatório nº. 104/2017, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA MANUTENÇÃO CORRETIVA DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
11758	ACM SOLUCOES ELETRICAS EIRELI - EPP	
11319	DANIEL TRILHA LOPES EIRELI - ME	1, 2
10726	ELETRICA RADIANTE MATERIAIS ELETRICOS LTDA EPP	
10467	JOSE THIAGO DE SOUZA 04935291958 - ME	
6187	JV COM. DE MAT.ELETRICOS E DECORACOES L.	
8922	LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME	
10462	RAFAEL FELIPE FERREIRA DA SILVA - ME	
8887	SO LUZ COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS E HIDRAULIC	

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº. (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
ACM SOLUCOES ELETRICAS EIRELI - EPP	05.885.865/0001-04	APARICIO VALERIO BORBA DUARTE	194.978.069-49
DANIEL TRILHA LOPES EIRELI - ME	22.112.343/0001-80	DANIEL TRILHA LOPES	976.785.380-49
ELETRICA RADIANTE MATERIAIS ELETRICOS LTDA EPP	15.984.883/0001-99	REMINIO DE ARAUJO	006.122.368-97
JOSE THIAGO DE SOUZA 04935291958 - ME	12.532.054/0001-87	JOSE THIAGO DE SOUZA	049.352.919-58
JV COM. DE MAT.ELETRICOS E DECORACOES L.	01.276.119/0001-54	LUCAS VICTOR KRUTZMANN	097.903.899-57
LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME	07.336.749/0001-53	GILSON MALAQUIAS BATISTA	521.964.299-53
RAFAEL FELIPE FERREIRA DA SILVA - ME	13.709.256/0001-14	MONICA PEREIRA DA COSTA	082.044.829-06
SO LUZ COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS E HIDRAULIC	07.038.642/0001-29	REINALDO ANGELO WAGNER	045.939.249-28

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:
REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA MANUTENÇÃO CORRETIVA DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 11319 - DANIEL TRILHA LOPES EIRELI - ME						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	RELE FOTO ELETRÔNICO MAGNÉTICO PARA USO EM CORRENTE ALTERNADA.	UN	TAKT GTN	1.200,000	12,5000	15,000,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOSPágina: 2/7
Processo Nº.: 104/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 66/2017**Fornecedor: 11319 - DANIEL TRILHA LOPES EIRELI - ME**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
2	REATOR VAPOR DE SÓDIO 70W, BAIXA PERDA, EXTERNO, GALVANIZADO.	UN	TAKT GTN	2.000,000	38,2000	76.400,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 3/7
Processo N°.: 104/2017
PREGÃO PRESENCIAL N°. 66/2017

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;
- 5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:**
- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 4/7
Processo Nº.: 104/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 66/2017

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 5/7
Processo Nº.: 104/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 66/2017

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susgado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 6/7
Processo Nº.: 104/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 66/2017

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 7/7
Processo N°: 104/2017
PREGÃO PRESENCIAL N° 66/2017

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Campos Novos para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Campos Novos, 28 de Agosto de 2017.

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO
PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

ACM SOLUCOES ELETRICAS EIRELI - EPP	CNPJ: 05.885.865/0001-04	_____
DANIEL TRILHA LOPES EIRELI - ME	CNPJ: 22.112.343/0001-80	_____
ELETRICA RADIANTE MATERIAIS ELETRICOS LTDA EPP	CNPJ: 15.984.883/0001-99	_____
JOSE THIAGO DE SOUZA 04935291958 - ME	CNPJ: 12.532.054/0001-87	_____
JV COM. DE MAT.ELETRICOS E DECORACOES L.	CNPJ: 01.276.119/0001-54	_____
LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME	CNPJ: 07.336.749/0001-53	_____
RAFAEL FELIPE FERREIRA DA SILVA - ME	CNPJ: 13.709.256/0001-14	_____
SO LUZ COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS E HIDRAULIC	CNPJ: 07.038.642/0001-29	_____

RG 34_17 CONTRATAÇÃO DE HORAS MÁQUINA PARA MELHORIAS NAS VIAS DO INTERIOR DO MUNICÍPIO, TRANSPORTE DE MÁQUINAS PESADAS, HORAS COM CAMINHÃO MUNCK E SERVIÇOS DE HIDROJATEAMENTO PARA MANUTENÇÃO EM REDES PLUVIAIS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 1/7
Processo Nº.: 103/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 65/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 34/2017

No dia 28 do mês de Agosto do ano de 2017, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 82.939.232/0001-74, com sede administrativa localizada na RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323, bairro CENTRO, CEP nº. 89620-000, nesta cidade de Campos Novos/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO, inscrito no CPF sob o nº. 871.581.759-87, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 65/2017, Processo Licitatório nº. 103/2017, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE HORAS MÁQUINA PARA MELHORIAS NAS VIAS DO INTERIOR DO MUNICÍPIO, TRANSPORTE DE MÁQUINAS PESADAS, HORAS COM CAMINHÃO MUNCK E SERVIÇOS DE HIDROJATEAMENTO PARA MANUTENÇÃO EM REDES PLUVIAIS. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
11784	ALDEMIR ADILSON CANANI 66495733968	
9110	CLAITON ELETRICIDADE COMERCIO DE MATERIAIS ELETRIC	5
8520	COMERCIO E TRANSPORTES BRESOLA LTDA - EPP	2
11785	DEDETIZADORA BARROS LTDA - EPP	
11172	DIRLEI TEREZINHA VARGAS BASSO 75602601015	3
11786	VALCY CAROLINE DE SOUZA ROBERTO - ME	1
11787	VETORI TRANSPORTES E TERRAPLENAGEM LTDA - ME	
11026	WLPN TRANSPORTE DE RESIDUOS LTDA	4

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº. (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
ALDEMIR ADILSON CANANI 66495733968	21.728.724/0001-26	ALDEMIR ADILSON CANANI	664.957.339-68
CLAITON ELETRICIDADE COMERCIO DE MATERIAIS ELETRIC	07.955.338/0001-46	CLAITON DENIS FERREIRA DA SILVA	679.129.909-68
COMERCIO E TRANSPORTES BRESOLA LTDA - EPP	76.324.094/0001-16	SADI BRESOLA	346.842.639-91
DEDETIZADORA BARROS LTDA - EPP	86.838.547/0001-86	JOB ELIAS VIEIRA	046.313.299-80
DIRLEI TEREZINHA VARGAS BASSO 75602601015	20.594.448/0001-98	AUGUSTO BASSO	446.822.390-15
VALCY CAROLINE DE SOUZA ROBERTO - ME	28.023.515/0001-26	JOEL ROBERTO	023.364.009-60
VETORI TRANSPORTES E TERRAPLENAGEM LTDA - ME	18.812.854/0001-38	CELSON VETORI	291.030.020-04
WLPN TRANSPORTE DE RESIDUOS LTDA	00.553.801/0001-84	IVOMAR NHOATO	423.156.469-87

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE HORAS MÁQUINA PARA MELHORIAS NAS VIAS DO INTERIOR DO MUNICÍPIO, TRANSPORTE DE MÁQUINAS PESADAS, HORAS COM CAMINHÃO MUNCK E SERVIÇOS DE HIDROJATEAMENTO PARA MANUTENÇÃO EM REDES PLUVIAIS.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 8520 - COMERCIO E TRANSPORTES BRESOLA LTDA - EPP						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
2	HORAS COM MOTONIVELADORA ARTICULADA PESO OPERACIONAL NÃO INFERIOR A 16,5 TONELADAS	HRS		1.400,000	190,0000	266.000,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 2/7
 Processo Nº.: 103/2017
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 65/2017

Fornecedor: 9110 - CLAITON ELETRICIDADE COMERCIO DE MATERIAIS ELETRIC

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
5	HORAS MÁQUINA DE CAMINHÃO GUINCHO (MUNCK)	HRS		300,000	147,8000	44.340,00

Fornecedor: 11026 - WLPN TRANSPORTE DE RESIDUOS LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
4	SERVIÇO DE HIDRO JATEAMENTO (DESENTUPIMENTO) DE TUBULAÇÃO DE REDES PLUVIAIS.	HRS		200,000	195,0000	39.000,00

Fornecedor: 11172 - DIRLEI TEREZINHA VARGAS BASSO 75602601015

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
3	TRANSPORTE DE MÁQUINAS ATE 25 TONELADAS	KM		14.000,000	4,4500	62.300,00

Fornecedor: 11786 - VALCY CAROLINE DE SOUZA ROBERTO - ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	HORAS COM ESCAVADEIRA HIDRAULICA DE NO MINIMO 16 TONELADAS	HRS		900,000	129,5000	116.550,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na aliena "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observadas as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com conseqüente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 3/7
Processo Nº.: 103/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 65/2017

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

- 3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.
- 3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.
- 3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 4/7
Processo Nº.: 103/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 65/2017

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 5/7
Processo Nº.: 103/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 65/2017

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susgado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 6/7
Processo Nº.: 103/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 65/2017

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 7/7
Processo N°.: 103/2017
PREGÃO PRESENCIAL N°. 65/2017

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Campos Novos para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Campos Novos, 28 de Agosto de 2017.

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO
PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

ALDEMIR ADILSON CANANI 66495733968	CNPJ: 21.728.724/0001-26	_____
CLAITON ELETRICIDADE COMERCIO DE MATERIAIS ELETRIC	CNPJ: 07.955.338/0001-46	_____
COMERCIO E TRANSPORTES BRESOLA LTDA - EPP	CNPJ: 76.324.094/0001-16	_____
DEDETIZADORA BARROS LTDA - EPP	CNPJ: 86.838.547/0001-86	_____
DIRLEI TEREZINHA VARGAS BASSO 75602601015	CNPJ: 20.594.448/0001-98	_____
VALCY CAROLINE DE SOUZA ROBERTO - ME	CNPJ: 28.023.515/0001-26	_____
VETORI TRANSPORTES E TERRAPLENAGEM LTDA - ME	CNPJ: 18.812.854/0001-38	_____
WLPN TRANSPORTE DE RESIDUOS LTDA	CNPJ: 00.553.801/0001-84	_____

RG 35_17 AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES PARA SEREM INSTALADOS NA DELEGACIA. CONFORME ESPECIFICAÇÕES.**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Página: 1/11

Processo Nº.: 91/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 54/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 35/2017

No dia 28 do mês de Agosto do ano de 2017, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 82.939.232/0001-74, com sede administrativa localizada na RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323, bairro CENTRO, CEP nº. 89620-000, nesta cidade de Campos Novos/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO, inscrito no CPF sob o nº. 871.581.759-87, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 54/2017, Processo Licitatório nº. 91/2017, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES PARA SEREM INSTALADOS NA DELEGACIA. CONFORME ESPECIFICAÇÕES. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
9986	L.A.CN INFORMATICA LTDA - EPP	1
11575	MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME	

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
L.A.CN INFORMATICA LTDA - EPP	11.924.851/0001-47	ANGELO MATOS DA CAS	015.867.539-83
MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME	23.518.341/0001-59	LUCIANO RODRIGUES PAZ	075.938.469-03

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:
REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES PARA SEREM INSTALADOS NA DELEGACIA. CONFORME ESPECIFICAÇÕES.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 2/11
 Processo Nº.: 91/2017
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 54/2017

Fornecedor: 9986 - L.A.CN INFORMATICA LTDA - EPP

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	<p>1.COMPUTADOR CORE I5, 4GB RAM, 1 TR HD, MONITOR 21" COM WINDOS 10 PRO.</p> <p>1.1.PROCESSADOR E MEMÓRIA</p> <p>1.1.1.Processador Inter Core i5-2400 com Clock de 3.10GHz, Smart Cache de 06 MB e DMI de 5GT/z. Arquitetura de 32 NM LGA 1155.</p> <p>1.1.2. 4GB (quatro) de Memória SDRAM DDR3 1333 MHZ. Deve suportar dual channel e upgrade para 16GB de Memória;</p> <p>1.2. CIRCUITO INTEGRADOS (CHIPSET) E PAGA MÃE.</p> <p>1.2.1.O chipset deve ser da mesma marca do fabricante do processador com suporte ao barramento de comunicação com o processador de, no mínimo, 1333 MHz;</p> <p>1.2.2. Deverá suportar plataforma de micro- arquitetura baseada em apenas 2 (dois) chips: 1) o processador com link direto à memória do sistema e controladora gráfica PCIe e 2) hub controlador de I/Os;</p> <p>1.2.3. Possuir 4 (quatro) slots de memória DDR3,</p> <p>1.2.4. Possuir, no mínimo, 4 (quatro) slots de expansão;</p> <p>1.2.5. Possuir, no mínimo, 3 (três) conectores SATA e 1 (um) USB internos e integrados à placa mãe;</p> <p>1.2.6. Suportar ambas tecnologias de interface de armazenamento, tanto SATA-II com 3 GB/s como SATA-III com 6 Gb/s de taxa de transferência de dados;</p> <p>1.2.7. Suporte a tecnologia PCI Express 2.0 com capacidade de taxa de transferência de dados de até 5 GT/s entre processador e periféricos e rede;</p> <p>1.2.8. Possuir chip de segurança com tecnologia TPM(Trusted Platform Module) versão 1.2, integrado a placa mãe e software para sua implementação incluso</p> <p>1.2.9. Placa mãe da mesma marca do fabricante do equipamento, desenvolvida especificamente par ao modelo ofertado. Não serão aceitas placas de livre comercialização no mercado.Deverá ser apresentada comprovação através de documento oficial do fabricante, como prospecto/ catalogo em português ou traduzido juramentado, ou ainda através de declaração do fabricante do equipamento, especifica para este processo licitatório (Anexar à Proposta), não sendo aceitas soluções em regime de OEM ou customizações;</p> <p>1.2.10. A placa mãe deve permitir o gerenciamento remoto, como acesso a BIOS, permitir iniciar o microcomputador a partir de uma imagem (ISO) em um compartilhamento de rede ou CD ou disquete localizados em outro computador, mesmo com o equipamento desligado;</p> <p>1.2.11. Deve suportar tecnologia de gerenciamento remoto por hardware fora de banda ou "Out of Band" com firmware (chip) integrado para armazenar e disponibilizar informações sobre configuração e status do equipamento, mesmo quando este estiver totalmente desligado ou com o sistema operacional hibernado ou inoperante;</p> <p>1.2.12. As configurações das funcionalidades de gerenciamento presentes na placa-mãe deverão ser feitas sem a necessidade de intervenção presencial à máquina, mesmo com sistema operacional inoperante;</p> <p>1.3.GABINETE DA CPU</p> <p>1.3.1.Gabinete deve permitir a utilização na posição horizontal e vertical sem comprometer os componentes internos e o funcionamento do computador;</p> <p>1.3.2.Possuir ferramentas de diagnóstico de falha de boot e componentes de hardware e software que facilitem o serviço de avaliação e serviço de suporte, quando necessário e convocado, conforme abaixo:</p> <p>"LEDs no painel frontal do gabinete com combinação de sinais para diagnóstico de falhas de componentes de hardware como: processo de pré-boot P.O.S.T (Power-on self-test), BIOS, processador, placa-mãe, memória RAM, placa de vídeo, disco rígido, USB e entrega de sistema operacional;</p> <p>"Combinações de Códigos de "Beeps" que sinalizem informações prévias de falha de boot de componentes de hardware;</p> <p>"Grupos de Mensagens de Erro na tela do monitor que sinalizem informações prévias de falha de boot de componentes de hardware;</p> <p>"Opção de ferramenta de diagnóstico, funções de testes rápidos e identificação de problemas dentro da BIOS para no mínimo drive de disco e boot</p> <p>1.3.3.O gabinete deverá ter projeto tool-less, ou seja, que não necessite ferramentas para abertura da tampa do gabinete, remoção de periféricos como: disco rígido, módulos de memória RAM, placas de expansão e unidade óptica. Não será aceito o uso de parafusos recartilhados para atender essa característica, deverá possuir sistema de instalação dos componentes aqui especificados por encaixe;</p> <p>1.3.4.Deve possibilitar a instalação de cadeado (incluindo opção para padrão Kensington) ou lacre de segurança em slot ou trava externa específica de forma a impedir a abertura do gabinete</p> <p>1.3.5.Possuir alto-falante interno ao gabinete que seja desativado</p>	UN		5,000	3.715,0000	18.575,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOSPágina: 3/11
Processo Nº.: 91/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 54/2017

EXCETO A BREVETES DE SUAS INVENÇÕES,

1.4.FONTE DE ALIMENTAÇÃO

- 1.4.1.Fonte de alimentação da mesma marca do fabricante do equipamento, com consumo e potência de no máximo 250 Watts, suficiente para o funcionamento do computador na configuração máxima suportada;
- 1.4.2.Possuir eficiência energética de 87% ou superior com tecnologia PFC Ativo (Active Power Factor Correction);
- 1.4.3.Conformidade com os programas Energy Star 5.0, Blue Angel e 80Plus
- 1.4.4.Faixa de tensão de entrada de 90-264VAC à 47-63Hz, com seleção automática de tensão;
- 1.4.5.Exige-se somente fontes de padrão universal (UPS) baseadas em "SineWaves", e não serão aceitas fontes com aproximações a este padrão como "Square Waves" e "Quasi-Square Waves".

1.5.BIOS E SEGURANÇA

- 1.5.1.BIOS desenvolvida pelo mesmo fabricante do equipamento ou ter direitos copyright sobre essa BIOS. Deverá ser apresentada comprovação através de documento oficial do fabricante, como prospecto/catalogo em português ou traduzido por tradutor juramentado, ou ainda através de declaração do fabricante do equipamento, específica para este processo licitatório (Anexar à Proposta), não sendo aceitas soluções em regime de OEM ou customizações
- 1.5.2.A BIOS deve possuir o número de série do equipamento e campo editável que permita inserir identificação customizada podendo ser consultada por software de gerenciamento, como número de propriedade e de serviço;
- 1.5.3.A BIOS deve possuir opção de criação de senha de acesso, senha de administrador ao sistema de configuração do equipamento, bem como de cada disco rígido conectado à placa-mãe;
- 1.5.4.Estar apta a direcionar a inicialização do sistema para imagem no servidor da rede;
- 1.5.5.Permitir e habilitar o processador a executar a tarefa de balanceamento de carga de trabalho, aumentando clock de um núcleo e desabilitando o de outros;
- 1.5.6.Suportar tecnologia "Auto Power-On" que permite o administrador de TI a selecionar e programar qualquer dia da semana para "acordar" o equipamento e rodar rotinas de manutenção, atualização e segurança no equipamento;
- 1.5.7.Alertas ao sistema em caso de abertura do gabinete permitindo monitorar violações através de software de gerenciamento;
- 1.5.8.Deve possuir opção para desabilitar componentes de drive e de entrada e saída do equipamento como portas USB, slots de expansão, áudio,
- 1.5.9.A BIOS deve manter registro de log de alertas da abertura da tampa do gabinete e falha de disco (SMART);
- 1.5.10.Suportar o recurso WOL (Wake on LAN) e PXE (Pré-boot Execution Environment);
- 1.5.11.Suportar algum tipo de modalidade de serviço e tecnologia de segurança de rastreamento e localização remotos para casos de roubo e perda do equipamento, inclusive com função de "limpeza" do HDD e respectivo apagamento dos dados;
- 1.5.12.Suporte e função para habilitar/desabilitar as tecnologias de virtualização, exatamente aquelas descritas anteriormente na seção "Processadores"
- 1.5.13.Software pré-instalado em fábrica, do próprio fabricante, que faça o controle e gerenciamento centralizado de senhas, suporte a credenciais como "SmartCards" e leitor biométrico, suporte a autenticação Pré-Boot (PBA), tecnologia "Single Sign-On" onde uma única senha autentica o acesso a todos os componentes seguros como OS e HD, suporte a TPM, discos de criptografia própria, bem como permissão ao gerenciamento remoto de definição de políticas de conformidade para autenticações.
- 1.6.PORTAS DE COMUNICAÇÃO**
- 1.6.1.Todos os conectores das portas de entrada/saída devem ser identificados pelos nomes ou símbolos.
- 1.6.2.Possuir, no mínimo, 01 (uma) porta serial nativa;
- 1.6.3.Possuir, no mínimo, 02 (duas) portas PS/2 nativas;
- 1.6.4.Possuir, no mínimo, 10 (dez) portas USB 2.0 nativas, sendo 06 (seis) na parte traseira e 4 (quatro) na parte frontal do gabinete, não será aceito qualquer tipo de adaptador extensor de portas;
- 1.6.5.Possuir, no mínimo, 01 (uma) porta de vídeo padrão VGA (DB-15) e 01 (uma) no padrão DisplayPort ou DVI-I nativas;
- 1.6.6.Possuir, no mínimo, 01 (uma) porta de rede padrão RJ-45 integrada;
- 1.6.7.Possuir, no mínimo, 02 (duas) portas entrada de áudio para microfone e 02 (duas) portas de saída de áudio para headphones e/ou caixas de som, em ambos os casos com 1 (uma) porta da parte traseira e outra na parte dianteira;
- 1.7.INTERFACES DE REDE**
- 1.7.1.Controladora de rede integrada padrão Intel® 82579LM GbE (Ethernet LAN Gigabit Ethernet);
- 1.7.2.Operando nas velocidades de comunicação de 10/100/1000 Mbps, bem como no modo full-duplex;
- 1.7.3.Suportar recursos de WoL (Wake-on-LAN), PXE 2.1, bem como tecnologias de gerenciamento remoto por hardware no

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOSPágina: 4/11
Processo Nº.: 91/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 54/2017

1.8.1.Controladora de vídeo Off-board com 512MB de memória dedicada;
1.8.2.Clock GPU 650Mhz e Frame Buffer Memory 800MHz;
1.8.3.Profundidade de cores 32Bits
1.8.4.Suporte a Multidisplay, DX11 e OpenGL3
1.8.5.Resolução 1920 x 1200 a 75Hz
1.8.6.possuir 02 portas DVI ou VGA
1.9.DISCO RÍGIDO
1.9.1.Possuir 1 (uma) unidade de disco rígido interno ao gabinete de 3,5";
1.9.2.Disco rígido padrão SATA-III, com capacidade mínima de armazenamento de 1.0 TB e taxa de transferência de 6 Gb/s;
1.9.3.Buffer interno de no mínimo 8MB
1.9.4.Velocidade de rotação de 7.200 rpm e tempo de resposta de no máximo 8,5ms
1.9.5.Deve suportar a instalação de discos de estado sólido e de criptografia total FDE (Full Disk Encryption)
1.10.UNIDADE ÓPTICA
1.10.1.Possuir 01 (uma) unidade óptica gravadora DVD+/-RW interna ao gabinete;
1.10.2.Compatível com gravação e leitura de mídias tipo DVD+R, DVD+RW, DVD+R DL, DVD-R, DVD-RW, CD-R e CD-RW;
1.10.3.Interface SATA;
1.11.ACESSÓRIOS
1.11.1. Teclado padrão ABNT-2 de 107 teclas, com teclado numérico e teclas de função, com conector padrão USB;
1.11.2.Mouse com 3 botões, sendo 2 para seleção de objetos e 1 tipo scroll para rolagem, com resolução de 1.000 dpi e conector padrão USB;
1.11.3.Monitor de vídeo com tela tipo Matriz ativa - Monitor LED 21,5" HD polegadas de área visível;
"Resolução gráfica suportada de 1920 x 1080 pixels a 60 Hz;
"Dotpitch de 0,294mm ou menor;
"Ângulos de visão típicos: 65 graus (vertical) e 90 graus (horizontal).
"Brilho de 200 cd/m2;
"Contraste de 800:1;
"Tempo de resposta típico de 5ms;
"Conector padrão VGA (DB-15) e DVI-D;
"Fonte de alimentação interna com ajuste automático de voltagem, suportando as faixas de tensão de 100-240VAC em 50-60Hz;
"Externamente na cor semelhante ao do gabinete da CPU e com botões para ligar/desligar;
"Estar em conformidade com Energy Star e EPEAT Gold;
1.11.4.Devem ser fornecidos junto com o equipamento, todos os acessórios e cabos necessários para o pleno funcionamento do mesmo.
1.11.5.O cabo de força deverá ser certificado pelo INMETRO e em conformidade com a norma NBR 14136;
1.11.6.O teclado, mouse e monitor deverão ser da mesma marca do fabricante do microcomputador ofertado;
1.12.SISTEMA OPERACIONAL
1.12.1.Acompanhar licença de sistema operacional Microsoft Windows 10 Pro Versão em português do Brasil, 64 Bits;
1.12.2.O sistema operacional Microsoft Windows 10 PRO deve estar pré-instalado, bem como, todos os drivers de adaptadores internos necessário para seu funcionamento;
1.12.3.Deve ser comprovado que o computador está preparado para suportar o Windows 10 através do respectivo logo obtido no Windows Logo'dProductsListpara Microsoft;
1.12.4.Deve ser fornecida mídia com todos os drivers, compatível com Microsoft Windows 10, necessário para seu funcionamento do equipamento;
1.12.5.O fabricante deve disponibilizar no seu respectivo web site, download gratuito de todos os Drivers de dispositivos, BIOS e Firmwares para o equipamento ofertado;
1.13.OUTROS
1.13.1.Os equipamentos devem vir com software "agente" instalado de fábrica no ambiente do sistema operacional permitindo que softwares de gerenciamento remoto padrão do mercado acessem e gerenciem informações do equipamento como monitoramento da configuração (BIOS, CMOS, SMBIOS, SMI, OS, APIs, DLLs, registros, componentes instalados), do status, alteração do estado como desligar o equipamento remotamente. Através de interfaces e protocolos padrão da indústria (CIM, SMI, WMI, etc) o agente deve expor parâmetros chave do computador permitindo que o administrador de TI gerencie inventário, configure alertas de pré-falha, etc;
1.13.2.Além do item "a" acima, o equipamento ofertado deve permitir que administradores de suporte a TI possam executar tarefas de gerenciamento remoto "por hardware" fora de banda ou "out ofband" no parque instalado de máquinas, totalmente independente do estado de operação do hardware e do sistema operacional, inclusive com os mesmos ou inoperantes ou desligados. Isto inclui a habilidade de inventariar, monitorar, manter, atualizar, ligar, diagnosticar, reparar e restaurar os computadores de forma remota, dispensando a visita presencial de um técnico no local do equipamento. Esta tecnologia deve utilizar protocolos de comunicação padrão da indústria com CIM, SMI, SMART e WMI/le ser compatível com as principais consoles de

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOSPágina: 5/11
Processo Nº.: 91/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 54/2017

1.13.3.O item "b" acima também deve suportar autenticação e compatibilidade com o padrão Cisco (NAC), DASH 1.1, WS-MAN e IPv6;

1.13.4.Suportar tecnologia de segurança para que o equipamento seja totalmente "isolado" da rede da empresa, caso seja detectado algum ataque de vírus ou malware, bem como seja tentado algum acesso não autorizado;

1.13.5.Suportar camada complementar opcional de autenticação de usuário quando o equipamento retorna de um estado S3 (stand-by);

1.13.6.Utilizar medidor de tempo ("timer") baseado em hardware para hibernar (S4) ou até mesmo desligar (S5) completamente o equipamento quando a senha do Windows não for dada entrada dentro de um tempo pré-determinado;

1.13.7.Possibilidade de fazer, localmente no próprio equipamento, de forma amigável e intuitiva, a instalação e configuração da tecnologia, permitindo que o próprio faça o provisionamento com a console de gerenciamento no servidor;

1.13.8.O fabricante do equipamento deve disponibilizar software de gerenciamento e inventário que permita o gerenciamento centralizado dos equipamentos ofertados através da rede LAN por meio de console de gerenciamento WEB. A solução deve ser do mesmo fabricante dos equipamentos ofertados, devendo ser apresentada comprovação através de documento oficial do fabricante, como prospecto/catalogo em português ou traduzido por tradutor juramentado, ou ainda através de declaração do fabricante do equipamento, específica para este processo licitatório (Anexar à Proposta), não sendo aceitas soluções em regime de OEM ou customizações;

Deve possuir as seguintes funcionalidades/recursos:

"Inventário de hardware, versão de BIOS, configuração e atualização de BIOS e Monitor;

"Relatórios de inventário de hardware e configuração de BIOS. Permitir a customização desses relatórios através da utilização de filtros;

"Visualização remota da configuração de rede e utilização de CPU/disco/memória em tempo real dos computadores do grupo gerenciado;

"Atualização de BIOS, individual ou por grupo gerenciado, de forma remota;

"Configuração remota da BIOS, individual ou por grupo gerenciado;

"Configuração remota da ordem de Boot e senha de BIOS individualmente;

"Importação da configuração de BIOS para outros computadores do grupo gerenciado;

"Configuração remota do monitor ofertado permitindo alteração de parâmetros como brilho, contraste, restaurar configuração do fabricante e desligar a tela;

"Monitoramento da saúde do equipamento e emissão de alertas de falhas de hardware e abertura do gabinete. Encaminhamento dos alertas por e-mail ao responsável;

"Permitir ligar e reiniciar os equipamentos remotamente;

"Capacidade de agendamento de tarefas (Jobs);

1.13.9.O equipamento deverá pertencer a linha corporativa do fabricante, não sendo aceito equipamentos destinados ao uso doméstico;

1.13.10.Os componentes do microcomputador deverão ser homologados pelo fabricante. Não será aceita a adição ou subtração de qualquer componente não original de fábrica para adequação do equipamento;

1.13.11.O conjunto do equipamento, motherboard, fonte, gabinete, teclado, monitor e mouse deverão ser da mesma marca do fabricante do equipamento

1.13.12.Deverão ser fornecidos manuais técnicos do usuário e de referência contendo todas as informações sobre os produtos com as instruções para instalação, configuração, operação e administração;

1.13.13.Deve ser entregue certificação comprovando que o modelo do equipamento está em conformidade com a norma IEC 60950 para segurança do usuário contra incidentes elétricos e combustão dos materiais elétricos;

1.13.14.O modelo deve possuir conformidade com TCO, RoHS e Blue Angel

1.13.15.O equipamento deve estar em conformidade com a norma ISO 9296, testado em acordo com a ISO 7779, quanto à emissão de ruídos;

1.13.16.O modelo de equipamento deve estar em conformidade com o padrão Energy Star para eficiência de consumo elétrico;

1.14.GARANTIA

1.14.1.Garantia de 36 (trinta e seis) meses on-site, pelo fabricante do equipamento, com atendimento através de sua rede autorizada no Brasil. A garantia deve estar em nome do Município, não sendo aceito oferta de equipamento com garantia em nome de terceiros. Deverá ser apresentada comprovação através de documento oficial do fabricante, como prospecto/catalogo em português ou traduzido por tradutor juramentado, ou ainda através de declaração do fabricante do equipamento, específica para este processo licitatório (Anexar à Proposta).

1.14.2.O Fabricante deve disponibilizar Central de Atendimento tipo (0800) para abertura dos chamados de garantia.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 6/11
Processo Nº.: 91/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 54/2017

1.14.3. O fabricante deve possuir canais de comunicação e ferramentas adicionais de suporte online como "chat", "email" e página de suporte técnico na Internet com disponibilidade de atualizações e "hotfixes" de drivers, BIOS, firmware, sistemas operacionais e ferramentas de troubleshooting, ferramenta para verificação do status da garantia do equipamento e consulta a configuração original de fábrica deste produto, não sendo aceito através de redirecionamento para site de terceiros. (Informar site na proposta).

1.14.4. Durante o prazo de garantia será substituída sem ônus a contratante, a parte ou peça defeituosa, salva quando o defeito for provocado por uso inadequado dos equipamentos;

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado tornar-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 7/11
Processo N°: 91/2017
PREGÃO PRESENCIAL N° 54/2017

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;
- 5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:**
- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 8/11
Processo Nº.: 91/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 54/2017

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 9/11
Processo Nº.: 91/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 54/2017

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susgado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 10/11
Processo Nº.: 91/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 54/2017

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 11/11
Processo N°: 91/2017
PREGÃO PRESENCIAL N°. 54/2017

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Campos Novos para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Campos Novos, 28 de Agosto de 2017.

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO
PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

L.A.CN INFORMATICA LTDA - EPP

CNPJ: 11.924.851/0001-47 _____

MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME

CNPJ: 23.518.341/0001-59 _____

Canelinha

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL Nº031/FMS/17

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial 031/FMS/2017

OBJETO: O presente Pregão tem por objeto, a aquisição de materiais para manutenção de pintura das Unidades Básicas de Saúde do Fundo Municipal de Saúde de Canelinha/SC. de acordo com especificações, quantitativos e condições estabelecidas nos anexos e nas condições previstas neste Edital. DATA DE ABERTURA: 12 de setembro de 2017, às 08h30min. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor está à disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cartório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site www.canelinha.sc.gov.br. Canelinha/SC, 28 de agosto de 2017. MOACIR MONTIBELER- Prefeito do Município.

Canoinhas

PREFEITURA

DESPACHO REFERENTE AO RECURSO ADMINISTRATIVO TOMADA DE PREÇO Nº PMC 10/2017

DESPACHO

Assunto: Recurso Administrativo – Tomada de Preço n.º 10/2017.

Despacho referente resposta da Comissão de Licitação desta Prefeitura, relativamente ao recurso Administrativo interposto pela Empresa NBS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EIRELI ME, CNPJ 18.398.197/0001-24, através do protocolo n.º 4857, datado de 07 de agosto de 2017.

Acolho na íntegra a decisão da Comissão, por seus próprios fundamentos e determino o prosseguimento do Processo licitatório n.º 119/2017, Tomada de Preço n.º 10/2017, passando-se a homologação.

Intime-se o impetrante,

Dê-se continuidade ao Processo,

21 de agosto de 2017

Gilberto dos Passos

Prefeito

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO Nº FMDR 02/2017 (PRESENCIAL)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 2/17

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2/17

HOMOLOGAÇÃO: 28/08/17

CONTRATADO: VOLTURA CONSTRUÇÕES LTDA ME CONTRATANTE: FUNDO MUN. DESEN. RURAL DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE HORAS DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA E TRATOR DE ESTEIRAS, DESTINADAS AOS PROGRAMAS PORTEIRA ADENTRO E INCENTIVO A PECUÁRIA, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS. VALOR DA DESPESA: R\$ 455.000,00 (quatrocentos e cinquenta e cinco mil reais)

DATA: 28/08/17 - GILBERTO DOS PASSOS - Prefeito.

TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO N.º PMC 04/2015

TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO N.º PMC 04/2015

TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE CANOINHAS, ESTADO DE SANTA CATARINA E A EMPRESA SERMOG LTDA - ME.

Aos 28 (vinte e oito) dias do mês agosto de 2017 (dois mil e dezessete), O MUNICÍPIO DE CANOINHAS, com sede Rua Felipe Schmidt nº 10 – Centro, nesta cidade de Canoinhas/SC, inscrita no CNPJ/MF sob nº 83.102.384/0001-80, representada neste ato por seu Prefeito Sr. Gilberto dos Passos, Brasileiro, Solteiro, Radialista, residente e domiciliado à Rua Francisco de Paula Pereira n.º 1605, Centro, nesta cidade de Canoinhas - SC, portador do CPF n.º 003.649.429-16 e RG n.º 3.114.763 SSP/SC, no final assinado e no uso de suas atribuições, neste ato denominado simplesmente CONCEDENTE e

por outro lado a empresa SERMOG LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n.º 10.523.566/0001-51, estabelecida na Rua Francisco de Paula Pereira, 825, Bairro centro, no Município de Canoinhas/SC, neste ato representada pelo seu procurador, Dr. Wilson J. Mira Junior, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/SC sob registro de nº 36.288, contador inscrito no CRC/SC sob o registro de nº 31.801, inscrito sob o CPF 047.138.559-01 e RG 4.870.129, residente e domiciliado à Rua Florianópolis, nº 1179, bairro Guanabara, Joinville/SC, doravante simplesmente denominada CONCESSIONÁRIA.

CLÁUSULA PRIMEIRA

Com base no inciso I, do Art. 79, da Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores, o Município RESOLVE rescindir o Contrato n.º PMC 04/2015, a partir de 28/08/2017, tendo em vista a decisão proferida nos autos do processo Administrativo nº 14/2017, instaurado em virtude do não cumprimento das cláusulas contratuais, haja vista que a Concessionária detinha a obrigação de efetuar repasse mensal, calculado sob a sua renda bruta mensal a este município e, que, espontaneamente, a mesma deixou de efetuar o referido repasse, o que se caracteriza em retenção indevida de dinheiro público. Assim, foram iniciados os trâmites legais para solicitar a devolução destes valores retidos indevidamente pela Concessionária, mas, sendo notificada diversas vezes, deixou de realizar a devolução, fato este que possibilita ao Município de Canoinhas rescindir o contrato ora firmado. Desta forma, em virtude de que o ocasionado gerou danos à Administração Pública, bem como, em observância ao Princípio da Supremacia do Interesse Público, decide-se pela rescisão do contrato nº PMC 04/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA

Em razão da presente rescisão, a parte Contratante libera-se de todas as cláusulas do Contrato original, declarando, desde já, que a Contratada nada tem a reclamar, administrativa ou judicialmente, seja que título for com relação ao contrato que ora se extingue.

Fica a partir de 28/08/2017 rescindido o contrato PMC n.º 04/2015, celebrado em 06/01/2015.

Para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, é lavrado o presente termo em 04 (quatro) cópias de igual teor, que depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes.

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Contratante

Gilberto dos Passos

Prefeito

Visto: Marina Haag

Assessoria Jurídica

Testemunhas:

Karina de Cassia Kohler Wendt

CPF: 004.292.619-00

Roberta Josiane Schafaschek

CPF: 082.906.499-08

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO Nº FMDR 02/2017 (PRESENCIAL)

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DESEN. RURAL DE CANOINHAS
Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano:
Licitação.....: 2/2017 - PR
Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE HORAS DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA E TRATOR DE ESTEIRAS, DESTINADAS AOS PROGRAMAS PORTEIRA ADENTRO E INCENTIVO A PECUÁRIA, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

Processo Administrativo:
1 - FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL

Total dos Itens Vencedores:
455.000,00

Item.....: 1	Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
- 37790 - HORAS DE ESCAVADEIRA HIDRAULICA - Unidade: hrs									
17503	VOLPESA	CONSTRUÇÕES LTDA ME		2.000,000	0,0000	180,0000	360.000,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA	EIRELE- EPP		2.000,000	0,0000	198,5000	397.000,00	Perdeu	2
15935	CHV SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM	LTDA		2.000,000	0,0000	201,2300	402.460,00	Perdeu	3
- 37797 - HORAS DE TRATOR ESTEIRA - Unidade: hrs									
17503	VOLPESA	CONSTRUÇÕES LTDA ME		500,000	0,0000	190,0000	95.000,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA	EIRELE- EPP		500,000	0,0000	200,0000	100.000,00	Perdeu	2
15935	CHV SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM	LTDA		500,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Canoinhas, Em/...../.....
MARCIANO FERNANDES CORREA - - Pregoeiro(a)
ROBERTA JOSIANE SCHAFASCHEK - - SUPLENTE PREGOEIRO
ADILSON FERNANDO RIBEIRO - - EQUIPE DE APOIO
KARINA DE CASSIA KOHLER WENDT - - SUPLENTE EQUIPE DE APOIO
MARINA HAAG - - 25.933/SC

Capinzal

PREFEITURA

FMAS CONTRATO 0255/2017 M

ESTADO DE SANTA CATARINA		
FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		

<p>Contrato Nº.: 0255/2017 M</p> <p>Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE CAPINZAL</p> <p>Contratada...: DEDETIZADORA PLANALTO E SERVICOS LTDA - ME</p> <p>Valor : 846,76 (oitocentos e quarenta e seis reais e setenta e seis centavos)</p> <p>Vigência : Início: 28/08/2017 Término: 28/08/2018</p> <p>Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0087/2017</p> <p>Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL Processo_Licitatório.....: 0118 / 2017</p> <p>Recursos : Dotação:</p> <p>Objeto : REGISTRO DE PREÇO para contratação de Empresa especializada para prestação de serviços de desinsetização e desratização nos imóveis pertencentes à Secretaria de Administração e Finanças; ao Fundo Municipal de Assistência Social e nas Unidades de Saúde, bem como em Bocas de Lobo, como ação preventiva no combate à proliferação de baratas e outros insetos vetores, para prevenção de doenças e melhorias da saúde pública.</p>		
Capinzal, 28 de Agosto de 2017		
KAMILLE SARTORI BEAL		

Contrato Nº.: 0060/2017

Contratante...: FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL

Contratada...: DENTAL OESTE EIRELI

Valor : 18.794,05 (dezoito mil setecentos e noventa e quatro reais e cinco centavos)

Vigência : Início: 28/08/2017 Término: 28/08/2018

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0011/2017 Processo_Licitatório.....: 0021 / 2017

Recursos : Dotação:

Objeto : REGISTRO DE PREÇO para aquisição de Material Odontológico para uso do Setor de Odontologia, no atendimento dos pacientes da Secretaria de Saúde.

Capinzal, 28 de Agosto de 2017

FMS CONTRATO 0061/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA		
FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRA-TUAL		

<p>Contrato Nº.: 0061/2017</p> <p>Contratante...: FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL</p> <p>Contratada...: DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E</p> <p>Valor : 16.131,10 (dezesesseis mil cento e trinta e um reais e dez centavos)</p> <p>Vigência : Início: 28/08/2017 Término: 28/08/2018</p> <p>Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0011/2017 Processo_Licitatório.....: 0021 / 2017</p> <p>Recursos : Dotação:</p> <p>Objeto : REGISTRO DE PREÇO para aquisição de Material Odontológico para uso do Setor de Odontologia, no atendimento dos pacientes da Secretaria de Saúde.</p>		
Capinzal, 28 de Agosto de 2017		

FMS CONTRATO 0059/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA		
FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		

<p>Contrato Nº.: 0059/2017</p> <p>Contratante...: FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL</p> <p>Contratada...: ASSISTENCIA ODONTOMEDICA EIRELI - ME</p> <p>Valor : 15.019,30 (quinze mil e dezenove reais e trinta centavos)</p> <p>Vigência : Início: 28/08/2017 Término: 28/08/2018</p> <p>Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0011/2017 Processo_Licitatório.....: 0021 / 2017</p> <p>Recursos : Dotação:</p> <p>Objeto : REGISTRO DE PREÇO para aquisição de Material Odontológico para uso do Setor de Odontologia, no atendimento dos pacientes da Secretaria de Saúde.</p>		
Capinzal, 28 de Agosto de 2017		

FMS CONTRATO 0062/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA		
FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRA-TUAL		

FMS CONTRATO 0060/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA		
FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRA-TUAL		

Contrato Nº.: 0062/2017
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL
Contratada....: SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA EPP
Valor : 19.738,45 (dezenove mil setecentos e trinta e oito reais e quarenta e cinco centavos)
Vigência : Início: 28/08/2017 Término: 28/08/2018
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0011/2017 Processo_Licitatório.....: 0021 / 2017
Recursos : Dotação:
Objeto : REGISTRO DE PREÇO para aquisição de Material Odontológico para uso do Setor de Odontologia, no atendimento dos pacientes da Secretaria de Saúde.
Capinzal, 28 de Agosto de 2017

FMS CONTRATO 0255/2017 M

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL
EXTRATO CONTRA-TUAL

Contrato Nº.: 0255/2017 M
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL
Contratada....: DEDETIZADORA PLANALTO E SERVICOS LTDA - ME
Valor : 10.327,26 (dez mil trezentos e vinte e sete reais e vinte e seis centavos)
Vigência : Início: 28/08/2017 Término: 28/08/2018
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0087/2017
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL Processo_Licitatório.....: 0118 / 2017
Recursos : Dotação:
Objeto : REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de desinsetização e desratização nos imóveis pertencentes à Secretaria de Administração e Finanças; ao Fundo Municipal de Assistência Social e nas Unidades de Saúde, bem como em Bocas de Lobo, como ação preventiva no combate à proliferação de baratas e outros insetos vetores, para prevenção de doenças e melhorias da saúde pública.
Capinzal, 28 de Agosto de 2017

FUMREBOM CONTRATO 0002/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUMREBOM-FUNDO MUNIC. DE REEQ. DE BOMB.DE CAPINZAL
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 0002/2017
Contratante...: FUMREBOM-FUNDO MUNIC. DE REEQ. DE BOMB.DE CAPINZAL
Contratada....: NOELA MARTA VIEIRA SARMENTO - ME
Valor : 7.600,00 (sete mil e seiscentos reais)
Vigência : Início: 28/08/2017 Término: 31/12/2017
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 0001/2017 Processo_Licitatório.....: 0003 / 2017
Recursos : Dotação:
Objeto : Aquisição de marmitas para Bombeiros do Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros de Capinzal. Com Recursos Próprios
Capinzal, 28 de Agosto de 2017

FUMREBOM PROCESSO LICITATÓRIO 0002/2017 PREGÃO PRESENCIAL 0001/2017 ALTERAÇÃO 2
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0002/2017**EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0001/2017**

Objeto: Aquisição de veículo automotivo para uso e manutenção das atividades do Corpo de Bombeiros Militar de Capinzal, com recursos próprios.

ADENDO Nº 002 ÀO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0001/2017

O Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros de Capinzal, pessoa jurídica de direito público interno, situado à Rua Carmelo Zócolli, 155, Centro, Capinzal, SC, inscrito no CNPJ sob nº 02.987.542/0001-25, através do Presidente, TORNA PÚBLICA a ocorrência de ALTERAÇÃO no EDITAL da licitação modalidade Pregão Presencial 0001/2017.

1. Em virtude do recebimento de impugnação, a qual foi deferida pela equipe jurídica do Município, fica alterada a descrição dos itens de:

Onde se lê:

Veículo novo, zero km, com ano/modelo de fabricação igual ou posterior a data de entrega; Motorização mínima: 1.8 flex ou diesel, tendo o mínimo de 1.700cc, com potência mínima de 130cv; Cabine dupla; Combustível: Flex ou Diesel; Transmissão automática e controle de tração; Deverá ter hodômetro digital e conta giros; Deverá ter carroceria em monobloco tipo pick up, com capacidade para 05 (cinco) lugares e com 04 (quatro) portas; Deverá ter os 05 (cinco) cintos de segurança retráteis com 03 (três) pontos de fixação; deverá ter apoio de cabeça com regulagem de altura para no mínimo 04 (quatro) ocupantes; Deverá ter alças de segurança dianteiras e traseiras; Chave com controle remoto ou Chave canivete com tele-comando; Deverá ter vidros elétricos nas 04 portas; Deverá ter retrovisores externos elétricos, com luzes indicadoras de direção integradas; Deverá ter capacidade de carga não inferior a 600 kg; deverá ter cinta para amarrar carga; deverá ter ganchos para amarração de carga na caçamba; deverá ter pelo menos 02 (duas) cintas para amarração de carga; Deverá ter capota marítima; Deverá ter direção hidráulica ou elétrica; travas elétricas com travamento automático, alarme antifurto, indicador de portas abertas, ar condicionado quente e frio, protetor de cárter, tapetes, rádio CD MP3/WMA integrado ao painel com RDS, viva voz bluetooth e entrada USB e função GPS, com no mínimo 04 (quatro) alto-falantes; Deverá possuir computador de bordo com seguintes funções mínimas: distâncias, consumo médio, consumo instantâneo, autonomia, velocidade média e tempo de percurso; e piloto automático; deverá indicar alerta de limite de velocidade e manutenção programada; Deverá ter quadro de instrumentos em display se possível colorido; O volante deverá ter revestimento em couro, com regulagem de altura, com os comandos de rádio acoplados; Deverá ter barras de teto longitudinais; Deverá ter câmera de ré com sensor de estacionamento Deverá ter faróis de neblina; Deverá ter rodas de liga leve com no mínimo 16" com pneus de uso misto; No mínimo 05 (cinco) Air Bags; Freio com sistema ABS nas 4 (quatro) rodas, com EBD; Interface de acionamento de alarme, trava e fechamento de vidros através de controle; Deverá ter desembaçador do vidro traseiro; Deverá ter trava da porta da caçamba com chave; Deverá ter engate de carretinha seguindo os padrões da legislação vigente (CTB); O veículo deverá ter pintura na cor vermelha (padrão Bombeiro Militar) consultar Corpo de Bombeiros; Deverá ter todos os itens de série e equipamentos obrigatórios por lei; A empresa fornecedora deverá entregar o veículo abastecido, com licenciamento e emplacamento prontos em nome do adquirente; A entrega não poderá ultrapassar 60 dias após a assinatura da ordem de compra; Garantia de atendimento em todas as oficinas autorizadas pela marca no Estado de Santa Catarina, caráter de urgência; Garantia mínima de 02 anos a contar

da entrega do veículo.

Leia-se:

Veículo novo, zero km, com ano/modelo de fabricação igual ou posterior a data de entrega; Motorização mínima: 1.8 flex ou diesel, tendo o mínimo de 1.700cc, com potência mínima de 130cv; Cabine dupla; Combustível: Flex ou Diesel; Transmissão automática e controle de tração; Deverá ter hodômetro digital e conta giros; Deverá ter carroceria em monobloco tipo pick up, com capacidade para 05 (cinco) lugares e com 04 (quatro) portas; Deverá ter os 05 (cinco) cintos de segurança retráteis com 03 (três) pontos de fixação; deverá ter apoio de cabeça com regulagem de altura para no mínimo 04 (quatro) ocupantes; Deverá ter alças de segurança dianteiras e traseiras; Chave com controle remoto ou Chave canivete com tele-comando; Deverá ter vidros elétricos nas 04 portas; Deverá ter retrovisores externos elétricos, com luzes indicadoras de direção integradas; Deverá ter capacidade de carga não inferior a 600 kg; deverá ter cinta para amarrar carga; deverá ter ganchos para amarração de carga na caçamba; deverá ter pelo menos 02 (duas) cintas para amarração de carga; Deverá ter capota marítima; Deverá ter direção hidráulica ou elétrica; travas elétricas com travamento automático, alarme antifurto, indicador de portas abertas, ar condicionado quente e frio, protetor de cârter, tapetes, rádio CD MP3/WMA integrado ao painel com RDS, viva voz bluetooth e entrada USB e função GPS, com no mínimo 04 (quatro) alto-falantes; Deverá possuir computador de bordo com seguintes funções mínimas: distâncias, consumo médio, consumo instantâneo, autonomia, velocidade média e tempo de percurso; e piloto automático; deverá indicar alerta de limite de velocidade e manutenção programada; Deverá ter quadro de instrumentos em display se possível colorido; O volante deverá ter revestimento em couro, com regulagem de altura, com os comandos de rádio acoplados; Deverá ter barras de teto longitudinais; Deverá ter câmera de ré com sensor de estacionamento Deverá ter faróis de neblina; Deverá ter rodas de liga leve com no mínimo 16"; No mínimo Air Bags duplo (Motorista e Passageiro); Freio com sistema ABS nas 4 (quatro) rodas, com EBD; Interface de acionamento de alarme, trava e fechamento de vidros através de controle; Deverá ter desembaçador do vidro traseiro; Deverá ter trava da porta da caçamba com chave; Deverá ter engate de carretinha seguindo os padrões da legislação vigente (CTB); O veículo deverá ter pintura na cor vermelha (padrão Bombeiro Militar) consultar Corpo de Bombeiros; Deverá ter todos os itens de série e equipamentos obrigatórios por lei; A empresa fornecedora deverá entregar o veículo abastecido, com licenciamento e emplacamento prontos em nome do adquirente; A entrega não poderá ultrapassar 60 dias após a assinatura da ordem de compra; Garantia de atendimento em todas as oficinas autorizadas pela marca no Estado de Santa Catarina, caráter de urgência; Garantia mínima de 02 anos a contar da entrega do veículo.

2. Face ao acima exposto, e em observância ao disposto no § 4º do art. 21 da Lei nº 8.666/93, fica ALTERADO para o dia 12/09/2017, às 08h25, o prazo de recebimento (protocolização) dos Envelopes nº 01 – Proposta Comercial e dos Envelopes nº 02 - Documentação dos interessados, cuja sessão pública de abertura e julgamento terá início a partir das 08h30 da mesma data.

Capinzal, 28 de agosto de 2017.
NILVO DORINI
Presidente

PMC CONTRATO 0255/2017 M

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRA-	
TUAL	

Contrato Nº.: 0255/2017 M

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

Contratada...: DEDETIZADORA PLANALTO E SERVICOS LTDA - ME

Valor : 795,98 (setecentos e noventa e cinco reais e noventa e oito centavos)

Vigência : Início: 28/08/2017 Término: 28/08/2018

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0087/2017 Processo_Licitatório.....: 0118 / 2017

Recursos : Dotação:

Objeto : REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de desinsetização e desratização nos imóveis pertencentes à Secretaria de Administração e Finanças; ao Fundo Municipal de Assistência Social e nas Unidades de Saúde, bem como em Bocas de Lobo, como ação preventiva no combate à proliferação de baratas e outros insetos vetores, para prevenção de doenças e melhorias da saúde pública.

Capinzal, 28 de Agosto de 2017

PORTARIA 0806/2017

PORTARIA Nº 0806, DE 20 DE JULHO DE 2017

Readapta servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições legais que lhe conferem o artigo 23 da Lei Complementar nº 006, de 05 de março de 1991, resolve:

Art. 1º Readaptar, conforme laudo médico, a servidora Marilei Aparecida Machado Klein, matrícula nº 331660/07, ocupante do cargo de Professor Nivel 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, sem alteração de classe ou referência, na secretaria do Centro Municipal de Educação Infantil Conquistando meu Espaço.

Parágrafo único: A servidora deve realizar atividades fora de sala de aula.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 01 de junho de 2017.

NILVO DORINI

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

MARCIA TERESINHA BONATO

Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 0807/2017

PORTARIA Nº 0807, DE 20 DE JULHO DE 2017

Concede licença para tratar de interesses particulares

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso VI do artigo 71 da Lei Complementar nº 006, de 05 de março de 1991 e em resposta ao requerimento, resolve:

Art. 1º Conceder Licença para Tratar de Interesses Particulares ao servidor Dejandir Bacher, matrícula nº 308013/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de cobrador de Tarifas do Transporte Coletivo, nível 98, referência E, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, pelo período de 01 de junho de 2017 a 31 de maio de 2019.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 20 de julho de 2017.

NILVO DORINI

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

SANDRO LUIZ TOALDO

Secretário de Infraestrutura

PORTARIA 0808/2017

PORTARIA Nº 0808, DE 21 DE JULHO 2017

Concede Progressão Funcional a servidor

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso das atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 34 e 35 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012 e conforme requerimento protocolado sob o nº 2523/2017, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por cursos de capacitação à servidora Gabriela Cristina Minks Lopes Duarte, matrícula nº 310131/02.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Fiscal de Saneamento, nível 159, referência H, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 159, referência I, do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 21 de julho de 2017.

NILVO DORINI

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

MARCIA TERESINHA BONATO

Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 0809/2017

PORTARIA Nº 0809, DE 23 DE JULHO DE 2017

Concede Licença Prêmio a servidor

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no das atribuições que lhe conferem o disposto no artigo 83 da Lei Complementar nº 006, de 05 de março de 1991, resolve:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio, conforme requerimento protocolado sob o nº 2338/2017, ao servidor Bonifacio Rubens Szemanski, matrícula nº 306924/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, nível 184, referência H, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, referente ao quinquênio de 03 de março de 1994 a 02 de março de 1999, pelo período de 01 de julho a 30 de setembro de 2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de julho de 2017.

NILVO DORINI

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

KAMILLE SARTORI BEAL

Secretária da Saúde

PORTARIA 0810/2017

PORTARIA Nº 0810, DE 21 DE JULHO DE 2017

Cessa efeito de portarias

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Cessar efeito da portaria nº 0043, de 02 de janeiro de 2017, que designou o servidor Marcos Roberto Antunes da Costa, matrícula nº 314684/01, para responder pelo Setor de Fiscalização de Obras e concedeu FC – 2 ao servidor.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de julho de 2017.

NILVO DORINI

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

IVAIR LOPES RODRIGUES

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 0811/2017

PORTARIA Nº 0811, DE 21 DE JULHO DE 2017

Designa servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Complementar nº 088, de 22 de dezembro de 2005, alterada pela Lei Complementar nº 129, de 12 de agosto de 2009 e pela Lei Complementar nº 186, de 11 de novembro de 2015, resolve:

Art. 1º Designar Marcos Roberto Antunes da Costa, matrícula nº 314684/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Fiscal de Obras e Posturas, nível 392, referência I, conforme o anexo I da lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, para responder pelo Departamento de Vigilância Sanitária.

Art. 2º Conceder gratificação FC – 3 ao servidor.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 01 de julho de 2017.

NILVO DORINI

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

KAMILLE SARTORI BEAL

Secretária da Saúde

PORTARIA 0812/2017

PORTARIA Nº 0812, DE 21 DE JULHO DE 2017

Concede Função de Chefia

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Complementar nº 088, de 22 de dezembro de 2005, alterada pela Lei Complementar nº 129, de 12 de agosto de 2009 e pela Lei Complementar nº 186, de 11 de novembro de 2015, resolve:

Art. 1º Conceder Função de Chefia de Acúmulo de Função (FC – 1) ao servidor Laercio Carlos Fachin, matrícula nº 312940/01

ocupante do cargo de provimento efetivo de Zelador, nível 309, referência G, conforme o Anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de julho de 2017.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

IVAIR LOPES RODRIGUES
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 0813/2017

PORTARIA Nº 0813, DE 24 DE JULHO DE 2017

Readapta servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições legais que lhe conferem o artigo 23 da Lei Complementar nº 006, de 05 de março de 1991, resolve:

Art. 1º Readaptar, conforme laudo médico, a servidora Vera Lucia da Costa, matrícula nº 325643/01, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, sem alteração de classe ou referência, na Rodoviária Municipal.

Parágrafo único: A servidora deve retornar às suas atividades laborais de origem, de forma gradual, respeitando as seguintes condições:

- 1ª semana laborada – pausa de 20 minutos a cada hora laborada;
- 2ª semana – pausa de 15 minutos a cada hora laborada;
- 3ª semana – pausa de 10 minutos a cada hora laborada;
- 4ª semana – pausa de 5 minutos a cada hora laborada;
- 5ª semana – nova reavaliação médica;

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 24 de julho de 2017.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

SANDRO LUIZ TOALDO
Secretário da Infraestrutura

PORTARIA 0814/2017

PORTARIA Nº 0814, DE 24 DE JULHO DE 2017

Exonera servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar, conforme requerimento protocolado sob o nº 2487/2017, Bruna Toti da Silva, matrícula nº 410101/02, ocupante do cargo de Chefe do Departamento de Controle e Manutenção, nível CC - 1, conforme o anexo III - A da Lei Complementar nº 146/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 24 de julho de 2017.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

IVAIR LOPES RODRIGUES
Secretário da Infraestrutura

portaria 0815/2017

PORTARIA Nº 0815, DE 31 DE JULHO DE 2017

Concede Licença Maternidade

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Conceder Licença Maternidade, pelo período de 01 de agosto a 28 de novembro de 2017, conforme atestado médico, à servidora Jesielle Pilonetto Lopes Duarte, matrícula nº 334715/021, ocupante do cargo de Professor nível 1, classe 7, referência A, conforme o Anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de agosto de 2017.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

MARCIA TERESINHA BONATO
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 0816/2017

PORTARIA Nº 0816, DE 31 DE JULHO DE 2017

Concede Licença Maternidade

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Conceder Licença Maternidade, pelo período de 31 de julho a 27 de novembro de 2017, conforme atestado médico, à servidora Wilzieline Franco Sobral da Costa, matrícula nº 334383/01, ocupante do cargo de Professor nível 1, classe 7, referência A, conforme o Anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 31 de julho de 2017.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

MARCIA TERESINHA BONATO
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 0817/2017

PORTARIA Nº 0817, DE 31 DE JULHO DE 2017

Concede Licença Maternidade

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Conceder Licença Maternidade, pelo período de 31 de julho a 27 de novembro de 2017, conforme atestado médico, à servidora Tania Masson Poier, matrícula nº 333808/01, ocupante do cargo de Professor nível 1, classe 7, referência A, conforme o Anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 31 de julho de 2017.

NILVO DORINI

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

MARCIA TERESINHA BONATO

Secretária da Educação, Cultura e Esportes

CÂMARA MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0012/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº 0001/2017

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 0012/2017

Pregão Presencial Nº 0001/2017

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de Móveis e Equipamentos para a Câmara Municipal de Vereadores de Capinzal. Recursos Próprios.

ENTREGA DE ENVELOPES E ABERTURA: Os Envelopes de Propostas e Documentos deverão obrigatoriamente ser protocolados no Setor de Protocolo até as 14:00 horas, para abertura da Seção às 14:05 horas do dia 18/09/2017.

CREDENCIAMENTO: Os documentos de Credenciamento deverão vir fora dos envelopes, em cópias autenticadas, em mãos, a serem entregues na hora da abertura da seção.

Menor Preço Item

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL:

Câmara Municipal de Vereadores de Capinzal

Rua Alexandre Thomazoni, nº 120, Centro, Capinzal, SC, CEP: 89.665-000

No sítio: www.camaracapinzal.sc.gov.br

HORÁRIO: Das 8:30 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

TELEFONE Nº (0xx49) 3555-2399

Capinzal, SC, 29 de agosto de 2017.

GILMAR JUNIOR DA SILVEIRA

Presidente

Caxambu do Sul

PREFEITURA

TERMO DE COMPROMISSO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PP 027-2017 PCS - RL CONCRETOS LTDA

TERMO DE COMPROMISSO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 061/2017 PCS

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 027/2017 PCS

O Município de Caxambu do Sul, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.021.816/0001-29, com sede administrativa na Avenida Presidente Getúlio Vargas, 615, Centro, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Glauber Burtet, e a empresa RL CONCRETOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 01.784.014/0001-06, nesta Ata representada pelo seu Procurador, Sr. Romeu Lenhardt, portador do CPF nº 182.537.769-34, nos termos das Leis nº. 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 027/2017 PCS, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso para a possível aquisição de tubos de concreto para utilização em vias do Município de Caxambu do Sul, conforme especificações constantes no Anexo "A" do Processo licitatório nº 061/2017 PCS, modalidade de Pregão Presencial SRP nº 027/2017 PCS.

ITEM	QUANTIDADE	UNID.	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO EM R\$
1	400,00	UNID.	TUBO DE CONCRETO, MEDINDO 20CM X 1 METRO.	23,50
2	400,00	UNID.	TUBO DE CONCRETO, MEDINDO 30CM X 1 METRO.	29,00
3	1.000,00	UNID.	TUBO DE CONCRETO, MEDINDO 40CM X 1 METRO.	43,00
4	1.000,00	UNID.	TUBO DE CONCRETO, MEDINDO 60CM X 1 METRO.	64,50
5	100,00	UNID.	TUBO DE CONCRETO, MEDINDO 80CM X 1 METRO.	133,00
6	150,00	UNID.	TUBO DE CONCRETO, MEDINDO 80CM X 1 METRO C.A. 1.	162,00
7	100,00	UNID.	TUBO DE CONCRETO, MEDINDO 100CM X 1 METRO.	212,00
8	200,00	UNID.	TUBO DE CONCRETO, MEDINDO 100CM X 1 METRO C.A. 1.	262,00

Cláusula Segunda – Da validade da Ata

A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Caxambu do Sul não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do artigo 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no artigo 65 da Lei 8.666/93.

Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro

A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial SRP nº 027/2017 PCS e a proposta da Detentora da Ata.

Fica eleito o Foro da Comarca de Chapeco - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 10.520/2002, Lei 8.666/93, e se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

Caxambu do Sul - SC, em 28 de agosto de 2017.

RL CONCRETOS LTDA
Romeu Lenhardt

GLAUBER BURTET,
Prefeito Municipal.

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

PORTARIA N° 365/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIA N° 365/2017

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, de conformidade com a Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e disposições da Lei Complementar n° 007, de 23.12.99 e Lei Complementar n°. 008, de 23.12.99,

RESOLVE:

Art.1º Fazer cessar os efeitos da Portaria n° 300/2008 de 15.08.2008, que disponibilizou a Servidora JAQUELINE FRANCISCO, ocupante do cargo efetivo de Oficial de Nível Médio, para exercer suas funções junto ao Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina, na Comarca de Ituporanga.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 28 de agosto de 2017.

MARLI GORETTI KAMMERS

Prefeita Municipal

Chapecó

PREFEITURA

EDITAL SEDUC Nº 020/2017

EDITAL SEDUC Nº 020/2017

Convoca candidatos interessados para inscrição e respectiva escolha de vagas visando à contratação de pessoal em caráter temporário para o Magistério Público Municipal no ano letivo de 2017 e apresenta correspondente Quadro de Vagas mediante Chamada Pública, conforme Edital SEDUC Nº 001/2017.

SANDRA MARIA GALERA, Secretária de Educação do Município de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 37 da Constituição Federal, Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar n. 531, de 23 de maio de 2014, em razão de esgotada a listagem de candidatos classificados, por área de atuação e/ou disciplina, no Processo Seletivo Público n. 002/2016, TORNA PÚBLICO o presente Edital para divulgar o que segue:

1. CONVOCAÇÃO PARA INSCRIÇÃO E ESCOLHA DE VAGAS: ficam convocados os candidatos interessados (pessoalmente ou mediante procuração por instrumento público ou particular contendo poder específico para o ato, sendo necessário o reconhecimento de firma em cartório, pelo outorgante, com a devida apresentação de documento de identidade original daquele que efetuar a inscrição e escolha - candidato ou procurador) para inscrever-se na Chamada Pública e realizar a respectiva escolha de vagas, nos termos do Edital SEDUC Nº 001/2017, mediante apresentação na Secretaria de Educação do Município (SEDUC), situada na Rua Jonas Rauhen, nº 53 E, Centro, Chapecó/SC, munidos da documentação estabelecida em item 5 do instrumento editalício mencionado (originais e cópia simples legível para conferência ou somente cópia autenticada em cartório de: Cédula de Identidade e CPF; Comprovante da habilitação; Comprovante de Tempo de Serviço no Magistério computado até 20 de dezembro de 2016, observado o disposto em subitem 3.1 do Edital SEDUC 001/2017 quanto à reserva de vagas para pessoas com deficiência), conforme Cronograma a seguir:

DATA	HORÁRIO DE INÍCIO	ÁREA DE ATUAÇÃO/DISCIPLINA
30/08/2017	13:30h	Ensino Religioso

2. DO QUADRO DE VAGAS:

ÁREA DE ATUAÇÃO/DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	TURNO	UNIDADE ESCOLAR	PRAZO CONTRATAÇÃO
Ensino Religioso	40	MAT/VESP	EBM JARDIM DO LAGO	31/08 a 30/09/2017

2.1. A vaga apresentada na referida Chamada Pública motiva-se pelo disposto em art. 2º, inciso II da Lei Complementar n. 531, de 23 de maio de 2014.

Município de Chapecó, 29 de agosto de 2017.

SANDRA MARIA GALERA
Secretária de Educação

EXTRATO TERMO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO Nº. 016/2017

EXTRATO TERMO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO Nº. 016/2017

CONCEDENTE – Prefeitura Municipal de Chapecó.

CONVENIADO – UNIMED Chapecó Cooperativa de Trabalho Médico da Região Oeste Catarinense.

OBJETO – O presente Acordo de Cooperação tem como objeto, o patrocínio financeiro, para o desenvolvimento de ações voltadas ao Turismo de Negócios no município de Chapecó, quando da realização da XX Edição da Exposição Feira Agropecuária, Industrial e Comercial de Chapecó – SC, no período de 06 à 15 de Outubro de 2017, no Parque de Exposições Tancredo de Almeida Neves.

DO PRAZO E DA VIGÊNCIA – O presente Acordo de Cooperação vigorará a partir da data de sua assinatura até 30 de Outubro de 2017, facultada a sua revisão, por acordo entre as partes, mediante comunicação por escrito.

DATA E ASSINATURAS – Chapecó, 14 de Agosto de 2017 – Luciano José Buligon, Prefeito Municipal de Chapecó, Marcio Ernani Sander, Secretario de Desenvolvimento Econômico e Turismo, Dr. José Pegoraro Foresti, Presidente da Entidade.

LEI Nº. 7.018, DE 25 DE AGOSTO DE 2017.

LEI Nº. 7.018, DE 25 DE AGOSTO DE 2017.

Dispõe sobre a instituição da Política Pública de Educação Integral no Sistema Municipal de Ensino de Chapecó.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Chapecó aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituída a Política Pública de Educação Integral no Sistema Municipal de Ensino de Chapecó.

Art. 2º São diretrizes para sua implementação:

I - a educação deve visar ao pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, nos termos da Lei Orgânica do Município e da Lei Complementar nº 48/1997 que criou o Sistema Municipal de Ensino.

II - as múltiplas dimensões das pessoas, referentes ao desenvolvimento de competências cognitivas e socioemocionais relacionadas com qualidades pessoais, interpessoais, sociais e produtivas, devem ser contempladas nos Projetos Pedagógicos e nos currículos

escolares.

III - por competência é entendida a mobilização de forma integrada de conhecimentos, habilidades e atitudes, valores e emoções, para o relacionamento com os outros e consigo mesmo, o estabelecimento e o atingimento de objetivos e o enfrentamento de situações novas de maneira criativa e construtiva.

IV - competências socioemocionais e cognitivas são indissociáveis no desenvolvimento do currículo, interligando-se na construção de saberes da Base Nacional Comum e da Parte Diversificada, tratadas integralmente.

V - o currículo das escolas deve definir colaborativamente, com todos os atores da comunidade escolar, um conjunto articulado e flexível de competências norteadoras das ações educativas, bem como priorizá-las no processo educacional, considerando as diferenças e especificidades das modalidades de ensino, bem como a diversidade dos estudantes e das regiões da cidade.

VI - os projetos pedagógicos e os currículos devem prever tempos flexíveis, espaços diversificados e infraestrutura adequada, com estratégias e metodologias pertinentes para que se promova intencionalmente a formação multidimensional dos estudantes.

Art. 3º Os órgãos de gestão do Sistema Municipal de Ensino devem estimular, orientar, apoiar e acompanhar as escolas, inclusive com ações formativas visando à consecução da Educação Integral, podendo, atendidos os requisitos legais, efetivar tais ações mediante a cooperação de instituições e profissionais, desde que experientes e qualificadas para isso.

Art. 4º O Conselho Municipal de Educação normatizará o que for necessário no campo pedagógico para a aplicação desta Lei.

Art. 5º A Secretaria de Educação procederá à operacionalização do cumprimento desta Lei, bem como desenvolverá ações no sentido de, mediante regime de colaboração com o Estado e a União, alargar a abrangência a todas as escolas do território chapecoense na implementação desta Política Pública.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,
em 25 de agosto de 2017.
LUCIANO JOSÉ BULIGON
Prefeito Municipal.

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 002/2017 ERRATA EDITAL DAS NOTAS DA PROVA ESCRITA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 002/2017**ERRATA EDITAL DAS NOTAS DA PROVA ESCRITA**

Luciano José Buligon, Prefeito de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados, **ERRATA do edital das notas da prova escrita**, referente ao Processo Seletivo Público, conforme abaixo:

Onde lê-se:

Cargo: Agente Comunitário de Saúde – Área: Vila Real (urbana)									
Classificação	Nº Inscrição	Nome do Candidato	Conhecimentos Específicos	Conhecimentos Básicos em Saúde	Matemática	Português	Nota final da prova objetiva		
1º	375	ROSIANE DA SILVA VITENCOURT	21	9	4	9	8,6		
2º	050	GEISIDIO NASCIMENTO	21	6	5	9	8,2		
3º	088	POLIANA BORGES VIEIRA	20	8	3	10	8,2		
5º	209	ANDREIA DO AMARAL	23	9	3	5	8,0		
6º	128	ELIONES BATISTA DOS SANTOS	21	8	4	7	8,0		
7º	095	VIVIAN GRANZIELI MERTZ ZILLI	20	8	4	8	8,0		
8º	125	ELIZETE BONAFE RAMOS	19	8	4	9	8,0		
9º	061	MIRIAN MONTIEL	20	9	4	6	7,8		
10º	299	DAYANE DA SILVA	22	7	2	7	7,6		
11º	179	ANDRIANE D CESARO DE CARLI	21	6	3	8	7,6		
12º	018	IVANI ALVES PEREIRA	22	7	3	5	7,4		
13º	208	VALERIA ALVES DO AMARAL ROSARIO	20	8	2	7	7,4		



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**

14º	387	KAUANE FRANCIÉLE MACHADO	19	8	3	7	7,4
15º	042	BELONICE MAZZETTO	19	8	3	7	7,4
16º	006	DIRCE ALVES PEREIRA	19	8	3	7	7,4
17º	193	KEILA DA SILVA	19	7	3	7	7,2
18º	067	FRANCIANE CERRY DA ROSA	17	6	4	9	7,2
19º	031	CLEUNICE DE MATTOS CALIONI PILONI	18	9	4	4	7,0
20º	127	FRANCIÉLI TERESINHA REZENDE	18	8	3	6	7,0
21º	219	JULIANA PEROZA	18	6	3	7	6,8
22º	337	ANDRESSA DE SOUZA	14	9	3	8	6,8
23º	003	JESSICA ADRIANA DE MATOS	19	7	0	7	6,6
24º	069	ADRIANA MOREIRA	17	7	3	6	6,6
25º	391	ELENICE DA LUZ TEODORO HEXSEL	16	5	3	9	6,6
26º	246	CLEUSA DE LURDES CORREA CHAVES	15	8	4	6	6,6
27º	124	ALEXANDRA BONAFE	18	7	1	5	6,2
28º	181	ILDA GRGOLIN DE CARLI	18	6	2	5	6,2
29º	001	GRAZIELI DE ALMEIDA	16	7	1	7	6,2
30º	033	SANDRA REGINA COITO	15	8	4	4	6,2
31º	091	CENILDA SOARES LEITE NETO	14	9	3	5	6,2
32º	272	CINTYA FONTANELA BERNARDI	18	7	1	4	6,0
33º	058	IVANIA BONAFE	15	7	0	6	5,6
34º	224	IVANETE MASIEIRO	13	8	2	5	5,6
35º	386	ANA PAULA STANICHUK BERNASKI	13	6	1	5	5,0
Reprovado	054	JOICELI SOARES FERREIRA	7	5	1	5	3,6
	140	ANGELA CRISTINA GONÇALVES BERNARDO	-	-	-	-	FALTANTE
	343	ANGELICA DE MELO VASOLER	-	-	-	-	FALTANTE
	176	DORACI BRUTSCHER WISKOW	-	-	-	-	FALTANTE
	359	FLAVIO ALVES DO AMARAL	-	-	-	-	FALTANTE



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**

279	FABIANA MAIVALD	-	-	-	-	-	FALTANTE
298	ROSA NILVA PIRES DOS SANTOS CAMPO	-	-	-	-	-	FALTANTE

Leia-se:

Cargo: Agente Comunitário de Saúde – Área: Vila Real (urbana)							
Classificação	Nº Inscrição	Nome do Candidato	Conhecimentos Específicos	Conhecimentos Básicos em Saúde	Matemática	Português	Nota final da prova objetiva
1º	375	ROSIANE DA SILVA VITENCOURT	21	9	4	9	8,6
2º	050	GEISI DO NASCIMENTO	21	6	5	9	8,2
3º	088	POLIANA BORGES VIEIRA	20	8	3	10	8,2
4º	209	ANDREIA DO AMARAL	23	9	3	5	8,0
5º	128	ELIONES BATISTA DOS SANTOS	21	8	4	7	8,0
6º	095	VIVIAN GRANZIELI MERTZ ZILLI	20	8	4	8	8,0
7º	125	ELIZETE BONAFE RAMOS	19	8	4	9	8,0
8º	061	MIRIAN MONTIEL	20	9	4	6	7,8
9º	299	DAYANE DA SILVA	22	7	2	7	7,6
10º	179	ANDRIANE D CESARO DE CARLI	21	6	3	8	7,6
11º	018	IVANI ALVES PEREIRA	22	7	3	5	7,4
12º	208	VALERIA ALVES DO AMARAL ROSARIO	20	8	2	7	7,4
13º	387	KAUANE FRANCIELE MACHADO	19	8	3	7	7,4
14º	042	BELONICE MAZZETTO	19	8	3	7	7,4
15º	006	DIRCE ALVES PEREIRA	19	8	3	7	7,4
16º	193	KEILA DA SILVA	19	7	3	7	7,2
17º	067	FRANCIANE CERRY DA ROSA	17	6	4	9	7,2



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**

18º	031	CLEUNICE DE MATTOS CALIONI PILONI	18	9	4	4	7,0
19º	127	FRANCIELI TERESINHA REZENDE	18	8	3	6	7,0
20º	219	JULIANA PEROZA	18	6	3	7	6,8
21º	337	ANDRESSA DE SOUZA	14	9	3	8	6,8
22º	003	JESSICA ADRIANA DE MATOS	19	7	0	7	6,6
23º	069	ADRIANA MOREIRA	17	7	3	6	6,6
24º	391	ELENICE DA LUZ TEODORO HEXSEL	16	5	3	9	6,6
25º	246	CLEUSA DE LURDES CORREA CHAVES	15	8	4	6	6,6
26º	124	ALEXANDRA BONAFE	18	7	1	5	6,2
27º	181	ILDA GRGOLIN DE CARLI	18	6	2	5	6,2
28º	001	GRAZIELI DE ALMEIDA	16	7	1	7	6,2
29º	033	SANDRA REGINA COITO	15	8	4	4	6,2
30º	091	CENILDA SOARES LEITE NETO	14	9	3	5	6,2
31º	272	CINTYA FONTANELA BERNARDI	18	7	1	4	6,0
32º	058	IVANIA BONAFE	15	7	0	6	5,6
33º	224	IVANETE MASIEIRO	13	8	2	5	5,6
34º	386	ANA PAULA STANICHUK BERNASKI	13	6	1	5	5,0
Reprovado	054	JOICELI SOARES FERREIRA	7	5	1	5	3,6
	140	ANGELA CRISTINA GONÇALVES BERNARDO	-	-	-	-	FALTANTE
	343	ANGELICA DE MELO VASOLER	-	-	-	-	FALTANTE
	176	DORACI BRUTSCHER WISKOW	-	-	-	-	FALTANTE
	359	FLAVIO ALVES DO AMARAL	-	-	-	-	FALTANTE
	279	FABIANA MAIVALD	-	-	-	-	FALTANTE
	298	ROSA NILVA PIRES DOS SANTOS CAMPO	-	-	-	-	FALTANTE



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ

Chapecó-SC, 23 de Agosto de 2017.

LUCIANO JOSÉ BULIGON
Prefeito Municipal

Cocal do Sul

PREFEITURA

ATO DELEGATÓRIO - OFÍCIO N. 156/17 - GP

Cocal do Sul, 23 de agosto de 2017.

OFÍCIO N. 156/17 – GP

Ilustríssimo Senhor
GERENTE DO BANCO DO BRASIL S/A
Agência Cocal do Sul
NESTA

ATO DELEGATÓRIO

Através do presente ato, para fins de movimentação financeira perante o Banco do Brasil, ficam responsáveis pela movimentação de contas da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE COCAL DO SUL - FUNDAC, CNPJ n. 09.566.745/0001-97, os Senhores JOSIAS SORATO – Diretor Superintendente da Fundação Municipal do Meio Ambiente de Cocal do Sul, portador do CPF nº. 006.964.579-54, RG nº. 3776041 e o Senhor NILTON GONÇALVES – Diretor Operacional da Fundação Municipal do Meio Ambiente de Cocal do Sul, portador do CPF nº. 461.547.019-34, RG nº. 1.357.644, conforme estabelecido os poderes abaixo relacionados:

- Emitir cheques;
- Abrir contas de depósito;
- Autorizar cobrança;
- Utilizar o crédito aberto na forma e condições;
- Receber, passar recibo e dar quitação;
- Solicitar saldos e extratos;
- Requisitar talonários de cheques;
- Autorizar débito em conta relativo a operações;
- Retirar cheques devolvidos;
- Endossar cheque;
- Requisitar Cartão eletrônico;
- Movimentar conta corrente com cartão eletrônico;
- Sustar/Contra-Ordenar cheques;
- Cancelar cheques;
- Baixar cheques;
- Efetuar resgates/aplicações financeiras;
- Efetuar saques – conta corrente;
- Efetuar saques – poupança;
- Cadastrar, alterar e desbloquear senhas;
- Efetuar pagamentos por meio eletrônico;
- Efetuar transferências por meio eletrônico;
- Liberar arquivos de pagamentos no GER. Financeiro/AASP;
- Solicitar saldos/extratos de investimentos;
- Solicitar saldos/extratos de operações de crédito;
- Emitir comprovantes;
- Efetuar transferência para mesma titularidade – meio eletrônico;
- Encerrar contas de depósito;
- Consultar obrigações de débito direto autorizado-DDA.

Atenciosamente

JOSIAS SORATO

Diretor Superintendente da Fundação Municipal do Meio Ambiente de Cocal do Sul – FUNDAC

NILTON GONÇALVES

Diretor Operacional da Fundação Municipal do Meio Ambiente de Cocal do Sul – FUNDAC

LEI COMPLEMENTAR N. 73

LEI COMPLEMENTAR N. 73, de 23 de agosto de 2017.

ALTERA A REDAÇÃO DOS ARTS. 25 E 29, E DOS CAPUT'S DOS ARTS. 27 E 28 DA LEI N. 303, DE 23 DE DEZEMBRO DE 1997, ACRESCENTA O ART. 27-A À LEI 303 DE 23 DE DEZEMBRO DE 1997, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu, ADEMIR MAGAGNIN. Prefeito Municipal de Cocal do Sul. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º. O art. 25 da Lei 303, de 23 de dezembro de 1997, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 25. A base de cálculo do imposto é o VVBD – Valor Venal dos Bens ou Direitos Transmitidos, Cedidos ou Permutados, no momento da Transmissão, da Cessão ou da Permuta.

§ 1º O VVBD – Valor Venal dos Bens ou Direitos Transmitidos, Cedidos ou Permutados, no momento da Transmissão, da Cessão ou da Permuta será determinado pela administração fazendária, através de avaliação com base nos elementos aferidos no mercado imobiliário (através de apresentação de avaliação imobiliária expedida por profissional competente) ou no valor Declarado pelo sujeito passivo, se este último for maior, não podendo estes valores estarem a baixo do valor venal do imóvel, objeto da transmissão.

a) não havendo acordo entre a Fazenda Pública e o Contribuinte, o valor será determinado por avaliação imobiliária expedida por profissional competente;

b) as custas oriundas da avaliação imobiliária ficará por conta do sujeito passivo.

§ 2º Nas tornas ou reposições, a base de cálculo será o valor da fração ideal.

§ 3º Na instituição de fideicomisso, na concessão real de uso e na cessão de direitos de usufruto a base de cálculo será o valor do negócio jurídico ou o valor venal do bem imóvel, se maior.

§ 4º O VVBD – Valor Venal dos Bens ou Direitos Transmitidos, Cedidos ou Permutados, no momento da Transmissão, da Cessão ou da Permuta para imóveis rurais, ficam em conformidade com a tabela de parâmetros do anexo XI, por hectare, ou pelo valor Declarado pelo sujeito passivo, se este último for maior.”

Art. 2º. O caput do art. 27 da Lei 303, de 23 de dezembro de 1997, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 27. O imposto será arrecadado antes de efetivar-se o ato ou contrato sobre o qual incide, se por instrumento público, e no prazo de 30 (trinta) dias de sua data, se por instrumento particular, em caso de pagamento a vista”.

Art. 3º. Acrescenta o art. 27-A à Lei 303, de 23 de dezembro de 1997, com a seguinte redação:

“Art. 27-A. A Secretaria de Administração, Planejamento, Fazenda e Finanças Públicas, poderá conceder o parcelamento em até 10 (dez) vezes, do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis e de Direitos a Eles Relativos – ITBI.

§ 1º O parcelamento que trata o caput deste artigo será concedido ao contribuinte que o solicitar através de requerimento por documento com firma reconhecida, desde que esteja em dia com suas obrigações junto ao Município de Cocal do Sul.

§ 2º O parcelamento concedido ao contribuinte implicará no reconhecimento da procedência do crédito e na concordância com a base de cálculo adotada.

§ 3º O contribuinte que atrasar a mensalidade incorrerá em multa e juros determinados, nos termos deste código tributário.

§ 4º O crédito tributário, objeto de parcelamento, será acrescido de 2% para cada mês parcelado, incidente sobre o montante do crédito.

§ 5º O valor de cada parcela será obtido mediante a divisão do valor apurado nos termos do parágrafo anterior, obedecendo os critérios da tabela progressiva anexa a esta lei.

§ 6º Anterior a quitação integral do parcelamento que trata o caput deste artigo a responsabilidade sobre futuros lançamentos e débitos já existentes será do transmitente”.

Art. 4º. O art. 28, da Lei 303, de 23 de dezembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 28. Na arrematação, adjudicação ou remissão, o contribuinte iniciará o pagamento do imposto dentro de 30 (trinta) dias desses atos”.

Art. 5º. O art. 29 da Lei 303, de 23 de dezembro de 1997 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 29. Não serão lavrados, registrados, inscritos ou averbados pelos tabeliães, escrivães e oficial de registro de imóveis, os atos e termos do seu cargo, sem a prova da quitação integral do imposto.

Parágrafo único. Após a constatação, pelo setor de Tributos, do pagamento da importância integral do imposto, e não havendo débitos em aberto referente ao imóvel objeto da transmissão, será liberada a certidão do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis e de Direitos a Eles Relativos – ITBI”.

Art. 6º O Poder Executivo Municipal terá (90) noventa dias após a publicação da presente lei para a sua regulamentação.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos a partir de 1º de Janeiro de 2018, em observância à regra contida nas alíneas “b e “c”, inc. III, do art. 150 da Constituição Federal.

Art. 8º Revogam-se as Leis 1.213, de 03 de setembro de 2014 e 1.351, de 31 de maio de 2017.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 23 de agosto de 2017.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej. Fazenda e

Finanças Públicas

Anexo da Lei Complementar nº. 73, de 23 de agosto de 2017.

LEI N. 1.364

LEI Nº. 1.364, de 23 de agosto de 2017.

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI MUNICIPAL Nº 1.219, DE 18 DE SETEMBRO DE 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu, ADEMIR MAGAGNIN. Prefeito Municipal de Cocal do Sul. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente lei:

Art. 1º Dá-se nova redação à alínea “a” do inciso I, do art. 3º., da Lei Municipal nº 1.219, de 18 de setembro de 2014, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º

[...]

a) Isenção de IPTU para empresas com terrenos cedidos pela Prefeitura Municipal de Cocal do Sul e terrenos industriais privados, por 02(dois) anos, em até 100%(cem por cento) do valor devido”.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 23 de agosto de 2017.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e

Finanças Públicas

Concórdia

PREFEITURA

DECRETO Nº 6.203 MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 6.203, DE 10 DE AGOSTO DE 2017.
Abre crédito suplementar e especial, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei nº 4.974, de 10 de agosto de 2017.

DECRETA:

Art. 1º Fica anulada parte das dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão	07	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE
Unidade Orçamentária	07.02	Fundo Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária
Projeto/Atividade	20.0606.0035.2304	Ações da Extensão Rural – FUMDEAGRO
Elemento	4.4.50.00.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos
Fonte de Recursos	01.000001	Recursos Ordinários – PMC R\$ 800.000,00
Órgão	16	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA
Unidade Orçamentária	16.01	Fundação Municipal de Cultura
Projeto/Atividade	13.0122.0074.1401	Modernização e Organização Administrativa da FMC
Elemento	4.4.90.00.00.00.00.00	Investimentos – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01.000001	Recursos Ordinários – PMC R\$ 20.000,00
Projeto/Atividade	13.0392.0073.2403	Ações da Difusão Cultural – FMC
Elemento	3.3.90.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01.000001	Recursos Ordinários – PMC R\$ 50.000,00
TOTAL ANULADO		R\$ 870.000,00

Art. 2º Com os recursos de que trata o art. 1º deste Decreto, ficam suplementadas as dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão	07	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE
Unidade Orçamentária	07.01	Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente
Projeto/Atividade	20.0606.0030.2026	Ações da Extensão Rural – SEMADRA
Elemento	3.3.90.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01.000001	Recursos Ordinários – PMC R\$ 800.000,00
Órgão	16	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA
Unidade Orçamentária	16.01	Fundação Municipal de Cultura
Projeto/Atividade	13.0122.0071.2401	Manutenção das Atividades-meio da FMC
Elemento	3.3.90.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01.000001	Recursos Ordinários – PMC R\$ 70.000,00
TOTAL SUPLEMENTADO		R\$ 870.000,00

Art. 3º Ficam suplementadas, com recursos do superávit financeiro verificado no exercício de 2016, as dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão	07	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE
Unidade Orçamentária	07.02	Fundo Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária
Projeto/Atividade	20.0606.0035.2304	Ações da Extensão Rural – FUMDEAGRO
Elemento	3.3.90.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	03.000004	Recursos Ordinários – FUMDEAGRO – Superávit do Exercício Anterior R\$ 262.211,19
Órgão	08	SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E OBRAS

Unidade Orçamentária	08.01	Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras
Projeto/Atividade	15.0451.0041.2031	Ações de Sinalização Urbana – SEMURB
Elemento	3.3.50.00.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos
Fonte de Recursos	03.000001	Recursos Ordinários – Prefeitura – Superávit do Exercício Anterior R\$ 24.000,00
TOTAL SUPLEMENTADO		R\$ 286.211,19

Art. 4º Ficam suplementadas, com recurso do provável excesso de arrecadação, devido a recurso proveniente de convênio, as dotações constantes nos elementos do seguinte projeto/atividade do orçamento vigente:

Órgão	07	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE
Unidade Orçamentária	07.01	Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente
Projeto/Atividade	20.0606.0030.2026	Ações da Extensão Rural – SEMADRA
Elemento	4.4.90.00.00.00.00.00	Investimentos – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01.340000	Transferências de Convênios – União R\$ 300.000,00
Elemento	3.3.90.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01.640001	Transferências de Convênios – Estado R\$ 50.000,00
TOTAL SUPLEMENTADO		R\$ 350.000,00

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

JACIR HERMINIO MAZOCCO
Secretário Municipal de Finanças

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 10 de agosto de 2017.
VALDECIR FILIPPI FRANZEN
Diretor Administrativo

DECRETO Nº 6.204 **MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**

DECRETO Nº 6.204, DE 11 DE AGOSTO DE 2017.
Abre crédito suplementar, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei nº 4.976, de 11 de agosto de 2017.

DECRETA:

Art. 1º Fica anulada parte da dotação constante no elemento do seguinte projeto/atividade do orçamento vigente:

Órgão	01	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
Unidade Orçamentária	01.01	Câmara Municipal de Vereadores
Projeto/Atividade	01.0031.0001.2001	Manutenção das Atividades Legislativas
Elemento	3.3.90.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01.000001	Recursos Ordinários Prefeitura R\$ 5.000,00
TOTAL ANULADO		R\$ 5.000,00

Art. 2º Com os recursos de que trata o art. 1º deste Decreto, fica incluída modalidade de aplicação, elemento e dotação, no projeto/atividade do orçamento vigente:

Órgão	01	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
Unidade Orçamentária	01.01	Câmara Municipal de Vereadores
Projeto/Atividade	01.0031.0001.2001	Manutenção das Atividades Legislativas

Elemento	3.3.93.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes – Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público do qual o Ente Participe
Fonte de Recursos	01.000001	Recursos Ordinários Prefeitura R\$ 5.000,00
TOTAL ANULADO R\$ 5.000,00		

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

JACIR HERMINIO MAZOCCO
Secretário Municipal de Finanças

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 11 de agosto de 2017.
VALDECIR FILIPPI FRANZEN
Diretor Administrativo

DECRETO Nº 6.205 MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 6.205, DE 11 DE AGOSTO DE 2017.
Abre crédito suplementar.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei nº 4.977, de 11 de agosto de 2017.

DECRETA:

Art. 1º Ficam suplementadas, com recursos do superávit financeiro verificado no exercício de 2016, as dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão	13	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária	13.01	Fundo Municipal de Saúde
Projeto/Atividade	10.0303.0062.2103	Ações de Média e Alta Complexidade – FMS
Elemento	3.3.90.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	03.020000	Receita de Imposto de Saúde – Superávit do Exercício Anterior R\$ 1.800.000,00
Projeto/Atividade	10.0303.0064.2105	Assistência Farmacêutica – FMS
Elemento	3.3.90.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	03.020000	Receita de Imposto de Saúde – Superávit do Exercício Anterior R\$ 200.000,00
TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 2.000.000,00		

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA Secretária Municipal de Administração	JACIR HERMINIO MAZOCCO Secretário Municipal de Finanças
----------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 11 de agosto de 2017.
VALDECIR FILIPPI FRANZEN
Diretor Administrativo

DECRETO Nº 663/2017
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 663/2017, DE 7 DE JULHO DE 2017.

Altera dispositivos do art. 1º do Decreto nº 865/2015, de 18 de setembro de 2015 e alterações, que nomeia membros para compor o Conselho Municipal de Saúde – CMS.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei Complementar nº 56, de 20 de outubro de 1992 e alterações e no Decreto nº 5.227, de 14 de agosto de 2007.

DECRETA:

Art. 1º O art. 1º do Decreto nº 865/2015, de 18 de setembro de 2015 e alterações, que nomeiam membros para compor o Conselho Municipal de Saúde – CMS, terá os seguintes dispositivos alterados:

I – fica alterada a expressão: “pelo período de 2 (dois) anos” para: “pelo período de 4 (quatro) anos”, constante no caput;

II – o item 3 da alínea “a” do inciso III passa a vigorar com a seguinte redação:

“3. DENISE ROSA FONTANA MATTIA, Associação dos Aposentados, Pensionistas e Idosos de Concórdia – ASAPREV;” (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO Prefeito Municipal	NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA Secretária Municipal de Administração
-----------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 7 de julho de 2017.

VALDECIR FILIPPI FRANZEN
Diretor Administrativo

DECRETO Nº 664/2017
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 664/2017, DE 7 DE JULHO DE 2017.

Concede gratificação, pelo exercício de função de assessoramento, à servidora MARILENE CARMEN BONISSONI DO PRADO.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nos arts. 74 e 75 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e na Lei nº 4.252, de 13 de dezembro de 2010 e alteração.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida à servidora MARILENE CARMEN BONISSONI DO PRADO, ocupante do cargo de Escriturário, gratificação pelo exercício de função de assessoramento, equivalente a 20% (vinte por cento) sobre o vencimento.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à 3 de julho de 2017.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA Secretária Municipal de Administração	MAURO MARTINI Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente
----------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 7 de julho de 2017.

VALDECIR FILIPPI FRANZEN
Diretor Administrativo

DECRETO Nº 665/2017
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 665/2017, DE 7 DE JULHO DE 2017.

Dispõe sobre o desligamento da servidora DIRLENE TEREZINHA DE MATTOS.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 41, V da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica desligada, do Quadro Permanente de Cargos do Magistério Público Municipal, a servidora DIRLENE TEREZINHA DE MATTOS, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 90301-06, regime estatutário, em face da concessão do benefício de Aposentadoria por Idade, pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON.

Art. 2º Fica declarada a vacância do cargo referido no art. 1º deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 3 de julho de 2017.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 7 de julho de 2017.

VALDECIR FILIPPI FRANZEN
Diretor Administrativo

DECRETO Nº 667/2017
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 667/2017, DE 7 DE JULHO DE 2017.

Nomeia membros para compor o Serviço do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Município – SPHAM e a Comissão Técnica do Serviço do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Município de Concórdia – COTESPHAMC.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei nº 1.925, de 12 de novembro de 1984 e alteração e no Decreto nº 4.551, de 17 de dezembro de 2002.

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeadas para compor o Serviço do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Município – SPHAM, pelo período de um ano, a partir de 14 de julho de 2017, as seguintes pessoas:

I – coordenador: JULIO GOMES;

II – secretária: SIMONE CRISTINA TALIN MELCHIOR.

Art. 2º Ficam nomeadas para compor a Comissão Técnica do Serviço do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Município de Concórdia – COTESPHAMC, pelo período de um ano, a partir de 14 de julho de 2017, as seguintes pessoas:

I – presidente: JULIO GOMES, Superintendente da Fundação Municipal de Cultura;

II – membros:

a) NELSON DOMINGOS COREZZOLLA, representante da Secretaria Municipal de Administração;

b) TAMYRA HACK, representante da Secretaria Municipal de Educação;

c) TERESA CRISTINA HOBI SBARAINI, representante da área artística;

d) DIRLEI FATIMA KLEIN, representante da área histórica;

e) ADRIANA INES MARIA ZUCCHI CORRADI, representante da área arquitetônica;

f) LEONIR FERNANDO VARGAS, representante da área de ciências humanas.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 7 de julho de 2017.
VALDECIR FILIPPI FRANZEN
Diretor Administrativo

DECRETO Nº 668/2017

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 668/2017, DE 7 DE JULHO DE 2017.
Concede licença remunerada para cursar mestrado à servidora CLEONICE BISON.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 58 da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alterações e no Decreto nº 5.678, de 25 de janeiro de 2012.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida, à servidora CLEONICE BISON, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 88072-04, 20 (vinte) horas semanais, licença remunerada para cursar mestrado, pelo período de um ano.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 3 de julho de 2017.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

MARCIA MARLI VANZO CALDEROLLI
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 7 de julho de 2017.
VALDECIR FILIPPI FRANZEN
Diretor Administrativo

DECRETO Nº 669/2017

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 669/2017, DE 14 DE JULHO DE 2017.

Dá nova redação ao inciso I do art. 1º do Decreto nº 712/2016, de 13 de setembro de 2016 e alteração, que designam membros para integrar o Conselho Municipal de Entorpecentes – COMEN.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no Decreto nº 202.202/89, de 24 de abril de 1989 e alterações e no Decreto nº 4.527, de 24 de outubro de 2002.

DECRETA:

Art. 1º O inciso I do art. 1º do Decreto 712/2016, de 13 de setembro de 2016, que designa membros para integrar o Conselho Municipal de Entorpecentes – COMEN, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º (...)

I – representantes da Assessoria Jurídica do Município:

a) efetivo: EVERSON FERRONATO;

b) suplente: AURELIO PEGORARO JUNIOR;" (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 14 de julho de 2017.

VALDECIR FILIPPI FRANZEN
Diretor Administrativo

DECRETO Nº 670/2017 MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 670/2017, DE 14 DE JULHO DE 2017.

Dá nova redação ao item 1 da alínea "d" do inciso VII do art. 1º do Decreto nº 270/2016, de 23 de março de 2016 e alterações, que designam membros para integrar o Conselho Municipal do Idoso – CMI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei nº 3.322, de 12 de dezembro de 2001 e no Decreto nº 4.463, de 1º de julho de 2002.

DECRETA:

Art. 1º O item 1 da alínea "d" do inciso VII do art. 1º do Decreto nº 270/2016, de 23 de março de 2016 e alterações, que designam membros para integrar o Conselho Municipal do Idoso – CMI, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º (...)

1. titular: ARIBERT MALETZKI;" (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

DENISE JUSTI LOPES
Secretária Municipal de Desenvolvimento Social,
Cidadania e Habitação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 14 de julho de 2017.

VALDECIR FILIPPI FRANZEN
Diretor Administrativo

DECRETO Nº 671/2017 MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 671/2017, DE 14 DE JULHO DE 2017.

Exonera a servidora MARLI DERLI BRANDT PRIAMO.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 43, II, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a servidora MARLI DERLI BRANDT PRIAMO, do cargo de provimento em comissão de Encarregada da Seção de Tributação.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 10 de julho de 2017.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 14 de julho de 2017.
VALDECIR FILIPPI FRANZEN
Diretor Administrativo

DECRETO Nº 672/2017 MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 672/2017, DE 14 DE JULHO DE 2017.

Nomeia o servidor GEOVANI BEDIN para responder pelo cargo de Secretário Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, no art. 5º da Lei nº 3.966, de 23 de junho de 2008 e no art. 3º, VIII, da Lei Complementar nº 36, de 9 de dezembro de 1991.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o servidor GEOVANI BEDIN, ocupante do cargo de Diretor Administrativo, para responder pelo cargo de Secretário Municipal de Saúde, no período de 11 a 16 de julho de 2017, em razão do afastamento do titular, percebendo, nesse ínterim, subsídio previsto na legislação vigente.

Art. 2º Em face do disposto no art. 1º deste Decreto, fica designado o servidor GEOVANI BEDIN, Ordenador de Despesas do Fundo Municipal de Saúde – FMS, no período de 11 a 16 de julho de 2017.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 11 de julho de 2017.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 14 de julho de 2017.
VALDECIR FILIPPI FRANZEN
Diretor Administrativo

DECRETO Nº 673/2017 MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 673/2017, DE 14 DE JULHO DE 2017.

Averba tempo de contribuição, nos assentamentos funcionais da servidora SALETE ROGELIN LAGUNA.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 40, § 10, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; art. 4º da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998; na Lei Federal nº 9.796, de 5 de maio de 1999 e alterações e no art. 35 da Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Ficam averbados 1.235 dias, ou seja: 3 (três) anos, 4 (quatro) meses e 20 (vinte) dias de tempo de contribuição, nos assentamentos funcionais da servidora SALETE ROGELIN LAGUNA, ocupante do cargo de Agente de Alimentação e Nutrição, conforme Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, em 5 de julho de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO

Prefeito Municipal

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 14 de julho de 2017.

VALDECIR FILIPPI FRANZEN

Diretor Administrativo

DECRETO Nº 674/2017

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 674/2017, DE 14 DE JULHO DE 2017.

Concede gratificação, a título de locomoção, ao servidor CLOVIS ROGERIO CORREA.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 72 da Lei Complementar nº 212, de 12 de dezembro de 2001 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida, ao servidor CLOVIS ROGERIO CORREA, ocupante do cargo de Médico, matrícula 1057871-04, gratificação equivalente a 50% (cinquenta por cento) sobre o vencimento, a título de locomoção.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 2 de maio de 2017.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO

Prefeito Municipal

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 14 de julho de 2017.

VALDECIR FILIPPI FRANZEN

Diretor Administrativo

DECRETO Nº 675/2017

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 675/2017, DE 14 DE JULHO DE 2017.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora ROSELEI DATSCH.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de agosto de 2017, à servidora ROSELEI DATSCH, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 103802-00, o gozo de um mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 5 de maio de 2008 a 4 de maio de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO

Prefeito Municipal

MARCIA MARLI VANZO CALDEROLLI

Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 14 de julho de 2017.

VALDECIR FILIPPI FRANZEN

Diretor Administrativo

DECRETO Nº 676/2017
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 676/2017, DE 14 DE JULHO DE 2017.
Concede gozo de licença-prêmio à servidora MARGARETE D'AGHETTI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de agosto de 2017, à servidora MARGARETE D'AGHETTI, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 96210-02, o gozo de um mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 3 de fevereiro de 2011 a 2 de fevereiro de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

MARCIA MARLI VANZO CALDEROLLI
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 14 de julho de 2017.
VALDECIR FILIPPI FRANZEN
Diretor Administrativo

DECRETO Nº 677/2017
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 677/2017, DE 14 DE JULHO DE 2017.
Concede gozo de licença-prêmio à servidora DANIELA MAGEDANZ.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de agosto de 2017, à servidora DANIELA MAGEDANZ, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 56308-02, o gozo de um mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 1º de fevereiro de 2011 a 31 de janeiro de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

MARCIA MARLI VANZO CALDEROLLI
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 14 de julho de 2017.
VALDECIR FILIPPI FRANZEN
Diretor Administrativo

DECRETO Nº 678/2017
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 678/2017, DE 14 DE JULHO DE 2017.
Concede gozo de licença-prêmio à servidora SONIA PIZZATTO RODIO.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de agosto de 2017, à servidora SONIA PIZZATTO RODIO, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 90808-05, o gozo de um mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 7 de fevereiro de 2008 a 6 de fevereiro de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

MARCIA MARLI VANZO CALDEROLLI
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 14 de julho de 2017.
VALDECIR FILIPPI FRANZEN
Diretor Administrativo

DECRETO Nº 679/2017
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 679/2017, DE 14 DE JULHO DE 2017.
Concede gozo de licença-prêmio à servidora ELIS BLANK.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de agosto de 2017, à servidora ELIS BLANK, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 41157-05, o gozo de um mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 3 de outubro de 2005 a 2 de outubro de 2010.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

MARCIA MARLI VANZO CALDEROLLI
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 14 de julho de 2017.
VALDECIR FILIPPI FRANZEN
Diretor Administrativo

DECRETO Nº 680/2017 MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 680/2017, DE 14 DE JULHO DE 2017.

Altera expressão constante no art. 1º do Decreto nº 615/2017, de 13 de junho de 2017, que concede gratificação pelo exercício de função de chefia à servidora MARILU MATIELLO.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX.

DECRETA:

Art. 1º Fica alterada a expressão: "a partir de 1º de julho de 2017" para: "a partir de 3 de julho de 2017", constante no art. 1º do Decreto nº 615/2017, de 13 de junho de 2017, que concede gratificação à servidora MARILU MATIELLO, pelo exercício de função de chefia do Setor de Obras.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 14 de julho de 2017.
VALDECIR FILIPPI FRANZEN
Diretor Administrativo

DECRETO Nº 681/2017 MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 681/2017, DE 17 DE JULHO DE 2017.

Concede gratificação pelo exercício de função de chefia à servidora ELISANGELA KAHER FRUHWIRTH.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nos arts. 74 e 75 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e na Lei nº 4.252, de 13 de dezembro de 2010 e alteração.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida à servidora ELISANGELA KAHER FRUHWIRTH, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche, gratificação equivalente

a 30% (trinta por cento) sobre o vencimento, pelo exercício da função de chefia do Centro de Convivência "Sementes do Amanhã", com dedicação exclusiva.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de junho de 2017.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

DENISE JUSTI LOPES
Secretária Municipal de Desenvolvimento Social,
Cidadania e Habitação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 17 de julho de 2017.
VALDECIR FILIPPI FRANZEN
Diretor Administrativo

DECRETO Nº 682/2017 MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 682/2017, DE 17 DE JULHO DE 2017.

Dispõe sobre o desligamento da servidora JOICE GORETI DOS SANTOS.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 318 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e no art. 20, § 2º da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica desligada, do Quadro Suplementar de Cargos do Magistério Público Municipal, a servidora JOICE GORETI DOS SANTOS, ocupante do cargo de Professor, código 10.10, matrícula 91634-00, regime estatutário, em face da concessão do benefício de Aposentadoria Especial por Tempo de Contribuição, pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON.

Art. 2º Fica extinta a vaga do cargo referido no art. 1º deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 6 de julho de 2017.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 17 de julho de 2017.
VALDECIR FILIPPI FRANZEN
Diretor Administrativo

DECRETO Nº 683/2017

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 683/2017, DE 17 DE JULHO DE 2017.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora MADALENA MODOLON FERRI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de agosto de 2017, à servidora MADALENA MODOLON FERRI, ocupante dos cargos de Professor, códigos 10.12, o gozo de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração dos cargos efetivos, na forma abaixo:

I – um mês, relativo ao quinquênio – período aquisitivo de 18 de fevereiro de 2002 a 17 de fevereiro de 2007, matrícula 17388-01;

II – um mês, relativo ao quinquênio – período aquisitivo de 2 de maio de 2011 a 1º de maio de 2016, matrícula 17388-08.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO

Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA Secretária Municipal de Administração	MARCIA MARLI VANZO CALDEROLLI Secretária Municipal de Educação
----------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 17 de julho de 2017.

VALDECIR FILIPPI FRANZEN

Diretor Administrativo

DECRETO Nº 684/2017

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 684/2017, DE 17 DE JULHO DE 2017.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora MARIA ELISA ORTIGARA PUTTI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de agosto de 2017, à servidora MARIA ELISA ORTIGARA PUTTI, ocupante do cargo de Professor, código 10.10, matrícula 93840-00, o gozo de um mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 1º de fevereiro de 2006 a 31 de janeiro de 2011.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO

Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA

Secretária Municipal de Administração

MARCIA MARLI VANZO CALDEROLLI

Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 17 de julho de 2017.

VALDECIR FILIPPI FRANZEN

Diretor Administrativo

DECRETO Nº 685/2017

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 685/2017, DE 17 DE JULHO DE 2017.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora TERESINHA RUBERT ZOLETTI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de agosto de 2017, à servidora TERESINHA RUBERT ZOLETTI, ocupante do cargo de Professor, código 10.10, matrícula 88684-00, o gozo de um mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 9 de junho de 2000 a 8 de junho de 2005.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO

Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA

Secretária Municipal de Administração

MARCIA MARLI VANZO CALDEROLLI

Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 17 de julho de 2017.

VALDECIR FILIPPI FRANZEN

Diretor Administrativo

DECRETO Nº 686/2017

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 686/2017, DE 17 DE JULHO DE 2017.

Concede gratificação pelo exercício de função de chefia ao servidor GILMAR ANTONIO TOLOTTI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nos arts. 74 e 75 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e na Lei

nº 4.252, de 13 de dezembro de 2010 e alteração.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida ao servidor GILMAR ANTONIO TOLOTTI, ocupante do cargo de Médico, matrícula 55310-00, gratificação equivalente a 30% (trinta por cento) sobre o vencimento, pelo exercício da função de chefia de Serviços Médicos, com dedicação exclusiva.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 3 de julho de 2017.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA Secretária Municipal de Administração	SIDINEI DE CASTRO SCHMIDT Secretário Municipal de Saúde
----------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 17 de julho de 2017.
VALDECIR FILIPPI FRANZEN
Diretor Administrativo

DECRETO Nº 687/2017
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 687/2017, DE 17 DE JULHO DE 2017.
Concede promoção vertical à servidora JULIANA FRACASSO MACHADO.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 28 e seguintes da Lei Complementar nº 572, de 29 de novembro de 2010 e alterações e considerando a avaliação efetuada pela Comissão do Plano de Cargos, Carreiras e Salários – CPCCS, designada pelo Decreto nº 129/2017, de 2 de fevereiro de 2017.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida à servidora JULIANA FRACASSO MACHADO, ocupante do cargo de provimento estável de Agente de Serviços Gerais, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, Promoção Vertical, para a Faixa de Vencimento II.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de julho de 2017.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

--	--

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 17 de julho de 2017.
VALDECIR FILIPPI FRANZEN
Diretor Administrativo

DECRETO Nº 688/2017
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 688/2017, DE 17 DE JULHO DE 2017.
Dispõe sobre o desligamento da servidora ARLETE MARIA GEHLEN DOS ANJOS.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 41, V, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica desligada, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, a servidora ARLETE MARIA GEHLEN DOS ANJOS, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, regime estatutário, em face da concessão do benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON.

Art. 2º Fica declarada a vacância do cargo referido no art. 1º deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 3 de julho de 2017.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 17 de julho de 2017.
VALDECIR FILIPPI FRANZEN
Diretor Administrativo

DECRETO Nº 689/2017
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 689/2017, DE 17 DE JULHO DE 2017.
Concede Promoção Horizontal a servidores.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 20 e seguintes da Lei Complementar nº 572, de 29 de novembro de 2010 e alterações e no Decreto nº 5.705, de 14 de maio de 2012 e alteração, e considerando as avaliações efetuadas pelas comissões especialmente designadas.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida Promoção Horizontal, aos servidores de provimento efetivo, do Quadro de Cargos do Poder Executivo, abaixo relacionados:

I – ANTONIO DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de Capataz, para faixa de vencimento C, com efeitos retroativos a 1º de julho de 2017;

II – JULIANA FRACASSO MACHADO, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, para faixa de vencimento B, com efeitos

retroativos a 5 de fevereiro de 2017;

III – OSEIAS GANSSAVA, ocupante do cargo de Servente Braçal, para faixa de vencimento C, com efeitos retroativos a 8 de junho de 2017;

IV – RENI WASEN RHEINHEIMER, ocupante do cargo de Agente de Alimentação e Nutrição, para faixa de vencimento C, com efeitos retroativos a 1º de abril de 2017;

V – SANDRA MARA DA SILVA PERONDI, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, para faixa de vencimento B, com efeitos retroativos a 9 de maio de 2017;

VI – VANUSA SALETE CAMARGO, ocupante do cargo de Tesoureiro, para a faixa de vencimento C, com efeitos retroativos a 2 de junho de 2017;

VII – com efeitos retroativos a 15 de abril de 2017:

a) LUCILENE DOS SANTOS, ocupante do cargo Agente de Alimentação e Nutrição, para a faixa de vencimento B;

b) MICHELI SAMARA BALBINOTT FRANCESCHINA, ocupante do cargo Agente de Serviços Gerais, para a faixa de vencimento B;

VIII – com efeitos retroativos a 8 de maio de 2017:

a) CLAUDINEIDE BANDEIRA DE FIGUEIREDO, ocupante do cargo Agente de Alimentação e Nutrição, para a faixa de vencimento B;

b) FATIMA SOARES ZAINER, ocupante do cargo Agente de Serviços Gerais, para a faixa de vencimento B.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 17 de julho de 2017.
VALDECIR FILIPPI FRANZEN
Diretor Administrativo

DECRETO Nº 690/2017 MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 690/2017, DE 17 DE JULHO DE 2017.

Designa membros para integrar a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei nº 3.503, de 14 de novembro de 2003 e no Decreto nº 4.748, de 12 de fevereiro de 2004.

DECRETA:

Art. 1º Ficam designados membros para integrar a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA, no âmbito do Poder Executivo, suas Fundações e Autarquia, pelo período de um ano, a partir de 18 de julho de 2017, na forma abaixo:

I – representantes do Poder Executivo:

a) efetivos:

1. JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO – Presidente;

2. LUANA UBERTI;

b) suplentes:

1. CATIANE ALBIERO;

2. NEIVA MARIA MAIER;

II – representantes dos servidores:

a) efetivos:

1. TIAGO ROBERTO D'AVILA DOS SANTOS;

2. IVETE APARECIDA BATISTA DELGADO RAHMEIER;

b) suplentes:

1. CRISTIAN MARCOS PICCININ;

2. EDENILSO LUIS PANSERA.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 17 de julho de 2017.
VALDECIR FILIPPI FRANZEN
Diretor Administrativo

DECRETO Nº 691/2017 MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 691/2017, DE 17 DE JULHO DE 2017.

Designa o servidor FERNANDO GUILIANI para responder pelo cargo de Diretor-Geral da Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente – FUMDEMA, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, na Lei nº 3.178, de 20 de setembro de 1999, no art. 21, IV e VI do Estatuto da Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente – FUMDEMA, aprovado pelo Decreto nº 4.249, de 25 de julho de 2000, no art. 12, IV e VI do Decreto nº 4.250, de 27 de julho de 2000 e no Decreto nº 963/2013, de 25 de novembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º Fica designado o servidor FERNANDO GUILIANI, ocupante do cargo de Chefe do Departamento Ambiental, para responder pelo cargo de Diretor-Geral da Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente – FUMDEMA, a partir de 17 de julho de 2017,

enquanto perdurar o afastamento do titular, em licença médica, percebendo, nesse ínterim, vencimentos próprios do cargo, nível 2, acrescidos da gratificação de 80% (oitenta por cento).

Art. 2º O Diretor-Geral designado exercerá, no período referido no art. 1º, as funções e atribuições de Superintendente da FUMDEMA.

Art. 3º Em face do disposto neste Decreto, a movimentação das contas bancárias da FUMDEMA será efetuada pelo Ordenador de Despesas/Diretor-Geral/Superintendente designado, senhor FERNANDO GUILIANI, a partir de 17 de julho de 2017, enquanto perdurar o afastamento do titular, na forma estabelecida no Decreto nº 47/2017, de 6 de janeiro de 2017 e alteração.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO Prefeito Municipal	NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA Secretária Municipal de Administração
-----------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 17 de julho de 2017.
VALDECIR FILIPPI FRANZEN
Diretor Administrativo

DECRETO Nº 692/2017 MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 692/2017, DE 17 DE JULHO DE 2017.

Altera expressão constante no art. 1º do Decreto nº 605/2017, de 8 de junho de 2017, que nomeia GUILHERME NEUMANN no cargo de Odontólogo.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX.

DECRETA:

Art. 1º Fica alterada a expressão: "40 (quarenta) horas semanais" para: "20 (vinte) horas semanais", constante no art. 1º do Decreto nº 605/2017, de 8 de junho de 2017, que nomeia GUILHERME NEUMANN no cargo de Odontólogo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 8 de junho de 2017.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 17 de julho de 2017.
VALDECIR FILIPPI FRANZEN
Diretor Administrativo

DECRETO Nº 693/2017 MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 693/2017, DE 18 DE JULHO DE 2017.

Dá nova redação ao inciso I do art. 1º do Decreto nº 221/2017, de 22 de fevereiro de 2017 e alteração, que designam membros para compor Comissão de Monitoramento e Avaliação da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no inciso XI do art. 2º da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e alterações, e no Decreto nº 6.183, de 6 de abril de 2017.

DECRETA:

Art. 1º O inciso I do art. 1º do Decreto nº 221/2017, de 22 de fevereiro de 2017 e alteração, que designam membros para compor Comissão de Monitoramento e Avaliação da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º (...)

I – efetivos:

- a) KELLI SALES SCARIOT HELLER;
- b) MARGARET TEREZINHA DE SOUZA;
- c) ROSANE FATIMA SEBEM." (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA Secretária Municipal de Administração	DENISE JUSTI LOPES Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação
----------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 18 de julho de 2017.

DECRETO Nº 694/2017 MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 694/2017, DE 18 DE JULHO DE 2017.

Designa membros para compor Comissão de Monitoramento e Avaliação da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no inciso XI do art. 2º da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e alterações, e no Decreto nº 6.183, de 6 de abril de 2017.

DECRETA:

Art. 1º Ficam designados, a partir de 2 de agosto de 2017, para compor a Comissão Permanente de Monitoramento e Avaliação, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação, com a incumbência de monitorar e avaliar as parcerias celebradas com organizações da sociedade civil, com base na Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e alterações, os

servidores abaixo relacionados:

I – efetivos:

- a) JOSIANE WIERZYNSKI PIOVEZAN;
- b) MARGARET TEREZINHA DE SOUZA;
- c) ROSANE FATIMA SEBEM;

II – suplentes:

- a) KELLI SALES SCARIOT HELLER;
- b) MARLI DE OLIVEIRA;
- c) RODRIGO DAL ZOT RITTER.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogados, a partir de 2 de agosto de 2017, os Decretos nºs. 221/2017, de 22 de fevereiro de 2017; 333/2017, de 21 de março de 2017 e 693/2017, de 18 de julho de 2017.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

DENISE JUSTI LOPES
Secretária Municipal de Desenvolvimento Social,
Cidadania e Habitação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 18 de julho de 2017.
VALDECIR FILIPPI FRANZEN
Diretor Administrativo

DECRETO Nº 695/2017 MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 695/2017, DE 19 DE JULHO DE 2017.

Designa membros para integrar o Conselho Municipal de Controle Social do Programa Bolsa Família – PBF.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Instrução Normativa nº 01, na Portaria GM/MDS nº 246, emitidas pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, em 20 de maio de 2005, e no Decreto nº 552/2005, de 12 de julho de 2005.

DECRETA:

Art. 1º Ficam designadas, pelo período de dois anos, a partir de 22 de julho de 2017, para integrar o Conselho Municipal de Controle Social do Programa Bolsa Família – PBF, as pessoas abaixo mencionadas, com os respectivos órgãos e entidades que representam:

I – representantes da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação:

- a) titular: JOSIANE ESPINOSA CABRAL;
- b) suplente: MARGARETE MÜLLER;

II – representantes da Secretaria Municipal de Educação:

- a) titular: ADRIANA MEINE ANTUNES DA SILVA;
- b) suplente: VANESSA CRISTINA TUREK DE AVILA;

III – representantes da Secretaria Municipal de Saúde:

- a) titular: ELIANE MARIA PEDOTT;
- b) suplente: TANIA HELENA DE MOURA HUNGARO;

IV – representantes das entidades não governamentais do Município de Concórdia:

a) titulares:

1. MARIZETE MÜLLER – Sociedade Casa de Apoio Mão Solidária;
2. SONIA MARIA GRAPEGGIA – Sociedade Concordeense de Auxílio Fraternal – SCAF;
3. WILLIAM AMPESE – União Municipal das Associações de Moradores de Concórdia – UMAMC;

b) suplentes:

1. SILVANA GHERKE GALVÃO – beneficiário do Programa Bolsa Família;
2. CLEONICE SALETE RODNISKI – SCAF;
3. GEFERSON DIANES CARMINATTI – UMAMC.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

DENISE JUSTI LOPES
Secretária Municipal de Desenvolvimento Social,
Cidadania e Habitação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 19 de julho de 2017.
VALDECIR FILIPPI FRANZEN
Diretor Administrativo

DECRETO Nº 696/2017 MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 696/2017, DE 19 DE JULHO DE 2017.
Concede Promoção Horizontal a servidores.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 20 e seguintes da Lei Complementar nº 572, de 29 de novembro de 2010 e alterações e no Decreto nº 5.705, de 14 de maio de 2012 e alteração,

e considerando as avaliações efetuadas pelas comissões especialmente designadas.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida Promoção Horizontal, para a faixa de vencimento C, aos servidores de provimento efetivo, do Quadro de Cargos do Poder Executivo, abaixo relacionados:

I – ADAIR KNOB, ocupante do cargo de Inseminador, com efeitos retroativos a 1º de março de 2017;

II – LAURINDO FRANCISCO KUFNER, ocupante do cargo de Agente Administrativo, com efeitos retroativos a 11 de abril de 2017;

III – VALDOMIRO TAFAREL, ocupante do cargo de Motorista, com efeitos retroativos a 1º de abril de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 19 de julho de 2017.
VALDECIR FILIPPI FRANZEN
Diretor Administrativo

DECRETO Nº 697/2017 MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 697/2017, DE 20 DE JULHO DE 2017.
Concede gozo de licença-prêmio ao servidor JOSE LAERCIO GRE-
GIANIN.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de agosto de 2017, ao servidor JOSE LAERCIO GREGIANIN, ocupante do cargo de Especialista em Educação, código 11.12, matrícula 91529-00, o gozo de um mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 2 de fevereiro de 2003 a 1º de fevereiro de 2008.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

MARCIA MARLI VANZO CALDEROLLI
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

(Diretoria Administrativa), em 20 de julho de 2017.
VALDECIR FILIPPI FRANZEN
Diretor Administrativo

DECRETO Nº 698/2017 MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 698/2017, DE 20 DE JULHO DE 2017.
Concede gozo de licença-prêmio ao servidor MARCELLO PAOLO MORETTO TUMELERO.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de agosto de 2017, ao servidor MARCELLO PAOLO MORETTO TUMELERO, ocupante do cargo de Odontólogo, matrícula 99813-00, o gozo de um mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 3 de fevereiro de 2003 a 2 de fevereiro de 2008.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

SIDINEI DE CASTRO SCHMIDT
Secretário Municipal de Saúde

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 20 de julho de 2017.
VALDECIR FILIPPI FRANZEN
Diretor Administrativo

DECRETO Nº 699/2017 MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 699/2017, DE 20 DE JULHO DE 2017.
Concede gozo de licença-prêmio à servidora SILVANA ZANCHETT DALLA COSTA.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de agosto de 2017, à servidora SILVANA ZANCHETT DALLA COSTA, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, o gozo de um mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 3 de fevereiro de 2011 a 2 de fevereiro de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

SIDINEI DE CASTRO SCHMIDT
Secretário Municipal de Saúde

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 20 de julho de 2017.
VALDECIR FILIPPI FRANZEN
Diretor Administrativo

DECRETO Nº 700/2017 MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 700/2017, DE 20 DE JULHO DE 2017.
Concede gozo de licença-prêmio à servidora ELENA ANA CAMINI
SIGNORIN.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do
Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei
Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de agosto de 2017, à servidora
ELENA ANA CAMINI SIGNORIN, ocupante do cargo de Professor,
código 10.10, matrícula 93718-00, o gozo de um mês de licença, a
título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efe-
tivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 1º de fevereiro
de 2009 a 31 de janeiro de 2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

MARCIA MARLI VANZO CALDEROLLI
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 20 de julho de 2017.
VALDECIR FILIPPI FRANZEN
Diretor Administrativo

DECRETO Nº 701/2017 MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 701/2017, DE 20 DE JULHO DE 2017.
Concede gozo de licença-prêmio à servidora LUSIENE GIACOMIN.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do
Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei

Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de agosto de 2017, à servidora
LUSIENE GIACOMIN, ocupante do cargo de Especialista em Edu-
cação, código 11.12, matrícula 92240-00, o gozo de um mês de
licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do
cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 10 de
julho de 2010 a 9 de julho de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

MARCIA MARLI VANZO CALDEROLLI
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 20 de julho de 2017.
VALDECIR FILIPPI FRANZEN
Diretor Administrativo

DECRETO Nº 702/2017 MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 702/2017, DE 20 DE JULHO DE 2017.
Concede gozo de licença-prêmio à servidora JOELCI RIBEIRO.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do
Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei
Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de agosto de 2017, à servidora
JOELCI RIBEIRO, ocupante do cargo de Especialista em Educação,
código 11.12, matrícula 47864-05, o gozo de um mês de licença, a
título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efe-
tivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 3 de fevereiro
de 2011 a 2 de fevereiro de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

MARCIA MARLI VANZO CALDEROLLI
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 20 de julho de 2017.
VALDECIR FILIPPI FRANZEN
Diretor Administrativo

DECRETO Nº 703/2017
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 703/2017, DE 20 DE JULHO DE 2017.
Concede gozo de licença-prêmio à servidora MARILU DA SILVA VIEIRA LAZAROTTO.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de agosto de 2017, à servidora MARILU DA SILVA VIEIRA LAZAROTTO, ocupante do cargo de Secretário Escolar, o gozo de um mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 5 de junho de 2011 a 4 de junho de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

MARCIA MARLI VANZO CALDEROLLI
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 20 de julho de 2017.
VALDECIR FILIPPI FRANZEN
Diretor Administrativo

DECRETO Nº 704/2017
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 704/2017, DE 20 DE JULHO DE 2017.

Altera dispositivos do art. 1º do Decreto nº 82/2017, de 19 de janeiro de 2017, que delega competência aos titulares das Unidades Administrativas, para assinar documentos.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, arts. 63, VI.

DECRETA:

Art. 1º O art. 1º do Decreto nº 82/2017, de 19 de janeiro de 2017, que delega competência aos titulares das Unidades Administrativas, para assinar documentos, terá os seguintes dispositivos alterados, a partir de 1º de agosto de 2017:

I – fica revogada a alínea “f” do inciso I;

II – o inciso II passa a vigorar com a seguinte redação:

“II – aos titulares de cada Unidade Administrativa:

a) autorização para abertura, revogação, anulação e homologação

de processos licitatórios e editais de compras;

b) autorização de pedidos de diárias.” (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 20 de julho de 2017.
VALDECIR FILIPPI FRANZEN
Diretor Administrativo

DECRETO Nº 705/2017
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 705/2017, DE 20 DE JULHO DE 2017.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora CRISTINA DA SILVA GUERIS KERBER.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de agosto de 2017, à servidora CRISTINA DA SILVA GUERIS KERBER, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche, o gozo de um mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 1º de março de 2011 a 29 de fevereiro de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

MARCIA MARLI VANZO CALDEROLLI
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 20 de julho de 2017.
VALDECIR FILIPPI FRANZEN
Diretor Administrativo

DECRETO Nº 706/2017
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 706/2017, DE 20 DE JULHO DE 2017.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora ADRIANA PRETTO PAVAN.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do

Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de agosto de 2017, à servidora ADRIANA PRETTO PAVAN, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 91359-01, o gozo de um mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 18 de fevereiro de 2007 a 17 de fevereiro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

MARCIA MARLI VANZO CALDEROLLI
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 20 de julho de 2017.
VALDECIR FILIPPI FRANZEN
Diretor Administrativo

DECRETO Nº 707/2017
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 707/2017, DE 20 DE JULHO DE 2017.
Concede gozo de licença-prêmio à servidora FERNANDA FUHR.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, nos meses de agosto e setembro de 2017, à servidora FERNANDA FUHR, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 97195-01, o gozo de dois meses de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 18 de fevereiro de 2007 a 17 de fevereiro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

MARCIA MARLI VANZO CALDEROLLI
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 20 de julho de 2017.
VALDECIR FILIPPI FRANZEN
Diretor Administrativo

DECRETO Nº 708/2017
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 708/2017, DE 20 DE JULHO DE 2017.
Concede gozo de licença-prêmio à servidora CLEUZA BEATRIZ SPANHOL.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, nos meses de agosto e setembro de 2017, à servidora CLEUZA BEATRIZ SPANHOL, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 97608-04, o gozo de dois meses de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 16 de fevereiro de 2005 a 15 de fevereiro de 2010.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

MARCIA MARLI VANZO CALDEROLLI
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 20 de julho de 2017.
VALDECIR FILIPPI FRANZEN
Diretor Administrativo

DECRETO Nº 709/2017
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 709/2017, DE 20 DE JULHO DE 2017.
Concede gozo de licença-prêmio à servidora JOISE CARLA FINGER.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, nos meses de agosto e setembro de 2017, à servidora JOISE CARLA FINGER, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 40517-00, o gozo de dois meses de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 18 de fevereiro de 2012 a 17 de fevereiro de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

MARCIA MARLI VANZO CALDEROLLI
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 20 de julho de 2017.
VALDECIR FILIPPI FRANZEN
Diretor Administrativo

DECRETO Nº 710/2017 MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 710/2017, DE 20 DE JULHO DE 2017.
Concede gozo de licença-prêmio à servidora CLADIR PADOAN ROSSI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, nos meses de agosto e setembro de 2017, à servidora CLADIR PADOAN ROSSI, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 52540-03, o gozo de dois meses de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 5 de março de 2008 a 4 de março de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

MARCIA MARLI VANZO CALDEROLLI
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 20 de julho de 2017.
VALDECIR FILIPPI FRANZEN
Diretor Administrativo

DECRETO Nº 711/2017 MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 711/2017, DE 20 DE JULHO DE 2017.
Concede gozo de licença-prêmio à servidora MARITANIA RODIO SCHMIDT.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, nos meses de agosto e setembro de 2017, à servidora MARITANIA RODIO SCHMIDT, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 40932-01, o gozo de dois meses de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, na forma abaixo:

I – um mês, relativo ao quinquênio – período aquisitivo de 4 de julho de 2000 a 3 de julho de 2005;

II – um mês, relativo ao quinquênio – período aquisitivo de 4 de julho de 2005 a 3 de julho de 2010.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA Secretária Municipal de Administração	MARCIA MARLI VANZO CALDEROLLI Secretária Municipal de Educação
----------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 20 de julho de 2017.
VALDECIR FILIPPI FRANZEN
Diretor Administrativo

DECRETO Nº 712/2017 MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 712/2017, DE 20 DE JULHO DE 2017.

Nomeia DARLINE NEUMANN no cargo de Encarregada da Seção de Recursos Humanos, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto na Lei Complementar nº 212, de 12 de dezembro de 2001 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a servidora DARLINE NEUMANN, ocupante do cargo de Agente Administrativo, para exercer o cargo de Encarregada da Seção de Recursos Humanos – Secretaria Municipal de Administração, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo – Cargos de Provimento em Comissão, percebendo vencimentos próprios do cargo, nível 4, acrescidos da gratificação de 40% (quarenta por cento), a partir de 1º de agosto de 2017.

Art. 2º Fica revogado, a partir de 1º de agosto de 2017, o Decreto nº 106/2015, de 30 de janeiro de 2015.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

(Diretoria Administrativa), em 20 de julho de 2017.
VALDECIR FILIPPI FRANZEN
Diretor Administrativo

DECRETO Nº 713/2017
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 713/2017, DE 20 DE JULHO DE 2017.

Dá nova redação a alínea "b" do inciso VII do art. 1º do Decreto nº 381/2017, de 3 de abril de 2017 e alteração, que nomeiam membros para integrar o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei nº 3.809, de 9 de março de 2007 e no Decreto nº 5.215, de 12 de julho de 2007.
DECRETA:

Art. 1º A alínea "b" do inciso VII do art. 1º do Decreto nº 381/2017, de 3 de abril de 2017 e alteração, que nomeiam membros para integrar o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º (...)

b) suplente: JONATHAN RICARDO HEPP;" (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA Secretária Municipal de Administração	MARCIA MARLI VANZO CALDEROLLI Secretária Municipal de Educação
----------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 20 de julho de 2017.
VALDECIR FILIPPI FRANZEN
Diretor Administrativo

DECRETO Nº 714/2017
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 714/2017, DE 21 DE JULHO DE 2017.

Constitui e designa comissão especial, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI.

DECRETA:

Art. 1º Fica constituída comissão especial com a incumbência de coordenar e desenvolver todas as fases dos Processos de Remoção

e Cedência da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Ficam designadas, para integrar referida comissão, as seguintes servidoras:

I – presidente: ADRIANE RITA VITTO CHAVES;

II – membros:

a) ADRIANA MEINE ANTUNES DA SILVA;

b) DIONES CARMEN ROBINI DEL POSSO;

c) MARCIA DE BONA LAZZARI;

d) MARISTELA ISGANZELA SCHWINGEL;

e) MARLEI SALETE RADIN.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogados os Decretos nºs. 898/2015, de 8 de outubro de 2015; 929/2015, de 19 de outubro de 2015; 814/2016, de 3 de novembro de 2016; 1.032/2016, de 27 de dezembro de 2016 e 44/2017, de 6 de janeiro de 2017.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

MARCIA MARLI VANZO CALDEROLLI
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 21 de julho de 2017.
VALDECIR FILIPPI FRANZEN
Diretor Administrativo

DECRETO Nº 715/2017
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 715/2017, DE 21 DE JULHO DE 2017.

Dá nova redação à alínea "b" do inciso VI do art. 1º do Decreto nº 270/2016, de 23 de março de 2016 e alterações, que designam membros para integrar o Conselho Municipal do Idoso – CMI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei nº 3.322, de 12 de dezembro de 2001 e no Decreto nº 4.463, de 1º de julho de 2002.
DECRETA:

Art. 1º A alínea "b" do inciso VI do art. 1º do Decreto nº 270/2016, de 23 de março de 2016 e alterações, que designam membros para integrar o Conselho Municipal do Idoso – CMI, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º (...)

b) suplente: ELISABETE BOSIO;" (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA Secretária Municipal de Administração	DENISE JUSTI LOPES Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação
----------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 21 de julho de 2017.
VALDECIR FILIPPI FRANZEN
Diretor Administrativo

DECRETO Nº 716/2017 MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 716/2017, DE 24 DE JULHO DE 2017.

Designa a servidora JACIELE TOCHETTO para responder pelo cargo de Chefe do Departamento de Licitações, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica designada a servidora JACIELE TOCHETTO, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, para responder pelo cargo de Chefe do Departamento de Licitações, no período de 24 de julho a 4 de agosto de 2017, em face do afastamento do titular, em gozo de férias, percebendo, nesse ínterim, vencimentos próprios do cargo, nível 3, acrescidos da gratificação de 40% (quarenta por cento).

Art. 2º Em face do disposto no art. 1º deste Decreto, fica suspensa no mesmo período a gratificação concedida à servidora JACIELE TOCHETTO, pelo Decreto nº 33/2017, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 24 de julho de 2017.
VALDECIR FILIPPI FRANZEN
Diretor Administrativo

DECRETO Nº 718/2017 MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 718/2017, DE 24 DE JULHO DE 2017.

Exonera, a pedido, a servidora FERNANDA DE BARROS KRAUZER.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nos arts. 41, I e 42 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a servidora FERNANDA DE BARROS KRAUZER, do cargo de provimento efetivo de Procurador.

Art. 2º Fica declarada a vacância do cargo referido no art. 1º deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 18 de julho de 2017.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 24 de julho de 2017.
VALDECIR FILIPPI FRANZEN
Diretor Administrativo

DECRETO Nº 719/2017 MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 719/2017, DE 28 DE JULHO DE 2017.

Dá nova redação ao inciso II do art. 2º do Decreto nº 419/2013, de 11 de abril de 2013 e alterações, que constituem e designam comissões especiais com a incumbência de proceder à avaliação de servidores municipais, para efeitos de estágio probatório e avaliação de desempenho para fins de Promoção Horizontal, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no art. 25 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações; na Lei Complementar nº 149, de 22 de outubro de 1998; nos arts. 20 a 27 e 33 e seguintes da Lei Complementar nº 572, de 29 de novembro de 2010 e alterações, e nos Decretos nºs. 4.068, de 26 de janeiro de 1999 e 5.705, de 14 de maio de 2012 e alteração.

DECRETA:

Art. 1º O inciso II do art. 2º do Decreto nº 419/2013, de 11 de abril de 2013 e alterações, que constituem e designam comissões especiais com a incumbência de proceder à avaliação de servidores municipais, para efeitos de estágio probatório e avaliação de desempenho para fins de Promoção Horizontal, passa a vigorar com a seguinte redação, a partir de 1º de agosto de 2017:

“II – Secretaria Municipal de Finanças – SEMUF:

a) presidente: SCHEILA GROSS;

b) membros:

1. VIVIANE ZANINI VENDRUSCOLO DEZEN;

2. PATRICIA SALETE MUNGHOL OLDONI, (NR)

Art. 2º Fica concedida às servidoras abaixo relacionadas, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo, gratificação pelo exercício de função de assessoramento, equivalente a 20% (vinte por cento) sobre os respectivos vencimentos, a partir de 1º de agosto de 2017, enquanto perdurarem os trabalhos na referida Comissão:

I – SCHEILA GROSS, ocupante do cargo de Fiscal de Tributos;

II – VIVIANE ZANINI VENDRUSCOLO DEZEN, ocupante do cargo de Fiscal de Tributos;

III – PATRICIA SALETE MUNGHOL OLDONI, ocupante do cargo de Agente Administrativo.

Art. 3º Ficam revogados, a partir de 1º de agosto de 2017, o inciso IX do art. 4º do Decreto nº 419/2013, de 11 de abril de 2013; a alínea "d" do inciso I e o inciso II do art. 2º do Decreto nº 230/2017, de 23 de fevereiro de 2017.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO

Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 28 de julho de 2017.

VALDECIR FILIPPI FRANZEN

Diretor Administrativo

DECRETO Nº 720/2017**MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**

DECRETO Nº 720/2017, DE 28 DE JULHO DE 2017.

Concede gratificação, pelo exercício de função de chefia, ao servidor ADINAN CANDIDO POLO.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nos arts. 74 e 75 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e na Lei nº 4.252, de 13 de dezembro de 2010 e alteração.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida ao servidor ADINAN CANDIDO POLO, ocupante do cargo de Fiscal de Tributos, gratificação equivalente a 30% (trinta por cento) sobre o vencimento, pelo exercício da função de Chefia da Fiscalização do Movimento Econômico, com dedicação exclusiva, a partir de 1º de agosto de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO

Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA

Secretária Municipal de Administração

JACIR HERMINIO MAZOCCO

Secretário Municipal de Finanças

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 28 de julho de 2017.

VALDECIR FILIPPI FRANZEN

Diretor Administrativo

DECRETO Nº 721/2017**MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**

DECRETO Nº 721/2017, DE 28 DE JULHO DE 2017.

Concede gratificação, pelo exercício de função de chefia, à servidora MARAISE FATIMA DE MARCO.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nos arts. 74 e 75 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e na Lei nº 4.252, de 13 de dezembro de 2010 e alteração.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida à servidora MARAISE FATIMA DE MARCO, ocupante do cargo de Fiscal de Tributos, gratificação equivalente a 30% (trinta por cento) sobre o vencimento, pelo exercício da função de Chefia da do Setor de Dívida Ativa, com dedicação exclusiva, a partir de 1º de agosto de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO

Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA

Secretária Municipal de Administração

JACIR HERMINIO MAZOCCO

Secretário Municipal de Finanças

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 28 de julho de 2017.

VALDECIR FILIPPI FRANZEN

Diretor Administrativo

DECRETO Nº 722/2017**MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**

DECRETO Nº 722/2017, DE 28 DE JULHO DE 2017.

Concede gratificação, pelo exercício de função de chefia, à servidora LEONICE PARIZOTTO CAMARGO.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nos arts. 74 e 75 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e na Lei nº 4.252, de 13 de dezembro de 2010 e alteração.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida à servidora LEONICE PARIZOTTO CAMARGO,

ocupante do cargo de Tesoureiro, gratificação equivalente a 30% (trinta por cento) sobre o vencimento, pelo exercício da função de Chefia do Setor de Tesouraria, com dedicação exclusiva, a partir de 1º de agosto de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA Secretária Municipal de Administração	JACIR HERMINIO MAZOCCO Secretário Municipal de Finanças
----------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 28 de julho de 2017.
VALDECIR FILIPPI FRANZEN
Diretor Administrativo

DECRETO Nº 723/2017 MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 723/2017, DE 2 DE AGOSTO DE 2017.
Concede licença para tratar de interesses particulares à servidora RAFAELI DE MOURA MONTEMEZZO DA SILVA.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 123 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida, a partir de 15 de agosto de 2017, à servidora RAFAELI DE MOURA MONTEMEZZO DA SILVA, ocupante do cargo de Agente de Alimentação e Nutrição, licença para tratar de interesses particulares, sem remuneração, pelo período de um ano.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

MARCIA MARLI VANZO CALDEROLLI
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 2 de agosto de 2017.
VALDECIR FILIPPI FRANZEN
Diretor Administrativo

DECRETO Nº 724/2017 MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 724/2017, DE 2 DE AGOSTO DE 2017.

Revoga a gratificação, pelo exercício de função de direção, concedida à servidora MARCIA LUCIA MALDANER FROZZA.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX.

DECRETA:

Art. 1º Fica revogada, a pedido, a gratificação pelo exercício de função de direção, concedida à servidora MARCIA LUCIA MALDANER FROZZA, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 101818-00, pelo art. 1º do Decreto nº 945/2016, de 21 de dezembro de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de agosto de 2017.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 2 de agosto de 2017.
VALDECIR FILIPPI FRANZEN
Diretor Administrativo

DECRETO Nº 725/2017 MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 725/2017, DE 2 DE AGOSTO DE 2017.
Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora SILVANA ALBIERO.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de agosto de 2017, à servidora SILVANA ALBIERO, ocupante do cargo de Coordenadora, um mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 24 de julho de 2012 a 23 de julho de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

(Diretoria Administrativa), em 2 de agosto de 2017.
VALDECIR FILIPPI FRANZEN
Diretor Administrativo

DECRETO Nº 726/2017
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 726/2017, DE 2 DE AGOSTO DE 2017.
Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora ANDREIA CRISTINA PELLIZZARO.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de agosto de 2017, à servidora ANDREIA CRISTINA PELLIZZARO, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 92410-08, um mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 1º de agosto de 2012 a 31 de julho de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 2 de agosto de 2017.
VALDECIR FILIPPI FRANZEN
Diretor Administrativo

DECRETO Nº 727/2017
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 727/2017, DE 2 DE AGOSTO DE 2017.
Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora NEUZA MARIA ANTONIOLLI GONÇALVES.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de agosto de 2017, à servidora NEUZA MARIA ANTONIOLLI GONÇALVES, ocupante do cargo de Professor, código 10.10, matrícula 88706-00, um mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 31 de julho de 2012 a 30 de julho de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 2 de agosto de 2017.
VALDECIR FILIPPI FRANZEN
Diretor Administrativo

DECRETO Nº 728/2017
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 728/2017, DE 2 DE AGOSTO DE 2017.

Designa membros para integrar o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no art. 5º da Lei Complementar nº 593, de 25 de setembro de 2013 e alterações e no Decreto nº 4.327, de 13 de agosto de 2001 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Ficam designadas para integrar o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, pelo período de quatro anos, os servidores abaixo relacionados, representantes do Poder Público Municipal:

I – representantes da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação:

a) efetivo: JOSIANE WIERZYNSKI PIOVEZAN;

b) suplente: MELANIA BELLAN;

II – representantes da Secretaria Municipal de Educação:

a) efetivo: MARISTELA ISGANZELA SCHWINGEL;

b) suplente: VANESSA CRISTINA TUREK DE AVILA;

III – representantes da Secretaria Municipal de Saúde:

a) efetivo: MARGARETE MULLER;

b) suplente: DEBORA RUVIARO;

IV – representantes da Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente:

a) efetivo: ALBERTO FERREIRA DA FONTOURA;

b) suplente: VINICIUS TIAGO VOSS;

V – representantes da Fundação Municipal de Esportes:

a) efetivo: CAMILA PILONI;

b) suplente: CARINA ANDREIA MARIANI;

VI – representantes da Fundação Municipal de Cultura:

- a) efetivo: DOMINGA TERESA SCHIAVINI ALVES;
- b) suplente: KAREN JULIA COLDEBELLA FERREIRA.

Art. 2º Ficam designadas para integrar o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, pelo período de dois anos, as pessoas abaixo relacionadas, representantes de entidades não governamentais:

I – efetivos:

- a) MURILO ANZANELLO NICHELE, representante da Equipe Co-Gestora do Parque Estadual Fritz Plaumann – ECOPEF;
- b) JUARES ALBIERO, representante do Clube Concordeense de Xadrez;
- c) ANA MARIA SELLA DA SILVA, representante da Pastoral da Criança – Paróquia Nossa Senhora do Rosário;
- d) ANA PAULA DEITOS, representante da Associação Concordeense de Futsal Feminino – ACOFF;
- e) DIANES BONISSONI DETONI, representante do Esporte Clube Canarinho;
- f) VILSON ANIVO HAEFLIGER, representante do Grupo Escoteiro Concórdia;

II – suplentes:

- a) MAICON FERREIRA DE ANDRADE, representante do Junior Chamber Internacional – JCI;
- b) MARLI VENTURINI MIOLA, representante do Centro de Tradições Gaúchas – CTG Fronteira da Querência;
- c) ADRIANA CAMARA, representante do Centro Integrado Empresa Escola – CIEE;
- d) TANIA FATIMA VIZZOTTO, representante da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Concórdia – APAE;
- e) ELAINE MARIA PEREIRA DA CUNHA VANCIN, representante da Beneficência Camiliana do Sul – Hospital São Francisco;
- f) FRANCINE GRENDENE ORTIGARA, representante do Serviço Social da Indústria – SESI.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

DENISE JUSTI LOPES
Secretária Municipal de Desenvolvimento Social,
Cidadania e Habitação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 2 de agosto de 2017.
VALDECIR FILIPPI FRANZEN
Diretor Administrativo

DECRETO Nº 729/2017

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 729/2017, DE 2 DE AGOSTO DE 2017.
Concede gratificação, pelo exercício de função de chefia, à servidora MARCELA KUHN DOS SANTOS BIGATON.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nos arts. 74 e 75 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e na Lei nº 4.252, de 13 de dezembro de 2010 e alteração.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida à servidora MARCELA KUHN DOS SANTOS BIGATON, ocupante do cargo de Engenheiro, gratificação equivalente a 30% (trinta por cento) sobre o vencimento, pelo exercício de função de chefia de Projetos da Assessoria de Planejamento.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de agosto de 2017.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA Secretária Municipal de Administração	WAGNER ISIDORO SIMIONI Secretário Municipal de Urbanismo e Obras
----------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 2 de agosto de 2017.
VALDECIR FILIPPI FRANZEN
Diretor Administrativo

DECRETO Nº 730/2017

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 730/2017, DE 3 DE AGOSTO DE 2017.

Averba tempo de contribuição, nos assentamentos funcionais da servidora ROSANGELA LUNGE.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 40, § 10, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; art. 4º da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998; na Lei Federal nº 9.796, de 5 de maio de 1999 e alterações e no art. 35 da Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Ficam averbados 177 dias, ou seja: 5 (cinco) meses e 27 (vinte e sete) dias de tempo de contribuição, nos assentamentos funcionais da servidora ROSANGELA LUNGE, ocupante do cargo de Professor, código 10.13, matrícula 60569-01, conforme Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina – IPREV, em 8 de junho de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 3 de agosto de 2017.
VALDECIR FILIPPI FRANZEN
Diretor Administrativo

DECRETO Nº 731/2017 MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 731/2017, DE 3 DE AGOSTO DE 2017.

Revoga Promoção por Desempenho concedida a servidoras.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, e considerando a CI DRH nº 339/2017, de 1º de agosto de 2017, emitida pela Diretoria de Recursos Humanos.

DECRETA:

Art. 1º Ficam revogadas as Promoções por Desempenho concedidas às servidoras abaixo relacionadas:

I – IEDA SALETE PAGLIOCHI, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 91880-01, pelo Decreto nº 1.015/2012, de 27 de dezembro de 2012;

II – IEDA SALETE PAGLIOCHI, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 91880-01, pelo Decreto nº 1.063/2015, de 29 de dezembro de 2015;

III – MARIVANDA CADORE PISSOLO, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 91294-02, pelo Decreto nº 1.063/2015, de 29 de dezembro de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de agosto de 2017.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO Prefeito Municipal	NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA Secretária Municipal de Administração
-----------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 3 de agosto de 2017.
VALDECIR FILIPPI FRANZEN
Diretor Administrativo

EXTRATO DE CONTRATO Nº 001/2017 MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 001/2017

ESPÉCIE: Contrato de trabalho, entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Diretora de Recursos Humanos, senhora Márcia Roseli Cordeiro

de Souza da Silva e o(a) funcionário(a) ALEXANDRA GODIN inscrito(a) no CPF sob nº 036.551.419-55, no cargo de Professor ACT, nível 10.12 - 20 horas semanais, por prazo determinado.

VALOR: O(a) funcionário(a) receberá, mensalmente, o vencimento equivalente a R\$ 1.397,93 (um mil, trezentos e noventa e sete reais e noventa e três centavos).

PRAZO: 20/03/2017 a 21/12/2017.

DATA DA ASSINATURA: 20 de março de 2017.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 002/2017 MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 002/2017

ESPÉCIE: Contrato de trabalho, entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Diretora de Recursos Humanos, senhora Márcia Roseli Cordeiro de Souza da Silva e o(a) funcionário(a) CAMILE PICHININI DE SANTI DA SILVA inscrito(a) no CPF sob nº 070.605.609-47, no cargo de Professor ACT, nível 10.12 - 40 horas semanais, por prazo determinado.

VALOR: O(a) funcionário(a) receberá, mensalmente, o vencimento equivalente a R\$ 2.795,87 (dois mil, setecentos e noventa e cinco reais e oitenta e sete centavos).

PRAZO: 20/03/2017 a 21/12/2017.

DATA DA ASSINATURA: 20 de março de 2017.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 003/2017 MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 003/2017

ESPÉCIE: Contrato de trabalho, entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Diretora de Recursos Humanos, senhora Márcia Roseli Cordeiro de Souza da Silva e o(a) funcionário(a) CLADIR SAVOLDI inscrito(a) no CPF sob nº 022.471.919-08, no cargo de Professor ACT, nível 10.10 - 20 horas semanais, por prazo determinado.

VALOR: O(a) funcionário(a) receberá, mensalmente, o vencimento equivalente a R\$ 1.187,42 (um mil, cento e oitenta e sete centavos e quarenta e dois centavos).

PRAZO: 13/03/2017 a 31/10/2017.

DATA DA ASSINATURA: 13 de março de 2017.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 004/2017 MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 004/2017

ESPÉCIE: Contrato de trabalho, entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Diretora de Recursos Humanos, senhora Márcia Roseli

Cordeiro de Souza da Silva e o(a) funcionário(a) EDIVANDRA LAZAROTTO TAPPARO inscrito(a) no CPF sob nº 078.831.939-61, no cargo de Professor ACT, nível 10.12 - 40 horas semanais, por prazo determinado.

VALOR: O(a) funcionário(a) receberá, mensalmente, o vencimento equivalente a R\$ 2.795,87 (dois mil, setecentos e noventa e cinco reais e oitenta e sete centavos).

PRAZO: 20/03/2017 a 21/12/2017.

DATA DA ASSINATURA: 20 de março de 2017.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 005/2017 MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 005/2017

ESPÉCIE: Contrato de trabalho, entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Diretora de Recursos Humanos, senhora Márcia Roseli Cordeiro de Souza da Silva e o(a) funcionário(a) EVA LUCIANA DE MOURA inscrito(a) no CPF sob nº 040.186.409-00, no cargo de Professor ACT, nível 10.12 - 40 horas semanais, por prazo determinado.

VALOR: O(a) funcionário(a) receberá, mensalmente, o vencimento equivalente a R\$ 2.795,87 (dois mil, setecentos e noventa e cinco reais e oitenta e sete centavos).

PRAZO: 20/03/2017 a 31/12/2017.

DATA DA ASSINATURA: 20 de março de 2017.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 006/2017 MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 006/2017

ESPÉCIE: Contrato de trabalho, entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Diretora de Recursos Humanos, senhora Márcia Roseli Cordeiro de Souza da Silva e o(a) funcionário(a) IDONES APARECIDA CITTADIN inscrito(a) no CPF sob nº 029.789.619-96, no cargo de Professor ACT, nível 10.12 - 40 horas semanais, por prazo determinado.

VALOR: O(a) funcionário(a) receberá, mensalmente, o vencimento equivalente a R\$ 2.795,87 (dois mil, setecentos e noventa e cinco reais e oitenta e sete centavos).

PRAZO: 20/03/2017 a 31/12/2017.

DATA DA ASSINATURA: 20 de março de 2017.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 007/2017 MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 007/2017

ESPÉCIE: Contrato de trabalho, entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Diretora de Recursos Humanos, senhora Márcia Roseli Cordeiro de Souza da Silva e o(a) funcionário(a) JANE DE LURDES SIMONI inscrito(a) no CPF sob nº 848.627.859-72, no cargo de Professor ACT, nível 10.12 - 40 horas semanais, por prazo determinado.

VALOR: O(a) funcionário(a) receberá, mensalmente, o vencimento equivalente a R\$ 2.795,87 (dois mil, setecentos e noventa e cinco reais e oitenta e sete centavos).

PRAZO: 20/03/2017 a 21/12/2017.

DATA DA ASSINATURA: 20 de março de 2017.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 008/2017 MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 008/2017

ESPÉCIE: Contrato de trabalho, entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Diretora de Recursos Humanos, senhora Márcia Roseli Cordeiro de Souza da Silva e o(a) funcionário(a) LUCIVANIA BARANOSKI SILVA inscrito(a) no CPF sob nº 933.103.159-91, no cargo de Professor ACT, nível 10.12 - 20 horas semanais, por prazo determinado.

VALOR: O(a) funcionário(a) receberá, mensalmente, o vencimento equivalente a R\$ 1.397,93 (um mil, trezentos e noventa e sete reais e noventa e três centavos).

PRAZO: 01/03/2017 a 21/12/2017.

DATA DA ASSINATURA: 01 de março de 2017.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 009/2017 MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 009/2017

ESPÉCIE: Contrato de trabalho, entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Diretora de Recursos Humanos, senhora Márcia Roseli Cordeiro de Souza da Silva e o(a) funcionário(a) MAIARA FERNANDA TITON inscrito(a) no CPF sob nº 085.806.889-30, no cargo de Professor ACT, nível 10.12 - 40 horas semanais, por prazo determinado.

VALOR: O(a) funcionário(a) receberá, mensalmente, o vencimento equivalente a R\$ 2.795,87 (dois mil, setecentos e noventa e cinco reais e oitenta e sete centavos).

PRAZO: 20/03/2017 a 21/12/2017.

DATA DA ASSINATURA: 20 de março de 2017.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 010/2017
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 010/2017

ESPÉCIE: Contrato de trabalho, entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Diretora de Recursos Humanos, senhora Márcia Roseli Cordeiro de Souza da Silva e o(a) funcionário(a) MARISTELA DEOLA inscrito(a) no CPF sob nº 893.031.569-00, no cargo de Professor ACT, nível 10.12 - 20 horas semanais, por prazo determinado.

VALOR: O(a) funcionário(a) receberá, mensalmente, o vencimento equivalente a R\$ 1.397,93 (um mil, trezentos e noventa e sete reais e noventa e três centavos).

PRAZO: 20/03/2017 a 21/12/2017.

DATA DA ASSINATURA: 20 de março de 2017.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 011/2017
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 011/2017

ESPÉCIE: Contrato de trabalho, entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Diretora de Recursos Humanos, senhora Márcia Roseli Cordeiro de Souza da Silva e o(a) funcionário(a) MORGANE CESCO BATTISTELLA inscrito(a) no CPF sob nº 041.599.299-07, no cargo de Professor ACT, nível 10.12 - 40 horas semanais, por prazo determinado.

VALOR: O(a) funcionário(a) receberá, mensalmente, o vencimento equivalente a R\$ 2.795,87 (dois mil, setecentos e noventa e cinco reais e oitenta e sete centavos).

PRAZO: 20/03/2017 a 31/12/2017.

DATA DA ASSINATURA: 20 de março de 2017.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 012/2017
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 012/2017

ESPÉCIE: Contrato de trabalho, entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Diretora de Recursos Humanos, senhora Márcia Roseli Cordeiro de Souza da Silva e o(a) funcionário(a) NILVANIA GONÇALVES DA COSTA inscrito(a) no CPF sob nº 039.893.269-70, no cargo de Professor ACT, nível 10.12 - 40 horas semanais, por prazo determinado.

VALOR: O(a) funcionário(a) receberá, mensalmente, o vencimento equivalente a R\$ 2.795,87 (dois mil, setecentos e noventa e cinco reais e oitenta e sete centavos).

PRAZO: 20/03/2017 a 21/12/2017.

DATA DA ASSINATURA: 20 de março de 2017.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 013/2017
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 013/2017

ESPÉCIE: Contrato de trabalho, entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Diretora de Recursos Humanos, senhora Márcia Roseli Cordeiro de Souza da Silva e o(a) funcionário(a) NOELI WOLOSZYN inscrito(a) no CPF sob nº 585.400.089-04, no cargo de Professor ACT, nível 10.12 - 20 horas semanais, por prazo determinado.

VALOR: O(a) funcionário(a) receberá, mensalmente, o vencimento equivalente a R\$ 1.397,93 (um mil, trezentos e noventa e sete reais e noventa e três centavos).

PRAZO: 13/03/2017 a 21/12/2017.

DATA DA ASSINATURA: 13 de março de 2017.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 014/2017
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 014/2017

ESPÉCIE: Contrato de trabalho, entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Diretora de Recursos Humanos, senhora Márcia Roseli Cordeiro de Souza da Silva e o(a) funcionário(a) ORENILCE DE SOUSA FERNANDES inscrito(a) no CPF sob nº 414.211.242-20, no cargo de Professor ACT, nível 10.10 - 20 horas semanais, por prazo determinado.

VALOR: O(a) funcionário(a) receberá, mensalmente, o vencimento equivalente a R\$ 1.187,42 (um mil, cento e oitenta e sete reais e quarenta e dois centavos).

PRAZO: 20/03/2017 a 21/12/2017.

DATA DA ASSINATURA: 20 de março de 2017.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 015/2017
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 015/2017

ESPÉCIE: Contrato de trabalho, entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Diretora de Recursos Humanos, senhora Márcia Roseli Cordeiro de Souza da Silva e o(a) funcionário(a) RENATA MARIA DE MATTOS DIAS inscrito(a) no CPF sob nº 007.151.899-13, no cargo de Professor ACT, nível 10.12 - 20 horas semanais, por prazo determinado.

VALOR: O(a) funcionário(a) receberá, mensalmente, o vencimento equivalente a R\$ 1.397,93 (um mil, trezentos e noventa e sete reais e noventa e três centavos).

PRAZO: 20/03/2017 a 21/12/2017.

DATA DA ASSINATURA: 20 de março de 2017.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 016/2017
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 016/2017

ESPÉCIE: Contrato de trabalho, entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Diretora de Recursos Humanos, senhora Márcia Roseli Cordeiro de Souza da Silva e o(a) funcionário(a) SILMARA SAVOLDI PASTORE inscrito(a) no CPF sob nº 056.794.299-69, no cargo de Professor ACT, nível 10.12 - 40 horas semanais, por prazo determinado.

VALOR: O(a) funcionário(a) receberá, mensalmente, o vencimento equivalente a R\$ 2.795,87 (dois mil, setecentos e noventa e cinco reais e oitenta e sete centavos).

PRAZO: 20/03/2017 a 21/12/2017.

DATA DA ASSINATURA: 20 de março de 2017.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 017/2017
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 017/2017

ESPÉCIE: Contrato de trabalho, entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Diretora de Recursos Humanos, senhora Márcia Roseli Cordeiro de Souza da Silva e o(a) funcionário(a) SILVIA BERNARDI KAI-BER inscrito(a) no CPF sob nº 023.897.159-74, no cargo de Professor ACT, nível 10.12 - 40 horas semanais, por prazo determinado.

VALOR: O(a) funcionário(a) receberá, mensalmente, o vencimento equivalente a R\$ 2.795,87 (dois mil, setecentos e noventa e cinco reais e oitenta e sete centavos).

PRAZO: 20/03/2017 a 21/12/2017.

DATA DA ASSINATURA: 20 de março de 2017.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 018/2017
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 018/2017

ESPÉCIE: Contrato de trabalho, entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Diretora de Recursos Humanos, senhora Márcia Roseli Cordeiro de Souza da Silva e o(a) funcionário(a) TAMARA REGINA TONELLO inscrito(a) no CPF sob nº 030.954.119-01, no cargo de Professor ACT, nível 10.12 - 20 horas semanais, por prazo determinado.

VALOR: O(a) funcionário(a) receberá, mensalmente, o vencimento equivalente a R\$ 1.397,93 (um mil, trezentos e noventa e sete reais e noventa e três centavos).

PRAZO: 20/03/2017 a 21/12/2017.

DATA DA ASSINATURA: 20 de março de 2017.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 019/2017
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 019/2017

ESPÉCIE: Contrato de trabalho, entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Diretora de Recursos Humanos, senhora Márcia Roseli Cordeiro de Souza da Silva e o(a) funcionário(a) VANESSA PAULA DALBOSCO HOFF inscrito(a) no CPF sob nº 010.160.360-60, no cargo de Professor ACT, nível 10.10 - 40 horas semanais, por prazo determinado.

VALOR: O(a) funcionário(a) receberá, mensalmente, o vencimento equivalente a R\$ 2.374,87 (dois mil, trezentos e setenta e quatro reais e oitenta e sete centavos).

PRAZO: 20/03/2017 a 21/12/2017.

DATA DA ASSINATURA: 20 de março de 2017.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 020/2017
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 020/2017

ESPÉCIE: Contrato de trabalho, entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Diretora de Recursos Humanos, senhora Márcia Roseli Cordeiro de Souza da Silva e o(a) funcionário(a) RODRIGO JUAN BASSE inscrito(a) no CPF sob nº 069.441.049-70, no cargo de Médico Comunitário, 40 horas semanais, por prazo determinado.

VALOR: O(a) funcionário(a) receberá, mensalmente, o vencimento equivalente a R\$ 15.847,03 (quinze mil, oitocentos e quarenta e sete reais e três centavos).

PRAZO: 03/04/2017 a 02/04/2018.

DATA DA ASSINATURA: 03 de abril de 2017.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 021/2017
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 021/2017

ESPÉCIE: Contrato de trabalho, entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Diretora de Recursos Humanos, senhora Márcia Roseli Cordeiro de Souza da Silva e o(a) funcionário(a) FERNANDA TREVISOL inscrito(a) no CPF sob nº 040.866.169-04, no cargo de Médico, 20 horas semanais, por prazo determinado.

VALOR: O(a) funcionário(a) receberá, mensalmente, o vencimento equivalente a R\$ 4.063,60 (quatro mil e sessenta e três reais e sessenta centavos).

PRAZO: 03/04/2017 a 02/04/2018.

DATA DA ASSINATURA: 03 de abril de 2017.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 022/2017
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**EXTRATO DE CONTRATO Nº 022/2017**

ESPÉCIE: Contrato de trabalho, entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Diretora de Recursos Humanos, senhora Márcia Roseli Cordeiro de Souza da Silva e o(a) funcionário(a) GILBERTO DE OLIVEIRA NETTO inscrito(a) no CPF sob nº 080.090.607-12, no cargo de Médico, 20 horas semanais, por prazo determinado.

VALOR: O(a) funcionário(a) receberá, mensalmente, o vencimento equivalente a R\$ 4.063,60 (quatro mil e sessenta e três reais e sessenta centavos).

PRAZO: 03/04/2017 a 02/04/2018.

DATA DA ASSINATURA: 03 de abril de 2017.

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO DE PERMANÊNCIA Nº 1/2017
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO DE PERMANÊNCIA Nº 1/2017**

ESPÉCIE: Termo de Compromisso de Permanência no Serviço Público Municipal, consoante previsão contida no art. 58 da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alterações e no Decreto nº 5.678, de 25 de janeiro de 2012, firmado pela servidora CLEONICE BISON, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 88072-04, 20 (vinte) horas semanais.

OBJETO: A servidora, requerendo concessão de licença remunerada para cursar mestrado, assume os compromissos constantes no referido Termo.

PERÍODO: um ano, a partir de 3 de julho de 2017.

DATA DA ASSINATURA: 7 de julho de 2017.

LEI COMPLEMENTAR Nº 738/2017
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI COMPLEMENTAR Nº 738, DE 11 DE AGOSTO DE 2017.

Institui o Programa de Recuperação Fiscal de Concórdia – PREFIC.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica instituído o Programa de Recuperação Fiscal de Concórdia – PREFIC, destinado a promover a regularização de créditos tributários e não tributários do Município de Concórdia, cujos fatos geradores tenham ocorrido até 31 de dezembro de 2016.

Parágrafo único. O PREFIC abrange créditos tributários e não tributários de qualquer natureza, constituídos ou não, inscritos ou não em Dívida Ativa, mesmo que discutidos judicialmente em ação proposta pelo sujeito passivo ou em fase de execução fiscal já ajuizada, e ainda os créditos decorrentes do descumprimento de

obrigações acessórias, os que tenham sido objeto de parcelamentos anteriores, não integralmente quitados, mesmo que cancelados por falta de pagamento, bem como os aqueles que estejam parcelados.

Art. 2º A adesão ao PREFIC dar-se-á por opção do sujeito passivo, pessoa física ou jurídica, por meio de requerimento, formulado no período de 11 a 25 de setembro de 2017.

Parágrafo único. Caberá ao Poder Executivo promover a necessária divulgação e publicidade desta Lei.

Art. 3º O PREFIC somente alcançará créditos que se encontrem com a exigibilidade suspensa por força dos incisos III a V do art. 151 da Lei Federal nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 e alterações – Código Tributário Nacional, no caso de o sujeito passivo desistir expressamente e de forma irrevogável da impugnação ou do recurso interposto, ou da ação judicial proposta, e cumulativamente renunciar a quaisquer alegações de direito sobre as quais se fundam os referidos processos administrativos e/ou ações judiciais.

§ 1º A inclusão dos créditos para os quais se encontrem presentes as hipóteses dos incisos IV ou V do art. 151 da Lei Federal nº 5.172/1966, fica condicionada à comprovação de que o sujeito passivo protocolizou requerimento com pedido de extinção do processo com resolução de mérito, nos termos do art. 487, inciso III, “c”, da Lei Federal 13.105/2015 – Novo Código de Processo Civil - NCPC, bem como recolheu o valor dos honorários de sucumbência fixados em despacho ou sentença.

§ 2º Como condição para a adesão ao PREFIC, nos casos previstos no caput deste artigo, serão devidos honorários de sucumbência conforme a tabela constante no art. 85, § 3º, do NCPC.

Art. 4º Ao aderir ao PREFIC, o sujeito passivo poderá optar por liquidar os créditos tributários e não tributários à vista, ou mediante parcelamento em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas.

Parágrafo único. Em caso de opção pelo parcelamento, os créditos nele incluídos serão objeto de consolidação no mês do requerimento, para fins de definição do valor inicial das parcelas.

Art. 5º A adesão ao PREFIC abrangerá todos os créditos lançados ou denunciados espontaneamente pelo optante, inclusive os acréscimos legais relativos a multas, juros, atualização monetária e demais encargos previstos na legislação vigente à época da ocorrência dos fatos geradores, os decorrentes do descumprimento de obrigações acessórias, os parcelamentos em curso relativos às parcelas vincendas, e os créditos inscritos em Dívida Ativa, mesmo que em cobrança judicial.

§ 1º A pessoa jurídica que suceder a outra será responsável pelos tributos devidos pela sucedida nas hipóteses dos arts. 132 e 133 da Lei Federal nº 5.172/1966 e deverá solicitar a convalidação da opção feita pela sucedida.

§ 2º Quando se tratar de impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis, e bem assim os relativos a taxas pela prestação de serviços referentes a tais bens, ou a contribuições de melhorias, o respectivo adquirente deverá solicitar a convalidação da opção feita pelo transmitente.

Art. 6º Para os créditos que estejam em fase de execução fiscal, são condições indispensáveis ao deferimento da adesão ao PREFIC a renúncia a eventuais embargos e ou quaisquer outras medidas opostas à execução fiscal, bem como o pagamento dos honorários de sucumbência fixados em despacho ou sentença.

§ 1º Caso não tenha sido inicialmente fixado o valor dos honorários advocatícios, como condição para o parcelamento, serão devidos honorários de sucumbência conforme a tabela constante no art. 85, § 3º, do NCPC.

§ 2º É de responsabilidade exclusiva do beneficiário do parcelamento o recolhimento das custas processuais na forma estabelecida pelo Poder Judiciário.

Art. 7º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder anistia e/ou remissão dos encargos previstos na legislação tributária, incidentes sobre os créditos tributários e não tributários, na forma abaixo:

I – até 100% (cem por cento) dos juros e multas, para o sujeito passivo que aderir ao PREFIC, e optar pelo pagamento em parcela única;

II – 70% (setenta por cento) dos juros e multas, para o sujeito passivo que aderir ao PREFIC, e optar pelo pagamento de 30% (trinta por cento) do valor da dívida, descontado os 70% (setenta por cento) de isenção, e o restante em até 36 (trinta e seis) parcelas, não inferior a R\$ 100,00 (cem reais) cada parcela.

§ 1º As parcelas de que trata o inciso II deste artigo, serão reajustadas em 1% (um por cento) ao mês, de juro, e segundo a variação da Unidade Fiscal de Referência – UFIR Municipal ou qualquer outro indicador que venha a substituí-la, que será contabilizado anualmente, no 1º dia útil de cada ano.

§ 2º O vencimento da parcela única, ou da primeira parcela, conforme o caso, dar-se-á até o 10º (décimo) dia útil após a adesão ao PREFIC e as demais parcelas a cada 30 (trinta) dias.

§ 3º Não produzirá efeitos o requerimento de adesão formulado sem o correspondente pagamento tempestivo da parcela única ou da primeira parcela, conforme o caso.

Art. 8º A opção pelo PREFIC obriga o sujeito passivo a:

I – confissão irrevogável e irretratável dos créditos referidos no art. 1º desta Lei;

II – aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas nesta Lei;

III – manutenção automática dos gravames decorrentes de medida cautelar fiscal e das garantias prestadas nas ações de execução fiscal.

Art. 9º No caso dos tributos sujeitos a lançamento por homologação, em que não houver lançamento de crédito tributário formalizado, o contribuinte poderá realizar denúncia espontânea, e aderir ao PREFIC segundo os valores por ele apurados, declarados por meio de livro eletrônico, quando este for exigido.

Parágrafo único. A denúncia espontânea referida no caput deste artigo não inibe posterior fiscalização por parte da Administração Municipal, hipótese em que eventuais diferenças apuradas serão

lançadas de ofício, acrescidas dos encargos legais.

Art. 10. A parcela do PREFIC não recolhida até o vencimento perderá os benefícios concedidos, restabelecendo-se os acréscimos legais calculados na forma da legislação aplicável.

Art. 11. O parcelamento de que trata esta Lei será rescindido quando:

I – verificada a inadimplência de 3 (três) parcelas;

II – constatada a manutenção de discussão administrativa ou judicial, provocada pelo sujeito passivo, relativa aos créditos tributários ou não tributários incluídos no PREFIC;

III – decretada a falência ou insolvência civil do sujeito passivo.

§ 1º A rescisão com base no inciso I deste artigo ocorrerá no primeiro dia útil subsequente ao vencimento da parcela.

§ 2º A rescisão referida no caput deste artigo implicará a remessa do débito para a inscrição em Dívida Ativa ou o prosseguimento da execução, conforme o caso.

§ 3º A rescisão do parcelamento independe de notificação prévia e implicará exigibilidade imediata da totalidade do crédito confessado e ainda não pago, com o restabelecimento proporcional dos juros, multas e correção monetária.

Art. 12. O Poder Executivo poderá firmar convênio com o Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina para a realização do Programa de Mutirão de Audiências de Conciliação Fiscal destinado à aplicação dos comandos desta Lei.

Art. 13. O Poder Executivo fica autorizado a firmar acordos judiciais concedendo os benefícios fiscais estabelecidos nesta Lei.

Art. 14. As remissões e anistias previstas nesta Lei não autorizam, em qualquer hipótese, a restituição ou compensação de importâncias já pagas.

Art. 15. O Poder Executivo Municipal poderá regulamentar esta Lei, no que for necessário.

Art. 16. Os recursos necessários à execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento do Município.

Art. 17. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA Secretária Municipal de Administração	JACIR HERMINIO MAZOCCHI Secretário Municipal de Finanças
----------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 11 de agosto de 2017.
VALDECIR FILIPPI FRANZEN
Diretor Administrativo

LEI Nº 4.974**MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**

LEI Nº 4.974, DE 10 DE AGOSTO DE 2017.

Autoriza abertura de crédito suplementar e especial, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Poder Executivo do Município autorizado a anular parte das dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão	07	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE
Unidade Orçamentária	07.02	Fundo Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária
Projeto/Atividade	20.0606.0035.2304	Ações da Extensão Rural – FUMDEAGRO
Elemento	4.4.50.00.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos
Fonte de Recursos	01.000001	Recursos Ordinários – PMC R\$ 800.000,00
Órgão	16	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA
Unidade Orçamentária	16.01	Fundação Municipal de Cultura
Projeto/Atividade	13.0122.0074.1401	Modernização e Organização Administrativa da FMC
Elemento	4.4.90.00.00.00.00.00	Investimentos – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01.000001	Recursos Ordinários – PMC R\$ 20.000,00
Projeto/Atividade	13.0392.0073.2403	Ações da Difusão Cultural – FMC
Elemento	3.3.90.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01.000001	Recursos Ordinários – PMC R\$ 50.000,00
TOTAL ANULADO		R\$ 870.000,00

Art. 2º Com os recursos de que trata o art. 1º desta Lei, fica o Poder Executivo autorizado a suplementar as dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão	07	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE
Unidade Orçamentária	07.01	Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente
Projeto/Atividade	20.0606.0030.2026	Ações da Extensão Rural – SEMADRA
Elemento	3.3.90.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01.000001	Recursos Ordinários – PMC R\$ 800.000,00
Órgão	16	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA
Unidade Orçamentária	16.01	Fundação Municipal de Cultura
Projeto/Atividade	13.0122.0071.2401	Manutenção das Atividades-meio da FMC
Elemento	3.3.90.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01.000001	Recursos Ordinários – PMC R\$ 70.000,00
TOTAL SUPLEMENTADO		R\$ 870.000,00

Art. 3º Fica o Poder Executivo autorizado a suplementar, com recursos do superávit financeiro verificado no exercício de 2016, as dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão	07	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE
Unidade Orçamentária	07.02	Fundo Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária
Projeto/Atividade	20.0606.0035.2304	Ações da Extensão Rural – FUMDEAGRO
Elemento	3.3.90.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	03.000004	Recursos Ordinários – FUMDEAGRO – Superávit do Exercício Anterior R\$ 262.211,19
Órgão	08	SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E OBRAS
Unidade Orçamentária	08.01	Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras
Projeto/Atividade	15.0451.0041.2031	Ações de Sinalização Urbana – SEMURB
Elemento	3.3.50.00.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos
Fonte de Recursos	03.000001	Recursos Ordinários – Prefeitura – Superávit do Exercício Anterior R\$ 24.000,00
TOTAL SUPLEMENTADO		R\$ 286.211,19

Art. 4º Fica o Poder Executivo autorizado a suplementar, com recurso do provável excesso de arrecadação, devido a recurso proveniente de convênio, as dotações constantes nos elementos do seguinte projeto/atividade do orçamento vigente:

Órgão	07	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE
Unidade Orçamentária	07.01	Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente
Projeto/Atividade	20.0606.0030.2026	Ações da Extensão Rural – SEMADRA
Elemento	4.4.90.00.00.00.00.00	Investimentos – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01.340000	Transferências de Convênios – União R\$ 300.000,00
Elemento	3.3.90.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01.640001	Transferências de Convênios – Estado R\$ 50.000,00
TOTAL SUPLEMENTADO		R\$ 350.000,00

Art. 5º Ficam alteradas nas Leis nºs. 4.573, de 20 de setembro de 2013; 4.865, de 20 de maio de 2016 e 4.934, de 19 de dezembro de 2016, as ações mencionadas nesta Lei.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

JACIR HERMINIO MAZOCCO
Secretário Municipal de Finanças

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 10 de agosto de 2017.
VALDECIR FILIPPI FRANZEN
Diretor Administrativo

PORTARIA FMC Nº 27/2017
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA

PORTARIA FMC Nº 27/2017, DE 25 DE AGOSTO DE 2017.

O Diretor-Geral/Superintendente da Fundação Municipal de Cultura.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 2.288, de 20 de janeiro de 1989, c/c o disposto na Lei Complementar nº 216, de 12 de dezembro de 2001 e Decreto nº 05/2017, de 02 de janeiro de 2017, e considerando;

- a necessidade de adequar horário de atendimento ao público externo;
- a concordância da servidora;

RESOLVE:

Art. 1º Fixar a partir do dia 01 de setembro de 2017, horário especial de trabalho à servidora ELISABETE BÓRIO, ocupante do cargo de Responsável de Setor, na forma abaixo:

- I – Segunda a sexta-feira: Das 9h00 às 11h30 e das 14h00 às 18h00;
- II – Sábado: Das 9h30 às 12h00.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fundação Municipal de Cultura de Concórdia.

JÚLIO GOMES
Diretor-Geral/Superintendente da Fundação Municipal de Cultura

Publicado nesta FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA em 25 de agosto de 2017
JÚLIO GOMES
Diretor Geral da FMC

PORTARIA FMC Nº 28/2017
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA

PORTARIA FMC Nº 28/2017, DE 25 DE AGOSTO DE 2017.

O Diretor-Geral/Superintendente da Fundação Municipal de Cultura.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 2.288, de 20 de janeiro de 1989, c/c o disposto na Lei Complementar nº 216, de 12 de dezembro de 2001 e Decreto nº 05/2017, de 02 de janeiro de 2017, e considerando;

- a necessidade de adequar horário de atendimento ao público externo;
- a concordância da servidora;

RESOLVE:

Art. 1º Fixar a partir do dia 01 de setembro de 2017, horário especial de trabalho à servidora ALEXANDRA AMARANTE MIRANDA HOEKLER, ocupante do cargo de Especialista em Educação, na forma abaixo:

I – Segunda a sexta-feira: Das 7h30 às 11h30 e das 13h00 às 17h00;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogada, a partir de 01 de setembro de 2017 a Portaria nº 12/2017, de 01 de março de 2017.

Fundação Municipal de Cultura de Concórdia.

JÚLIO GOMES
Diretor-Geral/Superintendente da Fundação Municipal de Cultura

Publicado nesta FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA em 25 de agosto de 2017

JÚLIO GOMES
Diretor Geral da FMC

PORTARIA Nº 129/2017
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 129/2017, DE 17 DE JULHO DE 2017.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 82/2017, de 19 de janeiro de 2017, c/c o disposto nas Leis Complementares nºs. 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e 257, de 9 de dezembro de 2002, e considerando:

- os Adendos nºs. 013/2017 a 018/2017, ao Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho – LTCAT da Secretaria Municipal de Transportes;
- o Adendo nº 307/2017, ao LTCAT da Secretaria Municipal de Educação;
- as CIs DRH 306, 308, 309 e 310/2017, emitidas pela Diretoria de Recursos Humanos.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder aos servidores abaixo relacionados, Adicional de Insalubridade, grau médio, correspondente a 20% (vinte por cento) sobre o salário mínimo:

I – DAIANE SIGNOR DE SOUZA, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, com efeitos retroativos a 29 de junho de 2017;

II – com efeitos retroativos a 5 de julho de 2017:

- a) ARI JUSTINO TIBOLLA, ocupante do cargo de Mecânico;
- b) CLAUDEMIR RITTA, ocupante do cargo de Mecânico;
- c) FERNANDO LUIS FINGER, ocupante do cargo de Mecânico;
- d) JOELCIO LIMA, ocupante do cargo de Mecânico;
- e) SERGIO RIZZI, ocupante do cargo de Mecânico.

Art. 2º Revogar, com efeitos retroativos a 5 de julho de 2017:

I – o Adicional de Periculosidade concedido ao servidor ARI JUSTINO TIBOLLA e CLAUDEMIR RITTA;

II – o Adicional de Periculosidade concedido aos servidores JOELCIO LIMA, pela Portaria nº 183/2009, de 13 de novembro de 2009 e FERNANDO LUIS FINGER, pelo inciso II do art. 1º da Portaria nº 70/2009, de 6 de abril de 2009;

III – o adicional de Insalubridade concedido aos servidores ROBERTO CARLOS DOS SANTOS, pelo inciso VI do art. 1º da Portaria nº 105/2011, de 14 de junho de 2011 e SERGIO RIZZI, pela Portaria nº 160/2011, de 17 de novembro de 2011.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 130/2017
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 130/2017, DE 17 DE JULHO DE 2017.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 82/2017, de 19 de janeiro de 2017, e considerando:

- os Adendos nºs. 039 e 044/2017 ao Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho – LTCAT da Secretaria Municipal de Saúde;
- a CI DRH 316/2017, emitida pela Diretoria de Recursos Humanos.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Adicional de Periculosidade, correspondente a 30% (trinta por cento) do vencimento (salário base), aos servidores abaixo relacionados:

I – GUILHERME NEUMANN, ocupante do cargo de Odontólogo, matrícula 1081462-00;

II – SEDIANA ZANELLA, ocupante do cargo de Atendente de Consultório Odontológico.

Art. 2º Revogar o Adicional de Insalubridade concedido à servidora SEDIANA ZANELLA, ocupante do cargo de Atendente de Consultório Odontológico.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 23 de junho de 2017.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 131/2017
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 131/2017, DE 20 DE JULHO DE 2017.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 82/2017, de 19 de janeiro de 2017, c/c o disposto no art. 105 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, e considerando a justificativa apresentada na CI SEDES 407/2017, emitida pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação.

RESOLVE:

Art. 1º Convocar a servidora FRANCIANNE DE OLIVEIRA ZUCCHI, ocupante do cargo de Pedagogo, em gozo de férias, para o exercício de suas funções, por absoluta necessidade do serviço, a partir de 24 de julho de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 132/2017
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 132/2017, DE 20 DE JULHO DE 2017.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 82/2017, de 19 de janeiro de 2017, c/c o disposto nas Leis Complementares nºs. 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e 257, de 9 de dezembro de 2002, e considerando:

- os Adendos nºs. 045/2017 a 053/2017, ao Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho – LTCAT da Secretaria Municipal de Saúde;
- o Adendo nº 306/2017, ao LTCAT da Secretaria Municipal de Educação;
- o Adendo nº 12/2017, ao LTCAT da Secretaria Municipal de Transportes;
- as CIs DRH 317/2017, de 17 de julho de 2017 e 328/2017, de 18 de julho de 2017, emitidas pela Diretoria de Recursos Humanos.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder aos servidores abaixo relacionados, Adicional de Insalubridade, grau médio, correspondente a 20% (vinte por cento) sobre o salário mínimo:

I – com efeitos retroativos a 5 de julho de 2017:

- a) ARLETE VALERIUS, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem;
- b) IEDA MARIA SCHUMANN, ocupante do cargo de Enfermeiro;
- c) LECI ROMILDA DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem;
- d) LUCENI MARIA PARISE, ocupante do cargo de Enfermeiro;
- e) MARICE TERESINHA BEE SOARES, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem;
- f) MARIZETE ACKERMANN, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem;
- g) SANDRA SALETE ZUCHI, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem;
- h) TANIA HELENA DE MOURA HUNGARO, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem;

II – VICTOR DE MEDEIROS BROWN, ocupante do cargo de Médico, matrícula 1243314-00, com efeitos retroativos a 6 de julho de 2017;

III – com efeitos retroativos a 10 de julho de 2017:

- a) ANDREIA DA SILVA SANTIAGO, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais;
- b) JEAN CARLOS MATTANA, ocupante do cargo de Mecânico.

Art. 2º Revogar, com efeitos retroativos a 5 de julho de 2017, o Adicional de Insalubridade, grau máximo, concedido às servidoras ARLETE VALERIUS, IEDA MARIA SCHUMANN, LECI ROMILDA DE OLIVEIRA ROTA, LUCENI MARIA PARISE, MARICE TERESINHA BEE SOARES e TANIA HELENA DE MOURA HUNGARO, pelo art. 2º da Portaria nº 171/2009, de 19 de outubro de 2009 e às servidoras MARIZETE ACKERMANN e SANDRA SALETE ZUCHI, pelo art. 1º da Portaria nº 110/2017, de 13 de junho de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 133/2017
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 133/2017, DE 20 DE JULHO DE 2017.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 82/2017, de 19 de janeiro de 2017, e considerando:

- o Adendo nº 314/2017 ao Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho – LTCAT da Secretaria Municipal de Educação – SEMED;

- a CI DRH 318/2017, emitida pela Diretoria de Recursos Humanos.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor HAMILTON ROGERIO DE MARCO, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, Adicional de Periculosidade, correspondente a 30% (trinta por cento) do vencimento (salário base).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 3 de julho de 2017.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração**PORTARIA Nº 134/2017**
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 134/2017, DE 20 DE JULHO DE 2017.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 82/2017, de 19 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Alterar os incisos I e II do art. 2º da Portaria nº 44/2017, de 15 de março de 2017, que instaura sindicância a fim de apurar a veracidade dos fatos envolvendo o servidor JOAQUIM FRANCISCO CESAR DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de Motorista, Grupo Ocupacional Operacional – GO, que passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º (...)

I – presidente: MICHELE GALEAZZI, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, Grupo Ocupacional Especialista – GE;

II – secretária: ALINE MIOLA CONTE ZORZAN, ocupante do cargo de Agente Administrativo;" (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração**PORTARIA Nº 135/2017**
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 135/2017, DE 24 DE JULHO DE 2017.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 82/2017, de 19 de janeiro de 2017 e alteração, c/c o disposto no art. 105 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, e considerando as justificativas apresentadas na CI SEMUF 143/2017, da Secretaria Municipal de Finanças e na CI SEMUS 495/2017, da Secretaria Municipal de Saúde.

RESOLVE:

Art. 1º Convocar os servidores abaixo relacionados, em gozo de férias, para o exercício de suas funções, por absoluta necessidade do serviço:

I – EDUARDO MALTAURO, ocupante do cargo de Agente Administrativo, a partir de 16 de agosto de 2017;

II – MARLON DE LAI DENEGA, ocupante do cargo de Contador, no período de 1º a 6 e a partir de 22 de agosto de 2017;

III – ROSANI ADELIR TURATO TIRONI, ocupante do cargo de Atendente de Consultório Odontológico, a partir de 16 de agosto de 2017;

IV – SOLANGE INES GERHARDT, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, no período de 1º a 14 de agosto de 2017;

V – SONIA CARMEN DOS SANTOS, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, a partir de 17 de agosto de 2017;

VI – VANDERLEI MAURO MENEHINI, ocupante do cargo de Motorista, no período de 1º a 15 de agosto de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração**PORTARIA Nº 136/2017**
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 136/2017, DE 31 DE JULHO DE 2017.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 82/2017, de 19 de janeiro de 2017 e alteração, c/c o disposto no art. 105 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, e considerando a justificativa apresentada na CI SEMED 1244, emitida pela Secretaria Municipal de Educação.

RESOLVE:

Art. 1º Convocar a servidora ADRIANA DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche, em gozo de férias, para o exercício de suas funções, por absoluta necessidade do serviço, a partir de 31 de julho de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 137/2017
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 137/2017, DE 1º DE AGOSTO DE 2017.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 82/2017, de 19 de janeiro de 2017 e alteração, c/c o disposto no art. 105 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, e considerando as justificativas apresentadas na CI DRH 336/2017, da Diretoria de Recursos Humanos e na CI SEMED 1245, da Secretaria Municipal de Educação.

RESOLVE:

Art. 1º Convocar as servidoras abaixo relacionadas, em gozo de férias, para o exercício de suas funções, por absoluta necessidade do serviço:

I – THALITA HELENA DALMAGO, ocupante do cargo de Agente Administrativo, a partir de 7 de agosto de 2017;

II – GENECI PERKA, ocupante do cargo de Agente de Alimentação e Nutrição, no período de 1º a 6 de agosto de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 138/2017
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 138/2017, DE 2 DE AGOSTO DE 2017.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 82/2017, de 19 de janeiro de 2017 e alteração.

RESOLVE:

Art. 1º Alterar o inciso II do art. 2º da Portaria nº 17/2012, de 12 de janeiro de 2012 e alterações, que instauram Sindicância a fim de apurar a veracidade dos fatos envolvendo o servidor GERSON LUIS PIVA, ocupante do cargo de Operador de Equipamentos, Grupo Ocupacional Operacional – GO, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º (...)

II – secretária: FERNANDA KRUGER, ocupante do cargo de Agente Administrativo;” (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 139/2017
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 139/2017, 2 DE AGOSTO DE 2017.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 82/2017, de 19 de janeiro de 2017 e alteração, c/c o disposto na Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, art. 177 e seguintes, e no Decreto nº 3.516, de 6 de julho de 1994, e considerando:

- as informações contidas no processo protocolizado na Secretaria Municipal de Administração sob nº 22439/2016, de 7 de dezembro de 2016, do qual se extrai que a servidora DAIANE BUSATTO, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche, não estaria exercendo com zelo e dedicação as atribuições do cargo, no Centro Municipal de Educação Infantil – CMEI Pequeno Príncipe, cometendo, em tese, as seguintes faltas funcionais:

- agir de forma hostil com crianças e outros servidores/estagiário da Unidade;
- ausentar-se da sala deixando crianças sem supervisão, ou sob supervisão apenas de estagiário;
- utilizar aparelho celular demasiadamente, durante o horário de expediente, para fins particulares;
- descumprir horários.

- o Parecer da Assessoria Jurídica do Município, no sentido de instauração de Sindicância;

- que tais fatos, se comprovados, atentam contra o dever funcional previsto no art. 151, I, da Lei Complementar nº 90/1994 e alterações;

- que, se comprovada a culpabilidade da servidora, poderá sujeitá-la à penalidade prevista no art. 165 da Lei Complementar nº 90/1994 e alterações.

RESOLVE :

Art. 1º Instaurar Sindicância a fim de apurar a veracidade dos fatos envolvendo a servidora DAIANE BUSATTO, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche, Grupo Ocupacional Funcional – GF.

Art. 2º Designar os servidores abaixo relacionados, para efetuar todos os procedimentos necessários, em face da presente Sindicância:

I – presidente: SILVANA CASAGRANDE, ocupante do cargo de Pedagoga, Grupo Ocupacional Especialista – GE;

II – secretária: ALINE MIOLA CONTE ZORZAN, ocupante do cargo de Agente Administrativo;

III – vogais:

a) ADINAN CANDIDO POLO, ocupante do cargo de Fiscal de Tributos;

b) ROMARA RITA POZZA COLOMBO, ocupante do cargo de Auxiliar de Administração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 140/2017
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 140/2017, DE 3 DE AGOSTO DE 2017.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 82/2017, de 19 de janeiro de 2017 e alteração, c/c o disposto no art. 25 e seguintes da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alterações.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora EDERLI CARLA RAUSCHKOLB WEBER, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 1142402-00, integrante do Quadro Permanente de Cargos do Magistério Público Municipal, Promoção por Titulação, no percentual de 12% (doze por cento) sobre o vencimento-base, correspondente à habilitação em pós-graduação, na área específica de atuação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de agosto de 2017.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

RESOLUÇÃO CMCSPPF Nº 03/2017

RESOLUÇÃO Nº 03/2017 DE 28 DE AGOSTO DE 2017

Dispõe sobre o dia das reuniões ordinárias do Conselho Municipal de Controle Social do Programa Bolsa Família.

A Presidente do Conselho Municipal de Controle Social do Programa Bolsa Família no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei nº 4.567, de 9 de setembro de 2013, considerando eleição da nova diretoria realizada em reunião ordinária no dia 25 de agosto de 2017, dispõe sobre o dia das reuniões ordinárias deste Conselho para o ano de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Fixar o dia das reuniões ordinárias deste conselho, sempre na última quinta-feira do mês, no período vespertino, ficando assim definida para o ano 2017.

I - dia 26 de outubro;
II- dia 20 de dezembro.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor nesta data.

Art. 3º Fica revogada a resolução anterior do dia 02/2017.

JOSIANE ESPINOSA CABRAL
Presidente do Conselho Municipal de Controle do Bolsa Família

DENISE JUSTI LOPES
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social Cidadania e Habitação

Cordilheira Alta

PREFEITURA

DECRETO Nº 626/2017

DECRETO Nº 626/2017, DE 28 DE AGOSTO DE 2017

“PRORROGA EM 60 (SESSENTA) DIAS A LICENÇA MATERNIDADE CONCEDIDA À SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 70 da Lei Orgânica do Município;

DECRETA

Art. 1º Prorrogar em 60 (sessenta) dias a Licença Maternidade concedida a Servidora Municipal, Sra. KELY ALINE SABADIN, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com fulcro no Parágrafo Único, do Art. 1º, da Lei n. 915/2010.

Art. 2º A licença de que trata o Art. 1º, será estendida a partir de 30/08/2017.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 28 de Agosto de 2017.

CARLOS ALBERTO TOZZO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

EXTRATO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PROC. 99/2017

EXTRATO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

O Município de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, torna público o resultado da licitação conforme a baixo especifica:

MODALIDADE: Pregão Presencial para Registro de Preços nº40/2017
JULGAMENTO: Menor preço por item
PROCESSO: 99/2017

SOLICITANTES: GABINETE DO PREFEITO, SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FAZENDA E PLANEJAMENTO, SECRETARIA DE AGRICULTURA, SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA POSSÍVEL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE.

VALOR TOTAL DO PROCESSO: R\$92.737,10(Noventa e dois mil setecentos e trinta e sete reais com dez centavos).

ADJUDICAÇÃO: Decaído o direito de recorrer e considerada aceitável a melhor proposta, a Comissão de Licitações declara vencedora as empresas: RB PAPELARIA E BAZAR LTDA ME, no valor total de

R\$6.412,00; empresas: PEGASUS ATACADISTA LTDA EPP, no valor total de R\$5.393,85; empresa TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA EPP, no valor total de R\$10.592,90, empresa MERCADO KA & KA LTDA ME, no valor total de R\$11.202,30, empresa E.M. INFORMATICA LTDA EPP, no valor total de R\$269,90, empresa JANDIRA CAPPELLARO RODRIGUES EIRELI ME, no valor total de R\$8.066,15, empresa GLOBAL INFORMATICA E TELECOMUNICAÇÕES LTDA ME, no valor total de R\$43.290,50, empresa ECOS- TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA-ME, no valor total de R\$7.509,50 adjudicado em favor das empresas mencionadas, o objeto da licitação em epígrafe. Após publicado este resultado no órgão oficial de publicação do Município, os autos serão encaminhados para o Ordenador de Despesas para análise e homologação se assim o decidir;

Cordilheira Alta, SC, em 28 de Agosto de 2017.

Adriana De Cezaro Moresco
Pregoeiro

EXTRATO RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE 10/2017 PROC. 106/2017

TERMO DE RATIFICAÇÃO

PROCESSO 106/2017

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 10/2017

O Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, usando das atribuições legais e constitucionais vigentes, e em conformidade com o que preceitua o artigo 25, III da Lei n. 8.666/93 e suas posteriores alterações, contratação de profissional a fim de realizar apresentação de Contação de Histórias na “VI Mostra Pedagógica”, em comemoração ao dia da Independência do Brasil, que ocorrerá nos dias 07 e 08 de setembro de 2017, a favor de EMILIANO DANIEL DE SOUZA (MEI), no valor total de R\$ 2.550,00 (dois mil quinhentos e cinquenta reais), decide por ratificar o aludido processo em todos os seus termos.

Ciência aos interessados, observadas as prescrições legais pertinentes.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cordilheira Alta/SC,
em 28 de agosto de 2017.
CARLOS ALBERTO TOZZO
Prefeito Municipal

Coronel Freitas

PREFEITURA

TERMO ADITIVO Nº 49/2017 A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 14G 2017

PUBLICAÇÃO TERMO ADITIVO Nº49/2017

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

1º TERMO ADITIVO Nº 49/2017 À ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº14G/2017

Contratado: MATIC MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA-EPP

Objeto: Item 1.1 da ata registro de preços nº 14g/2017– da quantidade prevista no anexo “D” para o item “396” – Tubo soldável 25mm água.

O item 1.1, da Ata de Registro de Preço, faz referencia aos quantitativos previstos no anexo “D”, que para o item “396”, prevê a seguinte quantidade:

ITEM	QUANT	ESPECIFICAÇÃO
396	100 M	TUBO SOLDÁVEL 25MM ÁGUA

Fica aditivada a quantidade de 25 metros, ou seja, R\$ 45,00 (quarenta e cinco reais) do item “396” do Anexo D, constante no item 1.1 da Ata de Registro de preço Nº 14g/2017 totalizando 25% da quantidade licitada por item.

Vigência: 31/12/2017.

TOMADA DE PREÇO Nº 01/2017

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital Tomada de Preço Nº 01/2017

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA EM ENGENHARIA CIVIL.

Tipo: Menor Preço por item.

Entrega dos envelopes: até as 08h30min do dia 14/09/2017.

Abertura dos envelopes: na sequência às 08h30min do dia 14/09/2017.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Av.Santa Catarina, 1022 nos dias úteis, de segunda a sexta feira das 07:30 às 11:30 hrs e das 13:00 às 17:00 horas ou pelo fone 3347.3400.

Coronel Freitas (SC) 28 de agosto de 2017.

Izeu Jonas Tozetto

Prefeito Municipal

Coronel Martins

PREFEITURA

DECRETO Nº 180/2017

DECRETO N.º 180, DE 04 DE AGOSTO DE 2017.

DISPÕE SOBRE A abertura de crédito adicional SUPLEMENTAR e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº.4.320/64, Lei do Plano Plurianual 2014/2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO para o exercício de 2017 e Lei Orçamentária Anual nº.686 de 05/12/2016;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 7.550,00 (Sete mil e quinhentos e cinquenta reais) na seguinte Programação de despesa:

11.01 - Fundo Municipal Agropecuário Rural				
20.608.0046.2.041 Incentivo a Produção Animal				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
4.4.90.00.00.00	Aplicações Diretas	53	01.0000	7.550,00

Art. 2º Para abertura do crédito de que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos na ordem de R\$ 7.550,00 (Sete mil e quinhentos e cinquenta reais) pela anulação parcial de dotação orçamentária na seguinte programação de despesas:

11.01 - Fundo Municipal Agropecuário Rural				
20.608.0046.2.041 Incentivo a Produção Animal				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	52	01.0000	7.550,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,
em 04 de Agosto de 2017.

ADEMIR MADELLA
Prefeito Municipal

Este decreto foi registrado e publicado em data supra.

GIUVANI SCHUSTER
Sec. de Adm. Planej. E Finanças

Correia Pinto

PREFEITURA

DISPENSA DE LICITAÇÃO- PROCESSO 08/2017 FHMCP ERRATA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

DISPENSA DE LICITAÇÃO - PROCESSO N. 08/2017 FHMCP

ERRATA

O Município de Correia Pinto - SC, com sede à Avenida Duque de Caxias, 1569 – Centro em Correia Pinto, Estado de Santa Catarina, torna público para conhecimento dos interessados a ERRATA a Dispensa de Licitação, Nº 08/2017, onde se lê: "Valor: R\$ 308.052,40 (trezentos e oito mil, cinquenta e dois reais e quarenta centavos) ", passa a ser lido: "Com Valor Máximo Estimado de: R\$ 376.433,60 (trezentos e setenta e seis mil, quatrocentos e trinta e três reais e sessenta centavos)

Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO CONTRATAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS PARA A FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL.

Com o Valor Máximo Estimado de R\$ 376.433, 60 (trezentos e setenta e seis mil, quatrocentos e trinta e três reais e sessenta centavos)

Empresa: LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS MARTINS LTDA-ME

CNPJ: 95.878.138/0001-02

A presente declaração encontra-se justificada conforme parecer jurídico e processo de Dispensa de Licitação.

Correia Pinto, 28 de agosto de 2017.

CELSO ROGERIO ALVES RIBEIRO

Prefeito

APOSTILAMENTO DE CONTRATO - ADITIVO DE VALOR - PROCESSO 01/2017 PMCP

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO
Relação de Apostilamento de Itens

Página: 1/1
Data: 28/08/2017

TERMO DE APOSTILAMENTO

Contrato nº: 0049/2017
Processo nº: 1/2017
Contratada: POLI IPIRANGA COM. DE COMBUSTIVEIS E LUBRIFICAN CNPJ/CPF: 04.574.952/0001-70
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GASOLINA COMUM E ADITIVADA, ETANOL, DIESEL, ÓLEO LUBRIFICANTE, FILTRO DE LUBRIFICANTE, FILTRO DE COMBUSTÍVEL, FILTRO PURIFICADOR DE AR E GRAXA, PARA A FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL, SUAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES, CONFORME DESCRITIVO NO ANEXO I DO EDITAL.

OBJETO DO APOSTILAMENTO:

ALTERAÇÃO CONTRATUAL CONFORME PARECER JURÍDICO 288/2017/PROGEM, E DEMAIS DOCUMENTOS ANEXOS AO PROCESSO LICITATÓRIO 01/2017 PMCP.
CONTRATOS: 0049/2017 PMCP, 0050/2017 FMS, 0051/2017 FMAS, 0052/2017 FHMCP, 0053/2017 FMEC, 0054/2017 FUNREBOM.

Item	Descrição	Unid.	Preço Unit. Anterior	Preço Unit. Atual
1	GASOLINA COMUM	L	3,575	3,629
2	GASOLINA ADITIVADA	L	3,575	3,629
4	OLEO DIESEL	L	2,850	2,799
5	OLEO DIESEL S10 - litros	L	2,950	2,869

Correia Pinto, 24 de Agosto de 2017

Corupá

PREFEITURA

ERRATA DE EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 057/17

I - ERRATA DE EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 111/17
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 057/17

A Pregoeira no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados Errata referente ao Edital de Pregão Presencial nº 057/17, ficando assim determinado:

Onde se lê:

APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS – 31/08/2017 – 09:00 HORAS NA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ, SITO A RUA FRANCISCO MEES Nº 1915 – XV DE NOVEMBRO.

Leia-se:

APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS – 11/09/2017 – 09:00 HORAS NA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ, SITO A RUA FRANCISCO MEES Nº 1915 – XV DE NOVEMBRO.

Onde se lê:

ANEXO I
QUANTITATIVOS

-As amostras de cada item arrematado deverão ser apresentadas a Comissão de recebimento e avaliação das amostras de pneus, câmaras, colarinhos e protetores de câmara "novos", no prazo máximo de até o dia 31 de agosto de 2017 às 09:00 horas na Secretaria Municipal de Infraestrutura do Município de Corupá, sito a Rua: Francisco Mees nº1915- BAIRRO XV de Novembro, ficando desde já estabelecido que todos os pneus deverão ser certificados pelo INMETRO .

Leia-se:

ANEXO I
QUANTITATIVOS

-As amostras de cada item arrematado deverão ser apresentadas a Comissão de recebimento e avaliação das amostras de pneus, câmaras, colarinhos e protetores de câmara "novos", no prazo máximo de até o dia 11 de setembro de 2017 às 09:00 horas na Secretaria Municipal de Infraestrutura do Município de Corupá, sito a Rua: Francisco Mees nº1915- BAIRRO XV de Novembro, ficando desde já estabelecido que todos os pneus deverão ser certificados pelo INMETRO .

Corupá, 28 de Agosto de 2017.

LÍDIA ROSA VEECK
Pregoeira

PORTARIA Nº 4420/17

PORTARIA Nº 4420/17

DESIGNA REPRESENTANTES PARA ATUAREM NA UNIDADE DE EXECUÇÃO MUNICIPAL (UEM) DO PROJETO INSERIDO NO PROGRAMA NACIONAL DE APOIO À ADMINISTRAÇÃO FISCAL PARA OS MUNICÍPIOS BRASILEIROS (PNAFM).

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66,

RESOLVE:

Art. 1º Fica atribuído ao servidor MAURI EDGAR PADILHA DE LIMA, ocupante do cargo de Assessor Jurídico, como Coordenador Geral da Unidade de Execução Municipal, para exercer o encargo de responder pela elaboração, coordenação e supervisão do Projeto inserido no Programa Nacional de Apoio à Administração Fiscal para os Municípios Brasileiros (PNAFM), bem como pela administração de recursos financeiros e demais obrigações que forem estabelecidas no contrato de subempréstimo a ser firmado com a Caixa Econômica Federal, Agente Financeiro da União, e nos demais documentos do PNAFM.

Art. 2º O servidor acima indicado manterá articulação permanente com as autoridades e demais servidores da Prefeitura, com vistas à consecução dos objetivos do Projeto.

Art. 3º Ficam designados para apoiar o servidor nomeado no art. 1º, no desempenho de suas atribuições, os seguintes servidores da Prefeitura:

I – LUCIANO CANI, no cargo de Assessor Jurídico, como Coordenador Substituto;

II – SILVIO RICHARDT, no cargo de Secretário de Administração e Fazenda, como Coordenador Técnico responsável pela coordenação e avaliação técnica das ações executadas pelo Projeto e pela programação e execução de seminários e encontros técnicos, e preparação de relatórios de acompanhamento;

III – JÉSSICA TAMARA PEZZATTO, no cargo de Supervisor de Contratos, como Coordenadora Administrativa Financeira responsável pela coordenação e execução dos recursos financeiros e materiais do Projeto, assim como pela preparação dos relatórios de prestação de contas;

IV – KELLY CRISTINA ALVES DE SOUZA, no cargo de Diretora Executiva de Governo, como Assistente de Monitoramento e Avaliação, para efeito de acompanhamento dos indicadores do Programa e apoio à elaboração dos relatórios de acompanhamento;

Art. 4º Fica determinado que os servidores da Prefeitura deverão prestar todo o apoio necessário à implementação do Projeto.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 4138/17.

Gabinete do Prefeito de Corupá/SC, 28 de agosto de 2017.

JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 070/17

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

AVISO LICITAÇÃO – REGISTRO DE PREÇO

Modalidade Pregão Presencial nº 070/17

REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO FRACIONADA DE FERRO CHATO, CANTONEIRAS, VIGAS E CHAPAS DE AÇO PARA USO DA SECRETARIA DE OBRAS DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ - SC, conforme especificações contidas no Termo de Referência do Anexo I.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: DAS 08h00min do dia 29/08/2017 às 14h00min do dia 12/09/2017.

INICIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 14h30min do dia 12/09/2017.

TIPO: Menor Preço por item.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: No endereço Prefeitura Municipal de Corupá – Av. Getulio Vargas, 443 e também no site [http:// www.corupa.sc.gov.br](http://www.corupa.sc.gov.br).

HORARIO: das 08h às 12hs e das 13h30minh às 16h30min

Telefone (47) 3375-6500

Corupá, 29 de agosto de 2017.

JOÃO CARLOS GOTTARDI

PREFEITO MUNICIPAL

TERMO DE RATIFICAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 028/2017

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Inexigibilidade de Licitação nº 028/2017

Processo Licitatório nº 163/2017

Considerando que o presente procedimento encontra-se em conformidade com a legislação pertinente (art. 25, inc. I, da Lei nº. 8.666/93) e, com arrimo no parecer jurídico, RATIFICO a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, nos termos das razões lançadas no Processo Administrativo n.º 163/2017, AUTORIZO a contratação por INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO sob o n.º 028/2017, da empresa HELIO FRANCISCO DIAS - ME, inscrita no CNPJ sob nº 80.465.115/0001-90, visando o cumprimento do objeto, qual seja, "CONTRATAÇÃO DE REVENDEDORA AUTORIZADA DA MARCA MENNO PARA REALIZAÇÃO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA, VISANDO O CONCERTO DA IMPRESSORA DE CHEQUE ELGIN (CHASSIS MENNO), PARA USO DO SETOR DE TESOUREARIA DA CONTABILIDADE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA.", tendo como valor global a ser pago a monta de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais)

Ademais, de acordo com o Acórdão TCU nº 1.336/2006 – Plenário, têm-se o seguinte entendimento: "a eficácia dos atos de dispensa e inexigibilidade de licitação a que se refere o art. 26 da Lei 8.666/93 (art. 24, Incisos III a XXIV e Art. 25 da Lei 8.666/93), está condicionada a sua publicação na Imprensa Oficial, salvo se, em observância ao princípio da economicidade, os valores contratados estiverem dentro dos limites fixados nos art. 24, I e II da Lei 8.666/93.". Desta feita, visando garantir a eficácia dos atos, DETERMINO, que pelo presente TERMO DE RATIFICAÇÃO, seja efetivada a publicação do ato, nos termos da lei.

Publique-se e cumpra-se.

Corupá, 25 de Agosto de 2017.

JOÃO CARLOS GOTTARDI

PREFEITO MUNICIPAL

Cunha Porã

PREFEITURA

DECRETO 086, DE 22 DE AGOSTO DE 2017.

DECRETO MUNICIPAL Nº 086/2017.

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

JAIRO RIVELINO EBELING, Prefeito Municipal de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas, em especial o Art. 96 VII, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o Art. 7º, II da Lei nº 2.718, de 21 de dezembro de 2016, e as disposições da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964;

CONSIDERANDO os recursos do Excesso de Arrecadação apurado no exercício de 2017;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar por Excesso de Arrecadação do Exercício de 2017 e Superávit Financeiro do Exercício de 2016 no valor de R\$ 45.477,24 (quarenta e cinco mil quatrocentos e setenta e sete reais e vinte e quatro centavos), conforme demonstrado abaixo:

ORGÃO: 03.00 – SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Unidade Orçamentária: 03.02 – FINANÇAS
Proj./Ativ.: 04.123.0004.2.008 – Manutenção das Ações da Administração Financeira
Modalidade Aplicação: 3.1.90.0000 – Aplicações Diretas
(24) Fonte: 0.1.00.00.00 – Excesso de Arrecadação Recursos Ordinários R\$ 8.000,00

ORGÃO: 07.00 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
Unidade Orçamentária: 07.01 – DPTO. DE PLANEJAMENTO E OBRAS
Proj./Ativ.: 15.452.0014.2.023 – Manut. das Ações do Dpto. De Planej. E Obras
Modalidade Aplicação: 3.3.90.0000 – Aplicações Diretas
(1270) Fonte: 0.3.64.00.00 – Super. Rend. Conv. TR 1120 R\$ 165,72
(1269) Fonte: 0.1.64.00.00 – Excesso Rend. Conv. TR 1120 R\$ 311,52

Unidade Orçamentária: 07.02 – DPTO. DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES
Proj./Ativ.: 26.782.0017.2.030 – Manut. das Ações do Dpto. De Infraestrutura e Transp.
Modalidade Aplicação: 3.3.90.0000 – Aplicações Diretas
(99) Fonte: 0.1.00.00.00 – Excesso de Arrecadação Recursos Ordinários R\$.... 25.000,00

ORGÃO: 12.00 – SECRET. MUNIC. DE ASSISTENCIA SOCIAL
Unidade Orçamentária: 12.01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
Proj./Ativ.: 08.244.0006.2.035 – Manut. das Ações de Gestão da Política de Assist. Social
Modalidade Aplicação: 3.1.90.0000 – Aplicações Diretas
(125) Fonte: 0.1.00.00.00 – Excesso de Arrecadação Rec. Ordinários R\$ 12.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar de

que trata o Art. 1º, no valor de 45.311,52 (quarenta e cinco mil trezentos e onze reais e cinquenta e dois centavos), será utilizado o excesso de arrecadação verificado no exercício de 2017, e por Superávit Financeiro do Exercício de 2016 o valor de R\$ 165,72 (cento e sessenta e cinco reais e setenta e dois centavos).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 22 de agosto de 2017.

JAIRO RIVELINO EBELING

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra,

RUDINEI PEDRO KAHER

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO 087, DE 29 DE AGOSTO DE 2017.

DECRETO Nº 087, de 29 de agosto de 2017.

DISPÕE SOBRE A SUSPENSÃO DA PROVA ESCRITA OBJETIVA PREVISTA NO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2017 DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JAIRO RIVELINO EBELING, Prefeito Municipal de Cunha Porã, no Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas;

CONSIDERANDO a previsão do Edital de Concurso Público nº 01/2017;

DECRETA:

Art. 1º. Fica SUSPensa, por prazo indeterminado, a realização da Prova Escrita Objetiva agendada para o dia 3 de setembro de 2017, bem como, todos os demais atos posteriores previsto no Anexo VI – Cronograma de Execução do Edital de Concurso Público nº 01/2017.

Art. 2º. A suspensão dá-se em razão da necessidade de averiguar eventuais irregularidades, especialmente quanto à aplicação da Lei nº 1.521, de 13 de dezembro de 1.990.

Art. 3º. Ficam todos os interessados cientes que todos os atos posteriores a edição do presente Decreto serão amplamente divulgados no endereço eletrônico do município www.cunhapora.sc.gov.br, e no endereço www.cursivani.com.br.

Art. 4º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se,

Gabinete do Prefeito, 29 de agosto de 2017.

JAIRO RIVELINO EBELING

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra,

RUDINEI PEDRO KAHER

Secretário de Administração e Fazenda

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 48/2017

MUNICIPIO DE CUNHA PORÃ

Ata de Registro de Preços nº: 048/2017

Partes: Município de Cunha Porã e as Empresas REFRIGERACAO MOZER LTDA, POTENCIA SOM E INFORMATICA LTDA – EPP, BAVARESCO E CIA LTDA, JACKSON NEIMAR PEDRASSANI ME, GESUL COMÉRCIO LTDA, MARIA CIRLEI DE VEIGA – ME, ADAGIL HIDRAULICA E CLIMATIZAÇÃO, NYLAND E PITON CLIMATIZADORES LTDA ME e TOPCLIMA SISTEMAS DE REFRIGERAÇÃO EIRELI – EPP.

Processo Licitatório 01381/2017. Pregão Presencial 073/2017.

Objeto: AQUISIÇÃO DE AR CONDICIONADOS, ELETROPORTÁTEIS, ELETRODOMÉSTICOS, MÓVEIS E DEMAIS EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.

Valor:

Empresa Proponente Vencedora:	Valor Total R\$
REFRIGERACAO MOZER LTDA	17.054,00
POTENCIA SOM E INFORMATICA LTDA – EPP	2.162,00
BAVARESCO E CIA LTDA	12.379,00
JACKSON NEIMAR PEDRASSANI ME	30.044,89
GESUL COMÉRCIO LTDA	12.705,98
MARIA CIRLEI DE VEIGA – ME	900,00
ADAGIL HIDRAULICA E CLIMATIZAÇÃO	17.050,00
NYLAND E PITON CLIMATIZADORES LTDA ME	2.098,00
TOPCLIMA SISTEMAS DE REFRIGERAÇÃO EIRELI – EPP	10.470,00

Vigência: 28/08/2017 a 28/08/2018.

Jairo Rivelino Ebeling – Prefeito Municipal.

Cunhataí

PREFEITURA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 71/2017

Estado de Santa Catarina

Município de Cunhataí

Aviso de Licitação

O Município de Cunhataí, SC, através do seu Prefeito Municipal, torna público a todos os interessados, que estará realizando licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com a Lei 10.520/2002 e demais normas aplicáveis.

Processo Administrativo nº 71/2017.

Pregão Presencial para Registro de Preços nº 42/2017.

Tipo: Menor preço por item.

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE PINTURAS DAS VIAS PÚBLICAS ASFALTADAS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, DO MUNICÍPIO DE CUNHATAÍ.

Entrega dos Envelopes: até às 08:30 horas do dia 11/09/2017.

Abertura dos Envelopes: 08:45 horas do dia 11/09/2017.

O Edital poderá ser obtido no site www.cunhatai.sc.gov.br ou ainda no seguinte endereço e horário: Avenida 29 de Setembro, nº 450, centro, nos dias úteis, durante o horário de expediente.

Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (49) 3338-0010.

Cunhataí, SC, 28 de Agosto de 2017.

LUCIANO FRANZ

Prefeito Municipal

Dionísio Cerqueira

PREFEITURA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Edital de convocação 07/2017

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições, fundamentado na Lei Federal nº 8.069/90, na Lei Municipal 4.410/2015 de 25 de março de 2015 que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e,
Considerando o edital 002/2015 da eleição unificada do conselho tutelar e edital 10/2015 do resultado final da eleição resolve,
Art. 1º Convocar a Srª Ana Carolina Haefliger para assumir o cargo de conselheira tutelar titular, a partir de 01 de setembro de 2017.
Art 2º: No prazo imediato solicitamos resposta a esta convocação.
Art 3º: Caso a convocada não assumir a vaga, fica convocado o conselheiro tutelar suplente subsequente.

Dionísio Cerqueira, 28 de agosto de 2017.
Taíse Maria Bortoluzzi Piasecki
Presidente do CMDCA

EXTRATO ERRATA 34/2017 - FMS

ALTERAÇÃO do EDITAL e REPUBLICAÇÃO
MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/2017

O MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, Lei Federal 10.520/02, altera o OBJETO DA LICITAÇÃO Processo Licitatório nº 34/2017, Edital de Pregão Nº 34/2017, Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA QUE FORNEÇA SERVIÇOS MÉDICOS COM AS SEGUINTE ESPECIALIDADES: (GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA) E (PEDIATRIA), COM 40 HORAS SEMANAIS CADA, PARA ATUAR NAS EQUIPES ESTRATÉGICAS DE SAÚDE DA FAMÍLIA (ESF) DO MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA – SC, tendo em vista, que o edital foi alterado. Recebimento, abertura e julgamento às 09:00 horas do dia 13/09/2017, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, Rua Santos Dumont, nº 413, Centro, Dionísio Cerqueira/SC. Informações complementares sobre o edital poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira, no endereço supra citado, ou através do telefone (0xx49) 3644-6700 ou site: www.dionisiocerqueira.sc.gov.br. Dionísio Cerqueira/SC. THYAGO W. G. GONÇALVES PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO PREGÃO 44/2017 - PMDC

MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA
PREFEITURA MUNICIPAL
SETOR: SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE E POLÍCIA CIVIL
EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 44/2017

O MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, Lei Federal 10.520/02, promove Processo Licitatório nº 44/2017, Edital de Pregão Nº 44/2017, Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTES (COMPUTADORES, NOTEBOOKS, NOBREAK E TELEFONE SEM FIO) PARA USO JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

E AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES PARA USO JUNTO A POLÍCIA CIVIL DO MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA – SC. Recebimento, abertura e julgamento às 09:00 horas do dia 14/09/2017, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, Rua Santos Dumont, nº 413, Centro, Dionísio Cerqueira/SC. Informações complementares sobre o edital poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira, no endereço supra citado, ou através do telefone (0xx49) 3644-6700 ou site: www.dionisiocerqueira.sc.gov.br. Dionísio Cerqueira/SC. THYAGO W. G. GONÇALVES PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO REVOGAÇÃO LEILÃO 39-2017 - PMDC

MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA
PREFEITURA MUNICIPAL
REVOGAÇÃO LEILÃO PRESENCIAL Nº 39/2017

O MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, Torna público que fica REVOGADO o Processo Licitatório nº 39/2017, Edital de leilão Nº 39/2017, Objeto: ALIENAÇÃO DE BENS DE CARÁTER PERMANENTE (UM VEÍCULO JETTA e UM CAMINHÃO MB 1420), de propriedade da Prefeitura Municipal de DIONÍSIO CERQUEIRA - SC. O PRESENTE PROCESSO LICITATÓRIO FOI REVOGADO EM VIRTUDE DE SER CONSIDERADO DESERTO, POR NÃO TER SE APRESENTADO NENHUM PARTICIPANTE INTERESSADO. Informações complementares poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira, no endereço supra citado, ou através do telefone (0xx49) 3644-6700 ou site: www.dionisiocerqueira.sc.gov.br. Dionísio Cerqueira/SC. THYAGO W. G. GONÇALVES - PREFEITO MUNICIPAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 35-2017- HOMOLOGAÇÃO - PMDC

PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/17
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 35/17
HOMOLOGAÇÃO: 18/08/17
CONTRATADO: NOAR TURISMO LTDA - ME
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA
OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR OS AGENCIAMENTOS DE VIAGENS DE COMÉRCIO DE PASSAGENS AÉREAS, COMPREENDENDO: COTAÇÃO, RESERVA, EMISSÃO E ENTREGA DE PASSAGENS AÉREAS (NACIONAIS E INTERNACIONAIS), PARA ATENDER A DEMANDA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA – SC.
VALOR DA DESPESA: MAIOR DESCONTO SOBRE TARIFA
DATA: 21/08/17 - THYAGO WANDERLAN GNOATTO
GONÇALVES - Prefeito Municipal.

RESOLUÇÃO 05/2017

RESOLUÇÃO Nº 005/2017

SÚMULA: Aprova o Demonstrativo Sintético de Execução Físico Financeiro de 2016 no SUAS/WEB.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS de Dionísio Cerqueira/SC, no uso das atribuições que lhes conferem a Lei Municipal nº 2200/95 de 25 de novembro de 1995, alterada pela Lei

4.296/2013 de 02 de dezembro de 2013 que institui o Conselho Municipal.

Considerando reunião extraordinária realizada na data de 28 de agosto de 2017,

Resolve:

Art. 1º - Aprovar o Demonstrativo Sintético de Execução Físico Financeiro do ano de 2016 no SUAS/WEB após avaliação sobre a execução dos recursos financeiros recebidos pelo município, estando adequados nos serviços, programas e projetos realizados, conforme ressalvas contidas no Demonstrativo impresso na Secretaria executiva dos Conselhos Municipais de Dionísio Cerqueira.

Art. 2 – Esta resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Dionísio Cerqueira/SC, em 28 de agosto de 2017.

Willian Haefliger Andreolla

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social - DC

comprove visitas mensais a mais de um ano;

-Cruzamento de dados com os sistemas de saúde;

-Visita domiciliar, realizada por profissional técnico da Assistência Social;

Art. 3º: Fica definido como critério o período de até um ano para que as equipes da Assistência Social confirmem a residência do requerente, mediante instrumentos técnicos.

Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Dionísio Cerqueira, 28 de agosto de 2017.

Willian Haefliger Andreolla

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

RESOLUÇÃO 06/2017

RESOLUÇÃO Nº 006/2017

SÚMULA: Dispõe sobre a definição de critérios para concessão do Cadastro Único para fins de encaminhamento do Benefício da Prestação Continuada – BPC no município de Dionísio Cerqueira – SC.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS de Dionísio Cerqueira/SC, no uso das atribuições que lhes conferem a Lei Municipal nº 4.297/2013, e

Considerando o Decreto Presidencial nº 6.135/2007, que estabelece o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, e Considerando Decreto nº 8.805, de 7 de julho de 2016, que altera o Regulamento do Benefício de Prestação Continuada e

Considerando Portaria Conjunta MDSA/INSS número 01 de 03 de janeiro de 2017, que Regulamenta regras e procedimentos de requerimento, concessão, manutenção e revisão do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social - BPC.

Considerando a resolução 001/2013 da instância do controle social do programa Bolsa família, do município de Dionísio Cerqueira, e Considerando ainda, que o município pode adotar medidas de controle e prevenção de fraudes ou inconsistências cadastrais e adotar procedimentos que certifiquem a veracidade dos dados cadastrados conforme prevê o manual de cadastro único para programas sociais do governo federal,

Considerando reunião extraordinária, realizada em 28 de agosto de 2017,

Resolve:

Art 1º: Definir os critérios municipais, abaixo descritos como requisitos para concessão do Cadastro Único para fins de encaminhamento do Benefício da Prestação Continuada – BPC;

Art. 2º: Mesmo o cadastro sendo auto declaratório, o compromisso do usuário em apresentar a documentação que comprove pelo menos um ano de residência no município de Dionísio Cerqueira, sendo:

- Contrato de locação com firma reconhecida em cartório com no mínimo um ano de residência;
- Conta de água ou luz no nome do solicitante, caso não possuir, declaração do locatário com firma reconhecida em cartório que comprove a residência há mais de um ano;
- Se possuir filhos menores, comprovante de frequência escolar;
- Ficha de visita, preenchida pela agente comunitária de saúde, que

Formosa do Sul

PREFEITURA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 53/2017

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 53/2017

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS CONTRATAÇÕES DE SERVIÇO DE LAVAGEM DOS VEICULOS PERTENCENTES À FROTA DO MUNICIPIO DE FORMOSA DO SUL

CONTRATADO: LUAN TADEU DE CEZARO 09303530993

VALOR: R\$ 24.110,00 (vinte e quatro mil cento e dez reais)

Vigência: Início: 28/08/2017 Término: 27/08/2018

Licitação: Processo Administrativo Nº.: 51/2017

Pregão Presencial para Registro de Preços nº 22/2017

Formosa Do Sul, 28 de Agosto de 2017

RUDIMAR CONTE

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 54/2017

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 54/2017

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS CONTRATAÇÕES DE SERVIÇO DE LAVAGEM DOS VEICULOS PERTENCENTES À FROTA DO MUNICIPIO DE FORMOSA DO SUL

CONTRATADO: LUAN TADEU DE CEZARO 09303530993

VALOR: R\$ 5.240,00 ((cinco mil duzentos e quarenta reais))

Vigência: Início: 28/08/2017 Término: 27/08/2018

Licitação: Processo Administrativo Nº.: 51/2017

Pregão Presencial para Registro de Preços nº 22/2017

Formosa Do Sul, 28 de Agosto de 2017

RUDIMAR CONTE

PREFEITO MUNICIPAL

Forquilha

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 59/PMF/2017 – REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 112/ PMF/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 59/PMF/2017
(Referente Pregão Presencial nº. 112/PMF/2017)

A PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, com sede na Avenida 25 de julho, 3400 - Paço Municipal 26 DE ABRIL – FORQUILHINHA/SC, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes/MF sob o No. 81.531.162/0001-58, neste ato representado pelo Sr. DIMAS KAMMER, Prefeito Municipal, portador da Cédula de Identidade nº 1.328.011 e inscrito no CPF sob o nº 500.962.909-78, ora denominado ÓRGÃO GERENCIADOR e as empresas:

1. FÁBIO FERNANDO ALVES GARCEZ, estabelecida na Rua José Mendes, 877, Balneário Rincão/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o Nº 28.209.891/0001-00, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representado pela Sra. Juliana Aparecida Geronimo Fogaça, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 33981059 e inscrita no CPF sob o nº. 324.431.848-70.

2. CADU EVENTOS EIRELI EPP, estabelecida na Rua José Pedro Lino, 1100, Içara/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o Nº 06.333.757/0001-83, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representado pelo Sr. João Leandro Teixeira, portador da Cédula de Identidade RG nº. 966.350-9, e inscrito no CPF sob o nº. 014.935.269-70;

Doravante denominada DETENTORA(s) DA ATA nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, Lei Federal 10.520/2002, Decreto Municipal 53/2013 e demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº. 112/PMF/2017, para REGISTRO DE PREÇOS, segundo as cláusulas e condições a seguir:

Cláusula Primeira – Do Objeto

1. A presente ATA tem por objetivo estabelecer cláusulas e condições gerais para REGISTRAR PREÇO para contratação de empresa especializada para locação de brinquedos e afins para atividades da Brinquedoteca por meio da Secretaria de Ação Social do município de Forquilha/SC, pelo período de 12 meses.

Cláusula Segunda – Dos preços Registrados

1. Os valores unitários dos bens registrados nesta ata são OS CONSTANTES NA PLANILHA EM ANEXO e estão disponíveis no site www.forquilha.sc.gov.br

Cláusula Terceira – Do Prazo, Condições e Local de Entrega

1. A DETENTORA DA ATA, quando solicitada pelo setor competente do Município, deverá atender às seguintes exigências:

1.1. Fornecer e entregar o objeto desta ATA, parceladamente, de acordo com as necessidades do Município de Forquilha, dentro das especificações e quantitativos solicitados, sempre através de

requisições previamente emitidas.

1.2. O objeto será solicitado de acordo com a necessidade do Município de Forquilha.

1.3. O prazo e o local de entrega constarão expressamente nas requisições que deverá ser rigorosamente cumprido, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste contrato.

1.4. O prazo de entrega a ser exigido nas requisições será de no máximo 48 (quarenta) horas a partir da data de recebimento das mesmas.

2. O objeto será transportado por conta e risco da CONTRATADA, dentro das normas técnicas de transporte e segurança exigidas na forma da Lei vigente, e entregues em perfeitas condições de uso, nos locais pré-determinados nas requisições em todo o território do Município de Forquilha.

3. O setor competente do município terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para processar a conferência dos produtos entregues, ou serviços executados, lavrando o termo de recebimento definitivo ou notificando a CONTRATADA para substituição do produto entregue em desacordo com as especificações exigidas.

3.1. Na hipótese de não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pela CONTRATADA no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contados da notificação da não aceitação, para reposição num prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo se verificarem vícios defeitos ou incorreções.

5. Nos casos da CONTRATADA não entregar o objeto de acordo com as especificações exigidas ou se negar a fazer a substituição dos produtos ou serviços não aceitos, a pessoa responsável pelo recebimento lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade competente, sob pena de responsabilidade.

6. O objeto somente será considerado devidamente aceito após analisado e aprovado pelo órgão competente do Município de Forquilha, com base nas exigências previstas no Edital e de acordo com a proposta da CONTRATADA, que independentemente de transcrição fazem parte integrante desta ata de registro de preços.

7. A existência de preços registrados não obriga a administração a firmar as contratações e adquirir os produtos e serviços registrados.

Cláusula Quarta – Da Vigência e Revisão de Preços

1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecendo as disposições contidas no artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e Decreto Municipal 53/2013.

2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

3. O prazo de validade da ata de registro de preços será por um

período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada, nos termos da lei vigente, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa para o Município.

Cláusula Quinta – Da Forma e Condições de Pagamento

1. O pagamento pelos materiais efetivamente fornecidos e aceitos será feito em até 30 (trinta) dias após a data do CERTIFICADO na Nota Fiscal/Fatura, através de Ordem Bancária ou na tesouraria da Secretaria de Administração e Finanças do CONTRATANTE.

1.1. A aprovação da Nota Fiscal/Fatura eletrônica se dará mediante o "CERTIFICADO" pelo responsável do Município de Forquilha, autorizado para o recebimento, devidamente assinado, datado e com aposição do respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferidas as quantidades e valores.

1.2. Na Nota Fiscal/Fatura eletrônica deverá constar, necessariamente o número do processo licitatório e o número da Autorização de Fornecimento.

1.3. O prazo de pagamento previsto no item acima, só vencerá em dia de expediente normal, na cidade de Forquilha/SC, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil.

3. O CONTRATANTE não efetuará aceite de títulos negociados com terceiros, isentando-se quaisquer consequências surgidas e responsabilizando a CONTRATADA por perdas e danos em decorrência de tais transações.

4. O CONTRATANTE não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste contrato.

5. A quantidade dos produtos determinados na cláusula segunda deste contrato, para efeito de pagamento, deverá ser considerada apenas como prevista, não importando em obrigação do Município de Forquilha, de autorizar seu fornecimento integral, respeitados os limites de acréscimo e/ou supressão previstos no art. 65, parágrafo 1º, da Lei Nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 e alterações subsequentes.

Cláusula Sexta – Da Autorização para Aquisição

1. A aquisição do objeto da presente Ata de registro de Preços, será autorizado, em cada caso, pelo Órgão Gerenciador, sendo obrigatório informar ao setor de compras os quantitativos das aquisições.

1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem está delegar a competência para tanto.

1.2. A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador, do registro de preços, será formalizada por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento equivalente, conforme disposto no art. 62 da Lei nº. 8.666/93.

Cláusula Sétima – Das Obrigações

1. Do Município:

1.1. Atestar as notas fiscais a efetiva entrega do objeto desta ata;

1.2. Aplicar à DETENTORA DA ATA penalidade, quando for o caso;

1.3. Prestar à DETENTORA DA ATA toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do objeto deste instrumento;

1.4. Efetuar o pagamento à detentora da ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal no setor competente;

1.5. Notificar, por escrito, à detentora da ata da aplicação de qualquer sanção.

2. Da Detentora da Ata:

2.1. Fornecer o objeto de acordo com as especificações contidas nesta ata, bem como no edital e seus anexos;

2.2. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos.

2.3. Manter durante a vigência desta ata, as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação;

2.4. Fornecer o objeto registrado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta, edital e anexos;

2.5. Fornecer os produtos/executar os serviços dentro dos padrões exigidos nesta ata, no edital de licitação e seus anexos.

Cláusula Oitava – Das penalidades e Sanções

1. A licitante que deixar de entregar documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

2. Em caso de inexecução do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante):

a) de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor global do contrato, limitada a 10% do mesmo valor, entendendo-se como atraso a não entrega equipamento no prazo total compreendido pelo prazo contratual de entrega estabelecido neste instrumento.

b) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada na alínea "a" deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.

c) de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, pela recusa em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 02 (dois) dias úteis que se seguirem à data da comunicação formal do defeito;

d) de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso do produto não serem entregues a partir da data aprazada.

4. No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

5. No caso de suspensão do direito de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

6. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

7. Da penalidade aplicada caberá recurso por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela

que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito, nos termos do artigo 109, da Lei Nº 8.666/93 e alterações subsequentes.

Cláusula Nona – Do Cancelamento da Ata de Registro de Preços

1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela administração, quando:

- 1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata;
- 1.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;
- 1.3. A detentora não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- 1.4. Tiver presentes razões de interesse público devidamente demonstrados e justificados pela administração;

2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurando o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador do município.

3. A comunicação do cancelamento do preço registrado será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação em Jornal de Circulação Municipal, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da administração, quando comprovada a ocorrência das hipóteses previstas no art. 78, incisos XII a XVI, da Lei Federal 8.666/93 e Alterações.

5. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à administração a aplicação das penalidades previstas neste instrumento, caso não aceitas as razões do pedido.

Cláusula Décima – Da Dotação Orçamentária

1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações orçamentárias dos exercícios correspondentes.

Cláusula Décima Primeira – Das Disposições Finais

1. Integra esta Ata de Registro de Preços, o Edital de Pregão Presencial nº. 112/PMF/2017, seus anexos e a proposta da Detentora desta ata.

2. O Sr. Darcy Gomes Ferreira, será o gestor/fiscal desta Ata, sendo dele a competência de fiscalizar os serviços de locação, garantindo a devida execução do objeto.

3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93, suas alterações, com as disposições da Lei Federal 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal nº. 53/2013, no que não colidir as normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do direito.

Cláusula Décima Segunda Do Foro

1. Elegem as partes contratadas o Foro da Comarca de Forquilha, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas deste contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

2. E, por assim estarem justas e contratadas, as partes por seus representantes legais assinam o presente feito em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes.

Forquilha/SC, 28 de agosto de 2017.

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

DIMAS KAMMER

Prefeito Municipal

FABIO FERNANDO ALVES GARCEZ

Empresa Detentora da Ata

Representante Legal: Juliana Aparecida Geronimo Fogaça

CPF: 324.431.848-70

CADU EVENTOS EIRELI EPP

Empresa Detentora da Ata

Representante Legal: João Leandro Teixeira

CPF: 014.935.269-70

DARCY GOMES FERREIRA

Gestor/Fiscal da Ata

ATA DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº. 104/PMF/2017

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

ATA DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº. 104/PMF/2017

SEGUNDA ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA PARA ANÁLISE DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº. 104/PMF/2017, QUE TEM COMO OBJETIVO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE REFORMA GERAL DO TELHADO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL CANTINHO FELIZ, LOCALIZADO NA RUA SÃO JOSÉ, BAIRRO OURO NEGRO, MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA/SC.

Às oito horas do dia vinte e oito do mês de agosto do ano de dois mil e dezessete, na Sala de reuniões, da Prefeitura Municipal de Forquilha, na Avenida 25 de julho, 3400, nesta cidade de Forquilha, Estado de Santa Catarina, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações do Município, para abertura, processamento e julgamento do EDITAL TOMADA DE PREÇO Nº. 104/PMF/2017. Aberto os trabalhos pelo Sr. Presidente, Valdecir Tiscoski, o mesmo informou que não houve recurso quanto à decisão proferida pela comissão quanto à fase de habilitação (envelope nº. 01), ata nº. 01. Desta forma, decide esta Comissão, por unanimidade, dar prosseguimento ao presente processo licitatório, com abertura dos envelopes de nº. 02 – Da Proposta de Preço das licitantes FORTE ROCHA CONSTRUTORA LTDA. ME., PASSO'S CONSTRUÇÕES LTDA. EPP., FBB ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA., RONCHI PAVIMENTAÇÕES LTDA., CONSONI CONSTRUÇÕES LTDA ME., CONSTRUTORA PAI E FILHOS LTDA. EPP., CONSTRUTORA NELGUI LTDA EPP., CEARIBA PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA. ME., KAMILA CONSTRUÇÕES E TRANSPORTES LTDA. ME., ENGENTOM CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA., CASA DO CONSTRUTOR E CONSTRUÇÕES EIRELI. ME., CSK2 PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA. ME., BF CONSTRUÇÕES EIRELI. EPP., CONSTRUTORA NUNES LTDA. e RTM RINCÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELI. ME. conforme habilitação já estabelecida, para as 14:00 horas do dia 29 de agosto de 2017, na Sala de reuniões desta Municipalidade. A presente ata será publicada no Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br). As empresas habilitadas serão comunicadas via e-mail desta decisão. Nada mais havendo a tratar, os membros da Comissão Permanente de Licitações deram por encerrada a reunião e ordenaram que se lavrasse a presente Ata que, depois de lida e

aprovada, será assinada pelos Membros da Comissão. Forquilha, 28 de agosto de 2017.

VALDECIR TISCOSKI TAINARA REDIVO RENATA PEREIRA FRITZEN
Presidente da Comissão de Licitação Membro da Comissão Membro da Comissão

AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 126/PMF/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 126/PMF/2017;

OBJETIVO: A presente licitação tem por objetivo a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de recadastramento das unidades imobiliárias, não inscritas no cadastro municipal e atualização da base cartográfica, na área urbana do Município de Forquilha/SC.

DATA DE ABERTURA: Dia 12 de setembro de 2017 às 14:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 08:00 às 12:00; 13:00 às 17:00 horas, ou por e-mail: editais@forquilha.sc.gov.br ou <http://www.forquilha.sc.gov.br/>

Forquilha, 28 de agosto de 2017.

ÉRIKA DE LUCA TISCOSKI BACK
Pregoeira

DECRETO Nº 144, DE 18 DE AGOSTO DE 2017.

DECRETO Nº 144, DE 18 DE AGOSTO DE 2017.

INSTAURA SINDICÂNCIA E CONSTITUI COMISSÃO DE SINDICÂNCIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 51 da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, de conformidade com a Lei Municipal nº 2.227, de 09 de março de 2017,

CONSIDERANDO a denúncia formulada por Sergio Rafael Pedroso e Andreza Maira Arsenio Pedroso na comunidade #VEMPRARUA-FORQUILHINHA, da rede social FACEBOOK.COM, de que servidores públicos lotados no Pronto Atendimento do Município de Forquilha, teriam se negado a prestar atendimento emergencial;

CONSIDERANDO que a conduta denunciada, em tese, pode ter configurado infração aos deveres dos servidores previstos no art. 169, assim como o cometimento de proibições previstas no art. 170, todos da Lei Municipal nº 2.227, de 09 de março de 2017,

DECRETA:

Art. 1º É instaurada sindicância para a apuração do fato descrito acima.

Parágrafo único. A Comissão de Sindicância será integrada pelos seguintes membros:

I – MICHELA ANDRADE FERREIRA, servidora pública efetiva, ocupante do cargo de Agente Administrativo, matrícula nº 4761;
II - MAGELI PEREIRA DE SENA, servidora pública efetiva, ocupante do cargo de Técnico em Segurança do Trabalho, matrícula nº 4781;
III - FÁBIO VIEIRA LEANDRO, servidor público efetivo, ocupante do cargo de Fiscal de Posturas, matrícula nº 3152.

Art. 2º A Presidência dos trabalhos competirá à servidora indicada no inciso I do artigo anterior, a quem competirá designar o servidor encarregado de secretariar os trabalhos da referida Comissão.

Art. 3º Os membros da Comissão poderão reportar-se aos Órgãos e Entidades da Administração Pública, bem como a seus dirigentes para solicitar providências, informações e diligências necessárias à instrução processual.

Art. 4º A Comissão Especial apresentará relatório conclusivo da apuração, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação deste Decreto, encaminhando-o ao Chefe do Poder Executivo para as demais providências necessárias.

Art. 5º As funções desempenhadas pelos integrantes da Comissão não são remuneradas, sendo consideradas como serviço relevante prestado ao Município.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 18 de agosto de 2017.
DIMAS KAMMER
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 18 de agosto de 2017.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO
Secretário de Administração e Finanças

EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA DO TIPO MELHOR TÉCNICA Nº. 125/PMF/2017.

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Edital Concorrência Pública do tipo melhor técnica Nº. 125/PMF/2017.

OBJETIVO: DOAÇÃO COM ENCARGOS DE BENS IMÓVEIS - Constitui o objeto da presente licitação a seleção de projetos industriais para serem instalados em uma área de terra correspondente aos Lotes nº 01, 02 e 03 do Núcleo Industrial X, do Bairro Ouro Negro, devidamente matriculados sob os números 10.620, 10.621 e 10.622 do Registro de Imóveis da Comarca de Forquilha, através de doação com encargos, nos termos da Lei nº 2.263 de 18 de agosto de 2017 e da Lei nº. 2.166 de 17 de dezembro de 2015.

DATA DE ABERTURA: Dia 18 de outubro de 2017 às 09:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 08:00 às 12:00; 13:00 às 17:00 horas, ou por e-mail editais@forquilha.sc.gov.br.

Forquilha, 28 de agosto de 2017.
VALDECIR TISCOSKI
Presidente da Comissão de Licitações

EXTRATO DE CONTRATO PMF 65/2017

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 65/2017

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – JOÃO MARIA DIAS SANEAMENTOS ME

OBJETO – contratação de empresa especializada para prestação de serviços na elaboração de projetos preventivos contra incêndio para os Centros de Educação Infantil e as Escolas de Educação Básica do Município de Forquilha/SC.

VALOR – R\$ 23.561,39 (vinte e três mil quinhentos e sessenta e um reais e trinta e nove centavos).

VIGÊNCIA – 90 (noventa) dias corridos (prazo de execução de 30 dias + 60 dias) – 19/11/2017

DOTAÇÃO – 0501.1004.4490 (48), 0501.1005.4490 (52).

FUNDAMENTO LEGAL – Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 108/PMF/2017

DATA DA ASSINATURA – 21 de agosto de 2017.

DIMAS KAMMER
Prefeito Municipal

Fraiburgo

PREFEITURA

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0031_2017-SF

Aviso do Pregão Presencial nº 0031/2017 – SF

RP – 0018/2017

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição em contratação futura de produto químico para uso no tratamento dos resíduos armazenados na Estação de Tratamento de Efluentes – ETE, localizada no bairro Jardim América, durante o período de setembro de 2017 a agosto de 2018. Entrega/Protocolo dos Envelopes: até as 14:00 horas do dia 11.09.2017, deverão ser feitos junto a Secretaria-Executiva – Protocolo Central, localizado na sede deste Município – Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, SC. Credenciamento: até às 14:15 horas junto ao Setor de Compras e Licitação do mesmo dia. Abertura: às 14:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3001/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 28 de agosto de 2017.

Ildo Lucas – Presidente da SANEFRAI

Decreto nº 202-2017

DECRETO Nº 202, DE 28 DE AGOSTO DE 2017

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com o Art. 16 da Lei 2348 de 01 de Dezembro de 2016;

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento do Município de Fraiburgo para o exercício de 2017 no valor de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais), nas seguintes dotações:

02.00 – Gabinete do Prefeito		
02.03 – Cultura		
13.392.0008.2.005 – Manutenção das Festividades do Município		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.1.0200 (18)	R\$	100.000,00
10.00 – Secretaria de Infraestrutura		
10.01 – Secretaria de Infraestrutura		
15.451.0017.2.040 – Manutenção da Secretaria de Infraestrutura		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.1.0200 (125)	R\$	80.000,00
TOTAL	R\$	180.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta do provável excesso de arrecadação a ser apurado até o final do exercício, nas rubricas abaixo relacionadas.

41722010100 – Cota-Parte do ICMS	R\$	180.000,00
TOTAL	R\$	180.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA.

FRAIBURGO, 28 DE AGOSTO DE 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 148 -2017 (AAN) 2017

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO N. 148/2017

FICAM ESTABELECIDOS OS PROCEDIMENTOS PARA ESCOLHA DE VAGAS DOS CONTRATADOS TEMPORARIAMENTE PARA O ANO LETIVO DE 2017, E APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO, NOS TERMOS DO EDITAL DE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA N. 009/2017.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES DE FRAIBURGO, no uso de suas atribuições legais;

FAZ SABER:

Ficam notificados todos classificados no Edital de Contratação Temporária n. 009/2017, para a escolha de vagas de acordo com os procedimentos e as condições estabelecidas neste Edital:

1 – DOS PROCEDIMENTOS

1.1 – Os classificados no Edital de Contratação Temporária n. 009/2017 deverão observar o calendário abaixo estabelecido para escolha de vagas para o ano letivo de 2017:

Código	Cargo	Convocados	Data Horário
03	AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	24º classificado	28/08/2017 às 9 horas

1.2 – A escolha de vagas e a contratação seguirão rigorosamente a ordem de classificação.

1.3 – Na data e horário estabelecido no item 1.1 os classificados até as colocações especificadas nos quadros acima, deverão dirigir-se à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes de Fraiburgo, localizado na Avenida Arnoldo Frey, n. 179, Centro, Fraiburgo, SC., para efetivação da escolha de vagas para o ano letivo de 2017.

1.4 – O contrato administrativo poderá estabelecer carga horária de 12 a 40 horas semanais, variando de acordo com a necessidade e interesse do Município de Fraiburgo.

1.5 – As demais normas atinentes ao Edital de Contratação Temporária n. 009/2017 deverão ser observadas.

2 – DA CONVOCAÇÃO PARA PROVIDENCIAR DOCUMENTOS PARA POSSÍVEL CONTRATAÇÃO

2.1 – Ficam os classificados do Edital de Contratação em Caráter Temporário n. 009/2017, até as colocações especificadas nos quadros acima, convocados a comparecer em data e local citado para a escolha de vagas e apresentação de documentos necessários para a contratação.

2.2 – Nos mesmos prazos estabelecidos nos quadros acima, na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes os candidatos classificados deverão apresentar documentos que servirão para contratação, conforme segue:

I – Documentos de identificação pessoal, necessários ao registro funcional no serviço público municipal e demais solicitados pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, sendo no mínimo:

- a) 01 foto ¾ recente;
- b) Carteira Profissional (fls. página da foto, identificação, último contrato e folha seguinte);
- c) Cartão PIS/PASEP;
- d) CPF;
- e) Identidade;
- f) Título de eleitor e comprovante da última votação ou certidão da Justiça Eleitoral;
- g) Certificado de Reservista (somente para homens);
- h) Registro Civil de nascimento ou casamento;
- i) Registro dos filhos menores de 14 anos;
- j) Carteira de vacina dos filhos menores de 05 anos;
- k) Atestado de Saúde Ocupacional;

OBS: O atestado de saúde ocupacional não é obrigatório durante a escolha de vagas. O candidato terá prazo para apresentá-lo caso aceite a vaga oferecida. A Secretaria Municipal de Educação não se responsabiliza por repor valores pagos por atestados de candidatos convocados que não venham ter vínculo empregatício com o município;

l) Diploma de formação escolar e histórico escolar;

m) Conta bancária (BRADESCO);

OBS.: Candidatos que não tem conta no BRADESCO devem ter em mãos o Termo de Convocação para abertura de conta o qual será entregue em data e horário estabelecido neste edital;

n) Endereço completo (fatura água, luz ou telefone);

o) Comprovante de vacinação (atualizado – podendo ser retirado no PA – homens e mulheres);

p) Carteirinha de saúde atualizada.

2.3 – De acordo com o item 2.1 do Edital de Contratação 009/2017 as exigências de escolaridade são as seguintes:

Cargo / área de atuação	Requisitos de escolaridade e outros
Auxiliar de Alimentação e Nutrição	Diploma ou certificado de conclusão do Ensino Fundamental

2.4 – O não comparecimento no prazo fixado, ou a não entrega dos documentos determinados, implicará em renúncia tácita e a não aceitação da vaga disponibilizada para exercer as atividades ao qual foi convocado e implicará renúncia explícita.

2.5 – Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

E, para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado e publicado o presente ato.

Fraiburgo, 25 de agosto de 2017.

TANIA DA SILVA FERREIRA
Secretaria de Educação, Cultura e Esportes

* Contato via telefone e publicado em Diário Oficial

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 149-2017 (ESCOLHA VAGAS AUXILIARES) 2017

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO N. 149/2017

FICAM ESTABELECIDOS OS PROCEDIMENTOS PARA ESCOLHA DE VAGAS DOS CONTRATADOS TEMPORARIAMENTE PARA O ANO LETIVO DE 2017, E APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO, NOS TERMOS DO EDITAL DE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA N. 0028/2016.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES DE FRAIBURGO, no uso de suas atribuições legais;

FAZ SABER:

Ficam notificados todos classificados no Edital de Contratação Temporária n. 0028/2016, para a escolha de vagas de acordo com os procedimentos e as condições estabelecidas neste Edital:

1 – DOS PROCEDIMENTOS

1.1 – Os classificados no Edital de Contratação Temporária n. 0028/2016 deverão observar o calendário abaixo estabelecido para escolha de vagas para o ano letivo de 2017:

Código	Cargo	Convocados	Data Horário
03	Auxiliar Educacional da Educação Infantil	189º classificado	28/08/2017 às 10 horas

1.2 – A escolha de vagas e a contratação seguirão rigorosamente a ordem de classificação.

1.3 – Na data e horário estabelecido no item 1.1 os classificados até as colocações especificadas nos quadros acima, deverão dirigir-se à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes de Fraiburgo, localizado na Avenida Arnaldo Frey, n. 179, Centro, Fraiburgo, SC., para efetivação da escolha de vagas para o ano letivo de 2017.

1.4 – O contrato administrativo poderá estabelecer carga horária de 12 a 40 horas semanais, variando de acordo com a necessidade e interesse do Município de Fraiburgo.

1.5 – As demais normas atinentes ao Edital de Contratação Temporária n. 0028/2016 deverão ser observadas.

2 – DA CONVOCAÇÃO PARA PROVIDENCIAR DOCUMENTOS PARA POSSÍVEL CONTRATAÇÃO

2.1 – Ficam os classificados do Edital de Contratação em Caráter Temporário n. 0028/2016, até as colocações especificadas nos quadros acima, convocados a comparecer em data e local citado para a escolha de vagas e apresentação de documentos necessários para a contratação.

2.2 – Nos mesmos prazos estabelecidos nos quadros acima, na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes os candidatos classificados deverão apresentar documentos que servirão para contratação, conforme segue:

I – Documentos de identificação pessoal, necessários ao registro funcional no serviço público municipal e demais solicitados pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, sendo no mínimo:

- a) 01 foto ¾ recente;
- b) Carteira Profissional (fls. página da foto, identificação, último contrato e folha seguinte);
- c) Cartão PIS/PASEP;
- d) CPF;

- e) Identidade;
 f) Título de eleitor e comprovante da última votação ou certidão da Justiça Eleitoral;
 g) Certificado de Reservista (somente para homens);
 h) Registro Civil de nascimento ou casamento;
 i) Registro dos filhos menores de 14 anos;
 j) Carteira de vacina dos filhos menores de 05 anos;
 k) Atestado de Saúde Ocupacional;
 OBS: O atestado de saúde ocupacional não é obrigatório durante a escolha de vagas. O candidato terá prazo para apresentá-lo caso aceite a vaga oferecida. A Secretaria Municipal de Educação não se responsabiliza por repor valores pagos por atestados de candidatos convocados que não venham ter vínculo empregatício com o município;
 l) Diploma de formação escolar e histórico escolar;
 m) Conta bancária (BRADESCO);
 OBS: Candidatos que não tem conta no BRADESCO devem ter em mãos o Termo de Convocação para abertura de conta o qual será entregue em data e horário estabelecido neste edital;
 n) Endereço completo (fatura água, luz ou telefone);
 o) Comprovante de vacinação (atualizado – podendo ser retirado no PA – homens e mulheres);

2.3 – De acordo com o item 2.1 do Edital de Contratação 028/2016 as exigências de escolaridade são as seguintes:

Cargo / área de atuação	Requisitos de escolaridade e outros
Auxiliar Educacional – Educação Infantil	Ensino Médio

2.4 – De acordo com o item 1.6 do Edital de Contratação nº 028/2016: "A comprovação da escolaridade e demais exigências só será feita quando da convocação para a contratação. A não apresentação, no local, data e horário previsto na convocação, de todos os documentos exigidos implicará na desclassificação do Processo seletivo e imediata convocação do candidato seguinte na ordem de classificação."

2.5 – O não comparecimento no prazo fixado, ou a não entrega dos documentos determinados, implicará em renúncia tácita e a não aceitação da vaga disponibilizada para exercer as atividades ao qual foi convocado e implicará renúncia explícita.

2.6 – Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

E, para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado e publicado o presente ato.

Fraiburgo, 25 de agosto de 2017.

TANIA DA SILVA FERREIRA
 Secretária de Educação, Cultura e Esportes

* Convocação via telefone e publicado em Diário Oficial.

EXTRATO DA AT17FMS46

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT17FMS46
 MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Órgão Participante: Fundo Municipal de Saúde - FMS.

Fornecedor: Bianca Uniformes Profissionais Ltda.

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisições futuras de uniformes, sendo: calças, camisas, jaquetas e bonés, para uso dos guardas do patrimônio público.

Data da Ata: 28.08.2017.

Prazo de Vigência da Ata: 28.08.2017 a 31.07.2018.

Processo Administrativo Licitatório: nº 0173/2017 – PMF.

Modalidade: Pregão Presencial nº 0081/2017 – PMF.

Registro de Preços: nº 0058/2017 – PMF.

Itens Registrados:

Item	Qtde Estimada	Unid.	Descrição	Marca	Valor Unitário-R\$
1	16	Und.	CAMISA POLO, MANGAS CURTAS, de tecido Piquet com 50% algodão e 50% poliéster, e gola 50% algodão e 50% poliéster, na cor areia, com bolso no lado esquerdo bordado com brasão do município, nos tamanhos P/M/G/GG /EG – Modelo: Masculino	Cordeiro	28,69

2	07	Und.	CAMISA POLO, MANGAS CURTAS, de tecido Piquet com 50% algodão e 50% poliéster, e gola 50% algodão e 50% poliéster, na cor areia, com bolso no lado esquerdo bordado com brasão do município, nos tamanhos P/M/G/GG/EG – Modelo: Feminino	Cordeiro	28,69
3	16	Und.	CALÇA DE TECIDO RIP STOP, composição 67% PES e 33% CO, cintura com meio cóis (frente) e meio elástico 4 cm (trás), com 06 passador, gramatura 230,0 g/m2, com dois bolsos modelo faca na frente, dois bolsos na parte de trás e dois bolsos laterais com tampa e velcro, com zíper de metal e um botão, na cor preta, nos tamanhos P/M/G/GG – Modelo: Masculino	Cordeiro	65,69
4	07	Und.	CALÇA DE TECIDO RIP STOP, composição 67% PES e 33% CO, cintura com meio cóis (frente) e meio elástico 4 cm (trás), com 06 passador, gramatura 230,0 g/m2, com dois bolsos modelo faca na frente, dois bolsos na parte de trás e dois bolsos laterais com tampa e velcro, com zíper de metal e um botão, na cor preta, nos tamanhos P/M/G/GG – Modelo: Feminino	Cordeiro	65,69
5	08	Und.	JAQUETA DE TECIDO Tenoport Reversível Plus, 100% Poliéster, com gramatura de 150 gr/m² forro maleado 80 gr/m², mangas sem punho, zíper até o final da gola, dois bolsos nas laterais, bordado brasão do município no lado esquerdo. Cor: preta, tamanhos: P, M, G, GG, XG Modelo: Unissex	Cordeiro	98,14
6	12	Und.	BONÉ MODELO AMERICANO em tecido 100% algodão (brim) sarja 3X1, pesando 260 gr/m², preto, regulador tipo fivela bordado brasão do município na frente com 5 (cinco) cm de largura.	Cordeiro	18,65

Fraiburgo (SC), 28 de agosto de 2017.

Idione Fantinel – Secretária Municipal de Saúde

EXTRATO DA AT17FMS47

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT17FMS47
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Órgão Gerenciador: Fundo Municipal de Saúde - FMS.

Fornecedor: Mine Mercado Pitanga Ltda ME.

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS visando aquisições futuras de gêneros alimentícios e cargas de gás GLP para produção da alimentação das pessoas/pacientes em tratamento médico-hospitalar alojados na Casa de Apoio em Florianópolis, situada na Rua São Judas Tadeu, nº 20, Bairro José Mendes CEP (88.045.010), na cidade de Florianópolis – SC.

Data da Ata: 28.08.2017.

Prazo de Vigência da Ata: 28.08.2017 a 28.02.2018.

Processo Administrativo Licitatório: nº 0030/2017 – FMS.

Modalidade: Pregão Presencial nº 0016A/2017 – FMS.

Registro de Preços: nº 0012/2017 – FMS.

Itens Registrados:

Item	Qtde Estimada	Unid.	Descrição	Marca	Valor Unitário-R\$
1	50	Und.	ALFACE: Alface crespa extra. Folhas de coloração verde, fresca, tenra, limpa e sem marcas de insetos. As folhas murchas, danificadas ou amareladas devem ser descartadas. Peso mínimo de 160 gramas. Embalagem plástica de polietileno.	---xx----	1,43
2	30	Kg	BANANA CATURRA: Tamanho médio, em processo de amadurecimento, sem a presença de bolor aparente.	---xx----	2,36

3	50	Kg	BATATA INGLESA: Variedade monalisa, especial, de boa qualidade e tamanho médio. Embalada em plástico de polietileno.	---xx---	2,36
4	55	Kg	CEBOLA: Classificação extra, branca, nacional, maquiada, tamanho médio e de primeira qualidade. Embalada em plástico de polietileno.	---xx---	2,36
5	45	Kg	CENOURA: Classificação extra, tamanho médio, tipo especial, selecionada e fresca. Embalagem plástica de polietileno.	---xx---	2,36
6	50	Kg	LARANJA PERA: Tamanho médio, casca de cor verde, odor agradável, doce, suculenta, sem presença de bolor aparente. Embalada em plástico de polietileno.	---xx---	2,36
7	50	Kg	MAÇÃ: Variedade Gala, Categoria II, calibre 150, unidade de 120 g a 125 g. Não será permitido a entrega de frutos em estado de podridão.	---xx---	4,65
8	20	Kg	MAMÃO: Variedade formosa, extra, casca fina, lisa, amarela (em processo de amadurecimento), sem manchas, polpa macia, sem a presença de bolor aparente. Embalado em plástico de polietileno.	---xx---	2,76
9	7	Kg	LIMÃO: limão de boa qualidade, tamanho médio, tipo especial. Embalagem plástica de polietileno.	---xx---	3,70
10	45	Kg	REPOLHO: Classificação extra, tipo branco, fresco, de primeira qualidade e selecionado.	---xx---	2,76
11	10	Kg	MANGA: Classificação extra, casca fina, lisa, em processo de amadurecimento), sem manchas, polpa macia, sem a presença de bolor aparente. Embalado em plástico de polietileno.	---xx---	3,71
12	50	Kg	TOMATE: Classificação extra, bem formados, lisos, livre de defeitos, cor vermelho-vivo (em ponto de maturação) e ligeiramente mole. Embalado em plástico de polietileno.	---xx---	3,71
13	10	Kg	MELÃO: Melão classificação extra, casca fina, lisa, amarela (em processo de amadurecimento), sem manchas, polpa macia, sem a presença de bolor aparente. Embalado em plástico de polietileno.	---xx---	4,56
14	15	Kg	POKAN: boa qualidade, tamanho médio, tipo especial. Embalagem plástica de polietileno.	---xx---	2,76
15	20	Kg	PEPINO: boa qualidade, tamanho médio, tipo especial. Embalagem plástica de polietileno.	---xx---	2,37
16	20	Kg	MILHO VERDE: Milho Verde em espiga, boa qualidade, tamanho médio, tipo especial. Embalagem plástica de polietileno.	---xx---	2,76
17	10	Kg	AIPIIM: Aipim, boa qualidade, tamanho médio, tipo especial. Embalagem plástica de polietileno.	---xx---	2,37
18	12	Kg	BETERRABA: Classificação extra, firme, tenra, razoavelmente macia, redonda, de cor vermelho-vivo e com pele lisa. Embaladas em plástico de polietileno.	---xx---	2,37
19	35	Kg	ABÓBORA: Abóbora cabotiá, boa qualidade, tamanho médio, tipo especial. Embalagem plástica de polietileno.	---xx---	2,37
20	15	Kg	BATATA DOCE: Batata doce roxa extra, tamanho médio, boa qualidade. Embalagem plástica de polietileno.	---xx---	2,37

21	50	Kg	CARNE MOÍDA TIPO ACÉM: Congelada, com no máximo 10% de gordura, isenta de ossos, cartilagem, tendões, nervos, coágulos, nódulos e aponevroses, de boa qualidade, embalada em plástico de polietileno atóxico, flexível e resistente, lacrado, isento de furos e rasgos contendo até 1 kg por embalagem. Deve constar na embalagem de forma clara e legível: identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, data de embalagem, SIF, SIE ou SIM, peso, marca e carimbos oficiais de acordo com as Portarias do Ministério da Agricultura e Vigilância Sanitária. O Transporte deverá preservar as características do alimento congelado. Sua aparência deverá ser de cor vermelho viva, com textura, odor e sabor características. Com validade mínima de 03 (três) meses a partir da data de entrega.	Açougue Central	17,00
22	40	Kg	MÚSCULO BOVINO MOLE TRASEIRO EM CUBOS: Congelada, em cubos de 4x4cm, com no máximo 10% de gordura, isenta de ossos, cartilagem, tendões, nervos, coágulos, nódulos e aponevroses, de boa qualidade, embalada em plástico de polietileno atóxico, flexível e resistente, lacrado, isento de furos e rasgos contendo até 1 kg por embalagem. Deve constar na embalagem de forma clara e legível: identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, data de embalagem, SIF, SIE ou SIM, peso, marca e carimbos oficiais de acordo com as Portarias do Ministério da Agricultura e Vigilância Sanitária. O Transporte deverá preservar as características do alimento congelado. Sua aparência deverá ser de cor vermelho viva, com textura, odor e sabor características. Com validade mínima de 03 (três) meses a partir da data de entrega.	Açougue Central	16,05
23	50	Kg	COXÃO MOLE: Carne bovina, de coxão mole, cortado em bifes, resfriada, de primeira qualidade, sem osso c/ 4% gordura e carimbo SIF, em embalagens com, no máximo, 1 kg. Embalada em PVC, transparente ou saco plástico transparente e segunda embalagem de papel ou papelão, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, marcas e carimbos oficiais, de acordo com as Portarias do Ministério da Saúde, DIPOA, n.304, de 22/04/96 e n.145 de 22/04/98, da Resolução da ANVISA n. 105, de 19/05/99.	Açougue Central	23,64
24	125	Kg	SOBRECOXA DE FRANGO: Congelada à temperatura de - 18 graus centígrados ou inferior, com tolerância de - 12 graus centígrados, embalagens individualizadas tipo bandeja contendo 1 Kg. O transporte deverá preservar as características do alimento congelado. Devendo constar na embalagem: identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, SIF ou SIE, peso e carimbos oficiais, de acordo com as Portarias do Ministério da Agricultura e Vigilância Sanitária. Validade mínima de 4 meses a partir da data de entrega.	Aurora	9,41

25	125	Kg	FILE DE PEITO DE FRANGO: Filé de peito de frango de primeira qualidade, embalada em PVC transparente ou saco plástico transparente, em embalagens com, no máximo, 1 Kg, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, marcas e carimbos oficiais, de acordo com as Portarias do Ministério da Saúde, DIPOA, n.304, de 22/04/96 e n.145 de 22/04/98, da Resolução da ANVISA n. 105, de 19/05/99.	Aurora	12,26
26	100	Kg	CARNE SUÍNA: Carne suína, corte tipo bisteca, resfriada, de primeira qualidade, cortada unitariamente e embalada em PVC transparente ou saco plástico transparente, em embalagens com, no máximo, 1 Kg, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, marcas e carimbos oficiais, de acordo com as Portarias do Ministério da Saúde, DIPOA, n.304, de 22/04/96 e n.145 de 22/04/98, da Resolução da ANVISA n. 105, de 19/05/99.	Languiru	16,06
27	5	Kg	BACON: Bacon de primeira qualidade, com fina capa de gordura, em embalagem máxima de 300 g, de PVC transparente ou saco plástico transparente, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, marcas e carimbos oficiais, de acordo com as Portarias do Ministério da Saúde, DIPOA, n.304, de 22/04/96 e n.145 de 22/04/98, da Resolução da ANVISA n. 105, de 19/05/99.	Friolat	33,01
28	20	Kg	SALSICHA SUÍNA: Congelada, boa qualidade, contendo no máximo 2% de amido, não sendo permitido a adição de corantes. Embalagem em plástico de polietileno transparente, atóxica, flexível e resistente, lacrado, isento de furos e rasgos com no máximo 5 Kg do produto, contendo no rótulo identificação de forma clara e legível, marca do fabricante, prazo de validade, peso, SIF e carimbos oficiais, de acordo com as Portarias do Ministério da Agricultura e Vigilância Sanitária. O transporte deverá preservar as características do alimento congelado. Validade mínima de 3 meses a partir da data de entrega do produto.	Friolat	10,36
29	450	L	LEITE UHT: Leite integral longa vida UHT acondicionado em embalagem Tetra pack contendo 1L cada, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, peso líquido e SIF. Ingredientes: leite integral e estabilizante citrato de sódio. Validade mínima de 60 dias a partir da data de entrega.	Tirol	3,33
30	100	Kg	ARROZ PARBOILIZADO: Classe: longo fino – tipo 1. O produto não deve apresentar grãos disformes. Embalagem intacta, acondicionada em pacotes de 1Kg. Validade mínima 6 meses após data de entrega do produto.	Kiarroz	3,66
31	45	Pct.	CAFÉ TORRADO E MOÍDO: De boa qualidade, embalado, a vácuo, em pacotes de 500 g. Contendo no máximo 1% de impurezas. Embalagem secundária intacta apresentando selo de pureza. Não deverá conter glúten. Validade mínima 6 meses após data de entrega do produto.	3 Corações	11,30

32	20	Kg	AÇÚCAR REFINADO: Produto processado da cana-de-açúcar, com moagem refinada. Não deve apresentar sujidade, umidade, bolor, rendimento insatisfatório, coloração escura, mistura e peso insatisfatório. Embalagem: deve estar intacta, em pacotes de até 5 kg, em polietileno leitoso. Validade mínima 6 meses após data de entrega do produto.	Caravelas	3,71
33	20	Kg	ALIMENTO ACHOCOLATADO EM PÓ INSTANTÂNEO: Ingredientes: açúcar, cacau em pó, sal refinado, vitaminas (vitamina C, vitamina A, vitamina B1, vitamina B2, vitamina B6, e vitamina B12) e aromatizantes. Embalagem: pacotes com 1Kg. Prazo de validade mínimo: 4 meses, após data de entrega.	Nescau	12,22
34	15	Und	DOCE DE LEITE EM PASTA CREMOSO: Ingredientes: leite pasteurizado, amido de milho, bicarbonato de sódio. Sem glúten. Potes hermeticamente fechados com lacre. Embalagens contendo no mínimo 900 g. Devendo constar na embalagem: data de validade mínima de 8 meses a partir da data entrega do produto. Registro no Ministério da Agricultura e SIF.	Tirol	9,40
35	15	Und	DOCE EM PASTA CREMOSO SORTIDO (UVA, PÊSSEGO E ABÓBORA): Potes hermeticamente fechados com lacre. Embalagem de 900 g. Registro no Ministério da Saúde. Sem glúten. Validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega do produto.	Sorocaba	9,30
36	25	Und	EXTRATO DE TOMATE CONCENTRADO: Deverá ser preparado com frutos maduros, escolhidos sãos, sem pele e sem sementes. Será tolerado a adição de 1% de açúcar e 5% de cloreto de sódio. Sem glúten. Embalagens contendo no mínimo 840 g. Não serão aceitas embalagens amassadas ou enferrujada. Validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega.	Olé	8,54
37	35	Kg	FARINHA DE TRIGO TIPO 1: Enriquecida com ferro e ácido fólico nas proporções determinadas pela ANVISA. Não deverá apresentar resíduos, bolor ou cheiro não característico. A embalagem deve estar intacta, acondicionada em pacotes de até 05 kg. Deve apresentar rotulagem com registro no Ministério da Saúde. Validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega.	Dona Benta	3,71
38	8	Kg	FUBÁ DE MILHO AMARELO: Enriquecido com ácido fólico e ferro nas proporções determinadas conforme legislação federal específica vigente. Não deverá apresentar resíduos e impurezas, bolor, ou cheiro não característico. A embalagem deve estar intacta, o produto acondicionado em pacotes de polietileno transparente bem vedado, embalagem de até 1Kg. Validade mínima 3 meses a partir da data de entrega.	Sinhá	3,42
39	10	Kg	MARGARINA COM SAL: Contendo óleos vegetais líquidos hidrogenados, sal, estabilizantes, conservadores e vitamina A. Embalagem de até 01 kg, resfriado até 16 graus centígrados. Registro no Ministério da Agricultura SIF/DIPOA. Validade mínima 3 meses após data de entrega do produto.	Qualy	9,40
40	50	Und	ÓLEO DE SOJA REFINADO: Tipo 1. Deverá estar isento de ranço e outras características indesejáveis. Registro no Ministério da Agricultura. Embalagem padronizada – 900 ml. Validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega.	Soya	4,56

41	400	Und	PREPARADO SÓLIDO PARA REFRESCO DIVERSOS SABORES: Ingredientes: açúcar, polpa de fruta desidratada, acidulante ácido cítrico, aspartame, citrato de sódio, corantes artificiais a vitamina C. Embalagens individuais com 35 g do produto para diluição em 1 litro de água. Devendo constar na embalagem: data de validade, ingredientes e registro no Ministério da Agricultura. Sem glúten.	Tang	1,09
42	5	Kg	SAL: Sal iodado refinado, embalagem contendo 01 Kg. Será obrigatória a adição de sais de iodo não tóxico na dosagem mínima de 10 mg e máxima de 15 mg de iodo por 1Kg de sal, de acordo com a legislação federal específica. Validade mínima 1 ano a partir da data de entrega do produto.	Zizo	2,00
43	12	Und	VINAGRE BRANCO: Vinagre de álcool branco. Embalagem de 900mL. Deverá apresentar na embalagem Registro no Ministério da Agricultura. Ingredientes: Fermentado acético de álcool hidratado e água. Validade mínima 6 meses após data de entrega do produto.	Hening	1,57
44	70	Kg	FEIJÃO PRETO TIPO 1 – ULTIMA SAFRA: Os grãos deverão ser limpos de matéria terrosa, parasitos e detritos animais e vegetais. Embalagem de 1 kg, pacotes plásticos transparentes. Deverá constar no rótulo Registro de Ministério da Agricultura. Validade mínima de 3 meses a partir da data da entrega..	Colono	7,50
45	20	Pct.	BISCOITO DOCE TIPO "MARIA": EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 740G Ingredientes: farinha de trigo rica em ferro e ácido fólico, açúcar, gordura vegetal hidrogenada e sal. O produto deve ser isento de lactose, podendo conter glúten. A embalagem primária (protetora) deve revestir no mínimo 740 g de biscoito. Validade mínima 4 meses após data de entrega do produto.	Isabela	6,55
46	20	Pct.	BISCOITO SALGADO TIPO "ÁGUA E SAL": Embalagem com no mínimo 740 g Ingredientes: farinha de trigo rica em ferro e ácido fólico, extrato de malte, açúcar e sal refinados, gordura vegetal hidrogenada, fermento biológico, bicarbonato de amônio, lecitina de soja. O produto deve ser isento de lactose, podendo conter glúten. Embalagem primária (protetora) deve revestir no mínimo 740 g de biscoito. Validade mínima 4 meses após data de entrega do produto.	Isabela	6,17
47	40	Und.	CALDO DE GALINHA: Tempero caldo de galinha em tablete com 37,5 grs.	Maggi	1,43
48	70	Und	MACARRÃO ESPAGUETE DE SÊMOLA COM OVOS: Tipo espaguete. Ingredientes: sêmola de trigo, ovos, corantes naturais, urucum e púrpura, contendo glúten. Embalagem padronizada 500 g. Validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega.	Isabela	2,84
49	20	Und.	QUEIJO RALADO: queijo ralado, pacote com 100 grs.	Nonito	3,33
50	15	Kg	FARINHA DE MANDIOCA: Enriquecido com ácido fólico e ferro nas proporções determinadas conforme legislação federal específica vigente. Não deverá apresentar resíduos e impurezas, bolor, ou cheiro não característico. A embalagem deve estar intacta, bem vedada, embalagem de até 1Kg. Validade mínima 3 meses a partir da data de entrega.	Tupã	6,55
51	8	Lta.	MILHO VERDE: milho verde em conserva em lata de 2 kg.	Olé	8,44

52	6	Lta.	ERVILHA: ervilha em conserva em lata de 2kg.	Olé	8,07
53	5	Pct.	ORÉGANO: tempero em pacote de 50 grs.	Edimar	2,38
54	5	Lata	FERMENTO EM PÓ QUÍMICO: Ingredientes: amido de milho ou fécula de mandioca, fosfato monocalcico, bicarbonato de sódio e carbonato de cálcio. Embalado em latas de no mínimo 250 g. Validade mínima 6 meses após data de entrega do produto.	Royal	3,23
55	20	Dz	OVOS DE GALINHA: Tipo 2, fresco, casca livre de rachaduras e sujidades.	Aurea	6,55
56	40	Und.	MACARRÃO CASEIRO: Tipo caseiro. Ingredientes: farinha de trigo, ovos, corantes naturais, urucum e púrpura, contendo glúten. Embalagem padronizada 500 g. Validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega.	Isabela	3,71
57	10	Kg	PÃO FRANCÊS: Ingredientes: farinha de trigo, fermento biológico, açúcar, sal refinado e água. Validade: 1 dia a partir da data de fabricação. Fornecimento em embalagens adequadas. Transporte em caixas de polietileno forradas com papel descartável branco. Unidade de 50 gramas cada.	Kinobla Uche	9,32
58	54	Und.	PÃO CASEIRO BRANCO: Ingredientes: farinha de trigo, fermento biológico, açúcar, sal refinado e água. Validade: 1 dia a partir da data de fabricação. Pacote com aproximadamente 500 gramas.	Marcia	5,23
59	52	Und.	PÃO CASEIRO DE MILHO: Ingredientes: farinha de trigo, fubá de milho, fermento biológico, açúcar, sal refinado e água. Validade: 1 dia a partir da data de fabricação. Pacote com aproximadamente 500 gramas.	Marcia	5,23
60	32	Und.	PÃO CASEIRO DE AIPIM: Ingredientes: farinha de trigo, fermento biológico, aipim, açúcar, sal refinado e água. Validade: 1 dia a partir da data de fabricação. Pacote com aproximadamente 500 gramas.	Marcia	5,23
61	32	Und.	PÃO CASEIRO DE BATATA: Ingredientes: farinha de trigo, fermento biológico, batata, açúcar, sal refinado e água. Validade: 1 dia a partir da data de fabricação. Pacote com aproximadamente 500 gramas.	Marcia	5,23
62	15	Und.	PAO CASEIRO INTEGRAL: Ingredientes: farinha de trigo, fermento biológico, cereais açúcares, sal refinado e água. Validade: 1 dia a partir da data de fabricação. Pacote com aproximadamente 500 gramas.	Marcia	5,23
63	20	Unid.	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) em carga de 13 kg.	Ultragaz	61,75

Fraiburgo (SC), 28 de agosto de 2017.
 Idione Fantinel – Secretária Municipal de Saúde

EXTRATO DA AT17PMF116

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT17PMF116
 MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Órgão Gerenciador: Município de Fraiburgo.

Fornecedor: Bianca Uniformes Profissionais Ltda.

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisições futuras de uniformes, sendo: calças, camisas, jaquetas e bonés, para uso dos guardas do patrimônio público.

Data da Ata: 28.08.2017.

Prazo de Vigência da Ata: 28.08.2017 a 31.07.2018.

Processo Administrativo Licitatório: nº 0173/2017 – PMF.

Modalidade: Pregão Presencial nº 0081/2017 – PMF.

Registro de Preços: nº 0058/2017 – PMF.

Itens Registrados:

Item	Qtde Estimada	Unid.	Descrição	Marca	Valor Unitário-R\$
1	99	Und.	CAMISA POLO, MANGAS CURTAS, de tecido Piquet com 50% algodão e 50% poliéster, e gola 50% algodão e 50% poliéster, na cor areia, com bolso no lado esquerdo bordado com brasão do município, nos tamanhos P/M/G/GG /EG – Modelo: Masculino	Cordeiro	28,69
2	18	Und.	CAMISA POLO, MANGAS CURTAS, de tecido Piquet com 50% algodão e 50% poliéster, e gola 50% algodão e 50% poliéster, na cor areia, com bolso no lado esquerdo bordado com brasão do município, nos tamanhos P/M/G/GG/EG – Modelo: Feminino	Cordeiro	28,69
3	99	Und.	CALÇA DE TECIDO RIP STOP, composição 67% PES e 33% CO, cintura com meio cós (frente) e meio elástico 4 cm (trás), com 06 passador, gramatura 230,0 g/m2, com dois bolsos modelo faca na frente, dois bolsos na parte de trás e dois bolsos laterais com tampa e velcro, com zíper de metal e um botão, na cor preta, nos tamanhos P/M/G/GG – Modelo: Masculino	Cordeiro	65,69
4	18	Und.	CALÇA DE TECIDO RIP STOP, composição 67% PES e 33% CO, cintura com meio cós (frente) e meio elástico 4 cm (trás), com 06 passador, gramatura 230,0 g/m2, com dois bolsos modelo faca na frente, dois bolsos na parte de trás e dois bolsos laterais com tampa e velcro, com zíper de metal e um botão, na cor preta, nos tamanhos P/M/G/GG – Modelo: Feminino	Cordeiro	65,69
5	72	Und.	JAQUETA DE TECIDO Tenoesport Reversível Plus, 100% Poliéster, com gramatura de 150 gr/m² forro malelado 80 gr/m², mangas sem punho, zíper até o final da gola, dois bolsos nas laterais, bordado brasão do município no lado esquerdo. Cor: preta, tamanhos: P, M, G, GG, XG Modelo: Unisex	Cordeiro	98,14
6	73	Und.	BONÉ MODELO AMERICANO em tecido 100% algodão (brim) sarja 3X1, pesando 260 gr/m², preto, regulador tipo fivela bordado brasão do município na frente com 5 (cinco) cm de largura.	Cordeiro	18,65

Fraiburgo (SC), 28 de agosto de 2017.

Claudete Gheller Mathias – Prefeita de Fraiburgo/SC

Portaria nº 25882017

PORTARIA Nº 2588, DE 28 DE AGOSTO DE 2017.

Amplia Carga Horária de Servidor Público Municipal.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna nº 1839/2017, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que estará substituindo por 20 horas semanais a professora Viviane Maria de Nardi, que se encontra em Auxílio Doença;

Considerando a necessidade dos serviços de Professor – Educação Infantil, para atender excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Ampliar a carga horária de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, da servidora EVA SIMONE THOMAZ DA SILVA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 000.119.629-41, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR – EDUCAÇÃO INFANTIL, no período de 01 de setembro de 2017 até 29 de setembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 28 de agosto de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 25892017

PORTARIA Nº. 2589, DE 28 DE AGOSTO DE 2017.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0028 de 08 de novembro de 2016, e Contrato Administrativo, e em conformidade com a comunicação interna nº 1838/2017 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que estará substituindo por 40 horas semanais o servidor Winderson Alan Moreira da Silva, o qual solicitou rescisão do contrato;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário AILSON RODNEI GARCIA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 079.718.979-36, na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – ENSINO FUNDAMENTAL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 04 de setembro de 2017 até de 15 de dezembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 28 de agosto de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 25902017

PORTARIA Nº. 2590, DE 28 DE AGOSTO DE 2017.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 187/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0028 de 08 de novembro de 2016, e Contrato Administrativo, e em conformidade com a comunicação interna nº 1842/2017 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que estará substituindo por 20 horas semanais a professora Janaina Formagio Prates, que se encontra em Auxílio Doença;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário TÂNIA DIAS DE ALMEIDA DE OLIVEIRA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 055.622.069-27, na função de PROFESSOR – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 04 de setembro de 2017 até de 04 de outubro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 28 de agosto de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 25912017

PORTARIA Nº. 2591, DE 28 DE AGOSTO DE 2017.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 187/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0029 de 08 de novembro de 2016, e Contrato Administrativo, e em conformidade com a comunicação interna nº 1843/2017 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que estará substituindo por 16 horas semanais a professora Elenita Zambonim, que se encontra em Auxílio Doença;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário DELAIR DA COSTA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 601.279.539-49, na função de PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL – ARTES, com carga horária de 16 horas semanais, no período de 04 de setembro de 2017 até de 28 de setembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 28 de agosto de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 25922017

PORTARIA Nº 2592, DE 28 DE AGOSTO DE 2017.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0020 de 08 de novembro de 2016 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 483/2017 da Secretaria de Saúde;

Considerando que estará por 40 horas semanais em vaga excedente;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de MARIE CRISTINA STOLZ MUNARETO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 375.639.809-97, contratada em caráter temporário na função de ASSISTENTE SOCIAL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 31 de agosto de 2017 até 02 de outubro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 28 de agosto de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 25932017

PORTARIA Nº 2593, DE 28 DE AGOSTO DE 2017.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0026 de 27 de outubro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 483/2017 da Secretaria de Saúde;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente Epidemiológico para preenchimento de vaga excedente e, para atender excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de MARILDA APARECIDA BACH DOS SANTOS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 039.905.209-70, contratada em caráter temporário na função de AGENTE EPIDEMIOLÓGICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 31 de agosto de 2017 até 02 de outubro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 28 de agosto de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 25942017

PORTARIA Nº 2594, DE 28 DE AGOSTO DE 2017.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0009 de 13 de março de 2017 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0097/2017 da Secretaria de Ação Social;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente de Serviços Gerais para preenchimento de vaga excedente e, para atender excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de JULIANA BOENO DA SILVA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 062.710.039-23, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de setembro de 2017 até 31 de dezembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 28 de agosto de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

TA17PMF118

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo N° : TA17PMF118 - Contrato N°: CT15PMF126
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: DOCA OBRAS E SERVIÇOS LTDA EPP
Vigência : Início: 25/08/2017 Término: 25/10/2017
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia
N°.: 20/2015
Objeto : AS PARTES ACIMA EPIGRAFADAS, AJUSTAM E
CONTRATAM A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECU-
ÇÃO QUE CONSTAM DA CLÁUSULA TERCEIRA (3.1) DO CONTRATO
E ADITIVOS PARA ATÉ A DATA DE 25.10.2017.

Fraiburgo, 28 de Agosto de 2017
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - Prefeita

Garopaba

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO 094/2017 – PROCESSO SELETIVO 001/2017.

CONVOCAÇÃO 094/2017 – PROCESSO SELETIVO – 001/2017

Ilmo(a). Sr(a).

AGENOR ACACIO DA CRUZ JUNIOR

Candidato(a): 004959

Cargo: AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO

Classificação: 37º LUGAR

Garopaba, 25 de agosto de 2017.

Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 15.6 do Edital nº. 001/2017 de Processo Seletivo, manifestar interesse na vaga de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 37º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo

Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 095/2017 – PROCESSO SELETIVO 001/2017.

CONVOCAÇÃO 095/2017 – PROCESSO SELETIVO – 001/2017

Ilmo(a). Sr(a).

MATEUS RODRIGUES VIEIRA

Candidato(a): 004831

Cargo: AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO

Classificação: 38º LUGAR

Garopaba, 25 de agosto de 2017.

Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 15.6 do Edital nº. 001/2017 de Processo Seletivo, manifestar interesse na vaga de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 38º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo

Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 096/2017 – PROCESSO SELETIVO 001/2017.

CONVOCAÇÃO 096/2017 – PROCESSO SELETIVO – 001/2017

Ilmo(a). Sr(a).

MARGARETE MARTINS PAUSE

Candidato(a): 004561

Cargo: TÉCNICO DE ENFERMAGEM

Classificação: 08º LUGAR

Garopaba, 25 de agosto de 2017.

Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 15.6 do Edital nº. 001/2017 de Processo Seletivo, manifestar interesse na vaga de TÉCNICO DE ENFERMAGEM para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 08º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo

Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 097/2017 – PROCESSO SELETIVO 001/2017.

CONVOCAÇÃO 097/2017 – PROCESSO SELETIVO – 001/2017

Ilmo(a). Sr(a).

OSVALDO DE SOUZA

Candidato(a): 004382

Cargo: AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO

Classificação: 38º LUGAR

Garopaba, 25 de agosto de 2017.

Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 15.6 do Edital nº. 001/2017 de Processo Seletivo, manifestar interesse na vaga de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 38º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 147/2017

DECRETO N.º 147, DE 28 DE AGOSTO DE 2017.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 13.900,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 2.022 de 01/12/2016 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 13.900,00 (treze mil e novecentos reais) no Orçamento vigente:

08.02 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	13.900,00
FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	13.900,00
08244562.031 - Func. E Manutenção do Fundo Mun de Assistência Social	13.900,00
3.1.90.0.1.29.000004 - Aplicações Diretas	3.300,00
3.1.90.0.3.29.001055- Aplicações Diretas	8.500,00
4.4.90.0.1.29.001001- Aplicações Diretas	2.100,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 13.900,00 (treze mil e novecentos reais), correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações do orçamento vigente:

08.02 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	13.900,00
FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	13.900,00
08244562.031 - Func. E Manutenção do Fundo Mun de Assistência Social	13.900,00
3.3.90.0.1.29.000004 - Aplicações Diretas	3.300,00
3.3.90.0.3.29.001055 - Aplicações Diretas	8.500,00
3.3.90.0.1.29.001001- Aplicações Diretas	2.100,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor, na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 28 de agosto de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 29/08/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretário de Administração

PORTARIA N.º 1057/2017.

PORTARIA N.º 1057, DE 28 DE AGOSTO 2017.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATA APROVADA E CLASSIFICADA NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL N.º 001/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR, nos termos do art. 20, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a candidata IARA DOS SANTOS MARTINS WESTRUP, CPF n.º 947.000.109-59 aprovada e classificada como 45ª colocada no Concurso Público 001/2015, homologado em 11 de maio de 2016, para exercer em caráter efetivo o cargo de PROFESSOR COM LICENCIATURA 40 HORAS.

Art. 2º. A candidata nomeada ocupará vaga dos quadros permanentes, criada através da Lei n.º 655, de 24 de agosto de 1999 e alterações, com atribuições de ministrar aulas do currículo de ensino infantil de acordo com o plano de aula previamente elaborado; orientar a aprendizagem do aluno no desenvolvimento de suas capacidades; participar no processo de planejamento das atividades nas unidades de trabalho; organizar as operações inerentes ao processo ensino-aprendizagem; contribuir para o aprimoramento da qualidade de ensino; executar outras tarefas semelhantes.

Art. 3º. A investidura do servidor no respectivo cargo público terá lugar no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente Portaria, em conformidade com o disposto no §1º, do art. 18, da Lei 1.000/2005.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 28 de agosto de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 29/08/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Garuva

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO FMAS - 002/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório FMAS nº 002/2017 – Licitação FMAS 002/2017
Modalidade: Pregão Presencial
Tipo de julgamento: Menor Preço por item

Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de cursos nas áreas de educação musical, com foco em instrumentos musicais de sopro (flauta), cordas (violão, violino, cavaquinho, contrabaixo e guitarra), teclado, percussão e bateria, para atendimento das oficinas sócio educativas ofertadas pelo CRAS – Centro de referência de Assistência Social, conforme Termo de referência anexo.

Credenciamento, Entrega e Abertura dos Envelopes: 15/09/2017 as 08:00 horas.

A fase de lances verbais ocorrerá logo após.

O Edital completo está disponível para consulta e retirada no site www.garuva.sc.gov.br.

GARUVA, 28 de agosto de 2017.

Rodrigo Adrianly David

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO FMS 004/2017

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO FMS Nº 004/2017

Processo PMG nº 011/2017 - Dispensa de Licitação

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Garuva/Fundo Municipal de Saúde de Garuva

CONTRATADO: Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina – CISNORDESTE/SC

Objeto: Execução de serviços públicos de saúde prevista no art. 8º do Contrato de Consórcio Público do CISNORDESTE/SC– Cap. III, bem como de acordo com Resolução 11/2017 do CISNORDESTE/SC especialmente aqueles relativos à realização de exames em auxílio diagnóstico e consultas médicas, terapias/tratamentos, procedimentos ambulatoriais e cirúrgicos, executados indiretamente pelo CISNORDESTE/SC

VIGÊNCIA: até 31/12/2017, prorrogável por 12 meses

VALOR: até R\$ 294.000,00 (duzentos e noventa e quatro mil reais)

DATA DA ASSINATURA: 25/08/2017

AMPARO LEGAL: Artigo 24, Inciso XXVI, da Lei 8.666/93.

RODRIGO ADRIANY DAVID

Prefeito Municipal

LEI Nº 1994

LEI Nº 1994, DE 25 DE AGOSTO DE 2017

“Autoriza o Reconhecimento de Dívida não empenhada e não paga no exercício anterior”.

O povo do Município de Garuva, Estado de Santa Catarina, por seus representantes legais do Poder Legislativo Municipal, aprova e eu, RODRIGO ADRIANY DAVID, na qualidade de Prefeito Municipal em exercício, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a reconhecer, empenhar, liquidar e pagar dívida do exercício anterior no valor de R\$ 3.688,50 (três mil seiscentos e oitenta e oito reais e cinquenta centavos), em favor de Angai Distribuidora de Medicamentos Ltda, em razão de medicamentos fornecidos, conforme detalhamento de Notas Fiscais e situação em que foi encontrada demonstrada no Anexo I da presente Lei.

Art. 2º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a reconhecer, empenhar, liquidar e pagar dívida do exercício anterior no valor de R\$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos reais), em favor de FAC Laboratório de análises e pesquisas clínicas Ltda ME, em razão de serviços prestados de exames laboratoriais, conforme detalhamento de Nota Fiscal e situação em que foi encontrada demonstrada no Anexo I da presente Lei.

Art. 3º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a reconhecer, empenhar, liquidar e pagar dívida do exercício anterior no valor de R\$ 2.620,49 (dois mil seiscentos e vinte reais e quarenta e nove centavos), em favor de Prohosp Distribuidora de Medicamentos Ltda, em razão de medicamentos fornecidos, conforme detalhamento de Nota Fiscal e situação em que foi encontrada demonstrada no Anexo I da presente Lei.

Art. 4º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a reconhecer, empenhar, liquidar e pagar dívida do exercício anterior no valor de R\$ 4.111,50 (quatro mil cento e onze reais e cinquenta centavos), em favor de Dimaci Material Cirúrgico Ltda, em razão de medicamentos fornecidos, conforme detalhamento de Notas Fiscais e situação em que foi encontrada demonstrada no Anexo I da presente Lei.

Art. 5º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a reconhecer, empenhar, liquidar e pagar dívida do exercício anterior no valor de R\$ 396,00 (trezentos e noventa e seis reais), em favor de Ótica Garuva Ltda ME, em razão de armação/lentes fornecidos para paciente menor sob prescrição médica, conforme detalhamento de Nota Fiscal e situação em que foi encontrada demonstrada no Anexo I da presente Lei.

Art. 6º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a reconhecer, empenhar, liquidar e pagar dívida do exercício anterior no valor de R\$ 13.265,03 (treze mil duzentos e sessenta e cinco reais e três centavos), em favor de Altermed Material Médico Hospitalar, em razão de medicamentos fornecidos, conforme detalhamento de Notas Fiscais e situação em que foi encontrada demonstrada no Anexo I da presente Lei.

Art. 7º - As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta das dotações orçamentárias vigentes do Fundo Municipal de Saúde de Garuva.

Art. 8º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Rodrigo Adrianly David

Prefeito Municipal

LEI Nº 1995

LEI Nº 1995, DE 25 DE AGOSTO DE 2017

“Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a alterar dispositivo da Lei nº 1334/2007, e dá outras providências.”

O povo do Município de Garuva, Estado de Santa Catarina, por seus representantes legais do Poder Legislativo Municipal, aprova e eu, RODRIGO ADRIANY DAVID, na qualidade de Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica alterado o art. 9º caput e incisos I e II da Lei Ordinária Municipal 1334 de 17 de julho de 2007, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 9º O Conselho Municipal do Idoso é composto de 10 (dez) membros e respectivos suplentes nomeados pelo Prefeito Municipal, dentre representantes paritários das Entidades governamentais e representante dos idosos, respeitando os seguintes critérios:

I – cinco representantes de entidades governamentais, sendo 02 (dois) representantes da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social; 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde, 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação e Cultura; 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Administração;

II – cinco representantes da Sociedade Civil organizada, entre estes: usuários e suas organizações, entidades prestadoras de serviços de atendimento ao idoso, trabalhadores do setor de órgãos da Capacitação Profissional na área do idoso e de representantes dos idosos.”

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Rodrigo Adriany David
Prefeito Municipal

LEI Nº 1996

LEI Nº 1996, DE 25 DE AGOSTO DE 2017

“Dispõe sobre autorização para abertura de crédito adicional suplementar”.

O povo do Município de Garuva, Estado de Santa Catarina, por seus representantes legais do Poder Legislativo Municipal, aprova e eu, RODRIGO ADRIANY DAVID, na qualidade de Prefeito Municipal em exercício, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no orçamento do Município de Garuva Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), para a suplementação da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 04.001 – Secretaria Mun de Administração, Planejamento e Finanças

Função 09 – Previdência Social; Sub-função 272 – Previdência do Regime Estatutário

Programa 1003 – Apoio Administrativo

Ação/Atividade 1031 – Implantação do Regime Próprio de Previdência

• 3390 Outras Despesas Correntes	01.00.00 Recursos Ordinários	R\$	30.000,00

Art. 2º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 1º serão utilizados recursos provenientes da anulação da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 03.001 – Procuradoria Geral

Função 02 – Judiciária; Sub-função 062 – Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário

Programa 1001 – Gestão Administrativa Superior

Ação/Atividade 2006 – Man. e investimentos da Procuradoria Geral

• 3190 Despesas de Pessoal	01.00.00 Recursos Ordinários	R\$	30.000,00

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Rodrigo Adriany David
Prefeito Municipal

PORTARIA 137/2017

PORTARIA Nº 137 de 28 de agosto de 2017

“DISPÕE SOBRE A INSTAURAÇÃO DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA DISCIPLINAR PARA APURAÇÃO DE FATOS, DA SERVIDORA CIDINEIA DA SILVA RIBEIRO.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, COM BASE NA LEI COMPLEMENTAR 001/98;

CONSIDERANDO o Processo nº 2476/2017,

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar à Comissão Permanente de Processo Administrativo a abertura de SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA DISCIPLINAR, para apurar fatos envolvendo a servidora pública municipal Cidinea da Silva Ribeiro, ocupante do cargo efetivo de Recepcionista, matrícula 61859, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º. Conceder o prazo de 30 (trinta) dias para a comissão apresentar relatório com parecer, indicando as medidas cabíveis à luz do Estatuto do Servidor.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO ADRIANY DAVID
Prefeito Municipal

RATIFICAÇÃO DISPENSA FMS 011/2017

TERMO DE RATIFICAÇÃO
PROCESSO FMS Nº 011/2017

RATIFICO o ato da Gestora do Fundo Municipal de Saúde Isabela Aragão Pereira, que dispensou com fundamento no Art. 24, Inciso XXVI da Lei nº 8.666/93, a licitação para execução dos serviços públicos de saúde prevista no art. 8º do Contrato de Consórcio Público do CIS-NORDESTE/SC– Cap. III, bem como de acordo com Resolução 11/2017 do CISNORDESTE/SC especialmente aqueles relativos à realização de exames em auxílio diagnóstico e consultas médicas, terapias/tratamentos, procedimentos ambulatoriais e cirúrgicos, executados indiretamente pelo CISNORDESTE/SC, firmando contrato com o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina – CISNORDESTE/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 03.222.337/0001-31, até 31/12/2017, prorrogável até 12 meses, face ao disposto no Artigo 24 da Lei nº 8.666/93, vez que o processo se encontra devidamente instruído.

Publique-se.

Garuva, 25 de agosto de 2017.
RODRIGO ADRIANY DAVID
Prefeito Municipal

Gaspar

PREFEITURA

DECRETO Nº 7.643, DE 23 DE AGOSTO DE 2017

DECRETO Nº 7.643, DE 23 DE AGOSTO DE 2017.

EXONERA WELITON GRAFFUNDER LINS DO CARGO EM COMISSÃO DE ASSESSOR DE ASSUNTOS PARA A JUVENTUDE.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72, inciso XXV da Lei Orgânica do Município,

DECRETA

Art. 1º Fica exonerado, a pedido, a partir de 30 de agosto de 2017, o servidor WELITON GRAFFUNDER LINS, inscrito no CPF sob o nº 103.456.579-69, do cargo em comissão de Assessor de Assuntos para a juventude, ref. 33, da Fundação Municipal de Esportes e Lazer, ao qual foi nomeado pelo Decreto nº 7.609, de 03 de agosto de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 23 de agosto de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito Municipal de Gaspar

Governador Celso Ramos

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL RP 93/2017

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE REALIZARÁ A LICITAÇÃO NA FORMA ABAIXO:

PREGÃO PRESENCIAL 93/2017

O Município de Governador Celso Ramos/SC torna público que realizará licitação, tipo Menor Preço.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PEDAGÓGICOS CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO EDITAL, PARA UTILIZAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 12/09/2017 até às 14h00min.

DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 12/09/2017 às 14h30min.

Os interessados deverão retirar o edital no site da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos, no endereço: www.governadorcelso-ramos.sc.gov.br

Governador Celso Ramos, 25 de Agosto de 2017.

Pedro Augusto da Cunha
Secretário de Administração

Gravatal

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 60/2017 INEX 04/2017 VALE TRANSPORTE

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAVATAL

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 60/2017

INEXIGIBILIDADE Nº 04/2017

OBJETO: "AQUISIÇÃO DE PASSES TRABALHADOR PARA OS FUNCIONÁRIOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAVATAL."

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GRAVATAL.

CNPJ: 82.926.569/0001-47.

CONTRATADO: TRANSPORTES CAPIVARI LTDA

ENDEREÇO: Av. Expedicionário José Pedro Coelho, Nº 1.375 – Bairro Centro, Tubarão/SC.

CNPJ: 86.428.661/0001-38.

VALOR: R\$ 60.015,00 (Sessenta mil e quinze Reais).

VENCIMENTO: 31/12/2017.

Fundamento Legal: Art. 25, inciso I da Lei 8.666/93.

Mais informações, Rua Eng. Annes Gualberto, nº 121, Bairro Centro.

Gravatal (SC), 28 de agosto de 2017.

Edvaldo Bez de Oliveira

Prefeito Municipal

Guaraciaba

PREFEITURA

MINUTA EDITAL DE PREGÃO 96.17 AQUISIÇÃO DE MATERIAIS CAMA MESA E BANHO CRECHE.DOC

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC, EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº96/2017.

O Município de Guaraciaba, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 121/17, Edital de Pregão Presencial Nº 96/17, Objeto: aquisição de colchões infantis, travesseiros, capas de colchões, fronhas e lençóis, para CRECHE MUNICIPAL PROFESSOR ALDINO FETTER; recebimento de propostas até às 09:00 horas do dia 12/09/17; a abertura do Edital será às 09:00 horas do dia 12/09/17, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademir de Barros 85, Guaraciaba – SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30h e no site www.guaraciaba.sc.gov.br

Guaraciaba em 28 de agosto de 2017.

Roque Luiz Meneghini,
Prefeito Municipal

Guarujá do Sul

PREFEITURA

138/2017

DECRETO Nº 138/2017

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL

SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJA DO SUL no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de GUARUJA DO SUL e autorização contida na Lei Municipal nº002.505/16 de 18 de outubro de 2016.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais), no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Guarujá do Sul, no exercício de 2017, destinado ao reforço do seguinte item orçamentário:

11- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE:

04- Coordenação de Programas:

Atividade: 1104.10.301.0010.2.089

3.1.90.00-00.00.382- Aplicações Diretas R\$ 7.000,00

Soma R\$ 7.000,00

Art. 2º Para dar cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o art. 1º, fica reduzido do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Guarujá do Sul, os seguintes itens orçamentários:

11- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE:

04- Coordenação de Programas:

Atividade: 1104.10.301.0010.2.089

3.3.90.00-00.00.382- Aplicações Diretas R\$ 7.000,00

Soma R\$ 7.000,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guarujá do Sul,

28 de agosto de 2017.

Claudio Junior Weschenfelder

Prefeito Municipal

Certifico que o presente Decreto foi registrado e publicado nesta data.

Júlio Cesar Della Flora

Secretário Administração e Fazenda

1ª RETIFICAÇÃO - EDITAL PROCESSO SELETIVO_002_2017

(*)1ª RETIFICAÇÃO AO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 002/2017

O Prefeito de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, Sr. CLAUDIO JUNIOR WESCHENFELDER, no uso de suas atribuições, com base na Lei Municipal Complementar nº 005 de 11 de fevereiro de 2011 e Lei Orgânica do Município e suas atualizações, TORNA PUBLICO aos interessados, que o Edital de Processo Seletivo nº 001/2017 SOFREU RETIFICAÇÃO, especificamente na habilitação do cargo de Monitor de Creche, conforme legislação vigente a saber:

ONDE SE LÊ:

QUADRO III - CARGOS DIVERSOS					
Cargo/ Função	Nº Vagas	Vencimento 40h/sem	Carga Horária	Habilitação	Tipo de Prova
Monitor de Creche	CR*	R\$ 1.246,51	20/40 h/sem	Ensino Médio Completo	Objetiva

CR*- Cadastro de Reserva

PASSA-SE A LER:

QUADRO III - CARGOS DIVERSOS					
Cargo/ Função	Nº Vagas	Vencimento 40h/sem	Carga Horária	Habilitação	Tipo de Prova
Monitor de Creche	CR*	R\$ 1.246,51	20/40 h/sem	Magistério Nível Médio ou Cursando Licenciatura na Área da Educação.	Objetiva

CR*- Cadastro de Reserva

As demais informações constantes no referido edital permanecem inalteradas.

Guarujá do Sul – SC, 25 de agosto de 2017.

CLAUDIO JUNIOR WESCHENFELDER

Prefeito

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO - CD 248/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE GUARUJÁ DO SUL

DISPENSA DE LICITAÇÃO – COMPRA DIRETA Nº. 248/2017

O município de Guarujá do Sul, com fundamento no Artigo 24 Inciso XVII da Lei nº. 8666/93 comunica Aquisição de material e serviço para revisão obrigatória de 30.000 km do veículo Fiat Ducato Mult Jaedi T QHQ 5814, utilizado pela Secretaria Municipal de Educação.

Fornecedor: GAMBATTO VEICULO SÃO MIGUEL LTDA

Valor Total - R\$ 1.196,68 (Material R\$ 848,68 / Serviço R\$ 348,00)

Guarujá do Sul, SC, 28 de janeiro de 2017.

Claudio Junior Weschenfelder

Prefeito Municipal.

EDITAL PROCESSO SELETIVO 002_2017_RETIFICADO

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 002/2017

(*) Retificado - Retificação nº 01– Texto Compilado

ABRE INSCRIÇÕES E BAIXA NORMA PARA O PROCESSO SELETIVO PÚBLICO DE PROFESSOR HABILITADO, PROFESSOR NÃO HABILITADO, MONITOR DE CHECHE, TREINADOR ESPORTIVO PARA COMPOR CADASTRO DE RESERVA E ATUAR NAS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DURANTE O ANO LETIVO DE 2018.

O Prefeito de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, Sr. CLAUDIO JUNIOR WESCHENFELDER, no uso de suas atribuições, com base na Lei Municipal Complementar nº 005 de 11 de fevereiro de 2011 e Lei Orgânica do Município e suas atualizações, TORNA PÚBLICO aos interessados, que estarão abertas as inscrições para Processo Seletivo para preenchimento de vagas para admissão de professores monitores treinador esportivo e agente de apoio operacional em caráter temporário, sob o Regime Celetista, vinculados ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, para atender necessidades de excepcional interesse público para o ano letivo de 2018, o qual reger-se-á pelas instruções deste edital e demais normas atinentes.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES, CARGOS, VAGAS E DADOS RELATIVOS

1.1. Disposições preliminares:

1.1.1. O presente Edital de Processo Seletivo é disciplinado pelo art. 37, inciso IX, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 c/c Lei Municipal complementar nº 005 de 11 de fevereiro de 2011 e Lei Orgânica do Município e suas atualizações.

1.1.2. O Processo Seletivo será regido por este edital, supervisionado pela Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo do Município de Guarujá do Sul - SC, e executado pela Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina - AMEOSC, com sede na Rua Padre Aurélio Canzi, nº 1628, São Miguel do Oeste - SC, fone-fax (49)3621-0795, endereço eletrônico: www.ameosc.org.br

1.1.3. As respostas aos requerimentos, comunicados, resultados dos recursos, e demais publicações relativas ao Processo Seletivo serão publicadas em documento afixado no Mural Público da Prefeitura Municipal de Guarujá do Sul – SC e nos sites: www.ameosc.org.br e www.guarujadosul.sc.gov.br

1.1.4. A inscrição no Processo Seletivo implicará, desde logo, a ciência e aceitação pelo candidato das condições estabelecidas neste edital.

1.1.5. É de responsabilidade do candidato conhecer a legislação mencionada no subitem 1.1.1 do edital e demais determinações referentes ao Processo Seletivo para certificar-se de que possui todas as condições e pré-requisitos para prestar as provas e documentos necessários exigidos para o cargo por ocasião da contratação se aprovado e convocado.

1.1.5.1 A legislação Municipal a se refere o subitem 1.1.1 está à disposição do candidato no site: www.guarujadosul.sc.gov.br

1.1.6. O presente PROCESSO SELETIVO será válido para o ano letivo de 2018, podendo ser prorrogado para mais um ano.

1.1.7. São condições para participação no presente Processo Seletivo:

a) Ser brasileiro nato ou naturalizado ou cidadão português que tenha adquirido a igualdade de direitos e obrigações civis e gozo dos direitos políticos (Constituição Federal - § 1º do Art. 12, de 05/10/88 e Emenda Constitucional nº 19, de 04/06/98 - Art. 3º).

b) Estar quite com as obrigações resultantes da legislação eleitoral, e, quando do sexo masculino, estar quite também, com as obrigações do serviço militar.

c) Ter conhecimento e concordar com todas as exigências contidas neste edital.

d) Possuir o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo/função na data da admissão e provimento ao cargo;

e) Possuir aptidão física e mental.

1.1.8. O candidato deve comprovar a idade mínima de 18 anos e a escolaridade/habilitação exigida no edital no ato da investidura, sob pena de ser automaticamente eliminado do Processo Seletivo.

1.1.9. As provas serão realizadas nas modalidades OBJETIVA, TÍTULOS e TEMPO DE SERVIÇO.

1.2 Cargo, vaga, carga horária, remuneração e habilitação:

1.2.1. As vagas destinam-se ao Processo Seletivo abaixo delineado, devendo ser preenchidas por candidatos que disponham da escolaridade mínima informada no presente Edital.

1.2.2. O Processo Seletivo Público destina-se ao preenchimento de vagas, para contratação temporária imediata de servidores municipais, e compor reserva técnica, destinado a prover função, no quadro da categoria funcional do magistério, monitor de creche, treinador esportivo e agente de apoio operacional, vinculados ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

1.2.3. O número de vagas serão disponibilizadas conforme necessidade aferida após a realização das matrículas, sendo que a presente seleção servirá para compor reserva técnica. As vagas destinam-se aos cargos abaixo delineados e deverão ser preenchidas por candidatos que disponham dos requisitos e escolaridade mínima informada no presente Edital, de acordo com o cargo a que pretendem concorrer, com as seguintes especificações:

QUADRO I - PROFESSOR HABILITADO

Cargo/ Função	Nº Vagas	Vencimento 40h/sem	Carga Horária	Habilitação	Tipo de Prova
Professor de Educação Infantil	CR*	R\$ 2.386,29	20/40 h/sem	Portador de Certificado de conclusão de ensino superior em licenciatura em pedagogia Educação Infantil.	Objetiva, Títulos e Tempo de Serviço
Professor de Ensino Fundamental Series Iniciais	CR*	R\$ 2.386,29	20/40 h/sem	Portador de Certificado de conclusão em licenciatura Pedagogia, Séries Iniciais.	Objetiva, Títulos e Tempo de Serviço
Professor de Artes	CR*	R\$ 2.386,29	10,20,30,40 h/sem	Portador de Certificado de conclusão de curso superior, licenciatura em Artes.	Objetiva, Títulos e Tempo de Serviço
Professor de Geografia	CR*	R\$ 2.386,29	10,20,30,40 h/sem	Portador de Certificado de conclusão de curso superior, licenciatura em Geografia.	Objetiva, Títulos e Tempo de Serviço
Professor de História	CR*	R\$ 2.386,29	10,20,30,40 h/sem	Portador de Certificado de conclusão de curso superior, licenciatura em História.	Objetiva, Títulos e Tempo de Serviço
Professor de Ciências	CR*	R\$ 2.386,29	10,20,30,40 h/sem	Portador de Certificado de conclusão de curso superior, licenciatura em Ciências.	Objetiva, Títulos e Tempo de Serviço
Professor de Matemática	CR*	R\$ 2.386,29	10,20,30,40 h/sem	Portador de Certificado de conclusão de curso superior, licenciatura em Matemática.	Objetiva, Títulos e Tempo de Serviço
Professor de Português	CR*	R\$ 2.386,29	10,20,30,40 h/sem	Portador de Certificado de conclusão de curso superior, licenciatura em Português.	Objetiva, Títulos e Tempo de Serviço
Professor de Espanhol	CR*	R\$ 2.386,29	10,20,30,40 h/sem	Portador de Certificado de conclusão de curso superior em licenciatura em Letras/Espanhol.	Objetiva, Títulos e Tempo de Serviço

Professor de Inglês	CR*	R\$ 2.386,29	10,20,30,40 h/sem	Portador de Certificado de conclusão de curso superior, licenciatura em Letras/inglês.	Objetiva, Títulos e Tempo de Serviço
**Professor de Educação Física	CR*	R\$ 2.386,29	10,20,30,40 h/sem	Portador de Certificado de conclusão de curso superior, licenciatura em Educação Física.	Objetiva, Títulos e Tempo de Serviço
Professor de Informática	CR*	R\$ 2.386,29	10,20,30,40 h/sem	Portador de Certificado de conclusão de curso superior, licenciatura em Informática.	Objetiva, Títulos e Tempo de Serviço
Psicopedagogo	CR*	R\$ 2.386,29	20/40 h/sem	Portador de Certificado ou Certidão de curso superior em pedagogia com especialização em psicopedagogia.	Objetiva, Títulos e Tempo de Serviço
Professor Atendimento Educacional Especializado - AEE	*CR	R\$ 2.386,29	20/40 h/sem	Portador do diploma ou Certificado de conclusão de curso superior em Educação Especial ou pedagogia, neste caso com no mínimo 200 horas de curso de formação continuada na área de Educação Especial.	Objetiva, Títulos e Tempo de Serviço
Segundo Professor de Ensino Fundamental e Educação Infantil	*CR	R\$ 2.386,29	20/40 h/sem	Portador do diploma ou Certificado de conclusão de curso superior em Educação Especial ou pedagogia.	Objetiva, Títulos e Tempo de Serviço

CR*- Cadastro de Reserva

**Para exercer funções no MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA, NA DISCIPLINA EDUCAÇÃO FÍSICA, obrigatoriamente, o Profissional de Educação Física deverá possuir: Curso de Licenciatura em Educação Física: (Resoluções nº 1 e 2/2002/CNE) ou (Resolução nº 03/87/CFE) e Registro no Órgão Fiscalizador da Profissão.

**Para exercer funções nas ATIVIDADES FÍSICAS E/OU DESPORTIVAS, que não estejam vinculadas a disciplina Educação Física, como componente curricular da Educação Básica, deverá obrigatoriamente, o Profissional de Educação Física deve possuir: Curso de Bacharelado em Educação Física (Resolução nº 7/2004/CNE e Resolução nº 4/CNE, de 6 de abril de 2009) ou Licenciatura em Educação Física (Resolução nº 03/87/CFE) e Registro no Órgão Fiscalizador da Profissão.

QUADRO II - PROFESSOR NÃO HABILITADO

Cargo/ Função	Nº Vagas	Vencimento 40h/sem	Carga Horária	Habilitação	Tipo de Prova
Professor de Educação Infantil	CR*	R\$ 1.784,79	20/40 h/sem	Atestado de Frequência que comprove estar matriculado e frequentando curso específico na área de educação.	Objetiva, Títulos e Tempo de Serviço

Professor de Ensino Fundamental series Iniciais	CR*	R\$ 1.784,79	20/40 h/sem	Atestado de Frequência que comprove estar matriculado e frequentando curso específico na área de educação.	Objetiva, Títulos e Tempo de Serviço
Professor de Artes	CR*	R\$ 1.784,79	10,20,30, 40h/sem	Atestado de Frequência que comprove estar matriculado e frequentando curso específico na área de educação.	Objetiva, Títulos e Tempo de Serviço
Professor de Geografia	CR*	R\$ 1.784,79	10,20,30, 40h/sem	Atestado de Frequência que comprove estar matriculado e frequentando curso específico na área de educação.	Objetiva, Títulos e Tempo de Serviço
Professor de História	CR*	R\$ 1.784,79	10,20,30, 40h/sem	Atestado de Frequência que comprove estar matriculado e frequentando curso específico na área de educação.	Objetiva, Títulos e Tempo de Serviço
Professor de Ciências	CR*	R\$ 1.784,79	10,20,30, 40h/sem	Atestado de Frequência que comprove estar matriculado e frequentando curso específico na área de educação.	Objetiva, Títulos e Tempo de Serviço
Professor de Matemática	CR*	R\$ 1.784,79	10,20,30, 40h/sem	Atestado de Frequência que comprove estar matriculado e frequentando curso específico na área de educação.	Objetiva, Títulos e Tempo de Serviço
Professor de Português	CR*	R\$ 1.784,79	10,20,30, 40h/sem	Atestado de Frequência que comprove estar matriculado e frequentando curso específico na área de educação.	Objetiva, Títulos e Tempo de Serviço
Professor de Espanhol	CR*	R\$ 1.784,79	10,20,30, 40h/sem	Atestado de Frequência que comprove estar matriculado e frequentando curso específico na área de educação.	Objetiva, Títulos e Tempo de Serviço
Professor de Inglês	CR*	R\$ 1.784,79	10,20,30, 40h/sem	Atestado de Frequência que comprove estar matriculado e frequentando curso específico na área de educação.	Objetiva, Títulos e Tempo de Serviço
Professor de Educação Física	CR*	R\$ 1.784,79	10,20,30, 40h/sem	Atestado de Frequência que comprove estar matriculado e frequentando curso específico na área de educação.	Objetiva, Títulos e Tempo de Serviço
Professor de Informática	CR*	R\$ 1.784,79	10,20,30, 40h/sem	Atestado de Frequência que comprove estar matriculado e frequentando curso específico na área de educação.	Objetiva, Títulos e Tempo de Serviço
Segundo Professor de Ensino Fundamental e Educação Infantil	*CR	R\$ 1.784,79	20 40h/sem	Atestado de Frequência que comprove estar matriculado e frequentando curso específico na área ou na área de educação.	Objetiva, Títulos e Tempo de Serviço

CR*- Cadastro de Reserva

QUADRO III - CARGOS DIVERSOS					
Cargo/ Função	Nº Vagas	Vencimento 40h/sem	Carga Horária	Habilitação	Tipo de Prova
(*) Monitor de Creche	CR*	R\$ 1.246,51	20/40 h/sem	(*) Magistério Nível Médio ou Cursando Licenciatura na Área da Educação. *(Alterado conforme 1ª Retificação de 25.085.2017)	Objetiva

CR*- Cadastro de Reserva

1.2.4. Os Vencimentos acima mencionados referem-se a 40 horas semanais para professores e monitores de creche. Poderão ser contratados

em regime de 10, 20, 30 e 40 horas semanais, conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Educação, recebendo vencimento proporcional ao valor constante da tabela acima.

2. DAS INSCRIÇÕES

2.1. As inscrições para o PROCESSO SELETIVO poderão ser efetuadas pela INTERNET ou PRESENCIAL - ON LINE, no período das 08 horas do dia 24/08/2017 às 23h59min do dia 24/09/2017.

2.1.1. DAS INSCRIÇÕES PELA INTERNET:

2.1.1.2. Para a inscrição pela internet o candidato deverá acessar o site www.ameosc.org.br no período de inscrição, e seguir os seguintes procedimentos:

- acessar o endereço eletrônico: www.ameosc.org.br e clicar no link Concursos;
- fazer o cadastro do candidato se for primeiro acesso, caso este já seja cadastrado somente realizar o login para inscrição;
- preencher integralmente o Requerimento de Inscrição, conferir atentamente os dados informados e enviá-los via internet, seguindo as instruções;
- imprimir o Boleto Bancário referente à inscrição e efetuar o pagamento até às 23h59min do dia 25/09/2017.
- pagar o boleto, preferencialmente, no banco emissor; a baixa dos boletos acontecerá após o envio dos arquivos ao sistema de gestão pelo executor do certame; este processo poderá acontecer até a data de publicação das inscrições deferidas e indeferidas especificada no anexo I do edital (cronograma).

2.1.1.3. O pagamento da inscrição só poderá ser feito mediante a utilização do boleto de pagamento, com o respectivo código de barras, disponível no endereço eletrônico: www.ameosc.org.br

2.1.1.4. O agendamento do pagamento e o respectivo demonstrativo não se constituem documentos comprobatórios do pagamento da taxa de inscrição.

2.1.2. DAS INSCRIÇÕES PRESENCIAL - ON LINE:

2.1.2.1. Os candidatos que não dispuserem de acesso à internet, poderão realizar à sua inscrição presencial - on line sendo que para tanto deverão se dirigir à Secretaria Municipal de Educação de Guarujá do Sul, durante o período das inscrições, em horário de expediente da Secretaria.

2.1.2.2. Para a efetivação das inscrições presencial - on line o candidato deverá estar munido de todos os documentos e informações necessárias, sendo o único responsável pela exatidão e correção das informações prestadas e demais atos relativos a sua inscrição.

2.1.2.3. Na oportunidade de realização da inscrição presencial - on line o candidato é responsável pela impressão do comprovante, bem como o Boleto Bancário referente a sua inscrição cujo pagamento é de inteira responsabilidade do candidato no período destinado para tanto, qual seja, até as 23h59min do dia 25/09/2017.

2.1.2.4. Munido do boleto bancário, o candidato deverá efetuar o seu pagamento preferencialmente, no banco emissor; a baixa dos boletos acontecerá após o envio dos arquivos ao sistema de gestão pelo executor do certame; este processo poderá acontecer até a data de publicação das inscrições deferidas e indeferidas especificada no anexo I do edital (cronograma).

2.1.2.5. O pagamento da inscrição só poderá ser feito mediante a utilização do boleto de pagamento, com o respectivo código de barras, disponível no endereço eletrônico: www.ameosc.org.br

2.1.2.6. O agendamento do pagamento e o respectivo demonstrativo não se constituem documentos comprobatórios do pagamento da taxa de inscrição.

2.1.2.7. Só serão efetivadas as inscrições presenciais - on line dos candidatos que se dirigirem à Secretaria Municipal de Educação de Guarujá do Sul, durante o período das inscrições em horário de expediente da Secretaria, até o último dia de inscrição.

2.2. O Município de Guarujá do Sul – SC e a Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina - AMEOSC não se responsabilizam por solicitação de inscrição não recebida por falhas de comunicação, congestionamento de linhas telefônicas ou outros fatores de ordem técnica que impossibilitarem a transferência de dados, impressão de documentos ou pagamento da taxa de inscrição no prazo determinado.

2.3. Será cancelada a inscrição e anulados os atos decorrentes, do candidato que prestar declarações falsas, inexatas ou que não atender a todas as condições estabelecidas neste edital, mesmo que o candidato tenha sido aprovado e que o fato seja constatado posteriormente.

2.4. Não será aceita inscrição condicional ou fora do prazo estabelecido.

2.5. Não serão aceitos pedidos de alterações de dados informados quando da inscrição, a não ser a comunicação de novo endereço que deverá ser feita junto ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Guarujá do Sul – SC, quando da classificação e/ou chamamento para assumir o cargo.

2.6. O candidato poderá inscrever-se somente para 01 (um) cargo de que trata o QUADRO III do presente Edital.

2.6.1. Em caso de pluralidade de inscrições, do mesmo candidato, para os cargos previstos no QUADRO III será considerada VÁLIDA apenas a inscrição mais RECENTE.

2.6.2. Fica vedado ao candidato que se inscrever para qualquer dos cargos previstos no QUADRO III realizar outra inscrição para os cargos previstos nos demais quadros.

2.7. O candidato poderá inscrever-se para até 02 (dois) cargos de que tratam os QUADROS I e II do presente edital.

2.7.1. Verificando-se mais de DUAS inscrições do mesmo candidato, para os cargos previstos nos QUADROS I e II, serão consideradas VÁLIDAS apenas as duas inscrições mais RECENTES.

2.7.2. Os candidatos poderão se inscrever para os cargos dos Quadros I e II, para até 02 (duas) inscrições, ou seja, 02 (duas) inscrições em cada Quadro, ou 01 (UMA) inscrição em um Quadro e outra em outro Quadro.

2.7.3. Fica vedado ao candidato que se inscrever para qualquer dos cargos previstos nos QUADROS I e II realizar outra inscrição para os cargos previstos no Quadro III.

2.8. Em caso de inscrição para dois cargos, o candidato deverá efetuar o recolhimento das taxas de inscrições para os dois (02) cargos a que pretende se inscrever;

2.9. Em caso de inscrições erradas e pagamento das mesmas, o candidato não será ressarcido pelo pagamento efetuado incorretamente, sendo que é responsabilidade do candidato efetuar a sua inscrição para o cargo a qual pretende concorrer corretamente;

2.10. Em caso de realização de 02 (duas) provas, o candidato deverá responder as duas simultaneamente, no horário estabelecido por este edital.

2.11. O valor da taxa de inscrição é fixado de acordo com o nível de escolaridade exigido para o respectivo cargo, nos seguintes valores:

VALOR R\$	Cargos
R\$ 50,00	Nível Superior

R\$ 30,00

Nível Médio

2.12. O valor referente ao pagamento da inscrição não será restituído, salvo em caso de cancelamento do Processo Seletivo, qualquer que seja o motivo ensejado.

2.13. O candidato que necessitar de qualquer tipo de atendimento diferenciado para a realização das provas deverá solicitá-lo, por escrito, no ato de inscrição, indicando claramente no formulário eletrônico, quais os recursos especiais necessários (materiais, equipamentos, etc.).

2.13.1. A solicitação de recursos especiais será atendida obedecendo a critérios de viabilidade e de razoabilidade, desde que solicitados no ato da inscrição, no formulário eletrônico de inscrição.

2.13.2. Os candidatos que solicitarem condições especiais serão comunicados através de aviso publicado nos endereços eletrônicos: www.ameosc.org.br e www.guarujadosul.sc.gov.br do deferimento ou não do pedido.

2.13.3. A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas deverá chegar ao local das provas com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos e dirigir-se à Coordenação, com acompanhante, maior de idade, que ficará com a guarda e responsabilidade do lactente. Nos horários necessários a candidata será acompanhada por um fiscal até o local onde se encontra a criança, sendo que o tempo destinado à amamentação não será acrescido ao horário da prova da candidata.

2.14. DA ISENÇÃO DO PAGAMENTO DA TAXA DE INSCRIÇÃO PARA OS DOADORES DE SANGUE:

2.14.1. O candidato que preencher os requisitos da Lei Estadual nº 10.567, de 07 de novembro de 1997 (Doador de Sangue) poderá requerer a isenção do pagamento da taxa de inscrição neste Processo Seletivo.

2.14.1.1. Equipara-se a doador de sangue, a pessoa que integre a Associação de doadores e que contribua, comprovadamente para estimular de forma direta e indireta, à doação.

2.14.2. O requerimento de isenção de pagamento da taxa de inscrição para os doadores de sangue (modelo anexo) deverá ser encaminhado à Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo da Prefeitura Municipal de Guarujá do Sul, e entregue do dia 24/08/2017 a 12/09/2017, no endereço da Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Guarujá do Sul – SC. Encaminhado aos cuidados do departamento de Comissão Organizadora do Processo, em horário de expediente juntamente com os seguintes documentos:

a) cópia do requerimento de inscrição;

b) comprovante expedido por entidade coletora, credenciada pela União, Estado ou pelo Município, de que o candidato é doador de sangue, relacionando o número e a data em que foram realizadas as doações, sendo que deverá ter doado sangue pelos menos 03 (três) vezes nos doze meses anteriores a sua inscrição.

c) no caso o subitem 2.13.1.1, documento específico que comprove que o candidato integre a Associação de doadores de Sangue legalmente constituída e que contribua para estimular de forma direta e indireta a doação, relacionando, minuciosamente as atividades desenvolvidas pelo candidato.

c.1) A entrega dos documentos acima referidos também poderá ser feito por meio postal, através de Sedex a ser encaminhado para a Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo da Prefeitura Municipal de Guarujá do Sul – SC, sita à Rua Paraná, 338, Centro – CEP 89940-000, Guarujá do Sul – SC. Encaminhado aos cuidados do departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Guarujá do Sul – SC, por meio de cópia autenticada em cartório, sendo que os mesmos devem estar na Prefeitura Municipal de Guarujá do Sul – SC até no máximo dia 13/09/2017.

2.12.3. A Comissão de Acompanhamento avaliará o pedido de isenção e publicará sua decisão no mural público da Prefeitura Municipal de Guarujá do Sul – SC e nos sites www.ameosc.org.br e www.guarujadosul.sc.gov.br até o dia 18/09/2017 não sendo encaminhada resposta individual ao candidato, salvo se solicitado.

2.12.4. Os candidatos que tiverem seus pedidos de isenção de pagamento da taxa de inscrição INDEFERIDOS poderão participar do presente Concurso Público desde que efetuem o pagamento da taxa de inscrição até às 23h59min do dia 25/09/2017, como os demais candidatos. O boleto para impressão em caso de indeferimento deverá ser acessado junto ao site www.ameosc.org.br

3. DAS VAGAS RESERVADAS A PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

3.1. Considerando-se que o presente Processo Seletivo destina-se a cadastro de reserva, não havendo número definido de vagas a serem preenchidas, e que por lei são reservados 5% (cinco por cento) das vagas para pessoas com necessidades especiais, desprezadas as frações, das vagas oferecidas no certame, até a extinção da validade do mesmo, de acordo com a Constituição Federal.

3.2. O candidato considerado pessoa com deficiência que desejar concorrer nesta condição, deverá no ato da inscrição informar no campo específico ser portador de necessidades especiais.

3.2.1. Durante o prazo de inscrição, candidato inscrito na condição de portador de necessidades especiais, deverá encaminhar à Secretaria Municipal de Educação do Município de Guarujá do Sul, sito à Rua Jorge Lacerda 506, Centro de Guarujá do Sul em horário de expediente da Prefeitura, juntamente com os documentos originais para conferência, (ficarão retidas na Secretaria Municipal de Educação somente as cópias dos documentos, os originais serão devolvidos ao candidato após a conferência) laudo médico firmado por especialista na área, atestando a espécie e o grau de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a provável causa da deficiência, sendo que posteriormente, se aprovado no presente Processo Seletivo, deverá submeter-se à perícia médica promovida por equipe multiprofissional designada pelo Município de Guarujá do Sul/SC, que terá decisão terminativa sobre a sua qualificação como portador de necessidades especiais ou não e, sobre o grau de deficiência, que determinará estar ou não, o candidato, capacitado para o exercício do cargo.

3.2.2. A entrega dos documentos acima referidos também poderá ser feito por meio postal, através de Sedex a ser encaminhado para a Secretaria Municipal de Educação do Município de Guarujá do Sul, sito à Rua Jorge Lacerda, 506, Centro do Município de Guarujá de Sul, através de cópia autenticada em cartório, tendo como data máxima de postagem o último dia de inscrição.

3.3. A não observância do disposto nos subitens anteriores acarretará a perda do direito ao pleito da vaga reservada aos candidatos em tais condições.

3.4. As pessoas com deficiência participarão do Processo Seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos.

3.5. O candidato que no dia da prova necessitar de atendimento diferenciado em função de sua deficiência, deverá solicitar por escrito na data da inscrição.

4. DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

4.1. As inscrições que preencherem todas as condições deste Edital serão homologadas e deferidas pela autoridade competente após o encerramento das mesmas.

4.2. O ato de homologação das inscrições deferidas e a relação das inscrições indeferidas serão publicados em documento afixado no Mural

Público Prefeitura Municipal de Guarujá do Sul - SC, e nos endereços eletrônicos: www.ameosc.org.br e www.guarujadosul.sc.gov.br

5. DAS PROVAS

5.1. Da prova objetiva

5.1.1. A prova objetiva será obrigatória a todos os candidatos independente do cargo que irão concorrer ou de qualquer outra condição.

5.1.2. A PROVA OBJETIVA será aplicada no dia 11/11/2017, nas dependências do Núcleo Municipal Arco Iris, sito a Rua Governador Jorge Lacerda, nº 436, Centro, Município de Guarujá do Sul - SC. Em caso de alteração de local da prova este será publicado e divulgado no Mural Público Prefeitura Municipal de Guarujá do Sul - SC, e nos endereços eletrônicos: www.ameosc.org.br e www.guarujadosul.sc.gov.br

5.1.2.1. A abertura dos portões para o ingresso dos candidatos será a partir das 08h30min.

5.1.2.2. O fechamento dos portões será às 09h10min sendo que a partir deste horário não será mais permitido a entrada de candidatos, sob qualquer alegação.

5.1.2.3. Após o fechamento dos portões o candidato deverá dirigir-se imediatamente a sala de realização das provas, não sendo permitida a permanência do mesmo nos corredores, sendo que a Instituição executora do certame e o Município de Guarujá do Sul - SC não se responsabilizarão por atrasos na entrada para as salas de aplicação de provas, a qual deverá ocorrer 10 minutos antes do início das provas para instruções necessárias que serão repassados pelos fiscais.

5.1.2.4. Não será permitido o ingresso na sala de aplicação de provas após as 09h20min.

5.1.2.5. A prova objetiva terá início às 09h30min e término às 12horas.

5.1.3. A relação de ensalamento será publicada após a homologação das inscrições nos sites: www.ameosc.org.br e www.guarujadosul.sc.gov.br

5.1.4. A prova objetiva será realizada em uma única etapa, terá a duração de 02h30min, incluído o tempo para preenchimento do cartão-resposta e será composta de questões objetivas com quatro alternativas de resposta para cada uma delas, das quais somente (01) UMA será a correta e deverá ser assinalada conforme instruções que constarão no cartão-resposta e na 1ª página do caderno de provas.

5.1.4.1. As questões da prova objetiva versarão sobre questões de Conhecimentos Específicos, Língua Portuguesa e Conhecimentos Gerais.

5.1.4.2. A prova será composta de 20 (vinte) questões.

5.1.4.3. Os conteúdos programáticos sobre os quais versarão as questões da prova objetiva estão publicados no Anexo II do presente edital.

5.2. DA PROVA OBJETIVA (Modalidade A) – Serão aplicadas provas de Conhecimentos Específicos, Língua Portuguesa e Conhecimentos Gerais conforme tabela abaixo para TODOS os cargos especificados no QUADRO III do edital:

Provas	Nº de Questões	Peso	Total de Pontos por Disciplina	Nota Mínima do Conjunto Provas 1, 2 e 3.
1 <input type="checkbox"/> Conhecimentos Específicos	12	0,60	7,20	4,00
2 <input type="checkbox"/> Língua Portuguesa	05	0,35	1,75	
3 <input type="checkbox"/> Conhecimentos Gerais	03	0,35	1,05	
TOTAL	20	-	10	-

5.2.1. Serão considerados classificados os candidatos que obtiverem a nota mínima de 4,00 (quatro pontos), no conjunto das provas 1, 2 e 3 (na soma das notas de Conhecimentos Específicos, Língua Portuguesa e Conhecimentos Gerais), conforme tabela acima.

5.3. DA PROVA OBJETIVA (Modalidade B) – Serão aplicadas provas de Conhecimentos Específicos, Língua Portuguesa e Conhecimentos Gerais conforme tabela abaixo para TODOS os cargos especificados nos QUADROS I e II do edital:

Provas	Nº de Questões	Peso	Total de Pontos por Disciplina	Nota Mínima do Conjunto das Provas 1, 2 e 3.
1 <input type="checkbox"/> Conhecimentos Específicos	12	0,50	6,00	4,00
2 <input type="checkbox"/> Língua Portuguesa	05	0,28	1,40	
3 <input type="checkbox"/> Conhecimentos Gerais	03	0,20	0,60	
TOTAL	20	-	8,00	-

5.3.1. Serão considerados classificados os candidatos que obtiverem a nota mínima de 4,00 (quatro pontos), no conjunto das provas 1, 2 e 3 (na soma das notas de Conhecimentos Específicos, Língua Portuguesa e Conhecimentos Gerais), conforme quadro acima.

5.4. DA PROVA DE TÍTULOS: Para TODOS os cargos especificados nos QUADROS I e II do edital:

Valendo 1,00 (um) ponto, sendo considerado título:

Títulos	Nº máx. de Títulos/ Horas	Valor do Título	Total
Comprovante de conclusão de Graduação ou declaração do período que está cursando (específico ao cargo escolhido).	08 períodos	0,05 pontos por período cursado	0.40

Comprovante de conclusão de curso de Pós-Graduação em nível de Especialização nas áreas pertinentes ao cargo escolhido.	01	0,30 pontos	0,30
Cursos de aperfeiçoamento na área de educação com carga horária igual ou superior a 10 horas, devidamente registrado no órgão competente. Modalidade de Formação Continuada. (Cursos 01/08/2016 a 31/07/2017 - 05 títulos)	05	0,06 pontos	0,30
TOTAL DE TÍTULOS	-	-	1,00

5.4.1. A prova de títulos será somada à média obtida pelos candidatos aprovados nas Prova Objetiva, somente para efeitos de classificação sendo:

5.4.2. Os pontos destinados à especialização Pós-Graduação, somente serão válidos com apresentação de diploma ou certificado de Conclusão da Instituição de Ensino.

5.4.3. As cópias dos documentos para a PROVA DE TÍTULOS juntamente com o formulário de TÍTULOS preenchido e assinado, deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Guarujá do Sul, durante o período de inscrições, em horário de expediente, juntamente com os documentos originais para conferência, (ficarão retidas somente as cópias dos documentos, os originais serão devolvidos ao candidato após a conferência).

5.4.4. A entrega dos documentos acima referidos juntamente com o formulário de TÍTULOS preenchido e assinado também poderá ser feito por meio postal, através de Sedex a ser encaminhado à Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Guarujá do Sul, sito na rua Jorge Lacerda, 506, através de cópia autenticada em cartório, tendo como data máxima de postagem o último dia de inscrição.

5.4.5. Cursos de atualização/aperfeiçoamento, válidos para todos os cargos, somente serão considerados se realizados no período de 01 de agosto de 2016 a 31 de julho de 2017.

5.4.6. Os cursos de Pós-graduação incompleto não têm validade como curso de aperfeiçoamento, para este processo seletivo.

5.4.7. Os títulos serão relacionados em formulário próprio com assinatura do candidato e do responsável pela inscrição conforme anexo deste edital.

5.4.8. O candidato é responsável por conferir sua pontuação antes de assinar o formulário.

5.5. DA PROVA DE TEMPO DE SERVIÇO: Para TODOS os cargos especificados nos QUADROS I e II do edital. Valendo 1,00 (um) pontos, sendo considerado tempo de serviço:

Títulos	Nº máx. de Títulos/ meses	Valor do Título	Pontuação dos títulos
Cômputo do tempo de serviço no magistério, será considerado o tempo de experiência na área pública, privada ou filantrópica.	100 meses	0,01	1,00
TOTAL	-		1,00

5.5.1. A comprovação de Tempo de Serviço em anos, meses e dias será avaliada mediante apresentação de Certidão específica, preenchida pelo órgão correspondente, com data limite 31/07/2017. A mesma deverá conter a totalização do tempo em anos, meses e dias.

5.5.2. Entende-se por Tempo de Serviço o tempo que o candidato atuou junto ao magistério.

5.5.3. É vedada a soma de tempo de serviço concomitante para fins de pontuação.

5.5.4. A certidão não poderá conter rasuras.

5.5.5. Para efeitos de cômputo de tempo de serviço, em relação à dias, será considerado o somatório dos dias, ou seja, 15 dias ou mais, será computado 01 (um) mês de efetivo exercício.

5.5.6. O cômputo para tempo de serviço será de 0,01 (zero vírgula zero um) pontos por mês de efetivo exercício na função.

5.5.7. As cópias dos documentos para a Prova de TEMPO DE SERVIÇO juntamente com o formulário de TEMPO DE SERVIÇO preenchido e assinado, deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Guarujá do Sul, sito na rua Jorge Lacerda, 506, durante o período de inscrições, em horário de expediente, juntamente com os documentos originais para conferência, (ficarão retidas somente as cópias dos documentos, os originais serão devolvidos ao candidato após a conferência).

5.5.8. A entrega dos documentos acima referidos juntamente com o formulário de TEMPO DE SERVIÇO preenchido e assinado também poderá ser feito por meio postal, através de Sedex a ser encaminhado à Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Guarujá do Sul, sito na rua Jorge Lacerda, 506, através de cópia autenticada em cartório, tendo como data máxima de postagem o último dia de inscrição.

5.5.9. Os comprovantes serão relacionados em formulário próprio com assinatura do candidato e do responsável pela inscrição conforme anexo deste edital.

5.5.10. O candidato é responsável por conferir sua pontuação antes de assinar o formulário.

5.6. NORMAS PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA OBJETIVA:

5.6.1. Os candidatos deverão comparecer no local designado para a realização das provas objetivas no horário e data estabelecidos neste Edital, munidos de DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO ORIGINAL (COM FOTOGRAFIA), o não cumprimento deste item impedirá o acesso do candidato ao local de prova.

5.6.2. Será vedado o acesso ao portão de entrada do local de prova ao candidato que se apresentar após o horário determinado no item 5.1.2.2, mesmo que o início da prova tenha sido postergado por motivo de força maior.

5.6.3. Serão considerados documentos de identificação: carteira de identidade, carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; pelos órgãos fiscalizadores de exercício

profissional (ordens, conselhos, etc.); passaporte; certificado de reservista; carteiras funcionais do Ministério Público; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação.

5.6.3.1. Caso o candidato não apresente, no dia de realização das provas, documento de identificação original, por motivo de perda, furto ou roubo, deverá ser apresentado o documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, com data não superior a 30 dias da data da realização da prova do Processo Seletivo.

5.6.3.2. Só serão aceitos documentos no prazo de validade e em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato e sua assinatura.

5.6.4. Para a realização da prova objetiva o candidato receberá um caderno de questões, um cartão resposta.

5.6.4.1. O candidato deverá apor no Cartão Resposta, em local próprio, seu nome legível, nº do documento de identidade e assinatura, bem como as suas respostas por questão, preenchendo por completo o campo que se refere à questão correta, conforme a forma correta, exemplificada no próprio cartão resposta e na primeira folha do caderno de provas, para propiciar a correção com leitura ótica, o qual será lacrado em envelope no final da prova.

5.6.4.3. No Cartão Resposta do candidato constará as assinaturas dos fiscais e dos últimos três (03) candidatos de cada sala.

5.6.5. Antes de iniciar a resolução da prova o candidato deve conferir se o caderno de questões corresponde ao cargo em que se inscreveu e se está impresso sem falhas ou defeitos que possam comprometer a resolução da prova, bem como enumerada e o candidato deve ler as instruções relacionadas à marcação das respostas.

5.6.6. O candidato deverá assinalar no cartão resposta o tipo de prova correspondente que lhe foi entregue. As provas de cada cargo serão identificadas pelos números 1, 2, 3 e 4 e é de responsabilidade do candidato a marcação correta, sendo que a não marcação correta invalidará o cartão resposta.

5.6.6.1. Forma correta de preencher o Tipo de Prova e o Cartão de Resposta:

5.6.7. As respostas das questões da prova objetiva deverão ser transcritas para o cartão de respostas, conforme as instruções constantes na capa do caderno de provas, devendo o candidato utilizar apenas caneta esferográfica nas cores azul ou preta.

5.6.8. O cartão-resposta não será substituído por erro do candidato.

5.6.9. O preenchimento do Cartão-Resposta será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas neste Edital, não sendo permitido que as marcações sejam feitas por outras pessoas, salvo em caso de que o candidato tenha solicitado condição especial para esse fim, que no caso, o candidato será acompanhado por fiscal designado pela Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo.

5.6.10. Serão de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos advindos de marcações feitas incorretamente no Cartão-Resposta.

5.6.11. Serão consideradas marcações incorretas e atribuída nota 0,00 (zero) à questão da prova objetiva que estiver em desacordo com este Edital e com o cartão-resposta, tais como: cuja resposta não coincida com o gabarito oficial; contenha dupla marcação, marcação rasurada ou emendada, campo de marcação não preenchido integralmente, ou não estiver assinalada no cartão resposta.

5.6.12 A prova será corrigida unicamente pela marcação feita no cartão-resposta e não terão validade quaisquer anotações feitas no caderno de prova.

5.6.13. Ao terminar a prova, o candidato, obrigatoriamente, entregará ao fiscal de sala o cartão-resposta.

5.6.14. Só será permitido ao candidato entregar sua prova objetiva após transcorrido, no mínimo, 30 (trinta) minutos do seu início.

5.6.15. O candidato somente poderá ausentar-se temporariamente da sala de provas, durante sua realização, acompanhado de um fiscal.

5.6.16. Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em virtude de afastamento de candidato da sala de prova.

5.6.17. Os últimos 03 (três) candidatos juntamente com os fiscais de sala e pelo menos um membro da Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo deverão apor no local indicado dos cartões respostas suas assinaturas.

5.6.17.1. Os últimos 03 (três) candidatos juntamente com os fiscais de sala e pelo menos um membro da Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo deverão anotar no verso do cartão de respostas eventuais questões deixadas em branco, apondo suas assinaturas no local indicado.

5.6.17.2. Os últimos 03 (três) candidatos juntamente com os fiscais de sala e pelo menos um membro da Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo deverão invalidar o cartão resposta entregue em branco, apondo suas assinaturas no local indicado.

5.6.17.3. Posteriormente procederão ao preenchimento da Ata na qual constarão as ocorrências relativas à prova, tais como: candidatos faltantes, cartões respostas com questões deixadas em branco, cartões respostas deixados em branco e demais anotações que considerarem necessárias.

5.6.17.4. Após a realização das etapas anteriores, os fiscais de sala juntamente com os 03 (três) últimos candidatos e com pelo menos um membro da Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo, lacrarão os envelopes, nos quais estarão acondicionados os cartões resposta, bem como a assinatura destes envelopes, os quais serão deslacrados somente em sessão pública conforme data e horário descritos no cronograma.

5.6.18. No dia de realização das provas não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação das provas, informações referentes ao conteúdo das provas.

5.6.19. O caderno de provas e os gabaritos preliminares serão publicados a partir das 17 horas do primeiro dia útil posterior ao dia da realização das provas nos sites: www.ameosc.org.br e www.guarujadosul.sc.gov.br

5.6.20. O Município de Guarujá do Sul e a Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina - Ameosc, não assumem qualquer responsabilidade quanto ao transporte, alimentação e/ou alojamento dos candidatos, quando da realização das provas.

5.7. MATERIAIS PERMITIDOS NO LOCAL DE PROVA:

5.7.1. O candidato pode ter no local de prova, unicamente:

- a) Documento de identificação;
- b) Comprovante de Inscrição;
- c) Caneta esferográfica com tinta de cor azul ou preta, de material transparente;
- d) Lápis preto e borracha;
- e) Água acondicionada em vasilhame fabricado em material transparente sem qualquer etiqueta ou rótulo.

5.7.2. Recomenda-se ao candidato que não traga para o local de prova qualquer material não permitido. Se os trouxer, deve entregar todos os materiais, equipamentos e utensílios não autorizados aos fiscais da sala no momento de acesso a sala de provas.

5.7.3. O Município de Guarujá do Sul e a Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina - Ameosc não assumem qualquer responsabilidade pelo extravio de qualquer material trazido ao local de prova.

5.8. É VEDADO DURANTE A REALIZAÇÃO DAS PROVAS:

- a) Ingerir qualquer tipo de alimentos, exceto água;
- b) Fumar;
- c) Comunicação entre os candidatos;
- d) Consulta a materiais (livros, revistas, apostilas, etc.);
- e) Portar ou usar qualquer equipamento eletrônico, como telefone celular, tablet, notebook, bip, calculadora, máquina fotográfica, etc.

5.9. PODERÁ SER EXCLUÍDO DO CERTAME O CANDIDATO QUE:

- a) apresentar-se após o horário estabelecido, não se admitindo qualquer tolerância;
- b) apresentar-se em local diferente da convocação oficial;
- c) não comparecer às provas, seja qual for o motivo alegado;
- d) não apresentar documento que bem o identifique;
- e) ausentar-se da sala de provas sem o acompanhamento do fiscal;
- f) ausentar-se do local de provas antes de decorridos 30 (trinta) minutos do início das provas;
- g) ausentar-se da sala de provas levando Cartão Resposta ou outros materiais não permitidos;
- h) estiver portando armas, mesmo que possua o respectivo porte;
- i) lançar mão de meios ilícitos para a execução das provas;
- j) for surpreendido em comunicação com outras pessoas ou utilizando-se de livro, anotação, impresso, não permitido ou máquina calculadora ou similar;
- k) estiver fazendo uso de qualquer tipo de aparelho eletrônico ou de comunicação (bip, telefone celular, relógios digitais, walkman, agenda eletrônica, notebook, palmtop, receptor, gravador, smartphone ou outros equipamentos similares), bem como protetores auriculares;
- l) perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido.

5.9.1. Os aparelhos eletrônicos e pertences dos candidatos deverão ser acondicionados em sacos plásticos que serão lacrados pelos fiscais no momento do ingresso à sala de provas, e assim permanecer até a saída do candidato do local de prova.

6. DA SESSÃO PÚBLICA

6.1. A correção do cartão resposta do candidato será realizada através do processo de leitura digital, em SESSÃO PÚBLICA a ser realizada na Sede da AMEOSC – Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina, sito à Rua Padre Aurélio Canzi, nº 1628, Centro de São Miguel do Oeste - SC, às 09 horas do dia 12/12/2017, com a projeção das notas em telão para que todos os presentes na sessão possam acompanhar a correção, bem como a identificação do candidato.

6.2. As notas apresentadas na sessão pública serão preliminares, sem os critérios de desempates constantes no item 7 do presente edital.

6.3. A publicação do resultado preliminar ocorre conforme data estabelecida no cronograma do edital. Nesta constará os critérios de desempate constantes no item 7 do presente edital e da Prova de Títulos (Professores).

6.4. A sessão será filmada e acompanhada pelos membros da comissão organizadora do certame do município de Guarujá do Sul e da comissão organizadora da Ameosc e por todos os candidatos e interessados que terão acesso no local devendo assinar lista de presença.

7. DO EMPATE NA NOTA FINAL

7.1. Ocorrendo empate no resultado final das provas, o desempate beneficiará, sucessivamente, o candidato que tiver:

7.1.2. Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, o mais velho até o último dia de inscrição neste Processo Seletivo na forma do disposto no parágrafo único do art.27 da Lei Federal nº 10. 741, de 01 de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso);

7.1.3. Maior número de acertos na prova de Conhecimentos Específicos;

7.1.4. Maior número de acertos na prova de Língua Portuguesa;

7.1.5. Maior número de acertos na prova de Conhecimentos Gerais;

7.1.6. Maior Idade;

7.1.7. Sorteio Público.

8. DOS GABARITOS: PROVISÓRIOS E DEFINITIVOS

8.1. O gabarito preliminar será divulgado a partir das 17 horas do primeiro dia útil após a realização das provas nos sites: www.ameosc.org.br e www.guarujadosul.sc.gov.br

8.2. Da publicação do gabarito definitivo não caberá qualquer outro tipo de revisão ou recurso administrativo.

9. DOS RECURSOS

9.1. É admitido recurso quanto a divergências:

a) a não homologação ou indeferimento da inscrição;

b) na relação dos títulos apresentados referente a Prova de Títulos e Tempo de Serviço;

c) na formulação das questões da Prova Objetiva e no Gabarito Preliminar divulgado: (No período de 14 a 16/11/2017 - Prazo destinado a interposição de recursos em face das Questões da Prova Objetiva, e do Gabarito Preliminar).

d) da correção dos Cartões Resposta. (No período de 13 e 14/12/2017 - Prazo de interposição de recurso, SOMENTE em face da Correção dos Cartões Respostas).

9.2. Os recursos deverão ser interpostos conforme cronograma do edital Anexo I.

9.3. Somente será apreciado o recurso expresso em termos convenientes e que apontar a(s) circunstância(s) que o justifique.

9.4. Os RECURSOS deverão ser interpostos VIA ONLINE – pelo sistema.

9.4.1. Para a interposição de RECURSO VIA ONLINE o candidato deverá seguir os seguintes procedimentos:

a) Acessar o endereço eletrônico: www.ameosc.org.br e clicar no link Concursos.

b) Acessar a “Área do Candidato”.

c) Clicar em “recursos”.

d) Preencher online o formulário de recursos e enviá-lo via internet, seguindo as instruções nele contidas.

e) Os recursos interpostos a diferentes questões devem ser formulados em diferentes formulários, sendo, um formulário para cada questão. Caso o candidato apresentar recurso de mais de uma questão num mesmo formulário o mesmo NÃO será apreciado.

f) NÃO serão apreciados recursos referentes às questões da Prova Objetiva fora do prazo estipulado por esse edital, qual seja, 14 a 16/11/2017.

9.4.1.1. O recurso/requerimento interposto fora do respectivo prazo ou em branco não serão conhecidos e os inconsistentes não serão providos.

9.4.1.2. Se na análise dos recursos resultar anulação de questões, os pontos a ela correspondentes serão atribuídos a todos os candidatos

do referido cargo, independentemente de terem recorrido.

9.5. Os recursos que dizem respeito às provas e aos resultados dela decorrentes serão analisados e dado o parecer pelos profissionais responsáveis pela elaboração da questão do Processo Seletivo.

9.5.1. Não serão aceitos pedidos ou recursos encaminhados de forma diferente dos procedimentos especificados no edital.

9.5.2. O resultado do julgamento dos recursos será publicado conforme o cronograma deste edital, nos sites: www.ameosc.org.br e www.guarujadosul.sc.gov.br

9.5.3. Se houver alteração do gabarito preliminar, por força de impugnações ou recursos considerados procedentes, os gabaritos dos candidatos do referido cargo serão corrigidos de acordo com as alterações efetuadas pela Comissão Organizadora da AMEOSC.

9.5.4. Não serão aceitas sobreposições de recursos apresentados pelo mesmo candidato com finalidade de acrescentar ou modificar a redação, argumentação ou comprovação ao requerimento anterior, independentemente de vigência de prazo.

9.5.5. A decisão exarada nos recursos pela Comissão Organizadora da AMEOSC é irrecorrível na esfera administrativa.

9.5.6. Se do julgamento dos recursos resultar na alteração do resultado final e respectiva classificação, novo edital de resultado final será publicado.

10. DA ESCOLHA DAS VAGAS

10.1 A escolha de vagas será realizada conforme necessidade e divulgação pelo município nos seguintes órgãos oficiais:

a) No mural da Secretaria Municipal de Educação;

b) No mural de divulgação dos Atos Oficial da Prefeitura, localizado no rol de entrada da Prefeitura Municipal de Guarujá do Sul – SC; obedecendo à ordem de classificação por área de inscrição para a chamada de escolha, envolvendo todas as unidades escolares municipais.

10.2. A carga horária dos candidatos classificados será determinada conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esporte.

10.3. O candidato no momento da escolha da vaga está optando em assumir o compromisso de corresponder com todas as atividades pedagógicas desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esporte, independente da carga horária escolhida, sob a pena da aplicação das leis cabíveis.

10.4. A escolha de vagas dos candidatos não habilitados somente deverá ocorrer após a chamada dos candidatos classificados como habilitados.

10.5. Os candidatos aprovados serão classificados com base na tabela de Professores habilitados, discriminada por função, aquela escolhida no ato da realização da referida inscrição. Em outra classificação Professores Não habilitados (professores cursando nível superior em pedagogia ou conforme exigência do edital), também separada por função, com base no que foi escolhido no ato da realização da referida inscrição.

10.6. O candidato que já escolheu vaga, com disponibilidade para aumentar a sua carga horária, poderá ampliá-la, a critério da Administração Municipal, na sua unidade escolar ou em qualquer outra unidade escolar de abrangência na Secretaria Municipal de Educação de Guarujá do Sul, para qual prestou prova no Processo Seletivo, sem necessidade de publicação da vaga, obedecendo à ordem de classificação.

10.7. O candidato que no momento da escolha não aceitar a vaga disponível, permanecerá na lista conforme sua classificação, sendo este oportunizado a cada nova escolha. Caso chegar a escolher, confirmando a opção e acabar desistindo da vaga, deverá o mesmo apresentar desistência da vaga imediatamente junto à Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esporte, sendo desclassificado.

10.8. No surgimento de vagas durante a validade do teste seletivo, a Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esporte realizará as escolha de vagas conforme a necessidade, seguindo a lista de classificação.

10.9. O candidato que no momento da escolha não estiver presente na Secretaria de Educação Cultura e Esporte, para escolher e assumir a vaga disponível tornar-se-á último classificado da lista pela qual se inscreveu.

10.10. Esgotada a lista de classificação dos Professores Habilitados e Não Habilitados para o cargo a qual o candidato se inscreveu, poderá a Secretaria Municipal de Educação, optar pela chamada de candidatos que se inscreveram para áreas afins ou que exija a mesma formação.

10.11. Será admitida a escolha da vaga por terceiros mediante procuração particular do interessado, assumindo este todas as responsabilidades.

11. DO PROVIMENTO DO CARGO/FUNÇÃO

11.1. O provimento do cargo/função obedecerá rigorosamente à ordem de classificação dos candidatos aprovados.

11.2. Ficam advertidos os candidatos aprovados de que a nomeação e provimento no cargo/função só lhes serão deferidas no caso de exibirem:

a) cópia legível do Diploma ou Escolaridade exigida para a função;

b) atestado de boa saúde física e mental, podendo, ainda, ser solicitados exames complementares, às expensas do candidato, a serem determinadas pelo serviço Médico do Município;

c) alvará de folha corrida judicial, para efeitos criminais, fornecidos pelo Fórum de residência do candidato;

d) declaração negativa de não acumulação de empregos/funções no serviço público, vedados em lei;

e) documento de Inscrição no órgão de Classe para os cargos de nível superior;

f) demais documentos solicitados pelo Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, ou previsto em Legislação Municipal.

11.3. O candidato aprovado no certame obriga-se a manter atualizado seu endereço junto ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Guarujá do Sul – SC.

11.4. O presente Processo Seletivo será válido para o ano letivo de 2018, podendo ser prorrogado para mais um ano.

11.5. Caso o candidato não possa assumir o cargo/função quando convocado ficará automaticamente desclassificado.

12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. A aprovação no Processo Seletivo não assegura ao candidato sua nomeação, mas apenas a expectativa de ser admitido segundo as vagas existentes ou necessidade futura, na ordem de classificação, ficando a nomeação condicionada às disposições pertinentes e à necessidade e conveniência da Prefeitura Municipal de Guarujá do Sul - SC.

12.2. As publicações sobre o Processo Seletivo serão afixadas no Mural Público da Prefeitura de Guarujá do Sul – SC e nos endereços eletrônicos: www.ameosc.org.br e www.guarujadosul.sc.gov.br

12.3. São impedidos de atuar como membros de quaisquer das comissões deste certame ou de ser responsáveis pela elaboração das provas, cônjuges, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, de candidato cuja inscrição haja sido

- deferida.
- 12.4. Os casos não previstos no presente Edital, no que tange ao Processo Seletivo em questão, serão resolvidos, conjuntamente, pela AME-OSC - Associação dos Municípios do Extremo Oeste, SC, e pela Prefeitura Municipal de Guarujá do Sul - SC, conforme a legislação vigente.
- 12.5. O Prefeito do Município de Guarujá do Sul - SC poderá, antes da homologação, suspender, anular ou cancelar o Processo Seletivo mediante casos especiais e fortuitos, não assistindo aos candidatos nenhum direito a reclamações.
- 12.6. O Foro para dirimir qualquer questão relacionada com o presente Processo Seletivo é o da Comarca de São Jose do Cedro - SC.
- 12.7. Integram o presente Edital para todos os fins e efeitos os seguintes anexos:

ANEXO I – Cronograma;
 ANEXO II – Conteúdo Programático;
 ANEXO III – Atribuições dos Cargos;
 ANEXO IV – Formulário de Prova de Título Professores;
 ANEXO V – Formulário de Tempo de Serviços Professores;
 ANEXO VI – Requerimento Isenção Taxa de Inscrição Doadores de Sangue;
 ANEXO VII – Requerimento Portadores de Necessidades Especiais;
 ANEXO VIII – Decreto, que nomeia a Comissão Organizadora Municipal;
 ANEXO IX – Resolução que institui Comissão Organizadora de Concursos da AMEOSC.

Guarujá do Sul – SC, 23 de agosto de 2017.

CLAUDIO JUNIOR WESCHENFELDER

Prefeito

Vistado na Forma de Lei

Lenir Aparecida Ferreira

OAB/SC 14.221

Assessora Jurídica Prefeitura de Guarujá do Sul

ANEXO I
 EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N° 002/2017
 CRONOGRAMA

CRONOGRAMA	DATA	OBSERVAÇÕES
Publicação do Edital	23/08/2017	Em caso de impugnação do edital deverá ser feita por escrito, endereçada ao Prefeito do Município de Guarujá do Sul - SC, protocolada em horário de expediente da Prefeitura Municipal de Guarujá do Sul – SC, até o dia 12/09/2017
Inscrições	24/08/2017 a 24/09/2017	Pela internet no site: www.ameosc.org.br
Apresentação dos documentos para candidatos Portadores de Necessidades Especiais.	24/08/2017 a 24/09/2017	Durante o prazo de inscrição, encaminhar à Secretaria Municipal de Educação do Município de Guarujá do Sul, em horário de expediente da Prefeitura.
Apresentação dos documentos para a Prova de Títulos e Tempo de Serviço	24/08/2017 a 24/09/2017	Junto à Secretaria Municipal de Educação do Município de Guarujá do Sul, em horário de expediente.
Recebimento de Inscrições para Candidatos que requererem a isenção de taxa de inscrição (Doador de Sangue)	24/08/2017 a 12/09/2017	Pela internet no site: www.ameosc.org.br
Publicação da relação de isenção da taxa de inscrição (Doador de Sangue)	18/09/2017	Pela internet nos sites: www.ameosc.org.br e www.guarujadosul.sc.gov.br . A partir das 17 horas
Período de pagamento da taxa de inscrição para os candidatos que tiveram pedido de isenção de taxa INDEFERIDA. (Doador de Sangue)	19/09/2017 a 25/09/2017	O boleto para impressão em caso de indeferimento deverá ser acessado junto ao site www.ameosc.org.br
Último prazo para pagamento da taxa de inscrição para todos os candidatos.	25/09/2017	O boleto para impresso e pagamento deverá ser acessado junto ao site: www.ameosc.org.br e www.guarujadosul.sc.gov.br
Publicação das inscrições Deferidas e Indeferidas	02/10/2017	Pela internet nos sites: www.ameosc.org.br e www.guarujadosul.sc.gov.br . A partir das 17 horas
Prazo de recursos das inscrições Indeferidas	03 e 04/10/2017	Pela internet no site: www.ameosc.org.br

Parecer dos recursos das inscrições indeferidas e Publicação da Homologação das inscrições	11/10/2017	Pela internet no site: www.ameosc.org.br A partir das 17 horas
Publicação das Notas da Prova de Títulos e Tempo de Serviço	16/10/2017	Pela internet no site: www.ameosc.org.br e www.guarujadosul.sc.gov.br . A partir das 17 horas
Prazo de recursos referente as notas da Prova de Títulos e Tempo de Serviço	17 e 18/10/2017	Pela internet no site: www.ameosc.org.br
Publicação do parecer dos recursos referente a notas da Prova de Títulos e Tempo de Serviço	26/10/2017	Pela internet no site: www.ameosc.org.br e www.guarujadosul.sc.gov.br A partir das 17 horas
Publicação do Ensalamento	30/10/2017	Pela internet nos sites: www.ameosc.org.br e www.guarujadosul.sc.gov.br A partir das 17 horas
Prova Objetiva	11/11/2017	A prova objetiva será realizada no Núcleo Municipal Arco Iris, sito na Rua Otávio Diehl nº 740, no Município de Guarujá do Sul/SC.
Divulgação do Gabarito Preliminar da prova objetiva	13/11/2017	A partir das 17 horas nos sites: www.ameosc.org.br e www.guarujadosul.sc.gov.br
Prazo destinado a interposição de recursos em face das Questões da Prova Objetiva e do Gabarito Preliminar.	14 a 16/11/2017	Pela internet no site: www.ameosc.org.br
Publicação do julgamento dos recursos interpostos em face das Questões da Prova Objetiva e do Gabarito Preliminar.	06/12/2017	A partir das 17h nos sites: www.ameosc.org.br e www.guarujadosul.sc.gov.br
Divulgação do Gabarito Final após análise dos recursos interpostos contra as Questões da Prova Objetiva e do Gabarito Preliminar.	07/12/2017	A partir das 17h nos sites: www.ameosc.org.br e www.guarujadosul.sc.gov.br
Sessão Pública para correção dos Cartões Resposta e identificação dos candidatos por cargo.	12/12/2017	Às 09h, na Sede da AMEOSC – Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina, sito à Rua Padre Aurélio Canzi, nº 1628, Centro de São Miguel do Oeste – SC.
Publicação da Classificação após Parecer dos Recursos e Correção dos Cartões Resposta.	12/12/2017	A partir das 17h nos sites: www.ameosc.org.br e www.guarujadosul.sc.gov.br
Prazo de interposição de recurso, SOMENTE em face da correção dos Cartões Respostas.	13 e 14/12/2017	Pela internet no site: www.ameosc.org.br
Parecer dos recursos interpostos contra em face da correção dos Cartões Resposta.	20/12/2017	A partir das 17h nos sites: www.ameosc.org.br e www.guarujadosul.sc.gov.br
Publicação do Resultado Final	21/12/2017	O Resultado Final por cargo será publicada nos sites: www.ameosc.org.br www.guarujadosul.sc.gov.br e também no Mural Público da Prefeitura Municipal de Guarujá do Sul – SC. A partir das 17h.

ANEXO II**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 002/2017****CONTEÚDO PROGRAMÁTICO****PROFESSOR HABILITADO e NÃO HABILITADO****I – LÍNGUA PORTUGUESA:**

Compreensão e interpretação de frases, palavras ou textos; encontros vocálicos e consonantais; ortografia; acentuação gráfica; sinais de pontuação; emprego das classes de palavras; análise sintática; sinônimos; concordância nominal e verbal; regência nominal e verbal, crase; colocação pronominal; classificação dos termos da oração; período composto por coordenação; período composto por subordinação.

II – CONHECIMENTOS GERAIS:

Fundamentos e aspectos socioeconômicos, culturais, artísticos, históricos, políticos e geográficos do mundo, do Brasil, de Santa Catarina e do Município. Atualidades nos assuntos atuais de diversas áreas, tais como política, economia, sociedade, educação, esportes, tecnologia, segurança pública, saúde, justiça, relações internacionais, desenvolvimento sustentável, problemas e fenômenos ambientais, cidadania e direitos humanos do mundo, do Brasil, de Santa Catarina e do Município. Lei Orgânica do Município; Regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho, zelo pelo patrimônio público, raciocínio lógico.

III - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL SÉRIES INICIAIS:

LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação). Alfabetização. Metodologia de Ensino: ciências, matemática, português e outros. Relacionamento: Professor x Aluno. Função e Papel da Escola. Problemas de Aprendizagem: Fatores Físicos, Psíquicos e Sociais. Recreação: Atividades recreativas. Aprendizagem: Leitura / Escrita. Didática: Métodos, Técnicas, Livro Didático, Recursos / Material Didático. Processo Ensino - Aprendizagem: Avaliação, Recuperação. Planejamento de Aula: Habilidade - Objetivos à avaliação. Métodos e Processos no Ensino da Leitura. Desenvolvimento da linguagem oral, escrita, audição e leitura: métodos, técnicas e habilidades. Instrumentos / Atividade Pedagógicas. Tendências Pedagógicas. Educação em âmbito global. Psicomotricidade. Atualidades. Projeto Político Pedagógico. Estatuto da Criança e do Adolescente. Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Constituição Federal: Capítulos da Educação. Lei Orgânica Municipal. Literatura: Emília Ferreiro, Paulo Freire, Cagliari, Piaget, Vygotsky.

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL:

LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação). Estrutura da Educação Infantil, fundamentação e importância. Currículo da Pré-Escola. Alfabetização na Pré-Escola. Avaliação na Pré-Escola. Recreação. Prática e atividades pedagógicas. Métodos e técnicas na Educação Infantil. Tendências pedagógicas. Psicomotricidade. Papel do professor na alfabetização. Educação Infantil no mundo atual. Atualidades. Projeto Político Pedagógico. Estatuto da Criança e do Adolescente. Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Constituição Federal: Capítulos da Educação. Lei Orgânica Municipal. Literatura: Emília Ferreiro, Paulo Freire, Cagliari, Piaget, Vygotsky.

PROFESSOR DE ESPANHOL:

Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Processo Ensino - Aprendizagem: Avaliação, Recuperação. Planejamento de Aula: Habilidade - Objetivos à avaliação. Métodos e Processos no Ensino da Leitura. Desenvolvimento da linguagem oral, escrita, audição e leitura. Língua estrangeira: relação com outras culturas; Compreensão e interpretação de frase, palavra, verbos ou texto em Espanhol. Palavras com sons semelhantes nas várias situações de uso; Contextualização das palavras com vários significados; Produção textual a partir de situações do cotidiano. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei Federal 9.394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Constituição Federal: Capítulos da Educação. Lei Orgânica Municipal. Literatura: Emília Ferreiro, Paulo Freire, Cagliari, Piaget, Vygotsky.

PROFESSOR DE PORTUGUÊS:

Noções de cultura, arte e literatura. O texto literário e o não-literário. Aspectos básicos do texto literário: denotação e conotação; principais recursos expressivos. Gêneros literários: lírico, narrativo/épico, dramático. Principais aspectos da versificação. Elementos estruturais da narrativa. Formas narrativas: crônica, conto e romance. Texto: condições de leitura e produção textual: a enunciação. Coesão e coerência textuais. Intertextualidade. Tipologia textual. Gêneros Textuais. Semântica: sinonímia, antonímia, homonímia, paronímia, polissemia. Sistema fonológico do português. Sistema ortográfico vigente. Morfossintaxe: classes de palavras. Formação de palavras. Morfologia nominal. Morfologia verbal. Morfologia pronominal. Processos sintáticos: subordinação e coordenação. Constituintes da oração e orações no período. Frase e discurso. Valores semântico-sintáticos dos conectivos. Concordância nominal e verbal. Regência nominal e verbal. Colocação dos termos na frase. Emprego do acento da crase. Normas de pontuação. Abordagem linguístico/discursiva da teoria gramatical. A diversidade linguística e cultural e suas contribuições para a sociedade. Questões Éticas, Culturais e Cidades no ensino da língua portuguesa. Novas regras ortográficas. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei Federal 9.394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Constituição Federal: Capítulos da Educação. Lei Orgânica Municipal. Literatura: Emília Ferreiro, Paulo Freire, Cagliari, Piaget, Vygotsky.

PROFESSOR DE INGLÊS:

Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Processo Ensino - Aprendizagem: Avaliação, Recuperação. Planejamento de Aula: Habilidade - Objetivos à avaliação. Métodos e Processos no Ensino da Leitura. Desenvolvimento da linguagem oral, escrita, audição e leitura. Língua estrangeira: relação com outras culturas; Compreensão e interpretação de frase, palavra, verbos ou texto em inglês. Palavras com sons semelhantes nas várias situações de uso; Contextualização das palavras com vários significados; Produção textual a partir de situações do cotidiano. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei Federal 9.394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Constituição Federal: Capítulos da Educação. Lei Orgânica Municipal. Literatura: Emília Ferreiro, Paulo Freire, Cagliari, Piaget, Vygotsky.

PROFESSOR DE ARTES:

História do ensino da arte no Brasil: Pressupostos Filosóficos: - o significado da arte no processo de transformação do homem com os outros homens e com a natureza através do trabalho; Arte-educação como representação e organização do real; Educação Artística na formação da percepção e da sensibilidade do aluno. Teatro: O teatro na Educação. Elementos formais da representação cênica, texto, corpo e espaço cênico. História da Arte: Arte Primitiva, Arte na Idade Média, Arte na Idade Moderna, Arte na Idade Contemporânea, Arte Brasileira. Planejamento Educacional. Avaliação do Processo de Ensino e Aprendizagem. Concepção de Ensino. Recuperação. Planejamento de Aula: Habilidade - Objetivos à avaliação. Métodos e Processos no Ensino da Leitura. Desenvolvimento da linguagem oral, escrita, audição e leitura. LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei Federal Nº 9.394/96). Estatuto da Criança e do Adolescente. Constituição Federal: Capítulos da Educação. Lei Orgânica Municipal. Literatura: Emília Ferreiro, Paulo Freire, Cagliari, Piaget, Vygotsky.

PROFESSOR DE HISTÓRIA:

Fundamentos teóricos do Pensamento Histórico; Didática e prática dos procedimentos de produção do conhecimento histórico; Linguagem e ensino de História; Transversalidade, novas formas de abordagem e renovação do ensino de História; O ofício do historiador e a construção da História; Natureza, Cultura e História; Passagens da Antiguidade para o Feudalismo; Mundo Medieval; Expansão Europeia do século XV; Formação do Mundo Contemporâneo; Brasil - Sistema Colonial; Brasil - Império; Brasil - República; Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana; Parâmetros Curriculares Nacionais de História; Aspectos da História da África e dos povos afro-americanos e ameríndios; História da América. Conhecimentos do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal nº 8.069, de 13 de junho de 1990). Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 20 de dezembro de 1996. Lei Orgânica Municipal. Literatura: Emília Ferreiro, Paulo Freire, Cagliari, Piaget, Vygotsky.

PROFESSOR DE GEOGRAFIA:

Geografia: a história do pensamento geográfico. Conceitos, temas e teorias da Geografia. Espaço da natureza: as inter-relações entre os diferentes componentes do quadro natural; principais formas e estruturas do relevo terrestre (gênese e evolução); grandes conjuntos climatobotânicos; águas oceânicas e continentais: importância econômica; usos e problemas. Quadro natural: recursos e aproveitamento econômico; sensibilidade do meio-ambiente à ação do homem e estratégias para seu uso e conservação. A questão da energia no mundo: as diversas fontes de energia, seus usos e consequências. As mudanças ambientais globais. A organização do espaço mundial: a produção e a organização do espaço mundial; da Guerra Fria à nova ordem mundial; as transformações políticas do mundo contemporâneo; as alianças e disputas entre as grandes potências; a independência e a desigualdade nas relações entre as grandes potências e os demais países; os conflitos étnicos atuais e a questão das nacionalidades; os blocos econômicos. A geopolítica da globalização: os fluxos da economia global. Cidades e urbanização nos mundos desenvolvido e subdesenvolvido: metrópoles, cidades globais e redes urbanas. A população mundial: distribuição; as diferenças no crescimento das populações; teorias demográficas e desenvolvimento socioeconômico; a distribuição social e espacial da riqueza e as condições de vida; conflitos étnico-nacionalistas, movimentos separatistas e terrorismo; movimentos populacionais e globalização. As atividades econômicas: o processo industrial e a organização e produção do espaço; localização das indústrias; a industrialização nos países desenvolvidos e nos subdesenvolvidos; as atividades agropecuárias e extrativas nos países centrais e periféricos. O espaço brasileiro: Processo de ocupação e valorização territorial do Brasil: apropriação e produção do espaço. O Brasil na economia mundial. As formas do espaço brasileiro. As regionalizações e as grandes unidades regionais. A estruturação do Espaço Geográfico Brasileiro: a atuação do capital privado e o papel do Estado nas políticas territoriais; a dinâmica sócio espacial: Metropolização e urbanização. Cidades e urbanização no Brasil: metrópoles, redes urbanas e meio ambiente urbano. O processo de industrialização e a redefinição da atividade industrial na dinâmica sócio espacial; as atividades agropecuárias e extrativas. A questão da terra e do trabalho no campo. Infraestrutura e desenvolvimento das atividades de telecomunicação e de transporte no Brasil. A população brasileira: formação étnica, crescimento e políticas demográficas, estrutura etária e movimentos populacionais. População e atividades econômicas. Sociedade e natureza no Espaço Brasileiro: os grandes domínios morfoclimáticos; os recursos naturais, distribuição e aproveitamento; os resultados das intervenções da sociedade na natureza. Fontes alternativas e energia no Brasil. A dinâmica dos elementos da natureza: atmosférica, hidrológica e litosfera. Os Parâmetros Curriculares de Geografia: ensino fundamental e médio. O ensino da geografia e a diversidade cultural. Questões éticas, ambientais e cidadãs envolvidas no ensino da geografia. Cartografia e sua importância para o Ensino da Geografia. Cartografia Básica. Conhecimentos do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal nº 8.069, de 13 de junho de 1990). Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 20 de dezembro de 1996. Lei Orgânica Municipal. Literatura: Emília Ferreira, Paulo Freire, Cagliari, Piaget, Vygotsky.

PROFESSOR DE CIÊNCIAS:

O conhecimento científico: evolução histórica. Ensino de Ciências: evolução e contextualização na sociedade brasileira; o ensino de Ciências e as questões sociais: ambiente, saúde, orientação sexual, ética e pluralidade cultural. Relação entre os seres vivos e o ambiente: o homem e a sua ação sobre o ambiente; princípios básicos que regem as funções vitais dos seres vivos; relação entre estruturas e funções dos sistemas e suas adaptações ao meio; caracterização dos grandes grupos animais e vegetais. O corpo humano como um todo em equilíbrio: saúde e orientação sexual, desequilíbrios: endemias, drogas, desnutrição. Continuidade das espécies: evolução; reprodução, hereditariedade. Fundamentos teóricos da Química: conceitos, leis, relações e princípios básicos; interações e transformações químicas. Fundamentos teóricos da Física: conceitos, leis, relações e princípios básicos. Conhecimentos do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal nº 8.069, de 13 de junho de 1990). Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 20 de dezembro de 1996. Lei Orgânica Municipal. Literatura: Emília Ferreira, Paulo Freire, Cagliari, Piaget, Vygotsky.

PROFESSOR DE MATEMÁTICA:

Teoria dos Conjuntos. Conjuntos Numéricos. Elementos Básicos de Teoria dos Números: Múltiplos e Divisores, MDC e MMC. Polinômios. Equações do primeiro e segundo graus. Razões, Proporções e Grandezas Proporcionais. Regra de Três Simples e Composta. Porcentagem. Juros Simples. Juros Compostos. Progressões Aritméticas. Progressões Geométricas. Relações e Funções. Funções polinomiais do primeiro e do segundo graus. Função Exponencial. Logaritmos, Funções Trigonométricas. Matrizes, Determinantes e Sistemas lineares. Análise Combinatória Simples. Cálculo de Probabilidades. Elementos de Estatística: Tabelas, Gráficos, Geometria Plana: ângulos, polígonos, triângulos, quadriláteros, semelhança de triângulos, relações métricas nos triângulos retângulos e nos círculos, áreas de superfícies planas. Geometria Espacial: Poliedros, Prismas e Cilindros, Pirâmides e Cones, Esfera e Suas partes. Geometria Analítica: ponto, reta, circunferência. Questões de Raciocínio Lógico Matemático. A Matemática no contexto dos Parâmetros Curriculares Nacionais. O ensino de Matemática na perspectiva da Educação Matemática. História da Matemática; O ensino de Matemática através da resolução de problemas. O ensino de Matemática e as questões de cidadania e de diversidade cultural. Conhecimentos do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal nº 8.069, de 13 de junho de 1990). Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 20 de dezembro de 1996. Lei Orgânica Municipal. Literatura: Emília Ferreira, Paulo Freire, Cagliari, Piaget, Vygotsky.

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA:

Conceitos, princípios, finalidades e objetivos da Educação Física. Condicionamento físico, legislação, metodologia, organização e pedagogia. Fundamentos, regras equipamentos e instalações utilizadas nos esportes: atletismo, basquetebol, ginástica olímpica (artística), handebol, futebol e voleibol. Conceitos: anatomia, biometria, biomecânica. Fisiologia do esforço e socorros de urgência. Efeitos fisiológicos dos exercícios, regulação hormonal durante o exercício, controle cardiovascular durante o exercício, termo regulação e relação entre atividade física e doenças cardiovasculares e respiratórias. Recreação, ginástica e dança. Atividade lúdica. Jogos e técnicas de jogos infantis organizados. Desenvolvimento infantil. Práticas desportivas, modalidades e regimentos. Processo Ensino - Aprendizagem: Avaliação, Recuperação. Planejamento de Aula: Habilidade - Objetivos à avaliação. Métodos e Processos no Ensino da Leitura. Desenvolvimento da linguagem oral, escrita, audição e leitura. Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei Federal nº 9.394/96). Estatuto da Criança e do Adolescente. Constituição Federal: Capítulos da Educação. Lei Orgânica Municipal.

PROFESSOR DE INFORMÁTICA:

História da Computação, Noções gerais de informática, Memória RAM, Word, Excel, Internet, sistema operacional Windows, Vírus, Noções de operações com arquivos em ambiente Windows, Conhecimentos básicos de arquivos e pastas (diretórios). Utilização do Windows Explorer: cópias, mover arquivos, criar diretórios, Conhecimentos básicos de editor de textos (ambiente Windows) criação de um novo documento, formatação e impressão, Conhecimentos básicos de planilha eletrônica (ambiente Windows) cálculo, formatação e impressão. Organização

e Métodos de Processamento de Dados. Fundamentos de Processamento de Dados Hardware. Aplicativos e Utilitários de Software. Estatuto da Criança e do Adolescente. Constituição Federal: Capítulos da Educação. Lei Orgânica Municipal.

SEGUNDO PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL E EDUCAÇÃO INFANTIL e PROFESSOR DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO - AEE:

Didática e Conhecimento; Planejamento Escolar (Elaboração de planos de ensino, de projetos); Contribuições da Psicologia para o processo de ensino-aprendizagem na Educação; Avaliação Escolar (concepções, funções, instrumentos). Fundamentos e princípios da educação inclusiva; Legislação: Constituição, LDB; Atendimento educacional especializado e a educação inclusiva.

Constituição Federal/88 – artigos 205 a 214 e artigo 60 das Disposições Constitucionais Transitórias.

Emenda 14/96; Lei Federal nº 9.394, de 20/12/96 – Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional; Lei Federal nº 8.069, de 13/07/90 – Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Lei Federal nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996 – Dispõe sobre o Fundo de manutenção e desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do magistério. Lei nº 10.098/94 – Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Lei nº 10.436/02 – Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Concepções de Educação e Escola. Função social da escola e compromisso social do educador. Ética no trabalho docente. Tendências educacionais na sala de aula: correntes teóricas e alternativas metodológicas. A construção do conhecimento: papel do educador, do educando e da sociedade. Visão interdisciplinar e transversal do conhecimento. Projeto político-pedagógico: fundamentos para a orientação, planejamento e implementação de ações voltadas ao desenvolvimento humano pleno, tomando como foco o processo ensino-aprendizagem. Currículo em ação: planejamento, seleção e organização dos conteúdos. Avaliação. Organização da escola centrada no processo de desenvolvimento do educando. Educação inclusiva. Gestão participativa na escola. Parâmetros Curriculares Nacionais. Lei Orgânica Municipal. Literatura: Emília Ferreiro, Paulo Freire, Cagliari, Piaget, Vygotsky.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

CARGO DE NÍVEL MÉDIO

I – LÍNGUA PORTUGUESA:

Compreensão e interpretação de texto; coerência e coesão textual; ortografia; pontuação; acentuação gráfica; emprego da norma culta; classes de palavras: substantivo, artigo, adjetivo, numeral, verbo, pronome, advérbio, preposição, conjunção, interjeição; concordância nominal e verbal; regência nominal e verbal, crase; análise sintática.

II – CONHECIMENTOS GERAIS:

Fundamentos e aspectos socioeconômicos, culturais, artísticos, históricos, políticos e geográficos do mundo, do Brasil, de Santa Catarina e do Município. Atualidades nos assuntos atuais de diversas áreas, tais como política, economia, sociedade, educação, esportes, tecnologia, segurança pública, saúde, justiça, relações internacionais, desenvolvimento sustentável, problemas e fenômenos ambientais, cidadania e direitos humanos do mundo, do Brasil, de Santa Catarina e do Município. Lei Orgânica do Município; Regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho, zelo pelo patrimônio público, raciocínio lógico.

III - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS:

MONITOR DE CRECHE:

Recreação. Prática e atividades pedagógicas. Problemas de Aprendizagem: Fatores Físicos, Psíquicos e Sociais. Conhecimentos inerentes à função. Higiene e limpeza de crianças em creches. Segurança alimentar e noções de valor nutricional da alimentação para crianças. Desenvolvimento da Criança. Importância da Arte e brincadeiras na Educação Infantil. Constituição Federal, artigos referentes à Educação. Lei Federal nº 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei Federal 9.394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Lei Orgânica do Município.

ANEXO III

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 002/2017

ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

PROFESSORES

1. Participar da elaboração da proposta pedagógica da escola;
2. Elaborar e cumprir plano de trabalho segundo a proposta pedagógica da escola;
3. Zelar pela aprendizagem dos alunos;
4. Estabelecer e implantar estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;
5. Ministrando os dias letivos e horas-aula estabelecidos;
6. Participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;
7. Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade;
8. Desincumbir-se das demais tarefas indispensáveis ao atendimento dos fins educacionais da escola e ao processo de ensino-aprendizagem

MONITOR DE CRECHE

1. Auxiliar na operacionalização das atividades propostas pela professora;
2. Manter um bom relacionamento com a professora e em especial com as crianças;
3. Auxiliar as professoras na execução das atividades de rotina e pedagógicas a serem desenvolvidas na turma (vestuário, alimentação, higiene, através de estímulos fala e toque) construindo um vínculo;
4. Observar as condições de saúde da criança e comunicar a professora sobre qualquer anormalidade; preenchendo o termo de responsabilidade observando os horários corretamente;
5. Orientar e estimular com paciência e persistência as crianças na aceitação dos alimentos sólidos e líquidos preparados conforme cardápio, atendendo aos pedidos de repetição;

6. Manter a organização dos armários, caixas de brinquedos, salão, mochilas individuais das crianças, mamadeiras e chupetas...bem a limpeza do ambiente e materiais utilizados: mesas, cadeiras, panos, tapetes, espelhos, ventilador, aparelho de som, TV(desligando-os);
7. Auxiliar em outras tarefas, quando necessário, mediante solicitação da professora ou direção;
8. Manter espírito de cooperação e solidariedade com a Comunidade Escolar e zelando pela ética profissional;
9. Promover o diálogo (conversa) com a família na recepção das crianças ser responsável repassando os recados para a professora;
10. Cumprir as normas e os horários vigentes da Instituição.

ANEXO IV

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 002/2017

FORMULÁRIO PROVA DE TÍTULOS PROFESSORES

QUADRO DE ATRIBUIÇÕES DE PONTOS PARA A AVALIAÇÃO DE PROVA DE TÍTULOS:

Títulos	Nº máx. de Títulos/ Horas	Valor do Título	Total
Comprovante de conclusão de Graduação ou declaração do período que está cursando (específico ao cargo escolhido).	08 períodos	0,05 pontos por período cursado	0,40
Comprovante de conclusão de curso de Pós-Graduação em nível de Especialização nas áreas pertinentes ao cargo escolhido.	01	0,30 pontos	0,30
Cursos de aperfeiçoamento na área de educação com carga horária igual ou superior a 10 horas, devidamente registrado no órgão competente. Modalidade de Formação Continuada. (Cursos 01/08/2016 a 31/07 2017 - 5 títulos)	05	0,06 pontos	0,30
TOTAL DE TÍTULOS		-	1,00

FORMULÁRIO DE PROVA DE TÍTULOS PROFESSORES "ENTREGUES":

NOME: _____ INSCRIÇÃO: _____

FUNÇÃO: _____

QUADRO DE ATRIBUIÇÕES DE PONTOS PARA A AVALIAÇÃO DE PROVA DE TÍTULOS

Títulos	Nº máx. de Títulos/ Horas	Valor do Título	Total
Comprovante de conclusão de Graduação ou declaração do período que está cursando (específico ao cargo escolhido). Períodos	0,05 pontos por período cursado
Comprovante de conclusão de curso de Pós-Graduação em nível de Especialização nas áreas pertinentes ao cargo escolhido.	0,30 pontos
Cursos de aperfeiçoamento na área de educação com carga horária igual ou superior a 10 horas, devidamente registrado no órgão competente. Modalidade de Formação Continuada. (Cursos 01/08/2016 a 31/07 2017 - 05 títulos)	0,06 pontos
TOTAL DE TÍTULOS		-

AVALIAÇÃO PELA COMISSÃO EXAMINADORA:

Os títulos relacionados, válidos para a prova de títulos em referência, somaram a quantia de _____ cópias entregues e foram avaliados e totalizado em _____ pontos.

Assinatura –Resp. do recebimento	Assinatura do Candidato
----------------------------------	-------------------------

Guarujá do Sul/SC dede 2017.

ANEXO V

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 002/2017

FORMULÁRIO TEMPO DE SERVIÇO PROFESSORES

QUADRO DE ATRIBUIÇÕES DE PONTOS PARA A AVALIAÇÃO DE PROVA DE TEMPO DE SERVIÇO:

Títulos	Nº máx. de Títulos/ meses	Valor do Título	Pontuação dos títulos
Cômputo do tempo de serviço no magistério, será considerado o tempo de experiência na área pública, privada ou filantrópica até a data de 31/07/2017.	100 meses	0,01	1,00
TOTAL	-		1,00

FORMULÁRIO DE PROVA DE TEMPO DE SERVIÇO "ENTREGUES":

NOME: _____ INSCRIÇÃO: _____

FUNÇÃO: _____

QUADRO DE ATRIBUIÇÕES DE PONTOS PARA A AVALIAÇÃO DE PROVA DE TEMPO DE SERVIÇO:

Títulos	Nº máx. de Títulos/ meses	Valor do Título	Pontuação dos títulos
Cômputo do tempo de serviço no magistério, será considerado o tempo de experiência na área pública, privada ou filantrópica. meses	0,01
TOTAL	-	

AVALIAÇÃO PELA COMISSÃO EXAMINADORA:

Os títulos relacionados, válidos para a prova de títulos em referência, somaram a quantia de _____ cópias entregues e foram avaliados e totalizado em _____ pontos.

Assinatura –Resp. do recebimento	Assinatura do Candidato
----------------------------------	-------------------------

Guarujá do Sul/SC dede 2017.

ANEXO VI

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 002/2017

REQUERIMENTO ISENÇÃO DE TAXA DE INSCRIÇÃO DOADORES DE SANGUE

Para:

Comissão Organizadora do PROCESSO SELETIVO

Eu _____ portador(a) do documento de identidade sob nº _____, inscrição nº _____, venho solicitar isenção para taxa de inscrição ao Processo Seletivo, Edital nº 002/2017.

Declaro para os devidos fins que preencho os requisitos da Lei Estadual nº 10.567, de 07 de novembro de 1997 (Doador de Sangue)

Declaro, sob as penas previstas no artigo 299, do Decreto-Lei nº 2.848, de 07.12.1940 (Código Civil), que as informações constantes neste formulário expressam a verdade e por elas me responsabilizo.

_____ SC, _____ de _____ de 2017.

Assinatura Candidato(a)

Documentos anexos:

- 1: _____
- 2: _____
- 3: _____

ANEXO VII

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 002/2017

REQUERIMENTO PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

Vaga para Deficiente físico e /ou Condição especial para REALIZAÇÃO de provas.

Eu, _____, portador do documento de identidade nº _____ expedido pelo _____ e CPF sob nº _____, residente e domiciliado na _____, nº _____, Bairro _____, cidade de _____, Estado _____, CEP nº _____, inscrito no PROCESSO SELETIVO regido pelo Edital nº 002/2017, do Poder Executivo Municipal de GUARUJÁ DO SUL, inscrição sob nº _____, para o cargo de _____, requeiro a Vossa Senhoria:

1 – () Vaga para portadores de deficiência física: _____ CID nº _____

Nome do Médico _____

2 – () Condição Especial para a realização da prova, sendo a deficiência:

2.1. () Prova com ampliação do tamanho da fonte:

Fonte _____ / Letra _____

2.2. () Sala Especial

Especificar: _____
2.3. () Leitura de Prova
2.4. () Amamentação
Nome do Acompanhante: _____
Horários de amamentação: _____
2.5 () Outra Necessidade Especificar: _____

Pede Deferimento.

_____ SC, _____ de _____ de 2017.

Assinatura Candidato(a)

ANEXO VIII

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 002/2017

DECRETO COMISSÃO ORGANIZADORA DO MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

Decreto Administrativo 0130/2017.

Nomeia membros da Comissão Municipal de TESTE SELETIVO, Edital 002/2017, e adota outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do artigo 63, da Lei Orgânica Municipal, promulgada em 5 de abril de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os(as) Senhores(as): Rosmeri Ines Mattje Dalla Vecchia, Janete Vinciguerra Heinick, Angela Bozetti Davila, todos servidores municipais, para sob a Presidência da primeira, comporem a Comissão Municipal de Teste Seletivo, Edital 002/2017, com as incumbências de auxiliarem na organização, coordenação, fiscalização dos atos de elaboração e concretização de Edital.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL, SC, em,
18 de agosto de 2017.

66º ano da Fundação e 55º ano da Instalação

CLAUDIO JUNIOR WESCHENFELDER
Prefeito Municipal

- Certifico que o presente Decreto Administrativo foi publicado e registrado nesta Secretaria em data supra.

Júlio Cesar Della Flora
Secretário de Administração e Fazenda

ANEXO IX

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 002/2017

RESOLUÇÃO Nº 001/2017 - COMISSÃO ORGANIZADORA CONCURSOS DA AMEOSC

Dispõe sobre a nomeação de Comissão para acompanhamento de Concursos Públicos e Testes Seletivos realizados pela Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina – AMEOSC e dá outras providências.

CLÁUDIO JUNIOR WESCHENFELDER, Prefeito Municipal de Guarujá do Sul - SC e Presidente da AMEOSC, no uso das atribuições que lhe confere o Estatuto Social da entidade,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os funcionários JUSSARA REGINATTO, JACSON SONAGLIO, UDINARA VANUSA ZANCHETTIN e ÉDINA G. TREMEA SPIRONELLO para comporem a Comissão Organizadora da Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina – AMEOSC nos Concursos Públicos e Testes Seletivos executados pela entidade.

Art. 2º - Compete a Comissão Organizadora da AMEOSC a elaboração dos editais que regulamentarão os Concursos Públicos e Testes Seletivos executados pela entidade, mediante a supervisão e aquiescência do ente público que solicitou o certame, elaboração e aplicação das provas objetivas e práticas coordenando, fiscalizando e acompanhando as mesmas, correção dos cartões respostas, pontuação e classificação dos candidatos, receber e analisar eventuais recursos interpostos e emitir relação dos candidatos aprovados para homologação da autoridade competente.

Art. 3º - A Comissão Organizadora da Ameosc poderá requisitar, tanto para a Ameosc quanto ao ente público que realiza o processo de seleção, recursos humanos, financeiros, equipamentos, materiais e instalações necessárias para a regular realização dos certames.

Art. 4º - São impedidos de atuar como membros desta comissão cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, de candidato cuja inscrição haja sido deferida.

Parágrafo único: Verificando os membros da presente Comissão o deferimento de inscrição de candidato que seja seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, deverá solicitar seu desligamento da Comissão.

Art. 5º - Esta Resolução entre em vigor na data de sua publicação e vigorará até 31 de dezembro de 2017.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Miguel do Oeste – SC, 02 de janeiro de 2017.

CLÁUDIO JUNIOR WESCHENFELDER

Prefeito Municipal de Guarujá do Sul - Presidente da AMEOSC

EXTRATO - EDITAL_PROCESSO_SELETIVO_002_2017 - RETIFICADO

EXTRATO DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 002/2017

(*) Retificado - Retificação nº 01– Texto Compilado

ABRE INSCRIÇÕES E BAIXA NORMA PARA O PROCESSO SELETIVO PÚBLICO DE PROFESSOR HABILITADO, PROFESSOR NÃO HABILITADO, MONITOR DE CHECHE, TREINADOR ESPORTIVO PARA COMPOR CADASTRO DE RESERVA E ATUAR NAS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DURANTE O ANO LETIVO DE 2018.

O Prefeito de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, Sr. CLAUDIO JUNIOR WESCHENFELDER, no uso de suas atribuições, com base na Lei Municipal Complementar nº 005 de 11 de fevereiro de 2011 e Lei Orgânica do Município e suas atualizações, TORNA PÚBLICO aos interessados, que estarão abertas as inscrições para Processo Seletivo para preenchimento de vagas para admissão de professores monitores treinador esportivo e agente de apoio operacional em caráter temporário, sob o Regime Celetista, vinculados ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, para atender necessidades de excepcional interesse público para o ano letivo de 2018, o qual reger-se-á pelas instruções deste edital e demais normas atinentes.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES, CARGOS, VAGAS E DADOS RELATIVOS

1.1. O presente Edital de Processo Seletivo é disciplinado pelo art. 37, inciso IX, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 c/c Lei Municipal complementar nº 005 de 11 de fevereiro de 2011 e Lei Orgânica do Município e suas atualizações.

1.2. O Processo Seletivo será regido por este edital, supervisionado pela Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo do Município de Guarujá do Sul - SC, e executado pela Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina - AMEOSC, com sede na Rua Padre Aurélio Canzi, nº 1628, São Miguel do Oeste - SC, fone-fax (49)3621-0795, endereço eletrônico: www.ameosc.org.br

1.3 O presente PROCESSO SELETIVO será válido para o ano letivo de 2018, podendo ser prorrogado para mais um ano.

1.4. As provas serão realizadas nas modalidades OBJETIVA, TÍTULOS e TEMPO DE SERVIÇO.

1.5. O número de vagas serão disponibilizadas conforme necessidade aferida após a realização das matrículas, sendo que a presente seleção servirá para compor reserva técnica. As vagas destinam-se aos cargos abaixo delineados e deverão ser preenchidas por candidatos que disponham dos requisitos e escolaridade mínima informada no presente Edital, de acordo com o cargo a que pretendem concorrer, com as seguintes especificações:

QUADRO I - PROFESSOR HABILITADO					
Cargo/ Função	Nº Vagas	Vencimento 40h/sem	Carga Horária	Habilitação	Tipo de Prova
Professor de Educação Infantil	CR*	R\$ 2.386,29	20/40 h/sem	Portador de Certificado de conclusão de ensino superior em licenciatura em pedagogia Educação Infantil.	Objetiva, Títulos e Tempo de Serviço
Professor de Ensino Fundamental Series Iniciais	CR*	R\$ 2.386,29	20/40 h/sem	Portador de Certificado de conclusão em licenciatura Pedagogia, Séries Iniciais.	Objetiva, Títulos e Tempo de Serviço
Professor de Artes	CR*	R\$ 2.386,29	10,20,30,40 h/sem	Portador de Certificado de conclusão de curso superior, licenciatura em Artes.	Objetiva, Títulos e Tempo de Serviço
Professor de Geografia	CR*	R\$ 2.386,29	10,20,30,40 h/sem	Portador de Certificado de conclusão de curso superior, licenciatura em Geografia.	Objetiva, Títulos e Tempo de Serviço
Professor de História	CR*	R\$ 2.386,29	10,20,30,40 h/sem	Portador de Certificado de conclusão de curso superior, licenciatura em História.	Objetiva, Títulos e Tempo de Serviço
Professor de Ciências	CR*	R\$ 2.386,29	10,20,30,40 h/sem	Portador de Certificado de conclusão de curso superior, licenciatura em Ciências.	Objetiva, Títulos e Tempo de Serviço
Professor de Matemática	CR*	R\$ 2.386,29	10,20,30,40 h/sem	Portador de Certificado de conclusão de curso superior, licenciatura em Matemática.	Objetiva, Títulos e Tempo de Serviço
Professor de Português	CR*	R\$ 2.386,29	10,20,30,40 h/sem	Portador de Certificado de conclusão de curso superior, licenciatura em Português.	Objetiva, Títulos e Tempo de Serviço

Professor de Espanhol	CR*	R\$ 2.386,29	10,20,30,40 h/sem	Portador de Certificado de conclusão de curso superior em licenciatura em Letras/Espanhol.	Objetiva, Títulos e Tempo de Serviço
Professor de Inglês	CR*	R\$ 2.386,29	10,20,30,40 h/sem	Portador de Certificado de conclusão de curso superior, licenciatura em Letras/Inglês.	Objetiva, Títulos e Tempo de Serviço
**Professor de Educação Física	CR*	R\$ 2.386,29	10,20,30,40 h/sem	Portador de Certificado de conclusão de curso superior, licenciatura em Educação Física.	Objetiva, Títulos e Tempo de Serviço
Professor de Informática	CR*	R\$ 2.386,29	10,20,30,40 h/sem	Portador de Certificado de conclusão de curso superior, licenciatura em Informática.	Objetiva, Títulos e Tempo de Serviço
Psicopedagogo	CR*	R\$ 2.386,29	20/40 h/sem	Portador de Certificado ou Certidão de curso superior em pedagogia com especialização em psicopedagogia.	Objetiva, Títulos e Tempo de Serviço
Professor Atendimento Educacional Especializado - AEE	*CR	R\$ 2.386,29	20/40 h/sem	Portador do diploma ou Certificado de conclusão de curso superior em Educação Especial ou pedagogia, neste caso com no mínimo 200 horas de curso de formação continuada na área de Educação Especial.	Objetiva, Títulos e Tempo de Serviço
Segundo Professor de Ensino Fundamental e Educação Infantil	*CR	R\$ 2.386,29	20/40 h/sem	Portador do diploma ou Certificado de conclusão de curso superior em Educação Especial ou pedagogia.	Objetiva, Títulos e Tempo de Serviço

CR*- Cadastro de Reserva

QUADRO II - PROFESSOR NÃO HABILITADO					
Cargo/ Função	Nº Vagas	Vencimento 40h/sem	Carga Horária	Habilitação	Tipo de Prova
Professor de Educação Infantil	CR*	R\$ 1.784,79	20/40 h/sem	Atestado de Frequência que comprove estar matriculado e frequentando curso específico na área de educação.	Objetiva, Títulos e Tempo de Serviço
Professor de Ensino Fundamental series Iniciais	CR*	R\$ 1.784,79	20/40 h/sem	Atestado de Frequência que comprove estar matriculado e frequentando curso específico na área de educação.	Objetiva, Títulos e Tempo de Serviço
Professor de Artes	CR*	R\$ 1.784,79	10,20,30, 40h/sem	Atestado de Frequência que comprove estar matriculado e frequentando curso específico na área de educação.	Objetiva, Títulos e Tempo de Serviço

Professor de Geografia	CR*	R\$ 1.784,79	10,20,30, 40h/sem	Atestado de Frequência que comprove estar matriculado e frequentando curso específico na área de educação.	Objetiva, Títulos e Tempo de Serviço
Professor de História	CR*	R\$ 1.784,79	10,20,30, 40h/sem	Atestado de Frequência que comprove estar matriculado e frequentando curso específico na área de educação.	Objetiva, Títulos e Tempo de Serviço
Professor de Ciências	CR*	R\$ 1.784,79	10,20,30, 40h/sem	Atestado de Frequência que comprove estar matriculado e frequentando curso específico na área de educação.	Objetiva, Títulos e Tempo de Serviço
Professor de Matemática	CR*	R\$ 1.784,79	10,20,30, 40h/sem	Atestado de Frequência que comprove estar matriculado e frequentando curso específico na área de educação.	Objetiva, Títulos e Tempo de Serviço
Professor de Português	CR*	R\$ 1.784,79	10,20,30, 40h/sem	Atestado de Frequência que comprove estar matriculado e frequentando curso específico na área de educação.	Objetiva, Títulos e Tempo de Serviço
Professor de Espanhol	CR*	R\$ 1.784,79	10,20,30, 40h/sem	Atestado de Frequência que comprove estar matriculado e frequentando curso específico na área de educação.	Objetiva, Títulos e Tempo de Serviço
Professor de Inglês	CR*	R\$ 1.784,79	10,20,30, 40h/sem	Atestado de Frequência que comprove estar matriculado e frequentando curso específico na área de educação.	Objetiva, Títulos e Tempo de Serviço
Professor de Educação Física	CR*	R\$ 1.784,79	10,20,30, 40h/sem	Atestado de Frequência que comprove estar matriculado e frequentando curso específico na área de educação.	Objetiva, Títulos e Tempo de Serviço
Professor de Informática	CR*	R\$ 1.784,79	10,20,30, 40h/sem	Atestado de Frequência que comprove estar matriculado e frequentando curso específico na área de educação.	Objetiva, Títulos e Tempo de Serviço
Segundo Professor de Ensino Fundamental e Educação Infantil	*CR	R\$ 1.784,79	20 40h/sem	Atestado de Frequência que comprove estar matriculado e frequentando curso específico na área ou na área de educação.	Objetiva, Títulos e Tempo de Serviço

CR*- Cadastro de Reserva

QUADRO III - CARGOS DIVERSOS					
Cargo/ Função	Nº Vagas	Vencimento 40h/sem	Carga Horária	Habilitação	Tipo de Prova
(*) Monitor de Creche	CR*	R\$ 1.246,51	20/40 h/sem	(*) Magistério Nível Médio ou Cursando Licenciatura na Área da Educação. *(Alterado conforme 1ª Retificação de 25.085.2017)	Objetiva

CR*- Cadastro de Reserva

2. DAS INSCRIÇÕES

2.1. As inscrições para o PROCESSO SELETIVO poderão ser efetuadas pela INTERNET ou PRESENCIAL - ON LINE, no período das 08 horas do dia 24/08/2017 às 23h59min do dia 24/09/2017.

2.2. Imprimir o Boleto Bancário referente à inscrição e efetuar o pagamento até as 23h59min do dia 25/09/2017.

3. DAS PROVAS

3.1. A PROVA OBJETIVA será aplicada no dia 11/11/2017, nas dependências do Núcleo Municipal Arco Iris, sito a Rua Governador Jorge Lacerda, nº 436, Centro, Município de Guarujá do Sul – SC. Em caso de alteração de local da prova este será publicado e divulgado no Mural Público Prefeitura Municipal de Guarujá do Sul - SC, e nos endereços eletrônicos: www.ameosc.org.br e www.guarujadosul.sc.gov.br

3.2. A abertura dos portões para o ingresso dos candidatos será a partir das 08h30min.

3.3. O fechamento dos portões será às 09h10min sendo que a partir deste horário não será mais permitido a entrada de candidatos, sob qualquer alegação.

3.4. Após o fechamento dos portões o candidato deverá dirigir-se imediatamente a sala de realização das provas, não sendo permitida a

permanência do mesmo nos corredores, sendo que a Instituição executora do certame e o Município de Guarujá do Sul- SC não se responsabilizarão por atrasos na entrada para as salas de aplicação de provas, a qual deverá ocorrer 10 minutos antes do início das provas para instruções necessárias que serão repassados pelos fiscais.

3.5. Não será permitido o ingresso na sala de aplicação de provas após as 09h20min.

3.6. A prova objetiva terá início às 09h30min e término às 12horas.

4. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

4.1. A integral do edital estará disponível no mural público da Prefeitura de Guarujá do Sul – SC e nos sites: www.ameosc.org.br e www.guarujadosul.sc.gov.br

Guarujá do Sul – SC, 23 de agosto de 2017.

CLAUDIO JUNIOR WESCHENFELDER

Prefeito

LEI MUNICIPAL 2.548_2017

Lei Municipal nº 2.548/2017

Autoriza o poder executivo a fazer a concessão de direito real de uso de bem imóvel, como forma de incentivo á Indústrias, prestadoras de serviços, importadoras, exportadoras, armazém geral, armazém alfandegado e ainda cooperativas de produção e da outras providencias.

O Prefeito Municipal de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina,

TORNA PÚBLICO a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores, votou, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado em nome do Município, a fazer a concessão de direito real de uso com encargos como forma de incentivo a Indústrias, prestadoras de serviços, importadoras, exportadoras, armazém geral, armazém alfandegado e ainda cooperativas de produção, que estabeleçam suas atividades no Município, bem como aquelas já existentes, que ampliem sua capacidade de produção e demanda de mão de obra, de bem imóvel, de propriedade do município com a seguinte descrição:

I – Imóvel de domínio público, constituído pela Sala Industrial nº 01, localizada na Incubadora, situada no Loteamento Industrial Silvestre Foiatto, com área de 140,96m², com banheiro com 3,90m², totalizando área de 144,86m², com acesso principal pela Rua Geraldo Cassol.

II – Imóvel de domínio público, constituído pela Sala Industrial nº 03, localizada na Incubadora, situada no Loteamento Industrial Silvestre Foiatto, com área de 188,54m², com banheiro com 3,90m², totalizando área de 192,44m², com acesso principal pela Rua Reinaldo Antonio Klein.

III – Imóvel de domínio público, constituído pela Sala Industrial nº 04, localizada na Incubadora, situada no Loteamento Industrial Silvestre Foiatto, com área de 188,54m², com banheiro com 3,90m², totalizando área de 192,44m², com acesso principal pela Rua Reinaldo Antonio Klein.

Art. 2º A Concessão de que trata o artigo anterior, será feita por meio de concorrência, com base na Lei Municipal nº 2.223/2012 de 13 de julho de 2012 e alterações posteriores, constando em seu instrumento os encargos, o prazo de seu cumprimento e clausulas de reversão.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta Lei, correrão por conta dos respectivos créditos orçamentários.

Art. 4º Revogadas as disposições em contrário, entrando esta Lei em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL - SC, em

28 de Agosto de 2017

66º ano da Fundação e 55º ano da Instalação.

Claudio Júnior Weschenfelder

Prefeito Municipal.

Certifico que a Presente Lei foi publicada e registrada nesta Secretaria em data supra.

Julio Cesar Della Flora

Secretario da Administração e Fazenda

Guatambú

PREFEITURA

DECRETO 158/2017

DECRETO N. 158/2017

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CLOVIS DAL PIVA, Prefeito Municipal de Guatambu, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 5º, inciso II do inciso IV da Lei Municipal 1.042 de 21 de dezembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado a abertura de crédito suplementar, no orçamento do Município, no valor de R\$ 27.500,00 (Vinte e sete mil e quinhentos reais), nas contas abaixo relacionadas:

Órgão: 05.00 – Secretaria da Saúde

Unidade Orçamentária: 05.01 – Fundo da saúde

Função: 10 – Saúde

Sub Função: 301 – Atenção Básica

Programa: 00008 – Saúde para Todos

Projeto/Atividade: 1.120 – Construção/Ampliação e reforma de unidades Sanitárias

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00 – Aplicação Diretas – DR 302 Receita de impostos e transferências, com o valor de R\$ 27.500,00 (Vinte e sete mil e quinhentos reais).

Art. 2º - Para suplementação das contas de que trata o artigo 1º, serão utilizados recursos do superávit financeiro, com saldo na conta 43.500-7 e 45.423-0.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Guatambu/SC, 25 de agosto de 2017.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA

Prefeito Municipal

DECRETO 159/2017

DECRETO N. 159/2017

REGULAMENTA A LEI 1054/2017 QUE DISPÕE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE GUATAMBU – SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CLOVIS DAL PIVA, Prefeito Municipal de Guatambu, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 5º, inciso II do inciso IV da Lei Municipal 1.042 de 21 de dezembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Suplementar no Orçamento Geral, do corrente exercício, no valor de R\$ 135.000,00 (cento e trinta e cinco mil reais), na conta abaixo relacionada:

Órgão: 05.00 – Secretaria da Saúde

Unidade Orçamentária: 05.01 – Fundo de Saúde

Função: 10 – Saúde

Sub Função: 301 – Atenção Básica

Programa: 0008 – Saúde Para Todos.

Projeto/Atividade: 1.120 – Construção/Ampliação e Reformas de Unidades de Saúde

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00 – Aplicação Diretas – DR 102 com o valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais)

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00 – Aplicação Diretas – DR

264 com o valor de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais).

Art. 2º. Para suplementar as contas de que trata o artigo 1º, serão deduzidos os valores das seguintes contas:

Órgão: 05.00 – Secretaria de Saúde

Unidade Orçamentária: 05.01 – Fundo de Saúde

Função: 10 – Saúde

Sub Função: 301 – Atenção Básica

Programa: 0008 – Saúde Para Todos.

Projeto/Atividade: 2.127 – Saúde da Família

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00 – Aplicação Diretas – DR 102 com o valor de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais)

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00 – Aplicação Diretas – DR 264 com o valor de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Guatambu, 25 de agosto de 2017.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA

Prefeito Municipal

DECRETO 160/2017

DECRETO N. 160/2017

REGULAMENTA A LEI 1053/2017 QUE DISPÕE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE GUATAMBU – SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CLOVIS DAL PIVA, Prefeito Municipal de Guatambu, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 5º, inciso II do inciso IV da Lei Municipal 1.042 de 21 de dezembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Adicional Especial no Orçamento Geral, do corrente exercício, no valor de R\$ 3.000.000,00 (Três Milhões de Reais), adicionando recursos no orçamento do município, provenientes do Provável Excesso de Arrecadação.

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional Especial aberto em conformidade com o artigo 1º, serão utilizados recursos conforme artigo 43 da Lei Federal nº. 4.320/1964, inciso II - excesso de arrecadação, conforme provável adesão a operação de crédito com o BADESC - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S.A

Art. 3º. O crédito especial referido no artigo 1º será desdobrado ao nível de elemento de despesa segundo a modalidade de aplicação e recurso, nas contas abaixo relacionadas:

Órgão: 06.00 – Secretaria Transportes, Obras e Serviços Urbanos

Unidade Orçamentária: 06.02 – Obras e Serviços Urbanos

Função: 23 – Comércio e Serviços

Sub Função: 662 – Produção Industrial

Programa: 0022 – Desenvolvimento da Indústria e Comércio.

Projeto/Atividade: 1.316 – Construção de Barracões

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00 – Aplicação Diretas – DR 183 operações de crédito, com o valor de R\$ 3.000.000,00 (Três Milhões de Reais).

Art. 4º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Guatambu, 25 de agosto de 2017.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA

Prefeito Municipal

DECRETO 161/2017

DECRETO N. 161/2017

REGULAMENTA A LEI 1055/2017 QUE DISPÕE A ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL ADICIONAL NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE GUATAMBU – SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CLOVIS DAL PIVA, Prefeito Municipal de Guatambu, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 5º, inciso II do inciso IV da Lei Municipal 1.042 de 21 de dezembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Especial no orçamento da Prefeitura Municipal, no valor de R\$ 300.000,00 (Trezentos mil reais), destinado a suprir as seguintes despesas no orçamento, conforme segue:

Órgão: 04.00 – Secretaria Educação, Cultura e Esportes

Unidade Orçamentária: 04.01 – Departamento de educação

Função: 12 – Educação

Sub Função: 361 – Educação Fundamental

Programa: 0005 – Criança na escola

Projeto/Atividade: 2.052 – Manutenção das atividades do departamento de educação

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00 – Aplicação Diretas – DR 119 com o valor de R\$300.000,00 (Trezentos mil reais).

Art. 2º. A fonte de recurso para atender o Crédito Adicional Especial é recursos de anulação de dotação orçamentaria no valor de R\$ 300.000,00 (Trezentos mil reais).

Órgão: 04.00 – Secretaria Educação, Cultura e Esportes

Unidade Orçamentária: 04.01 – Departamento de educação

Função: 12 – Educação

Sub Função: 361 – Educação Fundamental

Programa: 0005 – Criança na escola

Projeto/Atividade: 2.053 – Manutenção da Unidade Escolar Francisco Corá

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00 – Aplicação Diretas – DR 119 com o valor de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais).

Órgão: 04.00 – Secretaria Educação, Cultura e Esportes

Unidade Orçamentária: 04.01 – Departamento de educação

Função: 12 – Educação

Sub Função: 361 – Educação Fundamental

Programa: 0005 – Criança na escola

Projeto/Atividade: 2.054 – Manutenção da Unidade Escolar Linha Killian

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00 – Aplicação Diretas – DR 119 com o valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais).

Órgão: 04.00 – Secretaria Educação, Cultura e Esportes

Unidade Orçamentária: 04.01 – Departamento de educação

Função: 12 – Educação

Sub Função: 361 – Educação Fundamental

Programa: 0005 – Criança na escola

Projeto/Atividade: 2.055 – Manutenção da Unidade Escolar Porto Chalana

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00 – Aplicação Diretas – DR 119 com o valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais).

Órgão: 04.00 – Secretaria Educação, Cultura e Esportes

Unidade Orçamentária: 04.01 – Departamento de educação

Função: 12 – Educação

Sub Função: 365 – Educação Infantil

Programa: 0005 – Criança na escola

Projeto/Atividade: 2.055 – Manutenção da Unidade do Pré- Escolar Criança Feliz

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00 – Aplicação Diretas – DR 119 com o valor de R\$ 100.000,00 (Cinquenta mil reais).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Guatambu, 25 de agosto de 2017.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 70/2017

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO GUATAMBU	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	70/2017
Contratante.:	MUNICÍPIO DE GUATAMBU.
Contratado.:	CRESCER TREINAMENTOS LTDA – ME.
Objeto	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (2018/2021).
Valor	R\$ 5.400,00 (cinco mil e oitocentos reais).
Vigência....:	Início: 23/08/2017 Término: 31/12/2017.
Licitação....:	Dispensa nº 32/2017.
Guatambu/SC, 23/08/2017.	
LUIZ CLÓVIS DAL PIVA	
PREFEITO MUNICIPAL	

EXTRATO DE CONTRATO 71/2017

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO GUATAMBU	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	71/2017
Contratante.:	MUNICÍPIO DE GUATAMBU.
Contratado.:	SALETE LOURENÇO CORREIA CORÁ.
Objeto	LOCAÇÃO DE SALA COMERCIAL MISTA, COM ÁREA DE 35M², LOCALIZADA, NA RUA ÂNGELO CORÁ, NO MUNICÍPIO DE GUATAMBU, PARA UTILIZAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ESPORTES.
Valor	R\$ 2.250,00 (dois mil duzentos e cinquenta reais).
Vigência....:	Início: 23/08/2017 Término: 31/12/2017.
Licitação....:	Dispensa nº 33/2017.
Guatambu/SC, 23/08/2017.	
LUIZ CLÓVIS DAL PIVA	
PREFEITO MUNICIPAL	

Herval d'Oeste

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 023/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 023/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 063/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 034/2017

UNIDADE GESTORA: Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste

VIGÊNCIA: a presente ATA vigorará até 15 de agosto de 2018, prorrogável, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, § 3º, inciso III da Lei 8.666/93.

Aos 16 dias do mês de agosto de 2017, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, foram registrados os preços para eventual publicação de atos oficiais do Município de Herval d'Oeste em jornal de circulação estadual com abrangência no Estado de Santa Catarina, comprovado pelo Instituto Verificar de Circulação (IVC), com edições diárias de segunda-feira até domingo, em fonte arial, tamanho 08, pelo período de 12 meses, conforme descrito no quadro abaixo, celebrada a presente Atas de Registro de Preços entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE, inscrita no CNPJ 82.939.430/0001-38, neste ato representada pelo senhor Américo Lorini, na qualidade de Prefeito Municipal, inscrito no CPF nº 162.730.799-00 e a empresa NC COMUNICAÇÕES S/A, inscrita no CNPJ nº 79.227.963/0001-82, neste ato representado por seu procurador MARCELO AGUIAR ANTÔNIO, portador do CPF 823.859.390-53 em decorrência do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 063/2017, modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 034/2017, pelo Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no edital do processo licitatório epigrafo, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, § 4º da Lei 8.666/93.

Item	Descrição	Unidade	Quantidade Estimada	Valor unitário	Valor total
1	Publicação de atos oficiais do Município de Herval d'Oeste, em jornal de circulação estadual, em fonte arial, tamanho 008.	CMC	1.000	R\$ 39,00	R\$ 39.000,00

Herval d'Oeste, 18 de agosto de 2017.

AMÉRICO LORINI

Prefeito Municipal

CPF: 162.730.799-00

Pelo Município

MARCELO AGUIAR ANTÔNIO

Procurador

CPF 823.859.390-53

Pela NC Comunicações S/A.

Testemunhas:

Rubens Antonio Correia

CPF: 687.857.399-87

Brunna Karla Costenaro Provenci

CPF: 084.982.739-60

CANCELAMENTO ITEM DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 009G/2017

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE

CNPJ/MF Nº 82.939.430/0001-38

Rua Nereu Ramos, nº 389 – Centro

ORGÃO GESTOR

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

MAXI MÓVEIS E PAPELARIA LTDA. - ME

CNPJ/MF Nº 23.518.341/0001-47

Rua Felipe Schmidt, nº 265 - Centro

CONTRATADA

TERMO DE CANCELAMENTO DE ITEM DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 009G/2017

O Município de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, através da Unidade Gestora - PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE - pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ nº 82.939.430/0001-38, estabelecida a Rua Nereu Ramos nº 389, representada pelo Prefeito, Senhor AMÉRICO LORINI, inscrito no CPF nº 162.730.799-00, vem por este instrumento, em virtude de solicitação de desistência de apresentada pela contratada em 21/07/2017, CANCELAR nesta data o registro do item abaixo identificado da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 009G/2017 da empresa detentora do registro MAXI MÓVEIS E PAPELARIA LTDA. - ME inscrita no CNPJ Nº 23.518.341/0001-59,

em decorrência do PROCESSO LICITATÓRIO N° 024/2017, modalidade PREGÃO PRESENCIAL N° 013/2017, que tem como objeto o Registro de Preços para o eventual fornecimento de material escolar e de expediente para uso das diversas Secretarias e Fundos da Administração Municipal pelo período de 12 meses, nos termos do artigo 79 inciso I § 1º da lei federal 8.666/93 e Legislação Complementar.

ITEM	MATERIAL	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	MARCA DO PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE CO-TADA	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
231	39150	TONNER COMPATÍVEL COM IMPRESSORA XEROX PHASER 3260 - 3215W	SUPRI	UND	106	40,00	4.240,00

Fica sujeita a licitante a aplicação de penalidades em conformidade com a legislação vigente, sendo que serão assegurados o contraditório e a ampla defesa.

Para firmeza e validade do que ficou acima estabelecido, lavrou-se o presente termo que em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Herval d'Oeste, 24 de agosto de 2017.

AMERICO LORINI

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 1153/2017

PORTARIA N° 1153/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 12 (doze) dias de Licença Prêmio, à servidora MARILENE ZANINI MILANI (Matr. 61), ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível – 5/1, Referência "D", Anexo XI da LC N°. 316/2013, 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, nos termos do artigo 103, da Lei Complementar N°. 281/2011, referente ao período aquisitivo de 19 de agosto de 2013 a 18 de agosto de 2014, para serem gozadas a contar de 28 de agosto de 2017 a 08 de setembro de 2017.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 28 de Agosto de 2017.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 1154/2017

PORTARIA N° 1154/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 24 (vinte e quatro) dias de Licença Prêmio, à servidora MARCIA GONÇALVES (Matr. 34), ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível – 8, Referência "C", Anexo XI da LC N°. 316/2013, 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, nos termos do artigo 103, da Lei Complementar N°. 281/2011, referente ao período aquisitivo de 19 de agosto de 2013 a 18 de agosto de 2015, para serem gozadas a contar de 28 de agosto de 2017 a 20 de setembro de 2017.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 28 de Agosto de 2017.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1155/2017

PORTARIA Nº 1155/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 12 (doze) dias de Licença Prêmio, à servidora ADRIANA LUCIA GANDIN PARIZZI (Matr. 219), ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível – 8, Referência "B", Anexo XI da LC Nº. 316/2013, 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, nos termos do artigo 103, da Lei Complementar Nº. 281/2011, referente ao período aquisitivo de 19 de agosto de 2012 a 18 de agosto de 2013, para serem gozadas a contar de 28 de agosto de 2017 a 08 de setembro de 2017.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 28 de Agosto de 2017.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1156/2017

PORTARIA Nº 1156/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONVOCAR PARA RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a contar do dia 28 de agosto de 2017, da servidora DANIELA APARECIDA DE BARROS DOS SANTOS (Matr. 3769), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível – 3, Referência "A", Anexo V da LC Nº 280/2011, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 28 de Agosto de 2017.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1157/2017

PORTARIA Nº 1157/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, à Servidora MARISTELA PEDROSO DOS SANTOS (Matr. 2684), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível – 3, Referência "A", Anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo compreendido entre 25 de novembro de 2015 e 28 de novembro de 2016, para serem gozadas a partir de 28 de agosto de 2017 a 26 de setembro de 2017, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 28 de Agosto de 2017.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1158/2017

PORTARIA Nº 1158/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, à Servidora FERNANDA MENEGASSI (Matr. 2871), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Saúde Bucal, Nível – 8, Referência "C", Anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo compreendido entre 09 de fevereiro de 2016 e 11 de fevereiro de 2017, para serem gozadas a partir de 28 de agosto de 2017 a 26 de setembro de 2017, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 28 de Agosto de 2017.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1159/2017

PORTARIA Nº 1159/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Contratar em Caráter Temporário, a Senhora PATRÍCIA DE FREITAS (Matr. 4679), para exercer a função de Professor, Nível – 1 - Referência "A", Anexo XI da LC Nº 316/2013, 20 horas semanais, Ensino Fundamental, Anos Iniciais, turno vespertino, junto ao GEM Nossa Sra. de Fátima, em substituição à Servidora Márcia Gonçalves, que se encontra afastada em gozo de Licença Prêmio, a partir de 28 de agosto de 2017 a 20 de setembro de 2017, classificada na Chamada Pública de que trata o Edital Nº 026/2017/SMECE, de 23 de agosto de 2017, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 291/2011. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d' Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 28 de Agosto de 2017.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1160/2017

PORTARIA Nº 1160/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Contratar em Caráter Temporário, a Senhora THAIS LIANA BELLO COLUSSO (Matr. 4680), para exercer a função de Professor, Nível – 1 - Referência "A", Anexo XI da LC Nº 316/2013, 20 horas semanais, Ensino Fundamental, Anos Iniciais, turno matutino, junto ao GEM Nossa Sra. de Fátima, em substituição à Servidora Márcia Gonçalves, que se encontra afastada em gozo de Licença Prêmio, a partir de 28 de agosto de 2017 a 20 de setembro de 2017, aprovada em 1º lugar na relação de candidatos "Não Habilitados", pelo Processo Seletivo 002/2015 – SMECE/HO de 07 de dezembro de 2015, homologado em 01 de fevereiro de 2016, prorrogado pelo Decreto nº 3.622/2017, de 09/01/2017, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 291/2011. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d' Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 28 de Agosto de 2017.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1161/2017

PORTARIA Nº 1161/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 30 (trinta) dias de Férias não gozadas, conforme Portarias Nº. 1320/2016 e 563/2017, da Servidora MAIRA JACIARA RODRIGUES DE MORAIS DORÉ (Matr. 3392), ocupante do Cargo de Agente Comunitário de Saúde - ACS, 40 horas semanais, Anexo II, Quadro de Pessoal do Programa de Saúde da Família, referente ao período aquisitivo compreendido entre 16 de novembro de 2014 e 02 de dezembro de 2016, para serem gozadas a partir de 28 de agosto de 2017 a 26 de setembro de 2017.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 28 de Agosto de 2017.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

REVOGAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 008/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 057/2017

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 008/2017

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL

REVOGAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 008/2017

OBJETO

Contratação do Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM para prestação de serviços de assessoria técnica em desenvolvimento institucional, na elaboração do Projeto de Análise e Diagnóstico da Folha de Pagamento da Administração Municipal de Herval d'Oeste

Tendo em vista a necessidade de readequação do projeto, em virtude da inclusão de novos serviços ao objeto, determino a revogação do presente processo licitatório.

Determino ainda, que aos setores competentes que procedam os trâmites legais para o lançamento de novo procedimento.

Publique-se

Registre-se

Cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), 24 de agosto de 2017.

AMÉRICO LORINI

PREFEITO MUNICIPAL

Ibiam

PREFEITURA

DECRETO Nº 3050/2017

DECRETO Nº 3.050, DE 08 DE AGOSTO DE 2017.
HOMOLOGA 2ª ETAPA DE ESTÁGIO PROBATÓRIO

IVANIR ZANIN, Prefeito do Município de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o Art. 23, do Estatuto do Servidor Público,

DECRETA:

Art. 1º. Para que surtam os efeitos legais, fica homologada a 2ª Etapa de avaliação do Estágio Probatório dos servidores Edu Henrique de Azevedo, Letícia Branger Ferri e Luis Fernando Tragancin Rinaldi, admitidos por Concurso Público, objeto do Edital nº 001/2016, conforme relatório anexo a este Decreto.

Art. 2º. O relatório foi elaborado pela comissão nomeada pela Portaria nº 162, de 31 de março de 2017, e seu conteúdo estão amparados no Decreto nº 1.636, de 31 de julho de 2007.

Art. 3º. O Departamento de Pessoal, anotarà na ficha funcional dos servidores a homologação desta etapa do estágio probatório.

Art. 4º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 08 DE AGOSTO DE 2017.

IVANIR ZANIN
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

ALCINDO PEROSA
Secretário da Adm. e da Fazenda

DECRETO Nº 3053/2017

DECRETO Nº 3053, DE 23 DE AGOSTO DE 2017.
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e especialmente as conferidas pela Lei n. 0591/2016:

DECRETA:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 19.100,00 (Dezenove mil e cem reais), no orçamento de 2017 da Câmara Municipal de Ibiam, na seguinte programação de despesa:

SUPLEMENTAÇÃO:

Órgão:	01	Poder Legislativo
Unidade Orçamentária:	0101	Câmara de Vereadores
Projeto/Atividade:	2.048	Man. Das Atividades Legislativas
Modalidade de Aplicação:	33900000	Aplicações Diretas
Fonte:	100	Recursos Ordinários
Valor:		19.100,00

Art. 2º Para satisfazer a cobertura do Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, fica anulada a importância de no valor de 19.100,00 (Dezenove mil e cem reais), na seguinte programação de despesa:

ANULAÇÃO:

Órgão:	01	Poder Legislativo
Unidade Orçamentária:	0101	Câmara de Vereadores
Projeto/Atividade:	2.048	Man. Das Atividades Legislativas
Modalidade de Aplicação:	31900000	Aplicações Diretas

Fonte:	100	Recursos Ordinários
Valor:		18.100,00
Órgão:	01	Poder Legislativo
Unidade Orçamentária:	0101	Câmara de Vereadores
Projeto/Atividade:	2.048	Man. Das Atividades Legislativas
Modalidade de Aplicação:	33500000	Transf. Inst. Priv. Sem Fins Lucrativos
Fonte:	100	Recursos Ordinários
Valor:		500,00
Órgão:	01	Poder Legislativo
Unidade Orçamentária:	0101	Câmara de Vereadores
Projeto/Atividade:	2.048	Man. Das Atividades Legislativas
Modalidade de Aplicação:	33930000	Transf. Delegada a Consórcios Públicos
Fonte:	100	Recursos Ordinários
Valor:		500,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 23 DE AGOSTO DE 2017.
IVANIR ZANIN
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado:

PORTARIA 265 - MOBILIÁRIO PARA NOVA UBS

PORTARIA Nº 265, DE 02 DE AGOSTO DE 2017.

HOMOLOGA LICITAÇÃO Nº 010/2017 E ADJUDICA O OBJETO Á EMPRESA VENCEDORA

IVANIR ZANIN, Prefeito do Município de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista parecer da Assessoria Jurídica, RESOLVE:

Art. 1º Homologa a licitação nº 010/2017, modalidade PREGÃO PRESENCIAL, cujo objeto visa a aquisição mobiliários para novas instalações da Unidade Básica de Saúde, e adjudica o objeto licitado às empresas:

I – FARIAS E FARIAS COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA, inscrita no CNPJ 11.943.540/0001-25, pelo preço total de R\$ 2.159,00 (dois mil, cento e cinquenta e nove reais).

II – MAXI MÓVEIS E PAPELARIA LTDA, inscrita no CNPJ 23.518.341/0001-59, pelo preço total de R\$ 2.640,00 (dois mil, seiscentos e quarenta reais).

III – L.A CN INFORMÁTICA LTDA, inscrita no CNPJ 11.924.851/0001-47, pelo preço total de R\$ 7.152,00 (sete mil, cento e cinquenta e dois reais).

IV – MÓVEIS LAZZAI LTDA ME, inscrita no CNPJ 03.900.257/0001-98, pelo preço total de R\$ 1.858,00 (um mil, oitocentos e cinquenta e oito reais).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 02 DE AGOSTO DE 2017.
IVANIR ZANIN
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

ALCINDO PEROSA
Secretário da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 269/2017

PORTARIA Nº 269, DE 08 DE AGOSTO DE 2017

“CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE PARA SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal; considerando os artigos 59 a 64, da Lei federal nº 8.213, de 24 de Julho de 1991, combinado com o Decreto Federal nº 3.048, de 06 de Maio de 1999 e alterações posteriores, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Licença para Tratamento de Saúde a LEILA APARECIDA RAMOS ARALDI, servidora efetiva no cargo de Operador de Pedagoga – Nível 10 – Referência A.

Art. 2º. O afastamento será de Conformidade com o Atestado Médico do Dr. May S. C. Silveira – CRM-SC 13377, no período de 08 a 17 de agosto de 2017.

Parágrafo único. Durante os primeiros 15 (quinze) dias consecutivos ao do afastamento do servidor, a remuneração será a cargo do órgão público.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 08 DE AGOSTO DE 2017.

IVANIR ZANIN
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

ALCINDO PEROSA
Secretário da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 270/2017

PORTARIA Nº 270, DE 11 DE AGOSTO DE 2017

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS VINCULADOS A SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E DA FAZENDA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal e, de conformidade com o art. 76 e ss., da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, bem como o Decreto nº 2.114, de 09 de julho de 2010, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias regulamentares aos servidores públicos municipais vinculados a Secretaria Municipal da Administração e da Fazenda, abaixo relacionados:

Servidores	Período Aquisitivo	Período de Gozo
Cleide Teresinha Perosa	06.07.2014 a 05.07.2015	21.08.2017 a 04.09.2017

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 11 DE AGOSTO DE 2017.

IVANIR ZANIN
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

ALCINDO PEROSA
Secretário da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 271/2017

PORTARIA Nº 271, DE 11 DE AGOSTO DE 2017

CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL PARA SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII do art. 88 da Lei Orgânica Municipal, bem como o Artigo 14 da Lei Municipal nº 044, de 21.07.1997, combinado com o Decreto nº 1474, de 10.07.2006 e o art. 10 da Lei Municipal nº 255, de 07.01.2004, RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER Progressão Horizontal ao servidor IVAIR ZENO MICHELIZZI – Motorista – Nível 2 – Referência A, para o mesmo cargo, Nível 2 – Referência B, de conformidade com o Anexo 4 da Lei Municipal nº 044, de 21.07.1997, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 023, de 03.03.2011.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 19 de julho de 2017 (data da última avaliação).

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 11 DE AGOSTO DE 2017.

IVANIR ZANIN
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

ALCINDO PEROSA
Secretário da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 275/2017

PORTARIA Nº 275, DE 15 DE AGOSTO DE 2017

“CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE PARA SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal; considerando os artigos 59 a 64, da Lei federal nº 8.213, de 24 de Julho de 1991, combinado com o Decreto Federal nº 3.048, de 06 de Maio de 1999 e alterações posteriores,

Considerando a Comunicação de Acidente de Trabalho – CAT, de 5 de agosto de 2017, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Licença para Tratamento de Saúde em virtude de acidente de trabalho a servidora ELZA RINALDI COSER, servidora efetiva no cargo de Contadora – Nível 11 – Referência E.

Art. 2º. O afastamento será de Conformidade com o Atestado Médico do Dr. Rodrigo Specht – CRM-SC 8302, no período de 15 de agosto de 2017 a 10 de fevereiro de 2018.

Parágrafo único. Durante os primeiros 15 (quinze) dias consecutivos ao do afastamento do servidor, a remuneração será a cargo do órgão público.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 15 DE AGOSTO DE 2017.

IVANIR ZANIN

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

ALCINDO PEROSA
Secretário da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 278/2017

PORTARIA Nº 278, DE 16 DE AGOSTO DE 2017

“DETERMINA DESCONTO NA FOLHA DE PAGAMENTO DE SERVIDOR QUE MENCIONA, POR DANO CAUSADO AO ERÁRIO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere os incisos. VII e XXXIV, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal, bem como o art. 45, da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004 e Portaria nº 078, de 01 de março de 2005;

Considerando a multa aplicada pelo DEINFRA, no veículo com código no RENAVAM 1101110098;

Considerando que o ato de notificação, identifica infração praticada pelo motorista;

Considerando que o veículo placa QHU 9748, no dia da infração praticada era dirigido pelo Sr. WILMAR SCUCIATO;

Considerando que a infração praticada deve ser atribuída ao motorista com o ônus inerente, RESOLVE:

Art. 1º. Determinar que a multa aplicada pelo DEINFRA, sob Nº E024007386, seja paga pela Tesouraria do Município.

Art. 2º. Que seja descontado em folha de pagamento do SR. WILMAR SCUCIATO, em parcela única no mês de agosto/2017.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 16 DE AGOSTO DE 2017.

IVANIR ZANIN

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

ALCINDO PEROSA
Secretário da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 279/2017

PORTARIA Nº 279, DE 23 DE AGOSTO 2017

“CONCEDE PRORROGAÇÃO DA LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal e, considerando o § 5º, do art. 87, da Lei Municipal nº 255, de 07 de Janeiro de 2004, com nova redação dada pela Lei Municipal nº 450, de 20 de setembro de 2010, bem como o Atestado Médico apresentado em 25 de abril de 2017, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder prorrogação da Licença Maternidade a servidora SARA ELOISA RINALDI VIECELI, ocupante do cargo comissionado de Assistente de Gabinete – CC-1, da Lei Complementar nº 028, de 14 de fevereiro de 2013.

Art. 2º. A prorrogação da licença maternidade de 60 (sessenta) dias será usufruída no período de 23 de agosto de 2017 a 21 de outubro de 2017.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 23 DE AGOSTO DE 2017.

IVANIR ZANIN

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

ALCINDO PEROSA
Secretário da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 280/2017

PORTARIA Nº 280, 23 DE AGOSTO DE 2017

“CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA DE SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88 da Lei Orgânica Municipal, considerando o artigo 93, da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, com nova redação dada pela Lei Municipal nº 385, de 22 de agosto de 2008, bem como Requerimento do Servidor, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao servidor ANTONIO ENORI GONÇALVES DA SILVA, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Mecânico – Nível 2 – Referência D, Licença por motivo de doença em pessoa da família, sem prejuízo de sua remuneração.

Parágrafo único. A licença de que trata este artigo é para atender Irene Fontana da Silva - esposa, de conformidade com o atestado médico do Dr. Rodrigo Stock – CRM-SC 9540 – RQE 6151.

Art. 2º. O período de afastamento é de 03(três) dias, conforme atestado médico, no período compreendido de 22 a 24 de agosto de 2017.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 22 de agosto de 2017.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 23 DE AGOSTO DE 2017.

IVANIR ZANIN

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

ALCINDO PEROSA

Secretário da Adm. e da Fazenda

Ibicaré

PREFEITURA

EDITAL CREDENCIAMENTO Nº 2/2017 CIRURGIA DE CATARATAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IBICARÉ

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EDITAL DE LICITAÇÃO – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 6/2017

EDITAL CREDENCIAMENTO Nº 2/2017

O MUNICÍPIO DE IBICARÉ (SC), representado neste ato por seu Prefeito, Sr. GIANFRANCO VOLPATO, no uso de suas atribuições legais, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, representado pelo Sr. Irineu Tressoldi, em conformidade com o art. 25 da Lei 8.666/93, bem como de acordo com as condições estabelecidas neste Edital, torna público que se encontra aberto o CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS PARA A REALIZAÇÃO DE CIRURGIA DE CATARATAS, a partir do dia 29 de Agosto de 2017, junto ao setor de compras e licitação da prefeitura municipal de Ibicaré, rua Dom Pedro II , 133, centro, Ibicaré, SC.

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS PARA A REALIZAÇÃO DE CIRURGIA DE CATARATAS, SENDO CONTEMPLADO A AVALIAÇÃO PRÉ-OPERATORIO, PRÉ-ANESTÉSICO E PÓS-OPERATÓRIA, ALÉM DE EXAMES NECESSÁRIOS PARA CONFIRMAÇÃO DO DIAGNOSTICO.

OBTENÇÃO DO EDITAL: Edital completo no Setor de Licitação da Prefeitura Municipal através do E-mail: licitacao@ibicare.sc.gov.br, site: www.ibicare.sc.gov.br, FONE : 049-3538-0222.

Ibicaré – SC, 28 de agosto de 2017

IRINEU TRESSOLDI

Gestor Municipal

Ibirama

PREFEITURA

DECRETO Nº 4.123, DE 22 DE AGOSTO DE 2017 - ALTERA O PROGRAMA DE TRABALHO DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, MEDIANTE REMANEJAMENTO DE RECURSOS DENTRO DA MESMA PROGRAMAÇÃO DE DESPESA

DECRETO nº 4.123, de 22 de agosto de 2017.

“ALTERA O PROGRAMA DE TRABALHO DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, MEDIANTE REMANEJAMENTO DE RECURSOS DENTRO DA MESMA PROGRAMAÇÃO DE DESPESA.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE IBIRAMA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e fundamentos no Artigo 5º, inciso II, da Lei nº 3.263 de 20 de dezembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica alterado o Programa de Trabalho do orçamento, no montante de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) anulando parcialmente o Elemento do Projeto Atividade à saber:

09 – FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

001 – Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal da Saúde

0010.0301.0060.2057 – Manutenção das Ações do Fundo da Saúde

01380800 - SAMU

333900 – Aplicações Diretas R\$15.000,00

TOTAL R\$15.000,00

Art. 2º - Por conta do recurso a que se refere o artigo 1º, ficam suplementados os Elementos do Projeto Atividade à saber:

09 – FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

001 – Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal da Saúde

0010.0301.0060.2057 – Manutenção das Ações do Fundo da Saúde

01380800 - SAMU

331900 – Aplicações Diretas R\$15.000,00

TOTAL R\$15.000,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 22 de agosto de 2017.

ADRIANO POFFO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na data supra.

FÁBIO LUIZ FUSINATO

Secretário de Administração e Finanças

Ilhota

PREFEITURA

AVISO CREDENCIAMENTO Nº 012 - 2017 - AGRICULTURA FAMILIAR

PROCESSO Nº. 384/2017 INEXIGIBILIDADE Nº. 12/2017 – FME Fundo Municipal de Educação	
SETOR	DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
OBJETO	AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, PARA O ATENDIMENTO AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE, conforme Edital e seus anexos.
ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO: a partir das 08:00 horas do dia 29/08/17 até às 17:00 horas do dia 21/09/2017, Sala de Reunião da Comissão Municipal de Licitação.	
ABERTURA DA DOCUMENTAÇÃO: às 09:30 horas do dia 22/09/2017.	
REGIMENTO: Lei Nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.	
MAIORES INFORMAÇÕES: O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site www.ilhota.sc.gov.br e departamento de Compras e Licitações da PMI – Rua Dr. Leoberto Leal, 160 – Centro – Ilhota – SC, ou informações pelo e-mail: licitacao3@ilhota.sc.gov.br - Telefone: (0xx47) 3343-8800 ramal 826. Horário de Expediente da Prefeitura: Das 08h às 12h e das 13:00h às 17:00h.	

ERICO DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

Ilhota, 29 de Setembro de 2017.

CANCELAMENTO AUDIÊNCIA PÚBLICA 7/2017

Edital de Cancelamento da Audiência Pública 07/2017

O Conselho da Cidade de Ilhota, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste, informar o cancelamento da Audiência Pública 7/2017 que iria tratar do Loteamento Porto Seguro.

CARLOS EDUARDO SCHMITT

CONSELHO DA CIDADE DE ILHOTA

LEI COMPLEMENTAR Nº86/2017

Lei Complementar nº 86/2017

REESTRUTURA O SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, CRIA A SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO E TRANSPARÊNCIA PÚBLICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ERICO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Ilhota, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

TÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. O Sistema de Controle Interno do Poder Executivo do Município de Ilhota visa à avaliação da ação governamental e da gestão dos administradores públicos municipais, por intermédio da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, e a de apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

TÍTULO II DAS CONCEITUAÇÕES

Art. 2º. O Controle Interno do Município compreende o plano de organização e todos os métodos e medidas adotadas pela Administração para salvaguardar os ativos, desenvolver a eficiência nas operações, avaliar o cumprimento dos programas, objetivos, metas e orçamentos e das políticas administrativas prescritas, verificar a exatidão e a fidelidade das informações e assegurar o cumprimento da lei.

Art. 3º. Entende-se por Sistema de Controle Interno do Município, o conjunto de atividades de controle exercidas em todos os níveis e em todos os órgãos e entidades da estrutura organizacional, compreendendo, particularmente:

I - o controle exercido diretamente pelos diversos órgãos da administração direta e indireta, objetivando o cumprimento de programas, metas e orçamentos, e a observância à legislação e às normas que orientam a atividade específica do órgão controlado;

II - o controle, pelos diversos órgãos da estrutura organizacional, da observância à legislação e às normas gerais que regulam o exercício das atividades auxiliares;

III - o controle sobre o uso e guarda dos bens pertencentes ao Município, efetuado pelos órgãos próprios;

IV - o controle orçamentário e financeiro sobre as receitas e as aplicações dos recursos, efetuado pelos órgãos dos Sistemas de Planejamento e Orçamento e de Contabilidade e Finanças;

V - o controle exercido pela Unidade de Coordenação do Controle Interno destinado a avaliar a eficiência e a eficácia do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Municipal e a assegurar a observância dos dispositivos constitucionais e dos relativos aos incisos I a VI, do art. 59, da Lei Complementar nº 101/2000..

Art. 4º. O Sistema de Controle Interno do Poder Municipal utiliza como técnicas de trabalho, para a consecução de suas finalidades, a auditoria e a fiscalização.

§ 1º A auditoria visa avaliar a gestão pública, pelos processos e resultados gerenciais, e a aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado.

§ 2º A fiscalização visa comprovar se o objeto dos programas de governo corresponde às especificações estabelecidas, atende às necessidades para as quais foi definido, guarda coerência com as condições e características pretendidas e se os mecanismos de controle são eficientes.

Art. 5º. O Órgão Central do Sistema será a Secretaria de Controle Interno e Transparência Pública.

TÍTULO III

DAS RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO CENTRAL DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

Art. 6º. O Controle Interno do Poder Executivo Municipal, será exercido sob a titularidade da Secretaria de Controle Interno e Transparência Pública, que tem as seguintes responsabilidades:

I - coordenar as atividades relacionadas com o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Municipal, promover a sua integração operacional e expedir atos normativos sobre procedimentos de controle;

II - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional, centralizando, a nível operacional, o relacionamento com o Tribunal de Contas do Estado, respondendo pelo: encaminhamento das prestações de contas anuais - atendimento aos técnicos do controle externo - recebimento das diligências e coordenação das atividades para a elaboração de respostas - acompanhamento da tramitação dos processos e coordenação da apresentação de recursos;

III - assessorar a Administração nos aspectos relacionados com os controles interno e externo e quanto à legalidade dos atos de gestão, emitindo relatórios e pareceres sobre os mesmos;

IV - interpretar e pronunciar-se em caráter normativo sobre a legislação concernente à execução orçamentária, financeira e patrimonial;

V - medir e avaliar a eficiência e a eficácia dos procedimentos de controle interno adotados pelos Órgãos Setoriais do Sistema, através de processo de auditoria a ser realizada nos sistemas de Planejamento e Orçamento, Contabilidade e Finanças, Compras e Licitações, Obras e Serviços, Administração de Recursos Humanos e demais sistemas administrativos da Administração Direta e Indireta do Município, expedindo relatórios com recomendações para o aprimoramento dos controles;

VI - avaliar o cumprimento dos programas, objetivos e metas espelhadas no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias, e nos Orçamentos do Município, inclusive quanto a ações descentralizadas executadas à conta de recursos oriundos dos Orçamentos Fiscal e de Investimentos;

VII - exercer o acompanhamento sobre a observância dos limites constitucionais de aplicações em gastos com a Manutenção e o Desenvolvimento do Ensino e com despesas na Área de Saúde;

VIII - estabelecer mecanismos voltados a comprovar a legalidade e a legitimidade dos atos de gestão e avaliar os resultados, quanto à eficácia, à eficiência e economicidade na gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal, bem como, na aplicação dos recursos públicos por entidades de direito privado;

IX - verificar a observância dos limites e condições para a realização de operações de crédito e sobre a inscrição de compromissos em Restos a Pagar;

X - efetuar o acompanhamento sobre as medidas adotadas para o retorno da despesa total com pessoal aos limites legais, nos termos dos artigos 22 e 23, da Lei Complementar Federal nº 101/00;

XI - efetuar o acompanhamento sobre as providências tomadas para a recondução dos montantes das dívidas consolidada e mobiliária aos respectivos limites, conforme o disposto no art. 31, da Lei Complementar Federal nº 101/00;

XII - aferir a destinação dos recursos obtidos com a alienação de ativos, tendo em vista as restrições constitucionais e as da Lei Complementar Federal nº 101/00;

XIII - auxiliar na criação da controladoria interna do Poder Legislativo Municipal, ante sua autonomia, frente ao art. 2º da Constituição Federal;;

XIV - exercer o acompanhamento sobre a divulgação dos instrumentos de transparência da gestão fiscal nos termos da Lei Complementar Federal nº 101/00, em especial quanto ao relatório Resumido da Execução Orçamentária e ao Relatório de Gestão Fiscal, aferido a consistência das informações constantes de tais documentos;

XV - participar do processo de planejamento e acompanhar a elaboração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e dos Orçamentos do Município;

XVI - manter registros sobre a composição e atuação das comissões de licitações;

XVII - manifestar-se, quando inquirido pela Administração, acerca da regularidade e legalidade de processos licitatórios, sua dispensa ou inexigibilidade e sobre o cumprimento e/ou legalidade de atos, contratos e outros instrumentos congêneres;

XVIII - propor a melhoria ou implantação de sistemas de processamento eletrônico de dados em todas as atividades da administração pública municipal, com o objetivo de aprimorar os controles internos, agilizar as rotinas e melhorar o nível das informações;

XIX - instituir e manter sistema de informações para o exercício das atividades finalísticas do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo

Municipal;

XX - alertar formalmente a autoridade administrativa para que instaure, imediatamente, sob pena de responsabilidade solidária, as ações destinadas a apurar os atos ou fatos inquinados de ilegais, ilegítimos ou antieconômicos que resultem em prejuízo ao erário, praticados por agentes públicos, ou quando não forem prestadas as contas ou, ainda, quando ocorrer desfalque, desvios de dinheiro, bens ou valores públicos;

XXI - dar ciência ao tribunal de Contas do Estado das irregularidades ou ilegalidades apuradas, para as quais a Administração não tomou as providências cabíveis visando a apuração de responsabilidades e o ressarcimento de eventuais danos ou prejuízos ao erário;

XXII - revisar e emitir relatórios sobre os processos de Tomadas de Contas Especiais instauradas pelos órgãos da Administração Direta, pelas Autarquias e pelas Fundações, inclusive sobre as determinadas pelo Tribunal de Contas do Estado.

TÍTULO IV

DAS RESPONSABILIDADES ESPECÍFICAS, QUANTO AO CONTROLE INTERNO, DOS ÓRGÃOS COMPONENTES DOS SISTEMAS DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO E DE CONTABILIDADE E FINANÇAS

Art. 7º. Os órgãos componentes do planejamento orçamentário, contábil e financeiro, no que tange ao controle interno, têm as seguintes responsabilidades:

I - exercer o controle orçamentário e financeiro sobre as receitas e as aplicações dos recursos, em especial aferindo o cumprimento da programação financeira e do cronograma de execução mensal de desembolso, previstos no art. 8º, da Lei Complementar nº 101/00, assim como, na adoção das medidas de limitação de empenho e de movimentação financeira, previstas no art. 9º da mesma lei;

II - exercer o controle, através dos diversos níveis de chefia, objetivando o cumprimento dos programas, objetivos, metas e Orçamento e a observância à legislação e às normas que orientam as atividades de planejamento, de orçamento, financeira e contábeis;

III - controlar os limites de endividamento e aferir as condições para a realização de operações de crédito, assim como para a inscrição de compromissos em Restos a Pagar, na forma da legislação vigente;

IV - efetuar o controle sobre a transposição, o remanejamento ou a transparência de recursos dos orçamentos do Município, na administração direta e indireta, e sobre abertura de créditos adicionais suplementares, especiais ou extraordinários;

V - manter controle dos compromissos assumidos pela Administração Municipal junto às entidades credoras, por empréstimos tomados ou relativos a dívidas confessadas, assim como, dos avais e garantias prestadas e dos direitos e haveres do Município;

VI - examinar e emitir parecer sobre as contas que devem ser prestadas, referentes aos recursos concedidos a qualquer pessoa física ou entidade à conta dos Orçamentos do Município, a título de subvenções, auxílio e/ou contribuições, adiantamentos ou suprimentos de fundos, bem como promover a tomada de contas dos responsáveis em atraso;

VII - exercer o controle sobre valores à disposição de qualquer pessoa física ou entidades que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre qualquer conta do patrimônio público municipal ou pelas quais responda ou, ainda, que em seu nome assuma obrigações de natureza pecuniária, exigindo as respectivas prestações de contas, se for o caso;

VIII - propor a expansão e o aprimoramento dos sistemas de processamento eletrônico de dados, para que permitam realizar e verificar a contabilização dos atos e fatos da gestão de todos os responsáveis pela execução dos orçamentos fiscal, de seguridade social e de investimentos, com a finalidade de promover as informações gerenciais necessárias à tomada de decisões;

IX - exercer o acompanhamento do processo de lançamento, arrecadação, baixa e contabilização das receitas próprias, bem como quanto à inscrição e cobrança da Dívida Ativa;

X - elaborar a prestação de contas anual do Chefe do Poder Executivo Municipal, a ser encaminhada ao Tribunal de Contas do Estado, submetendo-a à apreciação da Secretaria de Controle Interno e Transparência Pública;

XI - aferir a consistência das informações rotineiras prestadas ao Tribunal de Contas do Estado e das informações encaminhadas à Câmara de Vereadores do Município, sobre matéria financeira, orçamentária e patrimonial, na forma de regulamentos próprios;

XII - exercer o controle sobre a destinação dos recursos obtidos com a alienação de ativos, tendo em vista as restrições constitucionais e as da Lei Complementar Federal nº 101/00.

TÍTULO V

DAS RESPONSABILIDADES DE TODOS OS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA PERANTE O SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

Art. 8º. Os diversos órgãos componentes da estrutura organizacional da Prefeitura Municipal de Ilhota, no que tange ao controle interno, têm as seguintes responsabilidades:

I - exercer o controle, através dos diversos níveis de chefia dos diversos sistemas administrativos, objetivando o cumprimento dos programas, objetivos e metas, espalhados no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e nos Orçamentos e a observância à legislação e às normas que orientam a atividade específica dos órgãos de cada sistema;

II - exercer o controle sobre a observância à legislação e às normas gerais que regulam o exercício das atividades auxiliares afetas a cada sistema administrativo;

III - exercer o controle sobre o uso e guarda de bens pertencentes ao Município, colocados à disposição de qualquer pessoa física ou entidade que os utilize no exercício de suas funções;

IV - avaliar, sob o aspecto da legalidade, a execução dos contratos, convênios e instrumentos congêneres afetos ao respectivo sistema administrativo, em que o Município seja parte.

TÍTULO VI

DA ORGANIZAÇÃO DA FUNÇÃO, DO PROVIMENTO DOS CARGOS E DAS NOMEAÇÕES

Capítulo I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 9º. A Secretaria de Controle Interno e Transparência Pública será vinculada diretamente ao Chefe do Poder Executivo Municipal, e dará suporte preventivo e corretivo aos atos administrativos emanados pelos órgãos da administração municipal.

§1º A Secretaria terá como titular um Secretário de Controle Interno e Transparência Pública de livre nomeação e exoneração dentre os servidores de cargo de provimento efetivo do Município de Ilhota que responderá como titular da referida pasta, cujas atribuições estão descritas no art. 6º desta lei.

§2º A descrição, vencimento, carga horária, lotação, requisitos para a investidura no cargo estão descritos no ANEXO I desta lei;

§ 3º O servidor nomeado para o cargo de Secretário de Controle Interno e Transparência Pública poderá optar pela remuneração mais vantajosa, de acordo com os critérios previstos no Plano de Carreira dos Servidores.

CAPITULO II

DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO E TRANSPARÊNCIA PÚBLICA

Art. 10. A Secretaria de Controle Interno e Transparência Pública contará com 03 (três) Departamentos, que terão como titulares servidores ocupantes dos cargos de provimento efetivo, de livre nomeação e exoneração, conforme funções gratificadas previstas no Anexo II, ficando assim divididos:

I – Departamento de Controle Interno e Auditoria;

II – Departamento de Prestação de Contas;

III – Departamento de Ouvidoria e Transparência Pública.

Art. 11. Ficam criados 02 (dois) cargos de provimento efetivo de auditor de controle interno, cujas atribuições, vencimento, carga horária, lotação e requisitos para a investidura estão previstas no ANEXO III da presente lei.

SEÇÃO I

DO DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA

Art. 12. Compete ao Departamento de Controle Interno e Auditoria, através de seu Gerente:

I - coordenar e executar a avaliação do cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual, dos Programas de Governo, dos Orçamentos do Município bem como da Lei de Diretrizes Orçamentárias;

II - fiscalizar a gestão orçamentária, financeira e patrimonial dos órgãos da Administração Direta e Indireta do Município;

III - coordenar e executar os trabalhos relativos à comprovação da legalidade e à avaliação dos resultados, quanto à eficácia e eficiência da gestão contábil, orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Município, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

IV - orientar, acompanhar, fiscalizar e avaliar a gestão orçamentária, financeira e patrimonial dos órgãos da Administração Direta e Indireta, com vistas à aplicação regular e à utilização racional dos recursos e bens públicos;

V - apoiar o controle externo no exercício de sua missão constitucional;

VI - coordenar e executar o controle interno, visando exercer a fiscalização do cumprimento das normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal;

VII - coordenar e executar os trabalhos de fiscalização preventiva nos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Município;

VIII - prestar assessoramento ao Secretário de Controle Governamental e Transparência Pública nas matérias de sua competência;

IX - verificar a consistência dos dados contidos no Relatório de Gestão Fiscal;

X - verificar e controlar a observância dos limites e das condições para realização de operações de crédito e inscrição em Restos a Pagar;

XI - verificar a destinação de recurso obtidos com a alienação de ativos, tendo em vista as restrições constitucionais e as da Lei Complementar Federal nº 101/2000 e suas alterações;

XII - assessorar o Secretário de Controle Governamental e Transparência Pública, quanto ao dever de orientar os administradores de bens e recursos públicos, nos assuntos pertinentes à área de competência do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Municipal, inclusive sobre a forma de prestar contas, conforme disposto no parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal;

XIII - acompanhar a execução física e financeira dos programas, projetos, atividades e de operações especiais, e a aplicação, sob qualquer forma, de recursos públicos;

XIV - assessorar a Administração Municipal nos aspectos relacionados com os controles interno e externo e quanto à legalidade dos atos de gestão, emitindo relatórios e pareceres sobre os mesmos;

XV - exercer o acompanhamento e fiscalização do processo de lançamento, arrecadação, baixa e contabilização das receitas próprias, bem como quanto à inscrição e cobrança da Dívida Ativa, e, renúncia de receita;

XVI - assessorar o Secretário de Controle Governamental e Transparência Pública, no que for necessário para a emissão dos pareceres sobre a regularidade dos atos de admissão de pessoal, concessão de aposentadoria e pensão;

XVII - subsidiar a tomada de decisões governamentais e propiciar a melhoria contínua da qualidade do gasto público, a partir da modelagem, sistematização, geração, comparação e análise de informações relativas a custos, eficiência, desempenho e cumprimento de objetivos e metas;

SEÇÃO II

DO DEPARTAMENTO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 13. Compete ao Departamento de Prestação de Contas e Controle de Convênios através de seu Gerente:

I - fiscalizar, na Administração Direta e Indireta do Município, o cumprimento das normas e regulamentos estabelecidos pela Secretaria de Controle Governamental e Transparência Pública, para formalização de convênios e parcerias que envolvam recursos municipais, estaduais e federais;

II - velar para que não sejam concedidos recursos públicos, a título de subvenções, parcerias voluntárias, auxílios e contribuições nos seguintes casos:

a) para instalação, organização ou fundação de instituições;

- b) à pessoa física ou jurídica que deixar de prestar contas nos prazos estabelecidos;
 - c) à pessoa física ou jurídica que aplicar os recursos em desacordo com a legislação em vigor;
 - d) à pessoa física ou jurídica que tenha dado causa à perda, extravio, dano ou prejuízo ao erário;
 - e) à pessoa física ou jurídica que tenha praticado atos ilegais, ilegítimos ou antieconômicos relacionados à aplicação de recursos públicos;
 - f) à pessoa física ou jurídica que tenha deixado de atender a notificação de órgão de controle interno ou do Tribunal de Contas para regularizar a prestação de contas dentro do prazo fixado;
 - g) à pessoa física ou jurídica que tenha débito e/ou esteja inscrita em dívida ativa no Município.
- III - manter registro atualizado dos convênios, parcerias voluntárias, contratos e outros instrumentos congêneres celebrados pelo Município, em consonância com a Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2.014, e atualizações posteriores;
- IV - prestar orientação, quando inquirido, aos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Município;
- V - acompanhar a execução dos convênios da Administração Municipal, emitindo relatórios, e, impedindo repasse de novas parcelas quando não tiver havido comprovação da boa e regular aplicação da parcela anteriormente recebida, na forma da legislação aplicável, inclusive mediante procedimentos de fiscalização local, realizados periodicamente, e ainda restringindo o repasse de novas parcelas quando:
- a) verificado desvio de finalidade na aplicação dos recursos, atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programadas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais de Administração Pública nas contratações e demais atos praticados na execução do instrumento pactuado, ou o inadimplemento do executor com relação a outras cláusulas conveniais básicas;
 - b) o executor deixar de adotar as medidas saneadoras apontadas pelo partícipe repassador dos recursos ou por integrantes do respectivo sistema de controle interno.
- VI - monitorar o acompanhamento realizado pelos órgãos concedentes de recursos;
- VII - acompanhar a execução e o vencimento de contratos, convênios e outros ajustes, arquivando os respectivos instrumentos e demais documentos afins;
- VIII - acompanhar a atuação dos ordenadores de despesas, bem como de todos àqueles que administrem ou detenham a guarda de bens ou valores pertencentes ou repassados pelo Município;
- IX - acompanhar as prestações de contas provenientes de aplicação de recursos recebidos da União, dos Estados ou de outras pessoas públicas e privadas;
- X - submeter à apreciação do Secretário todos os processos que demandam ocorrências insanáveis no âmbito da sua coordenação, inclusive quanto à necessidade de abertura sindicância, tomada de contas especiais e outros procedimentos de apuração de responsabilidade de agentes públicos;
- XI - elaborar relatórios de acompanhamento para subsidiar ações de planejamento;
- XII - acompanhar a regular emissão de pareceres dos Contadores do Município, os quais detém a atribuição de examinar e emitir parecer sobre as contas que devem ser prestadas, referentes aos recursos concedidos a qualquer pessoa física ou entidade a conta do Orçamento do Município, a título de parcerias voluntárias, auxílios e/ou contribuições, adiantamentos ou suprimentos de fundos.

SEÇÃO III

DO DEPARTAMENTO DE OUVIDORIA E TRANSPARÊNCIA PÚBLICA

Art. 14. Compete ao Departamento de Ouvidoria e Transparência Pública, através de seu Gerente:

- I - supervisionar e executar as atividades de atendimento, recepção, encaminhamento e resposta às questões formuladas pelo cidadão, relacionadas à sua área de atuação, junto aos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Município;
- II - recepcionar e encaminhar as questões formuladas pelo cidadão, relacionadas à sua área de atuação, junto aos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Município;
- III - encaminhar ao cidadão as respostas das questões por ele formuladas;
- VI - estabelecer meios de interação permanente do cidadão com o poder público, visando ao controle social da administração pública;
- V - apurar as reclamações relativas à prestação dos serviços públicos da administração pública municipal direta e indireta, bem como das entidades privadas de qualquer natureza que operem com recursos públicos, na prestação de serviços à população, conforme dispõe o inciso I do § 3º do artigo 37 da Constituição Federal;
- VI - desenvolver outras atividades destinadas à consecução de seus objetivos;
- VII - acompanhar a gestão do conteúdo "Portal da Transparência", relativo à divulgação de dados e informações de natureza orçamentária, financeira e de pessoal dos órgãos e entidades da Administração direta e indireta do Município;
- VIII - examinar os dados disponibilizados pelos órgãos e entidades da Administração direta e indireta do Município, geradores ou fontes das informações, e deliberar acerca da adequação destas ao conteúdo e à forma a que se refere esta Lei;
- IX - propor medidas de inovação e atualização do formato da página de internet, facilitando o acesso e a visualização pelos usuários;
- X - acompanhar, monitorar e fiscalizar o funcionamento da página de internet e de seu conteúdo;
- XI - fazer cumprir o "Acesso a Informação", em observância a Lei Federal nº 12.527/2011;
- XII - receber os pedidos de informações formulados junto a Administração Municipal, e, concomitantemente respondê-los dentro dos prazos determinados pela legislação citadas no inciso anterior.

Capítulo III

DAS NOMEAÇÕES

Art. 15. Os recursos humanos necessários às tarefas de competência da Secretaria de Controle Interno e Transparência Pública, poderão ser recrutados do Quadro de Pessoal do Poder Executivo, desde que preencham as qualificações para o exercício da função.

Art. 16. É vedada a indicação e nomeação para o exercício de função ou cargo relacionado com o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Municipal, tanto no Órgão Central como nos órgãos setoriais do Sistema, de pessoal que tenha sido, nos últimos 05 (cinco) anos:

- I - responsabilizado por atos julgados irregulares, de forma definitiva, pelo Tribunal de Contas do Estado ou da União;
- II - punido, por decisão da qual não caiba recurso na esfera administrativa, em processo disciplinar, por ato lesivo ao patrimônio público, em qualquer esfera de governo;
- III - condenado em processo criminal por prática de crime contra a Administração Pública, capitulados nos Títulos II e XI da Parte Especial

do Código Penal Brasileiro, na Lei nº 7.492, de 16/06/1986, e na Lei nº 8.429, de 02/06/1992.

Capítulo IV DAS VEDAÇÕES E GARANTIAS

Art. 17. Além dos impedimentos capitulados no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais é vedado aos servidores com funções nas atividades de Controle Interno exercer ou manter vínculo ou atividade político-partidária.

Art. 18. Nenhum processo, documento ou informação poderá ser sonegado aos serviços de controle interno, no exercício das atribuições inerentes às atividades de auditoria, fiscalização e avaliação de gestão, sob pena de responsabilidade administrativa de quem lhe der causa ou motivo.

Art. 19. O servidor que exercer funções relacionadas com o Sistema de Controle Interno deverá guardar sigilo sobre dados e informações obtidas em decorrência do exercício de suas atribuições e pertinentes aos assuntos sob a sua fiscalização, utilizando-os, exclusivamente, para elaboração de relatórios e pareceres destinados à Chefia Superior, ao Chefe do Poder Executivo Municipal e ao titular da unidade administrativa, órgão ou entidade na qual procederam-se as constatações.

TÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 20. As despesas da Secretaria de Controle Interno e Transparência Pública correrão à conta de dotações próprias, vinculadas ao Gabinete do Prefeito.

Art. 21. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada na íntegra a Lei Complementar nº 9/2003.

Ilhota, 23 de agosto de 2017.

ERICO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

ANEXO I DO QUADRO DOS CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

Denominação	Carga Horária	Vencimento	Lotação	Habilitação / Escolaridade
Secretário de Controle Interno e Transparência Pública	40 horas	Subsídio fixado em lei municipal	GAP	Nível Superior em Administração, Administração Pública, Economia, Contabilidade ou Direito com experiência de no mínimo dois anos em finanças públicas e contabilidade pública.

ANEXO II FUNÇÕES DE CONFIANÇA EXERCIDA POR SERVIDORES OCUPANTES DE CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO COM REMUNERAÇÃO GRATIFICADA

Denominação	Carga Horária	Valor da Gratificação	Lotação	Habilitação / Escolaridade
Gerente do Departamento de Controle Interno e Auditoria	40 horas	R\$ 1.000,00 (Nível 2)	SEA	Nível Médio com experiência na área de Contabilidade Pública
Gerente do Departamento de Prestação de Contas	40 horas	R\$ 1.000,00 (Nível 2)	SEA	Nível Médio com experiência na área de Contabilidade Pública
Gerente do Departamento de Ouvidoria e Transparência Pública	40 horas	R\$ 1.000,00 (Nível 2)	SEA	Nível Médio

ANEXO III CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

GRUPO PROFISSIONAL: Atividades de Nível Superior - SIGLA: ANS

CATEGORIA FUNCIONAL: Auditor de Controle Interno
CÓDIGO: 42
NÍVEL: I a IV
Classe 01 a 35
CARGA HORÁRIA SEMANAL: Vinte horas
QUANTIDADE: 02
VENCIMENTO: R\$ 2.290,69

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

Atividade de nível superior, de natureza especializada, de grande complexidade envolvendo auditoria interna nas áreas contábil, patrimonial, orçamentária, financeira, administrativa, de suprimento de bens e serviços, de recursos humanos, de tecnologias da informação e de obras e serviços de engenharia, dentre outras, nos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo.

DESCRIÇÃO DETALHADA:

- proceder à fiscalização e inspeções físicas nos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo;
- examinar e avaliar a eficiência e a eficácia dos controles internos exercidos pela Administração Direta e Indireta do Poder Executivo sobre suas atividades contábeis, financeiras e operacionais;
- examinar e avaliar a eficiência, a eficácia, a economicidade e a efetividade dos programas de Governo e dos atos de gestão;
- V - auditar os sistemas de informação, o ambiente computacional, os bancos de dados, as redes de comunicação, bem como os aspectos relacionados à segurança de informações e continuidade dos serviços de informática no âmbito da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo;
- VI - levantar, estruturar e formalizar conjuntos de métodos, técnicas e normas a serem aplicados no exame, avaliação, atestação e proposição de controles inerentes aos aspectos contábeis, patrimoniais, administrativos, tributários, de obras e serviços de engenharia, de recursos humanos e de tecnologias da informação, dentre outros, na Administração Direta e Indireta do Poder Executivo;
- VII - acompanhar a execução e planejamento de processos seletivos, sorteios e consultas públicas no âmbito da Administração Municipal;
- VIII - elaborar relatórios, pareceres, solicitações e demais documentos técnico-administrativos;
- IX - realizar estudos e levantamentos de dados, conferir a exatidão da documentação e aferir a conformidade dos procedimentos, observando prazos, normas e legislação aplicável;
- X - utilizar equipamentos de informática, programas e sistemas informacionais postos à sua disposição, contribuindo para os processos de automação, alimentação de dados e agilização das rotinas de trabalho relativas à sua área de atuação;
- XI - manter-se atualizado no que se refere à legislação e às normas relacionadas com a dinâmica e a organização da Administração Pública;
- XII - manter conduta profissional compatível com os princípios reguladores da Administração Pública, especialmente os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da razoabilidade e da eficiência, preservando o sigilo das informações;
- XIII - elaborar pareceres e laudos técnicos relacionados com sua área de formação acadêmica, conforme legislação profissional específica.

QUALIFICAÇÃO NECESSÁRIA

Curso de nível superior completo em Administração, Administração Pública, Economia, Contabilidade ou Direito com registro no conselho ou órgão fiscalizador do exercício da profissão e OAB.

LEI COMPLEMENTAR Nº87/2017

Lei Complementar nº 87/2017

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA E TRÂNSITO, DO FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO E DA JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS DE INFRAÇÃO – JARI – E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ERICO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Ilhota, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica criado o Departamento de Segurança e Trânsito, vinculado à Secretaria de Planejamento Urbano, para exercer as competências do artigo 24 da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro.

Art. 2º. Compete ao Departamento de Segurança e Trânsito exercer as atividades de engenharia de tráfego, fiscalização de trânsito, educação de trânsito, controle e análise de estatística, conforme exigido na Resolução nº 106/99-CONTRAN.

Art. 3º. O Departamento de Segurança e Trânsito terá como titular um Diretor, conforme descrição contida no ANEXO 1 desta lei, que deverá exercer as seguintes atribuições:

- I – atuar como autoridade de trânsito municipal;
- II – gerir o fundo municipal de trânsito;
- III – executar a fiscalização de trânsito, autuar e aplicar as medidas administrativas cabíveis;
- IV – planejar as ações voltadas à educação e segurança do trânsito;
- V – cumprir com as diretrizes estabelecidas no art. 24 do Código de Trânsito Brasileiro;
- VI – cumprir e fazer cumprir as Resoluções expedidas pelos Conselhos Estadual e Nacional de Trânsito;
- VII – julgar em primeira instância as defesas de autuação no

âmbito do Município;

VIII – realizar outras atividades inerentes às normas regulamentares que dispõe sobre o trânsito.

Parágrafo único. Caso ocorra o afastamento temporário do titular do Departamento de Segurança e Trânsito por qualquer motivo, o Chefe do Poder Executivo poderá designar outro servidor do quadro da Prefeitura Municipal de Ilhota para substituí-lo.

Art. 4º. Fica criado o Fundo Municipal de Trânsito que será gerido pelo Diretor do Departamento de Segurança e Trânsito e será provido através da receita arrecadada com a cobrança das multas de trânsito.

Art. 5º. Os recursos depositados no Fundo Municipal de Trânsito serão aplicados, exclusivamente, em sinalização, engenharia de tráfego, de campo, policiamento, fiscalização e educação de trânsito, atendendo ao disposto no art. 320 do Código de Trânsito Brasileiro-CTB.

Art. 6º. Fica criada a Junta Administrativa de Recursos de Infrações –JARI, vinculada ao Departamento de Segurança e Trânsito.

Art. 7º. A JARI terá regimento próprio regulamentado através de Decreto Municipal, observado o disposto no inciso VI, do art. 12, do CTB e apoio administrativo e financeiro do Departamento de Segurança e Trânsito.

Art. 8º. Compete à JARI:

- I - julgar os recursos interpostos pelos infratores;
- II - solicitar aos órgãos e entidades executivos de trânsito e executivos rodoviários informações complementares relativas aos recursos, objetivando uma melhor análise da situação recorrida;
- III - encaminhar aos órgãos e entidades executivos de trânsito e executivos rodoviários informações sobre os problemas observados nas autuações e apontados em recursos e que se repitam sistematicamente.

Art. 9º. A JARI será composta por três membros titulares e respectivos suplentes, sendo:

I – 1 (um) representante do órgão que impõe a penalidade;

II – 1 (um) representante indicado pela entidade representativa da sociedade ligada a área de trânsito;

III – 1 (um) representante com conhecimento na área de trânsito com no mínimo nível médio;

§ 1º A nomeação dos três titulares e dos respectivos suplentes será efetivada pelo Prefeito;

§ 2º O mandato dos membros da JARI terá duração de um ano, permitida a recondução;

§ 3º Os membros da JARI perceberão remuneração de 200 (duzentas) UFM por reunião.

Art. 10. As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações próprias da Prefeitura Municipal.

Art. 11. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Ilhota, 23 de agosto de 2017

ERICO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

LEI ORDINÁRIA Nº 1867/2017

Lei Ordinária nº 1867/2017

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL – PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECAÇÃO NO DECORRER DO EXERCÍCIO DE 2017, PARA ATENDER A DOTAÇÃO CONSTANTE DO ORÇAMENTO DO CORRENTE EXERCÍCIO.

ERICO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Ilhota, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Em conformidade com o artigo 12 inciso I, da Lei Orçamentária Anual de 11 de fevereiro de 2016 fica o Executivo Municipal, autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar e Crédito Adicional Especial – Provável Excesso de Arrecadação no valor de R\$ 7.533.651,00 (sete milhões, quinhentos e trinta e três mil, seiscientos e cinquenta e um reais), no orçamento vigente, distribuído com a seguinte classificação:

04 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

04.01 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

1745200062.073 – Manutenção e Funcionamento do Departamento de Águas e Saneamento

4.4.90.00.00.00.00 – 100 Aplicações Diretas (22) R\$ 300.000,00

0412200491.033 – Construção da Capela Mortuária

4.4.90.00.00.00.00 – 100 Aplicações Diretas (32057) R\$ 525.151,00

05 – SECRETARIA DE FINANÇAS

05.01 – DEPARTAMENTO DE ESTRADA DE RODAGEM - DMEER

0618100072.025 – Manutenção de Convênio do Bombeiro Militar

3.3.90.00.00.00.00 – 100 Aplicações Diretas (29) R\$ 200.000,00

07 – SECRETARIA DE TRANSPORTES

07.01 – SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS

1545200102.010 – Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos

3.3.90.00.00.00.00 – 100 Aplicações Diretas (37) R\$ 76.000,00

4.4.90.00.00.00.00 – 100 Aplicações Diretas (38) R\$ 335.000,00

2575200072.023 – Ampliação e Manutenção da Iluminação Pública

4.4.90.00.00.00.00 – 8 Aplicações Diretas (42)

..... R\$ 158.000,00

2678200071.005 – Pavimentação e Drenagem de Ruas, Reurbanização e Revitalização

3.3.90.00.00.00.00 – 1064 Aplicações Diretas (43) R\$ 500.000,00

4.4.90.00.00.00.00 – 34 Aplicações Diretas (30614) R\$ 681.000,00

4.4.90.00.00.00.00 – 100 Aplicações Diretas (45) R\$ 1.000.000,00

4.4.90.00.00.00.00 – 1064 Aplicações Diretas (46) R\$ 2.800.000,00

08 – SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

08.01 – SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS

1545200102.010 – Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos

3.3.90.00.00.00.00 – 100 Aplicações Diretas (55) R\$ 228.000,00

09 – SECRETARIA DE AGRICULTURA

09.01 – DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA

2060600081.002 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

4.4.90.00.00.00.00 – 34 Aplicações Diretas (32062) R\$ 100.500,00

10 – SECRETARIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO, ESPORTE E TURISMO

10.01 – DEPARTAMENTO INDÚSTRIA, COMÉRCIO, ESPORTE E TURISMO

1339200511.035 – Reforma e Ampliação do Casarão Belga

4.4.90.00.00.00.00 – 34 Aplicações Diretas (32058) R\$ 300.000,00

4.4.90.00.00.00.00 – 100 Aplicações Diretas (32059) R\$ 20.000,00

1545200501.1034 – Reforma da Praça do Centro da Cidade

4.4.90.00.00.00.00 – 34 Aplicações Diretas (32060) R\$ 295.000,00

4.4.90.00.00.00.00 – 100 Aplicações Diretas (32061) R\$ 15.000,00

Total R\$ 7.533.651,00

Art. 2º. Para efetuar a despesa decorrente do Artigo 1º do presente projeto de lei, serão utilizados os recursos provenientes das receitas do Provável Excesso de Arrecadação da Fonte de Recurso: (8) Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública – COSIP, Fonte de Recursos: (34) Transferências de Convênios (União), fonte de recursos (100) Ordinários e da fonte de recursos (1064) Transferência de Convênios (Estado), apurada em conformidade com a Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, Art. 43 - §3º.

Fonte de Recursos: 8 – Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública – COSIP

Fonte de Recursos: 34 – Transferências de Convênios (União).

Fonte de Recursos: 100 – Ordinários.

Fonte de Recursos: 1064 – Transferência de Convênios (Estado).

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Ilhota, 23 de agosto de 2017

ERICO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

LEI ORDINÁRIA Nº 1868/2017

Lei Ordinária nº 1868/2017

AUTORIZO O MUNICÍPIO DE ILHOTA/SC A FIRMAR CONVÊNIO COM O ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA COM INTERVENIÊNCIA DO INSTITUTO GERAL DE PERÍCIAS VISANDO A DESCENTRALIZAÇÃO DA ATIVIDADE DE INSERÇÃO DE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL, PRELIMINAR À EMISSÃO DA CÉDULA INDIVIDUAL DE IDENTIFICAÇÃO.

ERICO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Ilhota, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Município de Ilhota autorizado a firmar o convenio com o estado de Santa Catarina, através da secretaria de Segurança Pública, com interveniência do Instituto Geral de Pericias visando a descentralização da atividade de inserção de dados de identificação civil, preliminar à emissão da cédula individual de identificação.

Art. 2º. As despesas decorrentes desta Lei correrão a conta da dotação orçamentária própria do orçamento vigente.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Ilhota, 23 de agosto de 2017

ERICO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

LEI ORDINÁRIA Nº 1869/2017

Lei Ordinária nº 1869/2017

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA LEI 1815/2016 DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS DE 2017 E DA LEI 1.825/16 ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2017, ATRAVÉS REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, POR CONTA DA ANULAÇÃO PARCIAL OU TOTAL DAS DOTAÇÕES PREVISTAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, DE CONFORMIDADE COM O ART. 16, II, ART. 18 E ART. 19 DA LOA/2016, NA IMPORTÂNCIA DE R\$ 70.000,00 (SETENTA MIL REAIS) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ERICO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Ilhota, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

CAPÍTULO – I**DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**

Art. 1º. Fica igualmente alterada a Lei nº. 1.815, de 18 de Julho de 2016 - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2017, em conformidade com o art. 29º, IV e art. 30º, relativo ao remanejamento de dotação orçamentária vigente, no valor total de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), na 12-01 – Fundo Municipal de Saúde de Ilhota, Atividade: 1030100142.013 – Manutenção e Funcionamento do Fundo Municipal de Saúde – 3.3.90.00.00.00.00 -102 Aplicações Diretas (98), valor R\$ 50.000,00,(cinquenta mil reais), 4.4.90.00.00.00.00 102 – Aplicações Diretas (100), valor R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), objetivando ao atendimento de despesas de caráter continuado.

CAPÍTULO – II**DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Art. 2º. Fica alterada a Lei nº. 1.825, de 07 de Dezembro de 2016

- LOA - Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2017, em conformidade com o art. 18º, parágrafo único e art.19º, mais precisamente no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde, através do remanejamento de dotação orçamentária vigente, no valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), na 12-01 – Fundo Municipal de Saúde de Ilhota, Atividade: 1030100142.013 – Manutenção e Funcionamento do Fundo Municipal de Saúde – 3.3.90.00.00.00.00 – 102 Aplicações Diretas (98), valor R\$ 50.000,00,(cinquenta mil reais), 4.4.90.00.00.00.00 – 102 Aplicações Diretas (100), valor R\$ 20.000,00,(vinte mil reais), em conformidade com o disposto neste ato, objetivando ao atendimento de despesas de caráter continuado.

CAPÍTULO – III**DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA**

Art. 3º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder, o remanejamento de dotação orçamentária do seguinte item do orçamento vigente na importância de R\$ 70.000,00,(setenta mil reais), em conformidade com o art. 12º, II e art.13º da lei 1.806/2016 – LOA, a seguir:

12 – Fundo Municipal de Saúde de Ilhota

12.01 – Fundo Municipal de Saúde de Ilhota

Projeto: 1030100142.013– Manutenção e Funcionamento do Fundo Municipal de Saúde

3.3.90.00.00.00.00 – fonte Recurso (102) Aplicações Diretas (98)

R\$ 50.000,00

4.4.90.00.00.00.00 – fonte Recurso (102) Aplicações Diretas (100)

R\$ 20.000,00

Total

R\$ 70.000,00

Art. 4º. Para o atendimento do Crédito autorizado neste ato fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal, a proceder às seguintes reduções orçamentária no valor total de R\$ 70.000,00(setenta mil reais), conforme especificado abaixo:

12 – Fundo Municipal de Saúde de Ilhota

12.01 – Fundo Municipal de Saúde de Ilhota

Projeto: 1030100141.025 – Reforma e Ampliação de Unidade de Saúde Básica.

3.3.90.00.00.00.00 – fonte Recurso (102) Aplicações Diretas (89)

R\$ 50.000,00

Projeto: 1030100141.026 – Aquisição de Ambulância

4.4.90.00.00.00.00 – fonte Recurso (102) Aplicações Diretas (93)

R\$ 20.000,00

Total

R\$ 70.000,00

Art. 5º. Com objetivo de atendimento dos prescritos na Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000, relativamente no que tange a compensação das despesas ora instituídas com o advento deste ato, ficam compensadas pela redução parcial das previsões constantes na matéria orçamentária em execução no Fundo Municipal da Saúde de Ilhota, mais propriamente consignadas nas Leis LDO e LOA, no Projeto: 1030100141.025 – Reforma e Ampliação de Unidade de Saúde Básica 3.3.90.00.00.00.00 – fonte Recurso (102) Aplicações Diretas (89) R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) e no Projeto: 1030100141.026 – Aquisição de Ambulância 4.4.90.00.00.00.00 – fonte Recurso (102) Aplicações Diretas (93) R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Ilhota, 23 de agosto de 2017

ERICO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

LEI ORDINÁRIA Nº 1870/2017

Lei Ordinária nº 1870/2017

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR, NO ORÇAMENTO DE 2017, DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ILHOTA, POR DESTINAÇÃO DE RECURSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ERICO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Ilhota, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder abertura de Crédito Adicional Suplementar por Superávit Financeiro apurado no exercício anterior, por fonte de Recurso, na importância de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais), destinado aos seguintes programas e dotações abaixo discriminadas:

ÓRGÃO: 11 – Fundo Municipal de Educação de Ilhota
 UNIDADE: 11.01 – Fundo Municipal de Educação de Ilhota
 Atividade – 1236100152.046 – Manutenção do Ensino Fundamental
 3.3.90.00.00.00.00 FR(19) – Aplicações Diretas (178)
 R\$ 300.000,00
 4.4.90.00.00.00.00 FR(101) – Aplicações Diretas (181)
 R\$ 150.000,00
 Atividade – 1236500152.047 – Manutenção do Ensino Infantil
 3.3.90.00.00.00.00 FR(19) – Aplicações Diretas (206)
 R\$ 200.000,00
 4.4.90.00.00.00.00 FR(101) – Aplicações Diretas (209)
 R\$ 150.000,00

TOTAL GERAL R\$ 800.000,00

Art. 2º - Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro verificado em 31/12/2016, na fonte de recurso (19) FUNDEB e (101) ORDINÁRIO.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua Publicação.

Ilhota, 23 de agosto de 2017.

ERICO DE OLIVEIRA
 Prefeito Municipal

LEI ORDINÁRIA Nº 1871/2017

Lei Ordinária nº 1871/2017

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL – PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO DECORRER DO EXERCÍCIO DE 2017, DESTINADO A SECRETARIA DE PLANEJAMENTO URBANO E SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, PARA ATENDER A DOTAÇÃO CONSTANTE DO ORÇAMENTO DO CORRENTE EXERCÍCIO, RELATIVO A MANUTENÇÃO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.

ERICO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Ilhota, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. De conformidade com o artigo 12 inciso I, da Lei Orçamentária Anual de 11 de fevereiro de 2016 fica o Executivo Municipal, autorizado a abrir Crédito Adicional Especial – Provável Excesso de Arrecadação no decorrer do exercício, no valor de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), no orçamento vigente, distribuído com a seguinte classificação:

26 – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO URBANO

26.01 – DEPTO. DE ANÁLISE DE PROJETOS E FISCALIZAÇÃO DE

OBRAS

2.095 - Manutenção e Funcionamento da Secretaria de Planejamento Urbano
 3.1.90.00.00.00.00 – 100 – Aplicações Diretas (32369)
 R\$ 110.000,00
 3.1.91.00.00.00.00 – 100 – Aplicações Diretas (32370)
 R\$ 15.000,00
 3.3.90.00.00.00.00 – 100 – Aplicações Diretas (32371)
 R\$ 60.000,00
 4.4.90.00.00.00.00 – 100 – Aplicações Diretas (32372)
 R\$ 15.000,00

22 – SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**22.01 – DEPTO. DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.**

2.093 - Manutenção e Funcionamento da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

3.1.90.00.00.00.00 – 100 – Aplicações Diretas (32373)
 R\$ 110.000,00
 3.1.91.00.00.00.00 – 100 – Aplicações Diretas (32374)
 R\$ 15.000,00
 3.3.90.00.00.00.00 – 100 – Aplicações Diretas (32375)
 R\$ 60.000,00
 4.4.90.00.00.00.00 – 100 – Aplicações Diretas (32376) R\$ 15.000,00

Total R\$ 400.000,00

Art. 2º. Para efetuar a despesa decorrente do Artigo 1º do presente projeto de lei, serão utilizados os recursos provenientes das receitas do Provável Excesso de Arrecadação no Decorrer do Exercício da Fonte de Recurso: (100) Ordinários (recurso Próprio) apurada em conformidade com a Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, Art. 43 - §3º.

Fonte de Recursos: 100 – Ordinários (recurso Próprio).

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Ilhota, 23 de agosto de 2017.

ERICO DE OLIVEIRA
 Prefeito Municipal

PORTARIA 200/2017

PORTARIA Nº 200/2017

Erico de Oliveira, Prefeito Municipal de Ilhota, no uso de suas atribuições legais, contidas no art. 72, II e XXV da Lei orgânica Municipal,

RESOLVE

EXONERAR, o(a) Sr(a) Tiago de Souza, do cargo de CHEFE DE DIVISÃO, em caráter em comissão, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 25 de agosto de 2017.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.

Em 28 de agosto de 2017.

ERICO DE OLIVEIRA
 Prefeito Municipal

RESULTADO PSPS 4/2017

OFICIO N° 022/2017/SMS Ilhota (SC), 28 de agosto de 2017.

A Comissão de Avaliação, após recebimento dos recursos, reclassificou os candidatos conforme segue abaixo.

DENTISTA

CLASSIFICAÇÃO	INSCRITOS	Nº INSCRIÇÃO
1º	Camila Cristina L. Pie	60
2º	Leandro Deschamps	50
3º	André Ezídio Santos (RECURSO)	53
4º	Bruna de Oliveira	37
5º	Guilherme Miranda Sampaio	33
6º	Bruna Schreiber (RECURSO)	08
7º	Anderson Henrique Costa Farias	39
8º	Simone de Souza P. Paes	03
9º	Antonio Guarilha Junior	16
10º	Thaína C. G. do Nascimento	97
11º	Gloria Fabiana levi	61
12º	Carini Gabriela Pivatto	23
13º	Jaqueline Fachi	55
14º	Halime Adel Saleh	07
15º	Nemrod Ronan Schiefler	05

TECNICO EM ENFERMAGEM

CLASSIFICAÇÃO	INSCRITOS	Nº INSCRIÇÃO
1º	Samara de Souza Silva Nunes	71
2º	Ivanete Orzechowski	10
3º	Cleiton Manoel dos Santos	87
4º	Debora Mensor	40
5º	Luiza Aparecida de Paula (RECURSO)	51
6º	Juliane Del Castanhel (RECURSO)	26
7º	Rosa Lucinda Hinz Teixeira	56
8º	Camila Silva dos Santos Lima (RECURSO)	62
9º	Rute Veiga Ferreira	01
10º	Maria Cristina Evangelhista	41
11º	Tereza Kruchinski Ramos	27
12º	Roseli de Fátima Binello Gonçalves Couto	59
13º	Ricardo Bezerra de Oliveira	28
14º	Vania Siqueira de lima	47
15º	Katlyn Adão Americo	46
16º	Gisele Martins Gonçalves (RECURSO)	72
17º	Sheila Maria Souza Borges (Desclassificada)	-

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

CLASSIFICAÇÃO	INSCRITOS	Nº INSCRIÇÃO
1º	Maria Tereza Richartz (RECURSO)	70
2º	Janete da Conceição	44
3º	Marcia Denise da Cunha de Souza	32
4º	Cristiana Aparecida Gonçalves (RECURSO)	75
5º	Lorilei Rodrigues de Vargas Jacob	21
6º	Marilene Travasso de Andrade (RECURSO)	68
7º	Raquel Batista	09
8º	Cecilia de Fatima Varela Lima	31
9º	Natalia T. Ponchiroli	14
10º	Luciana Machado Fernandes	65
11º	Gilmara Alegri dos Santos (RECURSO)	30

12º	Wanderleia Richartz Werner (RECURSO)	77
13º	Adriana Lindamara Chaves	92
14º	Luciana da Silva Stein	29
15º	Giovana Tolardo	24
16º	Roberta Plotegher	12
17º	Rosemeri Emídio	52
18º	Cirlene Rinco Gregio (RECURSO)	02
19º	Tatiana Hipólito (RECURSO)	17
20º	Elisangela Richartz Schmitz (RECURSO)	49
21º	Simone Pinheiro (RECURSO)	38
22º	Janaina Cintia dos S. da Silva (RECURSO)	67
23º	Marcia Cardoso (RECURSO)	18
24º	Pamela Teixeira	35
25º	Maria Teixeira (RECURSO)	76
26º	Janaina Aparecida Valgas (RECURSO)	79

Comissão de Avaliação de Processo Seletivo

Cheila Carla Darossi
 Celso de Oliveira Junior
 Maria Aparecida Maes Mabba Quintino

Imarui

PREFEITURA

DECRETO Nº 062

DECRETO Nº. 062, DE 28 DE AGOSTO DE 2017.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR, EXERCÍCIO 2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, Prefeito de Imaruí, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Imaruí,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar, no orçamento do Poder Executivo no exercício 2017, na importância de R\$ 327.000,00, nas seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO – 06	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
UNIDADE – 06.01	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
PROJ/ATIV. – 2.013	MANUTENÇÃO DOS ENCARGOS GERAIS			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	25	1.000	Aplicações Diretas	123.000,00
ÓRGÃO – 07	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP.E JUVENTUDE			
UNIDADE – 07.02	DIRETORIA DE ENSINO			
PROJ/ATIV. – 2.027	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL – CRECHE			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	60	1.001	Aplicações Diretas	24.000,00
PROJ/ATIV. – 2.030	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	74	1.001	Aplicações Diretas	100.000,00
PROJ/ATIV. – 2.033	MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	81	1.000	Aplicações Diretas	80.000,00
Total				327.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação de que trata o art. 1º deste Decreto serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(es) orçamentária(s):

ÓRGÃO – 07	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP.E JUVENTUDE			
UNIDADE – 07.02	DIRETORIA DE ENSINO			
PROJ/ATIV. – 1.010	AQUISIÇÃO DE AREA, CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE ESCOLAS			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	34	1.000	Aplicações Diretas	9.800,00
4.4.90.00.00.00.00.00	37	1.000	Aplicações Diretas	30.000,00
PROJ/ATIV. – 1.012	AQUISIÇÃO DE VEICULO/ ONIBUS/ MICRO ONIBUS			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
4.4.90.00.00.00.00.00	42	1.000	Aplicações Diretas	20.000,00
PROJ/ATIV. – 1.013	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE QUADRA POLIESPORTIVA			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	44	1.000	Aplicações Diretas	10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	46	1.000	Aplicações Diretas	20.000,00
PROJ/ATIV. – 2.021	MANUTENÇÃO DO ENSINO SUPERIOR			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.50.00.00.00.00.00	47	1.000	Aplicações Diretas	36.000,00
PROJ/ATIV. – 2.022	MANUTENÇÃO DO NAE			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	50	1.000	Aplicações Diretas	48.200,00
PROJ/ATIV. – 2.029	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
4.4.90.00.00.00.00.00	70	1.000	Aplicações Diretas	30.000,00
UNIDADE – 07.04	DIRETORIA DE DESPORTO E JUVENTUDE			
PROJ/ATIV. – 2.035	MANUTENÇÃO DO DESPORTO E JUVENTUDE			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.50.00.00.00.00.00	90	1.000	Aplicações Diretas	20.000,00

ÓRGÃO – 08	SECRETARIA DA INDUSTRIA, COMERCIO E TURISMO			
UNIDADE – 08.01	SECRETARIA DA INDUSTRIA, COMERCIO E TURISMO			
PROJ/ATIV. – 2.045	MANUT. DA SECRETARIA DE INDUSTRIA, COMERCIO E TURISMO			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	93	1.000	Aplicações Diretas	18.000,00
PROJ/ATIV. – 2.046	APOIO A REALIZAÇÃO DE EVENTOS			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	96	1.000	Aplicações Diretas	60.000,00
ÓRGÃO – 09	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL E PECUARIO			
UNIDADE – 09.01	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL E PECUARIO			
PROJ/ATIV. – 1.050	AQUISIÇÃO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRICOLAS			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
4.4.90.00.00.00.00.00	99	1.000	Aplicações Diretas	5.000,00
ÓRGÃO – 11	SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS			
UNIDADE – 11.01	SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS			
PROJ/ATIV. – 1.066	PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
4.4.90.00.00.00.00.00	134	1.000	Aplicações Diretas	20.000,00
Total				327.000,00

Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a retificar os anexos do Plano Plurianual, 2014-2017 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, 2017.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Imaruí, 28 de agosto de 2017.

RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Imbituba

PREFEITURA

EXTRATO DE ABERTURA - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL PMI/CERSP/PSS/Nº 21/2017

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

EDITAL PMI/CERSP/PSS/Nº 21/2017

EXTRATO DE ABERTURA

De ordem do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Imbituba, a Comissão Especial de Recrutamento e Seleção de Pessoal – CERSP da Prefeitura Municipal de Imbituba, Santa Catarina, no uso de suas atribuições, pelo decreto 65, de 30 de abril de 2008, torna público as instruções especiais destinadas a realização de Processo Seletivo Simplificado por Títulos, destinado a reserva técnica para preenchimento dos cargos temporários existentes no Quadro Permanente e Suplementar de Pessoal do Magistério, conforme Lei nº 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o Edital a seguir:

1 DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O Processo Seletivo Simplificado a que se refere o presente Edital, em caráter excepcional, consistirá de Análise de Títulos, tendo como objetivo o recrutamento e a seleção de profissional para suprir vagas na área de Língua Inglesa.

Disciplina	Formação mínima exigida
Professor II de Língua Inglesa	- Licenciatura em Letras com habilitação em Língua Inglesa.
Professor I de Língua Inglesa	- Histórico escolar e frequência de, no mínimo, 5º semestre de Licenciatura em Letras com habilitação em Língua Inglesa.

ANEXO I

Categoria Funcional	Área de Atuação	Vagas	Salário para respectiva jornada semanal			
			40h	30h	20h	10h
Professor (Nível I)	Ensino Fundamental	RT*	1.863,66	1.397,75	931,83	465,92
Professor (Nível II)			2.017,74	1.513,31	1.008,87	504,44

*RT = Reserva Técnica

0.1 Para candidatar-se ao cargo em aberto neste edital, o candidato deverá comprovar a formação mínima exigida (requisitos básicos), conforme detalhado no quadro acima.

As inscrições serão realizadas no período de 29 de agosto à 11 de setembro de 2017, junto ao Departamento de Gestão de Pessoas, da Secretaria Municipal de Administração, localizada a Rua: Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, Santa Catarina, das 13:30 às 19:00 horas e/ou via SEDEX.

Edital completo: Disponível na internet www.imbituba.sc.gov.br / TRANSPARÊNCIA / CONCURSO / PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 21/2017

PORTARIA PMI/SEAD Nº 609/2017

PORTARIA PMI/SEAD Nº 609, de 17 de agosto de 2017.

Dispõe sobre a Demissão a Pedido de Professora, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei nº 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Demitir a pedido, a abaixo relacionada, admitida em 05 de junho de 2017, através da PORTARIA PMI/SEAD Nº 499/2017, para exercer o cargo/função conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Demissão
Célia Maurília da Silva Pacheco	Professora I - 20h	023.075.769-32	10/08/2017

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba SC, 17 de agosto de 2017.

Amilton Gonçalves de Souza
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se,
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

PORTARIA PMI/SEAD Nº 610/2017

PORTARIA PMI/SEAD Nº 610, de 18 de agosto de 2017.

Dispõe sobre a Demissão a Pedido de Auxiliar Cuidadora/Educadora, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e Lei Complementar nº 4.489 de 09 de dezembro de 2014 e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Demitir a pedido, a abaixo relacionada, admitida em 26 de abril de 2017, através do Processo Seletivo Simplificado Edital - 14/2015 e PORTARIA PMI/SEAD Nº 411/2017, para exercer o cargo/função conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Demissão
Franciani Flores	Auxiliar Cuidadora/Educadora 40h	103.685.369-12	22/08/2017

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba SC, 18 de agosto de 2017.

Amilton Gonçalves de Souza
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se,
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

PORTARIA PMI/SEAD Nº 611/2017

PORTARIA PMI/SEAD Nº 611, de 18 de agosto de 2017.

Dispõe sobre a admissão de Agente Comunitário de Saúde, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado Edital - 10/2017, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Priscila Santos de Farias	Agente Comunitário de Saúde	099.107.827-66	16/08/2017

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 18 de agosto de 2017.

Amilton Gonçalves de Souza
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se,
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

PORTARIA PMI/SEAD Nº 612/2017

PORTARIA PMI/SEAD Nº 612, de 21 de agosto de 2017.

Dispõe sobre a admissão de Agente Comunitário de Saúde, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado Edital - 10/2017, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Marilande Ramos	Agente Comunitário de Saúde	888.407.279-49	22/08/2017

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 21 de agosto de 2017.

Amilton Gonçalves de Souza
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se,
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

PORTARIA PMI/SEAD Nº 613/2017

PORTARIA PMI/SEAD Nº 613, de 22 de agosto de 2017.

Dispõe sobre a admissão de Motorista, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, o abaixo relacionado, aprovado no Processo Seletivo Simplificado Edital - 13/2017, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
João Sivaldo dos Santos	Motorista	066.207.603-68	25/08/2017

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 22 de agosto de 2017.

Amilton Gonçalves de Souza
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se,
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

PORTARIA PMI/SEAD Nº 614/2017

PORTARIA PMI/SEAD Nº 614, de 23 de agosto de 2017.

Dispõe sobre a admissão de Servente Merendeira, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado Edital - 08/2013, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Ana Oliveira Fernandes da Silva	Servente Merendeira	036.677.299-60	28/08/2017

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 23 de agosto de 2017.

Amilton Gonçalves de Souza
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se,
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

PORTARIA PMI/SEAD Nº 615/2017

PORTARIA PMI/SEAD Nº 615, de 24 de agosto de 2017.

Dispõe sobre a exoneração de servidora de carreira, em função gratificada de Coordenadora, do órgão superior correspondente, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017, ainda conforme o disposto no Processo nº 17947/2017 e considerando todo o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a servidora de carreira abaixo descrita, da função gratificada de Coordenadora, admitida para a atuação junto ao órgão superior correspondente.

COORDENADOR(A) – LC nº 4.800/2017				
Cargo	Órgão Superior	Nome	CPF	Exoneração
Coordenadora de Projetos para Infância e Adolescência	SEASTH	Marivone Mendonça Damásio	781.479.999-68	31/08/2017

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 24 de agosto de 2017.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se,
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Amilton Gonçalves de Souza
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA PMI/SEAD Nº 616/2017

PORTARIA PMI/SEAD Nº 616, de 25 de agosto de 2017.

Dispõe sobre a exoneração de servidora de carreira, em função gratificada de Coordenadora Pedagógica, do órgão superior correspondente, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017, ainda conforme o disposto no Processo nº 18172/2017 e considerando todo o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a servidora de carreira abaixo descrita, da função gratificada de Coordenadora Pedagógica, admitida para a atuação junto ao órgão superior correspondente.

COORDENADOR(A) PEDAGÓGICA – LC nº 4.800/2017				
Cargo	Órgão Superior	Nome	CPF	Exoneração
Coordenadora Pedagógica do C.M.E.I Altona	SEDUC	Jane Rose Martins	776.156.549-04	31/08/2017

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 25 de agosto de 2017.
Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se,
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Amilton Gonçalves de Souza
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA PMI/SEAD Nº 617/2017

PORTARIA PMI/SEAD Nº 617, de 28 de agosto de 2017.

Dispõe sobre a exoneração de servidoras de carreira, em funções gratificadas de Diretoras de Escola e de Centros Municipais de Educação Infantil e Secretárias de C.M.E.I, do órgão superior correspondente, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017, ainda conforme o disposto no Processo nº 18172/2017 e considerando todo o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, as servidoras de carreira abaixo descritas, das funções gratificadas de Diretoras de Escola e de Centros Municipais de Educação Infantil e Secretárias de Centros Municipais de Educação Infantil, admitidas para a atuação junto ao órgão superior correspondente.

DIRETORAS – LC nº 4.800/2017				
Cargo	Órgão Superior	Nome	CPF	Exoneração
Diretora da Escola José Vanderlei Mayer	SEDUC	Jaqueline Costa Fernandes Alves	004.174.189-73	31/08/2017
Diretora do Centro Municipal de Educação Infantil Laura Perfeito	SEDUC	Cintia Olegário Nunes	035.590.549-31	31/08/2017

SECRETÁRIAS – LC nº 4.800/2017				
Cargo	Órgão Superior	Nome	CPF	Exoneração
Secretária do Centro Municipal de Educação Infantil Doraci de Souza Spilleri	SEDUC	Ana Paula de Oliveira Inácio	038.666.019-05	31/08/2017
Secretária do Centro Municipal de Educação Infantil Laura Perfeito	SEDUC	Cláudia Regina Mendes Nunes Fernandes	749.721.039-49	31/08/2017

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 28 de agosto de 2017.
Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se,
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Amilton Gonçalves de Souza
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA PMI/SEAD/DDP Nº 048/2017

PORTARIA PMI/SEAD/DDP Nº 048, DE 28 DE AGOSTO DE 2017.

Dispõe sobre a autorização temporária de uso de área pública e da outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 22 e o art. 26 § 5º, da Lei Orgânica do Município e,
Considerando a PORTARIA PMI/SEAGP Nº 338, de 03 de abril de 2017, a competência estabelecida pelo Art. 2º, II, do Decreto PMI nº 137 de 29 de julho de 2016;
Considerando as informações no Processo nº 18156/2017,

RESOLVE:

Art. 1º Fica autorizada a utilização temporária de bem público municipal, referente à área pública, situada na Av. Dr. João Rinsa, Centro, Imbituba-SC, em frente ao Açougue do Toco, ao Sr. CLAITON PEREIRA DE OLIVEIRA, com inscrição no CNPJ sob o nº 23.181.624/0001-58, residente na Av. Dr. João Rinsa, s/n, Centro, Imbituba-SC, para a atividade de Food Truck, no período de segunda-feira a domingo, das 19:00h as 24:00h.

§ 1º Fica vedada a cessão a terceiros, a qualquer título, da área pública ora autorizada.

§ 2º É vedada a destinação da área pública para finalidade diversa da estabelecida nesta Portaria.

§ 3º Não poderá a autorizatária usar o bem de que trata Portaria para propaganda, notadamente de cunho político ou religioso.
§ 4º A autorizatária deverá obter todas as licenças necessárias ao pleno desenvolvimento da atividade econômica, conforme exigir a legislação em vigor.

Art. 2º A presente autorização é outorgada para o período de até 90 dias, de acordo com o art. 26, parágrafo 5º da LOM, a contar da edição/publicação deste ato, a título precário e de caráter gratuito e intransferível.

Parágrafo único: A responsabilidade por danos a terceiros e ao patrimônio público é exclusiva da Autorizatária.

Art. 3º O Autorizador poderá revogar a autorização objeto desta Portaria, independentemente de qualquer ato ou notificação judicial ou extrajudicial, por desvio de finalidade ou descumprimento das condições ora estabelecidas ou, ainda, quando o interesse público o exigir.

§1º No caso de revogação da autorização, a Autorizatária devesse restituir o bem público imediatamente após a edição do respectivo ato revogatório, obrigando-se, enquanto o mesmo estiver sob sua guarda, a zelar pelo seu bom estado de conservação.

§2º A revogação desta autorização não importa em direito da Autorizatária a indenização de qualquer natureza, inclusive por benfeitorias introduzidas no bem.

Art. 4º A autorização de que trata esta portaria fica vinculada a assinatura do Termo de Autorização de Uso de Bem Público pelo autorizatário e autoridades competentes.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 28 de agosto de 2017.

AMILTON GONÇALVES DE SOUZA
Secretário Municipal de Administração

Registra-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

LUÍZA ROSTIROLA CHUKSTER
Diretora de Documentação e Patrimônio

PORTARIA SEDUCE Nº 008/2017

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - SEDUCE

PORTARIA SEDUCE Nº.08/2017, de 28 de agosto de 2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista que o Decreto PMI n.º 055 de 10/04/2017 alterou o inciso III, Artigo. 1º do Decreto PMI n.º. 194 de 02/12/2016, estabelecendo ponto facultativo o dia 8 de setembro de 2017, e tendo em vista que não houve alteração da redação do Artigo. 2º, que estabeleceu que "a programação da Secretaria de Educação" fica a cargo do respectivo Secretário,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica mantido o funcionamento normal, das escolas e centros de educação Infantil municipais na sexta-feira (08/09/2017), que sucede o feriado de 7 de setembro, data já prevista e contabilizada no calendário escolar, conforme o §2º do artigo 23 da Lei nº 9394/96 – Lei de Diretrizes Básicas da Educação, que estabelece, inclusive, sanções administrativas para os gestores educacionais no caso de descumprimento;

Art. 2º. Ficam suspensas as aulas, no dia 13 de outubro, sexta-feira seguinte ao dia de Nossa Senhora Aparecida e que antecede o Dia do Professor.

Art. 3º. "O cumprimento do calendário escolar que observe os mínimos estabelecidos na lei não admite exceção diante de eventual suspensão de aulas. Os sistemas de ensino estão obrigados a garantir o exercício do pleno direito dos alunos à educação de qualidade, que tem por base legal a Constituição Federal" (PARECER CNE nº. 01/2002);

Art. 4º. O descumprimento das normas e procedimentos de que tratam esta portaria, implicará em reconhecimento de falta e poderá implicar em sanções administrativas, ao agente público responsável na forma da Lei.

Art. 5º. A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário no âmbito desta Secretaria.

Imbituba, 28 de agosto de 2017

FILIPPE DIAS ANTÔNIO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

Indaial

PREFEITURA

EDITAL Nº 07/2017 - PAVIMENTAÇÃO - SISTEMA MUTIRÃO DA RUA AURORA

Indaial, 04 de julho de 2017

EDITAL Nº 06/2017

O Prefeito de Indaial, André Luiz Moser, torna público de acordo com o estabelecido na Lei Complementar 79/2007, Leis 4580/2011 e 4841/2013 e Decreto Municipal nº 2472/2012, orçamento contendo custos da pavimentação com lajota tijolão de concreto – Sistema Mutirão da Rua Caracas, Bairro Tapajós, totalizando 1.616,80m² de pavimentação (202,50 metros de extensão) e 404,20 metros lineares de testadas. Importando a obra em R\$ 144.770,63 (Cento e quarenta e quatro mil, setecentos e setenta reais e sessenta e três centavos). Iniciando, pelo lado direito, na propriedade de Heinz Tessmann e Maria de Lourdes Oliveira e pelo lado esquerdo na propriedade de Ademir Menegazzi; terminando na propriedade de Liria Stédile pelo lado direito e de Vilmar Zielinski pelo lado esquerdo.

MEMORIAL DESCRITIVO

1. MATERIAL

- 1.1 – Fornecimento de lajota tijolão de concreto;
- 1.2 – Fornecimento de meio-fio de concreto;
- 1.3 – Pó de brita para colchão de assentamento de lajota;
- 1.4 – Tijolos maciços para confecção e reparação de caixas coletoras;
- 1.5 – Grelha para caixa coletora;
- 1.6 – Cimento para confecção e reparação de caixas coletoras;
- 1.7 – Tubo de concreto = 40 cm diâmetro.

2. MÃO-DE-OBRA

- 2.1 – Colocação de lajota tijolão de concreto com preparação do colchão para assentamento e rejunte das sarjetas;
- 2.2 – Colocação de meio-fio com rejunte das fugas;
- 2.3 – Abertura de vala para colocação de tubos;
- 2.4 – Confecção e reparo de caixas coletoras;
- 2.5 – Colocação de tubos;
- 2.6 – Preparo da cancha para colocação de lajota tijolão de concreto;
- 2.7 – Rolo compactador;
- 2.8 – Carregadeira;
- 2.9 – Retroescavadeira.

DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	UNIT.	TOTAL R\$
1. MATERIAL				
1.1 – Fornecimento de lajota tijolão de concreto	m²	1.616,80	36,79	59.482,07
1.2 – Fornecimento de meio-fio de concreto		404,20	18,60	7.518,12
1.3 – Colchão com pó de brita	m³	310.2609	54,00	16.754,09
1.4 – Grelha para confecção e reparação de caixa coletora	pç	14,00	48,00	672,00
1.5 – Tijolo comum para confecção e reparação de caixa coletora	Unid	2.400	0,50	1.200,00
1.6 – Cimento comum para confecção e reparação de caixa coletora	saco	3,00	24,75	74,25
1.7 – Tubo de concreto = 40 cm diâmetro.	m	251,00	25,90	6.500,90
TOTAL ITEM 01 = R\$				92.201,43
2. MÃO-DE-OBRA				
2.1 – Execução de pav. com preparação de colchão	m²	1.616,80	21,86	35.343,25
2.2 – Colocação de meio-fio com rejunte de fugas	m	404,20	9,75	3.940,95
2.3 – Confecção de caixa coletora	unid.	10,00	80,00	800,00
2.4 - Reparo de caixa coletora	unid	4,00	50,00	200,00
2.5 – Máquina para preparação de cancha	h	15,00	240,00	3.600,00
2.6 – Rolo compactador	h	3,00	80,00	240,00
2.7 Colocação de tubo de concreto 40cm	m	251,00	20,00	5.020,00
2.8– Transporte de material excedente	h	15,00	63,50	925,00
2.9– Carregadeira	h	15,00	80,00	1.200,00
2.10 – Retroescavadeira	h	20,00	65,00	1.300,00
TOTAL ITEM 02 = R\$				52.569,20
TOTAL GERAL ITEM 01 E 02 = R\$				144.770,63
3. CUSTOS DA OBRA				

3.1 Participações dos moradores				123.038,48
3.2 – Participações do Poder Público				
3.2.1 – Infraestrutura e melhorias				21.732,15
TOTAL ITEM 03 = R\$				144.770,63
DISTRIBUIÇÃO DOS CUSTOS POR PROPRIETÁRIOS				
		TESTADA	ÁREA	
PROPRIETÁRIOS		(m)	(m²)	TOTAL - R\$
Lado Direito				
Heinz Tessmann e Maria Lourdes de Oliveira		31,70	126,80	9.649,48
Francisco Cleiton de Lima Rodrigues		15,00	60,00	4.566,00
Leondeonis Carneiro Batista		15,40	61,60	4.687,76
Leondeonis Carneiro Batista		15,30	61,20	4.657,32
Pascoal Moacir Fiamoncini		15,30	61,20	4.657,32
Otávio de Andrade		15,00	60,00	4.566,00
Sueli Terezinha Pereira Anderle		16,30	65,20	4.961,72
Sueli Terezinha Pereira Anderle		14,50	58,00	4.413,80
Jackson Lunge		7,60	30,40	2.313,44
Cairo Antonio da Silva		7,40	29,60	2.252,56
Catiane Feliciano		7,40	29,60	2.252,56
Amelia Opuchkevitch		7,60	30,40	2.313,44
Liria Stédile		34,00	136,00	10.349,60
Lado Esquerdo				
Ademir Menegazzi		20,00	80,00	6.088,00
Jair Januário		15,00	60,00	4.566,00
Deise Cristina Malkowski		15,00	60,00	4.566,00
Ricardo Cordeiro dos Santos		15,00	60,00	4.566,00
Anelio de Oliveira		15,00	60,00	4.566,00
Ingelise Samulewski Sevegnani		15,00	60,00	4.566,00
Marilete Rodrigues Alves Ferreira		15,00	60,00	4.566,00
Marcelo Adriano Farias		15,00	60,00	4.566,00
Marli Anair dos Santos Silva		15,00	60,00	4.566,00
Valdemiro Malkowski		15,00	60,00	4.566,00
Valdemiro Malkowski e Gilberto Maciel Neto		15,00	60,00	4.566,00
Claudemir João Machado da Silva		15,00	60,00	4.566,00
Eutides Rachadel		12,70	50,80	3.865,88
Vilmar Zielinski		4,00	16,00	1.217,60

Ficam notificados todos os proprietários beneficiados, supramencionados, que não aderiram ao sistema mutirão para, no prazo de 30 (trinta) dias, impugnar quaisquer elementos dos custos apresentados.

1. Vencimento 30 (trinta) dias após o recebimento da notificação para pagamento total ou 1ª parcela.
2. Em 12 (doze) parcelas, conforme artigo 9º da Lei 4580/2011, com redação dada pela Lei 4841/2013, incidindo juros de 1% (um por cento) ao mês sobre o saldo devedor, conforme Art. 407 da Lei Complementar nº 079 de 18 de dezembro de 2007 (Código Tributário Municipal) e artigo 9º da Lei 4580/2011, alterado pela Lei 4841/2013.
3. O não pagamento implicará:
 - 3.1 - MULTA: conforme Art. 458 e 459 da Lei Complementar nº 079 de 18 de dezembro de 2007 (Código Tributário Municipal)
 - 3.2 - JUROS: conforme Art. 62 da Lei Complementar nº 079 de 18 de dezembro de 2007 (Código Tributário Municipal) artigo 9º da Lei 4580/2011, alterado pela Lei 4841/2013.
 - 3.3 - CORREÇÃO MONETÁRIA: conforme Lei Complementar nº 079 de 18 de dezembro de 2007 (Código Tributário Municipal).

ANDRÉ LUIZ MOSER
PREFEITO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 129/2017 REVOGAÇÃO REVOGAÇÃO ANULAÇÃO E EDITAL

MUNICÍPIO DE INDAIAL

Processo Licitatório nº 129/2017

Edital de Pregão Presencial nº 047/2017-10430

Comunica a todos os interessados, na forma da legislação vigente, que REVOGA ANULA o processo licitatório citado retro, na forma do art. 49, caput, da Lei Federal nº 8.666/93.

Maiores informações através do fone (47) 33178800, e-mail lic01@indaial.sc.gov.br, e o site www.indaial.sc.gov.br.

André Luiz Moser – Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO N° 143/2017**PUBLICAÇÃO DE EDITAL****MUNICÍPIO DE INDAIAL**

Processo Licitatório n° 143/2017

Edital de Pregão Presencial n° 054/2017-10430

Com Registro de Preços

Comunica a todos os interessados, na forma da legislação vigente, que publica edital de licitação.

Objeto: Aquisição de blocos de cimento para pavimentação (paver).

Entrega dos envelopes: 13/09/2017 - 14h15min – Horário de Brasília

Abertura das propostas: 13/09/2017 - 14h30min – Horário de Brasília

Maiores informações através do fone (47) 33178800, e-mail lic1@indaial.sc.gov.br, e o site www.indaial.sc.gov.br.

André Luiz Moser – Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 002 ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 019/2017**TERMO DE APOSTILAMENTO 002
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Nº.19/2017****Processo Licitatório Nº 17/00000049****Pregão Nº 21/2017****TERMO DE APOSTILAMENTO 002 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.19/2017**

Pelo presente Termo de Apostilamento de contrato que entre si fazem o **MUNICÍPIO DE INDIAIAL**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. **Amilné Luiz Moser**, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 045.251.719-28 e Cédula de Identidade nº 4.365.137, residente e domiciliado à Rua dos Atiradores, nº 141, apartamento 604, Bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de **ORÇÃO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS – OGRUP**; e de outro lado, a(s) empresa(s) adjudicatária(s), doravante denominada simplesmente de **FORNECEDOR**, tem entre si justo e acordado a presente Ata, fundamentado na Lei Federal nº 8.666/93 e o Decreto Municipal nº 654/2014 e vinculada aos termos da proposta apresentada no Processo licitatório 17/00000049 - Pregão Nº 21/2017, observadas as condições do edital, as seguintes condições:

1. FORNECEDORES REGISTRADOS:

- 1.1 **PEDREIRA VALE DO SELKE LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 78.640.497/0001-08, estabelecida à RUA VALE DO SELKE, nº 1800 – Bairro ITUPAVAZINHA, no município de Blumenau – Santa Catarina.
- 1.2 **JOÃO MORT - EPP**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 03.279.592/0001-10, estabelecida à RODOVIA BR 470, nº 411 – Bairro MUDE, no município de Indaial – Santa Catarina.
- 1.3 **INSTALADORA HIDRAULICA KRAUS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 83.183.152/0001-02, estabelecida à RUA FRANCISCO VOLHICK, nº 1265 – Bairro FORTALEZA, no município de Blumenau – Santa Catarina.
- 1.4 **FISTAROL PRESTADORA DE SERVIÇOS EIRELI ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 20.524.233/0001-09, estabelecida à RUA BLUMENAU, nº 083 – Bairro CENTRO, no município de Apuína – Santa Catarina.

2.

DO OBJETO:**2.1****Aquisição de materiais de construção em geral.****3.**

Através do presente Termo de Apostilamento, fica autorizada a **SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**, a fazer uso da presente Ata de Registro de Preços, observadas as condições do Decreto Nº 654, de 16 de janeiro de 2014, utilizando a seguinte Dotação Orçamentária:

04.001.0004.0122.0004.2062.33903051000000.01000000

4.**AS PARTES:****4.1.**

Por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus efeitos administrativos.

Indaial/SC, em 18 de agosto de 2017.

MUNICÍPIO DE INDAIAL

André Luiz Moser
Prefeito Municipal

Iporã do Oeste

PREFEITURA

TERMO DE REVOGAÇÃO PROC. ADM. 106/2017

TERMO DE REVOGAÇÃO TOTAL

Pregão Presencial: 049/2017

Processo Administrativo: 106/2017

Finalidade: seleção e futura Contratação de empresa para fornecimento de Troféus e Medalhas destinados a Premiações Esportivas em competições realizadas pelo Município de Iporã do Oeste

Atendendo aos interesses do Município, declaro revogada em sua totalidade o Processo Administrativo 106/2017, Pregão Presencial 049/2017, sistema de registro de preços, para que produza os efeitos legais nos termos do Artigo 49, da Lei 8.666/93, em sua atual redação, sendo o presente ato motivado pelo PARECER JURIDICO 146/2017 DE 25.08.2017.

Registre-se e Publique na forma legal.

Iporã do Oeste - SC, 25 de Agosto de 2017.

Lucio Mallmann
Prefeito Municipal

Ipuacú

PREFEITURA

DECRETO Nº 222/2017 DE 25 DE AGOSTO DE 2017. DISPÕE SOBRE A ADOÇÃO DOS PROCEDIMENTOS INICIAIS PARA REGULARIZAÇÃO PATRIMONIAL E DISCIPLINA PROCEDIMENTOS DE REAVALIAÇÃO, REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL, DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO DOS BENS MÓVEIS DO ATIVO PERMANENTE DO MUNICÍPIO DE IPUACÚ/SC.

DECRETO Nº 222/2017

DE 25 DE AGOSTO DE 2017.

DISPÕE SOBRE A ADOÇÃO DOS PROCEDIMENTOS INICIAIS PARA REGULARIZAÇÃO PATRIMONIAL E DISCIPLINA PROCEDIMENTOS DE REAVALIAÇÃO, REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL, DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO DOS BENS MÓVEIS DO ATIVO PERMANENTE DO MUNICÍPIO DE IPUACÚ/SC.

CLORI PEROZA, Prefeita de Ipuacú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor;
Considerando a padronização e a adoção obrigatória das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público;
Considerando a obrigatoriedade em apurar e atualizar o Patrimônio Público e os valores registrados pela Contabilidade;
Considerando a necessidade em garantir a manutenção do sistema de custos, conforme estabelece o § 3º, inciso VI do art. 50 da Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000;

DECRETA:

Art. 1º. Todos os órgãos da Administração Pública que compõem o Poder Executivo do Município de Ipuacú/SC, deverão realizar os procedimentos de Adoção Inicial, compreendendo o reconhecimento e avaliação inicial de seus ativos e seus efeitos, a fim de ajustar o balanço patrimonial, evidenciando a realidade dos seus elementos patrimoniais, bem como, desenvolver ações no sentido de promover a Reavaliação, Redução ao Valor Recuperável, Depreciação e Amortização dos bens móveis do ativo permanente, observando as normas estabelecidas neste Decreto.

§ 1º. O reconhecimento ou a avaliação inicial é a mensuração pelo custo ou valor justo, de acordo com as normas de contabilidade pública, devendo este critério ser evidenciado em notas explicativas.

§ 2º. O valor justo obtido através da avaliação inicial é considerado, para fins contábeis, como custo atribuído, ou seja, o novo custo, em substituição aos valores anteriormente existentes na contabilidade, devendo seus efeitos ser registrados como ajuste de exercícios anteriores.

§ 3º. Após o reconhecimento inicial, deverão ser adotados os procedimentos de mensuração, Reavaliação, Redução ao Valor Recuperável, Depreciação e Amortização.

Art. 2º. Cabe a Secretaria de Fazenda a coordenação e nomeação das Comissões encarregadas em realizar os procedimentos de que trata o artigo anterior, que deverão ser composta no mínimo por 03 (três) servidores, dos quais pelo menos 02 (dois) deverão ser ocupantes de cargos efetivos.

§ 1º. As comissões a que se refere o caput desse artigo, poderão solicitar apoio terceirizado, bem como o apoio e auxílio de outros servidores do Município, sempre que julgar conveniente, sem prejuízos das suas atribuições.

§ 2º. Poderão ser criadas subcomissões específicas, para atender as necessidades técnicas de avaliação/reavaliação, bem como, para auxiliar as atividades realizadas pela(s) Comissão (s).

DO RECONHECIMENTO E AVALIAÇÃO INICIAL

Art. 3º. A avaliação inicial, se dará pelo critério do "valor justo", conforme anexo I, deste Decreto, mediante relatório, laudo ou parecer técnico, elaborado por comissão específica que se basearão pelos seguintes parâmetros:

I – valor de referência de mercado, ou de reposição;

II – estado físico do bem, de acordo com o disposto no Anexo I, deste Decreto;

III – capacidade de geração de benefícios futuros, em anos, conforme Anexo I e II, deste Decreto;

IV – obsolescência tecnológica em anos; e,

V – desgaste físico decorrente de fatores operacionais e não-operacionais.

§ 1º. Fica dispensado o uso dos procedimentos de que trata o caput deste artigo, os bens:

a) cuja nova vida útil seja inferior a 2 (dois) anos;

b) cuja avaliação inicial seja inferior a R\$ 500,00 (quinhentos reais);

c) inservíveis por ocasião de excedência, obsolescência ou irrecuperabilidade;

d) os bens adquiridos no exercício corrente, cujo registro dar-se-á pelo valor de aquisição.

§ 2º. A avaliação inicial deverá estimar a nova vida útil do bem, levando em consideração o total de vida útil do bem novo (Anexo II) e sua respectiva classificação, multiplicando ao índice constante na tabela B, anexo I.

§ 3º. Os relatórios, laudos ou pareceres que se refere o caput deverão ser elaborados, observando as disposições constantes no art. 7º deste Decreto.

§ 4º. Os bens adquiridos no exercício corrente deverão sofrer a depreciação, a qual será registrada até o final de 2016, estabelecendo-se o dia 1º de janeiro de 2016, como data de corte.

§ 5º. Todos os bens adquiridos antes de 2016, sofrerão os procedimentos de avaliação inicial de que trata o caput e terão início dos procedimentos de depreciação a partir de 1º de janeiro de 2017, conforme seus registros conforme taxas constantes no Anexo II, deste Decreto, ou após a conclusão do seu cadastro no sistema informatizado.

DA AVALIAÇÃO, REAVALIAÇÃO E REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL

Art. 4º. Os bens móveis e imóveis serão avaliados com base no valor de aquisição, produção ou construção.

Parágrafo único. Não se aplicam o disposto no caput, os bens que por ocasião da regularização patrimonial, tiveram seus valores ajustados, nos termos do art.3º.

Art. 5º. A reavaliação e a redução ao valor recuperável deverão ser realizadas a cada 4 (quatro) anos, de modo a manter o patrimônio municipal avaliado a valor justo, cuja referência é o valor de mercado, obedecendo os critérios definidos no art. 3º.

§ 1º. A reavaliação ocorrerá em prazo distinto do previsto no caput, excepcionalmente, nas seguintes situações:

I – para os bens móveis cujos valores de mercado variarem significativamente em relação aos valores anteriormente registrados, a reavaliação ocorrerá anualmente;

II – para os bens móveis que ainda estão em condições de uso, a reavaliação ocorrerá ao final do período de vida útil, estimando-se sua vida útil remanescente;

III – para os bens recebidos por doação, adjudicação ou transferência, a reavaliação ocorrerá concomitantemente à incorporação ao patrimônio do Município, através de tombamento, aplicando-se os mesmos critérios estabelecidos no art. 3º.

§ 2º. A reavaliação de bens móveis poderá ser realizada por lotes, quando se referir a conjunto de bens similares, com vida útil idêntica e utilizados em condições semelhantes.

Art. 6º. Nos casos dos bens reavaliados, a depreciação, amortização ou exaustão, deverão ser calculadas e registradas sobre o valor reavaliado, considerada a vida útil econômica indicada em relatório/laudo ou parecer da Comissão, aplicando-se os critérios do art. 3º deste Decreto, iniciando-se a depreciação, amortização ou exaustão a partir da data do respectivo relatório/laudo ou parecer.

Art. 7º. Os relatórios contendo a avaliação inicial, bem como, a reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização ou exaustão dos bens patrimoniais, deverão conter, no mínimo as seguintes informações:

I - placa de identificação, descrição detalhada de cada bem, natureza, estado de conservação, conta contábil, localização física e responsável pelo bem e/ou respectivo centro de custo;

II - critérios utilizados para a avaliação e sua respectiva fundamentação;

III - vida útil remanescente do bem;

IV - taxa de depreciação e valor residual, se houver;

V - data de avaliação.

VI - documentação pertinente quando houver; número do registro no Cartório de Registro de Imóveis; e se houver o número da inscrição imobiliária do bem imóvel no Cadastro Imobiliário Municipal, tratando-se de imóvel urbano, no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, tratando-se de imóvel rural;

§ 1º. Deverá ser arquivada cópia do relatório/parecer ou laudo dos bens avaliados ou que sofreram reavaliação, no setor de contabilidade com cópia para o setor de patrimônio.

DA DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO

Art. 8º. O registro da depreciação será realizado de forma analítica, pelo Departamento de Patrimônio, e sintética, pelo Departamento de Contabilidade.

Art. 9º. Na definição das taxas de depreciação considerar-se-á a deterioração física do bem, assim como o seu desgaste com uso e a sua obsolescência. (Anexo II)

Art. 10. O registro da depreciação é mensal, cabendo ao setor de patrimônio o envio das informações à contabilidade que registrará nas contas de resultado.

Art. 11. A depreciação cessará ao término do período de vida útil do bem e desde que o seu valor contábil seja igual ao valor residual, devendo posteriormente reavaliar o bem.

Art. 12. Para os bens novos a vida útil e o valor residual serão definidos de acordo com a tabela de vida útil (Anexo II) deste Decreto, sendo utilizada como referência a Tabela usada pelo Tribunal de Contas do Estado, e para os bens sujeitos a nova avaliação, pela comissão de servidores ou terceiro contratado para reavaliação dos bens.

Art. 13. O registro da depreciação terá como método a linha reta, ou cotas constantes, em que se utiliza de taxa de depreciação constante durante a vida útil do ativo, caso o seu valor residual não se altere.

Art. 14. A depreciação inicia-se no mês seguinte à colocação do bem em condições de uso, não havendo depreciação em fração menor que um mês.

§ 1º. Caso o bem a ser depreciado já tenha sido usado anteriormente à sua posse pela Administração Pública, o mesmo será reavaliado de acordo com os critérios estabelecidos no art. 5º.

Art. 15. Não estão sujeitos ao regime de depreciação, amortização ou exaustão:

I - bens móveis de natureza cultural, tais como obras de artes, antiguidades, documentos, bens com interesse histórico, bens integrados em coleções, entre outros;

II - bens de uso comum que absorveram ou absorvem recursos públicos, considerados tecnicamente, de vida útil indeterminada;

III - bens de propriedade do órgão que não estejam alugados e que não estejam em uso;

IV - animais que se destinam à exposição e à preservação; e

V - terrenos rurais e urbanos.

Art. 16. Havendo necessidade, independente do prazo estabelecido no art. 5º, os bens poderão ter sua vida útil e valor residual, promovendo-se as alterações quando as expectativas diferirem das estimativas anteriores.

Art. 17. Nos casos de bens reavaliados, a depreciação, a amortização ou a exaustão devem ser calculadas e registradas sobre o novo valor, considerada a vida útil indicada no correspondente laudo.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 18. Todos os atos da comissão serão formalizados e registrados em atas e/ou relatórios e autuados ao final das atividades.

Art. 19. A(s) Comissão (s) poderá disciplinar procedimentos, inclusive estabelecer cronograma e elaborar os papéis de trabalhos que nortearão suas atividades.

Art. 20. Cabe à Secretaria de Fazenda elaborar o Manual de Gestão Patrimonial, que norteará os procedimentos relacionados ao Patrimônio. Parágrafo único. Até a edição do manual de que trata o caput, todos os órgãos e entidades da Administração Pública do Município de Ipuacu/SC, deverão respeitar as orientações gerais, constantes no anexo III.

Art. 21. Todos os órgãos e entidades da Administração Pública municipal deverão respeitar as regras deste Decreto, sob pena de responsabilização.

Art. 22. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 23. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuacu-SC, em 25 de agosto de 2017.

CLORI PEROZA

Prefeita de Ipuacu

Este Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

RAQUELI BIASOTTO

Secretária de administração e fazenda

LISTA DE ANEXOS:

Fazem parte do presente Decreto os seguintes anexos, que poderão ser alterados, pelo Departamento de Documentação e Patrimônio:

ANEXO I

CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO

Veículos Rodoviários, Agropecuários e de Tração Mecânica

O valor referência de mercado será obtido por meio da Tabela FIPE ou equivalente, levando em conta os seguintes critérios: Para cada item da Tabela A será informado o atual estado de conservação constante na Tabela B.

TABELA A	
ITEM	PORCENTAGEM (%)
MOTOR	33%
CÂMBIO	25%
FUNILARIA	20%
PNEUS	5%
SUSPENSÃO	5%
ESTOFAMENTO	3%
DIFERENCIAL	3%
DIREÇÃO	3%
EMBREAGEM	3%

DEMAIS BENS MÓVEIS

O valor de referencia obtido por pesquisa de mercado utilizando os critérios com os índices da Tabela B:

TABELA B		
DESCRIÇÃO	REPRESENTAÇÃO	PORCENTAGEM (%)
Ótimo	1	100%

Bom	2	90%
Regular	3	70%
Ruim	4	30%
Péssimo	5	20%

*Para avaliar o estado de conservação dos demais bens, deverá ser levado em conta, pelo menos seus aspectos físicos (aparência e sustentação), funcionalidades, condições de uso, riscos e demais situações julgadas pertinentes pela comissão e devidamente registradas nos respectivos papéis de trabalho.

CRITÉRIOS MÍNIMOS DE DEFINIÇÃO PARA O TOMBAMENTO.

Os bens móveis, cujas características, embora sejam considerados ativo permanente, poderão ser dispensados dos ajustes de "avaliação inicial" ou de reavaliação, quando atenderem pelo menos um dos seguintes critérios:

TABELA C	
CRITÉRIO	JUSTIFICATIVA
Durabilidade	quando o material pelo uso normal perde ou têm reduzidas as suas condições de funcionamento, no prazo máximo de dois anos
Fragilidade	cuja estrutura esteja sujeita a modificação, por ser quebradiço ou deformável, caracterizando-se pela irresponsabilidade e/ou perda de sua identidade
Permissibilidade	quando sujeito a modificações (químicas ou físicas) ou que se deteriora ou perde sua característica normal
Incorporabilidade	quando destinado à incorporação a outro bem, não podendo ser retirado sem prejuízo das características do principal
Finalidade	quando, adquirido para distribuição gratuita;
Custo/Benefício	quando o custo for superior ao benefício resultando do controle do bem. (princípio da economicidade – Art. 70CF)

ANEXO II

TABELA DE DEPRECIAÇÃO E VIDA ÚTIL DOS BENS

MÁSCARA	DESCRIÇÃO	TAXA ANUAL DE DEPRECIAÇÃO OU AMORTIZAÇÃO (%)	PRAZO DE VIDA ÚTIL (ANOS)	TAXA RESIDUAL
123000000	IMOBILIZADO			
123100000	BENS MÓVEIS			
123110000	BENS MÓVEIS – CONSOLIDAÇÃO			
123110100	MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS.	10%	10	10%
123110101	APARELHOS DE MEDIÇÃO E ORIENTAÇÃO	10%	10	10%
123110102	APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	20%	5	10%
123110103	APARELHOS, EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS MÉDICOS, ODONTOLÓGICOS, LABORATORIAIS E HOSPITALARES.	10%	10	10%
123110104	APARELHOS E EQUIPAMENTOS PARA ESPORTES E DIVERSÕES	10%	10	10%
123110105	EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO, SEGURANÇA E SOCORRO.	10%	10	10%
123110106	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS	10%	10	10%
123110107	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGÉTICOS	10%	10	10%
123110108	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS GRÁFICOS	10%	10	10%
123110109	MÁQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS DE OFICINA.	10%	10	10%
123110110	EQUIPAMENTOS DE MONTARIA	10%	10	10%
123110112	EQUIPAMENTOS, PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA AUTOMÓVEIS.	20%	5	10%
123110113	EQUIPAMENTOS, PEÇAS E ACESSÓRIOS MARÍTIMOS.	20%	5	10%
123110114	EQUIPAMENTOS, PEÇAS E ACESSÓRIOS AERONÁUTICOS.	20%	5	10%
123110115	EQUIPAMENTOS, PEÇAS E ACESSÓRIOS DE PROTEÇÃO AO VÔO.	20%	5	10%
123110116	EQUIPAMENTOS DE MERGULHO E SALVAMENTO	10%	10	10%
123110117	EQUIPAMENTOS DE MANOBRAS E PATRULHAMENTO	10%	10	10%
123110118	EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO E VIGILÂNCIA AMBIENTAL	10%	10	10%
123110119	MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS AGROPECUÁRIOS.	10%	10	10%
123110120	MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS RODOVIÁRIOS.	10%	10	10%
123110121	EQUIPAMENTOS HIDRÁULICOS E ELÉTRICOS	10%	10	10%
123110199	OUTRAS MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS.	10%	10	10%
123110200	BENS DE INFORMÁTICA	20%	5	10%
123110201	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	20%	5	10%
123110202	EQUIPAMENTOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	20%	5	10%
123110203	SISTEMAS APLICATIVOS - SOFTWARES	20%	5	10%

123110300	MÓVEIS E UTENSÍLIOS	10%	10	10%
123110301	APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	10%	10	10%
123110302	MÁQUINAS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	10%	10	10%
123110303	MOBILIÁRIO EM GERAL	10%	10	10%
123110304	UTENSÍLIOS EM GERAL	10%	10	10%
123110400	MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO.	10%	10	10%
123110401	BANDEIRAS, FLÂMULAS E INSÍGNIAS	10%	10	10%
123110402	COLEÇÕES E MATERIAIS BIBLIOGRÁFICOS	0%	0	10%
123110403	DISCOTECAS E FILMOTECAS	10%	10	10%
123110404	INSTRUMENTOS MÚSICAIS E ARTÍSTICOS	10%	10	10%
123110405	EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	20%	5	10%
123110406	OBRAS DE ARTE E PEÇAS PARA EXPOSIÇÃO	0%	0	10%
123110499	OUTROS MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO.	10%	10	10%
123110500	VEÍCULOS	20%	5	10%
123110501	VEÍCULOS EM GERAL	20%	5	10%
123110502	VEÍCULOS FERROVIÁRIOS	20%	5	10%
123110503	VEÍCULOS DE TRACÇÃO MECÂNICA	20%	5	10%
123110504	CARROS DE COMBATE	20%	5	10%
123110505	AERONAVES	20%	5	10%
123110506	EMBARCAÇÕES	20%	5	10%
123110600	PEÇAS E CONJUNTOS DE REPOSIÇÃO	10%	10	10%
123110700	BENS MÓVEIS EM ANDAMENTO	10%	10	10%
123110701	BENS MÓVEIS EM ELABORAÇÃO	10%	10	10%
123110702	IMPORTAÇÕES EM ANDAMENTO	10%	10	10%
123110704	ALMOXARIFADO DE MATERIAIS A SEREM APLICADOS EM BENS EM ANDAMENTO	10%	10	10%
123110800	BENS MÓVEIS EM ALMOXARIFADO	10%	10	10%
123110801	ESTOQUE INTERNO	10%	10	10%
123110803	BENS MÓVEIS A REPARAR	10%	10	10%
123110804	BENS MÓVEIS EM REPARO	10%	10	10%
123110805	BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS	10%	10	10%
123110900	ARMAMENTOS	10%	10	10%
123111000	SEMOVENTES	10%	10	10%
123119900	DEMAIS BENS MÓVEIS	10%	10	10%
123119901	BENS MÓVEIS A ALIENAR	10%	10	10%
123119902	BENS EM PODER DE OUTRA UNIDADE OU TERCEIROS	10%	10	10%
123119908	BENS MÓVEIS A CLASSIFICAR	10%	10	10%
123119999	OUTROS BENS MÓVEIS	10%	10	10%
123200000	BENS IMÓVEIS			
123210000	BENS IMÓVEIS - CONSOLIDAÇÃO			
123210103	EDIFÍCIOS	2,86%	30	10%
123210104	TERRENOS/GLEBAS	Não deprecia		

ANEXO III

Localização Para Fixar As Placas/Etiquetas De Identificação

BENS	LOCALIZAÇÃO DE IDENTIFICAÇÃO
ESTANTES, ARMÁRIOS, ARQUIVOS E BENS SEMELHANTES	A plaqueta deve ser fixada na parte frontal superior direita, no caso de arquivos de aço, e na parte lateral superior no caso de armários, estantes e bens semelhantes, sempre com relação a quem olha o móvel.
MESAS E BENS SEMELHANTES	A plaqueta deve ser fixada na parte frontal, lado direito, lateral direita, preferencialmente na base do móvel, inclusive, as de estações de trabalho e/ou àqueles móveis que foram projetados para ficarem encostados em paredes, nos quais as plaquetas serão fixadas em parte de fácil visualização, preferencialmente na base.
CADEIRAS, POLTRONAS E BENS SEMELHANTES	A plaqueta deverá ser fixada na base, nos pés ou na parte mais sólida; evitando as partes revestidas por courvin, couro ou tecido, pois estes revestimentos não oferecem segurança.
APARELHOS DE AR CONDICIONADO E BENS SEMELHANTES	O local indicado é sempre na parte mais fixa e permanente do aparelho, nunca no painel removível ou na carcaça.
MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E BENS SEMELHANTES	A plaqueta deve ser fixada no lado externo direito, em relação a quem opera a máquina.

AUTOMÓVEIS E BENS SEMELHANTES	A plaqueta deve ser fixada na parte lateral direita do painel de direção, em relação ao motorista, na parte mais sólida e não-removível, preferencialmente dentro do porta-luvas (lado direito) nunca em acessórios;
FIXAÇÃO DE PLAQUETAS EM OUTROS BENS.	Entendem-se como outros bens aqueles materiais que não podem ser classificados claramente como aparelhos, máquinas, motores, etc. em tais bens, a plaqueta deve ser fixada na base, na parte onde são manuseados.

DECRETO Nº 223/2017 DE 28 DE AGOSTO DE 2017. NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 223/2017

DE 28 DE AGOSTO DE 2017.

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

CLORI PEROZA, Prefeita de Ipuacu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais constantes no inciso IX do artigo 91 da Lei Orgânica, Art. 9º, inciso II, da Lei Complementar nº 011 de 14 de Junho de 2005; Lei Complementar nº 013/2005, de 14 de junho de 2005 e Lei Complementar nº 060/2016, de 23 de Dezembro de 2016;

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Servidor abaixo relacionado, NOMEADO para o respectivo cargo pelo provimento de Cargo em Comissão:

SERVIDOR	CARGO	DATA
VAGNER ROBERTO PERIN	Diretor de Transportes e Obras	28/08/2017

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuacu-SC, em 28 de agosto de 2017.

CLORI PEROZA

Prefeita de Ipuacu

Este Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

RAQUELI BIASOTTO

Secretária de administração e fazenda

PORTARIA Nº 158/2017 DE 28 DE AGOSTO DE 2017. DESIGNA SERVIDORES PARA COMPOREM A COMISSÃO ESPECIAL DE PATRIMÔNIO PARA PROCEDER A REGULARIZAÇÃO PATRIMONIAL NECESSÁRIA À ADOÇÃO DAS NOVAS NORMAS CONTÁBEIS.

PORTARIA Nº 158/2017

DE 28 DE AGOSTO DE 2017.

DESIGNA SERVIDORES PARA COMPOREM A COMISSÃO ESPECIAL DE PATRIMÔNIO PARA PROCEDER A REGULARIZAÇÃO PATRIMONIAL NECESSÁRIA À ADOÇÃO DAS NOVAS NORMAS CONTÁBEIS.

CLORI PEROZA, Prefeita de Ipuacu, no uso de suas atribuições conferidas pela legislação em vigor; e,
CONSIDERANDO a adoção e o cumprimento das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público;
CONSIDERANDO a obrigatoriedade em regularizar e manter atualizado o Patrimônio Público;

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam designados os servidores municipais para comporem a Comissão Especial de Patrimônio para proceder a regularização patrimonial necessária à adoção das novas normas de

contabilidade, no âmbito do Poder Executivo:

a) Representante da Secretaria de Administração:
Mauro Bevilaqua;

b) Representante da Secretaria de Saúde:
Edivan Mezzalira;

c) Representante da Secretaria de Educação:
Maristela Fatima Rovani Fuzinato;

d) Representante da Secretaria de Agricultura:
Jair Bianchini
Voldiney José Zanella;

e) Representante da Secretaria de Infraestrutura e Obras:
Cesar de Paula
Neri Balastrelli.

Art. 2º. Caberá ao Senhor Mauro Bevilaqua presidir a Comissão, e a Senhora Maristela Rovani Fuzinato, secretária-la.

Art. 3º. Os membros da Comissão Municipal de Patrimônio para proceder a regularização patrimonial, além das atribuições de identificação, contagem e conferência dos bens móveis e imóveis que formam o Patrimônio, ficarão responsáveis pela avaliação inicial.

Art. 4º. No desempenho das suas funções, compete à Comissão Especial de:

I- Cientificar dirigente de Unidade Administrativa sobre todos os endereços individuais envolvidos, com antecedência mínima de 24 horas, da data marcada para o início dos trabalhos, a fim de viabilizar o acesso aos locais em inventário;

II- Solicitar e propor a Detentor de Carga Patrimonial elementos de controle interno e outros documentos necessários aos levantamentos;

III- Requisitar servidores, máquinas, equipamentos, transporte, materiais e tudo mais que for necessário ao cumprimento das tarefas da Comissão;

IV- A situação patrimonial e o estado de conservação dos bens inventariados, discriminando em relatório, os suscetíveis de desfazimento, para ciência da Unidade Administrativa;

V- Propor ao Superior da Unidade Administrativa a apuração de irregularidades constatadas;

VI- Relacionar e identificar com numeração própria, todos os bens existentes na unidade;

VII- Solicitar o livre acesso em qualquer recinto, para efetuar levantamento e vistoria de bens;

VIII- Elaborar seus papéis de trabalho para auxiliar nas suas atividades;

IX- Solicitar para que as Unidades adotem os procedimentos sugeridos pela Comissão.

§ 1º. Após o registro físico dos bens, ainda que não tenha relatório definitivo da carga, a Comissão encaminhará relatório com os bens identificados para que as Unidades tom e façam a conferência necessária.

§ 2º. A Unidade deverá manter pasta com todos os formulários e

informações patrimoniais pertinentes a disposição para consulta de gestores, do controle interno ou externo.

Art. 5º. Para a atuação e cumprimento de suas atribuições, a Comissão Especial de Patrimônio poderá solicitar apoio terceirizado, subcomissões e demais servidores da municipalidade, sem prejuízos das suas atribuições.

Art. 6º. Todos os atos da Comissão serão formalizados em atas ou relatórios e deverão integrar no processo de ajuste inicial ao término dos trabalhos de regularização patrimonial.

Art. 7º. Caberá ao responsável pelo Controle Interno sempre que

possível, o acompanhamento dos serviços.

Art. 8º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita de Ipuacu/SC, em 22 de agosto de 2017.
CLORI PEROZA
Prefeita de Ipuacu

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

RAQUELI BIASOTTO
Secretária de administração e fazenda

PORTARIA Nº 157/2017 DE 28 DE AGOSTO DE 2017. CONCEDE FÉRIAS AS SERVIDORAS PÚBLICAS.

PORTARIA Nº 157/2017

DE 28 DE AGOSTO DE 2017.

CONCEDE FÉRIAS AS SERVIDORAS PÚBLICAS.

CLORI PEROZA, Prefeita de Ipuacu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente art. 76 e seguintes da Lei Complementar nº 011/2015 – Estatuto dos Servidores Municipais;

RESOLVE:

Art. 10. Conceder FÉRIAS, de 30 (trinta) dias as Servidoras abaixo relacionadas, no período e referência que especifica, conforme recibo de férias:

NOME	CARGO	REFERENCIA	GOZO
ROSMARI ZAMBIASI SAÚGO	Agente de Copa e Limpeza – 40h	02/05/2013 à 01/05/2014	28/08/2017 à 26/09/2017
VANIA FÁTIMA GIROTO	Professor II – 40h	22/02/2016 à 21/02/2017	28/08/2017 à 26/09/2017

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuacu/SC, em 28 de agosto de 2017.
CLORI PEROZA
Prefeita de Ipuacu

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

RAQUELI BIASOTTO
Secretária de administração e fazenda

Ipumirim

PREFEITURA

EDITAL. Nº. 007/2017 DE 28 DE AGOSTO DE 2017.

ABRE INSCRIÇÃO PARA PROGRESSÃO POR CURSO DE APERFEIÇOAMENTO OU CAPACITAÇÃO

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT, Prefeito Municipal de Ipumirim – SC, no uso de suas atribuições, nos termos da subseção III da Lei Complementar nº 003/2002, de 27 de setembro de 2002 e suas alterações torna público, pelo presente Edital as normas e procedimentos que nortearão a progressão por curso de aperfeiçoamento ou capacitação dos membros do Magistério Público Municipal.

Art. 1º - Fica aberto às inscrições para a progressão por curso de aperfeiçoamento ou capacitação dos membros do Magistério Público Municipal estável na forma Lei Complementar nº. 003/2002, suas alterações, e concursados em estágio probatório concluído.

Art. 2º - Os Membros do Magistério Público Municipal efetivo deverão requerer progressão por curso de aperfeiçoamento ou capacitação de 01 de setembro de 2017 até 30 de setembro de 2017, junto a Secretaria Municipal de Educação, Rua Bento Gonçalves nº. 220, juntando os seguintes documentos:

1 – Requerimento em formulário específico conforme anexo I do presente Edital.

2 – Cópia autenticada dos certificados dos cursos com carga horária igual ou superior de 20 (vinte) horas/aula frequentados e ou ministrados a partir do ano de 2013.

Art. 3º - Para a referida progressão será observado todos os artigos e parágrafos da Subseção III da Lei Complementar nº 003/2002 de 27 setembro de 2002.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário, o presente edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Ipumirim – SC, 28 de agosto de 2017.

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT

Prefeito

ESTADO DE SANTA CATARINA
GOVERNO MUNICIPAL DE IPUMIRIM

ANEXO I
PROGRESSÃO POR CURSO DE APERFEIÇOAMENTO OU CAPACITAÇÃO
DOCUMENTO DE SOLICITAÇÃO DE PROGRESSÃO

BASE LEGAL:

- Lei Complementar nº 003, de 2002.
- Subseção III, artigos 32,33 e 34 da Lei acima referida.
- Edital Nº

Aaa A ser preenchido somente por membro do magistério Público Municipal estável ou efetivo, com estágio probatório concluído e comprovar 120 horas de cursos de aperfeiçoamento e capacitação a partir do ano de 2013, na área de atuação específica ou disciplina afim.
REQUERIMENTO DO SERVIDOR 1. C.I CPF

2. NOME DO SERVIDOR

3. CARGO DECORRENTE DA ESTABILIDADE OU CONCURSO (DENOMINAÇÃO)

4. HABILITAÇÃO E Nº CADASTRO DE ADMISSÃO

5. UNIDADE DE LOTAÇÃO (NOME DA ESCOLA)

LOCAL E DATA ASSINATURA DO REQUERENTE ESTADO DE SANTA CATARINA
GOVERNO MUNICIPAL DE IPUMIRIM

ANEXO I
PROGRESSÃO POR CURSO DE APERFEIÇOAMENTO OU CAPACITAÇÃO
DOCUMENTO DE SOLICITAÇÃO DE PROGRESSÃO

ANÁLISE – SMECE E RH

() Preenche os requisitos legais para o progressão por curso de aperfeiçoamento ou capacitação, conforme registros a seguir:

() Não preenche os requisitos legais para o progresso por curso de aperfeiçoamento ou capacitação.

Motivo: _____

Responsáveis: _____

Parecer Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes:

Conferido em:/ /.....

Assinatura

EXTRATOS DAS ATAS DE REG. DE PREÇOS DO PL 55, PP 32-SÊMEN BOVINO/PM

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 32/2017

PROCESSO DE LICITAÇÃO 55/2017

O Município de Ipumirim, faz saber que está registrando preços nos termos do inciso II do art. 15 da Lei 8.666/93, em conformidade com as propostas classificadas no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 32/2017, do PROCESSO Nº 55/2017, homologado aos 25 de agosto de 2017, cujo objeto é: registro de preço para fornecimento de sêmen bovino e materiais, para atender o programa de melhoramento genético do rebanho leiteiro do Município de Ipumirim, com as características e quantidades constantes no anexo III do presente edital, para os itens constantes na atas abaixo elencadas, com características e condições de execução individualizadas no Memorial Descritivo constante no Anexo III do edital de licitação retrocitado.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2017.55.7705
de 28 de agosto de 2017

FORNECEDOR: SEMEX DO BRASIL COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA, situada na RUA GUILHERME SCHARF, Nº 2520, Município de BLUMENAU-SC, BAIRRO: FIDÉLIS, CEP: 89.060-001, inscrita no CNPJ sob n. 00.593.476/0001-83, representado pela Senhora MARIANE RAMBO, CPF: 034.272.279-44.

Item	Descrição	Ref.	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
4	DOSES DE SÊMEN BOVINO, Raça Holandesa, Cor preta e Branca com prova atualizada e oficial Oairy Bulls de Abril/20 17 que atenda as seguintes características mínimas: TPI igual ou superior que 2000 ; Leite igual ou superior a 1300 lbs; PTA Proteína e gordura igual ou superior a 40 lbs; Confiabilidade produtiva igual ou superior a 91%; PTA Tipo igual ou superior a 1.70; Composto de úbere e pernas e pés igual ou superior a 1.50; Facilidade de parto igual ou menor que 8.0; CCS igualou menor que 3.20; Vida produtiva positiva.	DS	1.000,00	SEMEX BLIZZARD	17,35	17.350,00
Valor Total Registrado					17.350,00	

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2017.55.8399
de 28 de agosto de 2017

FORNECEDOR: ALFA INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL LTDA, situada na RUA MAXIMO PINHEIRO LIMA, Nº 59 -CASA 02, município de CURITIBA-PR, inscrita no CNPJ sob n. 07.385.007/0001-18 e no Cadastro de Contribuintes Estaduais n. 903.41917-24, representado pelo Senhor ALBERTO FRISCHMANN, CPF:006.297.018-65.

Item	Descrição	Ref.	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
2	luvas plásticas descartáveis de 5 (cinco) dedos e cano longo para inseminação artificial de bovinos, caixa com 25 unidades.	CX	300,00	WAGO	7,40	2.220,00

Item	Descrição	Ref.	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
5	DOSES DE SÊMEN BOVINO da Raça Gir Leiteiro, com as seguintes características mínimas, Comprovadas pelo sumário da ABCZ 05/2017, com as seguintes características mínimas: mãe com lactação igual ou acima de 9.000 kg. Comprimento corporal = ou > a 2.0; comprimento de garupa= ou > 1.5; largura entre ísquios= ou < a 1.0; angula de cascos= ou > a 1.8; comprimento de umbigo= ou > a 3.10, que tenha pai provado pela ABCZ 05/2017, COM pta leite= ou > 470kg e acuracia = ou > a 98%.	DS	1.000,00	11GL 040 ESTANHO	19,40	19.400,00
6	Doses de sêmen bovino da raça Jersey com as seguintes características mínimas comprovadas através de provas oficiais do USDA-CDCB ou DARIY BULLS com base americana na prova de abril/2017, que tenha as seguintes características mínimas: PTA leite igual ou maior a 900 libras: gorduras igual ou maior a 30 libras: proteína igual ou maior a 35 libras; confiabilidade para produção igual ou maior a 96%; percentual positivo para proteína, células somáticas igual ou menor a 3.15, vida produtiva igual ou maior a 1.0, composto de úbere igual ou maior a 13.00, PTA tipo igual ou maior a 1;0, altura do úbere posterior igual ou maior a 1.0, profundidade do úbere igual ou maior a 1.20	DS	2.200,00	11 JE 0944 PAUL	23,60	51.920,00
7	dose de sêmen raça Red Angus, provado pela associação de red angus (red angus association of america), prova oficial atualizada de 2017, com as seguintes características mínimas: DEP peso negativo ao nascimento igual ou menor a 3.9, DEP peso aos 205 dias igual ou superior a 50 libras, DEP ao ano igual ou maior que 80 libras, habilidade materna igual ou superior a 29 libras, tempo de permanência das filhas no rebanho (STAY) igual ou superior a 15, área de olho do lombo igual ou superior a 0,39.	DS	1.000,00	11 AR 3034 GOOD ONE	19,60	19.600,00
Valor Total Registrado					93.140,00	

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2017.55.9698
de 28 de agosto de 2017

FORNECEDOR: NITROTEC COMERCIO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA -, situada na RUA PIO XII - Nº 1847, MUNICÍPIO DE CASCAVEL-PR, inscrita no CNPJ sob n. 09.492.811/0001-21 e no Cadastro de Contribuintes Estaduais n. 904.40342.36, representado pelo Senhor DANILO APARECIDO BORELLA, CPF:247.853.168-29.

Item	Descrição	Ref.	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
3	NITROGÊNIO LÍQUIDO	L	2.000,00	NITROTEC	2,95	5.900,00
Valor Total Registrado					5.900,00	

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2017.55.10125
de 28 de agosto de 2017

FORNECEDOR: DNA GENETICA DO BRASIL COMERCIO LTDA-EPP, situada na RUA CUBA Nº 103E SALA 02, MUNICÍPIO DE CHAPECÓ-SC, INSCRITA NO CNPJ SOB N. 19.278.326/0001-03 e no cadastro de contribuintes estaduais n. 257.212.353, representado pelo Senhor JONEI BORTOLANZA, CPF:729.832.729-15.

Item	Descrição	Ref.	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1	bainhas para inseminação artificial tipo francesa, pct/50 unidades.	PCT	300,00	IBERSAN	16,60	4.980,00
Valor Total Registrado					4.980,00	

As atas retrocitadas possuem vigência de 12 (doze) meses.

LEI COMPLEMENTAR Nº 165 DE 28 DE AGOSTO DE 2.017

LEI COMPLEMENTAR Nº 165 de 28 de agosto de 2.017

RETIRA ÁREA DO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE IPUMIRIM.

O PREFEITO DE IPUMIRIM-SC, Faço saber que a Câmara de Vereadores decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica retirada do Perímetro Urbano da Sede do Município de Ipumirim, área de 30.799,26m²(trinta mil setecentos e noventa e nove

metros e vinte seis decímetros quadrado) sendo como parte dos lotes rurais nºs 88 e 89 do Bloco 20-A da Colônia Concórdia, Propriedade do Rio Engano, sem benfeitorias situado as margens da SC 154 no Município de Ipumirim- SC, com as seguintes confrontações: Começa a presente medição no ponto DV01, de coordenadas E: 387771.862 / N: 7003384.905m., situado ao Leste, confrontando na extensão de 59,58 metros com parte do lote rural matriculado sob o nº 9503, de propriedade de Loni Krueztzmann até o ponto DV02, de coordenadas E: 387779.634 / N: 7003357.563m. Do ponto nº DV02, situado ao Leste, confronta na extensão de 33,56 metros com parte do lote rural matriculado sob o nº 9503, de propriedade de Loni Krueztzmann até o ponto nº DV03, de coordenadas E: 387750.980/ N: 7003340.917m. Do ponto DV03, de coordenadas E: 387750.980/ N: 7003340.917m., situado ao Leste, confrontando na extensão de 20,00 metros com a Faixa de Domínio da Estrada SC 465 até o ponto DV09, de coordenadas E: 387786.604/ N: 7003333.063m. Do ponto nº DV09, situado ao Sul, confronta na extensão de 335,38 metros em linhas curvas e irregulares com o Eixo da Faixa de Domínio da Estrada SC 465 até o ponto DV10, de coordenadas E: 387561,253 / N: 7003102.343m. Do ponto nº DV10, situado ao Oeste, confronta na extensão de 20,00 metros com a Faixa de Domínio da Estrada SC 465 até o ponto DV04, de coordenadas E: 387550.022 / N: 7003296.472 m. Do ponto nº DV04, situado ao Oeste, confronta na extensão de 177,88 metros com parte do lote rural matriculado sob o nº 18.073, de propriedade de Donato Antonio Benelli e Marlene Benelli até o ponto DV05, de coordenadas E: 387567.680 / N: 7003306.600 m. Do ponto DV05, situado ao Norte, confronta na extensão de 267,96 metros em linhas curvas e irregulares com o Rio do Engano e com parte do lote rural matriculado sob o nº 14.844, de propriedade de Industria de Madeiras Faqueadas S/A até o ponto DV01, ponto inicial de descrição deste perímetro. Começa a presente medição no ponto DV01, de coordenadas E: 387771.862 / N: 7003384.905m, situado ao Leste, confrontando na extensão de 30,00 metros com parte do lote rural matriculado sob o nº 9503, de propriedade de Loni Krueztzmann até o ponto no 1, de coordenadas E: 387771.301 / N: 7003409.011m. Do ponto no 1, situado ao Sul, confronta na extensão de 166,68 metros com parte do mesmo lote rural até o ponto no 2, de coordenadas E: 387628.148 / N: 7003323.386m. Do ponto no 2, situado ao Oeste, confronta na extensão de 19,00 metros com parte do mesmo lote até o ponto no 7, de coordenadas E: 387616.093 / N: 7003337.346 m. Do ponto no 7 situado ao Norte, confronta na extensão de 190,14 metros em linha curvas e irregulares com o Rio do Engano e com parte do lote rural matriculado sob o nº 14.844, de propriedade de Industria de Madeiras Faqueadas S/A até o ponto no DV01, ponto inicial de descrição deste perímetro. Começa a presente medição no ponto no 7, de coordenadas E: 387616.093 / N: 7003337.346, situado ao Leste, confrontando na extensão de 19,00 metros com parte do mesmo lote rural até o ponto no 2, de coordenadas E: 387628.148 / N: 7003323.386m. Do ponto no 2, situado na extensão de 77,21 metros com parte do mesmo lote rural até o ponto no 3, de coordenadas E: 387563.216 / N: 7003270.158m. Do ponto no 3, situado ao Oeste, confronta na extensão de 18,00 metros com parte do mesmo lote rural até o ponto no DV05, de coordenadas E: 387567.680 / N: 7003306.600 m. Do ponto no DV05, situado ao Norte, confronta na extensão de 77,82 metros em linhas curvas e irregulares com o Rio Engano e com parte do lote rural matriculado sob o nº 14.844, de propriedade de Indústria de Madeiras Faqueadas S/A até o ponto no 7, ponto inicial de descrição deste Perímetro. Começa a presente medição no ponto no 4, de coordenadas E: 387574.998 / N: 7003270.158 m, situado ao Leste, confrontando na extensão de 27,19 metros com parte do mesmo lote rural até o ponto no 5, de coordenadas E: 387580.303 / N: 7003242.993 m. do ponto no 5, situado ao Sudeste, confronta na extensão de 45,45 metros com parte do mesmo lote rural até o ponto no 6, de coordenadas E: 387544.769 / N: 7003204.748m. Do ponto no 6, situado ao Oeste, confronta na extensão de 85,49 metros com parte do mesmo lote rural até o ponto no DV05, de coordenadas E: 387567.680 N: 7003306.600 m. Do ponto no DV05, situado ao Nordeste, confronta na extensão de 36,50 metros com parte do mesmo lote rural até o ponto no 4, ponto inicial de descrição deste perímetro, o imóvel está matriculado sob o nº 15.908 do livro 2 "AAO" do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Concórdia, Santa Catarina, pertencente ao Sr. Domingos Biffi e Geni Decezari Biffi.

Art. 2º Esta área, se futuramente vier a fazer parte do perímetro urbano, será de uso exclusivo comercial ou industrial.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário especificamente a Lei Complementar nº 141 de 23 de junho de 2014..

Ipumirim-SC, 28 de agosto de 2017

Volnei Antonio Schimidt

Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº 166 DE 28 DE AGOSTO DE 2017

LEI COMPLEMENTAR Nº 166 de 28 de agosto de 2017

ALTERA ÁREA ACRESCIDA AO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE IPUMIRIM E FAZ ENQUADRAMENTO NA MACRO DE EXPANSÃO URBANA MISTA-MEUM.

O PREFEITO DE IPUMIRIM-SC, Faço saber que a Câmara de Vereadores decreta e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º Fica alterada a área acrescida ao Perímetro Urbano da Sede do Município de Ipumirim, parte do Lote Rural nº 07, (sete), do Bloco 24, sendo Área a Desmembrar, com um total de 67.193,387 m², (sessenta e sete mil cento e noventa e três metros e trezentos e oitenta e sete decímetros quadrados), e com um perímetro de 1.324,755 m (um mil, trezentos e vinte e quatro metros e setecentos e cinquenta e cinco decímetros), da Colônia Concórdia, Propriedade Rio do Engano, sem benfeitorias, situado na Linha Jaguata, no município de Ipumirim/SC, com as seguintes confrontações: Partindo do marco E01, situado no limite com Ipumirim Piscina Clube-Matricula 7.804, definido pela coordenada geográfica de Latitude 27°05'10,48134" Sul e Longitude 52°07'33,22174" Oeste, Datum SIRGAS2000 e pela coordenada plana UTM 7.003.512,8678 m Norte e 388.375,2325 m Leste, referida ao meridiano central 51° WGr; deste, confrontando neste trecho com eixo da estrada municipal e Ipumirim Piscina Clube-Matricula 7.804, no quadrante Noroeste, seguindo com distância de 13,111 m e rumo de 80°29'06" chega-se ao marco E02, deste confrontando neste trecho com eixo da estrada municipal e Ipumirim Piscina Clube-Matricula 7.804, no quadrante Noroeste, seguindo com distância de 17,162 m e rumo de 83°13'36" chega-se ao marco E03, deste confrontando neste trecho com eixo da estrada municipal e Ipumirim Piscina Clube-Matricula 7.804, no quadrante Noroeste, seguindo com distância de 32,261 m e rumo de 88°54'45" chega-se ao marco E04, deste confrontando neste trecho com eixo da estrada municipal e Ipumirim Piscina Clube-Matricula 7.804, no quadrante Nordeste, seguindo com distância de 17,125 m e rumo de 90°22'41" chega-se ao marco E05, deste confrontando neste trecho com eixo da estrada municipal e AAB-Associação Atlético Banco do Brasil-Matricula 17.667, no quadrante

Nordeste, seguindo com distância de 47,418 m e rumo de 91°03'45" chega-se ao marco E06, deste confrontando neste trecho com eixo da estrada municipal e AAB-B-Associação Atlética Banco do Brasil-Matricula 17.667, no quadrante Nordeste, seguindo com distância de 18,511 m e rumo de 96°09'14" chega-se ao marco E07, deste confrontando neste trecho com eixo da Estrada Municipal e Inês Locatelli-Matricula 22.352, no quadrante Nordeste, seguindo com distância de 15,823 m e rumo de 96°07'13" chega-se ao marco E08, deste confrontando neste trecho com eixo da Estrada Municipal e Inês Locatelli-Matricula 22.352, no quadrante Nordeste, seguindo com distância de 37,368 m e rumo de 102°05'04" chega-se ao marco E09, deste confrontando neste trecho com eixo da Estrada Municipal e Inês Locatelli-Matricula 22.352, no quadrante Nordeste, seguindo com distância de 43,745 m e rumo de 106°43'19" chega-se ao marco E10, deste confrontando neste trecho com eixo da Estrada Municipal e Inês Locatelli-Matricula 22.352, no quadrante Nordeste, seguindo com distância de 36,481 m e rumo de 116°41'00" chega-se ao marco SD29, deste confrontando neste trecho com Área Remanescente, no quadrante Nordeste, seguindo com distância de 11,238 m e rumo de 179°46'38" chega-se ao marco SD28, deste confrontando neste trecho com Área Remanescente, no quadrante Sudeste, seguindo com distância de 58,944 m e rumo de 186°50'16" chega-se ao marco SD27, deste confrontando neste trecho com Área Remanescente, no quadrante Nordeste, seguindo com distância de 26,928 m e rumo de 174°11'48" chega-se ao marco SD26, deste confrontando neste trecho com Área Remanescente, no quadrante Nordeste, seguindo com distância de 59,104 m e rumo de 168°01'18" chega-se ao marco SD25, deste confrontando neste trecho com Área Remanescente, no quadrante Nordeste, seguindo com distância de 67,834 m e rumo de 148°15'01" chega-se ao marco SD24, deste confrontando neste trecho com Área Remanescente, no quadrante Nordeste, seguindo com distância de 24,881 m e rumo de 127°10'10" chega-se ao marco SD23, deste confrontando neste trecho com Área Remanescente, no quadrante Nordeste, seguindo com distância de 26,743 m e rumo de 129°49'33" chega-se ao marco SD22, deste confrontando neste trecho com Área Remanescente, no quadrante Nordeste, seguindo com distância de 30,967 m e rumo de 153°10'56" chega-se ao marco SD21, deste confrontando neste trecho com Área Remanescente, no quadrante Nordeste, seguindo com distância de 54,282 m e rumo de 146°57'53" chega-se ao marco SD20, deste confrontando neste trecho com Área Remanescente, no quadrante Nordeste, seguindo com distância de 37,463 m e rumo de 132°00'08" chega-se ao marco SD19, deste confrontando neste trecho com Área Remanescente, no quadrante Sudeste, seguindo com distância de 89,007 m e rumo de 255°25'51" chega-se ao marco DM-01, deste confrontando neste trecho com Área Remanescente, no quadrante Sudoeste, seguindo com distância de 103,505 m e rumo de 314°17'22" chega-se ao marco DM-02, deste confrontando neste trecho com Área Remanescente, no quadrante Noroeste, seguindo com distância de 12,508 m e rumo de 25°29'09" chega-se ao marco DM-03, deste confrontando neste trecho com Área Remanescente, no quadrante Sudoeste, seguindo com distância de 105,298 m e rumo de 295°29'09" chega-se ao marco DM-04, deste confrontando neste trecho com Área Remanescente, no quadrante Sudoeste, seguindo com distância de 37,689 m e rumo de 329°02'37" chega-se ao marco DM-05, deste confrontando neste trecho com Área Remanescente, no quadrante Sudeste, seguindo com distância de 12,000 m e rumo de 239°02'37" chega-se ao marco DM-06, deste confrontando neste trecho com Família Canton-Matricula 4.569, no quadrante Sudoeste, seguindo com distância de 287,379 m e rumo de 329°02'36" chega-se ao marco E01, ponto inicial da descrição deste perímetro.

Art. 2º A área acrescida ao Perímetro Urbano, estabelecido no artigo 1º da presente Lei passa a enquadrar-se como Macro Zona de Expansão Urbana Mista-MEUM, estabelecido pela Lei Complementar nº 124 de 20 de março de 2013 que Institui a Lei de Uso, Ocupação e parcelamento do solo do Município de Ipumirim.

Art. 3º Esta lei entrará vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogadas as disposições em contrário especificamente a Lei Complementar nº 152 de 14 de setembro de 2015.

Ipumirim-SC, 28 de agosto de 2017

Volnei Antonio Schmidt

Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº 167 DE 28 DE AGOSTO DE 2017

LEI COMPLEMENTAR Nº 167 de 28 de agosto de 2017

Dá nova redação ao § 3º do artigo 7º da Lei Complementar nº 84 de 20 de maio de 2010 que Dispõe sobre a Lei Geral do Simples Nacional em conformidade com a Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006 e alterações e dá outras providências.

O Prefeito de Ipumirim - SC, faço saber que a Câmara de Vereadores decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. O § 3º do artigo 7º passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 7º

§ 1º -

§ 2º

§ 3º O Microempreendedor individual fica isento do pagamento de todas as taxas municipais para obtenção e renovação de licenças. (NR)

§ 4º -

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Ipumirim-SC, 28 de agosto de 2017

Volnei Antonio Schmidt

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 409/2017 DE 28 DE AGOSTO DE 2017.

AFASTA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL CONTRATADA EM CARATER TEMPORARIO POR AUXILIO DOENÇA.

O Prefeito em exercício de Ipumirim – SC, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com os artigos 99 e 100 da Lei Complementar 001/2002, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e da outras Providências.

AFASTA POR AUXILIO DOENÇA

SONIA SILVA DE ALMEIDA FALOSSI, matrícula 2688, brasileira, portadora da cédula de identidade nº. 184470067 e CPF sob o nº. 090.074.848-69, residente e domiciliada na Rua Otimar Simon, no cargo em Caráter temporário de Professora, com carga horária de 20 horas semanais, afastamento por auxílio doença por prazo indeterminado a partir da data de 28 de Agosto de 2017.

Revogadas as disposições em contrario a presente portaria produzira efeito retroativo a partir de 28 de Agosto de 2017.

Ipumirim – SC, 28 de Agosto de 2017.

Volnei Antonio Schmidt

Prefeito

PORTARIA Nº. 410/2017 DE 28 DE AGOSTO DE 2017.

CONCEDE FERIAS A SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL EFETIVO A PEDIDO

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A LEUDENIR TROMBETTA, matrícula 1295, férias de 10 dias, relativas ao período aquisitivo de 2016 A 2017 e, conforme previsto no art. 127, § 1º da Lei Complementar 01/2002, os mesmos 10 dias convertidos em pecúnio.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Ipumirim - SC, 28 de Agosto de 2017.

Volnei Antonio Schmidt

Prefeito de Ipumirim

PORTARIA Nº. 411/2017 DE 28 DE AGOSTO DE 2017.

CONCEDE FERIAS A SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL EFETIVO A PEDIDO

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A DARCIMIR AUGUSTO MONTAG, matrícula 1687, férias de 10 dias, relativas ao período aquisitivo de 2016 A 2017 e, conforme previsto no art. 127, § 1º da Lei Complementar 01/2002, os mesmos 10 dias convertidos em pecúnio.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Ipumirim - SC, 28 de Agosto de 2017.

Volnei Antonio Schmidt

Prefeito de Ipumirim

RELATÓRIO DE LANCES REFERENTE O PL Nº 55, PP Nº 32 -2017-SÊMEN BOVINO/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Página: 1/4
 Data: 28/08/2017

Histórico do Pregão (Lances/Item)

Processo/Ano: 55/2017
 Pregoeiro: LAUDECIR FRANCO

Data de Abertura: 23/08/2017

ITEM: 1 - bainhas para inseminação artificial tipo francesa, pct/50

Código	Classificados	
8399	ALFA INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL LTDA	CNPJ: 07.385.007/0001-18
10125	DNA GENETICA DO BRASIL COMERCIO LTDA-EPP	CNPJ: 19.278.326/0001-03
8983	EMBRIOSÊMEN EQUIPAMENTOS AGROPECUÁRIOS LTDA EPP	CNPJ: 02.319.237/0001-65

Nº Lance	Fornecedor	Valor (R\$)	Data/Hora
1	ALFA INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL LTDA	21,7000	23/08/2017 14:30:34
1	EMBRIOSÊMEN EQUIPAMENTOS AGROPECUÁRIC	20,0000	23/08/2017 14:30:34
1	DNA GENETICA DO BRASIL COMERCIO LTDA-EPP	19,0000	23/08/2017 14:30:34
2	ALFA INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL LTDA	18,9000	23/08/2017 14:30:51
2	EMBRIOSÊMEN EQUIPAMENTOS AGROPECUÁRIC	18,8000	23/08/2017 14:30:57
2	DNA GENETICA DO BRASIL COMERCIO LTDA-EPP	18,7000	23/08/2017 14:31:04
3	ALFA INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL LTDA	18,5000	23/08/2017 14:31:09
3	EMBRIOSÊMEN EQUIPAMENTOS AGROPECUÁRIC	18,4000	23/08/2017 14:31:13
3	DNA GENETICA DO BRASIL COMERCIO LTDA-EPP	18,2000	23/08/2017 14:31:18
4	ALFA INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL LTDA	18,0000	23/08/2017 14:31:23
4	EMBRIOSÊMEN EQUIPAMENTOS AGROPECUÁRIC	17,8000	23/08/2017 14:31:29
4	DNA GENETICA DO BRASIL COMERCIO LTDA-EPP	17,7000	23/08/2017 14:31:35
5	ALFA INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL LTDA	17,5000	23/08/2017 14:31:42
5	EMBRIOSÊMEN EQUIPAMENTOS AGROPECUÁRIC	Desistiu 17,8000	23/08/2017 14:31:46
5	DNA GENETICA DO BRASIL COMERCIO LTDA-EPP	17,4000	23/08/2017 14:32:00
6	ALFA INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL LTDA	17,3000	23/08/2017 14:32:12
6	DNA GENETICA DO BRASIL COMERCIO LTDA-EPP	17,2000	23/08/2017 14:32:19
7	ALFA INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL LTDA	17,0000	23/08/2017 14:32:22
7	DNA GENETICA DO BRASIL COMERCIO LTDA-EPP	16,8000	23/08/2017 14:32:29
8	ALFA INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL LTDA	16,7000	23/08/2017 14:32:34
8	DNA GENETICA DO BRASIL COMERCIO LTDA-EPP	16,6000	23/08/2017 14:32:42
9	ALFA INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL LTDA	Desistiu 16,7000	23/08/2017 14:32:46

Foi declarado vencedor do item 1 deste Pregão o fornecedor DNA GENETICA DO BRASIL COMERCIO LTDA-EPP pelo valor de R\$ 16,6000 (dezesesseis reais e sessenta centavos).

Assinatura do representante de cada empresa relacionada abaixo, que participaram do lance do item citado acima:

Pregoeiro: LAUDECIR FRANCO -

EMBRIOSÊMEN EQUIPAMENTOS AGROPECUÁRIOS LTDA EPP -

DNA GENETICA DO BRASIL COMERCIO LTDA-EPP -

ALFA INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL LTDA -

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Página: 2/4
 Data: 28/08/2017

Histórico do Pregão (Lances/Item)

Processo/Ano: 55/2017

Data de Abertura: 23/08/2017

Pregoeiro: LAUDECIR FRANCO

ITEM: 2 - luvas plásticas cano longo 5 dedos pct 25 unidades

Código	Classificados		
8399	ALFA INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL LTDA	CNPJ: 07.385.007/0001-18	
10125	DNA GENETICA DO BRASIL COMERCIO LTDA-EPP	CNPJ: 19.278.326/0001-03	
9698	NITROTEC COMERCIO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA -	CNPJ: 09.492.811/0001-21	

Nº Lance	Fornecedor	Valor (R\$)	Data/Hora
1	NITROTEC COMERCIO DE PRODUTOS AGROPEC	13,6000	23/08/2017 14:32:54
1	ALFA INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL LTDA	12,3000	23/08/2017 14:32:54
1	DNA GENETICA DO BRASIL COMERCIO LTDA-EPP	11,0000	23/08/2017 14:32:54
2	NITROTEC COMERCIO DE PRODUTOS AGROPEC	10,9000	23/08/2017 14:33:23
2	ALFA INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL LTDA	10,0000	23/08/2017 14:33:27
2	DNA GENETICA DO BRASIL COMERCIO LTDA-EPP	9,9000	23/08/2017 14:33:35
3	NITROTEC COMERCIO DE PRODUTOS AGROPEC	9,5000	23/08/2017 14:33:40
3	ALFA INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL LTDA	9,2000	23/08/2017 14:33:43
3	DNA GENETICA DO BRASIL COMERCIO LTDA-EPP	9,1000	23/08/2017 14:33:49
4	NITROTEC COMERCIO DE PRODUTOS AGROPEC	9,0000	23/08/2017 14:33:51
4	ALFA INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL LTDA	8,9000	23/08/2017 14:33:56
4	DNA GENETICA DO BRASIL COMERCIO LTDA-EPP	8,8000	23/08/2017 14:34:02
5	NITROTEC COMERCIO DE PRODUTOS AGROPEC	8,5000	23/08/2017 14:34:05
5	ALFA INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL LTDA	8,4000	23/08/2017 14:34:08
5	DNA GENETICA DO BRASIL COMERCIO LTDA-EPP	8,2000	23/08/2017 14:34:12
6	NITROTEC COMERCIO DE PRODUTOS AGROPEC	8,1000	23/08/2017 14:34:16
6	ALFA INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL LTDA	8,0000	23/08/2017 14:34:18
6	DNA GENETICA DO BRASIL COMERCIO LTDA-EPP	7,9000	23/08/2017 14:34:22
7	NITROTEC COMERCIO DE PRODUTOS AGROPEC	Desistiu	8,1000 23/08/2017 14:34:25
7	ALFA INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL LTDA	7,8500	23/08/2017 14:34:32
7	DNA GENETICA DO BRASIL COMERCIO LTDA-EPP	7,8000	23/08/2017 14:34:36
8	ALFA INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL LTDA	7,7000	23/08/2017 14:34:40
8	DNA GENETICA DO BRASIL COMERCIO LTDA-EPP	7,6500	23/08/2017 14:34:45
9	ALFA INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL LTDA	7,4000	23/08/2017 14:34:50
9	DNA GENETICA DO BRASIL COMERCIO LTDA-EPP	Desistiu	7,6500 23/08/2017 14:34:55

Foi declarado vencedor do item 2 deste Pregão o fornecedor ALFA INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL LTDA pelo valor de R\$ 7,4000 (sete reais e quarenta centavos).

Assinatura do representante de cada empresa relacionada abaixo, que participaram do lance do item citado acima:

Pregoeiro: LAUDECIR FRANCO

-

DNA GENETICA DO BRASIL COMERCIO LTDA-EPP

-

NITROTEC COMERCIO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA -

-

ALFA INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL LTDA

-

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Página: 3/4
 Data: 28/08/2017

Histórico do Pregão (Lances/Item)

Processo/Ano: 55/2017

Data de Abertura: 23/08/2017

Pregoeiro: LAUDECIR FRANCIO

ITEM: 3 - NITROGÊNIO LÍQUIDO

Código	Classificados
--------	---------------

8983 EMBRIOSÊMEN EQUIPAMENTOS AGROPECUÁRIOS LTDA EPP CNPJ: 02.319.237/0001-65

9698 NITROTEC COMERCIO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA - CNPJ: 09.492.811/0001-21

Nº Lance	Fornecedor	Valor (R\$)	Data/Hora
1	EMBRIOSÊMEN EQUIPAMENTOS AGROPECUÁRI	4,0000	23/08/2017 14:35:04
1	NITROTEC COMERCIO DE PRODUTOS AGROPEC	3,9000	23/08/2017 14:35:04
2	EMBRIOSÊMEN EQUIPAMENTOS AGROPECUÁRI	3,8500	23/08/2017 14:35:19
2	NITROTEC COMERCIO DE PRODUTOS AGROPEC	3,8000	23/08/2017 14:35:22
3	EMBRIOSÊMEN EQUIPAMENTOS AGROPECUÁRI	3,7500	23/08/2017 14:35:26
3	NITROTEC COMERCIO DE PRODUTOS AGROPEC	3,7000	23/08/2017 14:35:34
4	EMBRIOSÊMEN EQUIPAMENTOS AGROPECUÁRI	3,0000	23/08/2017 14:35:38
4	NITROTEC COMERCIO DE PRODUTOS AGROPEC	2,9500	23/08/2017 14:35:43
5	EMBRIOSÊMEN EQUIPAMENTOS AGROPECUÁRI	Desistiu 3,0000	23/08/2017 14:35:47

Foi declarado vencedor do item 3 deste Pregão o fornecedor NITROTEC COMERCIO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA - pelo valor de R\$ 2,9500 (dois reais e noventa e cinco centavos).

Assinatura do representante de cada empresa relacionada abaixo, que participaram do lance do item citado acima:

Pregoeiro: LAUDECIR FRANCIO -

NITROTEC COMERCIO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA -

EMBRIOSÊMEN EQUIPAMENTOS AGROPECUÁRIOS LTDA EPP -

ITEM: 4 - DOSES DE SÊMEN BOVINO, Raça Holandesa, Cor preta e Branca co

Código	Classificados
--------	---------------

7705 SEMEX DO BRASIL COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO L CNPJ: 00.593.476/0001-83

Nº Lance	Fornecedor	Valor (R\$)	Data/Hora
1	SEMEX DO BRASIL COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E E	17,3500	23/08/2017 14:35:57

Assinatura do representante de cada empresa relacionada abaixo, que participaram do lance do item citado acima:

Pregoeiro: LAUDECIR FRANCIO -

SEMEX DO BRASIL COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO L -

ITEM: 5 - DOSES DE SÊMEN BOVINO da Raça Gir Leiteiro,

Código	Classificados
--------	---------------

8399 ALFA INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL LTDA CNPJ: 07.385.007/0001-18

Nº Lance	Fornecedor	Valor (R\$)	Data/Hora
1	ALFA INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL LTDA	19,4000	23/08/2017 14:36:09

Assinatura do representante de cada empresa relacionada abaixo, que participaram do lance do item citado acima:

Pregoeiro: LAUDECIR FRANCIO -

ALFA INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL LTDA -

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Página: 4/4

Data: 28/08/2017

Histórico do Pregão (Lances/Item)

Processo/Ano: 55/2017		Data de Abertura: 23/08/2017	
Pregoeiro: LAUDECI R FRANCIO			
ITEM: 6 - dose de semen bovino da raça Jersey			
Código	Classificados		
8399	ALFA INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL LTDA		CNPJ: 07.385.007/0001-18
Nº Lance	Fornecedor	Valor (R\$)	Data/Hora
1	ALFA INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL LTDA	23,6000	23/08/2017 14:36:31

Assinatura do representante de cada empresa relacionada abaixo, que participaram do lance do item citado acima:

Pregoeiro: LAUDECI R FRANCIO

ALFA INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL LTDA

ITEM: 7 - dose de semen raça Red Angus

Código	Classificados		
8399	ALFA INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL LTDA	CNPJ: 07.385.007/0001-18	
Nº Lance	Fornecedor	Valor (R\$)	Data/Hora
1	ALFA INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL LTDA	19,6000	23/08/2017 14:36:39

Assinatura do representante de cada empresa relacionada abaixo, que participaram do lance do item citado acima:

Pregoeiro: LAUDECI R FRANCIO

ALFA INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL LTDA

Irani

PREFEITURA

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE 006/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IRANI

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 076/2017

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 006/2017

OBJETO: Contratação de grupo musical para realização de show/baile no evento Mateada e Show em comemoração ao dia do Município.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IRANI

CONTRATADO: PAM PROMOÇÕES, EVENTOS E PUBLICIDADE LTDA-ME

VALOR: R\$ 11.350,00 (onze mil e trezentos e cinquenta reais).

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Inciso III do artigo 25, da Lei Federal nº 8666/93.

VIGÊNCIA: 28 de outubro de 2017.

Irani, SC, 28 de agosto de 2017.

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DISPENSA LICITAÇÃO PROCESSO Nº 001/2017 - FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IRANI

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 005/2017 - FMAS - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2017 - FMAS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE IMÃS DE GELADEIRA E FOLDERS PARA DISTRIBUIÇÃO JUNTO AOS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IRANI

CONTRATADO: NEILAIR FERRAZ ALVAREZ ROSSINI 59456361934

VALOR: R\$ 2.930,00 (dois mil e novecentos e trinta reais)

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Inciso II do artigo 24, da Lei Federal nº 8666/93.

VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2017.

Irani, SC, 28 de agosto de 2017.

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES PREFEITO MUNICIPAL

Irineópolis

PREFEITURA

DECRETO Nº 3277/2017

DECRETO Nº 3.277/2017.

APROVA O PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL – PCMSO, O PROGRAMA DE PREVENÇÃO DE RISCOS AMBIENTAIS – PPRA E O LAUDO TÉCNICO DE CONDIÇÕES AMBIENTAIS DE TRABALHO – LTCAT, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso de suas atribuições legais e para efeito do disposto nos artigos 90, 91 e 92 da Lei Complementar nº 01/97, de 30.12.1997, e com o objetivo de atender ao disposto na Portaria nº 25, de 29/12/1994, da Secretaria de Segurança e Saúde do Trabalhador – SSMT,

DECRETA:

Art. 1º. – Ficam aprovados o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO, o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais –PPRA e o Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho – LTCAT, constantes de 2 (dois) volumes, para fins de:

- I. Preservar a saúde e a integridade dos trabalhadores, através da antecipação, reconhecimento, avaliação e consequente controle dos riscos ambientais existentes ou que venham a existir no ambiente de trabalho;
- II. atender as exigências do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, no que se refere à concessão de aposentadoria especial por atividades insalubres;
- III. estipular quais as atividades são insalubres, nos termos do artigo 90 e seguintes da Lei Complementar nº 01/97, de 30 de dezembro de 1997;
- IV. demarcar áreas de risco e assessorar na elaboração de Mapa de Riscos Ambientais;
- V. atender as notificações específicas da fiscalização da Delegacia Regional do Trabalho, quando for o caso.

Art. 2º. – Para fazer face às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, serão utilizados recursos do orçamento, vigente em cada exercício.

Art. 3º. – Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º. - Ficam revogadas as disposições em contrário

Irineópolis (SC), em 25 de Agosto de 2017.

JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal.

Itá

PREFEITURA

AVISO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 055/2017, PREGÃO PRESENCIAL Nº 033/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 055/2017

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 033/2017

REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, torna público que fará realizar licitação, na modalidade Pregão Presencial, Sistema de Registro de Preços, no dia 12 de setembro de 2017, para contratação de empresa para recuperação das estruturas natalinas existentes, montagem, manutenção, apresentação das luzes dançantes e desmontagem de toda estrutura de iluminação de natal do município. As propostas serão recebidas até as 08h30min do dia 12 de setembro de 2017 e abertas as 08h30min nesta mesma data. O edital encontra-se disponível no site "www.ita.sc.gov.br" as demais informações poderão ser obtidas diariamente na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda e pelo telefone (49) 3458-9510. Itá SC, 28 de agosto de 2017.

JAIRO LUIZ SARTORETTO

Prefeito Municipal

Itaiópolis

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO – PR Nº32/2017

Pregão Presencial nº 32/2017 – Objeto: Registro de Preços para aquisição parcelada de material escolar e de expediente, suprimentos de informática, para as Secretarias Municipais, Polícia Militar e Civil, Bombeiros Militar, Fundo Municipal de Assistência Social e Fundação Hospitalar Municipal Santo Antônio. LOCAL/DATA E HORÁRIO PARA ENTREGA DOS ENVELOPES: Avenida Getúlio Vargas, 308, 3º Piso, Centro, Itaiópolis – SC, no Departamento de Compras e Licitações, junto a Prefeitura Municipal, no dia 12 setembro de 2017, até as 08h30. ABERTURA DOS ENVELOPES: no dia 12 de setembro de 2017, as 09:00 horas. O Edital estará à disposição dos interessados, no endereço acima mencionado ou pelo Site www.itaiopolis.sc.gov.br. Itaiópolis, 28 de agosto de 2017. Reginaldo José Fernandes Luiz Prefeito Municipal

Itapema

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 04.063.2017 AQUISIÇÃO DE MÓVEIS SOB MEDIDA, APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS PARA A FUNDAÇÃO AMBIENTAL ÁREA COSTEIRA DE ITAPEMA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES ESTIMADAS CONSTANTES DO ANEXO I DO EDITAL Nº. 04.063.2017.

Estado de Santa Catarina
Município de Itapema
EDITAL DE LICITAÇÃO

O Município de Itapema, torna público a abertura do:
Pregão Presencial nº. 04.063.2017

Objeto: Aquisição de móveis sob medida, aparelhos e utensílios domésticos para a Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema, conforme especificações e quantidades estimadas constantes do Anexo I do Edital Nº. 04.063.2017.

Entrega dos envelopes: Até as 14:00(quatorze) horas do dia 11(onze) de setembro de 2017.

Abertura do Pregão: 11(onze) de setembro de 2017, às 14:01 (quatorze horas e um minuto)

Endereço para retirada do edital: O edital poderá ser baixado pelo site www.itapema.sc.gov.br, no ícone "licitações- modalidades – pregão – pasta 04.063.2017" ou pessoalmente, Avenida Nereu Ramos, 134, Bairro Centro.

Dúvidas, entrar em contato pelo telefone (047) 3268-8009.

Itapema, 28 de agosto de 2017.

João Luis Emmel

Secretário de Administração

PROCESSO 065.2017 - CHAMADA PÚBLICA 005.2017 - SAÚDE - CONTRATO - ADRIANO MULLER DOS SANTOS

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE ITAPEMA

EXTRATO CONTRATO

TERMO DE CREDENCIAMENTO

028/2017

PROCESSO: 65/2017

OBJETO: Credenciamento de Pessoas físicas e jurídicas da área de Saúde, para a prestação de serviços complementares à Prefeitura Municipal de Itapema, nas seguintes especialidades da tabela SIA/SUS.

PRAZO: 12 (doze) meses.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA

CONTRATADA: ADRIANO MULLER DOS SANTOS

ESPECIALIDADE: Cirurgião Dentista - Protesista

DATA DA ASSINATURA: 23/08/2017

Itapema, 24 de agosto de 2017.

NILZA NILDA SIMAS

PREFEITA MUNICIPAL

PROCESSO 065.2017 - CHAMADA PÚBLICA 005.2017 - SAÚDE - CONTRATO - CENTRAL DE EXAMES

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE ITAPEMA

EXTRATO CONTRATO

TERMO DE CREDENCIAMENTO

022/2017

PROCESSO: 65/2017

OBJETO: Credenciamento de Pessoas físicas e jurídicas da área de Saúde, para a prestação de serviços complementares à Prefeitura Municipal de Itapema, nas seguintes especialidades da tabela SIA/SUS.

PRAZO: 12 (doze) meses.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA

CONTRATADA: CENTRAL DE EXAMES LABORATÓRIO CLÍNICO LTDA - EPP

ESPECIALIDADE: PROCEDIMENTOS COM FINALIDADE DIAGNÓSTICA e MÉTODOS DIAGNÓSTICO EM ESPECIALIDADES

DATA DA ASSINATURA: 11/08/2017

Itapema, 24 de agosto de 2017.

NILZA NILDA SIMAS

PREFEITA MUNICIPAL

PROCESSO 065.2017 - CHAMADA PÚBLICA 005.2017 - SAÚDE - CONTRATO - CLÍNICA MÉDICA MURARA

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE ITAPEMA

EXTRATO CONTRATO

TERMO DE CREDENCIAMENTO

027/2017

PROCESSO: 65/2017

OBJETO: Credenciamento de Pessoas físicas e jurídicas da área de Saúde, para a prestação de serviços complementares à Prefeitura Municipal de Itapema, nas seguintes especialidades da tabela SIA/SUS.

PRAZO: 12 (doze) meses.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA

CONTRATADA: CLÍNICA MÉDICA MURARA LTDA ME

ESPECIALIDADE: OTORRINOLARINGOLOGIA

DATA DA ASSINATURA: 23/08/2017

Itapema, 24 de agosto de 2017.

NILZA NILDA SIMAS

PREFEITA MUNICIPAL

**PROCESSO 065.2017 - CHAMADA PÚBLICA 005.2017
- SAÚDE - CONTRATO - JAQUELINE BORELLA**

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE ITAPEMA

EXTRATO CONTRATO
TERMO DE CREDENCIAMENTO
029/2017

PROCESSO: 65/2017
OBJETO: Credenciamento de Pessoas físicas e jurídicas da área de Saúde, para a prestação de serviços complementares à Prefeitura Municipal de Itapema, nas seguintes especialidades da tabela SIA/SUS.

PRAZO: 12 (doze) meses.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA
CONTRATADA: JAQUELINE BORELLA
ESPECIALIDADE: PSICÓLOGA
DATA DA ASSINATURA: 23/08/2017

Itapema, 24 de agosto de 2017.
NILZA NILDA SIMAS
PREFEITA MUNICIPAL

**PROCESSO 065.2017 - CHAMADA PÚBLICA 005.2017
- SAÚDE - CONTRATO - LABORATÓRIO GLAUCO**

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE ITAPEMA

EXTRATO CONTRATO
TERMO DE CREDENCIAMENTO
023/2017

PROCESSO: 65/2017
OBJETO: Credenciamento de Pessoas físicas e jurídicas da área de Saúde, para a prestação de serviços complementares à Prefeitura Municipal de Itapema, nas seguintes especialidades da tabela SIA/SUS.

PRAZO: 12 (doze) meses.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA
CONTRATADA: GLAUCO CESARIO PEREIRA - ME
ESPECIALIDADE: DIAGNÓSTICO POR ANATOMIA PATOLÓGICA E CITOPATOLOGIA
DATA DA ASSINATURA: 11/08/2017

Itapema, 24 de agosto de 2017.
NILZA NILDA SIMAS
PREFEITA MUNICIPAL

**PROCESSO 065.2017 - CHAMADA PÚBLICA 005.2017
- SAÚDE - CONTRATO - LEONARDO SAILER**

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE ITAPEMA

EXTRATO CONTRATO
TERMO DE CREDENCIAMENTO
030/2017

PROCESSO: 65/2017
OBJETO: Credenciamento de Pessoas físicas e jurídicas da área de Saúde, para a prestação de serviços complementares à Prefeitura Municipal de Itapema, nas seguintes especialidades da tabela SIA/

SUS.

PRAZO: 12 (doze) meses.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA
CONTRATADA: LEONARDO SAILER
ESPECIALIDADE: FONOAUDIÓLOGO
DATA DA ASSINATURA: 23/08/2017

Itapema, 24 de agosto de 2017.
NILZA NILDA SIMAS
PREFEITA MUNICIPAL

**PROCESSO 065.2017 - CHAMADA PÚBLICA 005.2017
- SAÚDE - CONTRATO - RMC SERVIÇOS MÉDICOS**

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE ITAPEMA

EXTRATO CONTRATO
TERMO DE CREDENCIAMENTO
024/2017

PROCESSO: 65/2017
OBJETO: Credenciamento de Pessoas físicas e jurídicas da área de Saúde, para a prestação de serviços complementares à Prefeitura Municipal de Itapema, nas seguintes especialidades da tabela SIA/SUS.

PRAZO: 12 (doze) meses.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA
CONTRATADA: RMC SERVIÇOS MEDICOS EIRELI - ME
ESPECIALIDADE: COLONOSCOPIA E ENDOSCOPIA DIGESTIVA ALTA
DATA DA ASSINATURA: 11/08/2017

Itapema, 24 de agosto de 2017.
NILZA NILDA SIMAS
PREFEITA MUNICIPAL

Itapiranga

PREFEITURA

EXTRATO DAS ATAS REGISTRO DE PREÇOS Nº 094 A 113/2017 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAPIRANGA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: ARP 094/2017
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAPIRANGA
Contratada...: ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA
Valor : 10.089,00 (dez mil e oitenta e nove reais)
Vigência : Início: 16/08/2017 Término: 16/08/2018
Licitação : PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 18/2017
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DESTINADOS PARA AS FARMACIAS DAS UNIDADES BASICAS DE SAUDE, PARA DISTRIBUIÇÃO AOS PACIENTES DO MUNICIPIO."
Itapiranga, 28 de Agosto de 2017

Contrato Nº.: ARP 095/2017
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAPIRANGA
Contratada...: CENTERMEDI - COM. DE PROD. HOSPIT. LTDA
Valor : 24.600,00 (vinte e quatro mil e seiscentos reais)
Vigência : Início: 16/08/2017 Término: 16/08/2018
Licitação : PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 18/2017
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DESTINADOS PARA AS FARMACIAS DAS UNIDADES BASICAS DE SAUDE, PARA DISTRIBUIÇÃO AOS PACIENTES DO MUNICIPIO."
Itapiranga, 28 de Agosto de 2017

Contrato Nº.: ARP 096/2017
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAPIRANGA
Contratada...: LICIMED DIST. MEDICAMENTOS E MAT. MED.-HOSP. LTDA
Valor : 13.280,00 (treze mil duzentos e oitenta reais)
Vigência : Início: 16/08/2017 Término: 16/08/2018
Licitação : PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 18/2017
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DESTINADOS PARA AS FARMACIAS DAS UNIDADES BASICAS DE SAUDE, PARA DISTRIBUIÇÃO AOS PACIENTES DO MUNICIPIO."
Itapiranga, 28 de Agosto de 2017

Contrato Nº.: ARP 097/2017
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAPIRANGA
Contratada...: COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA
Valor : 15.000,00 (quinze mil reais)
Vigência : Início: 16/08/2017 Término: 16/08/2018
Licitação : PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 18/2017
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DESTINADOS PARA AS FARMACIAS DAS UNIDADES BASICAS DE SAUDE, PARA DISTRIBUIÇÃO AOS PACIENTES DO MUNICIPIO."
Itapiranga, 28 de Agosto de 2017

Contrato Nº.: ARP 098/2017
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAPIRANGA

Contratada...: NOVASUL COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
Valor : 20.800,00 (vinte mil oitocentos reais)
Vigência : Início: 16/08/2017 Término: 16/08/2018
Licitação : PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 18/2017
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DESTINADOS PARA AS FARMACIAS DAS UNIDADES BASICAS DE SAUDE, PARA DISTRIBUIÇÃO AOS PACIENTES DO MUNICIPIO."
Itapiranga, 28 de Agosto de 2017

Contrato Nº.: ARP 099/2017
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAPIRANGA
Contratada...: DUPATRI HOSPITALAR COMERCIO, IMPORT. E EXPORT. LTD
Valor : 9.274,00 (nove mil duzentos e setenta e quatro reais)
Vigência : Início: 16/08/2017 Término: 16/08/2018
Licitação : PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 18/2017
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DESTINADOS PARA AS FARMACIAS DAS UNIDADES BASICAS DE SAUDE, PARA DISTRIBUIÇÃO AOS PACIENTES DO MUNICIPIO."
Itapiranga, 28 de Agosto de 2017

Contrato Nº.: ARP 100/2017
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAPIRANGA
Contratada...: ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
Valor : 13.900,00 (treze mil novecentos reais)
Vigência : Início: 16/08/2017 Término: 16/08/2018
Licitação : PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 18/2017
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DESTINADOS PARA AS FARMACIAS DAS UNIDADES BASICAS DE SAUDE, PARA DISTRIBUIÇÃO AOS PACIENTES DO MUNICIPIO."
Itapiranga, 28 de Agosto de 2017

Contrato Nº.: ARP 101/2017
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAPIRANGA
Contratada...: AR FIOREZZANO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
Valor : 15.250,00 (quinze mil duzentos e cinquenta reais)
Vigência : Início: 16/08/2017 Término: 16/08/2018
Licitação : PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 18/2017
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DESTINADOS PARA AS FARMACIAS DAS UNIDADES BASICAS DE SAUDE, PARA DISTRIBUIÇÃO AOS PACIENTES DO MUNICIPIO."
Itapiranga, 28 de Agosto de 2017

Contrato Nº.: ARP 102/2017
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAPIRANGA
Contratada...: ILG COMERCIAL LTDA - ME
Valor : 2.648,00 (dois mil seiscentos e quarenta e oito reais)
Vigência : Início: 16/08/2017 Término: 16/08/2018
Licitação : PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 18/2017
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE

MEDICAMENTOS DESTINADOS PARA AS FARMACIAS DAS UNIDADES BASICAS DE SAUDE, PARA DISTRIBUIÇÃO AOS PACIENTES DO MUNICIPIO."

Itapiranga, 28 de Agosto de 2017

Contrato Nº.: ARP 103/2017

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAPIRANGA

Contratada...: PRODIET NUTRICAÇÃO CLÍNICA LTDA

Valor : 15.840,00 (quinze mil oitocentos e quarenta reais)

Vigência : Início: 16/08/2017 Término: 16/08/2018

Licitação : PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 18/2017

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DESTINADOS PARA AS FARMACIAS DAS UNIDADES BASICAS DE SAUDE, PARA DISTRIBUIÇÃO AOS PACIENTES DO MUNICIPIO."

Itapiranga, 28 de Agosto de 2017

Contrato Nº.: ARP 104/2017

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAPIRANGA

Contratada...: DISTRIBUIDORA ODONTO HOSPITALAR SÃO MIGUEL LTDA

Valor : 13.500,00 (treze mil quinhentos reais)

Vigência : Início: 17/08/2017 Término: 17/08/2018

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 20/2017

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA A PRESTAÇÃO SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS À DISPOSIÇÃO DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO."

Itapiranga, 28 de Agosto de 2017

Contrato Nº.: ARP 105/2017

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAPIRANGA

Contratada...: POTENCIA SOM E INFORMATICA LTDA - ME

Valor : 9.267,70 (nove mil duzentos e sessenta e sete reais e setenta centavos)

Vigência : Início: 18/08/2017 Término: 18/08/2018

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 144/2017

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE E DIDÁTICO PEDAGÓGICO, DESTINADOS PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS DESTA MUNICIPALIDADE."

Itapiranga, 28 de Agosto de 2017

Contrato Nº.: ARP 106/2017

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAPIRANGA

Contratada...: TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA

Valor : 1.809,50 (um mil oitocentos e nove reais e cinquenta centavos)

Vigência : Início: 18/08/2017 Término: 18/08/2018

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 144/2017

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE E DIDÁTICO PEDAGÓGICO, DESTINADOS PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS DESTA MUNICIPALIDADE."

Itapiranga, 28 de Agosto de 2017

Contrato Nº.: ARP 107/2017

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAPIRANGA

Contratada...: JP EQUIPAMENTOS LTDA - ME

Valor : 5.686,90 (cinco mil seiscentos e oitenta e seis reais e noventa centavos)

Vigência : Início: 18/08/2017 Término: 18/08/2018

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 144/2017

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE E DIDÁTICO PEDAGÓGICO, DESTINADOS PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS DESTA MUNICIPALIDADE."

Itapiranga, 28 de Agosto de 2017

Contrato Nº.: ARP 108/2017

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAPIRANGA

Contratada...: PEGASUS ATACADISTA LTDA

Valor : 3.895,28 (três mil oitocentos e noventa e cinco reais e vinte e oito centavos)

Vigência : Início: 18/08/2017 Término: 18/08/2018

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 144/2017

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE E DIDÁTICO PEDAGÓGICO, DESTINADOS PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS DESTA MUNICIPALIDADE."

Itapiranga, 28 de Agosto de 2017

Contrato Nº.: ARP 109/2017

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAPIRANGA

Contratada...: ECOS TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA

Valor : 30.380,25 (trinta mil trezentos e oitenta reais e vinte e cinco centavos)

Vigência : Início: 18/08/2017 Término: 18/08/2018

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 144/2017

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE E DIDÁTICO PEDAGÓGICO, DESTINADOS PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS DESTA MUNICIPALIDADE."

Itapiranga, 28 de Agosto de 2017

Contrato Nº.: ARP 110/2017

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAPIRANGA

Contratada...: SERVICOS ELETRONICOS SHIPP LTDA

Valor : 2.520,00 (dois mil quinhentos e vinte reais)

Vigência : Início: 21/08/2017 Término: 21/08/2018

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 152/2017

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE INFORMATICA E ELETRONICA, PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS EQUIPAMENTOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS DESTA MUNICIPALIDADE."

Itapiranga, 28 de Agosto de 2017

Contrato Nº.: ARP 111/2017

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAPIRANGA

Contratada...: EDINEI KESSLER RECKZIEGEL 08927240995

Valor : 2.070,00 (dois mil e setenta reais)

Vigência : Início: 21/08/2017 Término: 21/08/2018

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 152/2017

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE INFORMATICA E ELETRONICA, PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS EQUIPAMENTOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS DESTA MUNICIPALIDADE."

Itapiranga, 28 de Agosto de 2017

Contrato Nº.: ARP 112/2017

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAPIRANGA

Contratada...: POTENCIA SOM E INFORMATICA LTDA - ME

Valor : 990,00 (novecentos e noventa reais)

Vigência : Início: 21/08/2017 Término: 21/08/2018

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 151/2017

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS, INSTRUMENTOS MUSICAIS E OUTROS MATERIAIS PARA A BANDA MUNICIPAL, ORQUESTRA DE VIOLÕES E PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO."
Itapiranga, 28 de Agosto de 2017

Contrato Nº.: ARP 113/2017
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAPIRANGA
Contratada...: INFORMÁTICA MONDAÍ LTDA
Valor : 614,00 (seiscentos e quatorze reais)
Vigência : Início: 21/08/2017 Término: 21/08/2018
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 151/2017
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS, INSTRUMENTOS MUSICAIS E OUTROS MATERIAIS PARA A BANDA MUNICIPAL, ORQUESTRA DE VIOLÕES E PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO."
Itapiranga, 28 de Agosto de 2017

EXTRATO DAS ATAS REGISTRO DE PREÇOS Nº 236 A 259/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: ARP 236/2017
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA
Contratada...: COMERCIAL SOETHE LTDA
Valor : 7.600,00 (sete mil e seiscentos reais)
Vigência : Início: 16/08/2017 Término: 16/08/2018
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 145/2017
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PAS-TAS PARA BLOCO DE PRODUTOR RURAL."
Itapiranga, 28 de Agosto de 2017

Contrato Nº.: ARP 237/2017
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA
Contratada...: ELMO A. KIST
Valor : 8.405,70 (oito mil quatrocentos e cinco reais e setenta centavos)
Vigência : Início: 17/08/2017 Término: 17/08/2018
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 143/2017
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE TIN-TAS E OUTROS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO"
Itapiranga, 28 de Agosto de 2017

Contrato Nº.: ARP 238/2017
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA
Contratada...: CRO ARTEFATOS E SERVIÇOS LTDA. - ME
Valor : 6.300,00 (seis mil e trezentos reais)
Vigência : Início: 17/08/2017 Término: 17/08/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 143/2017
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE TIN-TAS E OUTROS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO"
Itapiranga, 28 de Agosto de 2017

Contrato Nº.: ARP 239/2017
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA
Contratada...: AGROPECUARIA ITAPIRANGA LTDA - ME
Valor : 5.806,45 (cinco mil oitocentos e seis reais e qua-renta e cinco centavos)
Vigência : Início: 17/08/2017 Término: 17/08/2018
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 143/2017
Recursos : Dotação:
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE TIN-TAS E OUTROS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO"
Itapiranga, 28 de Agosto de 2017

Contrato Nº.: ARP 240/2017
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA
Contratada...: OB COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - EPP
Valor : 3.670,80 (três mil seiscentos e setenta reais e oitenta centavos)
Vigência : Início: 17/08/2017 Término: 17/08/2018
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 143/2017
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE TIN-TAS E OUTROS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO"
Itapiranga, 28 de Agosto de 2017

Contrato Nº.: ARP 241/2017
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA
Contratada...: QUIMICASOL EIRELI EPP - EPP
Valor : 29.621,00 (vinte e nove mil seiscentos e vinte e um reais)
Vigência : Início: 17/08/2017 Término: 17/08/2018
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 143/2017
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE TIN-TAS E OUTROS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO"
Itapiranga, 28 de Agosto de 2017

Contrato Nº.: ARP 242/2017
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA
Contratada...: CAMARGO & FELTES MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME
Valor : 980,00 (novecentos e oitenta reais)
Vigência : Início: 17/08/2017 Término: 17/08/2018
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 143/2017
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE TIN-TAS E OUTROS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO"
Itapiranga, 28 de Agosto de 2017

Contrato Nº.: ARP 243/2017
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA
Contratada...: JARDEL JACOBS PEREIRA DA SILVA - ME
Valor : 6.870,00 (seis mil oitocentos e setenta reais)
Vigência : Início: 17/08/2017 Término: 17/08/2018
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 143/2017
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE TIN-TAS E OUTROS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO"
Itapiranga, 28 de Agosto de 2017

Contrato Nº.: ARP 244/2017
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA
Contratada...: NELSON SCHNEIDERS ME
Valor : 32.400,00 (trinta e dois mil e quatrocentos reais)
Vigência : Início: 17/08/2017 Término: 17/08/2018
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 146/2017
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA REALIZAÇÃO DE TRANSPORTE DA OR-QUESTRA MUNICIPAL DE VIOLÕES, CONFORME AUTORIZA A LEI MUNICIPAL 2.837/2013."
Itapiranga, 28 de Agosto de 2017

Contrato Nº.: ARP 245/2017
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA
Contratada...: TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA
Valor : 11.790,00 (onze mil setecentos e noventa reais)
Vigência : Início: 18/08/2017 Término: 18/08/2018
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 147/2017
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE BAN-DEIRAS PARA ESCOLAS E AS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNI-CÍPIO."
Itapiranga, 28 de Agosto de 2017

Contrato Nº.: ARP 246/2017

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA
Contratada...: POTENCIA SOM E INFORMATICA LTDA - ME
Valor : 50.217,90 (cinquenta mil duzentos e dezessete reais e noventa centavos)
Vigência : Início: 18/08/2017 Término: 18/08/2018
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 144/2017
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE E DIDÁTICO PEDAGÓGICO, DESTINADOS PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS DESTA MUNICIPALIDADE."
Itapiranga, 28 de Agosto de 2017

Contrato Nº.: ARP 247/2017
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA
Contratada...: TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA
Valor : 51.294,20 (cinquenta e um mil duzentos e noventa e quatro reais e vinte centavos)
Vigência : Início: 18/08/2017 Término: 18/08/2018
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 144/2017
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE E DIDÁTICO PEDAGÓGICO, DESTINADOS PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS DESTA MUNICIPALIDADE."
Itapiranga, 28 de Agosto de 2017

Contrato Nº.: ARP 248/2017
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA
Contratada...: JP EQUIPAMENTOS LTDA - ME
Valor : 56.096,50 (cinquenta e seis mil e noventa e seis reais e cinquenta centavos)
Vigência : Início: 18/08/2017 Término: 18/08/2018
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 144/2017
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE E DIDÁTICO PEDAGÓGICO, DESTINADOS PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS DESTA MUNICIPALIDADE."
Itapiranga, 28 de Agosto de 2017

Contrato Nº.: ARP 249/2017
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA
Contratada...: PEGASUS ATACADISTA LTDA
Valor : 44.333,55 (quarenta e quatro mil trezentos e trinta e três reais e cinquenta e cinco centavos)
Vigência : Início: 18/08/2017 Término: 18/08/2018
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 144/2017
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE E DIDÁTICO PEDAGÓGICO, DESTINADOS PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS DESTA MUNICIPALIDADE."
Itapiranga, 28 de Agosto de 2017

Contrato Nº.: ARP 250/2017
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA
Contratada...: ECOS TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA
Valor : 80.390,50 (oitenta mil trezentos e noventa reais e cinquenta centavos)
Vigência : Início: 18/08/2017 Término: 18/08/2018
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 144/2017
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE E DIDÁTICO PEDAGÓGICO, DESTINADOS PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS DESTA MUNICIPALIDADE."
Itapiranga, 28 de Agosto de 2017

Contrato Nº.: ARP 251/2017
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA
Contratada...: VIVEIRO DE MUDAS KRAMER LTDA. ME.
Valor : 4.596,50 (quatro mil quinhentos e noventa e seis reais e cinquenta centavos)
Vigência : Início: 21/08/2017 Término: 21/08/2018
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 149/2017
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MUDAS DE PLANTAS ORNAMENTAIS PARA DECORAÇÃO DO COMPLEXO OKTOBER DURANTE A OKTOBERFEST E OUTRAS ATIVIDADES."

Itapiranga, 28 de Agosto de 2017

Contrato Nº.: ARP 252/2017
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA
Contratada...: CESAR KRAMER - ME
Valor : 6.444,20 (seis mil quatrocentos e quarenta e quatro reais e vinte centavos)
Vigência : Início: 21/08/2017 Término: 21/08/2018
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 149/2017
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MUDAS DE PLANTAS ORNAMENTAIS PARA DECORAÇÃO DO COMPLEXO OKTOBER DURANTE A OKTOBERFEST E OUTRAS ATIVIDADES."
Itapiranga, 28 de Agosto de 2017

Contrato Nº.: ARP 253/2017
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA
Contratada...: A. D. CARDOSO - EPP
Valor : 17.513,60 (dezessete mil quinhentos e treze reais e sessenta centavos)
Vigência : Início: 21/08/2017 Término: 21/08/2018
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 151/2017
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS, INSTRUMENTOS MUSICAIS E OUTROS MATERIAIS PARA A BANDA MUNICIPAL, ORQUESTRA DE VIOLÕES E PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO."
Itapiranga, 28 de Agosto de 2017

Contrato Nº.: ARP 254/2017
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA
Contratada...: POTENCIA SOM E INFORMATICA LTDA - ME
Valor : 4.434,00 (quatro mil quatrocentos e trinta e quatro reais)
Vigência : Início: 21/08/2017 Término: 21/08/2018
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 151/2017
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS, INSTRUMENTOS MUSICAIS E OUTROS MATERIAIS PARA A BANDA MUNICIPAL, ORQUESTRA DE VIOLÕES E PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO."
Itapiranga, 28 de Agosto de 2017

Contrato Nº.: ARP 255/2017
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA
Contratada...: INFORMÁTICA MONDAÍ LTDA
Valor : 7.387,00 (sete mil trezentos e oitenta e sete reais)
Vigência : Início: 21/08/2017 Término: 21/08/2018
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 151/2017
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS, INSTRUMENTOS MUSICAIS E OUTROS MATERIAIS PARA A BANDA MUNICIPAL, ORQUESTRA DE VIOLÕES E PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO."
Itapiranga, 28 de Agosto de 2017

Contrato Nº.: ARP 256/2017
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA
Contratada...: ECOS TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA
Valor : 7.519,00 (sete mil quinhentos e dezenove reais)
Vigência : Início: 21/08/2017 Término: 21/08/2018
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 151/2017
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS, INSTRUMENTOS MUSICAIS E OUTROS MATERIAIS PARA A BANDA MUNICIPAL, ORQUESTRA DE VIOLÕES E PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO."
Itapiranga, 28 de Agosto de 2017

Contrato Nº.: ARP 257/2017
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA
Contratada...: LEO I. DE CASTRO & CIA LTDA - ME
Valor : 4.380,00 (quatro mil trezentos e oitenta reais)
Vigência : Início: 21/08/2017 Término: 21/08/2018

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 151/2017
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS, INSTRUMENTOS MUSICAIS E OUTROS MATERIAIS PARA A BANDA MUNICIPAL, ORQUESTRA DE VIOLÕES E PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO."
Itapiranga, 28 de Agosto de 2017

Contrato Nº.: ARP 258/2017
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA
Contratada...: SERVICOS ELETRONICOS SHIPP LTDA
Valor : 4.480,00 (quatro mil quatrocentos e oitenta reais)
Vigência : Início: 21/08/2017 Término: 21/08/2018
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 152/2017
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TECNICOS DE INFORMATICA E ELETRONICA, PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS EQUIPAMENTOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS DESTA MUNICIPALIDADE."

Itapiranga, 28 de Agosto de 2017

Contrato Nº.: ARP 259/2017
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA
Contratada...: EDINEI KESSLER RECKZIEGEL 08927240995
Valor : 3.680,00 (três mil seiscentos e oitenta reais)
Vigência : Início: 21/08/2017 Término: 21/08/2018
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 152/2017
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TECNICOS DE INFORMATICA E ELETRONICA, PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS EQUIPAMENTOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS DESTA MUNICIPALIDADE."
Itapiranga, 28 de Agosto de 2017

EXTRATO DE CONTRATO Nº 017/2017 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAPIRANGA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 017/2017
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAPIRANGA
Contratada...: INVIOLAVEL ITAPIRANGA LTDA - ME
Valor : 5.812,75 (cinco mil oitocentos e doze reais e setenta e cinco centavos)
Vigência : Início: 21/08/2017 Término: 21/08/2018
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 150/2017
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA
Recursos : Dotação: 92.01.2.026.3.3.90.00.00.00 (025/2017)
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS, INSTALAÇÃO E SERVIÇOS DE MONITORAMENTO DE PRÉDIOS PÚBLICOS"
Itapiranga, 28 de Agosto de 2017

EXTRATO DO CONTRATO Nº 113/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 113/2017
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA
Contratada...: INVIOLAVEL ITAPIRANGA LTDA - ME
Valor : 50.087,24 (cinquenta mil e oitenta e sete reais e vinte e quatro centavos)
Vigência : Início: 21/08/2017 Término: 21/08/2018
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 150/2017
Recursos : Dotação: 03.01.2.004.3.3.90.00.00.00 (012/2017); 10.01.2.018.3.3.90.00.00.00 (163/2017) e 08.01.2.043.3.3.90.00.00.00 (131/2017)
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS, INSTALAÇÃO E SERVIÇOS DE MONITORAMENTO DE PRÉDIOS PÚBLICOS"
Itapiranga, 28 de Agosto de 2017

PORTARIA Nº 222/2017

Portaria nº 222 de 24 de agosto de 2017

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar nº 39/2011;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder o pagamento de insalubridade aos servidores municipais abaixo relacionados, em conformidade com Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho - LTCAT.

NOME	MATRICULA	CARGO	PERCENTUAL
Pedro Reis	6057/03	Aux. de Serviços Gerais	40%
Eduardo Simão	14843/01	Aux. de Manut. Hidráulica	40%
Amauri J. da Rocha	14239/03	Aux. de Serviços Gerais	20%

Art. 2º - Cessar o pagamento de insalubridade da servidora municipal Rosimere de Souza matricula nº 12556/01, em conformidade com Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho - LTCAT.

Art. 3º - Cessar o pagamento de periculosidade do servidor municipal Amauri José da Rocha matricula nº 14239/03, em conformidade com Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho - LTCAT.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a partir de 1º/8/2017.

Itapiranga SC, 24 de agosto de 2017.

Jorge Welter
Prefeito

Publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM
Ivair Paulo Tavares
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 223/2017

Portaria nº 223 de 28 de agosto de 2017

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e determinação judicial;

RESOLVE:

Art.1º. Retificar o valor da complementação de aposentadoria à Celsi Sehn Strack, conforme decisão nos autos nº 0300988-41.2016.8.24.0034 e Mem nº 010/2017/Assessoria Jurídica.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a partir do dia 1º/8/2017.

Itapiranga SC, 28 de agosto de 2017.

Jorge Welter
Prefeito

Publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM
Ivair Paulo Tavares
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 224/2017

Portaria nº 224 de 28 de agosto de 2017

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 39/2011 e Lei Complementar nº 2/2006 e suas alterações;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a partir do dia 28 de agosto de 2017, Janaine Knapp Beumer matrícula nº 15359/01 para exercer as funções do cargo de provimento em comissão de Coordenadora do Programa CRAS com 40 horas semanais.

Art.2º. A servidora municipal estará vinculada ao Regime de Trabalho Estatutário e enquadrada no nível 615, classe A-01.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º -. Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Itapiranga SC, 28 de agosto de 2017.

Jorge Welter
Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM
Ivair Paulo Tavares
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 225/2017

Portaria nº 225 de 28 de agosto de 2017

O Prefeito de Itapiranga Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 39/2011 e Lei Complementar nº 2/2006 e suas alterações;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a partir do dia 28 de agosto de 2017, Juliane Cristina Dassow matrícula nº 15358/01 para exercer as funções do cargo de provimento efetivo de Engenheira Sanitarista, com 20 horas semanais, tendo em vista aprovação no concurso público nº 01/2013, exercendo as atribuições do referido cargo de conformidade com a Legislação Municipal supra mencionada.

Art. 2º - A servidora municipal estará vinculada ao Regime de Trabalho Estatutário e enquadrada no nível 554 classe A-02.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Itapiranga SC, 28 de agosto de 2017.

Jorge Welter
Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM
Ivair Paulo Tavares
Diretor de Recursos Humanos

TERMO DE EXERCICIO Nº 10/2017

TERMO DE EXERCICIO 10/2017

No dia vinte e oito de agosto de 2017, entrou em Exercício Juliane Cristina Dassow, portadora da Identidade nº 4.413.874, inscrita no CPF nº 081.207.799-75, no cargo de provimento efetivo de Engenheira Sanitarista, em conformidade com a Portaria nº 225 de 28 de agosto de 2017.

Itapiranga SC, 28 de agosto de 2017.

Jorge Welter
Prefeito

Juliane Cristina Dassow
Servidora Municipal

TERMO DE POSSE Nº 10/2017

TERMO DE POSSE 10/2017

No dia vinte e oito de agosto de 2017, nas dependências da Prefeitura Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, tomou posse Juliane Cristina Dassow, portadora da Identidade nº 4.413.874, inscrita no CPF nº 081.207.799-75, no cargo de provimento efetivo de Engenheira Sanitarista, conforme disposto no Decreto nº 166 de 4 de setembro de 2013 que homologa a classificação final do Concurso Público nº 01/2013 e na Portaria nº 225 de 28 de agosto de 2017.

Itapiranga SC, 28 de agosto de 2017.

Jorge Welter
Prefeito

Juliane Cristina Dassow
Servidora Municipal

Itapoá

PREFEITURA

PORTARIA Nº 1531/2017.

PORTARIA Nº 1531/2017

De: 15 de agosto de 2017.

CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007 e considerando o Edital de Convocação 029/2016 da Secretaria Municipal de Educação,

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Contrata temporariamente o (a) Sr. (a). ROBERTA SEREDNITZEI LIMA, matrícula 620181, na função de ORIENTADOR ESCOLAR ACT, na Secretaria Municipal de Educação. Vinculada à Orientadora Escolar Sonia Maria da Silveira (Atestado Médico).

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá – SC, 15 de agosto de 2017.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento

de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____ / ____ / ____

Sulmária M. da Silva

Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 1532/2017.

PORTARIA Nº 1532/2017

De: 15 de agosto de 2017.

CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007 e considerando o Edital de Convocação 029/2016 da Secretaria Municipal de Educação,

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Contrata temporariamente o (a) Sr. (a). KEILA DOS SANTOS MAZETTI SCALCON, matrícula 645478, na função de PROF. N. SUP. ACT 40HS, na Secretaria Municipal de Educação. Vinculada à Professora Michelle Rodrigues da Veiga (Atestado Médico).

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá – SC, 15 de agosto de 2017.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento

de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____ / ____ / ____

Sulmária M. da Silva

Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 1533/2017.

PORTARIA Nº 1533/2017

De: 15 de agosto de 2017.

ADITIVA CONTRATO DE SERVIDOR
EM CARATER TEMPORÁRIO

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições

da Lei Complementar Municipal nº 016/2007 e considerando o Contrato nº 083/2017 do Edital de Convocação 029/2016 da Secretaria Municipal de Educação,

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Aditiva o Contrato Temporário do(a) Sr. (a). MARGARETE FROZZA MERTZ, matrícula 11629606, na função de PROF. N. SUP. ACT 40HS, prorrogando o prazo do mesmo até o término do Atestado Médico da Professora Catia Huebner Kerkhoven.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá – SC, 15 de agosto de 2017.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva

Ag. Administrativo I

ATA DO PREGÃO Nº 56-17 MATERIAL DE INFORMÁTICA - ANÁLISE PROPOSTAS

ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 56/2017, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 77/2017 - ANÁLISE DE PROPOSTAS

Ao vigésimo oitavo dia do mês de agosto de 2017, a partir das 17:00 horas, na PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ - SALA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, fizeram-se presentes o(a) Pregoeiro(a) Oficial do Município, o(a) Sr(a). ISABELA RAICIK DURA POHL RISSI e a respectiva Equipe de Apoio composta pelos membros, JOSEANE MARIA SOARES DE LIMA e RODRIGO FERNANDES DE SOUZA nomeados pelo (a) Decreto nº 3140/2017, para conduzirem a SESSÃO PÚBLICA de análise das propostas pendentes da apresentação de modelo, conforme Parecer Técnico emitido em Comunicação Interna nº 48/2017 pelo Departamento de Informática ao Pregão Presencial nº 56/2017, que tem como objeto AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DE INFORMÁTICA, VISANDO ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E CONVENIADAS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS. Da referida análise obteve-se o seguinte resultado:

Item	Colocação/Empresa	Preço	Marca	Modelo	Análise
2	ITEM FRACASSADO - NENHUM MODELO APRESENTADO ATENDE AOS REQUISITOS DO EDITAL				
4	LUIZ FERNANDO CUNHA GRENIER - ME	R\$ 206,00	SEAGATE	ST1000DM010	CLASSIFICADO
5	DURALINE TECNOLOGIA LTDA - EPP	R\$ 499,00	INTEL	I3-6100 SKYLAKE 3.7GHz	CLASSIFICADO
6	LUIZ FERNANDO CUNHA GRENIER - ME	R\$ 177,00	KINGSTON HYPERX	HX421C14FB/4 FURY	CLASSIFICADO
7	LUIZ FERNANDO CUNHA GRENIER - ME	R\$ 424,99	GABYTE	GA-B150M GAMING 3 DDR4	CLASSIFICADO
8	ITEM FRACASSADO - NENHUM MODELO APRESENTADO ATENDE AOS REQUISITOS DO EDITAL				
10	DURALINE TECNOLOGIA LTDA - EPP	R\$ 350,00	LG 19,5"	20M37AA	CLASSIFICADO

Assim sendo, fica determinada a data de 01/09/2017 às 17:00h para a sessão pública de abertura de envelopes e análise de habilitação. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada esta Ata e encerrada a sessão pública de análise.

Itapoá, 28 de agosto de 2017.

ISABELA RAICIK DUTRA POHL Pregoeiro	
JOSEANE MARIA SOARES DE LIMA Membro	RODRIGO FERNANDES DE SOUZA Membro
OSWALD RICCI JÚNIOR Diretor do Departamento de Informática	

EDITAL 29/2017 - MATÉRIAS ESPECÍFICAS**Edital 29/2017 - Matérias Específicas**

Inscrições DEFERIDAS conforme item 3.2.1 do Edital no Processo Seletivo de Profissionais da Educação admitidos em caráter temporário para complementação do quadro de profissionais admitidos em Caráter Temporário para vagas vinculadas para o ano 2017.

Edital 29/2017 - Matérias Específicas - Inglês

Ordem	Nome	Habilitado	Cursos	Tempo de serviço	Desempate	Total
1	Rosane Aparecida Rodrigues Farias	Inglês	20	313		343
2	Vinícius Mazzuchetti	Inglês	0	0	5.1 "b" Maior Idade	0
3	Gabriele vellozo Freitas da Rocha	Inglês	0	0	5.1 "b" Maior Idade	0

Inscrições DEFERIDAS conforme item 3.2.3 do Edital no Processo Seletivo de Profissionais da Educação admitidos em caráter temporário para complementação do quadro de profissionais admitidos em Caráter Temporário para vagas vinculadas para o ano 2017.

Edital 29/2017 - Matérias Específicas - Inglês

Ordem	Nome	Habilitado	Cursos	Tempo de serviço	Desempate	Total
1	Rosane Aparecida Rodrigues Farias	Licenciado em outra área Item 4.4.1	31	0		31
2	Maria Aparecida Formaggi Leite	Bacharel Item 4.4.2	0	30		30

Inscrições INDEFERIDAS no Processo Seletivo de Profissionais da Educação admitidos em caráter temporário para complementação do quadro de profissionais admitidos em Caráter Temporário para vagas vinculadas para o ano 2017.

Ordem	Candidato	Protocolo	Base do indeferimento
1	Jancileide Aparecida Rodachinski Mendes	002/2017	Descumpriu Item 3.2 "b" do Edital

Itapoá, 28 de Agosto de 2017.

Luíza Montalvão de Oliveira

Secretária de Educação

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA EXTRAORDINÁRIA - APAE**EDITAL DE CONVOCAÇÃO
PARA ASSEMBLEIA EXTRAORDINÁRIA**

A APAE ITAPOÁ, com sede nesta cidade a Rua Mariana Michels Borges, nº 675, Pérola do Atlântico, através de sua Diretoria Executiva, devidamente representada por sua Presidente Auzília Terezinha Ramos Dória, portadora do CPF nº 394.430.940-53, CONVOCA através do presente edital, todos os associados especiais e contribuintes da APAE, para Assembléia Geral Extraordinária, que será realizada no dia 26 de Setembro de 2017, as 15H00, na sede da APAE ITAPOÁ, com a seguinte ordem do dia:

Eleição dos seguintes cargos em vacância:

Diretoria Executiva: Vice-Presidente e Diretor Social

Conselho de Administração: um membro

Conselho Fiscal: um membro

1. A inscrição das chapas dos candidatos deverá ocorrer na Secretaria da APAE ITAPOÁ até 20 dias antes da data da eleição a ser realizada, dentre as chapas inscritas e devidamente homologadas pela comissão eleitoral.

2. Somente poderão integrar as chapas os associados especiais que comprovem a matrícula e a frequência regular há pelo menos 1 (um) ano nos programas de atendimento da APAE, e os associados contribuintes, exigindo-se destes, serem associados da APAE há, no mínimo, 1 (um) ano, estarem quites com suas obrigações sociais e financeiras, e terem, preferencialmente, experiência diretiva no Movimento Apaeano.
3. São inelegíveis simultaneamente, sucessiva ou alternativamente para os cargos de Presidente, Vice-Presidente e Diretores Financeiros, para a Diretoria Executiva da APAE, conjuge, companheiro, parentes consanguíneos ou afins até o 3º grau, funcionários com vínculo direto ou indireto.
4. Os candidatos deverão apresentar cópias autenticadas ou originais com cópias para serem autenticados na secretaria dos seguintes documentos:
 - RG e CPF, Declaração de Imposto de Renda atual, Certidões negativas cíveis, criminais e eleitorais de âmbito municipal, estadual e federal, Ficha de filiação de associado da Apae, Declaração sob as penas da lei de não ser inelegível nos termos do inciso III do artigo 58, VI do Estatuto da APAE. Comprovante de residência dos candidatos no município sede da APAE e Termo de Compromisso.
5. É vedado a acumulação de cargos por membro do Conselho de Administração, Fiscal e Diretoria Executiva da Apae.
6. O Registro das chapas dos candidatos e os demais trabalhos da eleição serão examinados e conduzidos pela Comissão Eleitoral instituída pela APAE por meio de Resolução e regulados pelo Regimento Interno da mesma.
7. A eleição será realizada para mandato do triênio 2017/2019, encerrando em 31/12/2019.
8. A assembleia Geral Extraordinária instalar-se-á em primeira convocação às 15h00 Horas com presença da maioria dos associados, e em segunda chamada com qualquer número, meia hora depois, não exigindo a lei quórum especial (art. 24§ 2º do Estatuto da APAE).

Itapoá, 23 de Agosto de 2017.

Auzilia Terezinha Ramos Dória

CPF 394.430.940-53

Presidente APAE

LISTA DE CLASSIFICAÇÃO

LISTA DE CLASSIFICAÇÃO

CLASS.	NOTA	CANDIDATO	PROTOCOLO
1	63	Tadeu Alexandre Junior	5922/2017
2	61	Ana Carolina Soares de Lima	5873/2017
3	59	Kellen C. Marcondes	5927/2017
4	58	Juliana Stefanos	5903/2017
5	55	Fátima Cristina de Araújo Pereira	5894/2017
6	55	Cilene Rosilene Bezerra	5887/2017
7	53	Luciano Santos Kuroba	5911/2017
8	52	Caoany Olegario Schendroski Gobel	5883/2017
9	50	Rosely Manicaldi	5921/2017
10	50	Felipe dos Santos Silva	5897/2017
11	49	Karen Meira Bello de Campos	5904/2017
12	47	Gustavo da Costa Flores	5901/2017
13	46	Abatha Ingrid Piva	5867/2017
14	45	Michele Pereira dos Santos	5916/2017
15	44	Nathalia dos Santos Tavares Silva	5918/2017
16	43	Leonildo Veiga Amaral	5909/2017
17	39	Ana Maria Rodrigues de Mello	5874/2017
18	39	Akinandra Almahara Martendal	5871/2017
19	38	Andreia C. Ferreira Carvalho Camilo	5879/2017
20	38	Cezar Augusto Kojikovski	5886/2017
21	35	Veridiana Gomes Almeida Silva	5933/2017
22	34	Lucimar A. M. Piva	5868/2017
23	33	Ana Paula de Freitas Almeida	5878/2017
24	31	Ivan Pereira Leite	5902/2017
25	30	Gabriele Miskiw	5898/2017
26	27	Elizangela Cristina Gomes Rodrigues	5893/2017
27	26	Catiani Santos do Rosario	5884/2017
28	24	Ana Paula Damazio Alexi	5875/2017
29	23	Ademar de Souza	5870/2017
30	22	Lilian Aparecida dos Santos	5910/2017
31	20	Cleniane Deodoro Leite Amaral	5890/2017
Ausente	-	Cleide dos Santos Mazetti	5889/2017
Ausente	-	Eduarda dos Santos Taquete	5892/2017
Ausente	-	Geovana Peres Wallendorff	5899/2017
Ausente	-	Guilherme Klemann	5900/2017
Ausente	-	Marion Lima de Aquino	5915/2017
Ausente	-	Raquel Venegas	5919/2017

PORTARIA Nº 1514/2017.

PORTARIA Nº 1514/2017

De: 08 de agosto de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 08 de agosto de 2017 a 27 de agosto de 2017, ao (a) servidor (a) JOSÉ ERALDO ARAUJO, matrícula 2569, investido (a) no cargo de FISCAL DE TRIBUTOS II, na Secretaria da Fazenda, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 08 de agosto de 2017.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento
de Recursos Humanos**CONFERIDO E PUBLICADO:**

____/____/____

Sulmária M. da Silva

Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 1515/2017.

PORTARIA Nº 1515/2017.

De: 10 de agosto de 2017.

Dispõe sobre a substituição de servidor (a) em caso de afastamento temporário, conforme Lei Municipal 011/2005, capítulo V, art. 109, § 9º.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica substituído (a) por motivo de Afastamento Doença, o (a) servidor (a) IARA CRISTINE DE OLIVEIRA HOEPFNER, matrícula 2593, Diretora Executiva do IPESI, pelo(a) servidor(a) JOSELENE GONÇALVES DO NASCIMENTO CUNHA, matrícula 604810, Presidente do Conselho Administrativo, para exercer o cargo de Diretora Executiva do IPESI no período de 02.08.17 até 06.08.17.

ARTIGO 2º- Concomitantemente, fica substituído(a) por motivo de Férias, o(a) servidor(a) JOSELENE GONÇALVES DO NASCIMENTO CUNHA, matrícula 604810, temporariamente Diretora Executiva do IPESI, pelo(a) servidor(a) MARISTELA FRANZ PERRYON FONTANA, matrícula 604399, Vice-Presidente do Conselho Administrativo, para exercer o cargo de Diretora Executiva do IPESI, no período de 07.08.17 à 16.08.17.

ARTIGO 3º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo à 02.08.17.

Itapoá, 10 de agosto de 2017.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento
de Recursos Humanos**CONFERIDO E PUBLICADO:**

____/____/____

Sulmária M. da Silva

Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 1516/2017.

PORTARIA Nº 1516/2017

De: 10 de agosto de 2017.

Dispõe sobre concessão de licença ao servidor (a), por motivo de doença em pessoa da família, conforme Lei Municipal 44/2014, Art. 130 e 131.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida licença por motivo de doença em pessoa da família, a partir de 30 de julho de 2017 à 04 de agosto de 2017 (06 dias), ao (a) servidor (a) JANETE LUKASEWICZ DE SOUZA, matrícula 605786, investido (a) no cargo de PROFESSOR II, na Secretaria de Educação, integrante do plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo à 30.07.17.

Itapoá - SC, 10 de agosto de 2017.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento
de Recursos Humanos**CONFERIDO E PUBLICADO:**

____/____/____

Sulmária M. da Silva

Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 1517/2017.

PORTARIA Nº 1517/2017

De: 10 de agosto de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 10 de agosto de 2017 a 29 de agosto de 2017, ao (a) servidor (a) RAQUEL TERESINHA STANKIEVICZ, matrícula 1211129, investido (a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO I, na Secretaria Municipal de Saúde, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 10 de agosto de 2017.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento
de Recursos Humanos**CONFERIDO E PUBLICADO:**

____/____/____

Sulmária M. da Silva

Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 1518/2017.

PORTARIA Nº 1518/2017

De: 10 de agosto de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 10 de agosto de 2017 a 29 de agosto de 2017, ao (a) servidor (a) ALLAN KORNETOFF, matrícula 1213628, investido (a) no cargo de MOTORISTA, na Secretaria Municipal de Saúde, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 10 de agosto de 2017.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I**PORTARIA Nº 1519/2017.**

PORTARIA Nº 1519/2017

De: 10 de agosto de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 10 de agosto de 2017 a 29 de agosto de 2017, ao (a) servidor (a) CARLITO JOAQUIM CUSTODIO JUNIOR, matrícula 604640, investido (a) no cargo de TÉCNICO DE CONTABILIDADE I, na Secretaria da Fazenda, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 10 de agosto de 2017.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I**PORTARIA Nº 1520/2017.**

PORTARIA Nº 1520/2017.

De: 10 de agosto de 2017.

RESCINDE O CONTRATO, À PEDIDO DA S.M.E. SEM JUSTA CAUSA.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato a pedido da S.M.E. sem justa causa, do (a) servidor (a) JULIANA NAGEL, matrícula 739529, investido (a) na função de PROF. SUP. INC. ACT 10HS, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 10 de agosto de 2017.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I**PORTARIA Nº 1521/2017.**

PORTARIA Nº 1521/2017.

De: 11 de agosto de 2017.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) HELEN VANESSA LIMA DA ROSA PEREIRA, matrícula 11633158, investido (a) na função de EDUCADOR SOCIAL, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 11 de agosto de 2017.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 1522/2017.

PORTARIA Nº 1522/2017

De: 11 de agosto de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 11 de agosto de 2017 a 30 de agosto de 2017, ao (a) servidor (a) JOSÉ LUIZ DOS SANTOS, matrícula 1179438, investido (a) no cargo de OPERADOR DE MÁQUINAS, na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 11 de agosto de 2017.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I**PORTARIA Nº 1523/2017.**

PORTARIA Nº 1523/2017

De: 11 de agosto de 2017.

CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007 e considerando o Edital de Convocação 018/2017 da Secretaria Municipal de Saúde,

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Contrata temporariamente o (a) Sr. (a). SILVANA APARECIDA BIALESKI RUJANOWSKI, matrícula 623342, na função de ENFERMEIRO, na Secretaria Municipal de Saúde. Vinculada à Enfermeira Luciana Pianta da Cruz (Atestado Médico).

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 11 de agosto de 2017.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I**PORTARIA Nº 1524/2017.**

PORTARIA Nº 1524/2017

De: 11 de agosto de 2017.

Dispõe sobre concessão de licença ao servidor (a), por motivo de doença em pessoa da família, conforme Lei Municipal 44/2014, Art. 130 e 131.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida licença por motivo de doença em pessoa da família, a partir de 03 de agosto de 2017 à 17 de agosto de 2017 (15 dias), ao (a) servidor (a) ELENICE CORDEIRO DE OLIVEIRA, matrícula 606600, investido (a) no cargo de PROFESSOR II, na Secretaria de Educação, integrante do plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo à 03.08.17.

Itapoá - SC, 11 de agosto de 2017.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I**PORTARIA Nº 1525/2017.**

PORTARIA Nº 1525/2017

De: 11 de agosto de 2017.

ADITIVA CONTRATO DE SERVIDOR
EM CARATER TEMPORÁRIO

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007 e considerando o Contrato nº 093/2017 do Edital de Convocação 006/2017 da Secretaria Municipal de Saúde,

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Aditiva o Contrato Temporário do(a) Sr. (a). NOA BRYCZYNSKI, matrícula 1196146, na função de TÉCNICA DE ENFERMAGEM, vinculando-o à Técnica Debora da Silva Estevão Coelho e prorrogando seu prazo até o término da Licença Maternidade da mesma no dia 13.10.17.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 11 de agosto de 2017.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 1526/2017.

PORTARIA Nº 1526/2017

De: 13 de agosto de 2017.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a)

ALBERTO BRAUER FILHO, matrícula 562432-0, ocupante do cargo de MÉDICO 20HS, para a referência Nível X – G, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 13 de agosto de 2017.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I**PORTARIA Nº 1527/2017.**

PORTARIA Nº 1527/2017

De: 13 de agosto de 2017.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a)

ALBERTO BRAUER FILHO, matrícula 562432-2, ocupante do cargo de MÉDICO 20HS, para a referência Nível X – G, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 13 de agosto de 2017.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I**PORTARIA Nº 1528/2017.**

PORTARIA Nº 1528/2017.

De: 14 de agosto de 2017.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições das Leis Municipais nº 44/2014, 152/03 e 155/03; e considerando o resultado final do Concurso Público Edital nº 050/2015;

NOMEIA para ocupar o cargo abaixo descrito:

ARTIGO 1ª: Fica nomeado(a) para o cargo ODONTÓLOGO I 20HS, o (a) servidor(a) GABRIELA SOARES WESTRUP, sendo seu vencimento inicial no valor de R\$ 2.712,41.

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá – SC, 14 de agosto de 2017.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I**PORTARIA Nº 1529/2017.**

PORTARIA Nº 1529/2017

De: 14 de agosto de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 14 de agosto de 2017 a 02 de setembro de 2017, ao (a) servidor (a) JOÃO CLAUDIO SOARES, matrícula 2623, investido (a) no cargo de FISCAL DE MEIO AMBIENTE II, na Secretaria de Meio Ambiente, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 14 de agosto de 2017.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 1530/2017.

PORTARIA Nº 1530/2017

De: 14 de agosto de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 14 de agosto de 2017 a 12 de setembro de 2017, ao (a) servidor (a) MARIZA RITA JUNG, matrícula 605760, investido (a) no cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, na Secretaria de Saúde, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 14 de agosto de 2017.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I**PORTARIA Nº 1534/2017.**

PORTARIA Nº 1534/2017

De: 16 de agosto de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 16 de agosto de 2017 a 14 de setembro de 2017, ao (a) servidor (a) KLEBER PEREIRA DE ALMEIDA, matrícula 1217356, investido (a) no cargo de TÉCNICO DE INFORMÁTICA, na Secretaria de Administração, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 16 de agosto de 2017.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I**PORTARIA Nº 1535/2017.**

PORTARIA Nº 1535/2017.

De: 16 de agosto de 2017.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições das Leis Municipais nº 44/2014, 152/03 e 155/03; e considerando o resultado final do Concurso Público Edital nº 050/2015;

NOMEIA para ocupar o cargo abaixo descrito:

ARTIGO 1º: Fica nomeado(a) para o cargo ENGENHEIRO FLORESTAL I, o (a) servidor(a) LIVIA MARIA ROCHA, sendo seu vencimento inicial no valor de R\$ 2.712,41.

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 16 de agosto de 2017.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I**PORTARIA Nº 1536/2017.**

PORTARIA Nº 1536/2017.

De: 16 de agosto de 2017.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) JULIANA CRISTINA SOARES SPECK, matrícula 588482, investido (a) na função de ADMINISTRADOR ESCOLAR ACT, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo à 04.08.17.

Itapoá - SC, 16 de agosto de 2017.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 1537/2017.

PORTARIA Nº 1537/2017

De: 16 de agosto de 2017.

Dispõe sobre concessão de licença ao servidor (a), por motivo de doença em pessoa da família, conforme Lei Municipal 44/2014, Art. 130 e 131.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida licença por motivo de doença em pessoa da família, a partir de 14 de agosto de 2017 à 16 de agosto de 2017 (03 dias), ao (a) servidor (a) FÁTIMA CRISTINA BAPTISTA DOS SANTOS, matrícula 620378, investido (a) no cargo de PROFESSOR II, na Secretaria de Educação, integrante do plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo à 14.08.17.

Itapoá - SC, 16 de agosto de 2017.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento
de Recursos Humanos**CONFERIDO E PUBLICADO:**

____ / ____ / ____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I**PORTARIA Nº 1538/2017.**

PORTARIA Nº 1538/2017

De: 17 de agosto de 2017.

CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007 e considerando o Edital de Convocação 029/2016 da Secretaria Municipal de Assistência Social,

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Contrata temporariamente o (a) Sr. (a). LARISSA MONTEMOR BERTAZO MACHADO, matrícula 11726113, na função de EDUCADORA SOCIAL, na Secretaria Municipal de Assistência Social.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 17 de agosto de 2017.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento
de Recursos Humanos**CONFERIDO E PUBLICADO:**

____ / ____ / ____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I**PORTARIA Nº 1539/2017.**

PORTARIA Nº 1539/2017

De: 17 de agosto de 2017.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a) SARITA SILVA DE SOUZA NASCIMENTO, matrícula 1213679, ocupante do cargo de PROFESSOR II, para a referência Nível II – B, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 17 de agosto de 2017.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento
de Recursos Humanos**CONFERIDO E PUBLICADO:**

____ / ____ / ____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I**PORTARIA Nº 1540/2017.**

PORTARIA Nº 1540/2017

De: 17 de agosto de 2017.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a)

MARCIANA ARBIGAUS ECKEL, matrícula 1213709, ocupante do cargo de PROFESSOR II, para a referência Nível II – B, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 17 de agosto de 2017.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento
de Recursos Humanos**CONFERIDO E PUBLICADO:**

____ / ____ / ____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 1541/2017.

PORTARIA Nº 1541/2017

De: 17 de agosto de 2017.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a)

JULIANA MARASCK FAGUNDES, matrícula 727067, ocupante do cargo de PROFESSOR II, para a referência Nível II – B, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 17 de agosto de 2017.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva

Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 1547/2017.

PORTARIA Nº 1547/2017

De: 19 de agosto de 2017.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a)

KLEBER PEREIRA DE ALMEIDA, matrícula 1217356, ocupante do cargo de TÉCNICO DE INFORMÁTICA I, para a referência Nível V – C, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 19 de agosto de 2017.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva

Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 1548/2017.

PORTARIA Nº 1548/2017

De: 19 de agosto de 2017.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a)

FABRÍCIA PERES DO ROSARIO, matrícula 620360, ocupante do cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO I, para a referência Nível IV – C, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 19 de agosto de 2017.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva

Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 1549/2017.

PORTARIA Nº 1549/2017

De: 21 de agosto de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 21 de agosto de 2017 a 09 de setembro de 2017, ao (a) servidor (a) ROSILDA APARECIDA BOLDORI, matrícula 607762, investido (a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO II, no Gabinete do Prefeito, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 21 de agosto de 2017.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva

Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 1550/2017.

PORTARIA Nº 1550/2017

De: 21 de agosto de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 21 de agosto de 2017 a 19 de setembro de 2017, ao (a) servidor (a) GRAZIELE CRISTIANE DE OLIVEIRA MAZETTI, matrícula 727105, investido (a) na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, na Secretaria Municipal de Saúde.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 21 de agosto de 2017.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I**PORTARIA Nº 1554/2017.**

PORTARIA Nº 1554/2017

De: 22 de agosto de 2017.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a)

JANINE CRISTINA RODRIGUES, matrícula 621587, ocupante do cargo de PROFESSOR II, para a referência Nível II – D, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 22 de agosto de 2017.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I**PORTARIA Nº 1555/2017.**

PORTARIA Nº 1555/2017

De: 22 de agosto de 2017.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a)

VANESSA DIBAX, matrícula 617563, ocupante do cargo de ORIENTADOR ESCOLAR II, para a referência Nível II – D, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 22 de agosto de 2017.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I**PORTARIA Nº 1556/2017.**

PORTARIA Nº 1556/2017.

De: 23 de agosto de 2017.

Dispõe sobre concessão de Licença Prêmio por Assiduidade ao servidor(a), conforme Lei Municipal nº 044/2014, Art. 106, § 1º ao 2º, Inciso I, II e III, Art. 107,108, § 1º ao 3º, e Art. 109 ao 112.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedida licença prêmio por assiduidade, a partir de 23 de agosto de 2017 à 21 de setembro de 2017, sendo 30 dias de Gozo, ao(a) servidor(a) LILIAN GOMES SILVA, matrícula 619612, investido(a) no cargo de AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 23 de agosto de 2017.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 1557/2017.

PORTARIA Nº 1557/2017.

De: 23 de agosto de 2017.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) ANDREA EUGENIA SANTANA, matrícula 1257005, investido (a) na função de FACILITADOR DE OFICINA, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo à 01.08.17.

Itapoá - SC, 23 de agosto de 2017.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____ / ____ / ____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I**PORTARIA Nº 1558/2017.**

PORTARIA Nº 1558/2017.

De: 24 de agosto de 2017.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais; de acordo com a disposição da Lei Municipal nº 44/2014, que determina a formação de Comissão individual para a avaliação do servidor em Estágio Probatório,

NOMEIA os membros para a Comissão individual:

ARTIGO 1ª: Ficam nomeados para compor a Comissão Individual de Avaliação em Estágio Probatório do(a) servidor(a) RAFAEL HENRIQUE DE PAULA, matrícula nº 11668644, no cargo de PROFESSOR I, os seguintes Membros:

- 1º membro: Carlos Eduardo Verri
- 2º membro: Aline Zanela
- 3º membro: Nancy da Silva Araujo Vargas
- 4º membro: Janine Cristina Rodrigues

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria nº 0917/2017 de 02 de março de 2017.

Itapoá - SC, 24 de agosto de 2017.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____ / ____ / ____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I**PORTARIA Nº 1559/2017.**

PORTARIA Nº 1559/2017.

De: 24 de agosto de 2017.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais; de acordo com a disposição da Lei Municipal nº 44/2014, que determina a formação de Comissão individual para a avaliação do servidor em Estágio Probatório,

NOMEIA os membros para a Comissão individual:

ARTIGO 1ª: Ficam nomeados para compor a Comissão Individual de Avaliação em Estágio Probatório do(a) servidor(a) LEONARDO BERTONI CORREA PONTALTI, matrícula nº 11674423, no cargo de PROFESSOR I, os seguintes Membros:

- 1º membro: Carlos Eduardo Verri
- 2º membro: Nancy da Silva Araujo Vargas
- 3º membro: Denise Batista
- 4º membro: Cristiane da Silva

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria nº 0915/2017 de 02 de março de 2017.

Itapoá - SC, 24 de agosto de 2017.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____ / ____ / ____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I**PORTARIA Nº 1560/2017.**

PORTARIA Nº 1560/2017.

De: 24 de agosto de 2017.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais; de acordo com a disposição da Lei Municipal nº 44/2014, que determina a formação de Comissão individual para a avaliação do servidor em Estágio Probatório,

NOMEIA os membros para a Comissão individual:

ARTIGO 1ª: Ficam nomeados para compor a Comissão Individual de Avaliação em Estágio Probatório do(a) servidor(a) NAIE HARA, matrícula nº 11657774, no cargo de PROFESSOR I, os seguintes Membros:

- 1º membro: Carlos Eduardo Verri
- 2º membro: Nancy da Silva Araujo Vargas
- 3º membro: Solange Maria Cavalheiro
- 4º membro: Cristiane da Silva

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria nº 0916/2017 de 02 de março de 2017.

Itapoá - SC, 24 de agosto de 2017.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 1561/2017.

PORTARIA Nº 1561/2017.

De: 24 de agosto de 2017.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais; de acordo com a disposição da Lei Municipal nº 44/2014, que determina a formação de Comissão individual para a avaliação do servidor em Estágio Probatório,

NOMEIA os membros para a Comissão individual:

ARTIGO 1º: Ficam nomeados para compor a Comissão Individual de Avaliação em Estágio Probatório do(a) servidor(a) GUILHERME MATHIAS NETTO GALVAN, matrícula nº 11676523, no cargo de PROFESSOR I 20HS, os seguintes Membros:

- 1º membro: Carlos Eduardo Verri
- 2º membro: Rosangela do Rocio Horokoski
- 3º membro: Janine Cristina Rodrigues
- 4º membro: Denise Batista

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria nº 0914/2017 de 02 de março de 2017.

Itapoá - SC, 24 de agosto de 2017.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 1562/2017.

PORTARIA Nº 1562/2017.

De: 24 de agosto de 2017.

Dispõe sobre a substituição de servidor (a) em caso de afastamento temporário, conforme Lei Municipal 011/2005, capítulo V, art. 109, § 9º.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica substituído(a) por motivo de Férias, o(a) servidor(a) JOSELENE GONÇALVES DO NASCIMENTO CUNHA, matrícula 604810, temporariamente Diretora Executiva do IPESI, pelo(a) servidor(a) MARISTELA FRANZ PERRY FONTANA, matrícula 604399, Vice-Presidente do Conselho Administrativo, para exercer o cargo de Diretora Executiva do IPESI, no período de 17.08.17 à 26.08.17.

ARTIGO 2º- A partir de 27.08.17 até 18.10.17, fica substituído(a) por motivo de Afastamento Doença, o(a) servidor(a) IARA CRISTINE DE OLIVEIRA HOEPFNER, matrícula 2593, Diretora Executiva do IPESI, pelo(a) servidor(a) JOSELENE GONÇALVES DO NASCIMENTO CUNHA, matrícula 604810, Presidente do Conselho

Administrativo, para exercer o cargo de Diretora Executiva do IPESI.

ARTIGO 3º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 24 de agosto de 2017.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

RESOLUÇÃO 02/2017 O(A) PRESIDENTE(A) DA APAE DE ITAPOÁ/SC

RESOLUÇÃO 02/2017 O(a) Presidente(a) da Apae de ITAPOÁ/SC, no uso de suas atribuições estatutárias, considerando a proximidade do período eleitoral na Apae, Resolve:

1. Instituir Comissão Eleitoral, nos termos dos artigos 58, inciso I e 59, do Estatuto padrão das Apaes com a finalidade de operacionalizar o processo de eleição da Diretoria Executiva, Vice Presidente e Diretor Social Conselho de Administração e Conselho Fiscal da Apae de Itapoá, que se dará na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no dia 26 de setembro de 2017 às 15:00H.

2. Designar como membros efetivos da comissão Eleitoral os abaixo identificados:

a) (Nome e função) Lana Rosélia Quadros Bevilaqua –Conselho Fiscal

b) (nome e função) Eustáquio José Brand - Conselho Fiscal

c) (nome e função) Elaine Cristina Alves – Procurador Jurídico

3. A comissão Eleitoral ora instituída será responsável pela homologação das inscrições das chapas concorrentes que se apresentarem na secretaria da Apae de Itapoá até 20 (vinte) dias antes da data marcada para realização da Assembleia Geral. Caso o último dia para inscrição das chapas recaia em dia não útil, em que a secretaria da Apae não esteja funcionando, o mesmo será prorrogado para o primeiro dia útil subsequente.

4. Para a homologação das inscrições das chapas concorrentes, a Comissão Eleitoral deverá observar, obrigatoriamente, os preceitos do Estatuto padrão da Apae de Itapoá e o seu Regimento Interno, se houver.

Itapoá, 23 de agosto 2017

Auzilia Terezinha Ramos Dória
CPF 394.430.940-53
Presidente APAE

TERMO ADITIVO Nº 51/2017

TERMO ADITIVO Nº 51/2017 QUE VISA ADITIVAR O CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 33/2017. (1º Aditivo).

Pelo presente instrumento particular que, entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob nº 81.140.303/0001-01, com sede a Rua Mariana Michels Borges, nº 201, neste Município, aqui denominada CONTRATANTE, ato representado pela Secretária de Educação, a Sra. LUIZA MONTALVÃO DE OLIVEIRA, portadora do CNPJ/MF nº 794.072.939-04 e CI.RG nº 5.227.976-3 SESP/PR, e pelo Prefeito Municipal, o Sr. MARLON ROBERTO NEUBER, brasileiro, casado, portador do CI.RG nº 4/C

32845399 e CNPJ/MF nº 909.610.489-72, residente e domiciliado à Rua Ana Maria Rodrigues de Freitas, nº 617, neste Município, e de outro lado a Empresa FORTE ROCHA CONSTRUTORA LTDA ME, com sede à Rua Vidal Ramos, nº 579, Bairro: Guanabara, na cidade de Joinville/SC, CEP: 89.207-670 inscrita no CNPJ/MF sob o nº 20.985.955/0001-52, e Inscrição Estadual: 257448276, representada neste ato por sócio, o Sr. RENAN SISMER MAURICIO, portador do CNPJ/MF nº 087.134.269-31 e do CI.RG 6.696.389 SESP/SC, aqui denominada CONTRATADA, ajustam o presente termo que visa aditar e suprimir a Contratação de empresa de construção civil com serviço de mão de obra especializada e fornecimento de materiais para execução de reforma da cobertura da EMEF Frei Valentim, conforme projetos, memorial descritivo e planilhas orçamentárias, partes integrantes do Edital, em conformidade com a autorização contida no processo licitatório na modalidade TOMADA DE PREÇO Nº 03/2017 - PROCESSO Nº 46/2017, de acordo com a lei 8.666/93, alterada pela lei 8.883/94 e pelas especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1. O presente Termo Aditivo visa prorrogar, aditar e suprimir o respectivo Contrato Administrativo conforme cláusulas que seguem.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO

2.1. O presente Termo Aditivo prorroga a vigência do Contrato Administrativo nº 33/2017 em 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir do dia 28/08/2017, podendo ser renovado ou revogado conforme disposições da Lei nº 8.666/93, e de acordo com os interesses da Administração Pública.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO ADITIVO

3.1. O presente Termo Aditivo visa promover adequações no projeto inicial em conformidade com justificativa, projetos complementares, memorial descritivo e planilhas orçamentárias, anexos ao processo.

3.2. Por força destas adequações, altera a cláusula quinta "do preço" aditando o respectivo contrato em um percentual de 36,77%, nos termos do § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93 (reforma de edifício), totalizando o valor de R\$ 25.743,02 (vinte e cinco mil setecentos e quarenta e três reais e dois centavos).

CLÁUSULA QUARTA: DA SUPRESSÃO

4.1. O presente Termo Aditivo suprime do objeto da licitação o valor de R\$ 4.802,82 (quatro mil oitocentos e dois reais) conforme planilha de supressão anexa aos autos, perfazendo um percentual de 6,86% do respectivo contrato.

CLÁUSULA QUINTA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato Administrativo nº 33/2017, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo de Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Aditivo ao Instrumento de Contrato Administrativo nº 33/2017, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscritas.

Itapoá/SC, 25 de agosto de 2017.

CONTRATANTE MUNICÍPIO DE ITAPOÁ MARLON ROBERTO NEUBER PREFEITO MUNICIPAL CONTRATANTE	CONTRATADA FORTE ROCHA CONSTRUTORA LTDA ME RENAN SISMER MAURICIO
--------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------

LUIZA MONTALVÃO DE OLIVEIRA SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO	
Testemunhas: Nome: CNPJ/MF:	Nome: CPF/MF:

TERMO ADITIVO Nº 52/2017

TERMO ADITIVO Nº 52/2017 QUE VISA PRORROGAR O CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 01/2017. (3º Aditivo).

Pelo presente instrumento particular que, entre si, celebram de um lado o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob nº 81.140.303/0001-01, com sede a Rua Mariana Michels Borges, nº 201, neste Município, aqui denominada CONTRATANTE, neste ato representado neste ato representado Secretária de Educação, a Sra. LUIZA MONTALVÃO DE OLIVEIRA, portadora do CNPJ/MF nº 794.072.939-04 e CI.RG nº 5.227.976-3 SESP/PR e pelo Prefeito Municipal, o Sr. MARLON ROBERTO NEUBER, brasileiro, casado, portador do CI.RG nº 4/C 32845399 e CNPJ/MF nº 909.610.489-72, residente e domiciliado à Rua Ana Maria Rodrigues de Freitas, nº 617, neste Município, e, de outro lado a Empresa TRANSITA TRANSPORTES ITAPOÁ TURISMO E ALUGUEL LTDA, com sede na Rua Falcão, 452, na cidade de Caraguatatuba/SP, inscrita nº CNPJ/MF sob nº 04.632.523/0001-01, com filial a Avenida José Pacheco da Silva, s/n, Itapema do Norte, município de Itapoá/SC, representada neste ato por seu sócio-gerente GILVAN FERREIRA DA SILVA, portador do CNPJ/MF sob nº 103.259.588-40 e CI.RG sob nº 20765936, ajustam o presente termo aditivo a Aquisição de até 5.966 (cinco mil novecentos e sessenta e seis) passes escolares diários, para o transporte de até 2.983 (dois mil novecentos e oitenta e três) alunos, e em conformidade com a autorização contida no processo licitatório na modalidade Inexigibilidade nº 01/2017 - Processo nº 06/2017, de acordo com a Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94 e pelas especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO PRAZO

O presente termo visa prorrogar a vigência do Contrato Administrativo nº 01/2017, até a data de 03/10/2017 contados a partir do dia 28/08/2017, podendo ser renovado ou revogado conforme disposições da Lei nº 8.666/93, e de acordo com os interesses da Administração Pública.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO OBJETO

Altera cláusula primeira "Do Objeto", totalizando a quantidade de até 5.966 (cinco mil novecentos e sessenta e seis) passes escolares diários, para o transporte de até 2.983 (dois mil novecentos e oitenta e três) alunos, atendendo a 25 (vinte e cinco) dias letivos.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO

Altera cláusula terceira "Do Preço", totalizando o valor de R\$ 261.012,50 (duzentos e sessenta e um mil e doze reais e cinquenta centavos), sendo a unidade do passe escolar no valor de 1,75 (um real e setenta e cinco centavos).

CLÁUSULA QUARTA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 01/2017, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo de Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo Aditivo ao Instrumento de Contrato Administrativo nº 01/2017, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscrita.

Itapoá/SC, 25 de agosto de 2017.

CONTRATANTE MARLON ROBERTO NEUBER MUNICÍPIO DE ITAPOÁ PREFEITO MUNICIPAL	CONTRATADA TRANSITA TRANSPORTES ITAPOÁ TURISMO E ALUGUEL LTDA GILVAN FERREIRA DA SILVA
-----------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------

LUIZA MONTALVÃO DE OLIVEIRA SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO	
TESTEMUNHAS:	
NOME: CNPJ/MF:	NOME: CNPJ/MF:

TERMO CONVOCAÇÃO Nº 01/2017.

TERMO CONVOCAÇÃO Nº 01/2017

PROCESSO SELETIVO: Edital nº 29/2017 – LUÍZA MONTALVÃO DE OLIVEIRA, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, torna público pelo presente Termo os candidatos convocados à comparecerem na Secretária de Educação no dia 30/08/2017, as 11h00min, para distribuição de vagas aos professores que atuarão nas escolas de Ensino Fundamental, Educação Infantil da Rede Municipal de Itapoá.

Class.	CH	Área	Candidato	Período de Contrato	
01	40h	Inglês	Rosane Aparecida Rodrigues Farias	07/09/2017	15/12/2017

De acordo com o item 7.2 do Edital 29/2017: Perderão todos os direitos sobre a vaga os candidatos classificados que:

- Não se apresentarem no dia e horário determinado pela Secretaria Municipal de Educação, conforme o termo de convocação publicado no site da Prefeitura;
- Não aceitarem a vaga oferecida;
- Desistirem da vaga;
- Assumirem a vaga e não se apresentarem no trabalho na data estabelecida.

Itapoá, 28 de Agosto de 2017.

Luíza Montalvão de Oliveira
Secretária de Educação

Ituporanga

PREFEITURA

DECRETO Nº 102, DE 25 DE AGOSTO DE 2017

DECRETO Nº 102, DE 25 DE AGOSTO DE 2017

"Decreta Ponto Facultativo nas repartições Públicas Municipais"

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS, Prefeito do Município de Ituporanga Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, de conformidade com o Inciso VII do Artigo 65 da Lei Orgânica Município de Ituporanga,

- Considerando que vários Municípios da região da AMAVI decretam Ponto Facultativo no dia posterior ao feriado do Dia da Independência (07 de setembro),

DECRETA:

Art. 1º. Ponto facultativo nas Repartições Públicas Municipais no dia 08 de setembro de 2017 (sexta-feira), exceto nos serviços de natureza essencial, especialmente na área da Saúde e Educação.

Parágrafo Único - A forma e modo de funcionamento dos setores da Administração Pública que prestam os serviços essenciais a que se refere o caput desse artigo serão definidos pelos Secretários Municipais.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Ituporanga, SC, 25 de agosto de 2017.

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS

Prefeito do Município

Jaborá

PREFEITURA

DECRETO 1.683

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE JABORÁ

DECRETO Nº 1.683, de 28 de agosto de 2017

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE ESPECIFICA."

KLEBER MÉRCIO NORA, Prefeito Municipal de Jaborá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que a Lei lhe confere, e nos termos da Lei Orgânica Municipal art. 5º da Lei 1.572, de 06 de dezembro de 2016, DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 15.823,14 (Quinze mil, oitocentos e vinte e três reais e quatorze centavos) por conta do superávit financeiro do exercício anterior nas seguintes dotações do orçamento vigente da Município de Jaborá:

09.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

08.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0005.2.030- Manutenção o Programa Saúde da Família - PSF

3.1.90.00.00.00.00-0.3.0063.000000(45) – Aplicações Diretas: R\$ 15.823,14

03.0063.000000 ---- R\$ 15.823,14

Total Suplementação: R\$ 15.823,14

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro do exercício anterior na(s) seguinte(s) fonte(s) de recursos:

Transferências de Recursos do Estado p/Saúde 0.1.0063.000000
R\$ 15.823,14

Total anulação: R\$ 15.823,14

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 28/08/2017

KLEBER MÉRCIO NORA

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios em 29/agosto/2017

CLÁUDIA CORRADI TONIELLO

Secretária de Administração

ERRATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 8/2017 FMS

ERRATA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL nº 7/2017

Objeto: AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE GINÁSTICA PARA IMPLANTAÇÃO DE ACADEMIAS AO "AR LIVRE", COM TODOS OS SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO INCLUSOS, NA COMUNIDADE DE LINHA CASTELHANO E INCLUSÃO DE ALGUNS EQUIPAMENTOS NA ACADEMIA JÁ EXISTENTE NO CENTRO DO MUNICÍPIO DE JABORÁ/SC, LOCALIZADA AO LADO DO CAMPO DE FUTEBOL.

Onde se lê:

1.2.3. Os itens constantes neste edital deverão conter uma

garantia, mínima, de 5 (cinco) anos contra defeito de fabricação, através de termo de garantia, o qual deve ser fornecido junto do envelope proposta, sendo que a não apresentação do termo de garantia desclassificará, automaticamente, a empresa licitante.

Anexo I

Parágrafo segundo: Os itens constantes neste edital deverão conter uma garantia, mínima, de 5 (cinco) anos contra defeito de fabricação, através de termo de garantia, o qual deve ser fornecido junto do envelope proposta, sendo que a não apresentação do termo de garantia desclassificará, automaticamente, a empresa licitante.

Anexo VIII

3.4. Os itens constantes neste edital deverão conter uma garantia, mínima, de 5 (cinco) anos contra defeito de fabricação, através de termo de garantia, o qual deve ser fornecido junto do envelope proposta, sendo que a não apresentação do termo de garantia desclassificará, automaticamente, a empresa licitante.

Leia:

1.2.3. Os itens constantes neste edital deverão conter uma garantia, mínima, de 2 (dois) anos contra defeito de fabricação, através de termo de garantia, o qual deve ser fornecido junto do envelope proposta, sendo que a não apresentação do termo de garantia desclassificará, automaticamente, a empresa licitante.

Anexo I

Parágrafo segundo: Os itens constantes neste edital deverão conter uma garantia, mínima, de 2 (dois) anos contra defeito de fabricação, através de termo de garantia, o qual deve ser fornecido junto do envelope proposta, sendo que a não apresentação do termo de garantia desclassificará, automaticamente, a empresa licitante.

Anexo VIII

3.4. Os itens constantes neste edital deverão conter uma garantia, mínima, de 2 (dois) anos contra defeito de fabricação, através de termo de garantia, o qual deve ser fornecido junto do envelope proposta, sendo que a não apresentação do termo de garantia desclassificará, automaticamente, a empresa licitante.

Jaborá (SC), 28 de Agosto de 2017.

Kleber Mércio Nora

Prefeito Municipal

Jacinto Machado

PREFEITURA

AVISO DA LICITAÇÃO 32/2017_PP FMS

Estado de Santa Catarina
Município de Jacinto Machado
Fundo Municipal de Saúde

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 32/2017 - Pregão Presencial - menor preço por item

Objeto: Aquisição parcelada de medicamentos/complementação alimentar em cumprimento de mandados judiciais, para fornecimento a pacientes locais.

Data e hora da entrega dos envelopes: até as 08h15min do dia 12/09/2017.

Data e hora da abertura dos envelopes: a partir das 08h30min do dia 12/09/2017.

Local para entrega dos envelopes, informações e cópia do edital: Prefeitura Municipal de Jacinto Machado, sito a Rua Pool Jorge Zacca, 75 - Centro, no município de Jacinto Machado/SC, no horário das 07h30min as 11h30min e das 13h as 17h, em dias úteis, ou através do e-mail licita@jacintomachado.sc.gov.br. Fone/fax (48) 3535-1133. Francisco de Assis Cardoso Aguiar

Gestor do Fundo

Jaraguá do Sul

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO - 001/2013

Convocação de Concurso Público

Pelo presente, fica Vossa Senhoria VALMIR BONA, convocados(a) para comparecer junto a Divisão de Recursos Humanos desta Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no prazo de 48 (Quarenta e oito) horas, a partir da ciência desta, a fim de tratar da vossa admissão no serviço público conforme Concurso Público 001/2013, cargo de Agente de Obras - Encanador.

CONVOCAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO - 001/2013

Convocação de Concurso Público

Pelo presente, fica Vossa Senhoria SIRLENE SATIL PERLIN, convocados(a) para comparecer junto a Divisão de Recursos Humanos desta Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no prazo de 48 (Quarenta e oito) horas, a partir da ciência desta, a fim de tratar da vossa admissão no serviço público conforme Concurso Público 001/2013, cargo de Agente Tributário.

CONVOCAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO - 001/2013

Convocação de Concurso Público

Pelo presente, fica Vossa Senhoria EDINA CATIANE CARVALHO, convocados(a) para comparecer junto a Divisão de Recursos Humanos desta Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no prazo de 48 (Quarenta e oito) horas, a partir da ciência desta, a fim de tratar da vossa admissão no serviço público conforme Concurso Público 001/2013, cargo de CUIDADOR SOCIAL.

EDITAL DE CREDENCIAMENTO N.º 28/2017 - FMS

EDITAL DE CREDENCIAMENTO n.º 28/2017 - FMS

O MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL, por intermédio do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e do Gestor do Fundo Municipal de Saúde, através da Secretaria Municipal de Saúde (SEMSA)/Fundo Municipal de Saúde de Jaraguá do Sul (FMS/JS), gestora do Sistema Único de Saúde (SUS) no âmbito municipal, com fundamento no art. 25, caput, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, torna público a abertura do edital de Credenciamento para pessoas jurídicas interessadas na prestação de serviços técnicos laboratoriais para a realização de exames anátomo-citopatológicos, de caráter urgente e inadiável, aos usuários do SUS do município de Jaraguá do Sul.

JUSTIFICATIVA: No caso concreto, a licitação mostra-se desvantajosa para o interesse público a ser atendido, melhor coadunando-se com tal finalidade o credenciamento, posto que permita a seleção de todos os interessados que atenderem os requisitos do regulamento. Quanto maior o número de credenciados, melhor será o atendimento ao interesse público, da publicidade e transparência dos atos e demais procedimentos de interesse da Administração.

FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade de competição por encontrarem-se preenchidos os requisitos legais do artigo 25, caput da Lei 8.666/93, qual seja, da inviabilidade de competição.

PRAZO E LOCAL PARA O CREDENCIAMENTO: a partir de 04 de setembro de 2017, de segunda a sexta-feira, no horário das 8h às 11h e das 13h às 16h, na Secretaria Municipal de Saúde, na Diretoria de Administração e Finanças, sito à Rua Isidoro Pedri, nº 120, Bairro Barra do Rio Molha, através da Comissão Especial, de acordo com o Decreto Municipal nº 11.468/2017.

INFORMAÇÕES: Informações e esclarecimentos adicionais sobre este Credenciamento poderão ser obtidos na Secretaria da Saúde, pelo telefone (47) 2106-8533, de segunda a sexta-feira, no horário das 8h às 11h e das 13h às 16h ou pelo e-mail: id81912@jaraguadosul.sc.gov.br (A/C Sra. Tânia Mara Fodi).

OBTENÇÃO DO EDITAL: A íntegra do Edital e as tabelas referenciais de preços para procedimentos clínicos do grupo 02 - subgrupo 03 poderão ser obtidos gratuitamente no endereço supracitado, ou no site www.jaraguadosul.sc.gov.br.

Jaraguá do Sul (SC), 18 de agosto de 2017.

ANTIDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito Municipal

JONAS GERMANO SCHMIDT

Secretário Municipal de Saúde e Gestor do Fundo Municipal de Saúde

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 25/2017-FMS

EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL

PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 25/2017-FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXCLUSIVO ME/EPP

TIPO: Menor Preço Por Item

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços a aquisição de MATERIAIS IMPRESSOS ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas no Anexo I e Minuta da Ata de Registro de Preços no Anexo III, deste edital.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 6.737/2009 de 09 de julho de 2009, Decreto Municipal nº 4.698/2002, de 03 de outubro de 2002, alterado pelo Decreto Municipal nº 10.791/2016 de 1º de abril de 2016 e Lei Complementar 147/2014.

DA CONDIÇÃO PARA A PARTICIPAÇÃO: Somente poderão participar deste PREGÃO empresas que atenderem a todas as exigências deste edital e estiverem nos termos do artigo 3º, incisos I e II, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, enquadradas como Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte.

DATA, HORA e LOCAL PARA ENTREGA dos ENVELOPES: Até às 08:30 hs do dia 13 de setembro de 2017, no Setor de Protocolo

da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, sita na Rua Walter Marquardt nº 1.111, bairro: Barra do Rio Molha.

O CREDENCIAMENTO, disputa de preços e abertura dos envelopes serão as 09:00 do mesmo dia, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos.

VALOR ESTIMADO PARA AQUISIÇÃO: R\$ 22.734,80 (vinte e dois mil setecentos e trinta e quatro reais e oitenta centavos).

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital poderá ser obtida no endereço acima ou via Internet no endereço www.jaraguadosul.sc.gov.br

Jaraguá do Sul (SC), 04 de agosto de 2017.

ARGOS JOSE BURGARDT
Secretário de Administração

JONAS GERMANO SCHMIDT
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 26/2017-FMS

EDITAL
PREGÃO PRESENCIAL
PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 26/2017-FMS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXCLUSIVO ME/EPP
TIPO: Menor Preço Por Item

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços a aquisição de materiais (fralda descartável, sabonete glicerinado, álcool etílico 70%, termômetro clínico digital, hastes flexíveis e pomada óxido de zinco+retinol) para compor os Kits de distribuição gratuita no Programa Sis Pré-Natal Rede Cegonha Municipal ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas no Anexo I e Minuta da Ata de Registro de Preços no Anexo III, deste edital.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 6.737/2009 de 09 de julho de 2009, Decreto Municipal nº 4.698/2002, de 03 de outubro de 2002, alterado pelo Decreto Municipal nº 10.791/2016 de 1º de abril de 2016 e Lei Complementar 147/2014.

DA CONDIÇÃO PARA A PARTICIPAÇÃO: Somente poderão participar deste PREGÃO empresas que atenderem a todas as exigências deste edital e estiverem nos termos do artigo 3º, incisos I e II, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, enquadradas como Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte.

DATA, HORA e LOCAL PARA ENTREGA dos ENVELOPES: Até às 13:30 hs do dia 13 de setembro de 2017, no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, sita na Rua Walter Marquardt nº 1.111, bairro: Barra do Rio Molha.
O CREDENCIAMENTO, disputa de preços e abertura dos envelopes serão as 14:00 do mesmo dia, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos.

VALOR ESTIMADO PARA AQUISIÇÃO: R\$ 78.160,00 (setenta e oito mil cento e sessenta reais).

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital poderá ser obtida no endereço acima ou via Internet no endereço www.jaraguadosul.sc.gov.br

Jaraguá do Sul (SC), 04 de agosto de 2017.

ARGOS JOSE BURGARDT
Secretário de Administração

JONAS GERMANO SCHMIDT
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 27/2017

EDITAL
PREGÃO PRESENCIAL
PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 27/2017
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Tipo: Menor Preço por lote

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços aquisição de reagentes, com concessão de uso gratuita em regime de comodato, de toda a aparelhagem automática para a completa execução dos testes, com fornecimento ao longo de 12 (doze) meses, destinados ao Laboratório Municipal de Análises Clínicas, conforme especificações e quantidades no ANEXO I deste edital, Minuta da Ata de Registro de Preços Anexo III, Minuta de contrato de comodato Anexo IX e Especificações gerais para o comodato e especificações técnicas do equipamento Anexo X deste edital.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 6.737/2009 de 09 de julho de 2009, Decreto Municipal nº 4.698/2002, de 03 de outubro de 2002, alterado pelo Decreto Municipal nº 10.791/2016 de 1º de abril de 2016 e Lei Complementar 147/2014.

DATA, HORA e LOCAL PARA ENTREGA dos ENVELOPES: Até às 13:30 hs do dia 14 de setembro de 2017, no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, sita na Rua Walter Marquardt nº 1.111, bairro: Barra do Rio Molha.

O CREDENCIAMENTO, disputa de preços e abertura dos envelopes serão as 14:00 hs do mesmo dia, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos.

VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: R\$ 1.157.908,00 (Um milhão cento e cinquenta e sete mil novecentos e oito reais).

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital poderá ser obtida no endereço acima ou via Internet no endereço www.jaraguadosul.sc.gov.br

Jaraguá do Sul (SC), 04 de agosto de 2017.

ARGOS JOSE BURGARDT
Secretário de Administração

JONAS GERMANO SCHMIDT
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90/2017

EDITAL
PREGÃO PRESENCIAL
PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90/2017
Processo: 007/2017-Froagro
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO RURAL E ABASTECIMENTO
FUNDO MUNICIPAL DE INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO RURAL E AGRICULTURA
TIPO: Menor Preço por Item

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços a aquisição de TUBOS DE

CONCRETO e FOSSA SÉPTICA COM FILTRO ANAERÓBICO ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 6.737/2009 de 09 de julho de 2009, Decreto Municipal nº 4.698/2002, de 03 de outubro de 2002, alterado pelo Decreto Municipal nº 10.791/2016 de 1º de abril de 2016 e Lei Complementar 147/2014, Lei Municipal nº 6.291/2011 e Decreto 8.440/2012.

DA CONDIÇÃO PARA A PARTICIPAÇÃO: Em consonância com a LC 147/2014, este edital contempla item para participação exclusiva ME/EPP, conforme indicado no Anexo I deste Edital.

DATA, HORA e LOCAL PARA ENTREGA dos ENVELOPES: Até às 08:30 horas do dia 14 de setembro de 2017, no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, sita na Rua Walter Marquardt nº 1.111, bairro: Barra do Rio Molha.

O CREDENCIAMENTO, disputa de preços e abertura dos envelopes serão as 09:00 hs do dia 14 de setembro de 2017, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos.

VALOR ESTIMADO PARA AQUISIÇÃO: R\$ 354.090,00 (trezentos e cinquenta e quatro mil e noventa reais).

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital poderá ser obtida no endereço acima ou via Internet no endereço www.jaraguadosul.sc.gov.br

Jaraguá do Sul (SC), 04 de agosto de 2017.

ARGOS JOSE BURGARDT
Secretário de Administração

DANIEL PEACH
Gestor do Froagro

PORTARIA Nº 523/2017-ISSEM

PORTARIA Nº 523/2017-ISSEM

De 21.08.2017

Concede Aposentadoria Voluntária por Implemento de Idade

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (Issem), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 12 da Lei Complementar Municipal nº 33/2003, de 23.12.2003, e suas alterações; Art. 40, § 1º Inciso III "b" da Constituição Federal c/c Art. 49 da Lei Complementar Municipal nº 33/2003 e tendo em vista o contido no processo de aposentadoria nº 829,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER O BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IMPLEMENTO DE IDADE a Sra. ZELMA DE FATIMA DOS SANTOS, inscrita no CPF sob nº 385.352.389-72, servidora da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Enfermagem, Referência Salarial: Classe 5, Letra "E", triênios equivalentes a 36% (trinta e seis por cento), carga horária de 200 (duzentas) horas mensais, matriculada sob nº 8530-8, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição na ordem de 66,91% (sessenta e seis vírgula noventa e um por cento) sobre o resultado da média aritmética simples.

Art. 2º As despesas correrão por conta do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais, através do Fundo Municipal de Previdência Social (FMPS), nos termos do art. 45, I, "d", da Lei

Complementar Municipal nº 33/2003, e suas alterações.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a contar de 01.09.2017.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 21 de agosto de 2017.

Ademar Possamai
Diretor Presidente do Issem
Portaria nº 002/2017

PORTARIA Nº 524/2017-ISSEM

PORTARIA Nº 524/2017 – ISSEM

De 21.08.2017.

Concede Auxílio Doença

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA ao Servidor Público Municipal, Sr. ORLANDO DOS SANTOS, lotado no Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – Samae – de Jaraguá do Sul, no período de 15.08.2017 a 20.08.2017.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 15.08.2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 21 de agosto de 2017.

Ademar Possamai
Diretor Presidente do ISSEM
Portaria nº 002/2017

PORTARIA Nº 525/2017-ISSEM

PORTARIA Nº 525/2017 – ISSEM

De 21.08.2017.

Concede Auxílio Doença

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA ao Servidor Público Municipal, Sr. IRIO DALLMANN, lotado na Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 02.08.2017 a 17.09.2017.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 02.08.2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 21 de agosto de 2017.

Ademar Possamai
Diretor Presidente do ISSEM
Portaria nº 002/2017

PORTARIA Nº 526/2017-ISSEM

PORTARIA Nº 526/2017 – ISSEM

De 21.08.2017.

Concede Auxílio Doença

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. LUCIMARA APARECIDA GARNICA, lotada na Secretaria Municipal da Fazenda da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 16.08.2017 a 30.08.2017.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 16.08.2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 21 de agosto de 2017.

Ademar Possamai

Diretor Presidente do ISSEM

Portaria nº 002/2017

PORTARIA Nº 527/2017-ISSEM

PORTARIA Nº 527/2017 – ISSEM

De 21.08.2017.

Concede Auxílio Doença

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. INEZ ELIZETE JELLER, lotada na Secretaria Municipal da Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 16.08.2017 a 02.10.2017.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 16.08.2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 21 de agosto de 2017.

Ademar Possamai

Diretor Presidente do ISSEM

Portaria nº 002/2017

PORTARIA Nº 528/2017-ISSEM

PORTARIA Nº 528/2017 – ISSEM

De 21.08.2017.

Concede Auxílio Doença

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. FRANCINE CUSTÓDIO PAES, lotada na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 16.08.2017 a 15.10.2017.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 16.08.2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 21 de agosto de 2017.

Ademar Possamai

Diretor Presidente do ISSEM

Portaria nº 002/2017

PORTARIA Nº 529/2017-ISSEM

PORTARIA Nº 529/2017-ISSEM

De 21.08.2017.

Concede Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição

O DIRETOR-PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (Issem), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 12 da Lei Complementar Municipal nº 33/2003, de 23.12.2003, e suas alterações, combinado com o disposto no Art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e tendo em vista o contido no processo de aposentadoria nº 881,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER O BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO à Sra. FRANCISCA DILMA DA SILVA DZVONEK, inscrita no CPF sob nº 523.685.649-34, servidora da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, ocupante do cargo efetivo de Agente de Limpeza e Conservação, matriculada sob o nº 7072-6, com proventos integrais sobre a última remuneração do cargo efetivo, com referência salarial: Classe 01, Letra "H", triênios equivalentes a 42% (quarenta e dois por cento), carga horária de 200 (duzentas) horas mês.

Art. 2º As despesas correrão por conta do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais, através do Fundo Municipal de Previdência Social (FMPS), nos termos do art. 45, I, "c", da Lei Complementar Municipal nº 33/2003, e suas alterações.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 01.09.2017.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 21 de agosto de 2017.

Ademar Possamai

Diretor-Presidente do Issem

Portaria nº 002/2017

PORTARIA Nº 530/2017-ISSEM

PORTARIA Nº 530/2017-ISSEM

De 21.08.2017.

Concede Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição

O DIRETOR-PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (Issem), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 12 da Lei Complementar Municipal nº 33/2003, de

23.12.2003, e suas alterações, combinado com o disposto no Art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003 c/c Art. 40 § 5 da CF/88 e tendo em vista o contido no processo de aposentadoria nº 882,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER O BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO – REGRA ESPECÍFICA DE MAGISTÉRIO à Sra. JOELMA GLORIA PEREIRA, inscrita no CPF sob nº 683.877.259-00, servidora da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, ocupante do cargo efetivo de Professor de Educação Infantil – Ensino Superior, matriculada sob o Nº 4544-6, com proventos integrais sobre a última remuneração do cargo efetivo, com referência salarial: Classe 07, Letra "I", triênios equivalentes a 48% (quarenta e oito por cento), carga horária de 200 (duzentas) horas mês.

Art. 2º As despesas correrão por conta do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais, através do Fundo Municipal de Previdência Social (FMPS), nos termos do art. 45, I, "c", da Lei Complementar Municipal nº 33/2003, e suas alterações.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 11.09.2017.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRE-SE.

Jaraguá do Sul, 21 de agosto de 2017.

Ademar Possamai

Diretor-Presidente do Issem

Portaria nº 002/2017

PORTARIA Nº 531/2017-ISSEM

PORTARIA Nº 531/2017 – ISSEM

De 22.08.2017.

Concede Auxílio Doença

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA ao Servidor Público Municipal, Sr. CESAR JOHANN, lotado na Secretaria Municipal de Obras da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 12.08.2017 a 25.08.2017.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 12.08.2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRE-SE.

Jaraguá do Sul, 22 de agosto de 2017.

Ademar Possamai

Diretor Presidente do ISSEM

Portaria nº 002/2017

PORTARIA Nº 532/2017-ISSEM

PORTARIA Nº 532/2017 – ISSEM

De 22.08.2017.

Concede Auxílio Doença

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas

pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA ao Servidor Público Municipal, Sr. GLENIO MOTA RODRIGUES, lotado na Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 17.08.2017 a 15.10.2017.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 17.08.2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRE-SE.

Jaraguá do Sul, 22 de agosto de 2017.

Ademar Possamai

Diretor Presidente do ISSEM

Portaria nº 002/2017

PORTARIA Nº 533/2017-ISSEM

PORTARIA Nº 533/2017 – ISSEM

De 22.08.2017.

Concede Auxílio Doença

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. SIRLENE DA MOTTA IZIDORO, lotada na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 17.08.2017 a 16.02.2018.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 17.08.2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRE-SE.

Jaraguá do Sul, 22 de agosto de 2017.

Ademar Possamai

Diretor Presidente do ISSEM

Portaria nº 002/2017

PORTARIA Nº 534/2017-ISSEM

PORTARIA Nº 534/2017 – ISSEM

De 22.08.2017.

Concede Auxílio Doença

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. MARIA TEREZINHA DE OLIVEIRA, lotada na Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 18.08.2017 a 31.10.2017.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 18.08.2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 22 de agosto de 2017.

Ademar Possamai

Diretor Presidente do ISSEM

Portaria nº 002/2017

PORTARIA Nº 535/2017-ISSEM

PORTARIA Nº 535/2017 – ISSEM

De 22.08.2017.

Concede Auxílio Doença

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. DIANA SILVA DE OLIVEIRA, lotada na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 19.08.2017 a 15.09.2017.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 19.08.2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 22 de agosto de 2017.

Ademar Possamai

Diretor Presidente do ISSEM

Portaria nº 002/2017

PORTARIA Nº 536/2017-ISSEM

PORTARIA Nº 536/2017 – ISSEM

De 22.08.2017.

Concede Auxílio Doença

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. JANE DE FATIMA DA SILVA MORAES, lotada na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 19.08.2017 a 03.10.2017.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 19.08.2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 22 de agosto de 2017.

Ademar Possamai

Diretor Presidente do ISSEM

Portaria nº 002/2017

PORTARIA Nº 537/2017-ISSEM

PORTARIA Nº 537/2017-ISSEM

De 23.08.2017

Concede Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição

O DIRETOR-PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (Issem), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 12 da Lei Complementar Municipal nº 33/2003, de 23.12.2003, e suas alterações, combinado com o disposto no Art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005 e tendo em vista o contido no processo administrativo de aposentadoria nº 884,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER O BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO ao Sr. MANOEL THOMAZ SILVEIRA, inscrito no CPF sob nº 400.453.580-87, servidor da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, ocupante do cargo efetivo de Médico, matriculado sob o nº 4315-0, com proventos integrais sobre a última remuneração do cargo efetivo, com referência salarial: Classe 12, Letra "H", triênios equivalentes a 48% (quarenta e oito por cento) e carga horária de 200 (duzentas) horas mês.

Art. 2º As despesas correrão por conta do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais, através do Fundo Municipal de Previdência Social (FMPS), nos termos do art. 45, I, "c", da Lei Complementar Municipal nº 33/2003, e suas alterações.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 11.09.2017.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 23 de agosto de 2017.

Ademar Possamai

Diretor-Presidente do Issem

Portaria nº 002/2017

PORTARIA Nº 538/2017-ISSEM

PORTARIA Nº 538/2017 – ISSEM

De 23.08.2017.

Concede Auxílio Doença

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. DANIELLE CRISTINA MAIA ALBUQUERQUE, lotada na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 08.08.2017 a 23.09.2017.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 08.08.2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 23 de agosto de 2017.

Ademar Possamai

Diretor Presidente do ISSEM

Portaria nº 002/2017

PORTARIA Nº 539/2017-ISSEM

PORTARIA Nº 539/2017 – ISSEM

De 23.08.2017.

Concede Auxílio Doença

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. RAIMUNDA MARIA DA SILVA, lotada na Secretaria Municipal de Obras da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 20.08.2017 a 07.09.2017.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 20.08.2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 23 de agosto de 2017.

Ademar Possamai

Diretor Presidente do ISSEM

Portaria nº 002/2017

PORTARIA Nº 540/2017-ISSEM

PORTARIA Nº 540/2017 – ISSEM

De 23.08.2017.

Concede Auxílio Doença

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. MERIANE GABRIEL DE OLIVEIRA MACHADO, lotada na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 20.08.2017 a 07.10.2017.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 20.08.2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 23 de agosto de 2017.

Ademar Possamai

Diretor Presidente do ISSEM

Portaria nº 002/2017

PORTARIA Nº 541/2017-ISSEM

PORTARIA Nº 541/2017 – ISSEM

De 23.08.2017.

Concede Auxílio Doença

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA ao Servidor Público Municipal, Sr. ORLANDO DOS SANTOS, lotado no Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – Samae – de Jaraguá do Sul, no período de 21.08.2017 a 22.08.2017.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 21.08.2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 23 de agosto de 2017.

Ademar Possamai

Diretor Presidente do ISSEM

Portaria nº 002/2017

PORTARIA Nº 542/2017-ISSEM

PORTARIA Nº 542/2017 – ISSEM

De 23.08.2017.

Concede Licença Maternidade

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o Art. 65-A da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA MATERNIDADE à Servidora Pública Municipal, Sra. MERYANE NEPOMUCENO PIVOTTI, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 21.08.2017 a 18.12.2017.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 21.08.2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 23 de agosto de 2017.

Ademar Possamai

Diretor Presidente do ISSEM

Portaria nº 002/2017

PORTARIA Nº 543/2017-ISSEM

PORTARIA Nº 543/2017 – ISSEM

De 24.08.2017.

Concede Auxílio Doença

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. TALITA ANDRESSA MARTINS, lotada na Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 22.08.2017 a 05.09.2017.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 22.08.2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 24 de agosto de 2017.
Ademar Possamai
Diretor Presidente do ISSEM
Portaria nº 002/2017

PORTARIA Nº 544/2017-ISSEM

PORTARIA Nº 544/2017 – ISSEM
De 24.08.2017.
Concede Auxílio Doença

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. ADRIANA ANDREIAKE BURZI, lotada na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 22.08.2017 a 20.09.2017.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 22.08.2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 24 de agosto de 2017.
Ademar Possamai
Diretor Presidente do ISSEM
Portaria nº 002/2017

PORTARIA Nº 545/2017-ISSEM

PORTARIA Nº 545/2017 – ISSEM
De 24.08.2017.
Concede Auxílio Doença

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. NUBIA CAMPOS ANTUNES, lotada na Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 22.08.2017 a 22.09.2017.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 22.08.2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 24 de agosto de 2017.
Ademar Possamai
Diretor Presidente do ISSEM
Portaria nº 002/2017

PORTARIA Nº 546/2017-ISSEM

PORTARIA Nº 546/2017 – ISSEM
De 24.08.2017.
Concede Licença Maternidade

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o Art. 65-A da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA MATERNIDADE à Servidora Pública Municipal, Sra. NATALIA BURSTEINAS, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 22.08.2017 a 19.12.2017.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 22.08.2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 24 de agosto de 2017.
Ademar Possamai
Diretor Presidente do ISSEM
Portaria nº 002/2017

PORTARIA Nº 547/2017-ISSEM

PORTARIA Nº 547/2017 – ISSEM
De 25.08.2017.
Concede Auxílio Doença

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. VANDEISA PEREIRA BEZERRA, lotada na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 23.08.2017 a 16.09.2017.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 23.08.2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 25 de agosto de 2017.
Ademar Possamai
Diretor Presidente do ISSEM
Portaria nº 002/2017

PORTARIA Nº 548/2017-ISSEM

PORTARIA Nº 548/2017 – ISSEM
De 25.08.2017.
Concede Auxílio Doença

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA ao Servidor Público Municipal, Sr. AFONSO CARLOS QUENTAL DE MOURA, lotado na Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 23.08.2017 a 22.02.2018.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 23.08.2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 25 de agosto de 2017.
Ademar Possamai
Diretor Presidente do ISSEM
Portaria nº 002/2017

PORTARIA Nº 549/2017-ISSEM

PORTARIA Nº 549/2017 – ISSEM
De 25.08.2017.
Concede Auxílio Doença

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. WILMA APARECIDA DOS SANTOS JUNCKES, lotada na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 24.08.2017 a 07.10.2017.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 24.08.2017.

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO PRESENCIAL Nº 84/2017

RESULTADO DE JULGAMENTO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 84/2017

A Pregoeira, designada pelo Decreto 11.334/2017, comunica aos interessados que o Processo Licitatório nº 84/2017, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, que teve como objeto à contratação de assessoria técnica especializada na área de orientação de elaboração de projetos e acompanhamento de processos, no âmbito do Distrito Federal, junto aos Órgãos Governamentais Federais, Organismos Internacionais e Embaixadas, e na área de captação de recursos junto ao Governo Federal, Instituições Financeiras Nacionais e Internacionais e Organismos Internacionais, teve o seguinte resultado:

Item	Proponente vencedora	Descrição do objeto	Valor mensal (R\$)	Valor global 12/ meses R\$
01	SANTA CATARINA CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA EPP	Prestação de assessoria técnica especializada na área de orientação de elaboração de projetos e acompanhamento de processos, no âmbito do Distrito Federal, junto aos Órgãos Governamentais Federais, Organismos Internacionais e Embaixadas, e na área de captação de recursos junto ao Governo Federal, Instituições Financeiras Nacionais e Internacionais e Organismos Internacionais, em conformidade com o Anexo II do Edital.	6.100,00	73.200,00

Jaraguá do Sul, SC, 21 de agosto de 2017.

Rosinei Ap.Gretter Dias
Pregoeira – Decreto 11.334/2017

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 25 de agosto de 2017.
Ademar Possamai
Diretor Presidente do ISSEM
Portaria nº 002/2017

PORTARIA Nº 550/2017-ISSEM

PORTARIA Nº 550/2017 – ISSEM
De 25.08.2017.
Concede Auxílio Doença

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. SILVETE MARTINS, lotada na Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 25.08.2017 a 31.08.2017.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 25.08.2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 25 de agosto de 2017.
Ademar Possamai
Diretor Presidente do ISSEM
Portaria nº 002/2017

SAMAE - LICITAÇÃO Nº: 105/2017

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE

JARAGUÁ DO SUL – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

LICITAÇÃO Nº: 105/2017

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS

OBJETO: execução de obra para fixação da margem do Rio Itapocu, trecho circunvizinho à Estação de Tratamento de água – ETA Central, com fornecimento total de materiais e equipamentos

RETIRADA DO EDITAL: A partir do dia 29/08/2017, das 8:00 h às 12:00 h e das 13:00 às 16:00 h

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 14 horas do dia 15/09/2017

DATA DA ABERTURA: 15/09/2017 às 14 horas

O Edital encontra-se à disposição dos interessados no escritório do SAMAE, na Rua Erwino Menegotti, nº 478 – Jaraguá do Sul – SC- Site: www.samaejs.com.br

Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através do telefone 047– 2106-9100

Ademir Izidoro

Diretor Presidente

Joaçaba

PREFEITURA

PL 09/2017 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 09/2017/FMS – PP 08/2017/FMS

A Secretária de Saúde CELSO VILMAR BRANCHER, no uso de suas atribuições, resolve:

HOMOLOGAR : o REGISTRO DE PREÇOS visando a contratação de empresa especializada para execução de impressos gráficos, banners, placas em acrílico e em PVC e brindes, de forma eventual e parcelada, destinados à manutenção das atividades e programas desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Saúde, durante o exercício financeiro de 2017.

Empresas Vencedoras:

ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA-ME

R\$ 26.103,50

ALEX POSSAMAI

R\$ 11.900,00

GLOBALPED MATERIAIS DIDATICOS E PEDAGOGICOS LTDA

R\$ 19.845,00

POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRAFICOS LTDA ME

R\$ 31.469,40

FISCAIS: ANGELA SIGNORI E MARCOS ANTONIO MARTINAZZO

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 22 de agosto de 2017.

CELSO VILMAR BRANCHER

Secretario- FMS

DECRETO N 5196

DECRETO Nº 5196 DE 28 DE AGOSTO DE 2017.

“DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, AUTORIZADO PELO ARTIGO 14, INCISO II, DA LEI MUNICIPAL 5.045 DE 25/11/16 (LOA) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional na importância de R\$ R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), proveniente de anulação de dotação orçamentária constante do orçamento vigente, destinado a suplementar a dotação abaixo descrita pertencente ao Orçamento do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba – IMPRES:

Órgão: 11 INST. DE PREV. DOS SERV. PUB. DO MUNIC. DE JOAÇABA

Unidade orçamentária: 12 INST. DE PREV. DOS SERV. PUB. DO MUNIC. DE JOAÇABA

Proj./Atividade: 2.065 – Manutenção de atividades administrativas do Impres

Modalidade Aplicação: 3.1.91.00.00.00.00.00.01.0000-03

Valor: R\$ 35.000,00

Art. 2º O crédito autorizado no artigo anterior será coberto com recurso proveniente da anulação da dotação abaixo descrita:

Órgão: 11 INST. DE PREV. DOS SERV. PUB. DO MUNIC. DE JOAÇABA

Unidade orçamentária: 12 INST. DE PREV. DOS SERV. PUB. DO MUNIC. DE JOAÇABA

Proj./Atividade: 2.065 – Manutenção de atividades administrativas do Impres

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000-5

Valor: R\$ 35.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), 28 de agosto de 2017.

JUCELINO JORGE FERRAZ

Prefeito em Exercício

EDITAL DE CREDENCIAMENTO 1/2017/FMAS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)

AVISO DE EDITAL DE CREDENCIAMENTO

Nº 01/2017/FMAS

A Secretaria Municipal de Assistência Social (SC), representada neste ato por seu Secretário, Sr. JUCELINO JORGE FERRAZ, em conformidade com o art. 25 da Lei 8.666/93, bem como, de acordo com as condições estabelecidas no Edital, torna público que se encontra aberto o credenciamento de pessoas jurídicas para prestação de serviços de acolhimento institucional de longa permanência para pessoa idosa. Os interessados deverão solicitar seu credenciamento na Secretaria Municipal de Administração e Gestão Financeira, Setor de Licitações, na Avenida XV de Novembro, 378, centro, Joaçaba, SC, em dias úteis, no horário das 13 às 17 horas, observando as condições e exigências mínimas para a prestação do serviço, as condições de pagamento e o preço que remunerará os serviços prestados, e demais requisitos fixados no edital. OBTENÇÃO DO EDITAL: A íntegra do Edital poderá ser obtida no site do Município, www.joacaba.sc.gov.br. INFORMAÇÕES: Informações e esclarecimentos adicionais sobre este Credenciamento poderão ser obtidos na Secretaria Municipal de Administração e Gestão Financeira, no endereço e telefone já mencionados.

Joaçaba (SC), 28 de agosto de 2017.

JUCELINO JORGE FERRAZ

Secretaria Municipal de Assistência Social

10/2017 FMS

Página: 1/16

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2017

Número do Registro de Preços: 10/2017			Data do Registro: 22/08/2017		Válido até: 22/08/2018		
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando a contratação de empresa especializada para execução de impressos gráficos, banners, placas em acrílico e em PVC e brindes, de forma eventual e parcelada, destinados à manutenção das atividades e programas desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Saúde, durante o exercício							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	BALDE - balde ofurô em material plástico resistente, transparente, diversas cores. Dimensões aproximadas: 35 x 33 x 47,5 cm (C x L x A). Capacidade mínima para 13 litros. (01-01-05918)	UN	GLOBALPED MATERIAIS DIDATICOS E PEDAGOGICOS LTDA - (3338)	CAJOVIL	0	24,0000	1
2	BLOCO CURATIVO GRAU II, III e IV - 20 jgs x 1 via - impressão em 1 x 0 cores, papel em offset 75 g - medidas 21 x 29,7 cm (01-01-05932)	BLC	POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRAFICOS LTDA ME (5949)	POLIMPRESS	0	2,4900	1
			ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA - ME (253)	ALBGRAF	0	2,5000	2
3	BLOCO PEDIDO ALMOXARIFADO - 20 jgs x 1 via - impressão em 1 x 0 cores - papel em offset 75 g - medidas 21 x 29,7 cm (01-01-05950)	BLC	POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRAFICOS LTDA ME (5949)	POLIMPRESS	0	2,4900	1
			ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA - ME (253)	ALBGRAF	0	2,5000	2
4	BLOCO ROTEIRO DE CONSULTA PUERPERAL - 20 jgs x 1 via - impressão em 1 x 0 cores - papel em offset 75 g - medidas 21 x 29,7 cm (01-01-05953)	BLC	POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRAFICOS LTDA ME (5949)	POLIMPRESS	0	2,4900	1
			ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA - ME (253)	ALBGRAF	0	2,5000	2
5	BLOCO ATESTADO GESTANTE 21x29,7 - 50 FLS - OFFSET 75G (02-01-00283)	BLC	ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA - ME (253)	ALBGRAF	0	3,0000	1
			POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRAFICOS LTDA ME (5949)	POLIMPRESS	0	5,9000	2
6	BLOCO AUTO DE INFRAÇÃO - Bloco 50x4 vias nas medidas 21x32; intercalação manual, blocagem, grampear, numeração *, microserigrafia; capa em capa ag 90g com 0x0; 1ª via em extra copy - CB - Branco 56g com 1 x 0; 2ª via em extra copy - cfb azul 56g com 1 x 0; 3ª via em extra copy - cfb rosa 56g com 1 x 0; 4ª via em extra copy - cf branco 56g com 1 x 0. (01-01-04870)	BLC	POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRAFICOS LTDA ME (5949)	POLIMPRESS	0	29,9000	1
			ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA - ME (253)	ALBGRAF	0	30,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 10/2017

Página: 2/16

Número do Registro de Preços: 10/2017		Data do Registro: 22/08/2017		Válido até: 22/08/2018			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando a contratação de empresa especializada para execução de impressos gráficos, banners, placas em acrílico e em PVC e brindes, de forma eventual e parcelada, destinados à manutenção das atividades e programas desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Saúde, durante o exercício							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
7	BLOCO AUTO DE INTIMAÇÃO - VIGILÂNCIA SANITÁRIA - 50 x 4 vias nas medidas 21 x32 cm; Intercalação Manual; Blocaem; Grampear; Numeração Microserifina. Capa em Capa ag 90g com 0 x 0; 1ª Via em Extra Copy - CB - Branco 56g com 1 x 0; 2ª Via em Extra Copy - CFB Azul 56g com 1 x 0; 3ª Via em Extra Copy - CFB Rosa 56g com 1 x 0; 4ª Via em Extra Copy - CF Branco 56g com 1 x 0. (01-01-037/98)	BLC	ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA - ME (253)	ALBGRAF	0	17,0000	1
8	BLOCO DE ACOMPANHAMENTO DO HIPERTENSO E/OU DIABÉTICO - FRENTE E VERSO - IMPRESSÃO EM OFFSET, 50X1 VIA, UMA COR, PAPEL BRANCO - TAMANHO 21,00X29,30 CM, 120 GR. (01-01-01849)	BLC	POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRAFICOS LTDA ME (5949)	POLIMPRESS	0	2,9800	1
9	BLOCO DE ATESTADO MÉDICO - Bloco 50 x 1 vias nas medidas 15 x 21; Acabamento de Bloco: 1ª Via em Offset 75g com 1 x 0. (02-01-00284)	BLC	ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA - ME (253)	ALBGRAF	0	3,0000	2
10	BLOCO DE ATESTADO MÉDICO - Bloco 50 x 1 vias nas medidas 15 x 21; Acabamento de Bloco: 1ª Via em Offset 75g com 1 x 0. (02-01-00284)	BLC	ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA - ME (253)	ALBGRAF	0	0,8900	1
11	BLOCO DE ATESTADO MÉDICO - Bloco 50 x 1 vias nas medidas 15 x 21; Acabamento de Bloco: 1ª Via em Offset 75g com 1 x 0. (02-01-00284)	BLC	POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRAFICOS LTDA ME (5949)	POLIMPRESS	0	2,9000	2
12	BLOCO DE ATESTADO MÉDICO - Bloco 50 x 1 vias nas medidas 15 x 21; Acabamento de Bloco: 1ª Via em Offset 75g com 1 x 0. (02-01-00284)	BLC	ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA - ME (253)	ALBGRAF	0	1,7500	1
13	BLOCO DE ATESTADO MÉDICO - Bloco 50 x 1 vias nas medidas 15 x 21; Acabamento de Bloco: 1ª Via em Offset 75g com 1 x 0. (02-01-00284)	BLC	POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRAFICOS LTDA ME (5949)	POLIMPRESS	0	4,5500	2
14	BLOCO DE ATESTADO MÉDICO - Bloco 50 x 1 vias nas medidas 15 x 21; Acabamento de Bloco: 1ª Via em Offset 75g com 1 x 0. (02-01-00284)	BLC	ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA - ME (253)	ALBGRAF	0	1,5000	1
15	BLOCO DE ATESTADO MÉDICO - Bloco 50 x 1 vias nas medidas 15 x 21; Acabamento de Bloco: 1ª Via em Offset 75g com 1 x 0. (02-01-00284)	BLC	POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRAFICOS LTDA ME (5949)	POLIMPRESS	0	4,0000	2
16	BLOCO DE ATESTADO MÉDICO - Bloco 50 x 1 vias nas medidas 15 x 21; Acabamento de Bloco: 1ª Via em Offset 75g com 1 x 0. (02-01-00284)	BLC	ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA - ME (253)	ALBGRAF	0	3,7900	1

Página: 3/16

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2017

Número do Registro de Preços: 10/2017 Data do Registro: 22/08/2017 Válido até: 22/08/2018

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando a contratação de empresa especializada para execução de impressos gráficos, banners, placas em acrílico e em PVC e brindes, de forma eventual e parcelada, destinados à manutenção das atividades e programas desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Saúde, durante o exercício

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA - ME (253)	ALBGRAF	0	3,8000	2
13	BLOCO- FICHA DE ATENDIMENTO SAMU- Bloco 50 js x 2 vias carbonada, folhas nas medidas 21x 29,7; folha em Offset 75g, com 1x1; (02-01-00285)	UN	ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA - ME (253)	ALBGRAF	0	8,0000	1
			POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRAFICOS LTDA ME (5949)	POLIMPRESS	0	13,0000	2
14	BLOCO DE CHECK-LIST SAMU 50 js x 1 via; Folha nas medidas 21 x 29,7; Folha em Offset 75g com 1 x 1; (FV) (01-01-04898)	BLC	ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA - ME (253)	ALBGRAF	0	4,0000	1
			POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRAFICOS LTDA ME (5949)	POLIMPRESS	0	8,6000	2
15	BLOCO DE FICHA B - DIA, FRENTE E VERSO, 50 js x 1 via; Folha nas medidas 21 x 29,7; Folha em Offset 75g com 1 x 1; (FV) (01-01-04890)	BLC	POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRAFICOS LTDA ME (5949)	POLIMPRESS	0	12,9900	1
			ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA - ME (253)	ALBGRAF	0	13,0000	2
16	BLOCO DE FICHA B - GES, FRENTE E VERSO, 50 js x 1 via; Folha nas medidas 21 x 29,7; Folha em Offset 75g com 1 x 1; (FV) (01-01-04889)	BLC	POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRAFICOS LTDA ME (5949)	POLIMPRESS	0	12,9900	1
			ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA - ME (253)	ALBGRAF	0	13,0000	2
17	BLOCO DE FICHA B - HÁ, AGENTES COMUNITÁRIAS DE SAÚDE, FRENTE E VERSO; 50 js x 1 via; Folha nas medidas 21 x 29,7; Folha em Offset 75g com 1 x 1; (FV) (01-01-04881)	BLC	POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRAFICOS LTDA ME (5949)	POLIMPRESS	0	7,9500	1
			ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA - ME (253)	ALBGRAF	0	8,0000	2
18	BLOCO DE FICHA B - HAN, FRENTE E VERSO; 50 js x 1 via; Folha nas medidas 21 x 29,7; Folha em Offset 75g com 1 x 1; (FV) (01-01-04882)	BLC	POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRAFICOS LTDA ME (5949)	POLIMPRESS	0	12,9900	1

Página: 4/16

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2017

Número do Registro de Preços: 10/2017 Data do Registro: 22/08/2017 Válido até: 22/08/2018

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando a contratação de empresa especializada para execução de impressos gráficos, banners, placas em acrílico e em PVC e brindes, de forma eventual e parcelada, destinados à manutenção das atividades e programas desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Saúde, durante o exercício

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA - ME (253)	ALBGRAF	0	13,0000	2
19	BLOCO DE FICHA B - TB - FRENTE E VERSO, Folha nas medidas 21x29,7; Folha em Offset 75g com 1 x 1 (FV); (01-01-04688)	BLC	POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRAFICOS LTDA ME (5949)	POLIMPRESS	0	12,9900	1
			ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA - ME (253)	ALBGRAF	0	13,0000	2
20	BLOCO DE FICHA DE EVOLUÇÃO DO PACIENTE - 50 js x 1 via - impressão em Offset 1x1 cores - papel Offset 75 gr - tamanho 21,00x31,00cm (01-01-01070)	BLC	POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRAFICOS LTDA ME (5949)	POLIMPRESS	0	1,6900	1
			ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA - ME (253)	ALBGRAF	0	1,7000	2
21	BLOCO DE NOTIFICAÇÃO DE RECEITA "B" - 50 js - 1 via - numeradas e picotadas - impressão em Offset 1x0 cores - papel Super Bond azul 50 gr - tamanho 20,50x9,30 cm. (01-01-01058)	BLC	ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA - ME (253)	ALBGRAF	0	1,1000	1
			POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRAFICOS LTDA ME (5949)	POLIMPRESS	0	3,8000	2
22	BLOCO DE RECEPTARIO DE CONTROLE ESPECIAL - 50 js x 2 vias - impressão em Offset 1x0 cores - papel Offset 56gr para as duas vias - tamanho 16,00x21,50cm - CARBONADO. (01-01-01071)	BLC	POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRAFICOS LTDA ME (5949)	POLIMPRESS	0	3,0900	1
			ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA - ME (253)	ALBGRAF	0	3,1000	2
23	BLOCO DE SOLICITAÇÃO DE MATERIAL E EXAMES - 50 js x 1 via - impressão em Offset 1x0 cores - papel Offset 75 gr - tamanho 21,50x16,00cm (01-01-01074)	BLC	ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA - ME (253)	ALBGRAF	0	0,8500	1
			POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRAFICOS LTDA ME (5949)	POLIMPRESS	0	2,8500	2
24	Bloco Laudo Procedimento de Alta Complexidade. Bloco com 20 folhas. Folha nas medidas 21 x 29,7; Folha em Offset 75g (01-01-05947)	BLC	ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA - ME (253)	ALBGRAF	0	1,6000	1

Página: 5/16

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2017

Número do Registro de Preços: 10/2017		Data do Registro: 22/08/2017		Válido até: 22/08/2018			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando a contratação de empresa especializada para execução de impressos gráficos, banners, placas em acrílico e em PVC e brindes, de forma eventual e parcelada, destinados à manutenção das atividades e programas desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Saúde, durante o exercício							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRAFICOS LTDA ME (5949)	POLIMPRESS	0	2,9000	2
25	BLOCOS RECEITUÁRIO SIMPLES - Bloco 50 x 1 Via nas medidas 15 x 21; Acabamento de Bloco: 1ª Via em Offset 75g com 1 x 0. (02-01-00286)	UN	ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA - ME (253)	ALBGRAF	0	0,8500	1
			POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRAFICOS LTDA ME (5949)	POLIMPRESS	0	2,8000	2
26	BOLA COLORIDA - em vinil - diâmetro aproximado 20 cm (campanha de vacinação) (01-01-05955)	UN	GLOBALPED MATERIAIS DIDATICOS E PEDAGOGICOS LTDA - GALINA (3338)	GALINA	0	3,2000	1
			ALEX POSSAMAI 06247878931 (7840)	MVA	0	4,8000	2
			POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRAFICOS LTDA ME (5949)	POLIMPRESS	0	5,8700	3
27	BOLETIM DE ATENDIMENTO ODONTOLÓGICO - IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE - Impressão em Offset, 50x1 via, 1 cor, papel branco - tamanho 15,70x29,50 cm, 75gr. (01-01-01086)	BLC	ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA - ME (253)	ALBGRAF	0	2,6000	1
			POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRAFICOS LTDA ME (5949)	POLIMPRESS	0	5,6000	2
28	BOLETIM DE PRODUÇÃO MENSA DE ODONTOLOGIA - GRUPO DE IDOSOS; 50 g/s x 1 via; Folha nas medidas 21 x 29,7; Folha em Offset 75g com 1 x 1; (F/V) (01-01-04894)	BLC	POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRAFICOS LTDA ME (5949)	POLIMPRESS	0	12,9900	1
			ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA - ME (253)	ALBGRAF	0	13,0000	2
29	BOLETIM DE PRODUÇÃO MENSAL DE ODONTOLOGIA - CRIANÇAS - 50 g/s x 1 via; Folha nas medidas 21 x 29,7; Folha em Offset 75g com 1 x 1; (F/V) (01-01-04896)	BLC	POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRAFICOS LTDA ME (5949)	POLIMPRESS	0	12,9900	1
			ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA - ME (253)	ALBGRAF	0	13,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2017

Página: 6/16

Número do Registro de Preços: 10/2017 Data do Registro: 22/08/2017 Válido até: 22/08/2018

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando a contratação de empresa especializada para execução de impressos gráficos, banners, placas em acrílico e em PVC e brindes, de forma eventual e parcelada, destinados à manutenção das atividades e programas desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Saúde, durante o exercício

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
30	BOLETIM DE PRODUÇÃO MENSAL DE ODONTOLOGIA - GESTANTE, 50 js x 1 via; Folha nas medidas 21 x 29,7; Folha em Offset 75g com 1 x 1; (F/V) (01-01-04893)	BLC	POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRAFICOS LTDA ME (5949)	POLIMPRESS	0	12,9900	1
			ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA - ME (253)	ALBGRAF	0	13,0000	2
31	BOLETIM DE PRODUÇÃO MENSAL DE ODONTOLOGIA - GRUPO DE HIPERDIA - 50 js x 1 via; Folha nas medidas 21 x 29,7; Folha em Offset 75g com 1 x 1; (F/V) (01-01-04895)	BLC	POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRAFICOS LTDA ME (5949)	POLIMPRESS	0	12,9900	1
			ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA - ME (253)	ALBGRAF	0	13,0000	2
32	CANETA- Caneta esferográfica azul para diversas Campanhas da Secretaria Municipal de Saúde. Fabricada em material plástico, com detalhe emborrachado, nas cores: azul, vermelho, amarelo, preto e verde, ponta fina, com tipo, impressão em até 5 cores, com ante (logos) de programas e personalização no corpo da caneta, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Saúde. (02-01-00287)	UN	ALEX POSSAMAI 06247878931 (7840)	MVA	0	1,2000	1
			GLOBALPED MATERIAIS DIDATICOS E PEDAGOGICOS LTDA - ACW (3338)		0	1,2500	2
			REDE - DISTRIBUIDORA & IMPORTADORA LTDA - ME (7839)	XBZ	0	1,3000	3
			POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRAFICOS LTDA ME (5949)	POLIMPRESS	0	1,5000	4
33	CARTÃO AGENDAMENTO SUS - impressão em Offset 1x1 cores - papel Offset 150gr - tamanho 29x11,50cm - acabamento: vincar (01-01-01067)	UN	ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA - ME (253)	ALBGRAF	0	0,1400	1
			POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRAFICOS LTDA ME (5949)	POLIMPRESS	0	0,8500	2
34	CARTÃO CTA - impressão em Offset 1x1 cores - papel Offset 180gr - tamanho 15x10,80cm - acabamento: vincar (01-01-01068)	UN	POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRAFICOS LTDA ME (5949)	POLIMPRESS	0	0,3500	1
			ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA - ME (253)	ALBGRAF	0	0,4500	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2017

Página: 7/16

Número do Registro de Preços: 10/2017				Data do Registro: 22/08/2017		Válido até: 22/08/2018	
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando a contratação de empresa especializada para execução de impressos gráficos, banners, placas em acrílico e em PVC e brindes, de forma eventual e parcelada, destinados à manutenção das atividades e programas desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Saúde, durante o exercício							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
35	CARTÃO PARA CONTROLE DA PRESSÃO ARTERIAL - Impressão em offset, 1 cor, 1 via, em papel cartolina, branco, de 22,00 x 12,00 cm (LxA). Acabamento: vincar - 180 gr. (01-01-01104)	UN	POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRAFICOS LTDA ME (5949)	POLIMPRESS	0	0,1900	1
36	CARTEIRA DE SAUDE- impressão em 1 x 1 cor (F/V) - papel cartolina 75 g - tamanho 7,50 x 10,70 cm (01-01-05958)	UN	ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA - ME (253)	ALBGRAF	0	0,2000	2
37	CARTEIRINHA GRUPO SANGÜÍNEO - impressão em 1 x 0 cores - papel offset 90 gr - tamanho 6,00 x 10,00 cm - Arte final - Colorido, duas cores. (01-01-01088)	UN	POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRAFICOS LTDA ME (5949)	POLIMPRESS	0	0,1200	1
38	CARTEIRINHA HIPERDIA - impressão em Offset 1x1 cores - papel Offset 180gr- tamanho 22,00x8,00 cm - Acabamento: vincar (01-01-01065)	UN	ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA - ME (253)	ALBGRAF	0	0,1300	2
39	CHAVEIRO - Chaveiro para diversas campanhas. Chaveiro tipo mosquetão em metal, banhado em níquel, com argola. Possuir no mínimo um dos lados para personalização. (02-01-00288)	UN	POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRAFICOS LTDA ME (5949)	POLIMPRESS	0	0,2500	1
			ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA - ME (253)	ALBGRAF	0	0,2800	2
			ALEX POSSAMAI 06247878931 (7840)	MVA	0	0,1400	1
			GLOBALPED MATERIAIS DIDATICOS E PEDAGOGICOS LTDA - MS (3338)		0	0,1500	2
			POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRAFICOS LTDA ME (5949)	POLIMPRESS	0	2,3500	1
			REDE - DISTRIBUIDORA & IMPORTADORA LTDA - ME (7839)	XBZ	0	2,4000	2
					0	3,7500	3
					0	3,7500	4

Página: 8/16

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2017

Número do Registro de Preços: 10/2017 Data do Registro: 22/08/2017 Válido até: 22/08/2018

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando a contratação de empresa especializada para execução de impressos gráficos, banners, placas em acrílico e em PVC e brindes, de forma eventual e parcelada, destinados à manutenção das atividades e programas desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Saúde, durante o exercício

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
40	DADOS CADASTRAIS SISVAN - Folha nas medidas 21 x 29,7; Folha em Offset 75g com 1 x 1 (01-01-04876)	FLS	POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRAFICOS LTDA ME (5949)	POLIMPRESS	0	0,0900	1
41	ENVELOPE OFICIO - impressão em 4 x 0 cores - papel offset alcalino 90 g/m² - tamanho 11,40 x 22,90 cm - Brásão e logo da PMU/FMS (01-01-05966)	UN	ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA - ME (253)	ALBGRAF	0	0,1000	2
42	ENVELOPE SACO - impressão em Offset 4 x 0 cores - papel offset alcalino 110gr - tamanho 26,00 x 36,00 cm - Brásão e logo do Município / FMS (01-01-03787)	UN	POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRAFICOS LTDA ME (5949)	POLIMPRESS	0	0,3900	1
43	ESCOVA DE CABELO - Escova de cabelo com espelho em plástico - Arte (logos) na parte externa, conforme programatas a serem desenvolvidos pela Sec. de Saúde. Tamanho Total (CxL): 6,0cm x 6,0 cm (01-01-04905)	UN	ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA - ME (253)	ALBGRAF	0	0,4000	2
44	FICHA A, FRENTE E VERSO; Folha nas medidas 21 x 29,7; Folha em Offset 75g com 1 x 1; (F/V) (01-01-04887)	UN	ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA - ME (253)	ALBGRAF	0	0,4800	1
45	FICHA DE ATENDIMENTO DE ODONTOLOGIA - FRENTE E VERSO - IMPRESSÃO EM OFFSET, UMA COR, PAPEL BRANCO - TAMANHO 21,00x29,30 CM, 120 GR. (01-01-01850)	UN	POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRAFICOS LTDA ME (5949)	POLIMPRESS	0	0,8000	2
			GLOBALPED MATERIAS DIDATICOS E PEDAGOGICOS LTDA - (3336)	MARSON	0	3,7900	1
			REDE - DISTRIBUIDORA & IMPORTADORA LTDA - ME (7839)	XEZ	0	4,3000	2
			POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRAFICOS LTDA ME (5949)	POLIMPRESS	0	4,3400	3
			POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRAFICOS LTDA ME (5949)	POLIMPRESS	0	0,1500	1
			POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRAFICOS LTDA ME (5949)	POLIMPRESS	0	2,2500	1
			ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA - ME (253)	ALBGRAF	0	2,3000	2

Página: 9/16

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2017

Número do Registro de Preços: 10/2017		Data do Registro: 22/08/2017		Válido até: 22/08/2018			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando a contratação de empresa especializada para execução de impressos gráficos, banners, placas em acrílico e em PVC e brindes, de forma eventual e parcelada, destinados à manutenção das atividades e programas desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Saúde, durante o exercício							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
46	FICHA DE ATENDIMENTO USB - SAMU, 50 [gs x 1 via; Folha nas medidas 21 x 29,7; Folha em Offset 75g com 1 x 1; (F/V) (01-01-04887)	BLC	ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA - ME (253)	ALBGRAF	0	2,8000	1
47	FICHA DE CONTROLE - ALMOXARIFADO - Impressão em Offset 1x1 cores - papel cartolina azul 180gr - tamanho 11,20x20,60 cm - acabamento: furo - (01-01-01061)	UN	POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRAFICOS LTDA ME (5949)	POLIMPRESS	0	0,4800	1
48	FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DO DOMICILIO - Folha em Offset 75g nas medidas 21 x 29,7 cm; 1 x 1 cores; (01-01-01062)	UN	ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA - ME (253)	ALBGRAF	0	0,1000	1
49	FICHA DE PROGRAMA NACIONAL DE CONTROLE DA DENGUE - PNCD (REGISTRO DIARIO DE SERVIÇOS ANTIMETORIAL) - Impressão em 1 x 0 cores - papel offset 90 g - tamanho 21,00 x 29,30 cm- cor branco (01-01-05974)	FLS	POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRAFICOS LTDA ME (5949)	POLIMPRESS	0	0,1300	1
50	FICHA IDENTIFICAÇÃO DO USUÁRIO DO SUS - Folha nas medidas 21 x 29,7; Folha em Offset 75g com 1 x 1; (F/V), (02-01-00289)	UN	ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA - ME (253)	ALBGRAF	0	0,1400	2
51	FICHA LAUDO MÉDICO - TRATAMENTO FORA DOMICILIO PARA DENTRO DO ESTADO - TFD - impresso em Offset, 1 via, 1 cor, em papel branco, de 21,00 x 30,00 cm (LXA), 75 gr. (01-01-01100)	UN	POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRAFICOS LTDA ME (5949)	POLIMPRESS	0	0,0500	1
52	FICHA ODONTOGRAMA - Folha em Offset 75g nas medidas 21,5 x 31,5 cm; 1 x 1 cores; (01-01-03792)	UN	ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA - ME (253)	ALBGRAF	0	0,1000	2
			POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRAFICOS LTDA ME (5949)	POLIMPRESS	0	0,1200	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2017

Página: 10/16

Número do Registro de Preços: 10/2017		Data do Registro: 22/08/2017		Válido até: 22/08/2018				
Objeto da Compra:		REGISTRO DE PREÇOS visando a contratação de empresa especializada para execução de impressos gráficos, banners, placas em acrílico e em PVC e brindes, de forma eventual e parcelada, destinados a manutenção das atividades e programas desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Saúde, durante o exercício						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
			ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA - ME (253)	ALBGRAF	0	0,1300	2	
53	FICHA PEDIDO DE TRATAMENTO FORA DOMICILIO - TFD - impresso em Offset, 1 via, 1 cor, em papel branco de 21,00 x 30,00 cm (LxA), 75 gr (01-01-01101)	UN	POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRAFICOS LTDA ME (5949)	POLIMPRESS	0	0,1200	1	
			ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA - ME (253)	ALBGRAF	0	0,1300	2	
54	FICHA PROGRAMA NACIONAL DE CONTROLE DENGUE PNCOD - VIGILANCIA ENTOMOLOGICA - impressão em 1 x 0 cores - papel offset 75 g - tamanho 21,00 x 29,50 cm (01-01-05975)	FLS	ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA - ME (253)	ALBGRAF	0	0,1000	1	
			POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRAFICOS LTDA ME (5949)	POLIMPRESS	0	0,1200	2	
55	FOLHA DE ROSTO DE PRONTUÁRIO - Folha nas medidas 21x29,7; Folha em Offset 75g com 1 x 1 (01-01-04878)	FLS	ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA - ME (253)	ALBGRAF	0	0,0700	1	
			POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRAFICOS LTDA ME (5949)	POLIMPRESS	0	0,1300	2	
56	FOLHA OFÍCIO - Impressão em 4 x 0 cores - papel offset 90 g - tamanho 21,00 29,70 cm (01-01-05989)	FLS	POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRAFICOS LTDA ME (5949)	POLIMPRESS	0	0,1200	1	
			ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA - ME (253)	ALBGRAF	0	0,1300	2	
57	FOLHA SISTEMA DE REFERÊNCIA E CONTRA REFERÊNCIA - Folha em Offset 75g nas medidas 21 x 29,7 cm, 1 x 0 cor, (01-01-03791)	UN	POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRAFICOS LTDA ME (5949)	POLIMPRESS	0	0,1200	1	
			ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA - ME (253)	ALBGRAF	0	0,1300	2	
58	FOLHA DE ROSTO - VISITA DOMICILIAR - impressão em 1 x 1 cores - papel offset 75 g - tamanho 21,00 x 29,70 cm (01-01-05988)	FLS	ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA - ME (253)	ALBGRAF	0	0,0800	1	

Página: 11/16

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2017

Número do Registro de Preços: 10/2017		Data do Registro: 22/08/2017		Válido até: 22/08/2018			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando a contratação de empresa especializada para execução de impressos gráficos, banners, placas em acrílico e em PVC e brindes, de forma eventual e parcelada, destinados à manutenção das atividades e programas desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Saúde, durante o exercício							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

			POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRAFICOS LTDA ME (5949)	POLIMPRESS	0	0,1400	2
59	FOLHA DE ROSTO HIPÉRDIA - impressão em 1 x 1 cores - papel offset 75 g - tamanho 21,00 x 29,70 cm (01-01-05986)	FLS	ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA - ME (253)	ALBGRAF	0	0,0800	1
			POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRAFICOS LTDA ME (5949)	POLIMPRESS	0	0,1400	2
60	Impresso com instrução p/ coleta de escarro, em offset, papel branco, 1 cor, 1 via, - tamanho 6,00x12,00cm - bloco c/ 50 folhas, 50 gr. (01-01-01097)	BLC	ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA - ME (253)	ALBGRAF	0	0,9000	1
			POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRAFICOS LTDA ME (5949)	POLIMPRESS	0	2,3000	2
61	Impresso com instrução p/ coleta de fezes para exame e pesquisa de sangue oculto, em offset, papel branco, 1 cor, 1 via, - tamanho 5,00x20,00cm - bloco c/ 50 folhas, 50 gr (01-01-01093)	BLC	ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA - ME (253)	ALBGRAF	0	0,9000	1
			POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRAFICOS LTDA ME (5949)	POLIMPRESS	0	2,3000	2
62	Impresso com instrução p/ coleta de fezes para exame parasitológico, em offset, papel branco, 1 cor 1 via, - tamanho 5,00x20,00cm - bloco c/ 50 folhas, 50 gr. - LABORATORIO (01-01-01092)	BLC	ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA - ME (253)	ALBGRAF	0	0,9000	1
			POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRAFICOS LTDA ME (5949)	POLIMPRESS	0	2,4000	2
63	IMPRESSO COM INSTRUÇÃO P/ COLETA DE SANGUE PARA PERFIL LIPÊMICO, em offset, papel branco, 1 cor, 1 via, - tamanho 5,00x20,00cm - bloco c/ 50 folhas, 50 gr. (01-01-01096)	BLC	ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA - ME (253)	ALBGRAF	0	0,9000	1
			POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRAFICOS LTDA ME (5949)	POLIMPRESS	0	2,4000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2017

Página: 12/16

Número do Registro de Preços: 10/2017 Data do Registro: 22/08/2017 Válido até: 22/08/2018

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando a contratação de empresa especializada para execução de impressos gráficos, banners, placas em acrílico e em PVC e brindes, de forma eventual e parcelada, destinados à manutenção das atividades e programas desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Saúde, durante o exercício

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
64	Impresso com instrução p/ coleta de secreção vaginal, em offset, papel branco, 1 cor, 1 via, - tamanho 6,00x12,00cm - bloco c/ 50 folhas, 50 gr (01-01-01096)	BLC	POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRAFICOS LTDA ME (5949)	POLIMPRESS	0	0,8900	1
65	Impresso com instrução p/ coleta de urina (homens), em offset, papel branco, 1 cor, 1 via, - tamanho 5,00x20,00cm - bloco c/ 50 folhas, 50 gr (01-01-01095)	BLC	ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA - ME (253)	ALBGRAF	0	0,9000	2
66	Impresso com instrução p/ coleta de urina (mulheres), em offset, papel branco, 1 cor, 1 via, - tamanho 5,00x20,00cm - bloco c/ 50 folhas, 50 gr. (01-01-01094)	BLC	ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA - ME (253)	ALBGRAF	0	0,8000	1
67	LAUDO MÉDICO - Para solicitação de procedimentos processados através do BPA-I Impresso em Offset 1 via, 75 gr, 1 cor, em PAPEL BRANCO, de 21,00cm larg. X 30,00 cm alt. (01-01-04866)	FLS	POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRAFICOS LTDA ME (5949)	POLIMPRESS	0	2,3000	2
68	MAPA DE ACOMPANHAMENTO NUTRICIONAL, Folha nas medidas 21x29,7; Folha em Offset 75g com 1 x 1. (01-01-04875)	FLS	ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA - ME (253)	ALBGRAF	0	1,6500	1
69	PANFLETO ESTERILIZAÇÃO ANIMAIS - Policromia - Folha em Couché Brilho 170g nas medidas 15 x 21 cm; Fotótipo (F/V), 4 x 0 cores. (01-01-03796)	UN	POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRAFICOS LTDA ME (5949)	POLIMPRESS	0	0,0500	1
			ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA - ME (253)	ALBGRAF	0	0,1000	2
			POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRAFICOS LTDA ME (5949)	POLIMPRESS	0	0,2500	1
			ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA - ME (253)	ALBGRAF	0	0,3000	2

Página: 13/16

Número do Registro de Preços: 10/2017			Data do Registro: 22/08/2017		Válido até: 22/08/2018	
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando a contratação de empresa especializada para execução de impressos gráficos, banners, placas em acrílico e em PVC e brinde, de forma eventual e parcelada, destinados à manutenção das atividades e programas desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Saúde, durante o exercício						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
70	PANFLETO INFORMATIVO SUS - Folha nas medidas 15 x 21; Fotótipo (FV); Folha em Offset 75g com 1 x 0; (Ante e Layout a Definir com empresa vencedora) (01-01-04689)	UN	ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA - ME (253)	ALBGRAF	0	0,0400
71	PASTA - CAPA DO PROCESSO - impressão em Offset 1x0 cores - sem bolsa - papel Offset 180 gr - tamanho 45,00x30,50cm - com histórico - cor branca (01-01-01079)	UN	POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRAFICOS LTDA ME (5949)	POLIMPRESS	0	0,1200
72	PASTA DE PROCESSO - MOVIMENTO - CANÁRIO (FMS) - impressão em Offset 1x0 cores - papel cartolina 180gr CANÁRIO - tamanho 50,00x32,50cm - Acabamento: vincar, furar (01-01-01081)	UN	POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRAFICOS LTDA ME (5949)	POLIMPRESS	0	0,4800
73	PASTA DE PRONTUARIO MÉDICO, impressão em offset 1X0 cores, papel cartolina azul 180gr, 46,00 x 32,00 cm (L x A), Acabamento vincar (01-01-01082)	UN	ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA - ME (253)	ALBGRAF	0	0,4600
74	RELATÓRIO SIA - Relatório SIA - Atenção Básica. Bloco com 20 folhas. (02-01-00290)	BLC	POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRAFICOS LTDA ME (5949)	POLIMPRESS	0	12,9900
75	REQUISICÃO DE MAMOGRAFIA - Impressão Frente e verso, impressão em Offset 1x1 cores papel Offset 75gr - tamanho 21,00x31,00 cm (FV) (01-01-04864)	FLS	ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA - ME (253)	ALBGRAF	0	13,0000
			POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRAFICOS LTDA ME (5949)	POLIMPRESS	0	0,1400
			ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA - ME (253)	ALBGRAF	0	0,1800

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2017

Página: 14/16

Número do Registro de Preços: 10/2017		Data do Registro: 22/08/2017		Válido até: 22/08/2018			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando a contratação de empresa especializada para execução de impressos gráficos, banners, placas em acrílico e em PVC e brindes, de forma eventual e parcelada, destinados à manutenção das atividades e programas desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Saúde, durante o exercício							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
76	SQUEEZE - Squeeze em plástico PE flexível, com tampa rosqueável em fibra de coco, vedação completa e bico em PEVD flexível cristal. Cores disponíveis: branca, laranja, verde, preto, vermelho e azul. Mesma disponibilidade de cores para as tampas. Dimensões CxLxA (cm) 7,2x7,2x20cm. Peso unitário: 54g. CAPACIDADE 500 ML (01-01-02756)	UN	GLOBAL PED MATERIAIS DIDATICOS E PEDAGOGICOS LTDA - ECO (3338)	ECO	0	5,2000	1
			ALEX POSSAMAI 06247878931 (7840)	MVA	0	5,4000	2

Página: 15/16

REDE - DISTRIBUIDORA & IMPORTADORA LTDA - ME (7839)	B&B	0	6,5000	3
-----------------------------------------------------	-----	---	--------	---

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2017

Página: 16/16

Número do Registro de Preços: 10/2017		Data do Registro: 22/08/2017		Válido até: 22/08/2018			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando a contratação de empresa especializada para execução de impressos gráficos, banners, placas em acrílico e em PVC e brindes, de forma eventual e parcelada, destinados à manutenção das atividades e programas desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Saúde, durante o exercício							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2017

PROCESSO Nº 9/2017

- (253) - ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA - ME
- (3338) - GLOBALPED MATERIAIS DIDATICOS E PEDAGOGICOS LTDA -
- (5949) - POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRAFICOS LTDA ME
- (7839) - REDE - DISTRIBUIDORA & IMPORTADORA LTDA - ME
- (7840) - ALEX POSSAMAI 06247878931

Joaçaba, 22 de Agosto de 2017.

PLASS**PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 04/2017/PLASS
TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº
03/2017/PLASS**

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 04/2017 – PLASS

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 03/2017 – PLASS

1 – DO OBJETO

CREDENCIAMENTO de empresa/clínica para prestação de serviços de: MEDICINA, ODONTOLOGIA, PSICOLOGIA, FISIOTERAPIA, FONOAUDIOLOGIA, SERVIÇOS DE IMAGEM, NUTRIÇÃO, HOSPITALAR E ANÁLISES CLÍNICAS.

2 – DA JUSTIFICATIVA

A inexigibilidade de licitação para contratação do objeto acima citado justifica-se por tratar-se de adesão ao Edital de Credenciamento nº 01/2017/PLASS, o qual, pelas suas características enquadra-se ao disposto no caput do art. 25 da Lei 8.666/93.

3 – DAS CREDENCIADAS

§ G. PASTEUR LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS E PATOLOGIA LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 78.491.172/0001-00, estabelecida na Av. XV de Novembro, 138, Centro, no Município de Joaçaba, SC, CEP 89.600-000, doravante denominada CREDENCIADA representada neste ato pelo Sr. GLAUCIO GRANDO GALLI, portador da Carteira de Identidade nº 1.074.687 e CPF nº 503.656.819-20.

§ ULTRASONOGRAFIA E RADIOLOGIA GUTTIERREZ LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 80.640.707/0001-37, estabelecida na Av. Santa Terezinha, nº 275, Sala 11, Centro, no Município de Joaçaba, SC, CEP 89.600-000, doravante denominada CREDENCIADA, representada neste ato pelo Sr. LUCIO ZACARIAS GOMES GUTTIERREZ portador da Carteira de Identidade nº 5.212.444 e CPF nº 406.266.526-34.

§ CENTRO DE RADIODIAGNÓSTICO SÃO MIGUEL LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.093.022/0001-06, estabelecida na Av. Santa Terezinha, nº 275, Sala 10, Centro, no Município de Joaçaba, SC, CEP 89.600-000, doravante denominada CREDENCIADA, representada neste ato pelo Sr. LUCIO ZACARIAS GOMES GUTTIERREZ portador da Carteira de Identidade nº 5.212.444 e CPF nº 406.266.526-34.

§ SERVITOM – SERVIÇO DE TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE CORPO INTEIRO JOAÇABENSE S/S LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 80.627.979/0001-61, estabelecida na Av. Santa Terezinha, nº 275, Centro, no Município de Joaçaba, SC, CEP 89.600-000, doravante denominada CREDENCIADA, representada neste ato pelo Sr. LUCIO ZACARIAS GOMES GUTTIERREZ portador da Carteira de Identidade nº 5.212.444 e CPF nº 406.266.526-34.

§ CLINICA WESOLOSKI LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.869.923/0001-47, estabelecida na Av. XV de Novembro, nº 371, Sala 104, Centro, no Município de Joaçaba, SC, CEP 89.600-000, doravante denominada CREDENCIADA, representada neste ato pelo Sr. ROBERTO FRANCISCO WESOLOSKI portador da Carteira de Identidade nº 1.706.557 e CPF nº 746.111.789-00.

4 – DO VALOR

O valor a ser pago será de acordo com a necessidade de utilização

dos serviços pelos segurados e dependentes do PLASS.

Havendo prorrogação do Termo de Credenciamento, o PLASS consignará nos próximos exercícios em seu orçamento os recursos necessários ao atendimento dos pagamentos previstos.

5 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da execução do objeto desta contratação serão custeadas pela seguinte Dotação Orçamentária:

15.01.11.331.0024.2.008-3.3.90.00.00.00.00 – Outras despesas correntes – aplicações diretas

6 – DO FUNDAMENTO LEGAL

Atendimento aos pressupostos da Lei Federal 8.666/93, em especial o disposto no art. 25.

Joaçaba (SC), em 28 de agosto de 2017.

PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS
SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO
DE JOAÇABA(SC) – PLASS
JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo

Santa Catarina**PLANO DE SAUDE ASSIST.SOCIAL DOS SERV. PUBL.-PLASS**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Liquidada

Betha Sistemas
Exercício de 2017
Período: Julho
Página: 1

BALANCETE FINANCEIRO JULHO/2017

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
ORÇAMENTÁRIAS	434.487,48	ORÇAMENTÁRIAS	426.038,51
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	227.698,22	DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	416.508,69
RECEITA PATRIMONIAL	119.292,15	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.209,25
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	7,54	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	410.299,44
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	87.489,57	DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	9.529,82
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	9.529,82
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	452.662,13	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	311.667,28
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	26.623,62	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	25.031,07
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	426.038,51	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	286.636,21
SALDOS ANTERIORES	14.860.378,07	SALDOS ATUAIS	15.009.821,89
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	14.860.378,07	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	15.009.821,89
TOTAL	15.747.527,68	TOTAL	15.747.527,68

Joacaba, 15/08/2017

IVONE ZANATTA
Presidente

JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo

ADONES MARCIANO
Contador

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA**COMUNICADO RETOMADA SESSÃO PÚBLICA PREGÃO PRESENCIAL 0043/2017 - SIMAE**

COMUNICADO DE RETOMADA DE SESSÃO PÚBLICA

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA
LICITAÇÃO Nº 0052/2017
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0043/2017
PROTOCOLO JHL 1832/2017

Objeto: Aquisição de conjunto motorbomba submersível a ser instalado na Estação Elevatória de Esgoto EEJ-010, em Joaçaba/SC, de propriedade do Simae.

INFORMAMOS QUE A RETOMADA DA SESSÃO PÚBLICA SERÁ REALIZADA NO DIA 01/09/2017, ÀS 14 (QUATORZE) HORAS, NA SEDE ADMINISTRATIVA DO SIMAE, LOCALIZADA NA RUA TIRADENTES, Nº 123, CENTRO, EM JOAÇABA-SC.

Desta forma convocamos a empresa participante para participar da Sessão Pública.

Joaçaba, 28 de agosto de 2017.

Graciela Pratto Bordin da Rosa – Pregoeira do Simae.

PORTARIA JHL 316/2017

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 316/2017 DE 28.08.2017

Paulo Cesar Lamin, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 20 (vinte) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor Rafael Giongo Burlim (Matr. 192), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente Administrativo, P-3, N-1, Ref.B, referente ao período aquisitivo compreendido entre 05.07.2016 a 04.07.2017, para serem fruídas no período de 04.09.2017 a 23.09.2017, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Autorizar a conversão de 1/3 de férias em abono pecuniário, referente ao período aquisitivo já citado, conforme prevê o Art. nº 75 A da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 04 de setembro de 2017, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 28 de agosto de 2017.

Paulo Cesar Lamin
Diretor Presidente

PORTARIA JHL 317/2017

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 317/2017 DE 28.08.2017

Paulo Cesar Lamin, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 10 (dez) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor Alex Estival Datsch (Matr. 168), ocupante do Cargo de

Auxiliar de Operação, P-2, N-1, Ref. C, referente ao período aquisitivo de 01.10.2015 a 30.09.2016, para serem fruídas no período de 11.09.2017 a 30.09.2017, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 11 de setembro de 2017, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 28 de agosto de 2017.

Paulo Cesar Lamin
Diretor Presidente

PORTARIA JHL 318/2017

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 318/2017 DE 28.08.2017

Paulo Cesar Lamin, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - CONVERTER EM PECÚNIA o período de 24 (vinte e quatro) dias de licença-prêmio do(a) Servidor(a) Francielli Wendland Guaragni Fiorin, Auxiliar Administrativo, conforme requerimento protocolado sob nº 2143/2017 de 07 de agosto de 2017, referente ao período aquisitivo de 13.06.2012 a 12.06.2014, de acordo com o Art. 80 A, parágrafo único da Lei Complementar 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 28 de agosto de 2017.

Paulo Cesar Lamin
Diretor Presidente

PORTARIA JHL 319/2017

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 319/2017 DE 28.08.2017

Paulo Cesar Lamin, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - CONVERTER EM PECÚNIA o período de 36 (trinta e seis) dias de licença-prêmio do(a) Servidor(a) Washington Luiz Rui Provencini Papini, Operador de ETA, conforme requerimento protocolado sob nº 2164/2017 de 09 de agosto de 2017, referente ao período aquisitivo de 06.08.2014 a 05.08.2017, de acordo com o Art. 80 A, parágrafo único da Lei Complementar 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 28 de agosto de 2017.
Paulo Cesar Lamin
Diretor Presidente

PORTARIA JHL 320/2017

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 320/2017 DE 28.08.2017

Paulo Cesar Lamin, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Inter-municipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - CONVERTER EM PECÚNIA o período de 12 (doze) dias de licença-prêmio do(a) Servidor(a) Jonas da Silva, Operador de Máquinas, conforme requerimento protocolado sob nº 2141/2017 de 07 de agosto de 2017, referente ao período aquisitivo de 01.08.2016 a 31.07.2017, de acordo com o Art. 80 A, parágrafo único da Lei Complementar 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 28 de agosto de 2017.
Paulo Cesar Lamin
Diretor Presidente

PORTARIA JHL 321/2017

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 321/2017 DE 28.08.2017

Paulo Cesar Lamin, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Inter-municipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - CONVERTER EM PECÚNIA o período de 12 (doze) dias de licença-prêmio do(a) Servidor(a) Hélio Pereira de Moraes, Auxiliar de Operações, conforme requerimento protocolado sob nº 2140/2017 de 08 de agosto de 2017, referente ao período aquisitivo de 01.08.2016 a 31.07.2017, de acordo com o Art. 80 A, parágrafo único da Lei Complementar 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 28 de agosto de 2017.
Paulo Cesar Lamin
Diretor Presidente

PORTARIA JHL 322/2017

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 322/2017 DE 28.08.2017

Paulo Cesar Lamin, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Inter-municipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - CONVERTER EM PECÚNIA o período de 24 (vinte e quatro)

dias de licença-prêmio do(a) Servidor(a) André Francisco Fiorin, Auxiliar de Controle Operacional, conforme requerimento protocolado sob nº 2142/2017 de 07 de agosto de 2017, referente ao período aquisitivo de 01.01.2013 a 31.12.2014, de acordo com o Art. 80 A, parágrafo único da Lei Complementar 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 28 de agosto de 2017.
Paulo Cesar Lamin
Diretor Presidente

PORTARIA JHL 323/2017

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 323/2017 DE 28.08.2017

Paulo Cesar Lamin, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Inter-municipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - CONVERTER EM PECÚNIA o período de 12 (doze) dias de licença-prêmio do(a) Servidor(a) Patricia Callegari Warken, Contadora, conforme requerimento protocolado sob nº 2165/2017 de 09 de agosto de 2017, referente ao período aquisitivo de 13.01.2016 a 12.01.2017, de acordo com o Art. 80 A, parágrafo único da Lei Complementar 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 28 de agosto de 2017.
Paulo Cesar Lamin
Diretor Presidente

José Boiteux

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO 44/2017 HIGIENE E LIMPEZA

MUNICÍPIO DE JOSÉ BOITEUX – SC

PROCESSO LICITATÓRIO 44/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/2017

O Prefeito Municipal de José Boiteux – SC, de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993, e suas alterações e demais legislações aplicáveis, torna se público aos interessados, que fará realizar Processo Licitatório modalidade Pregão Presencial, no dia 12/09/2017, às 09:00 horas, tendo como local, a Prefeitura Municipal de José Boiteux, sito a AV 26 de Abril, nº 655 junto ao portal do Município, REFERENTE EVENTUAL COMPRA DE MATERIAIS HIGIENE E LIMPEZA PARA MANUTENÇÃO DE TODAS AS SECRETARIAS MAIORES INFORMAÇÕES NO PRESENTE EDITAL.Os interessados poderão obter a íntegra do Edital e demais informações diariamente, das 07:30 às 16:30 horas no Departamento de Licitações da Prefeitura, no endereço acima ou pelo fone/fax (47) 3352-7111.

José Boiteux/SC, em 28 de Agosto 2017.

JONAS PUDEWELL

Prefeito Municipal

Jupia

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/2017

Página: 1/14

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JUPIÁ

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 12/2017

Número do Registro de Preços: 10/2017		Data do Registro: 28/08/2017		Válido até: 28/08/2018			
Objeto da Compra: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO, PARA DESTINAÇÃO AO CONSUMO DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, DESTE MUNICÍPIO, NA MERENDA ESCOLAR, CONFORME PROGRAMA FEDERAL PNAE E RECURSOS ORDINÁRIOS.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

1	ALHO GRAÚDO SEM MACHUCADOS E BROTAMENTOS, NÃO DEVEM ESTAR MURCHOS CABEÇA INTEIRA, DENTES GRANDES E UNIFORMES, FIRMES E COM BRILHO, DE PRIMEIRA QUALIDADE; (01-01-33064)	Und	HB SUL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (3289)	colonial	0	3,3400	1
2	ANA KELI DA ROSA MARWENTINI - ME (3384)		CANTU		0	3,3500	2
3	NOAL & TREVISOL LTDA - ME (2955)		BONIELLA		0	3,4900	3
2	COXA E SOBRECOXA DE FRANGO RESFRIADA, EM EMBALAGEM PLÁSTICA ATÓXICA EMBALADAS INDIVIDUALMENTE, COM RÓTULO CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA, REGISTRO NO SIM, SIF OU CISPOA; PESO DE 18 A 20 KG A CAIXA, (01-01-33065)	Kg	NOAL & TREVISOL LTDA - ME (2955)	DANIELLI	0	5,0900	1
2	ANA KELI DA ROSA MARWENTINI - ME (3384)		AURORA		0	5,1000	2
3	HB SUL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (3289)		nat		0	5,3900	3
3	PEITO DE FRANGO DESOSSADO RESFRIADO, EM EMBALAGEM PLÁSTICA ATÓXICA DE 1 KG, COM RÓTULO CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA E REGISTRO NO SIF, SIM OU CISPOA; (01-01-33066)	Kg	NOAL & TREVISOL LTDA - ME (2955)	DANIELLI	0	10,9900	1
2	ANA KELI DA ROSA MARWENTINI - ME (3384)		AURORA		0	11,0000	2
3	HB SUL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (3289)		nat		0	11,3000	3
4	PEIXE FILÉ DE TILÁPIA RESFRIADO, SEM ESPINHAS, SEM ACÚMULO DE LÍQUIDOS EM SEU INTERIORE, EMBALAGEM COM 1KG, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, PESO, FABRICANTE, VALIDADE, TEMPERATURA DE ESTOCAGEM E REGISTRO DO PRODUTO NO SIF (01-01-33067)	Kg	NOAL & TREVISOL LTDA - ME (2955)	RIO VIVO	0	32,4800	1
2	HB SUL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (3289)		colonial		0	32,5000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JUPIÁ

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 12/2017

Página: 2/14

Número do Registro de Preços: 10/2017		Data do Registro: 28/08/2017		Válido até: 28/08/2018				
Objeto da Compra: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO, PARA DESTINAÇÃO AO CONSUMO DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, DESTE MUNICÍPIO, NA MERENDA ESCOLAR, CONFORME PROGRAMA FEDERAL PNAE E RECURSOS ORDINÁRIOS.								
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
5	PRESUNTO COZIDO, SEM CAPA DE GORDURA, EMBALADOS À VÁCUO, COM PESO MÁXIMO DE 3 KG EM CADA EMBALAGEM COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, COM DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE DENTRO DO LIMITE REGISTRO DO ÓRGÃO COMPETENTE (INSPESIONADO SIF-DIPOA); (01-01-33068)	Kg	NOAL & TREVISOL LTDA - ME (2955)	FRIMESA	0	22,9900	1	
6	ABACAXI TAMANHO MÉDIO, 1º QUALIDADE, COM CASCA SÃ, SEM SINAIS DE RUPTURAS OU MACHUCADOS, GRAU DE AMADURECIMENTO IDEAL PARA CONSUMO; (01-01-33069)	Und	HB SUL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (3289)	real	0	5,2900	1	
			ANA KELI DA ROSA MARMENTINI - ME (3384)	CANTU	0	5,3000	2	
			NOAL & TREVISOL LTDA - ME (2955)	REAL	0	5,4900	3	
7	BANANA FRESCA TAMANHO MÉDIO, COM AS CARACTERÍSTICAS ORGANOLÉPTICAS MANTIDA (01-01-33070)	Kg	ANA KELI DA ROSA MARMENTINI - ME (3384)	CANTU	0	2,3800	1	
			NOAL & TREVISOL LTDA - ME (2955)	COBALCHINI	0	2,3900	2	
			HB SUL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (3289)	real	0	2,5000	3	
8	MACÃ GALA CLASSIFICAÇÃO 1, TAMANHO MÉDIO, SEM SINAIS DE AMASSADO, PRONTA PARA CONSUMO (01-01-33071)	Kg	HB SUL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (3289)	real	0	3,8600	1	
			ANA KELI DA ROSA MARMENTINI - ME (3384)	MARINS	0	3,8700	2	
			NOAL & TREVISOL LTDA - ME (2955)	REAL	0	3,8800	3	
9	MANGÁ UNIDADES ÍNTEGRAS, FRESCAS E LIMPAS, TAMANHO MÉDIO, SEM MACHUCADOS E MADURAS (01-01-33072)	Kg	ANA KELI DA ROSA MARMENTINI - ME (3384)	CANTU	0	5,0500	1	
			NOAL & TREVISOL LTDA - ME (2955)	REAL	0	5,0600	2	

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JUIPIÁ**

Página: 3/14

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 12/2017

Número do Registro de Preços: 10/2017		Data do Registro: 28/08/2017		Válido até: 28/08/2018		Objeto da Compra: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO, PARA DESTINAÇÃO AO CONSUMO DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, DESTES MUNICÍPIO, NA MERENDA ESCOLAR, CONFORME PROGRAMA FEDERAL PNAE E RECURSOS ORDINÁRIOS.				
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.			
10	MELANCIA UNIDADES DE TAMANHO MÉDIO, FRUTAS FIRMES, SEM MACHUCADOS, FRUTAS LIMPAS E MADURAS (01-01-33073)	Kg	HB SUL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (3289)	real	0	5,0900	3			
			HB SUL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (3289)	real	0	1,8000	1			
			ANA KELI DA ROSA MARMENTINI - ME (3384)	CANTU	0	1,8100	2			
			NOAL & TREVISOL LTDA - ME (2955)	REAL	0	1,9400	3			
11	MAMÃO VERMELHO, DE 1º QUALIDADE, TAMANHO MÉDIO, GRAU MÉDIO DE AMADURECIMENTO, SEM SINAIS DE AMASSADO, SEM RUPTURAS; (01-01-33074)	Und	ANA KELI DA ROSA MARMENTINI - ME (3384)	CANTU	0	4,7700	1			
			NOAL & TREVISOL LTDA - ME (2955)	REAL	0	4,7800	2			
			HB SUL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (3289)	real	0	4,7900	3			
12	PÊSSEGO AMARELO DE TAMANHO MÉDIO, DE 1ª QUALIDADE, COM MATUREZA APROPRIADA, INTEIRO, LIMPO, SEM FERIMENTOS, SEM RUPTURAS E PANCADAS NA CASCA, LIVRE DE PRAGAS E DOENÇAS (01-01-33075)	Kg	HB SUL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (3289)	real	0	17,9600	1			
			ANA KELI DA ROSA MARMENTINI - ME (3384)	CANTU	0	17,9700	2			
			NOAL & TREVISOL LTDA - ME (2955)	REAL	0	17,9800	3			
13	PERA TAMANHO MÉDIO, DE 1ª QUALIDADE, INTEIRO, SADIO, SEM RUPTURAS E OU PANCADAS NA CASCA, FIRME, LIMPO, ISENTO DE UMIDADE EXTERNA; (01-01-33076)	Kg	ANA KELI DA ROSA MARMENTINI - ME (3384)	CANTU	0	10,0000	1			
			NOAL & TREVISOL LTDA - ME (2955)	REAL	0	10,8900	2			
			HB SUL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (3289)	real	0	10,9000	3			

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JUIPIÁ

Página: 4/14

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 12/2017

Número do Registro de Preços: 10/2017 Data do Registro: 28/08/2017 Válido até: 28/08/2018

Objeto da Compra: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO, PARA DESTINAÇÃO AO CONSUMO DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, DESTE MUNICÍPIO, NA MERENDA ESCOLAR, CONFORME PROGRAMA FEDERAL PNAE E RECURSOS ORDINÁRIOS.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
14	MARACUJÁ AMARELO, AMADURECIDO, TAMANHO MÉDIO DE BOA QUALIDADE, AROMA E SABOR DA ESPÉCIE, UNIFORMES, SEM FERIMENTOS OU DEFEITOS; (01-01-33077)	Und	HB SUL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (3289)	real	0	9,9500	1
			NOAL & TREVISOL LTDA - ME (2955)	REAL	0	9,9600	2
			ANA KELI DA ROSA MARMENTINI - ME (3384)	CANTU	0	10,0000	3
15	VAGEM NOVA, DE 1ª QUALIDADE, INTEGRAL, DE TAMANHO MÉDIO, INTEIRA, SEM FERIMENTOS, LIMPA, LIVRE DE PRAGAS E DOENÇAS (01-01-33078)	Kg	HB SUL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (3289)	real	0	10,9700	1
			NOAL & TREVISOL LTDA - ME (2955)	REAL	0	10,9800	2
			ANA KELI DA ROSA MARMENTINI - ME (3384)	CANTU	0	11,0000	3
16	ABOBRINHA VERDE COM MATURAÇÃO APROPRIADA, INTEIRA SEM FERIMENTOS, LIVRE DE PRAGAS E DOENÇAS, HORTALICA LIMPA, COLORAÇÃO VERDE CLARO COM ESTRIAS VERDE ESCURO, TENRAS, ALONGADAS E RETAS; (01-01-33079)	Kg	HB SUL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (3289)	real	0	5,9700	1
			NOAL & TREVISOL LTDA - ME (2955)	REAL	0	5,9800	2
			ANA KELI DA ROSA MARMENTINI - ME (3384)	CANTU	0	6,0000	3
17	BATATA INGLESA 1º QUALIDADE, TAMANHO MÉDIO, NOVA, SEM RUPTURAS, OU DEFEITOS, LIMPA E SEM TERRA; (01-01-33080)	Kg	ANA KELI DA ROSA MARMENTINI - ME (3384)	CANTU	0	2,2800	1
			HB SUL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (3289)	real	0	2,2900	2
			NOAL & TREVISOL LTDA - ME (2955)	REAL	0	2,4900	3
18	BATATA SALSÁ 1º QUALIDADE, TAMANHO MÉDIO, NOVA, SEM RUPTURAS, OU DEFEITOS, LIMPA E SEM TERRA; (01-01-33081)	Kg	HB SUL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (3289)	real	0	10,8700	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JUIPIÁ

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 12/2017

Página: 5/14

Número do Registro de Preços: 10/2017 Data do Registro: 28/08/2017 Válido até: 28/08/2018

Objeto da Compra: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO, PARA DESTINAÇÃO AO CONSUMO DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, DESTE MUNICÍPIO, NA MERENDA ESCOLAR, CONFORME PROGRAMA FEDERAL PNAE E RECURSOS ORDINÁRIOS.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
19	CEBOLA DE 1ª QUALIDADE, SEM RÉSTIA, NOVA, TAMANHO MÉDIO, COM CASCA E SEM RUPTURA; (01-01-33082)	Kg	NOAL & TREVISOL LTDA - ME (2955)	REAL	0	10,8800	2
			ANA KELI DA ROSA MARMENTINI - ME (3384)	CANTU	0	10,9000	3
			ANA KELI DA ROSA MARMENTINI - ME (3384)	CANTU	0	2,7700	1
			NOAL & TREVISOL LTDA - ME (2955)	REAL	0	2,7800	2
			HB SUL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (3289)	real	0	2,7900	3
20	BISCOITO DOCE TIPO MARIA DE CHOCOLATE O PRODUTO DEVE APRESENTAR-SE INTEGRAL, COM SABOR E ODOR AGRADÁVEL, EMBALADOS EM PACOTES DE 370GATÉ 400 G. PRAZO DE VALIDADE: 12 MESES; DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO 30 DIAS; (01-01-33083)	Pct	ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - EPP (3398)	PRODASA	0	4,0000	1
			NOAL & TREVISOL LTDA - ME (2955)	ISABELA	0	4,0100	2
			HB SUL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (3289)	prodasa	0	4,0200	3
			ANA KELI DA ROSA MARMENTINI - ME (3384)	PRODAZA	0	4,1000	4
21	BISCOITO DOCE SORTIDO O PRODUTO DEVE APRESENTAR-SE INTEGRAL, COM SABOR E ODOR AGRADÁVEL, EMBALADOS EM PACOTES DE 370GATÉ 400 G. PRAZO DE VALIDADE: 12 MESES; DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO 30 DIAS; (01-01-33084)	Pct	HB SUL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (3289)	prodasa	0	3,9700	1
			ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - EPP (3398)	PRODASA	0	3,9900	2
			NOAL & TREVISOL LTDA - ME (2955)	CASAREDO	0	4,0400	3
			ANA KELI DA ROSA MARMENTINI - ME (3384)	PRODAZA	0	4,1000	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JUIPIÁ

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 12/2017

Página: 6/14

Número do Registro de Preços: 10/2017 Data do Registro: 28/08/2017 Válido até: 28/08/2018

Objeto da Compra: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO, PARA DESTINAÇÃO AO CONSUMO DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, DESTE MUNICÍPIO, NA MERENDA ESCOLAR, CONFORME PROGRAMA FEDERAL PNAE E RECURSOS ORDINÁRIOS.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
22	BISCOITO DOCE TIPO ROSQUINHA DE CÔCO CARACTERÍSTICAS: O PRODUTO DEVE APRESENTAR-SE INTEGRAL, COM SABOR E ODOR AGRADÁVEL. EMBALADOS EM PACOTES DE 330G, PRAZO DE VALIDADE: 12 MESES; DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO 30 DIAS; (01-01-33086)	Pct	ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - EPP (3398)	PRODASA	0	3,9500	1
			NOAL & TREVISOL LTDA - ME (2955)	CASAREDO	0	3,9800	2
			ANA KELI DA ROSA MARMENTINI - ME (3384)	PRODAZA	0	3,9900	3
			HB SUL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (3289)	prodasa	0	3,9900	4
23	BISCOITO DOCE TIPO ROSQUINHA DE CHOCOLATE CARACTERÍSTICAS: O PRODUTO DEVE APRESENTAR-SE INTEGRAL, COM SABOR E ODOR AGRADÁVEL. EMBALADOS EM PACOTES DE 330G, PRAZO DE VALIDADE: 12 MESES; DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO 30 DIAS; (01-01-33086)	Pct	HB SUL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (3289)	prodasa	0	3,9300	1
			NOAL & TREVISOL LTDA - ME (2955)	CASAREDO	0	3,9400	2
			ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - EPP (3398)	PRODASA	0	3,9500	3
			ANA KELI DA ROSA MARMENTINI - ME (3384)	PRODAZA	0	3,9900	4
24	BISCOITO SALGADO DE GERGELIM EMBALADOS EM PACOTES DE 400G. DEVE CONSTAR NA EMBALAGEM A DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE DENTRO DO LIMITE (01-01-33087)	Pct	ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - EPP (3398)	ISABELA	0	4,4000	1
			NOAL & TREVISOL LTDA - ME (2955)	ORQUIDEA	0	4,4100	2
			HB SUL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (3289)	prodasa	0	4,4500	3
			ANA KELI DA ROSA MARMENTINI - ME (3384)	PRODAZA	0	4,4500	4

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JUPIÁ**

Página: 7/14

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 12/2017

Número do Registro de Preços: 10/2017 Data do Registro: 28/08/2017 Válido até: 28/08/2018

Objeto da Compra: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO, PARA DESTINAÇÃO AO CONSUMO DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, DESTE MUNICÍPIO, NA MERENDA ESCOLAR, CONFORME PROGRAMA FEDERAL PNAE E RECURSOS ORDINÁRIOS.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
25	<p>25 AÇÚCAR CRISTAL BRANCO, FINO, ISENTO DE MATÉRIA TERROSA OU PARASITOS, PACOTE DE 5 KG, EMBALAGEM PLÁSTICA TRANSPARENTE E RESISTENTE, COM DATA DE VALIDADE DENTRO DO LIMITE; (01-01-33088)</p>	Pct	ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - EPP (3398)	CEDRO	0	11,3500	1
			HB SUL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (3289)	estrela	0	11,3800	2
			NOAL & TREVISOL LTDA - ME (2955)	ESTRELA	0	11,4400	3
			ANA KELI DA ROSA MARMENTINI - ME (3384)	DAJUDA	0	11,5000	4
26	<p>26 MARGARINA VEGETAL EMBALAGEM COM 500GR CADA, DE 1ª QUALIDADE; VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A CONTAR DA DATA DA ENTREGA; (01-01-33089)</p>	Und	ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - EPP (3398)	PRIME	0	2,9400	1
			NOAL & TREVISOL LTDA - ME (2955)	SOYA	0	2,9600	2
27	<p>27 LENTILHA TIPO 1, EMBALAGEM DE 500G, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, RÓTULO COM INGREDIENTES, VALOR NUTRICIONAL, PESO, FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A CONTAR DA DATA DA ENTREGA; (01-01-33090)</p>	Kg	NOAL & TREVISOL LTDA - ME (2955)	VALAR	0	6,9800	1
28	<p>28 MILHO ENLATADO (EM CONSERVA), ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 300 G, CONFECCIONADA EM LATA OU PAPEL, CONTENDO NO CORPO DA EMBALAGEM, INFORMAÇÕES DO FABRICANTE E DATA DE VENCIMENTO. NO CASO DE LATA, NÃO DEVEM ESTAR AMASSADAS, ENFERRUJADAS E ESTUFADAS, NÃO DEVEM CONTER PERFURAÇÕES. PRINCIPALMENTE NAS COSTURAS, NÃO DEVEM SOLTAR AR COM CHEIRO DE AZEDO OU PODRE QUANDO ABERTOS, NÃO DEVE APRESENTAR MANCHAS ESCURAS E FERRUGEM NA PARTE INTERNA. O PRODUTO DEVERÁ TER REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E/OU MINISTÉRIO DA SAÚDE; (01-01-33091)</p>	Und	ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - EPP (3398)	STELLADORO	0	1,8700	1
			NOAL & TREVISOL LTDA - ME (2955)	FUGINI	0	1,8900	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JUPIÁ

Página: 8/14

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 12/2017

Número do Registro de Preços: 10/2017 Data do Registro: 28/08/2017 Válido até: 28/08/2018

Objeto da Compra: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO, PARA DESTINAÇÃO AO CONSUMO DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, DESTE MUNICÍPIO, NA MERENDA ESCOLAR, CONFORME PROGRAMA FEDERAL PNAE E RECURSOS ORDINÁRIOS.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
29	ERVILHA ENLATADA (EM CONSERVA), ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 300G, CONFECCIONADA EM LATA OU PAPEL, CONTENDO NO CORPO DA EMBALAGEM INFORMAÇÕES DO FABRICANTE E DATA DE VENCIMENTO. NO CASO DE LATA, NÃO DEVEM ESTAR AMASSADAS, ENFERRUJADAS E ESTUFADAS. NÃO DEVEM CONTER PERFURAÇÕES. PRINCIPALMENTE NAS COSTURAS. NÃO DEVEM SOLTAR AR COM CHEIRO DE AZEDO OU PODRE QUANDO ABERTOS. NÃO DEVE APRESENTAR MANCHAS ESCURAS E FERRUGEM NA PARTE INTERNA. O PRODUTO DEVERÁ TER REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E/OU MINISTÉRIO DA SAÚDE (01-01-33092)	Und	ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - EPP (3398)	STELLARORC	0	1,7700	1
31	LINHAÇA DO TIPO MARROM, DE BOA QUALIDADE, PACOTES/INTEGROS COM 500G CADA, COM PRAZO DE VALIDADE DE NO MÍNIMO 06 MESES. COM REGISTRO NO ÓRGÃO COMPETENTE.; (01-01-33094)	Und	NOAL & TREVISOL LTDA - ME (2955)	FUGINI	0	1,7900	2
32	GRANOLA INTEGRAL TRADICIONAL E COM SABORES, DE BOA QUALIDADE, PACOTES/INTEGROS COM 500G CADA, COM PRAZO DE VALIDADE DE NO MÍNIMO 06 MESES. COM REGISTRO NO ÓRGÃO COMPETENTE.; (01-01-33095)	Und	NOAL & TREVISOL LTDA - ME (2955)	BONIELA	0	3,9900	1
33	MANUEIRÃO DESIDRATADO ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE POLIETILENO ATÓXICO TRANSPARENTE, CONTENDO APROXIMADAMENTE 30G, COM IDENTIFICAÇÃO NA EMBALAGEM (RÓTULO) DOS INGREDIENTES, PESO, FORNECEDOR, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE. ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS, LARVAS E MATERIAL ESTRANHO. VALIDADE MÍNIMA DE 06 (SEIS) MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA. (01-01-33096)	Und	NOAL & TREVISOL LTDA - ME (2955)	CHA DE MEL	0	9,0900	1
34	LOURO DESIDRATADO, DEVE SER CONSTITUÍDO DE FOLHAS SÃS, LIMPAS E SECAS, DEVE APRESENTAR COLORAÇÃO VERDE PARDACENTA, CHEIRO AROMÁTICO, ASPECTO E SABOR CARACTERÍSTICO. EMBALAGEM: ATÓXICA, DE 10 A 15 G. A ROTULAGEM DEVE ESTAR DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE. A VALIDADE NÃO PODERÁ SER INFERIOR A 12 MESES E DATA DE FABRICAÇÃO DE 30 DIAS ANTES DA ENTREGA; (01-01-33097)	Und	NOAL & TREVISOL LTDA - ME (2955)	APTI	0	1,9800	1
35	CAMOMILA DEVE SER CONSTITUÍDA DE CAPÍTULOS FLORAIS MOÍDOS, DE ESPÉCIES VEGETAIS GENUÍNAS, SÃOS, LIMPOS E DESSECADOS. EMBALAGEM DE 10 A 15 GRAMAS. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES (01-01-33098)	Und	ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - EPP (3398)	APTI	0	1,2200	1
			NOAL & TREVISOL LTDA - ME (2955)	APTI	0	1,2400	2

Página: 9/14

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JUPIÁ

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 12/2017

Número do Registro de Preços: 10/2017		Data do Registro: 28/08/2017		Válido até: 28/08/2018			
Objeto da Compra: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO, PARA DESTINAÇÃO AO CONSUMO DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, DESTE MUNICÍPIO, NA MERENDA ESCOLAR, CONFORME PROGRAMA FEDERAL PNAE E RECURSOS ORDINARIOS.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

36	ERVA-DOCE DEVE SER CONSTITUÍDA POR FRUTOS MADUROS, MOÍDOS, DE ESPÉCIMES VEGETAIS GENUÍDOS, SÃOS, LIMPOS E DESSECADOS. EMBALAGEM DE 10 A 15 GRAMAS, VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES., (01-01-33098)	Und	ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - EPP (3398)	APTI	0	1,2500	1
37	TEMPERO VERDE CONTENDO SALSA E CEBOLINHA, FOLHAS DE TAMANHO MÉDIO, TALO VERDE, INTEIRAS, COLORAÇÃO UNIFORME E SEM MANCHAS, FIRMES E BEM DESENVOLVIDAS, SEM FERIMENTOS OU DEFEITOS. (01-01-33100)	Und	NOAL & TREVISOL LTDA - ME (2955)	APTI	0	1,2900	2
38	COUVE FLOR UNIDADES DE TAMANHO MÉDIO, NOVA, LIMPA, INTEIRA, DE 1ª QUALIDADE, SEM MANCHAS (01-01-33101)	Und	ANA KELI DA ROSA MARMENTINI - ME (3384)	CANTU	0	2,4000	2
39	BRÓCOLIS DE BOA QUALIDADE, EMBALADOS EM SACOS PLÁSTICOS DE POLIETILENO TRANSPARENTE; (01-01-33102)	Und	NOAL & TREVISOL LTDA - ME (2955)	REAL	0	7,7700	2
40	CUCA EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 700G, COM RECHEIO DE GOIABADA E DOCE DE LEITE E COM FRUTAS; CADA ENTREGA COM FRUTAS DIFERENTES), COM FAROFA, MACIA; SEM LACTOSE, SEM PRESENÇA DE MATERIAS ESTRANHAS OU SUJIDADES, NAO DEVE SER EMBALADA QUENTE NEM APRESENTAR-SE TOSTADA EM EXCESSO. EMBALAGEM DE POLIETILENO ATÓXICO; (01-01-33103)	Kg	NOAL & TREVISOL LTDA - ME (2955)	PROGRESSO	0	10,8600	1
41	REPOLHO VERDE, DE 1ª QUALIDADE, LIMPO E NOVO; (01-01-33104)	Kg	ANA KELI DA ROSA MARMENTINI - ME (3384)	KI DELICIA	0	10,8700	2
			ANA KELI DA ROSA MARMENTINI - ME (3384)	CANTU	0	1,7800	1
			NOAL & TREVISOL LTDA - ME (2955)	REAL	0	1,7900	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JUIPIÁ

Página: 10/14

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 12/2017

Número do Registro de Preços: 10/2017		Data do Registro: 28/08/2017		Válido até: 28/08/2018			
Objeto da Compra: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO, PARA DESTINAÇÃO AO CONSUMO DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, DESTE MUNICÍPIO, NA MERENDA ESCOLAR, CONFORME PROGRAMA FEDERAL PNAE E RECURSOS ORDINARIOS.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

42	REPOLHO ROXO, DE 1º QUALIDADE, LIMPO E NOVO; (01-01-33105)	Kg	ANA KELI DA ROSA MARMENTINI - ME (3384)	CANTU	0	8,6500	1
43	COCO RALADO PRODUTO ALIMENTÍCIO DESIDRATADO CONTENDO ENTRE OS INGREDIENTES: POLPA DE COCO DESIDRATADA E PARCIALMENTE DESENGORDURADA DEVE APRESENTAR COR, CHEIRO E SABOR CARACTERÍSTICO. AUSENTE DE SUJIDADES, PARASITAS; EMBALAGEM: PLÁSTICA, ÍNTEGRA, ÁTOXICA, CONTENDO 100G DO PRODUTO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO 12 MESES A CONTAR A PARTIR DA DATA DE ENTREGA; (01-01-33106)	Und	NOAL & TREVISOL LTDA - ME (2955)	REAL	0	8,6700	2
43	COCO RALADO PRODUTO ALIMENTÍCIO DESIDRATADO CONTENDO ENTRE OS INGREDIENTES: POLPA DE COCO DESIDRATADA E PARCIALMENTE DESENGORDURADA DEVE APRESENTAR COR, CHEIRO E SABOR CARACTERÍSTICO. AUSENTE DE SUJIDADES, PARASITAS; EMBALAGEM: PLÁSTICA, ÍNTEGRA, ÁTOXICA, CONTENDO 100G DO PRODUTO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO 12 MESES A CONTAR A PARTIR DA DATA DE ENTREGA; (01-01-33106)	Und	ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - EPP (3398)	APTI	0	3,9500	1
44	LARANJA DO TIPO PÊRA, CASCA DE COR ALARANJADA, ODO AGRADÁVEL, IN NATURA, DE PRIMEIRA QUALIDADE, TAMANHO MÉDIO, AROMA E SABOR DA ESPÉCIE, UNIFORMES, COM AUSÊNCIA DE FERIMENTOS OU DEFEITOS, SUJIDADES, PARASITOS E LARVAS; (01-01-33107)	Kg	NOAL & TREVISOL LTDA - ME (2955)	VALAR	0	3,9800	2
44	LARANJA DO TIPO PÊRA, CASCA DE COR ALARANJADA, ODO AGRADÁVEL, IN NATURA, DE PRIMEIRA QUALIDADE, TAMANHO MÉDIO, AROMA E SABOR DA ESPÉCIE, UNIFORMES, COM AUSÊNCIA DE FERIMENTOS OU DEFEITOS, SUJIDADES, PARASITOS E LARVAS; (01-01-33107)	Kg	HB SUL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (3289)	real	0	5,2400	1
45	ALFACE DOS TIPOS LISA E CRESPA, FRESCA, EM PÉ BEM DESENVOLVIDO, LIVRES DE FERIMENTOS OU DEFEITOS, NÃO ESTANDO DANIFICADAS POR QUALQUER LESÃO DE ORIGEM FÍSICA OU MECÂNICA QUE AFETE A SUA APARÊNCIA, COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITOS E LARVAS; (01-01-33110)	Und	ANA KELI DA ROSA MARMENTINI - ME (3384)	CANTU	0	2,7500	1
45	ALFACE DOS TIPOS LISA E CRESPA, FRESCA, EM PÉ BEM DESENVOLVIDO, LIVRES DE FERIMENTOS OU DEFEITOS, NÃO ESTANDO DANIFICADAS POR QUALQUER LESÃO DE ORIGEM FÍSICA OU MECÂNICA QUE AFETE A SUA APARÊNCIA, COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITOS E LARVAS; (01-01-33110)	Und	NOAL & TREVISOL LTDA - ME (2955)	REAL	0	5,4200	3
46	COUVE MANTEIGA EM FOLHA, MAÇOS DE TAMANHO MÉDIO, DE 1ª QUALIDADE E ÍNTEGRO; (01-01-33111)	Und	ANA KELI DA ROSA MARMENTINI - ME (3384)	CANTU	0	3,7800	1
46	COUVE MANTEIGA EM FOLHA, MAÇOS DE TAMANHO MÉDIO, DE 1ª QUALIDADE E ÍNTEGRO; (01-01-33111)	Und	NOAL & TREVISOL LTDA - ME (2955)	J.B	0	2,7700	2
46	COUVE MANTEIGA EM FOLHA, MAÇOS DE TAMANHO MÉDIO, DE 1ª QUALIDADE E ÍNTEGRO; (01-01-33111)	Und	NOAL & TREVISOL LTDA - ME (2955)	J.B	0	3,7900	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JUIPIÁ

Página: 11/14

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 12/2017

Número do Registro de Preços: 10/2017		Data do Registro: 28/08/2017		Válido até: 28/08/2018			
Objeto da Compra: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO, PARA DESTINAÇÃO AO CONSUMO DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, DESTE MUNICÍPIO, NA MERENDA ESCOLAR, CONFORME PROGRAMA FEDERAL PNAE E RECURSOS ORDINARIOS.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

47	PEPINO UNIDADES INTEGRAS, FRESCAS E LIMPAS, SEM RACHADURAS E PERFURAÇÕES; (01-01-33112)	Kg	ANA KELI DA ROSA MARMENTINI - ME (3384)	CANTU	0	3,7000	1
			NOAL & TREVISOL LTDA - ME (2955)	REAL	0	3,7900	2
			HB SUL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (3289)	real	0	3,8000	3
48	RÚCULA AS FOLHAS DEVEM ESTAR COM ASPECTO DE PRODUTO FRESCO OU SEJA, BRILHANTES, FIRMES, SEM ÁREAS ESCURAS E SEM FOLHAS MURCHAS; (01-01-33113)	Und	NOAL & TREVISOL LTDA - ME (2955)	J.B	0	3,6200	1
			ANA KELI DA ROSA MARMENTINI - ME (3384)	CANTU	0	3,6300	2
49	AGRIÃO EM MAÇOS DE 1ª QUALIDADE, COM FOLHAS SÁS, SEM RUPTURAS (01-01-33114)	Und	ANA KELI DA ROSA MARMENTINI - ME (3384)	CANTU	0	3,8500	1
			NOAL & TREVISOL LTDA - ME (2955)	J.B	0	3,8700	2
50	ABÓBORA (TIPO CABOTIÁ) CARACTERÍSTICAS: CASCA CORIÁCEA COM AS PAREDES ESPESSAS E DE COR LARANJEADA (01-01-33115)	Und	ANA KELI DA ROSA MARMENTINI - ME (3384)	CANTU	0	1,8500	1
			NOAL & TREVISOL LTDA - ME (2955)	REAL	0	1,8700	2
51	MILHO VERDE ESPIGAS DE BOA QUALIDADE, DESPROVIDO DE PALHA, GRÃOS MACIOS, TAMANHO MÉDIO, SEM RUPTURAS, DEVEM ESTAR LIMPOS; (01-01-33116)	Und	NOAL & TREVISOL LTDA - ME (2955)	REAL	0	0,4900	1
52	CHUCHU DE TAMANHO MÉDIO, NOVO, INTEIRO, DE 1ª QUALIDADE, LIMPOS LIVRE DE BROTO, COLORAÇÃO PRÓPRIA; (01-01-33117)	Kg	ANA KELI DA ROSA MARMENTINI - ME (3384)	CANTU	0	4,8500	1
			NOAL & TREVISOL LTDA - ME (2955)	REAL	0	4,8700	2
53	PALITO SALGADO ASSADO OU EM FORMA DE JOELINHOS, ISENTO DE IMPUREZAS E CORPOS ESTRANHOS, DEVE APRESENTAR ASPECTO CROCANTE, SER PRODUZIDO NO DIA ANTERIOR AO CONSUMO; (01-01-33118)	Kg	NOAL & TREVISOL LTDA - ME (2955)	PROGRESSO	0	20,8400	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE JUPIÁ

Página: 12/14

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 12/2017

Número do Registro de Preços: 10/2017		Data do Registro: 28/08/2017		Válido até: 28/08/2018			
Objeto da Compra: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO, PARA DESTINAÇÃO AO CONSUMO DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, DESTE MUNICÍPIO, NA MERENDA ESCOLAR, CONFORME PROGRAMA FEDERAL PNAE E RECURSOS ORDINÁRIOS.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
54	PÃO DE MILHO EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 500G. FATIADO, FRESCO, MACIO, SEM PRESENÇA DE SUJIDADES, FEITO NO DIA DA ENTREGA, NÃO DEVE SER EMBALADO QUENTE, EMBALAGEM PLÁSTICA ATOXICA, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, ROTULO COM INGREDIENTES, VALOR NUTRICIONAL, PESO, FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE; (01-01-33119)	Kg	ANA KELI DA ROSA MARMENTINI - ME (3384)	KI DELICIA	0	20,8500	2
			NOAL & TREVISOL LTDA - ME (2955)	PROGRESSO	0	10,7400	1
			ANA KELI DA ROSA MARMENTINI - ME (3384)	KI DELICIA	0	10,7500	2
55	PÃO DE FORMA (PARA SANDUÍCHE), EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 500G, FATIADO, FRESCO, MACIO, SEM PRESENÇA DE SUJIDADES, FEITO NO DIA DA ENTREGA, NÃO DEVE SER EMBALADO QUENTE, EMBALAGEM PLÁSTICA ATOXICA, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, ROTULO COM INGREDIENTES, VALOR NUTRICIONAL, PESO, FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE; (01-01-33120)	Und	ANA KELI DA ROSA MARMENTINI - ME (3384)	KI DELICIA	0	7,2000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JUPIÁ**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 12/2017

Página: 13/14

Número do Registro de Preços: 10/2017 Data do Registro: 28/08/2017 Válido até: 28/08/2018

Objeto da Compra: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO, PARA DESTINAÇÃO AO CONSUMO DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, DESTE MUNICÍPIO, NA MERENDA ESCOLAR, CONFORME PROGRAMA FEDERAL PNAE E RECURSOS ORDINÁRIOS.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

NOAL & TREVISOL LTDA - ME (2955)

DI PAES

0

7,2500

2

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE JUPIA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 12/2017

Página: 14/14

Número do Registro de Preços: 10/2017		Data do Registro: 28/08/2017		Válido até: 28/08/2018			
Objeto da Compra: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO, PARA DESTINAÇÃO AO CONSUMO DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, DESTE MUNICÍPIO, NA MERENDA ESCOLAR, CONFORME PROGRAMA FEDERAL PNAE E RECURSOS ORDINÁRIOS.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2017
PROCESSO Nº 34/2017

- (2955) - NOAL & TREVISOL LTDA - ME
- (3289) - HB SUL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME
- (3384) - ANA KELI DA ROSA MARMENTINI - ME
- (3398) - ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - EPP

Jupia, 28 de Agosto de 2017.

DEISE LUCIA NOAL RIBEIRO
EQUIPE DE APOIO

JUARES LUSSANI
Pregoeiro(a)

Lages

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO 190/2017 - LUIS FERNANDO - PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: CONTRATO N.º190/2017 – PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: LUIS FERNANDO PADILHA, inscrita no CNPJ sob nº 27.481.900/0001-54, estabelecida à Rua Olimpio Salles de Oliveira, nº 86, bairro Ferrovia, Lages/SC.

Resolvem celebrar este Contrato, em conformidade com o parecer jurídico nº 856/2017, decorrente do Processo Licitatório nº 168/2017, correlato ao Pregão Presencial nº 63/2017, aberto em 18/08/2017 e homologado em 24/08/2017.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Contratação de Empresa Especializada em Serviços de Transportes, para traslado das comissões de arbitragem, comissão de premiação, comissão organizadora e equipes de apoio durante a realização dos 57º Jogos Abertos de Santa Catarina, que acontecerão de 03 a 11 de novembro de 2017.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 Do Início, contar-se-á a partir de 03/11/2017;

2.2 Da Execução, do dia 03/11/2017 a 11/11/2017;

2.3 Da Entrega(s), conforme solicitação da Comissão Central Organizadora – C.C.O;

2.4 Do Contrato, o prazo de duração fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2017. A sua validade contar-se-á da data da sua assinatura até 31/12/2017.

CLAUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

3.1 O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 129.756,00 (cento e vinte e nove mil e setecentos e cinquenta e seis reais).

Lages, 24 de agosto de 2017

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 191/2017 - GILMAR SANI - ME - PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: CONTRATO N.º 191/2017 – PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: GILMAR SANI - ME, inscrita no CNPJ sob nº 14.588.459/0001-62, estabelecida à Rua Anitápolis, nº 135, bairro Centro, CEP 88450-000, Alfredo Wagner/SC.

Resolvem celebrar este Contrato, em conformidade com o parecer jurídico nº 797/2017, decorrente do Processo Licitatório nº 164/2017, correlato ao Pregão Presencial nº 62/2017, aberto em 03/08/2017 e homologado em 24/08/2017.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Aquisição de Mobiliário para a Procuradoria Geral do Município e Setor de Execução Fiscal.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, da data da assinatura do Contrato até 31/12/2017;

2.2 De Execução, da data da assinatura do presente Contrato até 31/12/2017;

2.3 De Entrega, em até 10 (dez) dias, contados da data da

Solicitação, na Av. Belizário Ramos, nº 3800, sala 53, 5º andar, Centro, Lages/SC.

2.4 Do Contrato, A sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura.

CLAUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 8.204,00 (oito mil e duzentos e quatro reais).

Lages, 24 de agosto de 2017

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 192/2017 - JHONATAN BAGATOLI - ME - PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: CONTRATO N.º 192/2017 – PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: JHONATAN BAGATOLI - ME, inscrita no CNPJ sob nº 22.992.632/0001-11, estabelecida à Av. Juscelino K de Oliveira, nº 117, sala 02, Seminário, CEP 89190-000, Taió/SC.

Resolvem celebrar este Contrato, em conformidade com o parecer jurídico nº 797/2017, decorrente do Processo Licitatório nº 164/2017, correlato ao Pregão Presencial nº 62/2017, aberto em 03/08/2017 e homologado em 24/08/2017.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Aquisição de Mobiliário para a Procuradoria Geral do Município e Setor de Execução Fiscal.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, da data da assinatura do Contrato até 31/12/2017;

2.2 De Execução, da data da assinatura do presente Contrato até 31/12/2017;

2.3 De Entrega, em até 10 (dez) dias, contados da data da Solicitação, na Av. Belizário Ramos, nº 3800, sala 53, 5º andar, Centro, Lages/SC.

2.4 Do Contrato, A sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura.

CLAUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 4.430,00 (quatro mil e quatrocentos e trinta reais).

Lages, 24 de agosto de 2017

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

PP 80/2017 PML, PP 81/2017 PML

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Pregão Presencial 80/2017 PML

Objeto: Registro de Preços para Locação de Estruturas (tendas, estandes e banheiros químicos) para Feira de Artesanato e Natal Felicidade 2017.

Tipo: Pelo Menor Preço Por Lote

Abertura: 14/09/2017 às 13:30

Valor Estimado: R\$ 202.325,50 (duzentos e dois mil, trezentos e vinte e cinco reais e cinquenta centavos).

Modalidade: Pregão Presencial 81/2017 PML

Objeto: Locação de Imóvel para Instalação do Centro Administrativo e Atendimento ao Público para Secretaria de Agricultura do Município de Lages.

Tipo: Pelo Menor Preço Mensal

Abertura: 19/09/2017 às 09:00

Valor Estimado: R\$ 4.288,00 (quatro mil duzentos e oitenta e oito reais).

Os Editais serão disponibilizados no site www.lages.sc.gov.br, sem ônus, ou no Setor de Licitações, ao custo de R\$ 10,00.

Lages, 29 de agosto de 2017.

Antônio César Alves de Arruda

Secretário de Administração e Fazenda

Laguna

PREFEITURA

DECRETO Nº. 4.906/2017

DECRETO Nº 4.905/2017, de 28 de agosto de 2017.

“DECLARA LUTO OFICIAL NO MUNICÍPIO EM VIRTUDE DO FALECIMENTO DE RONALDO SIQUEIRA KFOURI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Mauro Vargas Candemil, no uso das atribuições legais a si conferidas no artigo 68, incisos III e XXV, da Lei Orgânica do Município de Laguna

CONSIDERANDO o falecimento na data de hoje de Ronaldo Siqueira Kfourir;

CONSIDERANDO a relevância dos trabalhos desenvolvidos na vida pública como vereador e Presidente da Câmara Municipal e a importância de sua carismática presença para a população Lagunense;

CONSIDERANDO o desejo da população Lagunense, em prestar-lhe justa e última homenagem;

DECRETA

Art. 1º Fica declarado luto oficial no Município de Laguna, por 03 (três) dias, a partir desta data, em virtude do falecimento de Ronaldo Siqueira Kfourir, ocorrido no dia de hoje.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Mauro Vargas Candemil
Prefeito Municipal

Lauro Muller

PREFEITURA

ATA DE LICITAÇÃO DESERTA PREGÃO PRESENCIAL Nº. 118/PMLM/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE LAURO MULLER

ATA DE LICITAÇÃO DESERTA PREGÃO PRESENCIAL Nº. 118/PMLM/2017

A presente licitação tem por objetivo a contratação de empresas do ramo pertinente para prestação de serviços de medicina do trabalho para atendimento das demandas da municipalidade, conforme termo de referência e condições fixadas no edital e seus anexos. Todavia, nenhuma empresa compareceu no dia e hora marcada. Tornando-a deserta. Determina-se lançamento de novo certame.

Lauro Muller, 28 de agosto de 2017.

Genivaldo da Silva

Pregoeiro

DECRETO Nº 131/2017

DECRETO Nº 131/2017.

CONVOCA CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO REALIZADO PELO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a homologação do resultado final do Concurso Público e Processo Seletivo nº 001, 002, 03 e 004, publicado no dia 08 de Junho de 2016 no Diário Oficial dos Municípios;

CONSIDERANDO a necessidade do provimento dos Cargos Públicos Efetivos;

CONSIDERANDO que o ente público dispõe do prazo de 02 (dois) anos para convocação dos candidatos aprovados no certame,

DECRETA:

Art. 1º - Fica CONVOCADO o candidato aprovado no Concurso Público – Edital nº 001/2016, citado abaixo, para comparecer pessoalmente ou por procurador, munido do instrumento de Procuração Pública no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, localizado na Rua Walter Veterlly, nº 239 – Centro, Lauro Müller/SC, a partir da data da publicação pelo período de até 30 (trinta) dias, no horário de 08h00min às 12h00min e das 13h00min às 17h00min:

· Cargo: Técnico em Radiologia
- RODRIGO BOEIRA DE OLIVEIRA

Art. 2º - O candidato que não comparecer no dia, hora e local de acordo com a presente convocação, será reclassificados como último candidato da relação homologada dos candidatos classificados, sendo que o candidato será convocado somente por 2 (duas) oportunidades.

Art. 3º - Após a apresentação de toda a documentação, o candidato considerado apto será nomeado e empossado no cargo respectivo através de Portaria, devendo o servidor empossado no cargo público entrar em efetivo exercício na data da nomeação.

Art. 4º - Se o candidato não tomar posse no cargo, a Portaria de Nomeação será revogada, ficando caracterizada a desistência do candidato.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 28 DE AGOSTO DE 2017.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO

Sec. Administração, Fina. e Planej.

REABERTURA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 118/PMLM/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE LAURO MULLER

AVISO DE LICITAÇÃO

REABERTURA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 118/PMLM/2017

Data e horário da sessão de abertura: 13/09/2017 às 09h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Lauro Muller/SC, situado na Rua Valter Veterlly, 369, Centro, do Município de Lauro Muller - SC.

Objeto: A presente licitação tem por objetivo a contratação de empresas do ramo pertinente para prestação de serviços de medicina do trabalho para atendimento das demandas da municipalidade, conforme termo de referência e condições fixadas no edital e seus anexos.

Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras e Licitações de Lauro Muller, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 horas, ou pelos telefones (***48) 3464.3122), ou através do endereço eletrônico compraslicitacaopmlm@gmail.com e disponível no site: www.lauromuller.sc.gov.br.

Lauro Muller, 28 de agosto de 2017.

Genivaldo da Silva

Pregoeiro

RETIFICAÇÃO E PRORROGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 124/PMLM/2017- TERMO DE REFERENCIAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE LAURO MULLER

AVISO DE LICITAÇÃO

RETIFICAÇÃO E PRORROGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 124/PMLM/2017- TERMO DE REFERENCIAS

Data e horário da sessão de abertura: 12/09/2017 às 11h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Lauro Muller/SC, situado na Rua Valter Veterlly, 369, Centro, do Município de Lauro Muller - SC.

Objeto: A presente licitação tem por objetivo a contratação de empresa do ramo pertinente para aquisição de uma colhedora de forragens para a Secretaria de Agricultura do município de Lauro Muller, conforme condições fixadas no termo de referencia em anexo.

Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras e Licitações de Lauro Muller, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 horas, ou pelos telefones (**48) 3464.3122), ou através do endereço eletrônico compraslicitacaopmlm@gmail.com e disponível no site: www.lauromuller.sc.gov.br.

Lauro Muller, 28 de agosto de 2017.

Genivaldo da Silva

Pregoeiro

Lebon Régis

PREFEITURA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 26/2017

Edital de Convocação n. 26/2017

O Prefeito Municipal de Lebon Régis no uso de suas atribuições legais CONVOCA o(s) candidato(s) aprovado(s) no Concurso Público n. 001/2016, abaixo relacionados, para apresentar-se perante o Departamento de Pessoal da Prefeitura Municipal, localizado na Rua Arthur Barth, n. 300, centro, Lebon Régis/SC, no horário compreendido entre 08h00min e 17h00min, até o dia 04/09/2017, munido(s) da documentação exigida para nomeação no cargo público ao qual foi aprovado.

Nome	Cargo	Classificação
Francieli Fernandes da Silva	Agente Saúde -N. Sra de Lourdes	2º

A não apresentação do candidato no prazo mencionado implica renúncia ao direito de nomeação.

Lebon Régis (SC), 25 de agosto de 2017.

Douglas Fernando de Mello

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS /SC HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇO Nº TP04/2017 PROCESSO Nº 40/2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS /SC

HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

Tomada de Preço Nº TP04/2017 PROCESSO Nº 40/2017.

OBJETO: LOCAÇÃO DE IMÓVEL, QUE SERÁ DESTINADO PARA O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS, PARA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E IDOSOS, USUÁRIOS DO SUAS. CONFORME DESCRITIVO DO ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA. Data de Homologação: 28/08/2017 - LICITANTE HOMOLOGADO: AÇÃO SOCIAL DO CONTESTADO-ASC - CNPJ: 24.249.850/0001-96, sendo o valor de R\$ 937,00, (novecentos e trinta e sete reais), por mês, perfazendo um total de 12 meses de R\$ 11.244,00. Lebon Régis, 28/08/2017 - Douglas Fernando de Mello - Prefeito Municipal

Leoberto Leal

PREFEITURA

CONTRATO Nº 036/2017 - PMLL

CONTRATO Nº 036/2017

Contrato de aquisição de peças com mão de obra para o conserto da transmissão, embuchamento da lança e do sistema hidráulico da Retro Escavadeira, marca CASE, modelo 580M 4x4, ano 2007, pertencente a Frota da Secretaria Municipal da Agropecuária e Meio Ambiente.

O MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL - SC, pessoa jurídica de direito público, sito na Rua Mainolvo Lehmkühl, nº 20, Bairro Centro, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob o nº 82.924.390/0001-50, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Senhor Vitor Norberto Alves, a seguir denominado CONTRATANTE, e a Empresa HIDRAUSERV COMÉRCIO DE PEÇAS E EQUIPAMENTOS LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, com sede à Rua João Duarte Raimundo, nº 56, Bairro Caminho Novo, Município de Palhoça, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº 97.469.621/0001-50, neste ato representada pelo Senhor José Luiz Cavichioli, a seguir denominada CONTRATADA, acordam e ajustam firmar o presente CONTRATO, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e legislações pertinentes, assim como pelas condições no Edital de Dispensa de Licitação nº 005/2017, ajustam o presente CONTRATO DE COMPRA, na forma das cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO – A aquisição de peças com mão de obra para o conserto da transmissão, embuchamento da lança e do sistema hidráulico da Retro Escavadeira, marca CASE, modelo 580M 4x4, ano 2007, pertencente a Frota da Secretaria Municipal da Agropecuária e Meio Ambiente.

§ 1º - Este contrato não inclui qualquer outro tipo de material e serviços, que não sejam os previstos no Caput da Cláusula Primeira.

§ 2º - Materiais e serviços, que o MUNICÍPIO tenha interesse junto a CONTRATADA, deverão ser acordados entre ambas as partes, fora dos termos aqui estipulados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO – Fica através deste instrumento pactuado que o objeto deste contrato será executado até 29/09/2017, conforme necessidade da Administração Pública, que se manifestará através de Autorização de Fornecimento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E PAGAMENTO – Pelo objeto deste contrato, será pago a CONTRATADA, o valor de R\$ R\$ 26.562,34 (vinte e seis mil quinhentos e sessenta e dois reais e trinta e quatro centavos). Deve-se, ainda, observar o seguinte:

I - O Pagamento será procedido diretamente ao representante legal da CONTRATADA, em até 30 (trinta) dias após a referida entrega do material e prestação de serviços, mediante a apresentação de Nota Fiscal, em via original, devidamente preenchida, descrevendo todos os materiais e serviços prestados.

II – As faturas que apresentem incorreções, serão devolvidas ao emitente e seu vencimento ocorrerá em até 05 (cinco) dias após a data de sua reapresentação.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES - Ambas as partes, por conta deste instrumento, contraem obrigações as quais não cumpridas, importarão na rescisão pleno jure do presente pacto, a saber:

I – A CONTRATADA, nesta relação contratual, se obriga a:

- 1) Disponibilizar os materiais e serviços ao fiel cumprimento do objeto proposto neste Contrato;
- 2) Entregar os materiais e prestar os serviços com zelo e esmero, dentro das normas e condições aqui prescritas.
- 3) Prestar assistência técnica especializada quando solicitado no prazo regulamentar desta.
- 4) Entregar o material e executar os serviços em até 15 (quinze) dias após o recebimento da Autorização de Fornecimento.

II – O MUNICÍPIO, nesta relação contratual, se obriga a:

- 1) Fiscalizar e acompanhar o recebimento do material e a prestação de serviços;
- 2) Realizar com pontualidade os pagamentos em conformidade com o descrito na Cláusula Terceira deste contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO – Haverá rescisão contratual, de pleno jure, se qualquer das cláusulas aqui pactuadas for inobservadas ou desobedecidas, devendo a parte culpada ressarcir os prejuízos causados.

PARÁGRAFO ÚNICO - O presente contrato poderá ser rescindido unilateralmente pelo MUNICÍPIO, ou bilateralmente pelas partes desde que seja de comum acordo, e por escrito.

CLÁUSULA SEXTA – DA MULTA – Estipular-se-á multa equivalente 10% (dez por cento) do valor deste Contrato na qual incorrerá a parte que infringir qualquer das cláusulas contratuais, devida sempre por inteiro, seja qual for o tempo decorrido, ressalvado à parte inocente o direito de considerar simultaneamente rescindido o presente, independentemente de qualquer aviso ou notificação judicial ou extrajudicial.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE - O valor estabelecido na Cláusula Terceira, não sofrerá reajuste até o término de vigência deste instrumento de contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DA HABILITAÇÃO – A CONTRATADA declara estar devidamente autorizado a fornecer os materiais e prestar os serviços aqui avençados, rigorosamente regular quanto ao seu funcionamento junto a todos os órgãos competentes, tais como: Caixa Econômica Federal no que toca ao FGTS, Fazenda Municipal, Fazenda Estadual e Fazenda Federal, Falência, Concordata e Recuperação Judicial, bem como a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

CLÁUSULA NONA – DO FORO – Fica eleito o Foro da Comarca de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, como o competente para dirimir questões decorrentes do cumprimento deste Instrumento de Contrato, renunciando, ambas as partes, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS - Aplicam-se à execução deste Contrato de Fornecimento de Materiais e prestação de serviços, e aos casos omissos, as disposições normativas da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93, os preceitos de Direito Administrativo Público, os Princípios da Teoria Geral dos Contratos e, no que couber, as disposições de Direito Privado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – O presente Contrato obriga as partes, por si, seus herdeiros ou sucessores, o qual se firma em 02 (duas) vias de mesmo teor para que surta seus legais efeitos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – PUBLICAÇÃO. Este contrato entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 23 de agosto de 2017.

VITOR NORBERTO ALVES Prefeito Municipal Contratante	HIDRAUSERV COMÉRCIO DE PEÇAS E EQUIPAMENTOS LTDA ME José Luiz Cavichioli Contratada
-----------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------

Testemunhas:

MAYARA CARLA GUCHERT CPF/MF nº 059.319.499-33	JAQUELINE R. GUCHERT HOFFMANN CPF/MF nº 005.166.179-90
--------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------

CONTRATO Nº 037/2017 - PMLL

CONTRATO Nº 037/2017

O MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL, pessoa jurídica de Direito Público Interno, com sede na Rua Mainolvo Lehmkuhl, 20 – Centro, Leoberto Leal/SC, CEP: 88.445-000, inscrita no CNPJ/MF sob nº 82.924.390/0001-50, doravante denominada CONTRATANTE, representada neste ato por seu Prefeito Municipal, o Sr. Vitor Norbeto Alves e de outro lado, o CENTRO DE INFORMÁTICA E AUTOMAÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S/A - CIASC com sede na rua Murilo Andriani, n. 327, Itacorubi, Florianópolis/SC, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 83.043.745/0001-65, doravante designado simplesmente CONTRATADO, representado neste ato por seu Presidente, o Sr. Ivan Cesar Ranzolin, inscrito no CPF nº 133.933.839-49, por seu Vice-presidente de Tecnologia, o Sr. Luiz Antônio da Costa Silva inscrito no CPF nº 387.057.459-34 e por seu Vice-presidente Administrativo e Financeiro, o Sr. Duílio Gehrke, inscrito no CPF nº 486.265.979-91, acordam, entre si, o presente contrato, visando à prestação de serviços de tecnologia da informação e comunicação conforme cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. - O CONTRATADO prestará à CONTRATANTE:

1.1.1. - os serviços técnicos de informática através da Cessão de Direito de Uso do Sistema DetranNet, módulo Fiscalização, desenvolvido e instalado no ambiente DATACENTER do CIASC. Relativos ao acesso/cessão de informação do banco de dados do DETRAN/SC para a inserção e atualização das multas de trânsito de competência administrativa da CONTRATANTE, conforme detalhado no ANEXO I, parte integrante do presente instrumento;

1.1.2. - por meio da Empresa de Correios e Telégrafos – ECT, os Serviços Terceirizados de Postagem incluídos os serviços de AR – DIGITAL e;

1.1.3. - os Serviços de emissão de pareceres exarados nas apreciações de Defesa de Autuação, Indicação de Condutor, Recurso a Junta Administrativa de Recursos de Infração – JARI e Conselho Estadual de Trânsito – CETRAN.

Parágrafo Primeiro - O detalhamento dos serviços e o regime de sua execução constam das Especificações dos Serviços - Anexo I, parte integrante do presente Instrumento;

Parágrafo Segundo: Entende-se por Serviços de Postagem: Enviar à Empresa de Correios e Telégrafos as notificações emitidas;

Parágrafo Terceiro: Entende-se por AR – DIGITAL: A prestação, pela ECT, do serviço especial de AR DIGITAL, caracterizado pela recepção, triagem, processamento da informação, digitação, digitalização, geração de imagens com a indexação dos dados para consulta, armazenamento das imagens e dados em mídia eletrônica, controle informatizado por meio do Sistema Eletrônico de Gerenciamento de Dados - SGD, armazenamento lógico de documentos denominados Avisos de Recebimento Digitais – ARs DIGITAIS, conforme modelos fornecidos pela ECT;

Parágrafo Quarto: Entende-se por Serviços de Emissão de Pareceres exarados nas apreciações de Defesa de Autuação, Indicação de Condutor, Recurso a Junta Administrativa de Recursos de Infração – JARI e Conselho Estadual de Trânsito – CETRAN: a impressão de documentos que descrevem as decisões dos Pareceres exarados nas apreciações de Defesa de Autuação, Indicação de Condutor, Recurso a Junta Administrativa de Recursos de Infração – JARI e Conselho Estadual de Trânsito – CETRAN; consistindo, ainda os serviços, na captura das informações enviadas pela CONTRATANTE, sua formatação e impressão em formulário(s) próprio(s), seu acondicionamento e entrega na sede da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (EBCT), em Florianópolis; esses serviços excepcionalmente não terão custo para a

CONTRATANTE.**CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES****2.1. DO CONTRATADO**

- 2.1.1. Executar os serviços ou sistemas descritos conforme a Cláusula Primeira - Do Objeto, e em casos especiais os serviços a serem descritos através de aditivos ao presente Contrato, bem como fiscalizar os demais serviços a serem prestados pela ECT;
- 2.1.2. Apresentar faturas e demonstrativos que permitam identificar os serviços de sua competência, em quantidade e preços, se for o caso;
- 2.1.3. Garantir a adoção de medidas de sigilo e segurança sobre o conjunto de informações;
- 2.1.4. Manter disponíveis os sistemas aplicativos 24 (vinte e quatro) horas por dia, todos os dias da semana, durante todo o ano, exceto nos horários destinados a "back up" e manutenção de sistemas e equipamentos, quando por solicitação expressa da Secretária de Estado da Segurança, por meio do DETRAN/SC.

2.2. DA CONTRATANTE

- 2.2.1. Manter convênio com o Estado de Santa Catarina, por meio da Secretaria de Estado da Segurança Pública, ou por órgão por essa designada, para a utilização dos dados cadastrais de veículos, para fins de notificação da autuação e notificação de imposição de penalidades e de arrecadação de multas nas áreas de sua competência, quando necessário e, neste caso, enviar cópia ao CONTRATADO;
- 2.2.2. Quando se responsabilizar pela postagem das notificações emitidas pelo sistema CONTRATADO, informando ao CONTRATADO o número do Contrato mantido com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – EBCT;
- 2.2.3. Efetuar controle sobre os serviços concluídos ou recebidos, rejeitando os que não atendam às condições especificadas nos projetos, até 05 (cinco) dias após o recebimento dos mesmos;
- 2.2.4. Assegurar a propriedade, o sigilo e a integridade sobre os programas e dados, objetos deste contrato, caso sejam fornecidos pelo Contratado ao Contratante; devolvendo-os, na ocorrência de término ou rescisão do presente Contrato, caso existente;
- 2.2.5. Zelar pelos equipamentos e programas objeto deste Contrato, responsabilizando-se pela cobertura securitária dos mesmos, se for o caso;
- 2.2.6. Disponibilizar a infra-estrutura adequada para operacionalizar os serviços objeto do presente Contrato;
- 2.2.7. É de responsabilidade da CONTRATANTE a digitação e/ou à alimentação de dados ao Sistema;
- 2.2.8. Informar formalmente, com cópia da carteira de identificação, a autoridade de trânsito e os servidores que terão acesso ao sistema, bem como definir e identificar oficialmente as opções de acesso a que cada servidor será responsável; no caso da autoridade de trânsito anexar o ato administrativo de nomeação;
- 2.2.10. É da responsabilidade da CONTRATANTE a solicitação expressa do bloqueio de acesso de servidores ao sistema, bem como informar as eventuais mudanças da autoridade de trânsito.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PREÇOS

- 3.1. Pelos serviços objeto do presente Contrato a CONTRATANTE pagará o percentual de 16% (dezesesseis por cento) do valor total das multas de trânsito efetivamente recolhidas através do sistema bancário, conforme abaixo discriminado:

- 3.1.1. O preço pelos serviços técnicos de informática relativos à Cessão de Direito de Uso do Sistema DetranNet, módulo Fiscalização, conforme especificado no ANEXO I e na Cláusula Primeira, subitens 1.1.1 e 1.1.3., correspondem ao percentual de 5% (cinco por cento) do valor total das multas de trânsito efetivamente recolhidas através do sistema bancário;
- 3.1.2. Pelos serviços de postagem junto a Empresa de Correios e Telégrafos (EBCT), conforme descrito na Cláusula Primeira, item 1.1.2, correspondente ao percentual 11% (onze por cento) do valor total das multas de trânsito efetivamente recolhidas através do sistema bancário;
- 3.1.3. Pelos serviços de Emissão de notificações extrajudiciais e a geração de arquivo eletrônico para inscrição de débitos em dívida ativa para multas não pagas e vencidas, as quais não possuam recursos cadastrados deferidos ou sem decisão, se forem demandados pela CONTRATANTE, o preço será estabelecido conforme subitem "2.5.2" do Anexo I.
- 3.2. Em caso de alteração na forma de postagem das notificações, os valores e percentuais definidos na cláusula 3.1.2. serão automaticamente repassados à CONTRATANTE, independentemente de formalização por meio de termo aditivo ao presente Contrato;
- 3.3. Poderá a CONTRANTE, mediante comunicação formal com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, contratar os serviços de postagem diretamente com a Empresa de Correios e Telégrafos (EBCT), ou qualquer outro órgão, havendo neste caso a exclusão do percentual estabelecido no subitem 3.1.2 supra;
- 3.4. Na hipótese do valor da multas anuladas (baixadas sem pagamento) mensalmente exceder a 10% (dez por cento) do valor total das efetivamente recolhidas no mesmo mês, o CONTRATADO faturará adicionalmente 16%(dezesesseis pro cento) dos valores anulados.

CLÁUSULA QUARTA - DO FATURAMENTO

- 4.1. O pagamento dos serviços contratados será feito por crédito em conta-corrente bancária do CONTRATADO, na mesma data em que ocorrer o recolhimento do valor da multa;
- 4.2. A CONTRATANTE deverá autorizar o órgão arrecadador a creditar diariamente, na conta-corrente do CONTRATADO nº 4388-5, agência 3582-3 do BANCO DO BRASIL S/A, o percentual de 16% (dezesesseis por cento) do valor total das multas recolhidas naquela data;
- 4.3. Os valores correspondentes ao percentual excedente das multas anuladas (baixadas sem pagamento), caso venham a ocorrer, serão faturadas adicionalmente, devendo a CONTRATANTE pagá-las através de depósito bancário na conta-corrente nº 4388-5, agência 3582-3 do BANCO DO BRASIL S/A.

CLÁUSULA QUINTA - DA DURAÇÃO E RESCISÃO**5.1. DURAÇÃO**

- 5.1.1. - O presente contrato terá sua vigência pelo prazo de 48 (quarenta e oito) meses, a partir de 06 de agosto de 2017, condicionada a eficácia à publicação, em extrato, no Diário Oficial do Estado, na forma do que determina o artigo 61, parágrafo único, da Lei 8.666/93, de 21/06/93, com suas alterações posteriores, podendo ser prorrogado, de acordo com a legislação vigente.

5.2. RESCISÃO

5.2.1. - O presente Contrato poderá ser rescindido pelas partes, na forma dos art. 78 e art. 79, da Lei nº 8.666/93, amigavelmente por proposição de qualquer das partes, mediante aviso prévio por escrito de no mínimo 60 (sessenta) dias, pela superveniência de disposição legal que torne este contrato inexecutável ou impraticável ou por decisão judicial.

CLÁUSULA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES ESPECIAIS

6.1. As partes, por meio do presente instrumento e de acordo com o artigo 79, inciso II, da lei 8.666/93, rescindem todo e qualquer outro contrato entre as partes referente ao mesmo objeto ora contratado, sendo pelo presente substituído;

6.2. Novos serviços ou qualquer alteração nos atualmente prestados serão objetos de negociação entre as partes, podendo ser descritos por meio de termos de aditamento, não estão incluídas as disposições legais que independem de qualquer aditamento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

7.1. As despesas decorrentes da execução do presente Contrato correrão por conta da arrecadação de multas de trânsito pela CONTRATANTE, através da rede bancária;

7.2. Incumbirão à CONTRATANTE a responsabilidade e as despesas de publicação do presente Contrato;

7.3. O acesso às informações/processamento das multas objeto do presente, nos termos do especificado nesse Instrumento e no Anexo I, encontram fundamento no Código de Trânsito Brasileiro, Lei Federal nº 9503/97, artigo 22, parágrafos XIII e XIV, bem como nas demais normas pertinentes.

Fica eleito o foro de Ituporanga/SC, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato. E, por estarem justas e contratadas, as partes firmam o presente Contrato em 02 (duas) vias que são assinadas pelo CONTRATANTE, pelo CONTRATADO e por testemunhas.

Leoberto Leal/SC, 23 de agosto de 2017.

Pelo Contratante:

Vitor Norberto Alves
Prefeito Municipal

Pelo Contratado:

Ivan Cesar Ranzolin	Luiz Antônio da Costa Silva
Presidente	Vice-presidente de Tecnologia

Duílio Gehrke
Vice-presidente Administrativo e Financeiro

Testemunhas:

Mayara Carla Guchert	Jaqueline Rosália Guchert Hoffmann

ANEXO I

1. ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

1.1. - Compreende a prestação regular de serviços de Cessão de Uso do Sistema denominado "DetranNet, módulo Fiscalização" desenvolvido pelo Ciasc, referente a inserção e atualização permanente, dos banco de dados centralizados, de veículos, condutores e de infração de trânsito, do Estado de Santa Catarina, mantidos no DATACENTER do CONTRATADO, sob gestão do DETRAN-SC, por meio de acesso WEB ao Sistema DetranNet, módulo Fiscalização pela CONTRATANTE.

2. DOS SERVIÇOS PRESTADOS

2.1 REGISTRO DE MULTA NA BASE CENTRAL DO ESTADO

2.1.1 – Objeto do Serviço

Atualização, do Sistema DetranNet, módulo Fiscalização, mantida no DATACENTER do CONTRATADO, incorporando as multas geradas pela CONTRATANTE, considerando as do próprio município, de outros municípios do Estado de Santa Catarina, bem como de outras unidades da federação.

2.1.2 – Descrição dos Serviços

2.a . - Através de acesso WEB para execução em tempo real são disponibilizados os seguintes serviços:

2.a1. - Crítica e consistências dos dados digitados, com as bases de dados centralizadas;

2.a2. - Informação das inconsistências a serem corrigidas;

2.a3. - Inclusão, exclusão, alteração e baixa das multas na base de dados do Sistema DetranNet, módulo Fiscalização;

2.a4. - Integração do Sistema DetranNet, módulo Fiscalização com o cadastro de veículos e proprietários – Estadual (DETRAN) e Nacional (RENAVAN), cadastro de condutores de veículos – Estadual (SSP/DETRAN) e Nacional (RENACH) e Cadastro de Identificação Civil – Estadual (SSP).

2.b. – Os seguintes serviços, abaixo relacionados, complementam o objeto contratado e garantem o registro da multa na base de dados do Sistema DetranNet, módulo Fiscalização:

2.b1. - Acesso somente a usuários autorizados;

2.b2. - Manutenção das bases de dados atualizadas;

2.b3. - Integridade física e lógica dos dados armazenados no Data Center da CONTRATADA;

2.b4. - Execução de BackUp's diários das bases de dados, bem como os procedimentos para restauração;

2.b5. - Provimento de energia ininterrupto (no-break / Gerador) no ambiente do Data Center da CONTRATADA;

- 2.b6. - Controle e gerenciamento de melhorias e alterações nos formatos e/ou nas especificações de telas, ou nos critérios de validação;
 2.b7. - Central de Atendimento a clientes 24 horas por dia, 7 dias por semana;
 2.b8. - Controle dos processos de recursos de infrações de trânsito – DEFESA DE AUTUAÇÃO/ INDICAÇÃO DE CONDUTOR/JARI/CETTRAN;
 2.b10. - Fornecimento, mediante solicitação formal, de cópia das multas em cobrança registradas no "DetranNet, módulo Fiscalização", contendo os dados de multas do município inseridas pela CONTRATANTE, existentes na data de geração do arquivo.

2.2 BLOQUEIO E DESBLOQUEIO DE MULTAS

2.2.1 – Objeto do Serviço

Efetuar a mudança da situação das multas (bloqueio/desbloqueio legal, administrativo ou judicial), na base de dados do Sistema DetranNet, módulo Fiscalização, mediante acesso WEB e em tempo real pela CONTRATANTE.

2.2.2 – Descrição dos Serviços

Atualização mediante acesso on line e em tempo real, ou automaticamente por condição imposta por legislação, o status de bloqueio/desbloqueio, que deverá ocorrer com as multas fornecidas pela CONTRATANTE, com a finalidade de impedimento ou liberação da movimentação de veículo no que se refere a transferência e licenciamento.

2.3 EMISSÃO/ IMPRESSÃO DE NOTIFICAÇÕES E RECURSOS

2.3.1 – Objeto do Serviço

Compreende a emissão/impressão da notificação de Autuação, de Penalidade e de Resultado de Recurso, com o respectivo comprovante de AR-DIGITAL.

2.3.2 – Descrição dos Serviços

Definição e confecção dos documentos das notificações referidas no objeto 2.4.1 de acordo com exigências legais.

Geração/Impressão eletrônica com tecnologia a laser em papel A4, envelopado, micro-serrilhado, com comprovante de Aviso de recebimento anexado.

2.4 PROCESSAMENTO DE NOTIFICAÇÃO

2.4.1 – Objeto do Serviço

Processar de forma WEB as rotinas do Sistema DetranNet, módulo Fiscalização para entrada de dados, crítica e consistência, em tempo real e de forma integrada, as bases de dados de veículos, proprietários e de condutores.

2.4.2 – Descrição dos Serviços

Através de permissões de acesso, a CONTRATANTE terá a seu dispor, de acordo com seu perfil, acesso aos vários menus do Sistema DetranNet, módulo Fiscalização. Podendo assim, atualizar dados e fazer consultas WEB, bem como, emitir relatórios.

2.5 – EMISSÃO DE NOTIFICAÇÕES EXTRAJUDICIAIS e DISPONIBILIZAÇÃO DE ARQUIVO PARA A INSCRIÇÃO DE DÉBITOS DE MULTAS EM DÍVIDA ATIVA

2.5.1 - Definição

Este serviço somente é executado sob demanda específica da CONTRATANTE; e consiste na emissão de notificações extrajudiciais e a geração de arquivo eletrônico para inscrição de débitos em dívida ativa para multas não pagas e vencidas, as quais não possuam recursos cadastrados deferidos ou sem decisão.

Os custos dos serviços de postagens, das notificações extrajudiciais, que serão na modalidade "Carta Simples", serão de inteira e total responsabilidade da CONTRATANTE.

2.5.2 - Preços

O valor dos serviços estabelecidos no item "2.5." supra, será o produto do número de notificações emitidas multiplicado pelo valor unitário de cada emissão; o qual será estabelecido entre CONTRATANTE e CONTRATADO no momento da demanda específica, se ocorrer.

2.5.3 - Layout do arquivo de envio para dívida ativa das multas não pagas.

Id	Nome	Início	Formato	Conteúdo
1	Código Órgão Autuador	1	N(004)	Código do Órgão Autuador. Ex: 8001
2	Número do Auto	5	X(010)	Número do Auto de Infração
3	Placa do veículo	15	X(007)	Placa do Veículo
4	Renavam	22	N(011)	Número Renavam do Veículo
5	Código Infração	33	N(004)	Código da Infração
6	Desdobramento	37	N(001)	Desdobramento da Infração
7	Data Infração	38	N(012)	Data e Hora da Infração (AAMMDDHHMMSS)
8	Data Vencimento	50	N(008)	Data do Vencimento da Penalidade (AAAAMMDD)
9	Valor Multa	58	N(007)	Valor da Multa com duas casas decimais
10	Nosso número	65	N(012)	Nosso número
11	IdMarca	77	N(006)	IdMarca do Veículo
12	Nome Proprietário	83	X(040)	Nome do Proprietário do Veículo
13	Tipo Logradouro	123	X(004)	Tipo Logradouro (Av, Rua, etc.) do Endereço do Proprietário
14	Logradouro	127	X(040)	Logradouro Endereço do Proprietário
15	Número	167	X(005)	Número Endereço do Proprietário
16	Complemento	172	X(020)	Complemento do Endereço do Proprietário
17	Bairro	192	X(020)	Bairro do Endereço do Proprietário
18	CEP	212	X(008)	CEP do Endereço do Proprietário

19	Código Município	220	X(004)	Município de registro do veículo conforme tabela TOM
20	Tipo Pessoa	224	X(001)	Tipo de Pessoa do Proprietário: 1 - Física, 2 - Jurídica
21	CPF/CPNJ	225	N(014)	CPF ou CNPJ do Proprietário
22	Código de Barra	239	N(044)	Código de Barra do Pagamento do Débito

Formato: N = Numérico (zeros à esquerda)

X = Alfa-numérico (espaços à esquerda)

Nome do arquivo: LEAR.<código órgão autuador>.<data inicial AAAAMMDD>.<data final AAAAMMDD>.<data geração do arquivo AAA-AMMDDHHMM>.<sequencial solicitação por órgão XXXXXX>.txt

Exemplo: LEAR.8001.20130201.20130701.201403131551.000001.txt

DECRETO Nº 082/2017

DECRETO N.º 082, DE 28 DE AGOSTO DE 2017

“ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIALVIGENTE”

O Prefeito Municipal de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 8º Inciso II da Lei nº 1.257 de 29 de novembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementadadotaçãodo Orçamento da Seguridade Social vigente no valor deR\$ 4.000,00(quatro mil reais) conforme especificações abaixo:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	4.000,00
Unidade Orçamentária	01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	4.000,00
Função	10	Saúde	4.000,00
Sub-função	301	Atenção Básica	4.000,00
Programa	0006	Saúde com Excelência	4.000,00
Projeto/Atividade	2.060	Núcleo de Apoio à Saúde da Família – NASF União	4.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	4.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	4.000,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	4.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0064	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	4.000,00
Detalhamento	43	Núcleo de Apoio à Saúde da Família – NASF União	4.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO			4.000,00
.....			
.....			

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) correrão por conta da anulação da dotação com as especificações abaixo:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	4.000,00
Unidade Orçamentária	01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	4.000,00
Função	10	Saúde	4.000,00
Sub-função	301	Atenção Básica	4.000,00
Programa	0006	Saúde com Excelência	4.000,00
Projeto/Atividade	2.060	Núcleo de Apoio à Saúde da Família – NASF União	4.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	4.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	4.000,00
Modalidade Aplicação	91	Aplicações Diretas decorrentes de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades integrantes dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social	4.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0064	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	4.000,00
Detalhamento	43	Núcleo de Apoio à Saúde da Família – NASF União	4.000,00
TOTAL DA ANULAÇÃO			4.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 28 de agosto de 2017.

VITOR NORBERTO ALVES

Prefeito Municipal

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2017 - FMS

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Divisão de Licitações e Compras

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 019/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2017

TIPO: "Menor Preço por Item". OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições de equipamentos e materiais laboratoriais, destinados ao laboratório de análises clínicas, pertencente ao Fundo Municipal de Saúde do Município de Leoberto Leal, conforme Anexo I, do edital de Pregão Presencial nº 019/2017. LEGISLAÇÃO: Lei 8.666/93, Lei 10.520/02, Decreto Municipal 23/2007, Lei Orgânica e o Edital. ABERTURA: Prefeitura Municipal, localizada na Rua Mainolvo Lehmkuhl, nº 20, Leoberto Leal/SC, às 14:00 (quatorze horas), do dia 13 de setembro de 2017. Cópia do Edital pode ser obtida no endereço acima citado ou no site www.leobertoleal.sc.gov.br. Informações fone: (48) 32681212. Em 28/08/2017. ROBERTA OTTO – Secretária Municipal da Saúde.

Lindóia do Sul

PREFEITURA

DECRETO N° 2.972/2.017, DE 25 DE AGOSTO DE 2017.

DECRETO N° 2.972/2.017, DE 25 DE AGOSTO DE 2017.

REMANEJA RECURSOS DO EXERCÍCIO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GENIR LOLI, Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, em especial a Ordinária N° 1.340/2016, de 15 de Dezembro de 2016.

DECRETA

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal, nos termos do art. 40 e seguintes da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64, autorizado a proceder a abertura, através de Crédito Suplementar da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 06: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA E TRANSPORTES

Unidade 02 – Diretoria de Infra Estrutura e Transportes

Projeto/Atividade 2.007 – Diretoria de Infra-Estrutura

3.3.90.00.00.00.00.00.0457 – Aplicações Diretas R\$ 73.533,49

3.3.90.00.00.00.00.00.0458 – Aplicações Diretas R\$ 16.003,45

Art. 2º. Os recursos necessários para suplementação da dotação constante no art. 1º, ocorrerá por conta da devolução de recursos financeiros relativos aos convênios: 2016 TR 00354 ADR Salto Grande e 2016 TR 00353 ADR Santo Isidoro.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Lindóia do Sul - SC.

GENIR LOLI

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em, 25 de Agosto de 2.017

Sandra Regina Zuanazzi

Analista Administrativo

Luiz Alves

PREFEITURA

CONVITE PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA - PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA 2018

CONVITE

A Prefeitura Municipal de Luiz Alves vem através da Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento, convidar Vossa Senhoria, a participar da Audiência Pública, para discussão e elaboração da Proposta Orçamentária para o exercício de 2018, do município de Luiz Alves, SC, de acordo com a Lei Complementar nº 101 de 04 de Maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

A audiência será realizada no dia 14 de Setembro de 2017, quinta-feira, às 14:30 horas, no auditório da Prefeitura Municipal de Luiz Alves.

Certos de podermos contar com a vossa presença, desde já agradecemos.

Atenciosamente,

Vanderlei Rossi

Secretário Municipal de Fazenda e Planejamento

EXTRATO DE CONTRATO Nº 11/2017 (FMAS)

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LUIZ ALVES
PROCESSO DE COMPRAS Nº 11/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2017

EXTRATO DO CONTRATO Nº 11/2017

Objeto: SELEÇÃO DE PROPOSTA PARA ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - AQUISIÇÃO DE VEÍCULO ZERO QUILOMETRO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 15 LUGARES - DE ACORDO COM O CONVÊNIO Nº 827159/2016 ENTRE A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AGRÁRIO E O MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES /SC. Contratado(s): THV – VEÍCULOS ESPECIAIS EIRELLI – ME – CNPJ: 21.011.248/0001-28 (R\$ 134.900,00 – cento e trinta e quatro mil e novecentos reais).

MARCOS PEDRO WEBER
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE ERRATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº40/2017 (PREFEITURA)

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 40/2017

LICITAÇÃO DIFERENCIADA – MODO EXCLUSIVO PARA MEI, MICRO EMPRESA E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – COM COTA RESERVADA PARA O ITEM 01.

Modalidade: Pregão Presencial para Registro de Preços.

Objeto: SELEÇÃO DE PROPOSTA VISANDO REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MACADAME BRITADO E PENEIRADO E RACHÃO PARA ATENDIMENTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE

OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS URBANOS DO MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES.

Conforme determinado pela Secretaria de Obras, Transportes e Serviços Urbanos exclui-se do objeto deste pregão presencial, a aquisição de rachão, bem como no Termo de Referência (Anexo V), excluem-se o item 02 (Cota Principal - Pedra Rachão) e o item 04 (Cota Reservada - Pedra Rachão). Neste sentido, altera-se a abertura dos envelopes para o dia 12 de setembro de 2017, às 10h: 00min.

Luiz Alves, 28 de agosto de 2017.

Marcos Pedro Veber – Prefeito Municipal

EXTRATO DE ERRATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº42/2017 (PREFEITURA)

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 42/2017

LICITAÇÃO DIFERENCIADA – MODO EXCLUSIVO PARA MEI, MICRO EMPRESA E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE.

Modalidade: Pregão Presencial para Registro de Preços.

Objeto: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE PRANCHAS E TÁBUAS DE EUCALIPTO VERMELHO (EUCALYPTUS UROPHYLLA) PARA UTILIZAÇÃO NA CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE PONTES E BUEIROS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS URBANOS DO MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES - SC.

Conforme determinação fica REVOGADA a continuidade do Processo Licitatório nº 78/2017 por motivos inerentes à Administração.

Luiz Alves, 28 de agosto de 2017.

Marcos Pedro Veber – Prefeito Municipal

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO PREGÃO Nº 03/2017 (FMAS)

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LUIZ ALVES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2017

LICITAÇÃO DIFERENCIADA – MODO EXCLUSIVO PARA MEI, MICRO EMPRESA E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE.

Modalidade: Pregão Presencial.

Objeto: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, PARA SUBSIDIAR A ALIMENTAÇÃO DOS USUÁRIOS DOS GRUPOS DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS – CRAS.

Tipo: Menor Preço por Item.

Entrega da Proposta e Documentação: Até às 09h45min horas do dia 13/09/2017, na Sede da Prefeitura Municipal, sito à Rua Erich Gielow, nº 35, Centro, Luiz Alves/SC.

Abertura: 10h00min horas do dia 13/09/2017.

Credenciamento: Juntamente à entrega dos envelopes supracitados.

Retirada do Edital: In loco ou no site www.luizalves.sc.gov.br, no

ícone licitações.

Informações: Pelo telefone (47) 3377-8614 ou in loco das 07h00min às 13h00min horas e das 13h00min às 17h00min.

Luiz Alves, 28 de agosto de 2017.

Marcos Pedro Veber – Prefeito Municipal

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO PREGÃO Nº 26/2017 (FMS)

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUIZ ALVES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2017

Modalidade: Pregão Presencial para Registro de Preços.

Objeto: SELEÇÃO DE PROPOSTA VISANDO REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ÓRTESE E PRÓTESE ORTOPÉDICA PARA ATENDER A PROGRAMA DO MINISTÉRIO DA SAÚDE EXECUTADO PELA EQUIPE DE APOIO A SAÚDE DA FAMÍLIA (NASF).

Tipo: Menor Preço Por Item.

Entrega da Proposta e Documentação: até às 14h00min horas do dia 13/09/2017, na Sede da Prefeitura Municipal, sito à Rua Erich Gielow, nº 35, Centro, Luiz Alves/SC.

Abertura: 14h15min horas do dia 13/09/2017.

Credenciamento: Juntamente à entrega dos envelopes supracitados.

Retirada do Edital: in loco ou no site www.luizalves.sc.gov.br, no ícone licitações.

Informações: Pelo telefone (47) 3377-8614 ou in loco das 08h00min às 12h00min horas e das 13h30min às 17h00min horas.

Luiz Alves, 29 de agosto de 2017.

Marcos Pedro Veber – Prefeito Municipal

Luzerna

PREFEITURA

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO - PL 062/2017 - PP 042/2017 - CONCURSO PÚBLICO E TESTE SELETIVO - PML

MUNICÍPIO DE LUZERNA

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo Licitatório 062/2017 - PML

Pregão nº 042/2017 – PML

O Prefeito Municipal, MOISES DIERSMANN, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 062/2017, nos seguintes termos:

- Modalidade: Pregão Presencial para Registro de Preço.

Objeto: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para realização de concurso público e teste seletivo, destinados à Prefeitura Municipal e aos Fundos Especiais do Município de Luzerna/SC, conforme especificações constantes do Anexo I que integra este Edital.

- Proponente(s) Vencedora(s):

* NBS SERVICOS ESPECIALIZADOS EIRELI – ME.

- Valor total: R\$9.980,00

Luzerna (SC), 28 de agosto de 2017.

MOISES DIERSMANN

Prefeito Municipal

Macieira

PREFEITURA

PUBLICAÇÃO RESUMIDA _ ATAS DE RP Nº 33 E 34/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA
PUBLICAÇÃO RESUMIDA

Processo Licitatório nº 0035/2017

Pregão Presencial nº 0019/2017

Registro de Preços nº 0014/2017.

Objeto: Registro de Preços para contratações futuras, com pedidos parcelados, visando os serviços (mão de obra) de revisão e reparos da parte elétrica dos veículos e máquinas pertencentes à frota municipal, de acordo com as especificações do Edital e seus Anexos.

Vigência: Até 10/08/2018.

Pagamento: Até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente, após a prestação dos serviços e emissão de Nota Fiscal.

Fiscal: Cada Secretário (a) Municipal solicitante é responsável pela fiscalização, recebimento e aceitação do objeto, conforme artigo 67 da Lei nº 8.666/93.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 33/2017

FORNECEDOR: AUTO COLETIVO CAÇADOR LTDA

LOTE 02 – VEÍCULOS DE TRANSPORTE ESCOLAR – (ONIBUS E MICRO ONIBUS)

Subitem	Descrição	UN	Quantidade estimada	Valor registrado (R\$)
2.1	Prestação de serviços de mão de obra para revisão e reparos na parte elétrica dos veículos de transporte escolar pertencentes à frota municipal.	Hora trabalhada	01	58,92
2.2	Deslocamento para atendimentos de emergências	Km rodado	01	0,98

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 34/2017

FORNECEDOR: AUTO ELETRICA XAVENZ LTDA EPP

LOTE 01 – VEÍCULOS LEVES – (GOL, VOYAGE, SAVEIRO, HYUNDAI HB20, HONDA CIVIC, CORSA CLASSIC, FORD TRANSIT, FIAT DOBLO E FIAT DUCATTO)

Subitem	Descrição	UN	Quantidade estimada	Valor registrado (R\$)
1.1	Prestação de serviços de mão de obra para revisão e reparos na parte elétrica dos veículos leves pertencentes à frota municipal.	Hora trabalhada	01	55,99
1.2	Deslocamento para atendimentos de emergências	Km rodado	01	0,94

LOTE 03 – MÁQUINAS LEVES – (TRATOR DE PNEUS)

Subitem	Descrição	UN	Quantidade estimada	Valor registrado (R\$)
3.1	Prestação de serviços de mão de obra para revisão e reparos na parte elétrica de máquinas leves pertencentes à frota municipal.	Hora trabalhada	01	55,81
3.2	Deslocamento para atendimentos de emergências	Km rodado	01	0,94

LOTE 04 – MÁQUINAS PESADAS – (TRATOR DE ESTEIRAS, RETROESCAVADEIRA, MOTONIVELADORA E ESCAVADEIRA HIDRÁULICA)

Subitem	Descrição	UN	Quantidade estimada	Valor registrado (R\$)
4.1	Prestação de serviços de mão de obra para revisão e reparos na parte elétrica de máquinas pesadas pertencentes à frota municipal.	Hora trabalhada	01	54,31

4.2	Deslocamento para atendimentos de emergências	Km rodado	01	0,92

Macieira, 16 de agosto de 2017.

REJANE SPANHOLLO ABRAÃO
Pregoeira

Mafra

PREFEITURA

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos a saber;

CNPJ: 04.727.865/0001-05

MORRO REDONDO CONSTRUÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE OBRAS LTDA

Nota Fiscal nº 54949	R\$ 4.491,55
Nota Fiscal nº 54947	R\$ 4.229,15
Nota Fiscal nº 54945	R\$ 4.335,75
Nota Fiscal nº 54943	R\$ 4.397,25
Nota Fiscal nº 54941	R\$ 4.307,05
Nota Fiscal nº 54942	R\$ 4.473,10
Nota Fiscal nº 54944	R\$ 4.602,25
Nota Fiscal nº 54948	R\$ 4.784,70
Nota Fiscal nº 54869	R\$ 4.700,65
Nota Fiscal nº 54868	R\$ 5.385,35
Nota Fiscal nº 54870	R\$ 4.237,35
Nota Fiscal nº 54867	R\$ 5.168,05
Nota Fiscal nº 54803	R\$ 4.456,70
Nota Fiscal nº 54806	R\$ 4.223,00
Nota Fiscal nº 54810	R\$ 4.393,15
Nota Fiscal nº 54800	R\$ 4.366,50
Nota Fiscal nº 54768	R\$ 4.874,90
Nota Fiscal nº 54764	R\$ 4.255,80
Nota Fiscal nº 54769	R\$ 4.971,25
Nota Fiscal nº 54760	R\$ 5.147,55
Nota Fiscal nº 54680	R\$ 4.352,15
Nota Fiscal nº 54681	R\$ 4.458,75
Nota Fiscal nº 54682	R\$ 4.657,60
Nota Fiscal nº 54683	R\$ 4.473,10
Nota Fiscal nº 54684	R\$ 4.538,70
Nota Fiscal nº 54685	R\$ 4.510,00
Nota Fiscal nº 54686	R\$ 5.313,60
Nota Fiscal nº 54547	R\$ 3.179,55
Nota Fiscal nº 54497	R\$ 3.294,35
Nota Fiscal nº 54351	R\$ 3.323,05
Nota Fiscal nº 54428	R\$ 3.220,55

VALOR TOTAL: R\$ 137.122,45

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do Pagamento acima, tendo em vista o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo, uma vez que a empresa contratada é a responsável pelo fornecimento de CBUQ – Concreto Betuminoso Usinado a Quente à Secretaria de Obras e Serviços Públicos e a Secretaria Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano, não podendo sofrer descontinuidade. Desta maneira, comprova-se

o interesse público.

Mafra (SC), 29 de agosto de 2017.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI

Prefeito Municipal

ENALTO DE OLIVEIRA GONDRIGE

Secretário da Fazenda e Planejamento

RODNEY LUIZ MEDEIROS

Secretário Municipal de Administração

DELFIN ROQUE GIRARDI

Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente

Major Vieira

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 045/2017 - SRP MUNICÍPIO DE MAJOR VIEIRA/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 045/2017 - SRP

Objeto: Registro de preços para eventual e futura aquisição parcelada de MATERIAL DE INFORMÁTICA PARA UTILIZAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E SECRETARIAS DESTA MUNICIPALIDADE| Tipo: Menor Preço – Por Item| Abertura/Data/hora: 13/09/2017 às 09h00. Informações adicionais/Obtenção do Edital na íntegra site www.majorvieira.sc.gov.br/Local da Sessão Pública: Paço Municipal/Depto de Licitações, na Travessa Otacílio F. Souza, 210, Bairro Centro, Major Vieira/SC, ou por e-mail: Licitacao.majorvieira@yahoo.com.br Fone (47) 3655-1111. Marcus Vinicius Brasil Severgnini – Pregoeiro, Major Vieira/SC 28/08/2017.

Maracajá

PREFEITURA

AVISO DE REVOGAÇÃO DA LICITAÇÃO Nº 008/FMS/2017

AVISO DE REVOGAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/FMS/2017

ARLINDO ROCHA
PREFEITO MUNICIPAL

ATA DE REGISTO DE PREÇO N° 01/FMS/2017 - PREGÃO N° 05/FMS/2017**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Página: 1/22

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MARACAJA**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°:**

Número do Registro de Preços: 1/2017		Data do Registro: 28/04/2017		Válido até: 28/04/2018		
Objeto da Compra: AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALAR, PARA ATENDIMENTO À REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DE MARACAJÁ/SC.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.
1	ABAIXADOR DE LINGUA C/100 UN	PCT	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (110859)	ESTILO	3,0300	1
			METROMED COM. DE MATERIAL M. HOSP. LTDA (8865)	Theoto	3,1600	2
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Theoto	3,3600	3
2	ADESIVO REDONDO BANGAGEM PARA ESTACAR SANGUE CX 500	CX	METROMED COM. DE MATERIAL M. HOSP. LTDA (8865)	Ciex	9,6200	1
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Cral	13,0400	2
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (110859)	LABOR IMPOF	13,3700	3
3	AGUA DESTILADA 250ML	UN	METROMED COM. DE MATERIAL M. HOSP. LTDA (8865)	Equiplex	2,2900	1
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Segmenta-Eur	2,3100	2
4	ÁGUA DESTILADA 1000ML	LT	ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Fresenius Kabi	4,6700	1
			METROMED COM. DE MATERIAL M. HOSP. LTDA (8865)	Equiplex	12,7400	2
5	ÁGUA OXIGENADA 1000ML	LT	ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Vic Pharma	3,9600	1
			METROMED COM. DE MATERIAL M. HOSP. LTDA (8865)	Vic Pharma	4,7700	2
6	AGULHA DESCARTAVEL 13mm X 4,5mm CX C/ 100	CX	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (110859)	SOLIDOR	5,9000	1
			METROMED COM. DE MATERIAL M. HOSP. LTDA (8865)	Descarpack	6,5400	2
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Lamedid-Solid	7,0000	3
7	AGULHA DESCARTÁVEL 20mmX5,5mm CX C/ 100	CX	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (110859)	SOLIDOR	5,9000	1
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Lamedid-Solid	7,0000	2
			ISAMED MAT.MEDICO HOSP.LTDA- ME. (8332)	SOLIDOR	7,1100	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MARACAJA

Página: 2/22

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 1/2017 Data do Registro: 28/04/2017 Válido até: 28/04/2018 Objeto da Compra: AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALAR, PARA ATENDIMENTO À REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DE MARACAJÁ/SC.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.
8	AGULHA DESCARTAVEL 25mm X 6mm CX C/ 100	CX	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (110859)	SOLIDOR	5,9000	1
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Lamedid-Solida	6,0000	2
			METROMED COM. DE MATERIAL M. HOSP. LTDA (8865)	Labor Import	6,4900	3
9	AGULHA DESCARTAVEL 25 mmX 7mm CX C/ 100	CX	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (110859)	SOLIDOR	5,9000	1
			METROMED COM. DE MATERIAL M. HOSP. LTDA (8865)	Dsecarpack	6,4900	2
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Lamedid-Solida	7,0000	3
10	AGULHA DESCARTAVEL 40mm X 12mm CX C/ 100	CX	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (110859)	SOLIDOR	5,9000	1
			METROMED COM. DE MATERIAL M. HOSP. LTDA (8865)	Descarpack	6,8500	2
			ISAMED MAT.MEDICO HOSP.LTDA- ME. (8332)	SOLIDOR	8,5400	3
11	ALCOOL 70% 1000ML	L	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (110859)	TUPI	4,5500	1
			METROMED COM. DE MATERIAL M. HOSP. LTDA (8865)	Tupi	4,8900	2
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Audax	5,0700	3
12	ALCOOL GEL 70% 500 ML	FR	METROMED COM. DE MATERIAL M. HOSP. LTDA (8865)	Flop's	4,7300	1
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (110859)	TUPI	4,7400	2
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Da Ilha	4,8700	3
13	ALGODAO HIDROFILO EM ROLO 500G	RL	METROMED COM. DE MATERIAL M. HOSP. LTDA (8865)	Melhormed	9,5000	1
			ISAMED MAT.MEDICO HOSP.LTDA- ME. (8332)	NATHALYA	9,5300	2
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Melhormed	9,5500	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MARACAJA

Página: 3/22

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

<p>Número do Registro de Preços: 1/2017 Data do Registro: 28/04/2017 Válido até: 28/04/2018</p> <p>Objeto da Compra: AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALAR, PARA ATENDIMENTO À REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DE MARACAJÁ/SC.</p>						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (110859)	MEDI HOUSE	9,9700	4
14	AMBÚ ADULTO	UN	ISAMED MAT.MEDICO HOSP.LTDA- ME. (8332)	PHARMATEX	134,9500	1
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	MD	183,9400	2
			METROMED COM. DE MATERIAL M. HOSP. LTDA (8865)	MD	194,0000	3
15	AMBÚ INFANTIL	UN	ISAMED MAT.MEDICO HOSP.LTDA- ME. (8332)	PHARMATEX	134,9500	1
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	MD	181,1100	2
			METROMED COM. DE MATERIAL M. HOSP. LTDA (8865)	MD	194,0000	3
16	APARELHO DE BARBEAR DESCARTAVEL 2 LAMINAS	UN	ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Maxicor	0,4900	1
			METROMED COM. DE MATERIAL M. HOSP. LTDA (8865)	Maxicor	0,6400	2
17	ATADURA CREPOM 6 CM 13 FIOS/CM2	RL	ISAMED MAT.MEDICO HOSP.LTDA- ME. (8332)	ERIMAX	0,3200	1
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Melhormed	0,4100	2
			METROMED COM. DE MATERIAL M. HOSP. LTDA (8865)	MDA	0,4300	3
18	ATADURA CREPON 8 CM X 1,80 M 13 FIOS	UN	ISAMED MAT.MEDICO HOSP.LTDA- ME. (8332)	ERIMAX	0,3900	1
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (110859)	MEDI HOUSE	0,5000	2
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Melhormed	0,5100	3
19	ATADURA CREPOM 10CM	UN	ISAMED MAT.MEDICO HOSP.LTDA- ME. (8332)	ERIMAX	0,4800	1
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (110859)	MEDI HOUSE	0,5700	2
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Melhormed	0,5900	3
20	ATADURA CREPOM 12CM	UN	ISAMED MAT.MEDICO HOSP.LTDA- ME. (8332)	ERIMAX	0,5600	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MARACAJA

Página: 4/22

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°:

Número do Registro de Preços: 1/2017 Data do Registro: 28/04/2017 Válido até: 28/04/2018 Objeto da Compra: AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALAR, PARA ATENDIMENTO À REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DE MARACAJÁ/SC.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (110859)	MEDI HOUSE	0,6700	2
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Melhormed	0,7100	3
21	ATADURA CREPON 15 CM X 1,80 M 13 FIOS	UN	ISAMED MAT.MEDICO HOSP.LTDA- ME. (8332)	ERIMAX	0,6900	1
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (110859)	MEDI HOUSE	0,8500	2
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Melhormed	0,9200	3
22	ATADURA CREPOM 20CM	UN	ISAMED MAT.MEDICO HOSP.LTDA- ME. (8332)	ERIMAX	0,8700	1
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (110859)	MEDI HOUSE	1,1400	2
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Melhormed	1,1700	3
23	BACIA RENIFORME	UN	METROMED COM. DE MATERIAL M. HOSP. LTDA (8865)	Famita	28,9300	1
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Fami/Luminox	28,9400	2
25	CABO DE BISTURI N° 03	UN	ISAMED MAT.MEDICO HOSP.LTDA- ME. (8332)	STARK	5,9700	1
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Weldon	6,1800	2
			METROMED COM. DE MATERIAL M. HOSP. LTDA (8865)	Richards	6,9000	3
26	CATETER TIPO ÓCULOS N° 08 PARA OXIGENAÇÃO	UN	ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Biosani	0,5200	1
			METROMED COM. DE MATERIAL M. HOSP. LTDA (8865)	Biosani	0,9900	2
			ISAMED MAT.MEDICO HOSP.LTDA- ME. (8332)	BIOSANI	1,1200	3
27	CATÉTER TIPO ÓCULOS N° 10 P/ OXIGÊNIO	UN	ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Biosani	0,5300	1
			METROMED COM. DE MATERIAL M. HOSP. LTDA (8865)	Biosani	0,9900	2
			ISAMED MAT.MEDICO HOSP.LTDA- ME. (8332)	BIOSANI	1,1200	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MARACAJA

Página: 5/22

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°:

Número do Registro de Preços: 1/2017 Data do Registro: 28/04/2017 Válido até: 28/04/2018 Objeto da Compra: AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALAR, PARA ATENDIMENTO À REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DE MARACAJÁ/SC.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.
28	CATÉTER TIPO ÓCULOS N°12 P/ OXIGENIO	UN	ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Biosani	0,5400	1
			METROMED COM. DE MATERIAL M. HOSP. LTDA (8865)		0,9900	2
			ISAMED MAT.MEDICO HOSP.LTDA- ME. (8332)	BIOSANI	1,0900	3
29	CATETER INTRAVENOSO N° 20 G	UN	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (110859)	LABOR IMPOF	1,4900	1
			METROMED COM. DE MATERIAL M. HOSP. LTDA (8865)	Labor Import	1,6000	2
30	CATETER INTRAVENOSO N° 22 G	UN	METROMED COM. DE MATERIAL M. HOSP. LTDA (8865)	Labor Import	1,4800	1
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (110859)	LABOR IMPOF	1,4900	2
31	CATETER INTRAVENOSO N° 24 G	UN	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (110859)	LABOR IMPOF	1,4900	1
32	CLOREXIDINA ALCOOLICA 0,5%	LT	ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Vic Pharma	8,1300	1
			METROMED COM. DE MATERIAL M. HOSP. LTDA (8865)	Vic Pharma	10,3800	2
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (110859)	CINORD	11,5800	3
33	CLOREXIDINA DEGERMANTE 2% 1L	LT	METROMED COM. DE MATERIAL M. HOSP. LTDA (8865)	Vic Pharma	10,2800	1
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Vic Pharma	10,2900	2
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (110859)	RICIE	13,4000	3
34	COLETOR DE MATERIAL PERFUROCORTANTE 7L	UN	METROMED COM. DE MATERIAL M. HOSP. LTDA (8865)	Descarbox	2,5900	1
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Descarbox	2,6000	2
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (110859)	DESCARBOX	2,6100	3
35	COLETOR DE MATERIAL PERFUROCORTANTE 13 LT	UN	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (110859)	DESCARBOX	3,3200	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MARACAJA

Página: 6/22

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 1/2017 Data do Registro: 28/04/2017 Válido até: 28/04/2018 Objeto da Compra: AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALAR, PARA ATENDIMENTO À REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DE MARACAJÁ/SC.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Descarbox	3,3300	2
			METROMED COM. DE MATERIAL M. HOSP. LTDA (8865)	Descarbox	3,5400	3
36	COLETOR DE URINA 2000ML - SISTEMA FECHADO	UN	ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Laborimport	2,4000	1
			METROMED COM. DE MATERIAL M. HOSP. LTDA (8865)	Pharmatex	2,7500	2
39	DESINFETANTE HOSPITALAR	LT	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (110859)	DGL	7,4600	1
			METROMED COM. DE MATERIAL M. HOSP. LTDA (8865)	Cinord	10,8800	2
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Cinord Sudest	18,8500	3
40	DETERGENTE ENZIMÁTICO 1L	L	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (110859)	DGL	77,2000	1
41	DRENO DE PENROSE ESTERILIZADO Nº03 CX C/ 10	CX	ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Waltex	19,1000	1
42	ELETRODO DESCARTÁVEL	UN	ISAMED MAT.MEDICO HOSP.LTDA- ME. (8332)	SKINTACT	0,2500	1
			METROMED COM. DE MATERIAL M. HOSP. LTDA (8865)	Solidor	0,2600	2
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Lamedid-Solid	0,3200	3
43	EQUIPO MACRO GOTAS	UN	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (110859)	LABOR IMPOF	0,8920	1
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Tkl	1,0700	2
			METROMED COM. DE MATERIAL M. HOSP. LTDA (8865)	Labor Import	1,0700	3
44	EQUIPO MICROGOTAS	UN	METROMED COM. DE MATERIAL M. HOSP. LTDA (8865)	Biosani	1,3300	1
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Laborimport	1,5300	2
45	EQUIPO MICROGOTAS PARA ALIMENTAÇÃO	UN	METROMED COM. DE MATERIAL M. HOSP. LTDA (8865)	Descarpack	0,9700	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MARACAJA

Página: 7/22

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°:

Número do Registro de Preços: 1/2017 Data do Registro: 28/04/2017 Válido até: 28/04/2018 Objeto da Compra: AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALAR, PARA ATENDIMENTO À REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DE MARACAJÁ/SC.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.
			ISAMED MAT.MEDICO HOSP.LTDA- ME. (8332)	DESCARPACI	0,9800	2
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (110859)	DESCARPACI	1,0100	3
46	ESCOVA ENDOCERVICAL	UN	METROMED COM. DE MATERIAL M. HOSP. LTDA (8865)	Kolplast	0,2000	1
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (110859)	LABOR IMPOF	0,2100	2
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Kolplast	0,2500	3
47	ESPARADRAPO COMUM 5,0 X 4,5M	UN	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (110859)	MISSNER	2,9600	1
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Missner	2,9700	2
			METROMED COM. DE MATERIAL M. HOSP. LTDA (8865)	Missner	3,2300	3
48	ESPARADRAPO GRANDE 10 X 4,5	UN	METROMED COM. DE MATERIAL M. HOSP. LTDA (8865)	Missner	5,6400	1
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Missner	5,7300	2
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (110859)	MISSNER	5,7400	3
49	ESPATULA DE AYRE	PCT	ISAMED MAT.MEDICO HOSP.LTDA- ME. (8332)	THEOTO	4,5100	1
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Theoto	4,8000	2
			METROMED COM. DE MATERIAL M. HOSP. LTDA (8865)	Theoto	5,4600	3
50	ESPECULO VAGINAL DESCARTAVEL PEQUENO	UN	ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Cral	0,8500	1
			METROMED COM. DE MATERIAL M. HOSP. LTDA (8865)	Kolplast	0,9400	2
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (110859)	ADLIN	0,9400	3
51	ESPECULO VAGINAL DESCARTAVEL MÉDIO	UN	ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Cral	0,8900	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MARACAJA

Página: 8/22

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

<p>Número do Registro de Preços: 1/2017 Data do Registro: 28/04/2017 Válido até: 28/04/2018</p> <p>Objeto da Compra: AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALAR, PARA ATENDIMENTO À REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DE MARACAJÁ/SC.</p>						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.
			METROMED COM. DE MATERIAL M. HOSP. LTDA (8865)	Kolplast	1,0800	2
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (110859)	ADLIN	1,1200	3
52	ESPECULO VAGINAL DESCARTAVEL GRANDE	UN	ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Cral	0,9800	1
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (110859)	ADLIN	1,4700	2
			METROMED COM. DE MATERIAL M. HOSP. LTDA (8865)	Adlin	1,9200	3
53	FITA ADESIVA PARA TESTE DE ESTERILIZAÇÃO EM AUTOCLAVE	UN	METROMED COM. DE MATERIAL M. HOSP. LTDA (8865)	Adere	2,6200	1
			ISAMED MAT.MEDICO HOSP.LTDA- ME. (8332)	HOSPFLEX	2,7900	2
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Poli Tape	2,8000	3
54	FITA CIRÚRGICA MICROPOROSA HIPOALERGÊNCIA LARGURA 5cmx4,5m	RL	ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Cral	2,0000	1
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (110859)	MISSNER	2,7400	2
			METROMED COM. DE MATERIAL M. HOSP. LTDA (8865)	Missner	2,8200	3
55	FITA CIRURGICA MICROPOROSA HIPOALERGÊNICA LARGURA 25X10M	UN	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (110859)	MISSNER	1,8500	1
			METROMED COM. DE MATERIAL M. HOSP. LTDA (8865)	Missner	1,8600	2
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Cral	1,8700	3
57	FILTRO SOLAR FATOR 30 FRASCO C/120ML OU 125ML	UN	ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Nutriex	7,6000	1
			METROMED COM. DE MATERIAL M. HOSP. LTDA (8865)	Moph	9,4000	2
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (110859)	MOPH	9,4500	3
58	FIO DE SUTURA	CX	ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Technofio	74,1600	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MARACAJA

Página: 9/22

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 1/2017 Data do Registro: 28/04/2017 Válido até: 28/04/2018 Objeto da Compra: AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALAR, PARA ATENDIMENTO À REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DE MARACAJÁ/SC.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.
			METROMED COM. DE MATERIAL M. HOSP. LTDA (8865)	Technofio	78,0700	2
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (110859)	SHALON	103,2000	3
59	FIO DE SUTURA 2-0 DE NYLON CX C/ 24	CX	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (110859)	PROCARE	23,9000	1
			METROMED COM. DE MATERIAL M. HOSP. LTDA (8865)	Procare	26,1000	2
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Lamedid-Solidi	27,3600	3
60	FIO DE SUTURA 3-0 FIO DE NYLON OU SEDA CX C/ 24	CX	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (110859)	PROCARE	23,9000	1
			METROMED COM. DE MATERIAL M. HOSP. LTDA (8865)	Procare	26,1000	2
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Lamedid-Solidi	28,0800	3
61	FIO DE SUTURA 4-0 NYLON OU SEDA CX C/ 24	CX	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (110859)	PROCARE	23,9000	1
			METROMED COM. DE MATERIAL M. HOSP. LTDA (8865)	Procare	26,1000	2
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Lamedid-Solidi	27,3600	3
62	FIO DE SUTURA 5-0 NYLON OU SEDA CX C/ 24	CX	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (110859)	PROCARE	23,9000	1
			METROMED COM. DE MATERIAL M. HOSP. LTDA (8865)	Procare	26,1000	2
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Lamedid-Solidi	28,0800	3
63	FIO DE SUTURA 6-0 NYLON OU SEDA CX C/ 24	CX	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (110859)	PROCARE	23,9000	1
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Lamedid-Solidi	27,3600	2
			METROMED COM. DE MATERIAL M. HOSP. LTDA (8865)	Procare	27,9000	3
64	FIXADOR CITOLOGICO SPRAY 30ML	UN	METROMED COM. DE MATERIAL M. HOSP. LTDA (8865)	Adlin	3,6400	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MARACAJA

Página: 10/22

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°:

Número do Registro de Preços: 1/2017 Data do Registro: 28/04/2017 Válido até: 28/04/2018 Objeto da Compra: AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALAR, PARA ATENDIMENTO À REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DE MARACAJÁ/SC.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Adlin	3,6500	2
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (110859)	ADLIN	3,7500	3
65	FORMOL (PARA PROCEDIMENTOS DE PEQ CIRURGIAS) LT 1000ML		ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Dgl	12,6700	1
66	FRALDA GERIATRICA TAMANHO P.	UN	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (110859)	MEDIFRAL PL	1,2100	1
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Biofral	1,2200	2
67	FRALDA GERIATRICA TAMANHO M	UN	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (110859)	DESCARPACI	1,0500	1
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Biofral	1,3400	2
68	FRALDA GERIATRICA TAMANHO G	UN	METROMED COM. DE MATERIAL M. HOSP. LTDA (8865)	Descarpac/Pr	1,0400	1
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (110859)	DESCARPACI	1,0500	2
69	FRALDA GERIATRICA TAMANHO EG	UN	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (110859)	DESCARPACI	1,2000	1
			METROMED COM. DE MATERIAL M. HOSP. LTDA (8865)	Descarpac/Pr	1,4300	2
70	FRASCO DE ALIMENTAÇÃO ENTERAL 300ML	UN	METROMED COM. DE MATERIAL M. HOSP. LTDA (8865)	EquiPLEX	0,7200	1
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (110859)	BIOWASE	0,7300	2
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Biowase	0,8000	3
71	GARROTE LATEX	UN	ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Biosani	1,3000	1
72	GAZE 7,5 X 7,5	PCT	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (110859)	MEDI HOUSE	19,9000	1
			METROMED COM. DE MATERIAL M. HOSP. LTDA (8865)	MDA	22,3500	2
73	GAZE ESTÉRIL - PACOTE COM 10 FOLHAS	PCT	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (110859)	MB/ANDREON	0,5300	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MARACAJA

Página: 11/22

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

<p>Número do Registro de Preços: 1/2017 Data do Registro: 28/04/2017 Válido até: 28/04/2018</p> <p>Objeto da Compra: AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALAR, PARA ATENDIMENTO À REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DE MARACAJÁ/SC.</p>						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Melhormed	0,6500	2
			METROMED COM. DE MATERIAL M. HOSP. LTDA (8865)	America	0,6600	3
74	GAZE QUEIJO 11 FIOS	RL	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (110859)	ANDREONI	32,9300	1
			ISAMED MAT.MEDICO HOSP.LTDA- ME. (8332)	ERIMAX	37,7900	2
			METROMED COM. DE MATERIAL M. HOSP. LTDA (8865)	Texcare	43,5000	3
75	GEL PARA ULTRASSOM	UN	ISAMED MAT.MEDICO HOSP.LTDA- ME. (8332)	MULTIGEL	1,0000	1
			METROMED COM. DE MATERIAL M. HOSP. LTDA (8865)	Multigel	1,3400	2
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (110859)	CARBOGEL	1,6000	3
76	HASTEIS FLEXIVEIS CX C/ 75 UNI	CX	METROMED COM. DE MATERIAL M. HOSP. LTDA (8865)	Higietop	0,9200	1
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Higie Topp	0,9300	2
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (110859)	TOP COTTON	1,0800	3
77	HIPOCLORITO DE SÓDIO 1% EMB. 1LT	LT	ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Vic Pharma	3,2700	1
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (110859)	DGL	3,5100	2
			METROMED COM. DE MATERIAL M. HOSP. LTDA (8865)	Vic Pharma	4,2500	3
78	LAMINA DE BISTURI Nº 11 C/ 100 UN	CX	METROMED COM. DE MATERIAL M. HOSP. LTDA (8865)	Maxicor	20,9900	1
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Maxicor	21,0000	2
			ISAMED MAT.MEDICO HOSP.LTDA- ME. (8332)	ADVANTIVE	23,0200	3
79	LAMINA DE BISTURI Nº 12 C/ 100 UNIDADES	CX	METROMED COM. DE MATERIAL M. HOSP. LTDA (8865)	Maxicor	20,9900	1
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Maxicor	21,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MARACAJA

Página: 12/22

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 1/2017 Data do Registro: 28/04/2017 Válido até: 28/04/2018 Objeto da Compra: AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALAR, PARA ATENDIMENTO À REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DE MARACAJÁ/SC.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.
			ISAMED MAT.MEDICO HOSP.LTDA- ME. (8332)	ADVANTIVE	23,0200	3
80	LAMINA DE BISTURI No 15 C/ 100 UN	CX	METROMED COM. DE MATERIAL M. HOSP. LTDA (8865)	Maxicor	20,9900	1
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Maxicor	21,0000	2
			ISAMED MAT.MEDICO HOSP.LTDA- ME. (8332)	ADVANTIVE	23,0200	3
81	LAMINA DE BISTURI No 20 C/ 100 UN	CX	METROMED COM. DE MATERIAL M. HOSP. LTDA (8865)	Maxicor	20,9900	1
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Maxicor	21,0000	2
			ISAMED MAT.MEDICO HOSP.LTDA- ME. (8332)	ADVANTIVE	23,0200	3
82	LAMINA DE BISTURI Nº 22 C/ 100 UN	CX	METROMED COM. DE MATERIAL M. HOSP. LTDA (8865)	Maxicor	20,9900	1
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Maxicor	21,0000	2
			ISAMED MAT.MEDICO HOSP.LTDA- ME. (8332)	ADVANTIVE	23,0200	3
83	LENÇOL HOSPITALAR DESCARTÁVEL EM PAPEL	RL	METROMED COM. DE MATERIAL M. HOSP. LTDA (8865)	Impacta	8,3600	1
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (110859)	FLEXPEL	8,3700	2
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Pluma	11,6000	3
84	LUVA CIRURGICA ESTERILIZADA No.7,0	PAR	ISAMED MAT.MEDICO HOSP.LTDA- ME. (8332)	MAXITEX	1,0400	1
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Maxitex	1,0500	2
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (110859)	MAXITEX	1,0800	3
85	LUVA CIRURGICA ESTERILIZADA No.7,5	PAR	ISAMED MAT.MEDICO HOSP.LTDA- ME. (8332)	MAXITEX	1,0400	1
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Maxitex	1,0500	2
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (110859)	MAXITEX	1,0800	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MARACAJA

Página: 13/22

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 1/2017 Data do Registro: 28/04/2017 Válido até: 28/04/2018 Objeto da Compra: AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALAR, PARA ATENDIMENTO À REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DE MARACAJÁ/SC.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.
86	LUVA CIRURGICA ESTERILIZADA No.8,0	PAR	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (110859)	MAXITEX	1,0400	1
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Maxitex	1,0500	2
			ISAMED MAT.MEDICO HOSP.LTDA- ME. (8332)	MAXITEX	1,1000	3
87	LUVA LATEX NÃO ESTÉRIL PP - C/ 100	CX	ISAMED MAT.MEDICO HOSP.LTDA- ME. (8332)	TALGE	15,0000	1
			METROMED COM. DE MATERIAL M. HOSP. LTDA (8865)	Descarpack	15,0400	2
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (110859)	DESCARPAC	15,8700	3
88	LUVA LATEX NÃO ESTÉRIL P - C/ 100	CX	ISAMED MAT.MEDICO HOSP.LTDA- ME. (8332)	TALGE	15,0600	1
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (110859)	DESCARPAC	15,8700	2
			METROMED COM. DE MATERIAL M. HOSP. LTDA (8865)	Descarpack	16,5300	3
89	LUVA LATEX NÃO ESTERIL M - C/ 100	CX	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (110859)	DESCARPAC	15,0500	1
			ISAMED MAT.MEDICO HOSP.LTDA- ME. (8332)	TALGE	15,0600	2
			METROMED COM. DE MATERIAL M. HOSP. LTDA (8865)	Descarpack	16,5300	3
90	LUVA LATEX NÃO ESTÉRIL G - C/ 100	CX	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (110859)	DESCARPAC	15,0500	1
			ISAMED MAT.MEDICO HOSP.LTDA- ME. (8332)	TALGE	15,0600	2
			METROMED COM. DE MATERIAL M. HOSP. LTDA (8865)	Descarpack	16,5300	3
91	MASCARA BICO DE PATO	UN	METROMED COM. DE MATERIAL M. HOSP. LTDA (8865)	Descarpack	1,4900	1
92	MASCARA DE NEBULIZAÇÃO AULTO COMPLETO	KIT	ISAMED MAT.MEDICO HOSP.LTDA- ME. (8332)	DARU	5,5400	1
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (110859)	DARU	5,8800	2
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Daru	6,4900	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MARACAJA

Página: 14/22

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 1/2017 Data do Registro: 28/04/2017 Válido até: 28/04/2018 Objeto da Compra: AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALAR, PARA ATENDIMENTO À REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DE MARACAJÁ/SC.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.
93	MASCARA DE NEBULIZAÇÃO INFANTIL COMPLETA	KIT	ISAMED MAT.MEDICO HOSP.LTDA- ME. (8332)	DARU	5,5400	1
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (110859)	DARU	5,8800	2
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Daru	6,4900	3
94	ÓLEO DE GISASSOL 200ML	UN	METROMED COM. DE MATERIAL M. HOSP. LTDA (8865)	Nutriex	4,3700	1
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (110859)	HOSPDERME	4,3800	2
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Nutriex	4,3900	3
95	PAPEL CREPADO 90X90 CX C/ 500 UN	CX	METROMED COM. DE MATERIAL M. HOSP. LTDA (8865)	Hosp Flex	181,9000	1
96	PAPEL KRAFT BOBINA PARDO.	RL	METROMED COM. DE MATERIAL M. HOSP. LTDA (8865)	Dicapel	44,9300	1
97	PINÇA ANATOMICA SERRILHADA 100cm	UN	METROMED COM. DE MATERIAL M. HOSP. LTDA (8865)	Richards	4,6500	1
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Weldon	4,6700	2
			ISAMED MAT.MEDICO HOSP.LTDA- ME. (8332)	STARK	7,3900	3
98	PINÇA COLLIN CORAÇÃO 16 CM	UN	ISAMED MAT.MEDICO HOSP.LTDA- ME. (8332)	STARK	33,3900	1
			METROMED COM. DE MATERIAL M. HOSP. LTDA (8865)	Richards	33,8500	2
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Abc	54,3600	3
99	PINÇA HALSTEAD MOSQUITO	UN	METROMED COM. DE MATERIAL M. HOSP. LTDA (8865)	Richards	10,2600	1
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Weldon	10,2700	2
			ISAMED MAT.MEDICO HOSP.LTDA- ME. (8332)	STARK	10,8800	3
100	PINÇA ROCHESTER RETA 20cm	UN	ISAMED MAT.MEDICO HOSP.LTDA- ME. (8332)	STARK	23,9400	1
			METROMED COM. DE MATERIAL M. HOSP. LTDA (8865)	Richards	23,9500	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MARACAJA

Página: 15/22

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 1/2017 Data do Registro: 28/04/2017 Válido até: 28/04/2018 Objeto da Compra: AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALAR, PARA ATENDIMENTO À REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DE MARACAJÁ/SC.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Abc	39,6000	3
101	PINCA CRILE CURVA 14cm	UN	METROMED COM. DE MATERIAL M. HOSP. LTDA (8865)	Richards	10,9900	1
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Weldon	11,0000	2
			ISAMED MAT.MEDICO HOSP.LTDA- ME. (8332)	STARK	11,6300	3
102	PORTA AGULHA MAYO HEGAR STARK 14CM	UN	ISAMED MAT.MEDICO HOSP.LTDA- ME. (8332)	STARK	10,6600	1
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Weldon	10,6700	2
			METROMED COM. DE MATERIAL M. HOSP. LTDA (8865)	Richards	12,1800	3
103	POTE PARA COLETA DE URINA, FEZES E SECREÇÃO	UN	METROMED COM. DE MATERIAL M. HOSP. LTDA (8865)	Crál	0,2700	1
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (110859)	CRAL	0,2800	2
			ISAMED MAT.MEDICO HOSP.LTDA- ME. (8332)	CRALPLAST	0,2900	3
104	PVIPI DEGERMANTE 1L	LT	ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Vic Pharma	13,4700	1
			METROMED COM. DE MATERIAL M. HOSP. LTDA (8865)	Vic Pharma	15,3300	2
105	PVIPI TÓPICO	LT	METROMED COM. DE MATERIAL M. HOSP. LTDA (8865)	Vic Pharma	15,1200	1
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Vic Pharma	17,1400	2
106	SACO P/ LIXO 30 L	PCT	ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Rava	12,1300	1
			METROMED COM. DE MATERIAL M. HOSP. LTDA (8865)	Descarbox	17,7100	2
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (110859)	TECKPLAST	17,8300	3
107	SACO P/ LIXO 50L	PCT	ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Rava	16,8000	1
			METROMED COM. DE MATERIAL M. HOSP. LTDA (8865)	Descarbox	22,9300	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MARACAJA

Página: 16/22

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 1/2017 Data do Registro: 28/04/2017 Válido até: 28/04/2018 Objeto da Compra: AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALAR, PARA ATENDIMENTO À REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DE MARACAJÁ/SC.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (110859)	TECKPLAST	26,7500	3
108	SCALP No 21	UN	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (110859)	LAMEDID	0,1900	1
			ISAMED MAT.MEDICO HOSP.LTDA- ME. (8332)	LABOR IMPOF	0,2100	2
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Lamedid-Solidi	0,2200	3
			METROMED COM. DE MATERIAL M. HOSP. LTDA (8865)	Ciruvein	0,2200	4
109	SCALP No 23	UN	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (110859)	LAMEDID	0,1900	1
			ISAMED MAT.MEDICO HOSP.LTDA- ME. (8332)	LABOR IMPOF	0,2100	2
			METROMED COM. DE MATERIAL M. HOSP. LTDA (8865)	Ciruvein	0,2200	3
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Lamedid-Solidi	0,2200	4
110	SCALP No 27	UN	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (110859)	LAMEDID	0,1800	1
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Lamedid-Solidi	0,1900	2
			ISAMED MAT.MEDICO HOSP.LTDA- ME. (8332)	LABOR IMPOF	0,2100	3
111	SERINGA DE 60ML	UN	METROMED COM. DE MATERIAL M. HOSP. LTDA (8865)	SR	1,4800	1
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	SR	1,4900	2
			ISAMED MAT.MEDICO HOSP.LTDA- ME. (8332)	ADVANTIVE	1,8800	3
112	SERINGA DE INSULINA 1ML C/ AGULHA - 0,45X13 ADULTO	UN	METROMED COM. DE MATERIAL M. HOSP. LTDA (8865)	Descarpac	0,1600	1
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	SR	0,1700	2
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (110859)	SR	0,1700	3
113	SERINGA DESCARTAVEL 3ML	UN	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (110859)	SR	0,1000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MARACAJA

Página: 17/22

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°:

<p>Número do Registro de Preços: 1/2017 Data do Registro: 28/04/2017 Válido até: 28/04/2018</p> <p>Objeto da Compra: AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALAR, PARA ATENDIMENTO À REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DE MARACAJÁ/SC.</p>						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.
			METROMED COM. DE MATERIAL M. HOSP. LTDA (8865)	Descarpack	0,1800	2
114	SERINGA DESCARTAVEL 5 ML	UN	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (110859)	SR	0,1150	1
			METROMED COM. DE MATERIAL M. HOSP. LTDA (8865)	Descarpack	0,1900	2
115	SERINGA DESCARTAVEL 10 ML	UN	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (110859)	SR	0,2200	1
			METROMED COM. DE MATERIAL M. HOSP. LTDA (8865)	Descarpack	0,3400	2
116	SERINGA DESCARTAVEL 20 ML	UN	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (110859)	SR	0,3270	1
			METROMED COM. DE MATERIAL M. HOSP. LTDA (8865)	Descarpack	0,5100	2
118	SONDA DE ASPIRAÇÃO TRAQUEAL N° 04	UN	METROMED COM. DE MATERIAL M. HOSP. LTDA (8865)	Biosani	0,4500	1
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Biosani	0,4700	2
			ISAMED MAT.MEDICO HOSP.LTDA- ME. (8332)	BIOBASE/BIO:	0,5200	3
119	SONDA DE ASPIRAÇÃO TRAQUEAL N° 08	UN	METROMED COM. DE MATERIAL M. HOSP. LTDA (8865)	Biosani	0,4700	1
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Biosani	0,4900	2
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (110859)	BIOBASE	0,5200	3
120	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL N° 12	UN	METROMED COM. DE MATERIAL M. HOSP. LTDA (8865)	Biosani	0,4900	1
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Biosani	0,5300	2
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (110859)	BIOBASE	0,5700	3
121	SONDA FOLEY N° 6	UN	ISAMED MAT.MEDICO HOSP.LTDA- ME. (8332)	CIRUTI	3,6700	1
122	SONDA FOLEY 2 VIAS N° 12	UN	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (110859)	SOLIDOR	2,9500	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MARACAJA

Página: 18/22

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°:

Número do Registro de Preços: 1/2017 Data do Registro: 28/04/2017 Válido até: 28/04/2018 Objeto da Compra: AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAIS MEDICOS HOSPITALAR, PARA ATENDIMENTO À REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DE MARACAJÁ/SC.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Lamedid-Solide	2,9600	2
			ISAMED MAT.MEDICO HOSP.LTDA- ME. (8332)	CIRUTI	3,2100	3
123	SONDA FOLEY 2 VIAS N° 16	UN	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (110859)	SOLIDOR	2,9600	1
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Lamedid-Solide	2,9700	2
			ISAMED MAT.MEDICO HOSP.LTDA- ME. (8332)	CIRUTI	3,2100	3
124	SONDA FOLEY 2 VIAS N° 18	UN	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (110859)	SOLIDOR	2,9600	1
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Lamedid-Solide	2,9700	2
			ISAMED MAT.MEDICO HOSP.LTDA- ME. (8332)	CIRUTI	3,2100	3
125	SONDA FOLEY 2 VIAS N° 22	UN	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (110859)	SOLIDOR	2,9600	1
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Lamedid-Solide	2,9700	2
			ISAMED MAT.MEDICO HOSP.LTDA- ME. (8332)	CIRUTI	3,2100	3
126	SONDA NASAL PARA ALIMENTAÇÃO ENTERAL N° 06	UN	ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Solumed	9,2000	1
			METROMED COM. DE MATERIAL M. HOSP. LTDA (8865)	Solumed	10,0400	2
127	SONDA NASAL PARA ALIMENTAÇÃO ENTERAL N° 08	UN	ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Solumed	9,2000	1
			METROMED COM. DE MATERIAL M. HOSP. LTDA (8865)	Solumed	10,2500	2
128	SONDA NASAL PARA ALIMENTAÇÃO ENTERAL N° 10	UN	ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Solumed	9,2000	1
129	SONDA NASAL PARA ALIMENTAÇÃO ENTERAL N° 12	UN	ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Solumed	9,2000	1
130	SONDA URETRAL DE ALIVIO N° 04	UN	METROMED COM. DE MATERIAL M. HOSP. LTDA (8865)	Biosani	0,4500	1
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Biosani	0,4700	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MARACAJA

Página: 19/22

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°:

<p>Número do Registro de Preços: 1/2017 Data do Registro: 28/04/2017 Válido até: 28/04/2018</p> <p>Objeto da Compra: AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALAR, PARA ATENDIMENTO À REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DE MARACAJÁ/SC.</p>						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.
			ISAMED MAT.MEDICO HOSP.LTDA- ME. (8332)	BIOSANI/BIOE	0,5200	3
131	SONDA URETRAL DE ALIVIO N° 10	UN	METROMED COM. DE MATERIAL M. HOSP. LTDA (8865)	Biosani	0,4800	1
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Biosani	0,5000	2
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (110859)	MEDSONDA	0,5300	3
132	SONDA URETRAL DE ALIVIO N° 12	UN	METROMED COM. DE MATERIAL M. HOSP. LTDA (8865)	Biosani	0,4900	1
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Biosani	0,5200	2
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (110859)	MEDSONDA	0,5500	3
133	SONDA URETRAL DE ALIVIO N°14	UN	METROMED COM. DE MATERIAL M. HOSP. LTDA (8865)	Biosani	0,5200	1
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (110859)	MEDSONDA	0,5700	2
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Biosani	0,6400	3
134	SORO FISIOLÓGICO 100ML	FR	METROMED COM. DE MATERIAL M. HOSP. LTDA (8865)	Equiplex	1,9500	1
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Segmenta-Eur	2,0000	2
135	SORO FISIOLÓGICO 250ML	FR	METROMED COM. DE MATERIAL M. HOSP. LTDA (8865)	Equiplex	2,4600	1
136	SORO FISIOLÓGICO 500ML	FR	METROMED COM. DE MATERIAL M. HOSP. LTDA (8865)	Equiplex	2,8600	1
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Segmenta-Eur	2,8700	2
137	SORO GLICOFISIOLÓGICO 250ML	UN	METROMED COM. DE MATERIAL M. HOSP. LTDA (8865)	Equiplex	2,6000	1
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Equiplex	2,6700	2
138	SORO GLICOFISIOLÓGICO 250ML	UN	METROMED COM. DE MATERIAL M. HOSP. LTDA (8865)	Equiplex	2,8600	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MARACAJA

Página: 20/22

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 1/2017

Data do Registro: 28/04/2017

Válido até: 28/04/2018

Objeto da Compra: AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALAR, PARA ATENDIMENTO À REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DE MARACAJÁ/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Segmenta-Eur	2,8700	2
139	TESOURA ESPENCER 9cm RETA	UN	ISAMED MAT.MEDICO HOSP.LTDA- ME. (8332)	STARK	13,7800	1
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (110859)	PROFESSION	14,1200	2
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Abc	26,4500	3
140	TESOURA RETA IRIS OU GENGICA12 CM	UN	ISAMED MAT.MEDICO HOSP.LTDA- ME. (8332)	STARK	7,9900	1
			METROMED COM. DE MATERIAL M. HOSP. LTDA (8865)	Richards	8,0900	2
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Weldon	9,0300	3
141	TESOURA COM BICO REDONDO E BICO FINO	UN	METROMED COM. DE MATERIAL M. HOSP. LTDA (8865)	Richards	10,5300	1
142	TUBO DE SILICONE 5X10mm c/ 15 METROS	UN	METROMED COM. DE MATERIAL M. HOSP. LTDA (8865)	Medicone	94,9000	1
143	TUBO DE SILICONE 6X10mm c/ 15 METROS	UN	METROMED COM. DE MATERIAL M. HOSP. LTDA (8865)	Medicone	91,9400	1
144	TUBO DE SILICONE 6X12 mm c/ 15 METROS	UN	ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Taylor	107,2500	1
			METROMED COM. DE MATERIAL M. HOSP. LTDA (8865)	Medicone	129,7000	2
145	URIPEN Nº 6	UN	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (110859)	MEDSONDA	0,9900	1
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Biosani	2,0000	2
			ISAMED MAT.MEDICO HOSP.LTDA- ME. (8332)	BIOSANI/BIOE	2,0400	3
146	VASELINA LIQUIDA	LT	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (110859)	RICIE	19,0500	1
			ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Vic Pharma	19,4700	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MARACAJA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 1/2017		Data do Registro: 28/04/2017		Válido até: 28/04/2018	
Objeto da Compra: AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALAR, PARA ATENDIMENTO À REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DE MARACAJÁ/SC.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário Classif.

METROMED COM. DE MATERIAL M. HOSP. LTDA (8865) Vic Pharma 21,0800 3

Página: 22/22

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MARACAJA**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 1/2017							Data do Registro: 28/04/2017		Válido até: 28/04/2018		
Objeto da Compra: AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALAR, PARA ATENDIMENTO À REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DE MARACAJÁ/SC.											
Item	Especificação			Unid.		Fornecedor		Marca Ofer.		Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 1/2017

PROCESSO Nº 5/2017

- (7108) - ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA.
- (8332) - ISAMED MAT.MEDICO HOSPLTDA- ME.
- (8865) - METROMED COM. DE MATERIAL M. HOSP. LTDA
- (110859) - PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

Maracajá, 28 de Abril de 2017.



ATA DE REGISTO DE PREÇO Nº 02/FMS/2017 - PREGÃO Nº 03/FMS/2017

Página: 1/2

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MARACAJA****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:**

Número do Registro de Preços: 2/2017		Data do Registro: 24/04/2017		Válido até: 24/04/2018	
Objeto da Compra: Registro de preços de tiras reagentes para medição da glicemia, para aquisições futuras, no atendimento ao programa de alto monitoramento glicêmico e unidades descentralizadas de saúde da rede municipal de Saúde de Maracajá/SC.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário Classif.
1	TIRA DE GLICEMIA ON CALL PLUS	CX	METROMED COM. DE MATERIAL M. HOSP. LTDA (8865)	on call pluss	0,6000
					1

1 1

Página: 2/2

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MARACAJA**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 2/2017 Data do Registro: 24/04/2017 Válido até: 24/04/2018

Objeto da Compra: Registro de preços de tiras reagentes para medição da glicemia, para aquisições futuras, no atendimento ao programa de alto monitoramento glicêmico e unidades descentralizadas de saúde da rede municipal de Saúde de Maracajá/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	----------------	----------

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 2/2017

PROCESSO Nº 3/2017

(8865) - METROMED COM. DE MATERIAL M. HOSP. LTDA

Maracajá, 24 de Abril de 2017.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 01 - PREGÃO Nº 18/2017

Página: 1/6

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 1/2017 Data do Registro: 27/04/2017 Válido até: 27/04/2018

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA USO NA MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Base para rele fotoelétrico 1000w	UN	ARALUZ COMERCIO DE MAT ELETRICOS E HIDR. EIRELLI E (8128)	EXATRON	0	5,2900	1
2	Braco curvo 3 metros 2" (49mm), galvanizado a fogo, sem sapata, espessura da parede 3,5mm	UN	ELETRICA RADIANTE MATERIAIS ELETRICOS LTDA - EPP (111288)	EXATRON	0	6,7200	2
			DISTRIMEL MATERIAIS ELETRICOS LTDA (110917)	EXATRON	0	7,2000	3
			ARALUZ COMERCIO DE MAT ELETRICOS E HIDR. EIRELLI E (8128)	OLIVO	0	67,0500	1
			JONAS SILVA DA ROSA (111289)	OLIVO	0	70,0000	2
			DISTRIMEL MATERIAIS ELETRICOS LTDA (110917)	OLIVO	0	71,7000	3
3	BRACO P/ ILUMINACAO.	UN	ARALUZ COMERCIO DE MAT ELETRICOS E HIDR. EIRELLI E (8128)	OLIVO	0	14,2000	1
			JONAS SILVA DA ROSA (111289)	OLIVO	0	15,3600	2
			DISTRIMEL MATERIAIS ELETRICOS LTDA (110917)	OLIVO	0	15,3600	3
4	CONDUTOR SÓLIDO DE COBRE 1,5MM	M	ARALUZ COMERCIO DE MAT ELETRICOS E HIDR. EIRELLI E (8128)	CORFIO	0	0,4800	1
			DISTRIMEL MATERIAIS ELETRICOS LTDA (110917)	CORFIO	0	0,4900	2
			JONAS SILVA DA ROSA (111289)	CORFIO	0	0,5500	3
5	FITA ISOLANTE 20M	UN	ARALUZ COMERCIO DE MAT ELETRICOS E HIDR. EIRELLI E (8128)	PRYSMAN	0	3,1200	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ**

Página: 2/6

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 1/2017		Data do Registro: 27/04/2017		Válido até: 27/04/2018			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA USO NA MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

6	LAMPADA VAPOR SODIO 250W	UN	JONAS SILVA DA ROSA (111289)	SOPRANO	0	3.2500	2
			DISTRIMEL MATERIAIS ELETRICOS LTDA (110917)	PRYSMIAN	0	3.3700	3
			ARALUZ COMERCIO DE MAT ELETRICOS E HIDR. EIRELLI E (8128)	OSRAM	0	27.8000	1
			ELETRICA RADIANTE MATERIAIS ELETRICOS LTDA - EPP (111288)	EMPALUX	0	27.8100	2
			DISTRIMEL MATERIAIS ELETRICOS LTDA (110917)	EMPALUX	0	30.3000	3
7	LAMPADA VAPOR DE SODIO 70W.	UN	ARALUZ COMERCIO DE MAT ELETRICOS E HIDR. EIRELLI E (8128)	OSRAM	0	13.7600	1
			ELETRICA RADIANTE MATERIAIS ELETRICOS LTDA - EPP (111288)	EMPALUX	0	13.7700	2
			JONAS SILVA DA ROSA (111289)	OSRAM	0	17.5000	3
8	Luminária aberta pública e-27, padrão celesc em alumínio, foco regulável, medindo 34x28cm, com bocal de porcelana, 2 fios (positivo/negativo) flexível de 1.5mm, com suporte em alumínio com 2 parafusos sextavados de 5mm, fixado por 4 rebite, sendo um cada canto.	UN	ARALUZ COMERCIO DE MAT ELETRICOS E HIDR. EIRELLI E (8128)	OLIVO	0	33.6100	1
			ELETRICA RADIANTE MATERIAIS ELETRICOS LTDA - EPP (111288)	4LUX VITÓRIA	0	33.6200	2
			DISTRIMEL MATERIAIS ELETRICOS LTDA (110917)	OLIVO	0	41.8000	3
9	Luminária globo para jardim, ½ alumínio (parte superior) e ½ acrílico transparente (parte inferior), soquete E40 e suporte para encaixe em poste de 2".	UN	ARALUZ COMERCIO DE MAT ELETRICOS E HIDR. EIRELLI E (8128)	REEME	0	296.9900	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Página: 3/6

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 1/2017 Data do Registro: 27/04/2017 Válido até: 27/04/2018						
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA USO NA MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ/SC.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
			JONAS SILVA DA ROSA (111289)	OLIVO	0	297,0000
10	Luminária pública fechada, corpo alumínio estampado anodizado, lente prismática em policarbonato com proteção UV, para lâmpada até 400w, com dispositivo para regulagem de foco. Soquete de porcelana E-40, encaixe 50mm, medindo 378x300x376mm.	UN	ARALUZ COMERCIO DE MAT ELETRICOS E HIDR. EIRELLI E (8128)	OLIVO	0	74,6600
11	REATOR VAPOR SODIO 250W.	UN	JONAS SILVA DA ROSA (111289)	OLIVO	0	79,0000
			ARALUZ COMERCIO DE MAT ELETRICOS E HIDR. EIRELLI E (8128)	DEMAPE	0	72,4800
			JONAS SILVA DA ROSA (111289)	DEMAPE	0	72,4900
			DISTRIMEL MATERIAIS ELETRICOS LTDA (110917)	INTRAL	0	72,5000
12	REATOR VAPOR DE SODIO 70W.	UN	ARALUZ COMERCIO DE MAT ELETRICOS E HIDR. EIRELLI E (8128)	DEMAPE	0	41,7600
			JONAS SILVA DA ROSA (111289)	DEMAPE	0	45,0200
13	Receptáculo porcelana reforçado e-40	UN	ARALUZ COMERCIO DE MAT ELETRICOS E HIDR. EIRELLI E (8128)	DERCOLUX	0	4,9700
			JONAS SILVA DA ROSA (111289)	DECORLUX	0	5,8000
			ELETTRICA RADIANTE MATERIAIS ELETRICOS LTDA - EPP (111288)	GERMER	0	6,0800
14	Receptáculo e-27 para luminária	UN	ARALUZ COMERCIO DE MAT ELETRICOS E HIDR. EIRELLI E (8128)	DERCOLUX	0	1,5400

Página: 4/6

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 1/2017		Data do Registro: 27/04/2017		Válido até: 27/04/2018			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA USO NA MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ELETRICA RADIANTE MATERIAIS ELETRICOS LTDA - EPP (111288)	GERMER	0	1,5500	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Página: 5/6

Número do Registro de Preços: 1/2017		Data do Registro: 27/04/2017		Válido até: 27/04/2018			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA USO NA MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			DISTRIMEL MATERIAIS ELETRICOS LTDA (110917)	DERCOLUX	0	1,6800	3

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Página: 6/6

Número do Registro de Preços: 1/2017		Data do Registro: 27/04/2017		Válido até: 27/04/2018			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA USO NA MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 1/2017
PROCESSO Nº 18/2017

- (8128) - ARALUZ COMERCIO DE MAT ELETRICOS E HIDR. EIRELLI E
- (110917) - DISTRIMEL MATERIAIS ELETRICOS LTDA
- (111288) - ELETRICA RADIANTE MATERIAIS ELETRICOS LTDA - EPP
- (111289) - JONAS SILVA DA ROSA

Maracajá, 27 de Abril de 2017.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 02 - PREGÃO N° 14/2017**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Página: 1/38

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°:****Número do Registro de Preços: 2/2017****Data do Registro: 27/04/2017****Válido até: 27/04/2018****Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇOS DE PEÇAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS NA MANUTENÇÃO MECÂNICA, ELÉTRICA E TORNIO DA FROTA DE ÔNIBUS E CAMINHÕES DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.
1	JOGO DE LONA DIANTEIRO.	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	FRASLE	191,0400	1
2	JOGO DE LONA TRACAO.	JG	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	FRASLE	320,0400	1
3	TAMBOR DE FREIO TRASEIRO	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	FRUM	320,0400	1
4	JOGO DE SAPATA DO FREIO DE MÃO	JG	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	FRASLE	250,1200	1
5	CABO DO FREIO DE MAO	PC.	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	FANIA	200,8900	1
6	BUCHA DA MOLA DIANTEIRA.	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	AESA	108,3200	1
7	PONTEIRA DA DIRECAO.	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	TRW	88,6300	1
8	BUCHA DO ESTABILIZADOR.	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	REI	39,3900	1
9	BARRA DA DIRECAO CURTA.	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	TRW	122,1100	1
10	RETENTOR DE RODA DIANTEIRA E TRASEIRA	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	SABO	19,6900	1
11	BUCHA DA MOLA TRASEIRA.	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	AESA	29,5400	1
12	BUCHA TECNIL DO ESTAB. DIANTEIRO	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	REI	29,5400	1
13	FLEXIVEL DO FREIO.	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	MASTER	39,3900	1
14	MOLA MESTRE TRASEIRA.	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	AESA	418,5100	1
15	MOLA MESTRE DIANT.	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	AESA	353,5200	1
16	MOLA SEGUNDA TRASEIRA	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	AESA	215,6600	1
17	MOLA SEGUNDA DIANTEIRA	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	AESA	392,9100	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Página: 2/38

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°:

Número do Registro de Preços: 2/2017 Data do Registro: 27/04/2017 Válido até: 27/04/2018 Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE PEÇAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS NA MANUTENÇÃO MECÂNICA, ELÉTRICA E TORNO DA FROTA DE ÔNIBUS E CAMINHÕES DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.
18	CRUZETA DO CARDAN.	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	SPICER	320,0400	1
19	ROLAMENTO REI COMPLETO	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	REI	428,3600	1
20	LUA DO CARDAN	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	SPICER	215,6600	1
21	ENCANELADO DO CARDAN	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	SPICER	142,7900	1
22	CONJUNTO DIF. DE COROA E PINHÃO	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	CIMPAL	850,8100	1
23	CONJUNTO CAIX. SATELITE COMPLETA	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	CIMPAL	476,6100	1
24	KIT DE ROLAMENTO DO CONJUNTO DO DIFERENCIAL	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	FAG	280,6500	1
25	CONJUNTO EMBREAGEM COM ROLAMENTO	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	SACS	467,7500	1
26	ROLAMENTO DE RODA DIANTEIRO	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	FAG	161,5000	1
27	ROLAMENTO DIANT. INTERNO	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	FAG	187,1000	1
28	ROLAMENTO DE RODA TRASEIRA EXTERNO	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	FAG	205,8100	1
29	SUPORTE DE MOLA DIANT. P/TRAS.	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	AESA	212,7000	1
30	FILTRO LUBRIFICANTE	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	MAN	264,8900	1
31	FILTRO DO DIESEL	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	MAN	176,2700	1
32	FILTRO DO AR	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	MAN	284,5900	1
33	FILTRO SEPARADOR AGUA.	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	MAN	225,5000	1
34	MECANISMO DO LIMPADOR DO P/ BRISA	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	DYNA	1.466,2700	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Página: 3/38

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

<p>Número do Registro de Preços: 2/2017 Data do Registro: 27/04/2017 Válido até: 27/04/2018</p> <p>Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE PEÇAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS NA MANUTENÇÃO MECÂNICA, ELÉTRICA E TORNIO DA FROTA DE ÔNIBUS E CAMINHÕES DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.</p>						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.
35	CONTROLADOR DA PORTA	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	VDO	1.137,3700	1
36	MAO DE OBRA MECANICA	HRS	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	M.O	54,1600	1
37	JOGO DE PASTILHA DIANTEIRA	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	FRASLE	342,8500	1
38	JOGO DE PASTILHA TRASEIRA	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	FRASLE	357,8000	1
39	DISCO DE FREIO DIANTEIRO.	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	TRW	302,9900	1
40	DISCO DE FREIO TRASEIRO	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	TRW	343,8500	1
41	JOGO DE SAPATA DO FREIO DE MÃO	JG	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	FRASLE	442,5200	1
42	CABO DO FREIO DE MAO	PC.	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	FANIA	258,1400	1
43	BUCHA BARRA TORÇÃO DIANT. INF. SUP.	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	REI	382,7200	1
44	PONTEIRA DA DIRECAO.	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	TRW	259,1300	1
45	PIVO DA SUSPENSÃO DIANTEIRA	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	TRW	397,6700	1
46	MECANISMO DE MOVIMENTAÇÃO DA MARCHA	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	FANIA	783,3800	1
47	RETENTOR DE RODA DIANTEIRA E TRASEIRA	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	SABO	29,9000	1
48	PINÇA DE FREIO COMPLETO	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	TRW	1.623,5700	1
49	REP. DOS PISTÕES DA PINÇA DO FREIO	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	TRW	396,6700	1
50	CONJUNTO DE INJEÇÃO DO DIESEL	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	BOSCH	2.950,1300	1
51	CENTRAL DA INJEÇÃO E MODULOS	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	BOSCH	1.069,4200	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Página: 4/38

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°:

Número do Registro de Preços: 2/2017

Data do Registro: 27/04/2017

Válido até: 27/04/2018

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE PEÇAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS NA MANUTENÇÃO MECÂNICA, ELÉTRICA E TORNO DA FROTA DE ÔNIBUS E CAMINHÕES DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.
52	BUCHA DA MOLA TRASEIRA.	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	AESA	28,9000	1
53	EIXO DIANTEIRO.	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	TRW	636,8700	1
54	FLEXIVEL DO FREIO.	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	MASTER	39,8700	1
55	MOLA MESTRE TRASEIRA.	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	AESA	234,2200	1
56	PISTAO DE ABRIR A PORTA	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	VDO	352,8200	1
57	VALVULA PU	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	WABCO	851,1500	1
58	INSTRUMENTO COMBINADO DO PAINEL	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	VDO	1.100,3200	1
59	MAO DE OBRA MECANICA	HRS	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	M.O	54,8200	1
60	JOGO DE PASTILHA DIANTEIRA	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	FRASLE	342,5400	1
61	JOGO DE PASTILHA TRASEIRA	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	FRASLE	357,4700	1
62	DISCO DE FREIO DIANTEIRO	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	TRW	302,7100	1
63	DISCO DE FREIO TRASEIRO	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	TRW	346,5200	1
64	JOGO DE SAPATA DO FREIO DE MÃO	JG	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	FRASLE	442,1100	1
65	CABO DO FREIO DE MAO	PC.	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	FANIA	477,9600	1
66	BUCHA BARRA TORÇÃO DIANT. INF. SUP.	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	REI	193,1700	1
67	PONTEIRA DA DIRECAO	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	TRW	261,8800	1
68	PIVO DA SUSPENSÃO DIANTEIRA	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	TRW	397,3000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Página: 5/38

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°:

<p>Número do Registro de Preços: 2/2017 Data do Registro: 27/04/2017 Válido até: 27/04/2018</p> <p>Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE PEÇAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS NA MANUTENÇÃO MECÂNICA, ELÉTRICA E TORNIO DA FROTA DE ÔNIBUS E CAMINHÕES DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.</p>						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.
69	MECANISMO DE MOVIMENTAÇÃO DA MARCHA	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	FANIA	1.111,2500	1
70	RETENTOR DE RODA DIANTEIRA E TRASEIRA	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	SABO	29,8700	1
71	PINÇA DE FREIO COMPLETO	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	TRW	407,2600	1
72	REP. DOS PISTÕES DA PINÇA DO FREIO	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	TRW	99,5700	1
73	CONJUNTO DE INJEÇÃO DO DIESEL	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	BOSCH	739,8400	1
74	CENTRAL DA INJEÇÃO E MODULOS	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	BOSCH	1.075,4000	1
75	BUCHA DA MOLA TRASEIRA.	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	AESA	28,8800	1
76	EIXO DIANTEIRO.	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	TRW	640,2600	1
77	FLEXIVEL DO FREIO.	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	MASTER	39,8300	1
78	MOLA MESTRE TRASEIRA.	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	AESA	234,0000	1
79	SIRENE DA RE	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	VDO	323,6200	1
80	RELE	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	VDO	148,3700	1
81	SENSOR DA RÉ	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	BOSCH	297,7300	1
82	MAO DE OBRA MECANICA	HRS	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	M.O.	54,7700	1
83	JOGO DE JUNTA DA CAIXA.	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	SABO	18,8500	1
84	FLEXIVEL DA CUICA.	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	MASTER	23,8100	1
85	BRAÇADEIRA MOLA DIANTEIRA	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	AESA	23,8100	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Página: 6/38

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°:

<p>Número do Registro de Preços: 2/2017 Data do Registro: 27/04/2017 Válido até: 27/04/2018</p> <p>Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE PEÇAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS NA MANUTENÇÃO MECÂNICA, ELÉTRICA E TORNO DA FROTA DE ÔNIBUS E CAMINHÕES DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.</p>						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.
86	BRAÇADEIRA MOLA TRASEIRA	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	AESA	24,8100	1
87	MOLA DA CUIÇA DUPLA	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	MASTER	43,6600	1
88	PONTEIRA DIREÇÃO ROSCA DIREITA	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	TRW	132,9700	1
89	PONTEIRA DIREITA ROSCA ESQUERDA	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	TRW	132,9700	1
90	BARRA CURTA DIREÇÃO	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	TRW	183,5700	1
91	BARRA CUMPRIDA DIREÇÃO	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	TRW	252,0400	1
92	SUPORTE CARROCERIA	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	REI	43,6600	1
93	EIXO PILOTO.	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	CIMPAL	181,5900	1
94	ENGRENAGEM 1ª E RÉ	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	CIMPAL	316,5400	1
95	ENGRENAGEM 2ª CAMBIO	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	CIMPAL	300,6600	1
96	ENGRENAGEM 3ª CAMBIO	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	CIMPAL	302,6500	1
97	ENGRENAGEM 4ª CAMBIO	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	CIMPAL	142,8900	1
98	ESCAPADOR ROLAMENTO ENGRENAGEM 1ª E RÉ	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	CIMPAL	108,1600	1
99	PINO DE MOLA DIANTEIRO CURTO	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	AESA	14,8800	1
100	PINO DE MOLA DIANTEIRO LONGO	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	AESA	18,8500	1
101	RESERVATÓRIO RADIADOR	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	BEPO	118,0800	1
102	ALGEMA DA MOLA DIANTEIRA	PC.	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	AESA	66,4800	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Página: 7/38

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°:

Número do Registro de Preços: 2/2017

Data do Registro: 27/04/2017

Válido até: 27/04/2018

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE PEÇAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS NA MANUTENÇÃO MECÂNICA, ELÉTRICA E TORNO DA FROTA DE ÔNIBUS E CAMINHÕES DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.
103	ALGEMA DA MOLA TRASEIRA.	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	AESA	88,3100	1
104	FEIXE DE MOLA DIANTEIRO.	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	AESA	1.174,8600	1
105	JOGO DE LONA DE FREIO DIANTEIRO	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	FRASLE	113,1200	1
106	JOGO DE LONA DE FREIO TRASEIRO	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	FRASLE	123,0400	1
107	ROLAMENTO DIANT. INTERNO	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	FAG	162,7300	1
108	ROLAMENTO DIANT. EXTERNO	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	FAG	137,9300	1
109	ROLAMENTO DE RODA TRASEIRA INTERNA	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	FAG	123,0400	1
110	ROLAMENTO DE RODA TRASEIRA EXTERNO	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	FAG	113,1200	1
111	RETENTOR DA RODA TRASEIRA.	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	SABO	18,8500	1
112	RETENTOR DA RODA TRASEIRA	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	SABO	18,8500	1
113	GRAMPO DE MOLA DIANTEIRO	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	AESA	28,7800	1
114	GRAMPO DE MOLA TRASEIRO	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	AESA	28,7800	1
115	GUIA DE GRAMPO TRASEIRO.	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	AESA	18,8500	1
116	GUIA DE GRAMPO DIANTEIRO	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	AESA	18,8500	1
117	PINO DE CENTRO DIANTEIRO	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	AESA	8,9300	1
118	PINO DE CENTRO TRASEIRO	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	AESA	8,9300	1
119	BUCHA DE MOLA DIANTEIRA	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	AESA	13,8900	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Página: 8/38

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°:

Número do Registro de Preços: 2/2017

Data do Registro: 27/04/2017

Válido até: 27/04/2018

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE PEÇAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS NA MANUTENÇÃO MECÂNICA, ELÉTRICA E TORNO DA FROTA DE ÔNIBUS E CAMINHÕES DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.
120	SUPORTE DE MOLA DT P/TRAS	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	AESA	48,6200	1
121	SUPORTE DE MOLA DT P/DT.	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	AESA	43,6600	1
122	RETENTOR DO PINHAO.	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	SABO	23,8100	1
123	BOMBA D AGUA.	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	URBA	162,7300	1
124	BOMBA ALIMENTADORA.	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	BOSCH	18,8500	1
125	CUBO DE RODA DIANTEIRO	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	FRUM	317,5300	1
126	TAMBOR DE FREIO TRASEIRO	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	FRUM	269,9000	1
127	ROLAMENTO DE CENTRO DO PINHÃO	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	FAG	212,3500	1
128	ROLAMENTO LATERAL DA COROA.	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	FAG	227,2300	1
129	SERVICOS MECANICOS	HR	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	M.O.	55,5700	1
130	SERVICO DE TORNO.	HR	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	M.O.	84,3400	1
131	CRUZETA DO CARDAN	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	SPICER	108,0500	1
132	ROLAMENTO DE CENTRO.	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	SABO	78,3100	1
133	FLANGE DO CARDAN.	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	SPICER	182,4000	1
134	MOLA TRASEIRA 1ª	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	AESA	197,2700	1
135	MOLA TRASEIRA 2ª	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	AESA	182,4000	1
136	MOLA TRASEIRA 3ª	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	AESA	172,4900	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Página: 9/38

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°:

Número do Registro de Preços: 2/2017

Data do Registro: 27/04/2017

Válido até: 27/04/2018

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE PEÇAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS NA MANUTENÇÃO MECÂNICA, ELÉTRICA E TORNO DA FROTA DE ÔNIBUS E CAMINHÕES DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.
137	MOLA TRASEIRA 4ª	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	AESA	162,5700	1
138	MOLA TRASEIRA 5ª	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	AESA	132,8400	1
139	MOLA TRASEIRA 6ª	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	AESA	108,0500	1
140	MOLA DIANTEIRA 1ª	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	AESA	167,5300	1
141	MOLA DIANTEIRA 2ª	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	AESA	152,6600	1
142	MOLA DIANTEIRA 3ª	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	AESA	147,7000	1
143	MOLA DIANTEIRA 4ª	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	AESA	137,7900	1
144	MOLA DIANTEIRA 5ª	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	AESA	94,1700	1
145	ALGEMA DE MOLA TRASEIRA	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	AESA	59,4800	1
146	ALGEMA DE MOLA DIANTEIRA	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	AESA	49,5700	1
147	GRAMPO DE MOLA TRASEIRO	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	AESA	29,7400	1
148	GRAMPO DE MOLA DIANTEIRO	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	AESA	29,7400	1
149	CREMALHEIRA	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	CIMPAL	360,8400	1
150	BUCHA DE MOLA.	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	AESA	9,9100	1
151	PINO DE MOLA	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	AESA	13,8800	1
152	SUPORTE DE MOLA TRASEIRO	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	AESA	127,8800	1
153	SUPORTE DE MOLA DIANTEIRO	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	AESA	127,8800	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Página: 10/38

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 2/2017

Data do Registro: 27/04/2017

Válido até: 27/04/2018

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE PEÇAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS NA MANUTENÇÃO MECÂNICA, ELÉTRICA E TORNO DA FROTA DE ÔNIBUS E CAMINHÕES DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.
154	BARRA LONGA DA DIREÇÃO	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	TRW	212,1400	1
155	BARRA CURTA DA DIREÇÃO	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	TRW	168,5200	1
156	MANGUEIRA DA TURBINA	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	SABO	83,2700	1
157	RETENTOR DA RODA TRASEIRA.	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	SABO	23,7900	1
158	RETENTOR DE RODA DIANTEIRO	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	SABO	13,8800	1
159	PINO DE CENTRO.	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	AESA	8,9200	1
160	JOGO DE LONA DE FREIO DIANT. E TRAS.	JG	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	FRASLE	94,1700	1
161	ROLAMENTO DE RODA DIANTEIRO INTERNO	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	FAG	63,4400	1
162	ROLAMENTO DE RODA DIANTEIRO EXTERNO.	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	FAG	53,5300	1
163	ROLAMENTO DE RODA TRASEIRA INTERNA	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	FAG	93,1800	1
164	ROLAMENTO DE RODA TRASEIRA EXTERNO	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	FAG	88,2300	1
165	TRAVA ARANHA PARA PORCA DA CARÇAÇA	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	MASTER	5,9500	1
166	ARRUELA DO ENCOSTO DO ROLAMENTO	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	MASTER	5,9500	1
167	JOGO DE ROLAMENTOS DO DIFERENCIAL	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	FAG	301,3600	1
168	COROA E PINHAO	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	CIMPAL	1.223,2700	1
169	CAIXA SATELITE COMPLETA	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	CIMPAL	1.188,5800	1
170	SERVICOS MECANICOS	HR	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	M.O	54,5200	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Página: 11/38

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°:

Número do Registro de Preços: 2/2017

Data do Registro: 27/04/2017

Válido até: 27/04/2018

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE PEÇAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS NA MANUTENÇÃO MECÂNICA, ELÉTRICA E TORNO DA FROTA DE ÔNIBUS E CAMINHÕES DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.
171	SERVICO DE TORNO.	HR	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	M.O	35,6900	1
172	SERVICO DE SOLDA	HR	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	M.O.	35,6900	1
173	JOGO DE LONA DE FREIO DIANTEIRO	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	FRASLE	146,6900	1
174	JOGO DE LONA DE FREIO TRASEIRO	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	FRASLE	146,6900	1
175	RETENTOR DE RODA DIANTEIRO	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	SABO	18,7100	1
176	RETENTOR DE RODA TRASEIRA	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	SABO	38,4000	1
177	GRAMPO DE MOLA DIANTEIRO	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	AESA	33,4700	1
178	GRAMPO DE MOLA TRASEIRO	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	AESA	33,4700	1
179	GUIA DE GRAMPO TRASEIRO	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	AESA	19,6900	1
180	GUIA DE GRAMPO DIANTEIRO	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	AESA	19,6900	1
181	PINO DE CENTRO DIANTEIRO	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	AESA	8,8600	1
182	PINO DE CENTRO TRASEIRO	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	AESA	8,8600	1
183	BUCHA MOLA DIANTEIRA	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	AESA	11,8100	1
184	SUPORTE DE MOLA DT P/TRAS	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	AESA	63,0100	1
185	SUPORTE DE MOLA DT P/DT.	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	AESA	72,8500	1
186	RETENTOR DO PINHAO.	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	SABO	18,7100	1
187	BOMBA D AGUA.	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	URBA	201,8300	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Página: 12/38

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°:

Número do Registro de Preços: 2/2017

Data do Registro: 27/04/2017

Válido até: 27/04/2018

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE PEÇAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS NA MANUTENÇÃO MECÂNICA, ELÉTRICA E TORNO DA FROTA DE ÔNIBUS E CAMINHÕES DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.
188	BOMBA ALIMENTADORA	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	BOSCH	18,7100	1
189	JUNTA DA TAMPA DA VALVULA.	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	SABO	10,8300	1
190	ROLAMENTO DO CARDAN	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	SABO	67,9300	1
191	CRUZETA DO CARDAN	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	SPICER	112,2300	1
192	LUVA DO CARDAN.	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	SPICER	161,4600	1
193	PONTA DO CARDAN COM ROSCA	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	SPICER	136,8500	1
194	FLANGE DO CARDAN PARA ROLAMENTO	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	SPICER	146,6900	1
195	TAMPA DO TANQUE	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	BEPO	13,7800	1
196	MANGUEIRA INFERIOR DO RADIADOR	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	SABO	38,4000	1
197	MANGUEIRA SUPERIOR DO RADIADOR	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	SABO	30,5200	1
198	TAMPA DO RADIADOR	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	BEPO	13,7800	1
199	ROLAMENTO COROA	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	FAG	97,4700	1
200	ROLAMENTO COLO PINHAO	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	FAG	112,2300	1
201	ROLAMENTO PONTA DO PINHAO	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	FAG	117,1600	1
202	JOGO DE JUNTA DA CAIXA.	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	SABO	13,7800	1
203	FLEXIVEL DA CUICA.	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	MASTER	15,7500	1
204	BRAÇADEIRA MOLA DIANTEIRA	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	AESA	13,7800	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Página: 13/38

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°:

Número do Registro de Preços: 2/2017

Data do Registro: 27/04/2017

Válido até: 27/04/2018

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE PEÇAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS NA MANUTENÇÃO MECÂNICA, ELÉTRICA E TORNO DA FROTA DE ÔNIBUS E CAMINHÕES DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.
205	BRAÇADEIRA MOLA TRASEIRA	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	AESA	13,7800	1
206	MOLA DA CUICA DUPLA	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	MASTER	53,1600	1
207	PONTEIRA DIREÇÃO DIREITA	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	TRW	82,7000	1
208	PONTEIRA DIREÇÃO ESQUERDA	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	TRW	82,7000	1
209	BARRA CURTA DA DIREÇÃO	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	TRW	195,9200	1
210	BARRA CUMPRIDA DIREÇÃO	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	TRW	205,7600	1
211	TAMBOR DE FREIO TRASEIRO	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	FRUM	387,9000	1
212	TAMBOR DE FREIO DIANTEIRO	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	FRUM	358,3600	1
213	CUBO DA RODA DA TRACAO	PC.	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	FRUM	309,1400	1
214	PARAFUSO DE RODA COMPLETO	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	RAIO	23,6300	1
215	TAMBOR DE FREIO TRASEIRO	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	FRUM	289,4500	1
216	TAMBOR DE FREIO DIANTEIRO	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	FRUM	259,9100	1
217	CUBO DA RODA DA TRACAO	PC.	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	FRUM	309,1400	1
218	BARRA LONGA DA DIREÇÃO	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	TRW	210,6900	1
219	BARRA CURTA DA DIREÇÃO	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	TRW	171,3100	1
220	MANGUEIRA DA TURBINA	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	SABO	82,7000	1
221	RETENTOR DA RODA TRASEIRA.	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	SABO	23,6300	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Página: 14/38

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°:

Número do Registro de Preços: 2/2017

Data do Registro: 27/04/2017

Válido até: 27/04/2018

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE PEÇAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS NA MANUTENÇÃO MECÂNICA, ELÉTRICA E TORNO DA FROTA DE ÔNIBUS E CAMINHÕES DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.
222	RETENTOR DE RODA DIANTEIRO	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	SABO	13,7800	1
223	PINOS DE CENTRO P/ MOLAS	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	AESA	8,8600	1
224	JOGOS DE LONA DIANT. E TRAS.	JG	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	FRASLE	93,5300	1
225	ROLAMENTO RODA DIANTEIRA INTERNO	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	FAG	63,0100	1
226	ROLAMENTO RODA DIANTEIRA EXTERNO	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	FAG	53,1600	1
227	ROLAMENTO RODA TRASEIRA INTERNA	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	FAG	92,5400	1
228	ROLAMENTO RODA TRASEIRA EXTERNA	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	FAG	87,6200	1
229	TRAVA ARANHA PARA PORCA DA CARÇAÇA	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	MASTER	5,9100	1
230	ARRUELA DE ENCOSTO DO ROLAMENTO.	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	MASTER	5,9100	1
231	JOGO DE ROLAMENTOS DO DIFERENCIAL	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	FAG	299,2900	1
232	COROA E PINHAO	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	CIMPAL	919,5400	1
233	TAMBOR DE FREIO TRASEIRO	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	FRUM	245,1400	1
234	MOTOR DO LIMPADOR DE PARABRISA.	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	BOSCH	530,6500	1
235	PALHETA LIMPADOR	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	DYNA	97,4700	1
236	SINALEIRA TRAS. COMPLETA	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	CIBIE	190,0100	1
237	INSTRUMENTO COMBINADO DO PAINEL	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	VDO	1.653,0000	1
238	SENSOR DE PRESSÃO DA TURBINA	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	BOSCH	235,3000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Página: 15/38

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°:

Número do Registro de Preços: 2/2017

Data do Registro: 27/04/2017

Válido até: 27/04/2018

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE PEÇAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS NA MANUTENÇÃO MECÂNICA, ELÉTRICA E TORNO DA FROTA DE ÔNIBUS E CAMINHÕES DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.
239	VALVULA SOLENÓIDE	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	WABCO	323,9100	1
240	SERVICOS MECANICOS	HR	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	M.O	55,1300	1
241	SERVICO DE TORNO.	HR	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	M.O	63,9900	1
242	SERVIÇO ELÉTRICA	HR	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	M.O	34,4600	1
243	ALGEMA DA MOLA DIANTEIRA	PC.	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	AESA	78,6900	1
244	ALGEMA DA MOLA TRASEIRA.	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	AESA	84,6600	1
245	FEIXE DE MOLA DIANTEIRO.	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	AESA	800,8000	1
246	FEIXE DE MOLA TRASEIRO.	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	AESA	852,5900	1
247	COROA E PINHAO	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	CIMPAL	852,5900	1
248	ANEL SINCRONIZADO	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	CIMPAL	50,8000	1
249	KIT EMBREAGEM	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	SACS	1.158,3700	1
250	VOLANTE DO MOTOR	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	CIMPAL	695,2200	1
251	PALHETA DO LIMPADOR DO PARABRISA	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	DYNA	99,6000	1
252	SENSOR DE PRESSÃO DE ALTA	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	BOSCH	228,0900	1
253	MOTOR DE ARRANQUE RECON.	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	BOSCH	656,3800	1
254	MOTOR LIMPADOR PARABRISA	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	BOSCH	537,8500	1
255	CONTROLADOR DA PORTA	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	BOSCH	986,0600	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Página: 16/38

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

<p>Número do Registro de Preços: 2/2017 Data do Registro: 27/04/2017 Válido até: 27/04/2018</p> <p>Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE PEÇAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS NA MANUTENÇÃO MECÂNICA, ELÉTRICA E TORNO DA FROTA DE ÔNIBUS E CAMINHÕES DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.</p>						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.
256	SINALEIRA TRAS. COMPLETA	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	CIBIE	192,2300	1
257	JOGO DE LONA TRASEIRO.	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	FRASLE	226,1000	1
258	RETENTOR DE RODA TRASEIRA	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	SABO	53,7900	1
259	CUBO DE RODA TRASEIRO.	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	FRUM	696,2200	1
260	PARAFUSO DE RODA TRASEIRA	PC.	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	RAIO	24,9000	1
261	TAMBOR DE FREIO	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	FRUM	498,0100	1
262	PATIM DE FREIO	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	MASTER	268,9300	1
263	CUICA DE FREIO TRÁS. DUPLA	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	MASTER	254,9800	1
264	KG DE GRAXA	KG	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	SHEL	33,8600	1
265	JOGO DE LONA DIANTEIRO.	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	FRASLE	248,0100	1
266	ROLAMENTO DE RODA DIANTEIRO INTERNO	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	FAG	230,0800	1
267	ROLAMENTO DE RODA DIANTEIRO EXTERNO.	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	FAG	200,2000	1
268	RETENTOR DE RODA DIANTEIRO	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	SABO	51,7900	1
269	TAMBOR DE FREIO DIANTEIRO	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	FRUM	448,2100	1
270	FILTRO LUBRIFICANTE	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	MAN	129,4800	1
271	JOGO DE FILTRO DIESEL	PC.	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	MAN	263,9500	1
272	FILTRO DO AR	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	MAN	269,9200	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Página: 17/38

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°:

Número do Registro de Preços: 2/2017

Data do Registro: 27/04/2017

Válido até: 27/04/2018

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE PEÇAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS NA MANUTENÇÃO MECÂNICA, ELÉTRICA E TORNO DA FROTA DE ÔNIBUS E CAMINHÕES DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.
273	FLANGE DO CARDAN.	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	SPICER	321,7200	1
274	CRUZETA DO CARDAN	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	SPICER	189,2400	1
275	ROLAMENTO DO CARDAN	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	SABO	196,2200	1
276	EIXO SECUNDARIO DA CAIXA.	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	CIMPAL	649,4100	1
277	ENGRENAGEM DA 2ª SUPERIOR	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	CIMPAL	420,3200	1
278	ENGRENAGEM DA 4ª	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	CIMPAL	419,3300	1
279	ENGRENAGEM DA 5ª	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	CIMPAL	398,4100	1
280	PRISE	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	CIMPAL	897,4200	1
281	ROLAMENTO DA CAIXA.	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	FAG	213,1500	1
282	OLEO.	LT	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	SHEL	20,9200	1
283	GARFO DA 2ª E 3ª	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	CIMPAL	328,6900	1
284	COMPRESSOR AR	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	KNOR	1.388,4500	1
285	KIT DO MOTOR	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	METAL LEVE	208,1700	1
286	JOGO DE JUNTA DO MOTOR.	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	METAL LEVE	365,5400	1
287	OLEO DO MOTOR	LT	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	SHEL	17,9300	1
288	JOGO BRONZINA BIELA	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	METAL LEVE	153,3900	1
289	BUCHA DE BIELA	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	METAL LEVE	69,7200	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Página: 18/38

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°:

Número do Registro de Preços: 2/2017

Data do Registro: 27/04/2017

Válido até: 27/04/2018

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE PEÇAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS NA MANUTENÇÃO MECÂNICA, ELÉTRICA E TORNO DA FROTA DE ÔNIBUS E CAMINHÕES DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.
290	BOMBA D'AGUA	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	URBA	292,8300	1
291	JOGO BROZINA DO MANCAL	JG	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	METAL LEVE	284,8600	1
292	JUNTA DE CABOÇOTE METÁLICA	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	METAL LEVE	108,5700	1
293	RETENTOR DIANTEIRO DO MOTOR	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	SABO	57,7700	1
294	RETENTOR TRAZEIRO DO MOTOR	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	SABO	118,5300	1
295	JOGO DE ANEL DE VEDAÇÃO DAS CAMISAS	JG	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	METAL LEVE	185,2600	1
296	VALVULA ESCAPE.	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	TRW	18,9200	1
297	VALVULA DE ADMISSAO.	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	TRW	18,9200	1
298	TUCHOS DE VALVULAS.	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	TRW	22,9100	1
299	GUIA VALVULAS.	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	TRW	12,9500	1
300	BOMBA DE OLEO DO MOTOR	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	SHADEK	218,1300	1
301	CALCO DO MOTOR DIANTEIRO	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	METAL LEVE	107,5700	1
302	VALVULA TERMOSTATICA	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	SIEMENS	118,5300	1
303	EMBREAGEM VISCOSA	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	SHADEK	213,1500	1
304	SERVICOS MECANICOS	HR	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	M.O	56,7700	1
305	SERVIÇOS ELÉTRICOS	HR	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	M.O	37,8500	1
306	SERVICO DE TORNO.	HR	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	M.O	67,7300	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Página: 19/38

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 2/2017

Data do Registro: 27/04/2017

Válido até: 27/04/2018

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE PEÇAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS NA MANUTENÇÃO MECÂNICA, ELÉTRICA E TORNIO DA FROTA DE ÔNIBUS E CAMINHÕES DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.
307	SERVICO DE RETIFICA	HR	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	M.O	2.865,5500	1
308	JOGO DE LONA DE FREIO DIANTEIRO	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	FRASLE	58,3700	1
309	JOGO DE LONA DE FREIO TRASEIRO	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	FRASLE	63,3100	1
310	ROLAMENTO DIANT. INTERNO	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	FAG	43,5300	1
311	ROLAMENTO TRASEIRO EXTERNO	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	FAG	48,4700	1
312	ROLAMENTO DIANTEIRO EXTERNO	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	FAG	43,5300	1
313	ROLAMENTO TRASEIRO INTERNO	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	FAG	58,3700	1
314	RETENTOR RODA DIANTEIRA	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	SABO	17,8100	1
315	RETENTOR RODA TRASEIRA	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	SABO	16,8200	1
316	GRAMPO DE MOLA DIANTEIRO C/ PORCA	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	AESA	28,6900	1
317	GRAMPO DE MOLA TRASEIRO C/ PORCA	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	AESA	28,6900	1
318	PINO DE CENTRO C/ PORCA DIANTEIRA	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	AESA	5,9400	1
319	PINO DE CENTRO C/ PORCA TRASEIRA	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	AESA	5,9400	1
320	BUCHA DE MOLA DIANTEIRA	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	AESA	10,8800	1
321	BUCHA DE MOLA TRASEIRA	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	AESA	13,8500	1
322	ALGEMA MOLA TRASEIRA	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	AESA	63,3100	1
323	ALGEMA DE MOLA DIANTEIRA	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	AESA	53,4200	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Página: 20/38

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°:

Número do Registro de Preços: 2/2017

Data do Registro: 27/04/2017

Válido até: 27/04/2018

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE PEÇAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS NA MANUTENÇÃO MECÂNICA, ELÉTRICA E TORNO DA FROTA DE ÔNIBUS E CAMINHÕES DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.
324	PINO DE MOLA DIANT.	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	AESA	15,8300	1
325	PINO DE MOLA TRASEIRO	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	AESA	15,8300	1
326	ROLAMENTO COLO PINHAO	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	FAG	142,4500	1
327	ROLAMENTO LATERAL DA COROA.	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	FAG	122,6700	1
328	ROLAMENTO PONTA DO PINHÃO	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	FAG	122,6700	1
329	RETENTOR PINHÃO.	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	SABO	15,8300	1
330	BOMBA D AGUA.	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	URBA	261,1600	1
331	BOMBA ALIMENTADORA	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	BOSCH	39,5700	1
332	CUBO DE RODA TRASEIRO	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	FRUM	350,1900	1
333	TAMBOR DE FREIO DIANTEIRO	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	FRUM	231,4800	1
334	TAMBOR DE FREIO TRASEIRO	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	FRUM	261,1600	1
335	JUNTA DA TAMPA DA VALVULA.	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	SABO	13,8500	1
336	ROLAMENTO CARDAM	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	SABO	58,3700	1
337	CRUZETA DO CARDAN	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	SPICER	92,9900	1
338	LUA DO CARDAN	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	SPICER	172,1300	1
339	PONTEIRA DO CARDAN.	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	SPICER	172,1300	1
340	FLANGE DO CARDAN.	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	SPICER	92,9900	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Página: 21/38

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°:

Número do Registro de Preços: 2/2017

Data do Registro: 27/04/2017

Válido até: 27/04/2018

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE PEÇAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS NA MANUTENÇÃO MECÂNICA, ELÉTRICA E TORNO DA FROTA DE ÔNIBUS E CAMINHÕES DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.
341	PATIM TRASEIRO	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	MASTER	229,5100	1
342	EMBUCHAMENTO DIANTEIRO.	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	IRMA	286,8800	1
343	PLATO DE EMBREAGEM	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	SACS	389,7600	1
344	DISCO DE EMBREAGEM.	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	SACS	379,8700	1
345	ROLAMENTO DE EMBREAGEM.	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	SACS	122,6700	1
346	CUBO DO ROLAMENTO DA EMBREAGEM.	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	SACS	92,9900	1
347	TACOGRAFO	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	VDO	1.537,3000	1
348	FILTRO DO DIESEL	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	MAN	13,8500	1
349	FILTRO DO LUBRIFICANTE	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	MAN	33,6300	1
350	ELEMENTO FILTRO AR	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	MAN	92,9900	1
351	MAÇANETA EXTERNA	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	UNIVERSAL	33,6300	1
352	FECHADURA DA PORTA.	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	UNIVERSAL	28,6900	1
353	MAQUINA DO VIDRO.	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	UNIVERSAL	43,5300	1
354	SUPORTE DO RADIADOR	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	REI	13,8500	1
355	CORREIA DO ALTERNADOR.	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	GOODYEAR	33,6300	1
356	CORREIA HIDRAULICA	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	GOODYEAR	23,7400	1
357	CATRACA DO FREIO	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	MASTER	53,4200	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Página: 22/38

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 2/2017

Data do Registro: 27/04/2017

Válido até: 27/04/2018

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE PEÇAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS NA MANUTENÇÃO MECÂNICA, ELÉTRICA E TORNO DA FROTA DE ÔNIBUS E CAMINHÕES DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.
358	BORRACHA DA CUIÇA.	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	MASTER	23,7400	1
359	CUÍÇA DUPLA 30X30	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	MASTER	112,7700	1
360	VOLANTE DO MOTOR	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	CIMPAL	950,6700	1
361	JUNTA TAMPA DIFERENCIAL	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	SABO	23,7400	1
362	EIXO PILOTO.	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	CIMPAL	389,7600	1
363	EIXO BAIXO DO CAMBIO	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	CIMPAL	419,4400	1
364	EIXO INTERMEDIÁRIO	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	CIMPAL	435,2700	1
365	ENGRENAGEM 3a. CIMA.	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	CIMPAL	374,9300	1
366	ENGRENAGEM 4 BAIXO	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	CIMPAL	191,9100	1
367	ENGRENAGEM 5ª BAIXO	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	CIMPAL	241,3800	1
368	JUNTA CAMBIO	JGS	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	SABO	19,7900	1
369	ROLAMENTO PRISE	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	FAG	162,2400	1
370	DISCO TACÓGRAFO.	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	VDO	23,7400	1
371	FLEXÍVEL CUIÇA	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	MASTER	13,8500	1
372	MOLA DUPLA CUIÇA	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	MASTER	53,4200	1
373	SUPORTE MOTOR DIANTEIRO	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	REI	43,5300	1
374	SUPORTE MOTOR TRASEIRO	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	REI	53,4200	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Página: 23/38

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°:

Número do Registro de Preços: 2/2017

Data do Registro: 27/04/2017

Válido até: 27/04/2018

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE PEÇAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS NA MANUTENÇÃO MECÂNICA, ELÉTRICA E TORNO DA FROTA DE ÔNIBUS E CAMINHÕES DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.
375	TERMINAL DIREÇÃO LADO ESQUERDO	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	TRW	68,2600	1
376	TERMINAL DIREÇÃO LADO DIREITO	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	TRW	68,2600	1
377	BARRA CENTRAL	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	TRW	162,2400	1
378	BARRA CUMPRIDA DIREÇÃO	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	TRW	191,9100	1
379	AMORTECEDOR DIANTEIRO.	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	COFAP	211,7000	1
380	SERVICOS MECANICOS	HR	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	M.O	55,4000	1
381	SERVICO DE SOLDA	HR	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	M.O	74,1900	1
382	JOGO DE LONA DIANTEIRO.	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	FRASLE	217,0700	1
383	PATIM DE FREIO DIANTEIRO	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	MASTER	247,9400	1
384	CUICA DE FREIO TRAS.	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	MASTER	278,8000	1
385	RETENTOR DE RODA DIANTEIRO	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	SABO	29,8700	1
386	RETENTOR DE RODA TRASEIRA	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	SABO	45,8000	1
387	GRAXA P/ ROLAMENTOS.	KG	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	SCHEL	33,8500	1
388	REPARO DO PATINS.	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	MASTER	53,7700	1
389	ROLAMENTO DE RODA DIANTEIRO INTERNO	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	FAG	148,3600	1
390	ROLAMENTO DE RODA DIANTEIRO EXTERNO.	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	FAG	118,4900	1
391	ROLAMENTO DE RODA TRASEIRA INTERNA	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	FAG	173,2600	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Página: 24/38

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°:

Número do Registro de Preços: 2/2017

Data do Registro: 27/04/2017

Válido até: 27/04/2018

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE PEÇAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS NA MANUTENÇÃO MECÂNICA, ELÉTRICA E TORNO DA FROTA DE ÔNIBUS E CAMINHÕES DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.
392	ROLAMENTO DE RODA TRASEIRA EXTERNO	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	FAG	208,1100	1
393	CUBO DE RODA TRASEIRO.	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	FRUM	541,6800	1
394	TAMBOR DE FREIO TRASEIRO	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	FRUM	651,2100	1
395	SEMI-EIXO TRASEIRO	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	CIMPAL	750,7800	1
396	COROA E PINHAO	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	CIMPAL	1.102,2700	1
397	CAIXA SATELITE COMPLETA	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	CIMPAL	686,0600	1
398	KIT DE ROLAMENTO DO DIFERENCIAL	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	FAG	296,7300	1
399	MOTOR DO LIMPADOR DE PARABRISA.	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	BOSCH	217,0700	1
400	BRAÇO DO LIMPADOR DO PARABRISA	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	DYNA	242,9600	1
401	PALHETA DO LIMPADOR DO PARABRISA	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	DYNA	83,6400	1
402	CRUZETA DO CARDAN	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	SPICER	312,6600	1
403	FLANGE DO CARDAN.	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	SPICER	541,6800	1
404	PONTEIRA DO CARDAN COM ROSCA	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	SPICER	422,1900	1
405	LUVA DO CARDAN	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	SPICER	495,8700	1
406	ENCANELADO DO CARDAN	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	SPICER	581,5000	1
407	ROLAMENTO DE CENTRO DO CARDAN.	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	SABO	327,5900	1
408	SUPORTE DO ROLAMENTO DO CARDAN TIPO REI	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	REI	277,8100	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Página: 25/38

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°:

Número do Registro de Preços: 2/2017

Data do Registro: 27/04/2017

Válido até: 27/04/2018

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE PEÇAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS NA MANUTENÇÃO MECÂNICA, ELÉTRICA E TORNO DA FROTA DE ÔNIBUS E CAMINHÕES DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.
409	KIT DE EMBREAGEM	PC.	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	SACS	1.109,2400	1
410	VOLANTE DO MOTOR COM CREMALHEIRA	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	CIMPAL	1.537,4000	1
411	SUPORTE DO MOTOR TRASEIRO	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	REI	213,0900	1
412	EIXO PILOTO CAMBIO	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	CIMPAL	417,2100	1
413	CONTRA EIXO DO CAMBIO	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	CIMPAL	471,9700	1
414	ROLAMENTO DO CAMBIO	JG	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	FAG	462,0200	1
415	ENGRENAGEM DA 2ª SUPERIOR	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	CIMPAL	252,9100	1
416	ENGRENAGEM DA TERCEIRA SUPERIOR	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	CIMPAL	233,0000	1
417	ENGRENAGEM DA QUARTA DE CIMA	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	CIMPAL	282,7900	1
418	ENGRENAGEM DA QUARTA INFERIOR	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	CIMPAL	306,6800	1
419	CONJUNTO SICRONIZADO DA 2ª E 3ª	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	CIMPAL	830,4400	1
420	CONJUNTO SICRONIZADO DA 4ª E 5ª	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	CIMPAL	830,4400	1
421	CUBO DE RODA DIANTEIRO	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	FRUM	501,8500	1
422	BUCHA DE MOLA DIANTEIRA E TRASEIRA	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	AESA	19,9100	1
423	PINO DE MOLA DIANTEIRO E TRASEIRO	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	AESA	20,9100	1
424	BUCHA DO ESTABILIZADOR DIANTEIRO E TRASEIRO	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	REI	57,7500	1
425	ARRUELA LATERAL DO PINO DE MOLA	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	AESA	2,9900	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Página: 26/38

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°:

Número do Registro de Preços: 2/2017

Data do Registro: 27/04/2017

Válido até: 27/04/2018

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE PEÇAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS NA MANUTENÇÃO MECÂNICA, ELÉTRICA E TORNO DA FROTA DE ÔNIBUS E CAMINHÕES DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.
426	SUPORTE DE MOLA TRASEIRO	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	AESA	83,6400	1
427	ALGEMA DE MOLA.	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	AESA	44,8100	1
428	MOLA MESTRE DIANT.	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	AESA	277,8100	1
429	MOLA SEGUNDA DIANTEIRA	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	AESA	277,8100	1
430	MOLA DIANTEIRA 3ª	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	AESA	208,1100	1
431	MOLA MESTRE TRASEIRA.	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	AESA	282,7900	1
432	MOLA TRASEIRA 2ª	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	AESA	307,6800	1
433	MOLA TRASEIRA 3ª	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	AESA	173,2600	1
434	SUPORTE DE MOLA DIANTEIRO	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	AESA	53,7700	1
435	FLEXÍVEL DO ESCAPE GALV.	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	MASTER	83,6400	1
436	VALVULA PU	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	WABCO	700,9900	1
437	SERVICOS MECANICOS	HR	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	M.O	55,7600	1
438	JOGO DE LONA DE FREIO DIANTEIRO	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	FRASLE	161,2400	1
439	JOGO DE LONA DE FREIO TRASEIRO	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	FRASLE	161,2400	1
440	ROLAMENTO DE RODA DIANTEIRO	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	FAG	161,2400	1
441	ROLAMENTO DE RODA TRASEIRA EXTERNO	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	FAG	151,3500	1
442	ROLAMENTO DE RODA TRASEIRA INTERNA	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	FAG	156,3000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Página: 27/38

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°:

Número do Registro de Preços: 2/2017

Data do Registro: 27/04/2017

Válido até: 27/04/2018

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE PEÇAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS NA MANUTENÇÃO MECÂNICA, ELÉTRICA E TORNO DA FROTA DE ÔNIBUS E CAMINHÕES DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.
443	ROLAMENTO DE RODA DIANTEIRO EXTERNO.	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	FAG	161,2400	1
444	RETENTOR DE RODA DIANTEIRO	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	SABO	23,7400	1
445	RETENTOR DE RODA TRASEIRA	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	SABO	63,3100	1
446	GUIA DE GRAMPO DIANTEIRO	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	AESA	23,7400	1
447	GUIA DE MOLA DIANT.	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	AESA	28,6900	1
448	GRAMPO DE MOLA TRASEIRO	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	AESA	28,6900	1
449	GUIA DE GRAMPO TRASEIRO	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	AESA	22,7500	1
450	PINO DE CENTRO DIANTEIRO	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	AESA	5,9400	1
451	PINO DE CENTRO TRASEIRO	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	AESA	5,9400	1
452	PORCA 12mm.	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	AESA	0,1500	1
453	PORCA 18mm.	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	AESA	3,9600	1
454	BUCHA DE MOLA DIANTEIRA	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	AESA	13,8500	1
455	SUPORTE DE MOLA DIANT. P/TRAS.	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	AESA	92,9900	1
456	SUPORTE DE MOLA DIANT P/DIANT.	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	AESA	92,9900	1
457	RETENTOR DO PINHAO.	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	SABO	63,3100	1
458	BOMBA D AGUA.	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	URBA	295,7800	1
459	BOMBA ALIMENTADORA	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	BOSCH	63,3100	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Página: 28/38

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°:

Número do Registro de Preços: 2/2017

Data do Registro: 27/04/2017

Válido até: 27/04/2018

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE PEÇAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS NA MANUTENÇÃO MECÂNICA, ELÉTRICA E TORNO DA FROTA DE ÔNIBUS E CAMINHÕES DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.
460	TAMBOR DE FREIO DIANTEIRO	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	FRUM	419,4300	1
461	TAMBOR DE FREIO TRASEIRO	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	FRUM	478,7900	1
462	JUNTA TAMPA DA VALVULA.	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	SABO	23,7400	1
463	ROLAMENTO DO CARDAN	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	SABO	58,3600	1
464	CRUZETA DO CARDAN	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	SPICER	122,6600	1
465	LUVA DO CARDAN	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	SPICER	182,0200	1
466	PONTEIRA CARDAN C/ ROSCA	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	SPICER	191,9100	1
467	FLANGE DO CARDAN PARA ROLAMENTO	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	SPICER	147,4000	1
468	TAMPA DO TANQUE	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	BEPO	23,7400	1
469	MANGUEIRA INFERIOR DO RADIADOR	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	SABO	33,6300	1
470	MANGUEIRA SUPERIOR DO RADIADOR	PC.	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	SABO	33,6300	1
471	TAMPA DO RADIADOR	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	BEPO	17,8100	1
472	EMBUCHAMENTO DIANT. COMPLETO 2 LAD.	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	IRMA	479,7800	1
473	KIT DE EMBREAGEM	PC.	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	SACS	1.092,1100	1
474	BOIA DO TANQUE.	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	BEPO	122,6600	1
475	CORREIA DO ALTERNADOR	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	GOODYEAR	43,5300	1
476	VALVULA PEDAL	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	WABCO	231,4800	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Página: 29/38

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°:

Número do Registro de Preços: 2/2017

Data do Registro: 27/04/2017

Válido até: 27/04/2018

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE PEÇAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS NA MANUTENÇÃO MECÂNICA, ELÉTRICA E TORNO DA FROTA DE ÔNIBUS E CAMINHÕES DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.
477	VALVULA DO FREIO DE MAO.	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	WABCO	261,1600	1
478	CATRACA FREIO TRASEIRO	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	MASTER	122,6600	1
479	BORRACHA DA CUICA.	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	MASTER	23,7400	1
480	CUÍÇA DUPLA 30X30	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	MASTER	162,2300	1
481	CABO DO VELOCIMETRO.	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	FANIA	63,3100	1
482	FLEXIVEL DA CUICA.	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	MASTER	23,7400	1
483	BRAÇADEIRA MOLA DIANTEIRA	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	AESA	13,8500	1
484	BRAÇADEIRA MOLA TRASEIRA..	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	AESA	13,8500	1
485	MOLA DA CUICA DUPLA	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	MASTER	53,4200	1
486	SUPORTE MOTOR DIANTEIRO	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	REI	43,5300	1
487	SUPORTE MOTOR TRASEIRO	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	REI	63,3100	1
488	PONTEIRA DIREÇÃO C/ ROSCA DIREITA	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	TRW	122,6600	1
489	PONTEIRA DIREÇÃO C/ ROSCA ESQUERDA	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	TRW	122,6600	1
490	BARRA CURTA DA DIREÇÃO	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	TRW	211,7000	1
491	BARRA CUMPRIDA DIREÇÃO	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	TRW	310,6200	1
492	ARRUELA DA MOLA DIANT.	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	AESA	3,9600	1
493	ARRUELA DA MOLA TRAS.	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	AESA	3,9600	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Página: 30/38

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°:

Número do Registro de Preços: 2/2017

Data do Registro: 27/04/2017

Válido até: 27/04/2018

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE PEÇAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS NA MANUTENÇÃO MECÂNICA, ELÉTRICA E TORNO DA FROTA DE ÔNIBUS E CAMINHÕES DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.
494	AMORTECEDOR.	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	COFAP	160,2600	1
495	PINO DE MOLA DIANTEIRO CURTO	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	AESA	13,8500	1
496	PINO DE MOLA TRAS. LONGO	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	AESA	18,8000	1
497	COROA E PINHAO	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	CIMPAL	1.467,0300	1
498	CAIXA SATELITE COMPLETA	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	CIMPAL	2.457,2500	1
499	JOGO DE ROLAMENTOS DO DIFERENCIAL	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	FAG	744,8900	1
500	MOLA MESTRE TRASEIRA.	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	AESA	266,1000	1
501	MOLA MESTRE DIANT.	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	AESA	326,4500	1
502	SERVICOS MECANICOS	HR	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	M.O	54,4100	1
503	SERVICO DE ALINHAMENTO	HR	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	M.O	34,6200	1
504	SERVICO DE SOLDA	HR	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	M.O	34,6200	1
505	TAMBOR DE FREIO.	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	FRUM	497,3700	1
506	PATIM DE FREIO	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	MASTER	265,6700	1
507	CUICA DE FREIO TRÁS. DUPLA	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	MASTER	256,6800	1
508	KG DE GRAXA	KG	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	SHEL	32,9600	1
509	JOGO DE LONA DIANTEIRO.	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	FRASLE	247,6900	1
510	ROLAMENTO DE RODA DIANTEIRO INTERNO	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	FAG	229,7100	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Página: 31/38

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°:

Número do Registro de Preços: 2/2017

Data do Registro: 27/04/2017

Válido até: 27/04/2018

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE PEÇAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS NA MANUTENÇÃO MECÂNICA, ELÉTRICA E TORNO DA FROTA DE ÔNIBUS E CAMINHÕES DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.
511	ROLAMENTO DE RODA DIANTEIRO EXTERNO.	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	FAG	198,7500	1
512	RETENTOR DE RODA DIANTEIRO	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	SABO	46,9400	1
513	TAMBOR DE FREIO DIANTEIRO	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	FRUM	448,4400	1
514	FILTRO LUBRIFICANTE	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	MAN	126,8400	1
515	JOGO DE FILTRO DIESEL	PC.	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	MAN	247,6900	1
516	FILTRO DO AR	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	MAN	269,6600	1
517	FLANGE DO CARDAN.	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	SPICER	322,5900	1
518	CRUZETA DO CARDAN	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	SPICER	186,7600	1
519	ROLAMENTO DO CARDAN	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	SABO	195,7500	1
520	EIXO SECUNDARIO DA CAIXA.	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	CIMPAL	647,1900	1
521	ENGRENAGEM DA 2ª SUPERIOR	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	CIMPAL	423,4700	1
522	ENGRENAGEM DA 4ª	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	CIMPAL	420,4700	1
523	ENGRENAGEM DA 5ª	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	CIMPAL	399,5000	1
524	PRISE	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	CIMPAL	896,8700	1
525	ROLAMENTO DA CAIXA.	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	FAG	213,7300	1
526	OLEO	LT	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	SHEL	22,9700	1
527	GARFO DA 2ª E 3ª	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	CIMPAL	326,5900	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Página: 32/38

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

<p>Número do Registro de Preços: 2/2017 Data do Registro: 27/04/2017 Válido até: 27/04/2018</p> <p>Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE PEÇAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS NA MANUTENÇÃO MECÂNICA, ELÉTRICA E TORNO DA FROTA DE ÔNIBUS E CAMINHÕES DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.</p>						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.
528	COMPRESSOR AR	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	KNOR	1.392,2500	1
529	ALGEMA DA MOLA DIANTEIRA	PC.	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	AES	76,9000	1
530	ALGEMA DA MOLA TRASEIRA.	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	AESA	86,8900	1
531	FEIXE DE MOLA DIANTEIRO	MO	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	AESA	804,9900	1
532	FEIXE DE MOLA TRASEIRO.	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	AESA	852,9300	1
533	COROA E PINHAO	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	CIMPAL	854,9200	1
534	ANEL SINCRONIZADO	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	CIMPAL	50,9400	1
535	KIT DE EMBREAGEM	PC.	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	SACS	1.159,5400	1
536	VOLANTE DO MOTOR	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	CIMPAL	692,1300	1
537	PALHETA DO LIMPADOR DO PARABRISA	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	DYNA	97,8800	1
538	SENSOR DE PRESSÃO DE ALTA	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	BOSCH	228,7100	1
539	MOTOR DE ARRANQUE RECON.	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	BOSCH	656,1700	1
540	MOTOR LIMPADOR PARABRISA	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	BOSCH	537,3200	1
541	CONTROLADOR DA PORTA	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	BOSCH	985,7600	1
542	SINALEIRA TRAS. COMPLETA	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	CIBIE	191,7600	1
543	JOGO DE LONA TRASEIRO.	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	FRASLE	291,6300	1
544	RETENTOR DE RODA TRASEIRA	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	SABO	47,9400	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Página: 33/38

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°:

Número do Registro de Preços: 2/2017

Data do Registro: 27/04/2017

Válido até: 27/04/2018

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE PEÇAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS NA MANUTENÇÃO MECÂNICA, ELÉTRICA E TORNO DA FROTA DE ÔNIBUS E CAMINHÕES DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.
545	CUBO DE RODA TRASEIRO	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	FRUM	697,1200	1
546	PARAFUSO DE RODA TRASEIRA	PC.	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	RAIO	23,9700	1
547	SERVICOS MECANICOS	HR	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	M.O	54,9300	1
548	SERVICO DE TORNO.	HR	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	M.O	64,9200	1
549	SERVIÇO ELÉTRICA	HR	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	M.O	34,9600	1
550	JOGO DE LONA DIANTEIRO.	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	FRASLE	287,1600	1
551	JOGO DE LONA TRASEIRO.	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	FRASLE	276,2600	1
552	ALTERNADOR.	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	BOSCH	401,0300	1
553	RETENTOR DE RODA DIANTEIRO	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	SABO	29,7100	1
554	RETENTOR DE RODA TRASEIRA	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	SABO	46,5400	1
555	GRAXA PARA ROLAMENTO	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	SHEL	36,6400	1
556	ROLAMENTO DE RODA DIANTEIRO INTERNO	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	FAG	150,5100	1
557	ROLAMENTO DE RODA DIANTEIRO EXTERNO.	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	FAG	119,8100	1
558	ROLAMENTO DE RODA TRASEIRA EXTERNO	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	FAG	173,2800	1
559	ROLAMENTO DE RODA DIANTEIRO INTERNO	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	FAG	266,3600	1
560	CUBO DE RODA TRASEIRO	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	FRUM	538,6700	1
561	TAMBOR DE FREIO TRASEIRO	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	FRUM	317,8500	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Página: 34/38

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°:

Número do Registro de Preços: 2/2017

Data do Registro: 27/04/2017

Válido até: 27/04/2018

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE PEÇAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS NA MANUTENÇÃO MECÂNICA, ELÉTRICA E TORNO DA FROTA DE ÔNIBUS E CAMINHÕES DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.
562	SEMI-EIXO TRASEIRO	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	CIMPAL	748,5900	1
563	COROA E PINHAO	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	CIMPAL	1.188,2300	1
564	CAIXA SATELITE COMPLETA	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	CIMPAL	681,2500	1
565	KIT DE ROLAMENTO DO CONJUNTO DO DIFERENCIAL	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	FAG	295,0800	1
566	MOTOR DO LIMPADOR DE PARABRISA.	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	BOSCH	215,8600	1
567	BRAÇO DO LIMPADOR DO PARABRISA	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	DYNA	146,5500	1
568	PALHETA DO LIMPADOR DO PARABRISA	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	DYNA	83,1800	1
569	CRUZETA DO CARDAN	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	SPICER	124,7600	1
570	FLANGE DO CARDAN.	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	SPICER	347,5600	1
571	PONTEIRA CARDAN C/ ROSCA	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	SPICER	442,6200	1
572	LUVA DO CARDAN	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	SPICER	493,1200	1
573	ENCANELADO DO CARDAN	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	SPICER	594,1200	1
574	TURBINA.	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	MASTER POW	996,1300	1
575	ROLAMENTO DO CARDAN C/ SUPORTE	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	REI	325,7700	1
576	BOMBA INJETORA.	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	BOSCH	1.832,8500	1
577	KIT EMBREAGEM COMPLETO	KIT	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	SACS	1.204,0800	1
578	VOLANTE DO MOTOR COM CREMALHEIRA	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	CIMPAL	538,6700	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Página: 35/38

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°:

Número do Registro de Preços: 2/2017

Data do Registro: 27/04/2017

Válido até: 27/04/2018

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE PEÇAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS NA MANUTENÇÃO MECÂNICA, ELÉTRICA E TORNO DA FROTA DE ÔNIBUS E CAMINHÕES DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.
579	SUPORTE DO MOTOR DIANT. E TRAS.	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	REI	107,9300	1
580	EIXO PILOTO CAMBIO.	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	CIMPAL	414,8900	1
581	CONTRA EIXO DO CAMBIO	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	CIMPAL	473,3100	1
582	ROLAMENTO DO CAMBIO	JG	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	FAG	560,4500	1
583	ENGRENAGEM DA 2ª SUPERIOR	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	CIMPAL	257,4500	1
584	ENGRENAGEM DA TERCEIRA SUPERIOR	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	CIMPAL	236,6600	1
585	ENGRENAGEM DA QUARTA DE CIMA	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	CIMPAL	283,2000	1
586	ENGRENAGEM DA QUARTA INFERIOR	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	CIMPAL	303,0000	1
587	CONJUNTO SICRONIZADO DA 2ª E 3ª	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	CIMPAL	523,8100	1
588	CONJUNTO SICRONIZADO DA 4ª E 5ª	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	CIMPAL	523,8100	1
589	VALVULA DIR. DO AR	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	WABCO	552,5300	1
590	BUCHA DE MOLA DIANTEIRA E TRASEIRA	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	AESA	9,9000	1
591	PINO DE MOLA DIANTEIRO E TRASEIRO	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	AESA	20,7900	1
592	BOIA DO TANQUE.	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	BEPO	202,0000	1
593	JOGO DE BUCHA ESTAB. DIANT. E TRAS.	JG	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	REI	57,4300	1
594	ARRUELA LATERAL DO PINO DE MOLA	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	AESA	0,9900	1
595	SUPORTE DE MOLA TRASEIRO	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	AESA	84,1700	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Página: 36/38

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°:**Número do Registro de Preços: 2/2017****Data do Registro: 27/04/2017****Válido até: 27/04/2018****Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇOS DE PEÇAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS NA MANUTENÇÃO MECÂNICA, ELÉTRICA E TORNO DA FROTA DE ÔNIBUS E CAMINHÕES DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.
596	ALGEMA DE MOLA.	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	AESA	87,1400	1
597	MOLA MESTRE DIANT.	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	AESA	250,5200	1
598	MOLA SEGUNDA DIANTEIRA	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	AESA	251,5100	1
599	MOLA DIANTEIRA 3ª	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	AESA	158,4300	1
600	MOLA MESTRE TRASEIRA.	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	AESA	217,8400	1
601	MOLA TRASEIRA 3ª	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	AESA	171,3000	1
602	MOLA TRASEIRA 2ª	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	AESA	255,4700	1
603	SUPORTE DE MOLA DIANTEIRO	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	AESA	56,4400	1
604	FILTRO LUBRIFICANTE	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	MAN	263,3900	1
605	FILTRO DO DIESEL	UN	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	MAN	285,1800	1
606	VALVULA PU	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	WABCO	696,1100	1
607	FILTRO SEPARADOR AGUA.	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	MAN	323,7900	1
608	VIDRO JANELA LADO ESQUERDO	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	VIDREX	384,2000	1
609	VALVULA 3 VIAS	PC	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	WABCO	277,2500	1

Página: 37/38

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 2/2017 Data do Registro: 27/04/2017 Válido até: 27/04/2018

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE PEÇAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS NA MANUTENÇÃO MECÂNICA, ELÉTRICA E TORNO DA FROTA DE ÔNIBUS E CAMINHÕES DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.
610	SERVICOS MECANICOS	HR	CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME (110666)	M.O	54,4600	1

Página: 38/38

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJA**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 2/2017		Data do Registro: 27/04/2017	Válido até: 27/04/2018			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE PEÇAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS NA MANUTENÇÃO MECÂNICA, ELÉTRICA E TORNO DA FROTA DE ÔNIBUS E CAMINHÕES DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 2/2017

PROCESSO Nº 14/2017

(110666) - CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI ME

Maracajá, 27 de Abril de 2017.

Maravilha

PREFEITURA

Decreto nº 542/2017

DECRETO N. 542, DE 28 DE AGOSTO DE 2017.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA O LEITO DO RIO IRACEMA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito em Exercício do Município de Maravilha – SC, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 77, inciso VI da Lei Orgânica do Município,

Considerando a necessidade de realização de licenciamento ambiental;

Considerando a necessidade de realização de projetos de engenharia e posterior execução de obras;

Considerando a necessidade da realização de supressão de vegetação e realização de dragagem e desassoreamento;

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública o Leito do Rio Iracema, bem como, toda a área atingida, na faixa de 10 (dez) metros, contados do eixo do respectivo rio.

Art. 2º O trecho, ora declarado de Utilidade Pública, tem como início a ponte localizada sobre a BR 282 e término na Travessa Coroados, na extensão de 4,77 km.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 078, de 30 de janeiro de 2017.

Maravilha – SC, 28 de agosto de 2017.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita do Município de Maravilha

Registrado e publicado na data supra.

CLEITON BORGARO

Secretário de Planejamento, Administração e Fazenda.

Decreto nº 543/2017

DECRETO Nº 543, DE 28 DE AGOSTO DE 2017

Exonera servidor público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto exonerada a pedido a servidora pública LILIAN ROSANA ROHDEN, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, 40 horas semanais, a partir da presente data.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 28 de agosto de 2017.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 544/2017

DECRETO Nº 544, DE 28 DE AGOSTO DE 2017

Prorroga contratação temporária, de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

A Solicitação Interna 205/2017 da Secretaria de Educação e Cultura,

O afastamento pelo INSS da servidora Márcia Scapim,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto prorrogado o contrato por tempo determinado, pelo período de 21 de agosto a 5 de outubro de 2017, da servidora NEIVA LÚCIA DOS SANTOS SCHVERZ, brasileira, inscrita no CPF sob nº 525.739.909-15, ocupante do cargo de Professor ACT, com carga horária de 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, no C.E. Mundo Infantil, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 21 de agosto de 2017.

Maravilha – SC, 28 de agosto de 2017.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 545/2017

DECRETO Nº 545, DE 16 DE AGOSTO DE 2017

Prorroga contratação temporária, de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

A Solicitação Interna 203/2017 da Secretaria de Educação e Cultura,

O remanejamento da servidora Sirlei G. Manfrim para o Projeto Contação de História,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto prorrogado o contrato por tempo determinado, pelo período de 29 de agosto a 20 de dezembro de 2017, da servidora LOVANI SBRUSSI, brasileira, inscrita no CPF sob nº 054.255.029-66, ocupante do cargo de Professor ACT, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, no C.E.I. Cantinho Feliz, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 29 de agosto de 2017.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

EXTRATO DOS VENCEDORES DA CP N.002/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA

Processo Licitatório n. 084/2017 – Modalidade de Concorrência Pública n. 002/2017.

A Excelentíssima Senhora Prefeita de Maravilha - SC, ROSIMAR MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, a relação das empresas vencedoras do certame. Pavilhão n.01: PGM Industria de Móveis Me. Pavilhão n.02: CH Indústria e Comercio de Eletrodomésticos Ltda Me. Pavilhão n.03: Rino Indústria de Equipamentos Agrícolas Eireli Me. Qualquer informação poderá ser obtida no departamento de compras e licitações no horário de expediente, das 7:30 às 11:30 e das 13 às 17 horas. Maravilha - SC, 28 de agosto de 2017. ROSIMAR MALDANER – Prefeita de Maravilha.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 131/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA - Processo Licitatório n. 131/2017 - Modalidade Pregão Presencial n. 058/2017.

A Excelentíssima Senhora Prefeita de Maravilha - SC, ROSIMAR MALDANER, juntamente com o Pregoeiro e Equipe de Apoio, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra em processo de Licitação na modalidade de Pregão Presencial, a contratação de empresa para realizar palestra show sobre o combate as drogas, conforme a necessidade para o Município de Maravilha, tipo Menor Preço por item, cujo processo licitatório é regido pela Lei 10.520/02, 8.666/93, e em especial o contido no Edital, e que estará recebendo os envelopes contendo a habilitação e propostas até o dia 12 de setembro de 2017 até às 14h, procedendo em seguida com a abertura dos envelopes. Qualquer informação bem como a retirada do Edital, poderão ser obtidas no departamento de compras e licitações no horário de expediente, das 7:30 as 11:30 e das 13 às 17h. Maravilha - SC, 28 de agosto de 2017. ROSIMAR MALDANER – Prefeita de Maravilha.

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 8/2017

EXTRATO DE CONTRATO

MINUTA DO CONTRATO Nº 8/2017

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Vereadores de Maravilha/SC

CONTRATADO: NOAR TURISMO LTDA ME, CNPJ nº 18.780.623/0001-90.

OBJETO: Prestação de serviços de fornecimento de passagens aéreas nacionais, mediante fornecimento parcelado, para trechos diversos, à escolha da Câmara Municipal de Vereadores de Maravilha/SC, conforme detalhamento do Edital e especificações do Anexo I.

VALOR: 10% (dez por cento) à título de Comissão sobre o agenciamento, conforme proposta vencedora na licitação.

DATA DE EMISSÃO: 21 de agosto de 2017.

VENCIMENTO: 31 de dezembro de 2017.

Maravilha/SC, aos 29 dias de agosto de 2017.

Itamar Adler

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

Massaranduba

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 19.2017 (FMS) - SERVIÇO DE COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO DE MEDICAMENTOS VENCIDOS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 46/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE: 25/08/2017 a 25/08/2018

Aos vinte e cinco dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezessete, o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua 11 de Novembro, número 2997, bairro Centro, município de Massaranduba, estado de Santa Catarina, neste ato representado por sua Gestora, Sra. SUZANE ELISA FROELICH REINKE, inscrita no CPF sob o nº 468.882.339-87, através da PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, situada na Rua 11 de Novembro, número 2765, bairro Centro, município de Massaranduba, estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. ARMINDO SESAR TASSI, inscrito no CPF sob o nº 664.790.539-15, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, Decreto Municipal 2.051/2010 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 46/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2017 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, homologado pelo Prefeito supracitado, resolve registrar os valores oferecidos referentes à PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE MEDICAMENTOS VENCIDOS GERADOS NAS UNIDADES BÁSICA DE SAÚDE, FARMÁCIA CENTRAL E DO HOSPITAL MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA (SC), tendo sido os valores oferecidos pelas licitantes cujas propostas foram classificadas:

PARTICIPANTES PRESENTES	CNPJ/CPF
RECICLE CATARINENSE DE RESÍDUOS LTDA, neste ato representado por ANDRE LUIS MAFRA	95.886.735/0001-70
HERA SUL TRATAMENTOS DE RESÍDUOS, neste ato representado por THALES DIAS SEABRA PEREIRA	07.756.675/0001-04

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE MEDICAMENTOS VENCIDOS GERADOS NAS UNIDADES BÁSICA DE SAÚDE, FARMÁCIA CENTRAL E DO HOSPITAL MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA (SC), de acordo com as especificações e quantitativos abaixo:

FORNECEDOR: 269980 - HERA SUL TRATAMENTOS DE RESÍDUOS						
ITEM	PRODUTO	UNID	MARCA	QTDE	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
1	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE MEDICAMENTOS VENCIDOS	KILO	HERA SUL	800	R\$ 6,80	R\$ 5.440,00
TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 5.440,00						
TOTAL GERAL DOS ITENS: R\$ 5.440,00						

1.2. O valor estimado para a aquisição pelo período de 12 (doze) meses é de R\$ 5.440,00 (CINCO MIL E QUATROCENTOS E QUARENTA REAIS).

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1. Esta ata de registro de preços terá validade até 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura, não podendo ser prorrogada.

2.2. Durante o prazo de validade desta ata de registro de preços, o Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba (SC) não será obrigado a contratar o objeto referido na cláusula primeira exclusivamente pelo sistema de registro de preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à licitante detentora, ou, cancelar a ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Esta ata de registro de preços será utilizada pelo Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba (SC). O valor ofertado pela licitante signatária desta ata é o relacionado na cláusula primeira, de acordo com a respectiva classificação no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 46/2017.

3.2. Em cada fornecimento decorrente desta ata, serão observadas as cláusulas e condições constantes do edital do processo supracitado, que integram o presente instrumento de compromisso.

3.3. Fica ressalvado ao Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba (SC) a não utilização da quantidade total desta ata de registro de preços.

CLÁUSULA QUARTA – DA AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS NOTAS DE EMPENHO

4.1. O fornecimento do objeto desta ata será autorizado pelo Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba (SC), que é o órgão gerenciador da mesma e também pela unidade financeira competente para os pagamentos.

CLÁUSULA QUINTA – DA COLETA

5.1. Os medicamentos vencidos deverão ser coletados pela licitante vencedora no prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos após a solicitação/emissão da ordem de compra, nos seguintes locais:

5.1.1. Secretaria Municipal de Saúde, situada na Rua 11 de Novembro, número 2997, bairro Centro, município de Massaranduba, estado de Santa Catarina.

5.1.2. Hospital Municipal João Schreiber, situado na Rua 11 de Novembro, número 3560, bairro Centro, município de Massaranduba, estado de Santa Catarina.

5.1.3. As coletas serão parceladas, conforme a necessidade, em quantidades estabelecidas pelo Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba (SC) através de solicitação/ordem de compra.

5.2. As notas fiscais deverão ser emitidas de acordo com as ordens de compra e enviadas eletronicamente para contabilidade@massaranduba.sc.gov.br.

5.3. A não realização do serviço solicitado acarretará em notificação e penalidades previstas.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento será efetuado da seguinte forma: no 08º (oitavo) dia subsequente ao da prestação do serviço, e adotará como valor a quantidade mensal efetivamente recolhida de resíduo e medicamentos vencidos, conforme somatório dos valores apresentados na balança, quando do seu recolhimento. Para a efetivação do pagamento, o objeto deverá ser aceito juntamente com a documentação fiscal atestada pela Administração.

6.2. Em caso de devolução de documentação fiscal para correção, o prazo para pagamento fluirá a partir de sua reapresentação.

6.3. Caso seja constatada qualquer irregularidade por parte da licitante, o pagamento poderá ser retido pelo Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba (SC) até a normalização da mesma, sem que isso acarrete ônus adicionais ao Fundo supracitado.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE DE PREÇOS

7.1. O objeto licitado poderá sofrer reajuste depois de expirado o prazo de 90 (noventa) dias contados da homologação, desde que atendidas às prerrogativas da lei e mediante a efetiva comprovação do aumento por parte da licitante e aprovação da Administração.

7.2. Se no decorrer dos fornecimentos oriundos da ata de registro de preços, ficar comprovado que os preços registrados são incompatíveis com os fixados por órgãos oficiais ou com os praticados no mercado, a Administração reserva-se o direito de aplicar o disposto no art. 24, inciso VII da Lei Federal 8.666/93, efetuando a compra direta por valor não superior ao constante na ata. Tal comprovação será feita através de cotações de mercado.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA LICITANTE

8.1. A licitante obriga-se a efetuar as entregas de forma a cumprir integralmente o objeto deste edital, além das demais obrigações:

8.1.1. A empresa promoverá a remoção dos resíduos hospitalares até a unidade de tratamento ou disposição final, tudo obrigatoriamente através de técnicas que garantam a preservação das condições de acondicionamento e a integridade dos trabalhadores, da população e do meio ambiente, devendo estar de acordo com as orientações/normativas dos órgãos de limpeza urbana e demais aplicáveis à espécie;

8.1.2. Cumprir com todas as exigências normativas da ANVISA, CONAMA, FEPAM e demais órgãos de controle, bem como as determinações da NBR 12810 e NBR 14652 da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas, observadas todas as demais normativas e exigências dos editais.

8.1.3. Responder por todos os ônus decorrentes da legislação do trabalho, previdência social, de acordo com a legislação vigente, com referência a todo o pessoal empregado, não havendo nenhuma relação entre o pessoal e o Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba (SC).

8.1.4. Responsabilizar-se civil e penalmente pelos danos causados ao Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba (SC) ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo, não obstante a fiscalização do Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba (SC) em seu acompanhamento.

8.1.5. Comunicar ao Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba (SC), por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente, e prestar os esclarecimentos julgados necessários.

8.1.6. Repor, por substituição ou ressarcimento pecuniário, qualquer bem danificado, furtado ou desaparecido, em decorrência de ação, omissão ou negligência de seus empregados.

8.1.7. Aceitar acréscimos ou supressões que o Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba (SC) solicitar, até o limite permitido pelo § 1º

do art. 65 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

8.1.8. Manter vigente durante a ata os documentos que comprovem a regularidade fiscal, sob pena de retenção dos pagamentos até a regulamentação da documentação.

8.1.9. Realizar a coleta dos medicamentos vencidos nos locais definidos no item 5 desta ata, no prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos após a solicitação/emissão da ordem de compra.

8.1.10. Aceitar as condições de pagamento previstas neste edital, sendo que o valor constante na ata de registro de preços será a única remuneração devida à licitante vencedora.

8.1.11. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste processo licitatório.

CLÁUSULA NONA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MASSARANDUBA (SC)

9.1. Reservar-se do direito de rejeitar as propostas que julgar contrárias aos seus interesses, anular ou revogar no todo ou em parte esta licitação.

9.2. Efetuar os pagamentos de acordo com o especificado nesta ata.

9.3. Proporcionar à licitante vencedora as facilidades necessárias a fim de que esta possa desempenhar normalmente seu serviço.

9.4. Prestar aos funcionários da licitante vencedora todas as informações e esclarecimentos necessários que eventualmente venham a ser solicitados.

9.5. Aplicar à licitante vencedora as sanções regulamentares, quando for o caso.

9.6. A fiscalização exercerá rigoroso controle em relação à quantidade, particularidade e qualidade, a fim de possibilitar a aplicação das penalidades, quando não atendidas às disposições previstas.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES

10.1. A recusa da licitante com proposta classificada e indicada para registro dos respectivos preços ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal 8.666/93 e alterações e no Decreto Municipal 2.051/2010, a critério da Administração Municipal.

10.2. As licitantes que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta e não assinarem a ata de registro de preços, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, resguardados os procedimentos legais, as seguintes sanções, a critério da Administração, isolada ou cumulativamente, sem prejuízo dos danos causados à Administração Municipal:

10.2.1. Impedimento para registro na ata, se concluída a fase licitatória.

10.2.2. Cancelamento do registro na ata.

10.2.3. Advertência e anotação restritiva no cadastro de fornecedores.

10.2.4. Multa de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

10.2.5. Suspensão temporária do direito de licitar ou de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação perante a Autoridade que aplicou a penalidade.

10.2.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

10.3. A aplicação das penalidades ocorrerá depois de defesa prévia da licitante, no prazo estabelecido na Lei Federal 8.666/93 a contar da intimação do ato.

10.4. Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso do atendimento, advir de caso fortuito ou motivo de força maior.

10.5. O descumprimento total ou parcial das obrigações, sem justificativa aceita, resguardados os procedimentos legais, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, nas seguintes sanções:

10.5.1. Advertência.

10.5.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado total, em caso de recusa da 1ª (primeira) colocada de cada item em assinar a ata de registro de preços.

10.5.3. Multa de 10% (dez por cento) por dia de inadimplência, até o 30º (trigésimo) dia de fornecimento incompleto ou em atraso, incidentes sobre o valor estimado mensal da contratação, além do desconto do valor correspondente não realizado pela detentora da ata.

10.6. Suspensão temporária do direito de participar de licitação e de fornecer à Administração Pública, por prazo de até 02 (dois) anos.

10.7. Em qualquer hipótese de aplicação de penalidades será assegurada a licitante o contraditório e ampla defesa.

10.8. A aplicação das sanções previstas nesta ata não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas em lei, inclusive responsabilização da licitante por eventuais perdas e danos causados à Administração.

10.9. As importâncias relativas a multas serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados à detentora, podendo, entretanto, processar-se judicialmente.

10.10. As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sejam estas administrativas ou penais, previstas na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. A ata de registro de preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

11.1.1. Pela Administração Municipal, quando:

11.1.2. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata de registro de preços.

11.1.3. A detentora não retirar a nota de empenho no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa.

11.1.4. A detentora der causa a rescisão administrativa.

11.1.5. Em qualquer das hipóteses de recusa na entrega dos itens da ata.

11.1.6. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado.

11.1.7. Por razões de interesse público devidamente justificados pela Administração.

11.1.8. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado após 01 (um) dia da publicação.

11.2. Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta ata de registro de preços.

11.3. A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, cabendo a Administração a aplicação das penalidades.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Integra esta ata, o edital do PROCESSO LICITATÓRIO N° 46/2017 - PREGÃO PRESENCIAL N° 35/2017 e as propostas das licitantes classificadas no certame supranumerado.

12.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim (SC) para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização desta ata.

12.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93 e suas alterações bem como as demais normas aplicáveis.

12.4. A execução da presente ata de registro de preços será acompanhada e fiscalizada pelo Sra. Kátia Regina Ganz, servidora pública municipal, que exercerá rigoroso controle em relação ao presente certame, anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução deste contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

Massaranduba – SC,	25	de	agosto	de	2017
MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA					
ARMINDO SESAR TASSI					
CONTRATANTE					

HERA SUL TRATAMENTOS DE RESÍDUOS
THALES DIAS SEABRA PEREIRA
CONTRATADA

PROCESSO LICITATÓRIO 125.2017 PP 91.2017 - AQUISIÇÃO DE RELÓGIOS PONTO, SISTEMAS, SERVIÇOS E SUPORTE TÉCNICO

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 125/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 91/2017

A Prefeitura de Massaranduba (SC) torna público que de acordo com Decreto Municipal 2.051/2010, Lei Federal 10.520/2002, com aplicação subsidiária na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores, realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, objetivando a AQUISIÇÃO DE RELÓGIOS PONTO, SISTEMA DE GESTÃO DE PONTO E SUPORTE TÉCNICO.

CREDENCIAMENTO E ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 08h00min do dia 11/09/2017.

ABERTURA DA SESSÃO: 08h30min do dia 11/09/2017.

INFORMAÇÕES: a íntegra do edital e outras informações poderão ser obtidas na Prefeitura de Massaranduba (SC), situada na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min ou através do site: www.massaranduba.sc.gov.br.

Massaranduba, 28 de agosto de 2017.

ARMINDO SESAR TASSI – Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO 126.2017 PP 92.2017 - PNEUS E OUTROS PARA FROTA MUNICIPAL

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 126/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 92/2017

A Prefeitura de Massaranduba (SC) torna público que de acordo com Decreto Municipal 2.051/2010, Lei Federal 10.520/2002, com aplicação subsidiária na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores, realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, objetivando a AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARA DE AR, COLARINHO PARA VEÍCULOS LEVES E PESADOS DA FROTA VEICULAR DO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA (SC).

CREDENCIAMENTO E ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 08h00min do dia 12/09/2017.

ABERTURA DA SESSÃO: 08h30min do dia 12/09/2017.

INFORMAÇÕES: a íntegra do edital e outras informações poderão ser obtidas na Prefeitura de Massaranduba (SC), situada na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min ou através do site: www.massaranduba.sc.gov.br.

Massaranduba, 29 de agosto de 2017.

ARMINDO SESAR TASSI – Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO 49.2017 PP 38.2017 - ULTRASSONOGRAFIA E RAIOS-X

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 49/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 38/2017

A Prefeitura de Massaranduba (SC) torna público que de acordo com Decreto Municipal 2.051/2010, Lei Federal 10.520/2002, com aplicação subsidiária na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores, realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, objetivando a REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA DESTINADA A REALIZAÇÃO DE EXAMES E LAUDOS DE ULTRASSONOGRAFIA, E EXAMES RADIOLÓGICOS A FIM DE ATENDER AS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E O HOSPITAL MUNICIPAL JOÃO SCHREIBER DE MASSARANDUBA (SC).

CREDENCIAMENTO E ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 13h30min do dia 11/09/2017.

ABERTURA DA SESSÃO: 14h00min do dia 11/09/2017.

INFORMAÇÕES: a íntegra do edital e outras informações poderão ser obtidas na Prefeitura de Massaranduba (SC), situada na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min ou através do site: www.massaranduba.sc.gov.br.

Massaranduba, 29 de agosto de 2017.

ARMINDO SESAR TASSI – Prefeito Municipal

Meleiro

PREFEITURA

RESOLUÇÃO Nº 001-2017 - SAÚDE

RESOLUÇÃO nº. 001/2017 DE 28 DE AGOSTO DE 2017.

TRATA DA NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DO PMAQ-AB, DO MUNICÍPIO DE MELEIRO.

A Secretária Municipal de Saúde de Meleiro/SC, Srta. Elixsandra da Silva Mota, no uso de suas atribuições e com base na Lei nº 1749/2017, institui os membros da comissão de avaliação do PMAQ-AB.

RESOLVE

Art. 1º - Fica instituída a comissão de avaliação do PMAQ-AB, que será composta pelos seguintes representantes: LUCIANA DA SILVA COELHO, SAMANDA TORQUATO, TATIANA AMBONI, ESTER DA SILVA, GISELE KRISTINE BITENCOURT DOS SANTOS ROSSI.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro/SC, 28 de Agosto de 2017.

ELIXSANDRA DA SILVA MOTA
Secretária Municipal de Saúde

Modelo

PREFEITURA

DECRETO Nº 178-2017 EMPRESA DE CONCURSOS

Decreto nº 178/2017 de 28/08/17

Dispõe sobre homologação do processo licitatório nº 1051/2017, adjudica o objeto da licitação ao proponente vencedor e dá outras providências.

RICARDO LUIS MALDANER, prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais vigente, em especial com os preceitos legais preconizados na Lei Federal nº. 8.666/93, atualizada pela Lei nº. 8.883/94.

Decreta:

ART. 1º.- Fica homologado o resultado do processo Licitatório n.º 1051/2017, Modalidade Tomada de Preços nº 003/2017, na sua exata ordem de classificação.

ART. 2º.- Fica adjudicado o objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A COORDENAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DAS FASES DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2017, DESTINADO À SELEÇÃO DE PESSOAL PARA O PREENCHIMENTO, EM CARÁTER EFETIVO, DE VAGAS DE CARGOS DO QUADRO DE PESSOAL DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, adjudicado a favor da seguinte empresa:

Empresa	Valor Total Homologado
AIRTON KERBES ME	2.500,00

ART. 3º.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º.- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete Do Prefeito Municipal De Modelo, SC, Segunda-Feira, 28 de agosto de 2017.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra:

EDER SCHLOSSER DA SILVA

Depto. de Licitações

DECRETO Nº 179-2017 CIMENTO, AREIA E BRITA

Decreto nº 179/2017 de 28/08/17

Dispõe sobre homologação do processo licitatório nº 1231/2017, adjudica o objeto da licitação aos proponentes vencedores e dá outras providências.

RICARDO LUIS MALDANER, prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais vigente, em especial com os preceitos legais preconizados na Lei Federal nº. 8.666/93, atualizada pela Lei nº. 8.883/94.

Decreta:

ART. 1º.- Fica homologado o resultado do julgamento proferido pela comissão de licitação, no processo Licitatório n.º 1231/2017, Modalidade Pregão Presencial Para Registro de Preços nº. 049/2017, na sua exata ordem de classificação.

ART. 2º.- Fica adjudicado o objeto REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A EVENTUAL E PARCELADA AQUISIÇÃO DE AREIA, CIMENTO E BRITA, PARA SEREM UTILIZADOS EM RECUPERAÇÃO DE CALÇADAS, PONTES, BOCAS DE LOBO, CONSTRUÇÃO DE VIAS MUNICIPAIS, MURROS, E OUTROS SERVIÇOS QUE SEJAM NECESSÁRIOS O USO DESSES MATERIAIS PELO DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS, adjudicado a favor das seguintes empresas

Empresa	Valor Total Homologado
MODELO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - EPP	27.280,00
ARTEFATOS DE CIMENTO CESCO LTDA	11.800,00

ART. 3º.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º.- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete Do Prefeito Municipal De Modelo, SC, Segunda-Feira, 28 de agosto de 2017.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra:

EDER SCHLOSSER DA SILVA
Depto. de Licitações

DECRETO Nº 180-2017 MEIO FIO E PEDRAS BASALTO PARA CALÇAMENTO E MURO

Decreto nº 180/2017 de 28/08/17

Dispõe sobre homologação do processo licitatório nº 1262/2017, adjudica o objeto da licitação aos proponentes vencedores e dá outras providências.

RICARDO LUIS MALDANER, prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais vigente, em especial com os preceitos legais preconizados na Lei Federal nº. 8.666/93, atualizada pela Lei nº. 8.883/94.

Decreta:

ART. 1º.- Fica homologado o resultado do julgamento proferido pela comissão de licitação, no processo Licitatório n.º. 1262/2017, Modalidade Pregão Presencial Para Registro de Preços nº 050/2017, na sua exata ordem de classificação.

ART. 2º.- Fica adjudicado o objeto REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A EVENTUAL E PARCELADA AQUISIÇÃO DE MEIO FIO PRÉ FABRICADO, PEDRA DE BASALTO PARA CALÇAMENTO, PEDRA DE BASALTO PARA MURO DE CONTENÇÃO, PARA SEREM UTILIZADOS EM RECUPERAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE VIAS MUNICIPAIS, MUROS, E OUTROS SERVIÇOS QUE SEJAM NECESSÁRIOS O USO DESSES MATERIAIS, PELO DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS E DMER, adjudicado a favor das seguintes empresas:

Empresa	Valor Total Homologado
ARTEFATOS DE CIMENTO CESCO LTDA	8.400,00
NC TRANSPORTES & SERVIÇOS LTDA ME	35.660,00

ART. 3º.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º.- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete Do Prefeito Municipal De Modelo, SC, Segunda-Feira, 28 de agosto de 2017.

RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra:

EDER SCHLOSSER DA SILVA
Depto. de Licitações

Mondaí

PREFEITURA

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 011/2017 FMS

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 011/2017 (FMS).

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE MONDAÍ/SC

EMPRESAS REGISTRADAS: BAVARESCO & CIA LTDA – VALOR REGISTRADO R\$ 3.194,95 (três mil cento e noventa e quatro reais e noventa e cinco centavos); CLECI MENEGASSI CRISTOFOLI EPP – VALOR REGISTRADO R\$ 4.027,45 (quatro mil e vinte e sete reais e quarenta e cinco centavos); ILENI MARIA ROYER - ME – VALOR REGISTRADO R\$ 6.285,70 (seis mil duzentos e oitenta e cinco reais e setenta centavos); LU CRISTÓFOLI ARTIGOS DE PESCA LTDA – ME – VALOR REGISTRADO R\$ 3.932,80 (três mil novecentos e trinta e dois reais e oitenta centavos) e PAPELARIA E BAZAR BEM BOM LTDA – VALOR REGISTRADO R\$ 2.348,70 (dois mil trezentos e quarenta e oito reais e setenta centavos).

OBJETO: Registro de preços para eventual e futura aquisição de materiais diversos destinados para manutenção das atividades do Centro de Atenção Psicossocial - CAPS e para a Secretaria Municipal de Saúde do município de Mondaí - SC, para período de 12 (doze) meses após a data da homologação, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I do edital.

ORIGEM: Pregão Presencial nº. 015/2017.

VIGÊNCIA: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 27 de agosto de 2018.

Mondaí – SC, 28 de Agosto de 2017.

VALDIR RUBERT

Prefeito Municipal

EXTRATO TERMO ADITIVO CT Nº 006/2017 - PMM

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE MONDAÍ

PUBLICAÇÃO DO RESUMO DE TERMO ADITIVO

Processo Licitatório nº. 003/2017

Edital: Pregão Presencial nº. 001/2017

Contrato: 006/2017 – Termo Aditivo nº 001/2017

Objeto: Contratação de serviço especializado de transporte escolar de alunos de Educação Infantil e Ensino Fundamental do Município de Mondaí, Estado de Santa Catarina para o ano letivo de 2017 e/ou subsequentes, com estimativa de realização de até 200 (duzentos) dias letivos por ano, conforme especificações contidas no gráfico que integra a Cláusula Quarta.

Finalidade: ampliação da quilometragem do transporte escolar da Linha 3 (três) do Contrato supra mencionado, passando de 60 quilômetros/dia para 63,9 quilômetros/dia, o equivalente a 6,5% (seis vírgula cinquenta por cento) do valor original do Contrato.

Fornecedor: Nane Comércio de Peças Ltda - ME – 08.082.979/0001-04.

Vigência: até 31/12/2017.

Mondaí/SC, 07 de agosto de 2017. VALDIR RUBERT. Prefeito Municipal

Monte Carlo

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 104/2017/PM

PROCESSO LICITAÇÃO Nº 104/2017/PM

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2017/PM

O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104.0001-04, representado neste ato pela Prefeita Sra. SONIA SALETE VEDOVATTO no uso de suas atribuições, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO visando a contratação de pessoa jurídica para fornecimento de PNEUS para manutenção da frota municipal.

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM.

RECEBIMENTO DAS "PROPOSTA DE PREÇOS": das 08:00 horas do dia 30/agosto/2017 até às 12:00 horas do dia 13/setembro/2017

ABERTURA DA SESSÃO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DISPUTA DE PREÇOS: as 13:00 horas do dia 13/setembro/2017

REFERÊNCIA DE TEMPO: Horário de Brasília-DF.

LOCAL: <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>

INFORMAÇÕES: diretordecompras@montecarlo.sc.gov.br

Monte Carlo – SC, 29 de agosto de 2017

DELCIR BARZOTTO

Diretor Departamento de Compras e Licitações

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 528/2017/FS

PROCESSO LICITAÇÃO Nº 528/2017/FS

TOMADA DE PREÇO Nº 502/2017/FS

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 04.923.189/0001-45, representado neste ato pela Prefeita Municipal, Sra. SONIA SALETE VEDOVATTO no uso de suas atribuições, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade TOMADA DE PREÇO visando a contratação futura de pessoa jurídica para AMPLIAÇÃO POSTOS DE SAÚDE SÃO CARLOS.

TIPO: MENOR PREÇO – JULGAMENTO GLOBAL

Os envelopes deverão ser entregues a partir das 08h00m horas do dia 29.agosto.2017 até as 12h00m horas do dia 18.setembro.2017.

Abertura da sessão no dia 18.setembro.2017 às 13h00m horas.

REFERÊNCIA DE TEMPO: Horário de Brasília-DF.

LOCAL: Sala de Reunião – Prefeitura Municipal

INFORMAÇÕES: diretordecompras@montecarlo.sc.gov.br

Monte Carlo – SC, 28 de agosto de 2017

DELCIR BARZOTTO

Diretor Departamento de Compras e Licitações

Monte Castelo

PREFEITURA

INEXIGIBILIDADE 02/2016

JUSTIFICATIVA

INEXIGIBILIDADE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2017

REFERENTE: A finalidade da presente Inexigibilidade de Dispensa de Chamamento Público é a celebração de parceria com a APAE DE MONTE CASTELO-SC, inscrita no CNPJ sob o nº 79.357.984/0001-12, com sede na rua 3 de Maio, 915, bairro Centro, na cidade de Monte Castelo-SC, Registrada no Conselho Nacional de Serviço Social sob n.º 23.002.003777/88-16, declarada de Utilidade Pública Estadual e Federal, Registrada na Federação Nacional das APAEs sob n.º 638/2004, por meio da formalização de termo de colaboração, para a consecução de finalidade de interesse público e recíproco que envolve a transferência de recursos financeiros à referida organização da sociedade civil (OSC), conforme condições estabelecidas no Termo de Colaboração.

RESUMO: Termo de Colaboração com a APAE de MONTE CASTELO-SC.

DA JUSTIFICATIVA:

Os fins da Administração Pública Municipal, segundo o mestre Hely Lopes Meirelles, "resumem-se num único objetivo: o bem da coletividade administrada." Presente este pensamento verificamos que para proporcionar tal fim, necessário se faz que a Administração Municipal possa através de seus departamentos e secretarias, atender ao cidadão, proporcionando o bem estar coletivo. Todavia nem todos os serviços de interesse público, são realizados pelo Município, necessitando para atingir o "bem comum", estabelecer parcerias com Organizações da Sociedade Civil.

No que tange às parcerias, o Estado busca "por meio de parcerias consensuais, fazê-lo junto com entidades do Terceiro Setor que tenham sido criadas enfocando certo propósito de interesse público buscado em concreto, e possam, assim, se encarregar de sua execução de uma forma mais participativa e próxima da sociedade civil, melhor refletindo seus anseios. Neste cenário é que se situam os ajustes celebrados entre o Estado e as entidades da sociedade civil integrantes do Terceiro Setor, também conhecido como o espaço público não estatal".

É preciso valorizar essas parcerias e o Terceiro Setor, em destaque com a APAE, pois além dos relevantes trabalhos registrados, é notório que se realiza mais investimentos com menos recursos, alcançando de maneira primordial o princípio da eficiência. Um dos fatores desse resultado é a efetiva participação popular, que de maneira direta fiscaliza, mas está presente na própria execução em suas diretorias e conselhos.

Nesta ótica a APAE de MONTE CASTELO-SC, desenvolve há cerca de vinte e nove anos, atividades voltadas a serviços de educação, saúde e assistência social, estando credenciada pelo órgão gestor dessas respectivas políticas públicas.

Se observa ainda que a APAE tem em seus estatutos, que é uma associação civil, beneficente, com atuação nas áreas de assistência social, educação, saúde, prevenção, trabalho, profissionalização, defesa e garantia de direitos, esporte, cultura, lazer, estudo, pesquisa e outros, sem fins lucrativos ou de fins não econômicos, com duração indeterminada, e tem por MISSÃO promover e articular ações de defesa de direitos e prevenção, orientações, prestação de serviços, apoio à família, direcionadas à melhoria da qualidade de

vida da pessoa com deficiência e à construção de uma sociedade justa e solidária.

Com isso se observa, que resta demonstrado que os objetivos e finalidades institucionais e a capacidade técnica e operacional da organização da APAE ora avaliados são plenamente compatíveis com o objeto proposto no Plano de Trabalho.

O plano de trabalho cumpre todos os requisitos legais exigidos para o mesmo, bem como no mérito da proposta contida neste, está tudo em conformidade com a modalidade de parceria adotada.

A APAE desenvolve suas atividades há vários anos, sendo de importante valia e de fundamental necessidade, registrar a reciprocidade de interesse das partes (Prefeitura e APAE) na realização, em mútua cooperação, desta parceria.

Observa-se pelo Plano apresentado, com descrição da infraestrutura e da equipe de profissionais, a viabilidade de sua execução. Para tanto compõem o mesmo o cronograma de desembolso dos recursos, que está dentro de valores de mercado.

A comissão de Monitoramento irá utilizar dos meios disponíveis, com auxílio de profissionais das áreas do Município, para fiscalizar a execução da parceria, assim como deverá estabelecer os demais procedimentos que serão adotados para avaliação da execução física e financeira, no cumprimento das metas e objetivos.

Diante desta situação constatada no Município, se faz necessária a presente celebração do Termo de Parceria com a APAE de MONTE CASTELO-SC, de acordo com o disposto na Lei 13.019/2014, com suas alterações posteriores, o que no caso está presente todos os requisitos para a Dispensa do Chamamento Público.

Assim, diante do Tudo Exposto: Conforme o que foi apresentada a esta Comissão, toda a documentação juntada, atendidos aos preceitos do art. 30 inciso VI da Lei 13.019/2014, e suas alterações, encaminhamos ao Prefeito Municipal, sugerindo a referida Parceria com INEXIGIBILIDADE DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO E ASSINATURA DO TERMO DE COLABORAÇÃO.

Monte Castelo(SC), 28 de Agosto de 2017.

COMISSÃO TÉCNICA DO MUNICÍPIO

ANÁLISE DA ASSESSORIA JURÍDICA

A presente Inexigibilidade de Dispensa de Chamamento se fundamenta no art. 30 inciso VI da Lei 13.019/2014, com suas alterações.

Trata de Parceria com a APAE de MONTE CASTELO-SC, que atende no Município cerca de 72 (Setenta e Dois) alunos/pacientes, atuando há mais de 29 anos.

Por tratar de ato administrativo, evidente que deverá ser justificada a razão da decisão. É preciso lembrar que o chamamento e todos os seus atos deverão sempre ser justificados e fundamentados. A lei apresenta de forma clara que em certos momentos o chamamento pode ser dispensando, apresentando um rol taxativo no artigo 30, entre estas a do inciso VI, in verbis:

Art. 30. A administração pública poderá dispensar a realização do

chamamento público:

...

VI - no caso de atividades voltadas ou vinculadas a serviços de educação, saúde e assistência social, desde que executadas por organizações da sociedade civil previamente credenciadas pelo órgão gestor da respectiva política.

Importante consignar que a Constituição Federal inseriu o direito à educação e à saúde no rol dos direitos fundamentais. Estabelece a Lei Maior a responsabilidade do Estado na implementação das referidas políticas (artigos 200 e 196 da CF, respectivamente).

Nesse sentido, reconhecendo a competência municipal bem como a insuficiência do ente público, destaca-se os pareceres técnicos em anexo demonstrando que o município não tem condições de atender diretamente o público mencionado, justificando a necessidade da contratação de organização especializada.

A instituição informou a total impossibilidade continuidade do atendimento, caso não fosse formalizada parceria com a mesma, em decorrência dos altos custos e das dificuldades financeiras enfrentadas pela associação.

Nesse sentido e considerando que a APAE, entidade previamente credenciada, já realizava os serviços de educação e assistência social, analisando o parecer técnico, verifica que a DISPENSA para a parceria com a APAE por meio do TERMO DE COLABORAÇÃO, é plenamente legal, pois prevista na Lei e ainda possui razões de ordem de interesse público.

Importante enfatizar a necessidade que, nos termos do artigo 32, § 1º da Lei 13.019/2014, sob pena de nulidade do ato de formalização da parceria, o extrato da justificativa da dispensa, deverá ser publicado no sítio oficial da administração pública na internet e, eventualmente, a critério do administrador público, também no meio oficial de publicidade da administração pública.

Admite-se a impugnação à justificativa, desde que apresentada antes da celebração da parceria, cujo teor deve ser analisado pelo administrador público responsável.

Nos termos expostos, a contratação ora dispensada se faz necessário para levar a efeito a parceria com a APAE de MONTE CASTELO-SC. A escolha da referida Organização da Sociedade Civil, por prestar serviços de notória qualidade e referência no atendimento.

Isto Exposto, ante ao apresentado entendemos que a presente dispensa de Chamamento Público, cumpre as exigências legais, estando de acordo com a Lei nº 13.019/2014 com suas alterações, pelo o dou como aprovada, recomendando a parceria por meio de termo de Colaboração.

MONTE CASTELO(SC), 28 de agosto de 2017.

KÁTIA ANDRÉA MARTINS DA COSTA
ASSESSORA JURÍDICO
OAB/SC 9.383
AUTORIZAÇÃO

Autorizo a contratação e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes.
Publique-se um extrato da Justificativa, e após cinco dias ausente qualquer impugnação, tome-se as providências para o Termo de Colaboração.

MONTE CASTELO(SC), 28 de agosto de 2017.
JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA
Prefeito Municipal

EXTRATO DA JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE DISPENSA DE CHAMAMENTO nº 002/2017

REFERENTE: A finalidade da presente Dispensa de Chamamento Público é a celebração de parceria com a APAE DE MONTE CASTELO-SC, inscrita no CNPJ sob o nº 79.357.984/0001-12, com sede na rua 3 de Maio, 915, bairro Centro, na cidade de Monte Castelo-SC, por meio da formalização de termo de colaboração, para a consecução de finalidade de interesse público e recíproco que envolve a transferência de recursos financeiros à referida organização da sociedade civil (OSC), conforme condições estabelecidas no Termo de Colaboração.

RESUMO: Termo de Colaboração com a APAE de MONTE CASTELO-SC.

DO RESUMO DA JUSTIFICATIVA: Os fins da Administração Pública Municipal, segundo o mestre Hely Lopes Meirelles, "resumem-se num único objetivo: o bem da coletividade administrada."

Todavia nem todos os serviços de interesse público, são realizados pelo Município, necessitando para atingir o "bem comum", estabelecer parcerias com Organizações da Sociedade Civil.

É preciso valorizar essas parcerias e o Terceiro Setor, em destaque com a APAE, pois além dos relevantes trabalhos registrados, é notório que se realiza mais investimentos com menos recursos, alcançando de maneira primordial o princípio da eficiência. Um dos fatores desse resultado, é a efetiva participação popular, que de maneira direta fiscaliza, mas está presente na própria execução em suas diretorias e conselhos.

Nesta ótica a APAE de MONTE CASTELO-SC, desenvolve há mais de 29 anos, atividades voltadas a serviços de educação, saúde e assistência social, estando credenciada pelo órgão gestor dessas respectivas políticas públicas.

Diante desta situação constatada no Município, se faz necessária a presente celebração do Termo de Parceria com a APAE de MONTE CASTELO-SC, de acordo com o disposto na Lei 13.019/2014, com suas alterações posteriores, o que no caso está presente todos os requisitos para a Dispensa do Chamamento Público.

Assim, diante do Tudo Exposto: Conforme o que foi apresentada a esta Comissão, toda a documentação juntada, atendidos aos preceitos do art. 30 inciso VI da Lei 13.019/2014, e suas alterações, encaminhamos ao Prefeito Municipal, sugerindo a referida Parceria com Dispensa do Chamamento e assinatura do Termo de Colaboração.

MONTE CASTELO(SC), 22 de agosto de 2017.

COMISSÃO TÉCNICA

ASSESSORIA JURÍDICA: A presente INEXIGIBILIDADE DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO cumpre as exigências legais, estando de acordo com o artigo 30, inciso VI da Lei nº 13.019/2014 e suas alterações.

MONTE CASTELO(SC), 28 de agosto de 2017.

KÁTIA ANDRÉA MARTINS DA COSTA
ASSESSORA JURÍDICO
OAB/SC 9.383
AUTORIZAÇÃO

Autorizo a contratação e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes.
Publique-se um extrato da Justificativa, e após cinco dias ausente qualquer impugnação, tome-se as providências para o Termo de Colaboração.

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicada o presente extrato da Inexigibilidade de Dispensa do Chamamento Público 02/2017, aos 29 dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezessete.

TOMADA DE PREÇOS 002/2017

MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

AVISO LICITAÇÃO

Modalidade Tomada de Preço nº 002/17

OBJETO: Contratação de Pessoa Jurídica para o fornecimento de serviços médicos necessários na execução de Plantões de 12 horas e Sobreavisos de 04 horas e trinta minutos por dia, incluindo Feriados Oficiais, Sábados e Domingos no Município de Monte Castelo -SC, descritas no Anexo I deste edital.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: DAS 15h00min horas do dia 29/08/2017 às 09h00min horas do dia 14/09/2017.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 09h30min do dia 25/04/2017.

Fica estipulada a data máxima o dia 11/09/2017, para que as empresas interessadas realizem a visita técnica e o Cadastramento Prévio junto a Prefeitura Municipal e retirem o Edital com todos os seus anexos. As empresas que já se encontram cadastradas devem atualizar o Certificado de Regularidade Cadastral também até a data já mencionada.

TIPO: Menor Preço por Global.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: No endereço Prefeitura Municipal de Monte Castelo – Rua Alfredo Becker, 385 e também no site [http:// www.montecastelo.sc.gov.br](http://www.montecastelo.sc.gov.br).

HORARIO: das 08h às 12hs e das 14h às 17hs

Telefone (47) 3654-0166

Monte Castelo, 29 de Agosto de 2017

RENI MARIA MEISTER

GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Morro da Fumaça

PREFEITURA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 080/2017

Município de Morro da Fumaça. Dispensa de Licitação Nº 080/2017. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR A ASSISTENCIA TECNICA REFERENTE A GARANTIA DA MAQUINA JCB RETRO ESCAVADEIRA, conforme anexo. Data: 28/08/2017 as 11:00. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. DALVANIA CARDOSO – Secretária do Sistema Econômico.

Morro Grande

PREFEITURA

PORTARIA 100/2017

PORTARIA Nº 100/2017
TRATA DA CONCESSÃO DE FÉRIAS

VALDIONIR ROCHA, Prefeito Municipal de Morro Grande, no uso de suas atribuições e de conformidade com o que estabelece o art. 52, inciso VI da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei 781/2013,

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedido férias pelo período de 30 (trinta) dias, a partir de 05/09/2017, para o servidor DANNIEL ORIONE DA SILVA, matrícula 804, referente ao período aquisitivo 23/09/2015 a 22/09/2016.

Art. 2º Fica concedido férias pelo período de 30 (trinta) dias, a partir de 04/09/2017, para a servidora TAMIRES CANDEO, matrícula 808, referente ao período aquisitivo 05/01/2016 a 04/01/2017. Parágrafo único. Fica concedido por opção da servidora relacionada neste artigo, o parcelamento das férias em dois períodos de 15 dias, o primeiro de 04/09/2017 a 18/09/2017 e o segundo de 05/02/2018 a 19/02/2018.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Morro Grande/SC, 24 de agosto de 2017.
VALDIONIR ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA 101/2017

PORTARIA Nº 101/2017
TRATA DA CONTRATAÇÃO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO.

O PREFEITO DE MORRO GRANDE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o que estabelece o inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal e a Lei Municipal nº 813/2014; e,

CONSIDERANDO a ordem de classificação do Processo Seletivo nº 02/2015, para a função de AGENTE ADMINISTRATIVO;

CONSIDERANDO a necessidade de pessoal para atender ao Termo de Ajustamento de Condutas firmado com o Ministério Público do Estado de Santa Catarina junto ao Procedimento Administrativo n. 06.2016.00002040-3;

CONSIDERANDO o princípio da continuidade do serviço público.

RESOLVE:

Art. 1º Fica admitida ÉRICA SARTOR BAEISSO, portadora do CPF nº 102.736.289 -33, para exercer a função de AGENTE ADMINISTRATIVO, a partir da presente data, para atender necessidades temporárias de excepcional interesse público, com vencimentos e vantagens estabelecidas em Lei.

Art. 2º- Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Morro Grande, 28 de agosto de 2017.
VALDIONIR ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA 102/2017

PORTARIA Nº 102/2017

TRATA DA EXONERAÇÃO DE PESSOAL ADMITIVO EM CARÁTER TEMPORARIO

VALDIONIR ROCHA, Prefeito Municipal de Morro Grande, no uso de suas atribuições e de conformidade com o que estabelece a legislação em vigor, e,

Considerando o fim da estabilidade provisória de 05 meses para servidora Admitida em Caráter Temporário e o prazo final do Auxílio Maternidade concedido anteriormente pela Portaria nº 70/2017. RESOLVE:

Art. 1º Fica exonerada a partir de 25/08/2017, a servidora ADRIELI SCARPATO MAGAGNIN, matrícula 1004, ocupante do cargo de Psicóloga, admitida em caráter temporário- ACT, através do contrato nº 18/2016 – com aditivo de prorrogação 06/2016.

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 25/08/2017.

Morro Grande-SC, 28 de agosto de 2017.
VALDIONIR ROCHA
Prefeito Municipal

Navegantes

PREFEITURA

ATA DA SESSÃO 116/2017 PMN

ATA REGISTRO DE PREÇO Nº 116/2017 PMN

AS 09:00H (NOVE) HORAS DO DIA 25/08/2017, O PREGOEIRO NELSON DA CUNHA E EQUIPE DE APOIO KEILA APARECIDA PAIXÃO FERNANDES, REUNIRAM-SE PARA CREDENCIAMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES, EM EDITAL A LICITAÇÃO 116-2017 PMN, TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, CUJO OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS E ACESSÓRIOS PARA MANUTENÇÕES E REPAROS A SEREM UTILIZADOS NAS UNIDADES DE ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE NAVEGANTES/SC. EMPRESAS PARTICIPANTES: ACM SOLUÇÕES ELÉTRICAS EIRELI – EPP, REPERENTADA POR AMANDA RIBEIRO VIEIRA; ELÉTRICA RADIANTE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA – EPP, REPRESENTADA POR ERMINIO DE ARAÚJO; TECNOAL COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA, REPRESENTADA POR FERNANDO JOSÉ LONGEN; PJ SERVIÇOS E COMERCIO LTDA –ME, REPRESENTADA POR JÚLIA CRISTINA MEURER DE SOUZA; JÚLIA CRISTINA MEURER DE SOUZA, REPRESENTADA POR LEANDRO NUNES; KRAUS MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA – EPP, REPRESENTADA POR TOMAS CONTESTI ANDRADE; ILUMISUL COMERCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA – EPP, REPRESENTADA POR THIAGO COSTA SANTOS; FRITZ DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS ELÉTRICOS EIRELI – ME, REPRESENTANTA POR ANDRE DUARTE DO SANTOS; DINAMICS MATERIAIS ELETRICOS LTDA ME, REPRESENTADA POR OSVALDO MARTINS BOGGIANO MURA. FORAM DISPONIBILIZADO AO PRESENTES OS DOCUMENTOS DO CREDENCIAMENTO PARA ANÁLISE, RUBRICA E MANIFESTAÇÕES, NÃO HOUVERAM MANIFESTAÇÕES. PROCEDEU-SE COM A ABERTURA DOS ENVELOPES PROPOSTAS ONDE A EMPRESA ILUMISUL COMERCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA – EPP E A FRITZ DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS ELÉTRICOS EIRELI – ME NÃO ATENDEU A CLAUSULA 5 LETRA D) DO EDITAL QUANTO A VALIDADE DA PROPOSTA. A EMPRESA PJ SERVIÇOS E COMERCIO LTDA – ME TEVE SEU ITEM 33 DESCLASSIFICADO POR NÃO INFORMAR A MARCA. O LANÇAMENTO DAS PROPOSTAS NO SISTEMA OCORREU NORMALMENTE, APÓS AS PROPOSTAS LANÇADAS, DISPONIBILIZADOS AOS PRESENTES PARA ANÁLISE, RUBRICA E MANIFESTAÇÕES, NÃO HOUVERAM MANIFESTAÇÕES. DANDO CONTINUIDADE DEU-SE INÍCIO A ETAPA DE LANCES, ONDE PROCEDEMOS COM OS LANCES ATÉ O ITEM 50, DAREMOS CONTINUIDADE AS 13:40 HRS DO DIA 25/08/2017.

REABRINDO A SESSÃO DE LANCE CONFORME COMBINADO ANTERIORMENTE, SENDO DE TOTAL RESPONSABILIDADE DE QUEM FOR RECEBER E ATESTAR A QUALIDADE DOS SERVIÇOS DOS MATERIAIS ELÉTRICOS E HIDRÁULICOS. NÃO HAVENDO MENÇÃO DE RECURSOS MOMENTO EM QUE SE ENCERRA O CERTAME E ENCAMINHA A AUTORIDADE COMPETENTE PARA DEVIDA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.

ATA DA SESSÃO 16/2017 FUMREBOM

ATA 16/2017 FUMREBOM

AS 09:00H (NOVE) HORAS DO DIA 13/06/2017, A PREGOEIRA CARLA CLAUDINO E EQUIPE DE APOIO JOSIANE BONETTI E VERA LUCIA LUCOLLI DA COSTA, REUNIRAM-SE PARA CREDENCIAMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES, EM EDITAL A LICITAÇÃO 16-2017 PMN, TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, CUJO OBJETO REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE PRODUTO (OXIGÊNIO MEDICINAL), PARA UTILIZAÇÃO NOS ATENDIMENTOS

PRÉ-HOSPITALARES REALIZADOS PELAS AMBULÂNCIAS DAS GUARNIÇÕES DE SALVAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS, QUE REALIZAM SERVIÇO NO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, ATRAVÉS DO FUMREBOM - FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIP. CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE NAVEGANTES/SC. EMPRESAS PARTICIPANTES: I. G. I. INDÚSTRIA DE GASES ITAJAÍ LTDA - ME, REPRESENTADA POR EDERSON BETINELLI. FORAM DISPONIBILIZADO AOS PRESENTES OS DOCUMENTOS DO CREDENCIAMENTO PARA ANALISE, RUBRICA E MANIFESTAÇÕES, NÃO HOUVERAM MANIFESTAÇÕES. PROCEDEU-SE COM A ABERTURA DOS ENVELOPES PROPOSTAS E LANÇAMENTO DAS PROPOSTAS NO SISTEMA. QUE APÓS AS PROPOSTAS LANÇADAS FORAM ANALISADO ONDE AS PROPOSTAS ESTAVAM CORRETAS E FORAM DISPONIBILIZADOS AOS PRESENTES PARA ANÁLISE, RUBRICA E MANIFESTAÇÕES, NÃO HOUVERAM MANIFESTAÇÕES. DANDO CONTINUIDADE DEU-SE INÍCIO A ETAPA DE LANCES, ONDE A EMPRESA SAGROU-SE VENCEDORA DO ITEM 1. PROSSEGUIMOS COM A ABERTURA DOS DOCUMENTOS DA HABILITAÇÃO DO LICITANTE GANHADOR, ONDE FOI VERIFICADO QUE A CERTIDÃO DO FGTS ESTAVA VENCIDA A EMPRESA TEM O PRAZO DE 5 DIA PRORROGÁVEIS POR MAIS 5 ENCERRANDO O PRAZO NO DIA 23/06/2017. OS MESMOS FORAM DISPONIBILIZADOS PARA OS PRESENTES PARA ANALISE, RUBRICA E MANIFESTAÇÕES. NÃO HOUVERAM MANIFESTAÇÕES. ESTA ATA SERÁ DISPONIBILIZADA NO SITE WWW.NAVEGANTES.SC.GOV.BR, NADA MAIS HAVENDO A RELATAR DEU-SE POR ENCERRADO OS TRABALHOS AS 09H30M. EU VERA LUCIA LUÇOLLI DA COSTA LAVREI O PRESENTE REGISTRO DE ACONTECIMENTOS QUE APÓS LIDO E ACHADO CONFORME SEGUE ASSINADO PELOS PARTICIPANTES PRESENTES NESTA ABERTURA QUE PERMANECERÃO ATÉ A LAVRATURA DO MESMO.

ATA DA SESSÃO 55/2017 FMS

ATA 55/2017 FMS

ABERTO O CERTAME NO DIA 25 DE AGOSTO DE 2017, COM A PARTICIPAÇÃO DAS LICITANTES POSTO DNA LTDA E W.K BERNARDI STANG EIRELI. TODAS DEVIDAMENTE CREDENCIADAS E APENAS A EMPRESA POSTO DNA SE ENQUADRA COMO ME/EPP. APÓS AS CONSIDERAÇÕES DE PRAXE FORAM VISTADOS OS DOCUMENTOS DO CREDENCIAMENTO.

APÓS FOI ABERTO O ENVELOPE RELATIVO A PROPOSTA E VERIFICOU-SE QUE AS EMPRESAS AS CREDENCIADAS CUMPRIRAM COM OS REQUISITOS SOLICITADOS NO EDITAL.

APÓS FORAM VERIFICADOS OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO NO QUAL VERIFICOU-SE QUE A EMPRESA (POSTO DNA) VENCEDORA CUMPRIU COM A DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA NO EDITAL. (A EMPRESA W.K NÃO COBRIU O LANCE DO POSTO DNA QUE É ME/EPP).

SEND O TOTAL RESPONSABILIDADE DE QUEM FOR ATESTAR A QUALIDADE DOS COMBUSTÍVEL.

NÃO HAVENDO MENÇÃO DE RECURSOS MOMENTO EM QUE SE ENCERRA O CERTAME E ENCAMINHA A AUTORIDADE COMPETENTE PARA DEVIDA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.

CONVOCAÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA DO PREGÃO 131/2017 PMN

PRIMEIRA CONVOCAÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES/SC, CONVOCA TERCEIRA CHAMADA PARA APRESENTAÇÃO DA AMOSTRA DOS 2º COLOCADOS DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 131/2017 – PMN, CONFORME:

ITEM	2º COLOCADO
01	INFOTRIZ COMERCIAL LTDA - EPP
02	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA ME
03	PERFORMACE COMERCIO & SERVIÇOS EIRELI – ME
04	INFOTRIZ COMERCIAL LTDA - EPP
07	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA ME
14	BOZZANO E BOZZANO LTDA ME
16	KLEBER DE MOURA DALABONA & CIA LTDA ME
19	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA ME
20	PERFORMACE COMERCIO & SERVIÇOS EIRELI – ME
32	INFOTRIZ COMERCIAL LTDA - EPP
40	LINEAR INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - EPP
45	PERFORMACE COMERCIO & SERVIÇOS EIRELI – ME
47	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA ME
48	KLEBER DE MOURA DALABONA & CIA LTDA ME
49	AQUINPEL SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO INFORMATICA
53	LINEAR INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - EPP

Sem mais, agradecemos cordialmente,

Navegantes, 23 de agosto de 2017

“DOE ÓRGÃO! DOE SANGUE! SALVE VIDAS.”

CONVOCAÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA DO PREGÃO 43/2017 FMS - RETIFICADO

RETIFICAÇÃO - CONVOCAÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA (CERTIFICADO DE REGISTRO DE MEDICAMENTO) – TERCEIRA CHAMADA
23/08/2017.

ONDE DE LÊ:

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES/SC, CONVOCA TERCEIRA CHAMADA PARA APRESENTAÇÃO DA AMOSTRA DOS 3º COLOCADOS DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 43/2017 – FMS, CONFORME:

ITEM	3º COLOCADO
27	PONTAMED FARMACEUTICA LTDA
113	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALARES LTDA
178	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALARES LTDA

LEIA-SE:

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES/SC, CONVOCA TERCEIRA CHAMADA PARA APRESENTAÇÃO DA AMOSTRA DOS 3º COLOCADOS DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 43/2017 – FMS, CONFORME:

ITEM	3º COLOCADO
27	PONTAMED FARMACEUTICA LTDA

Sem mais, agradecemos cordialmente,

“DOE ÓRGÃO! DOE SANGUE! SALVE VIDAS.”

EXTRATO DA ATA Nº 16/2017 FUMREBOM

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 16/2017 FUMREBOM

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços nº 16/2017, relativa ao Pregão Presencial nº 16/2017 FUMREBOM - contendo os preços registrados pela empresa abaixo: Objeto: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE PRODUTO (OXIGÊNIO MEDICINAL), PARA UTILIZAÇÃO NOS ATENDIMENTOS PRÉ-HOSPITALARES REALIZADOS PELAS AMBULÂNCIAS DAS GUARNIÇÕES DE SALVAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS, QUE REALIZAM SERVIÇO NO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, ATRAVÉS DO FUMREBOM - FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIP.CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE NAVEGANTES/SC. Conforme Pregão Presencial nº 16/2017 FUMREBOM

Fornecedor: I.G.I INDUSTRIA DE GASES ITAJAI LTDA - ME

Valor: 18.000,00

Vigência: 28/06/2017 a 28/06/2018

A ata está disponível no Departamento de Licitações.

Informações: tel.: (47) 3342-9500.

Navegantes, 28 de junho de 2017.

EXTRATO DA ATA Nº 42/2017 FMS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 42/2017 FMS

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços nº 42/2017, relativa ao Pregão Presencial nº 42/2017 FMS - contendo os preços registrados pela empresa abaixo:

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA PARA ATENDER O SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA - SAMU E A ASSISTÊNCIA SOCIAL DA SECRETARIA DE SAÚDE, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES/SC. Conforme Pregão Presencial Para Registro de Preço nº 42/2017 FMS

Fornecedor: DANIELE DAGIO - EPP

CNPJ 12.942.081/0001-28

Valor: R\$ 5.489,00

Fornecedor: SERMEDICALL ARP EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA EPP

CNPJ 93.726.446/0001-89

Valor: R\$ 7.721,70

Vigência: 28/08/2017 a 28/08/2018

A ata está disponível no Departamento de Licitações.

Informações: tel.: (47) 3342-9500.

Navegantes, 28 de agosto de 2017.

LAUDO DAS AMOSTRAS 22/2017 FUMREBOM

Ofício-Nr-1107-2017-7BBM Navegantes, 02 de Agosto de 2017.

Senhora Pregoeira,

Com cordiais cumprimentos, venho por meio deste informar a respeito dos itens referentes ao pregão 22/2017 (conformidade com edital).

2. Informo que o licitante PJ Serviços e Comércio EIRELI ME apresentou todos os documentos relativos aos registros solicitados e todos conferem perante os órgãos regulamentadores.

3. Informo que o licitante L & E Comércio Atacadista Ltda EPP apresentou todos os documentos relativos aos registros solicitados e todos conferem perante os órgãos regulamentadores.

Respeitosamente,

Luiz Adônis Zimmermann
3º Sgt BM Ch Logística 2ª/7º BBM

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 07 - EMPRESA GIRO MÁXIMO - SEGUNDA INSTÂNCIA

PROCESSO: Nº 0000.007-2017

ORIGEM: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

ASSUNTO: Descumprimento das Cláusulas Contratuais e Editalícias
PARECER: EMENTA:

I - Recurso que, apresentado dentro do prazo legal. II - Princípio da verdade material e ônus da prova.
III - O recurso deve ser improvido, na forma da Lei 8666/1993.

R E L A T Ó R I O:

O presente processo foi encaminhado a esta Instituição pela Comissão de Apuração de Inexecução Contratual referente ao Procedimento Administrativo 007/2017 em face da controvérsia entre contratante (Prefeitura Municipal de Navegantes) e contratado (Empresa Auto Mecânica Giro Máximo Ltda).

Tendo em vista o que consta do Processo nº 0000.007-2017 foi demonstrado que o contratado descumpriu cláusulas do Pregão Presencial de Registro de nº 140/2016, Termo de Referência e Contrato nº 52/2017.

Em 1º de agosto de 2017, protocolou recurso administrativo dirigido à Secretária de Administração e Logística do Município de Navegantes, solicitando as providências para que a decisão fosse encaminhada à Comissão de Apuração de Inexecução Contratual, a fim da decisão ser reconsiderada.

Na manifestação final da Secretária de Administração e Logística (fl. 261), considerou o recurso cabível e o recebeu no efeito devolutivo.

A Comissão de Apuração de Inexecução Contratual (fls. 262/263) concluiu que, do exame que procedeu, verifica-se que não há presença de fatos novos para elidir a rescisão do contrato, a aplicação da penalidade de 20% de multa sobre o valor do contrato e impedimento da empresa em licitar pelo prazo de 02 (dois) anos com o Ente Público.

PARECER:

I – DAS PRELIMINARES

Recurso Administrativo interposto, tempestivamente, pela EMPRESA AUTO MECÂNICA GIRO MÁXIMO LTDA, contra decisão de processo administrativo, nos termos do PREGÃO PRESENCIAL140/2016.

II – DAS FORMALIDADES LEGAIS DA ADMISSIBILIDADE

A análise preliminar cumpre a verificação dos requisitos formais da Lei 8666/1993 para apresentação do Recurso Administrativo.

III – DAS ALEGAÇÕES

No Recurso Administrativo o recorrente alegou que houve cerceamento de defesa, em razão do pouco tempo de 48h estabelecido para contraditório e ampla defesa, conforme prevê o art. 5º, LV da Constituição Federal1.

1 Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade,

à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;

Ainda aduziu que o prazo de manifestação restou esvaziado levando ao prejuízo do ora recorrente não se observando as informações prestadas pelo mesmo.

Além disso, discordou da decisão (fls. 131/147), pois mencionou que a empresa goza de ótima fama entre os seus clientes apresentando como argumento a boa-fé objetiva. Dessa forma, sustentou que a empresa foi vencedora de outros certames licitatórios e que presta serviços para a Prefeitura Municipal de Navegantes há mais de 12 (doze) anos.

Nesse íterim, a recorrente se opôs a exigência de fl. 142, a qual traz à baila que as peças e acessórios devem ser originais. Dessa maneira, explicou que o produto utilizado pela empresa era de boa qualidade.

Afirmou que nada restou comprovado que as instalações do recorrente não eram adequadas e que a empresa possui projeto aprovado, alvará expedido pelo Corpo de Bombeiros e do CREA, em respeito ao certame que participou.

Quanto à problemática da retroescavadeira, a recorrente especificou veementemente que nunca foi encaminhado para a revisão total, apenas para fazer pequenos reparos, tais como: trocar óleo e filtro, ou seja, que não teve qualquer participação no caso.

Por fim diante das alegações apresentadas pela recorrente a mesma requereu:

- a) Suspensão dos atos da decisão;
- b) Acolhimento das Preliminares, bem como a nulidade do procedimento administrativo;
- c) Acolhimento e provimento do Recurso Administrativo;
- d) A verificação das penalidades, em razão da sua gradação, que seja dada a menor.

IV – DA ANÁLISE DO RECURSO ADMINISTRATIVO

Primeiramente, é importante frisar que este tem pleno amparo na legislação e na melhor doutrina que dispõe sobre licitação na modalidade Pregão.

É indubitável legal e jurisprudencial o fato de ser o edital da licitação o instrumento jurídico que traz as regras de todo o certame cujos termos a Administração está estritamente vinculado. O principal motivo que poderia nos levar a acolher tal recurso seria a constatação da presença de erro da análise da documentação feita pela Comissão, o que desde já não se verifica.

Neste contexto, os fatos apresentados pelo recorrente no presente Recurso Administrativo não justificam o pedido de reconsideração da decisão, uma vez que não configuram fatos novos. São apenas fatos repetidos da defesa. A diferença é que foram acostados documentos extemporâneos, visto que não foram juntados na defesa, momento oportuno, a fim de vislumbrar a sua verdade, o que considera que tais documentos não podem ser acolhidos por força de preclusão. Significa que, a juntada posterior de documentos, inclusive na fase recursal, só é admitida em situações excepcionais, sendo elas: força maior, fato ou direito superveniente e contraposição a fatos ou razões posteriormente apresentadas, o que não é o caso.

Neste sentido, a doutrina demonstra o conceito de fatos novos2:

Fatos novos são aqueles não levados em consideração no processo original de que resultou sanção por terem ocorrido a posteriori. O sentido de “novo” no texto guarda relação com o tempo de sua ocorrência e, por conseguinte, com sua ausência para análise ao tempo em que se apurava a infração. O fato novo pode alterar profundamente a conclusão antes firmada, protagonizando convicção absolutória no lugar do convencimento sancionatório adotado na

ocasião. Surgindo fato dessa natureza, não seria mesmo justo que perdurasse a sanção, decorrendo daí que esta deve ser anulada ou modificada conforme a hipótese, mas não mantida da forma como foi imposta.

2 FELIX, Luciana Chaves Freire. Da revisão em processos administrativos. <http://www.conteudojuridico.com.br/artigo,da-revisao-em-processos-administrativos,47703.html>. Acesso em 15 de agosto de 2017.

É possível observar, portanto, que cabe ao recorrente o ônus da prova no procedimento administrativo. No presente recurso, em síntese, não foram apontados fatos novos capazes de modificar a decisão recorrida.

A doutrina elucida:

O ônus da prova, no dizer de ECHANDIA é o poder ou faculdade de executar livremente certos atos ou adotar certa conduta prevista na norma, para benefício e interesse próprios, sem sujeição nem coerção e sem que exista outro sujeito que tenha o direito de exigir seu cumprimento, mas cuja inobservância acarreta consequências desfavoráveis.

CARNELUTTI considera que o critério para determinação do ônus da prova reside no interesse na afirmação, o que se harmoniza com o conteúdo da lide e decorre de regra de experiência, segundo a qual as partes buscam a prova dos fatos que lhes sejam favoráveis³.

Mesmo que por eventualidade se considerássemos fatos novos, verificou-se que a recorrente teve tempo hábil e razoável a se defender, inclusive quando recebeu a primeira notificação (que não a cumpriu) sendo oportunizado o contraditório e a ampla defesa. Não se pode olvidar que a empresa desde o início do certame apresentou declaração falsa acerca da área e da equipe, com o escopo de obter vantagem no Pregão sobre outras empresas, o que a fez vencedora.

3 CIANCI, Mirna. A responsabilidade do Estado e o ônus da prova no Código de Defesa do Consumidor sob o enfoque da teoria do risco administrativo. <http://www.buscalegis.ufsc.br/revistas/files/anexos/24298-24300-1-PB.htm>. Acesso em: 16 de agosto de 2017.

De acordo com o art. 7º da Lei 10520/2002:

Art. 7º Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicafe, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º desta Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

Do mesmo modo, existem nos autos do processo administrativo documentos que comprovam que os pneus utilizados pela recorrente não correspondiam aos originais, os quais trouxe prejuízo econômico ao contratante, pois considerados de qualidade aquém, ocasionando enriquecimento ilícito do recorrente.

A jurisprudência do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul decidiu:

APELAÇÃO CÍVEL LICITAÇÃO E CONTRATO ADMINISTRATIVO. PREGÃO PRESENCIAL. ANULAÇÃO PARCIAL DE CERTAME EM RAZÃO DE VÍCIO NA DESABILITAÇÃO DE EMPRESA. DIREITO DA ADMINISTRAÇÃO EM REVER SEUS ATOS.

Verificada a ilegalidade na decisão que desabilitou a empresa que

ofereceu o menor lance, a Administração, com base no princípio da legalidade e da autotutela, agiu

corretamente ao anular parte da licitação, retomando o processo a partir da fase de lances.

Em não tendo sido sequer finalizado o procedimento licitatório, com a homologação do seu objeto, não há direito adquirido da empresa apelante, a qual possui mera expectativa de direito.

(PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL.70073057309 (Nº CNJ: 0069845-22.2017.8.21.7000) RELATOR IRINEU

MARIANI, 28 DE JUNHO DE 2017).

A jurisprudência do Tribunal de Justiça de Santa Catarina é uníssona:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL. EMPRESA VENCEDORA DE LICITAÇÃO PARA FORNECIMENTO DE MERENDA ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL. ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO PELA MUNICIPALIDADE, AO ARGUMENTO DE QUE OS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS FORNECIDOS SÃO INADEQUADOS AO CONSUMO. APLICAÇÃO DE PENALIDADE, CONSUBSTANCIADA EM SUSPENSÃO DE PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÕES. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. PRESSUPOSTOS ESPECÍFICOS CONSTANTES DO ART. 535 DO CPC NÃO CONFIGURADOS. REJEIÇÃO QUE SE IMPÕE. (SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO 2015.072524-9 RELATOR SÉRGIO ROBERTO BAASCH LUZ, 23 DE FEVEREIRO DE 2016).

Isto posto, como a recorrente não apresentou qualquer evidência nova que corroborasse suas alegações em relação as penalidades aplicadas pelo contratante seu recurso não merece prosperar.

Salienta-se que no caso, não pode a Administração prestigiar aquele que por um motivo ou outro descuidou-se da prestação de seus serviços sendo a penalidade considerada poder vinculado da mesma.

A doutrina esclarece:

Há atividades administrativas cuja execução fica inteiramente definida em lei, que dispõe esta sobre todos os elementos do ato a ser praticado pelo agente. A ele não é concedida qualquer liberdade quanto à atividade a ser desempenhada e, por isso, deve se submeter por inteiro ao mandamento legal. Seu fundamento constitucional é o princípio da legalidade, que requer à Administração a obediência estrita aos termos da lei⁴.

Reza o art. 87 da Lei 8666/1993:

Artigo 87 Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

I - multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;

II - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

4 MOREIRA, Alexandre Magno Fernandes. Poderes Discrecional e Vinculado. Disponível em 17.01.2011 no seguinte link: http://www.lfg.com.br/public_html/article.php?story=20110114163142284. Acesso em: 16 de agosto de 2017.

Em relação a decisão da Comissão a mesma não se equivocou a respeito das penalidades aplicadas, por que houveram provas cabais de superfaturamento que os levaram a tomar tal atitude, qual seja a de rescindir o contrato com a recorrente.

Em resumo, as decisões havidas no processo administrativo foram e são inquestionavelmente para respeitar o princípio da legalidade, da impessoalidade, da moralidade e da vinculação ao edital.

V – DA CONCLUSÃO:

Em obediência a Lei 8666/1993 e subsidiariamente a Lei 10520/2002, bem como em respeito aos princípios licitatórios, informa que em referência aos fatos apresentados e da análise realizada nas razões e em tudo o que consta nos autos, opina a autoridade superior competente pela seguinte decisão: Não conhecer as preliminares e, no mérito, o recurso deve ser improvido, vez que as argumentações apresentadas pela recorrente demonstram incoerência com as provas coletadas no processo administrativo.

Navegantes (SC), 16 de agosto de 2017.

MUNIQUE SOARES FELIX

Procuradora do Município de Navegantes

De acordo:

DONIZETE JOSÉ DA SILVA

Prefeito em exercício

RESPOSTA AO PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO DA AMOSTRA 131/2017 PMN

Navegantes, 25 de abril de 2017.

Em resposta ao Pedido de Consideração de Amostra do Processo 131/2017 PMN, feito pela Empresa Linear Industria e Comércio Ltda.

Informamos a empresa Linear Industria e Comércio Ltda, que o ITEM 33 do Registro de Preço nº 131/2017 PMN, apresentado pela empresa vencedora deste item, está de acordo com edital e a necessidade da Prefeitura Municipal de Navegantes.

A Prefeitura Municipal de Navegantes, tem necessidade do Item 33 do Registro de Preço 131-2017 PMN, por motivo da enorme quantidade de documentos que são de extrema necessidade o arquivamento por um longo período de tempo.

A Empresa Linear Industria e Comércio Ltda, nos informa que o descritivo corresponde aos que a mesma informa em sua solicitação, mas consultando verificamos que o informado como correto é PORTA REVISTA, e o que necessitamos é CAIXA PARA PERIODICO, EM PLASTICO PVC, NA COR AZUL, MEDINDO APROXIMADAMENTE 300X260X100.

Carla Claudino
Pregoeira

Josezite dos Sanos
Equipe de Apoio

Josiane Bonetti
Equipe de Apoio

Vera Lúcia Luçolli da Costa
Equipe de Apoio

TERMO DE JULGAMENTO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR 8/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES

TERMO DE JULGAMENTO

Processo Administrativo Disciplinar nº 8/2017, instaurado pela Portaria nº. 708 de 22 de fevereiro de 2017.

Indiciado: A apurar

Vistos, relatados, etc., os presentes autos, verifiquei que:

Através da Portaria nº. 708 de 22 de fevereiro de 2017 foi instaurado Processo Administrativo Disciplinar para apurar possível responsabilidade de agente público diante irregularidade apontada no Processo Administrativo Indenizatório nº 109/2016 entre a empresa Interativa e o Município de Navegantes.

Conforme solicitação de fls. 4/5, designou-se e instalou-se Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, com a oitiva de servidores para esclarecimento dos fatos.

É o Relatório.

Na instrução verificou-se houve desídia por parte do Secretário de Saneamento de Navegantes, entretanto, fica reconhecida a prescrição para aplicação de penalidade, diante a data em que ocorreram os fatos.

A vista do exposto e considerando o que mais dos autos consta, em conformidade com o art. 166 da LC 7/2003 (Estatuto dos Servidores Municipais de Navegantes).

DECIDO:

JULGO procedente a sugestão apontada no relatório da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, no que concerne:

ARQUIVAMENTO do Processo Administrativo Disciplinar autos n. 8/2017.

Diante do presente julgamento, determino seja lavrado o competente Ato, procedendo-se a sua publicação na imprensa oficial no prazo de 10 (dez) dias a contar da presente data.

Cumpra-se. Publique-se.

Navegantes, 23 de agosto de 2017.

DONIZETE JOSÉ DA SILVA

Prefeito em exercício

CÂMARA MUNICIPAL**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 03-2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 03-2017 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR - CONTRATO**

CONTRATO N. 005/2017

CONTRATO DE COMPRA DE VEÍCULO AUTOMOTOR

A CÂMARA DE VEREADORES DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público, sediada na Rua Ezequiel Antero Rocha N. 315, Centro, Navegantes-SC, CEP 88.370.-410, inscrita no CNPJ N. 83.551.531/0001-08, neste ato representada por seu Presidente Samuel Vianei Paganelli, brasileiro, casado, médico veterinário, RG nº 1.113.622, CPF nº 520.361.039-87, residente e domiciliado na Rua Nereu Liberato Nunes, nº 615, Centro, Navegantes/SC., infra-assinado, doravante denominado CONTRATANTE, e a Empresa MARAMBAIA VEÍCULOS LTDA., pessoa jurídica de direito privado, situada na Avenida Marginal Oeste, nº 127, Bairro dos Municípios, na Cidade de Balneário Camboriú/SC., inscrita no CNPJ sob o nº 00.183.135/0001-30, neste ato representada pelo Sr. Osmar de Souza Nunes Filho, brasileiro, casado, RG 119.045, CPF nº 073.344.789-91, residente e domiciliado na Av. Osmar Gaya Nunes, nº 140, na Cidade de Balneário Camboriú/SC., a seguir denominada CONTRATADA, acordam e ajustam firmar o presente CONTRATO, de conformidade com o Processo Licitatório nº 003/2017, modalidade Pregão Presencial nº 003/2017, para terem entre si ajustado o Contrato em epígrafe, com sujeição às normas ditadas nos termos da Lei 10.520/2002, Decreto Federal nº. 3.555 de 8 de agosto de 2000, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, com as alterações posteriores, e demais Decretos e normas regulamentares aplicáveis à espécie, bem como suas alterações, mediante as cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA
DO OBJETO**

1.1. O presente termo tem por objeto aquisição de veículo novo, "0" (zero) quilômetro, ano 2017/2017, incluindo a assistência técnica decorrente de garantia, licenciamento, IPVA, seguro obrigatório, conforme CLÁUSULA SEGUNDA deste CONTRATO.

1.2. A contratada obriga-se e se compromete a fornecer à CONTRATANTE dentro do melhor padrão de atendimento e de qualidade, o produto objeto do presente contrato.

1.3. O edital do Pregão nº 003/2017 e seus Anexos, o Termo de Referência e a Proposta de Preços da CONTRATADA são partes integrantes deste Termo independente de transcrição.

**CLÁUSULA SEGUNDA
DO QUANTITATIVO, DA ESPECIFICAÇÃO E DO PREÇO.**

2.1. A CONTRATADA deverá fornecer o veículo mencionado na Cláusula Primeira, conforme descrito a seguir, pelo valor de R\$ 72.600,00 (setenta e dois mil e seiscentos reais):

Item	Quant	DESCRIÇÃO	Valor
01	01	VEÍCULO DE FABRICAÇÃO NACIONAL - 7 LUGARES, MOTOR 1.8, 4 PORTAS, COM POTENCIA MINIMA 100CV, TOTAL FLEX, COM PINTURA NA COR PRETA, 0 (ZERO) KM, COM FABRICAÇÃO 2017, MODELO 2017. O VEÍCULO DEVERÁ SER ENTREGUE EMPLACADO, IPVA QUITADO, LICENCIADO E COM PELÍCULA NOS VIDROS DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO. O VEÍCULO DEVERÁ TER AR CONDICIONADO, FREIOS ABS, CHAVE TIPO CANIVETE, TRAVAMENTO ELÉTRICO DAS PORTAS, DESEMBACADOR DE VIDRO TRASEIRO, DIREÇÃO HIDRÁULICA OU ELETTRICA, AIRBAG DUPLO, LAVADOR E LIMPADOR DO VIDRO TRASEIRO, LIMPADOR DE PARA-BRISA COM TEMPORIZADOR, PAINEL DE INSTRUMENTOS COM CONTA-GIROS, VELOCÍMETRO E MARCADOR DO NÍVEL DE COMBUSTÍVEL, PARA-CHOQUE E RETROVISORES NA COR DO VEÍCULO, INDICADOR DE TEMPERATURA DA ÁGUA, RODAS DE AÇO ARO 15" OU 16", COLUNA DE DIREÇÃO COM REGULAGEM DE ALTURA, VIDROS ELÉTRICOS DIANTEIROS (NO MÍNIMO), FAROIS DE NEBLINA, TAPETES DE BORRACHA, TRANSMISSÃO MANUAL DE CINCO VELOCIDADES OU MAIS, RESERVATÓRIO DE COMBUSTÍVEL DE NO MINIMO 50L, EQUIPAMENTOS OBRIGATÓRIOS LEGALMENTE EXIGIDOS PELO CODIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO.	R\$ 72.600,00

**CLÁUSULA TERCEIRA
DO FATURAMENTO E DO PAGAMENTO**

3.1. Pelo fornecimento objeto deste termo, a CONTRATANTE efetuará o pagamento à CONTRATADA, mediante apresentação de nota fiscal e a entrega do veículo, atestada pelo Setor de Contabilidade e pelo Chefe e/ou Responsável pelo Setor Requisitante.

3.2. O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE em até 10 (dez) dias após a liquidação da nota fiscal/fatura.

3.3. É condição para pagamento do valor constante de cada nota fiscal/fatura, a apresentação de prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

3.4. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira desta com a CONTRATANTE, inclusive aquela que lhe for imposta.

CLÁUSULA QUARTA DA ENTREGA DOS VEÍCULOS

4.1. A aquisição de que trata a Cláusula Primeira deste termo dar-se-á na quantidade e especificação discriminada no subitem 2.1 da Cláusula Segunda deste instrumento.

4.2. O veículo será entregue no estacionamento interno da Câmara de Vereadores de Navegantes, localizado na Rua Ezequiel Antero Rocha, nº 315, Centro, Navegantes-SC, no horário de 8h às 12h e das 13h30min às 17h30min, em dias úteis, devendo ser acertado previamente com o Setor de Compras/Licitações, através do fone: (047) 3342-1818, na presença do Diretor Administrativo, que poderá rejeitá-lo caso sejam constatados defeitos de fabricação e/ou discrepância com as especificações técnicas pertinentes, obedecidas as especificações constante do Anexo VI do Pregão Presencial nº 003/2017.

4.3. O veículo solicitado deverá ser transportado adequadamente de forma a permitir completa segurança durante o percurso.

4.4. O prazo máximo previsto para a entrega do veículo é de até 30 (trinta) dias, contados a partir da emissão da Nota de Empenho.

4.4.1. No caso de impossibilidade de entrega no prazo acima estipulado, a CONTRATADA deverá comunicar por escrito ao CONTRATANTE, dentro do prazo estipulado para entrega, podendo a justificativa ser aceita ou não; caso não seja aceita, incorrerá a CONTRATADA nas sanções previstas neste termo e Lei n.º 8.666/93.

4.5. O veículo entregue poderá ser rejeitado pelo setor competente da CONTRATANTE, caso não obedeça qualidade e especificações.

4.6. A CONTRATADA deverá substituir, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, arcando com as despesas decorrentes caso o objeto da licitação apresentar defeitos, imperfeições, alterações, irregularidades ou qualquer característica discrepante às exigidas pelo setor solicitante, ainda que constatados depois do recebimento e/ou pagamento.

4.7. O não cumprimento dos prazos previstos nos subitens 4.4 e 4.6 implicarão na aplicação de multa conforme descrito na Cláusula Oitava - DAS PENALIDADES.

CLÁUSULA QUINTA DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

5.1. São obrigações da CONTRATADA:

5.1.1. Atender as especificações definidas na Cláusula Segunda deste Contrato e no Termo de Referência e demais anexos do edital do Pregão Presencial nº 003/2017.

5.1.2. Entregar o veículo no prazo e local determinado neste termo, devidamente regularizado, com todas as taxas e imposto pagos e devidamente licenciado e emplacado.

5.1.3. Todas as despesas relativas a transporte e entrega do veículo, mão-de-obra, ferramentas, fretes, transportes horizontais ou verticais, seguro, emplacamento, impostos, taxas e emolumentos e leis sociais correrão por conta da CONTRATADA.

5.1.4. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na entrega, ou da assistência técnica do veículo.

5.1.5. Manter durante todo o período de execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital de Pregão Presencial nº 003/2017.

5.1.6. Possuir serviços de assistência técnica total no município de Navegantes ou Região.

5.1.7. Entregar o veículo com todos os equipamentos exigidos pelo DETRAN, devidamente emplacados e com sistema de alarme instalado.

5.2. São obrigações da CONTRATANTE :

5.2.1. Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições deste Termo.

5.2.2. Rejeitar o veículo entregue em desacordo com as descrições contidas na Cláusula Segunda deste Termo, ou que apresentem defeitos ou danos preexistentes.

5.2.3. Efetuar o pagamento nas condições pactuadas.

CLÁUSULA SEXTA DO VALOR DO CONTRATO E DA CLASSIFICAÇÃO DAS DESPESAS

6.1. O valor total do presente Contrato é de R\$ 72.600,00 (setenta e dois mil e seiscentos reais)

6.2. As despesas com a aquisição objeto do presente Contrato, neste exercício, correrão à conta dos recursos específicos consignados no

orçamento da Câmara de Vereadores de Navegantes para o exercício de 2017:

01.0 – Órgão

1.01 - Unidade

2.001 – Projeto Atividade

5 – Código Reduzido

4.4.90.00.00.00.00.00 – Elemento de Despesas

4.4.90.52.48.00.00.00 – Veículos Diversos

CLÁUSULA SÉTIMA

DA RESCISÃO

7.1. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei. nº 8.666/93, com as consequências previstas na CLÁUSULA OITAVA.

7.2. Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

7.3. A rescisão contratual poderá ser:

7.3.1. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei Federal . 8.666/93;

7.3.2. Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

7.3.3. Judicial, nos termos da legislação.

CLÁUSULA OITAVA

DAS PENALIDADES

8.1. A CONTRATADA que descumprir as obrigações e demais condições do Edital e do Contrato ficará sujeita às penalidades previstas nos arts. 86 a 88 da Lei 8.666/93 e no art. 7º da Lei 10.520/02, garantido o direito prévio à ampla defesa e ao contraditório.

8.2. Por ilegalidades praticadas no procedimento licitatório e pelo descumprimento das condições do edital, anexos e contrato, a CONTRATADA ficará sujeita, conforme a gravidade e reincidência do ato, às seguintes penalidades:

8.2.1. Advertência, nos casos de menor gravidade;

8.2.2. Multa, na forma do item 8.3;

8.2.3. Suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com este órgão promotor do certame, por prazo de até 2 (dois) anos; e

8.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem ou motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, o que acontecerá sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

8.3. A penalidade de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, não terá caráter compensatório e a sua cobrança não isentará a obrigação de indenizar eventuais perdas e danos:

8.3.1. Pelo descumprimento total da obrigação 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho ou do contrato, inclusive no de recusa da CONTRATADA em firmar contrato ou receber documento equivalente;

8.3.2. 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso sobre o valor da parte do fornecimento ou serviço não realizado; e

8.3.3. 0,7% (sete décimos por cento) sobre o valor da parte do fornecimento não realizado, por cada dia subsequente ao trigésimo.

8.4. A penalidade de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, não terá caráter compensatório e a sua cobrança não isentará a obrigação de indenizar eventuais perdas e danos.

8.5. As multas deverão ser recolhidas em conta bancária da CONTRATANTE, a ser informada, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação.

8.5.1. Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido, será automaticamente descontado do montante que a CONTRATADA vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente; e

8.5.2. Após a aplicação de quaisquer das penalidades acima previstas, realizar-se-á comunicação escrita à CONTRATADA, e publicação no Diário Oficial do Município – DOM (excluídas as penalidades de advertência e multa de mora), constando o fundamento legal da punição,

informando ainda que o fato será registrado no cadastro correspondente.

**CLÁUSULA NONA
DA GARANTIA**

9.1. O prazo de garantia dos veículos ofertados pela CONTRATADA e especificada pelo seu fabricante é de 03 (três) anos, a contar da data de entrega do veículo.

**CLÁUSULA DÉCIMA
DA VIGÊNCIA**

10.1. O presente Contrato entra em vigor na data de sua assinatura e vigorará durante o prazo previsto na cláusula 9.1., contados da data de entrega do veículo, não podendo ser prorrogado.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA
DA PUBLICAÇÃO**

11.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a sua conta publicação do extrato deste instrumento, no Diário Oficial, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, devendo ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias a contar daquela data.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA
DO FORO**

12.1. Fica eleito o Foro da Navegantes-SC, para a solução de qualquer conflito oriundo deste contrato, com a exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que o seja.

Navegantes – SC, 18 de agosto de 2017.

E, por estarem justas e CONTRATADAS, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias, de igual forma e teor, para um só efeito legal, sendo que uma via constituirá livro próprio da Câmara de Vereadores de Navegantes.

Câmara de Vereadores de Navegantes-SC
Contratante

MARAMBAIA VEÍCULOS LTDA
Contratada

TESTEMUNHAS

1	2
RG:	RG:
CPF:	CPF:

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES - NAVEGANTESPREV

EXTRATO CONTRATO Nº 007/2017IPP

NAVEGANTESPREV - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES

Extrato Contrato nº 07/2017IPP

Contratante: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES

Contratada: SAN RAFAEL TUR EXECUTIVE EIRELLI - ME

Licitação: Dispensa de Licitação nº 06/2017

Vigência: Início: 22/08/2017 Término: 31/12/2017.

Dotação: 29.01.2.116.3.3.90.00.00.00.00.00

Objeto: SERVIÇO DE TRANSPORTES - NAVEGANTES x CURITIBA x NAVEGANTES PARA PARTICIPAÇÃO NO 17º CONGRESSO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA.

Navegantes, 22 de Agosto de 2017.

JAN ULLRICH

Diretor Presidente

EXTRATO CONTRATO Nº 008/2017IPP

NAVEGANTESPREV - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES

Extrato Contrato nº 08/2017IPP

Contratante: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES

Contratada: LINEAR INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - EPP

Licitação: Dispensa de Licitação nº 07/2017

Vigência: Início: 22/08/2017 Término: 31/12/2017.

Dotação: 29.01.2.116.4.4.90.00.00.00.00.00

Objeto: AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO PARA O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES.

Navegantes, 22 de Agosto de 2017.

JAN ULLRICH

Diretor Presidente

Nova Erechim

PREFEITURA

DECRETO 191/2017 ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL

Estado de Santa Catarina
Município de Nova Erechim
Av. Francisco Ferdinando Losina 139 – Centro – CNPJ: 83.021.840/0001-68
Fone: 49 3333 3100 - E-mail: prefeitura@novaerechim.sc.gov.br

DECRETO Nº 191, de 25 de Agosto de 2017.

Dispõe sobre a regulamentação da abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e conforme dispõe a Lei Municipal nº 1830, de 06 de Dezembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º Fica regulamentada a abertura de Crédito adicional suplementar, na Prefeitura Municipal de Nova Erechim, no valor de R\$10.000,00 (Dez mil reais) destinado a Suplementar o seguinte Projeto/Atividade:

Órgão	04	SECRETARIA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	
Unidade	02	Cultura	
Função	13	Cultura	
Sub-função	392	Difusão Cultural	
Programa	0007	CULTURA EM MOVIMENTO	
Atividade	2017	APOIO A EVENTOS CULTURAIS	
Elemento	3.3.90.00	Aplicações Diretas D.R. 01.00	R\$10.000,00

Art. 2º Os recursos destinados a atender a abertura do Crédito Adicional Suplementar, referido no artigo anterior, decorrerão da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão	04	SECRETARIA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	
Unidade	02	Cultura	
Função	13	Cultura	
Sub-função	392	Difusão Cultural	
Programa	0007	CULTURA EM MOVIMENTO	
Atividade	2017	APOIO A EVENTOS CULTURAIS	
Elemento	3.3.50.00	Transf. A Instit. Privadas sem Fins Lucrativos D.R. 01.00	R\$10.000,00

Art 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Erechim (SC),
em 25 de Agosto de 2017.

NÉDIO ANTONIO CASSOL

Prefeito Municipal

LEANDRO DA SILVA

Secretário da Administração, Finanças e Planejamento

DECRETO 192/2017 ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL

Estado de Santa Catarina
Município de Nova Erechim
Av. Francisco Ferdinando Losina 139 – Centro – CNPJ: 83.021.840/0001-68
Fone: 49 3333 3100 - E-mail: prefeitura@novaerechim.sc.gov.br

DECRETO Nº 192, de 25 de Agosto de 2017.

Dispõe sobre a regulamentação da abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e conforme dispõe a Lei Municipal nº 1830, de 06 de Dezembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º Fica regulamentada a abertura de Crédito adicional suplementar, no Fundo Municipal de Saúde de Nova Erechim, no valor de R\$9.000,00 (Nove mil reais) destinado a Suplementar o seguinte Projeto/Atividade:

Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE	
Unidade	01	Fundo Municipal de Saúde	
Função	10	Saúde	
Sub-função	301	Atenção Básica	
Programa	0009	SAÚDE PARA TODOS	
Atividade	2021	MANUTENÇÃO DAS ATIV. DE SAÚDE NO MUNICÍPIO	
Elemento	3.3.93.00	Aplic. Diretas Decor. de Oper. Entre Órgão D.R. 01.70	R\$9.000,00

Art. 2º Os recursos destinados a atender a abertura do Crédito Adicional Suplementar, referido no artigo anterior, decorrerão da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE	
Unidade	01	Fundo Municipal de Saúde	
Função	10	Saúde	
Sub-função	301	Atenção Básica	
Programa	0009	SAÚDE PARA TODOS	
Atividade	2021	MANUTENÇÃO DAS ATIV. DE SAÚDE NO MUNICÍPIO	
Elemento	3.3.90.00	Aplicações Diretas D.R. 01.70	R\$9.000,00

Art 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Erechim (SC),

em 25 de Agosto de 2017.

NÉDIO ANTONIO CASSOL

Prefeito Municipal

LEANDRO DA SILVA

Secretário da Administração, Finanças e Planejamento

DECRETO 193/2017 EXONERAÇÃO VALMIR FERREIRA DE CARVALHO

DECRETO nº 193, de 28 de agosto de 2017.

Dispõe sobre a Exoneração do Servidor Municipal Valmir Ferreira de Carvalho e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e conforme dispõe a Lei Complementar nº 025/01 combinada com a Lei Complementar nº 100/2014, de 16 de abril de 2014, e alterações posteriores.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado, a partir do dia 31 de agosto de 2017, o Sr. VALMIR FERREIRA DE CARVALHO, ocupante do Cargo de DIRETOR DE DEPARTAMENTO, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário, em especial Decreto nº 125, de 02 de maio de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Erechim (SC),

em 28 de agosto de 2017.

NÉDIO ANTÔNIO CASSOL

Prefeito Municipal

PORTARIA 109/2017 FÉRIAS FABIELLI POLLI

PORTARIA nº 109, de 28 de agosto de 2017.

O Prefeito Municipal de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e conforme dispõe o Art. 61 da Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO:

Que conforme prevê o artigo 59 da Lei Complementar nº 025/01, de 02 de julho de 2001, o Servidor Municipal após cada período de 12 (doze) meses de serviço público, terá direito a férias.

R E S O L V E:

Art. 1º Fica concedido 17 (dezessete) dias de Férias para a Servidora Municipal FABIELLI POLLI, Matrícula 1589/01, ocupante do cargo de

Assistente Tributário, lotada na Secretaria Municipal da Administração, Finanças e Planejamento, a ser usufruída no período de 11.09.2017 a 27.09.2017, referente ao período 01.01.2016 a 31.12.2016.

Art. 2º Para fazer frente as despesas decorrentes da aplicação desta Portaria, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Erechim (SC),
em 28 de agosto de 2017.
NÉDIO ANTÔNIO CASSOL
Prefeito Municipal

Nova Trento

PREFEITURA

PORTARIA Nº 502/2017 "A"

PORTARIA Nº 502/2017 "A"

Admissão em Caráter Temporário

Moacir Antônio Facchini, Secretário Municipal de Educação em Exercício, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que o cargo lhe confere, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88, amparado no Decreto Nº 095 de 18 de abril de 2017 e amparado na Lei Municipal nº 2.553 de 21 de outubro de 2014:

RESOLVE:

Admitir em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2017, de 25 de abril de 2017, convocada conforme Decreto nº 166/2017, JESSICA DE MOURA RAMBOR CREPAS, matrícula nº 7560, para exercer o cargo de Professor de Educação Especial – (Atendimento Educacional Especializado - AEE – Sala Multifuncional), Não Habilitado, com 20 (vinte) horas semanais, na Escola Municipal de Educação Básica Agutí, Município de Nova Trento, a contar de 03 de julho de 2017 a 20 de dezembro de 2017, por motivo de vaga excedente (transitória) e bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/14.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 03 de julho de 2017.

Moacir Antônio Facchini
Secretário Municipal de Educação em Exercício

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios
DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO Nº 221/2017

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominada MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação em exercício, MOACIR ANTONIO FACCHINI, casado, brasileiro, CPF nº 131.096.939-68, RG nº 948691, residente e domiciliado na Rua Jordão Cadorin, nº 40, Bairro Centro, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora JESSICA DE MOURA RAMBOR CREPPAS, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua Geral do Lageado, s/nº, Bairro Lageado, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 016.951.100-64, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Professor de Educação Especial – (Atendimento Educacional Especializado - AEE – Sala Multifuncional), Não Habilitado, com 20 (vinte) horas semanais, na Escola Municipal de Educação Básica Agutí, Município de Nova Trento

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 860,07 (oitocentos e sessenta reais e sete centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado a contar de 03 de julho de 2017 a 20 de dezembro de 2017, por motivo de vaga excedente (transitória) e bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/14.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

- I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;
- II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;
- III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;
- IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;
- V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;
- VI – pelo falecimento do contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 04 (quatro) horas diárias, totalizando 20 (vinte) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 03 de julho de 2017.

Moacir Antonio Facchini Jessica de Moura Rambor Creppas
Secretário Municipal de Educação em exercício Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 03 de julho de 2017.

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Gustavo Achcar
Técnico Administrativo

PORTARIA Nº 514/2017 "A"

PORTARIA Nº 514/2017 "A"

Admissão em Caráter Temporário

Moacir Antônio Facchini, Secretário Municipal de Educação, em Exercício, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que o cargo lhe confere, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88, amparado na Lei Municipal nº 2.553 de 21 de outubro de 2014 e com base no Decreto 095 de 18 de Abril de 2017,

RESOLVE;

Altera a Portaria Nº 119/2017 que Admitiu em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado nº 004/2016, de 21 de dezembro de 2016, convocada conforme Decreto nº 032/2017, GIZELI CECCATO, matrícula nº 7327 para exercer o cargo de Professor Nível I, referência A, com 20 (vinte) horas semanais, (Educação Infantil – Pré-Escolar), na Escola Municipal de Educação Básica Aguti, Município de Nova Trento, passando de vaga vinculada para vaga excedente e de excepcional interesse público, a partir de 1º de julho de 2017, a 20 de dezembro de 2017, haja vista, redução da carga horária da titular.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 01 de julho de 2017.

Moacir Antônio Facchini
Secretário Municipal de Educação, em exercício

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 518/2017

PORTARIA Nº 518/2017

Admissão em Caráter Temporário

Maxiliano de Oliveira, Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe foram conferidas e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88, amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014, e Decreto nº 095 de 18/04/2017

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 004/2016, de 21/12/2016, convocada conforme Decreto nº 190/2017, KARINA TOMASI, matrícula nº 7556, para exercer o cargo de Técnico de Enfermagem, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta

Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 04 de julho de 2017 a 03 julho de 2018, por motivo de vaga excedente, bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 04 de julho de 2017.

Maxiliano de Oliveira
Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário M. de Administração e Finanças

CONTRATO Nº 230/2017

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, MAXILIANO DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, portador do CPF nº 035.940.189-97, RG nº 3355244, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014, e a Senhora KARINA TOMASI, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua Florianópolis, s/nº, Bairro Ponta Fina Sul, Município de Nova Trento/SC, portadora do CPF nº 047.308.059-17, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Técnico de Enfermagem, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.434,16 (mil quatrocentos e trinta e quatro reais e dezesseis centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na Cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado a contar de 04 de julho de 2017 a 03 julho de 2018, por motivo de vaga excedente, bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;

II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;

III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;

IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;

V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;

VI – pelo falecimento do contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 04 de julho de 2017.

Maxiliano de Oliveira Karina Tomasi
Secretário Municipal de Saúde D. Comunitário Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 04 de julho de 2017.

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Gustavo Achcar
Técnico Administrativo

PORTARIA Nº 531/2017 "B"

PORTARIA Nº 531/2017 "B"

Prorroga Admissão

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553 de 21 de outubro de 2014;

RESOLVE;

PRORROGAR a Portaria 289/2017 "D", que Admitiu em Caráter Temporário a Funcionária Pública IVONETE COUTO DOS SANTOS, matrícula nº 7345 para exercer o cargo de Professor Nível III, referência A, com 20 (vinte) horas semanais, (Ensino Fundamental

– Anos Iniciais), Na Escola Municipal de Educação Básica João Bayer Sobrinho Claraíba, Município de Nova Trento a contar de 08 de julho de 2017 a 05 de outubro de 2017, em substituição a titular Ana Miria Cipriani Marchi, afastada conforme Portaria nº 531/2017.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 12 de julho de 2017.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 051/2017

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora IVONETE COUTO DOS SANTOS, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Amelia Weder, nº 178, Bairro Ribanceira do Sul, Município de São João Batista/SC, portadora do CPF nº 007.424.990-81, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Professor Nível III, referência A, com 20 (vinte) horas semanais, (Ensino Fundamental – Anos Iniciais), Na Escola Municipal de Educação Básica João Bayer Sobrinho Claraíba, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.494,22 (hum mil, quatrocentos e noventa e quatro reais e vinte e dois centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Primeira deste contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado a contar de 08 de julho de 2017 a 08 de julho de 2018, em substituição a titular Ana Miria Cipriani Marchi, afastada conforme Portaria nº 531/2017.

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas as demais cláusulas do citado contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

Nova Trento, em 12 de julho de 2017.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Ivonete Couto dos Santos
Contratada

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente contrato, em 12 de julho de 2017.

TESTEMUNHA:

Gustavo Achcar
Técnico Administrativo

PORTARIA Nº 561/2017 (RETIFICAR)

PORTARIA Nº 561/2017

Prorroga Portaria

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o art. 59, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

RESOLVE:

Prorrogar a Portaria nº 074/2017 que CONCEDEU Readaptação à Servidora Pública Municipal MARINA ANTONIETA FACCHINI TOMAZI, matrícula nº 535, ocupante do cargo de Atendente de Creche, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício no Centro Municipal de Educação Infantil Padre Rossi - Centro, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo desta Prefeitura, Município de Nova Trento, pelo período de 01 (um) ano, a contar de 09 de agosto de 2017 até 08 de agosto de 2018, conforme resultado pericial datado de 14/08/2017.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 14 de agosto de 2017.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 566/2017 "A"

PORTARIA Nº 566/2017 "A"

Admissão em Caráter Temporário

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553 de 21 de outubro de 2014;

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado nº 004/2016, de 21 de dezembro de 2016, convocada conforme Decreto nº 032/2017, RODRIGO BERTOLDI, matrícula nº 7571, para exercer o cargo de Professor Sem Habilitação – Instrutor de Informática, Referência A, com 40 (quarenta) horas semanais, na Escola de Educação Básica Professor Francisco João Valle, Bairro Trinta Réis, Município de Nova Trento, a contar de 18 de agosto de 2017 a 20 de dezembro de 2017, por motivo de vaga excedente e de excepcional interesse público.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 18 de agosto de 2017.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO Nº 243/2017

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora RODRIGO BERTOLDI, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado em Indaiá, nº 105, Bairro Indaiá, Município de Nova Trento, portador do CPF nº 107.013.449-03, RG nº 6.254.858, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Professor Sem Habilitação – Instrutor de Informática, Referência A, com 40 (quarenta) horas semanais, na Escola de Educação Básica Professor Francisco João Valle, Bairro Trinta Réis, Município de Nova Trento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.719,93 (hum mil, setecentos e dezenove reais e noventa e três centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado a contar de 18 de agosto de 2017 a 20 de dezembro de 2017, por motivo de vaga excedente e de excepcional interesse público.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;
II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;
III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;

IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da

Administração, independente de aviso;
V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;
VI – pelo falecimento do contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 18 de agosto de 2017.

Luiz Carlos Orsi	Rodrigo Bertoldi
Secretário M. de Educação	Contratado

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente contrato, em 18 de agosto de 2017.

TESTEMUNHA:

Gustavo Achcar
Técnico Administrativo

PORTARIA Nº 566/2017 "B"

PORTARIA Nº 566/2017 "B"

Admissão em Caráter Temporário

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88, amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014 e com base no Decreto Nº 095 de 18 de Abril de 2017:

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado nº 004/2016, de 21/12/2016, convocada conforme Decreto nº 213/2017, ANTONIA MELEK MONTIBELLER, matrícula nº 7572, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas semanais, na Escola Municipal de Educação Básica Professor Francisco João Valle – Trinta Réis, Município de Nova Trento, a contar de 18 de agosto de 2017 a 17 de agosto de 2018, por motivo de vaga excedente e excepcional interesse público.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 18 de agosto de 2017.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios
DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO Nº 248/2017

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora ANTONIA MELEK MONTIBELLER, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Francisco Dalsenter, nº 96, Bairro Trinta Réis, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 918.332.059-87, RG nº 2.343.419-8 firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas semanais, na Escola Municipal de Educação Básica Professor Francisco João Valle – Trinta Réis, Centro, Município de Nova Trento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.103, 20 (hum mil, cento e três reais e vinte centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado a contar de 18 de agosto de 2017 a 17 de agosto de 2018, por motivo de vaga excedente e excepcional interesse público.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

- I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;
- II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;
- III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;
- IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;
- V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;

VI – pelo falecimento do contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 18 de agosto de 2017.

Luiz Carlos Orsi
Secretário M. de Educação

Antonia Melek Montibeller
Contratada

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente contrato, em 18 de agosto de 2017.

TESTEMUNHA:

Gustavo Achcar
Técnico Administrativo

PORTARIA N° 567/2017 "A"

PORTARIA Nº 567/2017 "A"

Prorroga Portaria

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 72, da Lei nº 1.668, de 22 de dezembro de 1999 (Estatuto do Magistério Público Municipal).

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 156/2017, que Prorrogou a Concessão de Readaptação a Servidora Pública Municipal GENESIA CATARINA CECCATO CADORIN, matrícula nº 1050, ocupante do cargo de Professor Nível I, Referência M, com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Creche Municipal Espraiado e Escola Municipal de Educação Básica Padre José da Poian - Salto, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo desta Prefeitura, Município de Nova Trento, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, a contar de 26 de agosto de 2017 a 21 de fevereiro de 2018, conforme resultado pericial datado de 21/08/2017.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 20 de fevereiro de 2017.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios
DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA N° 567/2017 "B"

PORTARIA Nº 567/2017 "B"

Admissão em Caráter Temporário

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 37,IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014:

RESOLVE:

PROROGAR A PORTARIA Nº 163/2017 QUE ADMITIU em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado nº 004/2016, de 21/12/2016, convocada conforme Decreto nº 032/2017, BRUNA DOS SANTOS, matrícula nº 7365, para exercer o cargo de Professor Nível III, referência A, com 20 (vinte) horas semanais, (Educação Infantil-Creche) Creche Municipal Espreado, Município de Nova Trento, a contar de 26 de agosto de 2017 a 20 de dezembro de 2017, em Substituição a Titular Genésia Catarina Ceccato Cadorin afastada conforme Portaria nº 567/2017 "A".

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 21 de agosto de 2017.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios
DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 071/2017

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora BRUNA DOS SANTOS, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua Vicente Marcos da Silva, nº 858, Bairro Tajuba II, Município de São João Batista/SC, portadora do CPF nº 088.870.979-09, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Professor Nível III, referência A, com 20 (vinte) horas semanais, (Educação Infantil – Creche), na Creche

Municipal Espraiado, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.494,22 (hum mil, quatrocentos e noventa e quatro reais e quatro reais e vinte e dois centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Primeira deste contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado a contar de 26 de agosto de 2017 a 20 de dezembro de 2017, em substituição a titular Genesia Catarina Cecato Cadorin, afastada conforme Portaria nº 567/2017 “A”.

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas as demais cláusulas do citado contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

Nova Trento, em 21 de agosto de 2017.

Luiz Carlos Orsi Bruna dos Santos
Secretário Municipal de Educação Contratada

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente contrato, em 21 de agosto de 2017.

TESTEMUNHA:

Gustavo Achcar
Técnico Administrativo

PORTARIA N° 567/2017 "C"

PORTARIA Nº 567/2017 "C"

Prorroga Portaria

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 340/2016, de 11 de abril de 2016, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

Prorrogar a Portaria Nº 249/2017 que Admitiu em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado nº 004/2016, de 21/12/2016, convocada conforme Decreto nº 032/2017, a Servidora Pública Municipal FRANCIELE ALVES DE MORAES, matrícula nº 7434, para exercer o cargo de Professor Nível III, Referência A, com 20 (vinte) horas semanais (Educação Infantil – Pré-Escola), atuante na Escola Municipal de Educação Básica Padre José da Poian Salto, Município de Nova Trento a contar de 26 de agosto de 2017 a 20 de dezembro de 2017, em substituição a titular Genésia Catarina Ceccato Cadorin, afastada conforme Portaria nº 567/2017 “A”

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 21 de agosto de 2017.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios
DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 134/2017

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora FRANCIELE ALVES DE MORAES, brasileira, solteira, residente e domiciliada na José Antônio Soares, /nº, Bairro Ribanceira do Sul, Município de São João Batista/SC, portadora do CPF nº 075.623.329-16, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Professor Nível III, referência A, com 20 (vinte) horas semanais, (Educação Infantil – Pré Escola), na Escola Municipal de Educação Básica Padre José da Poian, Salto, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.494,22 (um mil, quatrocentos e noventa e quatro reais e quatro reais e vinte e dois centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Primeira deste contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado a contar de 26 de agosto de 2017 a 20 de dezembro de 2017, em substituição a titular Genesia Catarina Cecato Cadorin, afastada conforme Portaria nº 567/2017 "A".

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas as demais cláusulas do citado contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

Nova Trento, em 21 de agosto de 2017.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Franciele Alves de Moraes
Contratada

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente contrato, em 21 de agosto de 2017.

TESTEMUNHA:

Gustavo Achcar
Técnico Administrativo

PORTARIA Nº 571/2017

PORTARIA Nº 571/2017

Admissão em Caráter Temporário

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, de acordo com o que determina o art. 37,IX, da CRFB/88, amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014 e com base no Decreto Nº 095 de 18 de Abril de 2017:

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2016, de 20/01/2016, convocada conforme Decreto nº 232/2017, EDINEIA APARECIDA DOS SANTOS MAÇANEIRO, matrícula nº 7573, para exercer o cargo de Atendente de Creche, com 40 (quarenta) horas semanais, no Centro Municipal de Educação Infantil Pe. Rossi - Centro, Município de Nova Trento, a contar de 23 de agosto de 2017 a 22 de agosto de 2018, por motivo de vaga excedente e de excepcional interesse público (desdobramento de turma).

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 23 de agosto de 2017.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios
DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO Nº 244/2017**CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.**

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora EDINEIA APARECIDA DOS SANTOS MAÇANEIRO, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Brusque, s/nº, Bairro Espreado, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 050.984.689-06, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Atendente de Creche, com 40 (quarenta) horas semanais, no CI Padre Rossi, Centro, Município de Nova Trento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a

remuneração mensal no valor de R\$ 1.103, 20 (hum mil, cento e três reais e vinte centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado a contar de 23 de agosto de 2017 a 22 de agosto de 2018, por motivo de vaga excedente e de excepcional interesse público (desdobramento de turma).

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço; II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão; III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal; IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso; V – por distrato, independentemente de condições ou prazos; VI – pelo falecimento do contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 23 de agosto de 2017.

Luiz Carlos Orsi
M. de Educação

Idineia Aparecida dos Santos Maçaneiro Secretário
Contratada

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente contrato, em 23 de agosto de 2017.

TESTEMUNHA:

Gustavo Achcar
Técnico Administrativo

Orleans

PREFEITURA

PROCESSO Nº 109/2017 - CONTRATO Nº 92/2017 PREFEITURA

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 109/2017

DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA COMPRAS E SERVIÇOS Nº 23/2017

Contrato Nº.: 92/2017

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Contratada.: FUNDAÇÃO EDUCACIONAL BARRIGA VERDE- FEBAVE

Valor : 9.800,00 (nove mil e oitocentos reais)

Vigência : Início: 25/08/2017 Término: 31/12/2017

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 23/2017

Recursos : Dotação: 2.013.3.3.90.00.00.00.00 (189) Saldo: 56.405,39

Objeto : CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

FUNDAMENTO LEGAL ARTIGO 24, INCISO XIII, DA LEI 8666/93

Orleans, 25 de Agosto de 2017

JORGE LUIZ KOCH

PREFEITO MUNICIPAL

PROCESSO Nº 110/2017 - CONTRATO Nº 93/2017 PREFEITURA

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 110/2017

DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA COMPRAS E SERVIÇOS Nº 24/2017

Contrato Nº.: 93/2017

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Contratada.: NP CAPACITACAO E SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA

Valor : 5.990,00 (cinco mil novecentos e noventa reais)

Vigência : Início: 28/08/2017 Término: 28/08/2018

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 24/2017

Recursos : Dotação: 2.005.3.3.90.00.00.00.00 (20) Saldo: 39.208,45

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A DISPONIBILIZAÇÃO DE ACESSO A BANCO DE DADOS ESPECÍFICO COM INFORMAÇÕES ATUALIZADAS DE PREÇOS PRATICADOS NO MERCADO, VALORES DE REFERÊNCIA E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PARA SERVIR DE SUBSÍDIO ÀS CONTRATAÇÕES E AQUISIÇÕES A SEREM REALIZADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE ORLEANS.

FUNDAMENTO LEGAL ARTIGO 24, INCISO II, DA LEI 8666/93

Orleans, 28 de Agosto de 2017

JORGE LUIZ KOCH

PREFEITO MUNICIPAL

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 31/2017 PREFEITURA**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS**

Página: 1/7

Processo Nº.: 95/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 45/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 31/2017

No dia 28 do mês de Agosto do ano de 2017, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 82.926.544/0001-43, com sede administrativa localizada na RUA: XV DE NOVEMBRO, 282, bairro CENTRO, CEP nº. 88870-000, nesta cidade de Orleans/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). JORGE LUIZ KOCH, inscrito no CPF sob o nº. 342.332.539-91, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 45/2017, Processo Licitatório nº. 95/2017, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA DESENVOLVER OFICINAS DE MÚSICA E ARTESANATO COM CRIANÇAS E ADOLESCENTES, ATENDIDAS PELA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL, ATRAVÉS DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO DE ATENDIMENTO ESPECIALIZADO A FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS - PAEFI. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
10598	ANETT REIF - MEI ESCOLA DE ARTE FLORAL	2
10749	MATEUS MATUXAKI ESTEVAO	1

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº. (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
ANETT REIF - MEI ESCOLA DE ARTE FLORAL	12.019.321/0001-17	ANETT REIF	010.712.799-71
MATEUS MATUXAKI ESTEVAO	080.822.129-93	MATEUS MATUXAKI ESTEVAO	080.822.129-93

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA DESENVOLVER OFICINAS DE MÚSICA E ARTESANATO COM CRIANÇAS E ADOLESCENTES, ATENDIDAS PELA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL, ATRAVÉS DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO DE ATENDIMENTO ESPECIALIZADO A FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS - PAEFI.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de Menor preço por item, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 10598 - ANETT REIF - MEI ESCOLA DE ARTE FLORAL						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
2	CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL PARA MINISTRAR AULAS DE ARTESANATO. POR 15 HORAS SEMANAIS, TOTALIZANDO 60 HORAS MENSAS, PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES ATENDIDAS ATRAVÉS DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO ESPECIALIZADO A FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS - PAEFI.	hr	ANETT	300,000	50,0000	15.000,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANSPágina: 2/7
Processo Nº.: 95/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 45/2017**Fornecedor: 10749 - MATEUS MATUXAKI ESTEVAO**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL PARA MINISTRAR AULAS DE MUSICA. POR 12 HORAS SEMANAIS, TOTALIZANDO 48 HORAS MENSAIS. PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES ATENDIDAS ATRAVÉS DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO ESPECIALIZADO A FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS - PAEFI.	hr	MATEUS	240,000	40,0000	9.600,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com conseqüente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Página: 3/7
Processo N°.: 95/2017
PREGÃO PRESENCIAL N°. 45/2017

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;
- 5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:**
- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Página: 4/7
Processo Nº.: 95/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 45/2017

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Página: 5/7
Processo Nº.: 95/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 45/2017

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susgado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Página: 6/7
Processo N°: 95/2017
PREGÃO PRESENCIAL N° 45/2017

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Página: 7/7
Processo Nº.: 95/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 45/2017

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Orleans para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Orleans, 28 de Agosto de 2017.

JORGE LUIZ KOCH
PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

ANETT REIF - MEI ESCOLA DE ARTE FLORAL

CNPJ: 12.019.321/0001-17

MATEUS MATUXAKI ESTEVAO

CPF: 080.822.129-93

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 32/2017 PREFEITURA**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS**

Página: 1/8

Processo Nº.: 87/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 42/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 32/2017

No dia 28 do mês de Agosto do ano de 2017, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 82.926.544/0001-43, com sede administrativa localizada na RUA: XV DE NOVENBRO, 282, bairro CENTRO, CEP nº. 88870-000, nesta cidade de Orleans/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). JORGE LUIZ KOCH, inscrito no CPF sob o nº. 342.332.539-91, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 42/2017, Processo Licitatório nº. 87/2017, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS E MATERIAIS DE CONSUMO PARA COPA E COZINHA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS E ÓRGÃOS MUNICIPAIS. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
38	ANTONIO VOLPATO EPP	6, 7, 17, 19, 20, 21
10614	BIG MIX COMERCIO VAREJISTA DE VARIEDADES LTDA	3, 8, 9, 10, 11, 14, 16, 18, 23
10870	COPOL DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	
9709	DIFAFA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA	2
11841	E SILVA DESCARTÁVEIS LTDA EPP	
11548	NADINE ALBERTON VIEIRA - ME	5, 13, 22
10154	SUPERMERCADO RH LTDA	1, 4, 12, 15, 24
9484	T M SCHLICKMANN & CIA LTDA - ME	

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
ANTONIO VOLPATO EPP	85.288.082/0001-74	EDSON VOLPATO	915.312.419-72
BIG MIX COMERCIO VAREJISTA DE VARIEDADES LTDA	14.309.817/0001-50	JEFFERSON LUIZ FERNANDES	014.824.099-25
COPOL DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	03.976.253/0001-93	JOAO RODRIGUES JUNIOR	029.794.729-05
DIFAFA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA	08.609.742/0001-20	DIEGO VIAN	053.731.699-00
E SILVA DESCARTÁVEIS LTDA EPP	03.405.505/0003-96	ZOE MOISES ALBERTON	714.387.779-49
NADINE ALBERTON VIEIRA - ME	23.182.608/0001-80	ARTEDANIO SILVA VIEIRA	715.671.949-15
SUPERMERCADO RH LTDA	04.548.900/0003-90	RAMON LOCKS	062.122.319-07
T M SCHLICKMANN & CIA LTDA - ME	07.865.917/0001-06	TATIANA MACHADO SCHLICKMANN	629.711.079-49

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS E MATERIAIS DE CONSUMO PARA COPA E COZINHA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS E ÓRGÃOS MUNICIPAIS.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de Menor preço por item, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Página: 2/8
 Processo Nº.: 87/2017
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 42/2017

Fornecedor: 38 - ANTONIO VOLPATO EPP

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
6	PRATO DESCARTÁVEL Nº 18 BRANCO C/ 10 UNIDADES	pt	PLAZAPEL	1.450,000	0,8000	1.160,00
7	VINAGRE DE ALCOOL	un	HEINING	43,000	0,9500	40,85
17	COPO DE ÁGUA DESCARTÁVEL 180 ML PARA AGUA EM POLIESTIRENO ATOXICO, NÃO RECICLADO PADRÃO ABNT - NBR 14865/2012, PESO MINIMO 1,62GRS, SEM TAMPA, PCTO C/100UN EMBALADOS EM MANGAS INVOLÁVEIS, IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE, RESPONSÁVEL TÉCNICO E VALIDADE IMPRESSA NA EMBALAGEM CAIXA COM 25 TIRAS	cx	COPOZAN	384,000	55,8000	21.427,20
19	DOCE DE BANANA 1K TIPO CASEIRO	POT	LUISALVENSI	35,000	5,9900	209,65
20	DOCE DE GOIABA 1K TIPO CASEIRO	POT	LUISALVENSI	35,000	5,9900	209,65
21	FILTRO PARA CAFÉ DESCARTÁVEL, MATERIAL 100% CELULOSE Nº103, COM 30U APLICAÇÃO CAFETEIRA ELETRICA, CARACTERISTICA ADICIONAIS DURA COSTURA	cx	3 CORACOES	154,000	2,3000	354,20

Fornecedor: 9709 - DIFAVA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
2	LEITE UHT INTEGRAL LONGA VIDA CAIXA COM 12 LITROS	cx	TIROL	305,000	26,0000	7.930,00

Fornecedor: 10154 - SUPERMERCADO RH LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	SAL REFINADO	kg	Miramar	39,000	0,9800	38,22
4	ÓLEO DE SOJA REFINADO 900 ML	un	Coamo	70,000	2,9800	208,60
12	COADOR DE PANO. Especificação: Coador de pano para café, 100% algodão, na cor branca, dimensões 20 cm (diâmetro) x 30 cm (profundidade).	un	Zaleana	27,000	1,5000	40,50
15	CAFÉ EM PÓ TRADICIONAL .ALTO VÁCUO DE QUALIDADE GLOBAL RESOLUÇÃO RDC Nº 27 DA ANVISA E INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 8 DE 11/07/2003 DO MINISTERIO DA AGRICULTURA, TORRA CLASSICA PCTO DE 500 GR	pt	Bom Jesus	1.240,000	9,4900	11.767,60
24	MARGARINA C/500G VEGETAL COM SAL, 65% DE LÍPIDIOS CREMOSA EM POTES PLÁSTICOS	POT	Coamo	42,000	3,0800	129,36

Fornecedor: 10614 - BIG MIX COMERCIO VAREJISTA DE VARIEDADES LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
3	ADOÇANTE LÍQUIDO 100 ML	fr	MARATA	39,000	2,3900	93,21
8	AMENDOIM	kg	BASCHIROTTI	30,000	7,4500	223,50
9	AÇÚCAR REFINADO PACOTE DE 01 KG, ORIGEM VEGETAL, SACAROSE DE CANA DE AÇÚCAR BRANCO DE PRIMEIRA QUALIDADE.	pt	ALTO ALEGRI	1.553,000	2,0800	3.230,24
10	BOLACHA SALGADA CREEN CRECKER SUPER CROCANTE 400G	pt	PRODASA	490,000	2,6800	1.313,20
11	BOLACHA DE LEITE 400G CROCANTE	pt	PRODASA	440,000	2,7500	1.210,00
14	GUARDANAPO NA COR BRANCO 22,0CM X 23,0 CM COM 50U	pt	PLAZAPEL	1.045,000	0,6000	627,00
16	CHÁ (MAÇÃ COM CANELA, ERVA DOCE, CANA CIDREIRA, CAMOMILA) EM SACHÊ 10 U	cx	NEILAR	545,000	1,9700	1.073,65
18	COPO DE ÁGUA DESCARTÁVEL 80 ML PARA CAFE EM POLIESTIRENO ATOXICO, NÃO RECICLADO PADRÃO ABNT - NBR 14865/2012, PESO MINIMO 1,4GRS, SEM TAMPA, PCTO C/100UN EMBALADOS EM MANGAS INVOLÁVEIS, IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE, RESPONSÁVEL TÉCNICO E VALIDADE IMPRESSA NA EMBALAGEM CAIXA COM 25 TIRAS	cx	COPOZAN	155,000	46,0000	7.130,00
23	PALITO DE DENTE C/ 100 U	cx	GABOARDI	75,000	0,4900	36,75

Fornecedor: 11548 - NADINE ALBERTON VIEIRA - ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
5	GARFO PARA SOBREMESA DESCARTÁVEL BRANCA OU CRISTAL C/ 50 UN	pt	PLAZAPEL	330,000	1,1500	379,50

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANSPágina: 3/8
Processo Nº.: 87/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 42/2017**Fornecedor: 11548 - NADINE ALBERTON VIEIRA - ME**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
13	COLHER DESCARTÁVEL PARA SOBREMESA BRANCA OU CRISTAL C/ 50U	pt	PLAZAPEL	230,000	1,2500	287,50
22	MEXEDOR DE CAFÉ - PLÁSTICO CRISTAL (PACOTE COM 500UN). ESPECIFICAÇÃO: MEXEDOR TIPO ITALIANO PARA CAFÉ, CHÁ, CHOCOLATE E BEBIDAS SIMILARES QUENTES OU FRIAS. MATERIAL: POLIESTIRENO CONVENCIONAL (CRISTAL TRANSPARENTE), ATÓXICO, DESCARTÁVEL TAMANHO: 9 CM. LARGURA APROXIMADA 1CM. ACONDICIONAMENTO EM PACOTE COM 500 UNIDADES	pt	PLAZAPEL	5,000	11,5000	57,50

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Página: 4/8
Processo Nº.: 87/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 42/2017

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;
- 5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:**
- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Página: 5/8
Processo Nº.: 87/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 42/2017

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Página: 6/8
Processo Nº.: 87/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 42/2017

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susgado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Página: 7/8
Processo Nº.: 87/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 42/2017

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANSPágina: 8/8
Processo Nº.: 87/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 42/2017**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA**

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Orleans para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Orleans, 28 de Agosto de 2017.

JORGE LUIZ KOCH
PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

ANTONIO VOLPATO EPP	CNPJ: 85.288.082/0001-74	_____
BIG MIX COMERCIO VAREJISTA DE VARIEDADES LTDA	CNPJ: 14.309.817/0001-50	_____
COPOL DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	CNPJ: 03.976.253/0001-93	_____
DIFAPA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA	CNPJ: 08.609.742/0001-20	_____
E SILVA DESCARTÁVEIS LTDA EPP	CNPJ: 03.405.505/0003-96	_____
NADINE ALBERTON VIEIRA - ME	CNPJ: 23.182.608/0001-80	_____
SUPERMERCADO RH LTDA	CNPJ: 04.548.900/0003-90	_____
T M SCHLICKMANN & CIA LTDA - ME	CNPJ: 07.865.917/0001-06	_____

Paial

PREFEITURA

ERRATA 001/2017 AO PROCESSO 046/2017 PREGÃO PRESENCIAL 023/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAIAL
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0046/2017
PREGÃO PRESENCIAL 0023/2017
ERRATA Nº 001.

O Município de PAIAL SC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Goiás nº 400 Centro, nesta Cidade, torna público alteração do edital do processo licitatório conforme segue:

- onde lê-se:

REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE ALIMENTOS PERECÍVEIS E NÃO PERECÍVEIS, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, PARA ATENDER A FABRICAÇÃO e ELABORAÇÃO - PREPARO DE ALIMENTAÇÃO PARA CRAS E DIRETORIA DO SOCIAL (ABRAGENDO GRUPOS DE IDOSOS/ALUNOS E PESSOAS DAS OFICINAS DO CRAS / SOCIAL) ,

- leia-se:

REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE ALIMENTOS PERECÍVEIS E NÃO PERECÍVEIS, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, PARA ATENDER A FABRICAÇÃO e ELABORAÇÃO - PREPARO DE ALIMENTAÇÃO PARA CRAS E DIRETORIA DO SOCIAL (ABRAGENDO GRUPOS DE IDOSOS/ALUNOS E PESSOAS DAS OFICINAS DO CRAS / SOCIAL) , e ITENS DESERTOS DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do referido edital.

Paial-SC, 28/08/2017
NÉVIO ANTONIO MORTARI
PREFEITO MUNICIPAL

PROCESSO LICITATÓRIO 047/2017 PREGÃO PRESENCIAL 0024/2017

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Paial
Departamento de LICITAÇÕES

AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Licitatório Nº 047/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/2017

Objeto:

Registro de preços para aquisição de papel A4 uso contínuo, durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços, visando suprir as necessidades da administração municipal nas quantidades e especificações detalhadas no Termo de Referência - Anexo I deste Edital

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM

DATA: 12/09/2017 abertura às 08 h 45 min.

Entrega de envelopes até 12/09/2017 até 08 h 25 min.

Local de Abertura: Sede da Prefeitura Municipal- PRÉDIO ADMINISTRATIVO

Informações complementares: Poderão ser obtidas em horário comercial na Prefeitura Municipal de Paial pelo telefone 49 3451-0045/3451-0046 OU 3451-0025 ou e-mail licitacao@paial.sc.gov.br ou web site: www.paial.sc.gov.br.

Paial, 28 de agosto de 2017
NÉVIO ANTONIO MORTARI
Prefeito Municipal
Ordenador de Despesas.

Palhoça

PREFEITURA

PORTARIA Nº. 3284/2017.

PORTARIA Nº. 3284/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 2285 de 17 de abril de 2017, que Admitiu por Tempo Determinado da servidora LUCIANA VALMIRA ELIAS, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 01/08/2017 a 14/12/2017, face ao impedimento da titular Gisele Zelanda Lehmkuhl Kretzer, que pediu exoneração.

Palhoça, SC, em 21 de julho de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

CONVÊNIO Nº 010, DE 12 DE ABRIL DE 2017.

CONVÊNIO Nº 010, DE 12 DE ABRIL DE 2017.

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM A FAEL- FACULDADE EDUCACIONAL DA LAPA E O MUNICÍPIO DE PALHOÇA.

Por este instrumento, de um lado, a FACULDADE EDUCACIONAL DA LAPA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 02.558.975/0001-65, doravante denominada FAEL, sediada na Rodovia Olívio Belich, km 30, na cidade da Lapa, Estado do Paraná, neste ato representada pela(o) Diretor Francisco Carlos Sardo e de outro lado e de outro lado o MUNICÍPIO DE PALHOÇA, com sede à Avenida Hilza Terezinha Pagani, 280 – Parque Residencial Pagani/ Palhoça, CEP 88.132-256, na cidade de Palhoça, Estado de Santa Catarina inscrita no CNPJ sob nº 82.892.316/0001-08, neste ato representada pela Secretária Municipal de Administração, Sra. CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, doravante designada como PARTE CONCEDENTE, resolvem firmar o presente CONVÊNIO, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto do presente Convênio a parceria entre a FAEL e a PARTE CONCEDENTE, visando estabelecer as condições indispensáveis para propiciar estágios curriculares aos estudantes matriculados nos cursos de Graduação/Licenciaturas Pedagogia, Letras, Matemática, História e Geografia na modalidade a Distância da Faculdade Educacional da Lapa, de forma não exclusiva e não remunerada.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA MODALIDADE DE ESTÁGIO

A realização da atividade acadêmica de estágio será sempre curricular, sob responsabilidade e coordenação da FAEL, configurando-se como Ato Educativo Escolar Supervisionado, o qual deve ser

desenvolvido no ambiente de trabalho e deve proporcionar, de acordo com o currículo do curso, a preparação para o trabalho produtivo dos estagiários, com a complementação do ensino e da aprendizagem em termos de treinamento prático, de aperfeiçoamento técnico, científico, cultural e de relacionamento humano, devendo assegurar a integração entre teoria e prática em situações reais de vida e trabalho, para o desenvolvimento pessoal do estudante com vistas ao aprimoramento profissional.

Parágrafo único – Fica caracterizado e definido, neste instrumento jurídico, que as ações de cooperação entre os partícipes, ora pactuadas, visam, unicamente, possibilitar ao estudante a realização da atividade acadêmica de estágio curricular, por tempo determinado, com duração não inferior a 01 (um) e nem superior a 04 (quatro) semestres letivos, com jornada de atividades compatível com o horário escolar e carga horária do curso, respeitando-se o limite de 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais, excetuando-se que nos períodos em que não estão programadas aulas presenciais, poderá ter jornada de até 40 (quarenta) horas semanais e que esta atividade não gerará ônus a nenhum dos pactuantes, bem como nenhum vínculo empregatício no que se refere ao estagiário, em conformidade com a legislação pertinente.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO TERMO DE COMPROMISSO

A concessão de estágio curricular tornar-se-á efetiva mediante a celebração de Termo de Compromisso de Estágio entre a PARTE CONCEDENTE, o Estudante, doravante denominado ESTAGIÁRIO e a FACULDADE EDUCACIONAL DA LAPA, doravante denominada FAEL – FACULDADE EDUCACIONAL DA LAPA.

CLÁUSULA QUARTA – DOS COMPROMISSOS

Para a consecução da Atividade Acadêmica de Estágio Curricular caberá, ainda:

I – A PARTE CONCEDENTE:

- a) receber o ESTAGIÁRIO indicado;
- b) celebrar o Termo de Compromisso de estágio curricular com a Faculdade Educacional da Lapa e o Educando, zelando por seu cumprimento;
- c) permitir o início das atividades de estágio curricular somente após a assinatura do Termo de Compromisso;
- d) propiciar ao ESTAGIÁRIO as oportunidades e condições para vivenciar o aprendizado e adquirir experiências práticas na linha de sua formação;
- e) ofertar instalações que tenham condições de proporcionar ao ESTAGIÁRIO atividades de aprendizagem social, profissional e cultural;
- f) indicar funcionário de seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, para orientar e supervisionar até 10 (dez) estagiários simultaneamente;
- g) preencher e assinar os relatórios, avaliações e freqüências do ESTAGIÁRIO, devendo enviar a Instituição de Ensino o Relatório de Atividades, com vista obrigatória ao estagiário com periodicidade mínima de 6 (seis) meses;
- h) comunicar o desligamento do ESTAGIÁRIO e entregar termo de realização do estágio com indicação resumida das atividades desenvolvidas, dos períodos e da avaliação de desempenho;
- i) manter à disposição da fiscalização documentos que comprovem a relação de estágio.

II – À FAEL – FACULDADE EDUCACIONAL DA LAPA:

- a) encaminhar o ESTAGIÁRIO ao local de estágio;
- b) celebrar e encaminhar o Termo de Compromisso do Estágio Curricular, com o ESTAGIÁRIO ou com seu representante ou assistente legal, quando ele for absoluta ou relativamente incapaz, e com a PARTE CONCEDENTE;
- c) indicar as condições de adequação do estágio à proposta pedagógica do curso, à etapa e modalidade da formação escolar do ESTAGIÁRIO e ao horário e calendário escolar;
- d) fornecer dados pessoais e escolares do ESTAGIÁRIO;
- e) avaliar as instalações da PARTE CONCEDENTE e sua adequação à formação cultural e profissional do educando;
- f) indicar professor orientador, da área a ser desenvolvida no estágio, como responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades do ESTAGIÁRIO;
- g) exigir do ESTAGIÁRIO a apresentação periódica, em prazo não superior a 6 (seis) meses, de relatório das atividades;
- h) zelar pelo cumprimento do TERMO DE COMPROMISSO, reorientando o ESTAGIÁRIO para outro local em caso de descumprimento de suas normas;
- i) elaborar normas complementares e instrumentos de avaliação dos estágios de seus ESTAGIÁRIOS;
- j) comunicar à PARTE CONCEDENTE, no início do período letivo, as datas de realização de avaliações escolares ou acadêmicas;
- k) contratar em favor do estagiário seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado; Apólice da FAEL nº 0982.01.000996.
- l) comunicar o desligamento do ESTAGIÁRIO em relação ao curso;
- m) acompanhar, supervisionar, orientar, fiscalizar e avaliar as ações concernentes ao estágio curricular e exigir o cumprimento das normas vigentes.

CLÁUSULA QUINTA – DO APROVEITAMENTO

A concessão de estágio ficará condicionada à apresentação a PARTE CONCEDENTE de comprovante de matrícula e histórico escolar ou declaração, comprovando ter o aluno obtido, no mínimo 70% (setenta por cento) do total dos créditos exigidos pelo currículo mínimo do curso frequentado.

CLÁUSULA SEXTA – DA SELEÇÃO

A Instituição de Ensino: FAEL encaminhará os candidatos aptos ao estágio à PARTE CONCEDENTE, que selecionará aqueles que melhor atenderem aos seus interesses, mediante critérios próprios.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO DESLIGAMENTO

Se por motivo de natureza técnica, administrativa ou disciplinar não convier à PARTE CONCEDENTE manter o estágio de determinado aluno, esta informará normalmente, por escrito, à FAEL, rescindindo, a partir da data da comunicação, o Termo de Compromisso de Estágio daquele estudante.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

O presente instrumento terá vigência de 05 anos, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado e/ou alterado por acordo entre os partícipes, mediante Termo Aditivo.

CLÁUSULA NONA – DA VIDA ESCOLAR DO ESTAGIÁRIO

A Instituição de Ensino se compromete a fornecer, quando solicitado pela PARTE CONCEDENTE, as informações acerca da situação escolar do estagiário.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

O presente Convênio poderá ser rescindido por qualquer um dos partícipes nas seguintes hipóteses:

- a) mediante simples comunicação escrita, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, não cabendo a outra parte, direito algum a qualquer reparação ou indenização, seja a que título for;
- b) pelo descumprimento de qualquer das obrigações assumidas neste instrumento ou impostas legalmente.

Parágrafo único. O encerramento antecipado deste convênio não prejudicará os estágios já iniciados no semestre.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO ACOMPANHAMENTO

Os atos necessários à efetiva execução do presente convênio, serão praticados por intermédio dos representantes dos partícipes ou por pessoas oficialmente por eles indicadas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA AVALIAÇÃO E ARQUIVO

A Avaliação Final do Estágio será feita pela Instituição de Ensino: FAEL, através dos Coordenadores de Pólo e Coordenadores de Cursos e pela PARTE CONCEDENTE através do Colaborador Externo, os quais farão o julgamento do relatório final elaborado pelo estagiário com base nas atividades executadas durante o período de estágio.

Parágrafo único. A documentação pertinente ao estágio realizado, depois de avaliado, ficará arquivada na Instituição de Ensino: FAEL, ou no Pólo pertinente, sob a responsabilidade do Coordenador de Pólo e ou Curso.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

Fica assegurada aos partícipes, ou pessoas oficialmente por eles indicadas, a prerrogativa de conservar a autoridade normativa e o exercício do controle de fiscalização sobre a execução deste convênio e demais instrumentos celebrados com fundamento no mesmo, na esfera de suas respectivas competências.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Palhoça/SC, para dirimir questões oriundas do presente convênio.

E por assim estarem de pleno acordo, lavrou-se o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, assinarem as partes o presente convênio na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Palhoça, 12 de abril de 2017.

Cristina Schwinden Schmidt
Secretária de Administração

FRANCISCO CARLOS SARDO
Diretor da FAEL

TESTEMUNHAS

Nome:	Nome:
Assinatura:	Assinatura
Carteira de Identidade:	Carteira Identidade
CPF:	CPF:

DECRETO Nº 2.227, DE 14 DE AGOSTO DE 2017

DECRETO Nº 2.227, DE 14 DE AGOSTO DE 2017.

ASSISTÊNCIA SOCIAL. Institui o setor de Gestão do SUAS com competência de Gestão do Trabalho, Regulação do SUAS e Vigilância Socioassistencial.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

No uso de suas atribuições legais, resolve

DECRETAR:

Art. 1º Fica instituída o setor de Gestão do Sistema Único de Assistência Social - SUAS .

Art. 2º O setor de gestão do SUAS deverá gerenciar os “elementos” essenciais ao funcionamento da política pública de Assistência Social de Palhoça, assim organizado:

I - Gestão do Trabalho, que deverá:

a) pensar na execução e aprimoramento do SUAS pressupõe considerar aqueles que operam a política de Assistência Social: seus trabalhadores. Regulados pela Norma de Operacionalização Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOB-RH-SUAS, 2006), todas as questões referentes à relações e processo de trabalho (princípios ético profissionais, equipes de referência, atribuições privativas e competências, processo seletivo, vínculo trabalhista, capacitações, plano de carreira, cargos e salários, mesas de negociação, registro de profissionais no Cad SUAS), vinculam-se à gestão do trabalho;

b) almejar o aprimoramento do SUAS, e observa-se que num processo de prestação de serviços, os resultados esperados pela população em seu atendimento nas unidades socioassistenciais estão intimamente relacionados às ações exercidas pelos profissionais que prestam tais serviços.

É através da intervenção dos trabalhadores do SUAS que se torna possível produzir resultados concretos nas condições materiais, sociais, políticas e culturais da vida dos usuários da assistência social.

II - Gestão de Regulação, que deverá:

a) a Regulação do SUAS é responsável pelos atos regulamentares e pelas ações que asseguram o cumprimento das regulamentações. Por ato regulamentar compreendemos tanto a elaboração de leis, regras, normas, instruções, além da assessoria normativa para o desenvolvimento da política de Assistência Social. As ações que asseguram o cumprimento das regulamentações compreendem a fiscalização, controle, avaliação, auditoria, sanções e premiações;

b) a Regulação da Política de Assistência Social deve primar pela regulamentação e fiscalização social, com base no acesso aos serviços socioassistenciais, tendo como parâmetros os princípios da universalidade e integralidade.

III - Vigilância Socioassistencial, que deverá:

a) a área de vigilância socioassistencial tem como atribuição produzir, sistematizar, analisar e disseminar de informações que gerem conhecimento sobre as condições de vida da população, perfil das famílias e indivíduos usuários ou potenciais usuários da política de assistência social, as situações de risco e vulnerabilidade que incidem sobre os mesmos, bem como, produzir, sistematizar, analisar e disseminar informações relativas ao tipo, quantidade e qualidade dos serviços ofertados pela rede socioassistencial de um determinado território;

b) nota-se que a Vigilância Socioassistencial encontra-se presente

em todas as etapas que envolvem a oferta de serviços, projetos, programas e benefícios socioassistenciais, desde o seu planejamento, ações de acompanhamento, chegando até a avaliação de suas execuções, que, a depender do desempenho, permite a opção pela permanência ou correção das atividades executadas. Tal dinâmica propicia a obtenção de um diagnóstico situacional reunindo informações que favorecem a efetivação do caráter preventivo da política de assistência social, bem como a redução de seus agravos.

Art. 3º Ficam nomeados os seguintes servidores para compor os referidos setores:

a) Gestão de Regulação: Evelyne Junckes Jaques;

b) Gestão do Trabalho: Zilmar Lenita Gervasi;

c) Vigilância Socioassistencial: Rafael Arns Strobb.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palhoça, 14 de agosto de 2017.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2.232, DE 23 DE AGOSTO DE 2017

DECRETO Nº 2.232, DE 23 DE AGOSTO DE 2017.

ZOONOSSES - CONTROLE POPULACIONAL. Cria o Centro de Castração de Palhoça e Institui o Programa Municipal de Identificação e Controle Populacional de Cães e Gatos no Município de Palhoça.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina, No uso das atribuições legais, e de acordo com o art. 58 e parágrafo único do art. 3º, ambos da Lei Municipal nº 3.072, de 23 de julho de 2009, resolve

DECRETAR:

Art. 1º Fica instituído o Centro de Castração de Palhoça, em conformidade com a Lei Municipal nº 3.072, de 23 de julho de 2009, com a finalidade principal do controle populacional de cães e gatos do município de Palhoça, por meio de procedimento cirúrgico para esterilização e incentivar e promover o controle reprodutivo, para fins do disposto no Capítulo VII – Do Registro dos Animais da referida Lei.

Art. 2º O Centro de Castração de Palhoça será organizado administrativamente para executar com suas atividades legais.

Art. 3º O Centro de Castração de Palhoça será de responsabilidade da Secretaria Municipal de Defesa do Cidadão, nos termos da legislação aplicável.

Parágrafo Único. Na implementação do Programa de Identificação e Controle da População de Cães e Gatos, dentre outras, serão desenvolvidas as seguintes ações:

I – identificação e registro da população de cães e gatos;

II – promoção de esterilização cirúrgica de cães e gatos;

III – incentivo à adoção de cães e gatos abandonados;

IV – realização de campanhas de conscientização pública;

V – ações educativas sobre guarda responsável e contra os maus tratos de animais.

Art. 4º Para a realização de esterilização cirúrgica dos animais deverão ser observados os critérios:

I – Cuidador:

a) Por critério de cuidador, tem-se a realização de trabalho social ou voluntário de adoção e captação de animais abandonados;

b) Para ser enquadrado no critério de cuidador, deverá ser apresentada Certidão de Médico Veterinário e Assistente Social do Município, que realizarão vistoria no local;

II – Social:

a) Por critério social, tem-se a realização da castração animal às pessoas declaradamente hipossuficientes;

b) Presume-se hipossuficiente aqueles que comprovarem renda familiar igual ou inferior a dois salários mínimos e meio, assim como os beneficiários de programas sociais, mediante Certidão de inscrição no CadÚnico ou Certidão emitida por um Assistente Social do Município.

Art. 5º As certidões previstas no artigo anterior serão emitidas de acordo com os Anexos I e II deste Decreto.

Art. 6º Fica autorizado ao Médico Veterinário e ao Assistente Social à realização de vistorias, visitas, pareceres e certidões referentes ao critério social, do ambiente dos animais, bem como da certidão de cuidador.

Art. 7º O Centro de Castração de Palhoça deverá gerar relatório mensal e anual das intervenções realizadas, com descrição dos animais e locais.

Parágrafo Único. O controle deverá conter a identificação dos animais, gênero, raça, nome e seus respectivos proprietários ou cuidadores.

Art. 8º Fica determinado que a Secretaria Municipal de Saúde deverá auxiliar e cooperar com a Secretaria Municipal de Defesa do Cidadão visando manter as atividades e serviços do Centro de Castração de Palhoça.

Art. 9º A cooperação envolverá a designação/cessão de servidores da área da saúde, bem como o custeio de todos os insumos necessários para a execução dos serviços do Centro de Castração de Palhoça.

Art. 10. Fica autorizada a celebração de instrumento de convênio e/ou cooperação entre as Secretarias Municipais para disciplinar as regras deste Decreto.

Art. 11. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 12. Ficam revogados os Decretos 1.807/2015 e 2.220/2017, bem como as demais disposições contrárias.

Palhoça, 23 de agosto de 2017.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

ANEXO I

CERTIDÃO DE CUIDADOR

CERTIFICAMOS, para os devidos fins, que após vistoria, em consonância com o disposto no Decreto nº 2.232, de 23 de agosto de

2017, que regulamenta a Lei Municipal nº 3.072, de 23 de julho de 2009, que o (a) _____

_____,
com endereço à Rua _____

_____,
inscrito (a) no CPF/MF (CNPJ/MF) sob o nº _____, exerce atividade de Cuidador de Animais no Município de Palhoça, atendendo o critério previsto no art. 4º, inciso I, alínea "a" do Decreto nº 2.232/2017, estando apto a receber os benefícios e atendimentos do Centro de Castração de Palhoça.

Por ser a expressão da verdade subscrevemos.
Palhoça/SC, ____ de _____ de 20____.

Nome: _____

Assistente Social Médico (a) Veterinário (a)

ANEXO II

CERTIDÃO SOCIAL

CERTIFICO, para os devidos fins, que após análise, em consonância com o disposto no Decreto nº 2.232, de 23 de agosto de 2017, que regulamenta a Lei Municipal nº 3.072, de 23 de julho de 2009, que o (a) Sr. (a) _____

_____,
com endereço à Rua _____

_____,
inscrito (a) no CPF/MF sob o nº _____, atende o critério Social previsto no art. 4º, inciso II, alínea "a" do Decreto nº 2.232/2017, estando apto a receber os benefícios e atendimentos do Centro de Castração de Palhoça.

Por ser a expressão da verdade subscrevo.
Palhoça/SC, ____ de _____ de 20____.

Nome: _____

Assistente Social

PORTARIA 61

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Palhoça
AV. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/sc – Cep: 88132-271
Fone/Fax: (48) 3279-1745 – CNPJ: 82.892.316/0001-08 – Visite Nosso Site: www.palhoca.scv.gov.br

PORTARIA Nº 61/2017.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no artigo 2º, § 2º, incisos I e VI da Lei Complementar nº. 102/2011 combinado com o artigo 227 da Lei Complementar nº. 096/2010.

Considerando o memorando nº 38.060/2017 da Secretária Municipal de Defesa do Cidadão.

RESOLVE

1.0 Determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar, figurando como arguido à servidora pública A.S. nos termos do art. 231, 233 e 235 da Lei Complementar nº 96, de 15 de dezembro de 2010, haja vista que a servidora supostamente, demonstra improbidade administrativa.

2.0 Constituir, com o fim de dar cumprimento à determinação feita no item precedente, Comissão Processante que será integrada pelos membros, que vão a seguir individuados:

- A) ROSI MARIA VARELLA – mat. 800786- Presidente
B) RENATA ANSELMO MAFRA COELHO - mat. 129290 – Secretária
C) JOSIANE FARIAS PEREIRA - mat. 801457 – Membro

3.0 Fixar, por força do Diploma Legal, art. 237 da Lei Complementar nº 096/2010 para a conclusão dos trabalhos em 60 (sessenta) dias, contados da publicação da presente portaria, prorrogável em caso de força maior por mais 60 dias.

Palhoça - SC, em 23 de agosto de 2017.

Cristina Schwinden Schmidt
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº. 3251/2017.

PORTARIA Nº. 3251/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016e Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PARA CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL para a servidora EDIANE DA SILVA, matrícula nº. 801609-4, titular do cargo de Supervisor Escolar, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 190 e 191 da Lei 097, de 15 de dezembro de 2010, pelo período de março de 2017 a fevereiro de 2018, com efeitos a contar de 08/03/2017.

Palhoça, SC, em 03 de julho de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3252/2017.

PORTARIA Nº. 3252/2017.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ELIZANDRA MARCOLINO, matrícula nº. 100284-1, titular do cargo de Monitor, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assistência Social, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 24/05/2010 a 24/05/2015, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 02/08/2017 à 02/09/2017.

Palhoça, SC, em 03 de julho de 2017.

ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3253/2017.

PORTARIA Nº. 3253/2017.

EDSON GUIZONI, Secretário de Serviços Públicos, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

AUTORIZAR o servidor abaixo relacionado, a dirigir veículos da Prefeitura Municipal de Palhoça da Administração Direta Desta Prefeitura.

SERVIDOR	CNH
Eder Cristiano Rodrigues	685614748
Marcelo Dutra	1012487823

Palhoça, SC, em 03 de julho de 2017.

EDSON GUIZONI
Secretário de Serviços Públicos

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3254/2017.

PORTARIA Nº. 3254/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para GIANNI CRISTINA BUNN DA ROSA, matrícula nº. 122251-3, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 18/08/2002 a 18/08/2007, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 01/08/2017 à 01/09/2017.

Palhoça, SC, em 03 de julho de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3255/2017.

PORTARIA Nº. 3255/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO MATHEUS DE MOURA MOISES SCHREIBER, titular do cargo de Psicólogo, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/08/2017.

Palhoça, SC, em 11 de julho de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3256/2017

PORTARIA Nº. 3256/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO do (a) servidor (a) ROSANA MARIA SCHWINDEN, matrícula nº. 800606-4, ocupante da categoria funcional de Assistente de Educação, lotado (a) na Secretaria de Educação, de acordo com artigo 197, 198 e 199, da Lei nº. 097/2010:

Averbar tempo que contribuiu pelo INSS, totalizando 08 (oito) anos, 07 (sete) meses e 26 (vinte e seis) dias.

Averbar tempo que contribuiu pelo IPREV, totalizando 04 (quatro) anos, 11 (onze) meses e 02 (dois) dias.

Palhoça, SC, em 11 de julho de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3257/2017.

PORTARIA Nº. 3257/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO do (a) servidor (a) MARIA GABRIELA ABREU, matrícula nº. 3745263-1, ocupante da categoria funcional de Professor, lotado (a) na Secretaria de Educação, de acordo

com artigo 197, 198 e 199, da Lei nº. 097/2010:

Averbar tempo que contribuiu pelo INSS, totalizando 08 (oito) anos, 05 (cinco) meses e 03 (três) dias.

Palhoça, SC, em 11 de julho de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3258/2017.

PORTARIA Nº. 3258/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO do (a) servidor (a) DILMA CATARINA DAL BOSCO, matrícula nº. 122752-1, ocupante da categoria funcional de Professor, lotado (a) na Secretaria de Educação, de acordo com artigo 197, 198 e 199, da Lei nº. 097/2010:

Averbar tempo que contribuiu pelo INSS, totalizando 04 (quatro) anos e 09 (nove) dias.

Averbar tempo que contribuiu pelo IPREV, totalizando 01 (um) ano, 02 (dois) meses e 19 (dezenove) dias.

Averbar tempo que contribuiu pela Prefeitura de São José, totalizando 02 (dois) anos, 07 (sete) meses e 03 (três) dias.

Averbar tempo que contribuiu pela Prefeitura de Florianópolis, totalizando 02 (dois) meses e 01 (um) dia.

Palhoça, SC, em 11 de julho de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3259/2017.

PORTARIA Nº. 3259/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PARA ATENDER O EXCEPCIONAL para a servidora CLARICE OLIVEIRA RITT SALASARIO, matrícula nº. 401103-1, titular do cargo de ACS, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 174 da Lei 096, de 15 de dezembro de 2010 e Processo nº. 13024/2017, pelo período de 12 (doze) meses, com efeitos a contar de 12/07/2017.

Palhoça, SC, em 11 de julho de 2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3260/2017

PORTARIA Nº. 3260/2017.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

NOMEAR COMO FISCAL DE CONTRATOS, os senhores MARIO CILO VIEIRA ZAMBELLI, Engenheiro Civil – Prefeitura Municipal de Palhoça, CREA/SC 0258666-8 e VINICIUS CARDOSO CORREA, Arquiteto – Prefeitura Municipal de Palhoça, CAU/SC A71498-4, para atuarem no contrato oriundo do processo licitatório – Tomada de Preço nº 47/2017. Objeto: contratação de empresa especializada para Reforma e Ampliação da Garagem da sede do Batalhão do Corpo de Bombeiros, neste município, incluindo mão de obra com fornecimento de todo material.

Palhoça, SC, em 11 de julho de 2017.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT
Secretário de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3261/2017.

PORTARIA Nº. 3261/2017.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014 e Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

NOMEAR COMO FISCAL DE CONTRATOS, os senhores LUCAS SILVEIRA NIENKOTTER TAVARES, Engenheiro Civil – Prefeitura Municipal de Palhoça, CREA/SC 129521-4 e JOAQUIM FELIPE BRANDINI, Engenheiro Civil – Prefeitura Municipal de Palhoça, CREA/SC 133.083-3, para atuarem no contrato oriundo do processo licitatório – Concorrência Pública nº 32/2017. Objeto: contratação de empresa para fornecimento de material e mão de obra para execução de drenagem, pavimentação com blocos de concreto intertravado e sinalização da Rua Luiz Alessio Lenhani, Bairro São Sebastião; contratação de empresa para fornecimento de material e mão de obra para execução de drenagem, pavimentação com blocos de concreto intertravado e sinalização da Rua Luiz Alessio Lenhani, Bairro São Sebastião, contratação de empresa para fornecimento de material e mão de obra para execução de drenagem e pavimentação com blocos de concreto intertravado da Rua Adelia Werlich Bruch e Maria Isabel Rodrigues, Bairro Alto Aririu, neste município.

Palhoça, SC, em 11 de julho de 2017.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT
Secretário de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3262/2017.

PORTARIA Nº. 3262/2017.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para RENATA PAULA GARCIA ALMEIDA JORDANI, titular do cargo de Pedagogo, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de junho de 2017.

Palhoça, SC, em 11 de julho de 2017.

ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3263/2017.

PORTARIA Nº. 3263/2017.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

AUTORIZAR o servidor abaixo relacionado, a dirigir veículos da Prefeitura Municipal de Palhoça da Administração Direta Desta Prefeitura.

SERVIDOR	CNH
Helio João da Silva	1415490680

Palhoça, SC, em 11 de julho de 2017.

ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3264/2017

PORTARIA Nº. 3264/2017.

CLAUDIO MONTEIRO, Secretário de Segurança Pública, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º. Cessar Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 01 de julho de 2017.

ANEXO I

MATRICULA	SERVIDOR	DE
3761160-1	Guilherme Moraes Barbosa	R\$ 500,00
3761161-1	Leocadia Julia Farias	R\$ 500,00
200310-11	Pamella Silva Schmidt	R\$ 500,00

Palhoça, SC, em 11 de julho de 2017.

CLAUDIO MONTEIRO

Secretário de Segurança Pública

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3265/2017

PORTARIA Nº. 3265/2017.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO ROBERTA DE BRITO MEDEIROS, titular do cargo de Assistente Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Administração da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/08/2017.

Palhoça, SC, em 11 de julho de 2017.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3266/2017.

PORTARIA Nº. 3266/2017.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014 e Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO LUCAS DANIEL DE SOUZA, para ocupar o cargo da categoria funcional de Assistente Administração, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro

de Pessoal da Secretaria de Administração da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2015, homologado em 01/02/2016, conforme a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 16/08/2017.

Palhoça, SC, em 21 de julho de 2017.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT

Secretário de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3267/2017

PORTARIA Nº. 3267/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO HEITOR AUGUSTO VENDRAMINI MALLET, para ocupar o cargo da categoria funcional de Assistente Administrativo, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2015, homologado em 01/02/2016, conforme a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 01/08/2017.

Palhoça, SC, em 21 de julho de 2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS

Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3268/2017.

PORTARIA Nº. 3268/2017.

ISNARDO LUIS BRANT, Secretário de Fazenda, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para TEREZINHA RUTE VIEIRA, matrícula nº. 800114-4, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Fazenda, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 20/03/2009 a 20/03/2014, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 01/08/2017 à 01/09/2017.

Palhoça, SC, em 21 de julho de 2017.

ISNARDO LUIS BRANT

Secretário de Fazenda

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3269/2017.

PORTARIA Nº. 3269/2017.

LUCIANO DALLA POZZA, Procurador Geral do Município, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para EDESIA DA SILVA DOS SANTOS, matrícula nº. 500387-2, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral do Município, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 27/03/2007 a 27/03/2012, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 01/08/2017 à 01/09/2017.

Palhoça, SC, em 21 de julho de 2017.

LUCIANO DALLA POZZA
Procurador Geral do Município

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3270/2017.

PORTARIA Nº. 3270/2017.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para MARIA DA CONCEIÇÃO CRUZ, matrícula nº. 120510-1, titular do cargo de ASG, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 07/05/2001 a 07/05/2006, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 31/07/2017 à 30/08/2017.

Palhoça, SC, em 21 de julho de 2017.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3271/2017.

PORTARIA Nº. 3271/2017.

EDSON GHIZONI, Secretário de Serviços Públicos, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para JORGE LUIZ PAIVA, matrícula nº. 500168-1, titular do cargo de Motorista, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Serviços Públicos, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 10/05/2003 a 10/05/2008, por 01 (um) mês, a com efeitos a

contar de 04/08/2017 à 04/09/2017.

Palhoça, SC, em 21 de julho de 2017.

EDSON GHIZONI
Secretário de Serviços Públicos

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3272/2017.

PORTARIA Nº. 3272/2017.

EDSON GHIZONI, Secretário de Serviços Públicos, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ABDON DA SILVA NETO, matrícula nº. 500915-2, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Serviços Públicos, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 02/06/2010 a 02/06/2015, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 26/07/2017 à 26/08/2017.

Palhoça, SC, em 21 de julho de 2017.

EDSON GHIZONI
Secretário de Serviços Públicos

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3273/2017.

PORTARIA Nº. 3273/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para MARGARETE MEURER BONETTI, matrícula nº. 800311-2, titular do cargo de Merendeira, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 14/12/2006 a 14/12/2011, por 01 (um) mês, a contar de 31/07/2017 à 30/08/2017.

Palhoça, SC, em 21 de julho de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3274/2017

PORTARIA Nº. 3274/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para KATIA VALDETE DUTRA, matrícula nº. 801564-1, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 01/06/2010 a 01/06/2015, por 01 (um) mês, a contar de 31/07/2017 à 30/08/2017.

Palhoça, SC, em 21 de julho de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3275/2017.

PORTARIA Nº. 3275/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ROSANA JUTTEL PEREIRA, matrícula nº. 124621-2, titular do cargo de Assistente Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 17/08/2004 a 17/08/2009, por 01 (um) mês, a contar de 01/08/2017 à 01/09/2017.

Palhoça, SC, em 21 de julho de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3278/2017.

PORTARIA Nº. 3278/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

ALTERAR CARGA HORÁRIA TEMPORÁRIA de conformidade com o Artigo 90, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, dos servidores, abaixo relacionados, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura.

Nome	De	Para	A partir de
Aurineide Bandeira de Melo	25	40	01/08/2017 a 14/12/2017

PORTARIA Nº. 3276/2017.

PORTARIA Nº. 3276/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ADRIANA ENI MOREIRA, matrícula nº. 800263-3, titular do cargo de Assistente Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 07/05/2000 a 07/05/2005, por 01 (um) mês, a contar de 07/08/2017 à 07/09/2017.

Palhoça, SC, em 21 de julho de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3277/2017.

PORTARIA Nº. 3277/2017.

EDSON GUIZONI, Secretário de Serviços Públicos, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

AUTORIZAR o servidor abaixo relacionado, a dirigir veículos da Prefeitura Municipal de Palhoça da Administração Direta Desta Prefeitura.

SERVIDOR	CNH
Eduardo de Souza	1296271489

Palhoça, SC, em 21 de julho de 2017.

EDSON GUIZONI
Secretário de Serviços Públicos

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

Palhoça, SC, em 21 de julho de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3279/2017

PORTARIA Nº. 3279/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para VERA LUCIA HENTZ NIED, matrícula nº. 800750-1, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 29/07/2007 a 29/07/2012, por 03 (três) meses, com efeitos a contar de 01/08/2017 à 01/11/2017.

Palhoça, SC, em 03 de julho de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3280/2017.

PORTARIA Nº. 3280/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, GISELE ZELANDA LEHMKULL KRETZER, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 31/08/2017.

Palhoça, SC, em 21 de julho de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3281/2017.

PORTARIA Nº. 3281/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 01 de julho de 2017.

ANEXO I

MATRICULA	SERVIDOR	VALOR
-----------	----------	-------

800874-1

Mirian Pereira da Silveira

R\$ 771,04

Palhoça, SC, em 21 de julho de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3282/2017.

PORTARIA Nº. 3282/2017.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ROSANA MARLENE DA SILVA, matrícula nº. 300493-1, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 05/09/2011 a 31/07/2017, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 01/08/2017 à 01/09/2017.

Palhoça, SC, em 21 de julho de 2017.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3283/2017.

PORTARIA Nº. 3283/2017.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

DEMITIR EDUARDO FIGUEIREDO PREGER, do cargo de Médico do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com Processo Administrativo Disciplinar nº. 10065/2015 que, disposto no artigo 214, incisos II c/c Artigo 215, da Lei Complementar nº. 096/2010, com efeitos a contar de 01/08/2017.

Palhoça, SC, em 21 de julho de 2017.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3285/2017.

PORTARIA Nº. 3285/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 3213 de 03 de julho de 2017, que Admitiu por Tempo Determinado da servidora JULY GABRIELY DE MATTOS EGER, no cargo de ASG (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 25/07/2017 a 31/08/2017, face ao impedimento da titular Kátia Valdete Dutra, que se encontra em LP.

Palhoça, SC, em 21 de julho de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3286/2017

PORTARIA Nº. 3282/2017.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ROSANA MARLENE DA SILVA, matrícula nº. 300493-1, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 05/09/2011 a 31/07/2017, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 01/08/2017 à 01/09/2017.

Palhoça, SC, em 21 de julho de 2017.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3287/2017.

PORTARIA Nº. 3287/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

Artigo 1º - Instruir Comissão de Análise de documentos para Progressão Vertical da Secretaria Municipal de Educação.

Artigo 2º. Nomear como membros da referida comissão:

Heldinar Martins
Edinalda Silveira de Souza Pires
Marcos Moser
Joselino Agostinho Farias

Artigo 3º. Fica revogado as disposições anteriores.

Artigo 4º. A presente portaria entra em vigor em 01 de agosto de 2017.

Palhoça, SC, em 21 de julho de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3291/2017.

PORTARIA Nº. 3291/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para LUCIANA KLOPPPEL VIEIRA, matrícula nº. 800831-2, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 18/10/2003 a 18/10/2008, por 03 (três) meses, com efeitos a contar de 11/09/2017 à 11/12/2017.

Palhoça, SC, em 21 de julho de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3292/2017

PORTARIA Nº. 3292/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ZENAIDE PAULINA MARTINS GASPAR, matrícula nº. 120238-1, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2010, referente ao quinquênio de 20/02/2012 a 20/02/2017, por 03 (três) meses, com efeitos a contar de 31/07/2017 à 31/10/2017.

Palhoça, SC, em 21 de julho de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3293/2017.

PORTARIA Nº. 3293/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para SHEILA IOLANDA COELHO MAURICIO, matrícula nº. 121764-1, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2010, referente ao quinquênio de 02/06/2010 a 02/06/2015, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 07/08/2017 à 07/09/2017.

Palhoça, SC, em 21 de julho de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3294/2017.

PORTARIA Nº. 3294/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para LUCIANA KLOPPPEL VIEIRA, matrícula nº. 800831-3, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 27/07/2007 a 27/07/2012, por 03 (três) meses, com efeitos a contar de 11/09/2017 à 11/12/2017.

Palhoça, SC, em 21 de julho de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3295/2017.

PORTARIA Nº. 3295/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ANGELITA PEREIRA, matrícula nº. 211027-1, titular do cargo de Técnico em Educação, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2010, referente ao quinquênio de 18/04/2008 a 18/04/2013, por 01 (um) mês, com efeitos a

contar de 14/08/2017 à 14/09/2017.

Palhoça, SC, em 21 de julho de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3296/2017.

PORTARIA Nº. 3296/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para IVONETE PETRY, matrícula nº. 122288-1, titular do cargo de Supervisor Escolar, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2010, referente ao quinquênio de 29/07/2012 a 29/07/2017, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 07/08/2017 à 07/09/2017.

Palhoça, SC, em 21 de julho de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3297/2017.

PORTARIA Nº. 3297/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para SUELI DO NASCIMENTO, matrícula nº. 801628-1, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao quinquênio de 05/07/2010 a 05/07/2015, por 01 (um) mês, a contar de 07/08/2017 à 07/09/2017.

Palhoça, SC, em 21 de julho de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3298/2017.

PORTARIA Nº. 3298/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para GEORGE EMANUEL AURINO DE SOUZA, matrícula nº. 800915-1, titular do cargo de Vigia, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao quinquênio de 21/03/2008 a 21/03/2013, por 01 (um) mês, a contar de 03/08/2017 à 03/09/2017.

Palhoça, SC, em 21 de julho de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3299/2017

PORTARIA Nº. 3299/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ENIA MARA MARTINS SELL, matrícula nº. 801563-2, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao quinquênio de 01/06/2010 a 01/12/2015, por 01 (um) mês, a contar de 01/09/2017 à 01/10/2017.

Palhoça, SC, em 21 de julho de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3300/2017.

PORTARIA Nº. 3300/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ZILMA MARGARIDA DA SILVA CAMPOS, matrícula nº. 300135-2, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao quinquênio de 23/02/2005 a 23/02/2010, por 02 (dois) meses e referente

ao quinquênio de 23/02/2010 a 23/02/2015, por 01 (um) mês, a contar de 14/09/2017 à 14/12/2017.

Palhoça, SC, em 21 de julho de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3301/2017

PORTARIA Nº. 3301/2017.

ISNARDO LUIS BRANT, Secretário de Fazenda, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para DENISE PERPETUA NATIVIDADE, matrícula nº. 500003-1, titular do cargo de Assistente Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Fazenda, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 28/10/2011 a 07/08/2017, por 03 (três) meses, a com efeitos a contar de 07/08/2017 à 07/11/2017.

Palhoça, SC, em 21 de julho de 2017.

ISNARDO LUIS BRANT
Secretário de Fazenda

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3302/2017.

PORTARIA Nº. 3302/2017.

LUCIANO DALLA POZZA, Procurador Geral do Município, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para GUACIRA GEORGIA GARCIA, matrícula nº. 300227-1, titular do cargo de Procurador do Município, do Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral do Município, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 01/06/2005 a 01/06/2010, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 31/07/2017 à 31/08/2017.

Palhoça, SC, em 21 de julho de 2017.

LUCIANO DALLA POZZA
Procurador Geral do Município

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3303/2017.

PORTARIA Nº. 3303/2017.

LUIZ HENRIQUE SELL, Presidente da Fundação Municipal de Esporte e Cultura, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para JERRY DE MACEDO KNABBen, matrícula nº. 200014-1, titular do cargo de Técnico em Contabilidade, do Quadro de Pessoal da Fundação Municipal de Esporte e Cultura, da Administração Indireta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 27/01/1997 a 27/01/2002, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 07/08/2017 à 07/09/2017.

Palhoça, SC, em 21 de julho de 2017.

LUIZ HENRIQUE SELL

Presidente

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3304/2017.

PORTARIA Nº. 3304/2017.

LEONARDO RIBEIRO DE CARVALHO, Presidente da Fundação Cambirela do Meio Ambiente, designado, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para RITA DE CASSIA LOPES DA SILVA, matrícula nº. 130003-1, titular do cargo de Auditor Fiscal do Meio Ambiente, do Quadro de Pessoal da FCAM - Fundação Cambirela do Meio Ambiente da Administração Indireta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 08/03/2005 a 08/03/2010, por 02 (dois) meses, a com efeitos a contar de 20/09/2017 à 20/11/2017.

Palhoça, SC, em 21 de julho de 2017.

LEONARDO RIBEIRO DE CARVALHO

Presidente

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3305/2017.

PORTARIA Nº. 3305/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ADILSON PIERRI, matrícula nº. 500331-1, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo

175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 18/07/2012 a 18/07/2017, por 03 (três) meses, com efeitos a contar de 03/08/2017 à 03/11/2017.

Palhoça, SC, em 21 de julho de 2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS

Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3306/2017.

PORTARIA Nº. 3306/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para DEISE DE OLIVEIRA, matrícula nº. 401121-2, titular do cargo de Técnico em Enfermagem, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 16/11/2010 a 16/11/2015, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 01/08/2017 à 01/09/2017.

Palhoça, SC, em 21 de julho de 2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS

Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3307/2017.

PORTARIA Nº. 3307/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para DELMO JACI SOTERO, matrícula nº. 500448-1, titular do cargo de Motorista, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 23/05/2000 a 23/05/2005, por 02 (dois) meses, com efeitos a contar de 01/08/2017 à 01/10/2017.

Palhoça, SC, em 21 de julho de 2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS

Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3308/2017.

PORTARIA Nº. 3308/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ELIANE MARIA DA SILVA ROSA, matrícula nº. 401086-3, titular do cargo de ACS, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 03/11/2010 a 03/11/2015, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 07/08/2017 à 07/09/2017.

Palhoça, SC, em 21 de julho de 2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3309/2017.

PORTARIA Nº. 3309/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para HINDIANARA MARLENE DA SILVEIRA DA SILVA, matrícula nº. 401142-1, titular do cargo de ACS, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 11/01/2011 a 18/04/2016, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 26/07/2017 à 26/08/2017.

Palhoça, SC, em 21 de julho de 2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3310/2017

PORTARIA Nº. 3310/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para LUCIANO RODRIGUES VEIGA, matrícula nº. 400368-1, titular do cargo de Odontólogo, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 02/01/2007 a 02/01/2012, por 01 (um) mês, com efeitos a contar

de 25/07/2017 à 25/08/2017.

Palhoça, SC, em 21 de julho de 2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3311/2017.

PORTARIA Nº. 3311/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para MARIA APARECIDA DA SILVA III, matrícula nº. 400225-1, titular do cargo de Auditor Fiscal da Vigilância Sanitária, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 01/09/2008 a 01/09/2013, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 25/07/2017 à 25/08/2017.

Palhoça, SC, em 21 de julho de 2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3312/2017.

PORTARIA Nº. 3312/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para MARIA APARECIDA LUCIO MARTINS, matrícula nº. 400936-1, titular do cargo de ACS, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 01/06/2010 a 01/06/2015, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 01/07/2017 à 01/08/2017.

Palhoça, SC, em 21 de julho de 2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3313/2017

PORTARIA Nº. 3313/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, GISELE TEREZINHA MACHADO, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/08/2017.

Palhoça, SC, em 21 de julho de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3314/2017.

PORTARIA Nº. 3314/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, WENDELL MENEZES DE SOUZA, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 02/08/2017.

Palhoça, SC, em 21 de julho de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3315/2017

PORTARIA Nº. 3315/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, DAIANE REGINA DE SOUZA SOARES, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/08/2017.

Palhoça, SC, em 21 de julho de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3316/2017.

PORTARIA Nº. 3316/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, JENIFER MARIA DOS SANTOS REINHOLD, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 03/08/2017.

Palhoça, SC, em 21 de julho de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3317/2017.

PORTARIA Nº. 3317/2017.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO EDILEINE PRISCILA DOS SANTOS, titular do cargo de ASG, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Administração da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 04/08/2017.

Palhoça, SC, em 21 de julho de 2017.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3318/2017.

PORTARIA Nº. 3318/2017.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para RODRIGO LUCIANO VIGANI-GO, matrícula nº. 300501-1, titular do cargo de ASO, do Quadro de

Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 01/12/2011 a 01/12/2016, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 05/08/2017 à 05/09/2017.

Palhoça, SC, em 21 de julho de 2017.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3319/2017.

PORTARIA Nº. 3319/2017.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para EDSON NERI DA ROSA, matrícula nº. 100088-3, titular do cargo de Monitor, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assistência Social, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 19/09/2002 a 19/09/2007, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 04/09/2017 à 04/10/2017.

Palhoça, SC, em 21 de julho de 2017.

ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3320/2017

PORTARIA Nº. 3320/2017.

EDUARDO FRECCIA, Secretário de Infraestrutura e Saneamento, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para GLADET MARIA PARISOTO, matrícula nº. 300228-2, titular do cargo de Agente Administrativo Auxiliar, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Infraestrutura e Saneamento, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 01/05/2003 a 01/05/2008, por 03 (três) meses e referente ao quinquênio de 01/05/2008 a 01/05/2013, por 03 (três) meses, a com efeitos a contar de 11/08/2017 à 11/02/2018.

Palhoça, SC, em 21 de março de 2017.

EDUARDO FRECCIA
Secretário de Infraestrutura e Saneamento

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PREGÃO PRESENCIAL 089/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 089/2017

O Município de Palhoça torna público que fica marcado para o dia 18 de setembro de 2017, às 09:00h, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura do PREGÃO PRESENCIAL, que consiste na contratação de serviço de recarga de Gás, para atender aos programas da Secretaria de Assistência Social, (Abrigos, Centro POP, CREAS, CRAS, SCFV), através de Registro de Preços, conforme discriminado nos anexos deste edital. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 07:00 às 19:00 horas, diariamente, ou pelo site: www.palhoca.atende.net. Palhoça, 28 de agosto de 2017. PREGOEIRA.

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL 073/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO - PREGÃO PRESENCIAL N. 073/2017

A Pregoeira torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado da Adjudicação do Processo Licitatório PREGÃO PRESENCIAL Nº. 073/2017, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que consiste na contratação de empresa para prestação de serviços de arbitragem, para atender aos eventos e campeonatos a serem realizados no Município de Palhoça pela Fundação Municipal de Esporte e Cultura, através de Registro de Preços.

EMPRESA CLASSIFICADA:

ASSOCIACAO DE ARBITROS DALIGA JOSEFENSE DE FUTEBOL, CNPJ 04.752.031/0001-50, ficou classificada nos itens 01, 02, 03, 04, 05, 06, , do lote I, em seu menor preço por lote, totalizando a importância de R\$100.500,00 (cem mil e quinhentos reais).

Palhoça, 28 de agosto de 2017.

Shirley Regina de Farias
Pregoeira – Portaria 1689/2017

Paraíso

PREFEITURA

PR 52/2017

MUNICÍPIO DE PARAISO – SANTA CATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 52/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 79/2017

O MUNICÍPIO DE PARAISO leva ao conhecimento dos interessados que realizará as 08:30 horas do dia 11 de Setembro de 2017, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal de Paraíso, situado à Rua Alcides Zanin nº. 593 – Centro – Paraíso/SC,

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CARTUCHOS DE TINTA, TONNERS ORIGINAIS E SERVIÇOS DE RECARGA DE CARTUCHOS DE TONNER P/ IMPRESSORAS, PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE PARAÍSO/SC.

Os interessados poderão obter informações com relação ao Edital e seus anexos no Setor de Compras e Licitações, sito a Rua Alcides Zanin, 593, Paraíso – SC, pelo telefone (0**49 36270090), de segunda a sexta feira, no horário de expediente.

Os editais estarão disponíveis no site do município de Paraíso/SC, www.paraíso.sc.gov.br.

Paraíso/SC, 28 de Agosto de 2017.

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE

PREFEITO MUNICIPAL DE PARAISO.

Paraíso/SC, 28 de Agosto de 2017.

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE MARINES ECKERT Prefeito Municipal Gestora do Fundo Municipal de Saúde	
------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--

CARINE REGINA HANAUER

OAB/SC - 48.019

Procurador Geral do Município de Paraíso

TERMO DE RESCISÃO CT 18/2017 FMS

TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO Nº 18/2017, QUE ENTRE SI CELEBRAM O Município de PARAISO/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E LAURA MENDONÇA DE FREITAS ME

O Município de PARAISO, FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 11.429.759/0001-00, com sede à Rua do Pinheiros, 996 centro do município de Paraíso, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, inscrito no CPF nº 563.501.399-68 e pela Gestora do Fundo Municipal da Saúde, Sr. MARINES ECKERT, inscrita no CPF nº 627.197.509-72, resolvem rescindir o referido CONTRATO Nº 18/2017FMS com a empresa LAURA MENDONÇA DE FREITAS ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ nº 17.532.491/0001-14, com sede na Rua Uruguai, nº 320-E, Centro, na cidade de Chapecó/SC, com fundamento no art. 79, inciso I, da Lei nº 8.666/93, mediante as Cláusulas e Condições seguintes: CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O presente termo tem como objetivo a rescisão do CONTRATO Nº 18/2017FMS, que tem por objeto a "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE CAFÉ DA MANHÃ, SERVIDO NO ESTABELECIMENTO, PARA OS MOTORISTAS QUE ESTIVEREM TRANSPORTANDO PACIENTES EM CONSULTAS OU EXAMES MÉDICOS NA CIDADE DE CHAPECÓ/SC".

CLAUSULA SEGUNDA – DA JUSTIFICATIVA

2.1 – A rescisão contratual justifica-se pelo desinteresse da empresa em fornecer o objeto ora licitado, solicitando a rescisão contratual, conforme explicação detalhada da Gerente Geral de Compras, Srª Paula Roberta Bacin, em anexo.

CLÁUSULA TERCEIRA- DO FORO

3.1 - Fica eleito o foro da Comarca de São Miguel do Oeste/SC, para dirimir as questões e/ou procedimentos decorrentes ao cumprimento do presente instrumento.

Paraíso/SC, 28 de Agosto de 2017.

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE Prefeito Municipal	MARINES ECKERT Gestora do Fun- do Municipal de Saúde
---------------------------------------------------	---------------------------------------------------------

CARINE REGINA HANAUER

OAB/SC - 48.019

Procurador Geral do Município de Paraíso

TERMO DE RESCISÃO CT 17/2017 FMS

TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO Nº 17/2017, QUE ENTRE SI CELEBRAM O Município de PARAISO/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E LAURA MENDONÇA DE FREITAS ME

O Município de PARAISO, FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 11.429.759/0001-00, com sede à Rua do Pinheiros, 996 centro do município de Paraíso, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, inscrito no CPF nº 563.501.399-68 e pela Gestora do Fundo Municipal da Saúde, Sr. MARINES ECKERT, inscrita no CPF nº 627.197.509-72, resolvem rescindir o referido CONTRATO Nº 17/2017FMS com a empresa LAURA MENDONÇA DE FREITAS ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ nº 17.532.491/0001-14, com sede na Rua Uruguai, nº 320-E, Centro, na cidade de Chapecó/SC, com fundamento no art. 79, inciso I, da Lei nº 8.666/93, mediante as Cláusulas e Condições seguintes: CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O presente termo tem como objetivo a rescisão do CONTRATO Nº 17/2017FMS, que tem por objeto a "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE ALMOÇO, TIPO BUFFET LIVRE COM CARDÁPIO DIVERSIFICADO, SERVIDO NO ESTABELECIMENTO, PARA OS MOTORISTAS QUE ESTIVEREM TRANSPORTANDO PACIENTES EM CONSULTAS OU EXAMES MÉDICOS NA CIDADE DE CHAPECÓ/SC".

CLAUSULA SEGUNDA – DA JUSTIFICATIVA

2.1 – A rescisão contratual justifica-se pelo desinteresse da empresa em fornecer o objeto ora licitado, solicitando a rescisão contratual, conforme explicação detalhada da Gerente Geral de Compras, Srª Paula Roberta Bacin, em anexo.

CLÁUSULA TERCEIRA- DO FORO

3.1 - Fica eleito o foro da Comarca de São Miguel do Oeste/SC, para dirimir as questões e/ou procedimentos decorrentes ao cumprimento do presente instrumento.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 32/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO

Página: 1/6

Processo Nº.: 72/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 46/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 32/2017

No dia 28 do mês de Agosto do ano de 2017, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 80.912.009/0001-08, com sede administrativa localizada na RUA ALCIDES ZANIN, 593, bairro CENTRO, CEP nº. 89906-000, nesta cidade de Paraisópolis/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, inscrito no CPF sob o nº. 563.501.399-88, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 46/2017, Processo Licitatório nº. 72/2017, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPAGENS E VULCANIZAÇÃO DE PNEUS A SEREM EXECUTADOS NOS VEÍCULOS E MAQUINAS DA FROTA MUNICIPAL DE PARAISO/SC. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
7865	A.R. PNEUS LTDA	5, 19
8742	COMERCIO DE PNEUS SCOPEL LTDA ME	
6062	MECÂNICA FRONTEIRA LTDA - ME	1, 3, 4, 6, 7, 8, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 20, 21, 22, 23
6736	RENOVADORA DE PNEUS MARAVILHA LTDA	2, 9, 14

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº. 1560 (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
A.R. PNEUS LTDA	09.243.567/0001-63	ARLINDO JOÃO CASARIL	385.329.569-04
COMERCIO DE PNEUS SCOPEL LTDA ME	82.425.356/0001-31		- - -
MECÂNICA FRONTEIRA LTDA - ME	85.256.287/0001-78	LEANE MARCON WELTER	016.205.789-05
RENOVADORA DE PNEUS MARAVILHA LTDA	83.230.888/0001-86	RENATO SADI BAUERMAN	249.543.819-91

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:
REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPAGENS E VULCANIZAÇÃO DE PNEUS A SEREM EXECUTADOS NOS VEÍCULOS E MAQUINAS DA FROTA MUNICIPAL DE PARAISO/SC.
Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 6062 - MECÂNICA FRONTEIRA LTDA - ME						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	RECAPAGEM PNEU 1400X24 BORRACHUDO	SV	RUBBERNEV	30,000	998,0000	29.940,00
3	RECAPAGEM PNEU 19.5 X 24 BORRACHUDO	SV	RUBBERNEV	8,000	1.508,0000	12.064,00
4	RECAPAGEM PNEU 12 X 16.5 BORRACHUDO	SV	RUBBERNEV	2,000	514,0000	1.028,00
6	RECAPAGEM PNEU 14.9 X26 (AGRICOLA) BORRACHUDO	SV	RUBBERNEV	4,000	889,0000	3.556,00
7	RECAPAGEM PNEU 18.4 X 34 (AGRICOLA) BORRACHUDO	SV	RUBBERNEV	4,000	1.210,0000	4.840,00
8	RECAPAGEM PNEU 14.9 X24 (AGRICOLA) BORRACHUDO	SV	RUBBERNEV	4,000	820,0000	3.280,00
10	RECAPAGEM PNEU 12.4 X 24 (AGRICOLA) BORRACHUDO	SV	RUBBERNEV	8,000	700,0000	5.600,00
11	RECAPAGEM PNEU 900 X 20 BORRACHUDO	SV	RUBBERNEV	6,000	385,0000	2.370,00
12	RECAPAGEM PNEU 1000 X 20 BORRACHUDO	SV	RUBBERNEV	36,000	398,0000	14.328,00
13	RECAPAGEM PNEU 215/75 X 17.5 BORRACHUDO	SV	RUBBERNEV	12,000	260,0000	3.120,00
15	VULCANIZAÇÃO 1400 X 24	SV	VIPAL	36,000	197,0000	7.092,00
16	VULCANIZAÇÃO 1000 X 20	SV	VIPAL	36,000	109,0000	3.924,00
17	VULCANIZAÇÃO 12 X 16.5	SV	VIPAL	4,000	164,0000	656,00
18	VULCANIZAÇÃO 19.5 X 24	SV	VIPAL	10,000	220,0000	2.200,00
20	VULCANIZAÇÃO 14.9 X26	SV	VIPAL	8,000	240,0000	1.920,00
21	VULCANIZAÇÃO 18.4 X 34	SV	VIPAL	6,000	220,0000	1.320,00
22	VULCANIZAÇÃO 215/75 X 17.5	SV	VIPAL	10,000	90,0000	900,00
23	VULCANIZAÇÃO 750 X 16	SV	VIPAL	12,000	85,0000	1.020,00

Fornecedor: 6736 - RENOVADORA DE PNEUS MARAVILHA LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
2	RECAPAGEM PNEU 12.5/80 X 18 BORRACHUDO	SV	RUBBERNEV	6,000	588,0000	3.528,00
9	RECAPAGEM PNEU 18.4 X 30 (AGRICOLA) BORRACHUDO	SV	RUBBERNEV	6,000	990,0000	5.940,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO

Página: 2/6
 Processo Nº.: 72/2017
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 46/2017

Fornecedor: 6736 - RENOVADORA DE PNEUS MARAVILHA LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
14	RECAPAGEM PNEU 750 X 16 BORRACHUDO	SV	TIPLER	12,000	160,0000	1.920,00

Fornecedor: 7865 - A.R. PNEUS LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
5	RECAPAGEM PNEU 23.1 X 30 (AGRICOLA)BORRACHUDO	SV	DREBOR	4,000	2.220,0000	8.880,00
19	VULCANIZAÇÃO 23.1 X 30	SV	DREBOR	6,000	230,0000	1.380,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital.

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO**

Página: 3/6
Processo Nº.: 72/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 46/2017

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES**5.1. Compete ao Órgão Gestor:**

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO

Página: 4/6
Processo Nº.: 72/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 46/2017

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais impréstáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO

Página: 5/6
Processo Nº.: 72/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 46/2017

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Paraíso para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISOPágina: 6/6
Processo Nº.: 72/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 46/2017

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Paraíso, 28 de Agosto de 2017.

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE
PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

A.R. PNEUS LTDA

CNPJ: 09.243.567/0001-63

COMERCIO DE PNEUS SCOPEL LTDA ME

CNPJ: 82.425.356/0001-31

MECÂNICA FRONTEIRA LTDA - ME

CNPJ: 85.256.287/0001-78

RENOVADORA DE PNEUS MARAVILHA LTDA

CNPJ: 83.230.888/0001-86

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO

Página: 1/6
 Processo Nº.: 72/2017
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 46/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 32/2017

No dia 28 do mês de Agosto do ano de 2017, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 80.912.009/0001-08, com sede administrativa localizada na RUA ALCIDES ZANIN, 593, bairro CENTRO, CEP nº. 88906-000, nesta cidade de Paraiso/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, inscrito no CPF sob o nº. 563.501.399-68, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 46/2017, Processo Licitatório nº. 72/2017, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPAGENS E VULCANIZAÇÃO DE PNEUS A SEREM EXECUTADOS NOS VEÍCULOS E MAQUINAS DA FROTA MUNICIPAL DE PARAISO/SC. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
7865	A.R. PNEUS LTDA	5, 19
8742	COMERCIO DE PNEUS SCOPEL LTDA ME	
6062	MECÂNICA FRONTEIRA LTDA - ME	1, 3, 4, 6, 7, 8, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 20, 21, 22, 23
6736	RENOVADORA DE PNEUS MARAVILHA LTDA	2, 9, 14

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº. 1560 (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
A.R. PNEUS LTDA	09.243.567/0001-63	ARLINDO JOÃO CASARIL	385.329.569-04
COMERCIO DE PNEUS SCOPEL LTDA ME	82.425.356/0001-31		
MECÂNICA FRONTEIRA LTDA - ME	85.256.287/0001-78	LEANE MARCON WELTER	016.205.789-05
RENOVADORA DE PNEUS MARAVILHA LTDA	83.230.888/0001-86	RENATO SADI BAUERMAN	249.543.819-91

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:
 REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPAGENS E VULCANIZAÇÃO DE PNEUS A SEREM EXECUTADOS NOS VEÍCULOS E MAQUINAS DA FROTA MUNICIPAL DE PARAISO/SC.
 Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa as licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 6062 - MECÂNICA FRONTEIRA LTDA - ME						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	RECAPAGEM PNEU 1400X24 BORRACHUDO	SV	RUBBERNEVA	30,000	998,0000	29.940,00
3	RECAPAGEM PNEU 19.5 X 24 BORRACHUDO	SV	RUBBERNEVA	8,000	1.508,0000	12.064,00
4	RECAPAGEM PNEU 12 X 16.5 BORRACHUDO	SV	RUBBERNEVA	2,000	514,0000	1.028,00
6	RECAPAGEM PNEU 14.9 X26 (AGRICOLA) BORRACHUDO	SV	RUBBERNEVA	4,000	889,0000	3.556,00
7	RECAPAGEM PNEU 18.4 X 34 (AGRICOLA) BORRACHUDO	SV	RUBBERNEVA	4,000	1.210,0000	4.840,00
8	RECAPAGEM PNEU 14.9 X24 (AGRICOLA) BORRACHUDO	SV	RUBBERNEVA	4,000	820,0000	3.280,00
10	RECAPAGEM PNEU 12.4 X 24 (AGRICOLA) BORRACHUDO	SV	RUBBERNEVA	8,000	700,0000	5.600,00
11	RECAPAGEM PNEU 900 X 20 BORRACHUDO	SV	RUBBERNEVA	6,000	395,0000	2.370,00
12	RECAPAGEM PNEU 1000 X 20 BORRACHUDO	SV	RUBBERNEVA	36,000	398,0000	14.328,00
13	RECAPAGEM PNEU 215/75 X 17.5 BORRACHUDO	SV	RUBBERNEVA	12,000	260,0000	3.120,00
15	VULCANIZAÇÃO 1400 X 24	SV	VIPAL	36,000	197,0000	7.092,00
16	VULCANIZAÇÃO 1000 X 20	SV	VIPAL	36,000	109,0000	3.924,00
17	VULCANIZAÇÃO 12 X 16.5	SV	VIPAL	4,000	164,0000	656,00
18	VULCANIZAÇÃO 19.5 X 24	SV	VIPAL	10,000	220,0000	2.200,00
20	VULCANIZAÇÃO 14.9 X26	SV	VIPAL	8,000	240,0000	1.920,00
21	VULCANIZAÇÃO 18.4 X 34	SV	VIPAL	6,000	220,0000	1.320,00
22	VULCANIZAÇÃO 215/75 X 17.5	SV	VIPAL	10,000	90,0000	900,00
23	VULCANIZAÇÃO 750 X 16	SV	VIPAL	12,000	85,0000	1.020,00

Fornecedor: 6736 - RENOVADORA DE PNEUS MARAVILHA LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
2	RECAPAGEM PNEU 12.5/80 X 18 BORRACHUDO	SV	RUBBERNEVA	6,000	588,0000	3.528,00
9	RECAPAGEM PNEU 18.4 X 30 (AGRICOLA) BORRACHUDO	SV	RUBBERNEVA	6,000	990,0000	5.940,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO

Página: 2/6
 Processo Nº.: 72/2017
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 46/2017

Fornecedor: 6736 - RENOVADORA DE PNEUS MARAVILHA LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
14	RECAPAGEM PNEU 750 X 16 BORRACHUDO	SV	TIPLER	12,000	160,0000	1.920,00

Fornecedor: 7865 - A.R. PNEUS LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
5	RECAPAGEM PNEU 23.1 X 30 (AGRICOLA)BORRACHUDO	SV	DREBOR	4,000	2.220,0000	8.880,00
19	VULCANIZAÇÃO 23.1 X 30	SV	DREBOR	6,000	230,0000	1.380,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital.

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO**

Página: 3/6
Processo Nº.: 72/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 46/2017

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES**5.1. Compete ao Órgão Gestor:**

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO

Página: 4/6
Processo Nº.: 72/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 46/2017

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais impréstáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO

Página: 5/6
Processo Nº.: 72/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 46/2017

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Paraíso para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISOPágina: 6/6
Processo N°: 72/2017
PREGÃO PRESENCIAL N° 46/2017

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Paraíso, 28 de Agosto de 2017.

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE
PREFEITO MUNICIPAL**Empresas Participantes:**

A.R. PNEUS LTDA

CNPJ: 09.243.567/0001-63

COMERCIO DE PNEUS SCOPEL LTDA ME

CNPJ: 82.425.356/0001-31

MECÂNICA FRONTEIRA LTDA - ME

CNPJ: 85.256.287/0001-78

RENOVADORA DE PNEUS MARAVILHA LTDA

CNPJ: 83.230.888/0001-86

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO

Página: 1/6
 Processo Nº.: 72/2017
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 46/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 32/2017

No dia 28 do mês de Agosto do ano de 2017, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 80.912.009/0001-08, com sede administrativa localizada na RUA ALCIDES ZANIN, 593, bairro CENTRO, CEP nº. 88906-000, nesta cidade de Paraiso/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, inscrito no CPF sob o nº. 563.501.399-68, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 46/2017, Processo Licitatório nº. 72/2017, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPAGENS E VULCANIZAÇÃO DE PNEUS A SEREM EXECUTADOS NOS VEÍCULOS E MAQUINAS DA FROTA MUNICIPAL DE PARAISO/SC. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
7865	A.R. PNEUS LTDA	5, 19
8742	COMERCIO DE PNEUS SCOPEL LTDA ME	
6062	MECÂNICA FRONTEIRA LTDA - ME	1, 3, 4, 6, 7, 8, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 20, 21, 22, 23
6736	RENOVADORA DE PNEUS MARAVILHA LTDA	2, 9, 14

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº. 1560 (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
A.R. PNEUS LTDA	09.243.567/0001-63	ARLINDO JOÃO CASARIL	385.329.569-04
COMERCIO DE PNEUS SCOPEL LTDA ME	82.425.356/0001-31		
MECÂNICA FRONTEIRA LTDA - ME	85.256.287/0001-78	LEANE MARCON WELTER	016.205.789-05
RENOVADORA DE PNEUS MARAVILHA LTDA	83.230.888/0001-86	RENATO SADI BAUERMAN	249.543.819-91

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:
 REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPAGENS E VULCANIZAÇÃO DE PNEUS A SEREM EXECUTADOS NOS VEÍCULOS E MAQUINAS DA FROTA MUNICIPAL DE PARAISO/SC.
 Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa as licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 6062 - MECÂNICA FRONTEIRA LTDA - ME						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	RECAPAGEM PNEU 1400X24 BORRACHUDO	SV	RUBBERNEVA	30,000	998,0000	29.940,00
3	RECAPAGEM PNEU 19.5 X 24 BORRACHUDO	SV	RUBBERNEVA	8,000	1.508,0000	12.064,00
4	RECAPAGEM PNEU 12 X 16.5 BORRACHUDO	SV	RUBBERNEVA	2,000	514,0000	1.028,00
6	RECAPAGEM PNEU 14.9 X26 (AGRICOLA) BORRACHUDO	SV	RUBBERNEVA	4,000	889,0000	3.556,00
7	RECAPAGEM PNEU 18.4 X 34 (AGRICOLA) BORRACHUDO	SV	RUBBERNEVA	4,000	1.210,0000	4.840,00
8	RECAPAGEM PNEU 14.9 X24 (AGRICOLA) BORRACHUDO	SV	RUBBERNEVA	4,000	820,0000	3.280,00
10	RECAPAGEM PNEU 12.4 X 24 (AGRICOLA) BORRACHUDO	SV	RUBBERNEVA	8,000	700,0000	5.600,00
11	RECAPAGEM PNEU 900 X 20 BORRACHUDO	SV	RUBBERNEVA	6,000	395,0000	2.370,00
12	RECAPAGEM PNEU 1000 X 20 BORRACHUDO	SV	RUBBERNEVA	36,000	398,0000	14.328,00
13	RECAPAGEM PNEU 215/75 X 17.5 BORRACHUDO	SV	RUBBERNEVA	12,000	260,0000	3.120,00
15	VULCANIZAÇÃO 1400 X 24	SV	VIPAL	36,000	197,0000	7.092,00
16	VULCANIZAÇÃO 1000 X 20	SV	VIPAL	36,000	109,0000	3.924,00
17	VULCANIZAÇÃO 12 X 16.5	SV	VIPAL	4,000	164,0000	656,00
18	VULCANIZAÇÃO 19.5 X 24	SV	VIPAL	10,000	220,0000	2.200,00
20	VULCANIZAÇÃO 14.9 X26	SV	VIPAL	8,000	240,0000	1.920,00
21	VULCANIZAÇÃO 18.4 X 34	SV	VIPAL	6,000	220,0000	1.320,00
22	VULCANIZAÇÃO 215/75 X 17.5	SV	VIPAL	10,000	90,0000	900,00
23	VULCANIZAÇÃO 750 X 16	SV	VIPAL	12,000	85,0000	1.020,00

Fornecedor: 6736 - RENOVADORA DE PNEUS MARAVILHA LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
2	RECAPAGEM PNEU 12.5/80 X 18 BORRACHUDO	SV	RUBBERNEVA	6,000	588,0000	3.528,00
9	RECAPAGEM PNEU 18.4 X 30 (AGRICOLA) BORRACHUDO	SV	RUBBERNEVA	6,000	990,0000	5.940,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO

Página: 2/6
 Processo Nº.: 72/2017
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 46/2017

Fornecedor: 6736 - RENOVADORA DE PNEUS MARAVILHA LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
14	RECAPAGEM PNEU 750 X 16 BORRACHUDO	SV	TIPLER	12,000	160,0000	1.920,00

Fornecedor: 7865 - A.R. PNEUS LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
5	RECAPAGEM PNEU 23.1 X 30 (AGRICOLA)BORRACHUDO	SV	DREBOR	4,000	2.220,0000	8.880,00
19	VULCANIZAÇÃO 23.1 X 30	SV	DREBOR	6,000	230,0000	1.380,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital.

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO**

Página: 3/6
Processo Nº.: 72/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 46/2017

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES**5.1. Compete ao Órgão Gestor:**

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO

Página: 4/6
Processo Nº.: 72/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 46/2017

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais impréstáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO

Página: 5/6
Processo Nº.: 72/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 46/2017

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Paraíso para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISOPágina: 6/6
Processo N°: 72/2017
PREGÃO PRESENCIAL N° 46/2017

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Paraíso, 28 de Agosto de 2017.

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE
PREFEITO MUNICIPAL**Empresas Participantes:**

A.R. PNEUS LTDA

CNPJ: 09.243.567/0001-63

COMERCIO DE PNEUS SCOPEL LTDA ME

CNPJ: 82.425.356/0001-31

MECÂNICA FRONTEIRA LTDA - ME

CNPJ: 85.256.287/0001-78

RENOVADORA DE PNEUS MARAVILHA LTDA

CNPJ: 83.230.888/0001-86

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO

Página: 1/6
 Processo Nº.: 72/2017
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 46/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 32/2017

No dia 28 do mês de Agosto do ano de 2017, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 80.912.009/0001-08, com sede administrativa localizada na RUA ALCIDES ZANIN, 593, bairro CENTRO, CEP nº. 88906-000, nesta cidade de Paraiso/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, inscrito no CPF sob o nº. 563.501.399-68, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 46/2017, Processo Licitatório nº. 72/2017, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPAGENS E VULCANIZAÇÃO DE PNEUS A SEREM EXECUTADOS NOS VEÍCULOS E MAQUINAS DA FROTA MUNICIPAL DE PARAISO/SC. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
7865	A.R. PNEUS LTDA	5, 19
8742	COMERCIO DE PNEUS SCOPEL LTDA ME	
6062	MECÂNICA FRONTEIRA LTDA - ME	1, 3, 4, 6, 7, 8, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 20, 21, 22, 23
6736	RENOVADORA DE PNEUS MARAVILHA LTDA	2, 9, 14

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº. 1560 (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
A.R. PNEUS LTDA	09.243.567/0001-63	ARLINDO JOÃO CASARIL	385.329.569-04
COMERCIO DE PNEUS SCOPEL LTDA ME	82.425.356/0001-31		
MECÂNICA FRONTEIRA LTDA - ME	85.256.287/0001-78	LEANE MARCON WELTER	016.205.789-05
RENOVADORA DE PNEUS MARAVILHA LTDA	83.230.888/0001-86	RENATO SADI BAUERMAN	249.543.819-91

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:
 REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPAGENS E VULCANIZAÇÃO DE PNEUS A SEREM EXECUTADOS NOS VEÍCULOS E MAQUINAS DA FROTA MUNICIPAL DE PARAISO/SC.
 Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa as licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 6062 - MECÂNICA FRONTEIRA LTDA - ME						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	RECAPAGEM PNEU 1400X24 BORRACHUDO	SV	RUBBERNEVA	30,000	998,0000	29.940,00
3	RECAPAGEM PNEU 19.5 X 24 BORRACHUDO	SV	RUBBERNEVA	8,000	1.508,0000	12.064,00
4	RECAPAGEM PNEU 12 X 16.5 BORRACHUDO	SV	RUBBERNEVA	2,000	514,0000	1.028,00
6	RECAPAGEM PNEU 14.9 X26 (AGRICOLA) BORRACHUDO	SV	RUBBERNEVA	4,000	889,0000	3.556,00
7	RECAPAGEM PNEU 18.4 X 34 (AGRICOLA) BORRACHUDO	SV	RUBBERNEVA	4,000	1.210,0000	4.840,00
8	RECAPAGEM PNEU 14.9 X24 (AGRICOLA) BORRACHUDO	SV	RUBBERNEVA	4,000	820,0000	3.280,00
10	RECAPAGEM PNEU 12.4 X 24 (AGRICOLA) BORRACHUDO	SV	RUBBERNEVA	8,000	700,0000	5.600,00
11	RECAPAGEM PNEU 900 X 20 BORRACHUDO	SV	RUBBERNEVA	6,000	395,0000	2.370,00
12	RECAPAGEM PNEU 1000 X 20 BORRACHUDO	SV	RUBBERNEVA	36,000	398,0000	14.328,00
13	RECAPAGEM PNEU 215/75 X 17.5 BORRACHUDO	SV	RUBBERNEVA	12,000	260,0000	3.120,00
15	VULCANIZAÇÃO 1400 X 24	SV	VIPAL	36,000	197,0000	7.092,00
16	VULCANIZAÇÃO 1000 X 20	SV	VIPAL	36,000	109,0000	3.924,00
17	VULCANIZAÇÃO 12 X 16.5	SV	VIPAL	4,000	164,0000	656,00
18	VULCANIZAÇÃO 19.5 X 24	SV	VIPAL	10,000	220,0000	2.200,00
20	VULCANIZAÇÃO 14.9 X26	SV	VIPAL	8,000	240,0000	1.920,00
21	VULCANIZAÇÃO 18.4 X 34	SV	VIPAL	6,000	220,0000	1.320,00
22	VULCANIZAÇÃO 215/75 X 17.5	SV	VIPAL	10,000	90,0000	900,00
23	VULCANIZAÇÃO 750 X 16	SV	VIPAL	12,000	85,0000	1.020,00

Fornecedor: 6736 - RENOVADORA DE PNEUS MARAVILHA LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
2	RECAPAGEM PNEU 12.5/80 X 18 BORRACHUDO	SV	RUBBERNEVA	6,000	588,0000	3.528,00
9	RECAPAGEM PNEU 18.4 X 30 (AGRICOLA) BORRACHUDO	SV	RUBBERNEVA	6,000	990,0000	5.940,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO

Página: 2/6
 Processo Nº.: 72/2017
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 46/2017

Fornecedor: 6736 - RENOVADORA DE PNEUS MARAVILHA LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
14	RECAPAGEM PNEU 750 X 16 BORRACHUDO	SV	TIPLER	12,000	160,0000	1.920,00

Fornecedor: 7865 - A.R. PNEUS LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
5	RECAPAGEM PNEU 23.1 X 30 (AGRICOLA)BORRACHUDO	SV	DREBOR	4,000	2.220,0000	8.880,00
19	VULCANIZAÇÃO 23.1 X 30	SV	DREBOR	6,000	230,0000	1.380,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital.

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO**

Página: 3/6
Processo Nº.: 72/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 46/2017

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES**5.1. Compete ao Órgão Gestor:**

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO

Página: 4/6
Processo Nº.: 72/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 46/2017

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprésteáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susgado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO

Página: 5/6
Processo Nº.: 72/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 46/2017

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Paraíso para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISOPágina: 6/6
Processo N°: 72/2017
PREGÃO PRESENCIAL N°. 46/2017

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Paraíso, 28 de Agosto de 2017.

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE
PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

A.R. PNEUS LTDA

CNPJ: 09.243.567/0001-63

COMERCIO DE PNEUS SCOPEL LTDA ME

CNPJ: 82.425.356/0001-31

MECÂNICA FRONTEIRA LTDA - ME

CNPJ: 85.256.287/0001-78

RENOVADORA DE PNEUS MARAVILHA LTDA

CNPJ: 83.230.888/0001-86

Passo de Torres

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2017/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PASSO DE TORRES
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2017/FMS

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PASSO DE TORRES, o Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, Torna Público a realização de licitação no dia 13/09/2017 às 09h00min, com entrega dos envelopes até às 08:45 horas da mesma data, no Setor de Licitações, na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, objetivando a "AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS/MATERIAIS PERMANENTES PARA A UNIDADE DE SAÚDE BELLATORRES DO MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES/SC, CONFORME PROPOSTA DE AQUISIÇÃO Nº. 11634.881000/1160-01 - MINISTÉRIO DA SAÚDE.". O Edital com seus anexos deverão ser obtidos no Setor de Licitações, sito à AV. BEIRA RIO, Nº 20, CENTRO, PASSO DE TORRES – SC, no horário das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h30min, de segunda a sexta-feira ou via e-mail: licitacao@prefeitura-passo.sc.gov.br. Informações pelo Fone: (48) 3548-0035. Passo de Torres – SC, 28 de Agosto de 2017.

JONAS GOMES DE SOUZA
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2017/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PASSO DE TORRES
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2017/FMS

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PASSO DE TORRES, o Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, Torna Público a realização de licitação no dia 13/09/2017 às 15h00min, com entrega dos envelopes até às 14:45 horas da mesma data, no Setor de Licitações, na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, objetivando a "AQUISIÇÃO DE VEÍCULO 0 KM PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PASSO DE TORRES/SC, CONFORME PROPOSTA DE AQUISIÇÃO Nº. 11634.881000/1160-01 - MINISTÉRIO DA SAÚDE.". O Edital com seus anexos deverão ser obtidos no Setor de Licitações, sito à AV. BEIRA RIO, Nº 20, CENTRO, PASSO DE TORRES – SC, no horário das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h30min, de segunda a sexta-feira ou via e-mail: licitacao@prefeitura-passo.sc.gov.br. Informações pelo Fone: (48) 3548-0035. Passo de Torres – SC, 28 de Agosto de 2017.

JONAS GOMES DE SOUZA
Prefeito Municipal

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO – DL 107/2017

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO – DL 107/2017

OBJETO: LOCAÇÃO DE ÁREA RURAL COM 500m², SEM BENFEITÓRIAS, SITUADO EM CURRALINHOS, NESTE MUNICÍPIO, PARA SERVIR COMO DEPÓSITO DE GALHOS E ENTULHOS PROVENIENTES DE PODAS E SUPRESSÕES REALIZADAS NO MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES/SC. Conforme Autorização Ambiental - Au nº 13/2017.

CREDOR: JOELSON SILVEIRA PORTO, inscrito no CPF sob o nº 868.352.389-68, Residente e Domiciliado na Rua Estrada Geral, Bairro São Francisco, Passo de Torres/SC.

VALOR GLOBAL: R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 2.048.3390.00 - 100 - 149/2017 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS

BASE LEGAL: Inciso X, do Art. 24, da Lei nº. 8.666/93, de 08.06.94 e alterações posteriores.

JUSTIFICATIVA: POR SER UMA ÁREA RURAL DISPONÍVEL COM ESPAÇO FÍSICO O SUFICIENTE PARA DEPÓSITO DE MATERIAIS ORIUNDOS DE PODAS DE GALHOS E TRONCOS QUE OCORREM NO MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES/SC, COM CONDIÇÕES DE VIABILIDADE AMBIENTAL ATESTADAS PELA AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL Nº 13/2017. O CREDOR: JOELSON SILVEIRA PORTO, CPF SOB O Nº 868.352.389-68, APRESENTOU AS CERTIDÕES NEGATIVAS EM DIA, CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR DO IMÓVEL ÁREA RURAL E ACEITOU TODAS AS CLÁUSULAS DA MINUTA CONTRATUAL.

Passo de Torres/SC, 28 de Agosto de 2017.
CAIO ROBERIO BARPP DA SILVA
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

JANAINA SILVEIRA SCHEFFER
SECRETÁRIA

GRAZIELA DA SILVA MONTEIRO
MEMBRO

Passos Maia

PREFEITURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO 0033/2017

CONTRATO n. 0033/2017

PROCESSO LICITATORIO n. 0063/2017

DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 0014/2017

Contratante: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA/SC

Contratada: SERVIÇO DE APOIO A MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE SANTA CATARINA - SEBRAE

Objeto: Constitui-se objeto deste instrumento a execução de HORAS DE CONSULTORIA DESTINADAS ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO MUNICÍPIO pelo CONTRATADO ao CONTRATANTE, conforme características, objetivos e metodologia discutidos e aprovados de comum acordo entre as partes.

Valor: Para os itens que a CONTRATADA sagrou-se vencedora no processo licitatório acima identificado, a CONTRATANTE pagará a R\$ 6.000,00 (seis mil reais)

Vigência: O presente contrato vigorará a partir de sua assinatura vigorando até 31 de dezembro de 2017

Passos Maia, SC, 25 de Agosto de 2017.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

EDSON SALVADEGO

Secretário Executivo

PORTARIA Nº 237, DE 28 DE AGOSTO DE 2017.

PORTARIA Nº 237, de 28 de agosto de 2017.

“CONCEDE ADICIONAL DE REPRESENTAÇÃO À SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 48, par. 1, da Lei Complementar n. 018, de 03 de agosto de 2005,

Considerando que o servidor está desempenhando atividades de maior grau de complexidade desde o dia 1º de agosto de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER ao servidor ANTÔNIO CAMAROTTO, ocupante do cargo de Assessor de Secretaria, matrícula nº 10.617, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal da Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano, Adicional de Representação de 100% (cem por cento) sobre o vencimento básico do seu cargo, nos termos do art. 48, par. 1, da Lei Complementar n. 018, de 03 de agosto de 2005, a partir da competência de agosto de 2017.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário, em especial o art. 2º da Portaria nº 113, de 31 de março de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 1º de agosto de 2017.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 28 de agosto de 2017.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO

Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.

PORTARIA Nº 239, DE 28 DE AGOSTO DE 2017.

PORTARIA Nº 239, de 28 de agosto de 2017.

“CONCEDE GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO TRANSITÓRIA À SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, e,

DECRETO Nº 081/2017, DE 28 DE AGOSTO DE 2017.

DECRETO Nº 081/2017, de 28 de agosto de 2017.

“ALTERA O DISPOSTO NO ART. 1º, DO DECRETO Nº 079, DE 23 DE AGOSTO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, Considerando que o Decreto 079, de 23 de agosto de 2017 deverá produzir efeitos a partir do dia 1º de setembro de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º Fica alterado o disposto no art. 1º do Decreto nº 079, de 23 de agosto de 2017, passando a vigorar a partir de 28 de agosto de 2017 com o seguinte teor:

“... ”

Art. 1º Fica reajustado para R\$ 2.298,80 (dois mil e duzentos e noventa e oito reais e oitenta centavos) o valor do vencimento inicial da carreira dos professores da rede municipal de ensino, com efeitos a partir do dia 1º de setembro de 2017.

“... ”

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 28 de agosto de 2017.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

Certifico que o presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

Considerando, o disposto nos artigos 10 e 11 da Lei Complementar nº 005 de 31 de outubro de 1999, que autoriza a concessão de Função Gratificada para melhor aproveitamento da capacidade técnica e profissional de servidor efetivo, desde que verificada a conveniência para administração pública;

Considerando, que por razões financeiras e orçamentárias é inviável neste momento a contratação de profissional para exercer com exclusividade as funções de Controlador Geral do Município;

Considerando, a importância e complexidade do Controle Interno, atividade que exige especial atenção e elevado conhecimento técnico, e, por fim,

Considerando que o servidor Flávio Roberto Rossi, além das funções inerentes ao seu cargo de contador, também desempenha atualmente as funções de chefe e coordenador da Controladoria Geral do Município;

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER gratificação de função transitória de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o vencimento básico de seu cargo, sem direito à incorporação, ao servidor FLÁVIO ROBERTO ROSSI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Contador, Grupo Ocupacional Profissional, símbolo PF-6, Matrícula nº 9685, lotado na Secretaria Municipal da Administração, Fazenda e Planejamento, a partir do dia 1º de agosto de 2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 1º de agosto de 2017.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 28 de agosto de 2017.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO

Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.

PORTARIA Nº 238, DE 28 DE AGOSTO DE 2017.

PORTARIA Nº 238, de 28 de agosto de 2017.

"NOMEIA SERVIDOR EM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR o Senhor ENIO JOSÉ GIRARDI, para ocupar o Cargo de Provimento em Comissão de Diretor do Desenvolvimento Urbano, Código DDU-24, lotando-o na Secretaria Municipal da Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano, a partir do dia 1º de setembro de 2017.

Parágrafo Único - Para o exercício do cargo público o servidor ora nomeado fará jus à remuneração fixada no Anexo I, da Lei Complementar nº 018, de 03 de agosto de 2005.

Art. 2º A presente Portaria terá vigência da data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 28 de agosto de 2017.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO

Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.

RECURSO BOLSA FAMILIA

MUNICIPIO DE PASSOS MAIA –SC

RECURSO BOLSA FAMILIA

Valor: R\$ 1.450,51

Data:22/08/2017

Passos Maia, SC, 28 de agosto de 2017.

Leomar Roberto Listoni

Prefeito Municipal

RECURSO COFINANCIAMENTO ATENÇÃO BASICA

MUNICIPIO DE PASSOS MAIA –SC

RECURSO COFINANCIAMENTO ATENÇÃO BASICA

Valor: R\$ 2.000,00

Data:25/08/2017

Passos Maia, SC, 28 de agosto de 2017.

Leomar Roberto Listoni

Prefeito Municipal

RECURSO COFINANCIAMENTO FARMACIA BASICA

MUNICIPIO DE PASSOS MAIA –SC

RECURSO COFINANCIAMENTO FARMACIA BASICA

Valor: R\$ 2.467,29

Data:17/08/2017

Passos Maia, SC, 28 de agosto de 2017.

Leomar Roberto Listoni

Prefeito Municipal

RECURSO FARMACIA BASICA

MUNICIPIO DE PASSOS MAIA –SC

RECURSO FARMACIA BASICA

Valor: R\$ 1.935,88

Data:23/08/2017

Passos Maia, SC, 28 de agosto de 2017.

Leomar Roberto Listoni

Prefeito Municipal

RECURSO INCENTIVO ESTADUAL Á ATENÇÃO BASICA

MUNICIPIO DE PASSOS MAIA –SC

RECURSO INCENTIVO ESTADUAL Á ATENÇÃO BASICA

Valor: R\$ 4.950,00

Data:25/08/2017

Passos Maia, SC, 28 de agosto de 2017.

Leomar Roberto Listoni

Prefeito Municipal

RECURSO PROCIS

MUNICIPIO DE PASSOS MAIA –SC

RECURSO PROCIS

Valor: R\$ 5.000,00

Data:25/08/2017

Passos Maia, SC, 28 de agosto de 2017.

Leomar Roberto Listoni

Prefeito Municipal

RECURSO UNIDADE ODONTOMOVEL

MUNICIPIO DE PASSOS MAIA –SC

RECURSO UNIDADE ODONTOMOVEL

Valor: R\$ 4.680,00

Data:21/08/2017

Passos Maia, SC, 28 de agosto de 2017.

Leomar Roberto Listoni

Prefeito Municipal

Paulo Lopes

PREFEITURA

EXTRATO DE ATA 18/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 18/2017

Ata nº 18/2017
Processo nº 49/2017
Pregão Eletrônico nº 13/2017

Objeto: O presente pregão eletrônico tem como objeto o registro de preços para aquisição de medicamentos de farmácia básica, pronto atendimento e de uso contínuo, controlado e de demandas judiciais, estimados para o período de 12 (doze) meses, conforme descrições e especificações constantes no anexo I (termo de referência).

Contratante: MUNICÍPIO DE PAULO LOPES;

Contratadas:
FORNECEDORES:

1. ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA
VALOR TOTAL: R\$ 279.625,32 (duzentos e setenta e nove mil, seiscentos e vinte e cinco reais, trinta e dois centavos).
2. DIMASTER COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
VALOR TOTAL: R\$ 49.094,00 (quarenta e nove mil, noventa e quatro reais)
3. MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA
VALOR TOTAL: R\$ 31.695,00 (trinta e um mil, seiscentos e noventa e cinco reais)
4. CENTERMEDI COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
VALOR TOTAL: R\$ 19.790,00 (dezenove mil, setecentos e noventa reais)
5. DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA
VALOR TOTAL: R\$ 157.584,30 (cento e cinquenta e sete mil, quinhentos e oitenta e quatro reais e trinta centavos)
6. CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA
VALOR TOTAL: R\$ 165.375,40 (cento e sessenta e cinco mil, trezentos e setenta e cinco reais e quarenta centavos)
7. COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA
VALOR TOTAL: R\$ 180.892,00 (cento e oitenta mil, oitocentos e noventa e dois reais)
8. CIAMED - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.
VALOR TOTAL: R\$ 102.618,50 (cento e dois mil, seiscentos e dezoito reais, cinquenta centavos)
9. MEDILAR IMP. DIST. PROD. MÉDICO HOSPITALARES LTDA
VALOR TOTAL: 123.121,25 (cento e vinte e três mil, cento e vinte e um reais, vinte e cinco centavos)
10. SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.
VALOR TOTAL: 15.719,47 (quinze mil, setecentos e dezenove reais, quarenta e sete centavos)
11. LA DALLA PORTA JÚNIOR
VALOR TOTAL: 1.000,00 (um mil reais)
12. INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA ME
VALOR TOTAL: 241.203,90 (duzentos e quarenta e um mil, duzentos e três reais, noventa centavos)
13. KFMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME
VALOR TOTAL: 2.522,94 (dois mil quinhentos e vinte e dois reais, noventa e quatro centavos)
14. PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA
VALOR TOTAL: 92.940,79 (noventa e dois mil, novecentos e quarenta reais, setenta e nove centavos)

15. CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES
VALOR TOTAL: 57.367,00 (cinquenta e sete mil, trezentos e sessenta e sete reais)

16. ILG COMERCIAL LTDA

VALOR TOTAL: 38.886,75 (trinta e oito mil, oitocentos e oitenta e seis reais, setenta e cinco centavos)

17. EXEMPLARMED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

VALOR TOTAL: 10.540,00 (dez mil, quinhentos e quarenta reais)

18. DROGAFONTE LTDA

VALOR TOTAL: 4.300,00 (quatro mil e trezentos reais)

19. WAM-MED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

VALOR TOTAL: 1.000,00 (um mil reais)

20. ASLI COMERCIAL EIRELI

VALOR TOTAL: 41.399,80 (quarenta e um mil, trezentos e noventa e nove reais, oitenta centavos)

Data da Assinatura Ata: 21/08/2017.

NADIR CARLOS RODRIGUES
Prefeito Municipal

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 23/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO Nº 49/2017

PE 13/2017

Tipo: menor preço POR ITEM

Objeto: O presente pregão eletrônico tem como objeto o registro de preços para aquisição de medicamentos de farmácia básica, pronto atendimento e de uso contínuo, controlado e de demandas judiciais, estimados para o período de 12 (doze) meses, conforme descrições e especificações constantes no anexo I (termo de referência).

FORNECEDORES:

1. ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA
VALOR TOTAL: R\$ 279.625,32 (duzentos e setenta e nove mil, seiscentos e vinte e cinco reais, trinta e dois centavos).
2. DIMASTER COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
VALOR TOTAL: R\$ 49.094,00 (quarenta e nove mil, noventa e quatro reais)
3. MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA
VALOR TOTAL: R\$ 31.695,00 (trinta e um mil, seiscentos e noventa e cinco reais)
4. CENTERMEDI COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
VALOR TOTAL: R\$ 19.790,00 (dezenove mil, setecentos e noventa reais)
5. DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA
VALOR TOTAL: R\$ 157.584,30 (cento e cinquenta e sete mil, quinhentos e oitenta e quatro reais e trinta centavos)
6. CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA
VALOR TOTAL: R\$ 165.375,40 (cento e sessenta e cinco mil, trezentos e setenta e cinco reais e quarenta centavos)
7. COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA
VALOR TOTAL: R\$ 180.892,00 (cento e oitenta mil, oitocentos e noventa e dois reais)
8. CIAMED - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.
VALOR TOTAL: R\$ 102.618,50 (cento e dois mil, seiscentos e

dezoito reais, cinquenta centavos)

9. MEDILAR IMP. DIST. PROD. MÉDICO HOSPITALARES LTDA

VALOR TOTAL: 123.121,25 (cento e vinte três mil, cento e vinte e um reais, vinte cinco centavos)

10. SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.

VALOR TOTAL: 15.719,47 (quinze mil, setecentos e dezenove reais, quarenta e sete centavos)

11. LA DALLA PORTA JÚNIOR

VALOR TOTAL: 1.000,00 (hum mil reais)

12. INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA ME

VALOR TOTAL: 241.203,90 (duzentos e quarenta e um mil, duzentos e três reais, noventa centavos)

13. KFMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME

VALOR TOTAL: 2.522,94 (dois mil quinhentos e vinte dois reais, noventa e quatro centavos)

14. PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

VALOR TOTAL: 92.940,79 (noventa e dois mil, novecentos e quarenta reais, setenta e nove centavos)

15. CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES

VALOR TOTAL: 57.367,00 (cinquenta e sete mil, trezentos e sessenta e sete reais)

16. ILG COMERCIAL LTDA

VALOR TOTAL: 38.886,75 (trinta e oito mil, oitocentos e oitenta e seis reais, setenta e cinco centavos)

17. EXEMPLARMED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

VALOR TOTAL: 10.540,00 (dez mil, quinhentos e quarenta reais)

18. DROGAFONTE LTDA

VALOR TOTAL: 4.300,00 (quatro mil e trezentos reais)

19. WAM-MED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

VALOR TOTAL: 1.000,00 (hum mil reais)

20. ASLI COMERCIAL EIRELI

VALOR TOTAL: 41.399,80 (quarenta e hum mil, trezentos e noventa e nove reais, oitenta centavos)

Data de homologação: 21/08/2017

NADIR CARLOS RODRIGUES

Prefeito Municipal

Penha

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 45/2017-PMP

MUNICÍPIO DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 45/2017-PMP

Objeto: O presente Edital tem por objeto o Registro de Preços para contratação de empresa especializada para futura prestação de serviços técnicos em agrimensura e topografia, com fornecimento de materiais/equipamentos, para atender necessidades da Secretaria de Serviços Urbanos do Município de Penha/SC, conforme solicitação nº 640/2017, anexa ao Processo, tudo de acordo com as condições estabelecidas no edital e Termo de Referência, parte integrante do processo.

Entrega dos Envelopes: 12/09/2017 até as 17h00 no Departamento de Compras, Licitações e Contratos da Secretaria de Administração, situado a Avenida Nereu Ramos, 190, Centro, Penha/SC.

Abertura do Processo: 13/09/2017 às 9 horas no Paço da Prefeitura Municipal de Penha, situada na Avenida Nereu Ramos, nº. 190, Centro, Penha/SC.

Coordenação do Processo: Pregoeiro Leandro de Lima Borba.

O inteiro teor deste Edital e de seus anexos encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Penha, e no site www.penha.sc.gov.br. Demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Administração, à Av. Nereu Ramos, 08, Centro – Penha/SC, ou através do fone (47) 3345-0200 Ramal 215. Horário de atendimento: das 08 as 12h e das 13:30 as 17:30h.

Penha/SC, 28 de agosto de 2017.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA

Prefeito Municipal

Peritiba

PREFEITURA

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO 04/2017 - PL 09-2017 - PP 03-2017 - FMS

Página: 1/2

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PERITIBA - PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº
REGISTRO Nº 4/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 3/2017
PROCESSO Nº 9/2017
Data de Abertura: 22/08/2017
Data de Julgamento: 22/08/2017
Objeto: O REGISTRO DE PREÇO para aquisição de materiais hospitalares e enfermagem do Fundo Municipal de Saúde de Peritiba no decorrer do ano de 2017.

Item	Especificação do Material	Unid.	Marca	Consumo	Preço Máximo	Dif. %	Valor Cotado / (Código do Participante)	Menor Preço	CLASSIFICAÇÃO		
									1º	2º	3º
1	Anestésico - cloridrato de lidocaína 2% (20mg/9).	UN			2,46	0,00 %	<u>2,46</u> (7249)	0,00 7249	---	---	---
2	Saco Hospitalar - para acondicionamento de resíduos sólidos	PCT			79,90	0,00 %	<u>79,90</u> (7249)	0,00 7249	---	---	---
3	Saco Hospitalar - para acondicionamento de resíduos sólidos	PCT			30,52	0,00 %	<u>30,52</u> (7249)	0,00 7249	---	---	---
4	Scalp nº 23 - dispositivo de acesso venoso periférico	UN			2,36	0,00 %	<u>2,36</u> (7249)	0,00 7249	---	---	---
5	Scalp nº 25 - dispositivo de acesso venoso periférico	UN			2,36	0,00 %	<u>2,36</u> (7249)	0,00 7249	---	---	---
6	Tubo coletor - para coleta de sangue a vácuo	UN			0,61	0,00 %	<u>0,61</u> (7249)	0,00 7249	---	---	---
7	Agulha 25 X 7 - composta de cânula com bisel trifacetado	CX			23,84	0,00 %	<u>23,84</u> (7249)	0,00 7249	---	---	---
9	Termômetro - digital com visor em LCD, aparência simples	UN			98,90	0,00 %	<u>98,90</u> (7249)	0,00 7249	---	---	---
11	Caixa Térmica - confeccionada em polietileno/polietileno	UN			173,60	0,00 %	<u>173,60</u> (7249)	0,00 7249	---	---	---
12	Campo cirúrgico fenestrado - tamanho 50 cm x 50 cm, com fene	UN			17,36	0,00 %	<u>17,36</u> (7249)	0,00 7249	---	---	---
13	Campo cirúrgico fenestrado - tamanho 50 cm x 50 cm	UN			17,36	0,00 %	<u>17,36</u> (7249)	0,00 7249	---	---	---
16	Máscara de venturi para O2 - composto por máscara facial adu	UN			45,90	0,00 %	<u>45,90</u> (7249)	0,00 7249	---	---	---

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PERITIBA - PREFEITURA

Página: 2/2

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº

REGISTRO Nº 4/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 3/2017

PROCESSO Nº 9/2017

Data de Abertura: 22/08/2017

Data de Julgamento: 22/08/2017

Objeto: O REGISTRO DE PREÇO para aquisição de materiais hospitalares e enfermagem do Fundo Municipal de Saúde de Peritiba no decorrer do ano de 2017.

Item	Especificação do Material	Unid.	Marca	Consumo	Preço Máximo	Dif. %	Valor Cotado / (Código do Participante)	Menor Preço	CLASSIFICAÇÃO		
									1º	2º	3º
17	Máscara de venturi para O2 - composto por máscara facial inf	UN			45,90	0,00 %	<u>45,90</u> (7249)	0,00 7249	---	---	---
18	Cateter intravenoso periférico com dispositivo de segurança.	UN			6,95	0,00 %	<u>6,95</u> (7249)	0,00 7249	---	---	---
19	Cateter intravenoso periférico com dispositivo de segurança	UN			6,95	0,00 %	<u>6,95</u> (7249)	0,00 7249	---	---	---
20	Cateter intravenoso periférico com dispositivo de segurança	UN			4,85	0,00 %	<u>4,85</u> (7249)	0,00 7249	---	---	---
21	Cateter intravenoso periférico com dispositivo de segurança.	UN			4,85	0,00 %	<u>4,85</u> (7249)	0,00 7249	---	---	---
22	Luva plástica descartável para procedimento em polietileno	PCT			19,90	0,00 %	<u>19,90</u> (7249)	0,00 7249	---	---	---
24	Caixa térmica - de isopor com 100% poliestireno expandido.	UN			26,82	0,00 %	<u>26,82</u> (7249)	0,00 7249	---	---	---
25	Prancha de Imobilização para Adulto, confeccionada em póle	UN			495,00	0,00 %	<u>495,00</u> (7249)	0,00 7249	---	---	---
26	Imobilizador de cabeça impermeável: tamanho adulto,	UN			193,33	0,00 %	<u>193,33</u> (7249)	0,00 7249	---	---	---
27	Travesseiro Hospitalar - confeccionado em espuma	UN			56,42	0,00 %	<u>56,42</u> (7249)	0,00 7249	---	---	---

Página: 1/1

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)**REGISTRO DE PREÇOS N° 4/2017****PROCESSO N° 9/2017**

(7249) - METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA

Peritiba, 24 de Agosto de 2017.

CÂMARA MUNICIPAL**RESOLUÇÃO Nº 5-2017****AUTORIZA LICENÇAS PARTICULARES**

O Presidente da Câmara Municipal de Peritiba, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 85 de Lei Orgânica Municipal, faz saber que o Plenário aprovou e fica promulgada a seguinte,
Resolução Nº 5-2017

Art. 1º Fica autorizada licença particular a vereadora Cristiane Salete Hoffmann da Costa, no período de 1º a 30 de setembro, conforme Requerimento nº 4-2017 aprovado em 28 de agosto de 2017.

Art. 2º Fica autorizada licença particular a vereadora Ivete Francisca Finger, no período de 1º a 30 de setembro, conforme Requerimento nº 5-2017 aprovado em 28 de agosto de 2017.

Art. 3º Fica autorizada licença particular ao vereador Lauri João Maltauro, no período de 1º a 30 de setembro, conforme Requerimento nº 6-2017 aprovado em 28 de agosto de 2017.

Art. 4º Fica autorizada licença particular ao vereador Gilberto Maciel, no período de 1º a 30 de setembro, conforme Requerimento nº 7-2017 aprovado em 28 de agosto de 2017.

Art. 5º Convoquem-se os suplentes imediatos.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Peritiba/SC, 29 de agosto de 2017.

Ozair Vieira de Brito

Presidente

Petrolândia

PREFEITURA

CONTRATO 02 2017 - SERRANA ENGENHARIA

MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA

FUNDO MUNICIPAL DE AGRICULTURA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 02/2017

Contrato Emergencial que entre si celebram o Município de Petrolândia, através de seu Fundo Municipal de Agricultura e a SERRANA ENGENHARIA LTDA, inscrita no CNPJ: 83.073.536/0001-64. Objeto: CONTRATO EMERGENCIAL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSBORDO, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES DO MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA/SC. Data: 11/08/2017. Valor dos Serviços: R\$ 16.669,19. Petrolândia, 29 de agosto 2017. Joel Longen – Prefeito Municipal.

CONTRATO 28 2017 - BETHA SISTEMAS

MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 33/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2017

EXTRATO DO CONTRATO Nº 28/2017

Contrato que entre si celebram o Município de Petrolândia, através de sua Prefeitura Municipal e a Empresa BETHA SISTEMAS LTDA, inscrita no CNPJ: 00.456.865/0001-67. Objeto: FORNECIMENTO DE SOLUÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO PARA GESTÃO PÚBLICA, COMPREENDENDO LICENÇAS DE USO DE SOFTWARES TEMPORÁRIAS E NÃO EXCLUSIVAS, A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PLANEJAMENTO, INSTALAÇÃO, IMPLANTAÇÃO E CUSTOMIZAÇÃO DO SISTEMA, MIGRAÇÃO DE DADOS ORIUNDOS DE SISTEMAS LEGADOS, TREINAMENTO, SUPORTE TÉCNICO, MANUTENÇÃO CORRETIVA E EVOLUTIVA DO SISTEMA. Data: 25/08/2017. Valor: R\$ 190.469,00. Petrolândia, 29 de agosto de 2017. Joel Longen – Prefeito Municipal.

Pinheiro Preto

PREFEITURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO 313/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS 313/2017

Termo de Contrato de AQUISIÇÃO DE CARRINHOS E CADEIRAS celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa MMD COMERCIO DE COLCHÕES LTDA - ME autorizado através do Processo n.252/2017, Licitação n. 163/2017 modalidade DISPENSA DE LICITAÇÃO.

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69

Endereço: (sede): Avenida Mal. Costa e Silva, 111

Centro, Pinheiro Preto - SC.

Representada por: PEDRO RABUSKE

CONTRATADA:

Empresa: MMD COMERCIO DE COLCHÕES LTDA – ME

CNPJ-MF n.º.20.817.983/0001-60

Endereço: Rua XV de Novembro, nº 714, Bairro Centro

VIDEIRA – SC – CEP: 89560-000

Em conformidade com o processo de licitação na modalidade Dispensa de Licitação nº 163/2017 datado de 23/08/2017, na forma e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO

0.1 O presente contrato tem como objeto, a aquisição de colchões infantis de berços, para serem utilizados na Creche Municipal Crescer Feliz, a pedido da Secretaria de Educação.

Item	Material/Serviço	Quantidade	Valor unitário	Valor total
1	COLCHÃO DE BERÇO 0,60X1,30X0,10	25	R\$ 99,00	R\$ 2.475,00

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PAGAMENTO

2.1 Os recursos para pagamento do objeto do presente Edital estarão garantidos através das classificações orçamentárias:

Unidade Gestora:2 - Município de Pinheiro Preto

Órgão Orçamentário:2000 - PODER EXECUTIVO

Unidade Orçamentária:2003 - SECRET. DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES

Função:12 - Educação

Subfunção:365 - Educação Infantil

Programa:12 - Desenvolvimento Educacional

Ação:2.35 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Despesa 129

3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

Fonte de recurso:101 - Recursos de Imposto e Transferências de Impostos Educação

2.2 O pagamento do preço será efetuado por meio de depósito na conta bancária da contratada, até o 5º (quinto) dia do recebimento definitivo, através de Ordem Bancária, mediante apresentação da nota fiscal, devidamente atestada pelo setor competente.

2.3. Para execução do pagamento de que trata a presente Cláusula, a CONTRATADA deverá fazer constar como beneficiário/cliente a ser indicado, da Nota Fiscal/Fatura correspondente, emitida sem rasuras, e ainda o número da Nota de Empenho, os números do Banco, da Agência e da conta corrente da CONTRATADA e a descrição clara e sucinta do objeto.

2.4. Ao CONTRATANTE fica reservado o direito de não efetuar o pagamento se, no momento da aceitação, os serviços prestados, não estiverem em perfeitas condições e em conformidade com as especificações estipuladas.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO e VIGÊNCIA

3.1 A forma de execução do presente Contrato será indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário, conforme disposto na Lei nº 8.666/93.

3.2 O contrato terá início na data da sua assinatura e término em com a entrega total dos produtos e efetuação dos serviços.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

4.1 Constituem obrigações do CONTRATANTE, sem prejuízo das disposições específicas estabelecidas no Edital:

4.1.1. Cumprir e fazer cumprir o disposto neste Contrato;

4.1.2. Relacionar-se com a CONTRATADA exclusivamente por meio de pessoa por ela indicada;

4.1.3. Assegurar o livre acesso dos empregados da CONTRATADA, quando devidamente identificados e uniformizados, aos locais em que devam executar suas tarefas;

4.1.4. Efetuar com pontualidade os pagamentos à CONTRATADA, após o cumprimento das formalidades legais;

4.1.5. Fornecer à CONTRATADA, todos os esclarecimentos necessários para execução dos serviços e demais informações que estes venham a solicitar para o desempenho dos serviços ora contratados.

4.2. O CONTRATANTE reserva para si o direito de aplicar sanções ou rescindir o contrato no caso de inobservância pela CONTRATADA de quaisquer das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato.

4.3. O CONTRATANTE efetuará a fiscalização e o acompanhamento da execução dos serviços por meio do Gestor/Fiscal do Contrato, devendo este fazer anotações e registros de todas as ocorrências e determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

4.4. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer ônus, direitos e obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária e decorrentes da execução do presente Contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberá, exclusivamente à Contratada.

4.5. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 A CONTRATADA assume como exclusivamente seus os riscos e as despesas necessárias à boa e perfeita prestação do serviço, conforme solicitado. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda quaisquer prejuízos que sejam causados a Contratante ou a terceiros.

5.2 A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os vícios, defeitos e incorreções resultantes da execução do objeto.

CLÁUSULA SEXTA - VINCULAÇÃO DO CONTRATO

6.1 O presente contrato fica vinculado à Licitação nº 163/2017 – modalidade dispensa de licitação, obrigando-se à CONTRATADA em manter a vigência do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas por lei.

CLÁUSULA SÉTIMA - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente contrato rege-se pelas disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei nº 10.520/2002 e Decreto Municipal nº 2.785/07, e demais normas e Princípios de Direito Administrativo aplicáveis.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO DO CONTRATO

9.1 A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão.

9.2 Constituem motivos para rescisão do contrato as hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

9.3 A rescisão do contrato poderá ser:

9.3.1 Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93

9.3.2 Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

9.3.3 Judicial, nos termos da legislação aplicável.

CLÁUSULA NONA - PENALIDADES

10.1 Pela inexecução total ou parcial do contrato, o CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

10.1.1 Advertência;

10.1.2 Multa de 10% (dez por cento) sobre valor total do contrato;

10.1.3 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo até 2 (dois) anos;

10.1.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação.

10.2 As sanções previstas nos itens 11.1.3 e 11.1.4 poderão, ainda, ser aplicadas caso a CONTRATADA:

10.2.1 Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

10.2.2 Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

CLÁUSULA DÉCIMA – DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1 A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessário na prestação de serviço, até o limite de 25 % (vinte e cinco por cento).

11.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual controvérsia oriunda do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto - SC, 23 de agosto de 2017

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CONTRATADA

MMD COMERCIO DE COLCHÕES LTDA – ME

TESTEMUNHAS:

1)

Nome:

CPF:

2)

Nome:

CPF:

LEI 1960

LEI Nº 1.960, DE 28 DE AGOSTO DE 2017.

ALTERA A LEI Nº 1.931, DE 01 DE MARÇO DE 2017.

PEDRO RABUSKE, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município: Faço saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º O parágrafo único do art. 3º da Lei nº 1.931, de 01 de março de 2017, passa a ter a seguinte redação:

Art. 3º

Parágrafo único. No caso de o acadêmico frequentar faculdade em Município que não esteja contemplado com o transporte gratuito oferecido pelo Município, bem como não se concilie com a situação prevista no caput deste artigo, terá também direito à ajuda de custo no valor de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) mensais, ano letivo 2017, permitida a fração de mês.

Art. 2º As despesas decorrentes da presente lei correrão à conta de dotação orçamentária prevista no atual orçamento.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 15 de agosto de 2017.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 28 de agosto de 2017.

PEDRO RABUSKE

Prefeito Municipal

LEI 1961

LEI Nº 1.961, DE 28 DE AGOSTO DE 2017.

PARCELA DÉBITOS DE NATUREZA NÃO TRIBUTÁRIA - PROGRAMAS HABITACIONAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO RABUSKE, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município: Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Poderão ser pagos ou parcelados, em até 48 (quarenta e oito) meses, nas condições desta Lei, os débitos municipais inscritos ou não em dívida ativa, de natureza não tributária, referente projetos e programas habitacionais e compra de lotes.

§ 1º O disposto neste artigo se aplica também às dívidas em fase de execução fiscal já ajuizada, sem, no entanto, extinguir o processo, devendo este ser suspenso pelo prazo concedido para pagamento.

§ 2º Para os fins do disposto no caput deste artigo, poderão ser pagas ou parceladas as dívidas vencidas de pessoas físicas ou jurídicas, consolidadas pelo sujeito passivo, com exigibilidade suspensa ou não, inscritas ou não em dívida ativa, consideradas isoladamente, ou que

tenham sido objeto de parcelamento anterior, não integralmente quitado, ainda que cancelado por falta de pagamento.

§ 3º Os débitos a que se refere esta lei poderão ser pagos ou parcelados da seguinte forma:

I – pagos à vista, com redução de 95% (noventa e cinco por cento) das multas de mora e de ofício e juros de mora;

II – parcelados em até 04 (quatro) prestações mensais, com redução de 80 % (oitenta por cento) das multas de mora e de ofício e juros de mora;

III - parcelados em até 08 (oito) prestações mensais, com redução de 70 % (setenta por cento) das multas de mora e de ofício e juros de mora;

IV - parcelados em até 12 (doze) prestações mensais, com redução de 60 % (sessenta por cento) das multas de mora e de ofício e juros de mora;

V – parcelados em até 18 (dezoito) prestações mensais, com redução de 50% (cinquenta por cento) das multas de mora e de ofício e juros de mora.

VI – parcelados em até 24 (vinte e quatro) prestações mensais, com redução de 40% (quarenta por cento) das multas de mora e de ofício e juros de mora;

VII – parcelados em até 36 (trinta e seis) prestações mensais, com redução de 30% (trinta por cento) das multas de mora e de ofício e juros de mora;

VIII – parcelados em até 48 (quarenta e oito) prestações mensais, com redução de 20% (vinte por cento) das multas de mora e de ofício e juros de mora.

§ 4º A dívida objeto do parcelamento será consolidada na data do requerimento e será dividida pelo número de prestações que forem indicadas pelo sujeito passivo, nos termos dos §§ 2º e 3º deste artigo, não podendo cada prestação mensal ser inferior a:

I – R\$ 60,00 (sessenta reais), no caso de pessoa física; e

II – R\$ 140,00 (cento e quarenta reais), no caso de pessoa jurídica.

§ 5º A manutenção em aberto de 3 (três) parcelas, consecutivas ou não, ou de uma parcela, estando pagas todas as demais, implicará a imediata rescisão do parcelamento, com retorno do débito originário (principal, juros e multa), perdendo o sujeito passivo da obrigação tributária o direito aos descontos de que trata o § 3º do art. 1º da presente lei.

§ 6º As parcelas pagas com até 30 (trinta) dias de atraso não configurarão inadimplência para os fins previstos no § 5º deste artigo.

§ 7º Na hipótese de rescisão do parcelamento com o cancelamento dos benefícios concedidos:

I – será efetuada a apuração do valor original do débito confessado, com a incidência dos acréscimos legais, até a data da rescisão;

II – serão deduzidas do valor referido no inciso I deste parágrafo as parcelas pagas.

§ 8º É condição para o deferimento do parcelamento o pagamento da primeira parcela no ato da assinatura do termo.

Art. 2º A opção pelo parcelamento de que trata esta Lei importa confissão irrevogável e irretratável dos débitos em nome do sujeito passivo na condição de contribuinte ou responsável e por ele indicados para compor referidos parcelamentos, configura confissão extrajudicial e condiciona o sujeito passivo à aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas nesta Lei.

Art. 3º Os débitos que estão sendo objetos de cobrança judicial e que vierem a ser incluídos no parcelamento, terão os processos suspensos pelo prazo concedido para o pagamento, mantidas as garantias e penhoras.

Art. 4º A opção pelo pagamento à vista ou pelos parcelamentos de débitos de que trata esta Lei deverá ser efetivada até o 120º (centésimo vigésimo) dia da entrada em vigor da presente Lei.

Art. 5º Os parcelamentos requeridos na forma e condições de que trata essa Lei não dependem de apresentação de garantia ou de arrolamento de bens.

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 28 de agosto de 2017.

PEDRO RABUSKE

Prefeito Municipal

LEI 1962

LEI Nº 1.962, DE 28 DE AGOSTO DE 2017.

AUTORIZA O MUNICÍPIO A EFETUAR DESPESA QUE ESPECIFICA.

PEDRO RABUSKE, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica: Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Município de Pinheiro Preto autorizado, através do Chefe do Poder Executivo, a realizar gastos com almoço a ser servido aos idosos no evento cultural alusivo ao “Dia Nacional do Idoso”, a realizar-se no dia 27 de setembro de 2017, na Sociedade SER 1º de Julho.

Parágrafo único. Os gastos previstos neste artigo ficam limitados em R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais).

Art. 2º As despesas decorrentes da presente lei correrão à conta de dotação prevista na lei de orçamento em vigor.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 28 de agosto de 2017.

PEDRO RABUSKE

PREFEITO MUNICIPAL

Piratuba

PREFEITURA

ADENDO 02 AO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 064/2017

REFEITURA MUNICIPAL DE PIRATUBA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

ADENDO 02 AO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 064/2017

O Município de Piratuba, SC, através do Supervisor de Compras, leva ao conhecimento dos interessados que o edital de licitação em referência, cujo objeto é Registro de Preço para contratação de empresas para possível fornecimento de material de informática destinados as unidades administrativa do Município, sofreu alteração nos Itens 25 e 26 do Anexo "E" do Edital: Onde se lê "entrada 115/127V", Leia-se "entrada 115/220V".

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.piratuba.sc.gov.br, link "Licitações". Informações complementares poderão ser obtidas no Departamento de Compras deste Município, situado na Rua Governador Jorge Lacerda, 272, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3553-0288.

Piratuba, SC, 28 de agosto de 2017.

Carlos Alberto Maltauro

Supervisor de Compras

ADENDO 02 AO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 066/2017

REFEITURA MUNICIPAL DE PIRATUBA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

ADENDO 02 AO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 066/2017

O Município de Piratuba, SC, através do Supervisor de Compras, leva ao conhecimento dos interessados que o edital de licitação em referência, cujo objeto é Registro de Preço para contratação de empresa para fornecimentos de material impressos destinados as unidades administrativas do Município, sofreu alteração no Item 01 do Anexo "E" do Edital: Onde se lê "papel Votorantin", Leia-se "papel autocopiativo".

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.piratuba.sc.gov.br, link "Licitações". Informações complementares poderão ser obtidas no Departamento de Compras deste Município, situado na Rua Governador Jorge Lacerda, 272, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3553-0288.

Piratuba, SC, 28 de agosto de 2017.

Carlos Alberto Maltauro

Supervisor de Compras

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 015/2017

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PIRATUBA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 015/2017

Objeto: Registro de Preços para possível aquisição de passagens, através de serviço de transporte coletivo regular intermunicipal de passageiros, para atender a necessidade de pacientes que necessitam de tratamento médico-hospitalar fora do Município de Piratuba, conforme especificações no Edital.

Tipo: Menor Preço Por Item.

Recebimento das propostas: até as 08h15 do dia 12/09/2017.

Abertura: às 08h30 do dia 12/09/2017.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home Page www.piratuba.sc.gov.br, link "Licitações". Informações complementares poderão ser obtidas no Departamento de Compras deste Município, situado na Rua Governador Jorge Lacerda, 272, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3553-0288.

Piratuba, SC, 22 de agosto de 2017.

Carlos Alberto Maltauro

Supervisor de Compras

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 068/2017

MUNICÍPIO DE PIRATUBA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 068/2017

Objeto: Aquisição de veículos novos, 0 km, destinados a diversas Secretarias, conforme demais especificações no Edital.

Tipo: Menor Preço Por Item.

Recebimento das propostas: até as 08h15 do dia 13/09/2017.

Abertura: às 08h30 do dia 13/09/2017.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.piratuba.sc.gov.br, link "Licitações". Informações complementares poderão ser obtidas no Departamento de Compras deste Município, situado na Rua Governador Jorge Lacerda, 272, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3553-0288.

Piratuba, SC, 23 de agosto de 2017.

Carlos Alberto Maltauro

Supervisor de Compras

Pomerode

PREFEITURA

PORTARIA 22.067

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE
Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254
Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04
89107-000 - POMERODE - Santa Catarina

PORTARIA Nº 22.067

EXONERA A PEDIDO O SERVIDOR HANS BAHR.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ERCIO KRIEK, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei;

RESOLVE:

EXONERA A PEDIDO de acordo com a Lei Complementar nº 269 de 05 de dezembro de 2014 e decreto Municipal de nº 3.211/17, o servidor HANS BAHR, servidor efetivo, ocupante do cargo de Zelador de Escola-Nível I, Referência 001-A-200, com regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais na EBM DAMARIS FRAHM, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, a partir de 02 de maio de 2017.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 02 de maio de 2017.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 03 de maio de 2017.

NEUZI SCHOTTEN MARCOS ANDRÉ RADÜNZ
Educ. e Form. Empreendedora Controladoria Municipal

GENRADO RIEMER ÉRCIO KRIEK
Sec. Gestão Adm. e Fazendária Prefeito Municipal

PORTARIA 22.068

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE
Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254
Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04
89107-000 - POMERODE - Santa Catarina

PORTARIA Nº 22.068

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO MARCELO RODRIGUES DOS SANTOS DO CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS ESCOLAR- NÍVEL I.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ÉRCIO KRIEK, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei;

RESOLVE:

De acordo com a Lei de nº2819 de 17 de março de 2016, EXONERAR por término de contrato MARCELO RODRIGUES DOS SANTOS do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS ESCOLAR- NÍVEL I, no CEIM DOROTEA H. BORCHARDT, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, a partir de 02 de maio de 2017.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 02 de maio de 2017.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 02 de maio de 2017.

NEUZI SCHOTTEN Educ. e Form. Empreendedora	GENRADO RIEMER Sec. Gestão Adm. e Fazendária
MARCOS ANDRÉ RADÜNZ Controladoria Municipal	ÉRCIO KRIEK Prefeito Municipal

PORTARIA 22.069

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE
Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254
Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04
89107-000 - POMERODE - Santa Catarina

PORTARIA Nº 22.069

EXONERA A PEDIDO O SERVIDOR PAULO SERGIO MENDIETTA JOSE.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ERCIO KRIEK, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei;

RESOLVE:

EXONERA A PEDIDO de acordo com a Lei Complementar nº 269 de 05 de dezembro de 2014 e decreto Municipal de nº 3.211/17, o servidor PAULO SERGIO MENDIETTA JOSE, servidor efetivo (Concurso público 23/2015), ocupante do cargo de Atendente de Biblioteca-Nível I, Referência 005-A-202, com regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, na EEBM PROF. CURT BRANDES, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, a partir de 02 de maio de 2017.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 02 de maio de 2017.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 03 de maio de 2017.

NEUZI SCHOTTEN MARCOS ANDRÉ RADÜNZ
Educ. e Form. Empreendedora Controladoria Municipal

GENRADO RIEMER ÉRCIO KRIEK
Sec. Gestão Adm. e Fazendária Prefeito Municipal

PORTARIA 22.077

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE
CNPJ: 83.102.251/0001-04
Telefone: (47) 3387-7200
Rua 15 de Novembro, 525 – Centro
89107-000 - Pomerode - Santa Catarina

PORTARIA Nº 22.077

CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO RENITA HOFFMANN PARA O CARGO DE PROFESSOR DE DISCIPLINA ESPECÍFICA-NÍVEL I.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ÉRCIO KRIEK, no uso de suas

atribuições que lhe confere a Lei;

RESOLVE:

CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, de acordo com a Lei Ordinária nº 2819 de 17 de março de 2016, RENITA HOFFMANN, para exercer o cargo de Professor de Disciplina Específica- Nível I (Língua Alemã), Referência 001-A-500, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, vaga vinculada a servidora Susan Andressa Tribess (que encontra-se em licença maternidade), no EBM DR. AMADEU DA LUZ, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, a partir de 05 de maio de 2017.

A prorrogação da respectiva contratação, quando for necessária, será regida pelo parágrafo único do artigo 4º da Lei Ordinária nº 2819, de 17 de março de 2016.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 05 de maio de 2017.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 05 de maio 2017.

NEUZI SCHOTTEN Educ. e Form. Empreendedora	GENRADO RIEMER Sec. Gestão Adm. e Fazendária
MARCOS ANDRÉ RADÜNZ Controladoria Municipal	ÉRCIO KRIEK Prefeito Municipal

PORTARIA 22.150

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254 Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04 89107-000 - POMERODE - Santa Catarina

PORTARIA Nº 22.150

ALTERA LOTAÇÃO DO SERVIDOR MARCELO KREITLOW.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ÉRCIO KRIEK, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei;

RESOLVE:

ALTERAR local de atuação do servidor MARCELO KREITLOW, servidor efetivo, nomeado através da Portaria nº 19270/2015, para a função de Zelador, Referência 24, com regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, sendo 16 (dezesesseis) horas na EM Dr. Wunderwald, 16 (dezesesseis) horas no CEIM Profª Amália Gertrudes da Silva Anders e 08 (oito) horas no CEIM Profª Nora Krueger Dallmann, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, passando a partir de 01 de junho de 2017 a atuar 20 (vinte) horas semanais na EM Dr. Wunderwald e 20 (vinte) horas semanais na CEIM Profª Nora Krueger Dallmann.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 01/06/2017.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Pomerode, 01 de junho de 2017.

NEUZI SCHOTTEN MARCOS Educ. e Form. Empreendedora	ANDRÉ RADÜNZ Controladoria Municipal
GENRADO RIEMER Sec. Gestão Adm. e Fazendária	ÉRCIO KRIEK Prefeito Municipal

PORTARIA 22.178

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254 Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04 89107-000 - POMERODE - Santa Catarina

PORTARIA Nº 22.178

NOMEIA POR CONCURSO PÚBLICO (EDITAL 023/2015) EZEQUIELA ADALA DE AMORIM PARA O CARGO DE ATENDENTE DE BIBLIOTECA – NÍVEL I.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ÉRCIO KRIEK, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei;

RESOLVE:

De acordo com o Artigo nº 17, Lei Complementar nº 269 de 05 de dezembro de 2014, NOMEAR EZEQUIELA ADALA DE AMORIM, para o cargo de ATENDENTE DE BIBLIOTECA – NÍVEL I, referência 005-A-208 e carga horária semanal de 40 (quarenta) horas, E.B.M. Prof. Curt Brandes, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, a partir de 06 de junho de 2017.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 06 de junho de 2017.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 06 de junho de 2017.

NEUZI SCHOTTEN MARCOS Educ. e Form. Empreendedora	ANDRÉ RADÜNZ Controladoria Municipal
GENRADO RIEMER Sec. Gestão Adm. e Fazendária	ÉRCIO KRIEK Prefeito Municipal

PORTARIA 22.184

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE
CNPJ: 83.102.251/0001-04
Telefone: (47) 3387-7200
Rua 15 de Novembro, 525 – Centro
89107-000 - Pomerode - Santa Catarina

PORTARIA Nº 22.184

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA VANESSA PINHO.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ÉRCIO KRIEK, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei;

RESOLVE:

De acordo com o artigo 120, da Lei Complementar nº 269 de 05 de dezembro de 2014, CONCEDE LICENÇA PRÊMIO, a servidora VANESSA PINHO, ocupante do cargo de Auxiliar de Educação Infantil, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas, no CEIM Profª Dorotea Hoeft Borchardt, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, referente ao período aquisitivo de 31.03.2014 a 03.05.2017, no período de 06 de junho a 05 de julho de 2017.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir do dia 06 de junho de 2017.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 12 de junho de 2017.

NEUZI SCHOTTEN Educ. e Form. Empreendedora	GENRADO RIEMER Sec. Gestão Adm. e Fazendária
MARCOS ANDRÉ RADÜNZ Controladoria Municipal	ÉRCIO KRIEK Prefeito Municipal

PORTARIA 22.190

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254 Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04 89107-000 - POMERODE - Santa Catarina

PORTARIA Nº 22.190

NOMEIA POR CONCURSO PÚBLICO (EDITAL 24/2014) JONATHAN RAFAEL DREWS, PARA O CARGO DE MOTORISTA DE CAMINHÃO I- NÍVEL I.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ÉRCIO KRIEK, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei;

RESOLVE:

De acordo com o Artigo nº 17, da Lei Complementar nº 269 de 05 de dezembro de 2014, NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO (Edital 24/2014) JONATHAN RAFAEL DREWS para o cargo de Motorista de Caminhão I- Nível I, Referência 05-A-208, com Regime de Trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria de Obras, a partir de 12 de junho de 2017.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir do dia 12 de junho de 2017.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, em 12 de junho de 2017.

WILHELM ZILZ GENRADO RIEMER
Secretaria de Obras Sec. Gestão Adm. e Fazendária

MARCOS ANDRÉ RADÜNZ ÉRCIO KRIEK
Controladoria Municipal Prefeito Municipal

PORTARIA 22.221

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE
CNPJ: 83.102.251/0001-04
Telefone: (47) 3387-7200
Rua 15 de Novembro, 525 – Centro
89107-000 - Pomerode - Santa Catarina

PORTARIA Nº 22.221

CONCEDE LICENÇA PREMIO A SERVIDORA MARIA BERNADETE PEREIRA FISCHER.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ÉRCIO KRIEK, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei;

RESOLVE:

De acordo com o artigo 120, da Lei Complementar nº 269 de 05 de dezembro de 2014, CONCEDE 90 DIAS DE LICENÇA PREMIO, a servidora MARIA BERNADETE PEREIRA FISCHER, ocupante do

cargo de Professor Anos Iniciais e Educação Infantil, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, referente ao período de 04/02/2008 à 03/02/2011, no período de 05/04/2017 à 04/05/2017, período aquisitivo de 04/02/2011 à 03/02/2014, no período de 14/05/2017 à 12/06/2017 e do período aquisitivo de 04/02/2014 à 03/02/2017, no período de 14 de junho à 13 de julho de 2017.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 05 de abril de 2017.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 22 de junho de 2017.

NEUZI SCHOTTEN Educ. e Form. Empreendedora	GENRADO RIEMER Sec. Gestão Adm. e Fazendária
MARCOS ANDRÉ RADÜNZ Controladoria Municipal	ÉRCIO KRIEK Prefeito Municipal

PORTARIA 22.225

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254 Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04 89107-000 - POMERODE - Santa Catarina

PORTARIA Nº 22.225

ALTERA VINCULAÇÃO DA CONTRATAÇÃO DO SERVIDOR RAFAEL SCHROEDER.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ÉRCIO KRIEK, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei;

RESOLVE:

ALTERAR VINCULAÇÃO DA CONTRATAÇÃO DO SERVIDOR RAFAEL SCHROEDER, ocupante do cargo Professor – Língua Alemã, com regime de trabalho de 20 (vinte) horas semanais, na E.E.B.M. NOEMI V.C. SCHROEDER, passando a atuar na EBM Olavo Bilac, vaga vinculada a servidora Carin Petter em licença maternidade, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, a partir de 19 de junho de 2017.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 19 de junho de 2017.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 22 de junho de 2017.

NEUZI SCHOTTEN MARCOS
Educ. e Form. Empreendedora

ANDRÉ RADÜNZ
Controladoria Municipal

GENRADO RIEMER ÉRCIO KRIEK
Sec. Gestão Adm. e Fazendária Prefeito Municipal

PORTARIA 22.256

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254 Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04 89107-000 - POMERODE - Santa Catarina

PORTARIA Nº 22.256

EXONERA A PEDIDO A SERVIDORA JOANA FRANK.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ERCIO KRIEK, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei;

RESOLVE:

EXONERA A PEDIDO de acordo com a Lei Complementar nº 269 de 05 de dezembro de 2014 e decreto Municipal de nº 3.211/17, a servidora JOANA FRANK, servidora celetista, ocupante do cargo de Professor Anos Iniciais-Nível I, Referência 001-A-500, com regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais na EBM HERMANN GUENTHER, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, a partir de 28 de junho de 2017.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 28 de junho de 2017.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 28 de junho de 2017.

NEUZI SCHOTTEN

Educ. e Form. Empreendedora

MARCOS ANDRÉ RADÜNZ

Controladoria Municipal

GENRADO RIEMER ÉRCIO KRIEK

Sec. Gestão Adm. e Fazendária Prefeito Municipal

PORTARIA 22.257

	PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254 Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04 89107-000 - POMERODE - Santa Catarina
--	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

PORTARIA Nº 22.257

**CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO À SERVIDORA RÚBIA OTT HORN-
NBURG.**

O Prefeito Municipal de Pomerode, ÉRCIO KRIEK, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei;

RESOLVE:

De acordo com o artigo 120, da Lei Complementar nº 269 de 05 de dezembro de 2014, CONCEDE 15 (QUINZE) DIAS DE LICENÇA PRÊMIO, à servidora RUBIA OTT HORN-
NBURG, ocupante do cargo de Professor – Educação Infantil, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas, na CEIM Professora Dorotea H. Borchardt, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, referente ao período aquisitivo de 07/01/2011 à 06/01/2014, a partir de 28 de junho de 2017.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à partir de 28 de junho de 2017.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 28 de junho de 2017.

NEUZI SCHOTTEN

Educ. e Form.

Empreendedora

MARCOS ANDRÉ

Controladoria Municipal

GENRADO RIEMER ÉRCIO KRIEK

Sec. Gestão Adm. e Fazendária Prefeito Municipal

PORTARIA 22.306

	PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254 Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04 89107-000 - POMERODE - Santa Catarina
--	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

PORTARIA Nº 22.306

**ALTERA A CARGA HORÁRIA DE CONTRATAÇÃO DA SERVIDORA
DANIELA SCOLARI FAUSTO HEINEBERG.**

O Prefeito Municipal de Pomerode, ÉRCIO KRIEK, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei;

RESOLVE:

ALTERAR A CARGA HORÁRIA DA CONTRATAÇÃO da servidora DANIELA SCOLARI FAUSTO HEINEBERG, ocupante do cargo de Professor Anos Iniciais- Nível I, com regime de trabalho de 20 (vinte) horas semanais, na EBM HERMANN GUENTHER, vaga vinculada a servidora Maristela Branco Pinheiro (à disposição do Projeto PADRA/AEE) e matrícula, alterando a carga horária para 40 (quarenta) horas semanais, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, a partir 01 de julho de 2017.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à partir de 01 de julho de 2017.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 01 julho de 2017.

NEUZI SCHOTTEN

Educ. e Form. Empreendedora

MARCOS ANDRÉ RADÜNZ

Controladoria Municipal

GENRADO RIEMER ÉRCIO KRIEK

Sec. Gestão Adm. e Fazendária Prefeito Municipal

PORTARIA 22.319

	PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254 Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04 89107-000 - POMERODE - Santa Catarina
--	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

PORTARIA Nº 22.319

CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO À SERVIDORA BERNADETE PARKUTZ.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ÉRCIO KRIEK, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei;

RESOLVE:

De acordo com o artigo 120, da Lei Complementar nº 269 de 05 de dezembro de 2014, CONCEDE 30 (trinta) DIAS DE LICENÇA PRÊMIO, à servidora BERNADETE PARKUTZ, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Escolar- Nível I, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas, na EBM ALMIRANTE BARROSO, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, referente ao período aquisitivo de 01/02/2013 à 10/02/2016, a partir de 02 de julho de 2017.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à partir de 02 de julho de 2017.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 02 de julho de 2017.

NEUZI SCHOTTEN
Educ. e Form. Empreendedora

MARCOS ANDRÉ
Controladoria Municipal

GENRADO RIEMER ÉRCIO KRIEK
Sec. Gestão Adm. e Fazendária Prefeito Municipal

PORTARIA 22.333

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE
CNPJ: 83.102.251/0001-04
Telefone: (47) 3387-7200
Rua 15 de Novembro, 525 – Centro
89107-000 - Pomerode - Santa Catarina

PORTARIA Nº 22.333
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA ANTONIA DE ALMEIDA BUBLITZ.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ERCIO KRIEK, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei;

RESOLVE:

De acordo com o artigo 120, da Lei Complementar nº 269 de 05 de dezembro de 2014, CONCEDE 30 (TRINTA) DIAS DE LICENÇA PRÊMIO, a servidora ANTONIA DE ALMEIDA BUBLITZ, ocupante do cargo de Auxiliar de Educação Infantil, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, no Centro de Educação Infantil Municipal Rosa Borck, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, referente ao período aquisitivo de 03.02.2010 à 02.02.2013, a partir de 03 de julho de 2017.
Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir da data de 03 de julho de 2017.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 03 de julho de 2017.

NEUZI SCHOTTEN
Educ. e Form. Empreendedora

MARCOS ANDRÉ RADÜNZ
Controladoria Municipal

GENRADO RIEMER ÉRCIO KRIEK
Sec. Gestão Adm. e Fazendária Prefeito Municipal

PORTARIA 22.334

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE
CNPJ: 83.102.251/0001-04
Telefone: (47) 3387-7200
Rua 15 de Novembro, 525 – Centro
89107-000 - Pomerode - Santa Catarina

PORTARIA Nº 22.334

CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO ELIZABETE SCHIRMER PARA O CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS ESCOLAR.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ERCIO KRIEK, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei;

RESOLVE:

CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, de acordo com a Lei Ordinária nº 2819 de 17 de março de 2016, ELIZABETE SCHIRMER, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Escolar, Referência 200, com regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, vaga vinculada a matrícula, na Escola Básica Municipal Hermann Guenther, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, a partir de 03 de julho de 2017.

A prorrogação da respectiva contratação, quando for necessária, será regida pelo parágrafo único do artigo 4º da Lei Ordinária nº 2819, de 17 de março de 2016.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir do dia 03 de julho de 2017.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 03 de julho de 2017.

NEUZI SCHOTTEN Educ. e Form. Empreendedora	GENRADO RIEMER Sec. Gestão Adm. e Fazendária
MARCOS ANDRÉ RADÜNZ Controladoria Municipal	ÉRCIO KRIEK Prefeito Municipal

PORTARIA 22.335

	PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254 Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04 89107-000 - POMERODE - Santa Catarina
--	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

PORTARIA Nº 22.335

EXONERA A PEDIDO JANAÍNA SOARES THOMAZETTI SCHMIDT DO CARGO DE AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ÉRCIO KRIEK, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei;

RESOLVE:

De acordo com a Lei de nº 2819 de 17 de março de 2016, EXONERAR A PEDIDO JANAÍNA SOARES THOMAZETTI do cargo de AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, no Centro de Educação Infantil Municipal Profª Waltrut Siewerdt, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, a partir de 03 de julho de 2017.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir do dia 03 de julho de 2017.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 03 de julho de 2017.

NEUZI SCHOTTEN Educ. e Form. Empreendedora	GENRADO RIEMER Sec. Gestão Adm. e Fazendária
MARCOS ANDRÉ RADÜNZ Controladoria Municipal	ÉRCIO KRIEK Prefeito Municipal

PORTARIA 22.337

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE
Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254
Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04
89107-000 - POMERODE - Santa Catarina

PORTARIA Nº 22.337

EXONERA A PEDIDO REGIANE FERNANDES ANDALÉCIO EICHSTADT DO CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS ESCOLAR.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ÉRCIO KRIEK, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei;

RESOLVE:

De acordo com a Lei Complementar de nº269 de 05 de dezembro de 2014, EXONERAR A PEDIDO REGIANE FERNANDES ANDALÉCIO EICHSTADT do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS ESCOLAR, na Escola Básica Municipal Hermann Guenther, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, a partir de 03 de julho de 2017.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir do dia 03 de julho de 2017.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 03 de julho de 2017.

NEUZI SCHOTTEN Educ. e Form. Empreendedora	GENRADO RIEMER Sec. Gestão Adm. e Fazendária
MARCOS ANDRÉ RADÜNZ Controladoria Municipal	ÉRCIO KRIEK Prefeito Municipal

PORTARIA 22.350

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE
Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254
Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04
89107-000 - POMERODE - Santa Catarina

PORTARIA Nº 22.350

EXONERA A PEDIDO A SERVIDORA EZEQUIELA ADALA AMORIM.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ERCIO KRIEK, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei;

RESOLVE:

EXONERA A PEDIDO de acordo com a Lei Complementar nº 269 de 05 de dezembro de 2014 e decreto Municipal de nº 3.211/17, a servidora EZEQUIELA ADALA DE AMORIM, servidora efetiva conforme Portaria de Nomeação nº 22.178, de 06 de junho de 2017, ocupante do cargo Atendente de Biblioteca-Nível I, Referência 005-A-208, com carga horária semanal de 40 (quarenta) horas na EBM Professor Curt Brandes, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, a partir de 11 de julho de 2017.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 11 de julho de 2017.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 11 de julho de 2017.

NEUZI SCHOTTEN
Educ. e Form. Empreendedora

MARCOS ANDRÉ RADÜNZ
Controladoria Municipal

GENRADO RIEMER ÉRCIO KRIEK
Sec. Gestão Adm. e Fazendária Prefeito Municipal

PORTARIA 22.352

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE
CNPJ: 83.102.251/0001-04
Telefone: (47) 3387-7200
Rua 15 de Novembro, 525 – Centro
89107-000 - Pomerode - Santa Catarina

PORTARIA Nº 22.352

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA ARICLENES MULLER WUERGES.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ERCIO KRIEK, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei;

RESOLVE:

De acordo com o artigo 120, da Lei Complementar nº 269 de 05 de dezembro de 2014, CONCEDE 15 (QUINZE) DIAS DE LICENÇA PRÊMIO, a servidora ARICLENES MULLER WUERGES, ocupante do cargo de Auxiliar de Educação Infantil, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, no Centro de Educação Infantil Municipal Profª Dorotea Hoeft Borchardt, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, referente ao período aquisitivo de 05.08.13 a 25.08.16, a partir de 06 de julho de 2017.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir do dia 06 de julho de 2017.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 11 de julho de 2017.

NEUZI SCHOTTEN MARCOS ANDRÉ RADÜNZ
Educ. e Form. Empreendedora Controladoria Municipal

GENRADO RIEMER ÉRCIO KRIEK
Sec. Gestão Adm. e Fazendária Prefeito Municipal

PORTARIA 22.353

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE
Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254
Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04
89107-000 - POMERODE - Santa Catarina

PORTARIA Nº 22.353

REMOÇÃO POR PERMUTA DOS SERVIDORES EVANIR PLEGER E RICARDO MORETTI.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ERCIO KRIEK, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei;

RESOLVE:

REMOVER POR PERMUTA, EVANIR PFLEGER, servidora efetiva no cargo de Secretário de Escola, lotada com 40 horas semanais, na Escola de Educação Básica Municipal Profº Curt Brandes e RICARDO MORETTI, servidor efetivo no cargo de Secretário de Escola, lotado com 40 horas semanais, na Escola de Educação Básica Municipal Profª Noemi de Campos Schroeder, vem mui respeitosamente

requerer de comum acordo PERMUTAR de acordo com o artigo 51, 52 e 53 da Lei Complementar de nº 269 de 05 de dezembro de 2014, passando a servidora EVANIR PFLEGER a ser lotada com 40 horas semanais, Escola de Educação Básica Municipal Profª Noemi de Campos Schroeder, e o servidor RICARDO MORETTI a ser lotado em 40 horas semanais na Escola de Educação Básica Municipal Profº Curt Brandes, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora a partir do dia 11 de julho de 2017.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir do dia 11 de julho de 2017.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 11 de julho de 2017.

NEUZI SCHOTTEN MARCOS ANDRÉ RADÜNZ
Educ. e Form. Empreendedora Controladoria Municipal

GENRADO RIEMER ÉRCIO KRIEK
Sec. Gestão Adm. e Fazendária Prefeito Municipal

PORTARIA 22.354

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE
CNPJ: 83.102.251/0001-04
Telefone: (47) 3387-7200
Rua 15 de Novembro, 525 – Centro
89107-000 - Pomerode - Santa Catarina

PORTARIA Nº 22.354
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA FRANCIELE LENATOWICZ.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ÉRCIO KRIEK, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei;

RESOLVE:

De acordo com o artigo 120, da Lei Complementar nº 269 de 05 de dezembro de 2014, CONCEDE 30 (TRINTA) DIAS DE LICENÇA PRÊMIO, a servidora FRANCIELE LENATOWICZ, ocupante do cargo de Auxiliar de Educação Infantil, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, no Centro de Educação Infantil Municipal Profª Amália da Silva Anders, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, referente ao período aquisitivo de 05.08.13 a 04.08.16, a partir de 10 de julho de 2017.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir do dia 10 de julho de 2017.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 11 de julho de 2017.

NEUZI SCHOTTEN Educ. e Form. Empreendedora	GENRADO RIEMER Sec. Gestão Adm. e Fazendária
MARCOS ANDRÉ RADÜNZ Controladoria Municipal	ÉRCIO KRIEK Prefeito Municipal

PORTARIA 22.355

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE
Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254
Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04
89107-000 - POMERODE - Santa Catarina

PORTARIA Nº 22.355

EXONERA A PEDIDO LETICIA BIANCA KRUEGER DO CARGO DE AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ÉRCIO KRIEK, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei;

RESOLVE:

De acordo com a Lei de nº 2819 de 17 de março de 2016, EXONERAR A PEDIDO LETICIA BIANCA KRUEGER do cargo de AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, no Centro de Educação Infantil Municipal Profª Waltrut Siewerdt, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, a partir de 05 de julho de 2017.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir do dia 05 de julho de 2017.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 11 de julho de 2017.

NEUZI SCHOTTEN Educ. e Form. Empreendedora	GENRADO RIEMER Sec. Gestão Adm. e Fazendária
MARCOS ANDRÉ RADÜNZ Controladoria Municipal	ÉRCIO KRIEK Prefeito Municipal

PORTARIA 22.382

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE
Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254
Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04
89107-000 - POMERODE - Santa Catarina

PORTARIA Nº 22.382

ALTERA LOCAL DE ATUAÇÃO E VINCULAÇÃO DA CONTRATAÇÃO DA SERVIDORA CLAUDINEIA FERNANDES.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ÉRCIO KRIEK, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei;

RESOLVE:

ALTERAR LOCAL DE ATUAÇÃO E VINCULAÇÃO DA CONTRATAÇÃO DA SERVIDORA CLAUDINEIA FERNANDES, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Escolar, com regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, passando a atuar na Escola Básica Municipal Almirante Barroso, vinculada a servidora Rosana Rota Soares, em licença para tratamento de saúde, na Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, a partir de 17 de julho de 2017. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir do dia 17 de julho de 2017.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 17 de julho de 2017.

NEUZI SCHOTTEN MARCOS ANDRÉ RADÜNZ
Educ. e Form. Empreendedora Controladoria Municipal

GENRADO RIEMER ÉRCIO KRIEK
Sec. Gestão Adm. e Fazendária Prefeito Municipal

PORTARIA 22.383

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE
CNPJ: 83.102.251/0001-04
Telefone: (47) 3387-7200
Rua 15 de Novembro, 525 – Centro
89107-000 - Pomerode - Santa Catarina

PORTARIA Nº 22.383
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA DANIELI CASAGRANDE ARAUJO.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ERCIO KRIEK, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei;

RESOLVE:

De acordo com o artigo 120, da Lei Complementar nº 269 de 05 de dezembro de 2014, CONCEDE 15 (QUINZE) DIAS DE LICENÇA PRÊMIO, a servidora DANIELI CASAGRANDE ARAUJO, ocupante do cargo de Auxiliar de Educação Infantil, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, no Centro de Educação Infantil Municipal Ruth Koch, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, referente ao período aquisitivo de 05.08.13 a 04.08.16, a partir de 17 de julho de 2017.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir do dia 17 de julho de 2017.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 17 de julho de 2017.

NEUZI SCHOTTEN Educ. e Form. Empreendedora	GENRADO RIEMER Sec. Gestão Adm. e Fazendária
MARCOS ANDRÉ RADÜNZ Controladoria Municipal	ÉRCIO KRIEK Prefeito Municipal

PORTARIA 22.384

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE
CNPJ: 83.102.251/0001-04
Telefone: (47) 3387-7200
Rua 15 de Novembro, 525 – Centro
89107-000 - Pomerode - Santa Catarina

PORTARIA Nº 22.384
CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO DEUSENIR DE SOUZA CARNEIRO PARA O CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS ESCOLAR.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ERCIO KRIEK, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei;

RESOLVE:

CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, de acordo com a Lei Ordinária nº 2819 de 17 de março de 2016, DEUSENIR DE SOUZA CARNEIRO, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais

Escolar, Referência 200, com regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, vaga vinculada a matrícula, sendo 20 (vinte) horas semanais na Escola de Educação Básica Municipal Profº Vidal Ferreira e 20 (vinte) horas semanais no Centro de Educação Infantil Municipal Profª Nora Krueger Dallmann, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, a partir de 17 de julho de 2017.

A prorrogação da respectiva contratação, quando for necessária, será regida pelo parágrafo único do artigo 4º da Lei Ordinária nº 2819, de 17 de março de 2016.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir do dia 17 de julho de 2017.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 17 de julho de 2017.

NEUZI SCHOTTEN Educ. e Form. Empreendedora	GENRADO RIEMER Sec. Gestão Adm. e Fazendária
MARCOS ANDRÉ RADÜNZ Controladoria Municipal	ÉRCIO KRIEK Prefeito Municipal

PORTARIA 22.385

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE
CNPJ: 83.102.251/0001-04
Telefone: (47) 3387-7200
Rua 15 de Novembro, 525 – Centro
89107-000 - Pomerode - Santa Catarina

PORTARIA Nº 22.385
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR GILVAN STRUTZ.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ÉRCIO KRIEK, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei;

RESOLVE:

De acordo com o artigo 120, da Lei Complementar nº 269 de 05 de dezembro de 2014, CONCEDE 15 (QUINZE) DIAS DE LICENÇA PRÊMIO, ao servidor GILVAN STRUTZ, ocupante do cargo de Zelador, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, na Escola de Educação Básica Municipal Profª Noemi Schroeder, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, referente ao período aquisitivo de 05.08.2013 a 05.08.2016, a partir de 17 de julho de 2017.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir do dia 17 de julho de 2017.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 17 de julho de 2017.

NEUZI SCHOTTEN Educ. e Form. Empreendedora	GENRADO RIEMER Sec. Gestão Adm. e Fazendária
MARCOS ANDRÉ RADÜNZ Controladoria Municipal	ÉRCIO KRIEK Prefeito Municipal

PORTARIA 22.386

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE
CNPJ: 83.102.251/0001-04
Telefone: (47) 3387-7200
Rua 15 de Novembro, 525 – Centro
89107-000 - Pomerode - Santa Catarina

PORTARIA Nº 22.386
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA ISAUARA MARIA

FURTADO KRESSIN.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ÉRCIO KRIEK, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei;

RESOLVE:

De acordo com o artigo 120, da Lei Complementar nº 269 de 05 de dezembro de 2014, CONCEDE 15 (QUINZE) DIAS DE LICENÇA PREMIO, a servidora ISAURA MARIA FURTADO KRESSIN, ocupante do cargo de Auxiliar de Educação Infantil, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, no Centro de Educação Infantil Municipal Damaris Frahm, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, referente ao período aquisitivo de 05.08.13 a 05.08.16, a partir de 17 de julho de 2017.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir do dia 17 de julho de 2017.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 17 de julho de 2017.

NEUZI SCHOTTEN Educ. e Form. Empreendedora	GENRADO RIEMER Sec. Gestão Adm. e Fazendária
MARCOS ANDRÉ RADÜNZ Controladoria Municipal	ÉRCIO KRIEK Prefeito Municipal

PORTARIA 22.388

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE

CNPJ: 83.102.251/0001-04

Telefone: (47) 3387-7200

Rua 15 de Novembro, 525 – Centro

89107-000 - Pomerode - Santa Catarina

PORTARIA Nº 22.388

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA NADIA ELIETE BAULER BACHMANN.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ÉRCIO KRIEK, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei;

RESOLVE:

De acordo com o artigo 120, da Lei Complementar nº 269 de 05 de dezembro de 2014, CONCEDE 15 (QUINZE) DIAS DE LICENÇA PRÊMIO, a servidora NADIA ELIETE BAULER BACHMANN, ocupante do cargo de Professora – Educação Infantil, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, no Centro de Educação Infantil Municipal Dorotea Hoeft Borchardt, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, referente ao período aquisitivo de 01.09.11 a 31.08.14, a partir de 17 de julho de 2017.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir do dia 17 de julho de 2017.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 17 de julho de 2017.

NEUZI SCHOTTEN Educ. e Form. Empreendedora	GENRADO RIEMER Sec. Gestão Adm. e Fazendária
MARCOS ANDRÉ RADÜNZ Controladoria Municipal	ÉRCIO KRIEK Prefeito Municipal

PORTARIA 22.389

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE

CNPJ: 83.102.251/0001-04

Telefone: (47) 3387-7200

Rua 15 de Novembro, 525 – Centro

89107-000 - Pomerode - Santa Catarina

PORTARIA Nº 22.389

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA ROSANE BOSS GOMES.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ÉRCIO KRIEK, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei;

RESOLVE:

De acordo com o artigo 120, da Lei Complementar nº 269 de 05 de dezembro de 2014, CONCEDE 15 (QUINZE) DIAS DE LICENÇA PRÊMIO, a servidora ROSANE BOSS GOMES, ocupante do cargo de Tecnólogo Educacional, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, na Escola de Educação Básica Municipal Profº Vidal Ferreira, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, referente ao período aquisitivo de 02.02.2004 a 01.02.2007, a partir de 17 de julho de 2017.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir do dia 17 de julho de 2017.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 17 de julho de 2017.

NEUZI SCHOTTEN Educ. e Form. Empreendedora	GENRADO RIEMER Sec. Gestão Adm. e Fazendária
MARCOS ANDRÉ RADÜNZ Controladoria Municipal	ÉRCIO KRIEK Prefeito Municipal

PORTARIA 22.440

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE

CNPJ: 83.102.251/0001-04

Telefone: (47) 3387-7200

Rua 15 de Novembro, 525 – Centro

89107-000 - Pomerode - Santa Catarina

PORTARIA Nº 22.440

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA TELMA DOS SANTOS KIENEN.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ÉRCIO KRIEK, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei;

RESOLVE:

De acordo com o artigo 120, da Lei Complementar nº 269 de 05 de dezembro de 2014, CONCEDE 15 (QUINZE) DIAS DE LICENÇA PRÊMIO, a servidora TELMA DOS SANTOS KIENEN, ocupante do cargo de Auxiliar de Educação Infantil, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, no Centro de Educação Infantil Municipal Profª Dorotea Hoeft Borchardt, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, referente ao período aquisitivo de 12.08.13 a 11.08.16, a partir de 24 de julho de 2017.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir do dia 24 de julho de 2017.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 24 de julho de 2017.

NEUZI SCHOTTEN Educ. e Form. Empreendedora	GENRADO RIEMER Sec. Gestão Adm. e Fazendária
-----------------------------------------------	-------------------------------------------------

MARCOS ANDRÉ RADÜNZ Controladoria Municipal	ÉRCIO KRIEK Prefeito Municipal
------------------------------------------------	-----------------------------------

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 31 de julho de 2017.

NEUZI SCHOTTEN Educ. e Form. Empreendedora	GENRADO RIEMER Sec. Gestão Adm. e Fazendária
MARCOS ANDRÉ RADÜNZ Controladoria Municipal	ÉRCIO KRIEK Prefeito Municipal

PORTARIA 22.473

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE

CNPJ: 83.102.251/0001-04

Telefone: (47) 3387-7200

Rua 15 de Novembro, 525 – Centro

89107-000 - Pomerode - Santa Catarina

PORTARIA Nº22.473

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA EDILZA MARIA RIOS TRIERVEILER.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ERCIO KRIEK, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei;

RESOLVE:

De acordo com o artigo 120, da Lei Complementar nº 269 de 05 de dezembro de 2014, CONCEDE 30 (TRINTA) DIAS DE LICENÇA PRÊMIO, a servidora EDILZA MARIA RIOS TRIERVEILER, ocupante do cargo de Professor – Disciplina Específica, com jornada de trabalho de 20 (vinte) horas semanais, na Escola de Educação Básica Municipal Duque de Caxias, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, referente ao período aquisitivo de 01.02.06 a 31.01.09, a partir de 31 de julho de 2017.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir do dia 31 de julho de 2017.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 31 de julho de 2017.

NEUZI SCHOTTEN Educ. e Form. Empreendedora	GENRADO RIEMER Sec. Gestão Adm. e Fazendária
MARCOS ANDRÉ RADÜNZ Controladoria Municipal	ÉRCIO KRIEK Prefeito Municipal

PORTARIA 22.474

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE

CNPJ: 83.102.251/0001-04

Telefone: (47) 3387-7200

Rua 15 de Novembro, 525 – Centro

89107-000 - Pomerode - Santa Catarina

PORTARIA Nº 22.474

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA KELLY CRISTINA RADTKE WAGNER.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ÉRCIO KRIEK, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei;

RESOLVE:

De acordo com o artigo 120, da Lei Complementar nº 269 de 05 de dezembro de 2014, CONCEDE 30 (TRINTA) DIAS DE LICENÇA PRÊMIO, a servidora KELLY CRISTINA RADTKE WAGNER, ocupante do cargo de Professor – Educação Infantil, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, na Escola de Educação Básica Municipal Duque de Caxias, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, referente ao período aquisitivo de 01.02.11 a 31.01.14, a partir de 31 de julho de 2017.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir do dia 31 de julho de 2017.

PORTARIA 22.475

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE

CNPJ: 83.102.251/0001-04

Telefone: (47) 3387-7200

Rua 15 de Novembro, 525 – Centro

89107-000 - Pomerode - Santa Catarina

PORTARIA Nº 22.475

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA MARILENE DE CARVALHO SANTOS TRETIN.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ÉRCIO KRIEK, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei;

RESOLVE:

De acordo com o artigo 120, da Lei Complementar nº 269 de 05 de dezembro de 2014, CONCEDE 15 (QUINZE) DIAS DE LICENÇA PRÊMIO, a servidora MARILENE DE CARVALHO SANTOS TRETIN, ocupante do cargo de Professor – Anos Iniciais, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas, a disposição do AEE na EBM Almirante Barroso, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, referente ao período aquisitivo de 05/12/2007 a 04/12/2010, a partir de 31 de julho de 2017.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir do dia 31 de julho de 2017.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 31 de julho de 2017.

NEUZI SCHOTTEN Educ. e Form. Empreendedora	GENRADO RIEMER Sec. Gestão Adm. e Fazendária
MARCOS ANDRÉ RADÜNZ Controladoria Municipal	ÉRCIO KRIEK Prefeito Municipal

Ponte Serrada

PREFEITURA

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 73/2017 PREGÃO Nº 40/2017 TRANSPORTE ESCOLAR

AVISO DE PUBLICAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 73/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 40/2017

ALCEU ALBERTO WRUBEL - PREFEITO MUNICIPAL torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, cujo processamento e julgamento dar-se-á por MENOR PREÇO POR ITEM. OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR, PARA OS ALUNOS DA REDE DE ENSINO DO MUNICÍPIO DURANTE O ANO LETIVO DE 2017. PROTOCOLO E RECEBIMENTO DOS ENVELOPES ATÉ ÀS 08:20 HORAS DO DIA 12.09.2017. ABERTURA DA SESSÃO ÀS 08HORAS 30 MINUTOS DO DIA 12.09.2017. Informações Complementares: Demais informações poderão ser obtidas de segunda a sexta-feira no Setor de Compras e Licitações, na Prefeitura Municipal de Ponte Serrada, Rua Madre Maria Theodora, n.º 264, Bairro Centro, no horário das 7 às 11h30 e das 13 às 17 horas, pelo e-mail comprasps01@gmail.com ou pelo telefone (0XX49) 34350122. EDITAL DISPONÍVEL NO SITE www.ponteserrada.sc.gov.br. Ponte Serrada, 29 de agosto de 2017. ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal.

EXTRATO PUBLICAÇÃO DE AUTORIZAÇÕES DE FORNECIMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS NA MODALIDADE DE REGISTRO DE PREÇOS 2017

AVISO DE PUBLICAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA

ALCEU ALBERTO WRUBEL torna público autorização de fornecimento de PROCESSOS LICITATÓRIOS na MODALIDADE DE REGISTRO DE PREÇOS, conforme segue:

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 10/2017		
PREGÃO Nº 08/2017 - PR		
Nº AF	FORNCEDOR	VALOR
279/2017	PAULO JUNIOR BARBOSA ME	R\$ 7.616,00
457/2017	PAULO JUNIOR BARBOSA ME	R\$ 1.743,52
704/2017	PAULO JUNIOR BARBOSA ME	R\$ 3.967,12
705/2017	PAULO JUNIOR BARBOSA ME	R\$ 4.082,55
706/2017	PAULO JUNIOR BARBOSA ME	R\$ 3.952,33
832/2017	PAULO JUNIOR BARBOSA ME	R\$ 4.010,73
900/2017	PAULO JUNIOR BARBOSA ME	R\$ 5.235,49
	TOTAIS	R\$ 30.607,74
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/2017		
PREGÃO Nº 10/2017 - PR		
Nº AF	FORNCEDOR	VALOR
357/2017	CHAPEAÇÃO E PINTURA PONTE SERRADA LTDA.	R\$ 15.100,00
358/2017	MECÂNICA AUTO PONTE LTDA	R\$ 18.400,00
359/2017	FORMIGHERI AUTO PECAS E SERVICOS LTDA.	R\$ 20.200,00
361/2017	CLAUDIO GHIGGI ME	R\$ 15.600,00
362/2017	AUTO ELETRICA PONTE SERRADA EIRELI - ME	R\$ 13.000,00
363/2017	TOBIAS SERVICOS EIRELI - ME	R\$ 16.800,00
755/2017	IVEPECAS COMERCIO DE PECAS EIRELI - ME	R\$ 2.520,00
931/2017	RUDIMAR TENUTI	R\$ 480,00
	TOTAIS	R\$ 102.100,00

PROCESSO LICITATÓRIO N° 11/2017

PREGÃO N° 11/2017 - PR

Nº AF	FORNecedor	VALOR
287/2017	SUPERMERCADO POLETTO LTDA.	R\$ 3.436,00
400/2017	SUPERMERCADO POLETTO LTDA.	R\$ 2.491,10
458/2017	SUPERMERCADO POLETTO LTDA.	R\$ 2.577,00
	TOTAIS	R\$ 8.504,10

PROCESSO LICITATÓRIO N° 26/2017

PREGÃO N° 17/2017 - PR

Nº AF	FORNecedor	VALOR
539/2017	MARCIO ANTONIO MORAS - ME	R\$ 526,10
540/2017	MARCIO ANTONIO MORAS - ME	R\$ 970,10
541/2017	MARCIO ANTONIO MORAS - ME	R\$ 123,92
542/2017	JANDIRA CAPPELLARO RODRIGUES E CIA LTDA ME	R\$ 485,86
543/2017	JANDIRA CAPPELLARO RODRIGUES E CIA LTDA ME	R\$ 502,24
544/2017	COR E ARTE COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA	R\$ 1.027,00
545/2017	COR E ARTE COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA	R\$ 713,45
546/2017	TECIMAIS COMERCIO DE TECIDOS E AVIAMENTOS LTDA - ME	R\$ 95,64
547/2017	TECIMAIS COMERCIO DE TECIDOS E AVIAMENTOS LTDA - ME	R\$ 74,96
548/2017	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME	R\$ 581,35
549/2017	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME	R\$ 337,65
550/2017	MAXI MÓVEIS E PAPELARIA LTDA ME	R\$ 260,05
551/2017	MAXI MÓVEIS E PAPELARIA LTDA ME	R\$ 160,95
552/2017	MERCADO KAEKA LTDA ME	R\$ 252,80
553/2017	MERCADO KAEKA LTDA ME	R\$ 133,05
554/2017	MARCIO ANTONIO MORAS - ME	R\$ 24.959,72
555/2017	MERCADO KAEKA LTDA ME	R\$ 1.279,00
556/2017	JANDIRA CAPPELLARO RODRIGUES E CIA LTDA ME	R\$ 21.377,00
557/2017	COR E ARTE COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA	R\$ 4.049,40
558/2017	MAXI MÓVEIS E PAPELARIA LTDA ME	R\$ 5.353,90
559/2017	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME	R\$ 3.414,30
573/2017	MARCIO ANTONIO MORAS - ME	R\$ 4.879,35
618/2017	JANDIRA CAPPELLARO RODRIGUES E CIA LTDA ME	R\$ 2.729,20
709/2017	MARCIO ANTONIO MORAS - ME	R\$ 523,58
710/2017	MARCIO ANTONIO MORAS - ME	R\$ 816,20
711/2017	MERCADO KAEKA LTDA ME	R\$ 131,00
712/2017	MAXI MÓVEIS E PAPELARIA LTDA ME	R\$ 122,80
713/2017	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME	R\$ 79,31
714/2017	COR E ARTE COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA	R\$ 168,05
715/2017	JANDIRA CAPPELLARO RODRIGUES E CIA LTDA ME	R\$ 106,03
787/2017	MARCIO ANTONIO MORAS - ME	R\$ 1.227,26
788/2017	MARCIO ANTONIO MORAS - ME	R\$ 1.058,42
789/2017	MARCIO ANTONIO MORAS - ME	R\$ 154,90
790/2017	MARCIO ANTONIO MORAS - ME	R\$ 232,35
791/2017	MARCIO ANTONIO MORAS - ME	R\$ 131,16
796/2017	MARCIO ANTONIO MORAS - ME	R\$ 1.084,30
809/2017	MAXI MÓVEIS E PAPELARIA LTDA ME	R\$ 435,00
810/2017	MERCADO KAEKA LTDA ME	R\$ 460,00
811/2017	MARCIO ANTONIO MORAS - ME	R\$ 450,00

815/2017	JANDIRA CAPPELLARO RODRIGUES E CIA LTDA ME	R\$ 2.881,61
830/2017	JANDIRA CAPPELLARO RODRIGUES E CIA LTDA ME	R\$ 1.542,66
865/2017	MARCIO ANTONIO MORAS - ME	R\$ 2.075,60
866/2017	MARCIO ANTONIO MORAS - ME	R\$ 232,35
892/2017	MARCIO ANTONIO MORAS - ME	R\$ 900,38
893/2017	MARCIO ANTONIO MORAS - ME	R\$ 364,63
894/2017	MARCIO ANTONIO MORAS - ME	R\$ 261,06
966/2017	MARCIO ANTONIO MORAS - ME	R\$ 8.244,90
967/2017	JANDIRA CAPPELLARO RODRIGUES E CIA LTDA ME	R\$ 7.532,00
968/2017	COR E ARTE COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA	R\$ 390,00
969/2017	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME	R\$ 885,24
970/2017	MERCADO KAEKA LTDA ME	R\$ 82,50
971/2017	MAXI MÓVEIS E PAPELARIA LTDA ME	R\$ 580,00
	TOTAIS	R\$ 107.440,28

PROCESSO LICITATÓRIO N° 24/2017

PREGÃO N° 18/2017 - PR

N° AF	FORNCEADOR	VALOR
421/2017	JUCE MARA CAGLIARI	R\$ 98,00
424/2017	PANIFICADORA CRISAEI LTDA ME	R\$ 175,99
534/2017	PADARIA E CONFEITARIA SUPER PAO LTDA ME	R\$ 261,00
590/2017	JUCE MARA CAGLIARI	R\$ 110,80
599/2017	PANIFICADORA CRISAEI LTDA ME	R\$ 27,74
617/2017	JUCE MARA CAGLIARI	R\$ 70,00
837/2017	PADARIA E CONFEITARIA SUPER PAO LTDA ME	R\$ 50,00
972/2017	PADARIA E CONFEITARIA SUPER PAO LTDA ME	R\$ 163,69
975/2017	PADARIA E CONFEITARIA SUPER PAO LTDA ME	R\$ 49,66
	TOTAIS	R\$ 1.006,88

PROCESSO LICITATÓRIO N° 31/2017

PREGÃO N° 20/2017 - PR

N° AF	FORNCEADOR	VALOR
674/2017	RÁDIO NAMBA LTDA.	R\$ 39.270,00
675/2017	RÁDIO BEBEDOURO FM LTDA.	R\$ 39.130,00
	TOTAIS	R\$ 78.400,00

PROCESSO LICITATÓRIO N° 35/2017

PREGÃO N° 21/2017 - PR

N° AF	FORNCEADOR	VALOR
834/2017	ASSOCIAÇÃO DE ÁRBITROS DE PASSOS MAIA	R\$ 9.780,00
	TOTAIS	R\$ 9.780,00

PROCESSO LICITATÓRIO N° 37/2017

PREGÃO N° 22/2017 - PR

N° AF	FORNCEADOR	VALOR
730/2017	JANDIRA CAPPELLARO RODRIGUES E CIA LTDA ME	R\$ 6.405,20
731/2017	JANDIRA CAPPELLARO RODRIGUES E CIA LTDA ME	R\$ 16,58
733/2017	AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	R\$ 2.101,50
734/2017	AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	R\$ 11,55

735/2017	TECIMAIS COMERCIO DE TECIDOS E AVIAMENTOS LTDA - M	R\$ 1.441,00
736/2017	TECIMAIS COMERCIO DE TECIDOS E AVIAMENTOS LTDA - M	R\$ 7,62
737/2017	SCS COMERCIO LTDA ME	R\$ 8.949,50
738/2017	SCS COMERCIO LTDA ME	R\$ 187,56
739/2017	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	R\$ 5.133,00
740/2017	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	R\$ 225,00
742/2017	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME	R\$ 89,75
743/2017	MERCADO KAEKA LTDA ME	R\$ 5.492,00
744/2017	MERCADO KAEKA LTDA ME	R\$ 236,65
745/2017	ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - EPP	R\$ 2.140,50
746/2017	ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - EPP	R\$ 40,45
748/2017	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME	R\$ 12.547,00
754/2017	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME	R\$ 172,50
795/2017	SUPERMERCADO POLETTTO LTDA.	R\$ 7.543,50
814/2017	JANDIRA CAPPELLARO RODRIGUES E CIA LTDA ME	R\$ 1.404,47
858/2017	JANDIRA CAPPELLARO RODRIGUES E CIA LTDA ME	R\$ 830,75
859/2017	AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	R\$ 57,75
860/2017	SCS COMERCIO LTDA ME	R\$ 914,85
861/2017	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	R\$ 574,50
862/2017	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME	R\$ 231,15
863/2017	MERCADO KAEKA LTDA ME	R\$ 402,20
864/2017	ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - EPP	R\$ 200,90
965/2017	MERCADO KAEKA LTDA ME	R\$ 750,00
	TOTAIS	R\$ 58.107,43

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 48/2017

PREGÃO Nº 27/2017 - PR

Nº AF	FORNecedor	VALOR
827/2017	FABIO JUNIOR RIBEIRO EIRELI	R\$ 2.205,00
829/2017	DIMASA DISTRIBUIDORA DE MAT. E SANITÁRIOS LTDA EPP	R\$ 1.552,40
835/2017	DIMASA DISTRIBUIDORA DE MAT. E SANITÁRIOS LTDA EPP	R\$ 3.656,43
836/2017	DIMASA DISTRIBUIDORA DE MAT. E SANITÁRIOS LTDA EPP	R\$ 3.128,80
925/2017	PAVELSKI PRÉ MOLDADOS LTDA ME	R\$ 5.827,62
926/2017	FABIO JUNIOR RIBEIRO EIRELI	R\$ 4.967,00
927/2017	FABIO JUNIOR RIBEIRO EIRELI	R\$ 650,00
934/2017	DIMASA DISTRIBUIDORA DE MAT. E SANITÁRIOS LTDA EPP	R\$ 2.058,58
935/2017	DIMASA DISTRIBUIDORA DE MAT. E SANITÁRIOS LTDA EPP	R\$ 1.882,16
936/2017	DIMASA DISTRIBUIDORA DE MAT. E SANITÁRIOS LTDA EPP	R\$ 3.759,25
937/2017	DIMASA DISTRIBUIDORA DE MAT. E SANITÁRIOS LTDA EPP	R\$ 246,11
938/2017	DIMASA DISTRIBUIDORA DE MAT. E SANITÁRIOS LTDA EPP	R\$ 516,04
939/2017	DIMASA DISTRIBUIDORA DE MAT. E SANITÁRIOS LTDA EPP	R\$ 745,64
940/2017	DIMASA DISTRIBUIDORA DE MAT. E SANITÁRIOS LTDA EPP	R\$ 119,49
941/2017	DIMASA DISTRIBUIDORA DE MAT. E SANITÁRIOS LTDA EPP	R\$ 824,09
974/2017	PAVELSKI PRÉ MOLDADOS LTDA ME	R\$ 1.724,68
	TOTAIS	R\$ 33.863,29

Ponte Serrada, 28 de agosto de 2017.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal

Porto Belo

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PRG Nº 007/2017 - FUMTUR

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Pregão Presencial nº 007/2017 - FUMTUR

Tipo de licitação: Menor preço Global;

Objeto: Contratação de empresa pelo sistema de Registro de Preços para Locação de estruturas para atender a 4ª Festa do Camarão a se realizar no Município de Porto Belo por intermédio da Fundação Municipal de Turismo, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I do edital.

Recebimento das Propostas: Até 12:30 horas do dia 14/09/2017, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Abertura das Propostas: Às 13:00 horas do dia 14/09/2017, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site da Prefeitura Municipal, no link Licitações e no departamento de Compras e Licitações da PMPB – End. Av. Governador Celso Ramos, 2.500 – Centro–Porto Belo – SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 ramal 213 ou pelo e-mail administracao@portobelo.sc.gov.br

Porto Belo, 29 de Agosto de 2017.

Emerson Luciano Stein

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PRG Nº 017/2017 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Pregão Presencial – Registro de Preço Nº 017/2017 - FMS

Tipo de licitação: Menor preço por Item;

Objeto: Contratação de empresa pelo sistema de Registro de Preços para Aquisição de materiais laboratoriais, para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I do edital.

Recebimento dos envelopes nº 01 e 02: Até 12:30 horas do dia 18/09/2017, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Abertura das Propostas: Às 13:00 horas do dia 18/09/2017, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site da Prefeitura Municipal, no link Licitações e no departamento de Compras e Licitações da PMPB – End. Av. Governador Celso Ramos, nº 2.500 – Centro–Porto Belo – SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 ou pelo e-mail administracao@portobelo.sc.gov.br

Porto Belo, 29 de Agosto de 2017.

Emerson Luciano Stein

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1646, DE 28 DE AGOSTO DE 2017

DECRETO Nº 1646, DE 28 DE AGOSTO DE 2017

Dispõe sobre a abertura de crédito suplementar e dá outras providências, conforme autorizado no artigo 19 da Lei Municipal nº 2467/2016.

O Prefeito do Município de Porto Belo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III do artigo 41 da Lei Orgânica do Município, DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional na importância de R\$ 30.807,96 (Trinta mil, oitocentos e sete reais e noventa e seis centavos), destinado a suplementar as dotações abaixo descritas pertencente ao Orçamento Municipal vigente:

Órgão: 10 – Fundo Municipal de Assistência Social

Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Assistência Social

Funcional Programática: 08.244.0005

Atividade: 2.030 – Manutenção dos Serviços de Proteção Social Básica

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 0.3.22 SF IGD-SUAS

Valor: R\$ 10.574,24

Fonte de Recurso: 0.3.26 SF BOLSA FAMILIA

Valor: R\$ 20.233,72

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do Superávit Financeiro apurado no Exercício de 2016, por conta dos recursos IGD-SUAS no valor de R\$ 10.574,24 (Dez mil, quinhentos e setenta e quatro reais e vinte e quatro centavos) e BOLSA FAMILIA no valor de R\$ 20.233,72 (Vinte mil, duzentos e trinta e três reais e setenta e dois centavos), totalizando o valor de R\$ 30.807,96 (Trinta mil oitocentos e sete reais e noventa e seis centavos).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 28 de agosto de 2017.

EMERSON LUCIANO STEIN

PREFEITO

ERRATA AVISO DE LICITAÇÃO PRG 036/2017 - PMPB

1º TERMO DE RETIFICAÇÃO DE AVISO DE LICITAÇÃO

REGISTRO DE PREÇO Nº 036/2017 - FMS

O Município de Porto Belo, inscrito no CNPJ/MF sob nº 82.575.812/0001-20, com sede à Av. Governador Celso Ramos, nº 2500, bairro Centro, cidade de Porto Belo/SC, vem por meio deste RETIFICAR o Aviso de Licitação publicado no dia 24/08/2017 no Diário Oficial dos Municípios:

Objeto: REGISTRO DE PREÇO – Aquisição de medicamentos de uso veterinário e ração para suprir a demanda no centro de castração animal do Município de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo do Edital.

Onde se lê:

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Pregão Presencial – Registro de Preço Nº

037/2017 - PMPB

Tipo de licitação: Menor preço por Item;

Objeto: Contratação de empresa pelo sistema de Registro de Preços para Aquisição de materiais de sinalização para atender as necessidades do departamento de trânsito do Município de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I deste edital.

Recebimento das Propostas: Até 15:30 horas do dia 06/09/2017, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Abertura das Propostas: Às 16:00 horas do dia 06/09/2017, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site da Prefeitura Municipal, no link Licitações e no departamento de Compras e Licitações da PMPB – End. Av. Governador Celso Ramos, 2.500 – Centro–Porto Belo – SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 – ramal 213 ou pelo e-mail administracao@portobelo.sc.gov.br.

Porto Belo, 24 de Agosto de 2017.

Emerson Luciano Stein

Prefeito Municipal

Leia-se:

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE REABERTURA DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Pregão Presencial – Registro de Preço Nº

036/2017 - PMPB

Tipo de licitação: Menor preço por Item;

Objeto: Contratação de empresa pelo sistema de Registro de Preços para Aquisição de materiais de sinalização para atender as necessidades do departamento de trânsito do Município de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I deste edital.

Recebimento das Propostas: Até 15:30 horas do dia 06/09/2017, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Abertura das Propostas: Às 16:00 horas do dia 06/09/2017, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site da Prefeitura Municipal, no link Licitações e no departamento de Compras e Licitações da PMPB – End. Av. Governador Celso Ramos, 2.500 – Centro–Porto Belo – SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 – ramal 213 ou pelo e-mail administracao@portobelo.sc.gov.br.

Porto Belo, 24 de Agosto de 2017.

Emerson Luciano Stein

Prefeito Municipal

Ficam mantidas as demais informações do Aviso de licitação do PREGÃO – REGISTRO DE PREÇO Nº 036/2017 - PMPB.

Maiores informações através do telefone (47) 3369-4111 ou email administracao@portobelo.sc.gov.br das 12:00 às 18:00 horas de segunda à sexta-feira.

Porto Belo/SC, 29 de Agosto de 2017.

Rodrigo Truffa da Costa

Pregoeiro

Prefeitura Municipal de Porto Belo

Porto União

PREFEITURA

DECRETO Nº 271/2017

DECRETO Nº 271, de 25 de agosto de 2017.

Dispõe sobre crédito suplementar, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pela Lei Municipal nº 4.475, de 23 de agosto de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar no Orçamento próprio do Fundo Municipal de Educação, às dotações orçamentárias a seguir especificadas, no valor de R\$ 800.000,00 (Oitocentos mil reais), conforme discriminação seguinte:

ÓRGÃO ORGÃO	1700 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
UNIDADE	1701 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
PROJETO	1002 – Construção/Ampliação/Aquisição Equipamentos Escolares		
MODALIDADE	4490 – 104 – Aplicações Diretas	04	700.000,00
ATIVIDADE	2014 – Manutenção Ensino Fundamental		
MODALIDADE	3390 – 104 – Aplicações Diretas	20	100.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO			800.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes de excesso de arrecadação do exercício, na Fonte 104.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 25 de agosto de 2017.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO
Secretário Municipal de Administração e Esporte

SOFIA SYDOL
Secretária Municipal de Finanças
e Contabilidade

DECRETO Nº 272/2017

DECRETO Nº 272, de 28 de agosto de 2017.

Dispõe sobre a Conferência de Saúde do Município de Porto União.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º A Conferência Municipal de Saúde é o fórum máximo de deliberação da Política de Saúde, conforme dispõe a Lei Federal 8.142/90.

Art. 2º Fica convocada a V Conferência de Saúde do Município de Porto União, que acontecerá no dia 28 de setembro de 2017.

Art. 3º O tema central da Conferência será "ACESSIBILIDADE E ACOLHIMENTO NO SUS DE PORTO UNIÃO", abordando os seguintes eixos:

- I- Judicialização da Medicina;
- II- Ato Médico e suas Referências e Contrarreferências;
- III- Exame do SUS e Seus Sistemas Reguladores Municipais;
- IV- Atenção Farmacêutica e sua Informatização.

§ 1º O eixo será discutido em painéis centrais/mesas redondas, com coordenação da Secretaria Municipal de Saúde, e a participação de expositores, indicados pela Comissão Organizadora, assegurando o debate com os delegados e convidados.

§ 2º Serão elaboradas ementas que orientarão as apresentações dos expositores nos painéis centrais.

Art. 4º A Conferência Municipal de Saúde será realizada no Centro Cultural 25 de Julho, sito na Rua Antiocho Pereira, nº 208 – Centro – Porto União – SC, no dia 28 de setembro de 2017, das 08:00 às 17:00 horas.

Art. 5º A Conferência será presidida pelo Secretário Municipal de Saúde e coordenada pela Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 6º As normas de organização e funcionamento da Conferência serão expedidas em Portaria deliberada pelo Conselho Municipal de Saúde e publicada pela Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 28 de agosto de 2017.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO
Secretário Municipal de Administração e Esporte

MARIVALDO DOS REIS SANTA ISABEL
Secretário Municipal de Saúde

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 008/2017 - EDUCAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO
ESTADO DE SANTA CATARINA
JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Processo Licitatório nº 036/2017 - EDUCAÇÃO
Inexigibilidade de Licitação nº 008/2017

Caracterização da Situação: O Município irá adquirir, por meio de Adesão à Ata de Registro de Preços 026/2016 – do Pregão Eletrônico nº 38/2015/FNDE/MEC, conjuntos para os alunos do Núcleo Educacional Criança Feliz.

Descrição do Objeto: O objeto da presente é, justamente, a aquisição por meio de Adesão à Ata de Registro de Preços 026/2016 – do Pregão Eletrônico nº 38/2015/FNDE/MEC, de conjuntos para os alunos do Núcleo Educacional Criança Feliz.

Razão da Escolha: A escolha recaiu sobre a empresa Maqmoveis Indústria e Comércio de Móveis Ltda, inscrita no CNPJ 54.826.367/0005-11, visto que o município efetuou adesão a Ata de Registro de Preços do aludido Pregão Eletrônico nº 38/2015/FNDE/MEC, constatando-se portanto a inviabilidade de competição.

Do Preço: O valor total geral a ser pago será de R\$ 4.602,00 (quatro mil seiscentos e dois reais).

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta dos Recursos da Dotação Orçamentária:

Órgão 1700 – Fundo Municipal de Educação
Unidade 1701 – Fundo Municipal de Educação
Atividade 2009 – Manutenção Educação Infantil
Modalidade 4490-3170 – Aplicações diretas
Cód. 50

Complemento 44905242 – Mobiliário em Geral

Da Justificativa: A presente inexigibilidade encontra respaldo no art. 25, caput, da Lei 8.666/93, já que restou evidenciada a inviabilidade de competição, face os motivos já expostos.

Porto União, 28 de agosto de 2017.
MIGUEL CHOKAILO NETO
Presidente da Comissão Permanente de Licitações
Decreto 046/2017

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 009/2017 - EDUCAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO
ESTADO DE SANTA CATARINA
JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Processo Licitatório nº 037/2017 - EDUCAÇÃO
Inexigibilidade de Licitação nº 009/2017

Caracterização da Situação: O Município necessita adquirir passagens para os professores, alunos, funcionários e estagiários da Rede Pública Municipal de Ensino e Secretaria Municipal da Educação do município de Porto União, referente as linhas Porto União X São Miguel da Serra, São Miguel da Serra X Porto União, Pintadinho X São Miguel da Serra, São Miguel da Serra X Pintadinho, pelo período de 12 (doze) meses.

Descrição do Objeto: O objeto da presente é, justamente, a aquisição de passagens para os professores, alunos, funcionários e estagiários da Rede Pública Municipal de Ensino e Secretaria Municipal da Educação do município de Porto União, referente as linhas Porto União X São Miguel da Serra, São Miguel da Serra X Porto União, Pintadinho X São Miguel da Serra, São Miguel da Serra X Pintadinho, pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período se houve interesse entre as partes.

Razão da Escolha: A escolha recaiu sobre a empresa Reunidas S.A Transportes Coletivos, inscrita no CNPJ 83.054.395/0001-32, uma vez que a mesma é detentora da concessão estadual de linhas rodoviárias.

Do Preço: O valor total estimado a ser pago será de R\$ 8.280,00 (oito mil duzentos e oitenta reais).

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta dos Recursos das Dotações Orçamentárias n.o:

Órgão 1700 – Fundo Municipal de Educação
Unidade 1701 – Fundo Municipal de Educação
Atividade 2014 – Manutenção Ensino Fundamental
Modalidade 3390-104 – Aplicações diretas
Cód. 20

Complemento 33903301 – Passagens para o país

Da Justificativa: A presente inexigibilidade encontra respaldo no art. 25 caput e inciso I, da Lei 8.666/93, já que restou evidenciada a inviabilidade de competição, face os motivos já expostos.

Porto União, 28 de agosto de 2017.
MIGUEL CHOKAILO NETO
Presidente da Comissão Permanente de Licitações
Decreto 046/2017

Pouso Redondo

PREFEITURA

RETIFICAÇÃO PROCESSO 039 2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

PROCESSO N° 039/2017

PREGÃO PRESENCIAL N°028/2017

RETIFICAÇÃO 01

O MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO, SC, torna público para conhecimento dos interessados, que altera-se o edital acima citado, Onde:. RETIFICA-SE O DESCRITIVO DO ITEM 01 E 04, E ALTERA-SE VALORES DOS ITENS 04, 08 E 09 , EM VIRTUDE DISTO ALTERA-SE A DATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E HABILITAÇÃO PASSANDO A SER A NOVA DATA DIA 12/09/2017 ÀS 09:00 HORAS. As demais cláusulas, permanecem inalteradas. Maiores informações e o Edital Completo serão fornecidos pelo Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Pouso Redondo, pelo fone (47) 3545-1133 pelo e-mail: licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br, ou pelo site www.pousoredondo.sc.gov.br.

Pouso Redondo, em 28 de Agosto de 2017.

OSCAR GUTZ

Prefeito Municipal

Praia Grande

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO 109 2017 PREFA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRAIA GRANDE/SC

CONTRATO N°. 109/2017

COMPRA DIRETA N.º 350/2017

CONTRATADA: PONTONET COMPUTADORES E REDES LTDA-EPP

DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE SISTEMA DE INTERNET PARA SALA DE DIRETOR DO ESPORTE, NO GINÁSIO JAIRO REIS.

DO VALOR: R\$ 451,16

DA VIGENCIA: 24/08/2017 à 31/12/2017.

Praia Grande, 24 de Agosto de 2017.

HENRIQUE MATOS MACIEL

Prefeito Municipal.

Princesa

PREFEITURA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 19.2017 - EPI

Extrato de Publicação de Ata de Registro de Preços

Detentor(es) da Ata: AGRO VETERINÁRIA PRINCESA LTDA
COMÉRCIO, TRANSPORTES E CONFECCÕES LAMB LTDA
KMB INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CONFECCÕES EIRELI
MASTERSUL EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA – EPP
MECÂNICA AGRÍCOLA MEOTTI LTDA
SALUS PROTEÇÃO, SAÚDE E BEM ESTAR EIRELI – ME
SUPERMERCADO FRANK LTDA - ME

Ata de Registro de Preços: 19/2017-PM
Processo Licitatório: 57/2017-PM
Pregão Presencial: 33/2017-PM
Fundamento Legal: Lei 8.666/93, Lei 10.520 e demais legislação.

Objeto: "REGISTRO DE PREÇOS para eventual e futura aquisição de EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL e UNIFORMES...".

Data da Assinatura: 23/08/2017
Data da Publicação: 29/08/2017
Vigência: 12 (doze) meses, contados da assinatura da Ata.

Valor Total (previsto): R\$ 31.048,44 (trinta e um mil, quarenta e oito reais e quarenta e quatro centavos).

Forma de Pagamento: até o 10º dia do mês subsequente à entrega do produto.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 21.2017-PM - GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

Extrato de Publicação de Ata de Registro de Preços

Detentor(es) da Ata: A.E.M OESTE COMERCIAL LTDA
AGRO VETERINÁRIA PRINCESA LTDA
AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA
PANIFICADORA LUDWIG LTDA – ME
SCS COMÉRCIO LTDA – ME
SUPERMERCADO FRANK LTDA - ME

Ata de Registro de Preços: 21/2017-PM
Processo Licitatório: 61/2017-PM
Pregão Presencial: 37/2017-PM
Fundamento Legal: Lei 8.666/93, Lei 10.520 e demais legislação.

Objeto: "REGISTRO DE PREÇOS para eventual e futura aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS...".

Data da Assinatura: 28/08/2017
Data da Publicação: 30/08/2017

Vigência: 12 (doze) meses, contados da assinatura da Ata.

Valor Total (previsto): R\$ 118.469,60 (cento e dezoito mil, quatrocentos e sessenta e nove reais e sessenta centavos).

Forma de Pagamento: até o 10º dia do mês subsequente à entrega do produto.

EXTRATO DE CONTRATO 43.2017 - MANUTENÇÃO ELEVADOR

Extrato de Publicação de Contrato

Contratada: VOLPI MANUTENÇÃO E MONTAGEM LTDA

Contrato: 43/2017-PM

Processo Licitatório: 66/2017-PM

Dispensa de Licitação: 15/2017-PM

Fundamento Legal: Lei 8.666/93.

Objeto: "Contratação de Pessoa Jurídica especializada para a realização de serviços técnicos de MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA a serem prestados no elevador Modelo EH0013, número de série 1017, ano de fabricação 2014, instalado no prédio do Centro Administrativo Municipal".

Data da Assinatura: 28/08/2017

Data da Publicação: 29/08/2017

Vigência: 12 meses

Valor Total: R\$ 3.360,00 (três mil, trezentos e sessenta reais).

Forma de Pagamento: Até o 10º dia útil do mês subsequente ao da execução do serviço

EXTRATO DE DISPENSA 15.2017-PM - MANUTENÇÃO ELEVADOR

MUNICÍPIO DE PRINCESA/SC

Processo Licitatório 66/2017-PM

Dispensa de Licitação 15/2017-PM

O Município de PRINCESA/SC torna público que realizará licitação PÚBLICA, destinada à "Contratação de Pessoa Jurídica especializada para a realização de serviços técnicos de MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA a serem prestados no elevador Modelo EH0013, número de série 1017, ano de fabricação 2014, instalado no prédio do Centro Administrativo Municipal". A efetivação do procedimento ocorrerá na sede da Prefeitura Municipal, situada na Rua Rio Grande do Sul, 545, Centro – Princesa/SC. Cópia do edital e maiores informações podem ser obtidas no endereço citado, pelo telefone (49) 3641.0059, pelo e-mail compras@princesa.sc.gov.br ou no endereço eletrônico www.princesa.sc.gov.br. Princesa/SC, 28 de agosto de 2017. Edilson Miguel Volkweis – Prefeito Municipal.

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA REVOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 56/2017-PM, MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS Nº 06/2017-PM.

Extrato de Publicação de Revogação de Processo Licitatório

Processo Licitatório: 56/2017-PM.

Tomada de Preços: 06/2017-PM.

Fundamento Legal: Lei 8.666/93.

Objeto: "Contratação de Pessoa Jurídica habilitada para executar projeto de CERCAMENTO DE TERRENO, localizado no Lote Industrial 01-QA, Rua Sete de Setembro, Garagem de Máquinas do Município de Princesa/SC."

Motivo: Na data designada para a sessão às 08:00 horas do dia 25 de Agosto de 2017, não houve proponentes interessados ao objeto, tão pouco proponentes que apresentaram proposta, logo o Processo Licitatório nº 56/2017, Tomada de Preços nº 06/2017-PM, foi declarado DESERTO.

Data da Revogação: 28/08/2017

Data da Publicação: 29/08/2017

Rancho Queimado

PREFEITURA

PORTARIA 316-2017 CONCEDE LIC MÉDICA WALLACE E C SANTIAGO

PORTARIANº 316/2017

CONCEDE LICENÇA MÉDICA

A PREFEITA MUNICIPAL DE RANCHO QUEIMADO, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 60 da Lei Orgânica do Município de Rancho Queimado, promulgada em 31 de Março de 1990, RESOLVE CONCEDER 10 (dez) dias de Licença Médica a WALLACE EDUARDO CAMARGO SANTIAGO, a partir de 20 a 29 de agosto de 2017, conforme atestado e resultado de perícia médica.

Rancho Queimado, em 24 de agosto de 2017.

CLECI APARECIDA VERONEZI

Prefeita municipal

RESULTADO PROCESSO SELETIVO 09-2017

RESULTADO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

EDITAL Nº 09/2017.

AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS

Colocação	Nome do Candidato	Nota
01	Sandra Cristina Broering Siqueira	9,00
02	Lourdes Hugen	9,00
03	Luisa Augusta Sperber Antunes	9,00
04	Fernanda Hinckel Abreu	8,00
05	Sirlene Nau Sperber	6,00
-	Márcia Hinckel	faltou
-	Lady José Nicoden	faltou

Rancho Queimado, em 25 de agosto de 2017.

CLECI APARECIDA VERONEZI

Prefeita Municipal

Rio do Sul

PREFEITURA

ANDRE LUCIANO DE SOUZA - 4º TERMO ADITIVO

4º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 125/2017, firmado em 28/02/2017, com término previsto para 01/08/2017.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr(a) ANDRE LUCIANO DE SOUZA, portador(a) do CPF nº 701.352.239-20, na qualidade de Contratado(a), celebram o 4º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 125/2017, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 125 / 2017, iniciando-se a prorrogação em 02/08/2017 e encerrando-se em 04/09/2017." Cláusula Segunda - Da Ratificação Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 01/08/2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

ANDRE LUCIANO DE SOUZA

Contratado(a)

BERENICE CARDOSO ISAIAS - 3º TERMO ADITIVO

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 229/2017, firmado em 08/05/2017, com término previsto para 21/08/2017.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr(a) BERENICE CARDOSO ISAIAS, portador(a) do CPF nº 821.622.989-53, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 229/2017, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 229 / 2017, iniciando-se a prorrogação em 22/08/2017 e encerrando-se em 11/10/2017." Cláusula Segunda - Da Ratificação Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 02/08/2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

BERENICE CARDOSO ISAIAS

Contratado(a)

DANIEL STREY - 22º TERMO ADITIVO

22º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 90/2011, firmado em 01/02/2011, com término previsto para 02/08/2017.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) DANIEL STREY, portador(a) do CPF nº 062.941.539-05, na qualidade de Contratado(a), celebram o 22º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 90/2011, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 90 / 2011, iniciando-se a prorrogação em 03/08/2017 e encerrando-se em 04/09/2017." Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 01/08/2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

DANIEL STREY

Contratado(a)

DECRETO 6459

DECRETO Nº 6459 de 25 de agosto de 2017

"DISPÕE SOBRE A CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO ENTRE O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL E A ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA DUQUE DE CAXIAS".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o artigo 89, §3º, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul;

DECRETA:

Art. 1º. Fica concedida a autorização de uso, de um veículo, de placa ABQ 5585, chassi n. 30830411667070, renavam n. 513400591, ano/modelo 1985/1985, patrimônio n. 9936, frota 146, de propriedade do Município de Rio do Sul, à Associação Desportiva Duque de Caxias, inscrita no CNPJ sob o n. 85.788.149/0001-30.

Parágrafo único. A autorização de uso destina-se a utilização do veículo no evento Festa do Rei e Rainha do Bolão, no dia 02 de setembro de 2017.

Art. 2º. A presente autorização de uso será formalizada por meio de hábil e competente Termo de Autorização de Uso, devidamente assinado fazendo parte integrante do presente Decreto.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO

25 de agosto de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 6428, DE 17 DE AGOSTO DE 2017.

DECRETO Nº 6428, de 17 de agosto de 2017.

"HOMOLOGA RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 031/2017 FMS, DE 15.08.2017".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o inciso VI, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul e com a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado, de acordo com o parecer do pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 5810, de 02 de janeiro de 2017, e Decreto nº 6091, de 21 de março de 2017, o resultado do Pregão Presencial para registro de preços nº 031/2017 de 15.08.2017, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante:

PANIFICADORA COELHO NETO LTDA.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

17 de agosto de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

ANEXO AO DECRETO Nº 6428/2017

Pregão Presencial: Nº 031/2017 de 17.08.2017.

Objeto da Licitação:

REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COMPOR OS COFFES BREAKS DURANTE AS CAPACITAÇÕES, SEMINÁRIOS, CONFERÊNCIAS E GRUPOS DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE REALIZADAS EM DIVERSOS SETORES DA SECRETARIA DE SAÚDE; CONFORME DESCRIMINADO NO ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA.

Participantes:

PANIFICADORA COELHO NETO LTDA.

PADARIA E CONFEITARIA DONA LINDA LTDA. ME

Decisão: Pelo critério de menor preço por item sob regime de execução global o pregoeiro declarou vencedores os licitantes:

PANIFICADORA COELHO NETO LTDA.

DECRETO Nº 6429, DE 17 DE AGOSTO DE 2017.

DECRETO Nº 6429, de 17 de agosto de 2017.

"CONCEDE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO – ESPECIAL DE MAGISTÉRIO A SRA. MARGARETE FRANZ."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, usando das prerrogativas previstas no inciso VI, do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e de conformidade com o disposto no artigo 253 da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015, com o artigo 4º e seguintes da Lei Complementar nº 308 de 30/11/2015, artigo 19 e seguintes do Decreto nº 119 de 21/01/2002, artigo 6º, da Emenda Constitucional 41/2003 e artigo 40, § 5º da Constituição Federal.

DECRETA:

Art. 1º- Fica concedida a aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição a Sra. MARGARETE FRANZ, brasileira, convivente em união estável, professora, portadora da C.I. nº 1.891.842-5 - SSP/SC e inscrita no CPF nº 575.999.049-72, residente e domiciliada na Rua Paulo Cesar Tonon, 67, Barragem, município de Rio do Sul/SC., no cargo de Professora, nível C-3, com proventos integrais e paridade partir de 01/09/2017.

Art. 2º- A aposentadoria é concedida em conformidade com o disposto no artigo 253 da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015, com o artigo 4º e seguintes da Lei Complementar nº 308 de 30/11/2015, artigo 19 e seguintes do Decreto nº 119 de 21/01/2002, artigo 6º da Emenda Constitucional 41/2003 e artigo 40, § 5º da Constituição Federal.

Art. 3º- A presente concessão é efetivada em caráter precário, haja vista a necessidade de registro e homologação no Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE.

Art. 4º- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

17 de agosto de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração

DECRETO Nº 6430, DE 17 DE AGOSTO DE 2017.

DECRETO Nº 6430, de 17 de agosto de 2017.

“CONCEDE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO – ESPECIAL DE MAGISTÉRIO A SRA. NILZA COELHO.”

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, usando das prerrogativas previstas no inciso VI, do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e de conformidade com o disposto no artigo 253 da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015, com o artigo 4º e seguintes da Lei Complementar nº 308 de 30/11/2015, artigo 19 e seguintes do Decreto nº 119 de 21/01/2002, artigo 6º, da Emenda Constitucional 41/2003 e artigo 40, § 5º da Constituição Federal.

DECRETA:

Art. 1º- Fica concedida a aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição a Sra. NILZA COELHO, brasileira, casada, professora, portadora da C.I. nº 1.426.773 - SSP/SC e inscrita no CPF nº 970.125.999-87, residente e domiciliada na Rua Henrique Muller, 305, Pamplo-na, município de Rio do Sul/SC., no cargo de Professora, nível C-3, com proventos integrais e paridade partir de 01/09/2017.

Art. 2º- A aposentadoria é concedida em conformidade com o disposto no artigo 253 da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015, com o artigo 4º e seguintes da Lei Complementar nº 308 de 30/11/2015, artigo 19 e seguintes do Decreto nº 119 de 21/01/2002, artigo 6º da Emenda Constitucional 41/2003 e artigo 40, § 5º da Constituição Federal.

Art. 3º- A presente concessão é efetivada em caráter precário, haja vista a necessidade de registro e homologação no Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE.

Art. 4º- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

17 de agosto de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração

DECRETO Nº 6434, DE 18 DE AGOSTO DE 2017.

DECRETO Nº 6434, de 18 de agosto de 2017.

“HOMOLOGA RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL Nº 032/2017 FMS, DE 16.08.2017”.

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o inciso VI, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul e com a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado, de acordo com o parecer do pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 5810, de 02 de janeiro de 2017, e Decreto nº 6091, de 21 de março de 2017, o resultado do Pregão Presencial para registro de preços nº 032/2017 de 16.08.2017, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante:

JAIME KLEHM ME

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

18 de agosto de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

ANEXO AO DECRETO Nº 6434/2017

Pregão Presencial: Nº 032/2017 de 16.08.2017.

Objeto da Licitação:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS CONTINUADOS DE JARDINAGEM, INCLUINDO MANUTENÇÃO, FORNECIMENTO DE MÃO-DE-OBRA, FERRAMENTAS, EQUIPAMENTOS, CONFORME DESCRIMINADO NO ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA.

Participantes:

JAIME KLEHM ME

Decisão: Pelo critério de menor preço por item sob regime de execução global o pregoeiro declarou vencedores os licitantes:

JAIME KLEHM ME

DECRETO Nº 6449, DE 22 DE AGOSTO DE 2017.

DECRETO Nº 6449, de 22 de agosto de 2017.

"HOMOLOGA RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 035/2017, FMS DE 18.08.2017".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o inciso VI, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul e com a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado, de acordo com o parecer do pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 5810, de 02 de janeiro de 2017, o resultado do Pregão Presencial para registro de preços nº 035/2017 de 18.08.2017, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante:

DROGARIA FARMALINE LTDA. EPP

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

22 de agosto de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

ANEXO AO DECRETO Nº 6449/2017

Pregão Presencial: Nº 035/2017, FMS de 18.08.2017.

Objeto da Licitação:

REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS ÉTICOS, GENÉRICOS E SIMILARES PRESCRITOS POR MÉDICOS PARA PACIENTES DO SUS DESTA MUNICÍPIO, BASEADOS SOBRE OS PREÇOS FIXADOS NA REVISTA ABC FARMA, NA LICITAÇÃO DE "MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO". PARA FORNECIMENTO (DIRETO NO BALCÃO, NO PERÍMETRO URBANO DA CIDADE DE RIO DO SUL – SC).

Participantes:

DROGARIA FARMALINE LTDA. EPP

Decisão: Pelo critério de maior percentual de desconto sob regime de execução global o pregoeiro declarou vencedores os licitantes:

DROGARIA FARMALINE LTDA. EPP

DECRETO Nº 6450, DE 22 DE AGOSTO DE 2017

DECRETO Nº 6450, de 22 de agosto de 2017.

"HOMOLOGA RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL Nº 055/2017 DE 29.06.2017".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o inciso VI, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul e com a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado, de acordo com o parecer do pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 5810, de 02 de janeiro de 2017, e Decreto nº 6091, de 21 de março de 2017, o resultado do Pregão Presencial para registro de preços nº 055/2017 de 29.06.2017, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante:

INSTITUTO O BARRIGA VERDE

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

22 de agosto de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

ANEXO AO DECRETO Nº 6450/2017

Pregão Presencial: Nº 055/2017 de 29.06.2017.

Objeto da Licitação:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ELABORAÇÃO E APLICAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO, DESTINADO AO PROVIMENTO DE CARGOS DO QUADRO DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL. SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

Participantes:

CLIK SOLUÇÕES TÉCNICAS, ADM. E PEG. LTDA.

INSTITUTO O BARRIGA VERDE

Decisão: Pelo critério de menor preço sob regime de execução global o pregoeiro declarou vencedores os licitantes:

INSTITUTO O BARRIGA VERDE

DECRETO Nº 6451, DE 22 DE AGOSTO DE 2017.

DECRETO Nº 6451, de 22 de agosto de 2017.

"HOMOLOGA RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 048/2017 DE 19.06.2017".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o inciso VI, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul e com a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado, de acordo com o parecer do pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 5810, de 02 de janeiro de 2017, e Decreto nº 6091, de 21 de março de 2017, o resultado do Pregão Presencial para registro de preços nº 048/2017 de 19.06.2017, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante:

SSAT SINALIZAÇÃO E ADESIVOS EIRELI

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

22 de agosto de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

ANEXO AO DECRETO Nº 6451/2017

Pregão Presencial: Nº 048/2017 de 19.06.2017.

Objeto da Licitação:

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS CONTRATAÇÕES DE SERVIÇOS, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS PARA IMPLANTAÇÃO DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA NAS VIAS PÚBLICAS MUNICIPAIS. DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO.

Participantes:

SSAT SINALIZAÇÃO E ADESIVOS EIRELI

Decisão: Pelo critério de menor preço sob regime de execução global o pregoeiro declarou vencedores os licitantes:

SSAT SINALIZAÇÃO E ADESIVOS EIRELI

DECRETO Nº 6453, DE 23 DE AGOSTO DE 2017.

DECRETO Nº 6453, de 23 de agosto de 2017.

"HOMOLOGA RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO EDITAL PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 061/2017 DE 01.08.2017".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o inciso VI, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul e com a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado, de acordo com o parecer do pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 5810, de 02 de janeiro de 2017, o resultado do Pregão Presencial para registro de preços nº 061/2017 de 01.08.2017, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante:

NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA.
AP OESTE DISTRIBUIDORA E COM. DE ALIMENTOS LTDA – EPP
JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI –
JP DE LIMA COM. DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA. EPP
LUIZ MINIOLI NETTO EPP
NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA. – ME
CLEITON DE SOUZA COMERCIAL – ME
MARCELO JACOB ME
ALFREDO COMÉRCIO VAREJISTA LTDA. ME
LEMPEXCEL PRODUTOS DE LIM PEZA LTDA ME

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO
23 de agosto de 2017.
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito do Município de Rio do Sul

ANEXO AO DECRETO Nº 6453/2017

Pregão Presencial: Nº 061/2017 de 01.08.2017.

Objeto da Licitação:

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA, PARA ATENDER AS SECRETARIAS E FUNDAÇÕES DA MUNICIPALIDADE.

Participantes:

NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA.
AP OESTE DISTRIBUIDORA E COM. DE ALIMENTOS LTDA – EPP
JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI –
JP DE LIMA COM. DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA. EPP
LUIZ MINIOLI NETTO EPP
NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA. – ME
CLEITON DE SOUZA COMERCIAL – ME
MARCELO JACOB ME
ALFREDO COMÉRCIO VAREJISTA LTDA. ME
LEMPEXCEL PRODUTOS DE LIM PEZA LTDA ME

Decisão: Pelo critério de menor preço por item sob regime de execução global o pregoeiro declarou vencedores os licitantes:

NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA.
AP OESTE DISTRIBUIDORA E COM. DE ALIMENTOS LTDA – EPP
JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI –
JP DE LIMA COM. DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA. EPP
LUIZ MINIOLI NETTO EPP
NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA. – ME
CLEITON DE SOUZA COMERCIAL – ME
MARCELO JACOB ME
ALFREDO COMÉRCIO VAREJISTA LTDA. ME
LEMPEXCEL PRODUTOS DE LIM PEZA LTDA ME

DECRETO Nº 6456, DE 24 DE AGOSTO DE 2017.

DECRETO Nº 6456, de 24 de agosto de 2017.

"HOMOLOGA RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO N. 002/2017."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal, Art. 73 da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul, Lei Complementar n. 309/2010 e alterações, Lei Complementar n. 208/2010 e alterações, Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002 e alterações, Portaria n. 154, de 24 de janeiro de 2008 e demais disposições legais aplicáveis,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado o resultado final do Processo Seletivo nº 002/2017, de acordo com o que dispunha o respectivo Edital.

Art. 2º - O Anexo I é parte integrante deste Decreto.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO.

24 de agosto de 2017

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul.

PROCESSO SELETIVO N. 002/2017

ANEXO I – RESULTADO FINAL APÓS ANÁLISE DOS RECURSOS

	Auxiliar de Saúde Bucal		
Classificação	Candidato	Títulos	Critério de desempate
1º	Cristilane Tuon	6,0	Item 7.1.2. 1º
2º	Ligia Maria Schissl Braatz	6,0	Item 7.1.2. 3º
3º	Marlizete Pandini Voigt	6,0	Item 7.1.2. 3º
4º	Juliana Roth Wahlbrinck	6,0	Item 7.1.2. 3º
5º	Jonathan Gercke Teixeira	5,0	
6º	Diana Cavalheiro Six	4,0	
7º	Maria Celina Eissmann	3,0	
8º	Lucia Helena Garcia	2,0	Item 7.1.2. 1º
9º	Ihara Lange	2,0	Item 7.1.2. 1º
10º	Sigmara Luisa Da Cunha	2,0	Item 7.1.2. 1º
11º	Ferdinand Marcos Poleza	2,0	Item 7.1.2. 2º
12º	Cassia Esther Malisseski De Souza	2,0	Item 7.1.2. 2º
13º	Aline Juliane Sasse	1,5	
14º	Elfi Klassen	0,0	Item 7.1.1. 1º
15º	Elisabeth Aparecida Fronza	0,0	Item 7.1.2. 3º
16º	Marion Correa	0,0	Item 7.1.2. 3º
17º	Marli Seferino	0,0	Item 7.1.2. 3º
18º	Rosa Monica Fronza	0,0	Item 7.1.2. 3º
19º	Jaqueline Marchi Serafim	0,0	Item 7.1.2. 3º
20º	Rosangélica Macedo De Sousa	0,0	Item 7.1.2. 3º
21º	Loeni Lopes	0,0	Item 7.1.2. 3º
22º	Maria Elisa Mayr	0,0	Item 7.1.2. 3º
23º	Luciani Salvador Venturi	0,0	Item 7.1.2. 3º
24º	Wivalde Godoi Pereira De Assis Filho	0,0	Item 7.1.2. 3º
25º	Marcia Lichtenfelz	0,0	Item 7.1.2. 3º
26º	Glauce Regina Gerber	0,0	Item 7.1.2. 3º
27º	Graziella Matteussi	0,0	Item 7.1.2. 3º
28º	Cristilane Tuon	0,0	Item 7.1.2. 3º
29º	Marilene Linhares	0,0	Item 7.1.2. 3º
30º	Diogo De Oliveira Brod	0,0	Item 7.1.2. 3º
31º	Estela Marian Santos	0,0	Item 7.1.2. 3º
32º	Gerusa Paricia De Oliveira	0,0	Item 7.1.2. 3º
33º	Lilian Regina Angelo	0,0	Item 7.1.2. 3º
34º	Cleusa Flor Dias	0,0	Item 7.1.2. 3º
35º	Maria Luciana Cordeiro	0,0	Item 7.1.2. 3º

36º	Andreia Perpétua Wysoki Brizola	0,0	Item 7.1.2. 3º
37º	Aline Cristina Martins	0,0	Item 7.1.2. 3º
38º	Marcela Costa De Sales	0,0	Item 7.1.2. 3º
39º	Regina Aparecida Schmedler	0,0	Item 7.1.2. 3º
40º	Grasiela Longen	0,0	Item 7.1.2. 3º
41º	Graziele Dos Santos	0,0	Item 7.1.2. 3º
42º	Joelma Longen Christen	0,0	Item 7.1.2. 3º
43º	Fernanda Soster Candido	0,0	Item 7.1.2. 3º
44º	Crisleia Goncalves	0,0	Item 7.1.2. 3º
45º	Benjamin De Souza Padilha	0,0	Item 7.1.2. 3º
46º	Gisiele Nolli Haskel	0,0	Item 7.1.2. 3º
47º	Janaina Machado	0,0	Item 7.1.2. 3º
48º	Ana Paula Nunes	0,0	Item 7.1.2. 3º
49º	Pricila Stein	0,0	Item 7.1.2. 3º
50º	Cátia Regina Da Luz Zanelato	0,0	Item 7.1.2. 3º
51º	Fernanda Berri	0,0	Item 7.1.2. 3º
52º	Natalia Ceretta Barp	0,0	Item 7.1.2. 3º
53º	Rodrigo Constantino	0,0	Item 7.1.2. 3º
54º	Franciele Cleto Mariano	0,0	Item 7.1.2. 3º
55º	Gisele Aparecida Bach	0,0	Item 7.1.2. 3º
56º	Jociara Camile Batista	0,0	Item 7.1.2. 3º
57º	Adriana Aparecida Soares	0,0	Item 7.1.2. 3º
58º	Daiene Sevegnani	0,0	Item 7.1.2. 3º
59º	Ana Cecilia Medeiros	0,0	Item 7.1.2. 3º
60º	Lucimara Dos Santos Koch	0,0	Item 7.1.2. 3º
61º	Pamela Cristina Borba	0,0	Item 7.1.2. 3º
62º	Ariana Floriano Da Silva	0,0	Item 7.1.2. 3º
63º	Celia Eleine Kirschner	0,0	Item 7.1.2. 3º
64º	Juliane De Lara Cardoso Ferens	0,0	Item 7.1.2. 3º
65º	Franciane Ribeiro Steinbach	0,0	Item 7.1.2. 3º
66º	Reginaldo Frank Gomes Dos Santos	0,0	Item 7.1.2. 3º
67º	Raquel Linzmeyer	0,0	Item 7.1.2. 3º
68º	Jane Corrêa	0,0	Item 7.1.2. 3º
69º	Jenifer Emanuele De Abreu	0,0	Item 7.1.2. 3º
70º	Michele Aparecida Preis Schotten	0,0	Item 7.1.2. 3º
71º	Carlos Alexandre Ferreira De Almeida	0,0	Item 7.1.2. 3º
72º	Priscila Maria Dos Santos	0,0	Item 7.1.2. 3º
73º	Cintia Esser	0,0	Item 7.1.2. 3º
74º	Táise Cristina Da Luz	0,0	Item 7.1.2. 3º
75º	Daiane Fernandes	0,0	Item 7.1.2. 3º
76º	Verônica Sousa Guimarães Avi	0,0	Item 7.1.2. 3º
77º	Maycka Aparecida Caetano	0,0	Item 7.1.2. 3º
78º	Nathasha Isbrecht	0,0	Item 7.1.2. 3º
79º	Stephanie Borba	0,0	Item 7.1.2. 3º
80º	Samiro Junior Da Conceicao Schmitt	0,0	Item 7.1.2. 3º
81º	Grasiela Antonia Preis	0,0	Item 7.1.2. 3º
82º	Bianca Brilhante Deeke	0,0	Item 7.1.2. 3º
83º	Jakson Moraes	0,0	Item 7.1.2. 3º
84º	Greic Jochem	0,0	Item 7.1.2. 3º
85º	Solange Aparecida Ribeiro	0,0	Item 7.1.2. 3º
86º	Débora Schikorski	0,0	Item 7.1.2. 3º
87º	Geice Caroline Laureth Andrade	0,0	Item 7.1.2. 3º
88º	Ana Claudia Sens	0,0	Item 7.1.2. 3º
89º	Daniela De Fátima Da Silva Czayka	0,0	Item 7.1.2. 3º
90º	Jaqueline Letícia Nazari	0,0	Item 7.1.2. 3º
91º	Susana Rodrigues Da Silva De Oliveira	0,0	Item 7.1.2. 3º
92º	Ariane Cristina De Oliveira	0,0	Item 7.1.2. 3º
93º	Kelly Vargas Dos Santos	0,0	Item 7.1.2. 3º

94º	Thomas Vinicius Benvenutti	0,0	Item 7.1.2. 3º
95º	Hemilly Cristina Posai Vieira	0,0	Item 7.1.2. 3º
96º	Inti Raymi Nunes	0,0	Item 7.1.2. 3º
97º	Felipe Ferreira De Carvalho	0,0	Item 7.1.2. 3º
98º	Leonardo Constantino	0,0	Item 7.1.2. 3º
99º	Camila Adélia De Oliveira	0,0	Item 7.1.2. 3º
100º	Tais Morgana Da Silva	0,0	Item 7.1.2. 3º
101º	Kethleen Carolynne Leiria Dias	0,0	Item 7.1.2. 3º
102º	Volney Fernandes Floriano	0,0	Item 7.1.2. 3º
103º	Jéssica Lunge	0,0	Item 7.1.2. 3º
104º	Marcionei Venturi Junior	0,0	Item 7.1.2. 3º
105º	Maycon Da Rosa Silveira	0,0	Item 7.1.2. 3º
106º	Luana Dias	0,0	Item 7.1.2. 3º
107º	Aline Porceno Gehrke	0,0	Item 7.1.2. 3º
108º	Juliane De Mello Pereira	0,0	Item 7.1.2. 3º
109º	Ana Paula Daiy	0,0	Item 7.1.2. 3º
110º	Luana Luetzow Carvalho	0,0	Item 7.1.2. 3º
111º	Lucimeire Danubia Schmidt	0,0	Item 7.1.2. 3º
112º	Matheus Horstmann Marcelino	0,0	Item 7.1.2. 3º
113º	Tamiris Ceola	0,0	Item 7.1.2. 3º
114º	Jaqueline Ribeiro Dos Santos	0,0	Item 7.1.2. 3º
115º	Thainá Cristina Maçaneiro	0,0	Item 7.1.2. 3º
116º	Gabriele Da Silva Ignaczuk	0,0	Item 7.1.2. 3º
117º	Greice Caroline Nunes	0,0	Item 7.1.2. 3º
118º	Guilherme Alexandre Leal	0,0	Item 7.1.2. 3º
119º	Franciane Tainá Gonçalves	0,0	Item 7.1.2. 3º
120º	Dhiéssica Correia Amaral	0,0	Item 7.1.2. 3º
121º	Camila Zanis Marchi	0,0	Item 7.1.2. 3º
122º	Marcionei Venturi Junior	0,0	Item 7.1.2. 3º
123º	Joanna Flávia Santos	0,0	Item 7.1.2. 3º
124º	Bruno Henrique Dorow	0,0	Item 7.1.2. 3º
125º	Emily Da Silva Fitzlaff	0,0	Item 7.1.2. 3º
126º	Victor Cristiano De Almeida Rodrigues	0,0	Item 7.1.2. 3º
127º	Greice Constantino	0,0	Item 7.1.2. 3º
128º	Mateus Eduardo Rosa	0,0	Item 7.1.2. 3º
129º	Cíntia De Lima	0,0	Item 7.1.2. 3º
130º	Pamela Ingrid Pinheiro Santos	0,0	Item 7.1.2. 3º
131º	Leonardo Cleiton Silveira	0,0	Item 7.1.2. 3º
132º	Gabrieli Correia Amaral	0,0	Item 7.1.2. 3º
133º	Érica Antonia Tiedemann De Andrade	0,0	Item 7.1.2. 3º
134º	Scheila Stefani Strelow	0,0	Item 7.1.2. 3º
135º	Raiane Paola Rodrigues	0,0	Item 7.1.2. 3º
136º	Laíza Mariana Pinheiro	0,0	Item 7.1.2. 3º
137º	Alana Walzburger Melo	0,0	Item 7.1.2. 3º
138º	Natan Muriel Bruggemann	0,0	Item 7.1.2. 3º
139º	Maria Fernanda Pirolli	0,0	Item 7.1.2. 3º
140º	Juliana Cristina Nardelli	0,0	Item 7.1.2. 3º

	Fisioterapeuta		
Classificação	Candidato	Títulos	Critério de desempate
1º	Claudio Felix Weber	9,0	Item 7.1.2. 1º
2º	Ladi Rita Sirena Brunello	9,0	Item 7.1.2. 1º
3º	Carla Friedrich Ferrari	7,0	
4º	Andressa Miki Takeda	5,0	
5º	Angelica Saiuri Suwa	4,0	
6º	Camilla Corrêa Garcia	3,0	Item 7.1.2. 1º
7º	Joice Eli De Souza	3,0	Item 7.1.2. 1º
8º	Thainá Sievers	3,0	Item 7.1.2. 1º
9º	Letícia Amáble Paterno	1,0	

10º	Gabriela Martins Klein de Moura	0,0	Item 7.1.2. 3º
11º	Vilson Stein Jr	0,0	Item 7.1.2. 3º
12º	Fabiana silva da Crux	0,0	Item 7.1.2. 3º
13º	Jerusa Packer	0,0	Item 7.1.2. 3º
14º	Iarema Fabiele Oliveira de Barros	0,0	Item 7.1.2. 3º
15º	Diego Ricardo Piske de Oliveira	0,0	Item 7.1.2. 3º
16º	Gustavo Yoshio Okiyama	0,0	Item 7.1.2. 3º
17º	Renan Caetano	0,0	Item 7.1.2. 3º
18º	Mayara Schmitz Machado	0,0	Item 7.1.2. 3º
19º	Felipe Gustavo Schaefer de Araújo	0,0	Item 7.1.2. 3º
20º	Tailine Schunemann	0,0	Item 7.1.2. 3º
21º	Joziane Bauer	0,0	Item 7.1.2. 3º
22º	Iohana Nunes	0,0	Item 7.1.2. 3º
23º	Isis Franchi Teixeira	0,0	Item 7.1.2. 3º
24º	Morgana Erbs	0,0	Item 7.1.2. 3º

FONOAUDIÓLOGO (SUSPENSO POR PERÍODO INDETERMINADO CONFORME AUTOS N. 0304275-15.2017.8.24.0054)

NUTRICIONISTA (SUSPENSO POR PERÍODO INDETERMINADO CONFORME AUTOS N. 0304121-94.2017.8.24.0054 E 0304169-53.2017.8.24.0054)

	Profissional de Educação Física (20h)		
Classificação	Candidato	Títulos	Critério de desempate
1º	Jobis Ricardo Paludo	9,0	
2º	Rafael Carlos Parma	8,0	
3º	Sydney Paulo Silveira	7,0	Item 7.1.2. 1º
4º	Andréia Teresinha Adão	7,0	Item 7.1.2. 1º
5º	Nielson Ademir Ferreira	6,0	Item 7.1.2. 1º
6º	Jeison Roberto Longo	6,0	Item 7.1.2. 1º
7º	Gilson Roberto Da Silva	4,0	
8º	Joslaine Patrícia Diaduz Rosa	3,5	
9º	Maicon Sardagna	3,0	Item 7.1.2. 1º
10º	Juliana Sebold	3,0	Item 7.1.2. 1º
11º	Jonas André	2,0	Item 7.1.2. 1º
12º	Dauri Dolzan	2,0	Item 7.1.2. 2º
13º	Gilson Schroeder Kuhlmann	2,0	Item 7.1.2. 2º
14º	Alexandre Duarte	2,0	Item 7.1.2. 2º
15º	Jean Carlos De Souza	2,0	Item 7.1.2. 2º
16º	Lenise Wajszczyk	2,0	Item 7.1.2. 2º
17º	Clairto Hames Junior	1,5	Item 7.1.2. 2º
18º	Leonardo Constantino	1,5	Item 7.1.2. 2º
19º	Marcos Schenkel	1,0	Item 7.1.2. 2º
20º	Luciano Fonseca De Oliveira	1,0	Item 7.1.2. 2º
21º	Alceneu de Freitas	0,0	Item 7.1.2. 3º
22º	Claudete_paiola@hotmail.com	0,0	Item 7.1.2. 3º
23º	Ivonete magnani	0,0	Item 7.1.2. 3º
24º	Ana kris bunn de liz	0,0	Item 7.1.2. 3º
25º	Edson Teruyuki Toba	0,0	Item 7.1.2. 3º
26º	Homero amaral kupstaitis	0,0	Item 7.1.2. 3º
27º	Fábio kenji hiruo aida	0,0	Item 7.1.2. 3º
28º	Josiane Carvalho Farias	0,0	Item 7.1.2. 3º
29º	Jenilson weiss	0,0	Item 7.1.2. 3º
30º	Ariane Carina Tambosi	0,0	Item 7.1.2. 3º
31º	Andressa Faes	0,0	Item 7.1.2. 3º
32º	alessadra soares machado	0,0	Item 7.1.2. 3º
33º	Rafael Tanchela	0,0	Item 7.1.2. 3º

34º	Elisandra Vavassori	0,0	Item 7.1.2. 3º
35º	Tainara Francine Popeng	0,0	Item 7.1.2. 3º
36º	Julia Graziela Neuhaus	0,0	Item 7.1.2. 3º
37º	Helena Willemann	0,0	Item 7.1.2. 3º
38º	Alan Junior Farias	0,0	Item 7.1.2. 3º
39º	Bruno Kuster Camargo	0,0	Item 7.1.2. 3º

	Profissional de Educação Física (40h)		
Classificação	Candidato	Títulos	Critério de desempate
1º	Luciana Luiza Lucini	9,0	
2º	Rafael Carlos Parma	8,0	
3º	Sydney Paulo Silveira	7,0	Item 7.1.2. 1º
4º	Gilmar Cléverson Franco Da Silva	7,0	Item 7.1.2. 1º
5º	Angelo Rafael Araujo Aristides	7,0	Item 7.1.2. 1º
6º	Andréia Teresinha Adão	7,0	Item 7.1.2. 1º
7º	Marilandia Do Nascimento	6,0	
8º	Juliana Sebold	3,0	
9º	Clairto Hames Junior	2,5	Item 7.1.2. 2º
10º	Marcio Tula De Oliveira	2,0	Item 7.1.2. 1º
11º	Dauri Dolzan	2,0	Item 7.1.2. 2º
12º	Marcos Schenkel	2,0	Item 7.1.2. 2º
13º	Claudia Verginia Hermann	2,0	Item 7.1.2. 3º
14º	Jean Carlos De Souza	2,0	Item 7.1.2. 3º
15º	Vander Luis Bastos Antunes	2,0	Item 7.1.2. 2º
16º	Lenise Wajszczyk	2,0	Item 7.1.2. 2º
17º	Gilson Schroeder Kuhlmann	1,5	
18º	Leonardo Constantino	1,0	Item 7.1.2. 2º
19º	Tiago Jacinto	1,0	Item 7.1.2. 2º
20º	Jose Fernando Fregnani Gonçalves	0,0	Item 7.1.2. 3º
21º	Alceneu De Freitas	0,0	Item 7.1.2. 3º
22º	Cybelle Doederlein Soares Schlemper	0,0	Item 7.1.2. 3º
23º	Glauca Goulartt	0,0	Item 7.1.2. 3º
24º	Ivonete Magnani	0,0	Item 7.1.2. 3º
25º	Neri Alves Dos Santos	0,0	Item 7.1.2. 3º
26º	Ana Claudia Da Silva	0,0	Item 7.1.2. 3º
27º	Simone Hasckel Chiodini	0,0	Item 7.1.2. 3º
28º	Patricia Do Nascimento	0,0	Item 7.1.2. 3º
29º	Graziele Dos Santos	0,0	Item 7.1.2. 3º
30º	Georjensen Luiz De Souza	0,0	Item 7.1.2. 3º
31º	Josiane Simbalista Oleskowicz	0,0	Item 7.1.2. 3º
32º	Fábio Henrique Da Silva Koepp	0,0	Item 7.1.2. 3º
33º	Juliano Kleine	0,0	Item 7.1.2. 3º
34º	Anderson Germano Volmann	0,0	Item 7.1.2. 3º
35º	Jenilson Weiss	0,0	Item 7.1.2. 3º
36º	Fernando Goczla	0,0	Item 7.1.2. 3º
37º	Márcia Novack	0,0	Item 7.1.2. 3º
38º	Gelson Ribeiro Da Silva	0,0	Item 7.1.2. 3º
39º	Annie Evelyn De Lima	0,0	Item 7.1.2. 3º
40º	Weslen Michel Rodrigues De Souza	0,0	Item 7.1.2. 3º
41º	Jéssica Cristina Witt	0,0	Item 7.1.2. 3º
42º	Joziane Bauer	0,0	Item 7.1.2. 3º
43º	Guilherme Corrêa	0,0	Item 7.1.2. 3º
44º	Denise Evandra Dos Santos	0,0	Item 7.1.2. 3º
45º	Rafael Campestrini	0,0	Item 7.1.2. 3º

46º	Julia Graziela Neuhaus	0,0	Item 7.1.2. 3º
47º	Tainá Marcelino	0,0	Item 7.1.2. 3º
48º	Karina Emanuéli Zandonai	0,0	Item 7.1.2. 3º
49º	Bruno Kuster	0,0	Item 7.1.2. 3º
	Terapeuta Ocupacional		
Classificação	Candidato	Títulos	Critério de desempate
1º	Miriam Vasconi Saez Brown	3,0	
2º	Caroline Barz Schmidt	1,5	
3º	Larissa Caetano Mantovani	1,0	
4º	Eliane Carneiro	0,0	Item 7.1.2. 3º
5º	Claudete Aparecida Paiola	0,0	Item 7.1.2. 3º
6º	Erika Valente Yohem	0,0	Item 7.1.2. 3º
7º	Sandra Maria Borsatti	0,0	Item 7.1.2. 3º
8º	Anelise Cristina Hilário de Jesus	0,0	Item 7.1.2. 3º
9º	Patricia Felomena HAMES Rosa Ortiz	0,0	Item 7.1.2. 3º
10º	Bruno Rossoni Hadlich Machado	0,0	Item 7.1.2. 3º
11º	Talita Ferreira Gonçalves	0,0	Item 7.1.2. 3º
12º	Sabrina dos Santos Maciel	0,0	Item 7.1.2. 3º
13º	Michelle Rafaelle de Jesus Jordão	0,0	Item 7.1.2. 3º
14º	Elisandra Birgimann Gomes	0,0	Item 7.1.2. 3º
15º	Ana Paula Lopes Weber	0,0	Item 7.1.2. 3º
16º	Kelin Luana Casagrande	0,0	Item 7.1.2. 3º
17º	Lilian Floôr Quadrado	0,0	Item 7.1.2. 3º
18º	Carla Vanessa Martins	0,0	Item 7.1.2. 3º
19º	Vanessa da Silva Bolzan	0,0	Item 7.1.2. 3º
20º	Bruna Muniz Silva	0,0	Item 7.1.2. 3º

DECRETO Nº 6460, DE 24 DE AGOSTO DE 2017.

DECRETO Nº 6460, de 24 de agosto de 2017.

"HOMOLOGA RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 067/2017 DE 08.08.2017".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o inciso VI, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul e com a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado, de acordo com o parecer do pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 5810, de 02 de janeiro de 2017, e Decreto nº 6091, de 21 de março de 2017, o resultado do Pregão Presencial para registro de preços nº 067/2017 de 08.08.2017, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante:

SETEP CONSTRUÇÕES S.A – INSCRIÇÃO MUNICIPAL 2440

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

24 de agosto de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

ANEXO AO DECRETO Nº 6460/2017

Pregão Presencial: Nº 067/2017 de 08.08.2017.

Objeto da Licitação:

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO E APLICAÇÃO PARCELADA DE ASFALTO QUENTE (CBUQ). PARA APLICAÇÃO EM DIVERSAS RUAS DO MUNICÍPIO. SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA. DIVISÃO DE OBRAS.

Participantes:

SETEP CONSTRUÇÕES S.A – INSCRIÇÃO MUNICIPAL 2440
CONSTRUTORA GRABOWSKI LTDA - ME
LZK CONSTRUTORA LTDA.

Decisão: Pelo critério de menor preço por item sob regime de execução global o pregoeiro declarou vencedores os licitantes:

SETEP CONSTRUÇÕES S.A – INSCRIÇÃO MUNICIPAL 2440

DECRETO Nº 6465, DE 28 DE AGOSTO DE 2017.

DECRETO Nº 6465, de 28 de agosto de 2017.

"DECLARA LUTO OFICIAL NO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL."

O Prefeito Município do de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições asseguradas pelo inciso VI do Art. 37 da Lei Orgânica do Município,

DECLARA:

Art. 1º - Fica declarado Luto Oficial no Município de Rio do Sul, nos dias 28, 29 e 30 de agosto de 2017, em virtude do falecimento da Irmã ELIZABETH CATARINA ZIMMERMANN.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

28 de agosto de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

ELENIR HOLLER - 5º TERMO ADITIVO

5º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 156/2017, firmado em 14/03/2017, com término previsto para 14/08/2017.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ELENIR HOLLER, portador(a) do CPF nº 791.573.609-44, na qualidade de Contratado(a), celebram o 5º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 156/2017, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto
Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 156 / 2017, iniciando-se a prorrogação em 15/08/2017 e encerrando-se em 11/10/2017." Cláusula Segunda - Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.
Rio do Sul, 02/08/2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

ELENIR HOLLER

Contratado(a)

JOAO ANTONIO ALMEIDA DA SILVA- 4º TERMO ADITIVO

4º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 197/2017, firmado em 08/03/2017, com término previsto para 04/08/2017.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JOAO ANTONIO ALMEIDA DA SILVA, portador(a) do CPF nº 472.684.250-15, na qualidade de Contratado(a), celebram o 4º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 197/2017, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 197 / 2017, iniciando-se a prorrogação em 05/08/2017 e encerrando-se em 04/09/2017." Cláusula Segunda - Da Ratificação Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 01/08/2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

JOAO ANTONIO ALMEIDA DA SILVA

Contratado(a)

JULIANA FELICIANO - 3º TERMO ADITIVO

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 233/2017, firmado em 08/05/2017, com término previsto para 21/08/2017.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JULIANA FELICIANO, portador(a) do CPF nº 027.902.199-23, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 233/2017, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 233 / 2017, iniciando-se a prorrogação em 22/08/2017 e encerrando-se em 11/10/2017." Cláusula Segunda - Da Ratificação Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 02/08/2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

JULIANA FELICIANO

Contratado(a)

LUCAS GABRIEL DA LUZ TONETI - 3º TERMO ADITIVO

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 93/2017, firmado em 20/02/2017, com término previsto para 31/08/2017.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) LUCAS GABRIEL DA LUZ TONETI, portador(a) do CPF nº 095.323.839-30, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 93/2017, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 93 / 2017, iniciando-se a prorrogação em 01/09/2017 e encerrando-se em 06/10/2017." Cláusula Segunda - Da Ratificação Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 24/08/2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	LUCAS GABRIEL DA LUZ TONETI
-------------------------	-----------------------------

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Contratado(a)

MARCIA APARECIDA RIZZO - 2º TERMO ADITIVO

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 4/2017, firmado em 06/02/2017, com término previsto para 31/08/2017.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) MARCIA APARECIDA RIZZO, portador(a) do CPF nº 023.206.729-58, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 4/2017, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 4 / 2017, iniciando-se a prorrogação em 01/09/2017 e encerrando-se em 09/10/2017." Cláusula Segunda - Da Ratificação Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 02/08/2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	MARCIA APARECIDA RIZZO
-------------------------	------------------------

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Contratado(a)

MARLI TERESINHA FRONZA SOARES - 3º TERMO ADITIVO

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 28/2017, firmado em 10/02/2017, com término previsto para 15/08/2017.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) MARLI TERESINHA FRONZA SOARES, portador(a) do CPF nº 891.489.409-68, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 28/2017, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 28 / 2017, iniciando-se a prorrogação em 16/08/2017 e encerrando-se em 11/10/2017." Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 02/08/2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

MARLI TERESINHA FRONZA SOARES

Contratado(a)

NOELI RASSWEILER BACHMANN - 4º TERMO ADITIVO

4º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 209/2017, firmado em 08/03/2017, com término previsto para 04/08/2017.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) NOELI RASSWEILER BACHMANN, portador(a) do CPF nº 792.140.109-00, na qualidade de Contratado(a), celebram o 4º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 209/2017, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto

Alterar a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 209 / 2017, iniciando-se a prorrogação em 05/08/2017 e encerrando-se em 04/09/2017." Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 01/08/2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

NOELI RASSWEILER BACHMANN

Contratado(a)

PORTARIA Nº 1043/DGP

PORTARIA Nº. 1043/DGP

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, a partir de 13/08/2017, o servidor ROBSON FERREIRA FERNANDES, do cargo em comissão Chefe de Divisão da Guarda Municipal e NOMEAR, a partir de 14/08/2017, para o cargo em comissão de Diretor do Departamento da Guarda Municipal, na Secretaria de Gestão do Governo, com opção pela remuneração do cargo comissionado, fundamentado no Art. 13 da Lei Complementar n. 208 de 28/9/2010 e Art. 56, da lei Complementar n. 309 de 01/12/2015.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 21 de agosto de 2017.
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Cfr

PORTARIA Nº 1051/DGP

PORTARIA N. 1051/DGP

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a pedido, a partir de 18/08/2017, a servidora ADRIANA DOLZAN, ocupante do cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO, nos termos do Art. 39, da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 22 de Agosto de 2017.
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Prh

PORTARIA Nº 1052/DGP

PORTARIA N. 1052/DGP

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a pedido, a partir de 16/08/2017, a servidora JOANA MARÍLIA MACHADO, ocupante do cargo de provimento efetivo de COZINHEIRO, nos termos do Art. 39, da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 22 de Agosto de 2017.
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Prh

RESUMO DO CONTRATO Nº 073/2017

RESUMO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 073/2017

Pregão Presencial nº 020/2017

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: Click Soluções Técnicas, Administrativas e Pedagógicas Ltda;

Objeto: Contratação de instituição de ensino superior ou empresa vinculada a instituição de ensino superior especializada em elaboração e aplicação de Processo Seletivo destinado ao preenchimento de vagas e formação de cadastro reserva para as funções especificadas no Anexo I;

Valor: R\$ 8.200,00 (oito mil e duzentos Reais);

Prazo de Execução: Até 70 (setenta dias) corridos, a partir da assinatura do presente;

Local de entrega: Prédio Central da Prefeitura Municipal, Secretaria de Educação e os locais indicados pela última;

Condições de Pagamento: até 30 (trinta) dias após apresentação da Nota Fiscal

Recurso: Próprio;

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 10 de agosto de 2017,
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

RESUMO DO CONTRATO Nº 077/2017

RESUMO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM FORNECIMENTO DE MATERIAL Nº 077/2017

Convite nº 004/2017

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: Top Led Serviço Visual de Mídia Ltda ME;

Objeto: Contratação através de locação de tendas, sonorização, grades de isolamento, energia e serviço de publicidade, durante o 10º Rodeio Crioulo;

Valor: R\$ R\$ 32.800,00 (trinta e dois mil e oitocentos Reais);

Prazo de Execução: Até o término do evento;

Condições de Pagamento: até 10 (dez) dias após apresentação da Nota Fiscal

Recurso: Próprio;

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 21 de agosto de 2017.
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

SUSANA MARIA FERREIRA VIEIRA - 3º TERMO ADITIVO

	3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 26/2016, firmado em 03/02/2016, com término previsto para 07/08/2017.
<p>O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr(a) SUSANA MARIA FERREIRA VIEIRA, portador(a) do CPF nº 005.820.929-81, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 26/2016, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto</p> <p>Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência</p> <p>Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 26 / 2016, iniciando-se a prorrogação em 08/08/2017 e encerrando-se em 11/10/2017." Cláusula Segunda - Da Ratificação</p> <p>Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.</p> <p>Rio do Sul, 02/08/2017.</p>	
ALEXANDRE MATOS PEREIRA Secretário Municipal de Administração e Fazenda	SUSANA MARIA FERREIRA VIEIRA Contratado(a)

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO N. 010/2017

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO Nº 010/2017.

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL E A ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA DUQUE DE CAXIAS.

O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, nº 01, Centro, em Rio do Sul – SC, neste ato representado pelo Prefeito, Exmo. Sr. JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, por meio da SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico, Sr. PAULO JOSÉ FIAMONCINI, doravante denominado MUNICÍPIO, e de outro lado a ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA DUQUE DE CAXIAS, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob o nº 85.788.149/0001-30, com sede na Rua Ruy Barbosa, 139, bairro Sumaré, neste ato representado pelo Presidente, Sr. NELSON TONON, doravante denominado ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA DUQUE DE CAXIAS, resolvem, por mútuo acordo, celebrar o presente Termo de Autorização de Uso, com fundamento no artigo 89, §3º, da Lei Orgânica

do Município de Rio do Sul, e de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo de Autorização de Uso visa a utilização de um veículo, de placa ABQ 5585, chassi n. 30830411667070, renavam n. 513400591, ano/modelo 1985/1985, patrimônio n. 9936, frota 146, de propriedade do Município de Rio do Sul, pela Comunidade Evangélica de Confissão Luterana em Rio do Sul, inscrita no CNPJ sob o n. 85.788.149/0001-30, no evento de busca do rei e rainha, no dia 02 de setembro de 2017.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

I – O MUNICÍPIO obriga-se à:

a) Ceder o supracitado veículo, à Associação Desportiva Duque de Caxias, no dia 02 de setembro de 2017.

II – A Associação Desportiva Duque de Caxias obriga-se à:

- a) Utilizar o veículo descrito única e exclusivamente para atender o objeto do presente Termo de Autorização de Uso;
- b) Apresentar condutor devidamente habilitado, que utilizará do veículo para os fins descritos no Termo de Autorização de Uso;
- c) Arcar com os encargos e despesas com abastecimento, manutenção e remuneração do condutor do veículo descrito no objeto do presente Termo de Autorização de Uso;
- d) Manter o veículo em bom estado de conservação, arcando com despesas sobre possíveis danos e avarias;
- e) Comunicar diretamente ao MUNICÍPIO a necessidade de manutenção do veículo, não podendo esse prévio procedimento de conserto e manutenção ser realizado sem prévio consentimento ou por pessoa não autorizada pelo MUNICÍPIO, excetuando-se aquelas de pequena monta, imprescindível à continuidade das viagens;
- f) Prestar conta ou devolver o veículo por solicitação do MUNICÍPIO, por mera liberalidade ou para troca do mesmo;
- g) Comunicar diretamente ao MUNICÍPIO qualquer ocorrência relacionada ao veículo, tais como, danos, avarias, roubo ou furto;
- h) Comunicar diretamente ao MUNICÍPIO em caso de recebimento de multa por qualquer infração de trânsito;
- i) Pagar as multas decorrentes de infração de trânsito de sua responsabilidade;
- j) Não utilizar o veículo para viagens particulares;
- k) Devolver imediatamente o veículo em caso de rescisão do Termo de Autorização de Uso.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

O presente Termo de Autorização de Uso terá vigência de 01 (um) dia, qual seja, 02 de setembro de 2017.

CLÁUSULA QUARTA – DAS VEDAÇÕES

São expressamente vedadas:

I - A utilização do veículo por terceiro;

II - A utilização do veículo para fins particulares;

III - A realização de plotagem, ou qualquer outro procedimento que altere as características do veículo cedido;

IV - Utilizar o veículo em destinação diversa da prevista no objeto do Termo de Autorização de Uso.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

O presente Termo de Autorização de Uso poderá ser rescindido se ocorrer comprovado descumprimento de qualquer de suas cláusulas e condições, pela superveniência de normas legais ou eventos que o torne material ou formalmente inexecutável, ou poderá, ainda, rescindido unilateralmente, mediante expressa notificação à parte.

CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES GERAIS

É vedado a Comunidade Evangélica de Confissão Luterana em Rio do Sul ceder a terceiros o objeto previsto no termo. Os casos omissos serão discutidos e analisados pelo MUNICÍPIO, sob os aspectos da legislação pertinente.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO FORO

É eleito, para fins legais e questões derivadas do presente Termo de Autorização de Uso o Foro de Rio do Sul, com renúncia expressa a qualquer outro. E, por estarem de acordo, as partes firmam este documento, na presença das testemunhas adiante assinadas.

Rio do Sul (SC), 25 de agosto de 2017

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ Prefeito do Município de Rio do Sul	PAULO JOSÉ FIAMONCINI Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico
NELSON TONON Associação Desportiva Duque de Caxias	

CÂMARA MUNICIPAL**RESOLUÇÃO Nº 916, DE 28 DE AGOSTO DE 2017**

RESOLUÇÃO Nº 916, DE 28 DE AGOSTO DE 2017

Altera o inciso III, do art. 2º da Resolução nº 915, de 18 de agosto de 2017, que Instaura Comissão Temporária de Inquérito para investigar os procedimentos adotados no processo de captação dos recursos, para a realização dos eventos e a prestação de contas dos convênios 704810/2009 e 724749/2009, celebrados entre o município e o Ministério do Turismo.

CONSIDERANDO a Renúncia expressa do Vereador Eroni Francisco da Silva como membro da Comissão Temporária de Inquérito, instaurada pela Resolução nº 915, de 18 de agosto de 2017;

CONSIDERANDO a nova indicação, através do Ofício nº 256/2017, do Líder de Partido (PSD) desta Casa;

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE MUNICIPAL DE RIO DO SUL, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições regimentais, conforme preceitua o §5º, do art. 67, da Resolução 597/2010 - Regimento Interno da Câmara Municipal de Rio do Sul,

RESOLVE:

Art. 1º Fica alterado o Inciso III do art. 2º da Resolução nº 915, de 18 de agosto de 2017, que Instaura Comissão Temporária de Inquérito para investigar os procedimentos adotados no processo de captação dos recursos, para a realização dos eventos e a prestação de contas dos convênios 704810/2009 e 724749/2009, celebrados entre o município e o Ministério do Turismo, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º ...

[...]

III – James Rides da Silva, representando o PSD;

[...]” (NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 28 de agosto de 2017.

FRANCISCO GOETTEN

Romelândia

PREFEITURA

DECRETO 3.892/2017

DECRETO Nº 3.892/2017	AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E DE ACORDO COM A LEI.	

Art. 1º - Fica pelo presente Decreto autorizada a abertura de crédito adicional suplementar na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Urbanismo, na importância de R\$: 25.000,00 (Vinte e cinco mil reais), conforme discriminação a seguir:

08.01- Dep. de Infra Estrutura, Obras e Urbanismo	
26.782.0027.2.038000 – Manutenção das Atividades de Abertura e Conservação de Estradas Vicinais	
(148) 3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas	25.000,00
Fonte: 100 – Recursos Próprios	

Art. 2º - Os recursos para cobertura do crédito adicional disposto no artigo anterior, são provenientes do PROVAVEL EXCESSO DE ARRECAÇÃO da fonte de Recursos: 100 – Recursos Próprios.

Art. 3º - Fica pela presente Lei autorizada a abertura de crédito adicional suplementar na Secretaria Municipal

Art. 4º - Este Decreto obedece ao disposto na Lei Municipal nº 2.223/2016 de 16 de dezembro de 2016.

Art. 5º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Romelândia - SC,
28 de agosto de 2017.

VALDIR BUGS
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto em data supra.

Adriane T. Merigo Jung
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA 8551/2017

PORTARIA Nº 8551, de 25 de agosto de 2017.

Prorroga portaria que suspendeu Servidor Público Municipal e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Romelândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade no artigo 178 da Lei Complementar Municipal nº 05/2009 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

CONSIDERANDO, a prorrogação da instauração do processo administrativo disciplinar, nos termos da Portaria nº 8453 de 27/06/2017;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar por 30 (trinta) dias, o prazo da Portaria nº 8453 de 27 de Junho de 2017, que instaurou o Processo Administrativo Disciplinar, bem como suspendeu pelo prazo de 60 (sessenta) dias o servidor municipal DIOGO ANDRE EINSWEILER.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Romelandia (SC), 25 de agosto de 2017.

VALDIR BUGS
Prefeito Municipal

SERGIO DORINGO MENEGHINI
Secretário Municipal da Educação

PORTARIA 8552/2017

PORTARIA Nº 8552/2017

CONTRATA SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Contratar a Servidora Pública Municipal LAURA ZANDONA, para exercer as funções de FARMACÊUTICA, 20 HORAS SEMANAIS, conforme aprovação no Processo Seletivo nº 001/2017, percebendo o vencimento de R\$ 3.394,91 (três mil trezentos e noventa e quatro reais e noventa e um centavos), com vigência a partir de 28 de agosto de 2017 à 22 de agosto de 2018, podendo ser prorrogado por igual período a critério da Administração Municipal.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada, a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 28 de agosto de 2017.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lúcia Dassoler Pereira

Agente de Recursos Humanos

PORTARIA 8553/2017

PORTARIA Nº 8553/2017

DESIGNA SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Designar a Servidora Pública Municipal Srª FABIANI CAMARGO DA SILVA, para desempenhar a função de coordenadora do Núcleo de Apoio a Saúde da Família – NASF, sem ônus para o município.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada, a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 28 de agosto de 2017.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lúcia Dassoler Pereira

Agente de Recursos Humanos

Santa Cecília

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO 206/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA		
EXTRATO CONTRATUAL		

<p>Contrato Nº.: 206/2017 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA Contratada...: PLT ENGENHARIA EIRELI - ME Valor : 38.850,00 (trinta e oito mil oitocentos e cinquenta reais) Vigência : Início: 18/08/2017 Término: 31/12/2017 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 62/2017 Recursos : Dotação: Objeto : Contratação de empresa especializada na área de topografia, para realização de levantamento topocadastral no Cemitério Municipal, conforme memorial descritivo em anexo.</p>		
Santa Cecília, 28 de Agosto de 2017		
ALESSANDRA APARECIDA GARCIA		
PREFEITA MUNICIPAL		

EXTRATO DE CONTRATOS 201 A 205 PM / FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA		
EXTRATO CONTRATUAL		

<p>Contrato Nº.: 201/2017 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA Contratada...: POMPEU DA SILVA ADVOGADOS ASSOCIADOS Valor : 48.500,00 (quarenta e oito mil e quinhentos reais) Vigência : Início: 10/08/2017 Término: 31/12/2017 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 42/2017 Recursos : Dotação: Objeto : Contratação de empresa especializada para executar os serviços de auditoria na Prefeitura Municipal de Santa Cecília - SC, conforme exigências constantes no Anexo I (Especificação do Objeto)</p>		
Santa Cecília, 28 de Agosto de 2017		
ALESSANDRA APARECIDA GARCIA		
PREFEITA MUNICIPAL		

<p>Contrato Nº.: 203/2017 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA Contratada...: SERRALHERIA LEMOS LTDA - ME Valor : 39.550,00 (trinta e nove mil quinhentos e cinquenta reais) Vigência : Início: 09/08/2017 Término: 09/08/2018 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 60/2017 Recursos : Dotação: Objeto : Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de serralheria e vidros, para manutenção das secretarias municipais, conforme anexos do edital.</p>		
Santa Cecília, 28 de Agosto de 2017		
ALESSANDRA APARECIDA GARCIA		
PREFEITA MUNICIPAL		

Contrato Nº.: 202/2017
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA
Contratada.: SERRALHERIA E FUNILARIA IRMAOS PESSOA LTDA - ME
Valor : 29.850,00 (vinte e nove mil oitocentos e cinquenta reais)
Vigência : Início: 09/08/2017 Término: 09/08/2018
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 60/2017
Recursos : Dotação:
Objeto : Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de serralheria e vidros, para manutenção das secretarias municipais, conforme anexos do edital.

Santa Cecília, 28 de Agosto de 2017

ALESSANDRA APARECIDA GARCIA
PREFEITA MUNICIPAL

Contrato Nº.: 204/2017
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA
Contratada.: AUTO COLETIVO CACADOR LTDA
Valor : 158.710,64 (cento e cinquenta e oito mil setecentos e dez reais e sessenta e quatro centavos)
Vigência : Início: 11/08/2017 Término: 11/08/2018
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 61/2017
Recursos : Dotação:
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de peças e contratação de serviços para manutenção preventiva e corretiva da frota de caminhões, ônibus e micro-ônibus da Secretaria de Transportes e Obras e Secretaria de Educação, Cultura e Desporto.

Santa Cecília, 28 de Agosto de 2017

ALESSANDRA APARECIDA GARCIA
PREFEITA MUNICIPAL

Contrato Nº.: 205/2017
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA
Contratada.: KL MECANICA E SERVICOS DE GUINCHO EIRELI - ME
Valor : 281.908,20 (duzentos e oitenta e um mil novecentos e oito reais e vinte centavos)
Vigência : Início: 11/08/2017 Término: 11/08/2018
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 61/2017
Recursos : Dotação:
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de peças e contratação de serviços para manutenção preventiva e corretiva da frota de caminhões, ônibus e micro-ônibus da Secretaria de Transportes e Obras e Secretaria de Educação, Cultura e Desporto.

Santa Cecília, 28 de Agosto de 2017

ALESSANDRA APARECIDA GARCIA
PREFEITA MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA CECILIA

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 203/2017
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA CECILIA
Contratada.: SERRALHERIA LEMOS LTDA - ME
Valor : 10.950,00 (dez mil novecentos e cinquenta reais)
Vigência : Início: 09/08/2017 Término: 09/08/2018
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 60/2017
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA
Recursos : Dotação:
Objeto : Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de serralheria e vidros, para manutenção das secretarias municipais, conforme anexos do edital.

Santa Cecília, 28 de Agosto de 2017

ALESSANDRA APARECIDA GARCIA

PREFEITA MUNICIPAL

Contrato Nº.: 202/2017
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA CECILIA
Contratada.: SERRALHERIA E FUNILARIA IRMAOS PESSOA LTDA - ME
Valor : 10.750,00 (dez mil setecentos e cinquenta reais)
Vigência : Início: 09/08/2017 Término: 09/08/2018
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 60/2017
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA
Recursos : Dotação:
Objeto : Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de serralheria e vidros, para manutenção das secretarias municipais, conforme anexos do edital.

Santa Cecília, 28 de Agosto de 2017

ALESSANDRA APARECIDA GARCIA

PREFEITA MUNICIPAL

Santa Helena

PREFEITURA

RETIFICAÇÃO EDITAL N° 66/2017 - PREGÃO PRESENCIAL N° 54/2017

AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL E REABERTURA DE PRAZO

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO N° 66/2017

O MUNICÍPIO SANTA HELENA, Estado de Santa Catarina, por intermédio do Prefeito Municipal Sr. Luiz Gluitz, comunica a RETIFICAÇÃO do Edital do Pregão Presencial 54/2017 com reabertura do prazo de licitação, ficando alteradas as redações dos itens abaixo.

Onde se lê:

	DESCRIÇÃO	UND	QTDE	PREÇO UND	TOTAL
ITEM	LOTE 01				
	MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120 K ano 2013				
01	BOMBA INJETORA ALTA PRESSAO	PC	1.00	11.000,00	11.000,00
02	REPARO BICO INJETOR COMPLETO	PC	6.00	1.246,00	7.476,00
03	MAO DE OBRA PARA TIRAR, LIMPAR, MONTAR, REGULAR E TESTAR BICOS INJETORES E BOMBA INJETORA ALTA PRESSAO	UN	1.00	1.200,00	1.200,00
	TOTAL DO LOTE 01				19.676,00
	LOTE 02				
ITEM	MOTONIVELADORA NEW HOLLAND RG140B ano 2012				
01	PARAFUSO 5/8 DA LAMINA	UN	10.00	2,31	23,10
02	POLCA 5/8 DA LAMINA	UN	10.00	0,74	7,40
03	PARAFUSO 7/8 DA RODA	UN	10.00	21,20	212,00
04	POLCA 7/8 DA RODA	UN	10.00	6,07	60,70
04	VIDRO DA PORTA LADO DIREITO	UN	1.00	712,55	712,55
	TOTAL DO LOTE 02				1.015,75
	LOTE 03				
ITEM	RETROESCAVADEIRA RANDOM RK406B ano 2007				
01	PARABRISA SUPERIOR DIANTEIRO	UN	1.00	658,90	658,90
02	VIDRO INFERIOR ESQUERDO DIANTEIRO	UN	1.00	167,34	167,34
03	ESCAPAMENTO SILENCIADOR	UN	1.00	325,00	325,00
	TOTAL DO LOTE 03				1.151,24
ITEM	LOTE 04				
	MOTONIVELADORA DRESSER A855 ano 1993				
01	CORRENTE TANDEM DUPLA	UN	4.00	620,00	2.480,00
	TOTAL DO LOTE 04				2.480,00
ITEM	LOTE 05				
	RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416 E				
01	BICO INJETOR CAT416E	PC	4,00	245,00	980,00
02	BOMBA INJETORA NACIONAL	PC	1,00	4.300,00	4.300,00
03	JOGO DE ARRUELAS	JG	1,00	15,00	15,00
04	JUNTA LIQUIDA DE SILICONE DE ALTA TEMPERATURA	PC	1,00	36,74	36,74
05	MÃO DE OBRA	UN	1,00	300,00	300,00
	TOTAL DO LOTE 05				5.631,74
				TOTAL DAS PEÇAS	29.954,73

Leia-se:

	DESCRIÇÃO	UND	QTDE	PREÇO UND	TOTAL
--	-----------	-----	------	-----------	-------



ITEM	LOTE 01				
	MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120 K ano 2013				
01	BOMBA INJETORA ALTA PRESSAO CÓD: 6E3136	PC	1.00	11.000,00	11.000,00
02	REPARO BICO INJETOR COMPLETO CÓD: 1495240, 2930730, 1093207, 1482903	PC	6.00	1.246,00	7.476,00
03	MAO DE OBRA PARA TIRAR, LIMPAR, MONTAR, REGULAR E TESTAR BICOS INJETORES E BOMBA INJETORA ALTA PRESSAO	UN	1.00	1.200,00	1.200,00
	TOTAL DO LOTE 01				19.676,00
	LOTE 02				
ITEM	MOTONIVELADORA NEW HOLLAND RG140B ano 2012				
01	PARAFUSO 5/8 DA LAMINA 4887	UN	10.00	2,31	23,10
02	PORCA 5/8 DA LAMINA 4888	UN	10.00	0,74	7,40
03	PARAFUSO 7/8 DA RODA	UN	10.00	21,20	212,00
04	PORCA 7/8 DA RODA	UN	10.00	6,07	60,70
04	VIDRO DA PORTA LADO DIREITO 6MM	UN	1.00	712,55	712,55
	TOTAL DO LOTE 02				1.015,75
	LOTE 03				
ITEM	RETROESCAVADEIRA RANDOM RK406B ano 2007				
01	PARABRISA SUPERIOR DIANTEIRO CÓD: RK-219001788	UN	1.00	658,90	658,90
02	VIDRO INFERIOR ESQUERDO DIANTEIRO CÓD: RK-219000802	UN	1.00	167,34	167,34
03	ESCAPAMENTO SILENCIADOR CÓD: RK-370360089	UN	1.00	325,00	325,00
	TOTAL DO LOTE 03				1.151,24
ITEM	LOTE 04				
	MOTONIVELADORA DRESSER A855 ano 1993				
01	CORRENTE TANDEM DUPLA CÓD: HW-76443	UN	4.00	620,00	2.480,00
	TOTAL DO LOTE 04				2.480,00
ITEM	LOTE 05				
	RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416 E				
01	BICO INJETOR CAT416E CÓD: L130PBA	PC	4,00	245,00	980,00
02	BOMBA INJETORA NACIONAL V3340F401G	PC	1,00	4.300,00	4.300,00
03	JOGO DE ARRUELAS 3931	JG	1,00	15,00	15,00
04	JUNTA LIQUIDA DE SILICONE DE ALTA TEMPERATURA 1215J	UN	1,00	36,74	36,74
05	MÃO DE OBRA	UN	1,00	300,00	300,00
	TOTAL DO LOTE 05				5.631,74
				TOTAL DAS PEÇAS	29.954,73

Tendo em vista que as alterações ora mencionadas modificam a formulação das propostas, comunicamos que a SESSÃO PÚBLICA fica remarcada para o dia 13 de setembro de 2017, as 08h30min, na sala de reuniões da sede administrativa da Prefeitura Municipal de Santa Helena-SC, situada na Rua Dom Feliciano, 476, Centro, CEP 89915-000, Santa Helena-SC, e as demais condições do Edital do Pregão PRE-SENCIAL nº 54/2017 ficam inalteradas.

Santa Helena-SC, 28 de agosto de 2017.

LUIZ GLUITZ

Prefeito Municipal

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

ADITIVO A ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 23/2017

EXTRATO DE TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 23/2017 DE 04 DE AGOSTO DE 2017.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso/SC torna público que firmou o seguinte termo aditivo a ata de registro de preços:

Objeto: Aquisição de combustível, óleo lubrificante com serviço de troca, serviço de lavagem, lubrificação e conserto de pneus e materiais diversos para manutenção de veículos e máquinas das diversas secretarias da administração municipal.

Número da ata: 23/2017

Empresa vencedora: Auto Posto VVS Ltda EPP

Aditivo ao item 01 – Gasolina Comum

Valor atual R\$ 3,90 (três reais e noventa centavos).

Amparo legal: A presente Ata de Registro de Preços é originária do Processo Licitatório nº. 61/2017, na modalidade de Pregão Presencial nº. 44/2017, do Município de Santa Terezinha do Progresso, que foi realizado com base na Lei Federal nº 8.666/93, atualizada pela Lei Federal nº. 8.883/94; Lei Federal nº. 9.648/98. Lei Federal nº. 10.520/2002 e demais normas pertinente, e por este edital.

Santa Terezinha do Progresso/SC, em 22 de agosto de 2017

DERLI FURTADO

Prefeito Municipal

ATA JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO TP Nº. 05/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA										TOMADA DE PREÇO									
MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO																			
Nr.: 5/2017 - TP																			
CNPJ:										01.612.847/0001-90									
Avenida Tancredo Neves, 337										Processo Administrativo:									
										Processo de Licitação:									
										65/2017									
C.E.P.:										89983-000									
										Santa Terezinha do Progresso - SC									
										Data do Processo:									
										08/08/2017									
										Folha: 1/1									
OBJETO DA LICITAÇÃO:																			
Contratação de serviços especializados para realização de Concurso Público no município de Santa Terezinha do Progresso/SC, compreendendo as fases: elaboração do edital, coordenar e receber as inscrições, elaborar todas as provas escritas com questões inéditas, aplicação e correção das provas escritas e práticas, recrutamento e treinamento dos fiscais de sala no dia da prova, classificação dos candidatos, divulgação dos resultados e demais atividades afins																			
ATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO Nr. 3/2017 (Sequência: 3)																			
Ao(s) 28 de Agosto de 2017, às 11:00 horas, na sede da(o) MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 12/2017, para a abertura dos envelopes de documentação ref. ao Processo Licitatório nº 65/2017, Licitação nº. 5/2017 - TP, na modalidade de Tomada de Preço p/ Compras e Serviços.																			



São Bento do Sul

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 155/2017

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 155/2017

MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 08:30 horas do dia 13 de setembro de 2017, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RESERVA, EMISSÃO, MARCAÇÃO, CANCELAMENTO, REMARCAÇÃO E FORNECIMENTO DE PASSAGENS AÉREAS, NACIONAIS E INTERNACIONAIS, PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA EM ANEXO.

Os interessados poderão obter maiores informações através do telefone (47) 3631 6044 ou retirar o Edital completo através do site: www.saobentodosul.sc.gov.br/licitacao.

São Bento do Sul, 04 de agosto de 2017.

ADELINO DENK

Secretário de Desenvolvimento Econômico e Turismo

NILVA MARLI LARSEN HOLZ

Chefe de Gabinete

MARGARETH BAYERL KEISER

Secretária de Administração

LUIZ CLÁUDIO GAYER SCHUVES

Secretário de Planejamento e Urbanismo

ROSEMARI IVANE STRACK CÂNDIDO

Secretária de Educação

EDEMILSON BENEDITO DE ASSIS

Pregoeiro Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 006/2017

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 006/2017

A Câmara Municipal de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, através do Senhor Presidente, torna público, para quem interessar possa, conforme preceitua a Lei nº 8.666/93 que autorizou dispensar a licitação para a contratação de serviços de conservação e manutenção preventiva de 01 (um) elevador social, pelo período de 12 (doze) meses, conforme justificativa; a contratação em questão se justifica em razão da contratante possuir 01 (um) elevador instalado em sua sede, sendo necessária a periodicidade dos serviços de manutenção e prevenção. O serviço em questão não pode ser paralisado, pois, certamente, resultará em danos ao equipamento e riscos à segurança dos usuários, em especial pessoas com dificuldades de locomoção. Contratado: CIDEL COMÉRCIO, REPRESENTAÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA DE ELEVADORES LTDA.

São Bento do Sul, 21 de agosto de 2017.

EDIMAR GERALDO SALOMON – Presidente da Câmara Municipal de São Bento do Sul

JUSTIFICATIVA

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 26 da Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação com dispensa de licitação.

I – OBJETO: Serviços de conservação e manutenção preventiva de um elevador social.

II – CONTRATADO: Cidel Comércio, Representação e Assistência Técnica de Elevadores Ltda.

III – CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO QUE JUSTIFICA A DISPENSA: A dispensa em questão justifica-se tendo em vista que o valor da contratação é inferior ao disposto no art. 24, II, da Lei 8.666/1993.

IV – RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR/EXECUTANTE: proposta mais vantajosa para a administração, com o menor valor total.

Assim submeto a presente justificativa à autoridade competente, Vereador Edimar Geraldo Salomon, Presidente da Câmara Municipal de São Bento do Sul.

Rosilene Arnoldo

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

RH. Ratifico a justificativa e determina a publicação no site da Câmara Municipal e, por extrato, no mural público e no Informativo Municipal

em, no máximo, 05 dias.
EDIMAR GERALDO SALOMON
Presidente da Câmara Municipal de São Bento do Sul

EXTRATO DE CONTRATO Nº 009/2017

EXTRATO DE CONTRATO Nº 009/2017

DA ESPÉCIE: Contrato de Prestação de Serviços nº 009/2017 firmado entre a Câmara Municipal de São Bento do Sul e Cidel Comércio, Representação e Assistência Técnica de Elevadores Ltda.

DO OBJETO: serviços de conservação e manutenção preventiva de 01 (um) elevador social.

DO VALOR: 12 (doze) parcelas mensais de R\$ 540,00 (quinhentos e quarenta reais), totalizando R\$ 6.480,00 (seis mil quatrocentos e oitenta reais).

DA VIGÊNCIA: 12 (doze) meses a contar de 15 de setembro de 2017 a 14 de setembro de 2018.

São Bento do Sul, 25 de agosto de 2017.

EDIMAR GERALDO SALOMON - Presidente da Câmara Municipal de São Bento do Sul

WILSON ZAMIGNANI – pela Empresa Contratada

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL - IPRESBS**PORTARIA IPRESBS Nº283/2017**

PORTARIA IPRESBS Nº. 283/2017

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe c/onfere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 13/08/2017 a 18/08/2017 e 23/08/2017 a 01/09/2017 concedido ao servidor RICARDO GOMES NASSAR ocupante do cargo de provimento efetivo de Fiscal em Vigilância em Saúde, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, através da Portaria IPRESBS nº. 258/2017, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 13/08/2017.

São Bento do Sul, 24/08/2017.

JOSÉ CANISIO TSCHÖKE

Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº284/2017

PORTARIA IPRESBS Nº. 284/2017

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe c/onfere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 21/08/2017 a 31/01/2018 concedido a servidora LUANA PEREIRA BERTOTTI RAMOS ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente Educativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº. 232/2017, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 21/08/2017.

São Bento do Sul, 24/08/2017.

JOSÉ CANISIO TSCHÖKE

Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº285/2017

PORTARIA IPRESBS Nº. 285/2017

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe c/onfere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 26/06/2017 a 17/10/2017 concedido a servidora VILMA BORGES ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora Anos Finais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº. 176/2017, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 26/06/2017.

São Bento do Sul, 24/08/2017.

JOSÉ CANISIO TSCHÖKE

Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº286/2017

PORTARIA IPRESBS Nº. 286/2017

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 23/08/2017 a 19/10/2017 concedido ao servidor GENESIO ALCINDO GOMES ocupante do cargo de provimento

efetivo de Operador Restaurador de Pavimentos, lotado no Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, através da Portaria IPRESBS nº. 179/2017, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 23/08/2017.

São Bento do Sul, 24/08/2017.

JOSÉ CANISIO TSCHÖKE

Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº287/2017

PORTARIA IPRESBS Nº. 287/2017

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 22/08/2017 a 28/02/2018 concedido ao servidor GERALDO POKRYWIECKI ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Operações, lotado no Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, através da Portaria IPRESBS nº. 180/2017, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 22/08/2017.

São Bento do Sul, 24/08/2017.

JOSÉ CANISIO TSCHÖKE

Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº288/2017

PORTARIA IPRESBS Nº. 288/2017

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelos dias 11/07/2017, 19/07/2017 e 18/08/2017, concedido ao servidor CRISTIAN WILLIAM LOPES ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo, através da Portaria IPRESBS nº. 103/2017, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 11/07/2017.

São Bento do Sul, 24/08/2017.

JOSÉ CANISIO TSCHÖKE

Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº289/2017

PORTARIA IPRESBS Nº 289/2017

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006. RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 27/08/2017 a 15/09/2017, a servidora JANE MARTINS DE SOUZA ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente Educativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente aos períodos, 08/08/2017 a 09/08/2017 e 14/08/2017 a 26/08/2017 competem ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 27/08/2017.

São Bento do Sul, 25/08/2017

JOSÉ CANISIO TSCHÖKE

Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº290/2017

PORTARIA IPRESBS Nº 290/2017

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006. RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 22/08/2017 a 05/10/2017, a servidora TEREZA SCHULTZ ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Operações, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente aos períodos, 07/08/2017 a 21/08/2017 competem ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 22/08/2017.

São Bento do Sul, 25/08/2017

JOSÉ CANISIO TSCHÖKE

Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº291/2017

PORTARIA IPRESBS Nº 291/2017

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o parágrafo único do Art. 140 da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006. RESOLVE:

Art. 1º- CONCEDER á servidora ANA LÚCIA POLVERELLI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Médico Perito Previdenciário, lotada nesta Autarquia, licença prêmio em folga, conforme consta no Art. 98 da Lei 228/2001 e do Processo Administrativo nº 6356/2017, de 03/04/2017.

Art. 2º - A licença a que se refere o artigo 1º é relativa ao triênio 2014/2017, com efeitos a partir de 01/09/2017 a 30/09/2017.

São Bento do Sul, 28/08/2017.
JOSÉ CANISIO TSCHÖKE
Diretor Presidente

RETIFICAÇÃO PORTARIA IPRESBS Nº250/2017

RETIFICAÇÃO PORTARIA IPRESBS Nº250/2017

Na Publicação do dia 08 de Agosto de 2017, Edição Nº2314 da Portaria IPRESBS, após avaliação ergonômica pericial de 24/07/2017 e carta do Setor de Segurança do Trabalho de 25/08/2017:

Onde se lê:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, em

decorrência de acidente de trabalho, no período de 16/07/2017 a 30/09/2017, a servidora CLAUDIA MARA TURECK MUENCH ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Leia-se:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 16/07/2017 a 30/09/2017, a servidora CLAUDIA MARA TURECK MUENCH ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

São Bento do Sul, 25/08/2017

SAMAE - SÃO BENTO DO SUL

PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 165, DE 25 DE AGOSTO DE 2017.

PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 165, de 25 de agosto de 2017.

“CONCEDE FÉRIAS”

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE de São Bento do Sul-SC, nomeado pela Portaria nº 010, de 1º de janeiro de 2017, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 7.º, § 2.º da Lei Municipal n.º 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal n.º 702 de 03/12/1996;

RESOLVE

Art. 1º – CONCEDER a servidora CLAUDETE STAWNY, matrícula 341, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, 20 (vinte) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 2015/2016.

Art. 2º – As férias, a que se refere o Artigo 1º, contar-se-ão a partir de 28/8/2017.

FRIDOLINO VAN DEN BOOM
Diretor Presidente

São Carlos

PREFEITURA

EXTRATO RESCISÃO CONTRATUAL 04-2017 - FMS

Estado de Santa Catarina	
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO CARLOS	
EXTRATO RESCISÃO CONTRATUAL	
Cont. Adm. Nº	04/2017 - FMS
Contratante.:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO CARLOS
Contratada.:	CEMAR FONINI
Objeto :	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS NA ÁREA DA SAÚDE PARA O ANO DE 2017. (MÉDICO ANESTESISTA)
Rescisão :	Pelo presente instrumento, fica RESCINDIDO UNILATERALMENTE por parte da Contratante o Contrato nº 004/2017 - FMS a partir da presente data, com fulcro no artigo 79, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93.
SÃO CARLOS/SC, 15 DE AGOSTO DE 2017	
RUDI MIGUEL SANDER	
PREFEITO	

EXTRATO RESCISÃO CONTRATUAL 041-2015 - ADM

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS	
EXTRATO RESCISÃO CONTRATUAL	
Cont. Adm. Nº	041/2015 - ADM
Contratante.:	MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS
Contratada.:	LEANDRO PAGLIARI - ME
Objeto :	CONSTRUÇÃO DE UNIDADE DE EDUCAÇÃO INFANTIL PRO INFÂNCIA COM 890,33M² - DE ACORDO COM OS PROJETOS TÉCNICOS E MEMORIAIS DESCRITIVOS.
Rescisão :	Pelo presente instrumento, fica RESCINDIDO UNILATERALMENTE por parte da Contratante o Contrato nº 041/2015 - ADM a partir da presente data, com fulcro no artigo 79, inciso I da Lei Federal nº 8.666/93.
SÃO CARLOS/SC, 13 DE JUNHO DE 2017	
RUDI MIGUEL SANDER	
PREFEITO	

Decreto 096/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS

DECRETO Nº. 96 DE 24 DE AGOSTO DE 2017.

AUTORIZA ABERTURA DE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR REDUÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

RUDI MIGUEL SANDER, Prefeito Municipal de São Carlos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade a Lei Municipal n.º 1809/2017 de 23 de agosto de 2017;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um crédito adicional suplementar, no orçamento programa consolidado do **MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS**, no valor de **R\$ 857.000,00 (oitocentos e cinquenta e sete mil reais)**, para a dotação orçamentária a seguir relacionada:

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		8
Unidade	Fundo Municipal de Saúde		1
Função	Saúde		10
Sub-função	Atenção Básica		301
Programa	DESENVOLVIMENTO DA SAÚDE		5
Atividade	Manutenção do Programa Estratégia da Saúde da Família-ESF		2.026
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso	Valor
(1)	Aplicação Direta – 3.1.90.00	01.02 – Recursos Ordinários	
Valor Total R\$:			225.000,00

(49) 3325-3005 | contabil@saocarlos.sc.gov.br | www.saocarlos.sc.gov.br
Rua Demétrio Lorenz, 747 – Centro | São Carlos – SC | CEP: 89885-000



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		8
Unidade	Fundo Municipal de Saúde		1
Função	Saúde		10
Sub-função	Atenção Básica		301
Programa	DESENVOLVIMENTO DA SAÚDE		5
Atividade	Manutenção do Programa Estratégia da Saúde da Família-ESF		2.026
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso	Valor
(2)	Aplicação Direta – 3.1.90.00	01.64 – Atenção Básica	107.000,00
Valor Total R\$:			107.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		8
Unidade	Fundo Municipal de Saúde		1
Função	Saúde		10
Sub-função	Atenção Básica		301
Programa	DESENVOLVIMENTO DA SAÚDE		5
Atividade	Manutenção das Atividades Gerais de Saúde Básica		2.031
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso	Valor
(10)	Aplicação Direta – 3.1.90.00	01.02 – Recursos Ordinários	100.000,00
Valor Total R\$:			100.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		8
Unidade	Fundo Municipal de Saúde		1
Função	Saúde		10
Sub-função	Assistência Hospitalar e Ambulatorial		302
Programa	DESENVOLVIMENTO DA SAÚDE		5
Atividade	Manutenção das Atividades do SAMU-193		2.033
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso	Valor
(21)	Aplicação Direta – 3.1.90.00	01.02 – Recursos Ordinários	40.000,00
Valor Total R\$:			40.000,00

(49) 3325-3005 | contabil@saocarlos.sc.gov.br | www.saocarlos.sc.gov.br
Rua Demétrio Lorenz, 747 – Centro | São Carlos – SC | CEP: 89885-000



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	PODER EXECUTIVO		02
Unidade	Gabinete do Prefeito		01
Função	Administração		04
Sub-função	Administração Geral		122
Programa	Desenvolvimento da Gestão Pública		2
Atividade	Manutenção da Administração Superior		2001
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso	Valor
(1)	Aplicação Direta – 3.1.90.00	01.00 – Recursos Ordinários	90.000,00
Valor Total R\$:			90.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO.		3
Unidade	Departamento de Administração e Finanças		2
Função	Administração		4
Sub-função	Administração Geral		122
Programa	Desenvolvimento da Gestão Pública		2
Atividade	Manutenção das Atividades da Administração Geral		2002
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso	Valor
(12)	Aplicação Direta – 3.1.90.00	01.00 – Recursos Ordinários	125.000,00
Valor Total R\$:			125.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL		9
Unidade	Fundo Municipal da Assistência Social		2
Função	Assistência Social		8
Sub-função	Assistência Comunitária		244
Programa	Gestão da Política de Assistência Social		16
Atividade	Manutenção da Gestão da Política de Assistência Social		2039
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso	Valor
(116)	Aplicação Direta – 3.1.90.00	01.00 – Recursos Ordinários	100.000,00
Valor Total R\$:			100.000,00

(49) 3325-3005 | contabil@saocarlos.sc.gov.br | www.saocarlos.sc.gov.br
Rua Demétrio Lorenz, 747 – Centro | São Carlos – SC | CEP: 89885-000



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL		9
Unidade	Fundo Municipal da Assistência Social		2
Função	Assistência Social		8
Sub-função	Assistência Comunitária		244
Programa	Gestão da Política de Assistência Social		16
Atividade	Manutenção da Gestão da Política de Assistência Social		2039
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso	Valor
(118)	Aplicação Direta – 3.3.90.00	01.00 – Recursos Ordinários	20.000,00
Valor Total R\$:			20.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE		6
Unidade	Departamento de Agricultura		1
Função	Agricultura		20
Sub-função	Extensão Rural		606
Programa	Desenvolvimento Agrícola e Ambiental		9
Atividade	Manutenção das Atividades de Agricultura e Extensão Rural		2013
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso	Valor
(66)	Aplicação Direta – 3.1.90.00	01.00 – Recursos Ordinários	35.000,00
Valor Total R\$:			35.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE		6
Unidade	Departamento de Agricultura		1
Função	Agricultura		20
Sub-função	Extensão Rural		606
Programa	Desenvolvimento Agrícola e Ambiental		9
Atividade	Manutenção das Atividades de Agricultura e Extensão Rural		2013
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso	Valor
(68)	Aplicação Direta – 3.3.90.00	01.00 – Recursos Ordinários	15.000,00
Valor Total R\$:			15.000,00

(49) 3325-3005 | contabil@saocarlos.sc.gov.br | www.saocarlos.sc.gov.br
Rua Demétrio Lorenz, 747 – Centro | São Carlos – SC | CEP: 89885-000



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS

Art. 2º. Os recursos para cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o Art. 1º, serão anulados dentro das categorias de programação de despesa do orçamento vigente, no valor correspondente, nas dotações a seguir relacionadas.

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS		4
Unidade	Fundo Municipal de Habitação		04
Função	Habitação		16
Sub-função	Habitação Rural		481
Programa	Desenvolvimento da Habitação		10
Atividade	Implantação de Programas Habitacionais		1.002
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso	Valor Total
(47)	Aplicação Direta – 3.3.90.00	01.00 – Recursos Ordinários	10.000,00
Valor Total R\$:			10.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS		4
Unidade	Fundo Municipal de Habitação		04
Função	Habitação		16
Sub-função	Habitação Rural		481
Programa	Desenvolvimento da Habitação		10
Atividade	Implantação de Programas Habitacionais		1.002
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso	Valor Total
(48)	Aplicação Direta – 4.4.90.00	01.00 – Recursos Ordinários	50.000,00
Valor Total R\$:			50.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS		4
Unidade	Fundo Municipal de Habitação		04
Função	Habitação		16
Sub-função	Habitação Rural		481
Programa	Desenvolvimento da Habitação		10
Atividade	Implantação de Programas Habitacionais		1.002
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso	Valor Total
(49)	Aplicação Direta – 4.5.90.00	01.00 – Recursos Ordinários	30.000,00
Valor Total R\$:			30.000,00

(49) 3325-3005 | contabil@saocarlos.sc.gov.br | www.saocarlos.sc.gov.br
Rua Demétrio Lorenz, 747 – Centro | São Carlos – SC | CEP: 89885-000



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TURISMO E EVENTOS.		5
Unidade	Departamento de Indústria, Comércio e Serviços.		1
Função	Indústria		22
Sub-função	Promoção Industrial		661
Programa	Desenvolvimento Econômico		6
Encargos Especiais	Incentivos para a Geração de Emprego e Renda		1.004
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso	Valor
(50)	Aplicação Direta – 3.3.90.00	01.00 – Recursos Ordinários	50.000,00
Valor Total R\$:			50.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TURISMO E EVENTOS.		5
Unidade	Departamento de Indústria, Comércio e Serviços.		1
Função	Indústria		22
Sub-função	Promoção Industrial		661
Programa	Desenvolvimento Econômico		6
Encargos Especiais	Incentivos para a Geração de Emprego e Renda		1.004
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso	Valor
(51)	Aplicação Direta – 4.4.90.00	01.00 – Recursos Ordinários	10.000,00
Valor Total R\$:			10.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TURISMO E EVENTOS.		5
Unidade	Departamento de Indústria, Comércio e Serviços.		1
Função	Comércio e Serviços		23
Sub-função	Promoção Comercial		691
Programa	Desenvolvimento Econômico		6
Encargos Especiais	Manutenção das Atividades de Desenvolvimento Econômico		2.012
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso	Valor Total
(52)	Aplicação Direta – 3.3.50.00	01.00 – Recursos Ordinários	12.500,00
Valor Total R\$:			12.500,00

(49) 3325-3005 | contabil@saocarlos.sc.gov.br | www.saocarlos.sc.gov.br
Rua Demétrio Lorenz, 747 – Centro | São Carlos – SC | CEP: 89885-000



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TURISMO E EVENTOS.		5
Unidade	Departamento de Indústria, Comércio e Serviços.		1
Função	Comércio e Serviços		23
Sub-função	Promoção Comercial		691
Programa	Desenvolvimento Econômico		6
Encargos Especiais	Manutenção das Atividades de Desenvolvimento Econômico		2.012
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso	Valor Total
(53)	Aplicação Direta – 3.3.90.00	01.00 – Recursos Ordinários	49.212,00
Valor Total R\$:			49.212,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TURISMO E EVENTOS.		5
Unidade	Departamento de Indústria, Comércio e Serviços.		1
Função	Comércio e Serviços		23
Sub-função	Turismo		695
Programa	Desenvolvimento do Turismo		15
Encargos Especiais	Manutenção das Atividades de Turismo e Eventos		2.011
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso	Valor
(57)	Aplicação Direta – 3.1.90.00	01.00 – Recursos Ordinários	65.000,00
Valor Total R\$:			65.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE		6
Unidade	Departamento de Agricultura		1
Função	Agricultura		20
Sub-função	Abastecimento		605
Programa	Desenvolvimento Agrícola e Ambiental		9
Encargos Especiais	Implantação de Sistemas de Abastecimento de Água em Comunidades Rurais		1.005
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso	Valor Total
(62)	Aplicação Direta – 3.3.90.00	01.00 – Recursos Ordinários	55.000,00
Valor Total R\$:			55.000,00

(49) 3325-3005 | contabil@saocarlos.sc.gov.br | www.saocarlos.sc.gov.br
Rua Demétrio Lorenz, 747 – Centro | São Carlos – SC | CEP: 89885-000



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE		6
Unidade	Departamento de Agricultura		1
Função	Agricultura		20
Sub-função	Abastecimento		605
Programa	Desenvolvimento Agrícola e Ambiental		9
Encargos Especiais	Implantação de Sistemas de Abastecimento de Água em Comunidades Rurais		1.005
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso	Valor Total
(64)	Aplicação Direta – 4.4.90.00	01.00 – Recursos Ordinários	65.000,00
Valor Total R\$:			65.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE		6
Unidade	Departamento de Agricultura		1
Função	Agricultura		20
Sub-função	Promoção da Produção Agropecuária		608
Programa	Desenvolvimento Agrícola e Ambiental		9
Encargos Especiais	Manutenção dos Programas de Incentivo à Produção Agrícola		2.014
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso	Total Valor
(70)	Aplicação Direta – 3.3.50.00	01.00 – Recursos Ordinários	5.000,00
Valor Total R\$:			5.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE		6
Unidade	Departamento de Agricultura		1
Função	Agricultura		20
Sub-função	Promoção da Produção Agropecuária		608
Programa	Desenvolvimento Agrícola e Ambiental		9
Encargos Especiais	Manutenção dos Programas de Incentivo à Produção Agrícola		2.014
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso	Total Valor
(71)	Aplicação Direta – 3.3.90.00	01.00 – Recursos Ordinários	164.266,10
Valor Total R\$:			164.266,10

(49) 3325-3005 | contabil@saocarlos.sc.gov.br | www.saocarlos.sc.gov.br
Rua Demétrio Lorenz, 747 – Centro | São Carlos – SC | CEP: 89885-000



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		7
Unidade	Departamento de Educação		1
Função	Educação		12
Sub-função	Educação Infantil		365
Programa	DESENVOLVIMENTO DO ENSINO E DO CONHECIMENTO		4
Atividade	Manutenção das Atividades Educacionais em Creches		2.016
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso	Valor
(89)	Aplicação Direta – 3.1.90.00	01.00 – Recursos Ordinários	82.605,90
Valor Total R\$:			82.605,90

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL		9
Unidade	Fundo Municipal da Assistência Social		2
Função	Assistência Social		8
Sub-função	Assistência à Criança e ao Adolescente		243
Programa	Gestão da Política de Assistência Social		16
Atividade	Atividades Sócio Educativas de Convivência de Crianças e Adolescentes.		2.024
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso	Valor
(103)	Aplicação Direta – 3.3.90.00	01.00 – Recursos Ordinários	30.000,00
Valor Total R\$:			30.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL		9
Unidade	Fundo Municipal da Assistência Social		2
Função	Assistência Social		8
Sub-função	Assistência Comunitária		244
Programa	Gestão da Política de Assistência Social		16
Atividade	Atividades de Inclusão Produtiva		2.036
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso	Valor
(109)	Aplicação Direta – 3.3.90.00	01.00 – Recursos Ordinários	30.000,00
Valor Total R\$:			30.000,00

(49) 3325-3005 | contabil@saocarlos.sc.gov.br | www.saocarlos.sc.gov.br
Rua Demétrio Lorenz, 747 – Centro | São Carlos – SC | CEP: 89885-000



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL		9
Unidade	Fundo Municipal da Assistência Social		2
Função	Assistência Social		8
Sub-função	Assistência à Criança e ao Adolescente		243
Programa	Gestão da Política de Assistência Social		16
Atividade	Programa de Abrigamento		2.037
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso	Valor
(105)	Aplicação Direta – 3.3.40.00	01.00 – Recursos Ordinários	25.000,00
Valor Total R\$:			25.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL		9
Unidade	Fundo Municipal da Assistência Social		2
Função	Assistência Social		8
Sub-função	Assistência ao Idoso		241
Programa	Gestão da Política de Assistência Social		16
Atividade	Atividades Sócio Educativas de Convivência de Idosos		2.023
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso	Valor
(101)	Aplicação Direta – 3.3.40.00	01.00 – Recursos Ordinários	16.416,00
Valor Total R\$:			16.416,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		8
Unidade	Fundo Municipal de Saúde		1
Função	Saúde		10
Sub-função	Atenção Básica		301
Programa	DESENVOLVIMENTO DA SAÚDE		5
Atividade	Manutenção do Programa de Saúde Bucal		2.028
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso	Valor
(7)	Aplicação Direta – 3.1.90.00	01.64 – Atenção Básica	107.000,00
Valor Total R\$:			107.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e revogam-se as disposições em contrário.

São Carlos/SC, em 24 de agosto de 2017.

RUDI MIGUEL SANDER
Prefeito Municipal

(49) 3325-3005 | contabil@saocarlos.sc.gov.br | www.saocarlos.sc.gov.br
Rua Demétrio Lorenz, 747 – Centro | São Carlos – SC | CEP: 89885-000

São João Batista

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 014/2017 PREGÃO PRESENCIAL 031/FMS/2017

Ata de Registro de Preços nº 014/2017

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 014/2017

PROCESSO LICITATÓRIO 039/FMS/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 031/FMS/2017

No dia 28 de agosto de 2017, o Fundo Municipal de Saúde, com sede à Rua Gilson Geraldo Sartori, 440, Centro, em São João Batista/SC, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial – Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 28/08/2017, RESOLVE registrar os preços das empresas vencedoras do certame citado, nas quantidades estimadas, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as seguintes disposições a seguir: OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICO-HOSPITALARES PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, SC, conforme especificações constantes do Anexo I, tipo menor preço por item. As licitantes registradas para os serviços de fisioterapia cotados são:

FUFA-SC COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA

CNPJ 07.164.711/0001-40

Item: 01, 02, 03.

Valor total homologado ao Licitante: R\$ 148.080,00 (cento e quarenta e oito mil e oitenta reais).

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o fornecimento, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurado ao detentor do registro preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93; VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará por 12 (doze) meses. ENTREGA: Os materiais deverão ser entregues conforme a necessidade da municipalidade. Após efetuada a solicitação, os materiais deverão ser entregues em 05 (cinco) dias, nas condições estipuladas no presente Edital e seus anexos. São João Batista, 28 de agosto de 2017 – Ademir José Rover - Secretário Municipal.

NOVA DATA DE ABERTURA PROCESSO LICITATÓRIO Nº 123/PMSJB/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº 089/PMSJB/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA

NOVA DATA DE ABERTURA DO PROCESSO LICITATÓRIO 123/PMSJB/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 089/PMSJB/2017 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA (SC), pessoa jurídica de direito público, inscrito sob o CNPJ 82.925.652/0001-00, com Prefeitura à Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89, Centro, São João Batista, SC, CEP: 88.240-000, de conformidade com a Lei 8.666/93, por determinação de Augusto Correia Junior, Pregoeiro Municipal, torna público a nova data de abertura do Processo Licitatório 123/PMSJB/2017 - Pregão Presencial 089/PMSJB/2017 – SRP, para o REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL PREVENTIVA E CORRETIVA DOS SISTEMAS ELÉTRICOS E HIDRÁULICOS DESTINADOS A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, INCLUINDO FUNDOS E FUNDAÇÕES, DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, SC. Onde LIA-SE: Entrega dos envelopes: até às 08h45min do dia 30/08/2017. Abertura dos envelopes: 09h00min do dia 30/08/2017; LEIA-SE: Entrega dos envelopes: até às 8h45min do dia 18/09/2017. Abertura dos envelopes: 9h do dia 18/09/2017. Informações e cópia do edital: Departamento de Licitações e Contratos, no endereço supracitado, pelo tel: (48) 3265-0195 – ramais: 214/206, ou pelos e-mails: licita@sjbatista.sc.gov.br ou licita01@sjbatista.sc.gov.br, no horário das 08h às 11:30h e das 13:30h às 17:30h em dias úteis. São João Batista, 28 de agosto de 2017. Augusto Correia Junior – Pregoeiro Municipal

São João do Oeste

PREFEITURA

INEXIGIBILIDADE 012.17 MERENDA AGRICULTURA FAMILIAR

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 012.2017. Proc. Licit. 0140/2017. Edital de Chamamento Público para Credenciamento. Credenciamento: a partir do dia 30 de agosto de 2017 até 29 de setembro de 2017.

OBJETO: O objeto da presente Chamada Pública é a de aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE.

Vigência: até 31.12.2017 – contados a partir do credenciamento. Maiores informações e cópia do edital junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste e ou pelo fone (49) 3195.2000 no horário de expediente. Edital disponível no site www.saojoao.sc.gov.br. São João do Oeste, SC, 29 de agosto de 2017.

FERNANDO BISIGO – PREFEITO MUNICIPAL.

Setembro de 2017. ABERTURA DOS ENVELOPES: às 08:30 horas do dia 13 de setembro de 2017 no setor de compras e licitações da Prefeitura Municipal. Maiores informações junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste e ou pelo fone (49) 3195.2000 no horário de expediente. Edital disponível no site do município www.saojoao.sc.gov.br. São João do Oeste, SC, 29 de agosto de 2017. Fernando Bisigo – PREFEITO MUNICIPAL.

PP 95.17 AQUISIÇÃO DE ARMARIO SOB MEDIDA

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0142/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 095/2017

OBJETO: O Município de São João do Oeste torna público e para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, conforme descrito a seguir:

OBJETO: Aquisição de armários de MDF BP Branco, conforme projeto, para o setor de Tributos do município do Município de São João do Oeste.

Tipo: menor preço por item

ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 08:30 horas do dia 14 de Setembro de 2017. ABERTURA DOS ENVELOPES: às 08:30 horas do dia 14 de setembro de 2017 no setor de compras e licitações da Prefeitura Municipal. Maiores informações junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste e ou pelo fone (49) 3195.2000 no horário de expediente. Edital disponível no site do município www.saojoao.sc.gov.br. São João do Oeste, SC, 29 de agosto de 2017. Fernando Bisigo – PREFEITO MUNICIPAL.

PP 93.17 MERENDA ESCOLAR

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 139/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 093/2017 – Exclusivo para empresas MPES – conforme LC 147/14

O Município de São João do Oeste torna público e para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, conforme descrito a seguir:

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios para o Programa Municipal de Alimentação Escolar do Município de São João do Oeste.

Tipo: menor preço por item.

Entrega dos envelopes até as 08:30 horas do dia 12 de setembro de 2017 e abertura no mesmo dia e horário, no setor de compras e licitações da Prefeitura Municipal. Maiores informações junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste, pelo fone (49) 3195.2000 no horário de expediente ou pelo e-mail compras@saojoao.sc.gov.br. Edital disponível no site www.saojoao.sc.gov.br. São João do Oeste, SC, 29 de agosto de 2017. FERNANDO BISIGO – PREFEITO MUNICIPAL.

PP 94.17 AQUISIÇÃO DE MEDALHAS E TROFÉUS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0141/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 094/2017

Exclusivo para empresas MPES

OBJETO: O Município de São João do Oeste torna público e para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, conforme descrito a seguir:

OBJETO: Aquisição de troféus e medalhas para os Jogos Abertos de São João do Oeste - JASJO- Edição 2017.

Tipo: menor preço por lote

ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 08:30 horas do dia 13 de

São João do Sul

PREFEITURA

DP 17-2017 MEDICAMENTOS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
LICITAÇÃO Nº 17/2017

Modalidade – Dispensa nº 17/2017

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, inciso VIII, da Lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

OBJETO: Aquisição de medicamentos para o programa de saúde mental e demais medicamentos para distribuição gratuita aos munícipes de São João do Sul

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE – AMESC.

VIGÊNCIA: 28/08/2017 a 31/12/2017

VALOR DO OBJETO: R\$ 87.690,08 (oitenta e sete mil, seiscentos e noventa reais e oito centavos).

JUSTIFICATIVA: Justifica-se a Dispensa de Licitação para aquisição dos medicamentos acima citados, considerando-se a necessidade de não interromper o atendimento básico de saúde à população, e por ser o Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMESC uma entidade sem fins lucrativos e que pratica preços notoriamente abaixo do preço de mercado.

São João do Sul - SC, em 28 de agosto de 2017.

Rejane Elíbio Borba

Presidente do Fundo Municipal de Saúde

São Joaquim

PREFEITURA

DECRETO Nº 301/2017

DECRET O Nº 301/2017

“QUE ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO VERIFICADO EM 31/12/2016, NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2017, CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 4.450/2016, DE 18/11/2016”

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a seguinte dotação orçamentária:

03 – PODER EXECUTIVO

03.12 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

(67)4.4.90.00.00.00.00.2.006-0665 Alienações de Bens destinados a Programas da Educação Básica 5.597,75

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 5.597,75

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro verificado em 31/12/2016 na fonte de Recursos – Alienações de Bens destinados a Programas da Educação Básica.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 25 de Agosto de 2017.
GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 483/2017

PORTARIANº 483/2017

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica ALTERADA a Portaria Nº 480/2017, de 23/08/2017, que concede Licença por falecimento a funcionária TATIANA DA SILVA SOUZA, por haver saído com incorreções, onde se lê por falecimento de seu filho, leia-se por falecimento de seu pai.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroage, ao dia 14 de Agosto de 2017, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 25 de Agosto de 2017.
GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 484/2017

PORTARIANº 484/2017

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido EXONERAÇÃO a pedido a senhora: - SAMY BECHTOLD BETT, ocupante da Função de Odontóloga (ESF), na Secretaria Municipal da Saúde, Bairro Jardim Bandeira, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 139/2014, de 04/04/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 25 de Agosto de 2017.
GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 485/2017

PORTARIANº 485/2017

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas Licenças para tratamentos de Saúde, conforme apresentações de Atestados Médicos aos seguintes funcionários: – NAIANA OLIVEIRA PALMA, ocupante do Cargo de Professora – 30 horas, por 03 (três) dias, a contar do dia 16/08/2017. – MARIA DE FATIMA SOUZA NUNES, ocupante do Cargo de Arquiteta, por ½ (meio) dia, período vespertino, do dia 21/08/2017. – JOSIELI DA SILVA PADILHA, ocupante da Função de Professora – 40 horas, por 03 (três) dias, a contar do dia 22/08/2017. – ADRIANA PORTO VELHO LOPES, ocupante do Cargo de Professora – 30 horas, por 03 (três) dias, a contar do dia 22/08/2017. – ANDREIA APARECIDA BARBOSA, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 03 (três) dias, a contar do dia 22/08/2017. – CRISTIANI RIBEIRO SOUZA, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por ½ (meio) dia, período matutino do dia 22/08/2017. – MARTA APARECIDA PEREIRA OLIVEIRA, ocupante do Cargo de Professora – 20 horas, por 01 (um) dia, no dia 22/08/2017. – MARIA TERE-SA MENDES, ocupante do Cargo de Professora – 40 horas, por 02 (dois) dias, a contar do dia 23/08/2017. – DAIANE F. RIBEIRO NUNES, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 03 (três) dias, a contar do dia 21/08/2017, para tratamento de saúde de seu filho. – ANDREIA REGINA PRADO, ocupante da Função de Agente de Serviços Gerais, por 01 (um) dia, no dia 23/08/2017, para tratamento de saúde de sua filha. – TERESINHZA MARCILENE DIAS DA ROSA, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 01 (um) dia, no dia 23/08/2017. – MARTA GODOI DA ROSA, ocupante do Cargo de Agente Administrativo, por 01 (um) dia, no dia 23/08/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

e produziu seus efeitos legais nas datas mencionadas no artigo 1º desta Portaria, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 25 de Agosto de 2017.
GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 486/2017

PORTARIANº 486/2017

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas Licenças para tratamentos de Saúde, conforme apresentações de Atestados Médicos aos seguintes funcionários: – ADRIANA PEREIRA DE SOUZA, ocupante do Cargo de Professora – 40 horas, por 01 (um) dia, no dia 23/08/2017. – SILVIA HELENA SILVA LEMOS, ocupante do Cargo de Agente Administrativo, por 2½ (dois dias e meio), a contar do dia 23/08/2017. – ANA MARIA MARAFIGO, ocupante da Função de Agente de Serviços Gerais, por 02 (dois) dias, a contar do dia 24/08/2017. – LISLIANE PAULINA MENDES SOUZA, ocupante da Função de Agente de Saúde, por 02 (dois) dias, a contar do dia 24/08/2017. – ROSANGELA SANTOS LÓSS MATOS, ocupante do Cargo de Professora – 20 horas, por 01 (um) dia, no dia 24/08/2017. – VANUSA PINTO, ocupante da Função de Agente de Saúde, por 02 (dois) dias, a contar do dia 24/08/2017. – THAYSE GREICI DA SILVA, ocupante do Cargo de Professora – 20 horas, por 02 (dois) dias, a contar do dia 24/08/2017. – BIANCA PIMENTEL, ocupante da Função de Enfermeira - ESF, por 03 (três) dias, a contar do dia 24/08/2017. – VALÉRIA DA SILVA BATISTA, ocupante da Função de Professora – 40 horas, por 02 (dois) dias, a contar do dia 24/08/2017. – SUZANA N. ATAIDE DE LIMA, ocupante do Cargo de Professora – 30 horas, por 02 (dois) dias, a contar do dia 24/08/2017. – CECILIA NUNES HUGEN, ocupante do Cargo de Professora – 20 horas, por 01 (um) dia, no dia 24/08/2017. – ISMENIA DE SOUZA ARRUDA, ocupante do Cargo de Professora, a contar do dia 24/08/2017 e o retorno de acordo com o INSS.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e produziu seus efeitos legais nas datas mencionadas no artigo 1º desta Portaria, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 28 de Agosto de 2017.
GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

São José

PREFEITURA

ANÁLISE E RESULTADO DE JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DA CC Nº 006/2017

ANÁLISE E RESULTADO DE JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4127/2017
PROCESSO DE COMPRAS Nº 310/2017
CONCORRÊNCIA Nº 006/2017

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO E EXECUÇÃO DO PARQUE DO ARAUCÁRIA, NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC.

A Comissão Permanente de Licitações (CPL) reuniu-se para análise e julgamento dos documentos de habilitação e da manifestação apensa a ATA, cujo exame contou com a assessoria da Secretaria de Planejamento e Assuntos Estratégicos.

EMPRESAS LICITANTES

• DJP CONSTRUÇÕES LTDA EPP
• CONSTRUTORA POSSAMAI LTDA EPP
• SEMEAI SKATEPARKS LTDA ME
• BRUBRINQ PLAYGROUNDS
• C&M CONSTRUÇÕES LTDA EPP
• DEF CONSTRUTORA LTDA EPP
• PROGET CONST. E INCOPORAÇÕES EIRELI EPP
• CONSTRUTORA DE ANGELO EIRELI EPP
• VINICIUS GOEDERT ME
• MUNDIAL SERVIÇOS LTDA EPP

1 - ANÁLISE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

Com relação a manifestação apensa a ATA da empresa CONSTRUTORA POSSAMAI LTDA EPP:

* DEF CONSTRUÇÕES LTDA EPP

No que se refere à documentação apresentada pela empresa DEF CONSTRUÇÕES LTDA EPP a Comissão Permanente de Licitações (CPL) constatou que a mesma descumpriu o item 10, subitem 10.8 do edital, que assim determina:

"10.8 - Para fazerem jus às prerrogativas que lhe são deferidas pela Lei Complementar nº 123/06, todos os licitantes, além dos documentos citados no item HABILITAÇÃO, deverão apresentar, dentro do envelope de habilitação, certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Cartório de Registro Civil de Pessoa Jurídica, com data de expedição não superior a 60 (sessenta) dias, comprovando, conforme o caso, sua condição de ME ou de EPP". (grifo nosso)

A Certidão Simplificada apresentada pela empresa DEF Construções Ltda EPP as fls. 501 dos autos, refere-se à outra empresa, por esse motivo não poderá utilizar dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006.

* VINICIUS GOEDERT ME

Em relação à empresa Vinicius Goedert ME não ter apresentado "VÍNCULO COM O ENGENHEIRO", a CPL concluiu que não prospera a arguição da recorrente, uma vez que o documento se encontra no bojo do processo nas fls.750.

* PROGET ENGENHARIA LTDA EPP

Em relação à empresa Proget Engenharia LTDA EPP, segundo o item 9.2.1.4 - Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto desta licitação, mediante apresentação de Certidão(ões) de Acervo Técnico (CAT) expedida(s) pelo CREA e/ou CAU, acompanhada(s) do(s) respectivo(s) Atestado(s) Técnico(s) registrado(s) pelo CREA e/ou CAU, emitida(s) por pessoa de direito público ou privado em nome de profissional, que será o responsável técnico pelos serviços licitados, comprovando a execução de

serviços compatíveis com o(s) Lote(s).

A CPL concluiu que não prospera a arguição da recorrente, uma vez que o documento se encontra no bojo do processo nas fls.649 à 654.

2 - ANÁLISE TÉCNICA

A Secretaria de Planejamento e Assuntos Estratégicos manifestou-se em relação à Qualificação Técnica das empresas através do Relatório Técnico nº 02/2017.

Em vista do exposto acima e à luz da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e no regramento contido no Edital, a Comissão Permanente de Licitações (CPL) RESOLVE:

INABILITAR AS EMPRESAS TECNICAMENTE PARA TODOS OS LOTES

· C&M CONSTRUÇÕES LTDA EPP
· DEF CONSTRUTORA LTDA EPP
· PROGET CONST. E INCOPORAÇÕES EIRELI EPP
· CONSTRUTORA DE ANGELO EIRELI EPP
· VINICIUS GOEDERT ME
· MUNDIAL SERVIÇOS LTDA EPP

HABILITAR AS EMPRESAS

PARA O LOTE 1
· CONSTRUTORA POSSAMAI LTDA EPP
· DJP CONSTRUÇÕES LTDA EPP
PARA O LOTE 2
· BRUBRINQ PLAYGROUNDS
PARA O LOTE 3
· SEMEAI SKATEPARKS LTDA ME

O resultado deste julgamento será publicado no Diário Oficial do Município (DOM), contando-se a partir dessa data, prazo para eventual recurso. Não ocorrendo manifestação por parte dos licitantes, a sessão pública para abertura das propostas de preços, ocorrerá no dia 06/09/2017, às 14h30min, no Centro Administrativo do Município de São José. A análise detalhada da Secretaria de Planejamento e Assuntos Estratégicos encontra-se no site wbc.pmsj.sc.gov.br, na pasta do Edital da Concorrência nº 006/2017.

São José, 28 de agosto de 2017.

Claudia Schweitzer	Paulo Dutra
Presidente da CPL	Membro da CPL
Humberto Alcino da Silva	Iriberto Antônio M. Júnior
Membro da CPL	Membro da CPL

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 240/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 240/2017 – PE 047/2017 – Processo 266/2017 – Proc. Adm. 4120/2017 – Fornecedor: HBJ COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELI – ME. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, HIDRÁULICOS E ELÉTRICOS DESTINADOS A UTILIZAÇÃO EM SITUAÇÕES EMERGENCIAIS DAS UNIDADES DE ENSINO DA REDE MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ. Valor da ATA: R\$ 54.950,02 (cinquenta e quatro mil, novecentos e cinquenta reais e dois centavos). Vigência: A vigência da Ata de Registro de Preços será por 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura. Data da assinatura: 17 de agosto de 2017.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 241/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 241/2017 – PE 047/2017 – Processo 266/2017 – Proc. Adm. 4120/2017 – Fornecedor: PRIM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. – ME. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, HIDRÁULICOS E ELÉTRICOS DESTINADOS A UTILIZAÇÃO EM SITUAÇÕES EMERGENCIAIS DAS UNIDADES DE ENSINO DA REDE MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ. Valor da ATA: R\$ 1.335,05 (um mil, trezentos e trinta e cinco reais e cinco centavos). Vigência: A vigência da Ata de Registro de Preços será por 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura. Data da assinatura: 17 de agosto de 2017.

CONVOCAÇÃO ORDINÁRIA
CONVOCAÇÃO ORDINÁRIA

O Presidente da Junta de Infrações Ambientais do Município de São José – JARIA, Agostinho Mignoni Junior, Diretor Operacional da Fundação do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto Municipal nº 22.344/2006, que regulamenta a competência, funcionamento, organização e atribuições da JARIA, vem a público, conforme o disposto no artigo 9º do referido decreto, convocar os membros da Junta, nomeados por meio da Portaria nº 003/2017/FMADS, para no dia 15 de setembro do corrente, às 14:00, no auditório da sede do Jardim Botânico de São José, localizado na Rua Cauassú, s/n, Loteamento Jardim Botânico, Potecas, neste Município, realizarem o julgamento dos recursos interpostos nos processos abaixo relacionados:

• *Processo nº 8926/2013 – TRANS ENTULHO CAJOSANA LTDA -ME

Relator(a): Marcos Vinícius Modolo Sebastiani

• *Processo nº 18324/2011 – DLT LOGÍSTICA EM TRANSPORTES LTDA

Relator(a): Marcos Vinícius Modolo Sebastiani

• *Processo nº 11297/2014 – MARTINS PHILIPPI PEÇAS E SERVIÇOS LTDA.

Relator(a): Marcos Vinícius Modolo Sebastiani

• *Processo nº 23590/2015 – LUCIANO RIGOTTI SIGNORI FITNESS LTDA.

Relator(a): Dra. Carina Bonassa Vieira

• *Processo nº 6165/2016 – LUCIANO RIGOTTI SIGNORI FITNESS LTDA.

Relator(a): Dra. Carina Bonassa Vieira

• *Processo nº 20182/2014 – JAT ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA

Relator(a): Dra. Carina Bonassa Vieira

• Processo nº 17715/2013 – ZILLI CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA

Relator(a): Carina Bonassa Vieira

• Processo nº 12867/2016 – NEREU PEREIRA

Relator(a): Agostinho Mignoni Junior

• Processo nº 8069/2012 – VALDECI DA SILVA

Relator(a): Agostinho Mignoni Junior

Dessa forma, distribuídos os processos aos seus respectivos relatores, intimem-se os interessados para que tenham ciência da presente convocação, bem como do dia e hora da sessão de julgamento.

Fica designado, desde já, Jeferson Medeiros da Silva, pertencente ao quadro de servidores desta Fundação como secretária da sessão.

Sem mais para o momento.

São José, 28 de agosto de 2017.

Agostinho Mignoni Junior

Presidente da JARIA

Decreto Municipal nº 8017/2017 e Portaria nº 003/2017

DECRETO Nº 8581/2017

DECRETO Nº 8581/2017

DISPENSA SERVIDOR CONTRATADO POR PROCESSO SELETIVO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica dispensado, a pedido, o seguinte servidor, admitido por Processo Seletivo.

NOME	CARGO	DATA
RODRIGO KAUFMANN TEIXEIRA	Professor-H	08/08/2017

Art. 2º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 08/08/2017.

Art. 3º – Revoga-se demais disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 22 de agosto de 2017.

NERI OSVALDO DO AMARAL

Prefeito Municipal em exercício

MERI TEREZINHA DE MELO HANG

Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 8582/2017

DECRETO Nº 8582/2017

DISPENSA SERVIDOR CONTRATADO POR PROCESSO SELETIVO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica dispensada, a pedido, a seguinte servidora, admitida por Processo Seletivo.

NOME	CARGO	DATA
BEATRIZ SCHMITT	Professor-M	16/08/2017

Art. 2º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 16/08/2017.

Art. 3º – Revoga-se demais disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 22 de agosto de 2017.

NERI OSVALDO DO AMARAL

Prefeito Municipal em exercício

MERI TEREZINHA DE MELO HANG

Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 8583/2017

DECRETO Nº 8583/2017

DISPENSA SERVIDOR CONTRATADO POR PROCESSO SELETIVO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando Processo Administrativo nº 6546/2017 datado de 13/07/2017;

DECRETA:

Art. 1º – Fica dispensada, a seguinte servidora, admitida por Processo Seletivo.

NOME	CARGO	DATA
ANDREIA PORFIRIO	Auxiliar de Ensino	11/08/2017

Art. 2º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 11/08/2017.

Art. 3º – Revoga-se demais disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 22 de agosto de 2017.

NERI OSVALDO DO AMARAL

Prefeito Municipal em exercício

MERI TEREZINHA DE MELO HANG

Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 8584/2017

DECRETO Nº 8584/2017

DISPENSA SERVIDOR CONTRATADO POR PROCESSO SELETIVO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica dispensada, a pedido, a seguinte servidora, admitida por Processo Seletivo.

NOME	CARGO	DATA
PATRICIA DE MORAES FARIAS	Auxiliar de Ensino	17/08/2017

Art. 2º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 17/08/2017.

Art. 3º – Revoga-se demais disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 22 de agosto de 2017.

NERI OSVALDO DO AMARAL

Prefeito Municipal em exercício

MERI TEREZINHA DE MELO HANG

Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 8585/2017

DECRETO Nº 8585/2017

DISPENSA SERVIDOR CONTRATADO POR PROCESSO SELETIVO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica dispensada, a pedido, a seguinte servidora, admitida

por Processo Seletivo.

NOME	CARGO	DATA
VERANICE RODRIGUES CORDEIRO	Professor-M	18/08/2017

Art. 2º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 18/08/2017.

Art. 3º – Revoga-se demais disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 22 de agosto de 2017.

NERI OSVALDO DO AMARAL

Prefeito Municipal em exercício

MERI TEREZINHA DE MELO HANG

Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 8586/2017

DECRETO Nº 8586/2017

DISPENSA SERVIDOR CONTRATADO POR PROCESSO SELETIVO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando Processo Administrativo nº 6548/2017 datado de 13/07/2017;

DECRETA:

Art. 1º – Fica dispensada, a seguinte servidora, admitida por Processo Seletivo.

NOME	CARGO	DATA
SHEILA DOS SANTOS	Auxiliar de Ensino	16/08/2017

Art. 2º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 16/08/2017.

Art. 3º – Revoga-se demais disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 22 de agosto de 2017.

NERI OSVALDO DO AMARAL

Prefeito Municipal em exercício

MERI TEREZINHA DE MELO HANG

Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 8600/2017

DECRETO Nº 8600/2017

DISPENSA SERVIDOR CONTRATADO POR PROCESSO SELETIVO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica dispensada, a seguinte servidora, admitida por Processo Seletivo.

NOME	CARGO	DATA
ANA PAULA SOARES REBELO	Auxiliar de Ensino	21/08/2017

Art. 2º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 21/08/2017.

Art. 3º – Revoga-se demais disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de agosto de 2017.

NERI OSVALDO DO AMARAL

Prefeito Municipal em exercício

MERI TEREZINHA DE MELO HANG

Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 8601/2017

DECRETO Nº 8601/2017

DISPENSA SERVIDOR CONTRATADO POR PROCESSO SELETIVO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando Processo Administrativo nº 4743/2017 datado de 24/05/2017;

DECRETA:

Art. 1º – Fica dispensado, o seguinte servidor, admitido por Processo Seletivo.

NOME	CARGO	DATA
MARCOS HENRIQUE DE SOUSA	Professor-H	17/08/2017

Art. 2º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 17/08/2017.

Art. 3º – Revoga-se demais disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de agosto de 2017.

NERI OSVALDO DO AMARAL

Prefeito Municipal em exercício

MERI TEREZINHA DE MELO HANG

Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 8602/2017

DECRETO Nº 8602/2017

DISPENSA SERVIDOR CONTRATADO POR PROCESSO SELETIVO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica dispensado, a pedido, o seguinte servidor, admitido por Processo Seletivo.

NOME	CARGO	DATA
HARLLEY BORLIN	Professor-H	22/08/2017

Art. 2º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 22/08/2017.

Art. 3º – Revoga-se demais disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de agosto de 2017.

NERI OSVALDO DO AMARAL

Prefeito Municipal em exercício

MERI TEREZINHA DE MELO HANG

Secretária Municipal de Educação

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/ PMSJ /SUSP / 2017

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/ PMSJ /SUSP / 2017 – ABRE INSCRIÇÕES PARA COMÉRCIO AMBULANTE DE FLORES, VELAS, ÁGUA E REFRIGERANTES NAS ÁREAS DESIGNADAS PELA SUSP EM FRENTE AOS CEMITÉRIOS NOSSA SENHORA DA DORES – BARREIROS, SÃO JOÃO BATISTA – FORQUILHAS, SÃO JOSÉ – CENTRO HISTÓRICO, COLÔNIA SANTANA – COLÔNIA SANTANA ENTRE OS DIAS 27 DE OUTUBRO DE 2017 A 02 DE NOVEMBRO DE 2017.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, através da SECRETARIA DE URBANISMO E SERVIÇOS PÚBLICOS, Av. Acioni Souza Filho, nº 403,

Centro, São José – SC, 88.103-790, de acordo com o Artigo 62 da Lei Orgânica do Município de São José, Lei nº 8.666/1993 e legislação vigente faz saber que estará recebendo inscrições para o comércio ambulante, na modalidade que consta do OBJETO deste edital de credenciamento, para o período de finados de 2017 para as PESSOAS FÍSICAS e MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS.

01 - OBJETO

PONTO FIXO DE FLORES E VELAS: Pontos para venda de FLORES NATURAIS e FLORES ARTIFICIAIS.

PONTO FIXO ÁGUA E REFRIGERANTES: Pontos para venda ÁGUA e REFRIGERANTES.

02 - CONDIÇÕES GERAIS

- O número de vagas e as atividades encontram-se especificados no ANEXO II, parte integrante deste edital;
- É vedada a inscrição de mais de um membro do mesmo núcleo familiar do Requerente e do mesmo Micro Empreendedor individual, sob pena de desclassificação em qualquer fase do processo, neste Edital;
- Os requerentes deverão indicar o objeto e o local de interesse na hora da inscrição;
- A inscrição e o Alvará de Licença são pessoais e intransferíveis, sendo PROIBIDA a VENDA ou o ALUGUEL DO PONTO;
- Todo vendedor ambulante licenciado, deverá portar durante todo o período de trabalho:

- a) Alvará de Licença;
- b) Documento de Arrecadação Municipal quitado emitido pela Secretaria de Receita;
- c) Documento de Identificação Pessoal, com foto;

03 - DO PERÍODO DA LICENÇA

- Este Edital de Credenciamento tem validade para o período de Finados de 2017;
- O prazo de duração dos Alvarás de Licença emitidos para os proponentes classificados será de 27 de outubro a 02 de novembro de 2017 na área delimitada pela SUSP, em locais próximos aos cemitérios em CEMITÉRIOS NOSSA SENHORA DAS DORES – BARREIROS, SÃO JOÃO BATISTA – FORQUILHAS, SÃO JOSÉ – CENTRO HISTÓRICO, COLÔNIA SANTANA – COLÔNIA SANTANA;

04 - DA INSCRIÇÃO, DA DOCUMENTAÇÃO e DO PAGAMENTO:

4.1- DA INSCRIÇÃO

- a) Os interessados deverão ingressar com PROCESSO a ser protocolado no período de 17 a 25 de setembro de 2017, das 8h às 19h, no CENTRO DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO, Av. Acioni Souza Filho, nº 403, Centro, São José – SC, 88.103-790, munido de toda a documentação exigida;
- b) A protocolização do processo de inscrição não será cobrada taxa de inscrição.

4.2 - DO PAGAMENTO

Caso selecionado o inscrito deverá recolher a taxa no valor de 1 URM.

4.2 - DA DOCUMENTAÇÃO

- c) Cópia do CPF e RG em nome do requerente, se PESSOA FÍSICA;
- d) Cópia do CCMEI - Certificado da Condição de Empreendedor da Atividade escolhida, se MICRO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL;
- e) Cópia do COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA: cópia do talão atual de água, telefone fixo ou luz com validade máxima de três meses ou cópia do contrato de locação autenticado em cartório. A cópia do comprovante de residência deve conter carimbo do CENTRO DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO CONFERIDO COM O ORIGINAL ou ser autenticada em cartório. Quando o comprovante estiver em nome de terceiro, o mesmo deverá ser acompanhado de declaração de residência reconhecida em cartório. Quando o comprovante estiver em nome do cônjuge, o mesmo deverá ser acompanhado de Certidão de Casamento ou declaração reconhecida em cartório que comprove o vínculo;
- f) Os micros empreendedores individuais deverão apresentar comprovante de endereço comercial, podendo ser conta de água ou de luz, em nome da empresa ou do proprietário da mesma se ela funcionar na própria residência;

5- CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

Estarão classificados os proponentes inscritos que obtiverem êxito no sorteio a ser realizado no dia 02 de outubro de 2017, às 9h, na sede da Secretaria de Urbanismo e Serviços Públicos – SUSP situada Av. Acioni Souza Filho, nº 403, Centro, São José – SC, 88.103-790, de acordo com a atividade por eles escolhida, dentro do número de vagas oferecidas no ANEXO II deste Edital.

6- DA HOMOLOGAÇÃO E DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS

A listagem dos requerentes habilitados após a realização do sorteio, será divulgada no sítio da Prefeitura Municipal de São José, no endereço www.pmsj.sc.gov.br, na data de 02 de outubro de 2017, com cópia para consulta na Secretaria de Urbanismo e Serviços Públicos – SUSP e no CENTRO DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO.

7- DAS OBRIGAÇÕES DOS REQUERENTES

- a) É obrigação do autorizado manter organizado e limpo toda a área por ele utilizada para comercialização de seus produtos, bem como, ao

final da autorização, entregar a área livre em ordem e nas mesmas condições que recebeu.

8- DISPOSIÇÕES FINAIS

- a) As áreas a serem ocupadas pelos pontos, conforme cada atividade estar descritas no Anexo II parte integrante deste edital;
- b) Este Edital de Credenciamento está à disposição no site www.pmsj.sc.gov.br, encontrando-se fixado na sede da SUSP e no CENTRO DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO.
- c) O prazo da autorização será para os dias 27 de outubro de 2017 a 02 de novembro de 2017.

São José/SC, 23 de agosto de 2017.

Matson Luis Cé
Secretário de Urbanismo e Serviços Públicos

A N E X O –I Termo de Referência

1- OBJETIVO. O presente termo de Referência tem por objeto o credenciamento dos vendedores ambulantes, para venderem os produtos descritos no objeto item 01 no dia de Finais.

2- JUSTIFICATIVA DO CREDENCIAMENTO. Para o adequado funcionamento das atividades relacionadas aos Cemitérios pertencente à Secretaria de Urbanismo e Serviços Públicos, necessita-se uma melhor organização e delimitação do espaço a ser utilizado para a comercialização dos produtos descritos no objeto item 01.

3- DESCRIÇÃO SUCINTA DO OBJETO. Pontos para venda de FLORES NATURAIS e FLORES ARTIFICIAIS com ou sem vasos, vasos avulsos artesanais ou industrializados e velas em pacotes ou avulsas. Pontos para venda de REFRIGERANTES E ÁGUA será permitida apenas a venda em embalagens plástica. Sendo, portanto, proibido a venda em vidros e latas.

4- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1 São de responsabilidade da contratada o envio de toda a documentação exigida no item 4.2;

5- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 5.1 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados;
- 5.2 Manter seu espaço limpo e após, findar suas atividades entregá-lo também limpo.

6 - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

6.10 contrato terá vigência de 6 (seis) dias.

A N E X O -II

DISCRIMINAÇÃO DO PONTO	QUANTIDADE (VAGAS)	LOCAL	M²
ÁGUA E REFRIGERANTES	10 (dez)	Cemitérios Nossa Senhora das Dores – Barreiros 03 (três), São João Batista 03 (três), 02 (dois) São José – Centro Histórico, 02 (dois) Colônia Santana – Colônia Santana	08
PONTO FIXO DE FLORES E VELAS	10 (dez)	Cemitérios Nossa Senhora das Dores – Barreiros 03 (três), São João Batista 03 (três), 02 (dois) São José – Centro Histórico, 02 (dois) Colônia Santana – Colônia Santana	08

PORTARIA NO 008, DE 25 DE AGOSTO DE 2017.

portaria no 008, de 25 DE AGOSTO DE 2017.

Prorroga o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Sindicante, constituída através da Portaria nº 005, de 26 de junho de 2017, com a finalidade de apurar possível desvirtuamento de repasses celebrados em Convênio.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 66, parágrafo único, incisos I e IV da Lei Orgânica Municipal c/c Arts. 1º e 24, § 2º da Instrução Normativa TCE nº 14, de 13 de junho de 2012,

- Considerando a Comunicação Interna nº 079/2017/SAS, de 25 de agosto de 2017
RESOLVE :

Art. 1º. Fica prorrogada em 60 (dias) dias, a contar da data de publicação, para conclusão dos trabalhos da Comissão Sindicante, constituída

através da Portaria nº 005, de 26 de junho de 2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Paço Municipal em São José, 25 de agosto de 2017.

ROSEMERI BARTUCHESKI
Secretária Municipal de Assistência Social

TERMO ADITIVO/TA Nº 002/2017-01

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo/TA nº 002/2017-01 – PR 153/2016 - Proc. Adm. 6745/2017 – Contratado: ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA TERCEIRIZAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SERVENTES, PARA ATENDER AS SECRETARIAS DE SAÚDE, ASSISTÊNCIA SOCIAL, SEGURANÇA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, FUNDAÇÕES DE CULTURA E TURISMO, ESPORTE E LAZER, MEIO AMBIENTE, EDUCACIONAL, CHEFIA DO GABINETE E AUTARQUIA SÃO JOSÉ PREVIDÊNCIA, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC. DA ALTERAÇÃO QUANTITATIVA O Contrato original sofrerá supressão de 01 (um) posto de trabalho, na função de servente, no percentual de 1,45% (um inteiro e quarenta e cinco centésimos por cento), o que equivale ao montante anual de R\$ 35.040,00 (trinta e cinco mil e quarenta reais). O Contrato nº 002/2017, cujo valor global era de R\$ 2.417.760,00 (dois milhões, quatrocentos e dezessete mil, setecentos e sessenta reais), vigorará com o valor global de R\$ 2.382.720,00 (dois milhões, trezentos e oitenta e dois mil, setecentos e vinte reais), a partir da assinatura do presente Termo Aditivo. Data da assinatura: 14 de agosto de 2017.

TERMO ADITIVO/TA Nº 081/2016-01

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo/TA nº 081/2016-01 – CR 004/2012 - Processo 051/2012 – Proc. Adm. 6346/2017 – Contratado: LIMA & CATÂNIO LTDA. ME. Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE PARA ATENDIMENTO AMBULATORIAL DE DIAGNÓSTICO LABORATÓRIO CLÍNICO AOS PACIENTES DO SUS – SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE, DE ACORDO COM SEUS PRINCÍPIOS, DIRETRIZES, NORMAS E TABELA COM OS VALORES DOS PROCEDIMENTOS. DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO: Com fundamento no art. 57 da Lei nº 8.666/1993 e conforme solicitação, justificativa e parecer, firmados no presente Processo, fica prorrogado o prazo do Contrato por mais 12 (doze) meses, a partir do dia 12/07/2017. Data da assinatura: 11 de julho de 2017.

TERMO ADITIVO/TA Nº 218/2014-03

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo/TA nº 218/2014-03 – PR 041/2014 – Proc. Adm. 153/2016 – Proc. Adm. 4040/2017 – Contratado: ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRE PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA (AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS E COZINHEIRA) PARA ATENDER A 1ª COMPANHIA DE BOMBEIROS MILITAR DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. DA RE-PACTUAÇÃO – REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO (ACCT) - 2017 O Contrato original sofrerá Reequilíbrio Econômico-Financeiro sobre os 03 (três) postos de serviços, no percentual total de 5,92% (cinco inteiros e noventa e dois centésimos por cento), conforme Convenção Coletiva de Trabalho – 01/01/2017 a 31/12/2017, nos seguintes termos:

Ocorrência	R\$ Unitário	R\$ Unitário	Base Legal
------------	--------------	--------------	------------

Posto / Serviço	AUX. DE SERV. GERAIS (*1)	COZINHEIRA (*2)	CCT 2017/2017
Montante "A"	R\$ 1.992,20	R\$ 2.513,96	
Montante "B"	R\$ 679,10	R\$ 830,31	
Vale-alimentação	R\$ 277,70	R\$ 337,59	
Tributos	R\$ 429,25	R\$ 547,39	
S O M A	R\$ 3.378,25	R\$ 4.229,25	
Subtotal Postos	R\$ 3.378,25	R\$ 8.458,50	
TOTAL / ANO	R\$ 40.539,00	R\$ 101.502,00	

Os valores mensais do período de 01/01/2017 a 31/12/2017, passarão de R\$ 11.276,82 (onze mil, duzentos e setenta e seis reais e oitenta e dois centavos) para R\$ 11.836,75 (onze mil, oitocentos e trinta e seis reais e setenta e cinco centavos); Os valores apontados estão de acordo com a planilha apresentada pela Secretaria Municipal de Finanças de São José/SC (fls. 57 e 58); O Contrato nº 218/2014, cujo valor global era de R\$ 135.321,84 (cento e trinta e cinco mil, trezentos e vinte e um reais e oitenta e quatro centavos), vigorará com o valor global de R\$ 142.041,00 (cento e quarenta e dois mil e quarenta e um reais), com efeitos a partir de 1º de janeiro 2017. DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO Pelo presente termo aditivo fica prorrogado o prazo de vigência do contrato por mais 12 (doze) meses, contando-se a partir de 22 de setembro de 2017, ou até a homologação de novo processo licitatório, conforme o art. 57, II da Lei Federal nº 8.666/1993. Data da assinatura: 11 de agosto de 2017

São José do Cedro

PREFEITURA

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL N.104/2017

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº104/2017

O Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520/02 promove Processo Licitatório nº104/2017, Edital de Pregão Nº104/2017, Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL PARA REALIZAR ANUÊNCIA PRÉVIA DE CINCO POÇOS SUBTERRÂNEOS DO SEMAE, bem como CONTRATAÇÃO EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FAZER A CALIBRAÇÃO E PROGRAMAÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS (INVERSORES DE FREQUENCIA E SOFTSTARER) DO SEMAE. Recebimento, abertura e julgamento às 09:00 horas do dia 12/09/2017, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro – SC, maiores informações, www.prefcedro.sc.gov.br, pelo e-mail compras@prefcedro.sc.gov.br, ou telefone: 0xx49-36430247, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30, site da Prefeitura de São José do Cedro – SC. Antonio Plinio de Castro Silva – Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 488/2017

PORTARIA Nº 488/2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, nos termos do Art. 37 da Constituição Federal, combinado com o inciso IX, do Artigo 69º, da Lei Orgânica do Município e, Lei Municipal nº. 1.062, de 26 de dezembro de 1986, Lei Complementar nº. 005, de 29 de agosto de 2003, Lei Complementar nº. 053, de 24 de maio de 2016, e Edital de Processo Seletivo nº. 002/2016;

RESOLVE:

Art. 1º. Admitir em caráter temporário Nathan Kerkhoven, para o cargo de Professor Não Habilitado, regido pelo Regime Jurídico Único Estatutário, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, na área I de Educação Infantil e na área II de Ensino Fundamental, para ter exercício excepcionalmente junto ao J.I Padre Réus e Escola Municipal de 1º Grau Novo Sarandi, neste Município, no período de 25 de agosto de 2017 a 04 de setembro de 2017, em substituição ao professor Jossiel Becker, que se encontra em licença para tratamento de saúde.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 25 de agosto de 2017.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José do Cedro,
em 24 de agosto de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

CÉLIA OSMARI TOIGO,
Secretária Municipal de Educação e Cultura.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 489/2017

PORTARIA Nº 489/2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, nos termos do Art. 37 da Constituição Federal, combinado com o inciso IX, do Artigo 69º, da Lei Orgânica do Município e, Lei Municipal nº. 1.062, de 26 de dezembro de 1986, Lei Complementar nº. 005, de 29 de agosto de 2003, Lei Complementar nº. 053, de 24 de maio de 2016, e Edital de Processo Seletivo nº. 002/2016;

RESOLVE:

Art. 1º. Admitir em caráter temporário Lidiane Siqueira Weppo, para o cargo de Professor com Magistério, regido pelo Regime Jurídico Único Estatutário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na área I de Educação Infantil, para ter exercício excepcionalmente junto a Creche Municipal Nossa Senhora Aparecida, neste Município, no período de 24 de agosto de 2017 a 06 de setembro de 2017, em substituição à professora titular da vaga, Dilaine Lazaretti, que se encontra em licença para tratamento de saúde.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 24 de agosto de 2017.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José do Cedro,
em 24 de agosto de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

CÉLIA OSMARI TOIGO,
Secretária Municipal de Educação e Cultura.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 490/2017

PORTARIA Nº 490/2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e, de acordo com o inciso IX, do Art. 69º, da Lei Orgânica Municipal e, de acordo com o Art. 67º, da Lei Municipal nº 2.020/93, de 28 de abril de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 13 (treze) dias de GOZO de férias à Servidora Pública Municipal Josiana Braz Pereira, ocupante do cargo efetivo de Médico ESF, Matrícula 3211, no período de 28 de agosto de 2017 a 09 de setembro de 2017, interrompidas pelo Decreto nº 5.837, de 01 de julho de 2016 e Decreto nº 5.862/2016, de 26 de julho de 2016, não restando dias para serem gozados posteriormente.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 28 de agosto de

2017.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José do Cedro,
em 28 de agosto de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

FERNANDO JÚLIO WILL,
Secretário Municipal de Saúde.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 491/2017

PORTARIA Nº 491/2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e, de acordo com o inciso IX, do Art. 69º, da Lei Orgânica Municipal e, de acordo com o Art. 67º, da Lei Municipal nº 2.020/93, de 28 de abril de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 10 (dez) dias de GOZO de férias à Servidora Pública Municipal Daiany Fernanda Trevisol, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo, Grupo ATM, Nível 01, Matrícula 3261, no período de 28 de agosto de 2017 a 06 de setembro de 2017, interrompidas pelo Decreto nº 5.936, de 09 de janeiro de 2017, não restando dias para serem gozados posteriormente.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 28 de agosto de 2017.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José do Cedro,
em 28 de agosto de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

ELANDIR JOÃO ZANARDI,
Secretário Municipal de Administração.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 131/2017 - SRP - PR Nº 101/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE–SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 12/09/2017, às 14h30min, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 131/2017. SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS. MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 101/2017. OBJETO: AQUISIÇÃO DE GRADES PARA BUEIRO (TIPO BOCA DE LOBO) PARA MANUTENÇÃO DAS OBRAS E VIAS PÚBLICAS DO PERÍMETRO URBANO E INDUSTRIAL DO MUNICÍPIO A SER REALIZADA PELA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramal 8502. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

São Lourenço do Oeste – SC, 28 de Agosto de 2017.
RAFAEL CALEFFI
PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE RETIFICAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 126/2017 - SRP - PR Nº 097/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC
AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE–SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que resolve RETIFICAR a data da Sessão do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 126/2017. SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS. MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 097/2017. OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, APARELHOS TELEFÔNICOS, MICRO-ONDAS E MOBILIÁRIOS PARA UTILIZAÇÃO DAS SECRETARIAS E ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC. (Publicado no DOM/SC em 21/08/2017, ed. 2323, pg.627). Designando-se nova data para entrega e abertura dos envelopes para o dia 12/09/2017, às 08h15min e 08h30min respectivamente, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8502. Site www.saolourenco.sc.gov.br

São Lourenço do Oeste – SC, 28 de Agosto de 2017.
RAFAEL CALEFFI
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 5.715, DE 28 DE AGOSTO DE 2017.

DECRETO Nº 5.715, DE 28 DE AGOSTO DE 2017.

Permite o uso oneroso do Teatro Professor Arno Ignácio Etges, pertencente ao Centro de Eventos Governador Luiz Henrique da Silveira, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 75, inciso I, alínea 'g', da Lei Orgânica Municipal, com base na Lei Municipal nº 2.219, de 22 de maio de 2015 e no Decreto nº 5.677, de 31 de maio de 2017;

DECRETA:

Art. 1º Fica permitido o uso oneroso do Teatro Professor Arno Ignácio Etges, pertencente à estrutura do Centro de Eventos Governador Luiz Henrique da Silveira, de São Lourenço do Oeste/SC, para a realização do evento de lançamento da GentTV Regional de São Lourenço do Oeste/SC, a ser promovido na data de 05 de setembro de 2017, pela empresa L.A. Piovesan Reiter & Cia. Ltda. ME, inscrita no CNPJ sob o nº 23.002.151/0001-84.

Parágrafo único. Pela utilização a que se refere o caput, a permissionária deverá efetuar o recolhimento do montante fixado em 9,35 UFR-Ms - Unidades Fiscais de Referência Municipal, correspondente a quantia de R\$ 1.034,30 (um mil e trinta e quatro reais e trinta centavos), conforme disposto no art. 3º, inciso III e Anexo Único, do Decreto nº 5.677, de 31 de maio de 2017.

Art. 2º Demais condições especiais serão estabelecidas por instrumento de Permissão de Uso a ser firmado entre o Município de São Lourenço do Oeste e a permissionária que promoverá o evento.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 28 de agosto de 2017.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 5.716, DE 28 DE AGOSTO DE 2017.

DECRETO Nº 5.716, DE 28 DE AGOSTO DE 2017.

Abre crédito adicional suplementar, por anulação de dotações, no orçamento programa de 2017, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.336, de 25 de agosto de 2017, e de acordo com o art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar, por anulação de dotações, adicionando-se pelo crédito orçamentário o valor de até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

06.00 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA - SAF

06.01 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA - SAF

06.01.06.122.4503.2.008.4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000	30 Aplicação Direta	R\$ 50.000,00
-------------------------------------------------------	---------------------	---------------

Art. 2º Para atendimento da suplementação de que trata o art. 1º, em conformidade com o que estabelece o art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e a Lei Municipal nº 2.336, de 25 de dezembro de 2017, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação:

01.00 CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

01.01 CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

01.01.01.031.4501.2.001.3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000	01 Aplicação Direta	R\$ 50.000,00
-------------------------------------------------------	---------------------	---------------

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 28 de agosto de 2017.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 5.717, DE 28 DE AGOSTO DE 2017.

DECRETO Nº 5.717, DE 28 DE AGOSTO DE 2017.

Abre crédito adicional suplementar, por superávit financeiro, no orçamento programa de 2017, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.307, de 19 de dezembro de 2016 e de acordo com o art. 43, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar, por superávit financeiro, no orçamento vigente, criando-se a modalidade de aplicação e adicionando-se pelo crédito suplementar o valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

06.00	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA - SAF			
06.01	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA - SAF			
06.122.4503.2.008 4.4.90.00.00.00.00.00.0.3.0000	142	Aplicações Diretas	R\$ 50.000,00	

Art. 2º Para atendimento da suplementação de que trata o art. 1º, decorrerá a utilização do superávit financeiro, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 2.307, de 19 de dezembro de 2016 e o art. 43, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 28 de agosto de 2017.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 5.718, DE 28 DE AGOSTO DE 2017.

DECRETO Nº 5.718, DE 28 DE AGOSTO DE 2017.

Abre crédito adicional suplementar, por superávit financeiro, no orçamento programa de 2017, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.307, de 19 de dezembro de 2016 e de acordo com o art. 43, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar, por superávit financeiro, no orçamento vigente, criando-se a modalidade de aplicação e adicionando-se pelo crédito suplementar o valor de R\$ 109.000,00 (cento e nove mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

06.00	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA - SAF			
06.01	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA - SAF			
06.122.4503.2.008 4.4.90.00.00.00.00.0.3.0000	142	Aplicações Diretas	R\$ 109.000,00	

Art. 2º Para atendimento da suplementação de que trata o art. 1º, decorrerá a utilização do superávit financeiro, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 2.307, de 19 de dezembro de 2016 e o art. 43, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 28 de agosto de 2017.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 004/2017.

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 004/2017.

TERMO DE COLABORAÇÃO QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE E A INVERNADAS ARTISTICAS AMIZADE SEM FRONTEIRAS.

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 83.021.873/0001-08, com sede na Rua Duque de Caxias, nº 789, centro, em São Lourenço do Oeste/SC, representado pelo Prefeito Municipal, o Sr. Rafael Caleffi, CPF sob o nº 026.437.969-18, residente e domiciliado em São Lourenço do Oeste/SC, doravante denominado partícipe e a INVERNADAS ARTISTICAS AMIZADE SEM FRONTEIRAS, CNPJ 07.501.159/0001-39, com sede na Rod. SC 468 s/n KM 3, em São Lourenço do Oeste/SC, CNPJ 07.501.159/0001-39, com sede na Rod. SC 468 s/n KM 3, em São Lourenço do Oeste/SC, neste ato representada pela sua Presidente Sra. Leila Inez Franz Coelho, inscrita no CPF sob nº 016.735.319-54 doravante denominada partícipe, em observância às disposições da Lei Federal n. 13.019, de 31 de julho de 2014 e das Leis Orçamentárias vigentes, resolvem celebrar o presente TERMO DE COLABORAÇÃO, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - Este Termo de Colaboração, decorrente de Edital de Inexigibilidade de Chamamento Público nº 005/2017, tem por objeto a celebração, em regime de mútua cooperação, de parceria destinada à consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em plano de trabalho a INVERNADAS ARTISTICAS AMIZADE SEM FRONTEIRAS, CNPJ 07.501.159/0001-39, com sede na Rod. SC 468, s/n, Km 3, em São Lourenço do Oeste/SC, anexo, parte integrante do presente Termo de Colaboração.

1.2 - O objeto deste Termo de Colaboração não consiste, envolve ou inclui, direta ou indiretamente, delegação das funções de regulação, fiscalização, de exercício do poder de polícia ou outras atividades exclusivas do Estado.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

2.1 - São obrigações da administração pública:

- Designar Gestor que será o responsável pela gestão da parceria, com poderes de controle e de fiscalização;
- Registrar os atos de celebração, alienação, liberação de recursos, acompanhamento e fiscalização da execução e a prestação de contas do presente Termo de Colaboração;
- Orientar a organização da sociedade civil quanto à correta apresentação da prestação de contas, tendo como premissas a simplificação e a racionalização dos procedimentos;
- Emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria, independentemente de apresentação de prestação de contas devida pela organização da sociedade civil;

2.2. - O relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:

- descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;
- análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;
- valores efetivamente transferidos pela administração pública;
- análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando

não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos neste Termo de Colaboração;

e) análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomarem em decorrência dessas auditorias.

2.3. - Liberar os recursos em obediência ao cronograma de desembolso;

2.4. - Viabilizar o acompanhamento pela Internet do processo de liberação de recursos da parceria celebrada;

2.5. - Manter, em seu sítio oficial na Internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até 180 (cento e oitenta) dias após o respectivo encerramento;

2.6. - Divulgar pela internet os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

3.1 - São obrigações da organização da sociedade civil:

a) Informar ao Município de São Lourenço do Oeste todas e quaisquer alterações estatutárias, incluindo a de composição de sua Diretoria, por ocasião de sua eventual ocorrência;

b) Divulgar, na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações, todas as parcerias celebradas com a administração pública, contendo, no mínimo, as seguintes informações:

b.1) data de assinatura e identificação do instrumento de parceria e do órgão da administração pública responsável;

b.2) nome da organização da sociedade civil e seu número de inscrição no CNPJ;

b.3) descrição do objeto da parceria;

b.4) valor total da parceria e valores liberados, quando for o caso;

b.5) situação da prestação de contas da parceria, que deverá informar a data prevista para sua apresentação e/ou a data em que foi apresentada, o prazo para sua análise e o resultado conclusivo;

b.6) quando vinculados à execução do objeto e pagos com recursos da parceria, o valor total da remuneração da equipe de trabalho, as funções que seus integrantes desempenham e a remuneração prevista para o respectivo exercício;

c) Responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;

d) Responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da instituição e ao adimplemento do Termo de Colaboração, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública pelos respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto ou restrição à sua execução;

e) Prestar contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até 90 (noventa) dias a partir do término da vigência da parceria ou da conclusão do objeto proposto, o que ocorrer primeiro.

f) Manter, durante o prazo de 10 (dez) anos, contados do dia útil subsequente ao da prestação de contas, em seu arquivo, os documentos originais que compõem a prestação de contas.

3.2. - Na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, a administração pública poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das atividades e metas pactuadas:

CLÁUSULA QUARTA - DA FISCALIZAÇÃO

4.1 - O Gestor deste Termo de Colaboração é o agente público responsável pela gestão da parceria celebrada, designado por ato publicado em meio oficial de divulgação do município, veiculado eletronicamente no endereço www.diariomunicipal.sc.gov.br, com poderes de controle e fiscalização.

4.2 - Na hipótese de o Gestor da parceria deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o administrador público deverá designar novo Gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do Gestor.

4.3 - São obrigações do Gestor:

a) acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;

b) informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;

c) emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final, levando em consideração o conteúdo do relatório técnico de monitoramento e avaliação emitido pela administração pública e homologado pela Comissão de Monitoramento e Avaliação designada;

d) disponibilizar materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação;

e) comunicar ao administrador público as situações de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil.

4.4. - Na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, a administração pública poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das atividades e metas pactuadas, cabendo ao Gestor:

a) retornar os bens públicos em poder da organização da sociedade civil parceria, quando for o caso, qualquer que tenha sido a modalidade ou o título que lhes concedeu o direito de uso de tais bens;

b) assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no Plano de Trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela organização da sociedade civil até o momento em que a administração assumiu essas responsabilidades.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

5.1 - Este Termo de Colaboração terá vigência até dia 31 de dezembro de 2017, conforme Plano de Trabalho, contados a partir da publicação do respectivo extrato no Diário Oficial dos Municípios, podendo ser prorrogado mediante Termo Aditivo, por solicitação da organização da sociedade civil, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada à administração pública em, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do término inicialmente previsto.

5.2 - A prorrogação de ofício da vigência deste Termo de Colaboração deve ser feita pela administração pública quando ela der causa a atraso na liberação dos recursos financeiros, limitada ao exato período do atraso verificado.

CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 - Os recursos financeiros para a execução do objeto deste Termo de Colaboração estão programados em dotação orçamentária própria, prevista no Orçamento Geral do Município de São Lourenço do Oeste para o exercício de 2017:

Órgão	06.01 Secretaria de Administração e Fazenda
Unidade	06.01 Secretaria de Administração e Fazenda
Funcional	27.813.4503.2.003 Manutenção das Atividades Comemorativas do Município
Modalidade de Aplicação	45092.029 - Transferências à instituições privadas sem fins lucrativos
Dotação	32
Recurso	1000

CLÁUSULA SÉTIMA - DO VALOR TOTAL E DO CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

7.1 - Os recursos financeiros para execução do objeto deste Termo de Colaboração estão fixados em R\$ 9.000,00 (nove mil reais), relativos ao presente exercício, à conta da dotação alocada no orçamento referido na Cláusula Sexta.

7.2 - Os recursos financeiros serão transferidos em parcela única sendo depositada em conta específica após a publicação do Termo, até dia 18 de setembro de 2017.

CLÁUSULA OITAVA - DA LIBERAÇÃO E DA MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS

8.1 - As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria serão liberadas em estrita conformidade com o respectivo cronograma de desembolso.

8.2 - Os recursos recebidos em decorrência da parceria serão depositados em conta corrente específica.

8.3 - Os rendimentos de ativos financeiros serão aplicados no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

8.4 - Toda a movimentação de recursos no âmbito da parceria será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e a obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária.

8.5 - Os pagamentos deverão ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços.

8.6 - Demonstrada a impossibilidade física de pagamento mediante transferência eletrônica, poderá ser admitida a realização de pagamentos em espécie, desde que sejam devidamente identificados os fornecedores e prestadores de serviços que receberão.

8.6.1 - Quem receber os pagamentos em espécie deverá emitir recibo com a data em que a transação foi efetuada, e obrigatoriamente deve conter no recibo a assinatura de quem está pagando e recebendo, devidamente identificados.

8.6.2 - Os saldos dos recursos repassados, enquanto não utilizados, serão obrigatoriamente aplicados em cadernetas de poupança de instituição financeira oficial se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto, lastreada em títulos da dívida pública, quando a utilização dos mesmos verificar-se em prazos menores que um mês.

CLÁUSULA NONA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

9.1 - O presente Termo de Colaboração deve ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada um pelas consequências da inexecução total ou parcial.

9.2 - A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil deverá conter elementos que permitam ao Gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, a exemplo, dentre outros, das seguintes informações e documentos:

9.3 - datas e locais das atividades, incluindo o registro dos resultados em fotos e/ou vídeos, quantidade de público, listas de presença, locais de apresentação, material de divulgação (em que constem os créditos exigidos), clipagens e outros documentos comprobatórios das atividades realizadas e da execução do objeto pactuado.

9.4 - O não-cumprimento de metas e resultados estabelecidos no Plano de Trabalho, resultando na não- execução do objeto pactuado, implicará na obrigatoriedade de apresentação de relatório de execução financeira, com a descrição das receitas e despesas efetivamente realizadas, sua vinculação com a execução do objeto e, dentre outros, das seguintes informações e documentos:

9.4.1 - extrato da conta bancária específica;

9.4.2 - notas e comprovantes fiscais, inclusive recibos, com data do documento, valor, discriminação dos serviços e dados da organização da sociedade civil;

9.4.3 - comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica, quando houver;

9.4.4 - material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos e outros suportes;

9.4.5 - relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso.

9.5 - Os dados financeiros serão analisados com o intuito de estabelecer o nexo de causalidade entre a receita e a despesa realizada, a sua conformidade e o cumprimento das normas pertinentes.

9.6 - A administração pública deverá considerar ainda, em sua análise, os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:

9.6.1 - relatório de visita técnica in loco eventualmente realizada durante a execução da parceria;

9.6.2 - relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela Comissão de Monitoramento e Avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do Termo de Colaboração.

9.7 - Para fins de avaliação quanto à eficácia e efetividade das ações em execução ou que já foram realizadas, o parecer do Gestor acerca da prestação de contas da parceria celebrada deverá, obrigatoriamente, mencionar:

9.7.1 - os resultados já alcançados e seus benefícios;

9.7.2 - os impactos econômicos ou sociais;

9.7.3 - o grau de satisfação do público alvo;

9.7.4 - a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.

9.8 - A organização da sociedade civil prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até 90 (noventa) dias

a partir da data de liberação de cada parcela do recurso e ao final do término da vigência da parceria, ou, se a duração da parceria exceder um ano, no final de cada exercício, para fins de monitoramento do cumprimento das metas do objeto.

9.8.1 - O prazo referido no item 9.7 poderá ser prorrogado por até 30 (trinta) dias, desde que devidamente justificado e aprovado pelo Gestor.

9.8.2 - O disposto no item 9.7.1 não impede que a administração pública promova a instauração de tomada de contas especial antes do término da parceria, ante evidências de irregularidades na execução do objeto.

9.9. - A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública se dará no prazo máximo de 150 (cento e cinquenta) dias, contados da data do seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável justificadamente por igual período, devendo concluir, alternativamente, pela:

9.9.1 - aprovação da prestação de contas;

9.9.2 - aprovação da prestação de contas com ressalvas; ou rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração da tomada de contas especial.

9.10 - As prestações de contas serão avaliadas como:

9.10.1 - regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no Plano de Trabalho;

9.10.2 - regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;

9.10.3 - irregulares, quando comprovada quaisquer das seguintes circunstâncias:

9.10.4 - omissão no dever de prestar contas;

9.10.5 - descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no Plano de Trabalho;

9.10.6 - dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;

9.10.7 - desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

9.11. - Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a organização da sociedade civil sanar a irregularidade.

9.12. - O prazo referido no item 9.11 é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, desde que dentro do prazo que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação dos resultados.

9.13. - Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

9.14 - Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, a organização da sociedade civil deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS

10.1 - Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS BENS REMANESCENTES

11.1 - Para os fins deste Termo de Colaboração, quando for o caso, consideram-se remanescentes os bens de natureza permanente adquiridos com recursos financeiros envolvidos na parceria, necessários à consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.

11.2 - Os bens remanescentes adquiridos com recursos transferidos poderão, a critério do administrador público, ser doados quando, após a consecução do objeto, não forem necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado, observado o disposto no Termo e na legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO

12.1 - O presente Termo de Colaboração poderá ser rescindido a qualquer tempo e por qualquer dos partícipes, os quais somente responderão pelas obrigações e auferirão as vantagens do tempo em participaram voluntariamente da avença, respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a publicidade da intenção rescisória.

12.2 - Ocorrendo a rescisão, não caberá aos partícipes qualquer direito à reclamação de indenização pecuniária, obrigando-os, entretanto, a apresentarem os relatórios das atividades desenvolvidas e a prestação de contas, até a data do encerramento do Termo de Colaboração, bem como a restituição dos valores recebidos, se houver.

12.3 - A inexecução total ou parcial deste Termo de Colaboração por qualquer dos partícipes ensejará sua denúncia e rescisão pela parte prejudicada, com as consequências previstas em Lei e neste instrumento.

12.4 - É atribuída à administração a prerrogativa para assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação, de modo a evitar a descontinuidade.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES

13.1 - Pela execução da parceria em desacordo com o Plano de Trabalho e com as normas da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil as seguintes sanções:

13.1.1 - advertência;

13.1.2 - suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;

13.2.1.3 - declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem 13.1.2.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

14.1 - Deverá ser garantido o livre acesso dos servidores do Município de São Lourenço do Oeste/SC, do controle interno e externo correspondentes aos processos, aos documentos e às informações referentes ao presente Termo de Colaboração, bem como aos locais de execução.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1 - Os partícipes elegem o Foro da Comarca de São Lourenço do Oeste/SC como competente para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste Termo de Colaboração ou de sua participação, que não possam ser solucionados administrativamente, bem como para solucionar os litígios que possivelmente decorrerem deste instrumento.

15.2 - Tanto quanto possível, as partes se esforçarão para resolver amistosamente todos os casos omissos a este Termo de Colaboração.

São Lourenço do Oeste, SC, 28 de agosto de 2017.

Testemunhas:

1.

Nome:

CPF:

2.

Nome:

CPF:

São Miguel da Boa Vista

PREFEITURA

MINUTA 13/2017 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA - SC.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 13/2017 - FMS

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

VILMAR SCHMAEDECKE, Prefeito Municipal de São Miguel da Boa Vista (SC), torna publico, Licitação do tipo "Menor preço", para contratação de empresa especializada para realização de Teste/Processo Seletivo para preenchimento de 05 (cinco) vagas, temporárias, de Agente Comunitário de Saúde, no município de São Miguel da Boa Vista/SC e estará recebendo envelopes da documentação e proposta até às 08:45 horas do dia 14/09/2017. Maiores informações, bem como cópia do edital poderá ser obtida com o setor de Licitações, de Segunda a Sexta-Feira, horário de expediente, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 as 17:00 horas. A presente licitação será regida pela Lei Federal nº 10.520, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93 e suas atualizações. São Miguel da Boa Vista (SC), 28 de Agosto de 2017. VILMAR SCHMAEDECKE – Prefeito Municipal.

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 2/2017/1 - PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 2/2017/1

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 2/2017 - PR 19/2017 - PROCESSO LICITATÓRIO 28/2017 - OBJETO: AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS, CÂMARAS, PROTETORES DESTINADOS PARA A FROTA DO MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE INCLUINDO SECRETARIA DA AGRICULTURA, SECRETARIA DE SAÚDE E SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, PARA O EXERCÍCIO DE 2017, DE ACORDO COM O ANEXO I DO EDITAL

Fornecedores:

AUTO MECANICA BRANSALES LTDA - EPP, EM RAZÃO DO PROCESSO DE DESCONTINUAÇÃO DE FABRICAÇÃO DO ITEM 14, ACEITAMOS A TOCA DA MARCA SEIBERLIG PARA A MARCA FIRESTONE F-700.

ASSINATURA: 28/08/2017.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 48/2017 - PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 48/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 48/2017 - PR 118/2017 - PROCESSO LICITATÓRIO 169/2017 - OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ATRAVÉS DE HORAS MAQUINA ESCAVADEIRA HIDRAULICA COM EQUIPAMENTO ROMPEDOR, PARA ATENDER INCENTIVOS ECONÔMICOS NOS SETORES DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E PRESTADORES DE SERVIÇO NO MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE - SC, DE ACORDO COM O ANEXO I DO EDITAL.

Fornecedores:

TRANS MAESTRI LTDA - ME, vencedora do item 1 no valor de R\$ 79.400,00 (setenta e nove mil e quatrocentos reais).

Total da Licitação: R\$ 79.400,00 (setenta e nove mil e quatrocentos reais).

ASSINATURA: 28/08/2017.

VIGÊNCIA: 12 meses.

DECRETO 8.898 NOMEAÇÃO MEMBROS CONSELHO DE SAÚDE

DECRETO N. 8.898/2017

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE, E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando de suas atribuições legais no que lhe confere inciso VII, do artigo 72, da Lei Orgânica Municipal de 05 de abril de 1990, e considerando a Lei Municipal nº 7.270/2017 de 25 de abril de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam nomeados os membros para comporem o Conselho Municipal de Saúde, acompanhados de seus respectivos suplentes, a seguir discriminados:

I - Representantes dos Usuários

a) Rede Feminina

Titular: Sílvia Teresinha Kuhn

Suplente: Cleusa Maria Marconatto Kochhmann

b) Pastoral da Criança

Titular: Teresinha da Costa Silva

Suplente: Ester Maria Pretto

c) Pastoral da Saúde

Titular: Cezarina Juvenardi

Suplente: Marilene Anghinoni Arcari

d) Rotary Club

Titular: Carmen Maria Foppa Brüggemann

Suplente: Maribel Cavaleri Leal dos Santos

e) Sindicatos dos Trabalhadores da Indústria da Alimentação

Titular: Inácio Hemsing

Suplente: Eliane Zappani Almeida Rosa

f) União das Associações dos Moradores de Bairros - UAMB

Titular: Carlos Roberto Scariot

Suplente: Salete Gaboardi

g) Conselho das Igrejas

Titular: Wesley de Sousa Padilha

h) Associação Comercial e Industrial de São Miguel do Oeste - ACIS-MO

Titular: Cristiane Aléssio

Suplente: Roberto Mileski

i) JCI São Miguel do Oeste

Titular: Roberto Rivelino Chechi

Suplente: Sandra Mara Caron Rosini

j) Câmara de Dirigentes Logistas de São Miguel do Oeste

Titular: Sonia Capoani

Suplente: Taísa Paula Giacomini

k) Associação de Moradores do bairro Santa Rita

Titular: Vera Lucia Bello Giovenardi

Suplente: Pamela Ketlin dos Santos

l) Associação dos Afrodescendentes de São Miguel do Oeste - AFRODESMO

Titular: Liziane Fontoura de Freitas

Suplente: Isete Carmen Lourenço

m) Associação dos Coletores de Materiais Recicláveis de São Miguel do Oeste - ACOMAR

Titular: Sílvia Reinke

Suplente: Marcia Gomes

n) Associação dos Empregados do Comércio

Titular: Solange Terezinha Massiniani

Suplente: Edriane Slaviero

II – Representantes dos Profissionais da Saúde

a) Conselho Regional de Medicina - CRM

Titular: Ricardo Cesar Martins

Suplente: Alexandre Costa Lima

b) Conselho Regional de Farmácia - CRF
Titular: Lea Regina Conrado Costa Lima
Suplente: Caroline Belló

c) Conselho Regional de Odontologia - CRO
Titular: Iarandu Bianchini
Suplente: Fernanda Cidade

d) Representante do Conselho Regional de Enfermagem - COREN
Titular: Paula Andreia Echer Dorosz
Suplente: Rosane Ines Finatto

e) Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional - CRE-FITO
Titular: Diogo Andre Oro Spengler
Suplente: Grazielle Aparecida Durão

f) Associação dos Fisioterapeutas e Terapeutas Ocupacionais do Extremo Oeste AFITOE
Titular: Adriana Fassbinder Dessuy
Suplente: Luiz Fernando Olszerski

III – Representantes de Órgãos Governamentais e dos Prestadores de Serviços de Saúde Conveniados

a) Secretaria Municipal de Educação
Titular: Marisa Rosa Mendonça
Suplente: Luci Lene Furlan

b) Secretaria Municipal de Assistência Social
Titular: Marcelo Bonadeu
Suplente: Daiana Machado

c) Secretaria Municipal de Saúde
Titular: Carla Cristina Dalmoro
Suplente: Denise Maria Wenning da Silva

d) Hospital Regional Terezinha Gaio Basso
Titular: Viviana Vizzotto
Suplente: Juliana Chinazzo de Bona

e) Universidade do Oeste de Santa Catarina - UNOESC
Titular: Alexandre Tiburski Neto
Suplente: Eduardo Ottobelli Chielle

f) Gerencia Regional de Saúde - GERESC
Titular: Cirlei Favero Cetolin
Suplente: Doralice Holz

g) Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE
Titular: Jefferson Luis König
Suplente: Daiany Moraes de Lima

Art. 2º O exercício do mandato dos conselheiros será de dois anos, prorrogáveis por igual tempo.

Art. 3º Os membros do Conselho não receberão qualquer remuneração, considerando-se a atividade como função de serviço público relevante.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se em especial o Decreto n. 8.269 de 09 de março de 2015.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC
Em, 28 de agosto de 2017.
WILSON TREVISAN
Prefeito Municipal

ALFREDO SPIER

Secretário de Administração

Nédio Dariva Pires de Lima
Advogado Assessor Geral

Este Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina e nos demais órgãos oficiais do Município em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

Mônica Spiess
Assessoria Especial

EDITAL 087/2017 SECRETARIA DA FAZENDA NOTIFICAÇÃO HABITE-SE

EDITAL Nº 86/2017/SECRETARIA DA FAZENDA
EDITAL DE LANÇAMENTO DE NOTIFICAÇÃO

A Diretora de Receita Municipal e Fiscalização do Município de São Miguel do Oeste, no uso das atribuições que lhe conferem e conforme art. 72 da Lei Orgânica Municipal de 05 de abril de 1990, e art. 3 do Código de Postura Municipal (Lei Complementar nº 005/2012) e suas alterações;

Considerando que os contribuintes abaixo relacionados se encontram em local incerto e não sabido, não tendo sido localizado por ocasião da emissão de Notificação anterior.

RESOLVE

Art. 1º NOTIFICAR os contribuintes abaixo relacionados, referente à Notificação Preliminar, para providenciar a apresentação do HABITE-SE da edificação onde seu estabelecimento comercial/prestador de serviços está localizado. Caso não possua o Habite-se o contribuinte deve procurar o setor de fiscalização de posturas municipais para assinatura do Termo de Autodeclaração de Ciência e Responsabilidade para renovação do alvará provisório.

Art. 2º Ficam os notificados abaixo relacionados, para que, no prazo de até 15 de Setembro de 2017, apresentem a documentação solicitada acima no setor de fiscalização, ficando sujeitos à interdição do estabelecimento comercial/prestador de serviços.

CONTRIBUINTE	NOTIFICAÇÃO
ADILSON URNAU CPF: 022.941.309-95	110/2017
ALTAIR KRAUSS MEI CNPJ: 20.644.231/0001-45	82/2017
ABSOLUTO DESIGN COMERCIO PUBLICIDADE E SERVIÇOS LTDA – ME CNPJ: 15.313.094/0001-26	55/2017
ANA GICELDA DAS CHAGAS PACHECO CNPJ: 17.358.249/0001-76	77/2017
CARLA ADRIANA GOLLMANN (MEI) CNPJ: 18.075.146/0001-61	74/2017
CONCRETINI CONCRETOS AGOSTINI LTDA – ME CNPJ: 18.477.070/0001-09	88/2017
COMERCIO E TRANSPORTES TRES CURVAS LTDA-ME CNPJ: 73.811.002/0001-34	95/2017
COOP. DE PROD. DA AGR. FAM. E ECON. SOLID. SMO-COOPAFESMO CNPJ: 10.667.890/0005-77	60/2017
COMERCIO DE VESTUARIO JEANINE E JULIE LTDA – ME CNPJ: 16.845.787/0001-22	59/2017

CONDIOESTE PRODUTOS ALIMENTICIO LTDA - ME CNPJ: 13.604.986/0001-50	51/2017
DELCIR BAU - MEI CNPJ: 13.906.429/0001-94	72/2017
EZAQUEU NUNES DOS SANTOS - ME CNPJ: 16.876.611/0001-38	71/2017
GRUPO DE IDOSOS ALEGRIA DA TERCEIRA IDADE CNPJ: 07.701.106/0001-61	33/2017
JOSELIA APARECIDA DA SILVA PEREIRA - ME CNPJ: 11.986.511/0001-40	43/2017
JESSICA MAYARA HERBERT - ME CNPJ: 19.815.477/0001-53	117/2017
JULIANA CAVALCANTE CUNHA CPF: 058.050.269-45	101/2017
JOSE ADEMO ROSA DA SILVA - ME CNPJ: 82.131.046/0001-04	46/2017
JOSE PAULINHO PUTTI - ME CNPJ: 10.636.910/0001-19	38/2017
LUCIANA DE OLIVEIRA CNPJ: 23.335.587/0001-95	84/2017
LUIZ CARLOS SCHALLENBERGE CNPJ: 21.994.063/0001-80	99/2017
LAERCIO VALDUMIRO BAPTISTA CNPJ: 15.200.519/0001-90	65/2017
LUPENZZO COMERCIO DE CONFECÇÕES LTDA ME CNPJ: 09.532.757/0001-09	26/2017
LUIZ CARLOS ZAPPANI CNPJ: 15.246.161/0001-37	66/2017
LEONILDO KREINER CNPJ: 20.008.937/0001-10	81/2017
MIGUEL FERNANDO R. RODRIGUES CNPJ: 077.441.129-54	113/2017
MATEUS CERQUEIRA ALVES CNPJ: 24.089.595/0001-61	104/2017
MECANICA E CHAPEACAO KLEIN LTDA - ME CNPJ: 10.779.592/0001-45	39/2017
PAULO ROBERTO PETROVSKI - ME CNPJ: 05.696.004/0001-70	49/2017
POLACO COMERCIO DE PECAS LTDA - ME CNPJ: 11.979.370/0001-39	67/2017
ROSANA ORTIZ CAGOL ME CNPJ: 13.905.276/0001-60	53/2017
SRC MONTAGEM DE ESTRUTURAS METALICAS E COMERCIO LTDA ME CNPJ: 22.746.568/0001-99	100/2017
SIRLEI FAGUNDES DOS SANTOS CNPJ: 17.866.489/0001-81	61/2017
TEREZA ZACARIAS DE GODOIS - ME CNPJ: 15.002.997/0001-96	70/2017
VALDOIR PEREIRA BRITES MEI CNPJ: 20.220.263/0001-13	80/2017
ZIP MADEIRAS EIRELI - ME CNPJ: 15.311.557/0001-10	69/2017

Art. 3º Este edital será disponibilizado no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, além de ser afixado no mural principal da prefeitura, no endereço eletrônico www.saomiguel.sc.gov.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE/SC.
Em, 25 de Agosto de 2017.
LUCIANE SCHMEIER MARION
Diretora de Receita Municipal e Fiscalização

PROCESSO Nº 190/2017 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 190/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 128/2017

A Prefeitura Municipal, a partir do Secretário de Administração, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Item..

OBJETO: Aquisição de materiais de sinalização destinados para o Setor do Demutran do Município de São Miguel do Oeste - SC, de acordo com o anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 08h45min do dia 11 de setembro de 2017.

Abertura: 09hs do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na íntegra no pelo site: www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 28 de agosto de 2017.

ALFREDO SPIER

Secretário de Administração

PROCESSO Nº 74/2017 - SAÚDE

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO DE LICITAÇÃO N. 74/2017

IDISPENSA DE LICITAÇÃO N. 11/2017

O Fundo Municipal de Saúde do Município de São Miguel do Oeste - SC, a partir da Gestora, Leva ao conhecimento dos interessados que realizou licitação na Modalidade de Dispensa de Licitação tendo como objeto locação de espaço da Clínica de Fisioterapia da Unesc Campus de São Miguel do Oeste para o Município desenvolver atividades de fisioterapia para seus pacientes, por meio de profissionais da municipalidade ou contratados.

Contratado: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA. Valor Mensal de R\$ 3.000,00 (três mil reais). Licitação regida pela Lei Federal n. 8.666/93 e alterações vigentes. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade ou sito a Rua Marcilio Dias, 1199, fone (0xx49)36312006.

São Miguel do Oeste - SC, 28 de agosto de 2017,

LEONIR CARON

GESTOR DO FUNDO

REVOGAR EDITAL

EDITAL DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

Processo Licitatório nº 171/2017

Edital Pregão Presencial nº 120/2017

O Senhor Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e regimentais, na forma da legislação vigente, e, considerando o Memorando do Departamento de Compras, Licitações e Contratos informando os participantes do certame não cotaram todos os itens dos lotes, e que diante do fato não houve vencedor, decido revogar o Processo Licitatório, com base no Art.49 da Lei 8.666/93.

São Miguel do Oeste- SC, 28 de agosto de 2017.

Alfredo Spier

Secretário Municipal de Administração

REVOGAR EDITAL

EDITAL DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE

Processo Licitatório nº 73/2017
Dispensa de Licitação nº 10/2017

O Senhor Secretário Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais e regimentais, na forma da legislação vigente, e, considerando o Memorando da Gestora da UPA, informando que a empresa não fará a entrega da medicação, decido revogar o Processo Licitatório, com base no Art.49 da Lei 8.666/93.

São Miguel do Oeste- SC, 28 de agosto de 2017.

Leonir Caron

Secretário Municipal de Saúde

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO CONTRATO 17/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
DÉCIMA SEXTA LEGISLATURA
EXTRATO DE CONTRATO Nº 17/2017

A Câmara de Vereadores de São Miguel do Oeste torna público o seguinte contrato:

Contrato 17/2017, Processo Licitatório 14/2017, Pregão 11/2017.

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, MÍDIA, LÓGICA, IMAGEM E SEUS ACESSÓRIOS PARA A NOVA SEDE DA CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO MIGUEL DO OESTE, TENDO EM VISTA O DESCRITIVO DO ANEXO I, CONFORME AS QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO PREGÃO PRESENCIAL 11/2017.

REFERENCIADO NESTE CONTRATO PELO LOTE N.º 08:

Valor total dos itens do lote supracitado: R\$ 11.299,00 (onze mil duzentos e noventa e nove reais).

VIGÊNCIA: até 31 de dezembro de 2017.

EMPRESA: AMB EQUIPAMENTOS LTDA - ME

São Miguel do Oeste/SC, 28 de agosto de 2017.

CLÁUDIO JOSÉ BARP

Presidente da Câmara de Vereadores.

EXTRATO CONTRATO 19/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
DÉCIMA SEXTA LEGISLATURA
EXTRATO DE CONTRATO Nº 19/2017

A Câmara de Vereadores de São Miguel do Oeste torna público o seguinte contrato:

Contrato 19/2017, Processo Licitatório 14/2017, Pregão 11/2017.

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, MÍDIA, LÓGICA, IMAGEM E SEUS ACESSÓRIOS PARA A NOVA SEDE DA CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO MIGUEL DO OESTE, TENDO EM VISTA O DESCRITIVO DO ANEXO I, CONFORME AS QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO PREGÃO PRESENCIAL 11/2017.

REFERENCIADO NESTE CONTRATO PELOS LOTES N.º 01,04 e 07:

Valor total dos itens dos lotes supracitados: R\$ R\$ 22.850,00 (vinte e dois mil oitocentos e cinquenta reais)

VIGÊNCIA: até 31 de dezembro de 2017.

EMPRESA: ATUAL INFORMATICA E ASSISTENCIA TECNICA LTDA - ME

São Miguel do Oeste/SC, 28 de agosto de 2017.

CLÁUDIO JOSÉ BARP

Presidente da Câmara de Vereadores.

EXTRATO CONTRATO 18/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
DÉCIMA SEXTA LEGISLATURA
EXTRATO DE CONTRATO Nº 18/2017

A Câmara de Vereadores de São Miguel do Oeste torna público o seguinte contrato:

Contrato 18/2017, Processo Licitatório 14/2017, Pregão 11/2017.

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, MÍDIA, LÓGICA, IMAGEM E SEUS ACESSÓRIOS PARA A NOVA SEDE DA CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO MIGUEL DO OESTE, TENDO EM VISTA O DESCRITIVO DO ANEXO I, CONFORME AS QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO PREGÃO PRESENCIAL 11/2017.

REFERENCIADO NESTE CONTRATO PELO LOTE N.º 06:

Valor total dos itens do lote supracitado: R\$ 18.350,00 (dezoito mil trezentos e cinquenta reais)

VIGÊNCIA: até 31 de dezembro de 2017.

EMPRESA: MB CATARINENSE LTDA - ME

São Miguel do Oeste/SC, 28 de agosto de 2017.

CLÁUDIO JOSÉ BARP

Presidente da Câmara de Vereadores.

EXTRATO CONTRATO 20/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
DÉCIMA SEXTA LEGISLATURA
EXTRATO DE CONTRATO Nº 20/2017

A Câmara de Vereadores de São Miguel do Oeste torna público o seguinte contrato:

Contrato 20/2017, Processo Licitatório 14/2017, Pregão 11/2017.

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, MÍDIA, LÓGICA, IMAGEM E SEUS ACESSÓRIOS PARA A NOVA SEDE DA CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO MIGUEL DO OESTE, TENDO EM VISTA O DESCRITIVO DO ANEXO I, CONFORME AS QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO PREGÃO PRESENCIAL 11/2017.

REFERENCIADO NESTE CONTRATO PELOS LOTES N.º 02 e 05:

Valor total dos itens dos lotes supracitados: R\$ R\$ 91.460,00 (noventa e um mil quatrocentos e sessenta reais)

VIGÊNCIA: até 31 de dezembro de 2017.

EMPRESA: JV-ITECH INFORMÁTICA TECNOLOGIA E IMPRESSÃO LTDA - ME

São Miguel do Oeste/SC, 28 de agosto de 2017.

CLÁUDIO JOSÉ BARP

Presidente da Câmara de Vereadores.

EXTRATO CONTRATO 21/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

DÉCIMA SEXTA LEGISLATURA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 21/2017

A Câmara de Vereadores de São Miguel do Oeste torna público o seguinte contrato:

Contrato 21/2017, Processo Licitatório 14/2017, Pregão 11/2017.

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, MÍDIA, LÓGICA, IMAGEM E SEUS ACESSÓRIOS PARA A NOVA SEDE DA CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO MIGUEL DO OESTE, TENDO EM VISTA O DESCRITIVO DO ANEXO I, CONFORME AS QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO PREGÃO PRESENCIAL 11/2017.

REFERENCIADO NESTE CONTRATO PELO LOTE N.º 03:

Valor total dos itens do lote supracitado: R\$ 5.435,00 (cinco mil quatrocentos e trinta e cinco reais)

VIGÊNCIA: até 31 de dezembro de 2017.

EMPRESA: TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA - EPP

São Miguel do Oeste/SC, 28 de agosto de 2017.

CLÁUDIO JOSÉ BARP

Presidente da Câmara de Vereadores.

PORTARIA 098/2017

PORTARIA 098/2017

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e pelo Regimento Interno Cameral – Resolução nº 004 de 1º de dezembro de 1992, RESOLVE:

Art. 1º FIXAR, ao Vereador CARLOS GRASSI, a percepção de 3 (três) diárias e 2/3 (dois terços) à cidade de Brasília - DF, com o objetivo de participar do "I Seminário Catarinense de Vereadores", tendo como dia de partida o dia 28 de agosto de 2017, às 12h, com retorno previsto no dia 1º de setembro de 2017, às 3h, tendo como meio de transporte, São Miguel do Oeste – Chapecó – veículo particular; Chapecó – Brasília – avião custeado pelo Poder Legislativo; Brasília – Chapecó - avião custeado pelo Poder Legislativo; e Chapecó – São Miguel do Oeste - veículo particular.

Art. 2º Estabeleceu-se como nível de enquadramento para percepção da diária, o Decreto Legislativo nº 002/13 de 20 de dezembro de 2013, tendo como valor total da diária R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais), perfazendo o total de R\$ 2.750,00 (dois mil, setecentos e cinquenta reais).

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Presidente do Câmara de SMOeste, SC,

Em 25 de agosto de 2017.

Vereador Cláudio José Barp

Presidente da Câmara

Certifico que a presente Portaria,
foi publicada na forma da lei, nesta data.

Airton José Macarini Segundo

Secretário Executivo

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

PORTARIA N.º 331/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –
Fone: 48-32770122 – R.222
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 331/2017
Concede férias ao servidor JONAS JOÃO HOFFMANN.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder ao servidor JONAS JOÃO HOFFMANN, ocupante do cargo de Motorista II, férias por 30 dias que gozará a partir de 11/09/2017 a 10/10/2017, referente ao período aquisitivo de 2015/2016.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 28 de agosto de 2017.
ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2017.

PORTARIA N.º 332/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –
Fone: 48-32770122 – R.222
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 332/2017
CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL A SERVIDORA DIONE TEREZINHA LOHN.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Artigo 10 da Lei 19/97 e artigo 16 da Lei Complementar nº. 08/98,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder progressão funcional a servidora abaixo mencionada, haja vista, ter completado mais três anos de serviço prestado junto a esta Instituição e ter apresentado certificado de cursos de aperfeiçoamento na área da educação:

§ DIONE TEREZINHA LOHN – PROFESSORA II ENSINO FUNDAMENTAL – LETRA E.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 28 de agosto de 2017.
ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2017.

PORTARIA N.º 333/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000
Fone: 48-32770122 – R.222
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 333/2017

Concede licença para tratamento de saúde ao servidor JOSÉ LEONARDO SCHULLER MARTINS, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, lotado na Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Social.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 96, da Lei Complementar nº. 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder licença para tratamento de saúde ao servidor JOSÉ LEONARDO SCHULLER MARTINS, pelo período de 08 (oito) dias, a contar da data de 18/08/2017, conforme atestado médico.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 18/08/2017.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 28 de agosto de 2017.
ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2017.

PORTARIA N.º 334/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000
Fone: 48-32770122 – R.222
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 334/2017

Concede licença para tratamento de saúde a servidora PRISCILA ROSA PACHECO, ocupante do cargo de Assistente Social, lotado na Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Social.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 96, da Lei Complementar nº. 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder licença para tratamento de saúde a servidora PRISCILA ROSA PACHECO, pelo período de 06 (seis) dias, a contar

da data de 18/08/2017, conforme atestado médico.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 18/08/2017.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 28 de agosto de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2017.

Schroeder

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 92/2017-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 92/2017-PMS

PROCESSO Nº. 177/2017-PMS

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para contratação de equipe de Arbitragem, por intermédio de empresa especializada, para atuar em Eventos/Campeonatos/Torneios Esportivos e de Lazer do Calendário Esportivo de Schroeder, a serem realizados pela Diretoria de Esportes e Lazer da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder(SC), ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII - Termo de Referência, deste instrumento convocatório.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 26 de setembro de 2017 às 14h.

Abertura do Processo: 26 de setembro de 2017 às 14h15min.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 29 de agosto de 2017.

Adriano Kath

Prefeito Municipal em exercício

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº. 12/2017 – PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº. 12/2017 – PMS

PROCESSO LICITATORIO Nº. 174/2017-PMS-TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: contratação de prestação de serviço com formação em educação física e mestre em capoeira para atendimento de projeto educacional da Secretaria Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, conforme ANEXO VII – TERMO REFERÊNCIA, deste instrumento convocatório.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 22 de setembro de 2017 às 14h.

Abertura do Processo: 22 de setembro de 2017 às 14h15min.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h. Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br.

Schroeder, 29 de agosto de 2017.

Adriano Kath - Prefeito Municipal em Exercício

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº. 13/2017 – PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº. 13/2017 – PMS

PROCESSO LICITATORIO Nº. 175/2017-PMS-TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: contratação de prestação de serviço com formação fonoaudiologia para atendimento de projeto educacional da Secretaria Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, conforme ANEXO VII – TERMO REFERÊNCIA, deste instrumento convocatório.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 25 de setembro de 2017 às 14h.

Abertura do Processo: 25 de setembro de 2017 às 14h15min.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h. Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br.

Schroeder, 29 de agosto de 2017.

Adriano Kath - Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 106/2017-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 106/2017-PMS

Dispensa de Licitação nº. 61/2017-PMS - Processo nº. 178/2017-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: TOP CENTER COMERCIAL LTDA-ME, inscrita no CNPJ sob o nº. 82.135.625/0001-25, estabelecida na rua Campos Salles nº 476, Glória, na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.217-100.

Objeto: Constitui o presente contrato a Aquisição de cabeça de impressão HP 11 C4810A para impressora plotter A1 do Setor de Engenharia da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos do Município de Schroeder/SC, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	VALOR R\$ UNI-TÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Cabeça De Impressão HP 11 C4810A	01	Unidade	230,00	230,00
TOTAL R\$					230,00

Valor do contrato: R\$ 230,00 (Duzentos e trinta reais).

Data da Assinatura: 28/08/2017 – Vigência: 31/12/2017

Adriano Kath

Prefeito Municipal em exercício

ATA DA CONCORRÊNCIA 03_2017-PMS SEQUENCIA 01

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	CONCORRÊNCIA Nr.: 3/2017 - CC
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 145/2017 Data do Processo: 21/07/2017

Folha: 1/2

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 140/2017 (Sequência: 1)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

outorga de permissão remunerada de uso para fornecimento e exploração comercial de pontos de alimentação e comércio no geral pelos quatro dias de evento Oficial da Schroederfest 2017 - Comemoração Político Administrativa do Município de Schroeder/SC

A comissão reuniu-se para abertura da licitação, conforme determinado no edital. Apresentaram os envelopes de habilitação e proposta comercial, bem como os documentos para credenciamento as empresas LEANDRO EICHINGER 04157741951, ANDERSON RODRIGUES DA SILVA 05279793922 e LANCHONETE PETERS LTDA. - ME, devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. E para fornecer conhecimento do presente edital, o mesmo publicado em resumo no mural Público Municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina (DOM/SC), no jornal de circulação regional - O Correio do Povo, Diário Oficial do Estado e disponibilizado na íntegra no site www.schroeder.sc.gov.br do Município de Schroeder/SC. Depois de rubricados os envelopes, bem como os documentos para o credenciamento, constatando-se que os representantes das empresas LEANDRO EICHINGER 04157741951 e ANDERSON RODRIGUES DA SILVA 05279793922, estão credenciados para a licitação. Pois apresentaram a documentação para o credenciamento de acordo com o edital. Constatando que a empresa LANCHONETE PETERS LTDA. - ME apresentou certidão simplificada emitida pela junta comercial em 05 de julho de 2017, data superior ao exigido no edital no item 3.1.3 "CERTIDÃO Simplificada emitida pela Junta Comercial ou por Cartório de Registro de Títulos de Pessoa Jurídica, expedida no máximo a 30 (trinta) dias da abertura dos envelopes que comprove o devido registro de todos os atos supramencionados (alterações contratuais), bem como para comprovação do porte empresarial da participante, conforme disposto no artigo 8º, da Instrução Normativa DNRC nº 103/07"; não estando o representante da empresa LANCHONETE PETERS LTDA. - ME credenciado. Foram abertos os envelopes de habilitação das empresas LEANDRO EICHINGER 04157741951, ANDERSON RODRIGUES DA SILVA 05279793922 e LANCHONETE PETERS LTDA - ME, cujos documentos foram rubricados pelo presidente e membros da comissão e colocados à disposição dos presentes para exame e rubricação. Constatando que as empresas LEANDRO EICHINGER 04157741951, ANDERSON RODRIGUES DA SILVA 05279793922, apresentaram a documentação de acordo como exigido no edital, resultando assim habilitadas. Constatando que a empresa LANCHONETE PETERS LTDA - ME apresentou apenas na fase de credenciamento certidão simplificada emitida pela junta comercial em 05 de julho de 2017, data superior ao exigido no edital no item 4.4.12 "CERTIDÃO Simplificada emitida pela Junta Comercial ou por Cartório de Registro de Títulos de Pessoa Jurídica, expedida no máximo a 30 (trinta) dias da abertura dos envelopes que comprove o devido registro de todos os atos supramencionados (alterações contratuais), bem como para comprovação do porte empresarial da participante, conforme disposto no artigo 8º, da Instrução Normativa DNRC nº 103/07 (Dispensada no caso de apresentação durante a fase de Credenciamento)", não cumprindo com as exigências do edital, resultando assim a empresa LANCHONETE PETERS LTDA - ME inabilitada. Não sendo renunciado ao direito de recurso pronunciado diretamente na sessão de abertura dos envelopes de habilitação por todos os participantes, e ao prazo respectivo, e concordando, em consequência, com o curso do procedimento licitatório, abre-se então o prazo recursal conforme artigo 109 da Lei Federal nº. 8.666/93, sendo o prazo até dia 04 de setembro de 2017, até o horário do fim do expediente da prefeitura, não havendo interposição de recurso, fica marcado para o dia 05 de setembro de 2017, às 13h30min para a continuação do certame com a abertura da proposta comercial, caso contrário será enviada ata com nova data. Diante do exposto a comissão abre prazo recursal conforme artigo 109 da Lei Federal nº. 8.666/93. Encerra-se a sessão e pede-se para ser entregue cópia da ata aos representantes presentes.

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**CONCORRÊNCIA
Nr.: 3/2017 - CC**

Processo Administrativo:
Processo de Licitação: 145/2017
Data do Processo: 21/07/2017

Folha: 2/2

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 140/2017 (Sequência: 1)**

Schroeder, 28 de Agosto de 2017

COMISSÃO:

Ivandra de Souza	- - Presidente da Comissão de Licitação
Valderi Rocha de Camargo	- - Membro
Eloir José Wendt	- - Membro
José Antônio Lourenço	- - Membro
Natália Kersten Brumuller	- - Secretária
Diego Guilherme Lasta	- - Membro Suplente

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

Rivaldo Peters	- - Representante
Leandro Eichinger	- - Representante
Anderson Rodrigues da Silva	- - Representante
Ivanio D. Laube	- - Seotr Solicitante

ATA DA TOMADA DE PREÇOS 09 2017 PMS SEQUENCIA 4

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER	TOMADA DE PREÇO Nr.: 9/2017 - TP
CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 137/2017 Data do Processo: 14/07/2017
	Folha: 1/1

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 141/2017 (Sequência: 4)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

Contratação de empresa especializada para elaboração de projeto básico de arquitetura e engenharia para levantamento, ampliação, reforma e adequações em diversos prédios públicos do Município de Schroeder/SC, conforme ANEXO VII - TERMO REFERÊNCIA, deste instrumento convocatório.

A comissão reuniu-se após recebimento do parecer do Setor Jurídico e Setor de Engenharia dos recursos impetrados pelas empresas FEGRA ENGENHARIA DE CONSTRUÇÕES EIRELI-ME, DW SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA ME, ML PROJETOS LTDA ME e CONSTRUTORA AJM LTDA EPP. Foi recebido parecer dos recursos impetrados referente às documentações de habilitação do setor de engenharia nº 19/2017, juntamente com Parecer da Procuradoria nº 066 /2017-PROJUR. O parecer referente aos recursos impetrados pelas empresas FEGRA ENGENHARIA DE CONSTRUÇÕES EIRELI-ME, DW SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA ME, ML PROJETOS LTDA ME e CONSTRUTORA AJM LTDA EPP do setor de engenharia nº 19/2017, traz que é FAVORÁVEL ao parecer da comissão de licitação. Parecer da Procuradoria nº 066/2017-PROJUR traz que em sua conclusão o "CONHECIMENTO E NÃO PROVIMENTO dos RECURSOS apresentados pelas empresa FEGRA Engenharia De Construções EIRELI-ME, DW Serviços De Engenharia LTDA ME, ML Projetos LTDA ME e Construtora AJM LTDA EPP". De acordo com o do setor de engenharia nº 19/2017, juntamente com Parecer da Procuradoria nº 066/2017-PROJUR a comissão mantém sua decisão conforme ata 112, sequencia 02, de 07 de agosto de 2017. Fica marcado para dia 29 de agosto de 2017, às 13h30min, a continuação do certame com a abertura das propostas comerciais das empresas habilitadas, as empresas CONFIANZA ENGENHARIA EIRELI - ME e HB ENGENHARIA EIRELI - EPP. Encerra-se a sessão e pede-se para ser enviada cópia da ata e do Parecer do setor de engenharia nº 19/2017, juntamente com Parecer da Procuradoria nº 066/2017-PROJUR às empresas participantes.

Schroeder, 28 de Agosto de 2017

COMISSÃO:

Ivandra de Souza	- - Presidente da Comissão de Licitação
Cezar Santos de Jesus	- - Membro
Valderi Rocha de Camargo	- - Membro
Walter Egidio Mukai	- - Membro
Natália Kersten Brumuller	- - Secretária
Diego Guilherme Lasta	- - Membro Suplente
Ilmar José Pereira Borges Filho	- - Membro Suplente

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2017-PMS - REAJUSTE DOS ITENS 01 E 02

Página: 1/3

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 21/2017****Número do Registro de Preços: 21/2017 Data do Registro: 25/05/2017 Válido até: 25/05/2018****Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de óleo diesel S10 e S500 para a Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Educação

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Óleo Diesel - S500 - Manter em regime de comodato o tanque c/ capacidade de no mínimo 13.000 litros, BIPARTIDO com duas bombas de abastecimento, filtros e demais acessórios necessários para o abastecimento. Efetuar a instalação dos equipamentos (tanque, bomba e filtro), sem ônus e custos adicionais e prestando assistência técnica gratuita, enquanto durar o fornecimento. Entregas em caminhões tanque lacrados e aferidos pelo IMETRO. Entrega parcelada, mínimo 3.000 Lt.	LT	RUDIPEL RUDNICK PETRÓLEO LTDA (10452)	Petrobras	0	2.7730	1

Página: 2/3

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 21/2017

Número do Registro de Preços: 21/2017		Data do Registro: 25/05/2017		Válido até: 25/05/2018			
Objeto da Compra:		Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de óleo diesel S10 e S500 para a Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Educa					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
2	Óleo Diesel - S10 - Manter em regime de comodato o tanque c/ capacidade de no mínimo 13.000 litros. BIPARTIDO com duas bombas de abastecimento, filtros e demais acessórios necessários para o abastecimento. Efetuar a instalação dos equipamentos (tanque, bomba e filtro), sem ônus e custos adicionais e prestando assistência técnica gratuita, enquanto durar o fornecimento. Entregas em caminhões tanque lacrados e aferidos pelo IMETRO. Entrega parcelada, mínimo 3.000 Lt.	LT	RUDIPEL RUDNICK PETRÓLEO LTDA (10452)		0	2,8820	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 21/2017

Número do Registro de Preços: 21/2017		Data do Registro: 25/05/2017		Válido até: 25/05/2018			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de óleo diesel S10 e S500 para a Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Educa							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 21/2017

PROCESSO Nº 70/2017

(10452) - RUDIPEL RUDNICK PETRÓLEO LTDA

Schroeder, 25 de Maio de 2017.

DISPENSA Nº 61/2017-PMS**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 61/2017 - DL****Processo Nr.: 178/2017
Data: 28/08/2017**

Folha: 1/2

Fornecedor: TOP CENTER COMERCIAL LTDA - ME
Endereço: R CAMPOS SALLES, 476
Cidade: Joinville - SC
CNPJ: 82.135.625/0001-25

Código: 13358

Inscrição Estadual:

Objeto da Compra: Aquisição de cabeça de impressão HP 11 C4810A para impressora plotter A1 do Setor de Engenharia da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos do Município de Schroeder/SC.**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	1,00	Cabeça De Impressão HP 11 C4810A	UN	230,00	230,00

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

- II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA

Impressora plotter do setor apresentou problemas na impressão, após análise, detectado que o problema possivelmente é a cabeça de impressão, e esta peça não temos em estoque para reposição imediata.

Schroeder, 28 de Agosto de 2017

ADRIANO KATH
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 61/2017 - DL**Processo Nr.:** 178/2017
Data: 28/08/2017

Folha: 2/2

25/08/2017

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 25 de Agosto de 2017

Valor da Despesa:

230,00 (duzentos e trinta reais)

Pagamento.....:

15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

Seara

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 029/2017 - FMS

Fundo Municipal da Saúde de Seara

Retificação Processo Licitatório nº 029/2017 – FMS

Retificação do Edital de Pregão Presencial nº 018/2017 – Registro de Preço

Tramita junto ao Fundo Municipal de Saúde de Seara, processo licitatório modalidade Pregão Presencial nº 018/2017 – FMS, datado de 10/08/2017, que objetiva a seleção de fornecedores e propostas para aquisição de materiais para confecção de próteses odontológicas.

Ao término do prazo para entrega de amostras, foi constatado a ausência da apresentação dos exemplares por parte de interessados dos itens objeto do edital. Amostras que são indispensáveis para a avaliação e destinadas a manter boa qualidade dos materiais odontológicos utilizados nas unidades de saúde do município.

Diante dos fatos, é necessário a reabertura do prazo para apresentação das amostras.

Em virtude dos fatos e atendendo o artigo 21 § 4º o prazo de entrega dos envelopes fica alterado para o dia 28/09/2017, às 08:30 horas, sendo que a abertura dos invólucros será realizada no mesmo dia, às 08:35 horas, tudo de acordo com a lei n.º 8.666/93.

Os demais itens, cláusulas e anexos do Edital de Pregão Presencial nº. 018/2017 – FMS – Registro de Preço, permanecem inalterados.

Publique-se.

Seara, SC., aos 28 dias do mês de agosto de 2017.

Flávio Joel Zolet
Secretário Municipal da Saúde

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 035/2017-FMS - INEXIGIBILIDADE LICITAÇÃO N.º 012/2017-FMS.

Processo Licitatório nº. 035/2017-FMS - Inexigibilidade de Licitação nº. 012/2017-FMS.

OBJETO: Credenciamento para fornecimento de medicamentos éticos, genéricos e similares.

JUSTIFICATIVA: O Município de Seara, através do Fundo Municipal de Saúde, lançou Edital de Chamamento Público nº 003/2017, objetivando credenciamento de farmácias e/ou drogarias, para fornecimento de medicamentos éticos, genéricos e similares destinados a pacientes em situação de vulnerabilidade, grave ou de urgência, e ainda por ordem judicial, dos quais não possuía em estoque na Farmácia Básica da Secretaria Municipal de Saúde com descontos predefinidos sobre a Lista de Preços de Medicamentos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA ou não constantes na Relação Municipal de Medicamentos Essenciais – REMUME, através de requisições/autorizações emitidas pelo Fundo de Saúde do Município de Seara, para entrega direta ao paciente na sede do Município.

Atendendo às exigências do referido Edital de Chamamento Público, a empresa Farmácia Aratiba Ltda - ME, comprovou capacidade para fornecimento de tais medicamentos.

FUNDAMENTO LEGAL - lei n.º 8.666/93, art 25, caput.

Seara, SC, 24 de agosto de 2017.

Flávio Joel Zolet
Secretário Municipal da Saúde
Gestor do FMS

Serra Alta

PREFEITURA

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 002/2017

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 002/2017

SEGUNDO ADITAMENTO CONTRATUAL QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE SERRA ALTA E A EMPRESA AUTOPOSTO SERRA ALTA LTDA NOS TERMOS DA LEI Nº. 8.666 DE 21/06/93, OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO SOB O REGIME DE FORNECIMENTO.

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE SERRA ALTA, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CGC sob nº. 80.622.319/0001-98, com sua sede à Avenida Dom Pedro II, 830, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor DARCI CERIZOLLI domiciliado no Município de Serra Alta - SC, portador do CPF sob nº. 430.332.889-87 e RG 1.233.665/SSP/SC.

CONTRATADA: A Empresa AUTO POSTO SERRA ALTA LTDA com sede na(o) Av. Dom Pedro II, 436-A, centro deste Município de Serra Alta/SC inscrita no CGC/MF sob o nº. 03.336.373/0001-26, neste ato representada por seu representante legal Senhor Márcio José Argenta, portador do CPF nº 023.731.509-21 e RG 12C- 2.545.474-9/SSP/SC.

Os CONTRATANTES têm entre si justos e avençados, e celebram o presente Termo Aditivo em decorrência do Processo Licitatório na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 001/2017, homologado em 23/01/2017, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei Nº 8.666, de 21/06/93, Lei 10.520/2002 e legislação pertinente, ao Edital antes citado, à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

0.1. O presente Aditamento Contratual tem por objeto:

1.1.1 Alterar o Item "2.1 da Cláusula Segunda – Do Preço e condições de pagamento" relativo ao contrato nº 002/2017, com fundamentação legal no artigo 65, parágrafo 1º da Lei de Licitações nº 8.666/93, que passará a vigorar com a seguinte redação:

"CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO"

2.1 - A CONTRATANTE a partir da presente data pagará a CONTRATADA, pela aquisição do combustível, objeto deste Contrato, o preço proposto de R\$ 3,95 (Três reais e noventa e cinco centavos) o litro da GASOLINA, havendo um ACRÉSCIMO de R\$ 0,24 (Vinte e quatro centavos) por litro em relação ao valor vigente do contrato".

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se o acréscimo de valor nos limites permitidos por lei, em função do realinhamento de preço do valor da Gasolina, verificado nas notas fiscais de compra do fornecedor que seguem em anexo, como se na íntegra estivesse. Aumento monopolizado pelo mercado interno praticado em todo o país.

CLÁUSULA SEGUNDA- DA PUBLICAÇÃO

2.0. A publicação resumida deste instrumento será efetivada pela CONTRATANTE conforme dispõe o Parágrafo Único do Art. 61 da

Lei nº 8.666/93, no Diário Oficial dos Municípios.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

3.0 Os demais Itens e Cláusulas do Contrato Administrativo que a este deu causa, ficam ratificados permanecendo inalterados em sua íntegra, e com plena eficácia.

3.1 E, por assim estarem justos e acertados, passam a assinar o presente Aditivo ao Contrato Administrativo 002/2017, elaborado em três vias de igual teor e forma, para que surta seus efeitos jurídicos e legais.

Serra Alta - SC, 17 de agosto de 2017.

DARCI CERIZOLLI
Prefeito Municipal
Contratante

AUTO POSTO SERRA ALTA LTDA
MÁRCIO JOSÉ ARGENTA
Representante Legal
Contratada

Analisado e Aprovado pelo Departamento Jurídico

LUIZ FERNANDO KREUTZ
Assessor Jurídico
OAB/SC 32.515

TESTEMUNHAS:

EDERSON CEREZOLLI
CPF: 029.867.439-43
Sec. de Administração

JEFERSON MARTINI
CPF: 044.414.139-12
Sec. de Saúde

Siderópolis

PREFEITURA

FMAS 05/2017 AVISO DE SUSPENSAO

MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS

Fundo Municipal de Assistência Social

PROCESSO DE LICITAÇÃO FMAS Nº. 05/2017

AVISO DE SUSPENSÃO DO EDITAL DE PREGÃO FMAS Nº. 01/2017

O Município de Siderópolis comunica aos interessados, que a abertura da licitação acima epigrafada, cujo objeto é a aquisição de um veículo para o Fundo Municipal de Assistência Social, designada para o dia 29/08/2017 às 09h00min, encontra-se suspensa em virtude de análise técnica dos recursos impetrados pelas empresas interessadas no certame. Desta feita, oportunamente, será designada nova data para abertura da licitação. Maiores Informações: Fone: (48) 3435 8900 ou e-mail: licitação@sideropolis.sc.gov.br.

Siderópolis, 28 de agosto de 2017.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

Sombrio

PREFEITURA

ERRATA 03/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 36/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 36/2017

ERRATA

Na edição nº 2326 do dia 24/08/2017, página 829 do Diário Oficial dos Municípios na publicação do Extrato do Edital de Licitação nº 36/2017 – Pregão Presencial.

Onde se lê:

Entrega dos Envelopes e Abertura: Os envelopes deverão ser entregues até as 15h30min do dia 06 de setembro de 2017, com início do credenciamento e abertura marcada para as 15h45min do dia 06 de dezembro de 2017.

Leia-se:

Entrega dos Envelopes e Abertura: Os envelopes deverão ser entregues até as 15h30min do dia 13 de setembro de 2017, com início do credenciamento e abertura marcada para as 15h45min do dia 13 de setembro de 2017.

Sombrio/SC, 28 de agosto de 2017.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 003/2017/ - SAMAE

PORTARIA Nº 003 DE 23 DE AGOSTO DE 2017.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-SAMAE DE SOMBRIO – SC, em exercício, Senhora Ana Paula Medeiros, no uso das atribuições legais e em conformidade com o Decreto 007, de 02 de janeiro de 2013 e Lei nº 1114, de 07 de abril de 1997 e suas alterações, combinado com a Lei 1414, de 20 de maio de 2003.

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias aos servidores do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto-SAMAE de Sombrio – SC, conforme quadro de escala que segue:

NOME	MAT.	PER. AQUIS.	PER. DE GOZO
Alexandre M. S. Da Silva	78	02/06/16 à 01/06/17	01/08/17 à 30/08/17
Jailson B. Godinho	61	06/05/15 à 05/05/16	18/08/17 à 17/09/17
Jonas D'Ávila dos Santos	72	04/04/16 à 03/04/17	01/08/17 à 30/08/17

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Município de Sombrio - SC, 23 de agosto de 2017.

Ana Paula Medeiros

Diretor Presidente e.e

PORTARIA Nº. 202/2017

PORTARIA Nº 202 DE 01 DE AGOSTO DE 2017

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR PÚBLICO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC, Senhor Zênio Cardoso, usando da competência privativa que lhe concede a Lei Orgânica do Município de Sombrio – SC, e em conformidade com a Lei 1.414 de 20 de maio de 2003, (Estatuto do Servidor Público Municipal).

RESOLVE:

Conceder a 2ª Licença Prêmio ao servidor efetivo, Sra. MÔNICA REGINA DA ROSA, Secretário Escolar, com Carga Horária de 40 (quarenta) horas semanais, como segue:

MATRICULA	PER. AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
2608	2010 à 2015	01/08/2017 a 29/10/2017

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio - SC, 01 de agosto de 2017.
Zênio Cardoso
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário
Secretario Municipal de Finanças e Administração

PORTARIA Nº. 216/2017

PORTARIA Nº 216 DE 18 DE AGOSTO DE 2017

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR PÚBLICO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC, Senhor Zênio Cardoso, usando da competência privativa que lhe concede a Lei Orgânica do Município de Sombrio – SC, e em conformidade com a Lei 1.414 de 20 de maio de 2003, (Estatuto do Servidor Público Municipal).

RESOLVE:

Conceder a 2ª Licença Prêmio ao servidor efetivo, Sra. SIMONE COLARES, Professor, com Carga Horária de 40 (quarenta) horas semanais, como segue:

MATRICULA	PER. AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
2595	2007 à 2012	14/08/2017 a 12/11/2017

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio - SC, 18 de agosto de 2017.
Zênio Cardoso
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário
Secretario Municipal de Finanças e Administração

PORTARIA Nº. 217/2017

PORTARIA Nº 217 DE 18 DE AGOSTO DE 2017

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR PÚBLICO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC, Senhor Zênio Cardoso, usando da competência privativa que lhe concede a Lei Orgânica do Município de Sombrio – SC, e em conformidade com a Lei 1.414 de 20 de maio de 2003, (Estatuto do Servidor Público Municipal).

RESOLVE:

Conceder a 1ª Licença Prêmio ao servidor efetivo, Sra. LELIANE MUNHOZ, Auxiliar de Educação Infantil, com Carga Horária de 30 (trinta) horas semanais, como segue:

MATRICULA	PER. AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
5706	2012 à 2017	15/08/2017 a 13/11/2017

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio - SC, 18 de agosto de 2017.
Zênio Cardoso
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário
Secretario Municipal de Finanças e Administração

PORTARIA Nº. 218/2017

PORTARIA Nº 218 DE 18 DE AGOSTO DE 2017

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR PÚBLICO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC, Senhor Zênio Cardoso, usando da competência privativa que lhe concede a Lei Orgânica do Município de Sombrio – SC, e em conformidade com a Lei 1.414 de 20 de maio de 2003, (Estatuto do Servidor Público Municipal).

RESOLVE:

Conceder a 2ª Licença Prêmio ao servidor efetivo, Sra. FABIANA SCHEFFER COLARES, Professor, com Carga Horária de 40 (quarenta) horas semanais, como segue:

MATRICULA	PER. AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
2986	2008 à 2013	17/08/2017 a 15/11/2017

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio - SC, 18 de agosto de 2017.
Zênio Cardoso
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário
Secretario Municipal de Finanças e Administração

PORTARIA Nº. 219/2017

PORTARIA Nº 219 DE 18 DE AGOSTO DE 2017

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO INDENIZADA A SERVIDOR PÚBLICO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC, Senhor Zênio Cardoso, usando da competência privativa que lhe concede a Lei Orgânica do Município de Sombrio – SC, e em conformidade com a Lei 1.414 de 20 de maio de 2003, (Estatuto do Servidor Público Municipal).

RESOLVE:

Conceder a 3ª Licença Prêmio, na forma indenizada ao servidor efetivo Sr. GILSON LOPES DA SILVA, Professor, com Carga Horária de 40 (quarenta) horas semanais, como segue:

MATRICULA	PER. AQUISITIVO
285	2000 à 2005

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio - SC, 18 de agosto de 2017.
Zênio Cardoso
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário
Secretario Municipal de Finanças e Administração

PORTARIA Nº. 220/2017

PORTARIA Nº 220 DE 21 DE AGOSTO DE 2017

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR PÚBLICO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC, Senhor Zênio Cardoso, usando da competência privativa que lhe concede a Lei Orgânica do Município de Sombrio – SC, e em conformidade com a Lei 1.414 de 20 de maio de 2003, (Estatuto do Servidor Público Municipal).

RESOLVE:

Conceder a 1ª Licença Prêmio ao servidor efetivo, Sra. SOLANGE CÂNDIDO COELHO, Auxiliar de Educação Infantil, com Carga Horária de 30 (trinta) horas semanais, como segue:

MATRICULA	PER. AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
5716	2012 à 2017	21/08/2017 a 19/11/2017

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio - SC, 21 de agosto de 2017.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário

Secretario Municipal de Finanças e Administração

PORTARIA Nº. 221/2017

PORTARIA Nº 221 DE 21 DE AGOSTO DE 2017

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR PÚBLICO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC, Senhor Zênio Cardoso, usando da competência privativa que lhe concede a Lei Orgânica do Município de Sombrio – SC, e em conformidade com a Lei 1.414 de 20 de maio de 2003, (Estatuto do Servidor Público Municipal).

RESOLVE:

Conceder a 1ª Licença Prêmio ao servidor efetivo, Sra. ALINE REATEGUI, Médico, com Carga Horária de 40 (quarenta) horas semanais, como segue:

MATRICULA	PER. AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
5242	2010 à 2015	21/08/2017 a 20/10/2017

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio - SC, 21 de agosto de 2017.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário

Secretario Municipal de Finanças e Administração

PORTARIA Nº. 222/2017

PORTARIA Nº 222 DE 23 DE AGOSTO DE 2017

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR PÚBLICO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC, Senhor Zênio Cardoso, usando da competência privativa que lhe concede a Lei Orgânica do Município de Sombrio – SC, e em conformidade com a Lei 1.414 de 20 de maio de 2003, (Estatuto do Servidor Público Municipal).

RESOLVE:

Conceder a 2ª Licença Prêmio ao servidor efetivo, Sra. ORISETE SARTOR DA ROSA, Servente/Merendeira, com Carga Horária de 40 (quarenta) horas semanais, como segue:

MATRICULA	PER. AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
3731	2011 à 2016	23/08/2017 a 21/09/2017

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio - SC, 23 de agosto de 2017.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário

Secretario Municipal de Finanças e Administração

PORTARIA Nº. 223/2017

PORTARIA Nº 223 DE 23 DE AGOSTO DE 2017.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES QUE EXPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990, e em conformidade com a Lei nº 1414, de 20 de maio de 2003.

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias aos servidores públicos Municipais, conforme quadro de escala que segue:

CÓD.	NOME	PERIODO AQUISITIVO			PERIODO DE GOZO		
1093	Artur Eduardo de A. Zingano	15/04/2016	à	14/04/2017	01/08/2017	à	30/08/2017
2863	Ailton Gonçalves	10/03/2015	à	09/03/2016	01/08/2017	à	30/08/2017
7937	Ageu Generoso Borges	21/07/2016	à	20/07/2017	01/08/2017	à	30/08/2017
4406	Antonio Tadeu B. Oliveira	14/04/2017	à	13/04/2017	01/08/2017	à	30/08/2017
7913	Cleia Borges Martins	01/07/2016	à	30/06/2017	01/08/2017	à	30/08/2017
5609	Clçeia Aparecida Pereira	20/07/2016	à	19/07/2016	01/08/2017	à	30/08/2017
4550	Ceni Rosa da Silva	02/08/2016	à	01/08/2017	01/08/2017	à	30/08/2017
7940	Deivid Junior Abel Vianna	21/07/2016	à	20/07/2017	01/08/2017	à	30/08/2017
7909	Daiane P. de A. Framer	01/07/2016	à	30/06/2017	01/08/2017	à	30/08/2017
7874	Deise Silvcano Daros	01/07/2016	à	30/06/2017	01/08/2017	à	30/08/2017
7868	Elita da Silva da Cunha	01/07/2016	à	30/06/2017	22/08/2017	à	21/09/2017
1300	Gean Natal Pereira da Silva	03/04/2016	à	02/04/2017	01/08/2017	à	20/08/2017
7908	Izabel Cristina S. da Silva	01/07/2016	à	30/06/2017	01/08/2017	à	30/08/2017
7914	Isabel Machado dos Santos	01/07/2016	à	30/06/2017	01/08/2017	à	30/08/2017
4808	José Alencar Macedo	23/03/2015	à	22/03/2016	01/08/2017	à	30/08/2017
6541	Juliana Bristot	01/07/2016	à	30/06/2017	01/08/2017	à	30/08/2017
7899	Leidiane Fernandes Raupp	01/07/2016	à	30/06/2017	01/08/2017	à	30/08/2017
1859	Lineria Generoso Brovedam	09/10/2015	à	08/10/2016	01/08/2017	à	30/08/2017
7938	Luiz Francisco Possamai	21/07/2016	à	20/07/2017	01/08/2017	à	30/08/2017
7862	Mateus Peters Pereira	01/07/2016	à	30/06/2017	01/08/2017	à	30/08/2017
7873	Mara Beatriz Godinho Floriano	01/06/2016	à	30/06/2017	01/08/2017	à	30/08/2017
7812	Marcela Caetano A. Pacheco	01/06/2016	à	31/05/2017	01/08/2017	à	30/08/2017
4653	Marcia A. O. Guimarães	02/02/2016	à	01/02/2017	01/08/2017	à	30/08/2017
7814	Noeli Sila da Rosa	01/06/2016	à	31/05/2017	01/08/2017	à	30/08/2017
7920	Paula Denise B. da Cunha	01/07/2016	à	30/06/2017	01/08/2017	à	30/08/2017
7810	Rangel Duarte das Neves	01/06/2016	à	31/05/2017	01/08/2017	à	30/08/2017
2724	Regina da S. G. Magnus	22/04/2016	à	21/04/2017	01/08/2017	à	30/08/2017
1666	Roger Pereira	03/10/2015	à	02/10/2016	01/08/2017	à	30/08/2017
7877	Rodrigo Cardoso Santos	01/07/2016	à	30/06/2017	01/08/2017	à	30/08/2017
7751	Tulio Garcia Margute	11/05/2016	à	10/05/2017	01/08/2017	à	30/08/2017
7897	Karem Lagarreta de Vargas	01/07/2016	à	30/06/2017	01/08/2017	à	30/08/2017
7880	Keli Silveira Nunes	01/07/2016	à	30/06/2017	01/08/2017	à	30/08/2017

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio - SC, 23 de agosto de 2017.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças e Administração

PORTARIA Nº. 224/2017

PORTARIA Nº. 224 DE 28 DE AGOSTO DE 2017

NOMEIA SERVIDOR APROVADO PELO CONCURSO PÚBLICO

EDITAL Nº 001/2015 (ADMINISTRAÇÃO)

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, no uso da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990 combinado com a Lei nº. 1.414 de 20 de Maio de 2003, e suas alterações.

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o servidor abaixo relacionado, aprovado no Concurso Público Edital nº. 001/2015 (Administração), para o cargo de Odontólogo, com Carga Horária de 40 (quarenta) horas semanais, sendo que o referido candidato deverá comparecer no prazo de 10 (dez) dias, no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Sombrio, munido dos documentos exigidos pelo Edital do Concurso Público nº. 001/2015, (Administração) para tomar posse:

NOME
Gabriel Sousa de Matos

Esta Portaria Entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio – SC, 28 de agosto de 2017.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças e Administração

PORTARIA Nº. 225/2017

PORTARIA Nº 225 DE 28 DE AGOSTO DE 2017

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR PÚBLICO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC, Senhor Zênio Cardoso, usando da competência privativa que lhe concede a Lei Orgânica do Município de Sombrio – SC, e em conformidade com a Lei 1.414 de 20 de maio de 2003, (Estatuto do Servidor Público Municipal).

RESOLVE:

Conceder a 1ª Licença Prêmio ao servidor efetivo, Sra. RAUDELIZA PEREIRA, Auxiliar de Educação Infantil, com Carga Horária de 30 (trinta) horas semanais, como segue:

MATRICULA	PER. AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
5709	2012 à 2017	29/08/2017 a 27/11/2017

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio - SC, 28 de agosto de 2017.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário

Secretario Municipal de Finanças e Administração

Tigrinhos

PREFEITURA

EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO 009-2017

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

MUNICIPIO DE TIGRINHOS

Processo Licitatório nº. 023/2016

Convênio nº. 2015TR001780

O MUNICIPIO DE TIGRINHOS – torna público, para conhecimento dos interessados, que foi celebrado termo aditivo para prorrogação de prazo contratual por mais trinta dias, referente contrato nº. 009/2017, cujo objeto é a contratação de empresa para serviços de mão de obra com fornecimento de materiais, equipamentos, destinados à instalação de antenas de internet rural.

TIGRINHOS/SC, em 25 de Agosto de 2017.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Tijucas

PREFEITURA

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 019/FMDR/2017

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 019/FMDR/17 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 011/FMDR/17- DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 004/FMDR/17

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TIJUCAS, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PESCA E MEIO AMBIENTE.

CONTRATADA: COMERCIAL AGROMATIAS LTDA ME.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E INSUMOS PARA UTILIZAÇÃO NO VIVEIRO DE HORTALIÇAS E DE MUDAS NATIVAS, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PESCA E MEIO AMBIENTE, DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS/SC.

VALOR: R\$: 5.450,00 (CINCO MIL, QUATROCENTOS E CINQUENTA REAIS).

TIJUCAS/SC, 24 DE AGOSTO DE 2017.

LEI Nº 2687

LEI Nº 2687, 28 DE AGOSTO DE 2017

Institui gratificação pelo encargo de membro de Comissão de Sindicância ou de Processo Administrativo Disciplinar e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS, ESTADO DE SANTA CATARINA. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O servidor ocupante de cargo de provimento efetivo estável, quando designado pela autoridade competente para participar como membro em Comissão de Sindicância ou de Processo Administrativo Disciplinar, e que embora atenda o interesse público e sejam alheias as atribuições do cargo efetivo ou em condições anormais do regular exercício, fará jus a uma gratificação pelo encargo.

Art. 2º Para atender o encargo previsto no artigo anterior, fica instituída uma gratificação, correspondente a cada função, na seguinte forma:

I – Ao servidor designado como membro de comissão será concedido valor fixo de 170 UFM (cento e setenta unidades fiscais municipal);

II – Ao servidor designado como presidente de comissão será concedido valor fixo de 190 UFM (cento e noventa unidades fiscais municipal).

Art. 3º A gratificação pelo encargo de participação em Comissão de Sindicância ou de Processo Administrativo Disciplinar será paga em parcela única ao servidor designado, na folha de pagamento do mês subsequente em que a comissão apresentar o respectivo Relatório Conclusivo e este for aceito pela Autoridade Superior.

Parágrafo único. Na hipótese em que o servidor for nomeado para mais de uma Comissão desta natureza, dentro do mesmo período, este fará jus ao recebimento da gratificação correspondente a cada procedimento.

Art. 4º A gratificação pelo encargo por participação na Comissão de Sindicância ou de Processo Administrativo Disciplinar tem natureza indenizatória, não será incorporada na remuneração do servidor, não fará parte da base de incidência de contribuição previdenciária e não será considerada como base de cálculo para quaisquer outras vantagens ou licenças, inclusive sobre férias e 13º salário.

Art. 5º As despesas da aplicação desta Lei serão atendidas por conta das dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento do Município.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Tijucas (SC), 28 de agosto de 2017.

Elói Mariano Rocha

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA 42/2017**

PORTARIA N.º 042/2017/CMT, DE 14 DE JULHO DE 2017

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TIJUCAS, no uso das atribuições previstas em lei,

RESOLVE:

CONCEDER, nesta data ao servidor Zenir Dionei Atanazio, efetivo, matrícula nº 169, do cargo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, 15 (dias) dias de férias, a serem gozadas de 17/07/2017 a 31/07/2017, referente ao período aquisitivo.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ELÓI PEDRO GERALDO
Presidente

PORTARIA 43/2017

PORTARIA N.º 043/2017/CMT, DE 14 DE JULHO DE 2017

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TIJUCAS, no uso das atribuições previstas em lei,

RESOLVE:

CONCEDER, nesta data ao servidor Ricardo Alexandre Vieira, efetivo, matrícula nº 171, do cargo de TECNICO LEGISLATIVO, 15 (dias) dias de férias, a serem gozadas de 17/07/2017 a 31/07/2017, referente ao período aquisitivo.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ELÓI PEDRO GERALDO
Presidente

PORTARIA 44/2017

PORTARIA N.º 044/2017/CMT, DE 26 DE JULHO DE 2017

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TIJUCAS, no uso das atribuições previstas em lei,

RESOLVE:

CONCEDER, nesta data a servidora Soraia Stremel, efetivo, matrícula nº 167, do cargo de auxiliar de copa e cozinha, 15 (dias) dias de férias, a serem gozadas de 01/08/2017 a 15/08/2017, referente ao período aquisitivo.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ELÓI PEDRO GERALDO
Presidente

PORTARIA 45/2017

PORTARIA N.º 45/2017/CVT, DE 04 DE AGOSTO DE 2017

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TIJUCAS, no uso de atribuições, considerando o art. 47, XXI c/c o art. 22, I, da Lei Orgânica do Município e Lei Complementar 17/2013 em sintonia com o Edital nº 01/2013 de 11/11/2013, Edital de Convocação nº 006/2017 de 20 de Julho de 2017, em cumprimento com as exigências e formalidades legais em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR a Sra. MARIA DELURDES DE OLIVEIRA, portador da cédula de identidade nº 2.467.201 e inscrito no CPF sob o nº 723.422.269-34, para o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS DE COPA E LIMPEZA, com carga horária de 40 horas semanais.
Art. 2º O nomeado, empossado no dia sete de agosto de dois mil e dezessete, submeter-se-á ao Regime Jurídico Único e demais disposições aplicáveis, inclusive quanto ao período de 3 (três) anos para fim de estabilidade condicional.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência, em 04 de Agosto de 2017.

ELOI PEDRO GERALDO
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA 46/2017

PORTARIA N.º 046/2017/CMT, DE 04 DE AGOSTO DE 2017

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TIJUCAS, no uso das atribuições previstas em lei,

RESOLVE:

CONCEDER, nesta data à servidora MANUELA BITTAR HORN, efetiva, matrícula nº 165, do cargo de ADVOGADA, 20 (vinte) dias de férias, a serem gozadas em 07/08/2017 à 26/08/2017, referente ao período aquisitivo.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ELÓI PEDRO GERALDO
Presidente

PORTARIA 47/2017

PORTARIA N.º 047/2017/CMT, DE 14 DE AGOSTO DE 2017

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TIJUCAS, no uso das atribuições previstas em lei,

RESOLVE:

CONCEDER, nesta data à servidora Joice Peres, efetiva, matrícula nº 184, do cargo de CONTADORA, 10 (dez) dias de férias, a serem gozadas em 16/08/2017 à 25/08/2017, referente ao período aquisitivo.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ELÓI PEDRO GERALDO
Presidente

PORTARIA 48/2017

PORTARIA N.º 048/2017/CMT, DE 14 DE AGOSTO DE 2017

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TIJUCAS, no uso das atribuições previstas em lei,

RESOLVE:

CONCEDER, nesta data ao servidor Rafael Spricigo, efetivo, matrícula n.º 163, do cargo de Jornalista, 10 (dez) dias de férias, a serem gozadas em 16/08/2017 à 25/08/2017, referente ao período aquisitivo.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ELÓI PEDRO GERALDO
Presidente

PORTARIA 49/2017

PORTARIA N.º 049/2017/CMT, DE 16 DE AGOSTO DE 2017

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TIJUCAS, no uso das atribuições previstas em lei,

RESOLVE:

SUSPENDER, de 16 de agosto de 2017 a 31 de dezembro de 2017, os efeitos da Portaria n.º 013/2016/CVT.

ELÓI PEDRO GERALDO
Presidente

PORTARIA 50/2017

PORTARIA N.º 050/2017/CMT, DE 21 DE AGOSTO DE 2017

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TIJUCAS, no uso das atribuições previstas em lei,

RESOLVE:

EXONERAR Heloise Cristine Dadam, matrícula n.º 222, do cargo comissionado de Assessor Parlamentar.

ELÓI PEDRO GERALDO
Presidente

PORTARIA 51/2017

PORTARIA N.º 051/2017/CMT, DE 22 DE AGOSTO DE 2017

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TIJUCAS, no uso das atribuições previstas em lei,

RESOLVE:

NOMEAR Diego de Faveri Cristiano, matrícula n.º 241, para desempenhar o cargo comissionado de Assessor Parlamentar.

ELÓI PEDRO GERALDO
Presidente

Timbé do Sul

SAMAE - TIMBÉ DO SUL

PREGÃO PRESENCIAL SAMAE Nº 02/2107

PREGÃO PRESENCIAL Nº 2/2017 – PROCESSO 2/2017.

O Serviço Autônomo Municipal de Água e esgoto- SAMAE, com sede à Rua Carlos Savi, nº 365 - Bairro Centro, Timbé do Sul/SC, inscrita no CNPJ sob nº 83.820.076/0001-90, torna público que fará realizar licitação na modalidade Pregão do Tipo Menor Preço por Item, para a aquisição de Tubos e conexões em PVC e PEAD, a ser regida pela Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, Lei Complementar 123 de 14/12/2006 e alterações posteriores e demais normas legais federais, estaduais e municipais vigentes.

Timbó

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO ASSINATURA ATA DE REGISTRO DE PREÇO - PREGÃO PRESENCIAL N.º 45 2017 PMT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL N.º 45/2017 – PMT

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal da licitante FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP, CNPJ nº 22.621.552/0001-50 a comparecer para assinatura da respectiva ata de registro de preço, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC – Central de Licitações;

DATA: até 05/09/2017.

HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17h.

Timbó, 28 de agosto de 2017.

DÉBORA BARTH

Central de Licitações

CONVOCAÇÃO ASSINATURA SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 2015.113 PMT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DE TERMO ADITIVO
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 2015/113 PMT

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal da empresa, EPAGRI – EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA, GERÊNCIA REGIONAL DE BLUMENAU, CNPJ nº. 83.052.191/038-54, a comparecer para assinatura do Segundo Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 2015/113, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC – Central de Licitações;

DATA: até 05/09/2017.

HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17hs.

Timbó, 28 de agosto de 2017.

DÉBORA BARTH

Central de Licitações

CONVOCAÇÃO ASSINATURA SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 2015.114 FUNREPOM

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DE TERMO ADITIVO
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 2015/114 FUNREPOM

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal da empresa, CORINGA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº. 01.468.282/0001-19, a comparecer para assinatura do Segundo Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 2015/114, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC – Central de Licitações;

DATA: até 05/09/2017.

HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17hs.

Timbó, 28 de agosto de 2017.

DÉBORA BARTH

Central de Licitações

EXTRATO CONTRATO 79.2017 FCT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 79/2017

CONTRATANTE: Município de Timbó através da Fundação Cultural de Timbó.

CONTRATADO: De Moraes Santana e Cia Ltda Me.

OBJETO: Contratação de pessoa(s) jurídica(s) para comercialização de alimentação objetivando a composição da Praça de Alimentação do evento 27ª Festa do Imigrante, que acontecerá no período de 11 a 15 de outubro de 2017, junto ao Pavilhão de Eventos Henry Paul, disponibilizando toda estrutura de atendimento, mão de obra, mobiliário, equipamentos, utensílios e demais objetos necessários, venda de tíquetes e limpeza do local, tudo de acordo com as condições previstas nos anexos do Edital de Pregão Presencial nº 14/2017.

VALOR TOTAL: A contratada pagará à Fundação Cultural o valor de R\$ 8.700,00 (oito mil e setecentos reais) correspondente aos itens 04 e 06.

DATA DA ASSINATURA: 01/08/2017.

JORGE REVELINO FERREIRA

Diretor Presidente da Fundação Cultural de Timbó

TERCEIRA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 87 2016 PMT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL N.º. 87/2016 - PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó.

OBJETO: Registro de preços para aquisição de peças do tipo lâmina, unha, suporte, parafuso e demais peças complementares para uso na linha pesada da frota das Secretarias de Obras, Desenvolvimento Econômico e Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE.

EMPRESAS FORNECEDORAS: Trator Pecas Com. de Pecas p/ Trator Ltda; Maiochi Instal. Mont. Maq. Equipos Ltda; Julio Silvestri Filho Me; Brastrak Industria, Comercio, Importacao e Exportacao Ltda - Epp e Rech Importadora e Distribuidora S/A.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 162.387,40 (cento e sessenta e dois mil, trezentos e oitenta e sete reais e quarenta centavos).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 28/11/2017

Timbó, 28/11/2016

ORLEI ADAZIR PEDRON

Secretário de Obras e Serviços Urbanos

MÁRCIA DA ROCHA

Secretária de Desenvolvimento Econômico

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente Samae

CÂMARA MUNICIPAL**PARECER DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTAS PÚBLICAS AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 05/2017**

Projeto de Lei Complementar n.º 05/2017 – Altera o art. 7.º da Lei Complementar nº 409 de 16 de dezembro de 2011.

Iniciativa do Projeto: Prefeito Jorge Augusto Krüger
Relator: Vereador John Adriano Schwartz

I - RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei Complementar de iniciativa do Prefeito, que pretende alterar o art. 7.º da Lei Complementar n.º 409, de 16 de dezembro de 2011, instituindo o adicional de função de coleta. Referido Projeto foi protocolado na Secretaria Legislativa em 02 de agosto corrente. O Presidente da Mesa Diretora o despachou a esta Comissão no dia 24 de agosto após manifestação pela sua legalidade e constitucionalidade por parte da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final.

No dia 24 de agosto esta comissão analisou novamente o respectivo projeto, exarando seu parecer que ora segue.
Esse é o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

A proposição legislativa visa modificar a base de cálculo do adicional de função de coleta aos servidores que atuam nessa área e que foi criada pela Lei Complementar n.º 409/2011

Os documentos anexados ao Projeto demonstram o atendimento aos requisitos legais de sua natureza, previstos na Lei Complementar Federal n.º 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) ressaltando que a Administração vem cumprindo com as limitações de gastos com pessoal e haver previsão orçamentária para o ora pretendido (folha 07-A dos autos), bem como haver previsão do impacto financeiro que a medida irá causar (folha 05 dos autos). Assim, não há óbices a regular tramitação do respectivo projeto nesta Casa Legislativa.

**III - CONCLUSÃO
VOTO DO RELATOR**

Em face do exposto, o Relator desta Comissão se manifesta pela tramitação do Projeto de Lei Complementar nº05/2017.

Esse é o voto.

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

Votaram com o Relator, aprovando o Parecer:

Vereador Carlos Adriano Krüger
Vereador Adilson Mesch

Sala das Comissões, em 24 de agosto de 2017
Carlos Adriano Krüger
Presidente

Adilson Mesch
Membro

John Adriano Schwartz
Relator

PARECER DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTAS PÚBLICAS AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 06/2017

Projeto de Lei Complementar n.º 06/2017 – Autoriza a permuta de bem dominical com um imóvel particular, o qual passa a integrar o patrimônio do Município de Timbó.

Iniciativa do Projeto: Prefeito Jorge Augusto Krüger
Relator: Vereador Carlos Adriano Krüger

I - RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei Complementar de iniciativa do Prefeito, que pretende permutar o imóvel matriculado sob o n.º 21.308, Livro 2 do 1.º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Timbó descrito no Projeto, com o imóvel matriculado sob o n.º 27.075 Livro 2, do registro de imóveis já referido.

Respectivo projeto foi protocolizado nesta Casa Legislativa no dia 02 de agosto corrente. O Presidente da Mesa Diretora o despachou a esta Comissão no dia 24 de agosto, após manifestação pela sua legalidade e constitucionalidade por parte da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final.

No dia 24 de agosto, essa Comissão teve o projeto na pauta em sua reunião exarando seu parecer que ora segue.
Esse é o relatório.

II - FUNDAMENTAÇÃO

O requisito da avaliação dos imóveis restou suprido por ser feito concomitantemente, adotados no laudo os mesmos critérios e identificados os bens a serem permutados, considerando, ainda, as vantagens que a permuta possa gerar em benefício do patrimônio público.

Sendo assim, em respeito às atribuições técnicas do Poder Executivo e em atendimento à atribuição de fiscalização do Poder Legislativo, esta Comissão em análise do acima exposto, verifica a legitimidade do presente para sua aprovação.

**III - CONCLUSÃO
VOTO DO RELATOR**

Em face do exposto, o Relator desta Comissão se manifesta pela tramitação do Projeto de Lei Complementar nº 06/2017.
Este é o voto.

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

Votaram com o Relator, aprovando o Parecer:
Vereador Adilson Mesch
Vereador John Adriano Schwartz

Sala das Comissões, em 24 de agosto de 2017.
Sala das Comissões, em 24 de agosto de 2017
Carlos Adriano Krüger
Presidente/Relator

Adilson Mesch
Membro

John Adriano Schwartz
Membro

PARECER DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTAS PÚBLICAS AO PROJETO DE LEI Nº 44/2017

Projeto de Lei nº 044/17 – Autoriza a cobrança de Contribuição de Melhoria decorrente da execução da pavimentação da Rua Doutor Pedrinho.

Iniciativa do Projeto: Prefeito Jorge Augusto Krüger
Relator: Vereador Adilson Mesch

I - RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei de iniciativa do Prefeito Municipal autorizando a cobrança de Contribuição de Melhoria decorrente de pavimentação da Rua Doutor Pedrinho.

Referido Projeto foi protocolado na Secretaria Legislativa em 15 de agosto corrente, tendo sido despachado a esta comissão pelo Presidente da Mesa Diretora, no dia 17 de agosto após manifestação pela sua legalidade e constitucionalidade por parte da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final. Nos dias 17 e 24 de agosto esta Comissão teve como pauta o presente em suas reuniões, exarando parecer que ora segue.

Esse é o relatório.

II - FUNDAMENTAÇÃO

Analisando a proposição, dentro dos limites de competência desta Comissão, observa-se que a contribuição de melhoria, espécie de tributo, pode ser cobrada pelo Poder Executivo quando ocorre valorização imobiliária decorrente de obra pública realizada por aquele. Todavia, para que a cobrança seja efetivamente realizada, se faz necessária a edição de lei específica instituindo sua cobrança no caso concreto.

Assim sendo, tendo sido realizada obra pública de pavimentação de via na via supra da qual decorre valorização dos imóveis ali localizados, nada impede que o Poder Público busque os valores dispendidos na realização de tal obra, conforme lhe é facultado pela Constituição Federal, Código Tributário Nacional e Código Tributário Municipal.

Deste modo, por tudo o que foi exposto, constata-se que a pretensão do Poder Executivo no projeto em análise é legítima e necessária.

**III - CONCLUSÃO
VOTO DO RELATOR**

Em face do exposto, o Relator desta Comissão se manifesta pela aprovação do Projeto de Lei nº 44/2017.

Esse é o voto.

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

Votaram com o Relator, aprovando o Parecer:
Vereador Carlos Adriano Krüger
Vereador John Adriano Schwartz

Sala das Comissões, em 24 de agosto de 2017
Carlos Adriano Krüger
Presidente

Adilson Mesch John Adriano Schwartz
Relator Vice-Presidente

PARECER DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTAS PÚBLICAS AO PROJETO DE LEI Nº 45/2017

Projeto de Lei nº 045/17 – Autoriza a cobrança de Contribuição de Melhoria decorrente da execução da pavimentação da Rua Expedicionário Pedro João Silva.

Iniciativa do Projeto: Prefeito Jorge Augusto Krüger
Relator: Vereador Adilson Mesch

I - RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei de iniciativa do Prefeito Municipal autorizando a cobrança de Contribuição de Melhoria decorrente de pavimentação da Rua Expedicionário Pedro João Silva.

Referido Projeto foi protocolado na Secretaria Legislativa em 15 de agosto corrente, tendo sido despachado a esta comissão pelo Presidente da Mesa Diretora, no dia 17 de agosto após manifestação pela sua legalidade e constitucionalidade por parte da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final. Nos dias 17 e 24 de agosto esta Comissão teve como pauta o presente em suas reuniões, exarando parecer que ora segue.

Esse é o relatório.

II - FUNDAMENTAÇÃO

Analisando a proposição, dentro dos limites de competência desta Comissão, observa-se que a contribuição de melhoria, espécie de tributo, pode ser cobrada pelo Poder Executivo quando ocorre valorização imobiliária decorrente de obra pública realizada por aquele. Todavia, para que a cobrança seja efetivamente realizada, se faz necessária a edição de lei específica instituindo sua cobrança no caso concreto.

Assim sendo, tendo sido realizada obra pública de pavimentação de via na via supra da qual decorre valorização dos imóveis ali localizados, nada impede que o Poder Público busque os valores dispendidos na realização de tal obra, conforme lhe é facultado pela Constituição Federal, Código Tributário Nacional e Código Tributário Municipal.

Deste modo, por tudo o que foi exposto, constata-se que a pretensão do Poder Executivo no projeto em análise é legítima e necessária.

**III - CONCLUSÃO
VOTO DO RELATOR**

Em face do exposto, o Relator desta Comissão se manifesta pela aprovação do Projeto de Lei nº 45/2017.

Esse é o voto.

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

Votaram com o Relator, aprovando o Parecer:
Vereador Carlos Adriano Krüger
Vereador John Adriano Schwartz

Sala das Comissões, em 24 de agosto de 2017
Carlos Adriano Krüger
Presidente

Adilson Mesch
Relator

John Adriano Schwartz
Vice-Presidente

PARECER DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTAS PÚBLICAS AO PROJETO DE LEI N.º 46/2017

Projeto de Lei n.º 46/17 – Autoriza a cobrança de Contribuição de Melhoria decorrente da execução da pavimentação da Rua Caçador.

Iniciativa do Projeto: Prefeito Jorge Augusto Krüger
Relator: Vereador Adilson Mesch

I - RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei de iniciativa do Prefeito Municipal autorizando a cobrança de Contribuição de Melhoria decorrente de pavimentação da Rua Caçador.

Referido Projeto foi protocolado na Secretaria Legislativa em 15 de agosto corrente, tendo sido despachado a esta comissão pelo Presidente da Mesa Diretora, no dia 17 de agosto após manifestação pela sua legalidade e constitucionalidade por parte da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final. Nos dias 17 e 24 de agosto esta Comissão teve como pauta o presente em suas reuniões, exarando parecer que ora segue.
Esse é o relatório.

II - FUNDAMENTAÇÃO

Analisando a proposição, dentro dos limites de competência desta Comissão, observa-se que a contribuição de melhoria, espécie de tributo, pode ser cobrada pelo Poder Executivo quando ocorre valorização imobiliária decorrente de obra pública realizada por aquele. Todavia, para que a cobrança seja efetivamente realizada, se faz necessária a edição de lei específica instituindo sua cobrança no caso concreto.

Assim sendo, tendo sido realizada obra pública de pavimentação de via na via supra da qual decorre valorização dos imóveis ali localizados, nada impede que o Poder Público busque os valores dispendidos na realização de tal obra, conforme lhe é facultado pela Constituição Federal, Código Tributário Nacional e Código Tributário Municipal.

Deste modo, por tudo o que foi exposto, constata-se que a pretensão do Poder Executivo no projeto em análise é legítima e necessária.

**III - CONCLUSÃO
VOTO DO RELATOR**

Em face do exposto, o Relator desta Comissão se manifesta pela aprovação do Projeto de Lei nº 46/2017.

Esse é o voto.

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

Votaram com o Relator, aprovando o Parecer:
Vereador Carlos Adriano Krüger
Vereador John Adriano Schwartz

Sala das Comissões, em 24 de agosto de 2017
Carlos Adriano Krüger
Presidente

Adilson Mesch
Relator

John Adriano Schwartz
Vice-Presidente

PARECER DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTAS PÚBLICAS AO PROJETO DE LEI N.º 47/2017

Projeto de Lei n.º 47/2017 – Autoriza a cobrança de Contribuição de Melhoria decorrente da execução da pavimentação da Rua Saudades.

Iniciativa do Projeto: Prefeito Jorge Augusto Krüger
Relator: Vereador Adilson Mesch

I - RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei de iniciativa do Prefeito Municipal autorizando a cobrança de Contribuição de Melhoria decorrente de pavimentação da Rua Saudades

Referido Projeto foi protocolado na Secretaria Legislativa em 15 de agosto corrente, tendo sido despachado a esta comissão pelo Presidente da Mesa Diretora, no dia 17 de agosto após manifestação pela sua legalidade e constitucionalidade por parte da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final. Nos dias 17 e 24 de agosto esta Comissão teve como pauta o presente em suas reuniões, exarando parecer que ora segue.
Esse é o relatório.

II - FUNDAMENTAÇÃO

Analisando a proposição, dentro dos limites de competência desta Comissão, observa-se que a contribuição de melhoria, espécie de tributo, pode ser cobrada pelo Poder Executivo quando ocorre valorização imobiliária decorrente de obra pública realizada por aquele. Todavia, para que a cobrança seja efetivamente realizada, se faz necessária a edição de lei específica instituindo sua cobrança no caso concreto. Assim sendo, tendo sido realizada obra pública de pavimentação de via na via supra da qual decorre valorização dos imóveis ali localizados, nada impede que o Poder Público busque os valores dispendidos na realização de tal obra, conforme lhe é facultado pela Constituição Federal, Código Tributário Nacional e Código Tributário Municipal.

Deste modo, por tudo o que foi exposto, constata-se que a pretensão do Poder Executivo no projeto em análise é legítima e necessária.

**III - CONCLUSÃO
VOTO DO RELATOR**

Em face do exposto, o Relator desta Comissão se manifesta pela aprovação do Projeto de Lei nº 47/2017.

Esse é o voto.

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

Votaram com o Relator, aprovando o Parecer:
Vereador Carlos Adriano Krüger
Vereador John Adriano Schwartz

Sala das Comissões, em 24 de agosto de 2017
Carlos Adriano Krüger
Presidente

Adilson Mesch
Relator

John Adriano Schwartz
Vice-Presidente

PARECER DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTAS PÚBLICAS AO PROJETO DE LEI N.º 48/2017

Projeto de Lei n.º 48/2017 – Autoriza a cobrança de Contribuição de Melhoria decorrente da execução da pavimentação da Rua Piratininga

Iniciativa do Projeto: Prefeito Jorge Augusto Krüger
Relator: Vereador Adilson Mesch

I - RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei de iniciativa do Prefeito Municipal autorizando a cobrança de Contribuição de Melhoria decorrente de pavimentação da Rua Piratininga

Referido Projeto foi protocolado na Secretaria Legislativa em 15 de agosto corrente, tendo sido despachado a esta comissão pelo Presidente da Mesa Diretora, no dia 17 de agosto após manifestação pela sua legalidade e constitucionalidade por parte da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final. Nos dias 17 e 24 de agosto esta Comissão teve como pauta o presente em suas reuniões, exarando parecer que ora segue.

Esse é o relatório.

II - FUNDAMENTAÇÃO

Analisando a proposição, dentro dos limites de competência desta Comissão, observa-se que a contribuição de melhoria, espécie de tributo, pode ser cobrada pelo Poder Executivo quando ocorre valorização imobiliária decorrente de obra pública realizada por aquele. Todavia, para que a cobrança seja efetivamente realizada, se faz necessária a edição de lei específica instituindo sua cobrança no caso concreto. Assim sendo, tendo sido realizada obra pública de pavimentação de via na via supra da qual decorre valorização dos imóveis ali localizados, nada impede que o Poder Público busque os valores dispendidos na realização de tal obra, conforme lhe é facultado pela Constituição Federal, Código Tributário Nacional e Código Tributário Municipal.

Deste modo, por tudo o que foi exposto, constata-se que a pretensão do Poder Executivo no projeto em análise é legítima e necessária.

**III - CONCLUSÃO
VOTO DO RELATOR**

Em face do exposto, o Relator desta Comissão se manifesta pela aprovação do Projeto de Lei n.º 48/2017.

Esse é o voto.

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

Votaram com o Relator, aprovando o Parecer:
Vereador Carlos Adriano Kruger
Vereador John Adriano Schwartz

Sala das Comissões, em 24 de agosto de 2017
Carlos Adriano Krüger
Presidente

Adilson Mesch
Relator

John Adriano Schwartz
Vice-Presidente

PARECER DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTAS PÚBLICAS AO PROJETO DE LEI N.º 49/2017

Projeto de Lei n.º 49/2017– Autoriza a cobrança de Contribuição de Melhoria decorrente da execução da pavimentação da Rua Piauí (trecho II).

Iniciativa do Projeto: Prefeito Jorge Augusto Krüger
Relator: Vereador Adilson Mesch

I - RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei de iniciativa do Prefeito Municipal autorizando a cobrança de Contribuição de Melhoria decorrente de pavimentação da Rua Piauí (trecho II).

Referido Projeto foi protocolado na Secretaria Legislativa em 15 de agosto corrente, tendo sido despachado a esta comissão pelo Presidente da Mesa Diretora, no dia 17 de agosto após manifestação pela sua legalidade e constitucionalidade por parte da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final. Nos dias 17 e 24 de agosto esta Comissão teve como pauta o presente em suas reuniões, exarando parecer que ora segue.

Esse é o relatório.

II - FUNDAMENTAÇÃO

Analisando a proposição, dentro dos limites de competência desta Comissão, observa-se que a contribuição de melhoria, espécie de tributo, pode ser cobrada pelo Poder Executivo quando ocorre valorização imobiliária decorrente de obra pública realizada por aquele. Todavia, para que a cobrança seja efetivamente realizada, se faz necessária a edição de lei específica instituindo sua cobrança no caso concreto. Assim sendo, tendo sido realizada obra pública de pavimentação de via na via supra da qual decorre valorização dos imóveis ali localizados, nada impede que o Poder Público busque os valores dispendidos na realização de tal obra, conforme lhe é facultado pela Constituição Federal, Código Tributário Nacional e Código Tributário Municipal.

Deste modo, por tudo o que foi exposto, constata-se que a pretensão do Poder Executivo no projeto em análise é legítima e necessária.

**III - CONCLUSÃO
VOTO DO RELATOR**

Em face do exposto, o Relator desta Comissão se manifesta pela aprovação do Projeto de Lei n.º 49/2017.

Esse é o voto.

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

Votaram com o Relator, aprovando o Parecer:
Vereador Carlos Adriano Kruger
Vereador John Adriano Schwartz

Sala das Comissões, em 24 de agosto de 2017
Carlos Adriano Krüger
Presidente

Adilson Mesch
Relator

John Adriano Schwartz
Vice-Presidente

PARECER DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTAS PÚBLICAS AO PROJETO DE LEI N.º 50/2017

Projeto de Lei n.º 50/2017 – Autoriza a cobrança de Contribuição de Melhoria decorrente da execução da pavimentação da rua Carlos Gomes.

Iniciativa do Projeto: Prefeito Jorge Augusto Krüger
Relator: Vereador Adilson Mesch

I - RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei de iniciativa do Prefeito Municipal autorizando a cobrança de Contribuição de Melhoria decorrente de pavimentação da Rua Carlos Gomes.

Referido Projeto foi protocolado na Secretaria Legislativa em 15 de agosto corrente, tendo sido despachado a esta comissão pelo Presidente da Mesa Diretora, no dia 17 de agosto após manifestação pela sua legalidade e constitucionalidade por parte da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final. Nos dias 17 e 24 de agosto esta Comissão teve como pauta o presente em suas reuniões, exarando parecer que ora segue.

Esse é o relatório.

II - FUNDAMENTAÇÃO

Analisando a proposição, dentro dos limites de competência desta Comissão, observa-se que a contribuição de melhoria, espécie de tributo, pode ser cobrada pelo Poder Executivo quando ocorre valorização imobiliária decorrente de obra pública realizada por aquele. Todavia, para que a cobrança seja efetivamente realizada, se faz necessária a edição de lei específica instituindo sua cobrança no caso concreto. Assim sendo, tendo sido realizada obra pública de pavimentação de via na via supra da qual decorre valorização dos imóveis ali localizados, nada impede que o Poder Público busque os valores dispendidos na realização de tal obra, conforme lhe é facultado pela Constituição Federal, Código Tributário Nacional e Código Tributário Municipal.

Deste modo, por tudo o que foi exposto, constata-se que a pretensão do Poder Executivo no projeto em análise é legítima e necessária.

**III - CONCLUSÃO
VOTO DO RELATOR**

Em face do exposto, o Relator desta Comissão se manifesta pela aprovação do Projeto de Lei n.º 50/2017.

Esse é o voto.

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

Votaram com o Relator, aprovando o Parecer:
Vereador Carlos Adriano Kruger
Vereador John Adriano Schwartz

Sala das Comissões, em 24 de agosto de 2017
Carlos Adriano Krüger
Presidente

Adilson Mesch
Relator

John Adriano Schwartz
Vice-Presidente

PARECER DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTAS PÚBLICAS AO PROJETO DE LEI N.º 51/2017

Projeto de Lei n.º 51/2017 – Autoriza a cobrança de Contribuição de Melhoria decorrente da execução da pavimentação da rua Botuverá.

Iniciativa do Projeto: Prefeito Jorge Augusto Krüger
Relator: Vereador Adilson Mesch

I - RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei de iniciativa do Prefeito Municipal autorizando a cobrança de Contribuição de Melhoria decorrente de pavimentação da Rua Botuverá.

Referido Projeto foi protocolado na Secretaria Legislativa em 15 de agosto corrente, tendo sido despachado a esta comissão pelo Presidente da Mesa Diretora, no dia 17 de agosto após manifestação pela sua legalidade e constitucionalidade por parte da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final. Nos dias 17 e 24 de agosto esta Comissão teve como pauta o presente em suas reuniões, exarando parecer que ora segue.

Esse é o relatório.

II - FUNDAMENTAÇÃO

Analisando a proposição, dentro dos limites de competência desta Comissão, observa-se que a contribuição de melhoria, espécie de tributo, pode ser cobrada pelo Poder Executivo quando ocorre valorização imobiliária decorrente de obra pública realizada por aquele. Todavia, para que a cobrança seja efetivamente realizada, se faz necessária a edição de lei específica instituindo sua cobrança no caso concreto. Assim sendo, tendo sido realizada obra pública de pavimentação de via na via supra da qual decorre valorização dos imóveis ali localizados, nada impede que o Poder Público busque os valores dispendidos na realização de tal obra, conforme lhe é facultado pela Constituição Federal, Código Tributário Nacional e Código Tributário Municipal.

Deste modo, por tudo o que foi exposto, constata-se que a pretensão do Poder Executivo no projeto em análise é legítima e necessária.

**III - CONCLUSÃO
VOTO DO RELATOR**

Em face do exposto, o Relator desta Comissão se manifesta pela aprovação do Projeto de Lei nº 51/2017.

Esse é o voto.

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

Votaram com o Relator, aprovando o Parecer:
Vereador Carlos Adriano Kruger
Vereador John Adriano Schwartz

Sala das Comissões, em 24 de agosto de 2017
Carlos Adriano Krüger
Presidente

Adilson Mesch
Relator

John Adriano Schwartz
Vice-Presidente

TIMBOPREV - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE TIMBÓ**PORTARIA TIMBOPREV Nº 65, DE 15 DE AGOSTO DE 2017**

PORTARIA TIMBOPREV Nº 65, DE 15 DE AGOSTO DE 2017

Exonera o Servidor Público Municipal Inativo Divo Marcilio Zoboli, em face do falecimento ocorrido em 21 de julho de 2017.

A DIRETORA ADMINISTRATIVA-FINANCEIRA DO TIMBOPREV, no uso das atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, alterado pela Lei Complementar nº 473, de 22 de dezembro de 2015, c/c artigo 48, Inciso IX da Lei Complementar nº 01, de 22/10/93, alterada pela Lei Complementar nº 139, de 02/07/98, e,

Considerando a Certidão de Óbito - matrícula nº 107821 01 55 2017 4 00018 002 0006496 08, do Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais do Município/Comarca de Timbó/SC,

RESOLVE:

Art.1º Exonerar DIVO MARCILIO ZOBOLI, Servidor Público Municipal Inativo, aposentado pela Portaria nº 1865 de 11 de fevereiro de 2011, em face do falecimento, a contar da data do óbito, ou seja, 21 de julho de 2017.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 15 de agosto de 2017; 147º ano de Fundação; 83º ano de Emancipação Política.

CARMELINDE BRANDT

Diretora Administrativa-Financeira do TIMBOPREV

PORTARIA TIMBOPREV Nº 66, DE 15 DE AGOSTO DE 2017

PORTARIA TIMBOPREV Nº 66, DE 15 DE AGOSTO DE 2017

Extingue o benefício de Pensão por Morte concedido à Divo Marcilio Zoboli, através da Portaria nº GAPREF - 2155, de 15 de setembro de 2004, alterada pela Portaria nº 3032 de 1º de Setembro de 2008.

A DIRETORA ADMINISTRATIVA-FINANCEIRA DO TIMBOPREV, no uso das atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, alterado pela Lei Complementar nº 473, de 22 de dezembro de 2015, c/c art. 40, Inciso I do mesmo diploma legal,

RESOLVE:

Art.1º EXTINGUIR, o benefício de Pensão por Morte concedido à DIVO MARCILIO ZOBOLI, através da Portaria nº GAPREF - 2155, de 15 de setembro de 2004, alterada pela Portaria nº 3032 de 1º de Setembro de 2008, em virtude de falecimento, conforme Certidão de Óbito - matrícula nº 107821 01 55 2017 4 00018 002 0006496 08, do Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais do Município/Comarca de Timbó/SC, a contar de 21 de julho de 2017.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 15 de agosto de 2017; 147º ano de Fundação; 83º ano de Emancipação Política.

CARMELINDE BRANDT

Diretora Administrativa-Financeira do TIMBOPREV

PORTARIA TIMBOPREV Nº 67, DE 18 DE AGOSTO DE 2017

PORTARIA TIMBOPREV Nº 67, DE 18 DE AGOSTO DE 2017

Concede Aposentadoria Voluntária Por Idade e Tempo de Contribuição à Servidora Pública Municipal Luiza Maria Felippi Antonio.

A DIRETORA ADMINISTRATIVA-FINANCEIRA DO TIMBOPREV, no uso das atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, alterado pela Lei Complementar nº 473, de 22 de dezembro de 2015, e art.17 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art.1º Conceder Aposentadoria Voluntária Por Idade e Tempo de Contribuição, à Servidora Pública Municipal LUIZA MARIA FELIPPI ANTÔNIO, brasileira, casada, nascida em 21 de junho de 1967, portadora do CPF sob nº 638.818.109-00, RG nº 1.726.972, residente na Rua Para nº 740, Bairro Estados, em Timbó - SC, ocupante do cargo de Professora D, Referência Salarial D-33, matrícula nº 19046-00, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com proventos integrais, que corresponderão à totalidade da remuneração de seu cargo efetivo, com direito a paridade remuneratória, no valor de R\$ 6.911,60 (seis mil, novecentos e onze reais e sessenta centavos), com base no art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, com redução de idade e tempo de contribuição, nos termos do art. 40, § 5º da CF/88, observando-se a incorporação dos valores referentes à regência de classe e função gratificada, tudo conforme provas constantes dos autos do processo TIMBOPREV nº 51/2017, a contar desta data.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 18 de agosto de 2017; 147º ano de Fundação; 83º ano de Emancipação Política.

CARMELINDE BRANDT

Diretora Administrativa-Financeira do TIMBOPREV

PORTARIA TIMBOPREV N° 68, DE 18 DE AGOSTO DE 2017

PORTARIA TIMBOPREV N° 68, DE 18 DE AGOSTO DE 2017

Concede Aposentadoria Voluntária Por Idade à Servidora Pública Municipal Rosana Keim.

A DIRETORA ADMINISTRATIVA-FINANCEIRA DO TIMBOPREV, no uso das atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Complementar n° 411, de 26 de dezembro de 2011, alterado pela Lei Complementar n° 473, de 22 de dezembro de 2015, e art.17 da Lei Complementar n° 411, de 26 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art.1º Conceder Aposentadoria Voluntária Por Idade à Servidora Pública Municipal ROSANA KEIM, brasileira, separada, nascida em 06 de maio de 1951, portadora do CPF sob n° 948.526.779-72, RG n° 4.649.087-6, residente na Rua Indaial, n° 452, Bairro Quintino, em Timbó-SC, ocupante do cargo de Atendente de Odontologia, Referência Salarial GA-31, matrícula n° 1049739-01, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, com proventos calculados de forma proporcional ao tempo de contribuição, no valor de R\$ 1.619,47 (Mil, seiscentos e dezenove reais e quarenta e sete centavos), sem direito à paridade remuneratória, nos termos do art.40, §1º, inciso III, alínea "b" da Constituição Federal, tudo conforme provas constantes dos autos do processo TIMBOPREV 55/2017, a contar desta data.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto n° 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 18 de agosto de 2017; 147º ano de Fundação; 83º ano de Emancipação Política.

CARMELINDE BRANDT

Diretora Administrativa-Financeira do TIMBOPREV

Treze Tílias

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 84/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS

Processo Licitatório nº 84/2017 – PREGÃO PRESENCIAL

Objeto: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa para a execução dos serviços de transporte escolar intermunicipal, de acordo com o calendário das instituições, em conformidade com as condições estipuladas neste edital e seus anexos.

O recebimento dos envelopes contendo a “proposta” e “documentação” será até as 09h00 min do dia 13/09/2017, sendo que a abertura e o julgamento do processo licitatório serão no mesmo dia e horário, na Sala de Reuniões da Prefeitura de Treze Tílias, situada na Praça Ministro Andreas Thaler, 25, Centro, Treze Tílias, CEP 89650-000. Mesmo local onde pode ser obtido o edital na íntegra. Maiores informações no telefone (49) 35370166.

MAURO DRESCH
Prefeito

PORTARIA Nº 153/2017

PORTARIA Nº 153/17 DE 24 DE AGOSTO DE 2017

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - NOMEAR os servidores abaixo relacionados para integrarem a COMISSÃO MUNICIPAL PERMANENTE DE LICITAÇÕES, a partir desta data, com a finalidade específica de receber, analisar e julgar as propostas para fornecimento de materiais e serviços.

Presidente: Vinícius Schirmann Mendes
Membros: Vanessa Schumarcher
Karine Kandler
Ane Margarida Soerger Zaro
Liana Lucietti Holzmann

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor com data retroativa a 28 de julho de 2017, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 24 DE AGOSTO DE 2017.
MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

IVO PAULO HARTMANN
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 154/2017

PORTARIA Nº 154/17 DE 28 DE AGOSTO DE 2017

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER a pedido, licença prêmio ao servidor municipal abaixo mencionado, ocupante do cargo efetivo de Operador de Máquinas Pesadas, conforme Art. 160 da Lei Complementar nº 40/2011 e respectivo requerimento protocolado sob o Nº 1137 Lv 05 Pág. 61B.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO	DIAS
Valdecir João Oliveira Bello	07/12/2011 a 07/12/2016	28/08/2017 a 25/11/2017	90

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data sua publicação, revogando-se as portarias contrárias.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 28 DE AGOSTO DE 2017.

MAURO DRESCH

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

IVO PAULO HARTMANN

Secretário de Administração e Finanças

Trombudo Central

PREFEITURA

DECRETO 091/17

DECRETO 091/17 DE 22 DE AGOSTO DE 2017.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR – NÃO ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2017.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do município de Trombudo Central e autorização contida na Lei Municipal nº 1929 de 20 de novembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), para as seguintes dotações orçamentárias:

07 – FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

07.01 – Departamento de Atenção Básica

07.01.10.301.0005.2.027-3.3.90.00.00.00.00 – aplicações diretas R\$ 50.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

Excesso de Arrecadação R\$ 50.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 22 de agosto de 2017.

GEOVANA GESSNER

Prefeita de Trombudo Central

Este Decreto foi publicado e registrado no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

PORTARIA 386/17

PORTARIA 386/17 DE 25 DE AGOSTO DE 2017.

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VII, do Art. 52 da Lei Orgânica do Município e, pela Lei Complementar nº 1.250/2000 de 07 de julho de 2000.

CONSIDERANDO o Decreto 102/12 de 03 de dezembro de 2012;

CONSIDERANDO o Decreto 117/13 de 13 de novembro de 2013;

CONSIDERANDO o Decreto 159/14 de 28 de Novembro de 2014.

CONSIDERANDO Portaria 382/17 de 18 de agosto de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDE progressão funcional a servidora pública municipal Sra. DORACI ADRIANA JEREMIAS KOLM, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora 3-A, da classe "B" para a classe "C", a partir do mês de agosto de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 25 de agosto de 2017.

GEOVANA GESSNER

Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS

Secretária da Educação e do Esporte

PORTARIA 387/17

PORTARIA 387/17 DE 25 DE AGOSTO DE 2017.

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VII, do Art. 52 da Lei Orgânica do Município e, pela Lei Complementar nº 1.250/2000 de 07 de julho de 2000.

CONSIDERANDO o Decreto 102/12 de 03 de dezembro de 2012;

CONSIDERANDO o Decreto 117/13 de 13 de novembro de 2013;

CONSIDERANDO o Decreto 159/14 de 28 de Novembro de 2014.

CONSIDERANDO Portaria 382/17 de 18 de agosto de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDE progressão funcional a servidora pública municipal Sra. GIANE DILMA SCHWEDER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora 3-A, da classe "B" para a classe "C", a partir do mês de agosto de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 25 de agosto de 2017.

GEOVANA GESSNER

Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS

Secretária da Educação e do Esporte

PORTARIA 388/17

PORTARIA 388/17 DE 25 DE AGOSTO DE 2017.

CONCEDE DIÁRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas.

CONSIDERANDO a Lei Municipal 1845 de 29 de julho de 2014.

RESOLVE:

Art. 1º - FIXAR em R\$ 215,00 (duzentos e quinze reais) referente a ½ (meia diária), ao servidor público municipal Sr. ALESIO JUNG,

que estará participando do CURSO DE PROCESSAMENTO DE PALMITO EM CONSERVA, entre os dias 29 a 31 de agosto do corrente ano, no Município de Joinville/SC.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 25 de agosto de 2017.
GEOVANA GESSNER
Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

TANIA BINI AZEVEDO WALTRICK
Secretária da Saúde

PORTARIA 389/17

PORTARIA 389/17 DE 25 DE AGOSTO DE 2017.
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e com base na Lei Complementar nº 816 de 31 de outubro de 1990.

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER a servidora pública municipal Sra. MARCIA GISELE SALVADOR, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora, a concessão de 01 (um) mês de licença Prêmio por assiduidade em abono pecuniário, referente ao período aquisitivo compreendido entre 06/02/2011 a 06/02/2016, para o mês de agosto de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 25 de agosto de 2017.
GEOVANA GESSNER
Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no lugar de costume e na data supra.

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS
Secretária da Educação e do Esporte

PORTARIA 390/17

PORTARIA 390/17 DE 25 DE AGOSTO DE 2017.
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e com base na Lei Complementar nº 816 de 31 de outubro de 1990.

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER ao servidor público municipal Sr. OZIEL ADALBERTO SCHLEMPER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, a concessão de 01 (um) mês de licença Prêmio por assiduidade em abono pecuniário, referente ao período aquisitivo compreendido entre 09/01/2008 a 09/01/2013, para o mês de agosto de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 25 de agosto de 2017.
GEOVANA GESSNER
Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no lugar de costume e na data supra.

GEZIEL BALCKER
Secretário da Administração e Finanças

PREGÃO PRESENCIAL 54/2017 PMTC

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 93/2017
PREGÃO PRESENCIAL PMTC Nº 54/2017

A Prefeitura Municipal de Trombudo Central, por determinação da Prefeita Municipal Sraº Geovana Gessner, com a autoridade que lhe é atribuída, torna público, para conhecimento dos interessados que, conforme dispõe a Lei 10.520 de 17 julho de 2002 e do decreto regulamentar nº 3.555/2000, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93, fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL PMTC Nº 54/2017, tipo de licitação MENOR PREÇO. Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ENSINO DE ARTES PARA OS GRUPOS DE CONVIVÊNCIA E CLUBE DE MÃES DA SECRETARIA DE CULTURA. O Credenciamento dos representantes das empresas interessadas, abertura da Sessão Pública com recebimento dos envelopes com "proposta de preços" e documentos de habilitação e, a abertura dos envelopes de "proposta de preços" será no dia 12/09/2017 às 16:30 horas, no setor de licitações, nas dependências da Secretaria de Administração, Praça Arthur Siewerdt, nº01, Bairro Centro, cidade de Trombudo Central. A integral do presente edital poderá ser solicitada, no horário das 08:00 às 12:00 horas e ou das 13:30 às 17:30 horas, pelo telefone (47)35440271 e ou através do email: licita@trombudocentral.sc.gov.br. Trombudo central, 28 de agosto de 2017.
Geovana Gessner – Prefeita Municipal

Tunápolis

PREFEITURA

CONTRATO Nº 114/2017 REFERENTE TERMO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO

CONTRATO Nº 114/2017 REFERENTE TERMO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO

O MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 78.486.198/0001-52, com sede na Rua João Castilho, 111, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, o Sr. Renato Paulata, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 1857045 e inscrito no CPF sob nº 605.081.919-04, residente e domiciliado na Rua João Castilho, nº 467, residente e domiciliado no Município de Tunápolis/SC, doravante denominado simplesmente CONCEDENTE e a empresa TOP SERVICE, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA EIRELI-EPP pessoa jurídica de direito privado, sito na Avenida Cerro Largo, 344, centro, no município de Tunápolis, SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.874.061/0001-27, neste ato representado por seu administrador o Sr. Sidnei Royer, inscrito no CPF/MF sob o nº 028.366.939-08 doravante denominado simplesmente de CONCESSIONÁRIO, firmam o presente Contrato, com fundamento na Lei Federal nº 8.666/93, na Lei Municipal nº 901/08, alterada pela Lei Municipal nº 1077/2012 e nº 1247/2015, nas condições estabelecidas no Processo Licitatório nº. -Edital de Concorrência Nº04 /2017 e nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO:

1.1. O objeto do presente Termo de Concessão consiste na Concessão de Direito Real de Uso de área de terra de 6.225m² (seis mil e duzentos e vinte e cinco metros quadrados), registrada sob a matrícula 15.774, estando edificado pavilhão industrial de 448 m² em alvenaria com um transformador de 225 KVA, localizado na Linha Tunas, Município de Tunápolis, sendo o prazo da concessão de 10 (dez) anos, a partir da data da assinatura deste contrato, podendo ser prorrogado por iguais períodos, nos termos do artigo 2º da Lei Municipal 901/08, alterada pela Lei Municipal nº 1.077/2012 e nº 1.247/2015, objetivando a instalação e funcionamento de indústria, conforme especificações e condições constantes no edital e seus anexos, e nas demais cláusulas do presente instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – FINALIDADE DA CONCESSÃO:

2.1.O imóvel objeto da presente Concessão deverá ser utilizado exclusivamente para a atividade industrial na fabricação de máquinas e equipamentos, definida no projeto apresentado pelo licitante vencedor do presente certame, sob pena de rescisão do presente Termo de Concessão e reversão do imóvel concedido, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA terceira – ENCARGOS DE RESPONSABILIDADE DA CONCESSIONÁRIA:

3.1. Sem prejuízo das demais cláusulas deste contrato, a donatário obriga-se cumprir os seguintes encargos:

3.1.1. Gerar e manter no mínimo o número de emprego diretos estipulado na proposta declarada vencedora, já no primeiro ano de funcionamento.

3.1.2. Instalar a respectiva indústria e entrar em funcionamento no prazo de 6 (seis) meses, contados da assinatura do Termo de Concessão de Direito Real de Uso.

3.1.3. Utilizar o imóvel concedido para as finalidades e condições estabelecidas neste Edital e seus anexos;

3.1.4. Apresentar anualmente, no final de cada exercício:

3.1.4.1. Declaração de Informação Econômicas e Fiscais - DIEF;

3.1.4.2. Relação Anual de Informações Sociais – RAIS;

3.1.4.3. Relação de empregados;

3.1.4.4. Comprovação do cumprimento das metas de implantação, consolidação e expansão da empresa e de geração e manutenção de empregos.

3.1.5. Adotar todas as medidas e procedimentos necessários e bastantes para a conservação de manutenção do imóvel concedido.

3.1.6 Solicitar autorização do Município para ampliar, modificar ou construir novas instalações sobre o Imóvel, sendo que os custos serão por conta da Concessionária, revertendo ao Município em caso de rescisão entre as partes.

CLÁUSULA QUARTA – OBRIGAÇÃO DA CONCESSIONÁRIA

4.1. Sem prejuízos dos encargos assumidos neste Termo de Concessão, a Concessionária compromete-se a:

4.1.1. Manter todas as condições de licenciamento ambiental inerente ao respectivo ramo de atividade.

4.1.2. Adotar todas as medidas e procedimentos necessários para a manutenção e conservação do bem concedido.

4.1.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Concedente e/ou terceiros, por sua culpa ou dolo.

4.1.4. Arcar com as despesas de registro e averbação relativamente à concessão.

4.1.5. Adotar todas as medidas necessárias para a conservação e manutenção do imóvel concedido.

4.1.6. Permitir e franquear à Concedente a adoção de todos os procedimentos necessários para a fiscalização da execução da presente Concessão de Direito Real de Uso.

CLÁUSULA QUINTA – OBRIGAÇÕES DO CONCEDENTE:

5.1. Sem prejuízo ao cumprimento das demais cláusulas, o Concedente compromete-se a não interferir na utilização do imóvel concedido, desde que observadas, pelo concessionário, as condições estabelecidas na Licitação e no presente instrumento.

CLÁUSULA seXTA – DA VIGÊNCIA

6.1. O prazo de vigência da presente Concessão será de 10 anos, contados da data do início do funcionamento da indústria, podendo ser prorrogado por iguais períodos, observadas as condições estabelecidas no artigo 2º da Lei Municipal 901/2008, alterada pela Lei Municipal nº 1.077/2012 e nº 1.247/2015.

6.1. A Concessionária não fará jus a qualquer indenização e/ou ressarcimento por benfeitorias e/ou construções realizada no imóvel.

6.2. É vedado a empresa beneficiária transferir, alienar ou oferecer em garantia, os bens oriundos da concessão desta Lei.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA REVERSÃO:

7.1. O imóvel objeto da presente concessão reverterá de pleno direito ao Município, livre de quaisquer ônus ou indenização, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis, em caso de:

7.1.1. Utilização do imóvel objeto da Concessão para finalidade diversa daquela estabelecida na Lei Municipal 901/08, alterada pela Lei Municipal nº 1.077/2012 e nº 1.247/2015 no Edital de Concorrência 04/2017 e no Presente Termo de Concessão.

7.1.2. Encerramento ou interrupção injustificada da atividade principal da empresa Concessionária.

7.1.3. Descumprimento dos encargos e dos prazos estabelecidos no edital e Termo de concessão.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO:

8.1. O presente Termo de Concessão poderá ser rescindido, sem prejuízo das demais penalidades aplicáveis:

8.1.1. Por acordo ente as partes, observado o interesse público;

8.1.2. Por ato unilateral do Contratante se assim o exigir interesse público;

8.1.3. Por inexecução total ou parcial da concessão.

8.1.4. Pela ocorrência de qualquer uma das vedações estabelecidas na Cláusula Sétima deste Termo de Concessão.

CLÁUSULA NONA – FORO:

9.1. Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Termo de Concessão.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Termo de Doação, por si e seus sucessores, em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Tunápolis,SC., 28 de agosto de 2017.

Renato Paulata TOP SER. IND.COM.E ASSIS.TEC.EIRELI-EPP
Prefeito Municipal Sidnei Royer
Representante legal de concessionária

Alcides Luis Hofer
Assessor Jurídico
OAB/SC 33.683

Testemunhas:

Volmir Pedro Lawisch Sheila Inês Bieger
CPF:710.744.149.34 CPF:020.226.259-60

CONTRATO Nº 26/2017

CONTRATO Nº 26/2017

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 12.273.240/0001-49, neste ato representado por seu gestor do Fundo Municipal da Saúde a Sra. Clarice Weis Staub, portadora do RG nº 3.381.905 e CPF nº 017.981.689-60, residente e domiciliado, neste Município, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE.

CONTRATADO: A empresa JACKSON UBIRATAN VARGAS-ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 17.369.330-0001-51, estabelecido na Rua Jorge Lacerda, 1099, no Município de São José do Cedro-SC, neste ato devidamente representado pelo sócio administrador o Sr. Jackson Ubiratan Vargas, considerado doravante CONTRATADA.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 10.520/02, na Lei nº 8.666/93, com suas atualizações e no Processo Licitatório nº 32/2017 e Pregão Presencial 20/2017.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO.

1.1 O objeto do presente contrato tem por objeto de aquisição de Equipamentos referente emenda parlamentar 18860012, proposta 12273.2400001/14-001, conforme especificações constantes da Proposta declarada vencedora da Licitação acima referida.

PROGRAMA DE TRABALHO		ELEMENTO DE DESPESA			
ÍTEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	PREVISÃO DE CUSTOS	
				Unitário	Global

1	Tablet Quad Core 1 .3 Ghz com Sistema Operacional Android 4.4 ou superior. RAM 1024mb, Memória interna de 8 GB expansível até 128 Gb com cartão micro SD. Conexão wi-fi, bluetooth, tela de 7" Full Screen resolução 1024x600, câmera frontal e traseira de 2.0mp. Bateria Ions de Lítio 3600mAh. Conexões: USB, micro SD, fone de ouvido e microfone. MARCA SAMSUNG	UNID.	16	483,00	7.728,00
2	Cadeira de Rodas Adulto; Material de confecção: aço / ferro pintado; braços: fixo; pés: removíveis; elevação de pernas: possui; suporte de sorro: possui. MARCA PROLIFE	UNID.	4	600,00	2.400,00
4	Concentrador de Oxigênio capacidade: até 5 litros/ min tipo: portátil .MARCA MERCORY	UNID.	1	3.899,00	3.899,00
5	Ultrassom para Fisioterapia frequência: 1 e 3 mhz, tela lcd: possui saída para terapia combinada: não possui.MARCA IBRAMED	UNID.	1	1.200,00	1.200,00
TOTAL ORÇADO					15.227,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE PAGAMENTO, DO DOCUMENTO FISCAL.

2.1. O FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE pagará ao Vencedor o valor de R\$ 15.227,00 (quinze mil duzentos e vinte sete reais) cotado na proposta declarada vencedora da Licitação em ata, em até 8(oito) dias após entrega dos Equipamentos e efetiva apresentação da nota fiscal.

2.2. A Nota Fiscal deverá conter todas as especificações dos equipamentos conforme objeto deste Edital, devidamente atestada pela pessoa indicada como responsável pelo recebimento.

2.3. Os valores mencionados na proposta declarada vencedora não sofrerão reajuste.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTE.

3.1 Os valores mencionados neste contrato não sofrerão reajuste.

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO LICITADO.

4.1 A CONTRATADA deverá entregar os equipamentos em até 8(oito dias) após a Adjudicação e emissão da autorização de fornecimento.

4.1.1 – Os equipamentos deverão ser entregues livres de frete e descarga, no FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, na Rua Albino Frantz, centro devendo ocorrer em até 8 (oito) dias consecutivos após a emissão da Autorização de Fornecimento feita pelo Município.

4.2 – A contratada é obrigada a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em caso de defeito ou incorreção decorrente da produção e/ou fabricação, ou uso de produto diverso do que foi relacionado em sua proposta.

4.3 - Imediatamente após a entrega dos equipamentos, objeto desta Licitação, os mesmos serão devidamente inspecionados pelo Setor Responsável. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade no item fornecido em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas neste Edital.

4.4 – Na hipótese da não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pelo fornecedor no prazo de 5 (cinco) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

4.5 – O FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias para processar a conferência do que foi entregue, lavrando termo de recebimento

definitivo ou notificando a CONTRATADA para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

4.6 – O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do Empenho, se a qualquer tempo se verificar vícios, defeitos ou incorreções.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO.

5.1 A CONTRATADA obriga-se fornecer o equipamento contratado com base nos quantitativos e especificações constantes no Edital de Licitações nº 30/2017 e seus anexos, bem como nas demais cláusulas deste contrato.

5.2 Responsabilizar-se por eventuais danos ou prejuízos causados, por sua culpa ou dolo, À CONTRATANTE ou a terceiros, em decorrência da execução do objeto contratado.

5.3 A fiscalização e o controle por parte do Município, não implicarão em qualquer responsabilidade por parte deste, nem exoneração a CONTRATADA do fiel e real cumprimento de quaisquer responsabilidades aqui assumidas.

5.4 Fornecer os equipamentos, objeto deste Contrato, de acordo com as especificações e quantidade solicitada na autorização de fornecimento, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição do mesmo quando constatado, no seu recebimento, não estar em perfeita conformidade com as referidas especificações dos anexos do Edital e deste contrato.

5.5 A CONTRATADA deverá apresentar certificado de garantia, de no mínimo 12 (doze) meses com assistência técnica durante o período de garantia, com prazo de atendimento ao chamado de até 24 (vinte e quatro) horas, sem prejuízo de qualquer política de garantia adicional

oferecida pelo fabricante.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE.

6.1 O FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE de Tunápolis obriga-se adquirir o equipamento acima referido, nos exatos termos estabelecidos no presente Contrato, bem como, ao pagamento do valor acordado.

CLÁUSULA SÉTIMA - DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

7.1 Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigentes, classificadas e codificadas sinteticamente sob os números: (1,75) do FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE de ano de 2017.

CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO.

8.1 O presente contrato tem sua vigência até dia 31 de Dezembro de 2017, iniciando na data de sua assinatura.

CLÁUSULA NONA – RESCISÃO CONTRATUAL.

9.1 O presente contrato poderá ser rescindido:

9.1.1 Por ato unilateral e escrito da administração nos casos de inexecução total ou parcial;

9.1.2 Por acordo entre as partes;

9.1.3 Judicialmente, nos termos da legislação, respeitados, no primeiro caso, os direitos da Administração conforme previsto no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – PENALIDADES.

10.1 O não cumprimento as obrigações assumidas ou dos preceitos legais aplicáveis sujeitará o Contratado às seguintes penalidades:

10.1.1. Advertência.

10.1.2. Suspensão do direito de licitar junto ao Município;

10.1.3. Declaração de inidoneidade;

10.1.4. Multa de 10% (dez por cento) sobre o montante da proposta no caso de inadimplência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – FORO COMPETENTE.

11.1 Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, SC, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 02(duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis – SC, 23 de Agosto de 2017.

Clarice Weis Staub Jackson Ubiratan Vargas- ME
Gestora do Fundo contratado.

Alcides Luis Hofer
Assessor Jurídico
OAB/SC 33.683

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff

Sheila Inês Bieger CPF: 918.368.409-34

CPF: 020.226.259.60

CONTRATO Nº 109/2017

CONTRATO nº 109/2017

CONTRATANTE: Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho, nº 111, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. Renato Paulata, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 1857045 e inscrito no CPF sob nº 605.081.919-04, residente e domiciliado na Rua João Castilho nº 467, no Município de Tunápolis/SC, doravante denominado de CONTRATANTE

CONTRATADO: A empresa JACKSON UBIRATAN VARGAS-ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 17.369.330-0001-51, estabelecido na Rua Jorge Lacerda, 1099, no Município de São José do Cedro-SC, neste ato devidamente representado pelo sócio administrador o Sr. Jackson Ubiratan Vargas, considerado doravante CONTRATADA.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 10.520/02, na Lei nº 8.666/93, com suas atualizações e no Processo Licitatório nº 161/2017 e Pregão Presencial nº 100/2017.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO.

1.1 O presente contrato tem por objeto aquisição de EQUIPAMENTOS E DEMAIS MATERIAIS QUE SERÃO DESTINADOS PARA DIVERSAS SECRETARIAS DESTE MUNICIPIO, em conformidade com o Instrumento Convocatório e seus anexos, com a Proposta apresentada, que fazem parte integrante deste independentemente de transcrições e as cláusulas e condições deste Contrato

ITEM	QUANT	UN	DESCRIÇÃO	PREÇO Unit. R\$	PREÇO TOTAL R\$
------	-------	----	-----------	--------------------	--------------------

01	4,00	unid	Roteador Wireless 300Mbps 3 antenas CARACTERÍSTICAS DE HARDWARE Interface 4 Portas LAN 10/100Mbps 1 Porta WAN 10/100Mbps Botões Botão WPS/Reset Switch Wireless Liga/Desliga Botão Liga/Desliga Antena 3 antenas externas destacáveis de 3 dBi (RP-SMA) Fonte de Alimentação Externa 9V CC / 0.6A Padrões Wireless IEEE 802.11n, IEEE 802.11g, IEEE 802.11b Frequência 2.4-2.4835GHz Taxa de Sinal 11n: até 450Mbps 11g: até 54Mbps 11b: até 11Mbps Sensibilidade de Recepção 270M: -68dBm@10% PER 130M: -68dBm@10% PER 108M: -68dBm@10% PER 54M: -68dBm@10% PER 11M: -85dBm@8% PER 6M: -88dBm@10% PER 1M: -90dBm@8% PER Potência de Transmissão <20dBm(EIRP) Funções Wireless Habilitar/Desabilitar Rádio Wireless, Bridge WDS, WMM Estatísticas Wireless Segurança Wireless 64/128/152-bit WEP / WPA / WPA2,WPA-PSK / WPA2-PSK. Marca TP LINK	87,00	348,00
02	01	unid	Projetor Sistema de projeção: Tecnologia Epson 3 LCD de 3 chips Método de projeção: Montagem frontal / retroprojeção / pendurado do teto Número de pixel: 786.432 pontos (1024 x 768) x 3 Brilho de cor - Saída de luz de cor: 3.600 lumens Brilho de branco - Saída de luz branca: 3.600 lumens Razão de aspecto: 4:3 Resolução nativa: 1024 x 768 (XGA) Tipo de lâmpada: 200W UHE Duração da lâmpada: Até 10.000 horas (modo Eco)/ Até 5.000 horas (modo normal) Alcance de razão de projeção: 30 - 300 (0.84 - 10.42 m) Correção de efeito trapézio: Vertical +- 30 graus / Horizontal +- 30 graus Plug n Play USB: Projeta áudio e vídeo compatíveis com PC e Mac Razão de contraste: Até 15.000:1 Reprodução de cor: Até 1 bilhão de cores.Marca Epson	2.400,00	2.400,00
			TOTAL GERAL		2.748,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE PAGAMENTO, DO DOCUMENTO FISCAL.

2.1 O pagamento de R\$ 2.748,00(dois mil setecentos quarenta e oito reais) será realizado 8(oito) dias após o recebimento dos equipamentos, mediante apresentação da Nota Fiscal. O preço não terá reajuste e será depositado na conta específica do licitante vencedor.

2.2 O pagamento somente será liberado após o secretario responsável pela pasta ter realizado as devidas conferências/vistorias no objeto.

2.3 Na emissão da nota fiscal deverá conter o número do processo licitatório e do Pregão Presencial e deverão constar os dados bancários da empresa.

2.4 Não será efetuado qualquer pagamento à licitante vencedora enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigações em virtude de penalidades ou inadimplência contratual.

2.5 O Município somente atestará e liberará a Nota Fiscal para pagamento, quando cumpridas, pela licitante vencedora, todas as condições pactuadas.

2.6 Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, a mesma será devolvida e o pagamento ficará pendente até que a licitante vencedora providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação de novo documento fiscal, não acarretando qualquer ônus ao Município.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTE.

3.1 Os valores mencionados neste contrato não sofrerão reajuste.

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO LICITADO.

4.1 A CONTRATADA deverá entregar os EQUIPAMENTOS E DEMAIS MATERIAIS em até 8(oito) dias após a Adjudicação e emissão da

autorização de fornecimento.

4.2 Os EQUIPAMENTOS PERMANENTES deverão ser entregues na Secretaria Municipal da Educação, estabelecido na Rua João Castilho, Centro, deste Município com prévio agendamento, com a Secretaria Municipal da Educação, sem custos adicionais, devendo ser firmado termo de recebimento.

4.3 A CONTRATADA deverá atentar para a qualidade do objeto a ser entregue, pois somente serão aceitos aqueles que estiverem dentro dos parâmetros solicitados, atendam aos padrões exigidos pela Equipe Técnica do centro administrativo.

4.4 – A contratada é obrigada a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em caso de defeito ou incorreção decorrente da produção e/ou fabricação, ou uso de produto diverso do que foi relacionado em sua proposta.

4.5 – Na hipótese da não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pelo fornecedor no prazo de 5 (cinco) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

4.6 – O Município de Tunápolis terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias para processar a conferência do que foi entregue, lavrando termo de recebimento definitivo ou notificando a CONTRATADA para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

4.7 – O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do Empenho, se a qualquer tempo se verificar vícios, defeitos ou incorreções.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO.

5.1 A CONTRATADA obriga-se fornecer os objetos deste contrato com base nos quantitativos e especificações constantes no Edital de Licitações nº 100/2017 e deste contrato e seus anexos, bem como nas demais cláusulas deste contrato.

5.2 Responsabilizar-se por eventuais danos ou prejuízos causados, por sua culpa ou dolo, À CONTRATANTE ou a terceiros, em decorrência da execução do objeto contratado.

5.3 A fiscalização e o controle por parte do Município, não implicarão em qualquer responsabilidade por parte deste, nem exoneração a CONTRATADA do fiel e real cumprimento de quaisquer responsabilidades aqui assumidas.

5.4 Fornecer os equipamentos e demais, objeto deste Contrato, de acordo com as especificações e quantidade solicitada na autorização de fornecimento, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição do mesmo quando constatado, no seu recebimento, não estar em perfeita conformidade com as referidas especificações dos anexos do Edital e deste contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE.

6.1 O Município de Tunápolis obriga-se adquirir os itens acima referido, nos exatos termos estabelecidos no presente Contrato, bem como, ao pagamento do valor acordado.

CLÁUSULA SÉTIMA - DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

7.1 Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigentes, classificadas e codificadas sinteticamente sob os números: (185,186,187) do Município de Tunápolis, do ano de 2017.

CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO.

8.1 O presente contrato tem sua vigência até dia 31 de Dezembro de 2017, iniciando na data de sua assinatura.

CLÁUSULA NONA – RESCISÃO CONTRATUAL.

9.1 O presente contrato poderá ser rescindido:

9.1.1 Por ato unilateral e escrito da administração nos casos de inexecução total ou parcial;

9.1.2 Por acordo entre as partes;

9.1.3 Judicialmente, nos termos da legislação, respeitados, no primeiro caso, os direitos da Administração conforme previsto no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – PENALIDADES.

10.1 O não cumprimento as obrigações assumidas ou dos preceitos legais aplicáveis sujeitará o Contratado às seguintes penalidades:

10.1.1. Advertência.

10.1.2. Suspensão do direito de licitar junto ao Município;

10.1.3. Declaração de inidoneidade;

10.1.4. Multa de 10% (dez por cento) sobre o montante da proposta no caso de inadimplência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – FORO COMPETENTE.

11.1 Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, SC, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Tunápolis – SC, 17 de agosto de 2017.

JACKSON UBIRATAN VARGAS-ME

Renato Paulata Contratada

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

Alcides Luis Hofer

Assessor Jurídico

OAB/SC 33.683

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger
CPF: 020.226.259.60

CONTRATO Nº 110/2017

CONTRATO nº 110/2017

CONTRATANTE: Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho, nº 111, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. Renato Paulata, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 1857045 e inscrito no CPF sob nº 605.081.919-04, residente e domiciliado na Rua João Castilho nº 467, no Município de Tunápolis/SC, doravante denominado de CONTRATANTE

CONTRATADO: A empresa JV-ITECH INFORMATICA E IMPRESSÃO LTDA –ME, devidamente inscrita no CNPJ sob o n. 10.375.330/00001-15, estabelecida na Santa Cruz,430, Centro, no Município de São João do Oeste/SC, neste ato representado pelo Sr. Vicente Schnorrenberger-sócio gerente, doravante CONTRATADA.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 10.520/02, na Lei nº 8.666/93, com suas atualizações e no Processo Licitatório nº 161/2017 e Pregão Presencial nº 100/2017.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO.

1.1 O presente contrato tem por objeto aquisição de aquisição de EQUIPAMENTOS E DEMAIS MATERIAIS QUE SERÃO DESTINADOS PARA DIVERSAS SECRETARIAS DESTE MUNICIPIO, em conformidade com o Instrumento Convocatório e seus anexos, com a Proposta apresentada, que fazem parte integrante deste independentemente de transcrições e as cláusulas e condições deste Contrato

ITEM	QUAN	UN	DESCRIÇÃO	PREÇO Unit. R\$	PREÇO TOTAL R\$
3	1,00	unid	Web Cam. Interface: USB 2.0 Resolução: HD 720p (mínimo) Microfone: embutido Base: Para mesa com possibilidade de fixação em notebooks e/ou monitores Compatibilidade: Sistemas Operacionais Windows 7 versões 32 e 64 bits, Windows 8 e Aplicativos Skype e Microsoft Lync. Marca GENIUS	96,00	96,00
04	01	unid	Central telefônica com as seguintes características: - Capacidade inicial para 02 (dois) troncos analógicos, permitindo expansão para, no mínimo, 03 (três) troncos analógicos; - Capacidade inicial para 12 (doze) ramais analógicos, permitindo expansão para, no mínimo, 15 (quinze) ramais analógicos; - Para expandir a capacidade inicial, deverá ser necessário apenas adicionar novas placas ao equipamento já existente, sem a necessidade de acoplar equipamentos externos ou fazer adaptações; - Garantia mínima de 12 meses. A central deverá ser devidamente instalada, o que compreende todos os serviços necessários ao perfeito funcionamento, incluindo a fixação nos pontos determinados pela Contratante, instalações, montagem, desmontagem, testes, e outros que se façam necessários, bem como assistência técnica durante o período de garantia.Marca Intelbras	1.950,00	1.950,00
06	30	unid	Bateria para telefone sem fio NI-MH 600 MAH 2.4V Marca Intelbras	21,40	642,00
07	10	unid	Bateria para telefone sem fio NI-MH 300 MAH 3.6V Marca Intelbras	20,00	200,00
			TOTAL GERAL		2.888,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE PAGAMENTO, DO DOCUMENTO FISCAL.

2.1 O pagamento de R\$ 2.888,00(Dois mil oitocentos e oitenta e oito reais) será realizado 8(oito) dias após o recebimento dos equipamentos, mediante apresentação da Nota Fiscal. O preço não terá reajuste e será depositado na conta específica do licitante vencedor.

2.2 O pagamento somente será liberado após o secretario responsável pela pasta ter realizado as devidas conferências/vistorias no objeto.

2.3 Na emissão da nota fiscal deverá conter o número do processo licitatório e do Pregão Presencial e deverão constar os dados bancários da empresa.

2.4 Não será efetuado qualquer pagamento à licitante vencedora enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigações em virtude de penalidades ou inadimplência contratual.

2.5 O Município somente atestará e liberará a Nota Fiscal para pagamento, quando cumpridas, pela licitante vencedora, todas as condições pactuadas.

2.6 Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, a mesma será devolvida e o pagamento ficará

pendente até que a licitante vencedora providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação de novo documento fiscal, não acarretando qualquer ônus ao Município.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTE.

3.1 Os valores mencionados neste contrato não sofrerão reajuste.

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO LICITADO.

4.1 A CONTRATADA deverá entregar os EQUIPAMENTOS E DEMAIS MATERIAIS em até 8(oito) dias após a Adjudicação e emissão da autorização de fornecimento.

4.2 A Central Telefônica deverá ser devidamente instalada na Secretária Municipal da Educação e deverá funcionar perfeitamente, na instalação deverão estar inclusos os serviços de fixação nos pontos determinados pela Contratante, montagem, desmontagem, testes, e outros que se façam necessários, bem como assistência técnica durante o período de garantia.

4.3 Os EQUIPAMENTOS PERMANENTES deverão ser entregues na Secretaria Municipal da Educação, estabelecido na Rua João Castilho, Centro, deste Município com prévio agendamento, com a Secretaria Municipal da Educação, sem custos adicionais, devendo ser firmado termo de recebimento.

4.4 A CONTRATADA deverá atentar para a qualidade do objeto a ser entregue, pois somente serão aceitos aqueles que estiverem dentro dos parâmetros solicitados, atendam aos padrões exigidos pela Equipe Técnica do centro administrativo.

4.5 – A CONTRATADA é obrigada a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em caso de defeito ou incorreção decorrente da produção e/ou fabricação, ou uso de produto diverso do que foi relacionado em sua proposta.

4.6 – Na hipótese da não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pelo fornecedor no prazo de 5 (cinco) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

4.7 – O Município de Tunápolis terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias para processar a conferência do que foi entregue, lavrando termo de recebimento definitivo ou notificando a CONTRATADA para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

4.7 – O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da contratada pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do Empenho, se a qualquer tempo se verificar vícios, defeitos ou incorreções.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO.

5.1 A CONTRATADA obriga-se fornecer os objetos deste contrato com base nos quantitativos e especificações constantes no Edital de Licitações nº 100/2017 e deste contrato e seus anexos, bem como nas demais cláusulas deste contrato.

5.2 Responsabilizar-se por eventuais danos ou prejuízos causados, por sua culpa ou dolo, À CONTRATANTE ou a terceiros, em decorrência da execução do objeto contratado.

5.3 A fiscalização e o controle por parte do Município, não implicarão em qualquer responsabilidade por parte deste, nem exoneração A CONTRATADA do fiel e real cumprimento de quaisquer responsabilidades aqui assumidas.

5.4 Fornecer os equipamentos e demais, objeto deste Contrato, de acordo com as especificações e quantidade solicitada na autorização de fornecimento, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição do mesmo quando constatado, no seu recebimento, não estar em perfeita conformidade com as referidas especificações dos anexos do Edital e deste contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE.

6.1 O Município de Tunápolis obriga-se adquirir os itens acima referido, nos exatos termos estabelecidos no presente Contrato, bem como, ao pagamento do valor acordado.

CLÁUSULA SÉTIMA - DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

7.1 Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigentes, classificadas e codificadas sinteticamente sob os números: (185,186,187) do Município de Tunápolis, do ano de 2017.

CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO.

8.1 O presente contrato tem sua vigência até dia 31 de Dezembro de 2017, iniciando na data de sua assinatura.

CLÁUSULA NONA – RESCISÃO CONTRATUAL.

9.1 O presente contrato poderá ser rescindido:

9.1.1 Por ato unilateral e escrito da administração nos casos de inexecução total ou parcial;

9.1.2 Por acordo entre as partes;

9.1.3 Judicialmente, nos termos da legislação, respeitados, no primeiro caso, os direitos da Administração conforme previsto no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – PENALIDADES.

10.1 O não cumprimento as obrigações assumidas ou dos preceitos legais aplicáveis sujeitará o Contratado às seguintes penalidades:

10.1.1. Advertência.

10.1.2. Suspensão do direito de licitar junto ao Município;

10.1.3. Declaração de inidoneidade;

10.1.4. Multa de 10% (dez por cento) sobre o montante da proposta no caso de inadimplência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – FORO COMPETENTE.

11.1 Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, SC, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Tunápolis – SC, 17 de agosto de 2017.

RENATO PAULATA
PREFEITO MUNICIPAL

JV-ITECH INFOR. E IMPRESSÃO LTDA
CONTRATADO

Alcides Luis Hofer
Assessor Jurídico
OAB/SC 33.683

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger
CPF: 020.226.259.60

CONTRATO Nº 111/2017

CONTRATO nº 111/2017

CONTRATANTE: Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho, nº 111, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. Renato Paulata, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 1857045 e inscrito no CPF sob nº 605.081.919-04, residente e domiciliado na Rua João Castilho nº 467, no Município de Tunápolis/SC, doravante denominado de CONTRATANTE

CONTRATADO: A empresa TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 04.303.600/0001-80, estabelecida na Avenida 7 de Setembro, 662, Centro, no Município Maravilha/SC, considerada doravante CONTRATADA.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 10.520/02, na Lei nº 8.666/93, com suas atualizações e no Processo Licitatório nº 161/2017 e Pregão Presencial nº 100/2017.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO.

1.1 O presente contrato tem por objeto aquisição de aquisição de MATERIAIS QUE SERÃO DESTINADOS PARA DIVERSAS SECRETARIAS DESTE MUNICIPIO, em conformidade com o Instrumento Convocatório e seus anexos, com a Proposta apresentada, que fazem parte integrante deste independentemente de transcrições e as cláusulas e condições deste Contrato

ITEM	QUAN	UN	DESCRIÇÃO	PREÇO Unit. R\$	PREÇO TOTAL R\$
01	06	unid	Nobreak 1200va, bivolt, com 5 tomadas, tomadas tripolares em conformidade com o padrão brasileiro de plugues e tomadas (abnt nbr 14136:2002), comprimento do cabo de alimentação de mínimo 1 m, fusível com acesso externos, possui chave liga/desliga embutida (evitando o desligamento acidental), frequência nominal de 60 hz, não introduz distorção harmônica na rede elétrica, filtro de linha incorporado, microprocessador tecnologia true rms, atenua surtos de tensão, rendimento> ou = 91%, proteção fax / modem, proteção contra subtensão e sobretensão, proteção contra sobrecarga, proteção sobrecorrente, tensão de entrada: 115v/220v (chave seletora de tensão), tensão de saída de 115v, variação de tensão admissível na entrada 45% para 115v e 40% para 220v, regulação de tensão admissível na saída +/- 6% (faixa entre 108,1v 121,9v), garantia de 1 ano. Marca RAGTECH	378,00	2.268,00
12	10	unid	Memória ddr3 4Gb	149,00	1.490,00
			TOTAL GERAL		3.758,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE PAGAMENTO, DO DOCUMENTO FISCAL.

2.1 O pagamento de R\$ 3.758,00 (Três mil setecentos e cinquenta e oito reais) será realizado 8(oito) dias após o recebimento dos equipamentos, mediante apresentação da Nota Fiscal. O preço não terá reajuste e será depositado na conta específica do licitante vencedor.

2.2 O pagamento somente será liberado após o secretario responsável pela pasta ter realizado as devidas conferências/vistorias no objeto.

2.3 Na emissão da nota fiscal deverá conter o número do processo licitatório e do Pregão Presencial e deverão constar os dados bancários da empresa.

2.4 Não será efetuado qualquer pagamento à licitante vencedora enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigações em virtude de penalidades ou inadimplência contratual.

2.5 O Município somente atestará e liberará a Nota Fiscal para pagamento, quando cumpridas, pela licitante vencedora, todas as condições pactuadas.

2.6 Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, a mesma será devolvida e o pagamento ficará pendente até que a licitante vencedora providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação de novo documento fiscal, não acarretando qualquer ônus ao Município.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTE.

3.1 Os valores mencionados neste contrato não sofrerão reajuste.

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO LICITADO.

4.1 A CONTRATADA deverá entregar os MATERIAIS em até 8(oito) dias após a Adjudicação e emissão da autorização de fornecimento.

4.3 Os materiais deverão ser entregues na Secretaria Municipal da Educação, estabelecido na Rua João Castilho, Centro, deste Município com prévio agendamento, com a Secretaria Municipal da Educação, sem custos adicionais, devendo ser firmado termo de recebimento.

4.4 A CONTRATADA deverá atentar para a qualidade do objeto a ser entregue, pois somente serão aceitos aqueles que estiverem dentro dos parâmetros solicitados, atendam aos padrões exigidos pela Equipe Técnica do centro administrativo.

4.5 – A CONTRATADA é obrigada a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em caso de defeito ou incorreção decorrente da produção e/ou fabricação, ou uso de produto diverso do que foi relacionado em sua proposta.

4.6 – Na hipótese da não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pelo fornecedor no prazo de 5 (cinco) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

4.7 – O Município de Tunápolis terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias para processar a conferência do que foi entregue, lavrando termo de recebimento definitivo ou notificando a CONTRATADA para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

4.7 – O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do Empenho, se a qualquer tempo se verificar vícios, defeitos ou incorreções.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO.

5.1 A CONTRATADA obriga-se fornecer os objetos deste contrato com base nos quantitativos e especificações constantes no Edital de Licitações nº 100/2017 e deste contrato e seus anexos, bem como nas demais cláusulas deste contrato.

5.2 Responsabilizar-se por eventuais danos ou prejuízos causados, por sua culpa ou dolo, À CONTRATANTE ou a terceiros, em decorrência da execução do objeto contratado.

5.3 A fiscalização e o controle por parte do Município, não implicarão em qualquer responsabilidade por parte deste, nem exoneração a CONTRATADA do fiel e real cumprimento de quaisquer responsabilidades aqui assumidas.

5.4 Fornecer MATERIAIS, objeto deste Contrato, de acordo com as especificações e quantidade solicitada na autorização de fornecimento, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição do mesmo quando constatado, no seu recebimento, não estar em perfeita conformidade com as referidas especificações dos anexos do Edital e deste contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE.

6.1 O Município de Tunápolis obriga-se adquirir os itens acima referido, nos exatos termos estabelecidos no presente Contrato, bem como, ao pagamento do valor acordado.

CLÁUSULA SÉTIMA - DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

7.1 Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigentes, classificadas e codificadas sinteticamente sob os números: (185,186,187) do Município de Tunápolis, do ano de 2017.

CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO.

8.1 O presente contrato tem sua vigência até dia 31 de Dezembro de 2017, iniciando na data de sua assinatura.

CLÁUSULA NONA – RESCISÃO CONTRATUAL.

9.1 O presente contrato poderá ser rescindido:

9.1.1 Por ato unilateral e escrito da administração nos casos de inexecução total ou parcial;

9.1.2 Por acordo entre as partes;

9.1.3 Judicialmente, nos termos da legislação, respeitados, no primeiro caso, os direitos da Administração conforme previsto no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – PENALIDADES.

10.1 O não cumprimento as obrigações assumidas ou dos preceitos legais aplicáveis sujeitará o Contratado às seguintes penalidades:

10.1.1. Advertência.

10.1.2. Suspensão do direito de licitar junto ao Município;

10.1.3. Declaração de inidoneidade;

10.1.4. Multa de 10% (dez por cento) sobre o montante da proposta no caso de inadimplência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – FORO COMPETENTE.

11.1 Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, SC, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Tunápolis – SC, 17 de agosto de 2017.

RENATO PAULATA
PREFEITO MUNICIPAL

Telecopy Equipamentos Ltda EPP
CONTRATADO

Alcides Luis Hofer
Assessor Jurídico
OAB/SC 33.683

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger
CPF: 020.226.259.60

CONTRATO Nº 112/2017

CONTRATO nº 112/2017

CONTRATANTE: Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho, nº 111, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. Renato Paulata, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 1857045 e inscrito no CPF sob nº 605.081.919-04, residente e domiciliado na Rua João Castilho nº 467, no Município de Tunápolis/SC, doravante denominado de CONTRATANTE

CONTRATADO: A empresa LMV INFORMATICA LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado inscrito no CNPJ sob o nº 18.416.704/0001-05, estabelecida na Rua Santa Cruz, 484, no Município de São João do Oeste /SC, neste ato devidamente representado pelo sócio administrador Sr. Lair Melz, considerado doravante CONTRATADA.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 10.520/02, na Lei nº 8.666/93, com suas atualizações e no Processo Licitatório nº 161/2017 e Pregão Presencial nº 100/2017.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO.

1.1 O presente contrato tem por objeto aquisição de aquisição de EQUIPAMENTOS E DEMAIS MATERIAIS QUE SERÃO DESTINADOS PARA DIVERSAS SECRETARIAS DESTE MUNICIPIO, em conformidade com o Instrumento Convocatório e seus anexos, com a Proposta apresentada, que fazem parte integrante deste independentemente de transcrições e as cláusulas e condições deste Contrato

5	Telefone sem fio, 2.4 GHZ, com 4 tipos de toque, com 2 opções de volume, tecla com sinalização de carga e campainha, com bateria, adaptador de tensão 110-220 v, cabo de linha telefônica. MARCA INTELBRAS	unid	10	110,00	800,00
9	Mouse USB/PS2 MARCA K-MED	unid	30	9,00	270,00
10	Memória ddr400 2Gb MARCA C3	unid	10	125,00	1.250,00
11	Teclado ABNT USB/PS2 MARCA MARKVISION	unid	10	18,50	185,00
	TOTAL GERAL				2.505,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE PAGAMENTO, DO DOCUMENTO FISCAL.

2.1 O pagamento de R\$ 2.505,00(Dois quinhentos e cinco reais) será realizado 8(oito) dias após o recebimento dos equipamentos, mediante apresentação da Nota Fiscal. O preço não terá reajuste e será depositado na conta específica do licitante vencedor.

2.2 O pagamento somente será liberado após o secretario responsável pela pasta ter realizado as devidas conferências/vistorias no objeto.

2.3 Na emissão da nota fiscal deverá conter o número do processo licitatório e do Pregão Presencial e deverão constar os dados bancários da empresa.

2.4 Não será efetuado qualquer pagamento à licitante vencedora enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigações em virtude de penalidades ou inadimplência contratual.

2.5 O Município somente atestará e liberará a Nota Fiscal para pagamento, quando cumpridas, pela licitante vencedora, todas as condições pactuadas.

2.6 Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, a mesma será devolvida e o pagamento ficará pendente até que a licitante vencedora providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação de novo documento fiscal, não acarretando qualquer ônus ao Município.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTE.

3.1 Os valores mencionados neste contrato não sofrerão reajuste.

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO LICITADO.

4.1 A CONTRATADA deverá entregar os MATERIAIS em até 8(oito) dias após a Adjudicação e emissão da autorização de fornecimento.

4.2 Os MATERIAIS deverão ser entregues na Secretaria Municipal da Educação, estabelecido na Rua João Castilho, Centro, deste Município com prévio agendamento, com a Secretaria Municipal da Educação, sem custos adicionais, devendo ser firmado termo de recebimento.

4.4 A CONTRATADA deverá atentar para a qualidade do objeto a ser entregue, pois somente serão aceitos aqueles que estiverem dentro dos parâmetros solicitados, atendam aos padrões exigidos pela Equipe Técnica do centro administrativo.

4.5 – A contratada é obrigada a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em caso de defeito ou incorreção decorrente da produção e/ou fabricação, ou uso de produto diverso do que foi relacionado em sua proposta.

4.6 – Na hipótese da não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pelo fornecedor no prazo de 5 (cinco) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

4.7 – O Município de Tunápolis terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias para processar a conferência do que foi entregue, lavrando termo de recebimento definitivo ou notificando a CONTRATADA para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

4.7 – O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do Empenho, se a qualquer tempo se verificar vícios, defeitos ou incorreções.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO.

5.1 A CONTRATADA obriga-se fornecer os objetos deste contrato com base nos quantitativos e especificações constantes no Edital de Licitações nº 100/2017 e deste contrato e seus anexos, bem como nas demais cláusulas deste contrato.

5.2 Responsabilizar-se por eventuais danos ou prejuízos causados, por sua culpa ou dolo, À CONTRATANTE ou a terceiros, em decorrência da execução do objeto contratado.

5.3 A fiscalização e o controle por parte do Município, não implicarão em qualquer responsabilidade por parte deste, nem exoneração a CONTRATADA do fiel e real cumprimento de quaisquer responsabilidades aqui assumidas.

5.4 Fornecer os equipamentos e demais, objeto deste Contrato, de acordo com as especificações e quantidade solicitada na autorização de fornecimento, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição do mesmo quando constatado, no seu recebimento, não estar em perfeita conformidade com as referidas especificações dos anexos do Edital e deste contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE.

6.1 O Município de Tunápolis obriga-se adquirir os itens acima referido, nos exatos termos estabelecidos no presente Contrato, bem como, ao pagamento do valor acordado.

CLÁUSULA SÉTIMA - DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

7.1 Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigentes, classificadas e codificadas sinteticamente sob os números: (185,186,187) do Município de Tunápolis, do ano de 2017.

CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO.

8.1 O presente contrato tem sua vigência até dia 31 de Dezembro de 2017, iniciando na data de sua assinatura.

CLÁUSULA NONA – RESCISÃO CONTRATUAL.

9.1 O presente contrato poderá ser rescindido:

9.1.1 Por ato unilateral e escrito da administração nos casos de inexecução total ou parcial;

9.1.2 Por acordo entre as partes;

9.1.3 Judicialmente, nos termos da legislação, respeitados, no primeiro caso, os direitos da Administração conforme previsto no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – PENALIDADES.

10.1 O não cumprimento as obrigações assumidas ou dos preceitos legais aplicáveis sujeitará o Contratado às seguintes penalidades:

10.1.1. Advertência.

10.1.2. Suspensão do direito de licitar junto ao Município;

10.1.3. Declaração de inidoneidade;

10.1.4. Multa de 10% (dez por cento) sobre o montante da proposta no caso de inadimplência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – FORO COMPETENTE.

11.1 Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, SC, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Tunápolis – SC, 17 de agosto de 2017.

RENATO PAULATA LMV INFORMATICA LTDA ME

PREFEITO MUNICIPAL CONTRATADO

Alcides Luis Hofer

Assessor Jurídico

OAB/SC 33.683

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff

CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger

CPF: 020.226.259.60

CONTRATO Nº 113/2017

CONTRATO Nº 113/2017

O Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho, nº 111, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Renato Paulata, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 1857045 e inscrito no CPF sob nº 605.081.919-04, residente e domiciliado na Rua João Castilho nº 467, no Município de Tunápolis/SC, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e de outro lado a empresa

FAEE SUPRIMENTOS E LOCAÇÃO DE SISTEMAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado com sede na Rua da Consolação, 317, Bairro Matinho, na cidade Xanxarê, Santa Catarina inscrita no CNPJ sob nº 07.753.029/0001-93 doravante denominada CONTRATADA, ajustam entre si o presente contrato de prestação de serviços, mediante as cláusulas e condições que, reciprocamente aceitam, ratificam e outorgam na forma abaixo estabelecida, tudo de acordo com a Lei 8.666/93 e suas posteriores alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Dos Objetos do Contrato:

O objetivo do presente CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA IMPLANTAÇÃO E TREINAMENTO, LOCAÇÃO DE SOFTWARE E SUPORTE PARA IMPLEMENTAÇÃO DO CONTROLE INTERNO COM GERAÇÃO DOS ANEXOS DO SICONFI E APRESENTAÇÃO DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS DE AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS PARA O SETOR DA CONTABILIDADE E CONTROLE INTERNO.

Item	Qtd.	Un	Especificação	R\$ Unit.	R\$ Total
01	4,5	MÊS	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA IMPLANTAÇÃO E TREINAMENTO, LOCAÇÃO DE SOFTWARE E SUPORTE PARA IMPLEMENTAÇÃO DO CONTROLE INTERNO COM GERAÇÃO DOS ANEXOS DO SICONFI E APRESENTAÇÃO DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS DE AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS PARA O SETOR DA CONTABILIDADE E CONTROLE INTERNO	600,00	2.700,00
02			CONVERSÃO DO SISTEMA		1.500,00
			TOTAL GERAL		4.200,00

CLÁUSULA SEGUNDA – Da Vigência:

2.1 O presente contrato tem a vigência a partir da assinatura do mesmo, e expirará em 31 de dezembro de 2017, podendo ser aditivado por mais 12 meses, quantas vezes necessárias e legais.

2.2 O início dos trabalhos será a partir da data da assinatura do contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – Dos Valores e Condições de Pagamento:

3.1 Pela Prestação do Serviço o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, pagará o valor de R\$ 600,00 (seiscentos reais) mensais, em até 8(oito) dias após efetiva apresentação da nota fiscal, considerando que no mês de agosto de 2017 o pagamento será de R\$ 220,00(duzentos e vinte reais) proporcional aos dias de serviços prestados neste mês. A nota fiscal deverá conter todas as especificações, conforme itens, objeto deste contrato, devidamente atestada pela Secretaria responsável, pela pessoa indicada como responsável pelo recebimento.

3.2 A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura, informando a Agência Bancária e o número da Conta a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas.

3.3 Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

3.4 Os valores mencionados neste contrato não sofrerão reajuste.

3.5 A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.

CLÁUSULA QUARTA – Dos recursos orçamentários

4.1 Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob o número: (7) do Município de Tunápolis, do ano de 2017.

CLÁUSULA QUINTA – DA ALTERAÇÃO

5.1 Este Contrato poderá ser alterado, nos casos previstos pelo disposto no Art. 65 da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 consolidada, sempre através de Termo Aditivo, numerado em ordem crescente.

CLÁUSULA SEXTA – Das Obrigações da CONTRATANTE:

6. Pela supervisão, gerência e controle de utilização dos SISTEMAS, incluindo:

- Assegurar a configuração adequada da máquina e instalação dos SISTEMAS;
- Manter backup adequado para satisfazer as necessidades de segurança e recuperação no caso de falha das máquinas;
- Dar prioridade aos técnicos da CONTRATADA para utilização dos equipamentos do MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS quando da visita técnica dos mesmos.
- Seguir o cronograma de implantação e usabilidade fornecido pela empresa contratada.

CLÁUSULA SETIMA – Das Obrigações da CONTRATADA:**Caberá à CONTRATADA:**

- 7.1 Prestar consultoria e auxílio ao prontuário eletrônico e-sus, conforme descrições expressas na clausula primeira;
- 7.2 Treinar pessoal do CONTROLE INTERNO E CONTABILIDADE na utilização dos sistemas e demais ferramentas
- 7.3 Prestar suporte por chat, telefone, e-mail, durante a vigência contratual.
- 7.4 Manter informado o controle interno encarregado de acompanhar os trabalhos, prestando-lhes as informações necessárias.
- 7.5 Prestar, às suas expensas, as manutenções que se fizerem necessárias;
- 7.6 Tratar como confidenciais as informações e dados contidos nos SISTEMAS, guardando total sigilo perante a terceiros.

CLÁUSULA OITAVA – Da Manutenção:

Entendida manutenção como a obrigação da CONTRATADA manter os SISTEMAS de acordo com as especificações a seguir:

- 8.1 Corrigir eventuais falhas dos SISTEMAS, desde que originados por erro ou defeito dos mesmos, transferindo versões e correções via internet.
- 8.2 Alterações de SISTEMAS em função de mudanças legais nos casos da moeda, alteração de legislação, desde que tais mudanças não influenciem na estrutura básica dos SISTEMAS.
- 8.3 As solicitações de manutenções ou alterações nas ferramentas serão enviadas pelo MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, através de pessoa ou área responsável,

à CONTRATADA em seu domicílio, via fax, correio eletrônico (E-mail), acompanhado de documentação ou comentário que caracterize o serviço a ser efetuado. Após a execução do serviço, a CONTRATADA repassará o programa alterado em sua forma executável, via Internet, para os endereços pactuados com o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, que deverá fazer os testes de conformidade, instalar e repassar aos usuários.

CLÁUSULA NONA – Da Alteração Contratual:

- 9.1 A alteração de qualquer das disposições estabelecidas neste contrato, somente se reputará válida se tornadas expressamente em Termo Aditivo, que ao presente se aderirá, passando a fazer parte dele.

CLÁUSULA DÉCIMA – Da Rescisão:

A ocorrência de quaisquer das hipóteses elencadas no art. 78, da Lei nº 8.666/93 ensejará na rescisão do presente Contrato, observando-se:

- 10.1 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 10.3 Os casos de rescisão administrativa ou amigável serão precedidos de comunicação por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.
- 10.4 Em caso de inadimplemento de obrigações aqui pactuadas, por qualquer uma das partes, o presente será rescindido ou suspenso.
- 10.5 A CONTRATADA reconhece os direitos do MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS em caso de rescisão, na forma do art. 55, IX, c/c art. 77, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA - Do Foro:

Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga – SC, com renúncia de qualquer outro, para dirimir qualquer dúvida, ação ou questão oriunda do presente.

E, por estarem justos e contratados, lavram, datam e assinam, em 2(duas) vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas, obrigando-se por si, seus herdeiros e/ou sucessores a cumpri-lo em todos os seus termos.

Tunápolis SC., 21 de Agosto de 2017.

RENATO PAULATA

Prefeito Municipal

FAEE SUPRIMENTOS E LOCAÇÃO DE SISTEMAS LTDA

Empresa Contratada

Alcides Luis Hofer
Assessor Jurídico
OAB/SC 33.683

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger
CPF: 020.226.259.60

PORTARIA Nº 4603/2017

Portaria nº 4603, de 25 de agosto de 2017.

RENATO PAULATA, Prefeito Municipal de Tunápolis/SC, no uso das suas atribuições, e com fundamento no artigo 103 da Lei Complementar nº 13, de 17 de maio de 2006, e tendo em vista as razões apresentadas pela Psicóloga da Secretaria Municipal de Educação de Tunápolis/SC, Sra. CARLISE INES GROTH LEZONIER, resolve:

Art. 1º Determinar o afastamento da servidora CLACI MARIA WELTER, Professora, Portaria de nomeação nº 530/98, lotada no Centro Educacional Helga Follmann, do exercício do respectivo cargo público, pelo prazo de 60 (sessenta dias), prorrogável por igual período, sem prejuízo da remuneração, a fim de que, como acusada, não venha a influenciar na apuração dos fatos objeto do processo disciplinar instaurado através da portaria nº 4602

Art. 2º A servidora afastada deverá permanecer à disposição da Comissão Processante instaurada, no período acima consignado.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

RENATO PAULATA
Prefeito Municipal

ANGELITA T. S. BOURSCHIEDT
Secretária Municipal de Educação

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO Nº 10.2017

RESOLUÇÃO Nº 10/2017

DISPÕE SOBRE PEDIDO DE LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE TUNÁPOLIS, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE:

Art.1º Fica homologada a concessão de Licença para Tratar de Interesses Particulares para o vereador Aloísio Lehmen, pelo período compreendido de 04 de setembro a 26 de novembro do corrente ano, conforme deliberação unânime favorável do Plenário na Sessão Ordinária do dia 21 de agosto.

Art.2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Vereadores de Tunápolis – SC.

Em 28 de agosto de 2017

ARNO MÜLLER
Presidente

Turvo

PREFEITURA

ERRATA PMT 35/2017

ERRATA

ERRATA AO EDITAL N°. 35/2017

Em tempo, a Comissão de Licitação resolve retificar o Item 4.1.3 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA, subitem “b” o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

Demonstração [.....] profissional de nível superior, o qual será obrigatoriamente o detentor da ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) pela execução da obra objeto desta licitação.

Permanecem inalterados os demais itens do referido processo.

Turvo – SC, 28 de agosto de 2017.

Soeli Fatima Fernandes

C.J.L

União do Oeste

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 59/2017

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNIC. DE UNIÃO DO OESTE
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº.: 59/2017
Edital: PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº.: 59/2017
Tipo: Menor Preço/por item
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS DE SÊMEN BOVINO, NITROGÊNIO E MATERIAIS PARA INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL, VISANDO POSSÍVEIS AQUISIÇÕES FUTURAS.
Entrega dos Envelopes: 08:15 horas do dia 11 de setembro de 2017.
Abertura dos Envelopes: 08:30 horas do dia 11 de setembro de 2017.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Avenida São Luiz - 531, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 7:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas, fone (049) 3348 1202, pelo site: www.uniaodoeste.sc.gov.br , ou através do e-mail: compras@uniaodoeste.sc.gov.br .
União do Oeste - SC, 28 de agosto de 2017.
CELSO MATIELLO
PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 60/2017

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNIC. DE UNIÃO DO OESTE
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº.: 60/2017
Edital: PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº.: 60/2017
Tipo: Menor Preço/por item
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE CAMISETAS PERSONALIZADAS E JALECOS PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELAS SECRETARIAS DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAÚDE DO MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE, VISANDO POSSÍVEIS AQUISIÇÕES FUTURAS.
Entrega dos Envelopes: 14:15 horas do dia 11 de setembro de 2017.
Abertura dos Envelopes: 14:30 horas do dia 11 de setembro de 2017.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Avenida São Luiz - 531, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 7:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas, fone (049) 3348 1202, pelo site: www.uniaodoeste.sc.gov.br , ou através do e-mail: compras@uniaodoeste.sc.gov.br .
União do Oeste - SC, 29 de agosto de 2017.
CELSO MATIELLO
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO N. 3529/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL Nº. 3.529/2017, DE 22 DE AGOSTO DE 2017.
DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.



"O Senhor CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e, em acordo com a Lei 1053/2016;				
DECRETA:				
<p>Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento do Município de União do Oeste para o Exercício de 2017 no valor de R\$ 2.822,15 (dois mil, oitocentos e vinte e dois reais e quinze centavos), oriundos do superávit do exercício anterior (2016), destinado a suplementar os seguintes projetos/atividades e respectivas modalidades de despesa em fontes de recursos específicas:</p>				
ADICIONAR DOTAÇÕES				
Órgão: 08 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS				
Unidade Orçamentária: 08.02 – Departamento de Serviços Urbanos				
FUNÇÃO: 181 Policiamento - SUBFUNÇÃO: 22 Segurança Municipal				
Projeto Atividade: 2.022 - Manutenção do Convênio de Segurança Pública				
143 - Aplicações Diretas - 3.3.90.00.00.00.00.03.0010				2.822,15
TOTAL SUPLEMENTADO				2.822,15
<p>Art. 2º. Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar do Artigo 1º, serão utilizados recursos do superávit financeiro do exercício de 2016, originados das seguintes fontes de recursos:</p>				
ORIGEM DOS RECURSOS				
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE				
Código do Recurso	Código -Detalhamento		Descrição dos Recursos	Saldo Utilizado - Superávit (R\$)
00.03.0010	00	Sem detalhamento das destinações de recursos	Superávit - Convênio de Transito Militar	2.822,15
TOTAL DE RECURSOS				2.822,15
Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.				
Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.				
CELSO MATIELLO				
Prefeito Municipal				
Registrado em data supra e publicado conforme Lei Municipal N.º 1010/2014.				

DECRETO N. 3530/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.530, de 28 de agosto 2017.

Concede Férias de Direito ao Servidor(a) Público(a) Municipal e dá outras providências.

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 73. da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o Artigo 61 da Lei Complementar N.º 093, de 21 de setembro de 2015,

DECRETA:

Art.1º Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias ao Servidor(a) Público(a) Municipal, FABIANO BACCIN, ocupante do cargo Motorista, 40 horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal Transportes Obras e Serviços Públicos, a serem gozadas no período de 01/09/2017 a

30/09/2017, relativas ao período aquisitivo de 03/03/2016 à 02/03/2017.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 28 de agosto 2017.

CELSO MATIELLO

Prefeito Municipal

Registrado em data supra e publicado conforme lei municipal Nº 1010/2014.

DECRETO N. 3531/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.531, de 28 de agosto 2017.

Concede Férias de Direito ao Servidor(a) Público(a) Municipal e dá outras providências.

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 73. da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o Artigo 61 da Lei Complementar N.º 093, de 21 de setembro de 2015,

DECRETA:

Art.1º Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias ao Servidor(a) Público(a) Municipal, EDIANE ASSIS DE ALMEIDA, ocupante do cargo Técnico em enfermagem, 40 horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal Saúde, a serem gozadas no período de 01/09/2017 a 30/09/2017, relativas ao período aquisitivo de 16/04/2016 à 15/04/2017.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 28 de agosto 2017.

CELSO MATIELLO

Prefeito Municipal

Registrado em data supra e publicado conforme lei municipal Nº 1010/2014.

DECRETO N. 3532/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.532, De 28 de Agosto de 2017.

Dispõe sobre exoneração de Servidor Pública Municipal e dá outras providências.

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 73, Inciso XXV da Lei Orgânica Municipal e Art. 33. da Lei Complementar N.º 093/2015 de 21 de Setembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado, de ofício, o servidor RONALDO LUIZ TESSARO, do cargo em comissão de Assessor em Educação, nomeada através do Decreto Municipal N.º 3.483 de 30/05/2017, partir de 01 de setembro 2017.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revoga-se o Decreto Municipal N.º 3.483/2017 e demais disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 28 de agosto de 2017.

CELSO MATIELLO

Prefeito Municipal

Registrado em da data supra e Publicado conforme Lei Municipal N.º 1010/2014.

DECRETO N. 3533/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.533, De 28 de agosto de 2017.

Dispõe sobre a vacância de cargo publico por motivo de aposentadoria pelo Regime Geral da Previdência Social.

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o Art. 73. Inciso XXV da Lei Orgânica Municipal, Artigo 32. Inciso IV da Lei Complementar N.º 093/2015 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

DECRETA:

Art. 1º Fica vago o cargo de Auxiliar de Consultório Dentário, 40 horas semanais, ocupado pela servidora NEUSA FATIMA BIANCHI ZUCCO, a partir de 01 de setembro de 2017, por motivo de aposentadoria pelo Regime Geral de Previdência Social, conforme consta do benefício N.º 166.333.257-3, do Instituto Nacional de Previdência Social – INSS e requerimento da servidora em anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 28 de agosto de 2017.

CELSO MATIELLO

Prefeito Municipal

Registrado em da data supra e Publicado conforme Lei Municipal N.º 1010/2014.

Vargem Bonita

PREFEITURA

PROCESSO 047/2017 CC 002/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 047/2017
CONCORRÊNCIA Nº 002/2017

Objeto: Concessão onerosa de Espaço Público no Ginásio Municipal de Multiuso da Linha Coração, município de Vargem Bonita – SC.

Tipo: Maior Oferta por Item.

Fundamento Legal: Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, Lei Municipal nº 1.115 de 23/08/2017 e demais legislação pertinente.

Sessão de Abertura e Julgamento das Propostas: Dia 28 de Setembro de 2017 às 10:00 (dez) horas.

Informações e Edital: Prefeitura Municipal de Vargem Bonita – SC, de Segunda a Sexta Feira, das 08:30 às 12:00 e das 14:00 às 16:00 horas, na Rua Coronel Vitório, 966, Centro. Fone: 49 3548-3000. Endereço eletrônico: compras@vargembonita.sc.gov.br.

Vargem Bonita, 24 de Agosto de 2017.

CLOVIS DA LUZ

PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

Vidal Ramos

PREFEITURA

PREGÃO REGISTRO DE PREÇOS Nº. 17/2017

Prefeitura de Vidal Ramos
Fundo Municipal da Saúde de Vidal Ramos
Setor de Compras
PREGÃO Nº. 17/2017

PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº. 17/2017

OBJETO: Constitui objeto do presente certame a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA A MANUTENÇÃO DA UNIDADE ODONTOLÓGICA PARA O DEPARTAMENTO DA SAÚDE DE VIDAL RAMOS. A ser utilizado no período de 12 meses. Quantidade apurada por estimativa com previsão de entrega fragmentada de acordo com o consumo, mediante requisição prévia.

REGIMENTO: O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VIDAL RAMOS, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, seu pregoeiro designado pela PORTARIA Nº. 031/2016 de 18/02/2016, torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS nº. 17/2017, do tipo MENOR LANCE POR ITEM, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº. 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº. 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº. 3.784 de 06/04/01, Lei nº. 6.474, de 06/08/2002, Decreto nº. 0199, de 09/06/2003, Decreto nº. 7.892 de 23/01/2013 e legislação correlata aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21/06/93 e Lei complementar 123/06,

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação, no Setor de Compras e Licitações na prefeitura municipal até às 11h30min horas do dia 12/09/2017.

A sessão pública para acolhimento dos lances verbais do pregão, será realizada a partir das 08h30min horas do dia 14/09/2017 com as propostas previamente classificadas, no setor de licitações da Prefeitura Municipal.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderá ser obtido no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, Avenida Jorge Lacerda nº. 1180, centro, Setor de Compras nos seguintes horários, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 HRS, telefone (47) 3356-2300, email: compras@prefeituravidalramos.com.br.

VIDAL RAMOS, 28 de agosto de 2017

LAERCIO DA CRUZ – Prefeito Municipal

Videira

PREFEITURA

ATA 054/2017/CMI

ATA 054/2017/CMI – Aos vinte e oito dias do mês de agosto de dois mil e dezessete, às 08h30min, nas dependências do Departamento de Ação Social, situado à Rua Lauro Muller, nº 288, Centro, neste município de Videira, Santa Catarina, reuniram-se ordinariamente os membros do Conselho Municipal do Idoso com a seguinte pauta: 1. Fundo Municipal do Idoso; 2. Visita ao Lar O Bom Samaritano, CEVI e CRAS; 3. Webconferência; 4. III Seminário Estadual de Envelhecimento Ativo; 5. Denúncias recebidas; 6. Ofícios recebidos; 7. Assuntos gerais. Instalado o quórum, iniciou-se a reunião, foram cumprimentados todos os presentes e apresentada a pauta. Dando início a Presidente do Conselho, Sra. Gláucia Perazzoli, repassou aos Conselheiros que o ofício nº 009/2017-CMI, o qual se trata de solicitação para a revogação de Lei Complementar do Conselho e da instituição do Fundo Municipal dos Direitos do Idoso, foi emitido parecer jurídico e encaminhado na data de 24/07/2017 ao Secretário Municipal de Administração para análise. Sugerido a presença de um Procurador Municipal para participação na próxima reunião do Conselho. Quanto a visita no Lar O Bom Samaritano ficou estabelecido conforme na última reunião para a data de 13/09/2017 às 14h00 com a participação de Kléber Ribeiro, objetivando aproximação aos idosos, bem como será realizado um lanche para os idosos. Quanto a visita do CRAS e CEVI estas serão definidas na próxima reunião do Conselho. Quanto a Webconferência a Presidente explanou que foi transmitida recentemente, porém não está mais disponível no site, e o entendimento da palestrante do III Seminário Estadual de Envelhecimento Ativo, Sra. Marília Fragoso é que estas Webconferências estão defasadas na questão técnica de informática. Após a Presidente explanou sobre sua participação e da Conselheira Sônia Rita Gheller e de mais 03 (três) pessoas do município de Videira no III Seminário Estadual de Envelhecimento Ativo no município de Itá/SC, a

Presidente expôs que somente 05 (cinco) municípios catarinenses possuem Fundo Municipal do Idoso, bem como a partir da instituição deste Fundo, o Conselho deve buscar parcerias para captação de recursos e criação de projetos. No tocante as denúncias recebidas, foi informado que não houve o recebimento de denúncias. Em sequência aos ofícios recebidos, foi explanado à plenária a resposta do CREAS, o qual informa que a idosa está sob os cuidados de outro filho e residindo no município de Tangará. Após foi explanado sobre o ofício da Conselheira Alessandra Scopel, a qual comunica o seu desligamento da UNIMED e do Conselho Municipal do Idoso e houve a apresentação da Conselheira Fabiana de Brito Gonçalves em sua substituição. Reiterou-se que a próxima reunião será no dia 25/09/2017. Eu, Francislaine Ribeiro dos Santos _____, Secretária Executiva dos Conselhos Municipais, digitei, procedi à leitura e assino esta Ata. Eu, Gláucia Perazzoli _____, Presidente do CMI, após a leitura e a aprovação da redação, assim como os demais presentes em lista própria, assino esta Ata.

ATA 235-2017/CMAS

ATA 235-2017/CMAS – Aos nove dias do mês de maio do ano de dois mil e dezessete, às 13h30min, nas dependências do Departamento de Ação Social, situado à Rua Lauro Muller, 288, Centro, neste município de Videira, Santa Catarina, reuniram-se os membros da Comissão de Organização da XI Conferência Municipal de Assistência Social de Videira. A Presidente do CMAS iniciou a reunião e cumprimentou todos os presentes. Inicialmente foram discutidos o que cada membro da Comissão iria realizar para a Conferência e ficou estabelecido que a Comissão se reunirá no dia 19/06/2017 para a organização final das pastas a serem entregues aos participantes, crachás, painel e a decoração do Auditório do CEVI. Encerradas as discussões às 15h15min e nada mais havendo a tratar, a Presidente do CMAS agradeceu a presença de todos. Eu, Jussara Zambom _____, Presidente do CMAS, após a leitura e a aprovação da redação, assim como os demais presentes em lista própria, assino esta Ata.

DECRETO Nº 14.113/17

DECRETO N.º 14.113/17, DE 1º DE AGOSTO DE 2017.

Aprova Desmembramento de Áreas que especifica e, dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XXIV da Lei Orgânica do Município e de conformidade com as disposições legais vigentes,

Considerando o que consta do Processo Administrativo nº 10890/16, tendo por objeto pedido de desmembramento de áreas, formulado pela Agropecuária Silvana LTDA;

Considerando que o pedido do requerente, segundo informa o referido processo administrativo, preenche as exigências legais;

Considerando que o Desmembramento aprovado pelo Decreto nº 13.064/2016, resultou em sua caducidade, ou seja, a sua invalidade;

Considerando a Comunicação Interna nº 087/17, da Secretaria Municipal de Planejamento, solicitando a renovação do respectivo desmembramento, conforme Processo Administrativo nº 4036/2017;

Considerando o Parecer Jurídico nº 141/2017;

DECRETA

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento de 06 (seis) áreas distintas, sendo o lote nº 01 com 307,04 m2 (trezentos e sete metros e quatro décimos quadrados), o lote nº 02 com 304,50 m2 (trezentos e quatro metros e cinquenta décimos quadrados), o lote nº 03 com 304,50 m2 (trezentos e quatro metros e cinquenta décimos quadrados), lote nº 04 com 304,50 m2 (trezentos e quatro metros e cinquenta décimos quadrados), o lote nº 05 com 304,50 m2 (trezentos e quatro metros e cinquenta décimos quadrados), o lote nº 06 com 304,50 m2 (trezentos e quatro metros e cinquenta décimos quadrados), de propriedade da Agropecuária Silviana LTDA, constante da matrícula 26.693, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Videira, e remanescente na referida matrícula a área de 38.219,96 m2 (trinta e oito mil, duzentos e dezenove metros e noventa e seis quadrados), conforme projeto geométrico e memorial descritivo constante do Processo nº 10890/16.

DA ÁREA PÚBLICA

Art. 2º Fica o proprietário do imóvel obrigado a doar ao Poder Público 10% (dez por cento) da área do lote a ser desmembrado, ou seja, 182,95 m² (cento e oitenta e dois metros e noventa e cinco décimos quadrados), uma vez que a área urbana constante da matrícula RG 26.693, a ser desmembrada, é superior a área de 5.000,00m² (cinco mil metros quadrados), conforme disciplina o art. 19 da Lei Complementar Municipal nº 62/08 e alterações, a vista do que consta no Memorial Descritivo do Processo Administrativo nº 10890/16.

Parágrafo único – O proprietário do imóvel, através do Processo Administrativo nº 10890/16, se compromete a doar ao Município, a área de 182,95 m² (cento e oitenta e dois metros e noventa e cinco décimos quadrados).

Art. 3º A presente aprovação tem a validade de 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação do respectivo ato, sob pena de caducidade, ao teor do art. 18, caput, da Lei 6.766/79.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 13.848/17.

Videira, 1º de agosto de 2017.

DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração ao 1º dia do mês de agosto de 2017.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

DECRETO Nº 14.156/17

DECRETO Nº 14.156/17, DE 23 DE AGOSTO DE 2017.

Nomeia Contador

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XIII, da Lei Orgânica do Município e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 25190/17, resolve,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, PATRICIA FRIZZO, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 001/2017, homologado em 31 de julho de 2017, para exercer o cargo de provimento efetivo de Contador, criado pela Lei Complementar nº 23/2002 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 23 de agosto de 2017.

DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 23 dias do mês de agosto de 2017.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

DECRETO Nº 14.157/17

DECRETO Nº 14.157/17, DE 24 DE AGOSTO DE 2017.

Aprova o regimento interno da Junta Administrativa de Recursos de Infração de Videira – JARI, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 72, IX da Lei Orgânica do Município, estando de acordo com a Resolução CONTRAN nº 357/2010 considerando o interesse público,

DECRETA

REGIMENTO INTERNO DA JARI

CAPÍTULO I
DA FINALIDADE

Art. 1º O presente Regimento tem por finalidade disciplinar as atividades e o funcionamento da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI, visando a adequação de suas ações aos objetivos para os quais foi instituída.

CAPÍTULO II
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 2º A Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI funcionará junto ao Órgão Executivo de Trânsito de Videira – ORTRAVI, cabendo-lhe julgar recursos administrativos contra penalidades impostas por inobservância de preceitos do Código de Trânsito Brasileiro - CTB, das Resoluções do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN e da legislação complementar, conforme Lei nº 9.503/1997 e Lei Municipal nº 544/1999.

Parágrafo Único. A JARI tem na forma da lei, autonomia de convicção e decisão, sendo vinculada ao Órgão Executivo de Trânsito de Videira – ORTRAVI, nos termos do art. 16 do Código de Trânsito Brasileiro - CTB, respondendo seus membros judicial e administrativamente pelos seus atos no âmbito de suas atribuições e competências.

CAPÍTULO III
DA COMPETÊNCIA E ATRIBUIÇÕES

Art. 3º Cabe a JARI, nos termos do art. 17 da Lei nº 9.503/1997, Código de Trânsito Brasileiro:

I. Julgar os recursos interpostos pelos infratores;

II. Solicitar ao órgão executivo de trânsito e executivo rodoviário informações complementares relativas aos recursos, objetivando uma melhor análise da situação recorrida;

III. Encaminhar ao órgão executivo de trânsito e executivo rodoviário informações sobre problemas observados nas autuações e apontados em recursos, e que se repitam sistematicamente;

IV. Formular seu regimento interno segundo as diretrizes do Conselho Nacional de Trânsito.

CAPÍTULO IV
DA COMPOSIÇÃO DA JARI

Art. 4º A JARI será constituída por meio de Decreto Municipal, obedecendo o disposto pela Resolução CONTRAN nº 357/2010.

Art. 5º A JARI será composta de 03 (três) membros titulares e por 03 (três) membros suplentes, nomeados por ato do Chefe do Poder Executivo, de acordo com o disposto da Lei Municipal nº 544/1999.

Parágrafo Único. O presidente poderá ser qualquer dos integrantes do colegiado, sendo eleito na primeira reunião ordinária de cada ano.

Art. 6º O mandato dos membros da JARI será de um (01) ano, permitida a recondução por períodos sucessivos, a critério do Chefe do Poder Executivo.

Parágrafo Único. Os mandatos dos membros da JARI são independentes, podendo ser substituídos seus membros separadamente, não havendo obrigatoriedade da substituição de todo colegiado.

Art. 7º Não poderá compor à JARI:

I. À inidoneidade;

II. Pessoas condenadas criminalmente por sentença transitada em julgado;

III. Pessoas que não tenham atingido a maioridade civil, ou não estejam em dia com suas obrigações eleitorais e militares;

IV. Pessoas que tenham recebido por qualquer motivo penalidades que impliquem em ter o direito de dirigir suspenso ou cassado a Carteira Nacional de Habilitação ou Permissão para Dirigir;

V. Pessoas que integrem ou tenham assento como membros dos Conselhos Estaduais de Trânsito - CETRAN 's;

VI. Ao julgamento do recurso, quando tiver lavrado o Auto de Infração.

Parágrafo Único. A perda do mandato motivada pelas disposições previstas nos incisos anteriores dependerá de procedimento administrativo, com garantia de ampla defesa, ao qual se aplica no que for cabível, a Legislação Municipal.

Art. 8º Perderá o mandato o membro ou suplente que comprovadamente:

I. Estiver incurso em qualquer dos impeditivos para participação na JARI;

II. Faltar injustificadamente a 3 (três) reuniões ordinárias seguidas da JARI, ou a 4 (quatro) intercaladas no período de 1 ano, a partir da data da posse;

III. Requerer ou solicitar reiteradamente, diligências despiciendas procrastinando o julgamento de recursos;

IV. Comportar-se de maneira antiética ou cometer ato atentatório à dignidade do exercício da função;

V. Alegar imotivada e injustificadamente suspeição ou impedimento nos recursos que lhe forem distribuídos;

VI. Deixar de cumprir com suas obrigações regimentais como membro, presidente de junta ou coordenador;

VII. Descumprir disposição do regimento interno ou de normas administrativas do Município de Videira aplicáveis à função de membro da JARI.

CAPÍTULO V DAS ATRIBUIÇÕES DOS MEMBROS DA JARI

Art. 9º Compete ao Presidente da JARI:

I. Convocar, presidir, suspender e encerrar reuniões;

II. Convocar os suplentes para eventuais substituições dos titulares;

III. Resolver questões de ordem, apurar vetos e consignar, por escrito, no processo o resultado do julgamento;

IV. Comunicar às autoridades de trânsito os julgamentos proferidos nos recursos;

V. Dar efeito suspensivo ao recurso, na forma da lei e deste Regimento, quando for o caso;

VI. Encaminhar as solicitações de informações ao órgão executivo rodoviário ou de trânsito previstas no artigo 3º, incisos II e III, deste Regimento;

VII. Assinar os livros de atas de reuniões;

VIII. Apresentar ao órgão executivo rodoviário ou de trânsito, semestralmente, estatísticas dos julgamentos e, anualmente, relatórios das atividades da JARI;

IX. Fazer constar em atas as justificativas de suas ausências às reuniões, bem como as dos demais membros;

X. Comunicar aos órgãos a que pertencem os servidores colocados à disposição da JARI, as irregularidades observadas no que se refere aos seus deveres, proibições e responsabilidades.

XI. Ao Presidente compete ainda as atribuições dos demais membros da JARI.

Art. 10 Compete aos membros da JARI:

I. Comparecer as sessões de julgamento e às reuniões convocadas pelo Presidente da JARI;

II. Relatar, por escrito, matéria que lhe for distribuída, fundamentando o voto;

III. Discutir a matéria apresentada pelos demais relatores, justificando o voto quando for vencido;

IV. Solicitar reuniões extraordinárias da JARI, para apreciação de assunto relevante, bem como apresentar sugestões objetivando a boa ordem dos julgamentos e o correto procedimento dos recursos;

V. Solicitar informações às partes sobre matéria pendente de julgamento, quando for o caso.

Capítulo VI DAS REUNIÕES

Art. 11 As reuniões ordinárias da JARI terão duração média de 2h (duas horas) e serão realizadas no mínimo uma vez por mês para apreciação da pauta a ser discutida.

Parágrafo Único - Por motivo justificado e devidamente fundamentado, poderão ser requeridas reuniões extraordinárias, aprovadas pela Autoridade Municipal de Trânsito em caso de função delegada, devidamente homologada pelo Prefeito Municipal.

Art. 12 As deliberações serão tomadas com a presença dos membros da JARI, cabendo a cada titular ou ao seu suplente, quando convocado, um voto.

Parágrafo Único - Mesmo sem número para deliberação será registrada a presença dos que comparecerem.

Art. 13 Os resultados dos julgamentos dos recursos serão obtidos por unanimidade ou maioria de votos.

Art. 14 As reuniões obedecerão a seguinte ordem:

I. Abertura;

II. Leitura, discussão e aprovação da ata da reunião anterior;

III. Apreciação dos recursos preparados;

IV. Apresentação de sugestões ou proposições sobre assuntos relacionados com a JARI;

V. Distribuição dos processos à serem julgados;

VI. Encerramento.

Art. 15 Os recursos apresentados à JARI serão distribuídos alternadamente aos seus membros como relatores.

§1º Após a distribuição, cada membro da JARI alternadamente receberá os recursos para proferir o voto do relator.

§2º Os processos distribuídos também estarão disponíveis no Órgão de Trânsito para retirada do Relator designado, sendo sua responsabilidade a retirada em tempo hábil para análise.

Art. 16 Os recursos serão julgados em ordem cronológica de ingresso na JARI, assegurada à preferência:

I. Aos que versarem sobre apreensão ou cassação de documento;

II. Aos que versarem sobre infração praticada por condutor de veículos cujo licenciamento está vencido, ou a vencer, no mês ou no mês seguinte;

III. Aos que estiverem com prazos de pareceres expirados, observando-se o disposto no Código de Trânsito Brasileiro.

Art. 17 O julgamento será público, não sendo admitida a sustentação oral do recurso em julgamento.

Capítulo VII DO APOIO ADMINISTRATIVO

Art. 18 Cabe ao Órgão de Trânsito de Videira propiciar os recursos e materiais de que a JARI necessitar para o seu pleno funcionamento.

Art. 19 Conforme § 4º do Artigo 10 da Lei Municipal nº 544/1999, será criada uma secretaria, a qual caberá:

I. Preparar os processos, para distribuição, aos membros relatores;

II. Manter atualizado o arquivo, inclusive das decisões para coerência dos julgamentos, estatísticas e relatórios;

III. Lavrar as atas das reuniões e subscrever os atos de termos do processo;

IV. Requisitar o controlar o material permanente e de consumo da JARI, providenciando de forma devida, o que for necessário;

Capítulo VIII DOS RECURSOS

Art. 20 O recurso será interposto perante a autoridade recorrida, mediante petição protocolada, no prazo de trinta dias, contados da data

da publicação da imposição da penalidade, em órgão oficial de divulgação dos atos da Administração, da sua notificação por via postal ou do conhecimento do ato, por qualquer modo, pelo infrator.

Art. 21 O recurso não terá efeito suspensivo, salvo nos casos previstos no § 3º do artigo 285, do Código de Trânsito Brasileiro.

Art. 22 A cada penalidade caberá, isoladamente, um recurso cuja petição deverá conter:

I. Qualificação do recorrente, endereço completo e quando for possível, o telefone;

II. Dados referentes à penalidade, constantes da notificação ou do documento fornecido pela repartição de trânsito;

III. Características do veículo, extraídas do certificado de registro (CRV) e do Auto de Infração (AI), se este for entregue no ato da sua lavratura ou remetido pela repartição ao infrator;

IV. Exposição dos fatos e fundamentos do pedido;

V. Documentos que comprovem o alegado ou que possam esclarecer o julgamento do recurso.

Art. 23 A apresentação do recurso dar-se-á junto ao órgão executivo de trânsito.

§1º Para os recursos encaminhados por via postal será admitida a data de postagem como data de protocolo.

§2º A remessa pelo Correio, mediante porte simples, não assegurará ao interessado direito de conhecimento do recurso.

Art. 24 Recebido o recurso o órgão deverá:

I. Examinar se os documentos mencionados na petição estão efetivamente juntados, certificando nos casos contrários;

II. Verificar se o destinatário da petição é a autoridade recorrida;

III. Observar se a petição se refere a uma única penalidade;

IV. Fornecer ao interessado protocolo de apresentação do recurso, exceto no caso de remessa postal ou telegráfica, cujo comprovante será o carimbo da repartição do Correio;

V. Organizar o recurso e encaminhá-lo à JARI no prazo máximo de 10 (dez) dias do seu recebimento, ficando responsável pelo atraso, face ao disposto no artigo 285, § 2º do Código de Trânsito Brasileiro.

Art. 25 Das decisões da JARI caberá recurso para o CETRAN, no prazo de 30 dias, contados da publicação ou da notificação da decisão.

Parágrafo Único. O recurso de que trata este artigo será interposto:

I. Pelo responsável pela infração, no caso de não provimento, pela JARI;

II. Pela autoridade que impôs a penalidade no caso de provimento, pela JARI.

Art. 26 O recurso para o CETRAN será recebido e protocolado pelo Secretário(a) da JARI que proferiu a decisão, observado o seguinte:

I. Se o destinatário do recurso é o CETRAN;

II. Se os documentos mencionados pelo recorrente foram efetivamente juntados, assinalando-se as irregularidades.

Art. 27 O Presidente da JARI juntará o recurso e os documentos que instruírem ao processo original e o remeterá ao CETRAN, devidamente instruído, no prazo de dez dias e, se o entender intempestivo, assinalará o fato no despacho de encaminhamento.

Capítulo IX

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 28 O órgão executivo de trânsito deverá dar à JARI todas as informações necessárias ao julgamento dos recursos, permitindo aos seus membros, se for o caso, consultar registros e arquivos relacionados com o seu objeto.

Art. 29 O depósito prévio das multas obedecerá a normas fixadas pela Fazenda Pública, ficando assegurada a sua devolução no caso de provimento do recurso, de preferência mediante crédito em conta bancária indicada pelo recorrente.

Art. 30 Os casos omissos neste Regimento serão resolvidos pelo Órgão de Trânsito de Videira, conforme previsão na Legislação Municipal.

Art. 31 Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de agosto de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 24 de agosto de 2017.
DORIVAL CARLOS BORGA
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 24 dias do mês de agosto de 2017.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

DECRETO Nº 14.158/17

DECRETO Nº 14.158/17, DE 24 DE AGOSTO DE 2017.

Credencia monitores da empresa DAC Serviços de Estacionamento Ltda-EPP para o exercício das atividades de fiscalização do cumprimento das normas municipais acerca do estacionamento rotativo nas áreas sob concessão.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 72, IX da Lei Orgânica do Município, Lei Municipal nº 931/01 e do Decreto Municipal nº 14137/17,

DECRETA

Art. 1º Ficam credenciados os monitores da empresa DAC - Serviços de Estacionamento Rotativo Ltda. ME, concessionária dos serviços de estacionamento rotativo em Videira, abaixo relacionados, para fiscalizar o cumprimento das normas municipais acerca do estacionamento de veículos nas áreas sob concessão, emitindo os respectivos avisos de irregularidade:

NOME	CÓDIGO	RG	CPF
Ivana Darold	75	5.467.325-9	060.749.059-40
Rayane Cristina Gaspar	111	6.947.304	103.965.619-69
Silvane Melo da Silva Boeno Ferreira	115	5.895.090	084.101.269-58
Gisele Ferreira	124	4.182.774	007.709.969-90
Angela Maria Cortelini	150	5.895.741	095.614.519-13
Luciana Vanelli	169	6.876.825	102.718.409-00
Solange dos Santos	173	6.826.639	101.413.399-85
Lucilânia de Cristo Alves	188	3.452.214-0	100.726.964-27
Neli Benevite	192	12.983.982-1	095.199.309-73
Samara Eliza de Lima	194	7.421.348	112.663.789-01
Adriana Costa	196	4.624.965	049.093.249-50
Daniele Borges de Oliveira	202	5.173.277-7	071.921.229-47
Vanessa Sandri da Rosa	203	5.614.756	086.590.689-04
Lediane Romanzini	209	5.995.545	115.520.729-75
Janete Maria Chaves	211	6.934.681	088.362.859-70
Andressa da Silva Vidal	213	7.790.843	110.825.199-44
Miled Aparecida Ramos	215	5.995.821	094.974.369-04
Dalvana Patrícia Pinto	220	12.662.211-2	105.667.079-77
Ana Paula Gallas	221	2.406.085	716.275.029-04
Cristiane Zacanelli	222	6.281.138	092.875.819-24
Ana Paula Batista	223	5.614.043	066.163.769-74
Greici de Oliveira Nikoseit	225	5.393.636-1	060.011.109-13
Claudia Dayane da Silva Mattos	227	5.467.559-6	069.783.529-42
Diego Julio Rosa	228	4.179.957	073.817.059-31
Denize Aparecida de Oliveira	229	6.627.190	101.253.579-74
Luziana Pereira Costa	230	3.206.102	065.143.903-58
Solange Costa Machado	231	5.895.202	075.656.719-08
Luciana Nunes	233	8.012.351-5	061.695.909-55
Rosana Ribeiro	234	13.590.851-7	012.804.519-12
Elisangela Viergutz	235	4.784.358	009.408.079-80

Roberta Cristina Vanelli Guill	236	5.218.340-8	068.700.489-67
--------------------------------	-----	-------------	----------------

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 13.046/17.

Videira, 24 de agosto de 2017.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 24 dias do mês de agosto de 2017.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

DECRETO Nº 14.159/17

DECRETO Nº 14.159/17, DE 24 DE AGOSTO DE 2017.

Nomeia Leiloeiro

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 72, IX da Lei Orgânica do Município, e da Lei Federal nº 8.666/93, especialmente o art. 25 e suas alterações e da Instrução Normativa DREI Nº 17, DE 5/12/2013:

RESOLVE

Art. 1º Nomear Júlio Ramos Luz, matrícula AARC 162, regularmente inscrito na JUCESC, como Leiloeiro Oficial, convidado por sua notória e comprovada experiência, para realizar Leilão dos bens do Patrimônio Público Municipal.

Art. 2º A Inexigibilidade está fundamentada no artigo 25 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e na INSTRUÇÃO NORMATIVA DREI Nº 17, DE 5/12/2013 da JUCESC, devido também, ao Plano de Trabalho que incluirá ampla divulgação nos meios de comunicação, bem como, na internet e redes sociais.

Art. 3º O Leiloeiro está rigorosamente em dia com suas obrigações e nada receberá do município pelos serviços prestados.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 24 de agosto de 2017.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 24 dias do mês de agosto de 2017.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

DECRETO Nº 14.160/17

DECRETO Nº 14.160/17, DE 24 DE AGOSTO DE 2017.

Nomeia Assessor do Núcleo de Artes Visuais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações;

RESOLVE

Art. 1º Nomear, EDUARDO HENRIQUE BRIDI, para exercer o cargo comissionado de Assessor do Núcleo de Artes Visuais, símbolo DAS-6, criado pela Lei nº 2.100/09 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Turismo e Cultura.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a partir de 21 de agosto de 2017.

Videira, 24 de agosto de 2017.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 24 dias do mês de agosto de 2017.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

DECRETO Nº 14.161/17

DECRETO Nº 14.161/17, DE 24 DE AGOSTO DE 2017.

Nomeia Professor – Área de Atuação: Ensino Fundamental Séries Iniciais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 130/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 122/12 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, CLAUDIA WALBER NOVELLO, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 003/2014, homologado em 17 de dezembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor – Área de Atuação: Ensino Fundamental Séries Iniciais, criado pela Lei Complementar nº 122/12 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 24 de agosto de 2017.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 24 dias do mês de agosto de 2017.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

DECRETO Nº 14.162/17

DECRETO Nº 14.162/17, DE 24 DE AGOSTO DE 2017.

Nomeia Assessor do Departamento de Expediente

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações;

RESOLVE

Art. 1º Nomear, BRUNA RIVIERA, para exercer o cargo comissionado de Assessor do Departamento de Expediente, símbolo DAS-8, criado pela Lei nº 2.100/09 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 2 de setembro de 2017.

Videira, 24 de agosto de 2017.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 24 dias do mês de agosto de 2017.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

DECRETO Nº 14.163/17

DECRETO Nº 14.163/17, DE 25 DE AGOSTO DE 2017.

Nomeia servidor efetivo para realizar as funções de Contador do INPREVID – Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Videira.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA - SC, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o que consta no Ofício nº 204/2017, do INPREVID e,

Considerando a solicitação de exoneração da servidora efetiva do INPREVID – Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Videira, Edna Maria dos Santos da Silva, conforme consta no Decreto nº 14.153/17;

DECRETA

Art. 1º Fica nomeada para exercer temporariamente, até a posse do novo contador, as funções de Contadora do INPREVID – Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Videira, a servidora MARIA ANGÉLICA VANZ.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos a 16 de agosto de 2017.

Videira, 25 de agosto de 2017.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 25 dias do mês de agosto de 2017.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

LEI Nº 3.463/17

LEI Nº 3.463/17, DE 16 DE AGOSTO DE 2017.

Estabelece o Programa Permanente de Concessão de Estímulos Econômicos e Incentivos Fiscais do Município de Videira e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a conceder, a requerimento da parte interessada, mediante projeto e análise de viabilidade econômica, estímulos econômicos e incentivos fiscais à pessoa jurídica de direito privado ou pessoa física, que vier a se estabelecer e/ou iniciar atividades no Município.

§ 1º Os benefícios do “caput” também serão concedidos à pessoa jurídica de direito privado ou pessoa física já estabelecida, que ampliar de forma expressiva sua capacidade de faturamento e/ou absorção de mão-de-obra ou, ainda, introduzir novas tecnologias na região, prioritariamente na área rural do Município.

§ 2º Os benefícios concedidos, cuja a continuidade do empreendimento do beneficiário, necessitam de aporte financeiro de Instituições Financeiras, somente serão efetivados a partir da comprovação da liberação dos valores necessários para a continuidade do

projeto.

§3º Não terá direito aos benefícios desta Lei quem, a qualquer tempo, fora beneficiado com estímulos econômicos e/ou incentivos fiscais do Município e não atendeu aos propósitos que justificaram a concessão dos mesmos, devidamente comprovado por meio de processo administrativo, com exceção daqueles que tenham justificado e confessado o não atendimento, e devolvido o benefício de forma espontânea.

Art. 2º Os estímulos e incentivos a que se refere o artigo anterior poderão constituir-se, isolada ou cumulativamente de:

I - execução, no todo ou em parte, dos serviços de terraplanagem e infraestrutura necessários à implantação, ampliação pretendida ou manutenção que importe crescimento real;

II - destinação de áreas de terras necessárias, em locais adequados;

III - permuta de áreas em atendimento à solicitação de pessoa jurídica de direito privado ou pessoa física que explorar atividade industrial, comercial, turística ou agropecuária, já existentes, desde que enquadradas nas demais exigências desta Lei;

IV - isenção das taxas e demais emolumentos incidentes sobre a construção ou ampliação das instalações;

V - cessão gratuita ou onerosa de espaço para fins industriais, comerciais, turísticos ou agropecuários, por período de até 36 (trinta e seis) meses, prorrogável por igual período, desde que, cumpridas as obrigações assumidas no projeto inicial, em condomínios, incubadoras ou em unidades individuais;

VI - elaboração de projeto e/ou serviços de consultoria;

VII - outros benefícios quando o empreendimento for considerado de relevante interesse para o Município.

Art. 3º A solicitação do interessado será formulada por escrito, e encaminhada ao Chefe do Poder Executivo, que determinará a abertura de processo administrativo próprio, e encaminhamento à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Habitação.

§ 1º O processo será encaminhado para a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Habitação que fará a análise de viabilidade técnica e econômica do projeto.

§ 2º Após a conclusão prévia o processo será encaminhado para análise de viabilidade técnica e econômica do projeto a Comissão especificamente criada para esse fim.

§ 3º Da manifestação da Secretaria de Finanças quanto à possibilidade orçamentária e impacto financeiro, será o pedido encaminhado à Procuradoria Geral do Município, que dará parecer sobre a viabilidade legal do mesmo e, inclusive, sobre a possibilidade jurídica do objeto da atividade a ser desenvolvida pelo proponente.

§ 4º Instruído com os documentos referidos nos parágrafos anteriores, seguirá concluso ao Chefe do Executivo, que deliberará sobre sua execução, no prazo de 10 (dez) dias.

Art. 4º O requerimento do proponente para concessão de estímulos econômicos e incentivos fiscais, deverá ser instruído com o respectivo projeto nos termos do parágrafo primeiro deste artigo, e será encaminhado através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Habitação, que deverá emitir parecer técnico prévio, para a Comissão Especial, que deliberará sobre a viabilidade econômica dentro dos parâmetros elencados nesta Lei.

§ 1º O projeto de que trata este artigo, constará no mínimo de:

- I - propósito do empreendimento;
- II - estudo de viabilidade técnica e econômica;
- III - quadro de usos e fontes (recursos);
- IV - principais metas no tocante ao produto e vendas (previsão de mercado);
- V - fluxo de caixa;
- VI - impacto financeiro para o Município;
- VII - impacto social e ambiental para o Município;
- VIII - cronograma de implantação;
- IX - certidões negativas de impostos municipais, estaduais e federais;
- X - outras informações necessárias à avaliação.

§ 2º Para efeito de avaliação das solicitações enquadráveis na presente Lei, serão considerados, prioritariamente, projetos em função de:

- I - alcance social;
- II - utilização de matéria prima local;
- III - atividade pioneira;
- IV - aplicação de alta tecnologia;
- V - efeito multiplicador de atividade.

§ 3º O Chefe do Poder Executivo poderá reduzir as exigências estabelecidas no § 1º deste artigo quando se tratar de pessoa jurídica de direito privado ou pessoa física que venham a se instalar em incubadoras ou condomínios.

§ 4º A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Habitação é responsável por:

- I - orientação aos proponentes;
- II - recepção dos requerimentos;
- III - análise técnica prévia;
- IV - encaminhamento das providências necessárias à concretização dos atos de cessão e/ou doação;
- V - outras atividades pertinentes ao assunto.

§ 5º A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Habitação e a Comissão Especial poderão contratar técnicos para avaliar e opinar a respeito de projetos complexos e que necessitem de estudos mais detalhados, elaborando laudos nos quais o Chefe do Executivo se baseará para emitir decisão.

Art. 5º À pessoa jurídica de direito privado ou pessoa física beneficiada com os estímulos econômicos e incentivos fiscais é vedado:

I - em caso de doação, alienar ou ceder a qualquer título a terceiros, os terrenos recebidos do Poder Público Municipal, antes de decorridos 10 (dez) anos do início das atividades do empreendimento beneficiado pela presente Lei, com exceção da sucessão empresarial, devidamente comprovada e autorizada pelo Chefe do Poder Executivo;

II - dar utilização diversa da prevista no projeto ao empreendimento enquadrado nos benefícios desta Lei, antes de decorridos 05 (cinco) anos do início ou ampliação das atividades;

III - encerrar a atividade empresarial que deu causa a doação, cessão de direito real de uso ou cessão temporária.

Parágrafo Único - Compete ao Chefe do Poder Executivo, através de decisão, julgar sobre pedidos justificados de alteração de atividade dos empreendimentos beneficiados pela presente Lei, antes de decorrido o prazo previsto no inciso II deste artigo, após análise prévia da Comissão especial.

Art. 6º Cessarão os benefícios concedidos pela presente Lei aos beneficiados que deixarem de cumprir com os propósitos

manifestados na solicitação e contidos no projeto, ou, que venham a praticar qualquer espécie de ilícito, fraude ou sonegação, responsabilizando-se pelo recolhimento aos cofres públicos municipais do valor correspondente aos benefícios obtidos através desta Lei, devidamente corrigidos e acrescidos de juros legais.

§ 1º O valor devido poderá ser recolhido em até 10 (dez) parcelas mensais e sucessivas, atualizadas monetariamente pela Unidade Fiscal do Município (UFM).

§ 2º Comprovada a má-fé na utilização dos benefícios previstos nesta Lei, o Poder Público Municipal exigirá a imediata reposição dos valores correspondentes aos benefícios concedidos, acrescidos de multa não inferior a 20% (vinte por cento) sobre o valor da reposição, sem prejuízo de outras penalidades legais cabíveis.

Art. 7º Reverterão ao Poder Público Municipal as áreas concedidas, a título de estímulo econômico, bem como as benfeitorias nelas realizadas, quando não utilizadas em suas finalidades, independentemente de qualquer indenização.

Art. 8º Aos projetos relativos à exploração de atividades agropecuárias, ficará o proponente isento da apresentação do projeto previsto no artigo 4º, seus parágrafos e incisos desta Lei, quando a realização dos serviços não exceder o limite de 08h/m (oito horas/máquina), por ano.

Art. 9º Constarão do respectivo documento de cessão ou de doação feita nos termos desta Lei, cláusulas que citem expressamente as condições referidas nos incisos I e II, do artigo 5º e do artigo 7º.

Parágrafo Único - Em caso de doação ou cessão de direito real de uso, deverão ser obedecidas as regras constantes do artigo 123, da Lei Orgânica.

Art. 10 As despesas para execução da presente Lei correrão à conta de dotação própria do orçamento vigente.

Art. 11 Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 16 de agosto de 2017.
DORIVAL CARLOS BORGA
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 16 dias do mês de agosto de 2017.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

LEI Nº 3.469/17

LEI Nº 3.469/17, DE 24 DE AGOSTO DE 2017.

Institui o Alvará de Funcionamento Provisório no Município de Videira em consonância com as disposições contidas na Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, Faço saber a todos os munícipes que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído no Município de Videira o Alvará de Funcionamento Provisório, visando desburocratizar e simplificar a

implantação de novas empresas.

Art. 2º O Alvará de Funcionamento Provisório caracteriza-se pela concessão de licença, com vigência de 90 (noventa) dias, a título de autorização condicionada ao funcionamento e a instalação de atividade econômica, para posterior concessão de Alvará de Licença para Localização e/ou Funcionamento definitivo.

Parágrafo Único – O prazo de vigência poderá ser prorrogado por mais 90 (noventa) dias, mediante requerimento com justificativa válida do interessado e aprovação da Secretaria de Planejamento.

Art. 3º O Alvará de Funcionamento Provisório será concedido no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas do protocolo do requerimento, com a apresentação do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ e da Consulta Prévia de Localização válida e deferida.

§ 1º A Consulta Prévia de Localização, documento requerido pelo interessado antes da constituição da empresa nos órgãos competentes, será analisada, deferida ou indeferida pela Secretaria Municipal de Planejamento, segundo os critérios do parágrafo segundo.

§ 2º Será objeto de deferimento na Consulta Prévia de Localização para expedição do alvará provisório, apenas a compatibilidade da atividade com a legislação urbanística.

§ 3º A Consulta Prévia definirá os requisitos e medidas a serem cumpridos para a obtenção do Alvará de Licença para Localização e/ou Funcionamento definitivo, segundo a atividade, o porte, o grau de risco, a localização e a regularidade da construção.

Art. 4º Não será concedido Alvará de Funcionamento Provisório para as atividades consideradas de alto grau de risco, dentre outras que possam vir a ser regulamentadas pela Municipalidade, às seguintes:

- I - Fabricação de produtos alimentícios, de bebidas ou de produtos químicos, padaria, peixaria, açougue ou restaurante;
- II - Atividade de gestão de resíduos, água e esgoto;
- III - Fabricação de equipamento bélico, armas de fogo e munições, venda, depósito ou manipulação de derivados de petróleo, gás natural, produtos perigosos, inflamáveis, explosivos ou tóxicos;
- IV - Estabelecimentos de ensino, hospitais, cinemas, hotéis, motéis, pensões, boates, casas de show e outros estabelecimentos congêneres com aglomeração ou alojamento de pessoas;
- V - Estabelecimentos que possam produzir nível sonoro superior ao estabelecido pelo Código de Posturas;
- VI - Atividades eventuais, de comércio ambulante e autônomos.

Parágrafo Único. O Município de Videira poderá impor restrições às atividades dos estabelecimentos com Alvará de Funcionamento Provisório, no resguardo do interesse público.

Art. 5º Os órgãos competentes municipais deverão providenciar, no prazo de vigência do Alvará de Funcionamento Provisório, vistoria no estabelecimento visando à expedição dos atos necessários à emissão do Alvará de Licença para Localização e/ou Funcionamento, nos termos da legislação pertinente.

Art. 6º Para a liberação do Alvará de Licença para Localização e/ou Funcionamento definitivo, deverá o Contribuinte, antes de findo o prazo concedido pelo Alvará Provisório, apresentar no Departamento de Tributação os documentos exigidos pela Consulta Prévia de Localização e os seguintes:

- I - Documento de constituição da empresa, devidamente registrado no órgão competente;
- II - Vistoria do corpo de bombeiros;
- III - Vistoria Sanitária;
- IV - Habite-se.

Art. 7º O Alvará de Funcionamento Provisório será cancelado/casado se:

- I - Não for apresentada a documentação exigida no prazo de vigência do Alvará de Funcionamento Provisório;
- II - Encerrada as atividades;
- III - Tratar de negócio diferente do requerido e liberado;
- IV - Forem infringidas quaisquer disposições referentes aos controles de poluição, se o funcionamento do estabelecimento causar danos, prejuízos, incômodos, ou puser em risco por qualquer forma a segurança, o sossego, a saúde e a integridade física da vizinhança ou da coletividade;
- V - Ocorrer reincidência de infrações às posturas municipais;
- VI - For expedido com inobservância de preceitos legais e regulamentares;
- VII - Ficar comprovada a falsidade ou inexatidão de qualquer declaração ou documento.

Art. 8º Será pessoalmente responsável pelos danos causados à empresa, ao município e/ou a terceiros os que, dolosamente, prestarem informações falsas ou sem a observância das Legislações federal, estadual ou municipal pertinente.

Art. 9º O não cumprimento das providências no prazo de vigência do Alvará de Funcionamento Provisório resultará no fechamento do estabelecimento e aplicação de multa de 200 (duzentas) Unidades Fiscais Municipal.

Parágrafo Único. A reabertura do estabelecimento somente ocorrerá com a liberação do alvará definitivo e o cumprimento de todas as providências do Alvará de Funcionamento Provisório.

Art. 10 Em casos de alteração de endereço e/ou de atividade da empresa, poderá ser concedido o Alvará de Funcionamento Provisório, precedido de Consulta Prévia de Localização.

Art. 11 Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei nº 1.931/2007.

Videira, 24 de agosto de 2017.

DORIVAL CARLOS BORGA

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 24 dias do mês de agosto de 2017.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

LEI Nº 3.470/17

LEI Nº 3.470/17, DE 24 DE AGOSTO DE 2017.

Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2018 a 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores de Videira aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Plano Plurianual (PPA) do Município de Videira, para o período de 2018 a 2021, constituído pelos Anexos I, II e III, que são partes integrantes desta Lei, será executado nos termos das respectivas Leis de Diretrizes Orçamentárias de cada exercício e do Orçamento Anual.

Art. 2º O PPA é instrumento de planejamento governamental que

define diretrizes, objetivos e metas com o propósito de viabilizar a implementação e a gestão das políticas públicas, convergir a dimensão estratégica da ação governamental e orientar a definição de prioridades.

Parágrafo Único - Para fins desta lei, considera-se:

I - Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;

II - Diagnóstico, a identificação da realidade existente, de forma a permitir a caracterização e a mensuração dos problemas e necessidades;

III - Diretrizes, conjunto de critérios de ação e decisão que devem disciplinar e orientar a atuação governamental;

IV - Objetivos, os resultados que se pretende alcançar com a realização das ações governamentais;

V - Ações, o conjunto de procedimentos e trabalhos governamentais com vistas à execução do programa, e serão distribuídas através dos projetos e atividades a serem executadas no decorrer da vigência deste plano.

Art. 3º O PPA reflete as políticas públicas e organiza a atuação governamental por meio de programas codificados, que serão observados nas leis de diretrizes orçamentárias e nas leis orçamentárias anuais.

Art. 4º Integram o PPA os seguintes anexos:

- Anexo I Previsão das Receitas para o período;
- Anexo II Relação dos Programas;
- Anexo III Ações por Programa de Governo.

Art. 5º Os valores previstos no PPA serão automaticamente atualizados pelas leis de diretrizes orçamentárias e orçamentos anuais.

Art. 6º O PPA somente poderá ser alterado por lei específica para esta finalidade.

Art. 7º O Poder Executivo, para compatibilizar as alterações promovidas pelas leis orçamentárias anuais e pelas leis que as modifiquem, fica autorizado atualizar os valores do PPA a cada LDO E LOA.

Art. 8º As prioridades de cada exercício serão estabelecidas em audiência pública, para serem incluídas na lei de diretrizes orçamentárias de cada exercício e na lei orçamentária anual, respeitando o disposto no art. 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 9º Os investimentos em Obras e Instalações, constantes do Plano Plurianual, somente poderão ser iniciados com prévia inclusão na Lei de Diretrizes Orçamentárias, ou com lei específica que autorize a sua inclusão.

Art. 10 As ações, constantes nos anexos deste Plano, a serem executadas através de recursos de convênios, têm seus valores fixados pelo valor da contrapartida.

Art. 11 Os Projetos de Obras em andamento terão sempre prioridade sobre os demais.

Art. 12 Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 24 de agosto de 2017.

DORIVAL CARLOS BORGA

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 24 dias do mês de agosto de 2017.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0739/17

PORTARIA nº 0739/17

Autoriza o Uso do Largo da Estação Ferroviária

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, parágrafo 4º, da Lei Orgânica do Município, e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 25247/2017;

RESOLVE

Art. 1º Autorizar o uso do Largo da Estação Ferroviária, no dia 23 de setembro, das 9h00min às 12h00min, no dia 7 de outubro de 2017, das 9h00min às 16h00min, 28 de outubro, das 9h00min às 12h00min e 11 de novembro de 2017, no período das 9h00min às 17h00min, pelo Lions Clube Videira Centro, para divulgação de evento em "13º Bingão da Visão", a realizar-se no dia 12 de novembro de 2017.

§1º Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

- a. Serviço de segurança no local do evento;
- b. Fica vedado a instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar o local;
- c. Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;
- d. Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;
- e. Ao pagamento da taxa referente ao ECAD – Escritório Central de Arrecadação de Direitos Autorais, no prazo de 72 (setenta e duas) horas antes da realização do evento, nos casos de utilização de músicas de artistas que estão em atividade ou, que faleceram há menos de 70 (setenta) anos;
- f. Será de responsabilidade exclusiva da entidade, o pagamento de quaisquer despesas, tributos, tarifas, emolumentos, ou contribuições, federais, estaduais ou municipais, que decorram da presente autorização, bem como da atividade para a qual a presente autorização lhe é concedida, cabendo-lhe providenciar, especialmente os alvarás e seguros obrigatórios legalmente exigíveis e quaisquer outras exigências legais;
- g. Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;
- h. Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;
- i. Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.

§2º A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer casualidade sobre os participantes do referido evento, ficando os organizadores inteiramente responsáveis pelos mesmos.

§3º Fica proibida a obstrução da passagem de pedestres, em calçadas e passeios pelo Lions Clube Videira Centro, quando da realização do evento.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos

da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 23 de agosto de 2017.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 23 dias do mês de agosto de 2017.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0740/17

PORTARIA nº 0740/17

Designa Fiscal de Obra decorrente de Contrato Administrativo

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX da Lei Orgânica do Município e em conformidade com o art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

RESOLVE

Art. 1º Designar MAIZE CARLA CARLESSO DAIÇÃO, brasileira, casada, inscrito no CPF sob o nº 074.783.299-42, nomeada no cargo efetivo de Engenheira Civil, matrícula nº 15.603, para acompanhamento e fiscalização das obras decorrentes do Processo Licitatório, Tomada de Preços nº 11/2016-PMV, Contrato Administrativo nº CT 146/2016, cujo objeto é a contratação de empresa para executar ampliação e reforma da edificação em alvenaria do C.E.M.E.I. Irmã Concilia (ampliação: 66,08 m² e reforma geral: 449,28 m²), por meio da Secretaria de Educação.

Art. 2º Incumbe ao fiscal acima designado acompanhar e fiscalizar a execução da obra acima referida, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 0425/17.

Videira, 23 de agosto de 2017.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 23 dias do mês de agosto de 2017.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0741/17

PORTARIA nº 0741/17

Autoriza o Uso de Espaços Públicos Municipais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, da Lei Orgânica do Município, e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 25243/2017,

RESOLVE

Art. 1º Autorizar o uso do Centro de Eventos Vitória – CEVI, pela Escola de Educação Infantil Per Tutti Bambini, no dia 2 de dezembro

de 2017, das 19h00min às 22h30min, para realização da Noite Cultural e Formatura da turma de Jardim III.

§1º Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

- a. Serviço de segurança no local do evento;
- b. Proibição de venda de produtos fumíferos (cigarros, charutos, etc.), bebidas alcoólicas ou embaladas em garrafas de vidro;
- c. Proibição de comercialização de alimentos e bebidas no local;
- d. Fica vedado a instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar a o local;
- e. Ao pagamento da taxa referente ao ECAD – Escritório Central de Arrecadação de Direitos Autorais, no prazo de 72 (setenta e duas) horas antes da realização do evento, nos casos de utilização de músicas de artistas que estão em atividade ou, que faleceram há menos de 70 (setenta) anos;
- f. Será de responsabilidade exclusiva da entidade, o pagamento de quaisquer despesas, tributos, tarifas, emolumentos, ou contribuições, federais, estaduais ou municipais, que decorram da presente autorização, bem como da atividade para a qual a presente autorização lhe é concedida, cabendo-lhe providenciar, especialmente os alvarás e seguros obrigatórios legalmente exigíveis e quaisquer outras exigências legais;
- g. Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;
- h. Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;
- i. Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;
- j. Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;
- k. Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.

§2º A fim de apurar eventuais danos cabe a Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, através de servidor devidamente qualificado, vistoriar e atestar, por meio de termo de devolução, as condições das dependências do Centro de Eventos Vitória, quando da devolução do mesmo.

§3º A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer casualidade sobre os participantes do referido evento, ficando a Escola de Educação Infantil Per Tutti Bambini, inteiramente responsável pelo mesmo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 24 de agosto de 2017.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 24 dias do mês de agosto de 2017.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0742/17

PORTARIA nº 0742/17

Autoriza o uso do Centro Poliesportivo Sérgio Marafon

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, parágrafo 4º, da Lei Orgânica do Município, e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 25040/17,

RESOLVE

Art. 1º Autorizar o uso do Centro Poliesportivo Sérgio Marafon, pelo Movimento Eclesial da Renovação Carismática católica Santa Catarina, nos dias 13 a 18 de setembro de 2017, para realização do XVI Congresso Estadual da Renovação Carismática católica de Santa Catarina.

§1º Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

- a. Serviço de segurança no local do evento;
- b. Fica vedado a instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar o local;
- c. Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;
- d. Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;
- e. Ao pagamento da taxa referente ao ECAD – Escritório Central de Arrecadação de Direitos Autorais, no prazo de 72 (setenta e duas) horas antes da realização do evento, nos casos de utilização de músicas de artistas que estão em atividade ou, que faleceram há menos de 70 (setenta) anos;
- f. Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;
- g. Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;
- h. Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.

§2º A fim de apurar eventuais danos cabe a Fundação Municipal de Esportes de Videira, através de servidor devidamente qualificado, vistoriar e atestar, por meio de termo de devolução, as condições das dependências do Centro Poliesportivo Sérgio Marafon e demais materiais quando da devolução dos mesmos.

§3º A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer casualidade sobre os participantes do referido evento, ficando o organizador inteiramente responsável pelos mesmos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 24 de agosto de 2017.

DORIVAL CARLOS BORG

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 24 dias do mês de agosto de 2017.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0743/17

PORTARIA nº 0743/17

Nomeia Comissão de Sindicância para apurar os fatos referidos no Processo Administrativo nº 16000/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 276, da Lei Complementar nº 129/12,

RESOLVE

Art. 1º Designar os servidores RODOLFO PIRES FILHO, LUCIANE MARIA DOS SANTOS e DIONISIO ROBASKEWICZ NETO, para, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão de Sindicância, a fim de apurarem, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, os fatos referidos no Processo Administrativo nº 16000/17.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 24 de agosto de 2017.

DORIVAL CARLOS BORG

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 24 dias do mês de agosto de 2017.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0744/17

PORTARIA nº 0744/17

Nomeia Comissão de Processo Disciplinar para apurar os fatos referidos no Processo Administrativo nº 9075/2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 276, da Lei Complementar nº 129/12,

RESOLVE

Art. 1º Designar os servidores RODOLFO PIRES FILHO, PATRICK FERRÃO CUSTÓDIO e MARIAN DE MIRANDA GIRARDI para, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão de Processo Disciplinar, a fim de apurarem, no prazo de 90 (noventa) dias, os fatos referidos no Processo Administrativo nº 9075/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 24 de agosto de 2017.

DORIVAL CARLOS BORG

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 24 dias do mês de agosto de 2017.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0745/17

PORTARIA nº 0745/17

Nomeia Comissão de Sindicância para apurar os fatos referidos no Processo Administrativo nº 15081/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 276, da Lei Complementar nº 129/12,

RESOLVE

Art. 1º Designar os servidores LUCIANE MARIA DOS SANTOS GEMO, PATRICK FERRÃO CUSTÓDIO e KELI CRISTINA MEZAROB DAL PIZZOL, para, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão de Sindicância, a fim de apurarem, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, os fatos referidos no Processo Administrativo nº 15081/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 24 de agosto de 2017.

DORIVAL CARLOS BORG

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 24 dias do mês de agosto de 2017.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0746/17

PORTARIA nº 0746/17

Autoriza o Uso de Espaços Públicos Municipais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, parágrafo 4º, da Lei Orgânica do Município, e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 25384/2017,

RESOLVE

Art. 1º Autorizar o uso do Largo da Estação Ferroviária, da Praça do Lazer e Concha Acústica, pelo CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, juntamente com o Departamento de Ação Social, no dia 23 de setembro de 2017, para a realização de uma ação alusiva ao "Dia Estadual de Combate à Exploração Sexual Infantojuvenil", celebrado na data de 24 de setembro de 2017.

§1º Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

- Serviço de segurança no local do evento;
- Proibição de venda de produtos fumíferos (cigarros, charutos, etc), bebidas alcoólicas ou embaladas em garrafas de vidro;
- Fica vedado a instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar a o local;
- Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;
- Ao pagamento da taxa referente ao ECAD – Escritório Central de Arrecadação de Direitos Autorais, no prazo de 72 (setenta e duas) horas antes da realização do evento, nos casos de utilização de músicas de artistas que estão em atividade ou, que faleceram há menos de 70 (setenta) anos;
- Será de responsabilidade exclusiva da entidade, o pagamento de

quaisquer despesas, tributos, tarifas, emolumentos, ou contribuições, federais, estaduais ou municipais, que decorram da presente autorização, bem como da atividade para a qual a presente autorização lhe é concedida, cabendo-lhe providenciar, especialmente os alvarás e seguros obrigatórios legalmente exigíveis e quaisquer outras exigências legais;

g. Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;

h. Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;

i. Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;

j. Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.

§3º Fica proibida a obstrução da passagem de pedestres, em calçadas e passeios pela Paróquia Imaculada Conceição, quando da realização do evento.

§4º A fim de apurar eventuais danos cabe a Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, através de servidor devidamente qualificado, vistoriar e atestar, por meio de termo de devolução, as condições das dependências da Praça do Lazer, da Concha Acústica e do Largo da Estação Ferroviária, quando da devolução dos mesmos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 25 de agosto de 2017.

DORIVAL CARLOS BORG

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 25 dias do mês de agosto de 2017.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0747/17

PORTARIA nº 0747/17

Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 129/12 e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 15304/2017,

RESOLVE

Art. 1º Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses ao servidor VALCIR DOS SANTOS, Trabalhador Braçal, a partir de 02 de outubro de 2017 até 02 de janeiro de 2018, referente ao quinquênio de 1º de julho de 1999 até 30 de junho de 2004.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 02 de outubro de 2017.

Videira, 25 de agosto de 2017.

DORIVAL CARLOS BORG

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 25 dias do mês de agosto de 2017.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0748/17

PORTARIA nº 0748/17
Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 129/12 e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 25180/2017,

RESOLVE

Art. 1º Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses ao servidor DANIEL VERZA, Trabalhador Braçal, a partir de 02 de outubro de 2017 até 02 de janeiro de 2018, referente ao quinquênio de 5 de junho de 1998 até 4 de junho de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 02 de outubro de 2017.

Videira, 25 de agosto de 2017.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 25 dias do mês de agosto de 2017.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0749/17

PORTARIA nº 0749/17
Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 129/12 e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 15155/2017,

RESOLVE

Art. 1º Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses ao servidor GUSTAVO SCHENATO, Carpinteiro, a partir de 02 de outubro de 2017 até 02 de janeiro de 2018, referente ao quinquênio de 1º de julho de 2004 até 30 de junho de 2009.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 02 de outubro de 2017.

Videira, 25 de agosto de 2017.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 25 dias do mês de agosto de 2017.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0750/17

PORTARIA nº 0750/17
Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 129/12 e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 15264/2017,

RESOLVE

Art. 1º Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses ao servidor WOLMAR ERDMANN, Agente de Fiscalização Nível de Superior, a partir de 02 de outubro de 2017 até 02 de janeiro de 2018, referente ao quinquênio de 1º de março de 1997 até 28 de fevereiro de 2002.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 02 de outubro de 2017.

Videira, 25 de agosto de 2017.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 25 dias do mês de agosto de 2017.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0751/17

PORTARIA nº 0751/17
Concede Promoção Horizontal por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 33 e seguintes, da Lei Complementar nº 122, de 04 de abril de 2012, bem como, Comunicação Interna do Departamento Pessoal datada de 24 de agosto de 2017.
RESOLVE

Art. 1º Conceder Promoção Horizontal por Merecimento, ao servidor CLAUDIO ROBERTO PISTORE, Especialista em Educação, do nível B-02 para o nível B-03, relativa ao período de avaliação de 1º de agosto de 2014 até 1º de agosto de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de agosto de 2017.

Videira, 25 de agosto de 2017.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 25 dias do mês de agosto de 2017.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

CÂMARA MUNICIPAL**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 01/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE VIDEIRA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 01/2017

Pelo presente edital, fica notificada a empresa Pro Thalles Construções EIRELI - ME, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 25.285.088/0001-66, estabelecida na Rua Vereador Euclides D Agostini, nº 47, Centro, na cidade de Lacerdópolis - SC, de que tem o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da presente publicação, para cumprir o Contrato de Prestação de serviços nº 05/2016 ou apresentar defesa prévia, referente ao Processo Licitatório modalidade Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 01/2016. Em razão de ter sido frustrada a notificação via postal, eis que o carteiro não foi atendido e o destinatário não retirou o objeto na Unidade dos Correios, é feita a notificação pelo presente edital. A não apresentação da defesa no prazo supramencionado ensejará a aplicação das sanções legais cabíveis. Videira, 28 de agosto de 2017. WILSON ANTONIO PAEZE SEGUNDO. Presidente

Vitor Meireles

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO 043/2017

PROCESSO DE LICITAÇÃO 043/2017
EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO Nº 002/ 2017.
PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES

O município de VITOR MEIRELLES, SC, com sede na Rua Santa Catarina, nº 2.266, Centro, Vitor Meireles, SC, CEP 89.148/000, inscrito no CNPJ/MF sob nº 79.372.520/0001-85, torna público aos interessados que fará realizar LEILÃO PÚBLICO PRESENCIAL E ONLINE às 09h 30min do dia 14 de SETEMBRO de 2017, tendo como local o AUDITÓRIO DA PREFEITURA, sito a Rua Santa Catarina, nº 2.266, Centro, cidade de Vitor Meireles, SC. O leilão será conduzido pelos Leiloeiros PÚBLICOS Oficiais SR. AGENOR LUIS DA SILVEIRA, matrícula AARC/341 e SR. JÚLIO RAMOS LUZ, matrícula AARC/162, JUCESC, para venda à vista de bens móveis e imóveis inservíveis. Edital completo com as descrições poderá ser obtido na Prefeitura ou através dos sites WWW.TCHELEILOES.COM.BR ou WWW.VITORMEIRELLES.SC.GOV.BR, ou ainda pelos telefones (47) 3258 0211 ou 3258 0336 na Prefeitura ou (47) 3521 7730 com o Leiloeiro. Aplica-se à presente licitação, as disposições da Lei nº 8.666/93, incluindo as alterações posteriores. Leia atentamente o edital.

Vitor Meireles (SC), em 28 de Agosto de 2017.
BENTO FRANCISCO SILVY
PREFEITO MUNICIPAL DE VITOR MEIRELLES

DECRETO Nº 055/2017

DECRETO N. 055, DE 25 de agosto de 2017.

APROVA REGIMENTO INTERNO DA COMISSÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DO MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES.

O Prefeito Municipal de Vitor Meireles, no exercício de suas atribuições, e em conformidade com o art. 79, inciso VI e art. 109, alínea "f" da Lei Orgânica

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o Regimento Interno da Comissão Municipal de Esportes de Vitor Meireles (SC), conforme anexo I que passa a ser parte integrante do presente Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Vitor Meireles, 25 de agosto de 2017.

BENTO FRANCISCO SILVY

Prefeito Municipal

PUBLICADO E REGISTRADO NA DATA

VITOR MEIRELES, __/__/____.

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11
ANEXO I

REGIMENTO INTERNO DA
COMISSÃO MUNICIPAL DE ESPORTES - CME

TÍTULO I
DA COMISSÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. O presente Regimento Interno disciplina o funcionamento do da CME – Comissão Municipal de Esportes de Vitor Meireles

CAPÍTULO II

DA NATUREZA E COMPOSIÇÃO

Art. 2º. A Comissão Municipal de Esportes – C.M.E. é por sua natureza órgão normativo, consultivo, deliberativo e fiscalizador da política de organização do Desporto Municipal e da Justiça Desportiva do Município de Vitor Meireles.

§ 1º. Como órgão normativo deverá expedir resoluções definindo e disciplinando a política esportiva, atendendo e defendendo os direitos dos atletas em todos os níveis e idades.

§ 2º. Como órgão consultivo emitirá parecer, através de comissões especiais, sobre todas as consultas que lhes forem dirigidas sobre a política dentro do desporto e da justiça desportiva de nosso Município.

§ 3º. Como órgão deliberativo, reunir-se-á em sessões plenárias, decidindo, após ampla discussão, e por maioria simples de votos, todas as matérias que lhe forem pertinentes.

§ 4º. Como órgão fiscalizador, acompanhará todas as competições promovidas pela Comissão Municipal de Esportes de Vitor Meireles, receberá comunicações oficiais, representações ou reclamações da entidade que dirige o desporto municipal e suas comissões, deliberando em plenário e dando a solução adequada.

CAPÍTULO III

DA COMPOSIÇÃO DA C.M.E.

Art. 3º A Comissão Municipal de Esporte será constituída por até 4 (quatro) membros titulares, todos de ilibada reputação e competência na área desportiva, de livre nomeação do Prefeito dentre os representantes de entidades ligadas ao esporte no âmbito municipal, entre os quais os representantes do órgão gestor do esporte e lazer no município são membros natos.

Art. 4º O mandato dos conselheiros será de 02 (dois) anos, podendo ser reeleitos por uma única vez.

CAPÍTULO IV

DA PRESIDÊNCIA E DA VICE-PRESIDÊNCIA DA C.M.E

Art. 5º. São atribuições do PRESIDENTE da Comissão Municipal de Esportes:

I - cumprir e fazer cumprir o Regimento Interno da CME, bem como as decisões da Comissão Municipal de Esportes;

II - organizar, dirigir, supervisionar e controlar as atividades técnicas necessárias à consecução dos objetivos da CME;

III - manter contatos com órgãos federal, estaduais e municipais e da área privada visando à integração de programas e projetos, quando delegados pelo Diretor de Esportes;

IV - coordenar junto com o Secretário Municipal de Esportes, a realização das promoções da CME;

V - exercer outras atribuições de natureza técnica determinadas pelo Diretor de Esportes, ou que estiverem definidas no Regimento Interno;

VI - zelar pelo prestígio da CME;

Art. 6º. Compete ao Vice-Presidente da Comissão Municipal de

Esportes:

- I – substituir o Presidente nas suas ausências ou impedimento;
- II – participar das discussões e votações nas sessões plenárias;
- III – participar das comissões especiais quando indicado pelo Diretor de Esportes.

**CAPÍTULO V
DA SECRETARIA****Art. 7º. A secretaria manterá:**

- I – livro ata das sessões e reuniões;
- II – pasta para arquivos de correspondências.

Art. 8º. Ao secretário compete:

- I – secretariar as reuniões da CME e da Comissão Disciplinar;
- II – despachar com o Presidente;
- III – arquivar documentos.

**CAPÍTULO VI
DO DIRETOR DE ESPORTES****Art. 9º. Ao Diretor de Esportes compete:**

- I – auxiliar na organização e andamento das competições;
- II – elaborar e coordenar programas e projetos especiais, de iniciação esportiva, de competição e de alto rendimento, em parceria com a Secretaria Municipal de Esportes.

TÍTULO II**DAS COMISSÕES ESPECIAIS****CAPÍTULO I
DA JUNTA DISCIPLINAR ESPORTIVA**

Art. 10. A Junta Disciplinar Desportiva é órgão delegado e auxiliar da Comissão Municipal de Esportes, a quem compete verificar, visoriar, fiscalizar julgar e emitir parecer sobre as matérias que lhe forem atribuídas.

Art. 11. A Junta Disciplinar Desportiva é composta de 06 (seis) membros: sendo Presidente, Vice Presidente, secretário, e 03 (três) membros titulares, todos indicados pela Comissão Municipal de Esportes - C.M.E.

Parágrafo único. A desistência ou a ausência de qualquer membro da Comissão Disciplinar em três reuniões consecutivas, determinará o seu afastamento automático e a sua substituição será determinada pela Comissão Municipal de Esportes - C.M.E.

Art. 12. São atribuições do Presidente da Junta Disciplinar Desportiva:

- I – decidir soberanamente as questões de ordem, reclamações ou solicitações do público.
- II – convocar sessões / reuniões.
- III - assinar os ofícios com as decisões da Comissão Disciplinar.
- IV – instaurar sindicância e processo administrativo, disciplinar para apurar eventuais irregularidades no que diz respeito as promoções esportivas promovidas pela C.M.E.

**SEÇÃO I
DA ESCOLHA**

Art. 13. O processo de escolha dos membros da Junta Disciplinar Desportiva será feito em comum acordo com os membros da Comissão Municipal de Esportes.

Art. 14. Serão exigidos os seguintes requisitos para exercer as funções de membro da Junta Disciplinar Desportiva:

- I – reconhecida idoneidade moral;
- II – idade superior a 21 anos;

III – residir no Município.

§ 1º. A Junta Disciplinar Desportiva será composta de um Presidente, um Vice Presidente, um secretário, e três membros titulares § 2º. Os componentes da Junta Disciplinar Desportiva serão nomeados pela Comissão Municipal de Esportes - C.M.E.

§ 2º. Todas as decisões tomadas e aprovadas pela Junta Disciplinar Desportiva, não caberá recurso.

**SEÇÃO II
DAS SESSÕES**

Art. 15. As sessões serão Extraordinárias e sempre convocadas pela Presidência.

Parágrafo Único. As sessões só poderão ter início com a presença de todos os componentes da Junta Disciplinar Desportiva, para só então iniciar as deliberações.

**TÍTULO III
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS****DAS NORMAS GERAIS**

Art. 16. As reformas estatutárias que se fizerem necessárias, depois de aprovadas pela Comissão Municipal de Esportes, serão encaminhadas para apreciação do Prefeito Municipal para aprovação definitiva.

Art. 17. Os bens, direitos e recursos da Comissão Municipal de Esportes, serão aplicados exclusivamente, nas operações e na execução de programas compatíveis com os objetivos da entidade.

Art. 18. O Secretário Municipal de Esportes juntamente com o Presidente da CME, remeterão ao Prefeito (a) Municipal no mês de dezembro de cada exercício, relatório circunstanciado de suas atividades, retratando de forma clara e precisa a execução financeira e orçamentária, que será apreciada e submetida a parecer.

Art. 19. A Comissão Municipal de Esportes, através da Junta Disciplinar Desportiva, basear-se-á no livro de infrações criado pela Comissão Municipal de Esportes e no Código de Justiça Desportiva do Estado de Santa Catarina, para resolver casos exclusivos de indisciplina nas promoções realizadas pela C.M.E. de Vitor Meireles e no que dispuser este regimento.

Art. 20. Quando a decisão não puder ser proferida desde logo, mas houver indício veemente contra o denunciado por infração de natureza grave, a Junta Disciplinar Desportiva, através do seu Presidente e fundamentando em sua decisão, poderá suspendê-lo, preventivamente.

Parágrafo único. O prazo da suspensão preventiva, quando for o caso, será compensado na suspensão definitiva.

Art. 21. Desacato, agressão física ou tentativa de agressão a qualquer funcionário público no desempenho de suas funções, o agressor será denunciado a Delegacia de Polícia para registro de ocorrência.

Art. 22. Os casos omissos no presente Regimento, não resolvidos pela Comissão Municipal de Esportes, serão submetidos ao Prefeito Municipal para decisão a respeito.

**CAPÍTULO II
DAS FINALIDADES**

Art. 23. É finalidade básica da Comissão Municipal de Esportes, a implantação das seguintes políticas públicas:

I - DESPORTO EDUCACIONAL – assim entendido aquele praticado através do sistema de ensino e formas assistemáticas de educação, evitando-se a seletividade e a hipercompetitividade de seus

participantes, com a finalidade de alcançar o desenvolvimento integral e a formação para a cidadania e o lazer;

II - DESPORTO PARTICIPATIVO – assim entendido aquela praticado de modo voluntário, compreendendo as atividades desportivas, físicas e intelectuais praticadas com a finalidade de contribuir para a integração social dos praticantes, na promoção da saúde e da educação;

III - DESPORTO DE ALTO RENDIMENTO – assim entendido aquele praticado segundo as normas nacionais e internacionais, com o objetivo de obter resultados e integrar pessoas e comunidades;

Art. 24. Este Regimento foi lido, discutido e reformulado, passando a ter vigência a partir da data da publicação do Decreto que o aprovou.

DECRETO Nº 056/2017

DECRETO N. 056, DE 25 de agosto de 2017.

APROVA REGULAMENTO DE ÉTICA DESPORTIVA DO MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES.

O Prefeito Municipal de Vitor Meireles, no exercício de suas atribuições, e em conformidade com o art. 79, inciso VI e art. 109, alínea “f” da Lei Orgânica

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o Regulamento de Ética Desportiva do Município de Vitor Meireles, conforme anexo I que passa a ser parte integrante do presente Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Vitor Meireles, 25 de agosto de 2017.

BENTO FRANCISCO SILVY

Prefeito Municipal

PUBLICADO E REGISTRADO NA DATA
VITOR MEIRELES, __/__/____.

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11
ANEXO I

REGULAMENTO DE ETICA DESPORTIVA

TÍTULO I - CRIAÇÃO, DURAÇÃO, FINALIDADE E OBJETIVO

Art. 1º A partir desta data, fica instituído O REGULAMENTO DE ÉTICA DESPORTIVA DA CME/VM, tendo sua validade por tempo indeterminado.

Art. 2º O regulamento tem por finalidade estabelecer normas para padronizar a conduta da JUNTA DISCIPLINAR DESPORTIVA DA CME/VM, por ocasião da aplicação de sanções disciplinares aos participantes que porventura pratiquem atos ou atitudes que conflitem com a ética desportiva nas diversas competições da CME/VM, visando os direitos e deveres individuais e coletivos dos organizadores e competidores e seus dependentes, fixados na Constituição Federal e em legislação vigente no País.

Parágrafo Único. A COMISSÃO MUNICIPAL DE ESPORTE poderá criar Normas específicas e com tratamento diferenciado para cada tipo de modalidade esportiva, devendo conter nestas Normas as sanções disciplinares a serem impostas.

TÍTULO II

JUNTA DISCIPLINAR DESPORTIVA

Art. 3º A JUNTA DISCIPLINAR DESPORTIVA, tem a respectiva atribuição de analisar os casos envolvendo integrantes de equipes que disputarem competições municipais, estabelecendo sanções disciplinares, a serem aplicadas conforme prevê este Regulamento,

sendo que destas decisões não caberá recurso aos competidores e seus dependentes, conforme o Art. 09 deste regulamento.

§ 1º - Agressões verbais ou físicas contra Árbitros, Organizadores e/ou Funcionários em serviço, serão obrigatoriamente relatadas à JUNTA DISCIPLINAR DESPORTIVA, que de acordo com o Art. 7º, determinará a instauração de Procedimento Disciplinar pela Comissão de Esportes e o seu protagonista, uma vez confirmada a agressão, poderá ser eliminado do torneio.

§ 2º - Agressões verbais e físicas entre atletas, por consequência de disputa esportiva de qualquer natureza, serão julgadas pela JUNTA DISCIPLINAR DESPORTIVA, conforme prevê este Regulamento.

§ 3º - As decisões da JUNTA DISCIPLINAR DESPORTIVA e as sanções disciplinares aplicadas, deverão estar de acordo com o que prevê este Regulamento podendo, a seu juízo, consultar documentos emitidos pelo Tribunal de Justiça Desportiva de Santa Catarina e o Código Brasileiro de Justiça Desportiva.

Art. 4º JUNTA DISCIPLINAR DESPORTIVA terá a seguinte composição: Presidente, Secretário e mais quatro membros da Comissão Municipal de Esportes.

Parágrafo Único: Deverá haver a presença mínima de 06 (seis) membros por ocasião dos trabalhos da JUNTA DISCIPLINAR DESPORTIVA.

Art. 5º O presidente da JUNTA DISCIPLINAR DESPORTIVA pode, de ofício, solicitar o comparecimento de funcionário atleta para oitivas sobre os fatos da causa. O atleta na condição de testemunha assumirá o compromisso de bem servir o desporto, de dizer a verdade sobre o que souber e lhe for perguntado.

Art. 6º JUNTA DISCIPLINAR DESPORTIVA poderá instaurar um Procedimento Disciplinar, com a finalidade de apurar a existência de infração disciplinar e determinar a sua autoria.

Art. 7º JUNTA DISCIPLINAR DESPORTIVA não vai instaurar um Procedimento Disciplinar, quando for para analisar e aplicar sanções disciplinar decorrentes de fatos e/ou atos consequentes das disputas de competições municipais, devidamente tipificados neste regulamento e em outras normas que forem regularmente aprovadas. Neste caso a JUNTA DISCIPLINAR DESPORTIVA fará uma reunião entre os membros da Comissão e após concluído os trabalhos, será feita a ATA DE SANÇÃO DISCIPLINAR aplicada ao protagonista, para conhecimento geral de todos os participantes do respectivo campeonato.

Parágrafo Único: A JUNTA DISCIPLINAR DESPORTIVA deverá manter um controle das sanções disciplinares aplicadas aos associados, para futuras consultas nos casos de reincidência.

Art. 8º A súmula e o relatório dos árbitros e auxiliares gozarão da presunção relativa de veracidade.

§ 1º - todos os meios legais, bem como os moralmente legítimos, ainda que não especificados neste Código, são hábeis para provar a verdade dos fatos alegados junto a JUNTA DISCIPLINAR DESPORTIVA. Independem de prova os fatos notórios, os alegados por uma parte e confessados pela parte contrária e que gozarem da presunção de veracidade.

Art. 9º. A JUNTA DISCIPLINAR DESPORTIVA não poderá admitir a revisão das sanções disciplinares aplicadas.

TÍTULO III

TIPIFICAÇÃO DA SANÇÃO DISCIPLINAR

Art. 10. É punível toda infração disciplinar, tipificada no presente Código.

Parágrafo Único: Nenhum atleta será sancionado disciplinarmente por fato que lei posterior deixe de considerar infração disciplinar, cessando em virtude dela a execução e os efeitos da punição. A lei posterior que, de outro modo favoreça o infrator, aplica-se ao fato não definitivamente julgado. Considera-se praticada a infração no momento da ação ou omissão, ainda que outro seja o momento do resultado.

Art. 11. Às infrações disciplinares previstas neste Código correspondem as seguintes sanções disciplinares:

I - Suspensão por partida, prova ou equivalente;

- II - Perda de pontos;
- III - Exclusão de campeonato ou torneio.
- IV - Eliminação do próximo torneio;

Parágrafo Único. A suspensão por partida, prova ou equivalente será cumprida na mesma competição, torneio ou campeonato em que se verificou a infração. Quando a suspensão não puder ser cumprida na mesma competição, campeonato ou torneio, a JUNTA DISCIPLINAR DESPORTIVA poderá determinar seu cumprimento em outra competição, campeonato ou torneio realizado.

Art. 12. A suspensão, imposta à equipe ou atleta de prática do desporto, impede sua participação em qualquer modalidade esportiva no período da suspensão e de exercer qualquer direito previsto na legislação administrativa vigente.

TÍTULO IV

DAS CIRCUNSTÂNCIAS AGRAVANTES E ATENUANTES

Art. 13. A JUNTA DISCIPLINAR DESPORTIVA, na fixação das sanções disciplinares entre limites mínimos e máximos, levará em conta a gravidade da infração, a sua maior ou menor extensão, os meios empregados, os motivos determinantes, os antecedentes desportivos do infrator e as circunstâncias agravantes.

Art. 14. São circunstâncias que agravam a sanção disciplinar a ser aplicada, quando não constituem ou qualificam a infração:

- I - ter sido praticada com o concurso de outro atleta;
- II - ter sido praticada com o uso de instrumento ou objeto lesivo;
- III - ter causado prejuízo patrimonial ou financeiro a PMVM;
- IV - ter o atleta de qualquer modo, concorrido para a prática de infração mais grave;
- V - ser o atleta reincidente. Verifica-se a reincidência quando o atleta comete nova infração, depois de sancionado disciplinarmente anteriormente. Para efeito de reincidência, não prevalece a sanção disciplinar anterior, se entre a data do cumprimento da execução da sanção disciplinar e a infração posterior tiver ocorrido período de tempo superior a 03 (três) anos.

Art. 15. São circunstâncias que sempre atenuam a sanção disciplinar:

- I - ter sido a infração cometida em afronta a grave ofensa moral;
- II - ter o atleta confessado infração atribuída a outro atleta.

Art. 16. Havendo agravantes e atenuantes, a sanção disciplinar a ser aplicada será mensurada pela JUNTA DISCIPLINAR DESPORTIVA.

§ 1º - quando o atleta mediante uma única ação, pratica duas ou mais infrações, a sanção disciplinar maior absorve a menor.

§ 2º - quando o atleta mediante mais de uma ação ou omissão, pratica duas ou mais infrações, aplicam-se cumulativamente as sanções disciplinares.

TÍTULO V

DA INFRAÇÃO

Art. 17. Infração disciplinar, para os efeitos deste Regulamento é toda ação ou omissão antidesportiva, típica e culpável. A omissão poderá ser considerada relevante quando o omitente devia e podia agir para evitar o resultado. O dever de agir incumbe precipuamente ao:

- I - atleta que têm por ofício a obrigação de velar pela disciplina ou coibir violências ou animosidades;
- II - atleta que com seu comportamento anterior criou o risco da ocorrência do resultado.

Art. 18. Diz-se a infração:

- I - consumada, quando nela se reúnem todos os elementos de sua definição;
- II - tentada, quando iniciada a execução, não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do associado.
- III - dolosa, quando o atleta quis o resultado ou assumiu o risco de produzi-lo;
- IV - culposa, quando o atleta deu causa ao resultado por imprudência, negligência ou imperícia.
- V - não é sancionado disciplinarmente a tentativa quando, por

ineficácia absoluta do meio ou por absoluta impropriedade do objeto, é impossível consumar-se a infração.

VI - o atleta que, voluntariamente, desiste de prosseguir na execução ou impede que o resultado se produza, só responde pelos atos já praticados.

VII - não há infração quando as circunstâncias que incidem sobre o fato são de tal ordem que impeçam que do atleta se possa exigir conduta diferente ou diversa.

TÍTULO VI

DA TRANSGRESSÃO E DA APLICAÇÃO DE SANÇÕES DISCIPLINARES

Art. 19. Quando for aplicada a sanção disciplinar de suspensão, cabe à JUNTA DISCIPLINAR DESPORTIVA enquadrar conforme este regulamento.

Art. 20. Das ofensas morais:

I - Incluir atleta que não tenha condição legal de participar de partida, prova ou equivalente. Sanção Disciplinar: Perda de pontos em disputa a favor do adversário, na forma do regulamento, e proibição de participar do subsequente campeonato, torneio ou equivalente da mesma modalidade esportiva. Fica mantido o resultado da partida, da prova ou equivalente para todos os efeitos previstos no regulamento da competição. A equipe ou atleta de prática desportiva que ainda não tiver obtido pontos suficientes ficará com pontos negativos.

II - Atribuir fato inverídico a membros da JUNTA DISCIPLINAR DESPORTIVA, funcionários ou a árbitros e auxiliares. Sanção Disciplinar: Suspensão de 180 (cento e oitenta) à 360 (trezentos e sessenta) dias.

Art. 21. Das infrações contra a moral desportiva.

I - Falsificar, no todo ou em parte, documento público ou particular, omitir declaração que nele deveria constar, inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que deveria ser escrita, com a finalidade de usá-lo perante A JUNTA DISCIPLINAR DESPORTIVA. Sanção Disciplinar: Eliminação da competição.

II - Usar, em atividade desportiva, como própria, carteira social ou qualquer documento de identidade de outrem ou ceder a outrem, para que dele se utilize documento dessa natureza, próprio ou de terceiro. Sanção Disciplinar: Eliminação da competição.

Art. 22. Das infrações cometidas por atletas:

I - Praticar ato desleal ou inconveniente durante a partida, prova ou equivalente. Sanção Disciplinar: Suspensão de uma a três partidas, provas ou equivalentes.

II - Reclamar, por gestos ou palavras, contra as decisões da arbitragem ou desrespeitar o árbitro e seus auxiliares. Sanção Disciplinar: Suspensão de 1 (uma) a 4 (quatro) partidas, provas ou equivalentes.

III - Ofender moralmente o árbitro ou seus auxiliares, outro associado ou membros da CME/VM. Sanção Disciplinar: Suspensão de 3 (tres) a 6 (seis) partidas, provas ou equivalentes.

Parágrafo único. Para todos os efeitos, o árbitro e seus auxiliares são considerados em função desde a escalação até o término do prazo fixado para a entrega dos documentos da competição na entidade.

IV - Praticar agressão física contra outro atleta participante por ocasião de prática desportiva; Sanção Disciplinar: Expulsão do Campeonato, suspensão de 1 a 2 campeonatos subsequentes.

V - Praticar jogada violenta. Sanção Disciplinar: Suspensão de 2 (duas) a 6 (seis) partidas.

VI - Praticar ato de hostilidade contra atleta da equipe adversária e/ou atleta companheiro de equipe: Sanção Disciplinar: Suspensão de 3 (tres) a 6 (seis) partidas, provas ou equivalentes.

VII - Participar de rixa, conflito ou tumulto, durante a partida, prova ou equivalente. Sanção Disciplinar: Suspensão de 2 (duas) a 10 (dez) partidas, provas ou equivalentes.

VIII - Assumir atitude contrária à disciplina ou à moral desportiva, em relação a componente de sua representação, representação adversária ou de espectador. Sanção Disciplinar: Suspensão de 1 (uma) a 10 (dez) partidas, provas ou equivalentes.

Art. 23. Das infrações em geral:

I - Invadir local destinado ao árbitro, auxiliares, ou destinado a partida, prova ou equivalente, durante sua realização, inclusive intervalo regulamentar, sem a devida autorização. Sanção Disciplinar: suspensão de 3 (três) partidas até expulsão do torneio.

II - Dar ou transmitir instruções a atletas, durante a realização de partida, prova ou equivalente, em local proibido pelas regras ou regulamento da modalidade desportiva. Sanção Disciplinar: Suspensão de 1 partida a 2 partidas.

III - Constranger outro participante, mediante violência, grave ameaça ou por qualquer outro meio, a não fazer o que a legislação vigente permite ou a fazer o que ela proíbe. Sanção Disciplinar: Suspensão de 30 (trinta) a 120 (cento e vinte) dias.

IV - Ameaçar organizadores, funcionários e competidores, por palavra, escrito ou gestos ou por qualquer outro meio causar-lhe mal injusto ou grave. Sanção Disciplinar: Eliminação da competição.

Art. 24. É atribuição da COMISSÃO MUNICIPAL DE ESPORTES normatizar, legislar e decidir sobre, formulas de disputas, locais de competições desportivas, entre outros, assim como tomar as providências disciplinares quando houver infrações não previstas neste regulamento, praticadas por atletas participantes de quaisquer tipos de modalidades esportivas.

Art. 25. Os casos omissos e as lacunas deste código serão resolvidos com a adoção dos princípios gerais de direito e dos princípios deste código.

Art. 26. Este Regulamento do Código de Ética Desportiva da Comissão Municipal de Esportes de Vitor Meireles, entrará em vigor a contar de 28 de agosto de 2017.

LEI Nº 0980

LEI Nº 0980, DE 24 DE AGOSTO DE 2017

DISPÕE SOBRE AS VIAGENS OFICIAIS E A CONCESSÃO DE DIÁRIAS AOS VEREADORES E SERVIDORES DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL E DETERMINA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Vitor Meireles, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

CAPÍTULO I**Da Instituição das Diárias e da Motivação**

Art. 1º. Fica instituída na Câmara Municipal de Vitor Meireles/SC, a concessão de diárias a vereadores e servidores, para o custeio de despesas de viagens para fora do município, nos seguintes casos:

I – Para reuniões, previamente marcadas com autoridades do Executivo, Legislativo ou Judiciário, estadual ou federal para tratar de assuntos de interesse do Legislativo, autorizado por Decreto Legislativo;

II – Para a participação em encontros, seminários, cursos, congressos que venham a dar-lhe melhor conhecimento para o perfeito desempenho de seu mandato parlamentar ou no caso de servidor, para aprimoramento profissional e melhor desempenho de suas funções, autorizada por Decreto Legislativo

III – Para representar a Câmara Municipal de Vitor Meireles/SC, em eventos, por delegação outorgada por Decreto Legislativo;

IV – Prestar serviços em nome da Câmara Municipal;

V – Para comparecer ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, empresas e institutos de consultoria, Câmaras Municipais de outros Municípios, dentre outros órgãos, a fim de obter subsídios referentes a matérias em tramitação na Câmara Municipal de Vitor Meireles.

CAPÍTULO II**Da Concessão das Diárias**

Art. 2º. Os Vereadores e Servidores do Poder Legislativo Municipal que se deslocarem da sede da Câmara Municipal de Vitor Meireles, nos casos previstos no artigo 1º desta Lei, farão jus a percepção de diárias de viagem para fazer face as despesas com alimentação e estadia.

Art. 3º. Os Vereadores e Servidores do Poder Legislativo de Vitor Meireles, farão jus a indenização de transporte quando utilizarem meio próprio de locomoção para execução de serviços por força das atribuições do cargo, reuniões, previamente marcadas com autoridades do Executivo, Legislativo ou Judiciário, estadual ou federal, encontros, seminários, cursos, congressos, no valor de 25% (vinte e cinco por cento) do preço do litro de gasolina comum por quilômetro rodado.

Art. 4º. A concessão de diárias fica condicionada a existência de disponibilidade orçamentária e financeira.

Art. 5º. A competência para autorizar a concessão de diárias, prevista no inciso IV e V, do Art. 1º é exclusiva do Presidente da Mesa Diretora.

Parágrafo único. Nos casos que o Presidente da Mesa Diretora for beneficiado com diárias, caberá ao Vice-Presidente da Mesa Diretora a competência prevista no caput deste artigo.

CAPÍTULO III**Do Valor das Diárias**

Art. 6º. Os valores fixados para as diárias de viagem serão pagos de acordo com o Anexo I – Tabela de Diárias, parte Integrante desta Lei.

Parágrafo único. Os valores das diárias fixadas nesta lei serão corrigidos monetariamente, através de decreto legislativo, em valor não superior ao Índice Geral de Preços Médios (IGPM) acumulado dos últimos 12 (doze) meses.

Art. 7º. Ao Servidor ou Vereador que dispuser de alimentação ou pousada oficial gratuita ou já incluída em evento para o qual esteja inscrito, será devida a parcela correspondente a 50% (cinquenta por cento) da diária integral.

Parágrafo único. Para efeito desta Lei, entende-se por alimentação: café da manhã, almoço, lanche e jantar.

CAPÍTULO IV**Da Solicitação das Diárias**

Art. 8º. A solicitação de diária deverá ser feita em até 48 (quarenta e oito) horas antes da data da saída para a viagem, por meio da utilização de formulário próprio constante do Anexo II, a ser disponibilizado pela Secretaria da Câmara Municipal de Vitor Meireles.

§1º. Só poderá ser concedida diária, se requerida previamente, devidamente justificada e empenhada, através de Decreto Legislativo, nos casos do inciso I, II, III do Art. 1º ou com autorização expressa do Presidente da Mesa Diretora, nos casos do inciso IV e V, do Art. 1º, que poderá indeferir a solicitação se entender que a viagem não é de interesse público relevante ou se verificar a falta de disponibilidade orçamentária e financeira.

§2º. Os beneficiários deverão anexar junto ao relatório circunstanciado de viagem, comprovantes que atestem a representação em eventos, palestras, seminários ou visitas a autoridades, tais como: ficha de inscrição, certificado, atestado de visita ou qualquer outro documento que venha comprovar o interesse público da viagem.

CAPÍTULO V**Do Uso das Diárias**

Art. 9º. A diária é devida a cada período de 24 (vinte e quatro) horas de afastamento da Sede do Município, tomando-se com termo inicial e final a contagem dos dias, com base na hora da partida e da chegada.

§1º. Para efeito desta Lei, o termo inicial e final para contagem da diária será considerado, respectivamente, o horário de embarque e desembarque constantes da passagem, ou a saída e chegada efetiva do agente do município.

§2º. As despesas com passagens aéreas, deverão ser previamente autorizadas pelo Presidente da Mesa Diretora.

Art. 10. A diária não é devida, nas hipóteses abaixo relacionadas:
I – no deslocamento de vereador ou servidor com duração inferior a 6 (seis) horas;
II – quando o deslocamento se der para localidade onde resida o servidor;
III – cumulativamente com outra retribuição de caráter indenizatório de despesas com alimentação e hospedagem.

Art. 11. Constitui infração disciplinar grave, punível na forma da lei, conceder ou receber diária indevidamente.

CAPÍTULO VI

Do Pagamento das Diárias

Art. 12. O pagamento das diárias será efetuado antes do início da viagem, de uma só vez, salvo situações excepcionais, previstas na legislação própria do ente.

Art. 13. A autorização para deslocamento e a concessão de diária ocorrerão após a formalização do pedido que conterá, no mínimo:
I - matrícula, nome, cargo, emprego ou função do servidor;
II - justificativa do deslocamento;
III - indicação do período do deslocamento e do destino.

CAPÍTULO VII

Da Prestação de Contas

Art. 14. Em todos os casos de deslocamento para viagem previsto nesta Lei, o beneficiário das diárias é obrigado a apresentar relatório circunstanciado de viagem, no prazo de 5 (cinco) dias úteis subsequentes ao retorno a Sede, devendo para isso, utilizar o formulário constante no Anexo III.

§ 1º. Os períodos de deslocamentos iniciados em sextas-feiras e em dias não úteis serão expressamente justificados e autorizados pelo Presidente da Mesa Diretora.

§ 2º. O pagamento das diárias correspondentes aos deslocamentos que se estenderem por tempo superior ao previsto deve estar acompanhado da autorização da prorrogação concedida pela autoridade competente.

§ 3º. As despesas com pousada, alimentação e locomoção de agente que permanecer no local de destino após o término do período autorizado, serão por ele custeadas.

Art. 15. Serão restituídas, pelo servidor, em 3 (três) dias, contados da data do retorno à sede de serviço, o valores de diárias recebidas em excesso.

Art. 16. A responsabilidade pelo controle das viagens e da prestação de contas será do solicitante, e caberá ao Presidente da Mesa Diretora a fiscalização e o pagamento.

Parágrafo único. A autoridade que conceder ou arbitrar diárias em desacordo com essa Lei responderá, solidariamente com o

beneficiado, pela reposição da importância indevidamente paga, além das sanções previstas em Lei.

CAPÍTULO VIII

Disposições Finais

Art. 17. As despesas decorrentes com a execução da presente Lei, correrão por conta de verbas próprias consignadas no orçamento vigente, criadas se inexistentes e suplementadas se necessário.

Art. 18. O Presidente da Câmara Municipal tomará todas as demais providências administrativas, jurídicas, orçamentárias, financeiras, contábeis e fiscais, para o fiel cumprimento da presente Lei.

Art. 19. Os casos omissos nesta Lei serão regulamentados por Decreto Legislativo expedido pela Mesa Diretora.

Art. 20. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 21. Revoga-se a Lei 601/2006, de 9 de outubro de 2006 e a Lei nº 0734, de 25 de junho de 2010.

Vitor Meireles (SC) 24 de agosto de 2017.

BENTO FRANCISCO SILVY

Prefeito Municipal

ANEXO I

TABELA DE DIÁRIAS

LEI Nº 0980/2017

DESTINO DA VIAGEM	VALOR DA DIÁRIA
Região do Alto Vale do Itajaí	R\$ 200,00
Outros Regiões do Estado	R\$ 340,00
Outros Estados e Distrito Federal	R\$ 590,00

ANEXO II

LEI Nº 0980/2017

	FORMULÁRIO PARA SOLICITAÇÃO DE DIÁRIA DE VIAGEM Nº _____	Exercício:
--	----------------------------------------------------------	------------

Nome do Requirente:	
Cargo/Função:	
CPF:	
Data e horário p/saída:	____/____/____ - ____ : ____hs
Data e horário p/retorno:	____/____/____ - ____ : ____hs
Quant. Diárias solicitadas:	
Meio de Transporte:	
Destino:	
Objetivo/Motivo da Viagem:	

Declaro sob as penas da lei, que não irei utilizar desta viagem para os fins particulares, e declaro que não resido na localidade de destino.

Data: ____/____/____
Assinatura _____ do _____ Requiritante

APROVAÇÃO DA AUTORIDADE CONCEDENTE

Autorizo a concessão das diárias de viagem acima solicitadas.

Vitor Meireles, SC, ____ de _____ de _____

Presidente (ou Vice-Presidente) da Mesa Diretora

ANEXO III

LEI Nº 0980/2017

	RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DE VIAGEM	Exercício:
--	-------------------------------------	------------

Nome do Requirante:	
Cargo/Função:	
CPF:	
Banco que possui conta:	
Nº da Agência:	
Nº da Conta:	
Tipo:	() Corrente () Poupança
Data e horário p/saída:	____ / ____ / ____ - ____ : ____ hs
Data e horário p/retorno:	____ / ____ / ____ - ____ : ____ hs
Meio de Transporte:	
Destino:	
Valor da(s) Diária(s):	
Despesas com transporte:	
Total a restituir:	
Descrever os comprovantes que estão sendo anexos a este relatório:	

Declaro sob as penas da lei, que não utilizar desta viagem para finalidade diversa das previstas no Art. 1º desta Lei Municipal.

Data: ____ / ____ / ____
Assinatura _____ do _____ Requirante

APROVAÇÃO DA AUTORIDADE CONCEDENTE
Aprovo a(s) diária (s) e reembolso concedidos ao(s) requisitantes acima identificado.
Vitor Meireles, SC, ____ de _____ de _____
Presidente (ou Vice-Presidente) da Mesa Diretora

PORTARIA Nº 203/2017

PORTARIANº 203/2017

BENTO FRANCISCO SILVY, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve REDUZIR CARGA HORÁRIA:

de acordo com o Artigo 27, § 2º, da Lei Complementar Municipal nº 007, de 13 de maio de 2003,

Nome: CIRLEI FAUSTO
Cargo: PROFESSOR NÍVEL III – ACT

Do Quadro de Pessoal Admitido em Caráter Temporário – ACT, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, na Secretaria de Educação, contratada pela Portaria 051/2017, de 10 de fevereiro de 2017, passando de 25 (vinte e cinco) para 20 (vinte) horas semanais, a partir de 21 de agosto de 2017.

A redução de 5 (cinco) horas da carga horária se dá pelo término da substituição ao servidor JONAS BIFF, na EM Serra da Abelha. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 28 de agosto de 2017, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 28 DE AGOSTO DE 2017.

BENTO FRANCISCO SILVY

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, ____/____/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

PORTARIA Nº 204/2017

PORTARIANº 204/2017

BENTO FRANCISCO SILVY, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve REDUZIR CARGA HORÁRIA:

de acordo com o Artigo 27, § 2º, da Lei Complementar Municipal nº 007, de 13 de maio de 2003,

Nome: DANIELI SINCLAIR DECARLI

Cargo: PROFESSOR NÍVEL I – ACT

Do Quadro de Pessoal Admitido em Caráter Temporário – ACT, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, na Secretaria de Educação, contratada pela Portaria 100/2017, de 30 de março de 2017, passando de 25 (vinte e cinco) para 15 (quinze) horas semanais, a partir de 21 de agosto de 2017.

A redução de 10 (dez) horas da carga horária se dá pelo término da substituição ao servidor JONAS BIFF, na EM Rio Denecke.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 21 de agosto de 2017, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 28 DE AGOSTO DE 2017.

BENTO FRANCISCO SILVY

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, ____/____/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

Xanxerê

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 0012/2017

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo nº 0119/2017 – Tomada de Preços nº 0012/2017

O MUNICÍPIO DE XANXERÊ-SC, Através do Fundo Municipal de Saúde, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de Tomada de Preços nº 0012/2017, do tipo Menor Preço Global, tendo como objeto a Complementação de Obra na Unidade Sanitária do Bairro Vista Alegre, no Município de Xanxerê, conforme descrito no Memorial Descritivo, Orçamento, Cronograma e Projetos anexos ao presente. O recebimento das propostas será até às 09:00h, do dia 19/09/2017, no setor de protocolo e a abertura será realizada às 09:15h do mesmo dia, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Xanxerê. Retirada do Edital no website da Prefeitura Municipal www.xanxere.sc.gov.br. Informações complementares através do email licita@xanxere.sc.gov.br. Xanxerê-SC, 24 de Agosto de 2017. Avelino Menegolla – Prefeito Municipal.

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0016/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0121/2017

CHAMADA PÚBLICA COM DISPENSA

DE LICITAÇÃO Nº 0016/2017.

O MUNICÍPIO DE XANXERÊ, Estado de Santa Catarina, torna público aos interessados que está realizando CHAMADA PÚBLICA para Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, conforme descrito no "Anexo I" do Edital, destinado ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, em cumprimento do estabelecido pela Lei 11.947/2009 e Resolução FNDE nº 38/2009 e nº 26/2013. Os interessados deverão apresentar a documentação para habilitação e projeto de venda, até às 08:45 horas do dia 28 de setembro de 2017, no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal, situada na Rua Dr. José de Miranda Ramos, 455, Centro, Xanxerê – SC e a abertura será realizada às 09:00h do mesmo dia. Retirada do Edital no site www.xanxere.sc.gov.br. Informações complementares através do telefone: (49) 3441-8542 ou no email licita@xanxere.sc.gov.br. Xanxerê-SC, 28 de agosto de 2017. Avelino Menegolla - Prefeito Municipal.

EXTRATO DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO 0062/2017

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 0097/2017

Órgão Gerenciador: Município de Xanxerê.

Detentor da Ata: AGROTER AGROPECUÁRIA E FERRAGEM LTDA.

Objeto: Registro de Preços para aquisições futuras e parceladas de Materiais de Construção para pequenas melhorias e ampliações de moradias de famílias com renda até 02 (dois) salários mínimos mensais, beneficiadas pelo Programa CONSTRUIR, mediante avaliações socioeconômicas.

Itens: 04, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, e 16 – Valor total: R\$ 17.950,55
Vigência: 12 meses a partir da publicação.

Xanxerê-SC, 22 de Agosto de 2017. Ivone Maria Sirino- Fundo Municipal de Assistência Social.

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 0098/2017

Órgão Gerenciador: Município de Xanxerê.

Detentor da Ata: ELISEU MARCELO NADALETI MEI.

Objeto: Registro de Preços para aquisições futuras e parceladas de Materiais de Construção para pequenas melhorias e ampliações de moradias de famílias com renda até 02 (dois) salários mínimos mensais, beneficiadas pelo Programa CONSTRUIR, mediante avaliações socioeconômicas.

Itens: 01, 02, 03, 17 e 18 – Valor total: R\$ 21.860,10

Vigência: 12 meses a partir da publicação.

Xanxerê-SC, 22 de Agosto de 2017. Ivone Maria Sirino- Fundo Municipal de Assistência Social.

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 0099/2017

Órgão Gerenciador: Município de Xanxerê.

Detentor da Ata: CONSTRUTORA OLIVEIRA LTDA.

Objeto: Registro de Preços para aquisições futuras e parceladas de Materiais de Construção para pequenas melhorias e ampliações de moradias de famílias com renda até 02 (dois) salários mínimos mensais, beneficiadas pelo Programa CONSTRUIR, mediante avaliações socioeconômicas.

Itens: 05, 06, 07, 08, 19, 20 e 21 – Valor total: R\$ 21.061,95

Vigência: 12 meses a partir da publicação.

Xanxerê-SC, 22 de Agosto de 2017. Ivone Maria Sirino- Fundo Municipal de Assistência Social.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 0068/2017

Extrato de Contrato nº 0068/2017

Contratante: MUNICÍPIO DE XANXERÊ

Contratado: TRANSPORTES MARTINS LTDA EPP.

Objeto: Tem por objeto este contrato a prestação de Serviços de Transporte de Atletas do Município com veículo VAN em diversas modalidades esportivas que participam de competições e eventos oficiais em nível Microrregional, Regional e Estadual e Transporte de Crianças e Adolescentes com Veículo Microônibus, que frequentam o SCFV (Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos).
Valor total: R\$ 94.500,00.

Prazo de Vigência: 12 meses.

Xanxerê-SC, 25 de agosto de 2017. Avelino Menegolla - Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº RH-AM 390/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº RH-AM 390/2017

REVOGAR A PORTARIA Nº RH-AM 348/2017.

QUE CONCEDIA LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC.,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigos 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.776/91, Lei Complementar nº AM 2907/06,

RESOLVE

REVOGAR, a partir de 24.08.2017 a Portaria nº RH-AM 348/2017,

que concedia Licença Prêmio a Servidora Pública Municipal a Sra. ROSELI DE FATIMA CHITTO, brasileira, separada, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê - Santa Catarina, portadora do RG n.º 1.782.524 e CPF n.º 652.174.209-44, nomeada conforme Decreto nº AM 071/2002, no cargo de PROFESSOR MAGISTÉRIO, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 24 de Agosto de 2017.
AVELINO MENEGOLLA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº RH-AM 391/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA RH-AM 391/2017
EXONERAR SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO (PROFESSOR) - INSS.

AVELINO MENEGOLLA
Prefeito Municipal de Xanxerê Santa Catarina,
No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Art. 69 incisos VI e Lei HW 1.776/91.
RESOLVE

EXONERAR a partir de 25.08.2017, a Servidora Pública Municipal a Sra. ROSELI DE FATIMA CHITTO, brasileira, separada, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê - Santa Catarina, portadora do RG n.º 1.782.524 e CPF n.º 652.174.209-44, nomeada conforme Decreto nº AM 071/2002, no cargo de PROFESSOR MAGISTÉRIO, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Aposentadoria por Tempo de Contribuição (Professor)- INSS, conforme benefício nº 178.431.359-6 Espécie 57.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário, principalmente o Decreto nº AM 071/2002.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.
Em 24 de Agosto de 2017.
AVELINO MENEGOLLA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº RH-AM 392/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº RH-AM 392/2017
ATRIBUIR A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL
FUNÇÃO DE DIREÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA PEQUENO TRABALHADOR.

AVELINO MENEGOLLA
Prefeito Municipal de Xanxerê/SC,
No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.776/91, e a Lei Complementar nº BLB 3.375/11 artigo 21 e 29.

Considerando que a Servidora Pública Municipal Sra. Clair Terezi-
nha Ribeiro que respondia pela unidade encontra-se em Licença
Maternidade por um período de 180 dias a partir de 21.08.2017.

Considerando que a Escola Municipal de Educação Básica Pequeno
Trabalhador possui 150 alunos matriculados e a mesma não possui
Secretário Escolar e Assessor Pedagógico, sendo indispensável um
Diretor para responder pela unidade de ensino.

Considerando Prejulgado nº1962 no que tange a licença-materni-
dade, a Servidora perceberá remuneração, incluindo, neste caso, o
valor da função gratificada.

RESOLVE

ATRIBUIR á função de Direção da Escola Municipal de Educação
Básica Pequeno Trabalhador a Servidora Pública Municipal a Sra.
SIMONE TOZZO BORDIN, brasileira, casada, residente e domicilia-
da, nesta cidade de Xanxerê – SC, portadora da CI nº 2.426.261 e
CPF nº 895.649.879-20, nomeada conforme Decreto JB nº 135/95,
no cargo de PROFESSORA MAGISTÉRIO, com 20 (vinte) horas se-
manais e Decreto AM nº 074/02 no cargo de PROFESSORA MAGIS-
TÉRIO, com 20 (vinte) horas semanais, lotada à Secretaria Muni-
cipal de Educação.

Determinar que esta atribuição vigore no período de 22.08.2017 a
16.02.2018.

O deferimento atende ao ofício n.º SME/M 0332/2017 datado de
22/08/2017.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-
se disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.
Em 24 de Agosto de 2017.
AVELINO MENEGOLLA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº RH-AM 393/2017

PORTARIA Nº RH-AM 393/2017

DESIGNAR SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL PARA DESEMPEN-
HAR SUAS ATIVIDADES NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

AVELINO MENEGOLLA
Prefeito Municipal de Xanxerê/SC,
No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica
Municipal, Artigo 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.775/91, Lei
Complementar nº AM 2907/06.
RESOLVE

DESIGNAR a Servidora Pública Municipal Sra. TATIANE CRISTINA
ZAVASCHI, brasileira, estado civil casada, residente e domiciliada
nesta cidade de Xanxerê/SC portador da CI nº 3.994.766 e CPF nº
004.642.469-54, nomeada conforme Decreto nº AM 211/08, no
cargo de MONITOR DE PROGRAMAS SOCIAIS com carga horária
de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal
de Desenvolvimento Social, para desempenhar suas atividades na
Secretaria Municipal de Saúde.

O deferimento atende ao Ofício nº SMS/RH/0427/2017 datado de
21.08.2017.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-
se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 24 de Agosto de 2017.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

O deferimento atende ao requerimento protocolado sob o nº 0002823/2017 datado de 31.07.2017.

Esta portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos administrativos e financeiros ao dia 08.11.2017 Revogam-se as disposições em contrário.

PORTARIA Nº RH-AM 394/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº RH-AM 394/2017

CONCEDE LICENÇA SEM VENCIMENTOS

A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 24 de Agosto de 2017.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal, Art. 69 incisos VI e Lei Complementar AM 2907/06 Artigo 237 Parágrafo Único.

RESOLVE:

CONCEDER a pedido, Licença Sem Vencimentos por um período de 180 (cento e oitenta) dias a partir de 20.10.2017 a 17.04.2018 a Servidora Pública Municipal a Sra. DANIELA ZAMORA ROMERO, brasileira, solteira, residente e domiciliada na cidade de Xanxerê – Santa Catarina, portador (a) do CI nº 1073953273 e CPF nº 640.864.960-20, nomeada conforme Decreto nº EB 171/08, no cargo de TERAPEUTA OCUPACIONAL, com 40(quarenta) horas semanais, vinculada a Secretaria Municipal de Saúde.

O deferimento atende ao requerimento protocolado sob o nº 0003086/2017 datado de 08.08.2017.

Esta portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos administrativos e financeiros ao dia 20.10.2017 Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 24 de Agosto de 2017.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº RH-AM 395/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº RH-AM 395/2017

CONCEDE LICENÇA SEM VENCIMENTOS

A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal, Art. 69 incisos VI e Lei Complementar AM 2907/06 Artigo 237 Parágrafo Único.

RESOLVE:

CONCEDER a pedido, Licença Sem Vencimentos por um período de 150 (cento e cinquenta) dias a partir de 08.11.2017 a 07.04.2018 a Servidora Pública Municipal a Sra. REJANE NAIR KUCZMAINSKI, brasileira, solteira, residente e domiciliada na cidade de Xanxerê – Santa Catarina, portador (a) do CI nº 3.407.517 e CPF nº 004.563.019-41, nomeada conforme Decreto nº AM 043/08, no cargo de PSICÓLOGO, com 20(vinte) horas semanais, vinculada a Secretaria Municipal de Educação.

Xavantina

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO LEGISLATIVO Nº003, DE 28 DE AGOSTO DE 2017

DECRETO LEGISLATIVO nº 003/2017

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO LEGISLATIVO DE ELABORAÇÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL PARTICIPATIVO.

O Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Xavantina-SC, Sr. HELIO DOMINGOS SORDI, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 36, III, §1º, e 56, II, da Lei Orgânica do Município de Xavantina-SC, e pelo artigo 19, I, 'd', do Regimento Interno:

Considerando que o Plano Diretor é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana, sendo parte integrante do processo de planejamento municipal;

Considerando a necessidade de Plano Diretor do Município, para o atendimento às diretrizes gerais da política de desenvolvimento urbano estabelecidas pela Lei Federal n.º 10.257/2001, de 10 de julho de 2001, denominada Estatuto da Cidade, e observando as Resoluções do Conselho Nacional das Cidades - Ministério das Cidades, dentre outras normas;

Considerando a gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos para fins de desenvolvimento urbano e rural;

Considerando que a elaboração do Plano Diretor Participativo é uma grande oportunidade de ampliar a participação social nas discussões de políticas públicas, elaboração e implementação das ações do Poder Público visando à melhoria ambiental e da qualidade de vida da população;

DECRETA

Art. 1º Fica instituída a Comissão de Acompanhamento do Processo Legislativo de Elaboração do Plano Diretor Participativo do Município de Xavantina-SC, composta por representantes da Prefeitura Municipal, da Câmara de Vereadores, e por agentes da sociedade civil, como representantes de organizações sociais e comunitárias, entidades e associações, setores empresariais e técnicos, e organizações não governamentais que atuam no Município.

Parágrafo único. A Comissão de Acompanhamento do Processo Legislativo de Elaboração do Plano Diretor Participativo do Município de Xavantina-SC será composta de forma a incentivar a participação da comunidade no processo da instituição do Plano Diretor Participativo de Xavantina, através de pessoas que possam agregar experiências nas diversas áreas que interessam ao Plano Diretor.

Art. 2º Compete à Comissão de Acompanhamento do Processo Legislativo de Elaboração do Plano Diretor Participativo do Município de Xavantina-SC:

- I - elaborar o seu Regimento Interno, se entender por necessário;
- II - acompanhar e participar das ações para a elaboração do Plano Diretor Participativo, incluindo oficinas e audiências públicas, contribuindo ativamente para as decisões;
- III - divulgar e esclarecer à comunidade sobre os temas relacionados ao Plano Diretor Participativo;

- IV - mobilizar a comunidade para a participação das atividades desenvolvidas durante a elaboração do Plano Diretor, de forma a garantir a participação da sociedade em todo o processo;
- V - fiscalizar o processo legislativo do Plano Diretor de acordo com os fins definidos pela Legislação aplicável;
- VI - aprovar e analisar os relatórios e etapas do processo legislativo do Plano Diretor;
- VII - lavrar as atas de reuniões, com livro de presença para identificação e assinatura dos participantes.

Art. 3º Para composição da Comissão de Acompanhamento do Processo Legislativo de Elaboração do Plano Diretor Participativo do Município de Xavantina-SC, além dos membros nomeados conforme art. 1º deste Decreto, poderão ser definidos mais 03 (três) integrantes mediante interação do Poder Público Municipal e da sociedade civil, quando da realização da primeira Audiência Pública.

Art. 4º O Presidente da Comissão de Acompanhamento do Processo Legislativo de Elaboração do Plano Diretor Participativo do Município de Xavantina-SC, eleito dentre seus pares, fica responsável pela guarda de sigilo dos documentos que lhe forem fornecidos e que sejam de caráter reservado, os quais serão utilizados apenas para os fins de diagnóstico e respectiva proposta.

Art. 5º O mandato da Comissão de Acompanhamento do Processo Legislativo de Elaboração do Plano Diretor Participativo do Município de Xavantina-SC exaure-se ao final dos trabalhos referidos neste Decreto Legislativo.

Art. 6º As verbas necessárias à execução deste Decreto Legislativo onerarão as dotações próprias do orçamento, segundo Planos de Trabalho especificados, suplementadas se necessário.

Art. 7º Fica nomeada a Comissão de Acompanhamento do Processo Legislativo de Elaboração do Plano Diretor Participativo do Município de Xavantina-SC, composta dos seguintes membros:

I - REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO

- 1. Taciane Caon – Engenheira Civil
- 2. Eugênio Frana – Secretário de Agricultura
- 3. Maira Altenhofen – Departamento de Tributos
- 4. Silvania Canesso – Secretária da Educação

II - REPRESENTANTES DO PODER LEGISLATIVO

- 1. Gian Carlo Possan – Assessor Jurídico
- 2. Leonora Brandelro Kipper – Coordenadora Geral da Câmara Municipal de Vereadores

II - REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL

- 1. Laercio Gasparin – Sindicato dos Trabalhadores Rurais
- 2. Givanildo Rissi – Associação Comercial
- 3. Lucelia Stocco – Associação Comunitária Hospital São Lucas

Art. 8º Ficam revogadas as disposições em contrário, entrando este Decreto em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Município de Xavantina-SC.

Xavantina-SC, 28 de agosto de 2017.

Xaxim

PREFEITURA

EXTRATO DE ERRATA DO CONTRATO Nº. 0065/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE XAXIM
RETIFICAÇÃO DE EXTRATO

O Município de Xaxim, leva ao conhecimento dos interessados e proponentes que com base no § 4º do art. 21 da lei 8.666/93, esta promovendo alterações no Contrato de n. 0065/2017, Processo de Licitação nº 061/2017, Pregão Presencial n.033/2017 cujo objeto Contratação de Empresa para prestação de serviços de recuperação de escavadeira hidráulica CAT 312 C, incluindo Peças e Mão de obra, para manutenção das atividades desenvolvidas junto a Secretaria de Infraestrutura. Sendo assim, o Contrato de nº. 0065/2017 publicado no dia 08/08/2017 deve ser lido como Contrato de n.º 0067/2017, e o Valor Total como: R\$ 40.600,00 (quarenta mil e seiscentos reais). Xaxim/SC, 28 Agosto de 2017. LÍRIO DAGORT – PREFEITO MUNICIPAL.

CÂMARA MUNICIPAL

DISPENSA 011

RESUMO DE EXTRATO DE DISPENSA

Processo Administrativo nº 11/2017 Inexigibilidade de Licitação nº 03/2017

Contratante: Câmara Municipal de Vereadores de Xaxim, SC.

Contratada: FOLHA REGIONAL COMERCIO DE JORNAIS ME, inscrita no CNPJ 07.588.831/0001-75

Objeto: Assinatura de jornal impresso.

Valor Global: R\$ 405,00 (quatrocentos e cinco reais). Fundamento Legal: Art. 25, caput, da Lei Federal nº 8.666/93.

Xaxim, SC, 23 de agosto de 2017.

Agenor Junior Maier
Presidente da Câmara de Vereadores.

Associações

AMARP

RESOLUÇÃO Nº 005/2017

RESOLUÇÃO N.º 005/2017

REGULAMENTA OS SERVIÇOS DE ANÁLISE ELETRÔNICA DE PROJETOS DE ENGENHARIA E ARQUITETURA

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa e Presidente da Associação dos Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe – AMARP, nos termos do Estatuto da entidade;

RESOLVE:

Artigo 1º Todos os Projetos de Obras de Engenharia e Arquitetura recebidos pela Associação de Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe – AMARP, para análise e emissão de parecer, deverão ser feitos Eletronicamente através do sistema disponível na página da AMARP “Projetos Web”.

Artigo 2º Após a análise e aprovação, serão emitidas pela AMARP 02 (duas) cópias de cada projeto, com o respectivo boleto para pagamento das mesmas, cuja documentação será entregue após comprovado o pagamento do boleto emitido pela AMARP.

Artigo 3º O preço de cada cópia será o preço de mercado praticado na região e será por metragem “metro quadrado”.

Artigo 4º Esta Resolução foi aprovada em Assembleia Geral e entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 25 de Agosto de 2017
Raul Ribas Neto
Prefeito do Município de Matos Costa
Presidente da AMARP

EGEM

ADITIVO DO EDITAL Nº 39.2017

ADITIVO AO EDITAL Nº 39/2017 DE CHAMAMENTO PARA INSCRIÇÃO DO CURSO DE IMPRENSA E COMUNICAÇÃO

A Escola de Gestão Pública – EGEM informa a alteração da data e local de realização do Curso de Imprensa e Comunicação, a realizar-se em Florianópolis de acordo com o edital nº 39/2017 publicado em 28/06/2017.

Cidade/Local	Florianópolis/SC Sala de Treinamento Prefeito Arlindo Correa - GRANFPOLIS Rua Candido Ramos, 250 – Capoeiras CEP: 88090-800
Período das inscrições	Até 27 de setembro de 2017
Vencimento do boleto de cobrança	28 de setembro de 2017
Período de realização	28 e 29 de setembro de 2017
Carga horária total	15 horas/aula
Quantidade de vagas	40 vagas

Florianópolis, 28 de agosto de 2017.

Consórcios

ARIS

**PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 059/2017
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 14/2017**

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 059/2017
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 14/2017

OBJETO: assinatura anual para a leitura dos Diários da Justiça de Santa Catarina

CONTRATADO: Bonnjur LTDA

CNPJ nº 77.961.142/0001-40

VALOR: R\$ 526,26 (quinhentos e vinte seis reais e vinte seis centavos).

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25 da Lei nº 8.666/93.

Florianópolis, 25 de agosto de 2017.
ADIR FACCIO
Diretor geral da ARIS

**PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 060/2017
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 015/2017**

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 060/2017
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 015/2017
OBJETO: AQUISIÇÃO DE DUAS INSCRIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO DE DOIS SERVIDORES DA ARIS PARA O 29º CONGRESSO BRASILEIRO DE ENGENHARIA SANITÁRIA E AMBIENTAL, DA ABES, O 28º ENCONTRO TÉCNICO AESABESP E A 28ª FEIRA NACIONAL DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE – FENASAN QUE ACONTECERÁ ENTRE OS DIAS 2 A 6 DE OUTUBRO DE 2017.
CNPJ nº 56.765.472/0001-90

VALOR: R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais).
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25 da Lei nº 8.666/93.
Florianópolis, 17 de agosto de 2017.
Adir Faccio
Diretor geral da ARIS

**PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 061/2017
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 16/2017**

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 061/2017
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 16/2017

OBJETO: TROCA DE FILTRO E ÓLEO SINTÉTICO DO VEÍCULO WE-EKND ADVENTURE PLACA QII 7612.
CONTRATADO: PRIMA VEÍCULOS LTDA.

CNPJ nº 05.930.088/0001-64

VALOR: R\$ 349,12 (trezentos e quarenta e nove reais e doze centavos).

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25 c/c art. 26, ambos da Lei nº 8.666/93.

Florianópolis, 18 de agosto de 2017.
Adir Faccio
Diretor geral da ARIS

**PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 062/2017 DISPENSA
DE LICITAÇÃO Nº. 035/2017**

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 062/2017
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 035/2017
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE 2 COFFEE BREAK (ALIMENTOS E BEBIDAS) PARA 40 PESSOAS NO CURSO "SUPERVISÃO DOIS PLANOS DE SANEAMENTO" REALIZADO NA AMAVI RIO DO SUL NO DIA 21/08/2017 NA PARTE DA MANHÃ E TARDE.
CONTRATADO: AZEITE DE OLIVA INDÚSTRIA DE ALIMENTOS LTDA ME
CNPJ: 15.372.135/0001-55
VALOR: R\$ 612,00 (SEISCENTOS E DOZE REAIS)
Florianópolis, 18 de agosto de 2017.
Adir Faccio
Diretor-geral

**PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 063/2017 DISPENSA
DE LICITAÇÃO Nº. 036/2017**

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 063/2017
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 036/2017
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA IMPRESSÃO DE 05 BANNER INSTITUCIONAL E 01 BANNER PERSONALIZADO PARA USO INSTITUCIONAL.
CONTRATADO: RUPESTRE COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA ME
CNPJ: 05.779.287/0001-13
VALOR: R\$ 450,00 (QUATROCENTOS E CINQUENTA REAIS)
Florianópolis, 25 de agosto de 2017.
Adir Faccio
Diretor-geral

**PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 55/2017 ATO DE
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 13/2017**

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 55/2017
ATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 13/2017
OBJETO: Apoio financeiro concedido ao projeto de iniciativa da ABAR, denominado X Congresso Brasileiro de Agências de Regulação e IV ExpoABAR que será realizado no período de 27 a 29 de setembro de 2017, no Centro de Eventos Gov. Luiz Henrique da Silveira, Florianópolis/SC.
CONTRATADO: ABAR – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS AGÊNCIAS DE REGULAÇÃO
CNPJ nº 03.657.354/0001-00
VALOR: R\$ 8.500,00 (oito mil e quinhentos reais).
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25 da Lei nº 8.666/93
Florianópolis, 02 de agosto de 2017.
Adir Faccio
Diretor-geral da ARIS

CIS/AMOSC**EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 01/2014****EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 01/2014**

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Santa Catarina – CIS-AMOSC, com sede na Avenida Getúlio Vargas, 571-S, no município de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consoante com as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, TORNA PÚBLICO que estará realizando junto ao CIS-AMOSC inscrições para credenciamento de pessoas físicas e jurídicas, para a realização de consulta pré-cirúrgica e procedimentos cirúrgicos eletivos na especialidade de Vascular, para atendimento aos Usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) dos Municípios consorciados.

DO OBJETO

Art. 1º O objeto do presente Edital é o credenciamento de pessoas físicas e jurídicas para a realização de consulta pré-cirúrgica e procedimentos cirúrgicos eletivos na especialidade de Vascular na forma descrita e no Anexo I deste Edital.

Os prestadores de serviço de saúde, uma vez credenciados, estarão aptos a prestar seus serviços, nas condições estabelecidas neste edital de chamamento.

Art. 2º Poderão credenciar-se a prestar os serviços, pessoas jurídicas, privadas ou públicas, desde que apresentadas todas as documentações necessárias. O credenciamento se dará após a aprovação do pedido de inscrição na forma deste edital, com análise técnica e deferimento do requerimento.

DAS DOCUMENTAÇÕES PARA CREDENCIAMENTO

Art. 3º Para fins de inscrição, os interessados deverão apresentar a seguinte documentação:

1. Contrato Social;
2. Carteira de Identidade, CPF do(s) profissional que prestará os serviços;
3. Inscrição no Conselho da Categoria;
4. Cartão de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
5. Número do Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde (CNE);
6. Alvará de sanitário, segundo legislação vigente;
7. Alvará de licença e localização fornecido pelo Município da sede do estabelecimento;
8. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do credenciado, através das respectivas Certidões Negativas;
9. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), através das respectivas Certidões Negativas;
10. Comprovação de aptidão para o desempenho da atividade objeto do credenciamento através de declaração de capacidade mínima de atendimento total e quantitativo à disposição do Consórcio, bem como horário e local de atendimento na forma do Anexo II.

DAS CONDIÇÕES PARA PRESTAÇÃO E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Art. 4º Para execução dos serviços serão observadas as seguintes condições:

1. Os serviços credenciados serão prestados através de profissionais regularmente inscritos no Conselho Regional de Medicina que deverão desenvolver as atividades descritas mediante critérios e

qualidade técnica exigida.

2. Atender os pacientes com respeito e dignidade de modo universal e igualitário, sem diferenciação no atendimento, mantendo sempre a qualidade na prestação dos serviços.

3. Justificar ao paciente ou ao seu representante legal, por escrito, as razões técnicas alegadas da decisão de não realização de qualquer ato profissional previsto neste Edital.

4. O Credenciado não poderá cobrar do paciente ou de seu responsável qualquer complementação aos valores pagos pelo Consórcio pelos serviços prestados. Caso ocorra, sendo comprovada a cobrança o Credenciado deverá ressarcir o paciente ou seu representante legal do valor cobrado no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sendo o prazo improrrogável ficando o credenciado sujeito ao descredenciamento do profissional ou empresa.

5. É de responsabilidade exclusiva e integral do Credenciado a utilização de pessoal técnico e habilitado para a execução do objeto contratado, bem como a quitação dos encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, cujos ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para o Consórcio.

6. O credenciado deverá oferecer suporte imediato a possíveis complicações pós-operatórias; garantia de internação prolongada em casos de complicações pós-cirúrgicas e material necessário às cirurgias, previstos na Tabela do SUS.

7. As cirurgias poderão ser realizadas dentro do mês ou no mês seguinte, ou ainda, adiantadas desde que se garanta a manutenção do número mínimo estipulado no credenciamento (Anexo II).

8. A Secretaria de Estado da Saúde disponibiliza o incentivo à realização dos procedimentos eletivos com base no porte cirúrgico do procedimento - AIH ELETIVA. O procedimento a ser realizado que venha acompanhado desta deverá abater no valor do procedimento.

9. O Consórcio reserva-se o direito de fiscalizar a execução dos serviços através da Comissão do Colegiado de Saúde da região do CIS-AMOSC acompanhando inclusive o grau de satisfação dos usuários, em consonância e obediência ao prescrito nas Leis Federais 8.080/90 e 8.142/90. Em caso de descumprimento aos requisitos constantes no presente Edital ou havendo inadequada prestação do serviço credenciado, o Consórcio, através de procedimento administrativo específico, assegurada a ampla defesa e o contraditório, poderá proceder ao descredenciamento do profissional ou empresa.

10. O credenciado deverá assegurar a presença de acompanhante aos pacientes menores de idade e acima de 60 anos, bem como aos que necessitem de acompanhamento ou atenção contínua, mediante prévia e expressa justificativa médica.

11. Os direitos e obrigações decorrentes deste Edital serão objeto de Termo de Credenciamento, na forma da minuta do Anexo III, o qual conterá as cláusulas e disposições expressas neste Edital.

12. Não ficam incluídos os serviços de urgência e emergência.

13. O Termo de Credenciamento firmado poderá ser rescindido antes do termo final, desde que com prévio aviso justificado, por escrito, de no mínimo 60 (sessenta) dias, por qualquer das partes. Ressaltado que é vedado ao profissional deixar de assumir a responsabilidade sobre procedimento médico que indicou não podendo descredenciar-se antes de resolver cirurgicamente o problema do paciente diagnosticado na consulta médica como caso cirúrgico.

14. Após dois meses de credenciamento, o prestador deverá estar atendendo às cotas estipuladas na Declaração de Capacidade Mínima, caso o valor não possa ser realizado no primeiro mês, o prestador deverá cumprir além de sua cota mês, a cota faltante do mês anterior. O não cumprimento acarretará em descredenciamento do prestador, e o mesmo ficará impossibilitado de recredenciar por um período mínimo de três anos.

15. O credenciado deverá apresentar relação dos profissionais que

disponibiliza para execução dos serviços.

16. O encaminhamento dos pacientes que trata o credenciamento será feito da seguinte forma:

a) A organização da fila é de responsabilidade de cada gestor municipal de saúde. Os pacientes que possuem laudo médico com indicação cirúrgica e não estiverem na fila deverão ser cadastrados no seu município, respeitando a cronologia da fila.

b) Os pacientes deverão ser encaminhados através da rede pública municipal, acompanhados do documento de referência e contra-referência, da consulta pré-cirúrgica ao profissional credenciado, que fará a avaliação da solicitação;

c) Após a aprovação da solicitação o paciente será encaminhado para a realização do procedimento com médico da área dentre os médicos que prestam serviços nas dependências da credenciada;

d) O paciente será encaminhado ao Credenciado pela Secretaria Municipal de Saúde para a realização da cirurgia eletiva, com o devido laudo, para a emissão de AIH (Autorização de Internação Hospitalar) e para as consultas será entregue um documento com a devida autorização.

17. A relação de pacientes encaminhados com indicação cirúrgica deverá ser repassada ao Consórcio todo início de mês para acompanhamento constando nome do paciente, município de residência e tipo de cirurgia.

18. A comunicação entre as partes será sempre de forma escrita quando necessária.

DO PAGAMENTO

Art. 5º O pagamento será efetuado mensalmente, até o 10º (dé-cimo) dia útil do mês subsequente da realização dos serviços conforme o número de procedimentos efetuados e o valor constante no Anexo I do presente Edital para cada procedimento, mediante apresentação pelo credenciado das faturas acompanhadas da relação dos pacientes efetivamente atendidos com nome, endereço, especialidade da cirurgia, nome do médico e anestesista e assinatura do paciente (ou seu responsável), no termo, de que o paciente realizou a cirurgia. Nos valores fixados, para a realização de consultas e procedimentos incluem-se todos os custos diretos e indiretos, inclusive Serviços Hospitalares, sendo desta forma a única remuneração devida.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 6º Após o recebimento da documentação de habilitação, julgada regular, o CIS-AMOSC credenciará gradativamente os profissionais e pessoas jurídicas necessárias para prestação dos referidos serviços.

Art. 7º Anualmente o CIS-AMOSC exigirá dos prestadores credenciados, a respectiva atualização dos documentos referentes às negativas de débitos e alvarás.

Art. 8º A remuneração se dará de acordo com os valores dispostos na tabela CIS-AMOSC, o preço ajustado entre as partes será de acordo com a mesma e aceito pelo credenciado no momento da apresentação de sua proposta, estando inclusos taxas de administração, gastos com materiais, taxas de sala, e outros dispêndios necessários para a realização dos serviços. Não é permitido ao credenciado qualquer tipo de cobrança diretamente das Secretarias Municipais de Saúde ou ao usuário.

Art. 9º O pagamento do profissional anestesista somente acontecerá quando os procedimentos forem realizados em Hospitais que não contarem com este profissional no quadro clínico de funcionários.

Art. 10 Será descredenciada, a qualquer tempo, a entidade que não mantiver as condições exigidas para habilitação durante o curso do

contrato, bem como vier a rejeitar qualquer paciente/usuário do SUS, sem apresentar as razões objetivas que justifiquem a conduta adotada, ou ainda, que incida nas causas de rescisão contratual.

Chapecó, SC, 31 de julho de 2014.

PEDRO BORSOI

Prefeito de Guatambu

Presidente do CIS-AMOSC

ANEXO I

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 01/2014

RELAÇÃO DOS SERVIÇOS – DESCRIÇÃO, QUANTIDADE E VALORES (Alterado pela Resolução nº 12/2017)

DESCRIÇÃO VALOR UNITÁRIO R\$

PROCEDIMENTO	CÓDIGO SIA/SUS	VALOR (R\$)
Consulta Anestésica	03.01.01.007-2	56,00

VASCULAR

PROCEDIMENTO	CÓDIGO SIA/SUS	VALOR (R\$)
Ecodoppler Unilateral	90280	180,00
Ecodoppler Bilateral	90298	300,00
Ecodoppler de Carótidas	90301	350,00

ANEXO II

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 01/2014

DECLARAÇÃO CAPACIDADE MÍNIMA DE ATENDIMENTO TOTAL E QUANTITATIVO

....., inscrito no CPF/CNPJ nº e no CRM nº
....., DECLARO para todos os fins, em especial o do Edital de Chamamento nº 01/2014, na forma da Lei Federal nº 8.666/93, que a capacidade mínima de atendimento total é de consultas e procedimentos cirúrgicos por mês, para atendimento ao número de procedimentos contidos neste Edital.

O horário disponibilizado para a prestação dos serviços é de a

Local (endereço) onde serão prestados os serviços
.....
.....

....., em de de 2014.

Assinatura do Declarante
Nome:

ANEXO III

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 01/2014

MINUTA DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº XX/2014

O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Santa Catarina – CIS- AMOSC, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ sob

o nº 01.336.261/0001-40, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 571-S, neste ato representado pelo seu Presidente , nos termos do Edital de Chamamento nº 01/2014, credencia , pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº , estabelecida na rua , município de para a realização de procedimentos cirúrgicos eletivos, consulta pré-cirúrgicas de acordo com as cláusulas e disposições a seguir expressas:

CLÁUSULA PRIMEIRA. O presente termo tem por objeto a prestação de procedimentos cirúrgicos eletivos na especialidade de Vascular pelo Credenciado que deverá atender às cotas estipuladas na Declaração de Capacidade Mínima, podendo os quantitativos ser divididos conforme a necessidade das Secretarias Municipais de Saúde em conformidade com a tabela que segue:

PROCEDIMENTO	COD. SIA/SUS	VALOR R\$
Consulta Pré-Cirúrgica	03.01.01.007-2	50,00
Consulta Anestésica	03.01.01.007-2	50,00
Anestesia geral	04.17.01.004-4	200,00

VASCULAR

PROCEDIMENTO	COD. SIA/SUS	VALOR R\$
Tratamento Cirúrgico de Varizes Unilateral COM AIH ELETIVA	90263	150,00
Tratamento Cirúrgico de Varizes Unilateral	04.06.02. 057-4	550,00
Tratamento Cirúrgico de Varizes Bilateral COM AIH ELETIVA	90271	600,00
Tratamento Cirúrgico de Varizes Bilateral	04.06.02.056-6	1.000,00
Ecodoppler Unilateral	90280	180,00
Ecodoppler Bilateral	90298	300,00
Ecodoppler de Carótidas	90301	350,00

CLÁUSULA SEGUNDA. O prazo de vigência deste termo será de 2 anos.

Parágrafo Único. O termo firmado poderá ser rescindido antes do termo final, desde que com prévio aviso justificado, por escrito, de no mínimo 60 (sessenta) dias, por qualquer das partes. Ressaltado que é vedado ao profissional deixar de assumir a responsabilidade sobre procedimento médico que indicou não podendo descredenciar-se antes de resolver cirurgicamente o problema do paciente diagnosticado na consulta médica como caso cirúrgico.

CLÁUSULA TERCEIRA. O pagamento será efetuado mensalmente, até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente da realização dos serviços conforme o número de procedimentos efetuados e o valor constante na cláusula primeira, para cada procedimento, mediante apresentação pelo credenciado das faturas acompanhadas da relação dos pacientes efetivamente atendidos com nome, endereço, especialidade da cirurgia, nome do médico e anestesista e assinatura do paciente (ou seu responsável), no termo, de que o paciente realizou a cirurgia, cujo valor será depositado na conta corrente bancária da credenciada. Nos valores fixados, para a realização de consultas e procedimentos incluem-se todos os custos diretos e indiretos, inclusive Serviços Hospitalares, sendo desta forma a

única remuneração devida. O pagamento do profissional anestesista somente acontecerá quando os procedimentos forem realizados em Hospitais que não contarem com este profissional no quadro clínico de funcionários.

CLÁUSULA QUARTA. As condições para prestação dos serviços objetos do presente contrato são as que seguem:

I - O credenciamento caracteriza uma relação contratual de prestação de serviços;

II - O Credenciado deverá manter durante a vigência do contrato todas as condições de habilitação exigidas para a sua celebração;

III - Os serviços contratados serão prestados através dos profissionais credenciados no local indicado na Declaração Anexo I deste Termo de Credenciamento;

IV - O Credenciado não poderá cobrar do paciente ou de seu responsável, qualquer complementação aos valores pagos pelos serviços prestados. Caso ocorra, sendo comprovada a cobrança o Credenciado deverá ressarcir o paciente ou seu representante legal do valor cobrado no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sendo o prazo improrrogável ficando o credenciado sujeito ao descredenciamento do profissional ou empresa;

V - O credenciado deverá oferecer suporte imediato a possíveis complicações pós-operatórias; garantia de internação prolongada em casos de complicações pós-cirúrgicas e material necessário às cirurgias, previstos na Tabela do SUS.

VI - É de responsabilidade exclusiva e integral do Credenciado a utilização de pessoal técnico e habilitado para a execução do objeto contratado, bem como a quitação dos encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, cujos ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para o Município;

VII - Os procedimentos previstos na cláusula primeira serão fracionados mensalmente entre todos os interessados habilitados, observando a escolha feita pelos pacientes e mediante controle a ser efetuado pelo Consórcio;

VIII - Após dois meses de credenciamento, o prestador deverá estar atendendo às cotas estipuladas na Declaração de Capacidade Mínima caso o valor não possa ser realizado no primeiro mês, o prestador deverá cumprir além de sua cota mês, a cota faltante do mês anterior. O não cumprimento acarretará em descredenciamento do prestador, e o mesmo ficará impossibilitado de recredenciar por um período mínimo de três anos.

CLÁUSULA QUINTA. O credenciado ainda se obriga a:

I - Manter sempre atualizado o prontuário médico dos pacientes e arquivo médico;

II - Não utilizar, nem permitir que terceiros utilizem o paciente para fins de experimentação;

III - Atender os pacientes com dignidade e respeito, de modo universal e igualitário, sem diferenciação no atendimento, mantendo sempre a qualidade na prestação dos serviços;

IV - Apresentar justificativa do médico ao paciente ou a seu representante e ao Consórcio, por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão de não realização de qualquer ato profissional previsto neste contrato.

CLÁUSULA SEXTA. O encaminhamento dos pacientes de que trata o credenciamento será feito da seguinte forma:

a) A organização da fila é de responsabilidade de cada gestor municipal de saúde. Os pacientes que possuem laudo médico com indicação cirúrgica e não estiverem na fila deverão ser cadastrados no seu município, respeitando a cronologia da fila.

b) Os pacientes deverão ser encaminhados através da rede pública municipal, acompanhados do documento de referência e contra-referência, da consulta pré-cirúrgica ao profissional credenciado, que fará a avaliação da solicitação;

c) Após a aprovação da solicitação o paciente será encaminhado para a realização do procedimento com médico da área dentre os

médicos que prestam serviços nas dependências da credenciada;
d) O paciente será encaminhado ao Credenciado pela Secretaria Municipal de Saúde para a realização da cirurgia eletiva, com o devido laudo, para a emissão de AIH (Autorização de Internação Hospitalar) e para as consultas será entregue um documento com a devida autorização.

CLÁUSULA SÉTIMA. As cirurgias poderão ser realizadas dentro do mês ou no mês seguinte, ou ainda, adiantadas desde que se garanta a manutenção do número mínimo estipulado no credenciamento.

CLÁUSULA OITAVA. No caso de desatendimento a qualquer dos itens enumerados neste Termo ou no Edital de Chamamento que importem em má prestação dos serviços contratados, o Consórcio, através de procedimento administrativo específico, assegurada a ampla defesa e o contraditório, poderá proceder ao descredenciamento da empresa, rescindido o contrato.

CLÁUSULA NONA. O Consórcio reserva-se o direito de fiscalizar a execução dos serviços através de sua Comissão acompanhando inclusive o grau de satisfação dos usuários, em consonância e obediência ao prescrito nas Leis Federais 8.080/90 e 8.142/90.

§ 1º A execução do presente Termo será avaliada pelo Consórcio mediante procedimentos de supervisão indireta ou local, os quais observarão o cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas neste instrumento.

§ 2º A contratada facilitará ao consórcio o acompanhamento e a fiscalização permanente dos serviços e prestará os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelos servidores do mesmo designados para tal fim.

CLÁUSULA DÉCIMA. Somente serão beneficiados com os procedimentos de que trata o presente credenciamento os municípios dos Municípios que fazem parte do Consórcio CIS-AMOSC.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA. Não ficam incluídos no presente credenciamento os serviços de urgência e de emergência.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA. O credenciado deverá assegurar a presença de acompanhante aos pacientes menores de idade e acima de 60 anos, bem como aos que necessitem de acompanhamento ou atenção contínua, mediante prévia e expressa justificativa médica.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA. A relação de pacientes encaminhados com indicação cirúrgica deverá ser repassada ao Consórcio todo início de mês para acompanhamento constando nome do paciente, município de residência e tipo de cirurgia.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA. A comunicação entre as partes será sempre de forma escrita quando necessária.

Chapecó, ____ de _____ de 2014.
Presidente do CIS-AMOSC
Credenciado

EXTRATO DE TERMOS

TERMO ADITIVO Nº22/2017

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CORONEL FREITAS

CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA

OBJETO: Alteração dos desdobramentos 3.3.93.36.30 e 3.3.93.39.50 referente aos serviços de saúde especializado de referência e de maior complexidade a nível ambulatorial.

VALOR R\$ 552.000,00

VIGENCIA: 28/08/2017 a 31/12/2017

TERMO ADITIVO Nº23/2017

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE QUILOMBO

CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA

OBJETO: Alteração dos desdobramentos 3.3.93.36.30 e 3.3.93.39.50 referente aos serviços de saúde especializado de referência e de maior complexidade a nível ambulatorial.

VALOR R\$ 442.200,00

VIGENCIA: 28/08/2017 a 31/12/2017

RESOLUÇÃO Nº 12/2017

RESOLUÇÃO Nº 12/2017

Altera a Resolução nº 08/2017, de 31 de maio de 2017.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI, Prefeito de Nova Itaberaba e Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Santa Catarina – CIS-AMOSC, no uso das atribuições que lhe confere o art. 17 e art. 25, do Estatuto Social,

RESOLVE:

Art. 1º Fica excluído o inciso II do art. 1º da Resolução nº 08/2017, de 31 de maio de 2017, para restabelecer a vigência do Edital nº 01/2014, de 31 de julho de 2014, nos termos da sua republicação.

Art. 2º O Anexo I do Edital nº 01/2014, de 31 de julho de 2014, passa a vigorar na forma do Anexo Único da presente Resolução.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Chapecó, SC, 28 de agosto de 2017.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI

Prefeito de Nova Itaberaba e Presidente do CIS-AMOSC

ANEXO ÚNICO

“ANEXO I

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 01/2014

RELAÇÃO DOS SERVIÇOS – DESCRIÇÃO, QUANTIDADE E VALORES”

DESCRIÇÃO VALOR UNITÁRIO R\$

PROCEDIMENTO	CÓDIGO SIA/SUS	VALOR (R\$)
Consulta Anestésica	03.01.01.007-2	56,00

VASCULAR

PROCEDIMENTO	CÓDIGO SIA/SUS	VALOR (R\$)
Ecodoppler Unilateral	90280	180,00
Ecodoppler Bilateral	90298	300,00
Ecodoppler de Carótidas	90301	350,00

CIS/AMURES

DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS JULHO 2017 - CIS/AMURES

Betha Sistemas
Exercício de 2017
Período: Julho
Página 1 de 3

SANTA CATARINA - CONSORCIO
CONS. INTERM. SAUDE DA MICRO REGIAO DA AMURES
Comparativo da Despesa Autorizada Com a Paga - Anexo TC 08

Entidade : CONS. INTERM. SAUDE DA MICRO REGIAO DA AMURES

Códigos	Especificações	Fonte de Recursos	Créditos			Despesa Paga		Saldos
			Orçados	Suplementados	Anulados	Total	No Período	Até o Período
01	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE		6.401.928,60	0,00	0,00	6.401.928,60	651.029,22	2.957.910,21
01.01.0	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE		6.401.928,60	0,00	0,00	6.401.928,60	651.029,22	2.957.910,21
01.01.10	01.01.10 Saude							
01.01.10.122	01.01.10.122 Administração Geral							
01.01.10.122.0001	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE		6.401.928,60	0,00	0,00	6.401.928,60	651.029,22	2.957.910,21
10.122.0001.1.001	CONSTRUÇÃO DA SEDE DO CIS/AMURES		6.401.928,60	0,00	0,00	6.401.928,60	651.029,22	2.957.910,21
4.4.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0080	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
10.122.0001.2.001	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CIS/AMURES		1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
3.1.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0080	1.457.643,44	0,00	0,00	1.457.643,44	119.744,17	751.608,06
3.1.90.11.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	0080	906.984,48	0,00	0,00	906.984,48	63.179,29	455.341,00
3.1.90.11.01.00.00	Vencimentos e salários	0080					45.641,38	344.411,69
3.1.90.11.43.00.00	13º salário	0080					45.641,38	322.435,61
3.1.90.13.00.00.00	Obrigações Patronais	0080					0,00	21.976,08
3.1.90.13.01.00.00	Obrigações Patronais	0080					17.537,91	110.929,31
3.1.90.13.01.00.00	FGTS	0080					5.332,08	26.612,84
3.1.90.13.02.00.00	Contribuições Previdenciárias - INSS	0080					12.205,83	84.316,47
3.3.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0080	543.762,72	0,00	0,00	543.762,72	55.167,38	294.272,06
3.3.90.14.00.00.00	Diárias - Civil	0080					0,00	7.000,00
3.3.90.14.14.00.00	Diárias no País - Civil	0080					0,00	7.000,00
3.3.90.30.00.00.00	Material de Consumo	0080					7.036,43	22.690,59
3.3.90.30.01.00.00	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	0080					840,58	2.214,56
3.3.90.30.04.00.00	Gás Engarrafado	0080					0,00	360,00
3.3.90.30.07.00.00	Genêros de Alimentação	0080					352,10	1.943,80
3.3.90.30.08.00.00	Material Farmacológico	0080					0,00	230,00
3.3.90.30.11.00.00	Material Químico	0080					0,00	28,28
3.3.90.30.15.00.00	Material para Festividades e Homenagens	0080					250,00	750,00
3.3.90.30.16.00.00	Material de Expediente	0080					1.483,69	2.601,54
3.3.90.30.17.00.00	Material de Processamento de Dados	0080					69,00	119,00
3.3.90.30.21.00.00	Material de Copa e Cozinha	0080					0,00	108,00
3.3.90.30.22.00.00	Material de Limpeza e Produção de Higienização	0080					0,00	3.747,03
3.3.90.30.24.00.00	Material para Manutenção de Bens Imóveis	0080					827,92	2.135,54
3.3.90.30.25.00.00	Material para Manutenção de Bens Móveis	0080					0,00	2.060,00
3.3.90.30.30.00.00	Material para Comunicações	0080					0,00	239,40
3.3.90.30.36.00.00	Material Hospitalar	0080					3.103,14	3.353,44
3.3.90.30.44.00.00	Material de Sinalização Visual e Afins	0080					0,00	2.580,00
3.3.90.30.47.00.00	Aquisição de Softwares de Base	0080					110,00	220,00
3.3.90.32.00.00.00	Material de Distribuição Gratuita	0080					0,00	1.428,45
3.3.90.32.02.00.00	Medicamentos	0080					0,00	1.428,45
3.3.90.33.00.00.00	Passagens e Despesas com Locomoção	0080					0,00	158,20
3.3.90.33.01.00.00	Passagens Para o País	0080					0,00	158,20
3.3.90.35.00.00.00	Serviços de Consultoria	0080					535,00	3.710,00
3.3.90.35.01.00.00	Assessoria e Consultoria Técnica ou Jurídica	0080					0,00	3.700,00
3.3.90.36.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	0080					0,00	2.500,00
3.3.90.36.06.00.00	Serviços Técnicos Profissionais	0080					0,00	1.200,00
3.3.90.36.28.00.00	Serviços de Seleção e Treinamento	0080					4.479,58	25.213,92
3.3.90.37.00.00.00	Locação de Mão-de-obra	0080					4.479,58	25.213,92
3.3.90.37.07.00.00	Estandários	0080					43.116,37	229.716,69
3.3.90.39.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0080					125,00	522,00
3.3.90.39.01.00.00	Assinatura de Períodos e Anuidades	0080					687,41	3.812,60
3.3.90.39.08.00.00	Manutenção de Software	0080					18.145,06	108.611,96
3.3.90.39.11.00.00	Locação de Softwares	0080					736,63	4.428,86
3.3.90.39.12.00.00	Locação de Máquinas e Equipamentos	0080						

Betha Sistemas
Exercício de 2017
Período: Julho
Página 2 de 3

SANTA CATARINA - CONSORCIO
CONS. INTERM. SAUDE DA MICRO REGIAO DA AMURES
Comparativo da Despesa Autorizada Com a Paga - Anexo TC 08

Entidade : CONS. INTERM. SAUDE DA MICRO REGIAO DA AMURES

Códigos	Especificações	Fonte de Recursos	Créditos			Despesa Paga		Saldo
			Orgãos	Suplementados	Anulados	Total	No Período	Até o Período
01	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE		6.401.928,60	0,00	0,00	6.401.928,60	651.029,22	2.957.910,21
01.01.0	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE		6.401.928,60	0,00	0,00	6.401.928,60	651.029,22	2.957.910,21
01.01.10	Saúde							
01.01.10.122	Administração Geral							
01.01.10.122.0001	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE							
10.122.0001.2.001	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CIS/AMURES							
3.3.90.39.16.00.00.00	Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	0080					0,00	4.222,20
3.3.90.39.17.00.00.00	Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip	0080					0,00	960,00
3.3.90.39.20.00.00.00	Manutenção e Cons de Bens Móveis de Outras Natur	0080					60,00	905,00
3.3.90.39.27.00.00.00	Locação de Veículos Para Locomoção	0080					0,00	640,00
3.3.90.39.28.00.00.00	Coleta de Lixo e Demais Resíduos	0080					128,00	896,00
3.3.90.39.40.00.00.00	Programa de Alimentação do Trabalhador	0080					13.057,10	43.903,81
3.3.90.39.43.00.00.00	Serviços de Energia Elétrica	0080					971,83	4.383,54
3.3.90.39.44.00.00.00	Serviços de Água e Esgoto	0080					332,98	2.252,17
3.3.90.39.47.00.00.00	Serviços de Comunicação em Geral	0080					0,00	913,60
3.3.90.39.48.00.00.00	Serviços de Seleção e Treinamento	0080					0,00	2.240,00
3.3.90.39.56.00.00.00	Serviços de Telecomunicações	0080					1.718,11	11.739,57
3.3.90.39.63.00.00.00	Serviços Gráficos e Editoriais	0080					0,00	660,00
3.3.90.39.64.00.00.00	Telefonia Móvel	0080					252,10	2.454,93
3.3.90.39.72.00.00.00	Vale-Transporte	0080					2.312,51	13.668,33
3.3.90.39.77.00.00.00	Vigilância Ostensiva/Monitorada	0080					162,45	1.000,38
3.3.90.39.79.00.00.00	Serviços de Apoio Administrativo, Técnico e Operac	0080					1.655,40	9.102,94
3.3.90.39.81.00.00.00	Serviços Bancários	0080					110,90	742,17
3.3.90.39.83.00.00.00	Serviços de Cópias e Reprodução de Documentos	0080					0,00	301,75
3.3.90.39.96.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0080					2.660,89	11.354,88
3.3.90.47.00.00.00.00	Obrigações Tributárias e Contributivas	0080					0,00	654,21
3.3.90.47.99.00.00.00	Outras Obrigações Tributárias e Contributivas	0080					0,00	654,21
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0080	6.896,24	0,00	0,00	6.896,24	1.397,50	1.995,00
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	0080					1.397,50	1.995,00
4.4.90.52.12.00.00.00	Aparatos e Utensílios Domésticos	0080					800,00	800,00
4.4.90.52.35.00.00.00	Equipamentos de Processamento de Dados	0080					997,50	1.195,00
10.122.0001.2.002	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - CIS/AMURES							
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0080	4.943.285,16	0,00	0,00	4.943.285,16	531.285,05	2.206.302,15
3.3.90.32.00.00.00.00	Material de Distribuição Gratuita	0080	4.943.285,16	0,00	0,00	4.943.285,16	531.285,05	2.206.302,15
3.3.90.32.02.00.00.00	Medicamentos	0080					16.731,07	53.842,04
3.3.90.32.99.00.00.00	Outros Materiais de Distribuição Gratuita	0080					2.629,47	6.818,59
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0080					14.101,60	47.023,45
3.3.90.39.50.00.00.00	Serviços Médico-Hospitalar, Odontológico e Labor	0080					514.553,98	2.152.460,11
							514.553,98	2.151.085,11

Betha Sistemas
Exercício de 2017
Período: Julho
Página 3 de 3

SANTA CATARINA - CONSORCIO
CONS. INTERM. SAUDE DA MICRO REGIAO DA AMURES
Comparativo da Despesa Autorizada Com a Paga - Anexo TC 08

Entidade : CONS. INTERM. SAUDE DA MICRO REGIAO DA AMURES

Códigos	Especificações	Fonte de Recursos	Créditos			Despesa Paga		Saldo
			Orcados	Suplementados	Anulados	Total	No Período	Até o Período
01	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE		6.401.928,60	0,00	0,00	6.401.928,60	651.029,22	2.957.910,21
01.01.0	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE		6.401.928,60	0,00	0,00	6.401.928,60	651.029,22	2.957.910,21
01.01.10	Saude		6.401.928,60	0,00	0,00	6.401.928,60	651.029,22	2.957.910,21
01.01.10.122	Administração Geral		6.401.928,60	0,00	0,00	6.401.928,60	651.029,22	2.957.910,21
01.01.10.122.0001	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE		6.401.928,60	0,00	0,00	6.401.928,60	651.029,22	2.957.910,21
10.122.0001.2.002	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - CIS/AMURES		4.943.285,16	0,00	0,00	4.943.285,16	531.265,05	2.206.302,15
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0080					0,00	1.375,00
		Total por Entidade :	6.401.928,60	0,00	0,00	6.401.928,60	651.029,22	2.957.910,21
		Total Geral :	6.401.928,60	0,00	0,00	6.401.928,60	651.029,22	2.957.910,21

LAGES , 24/08/2017

Vania Maria de Lima
Contadora CRC/SC 18.772/0-5

Fernanda de Souza Cordova
Presidente

Nalu Teresinha Julio
Coordenadora

CITMAR

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 001 DE 2015

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE TURISMO COSTA VERDE E MAR.

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO nº 001 de 2015

Contratado: RUDER BRASIL – SOFTWARE E SOLUÇÕES LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº. 07.598.887/0001-00

Objeto: CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO - Fica através do presente Termo Aditivo adicionado ao objeto do Contrato TP nº 01/2015 01 (uma) licença de uso do Sistema de Gestão do Inventário Turístico e Pesquisa de Demanda em modalidade SaaS para a prefeitura de Balneário Camboriú.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

Será repassado à CONTRATADA em razão do acréscimo dos serviços o valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), mediante apresentação e Nota Fiscal.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas não modificadas pelo Termo Aditivo.

Itajaí/SC, 28 de agosto de 2017.

Célio José Bernardino – Diretor Executivo CITMAR

CPIMMOC

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 004/2017CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO
MEIO OESTE CONTESTADO – CPIMMOC

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 04/2017

O Sr. Nadir Baú da Silva, Prefeito do Município de Tangará, Presidente do CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO MEIO OESTE CONTESTADO – CPIMMOC, no uso de suas atribuições conferidas conforme Capítulo VII, §1º do Estatuto da entidade CONVOCA:

Os(as) Senhores(as) Prefeitos(as) do Municípios integrantes ao CPIMMOC para Assembleia Geral Ordinária a realizar se conforme segue:

Data: 12 de Setembro de 2017

Horário: 08h30min.

Local: Auditório da AMMOC

Sito Rua Roberto Trompowsky, 68, Centro, Joaçaba, SC

ORDEM DO DIA:

- _ Deliberação sobre a questão do Cargo de Diretor Executivo;
- _ Apresentação da proposta de início do processo de Leilão dos bens referentes ao patrimônio do Consócio;
- _ Apresentar relatório dos procedimentos administrativos ocorridos até esta data;
- _ e outros assuntos.

Joaçaba, 28 de agosto de 2017.

Nadir Baú da Silva

Presidente CPIMMOC

CIAPS**ATA DA 16ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO CIAPS**

ATA DA 16ª ASSEMBLEIA GERAL (EXTRAORDINÁRIA) DO CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL – CIAPS:

Aos dezoito dias do mês de agosto de dois mil e dezessete (18/08/2017), às quatorze horas, nas instalações do CIAPS (Rua Quintino Bocaiuva, 542, centro, Apiúna – SC), reuniram-se os Senhores José Gerson Gonçalves - Prefeito do Município de Apiúna, Lairton Antônio Possamai - Prefeito do Município de Ascurra, Paulo Roberto Weiss - Prefeito do Município de Rodeio, Marcelo Doutel da Silva - Secretário de Saúde de Apiúna, Enilson Erley de Freitas - Secretário de Saúde de Ascurra, Odair Colaço - Secretário de Saúde de Rodeio, Etinéia Berkenbrock Ceruti – Diretora de Departamento de Saúde de Apiúna, Luiz Claudio Kades – Assessor Jurídico da AMMVI, e Camila Alessandra Costa – Auxiliar Administrativa do CIAPS, para Assembleia Geral Extraordinária do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL – CIAPS com a seguinte Ordem do Dia: 1) Leitura e aprovação da Ata da Assembleia anterior; 2) Alteração do Protocolo de Intenções e do Estatuto do CIAPS; 3 – Assuntos diversos. Dando início aos trabalhos, o Senhor Presidente, Prefeito Paulo Roberto Weiss, confirmou a entrega/recebimento da ata por parte dos demais prefeitos do CIAPS, colocando-a em discussão, e, nada havendo a registrar, passou-se a aprovação da mesma, por unanimidade. Prosseguindo, o Presidente passou a palavra ao Assessor Jurídico da AMMVI, Dr. Luiz Claudio Kades, que tratou dos procedimentos para alteração do Protocolo de Intenções e do Estatuto do CIAPS, conforme estabelece o art. 23 do Estatuto do Consórcio Público. Deste modo, foi discutido o Projeto de Resolução apresentado pela Assessoria Jurídica da AMMVI, após discussão prévia com a Diretoria do Consórcio, que “estabelece os textos básicos para o projeto de alteração do Protocolo de Intenções e do Estatuto do Consórcio Intermunicipal de Atenção Psicossocial – CIAPS”, bem como designa a Comissão Especial “encarregada de coordenar os trabalhos de elaboração do Projeto Final de Alteração do Protocolo de Intenções e do Estatuto do CIAPS, incluindo o recebimento e deliberação sobre propostas de emendas ou alterações no ante-projeto”. Debatido o assunto, decidiu-se que a Comissão Especial será composta pelos Prefeitos dos Municípios de Apiúna e Ascurra, pelos Secretários Municipais de Saúde dos Municípios consorciados e pelo Assessor Jurídico da AMMVI – Dr. Luiz Claudio Kades, sob a Presidência do primeiro e Secretaria do segundo, sendo que a Comissão Especial poderá propor alterações ao texto básico apresentado em anexo na minuta da Resolução e/ou receber propostas de emendas, apresentadas pelos representantes dos Municípios Consorciados, até a data de 24 de Agosto de 2017, quando então deverá consolidar as propostas, elaborando o projeto final de alteração do Protocolo de Intenções e do Estatuto a ser apresentado na Assembleia Geral. Relativamente as alterações propostas, as mesmas compreendem a delimitação dos serviços que podem ser objeto de cooperação institucional através da AMMVI, a exclusão da previsão de Conselho Fiscal em face da submissão das contas anuais do Consórcio Público ao Tribunal de Contas do Estado, a adequação das exigências para ocupação do cargo de confiança do CIAPS, a melhor regulamentação das condições para revisão geral anual das remunerações, a atualização dos valores remuneratórios em conformidade com as revisões já concedidas, a adequação do valor do auxílio alimentação mensal as realidades dos municípios consorciados e da situação fiscal do CIAPS, a previsão dos novos cargos necessários para formação da equipe técnica de saúde mental, com a colocação de alguns cargos existentes num quadro em extinção, e a previsão de implementação e manutenção de site institucional na internet, atendendo as exigências de publicidade, transparência e acesso à informação. Ademais, estas alterações propostas se justificam pela necessidade de cumprimento das diretrizes do Ministério da Saúde para atuação do Centro Regional de Atenção Psicossocial, na modalidade I, operado pelo Consórcio Público, para continuidade dos serviços de saúde mental e garantia de recebimento dos recursos necessários à sua manutenção e funcionamento. Colocado em deliberação, os Prefeitos aprovam os textos preliminares das alterações e da minuta de Resolução. Em assuntos gerais, foi abordado a necessidade de aditivo ao Contrato de Rateio para aumento dos repasses dos Municípios consorciados em face do não recebimento de recursos federais e atrasos no recebimento dos recursos estaduais. Debatido o assunto, com a manifestação dos Secretários Municipais e agentes do Consórcio Público, ficou decidido que o serviço de contabilidade deverá apontar os valores necessários para elaboração da alteração ao Contrato de Rateio vigente, aditando-se os recursos necessários para manutenção dos serviços do CIAPS no presente exercício. Também foi registrado que o Município de Rodeio estará cedendo o servidor Oldemar Nunes para atuar como Psicólogo do CIAPS durante o período de ausência do servidor Fredy Richard Eichstaedt, bem como que o Município de Apiúna destacou a servidora Etinéia Berkenbrock Ceruti para auxiliar na coordenação e organização dos serviços do Consórcio Público. Com a presença da Sra. Etinéia Berkenbrock Ceruti, o Senhor Presidente informou sua indicação para o cargo de Coordenadora Executiva do CIAPS em carga horária reduzida para 29 horas semanais e subsídio de R\$ 3.653,74 mensais a partir de 1º de setembro do ano corrente, sendo que a mesma deverá acompanhar as alterações que estão sendo promovidas no Protocolo de Intenções, no Estatuto e no Contrato de Rateio, e quando aprovadas as alterações estatutárias nas Câmaras Municipais com adequação do salário para o cargo em comissão, a mesma será exonerada da função e novamente nomeada para o emprego de confiança, agora nas novas condições, ou seja, para carga horária semanal de 40 horas e remuneração de R\$ 3.700,00 mensais. Além disso, foi registrado pelo Assessor Jurídico que a indicação e eventual nomeação será para o presente exercício, conforme determinação estatutária, donde em dezembro o Presidente eleito poderá indicar sua recondução ou substituí-la por outro profissional. Assim a Sra. Etinéia se manifesta com a concordância destas condições, sendo que sua indicação passou a ser debatido pelos Prefeitos e Secretários de Saúde, recebendo aprovação unânime. Usando da palavra, a servidora Camila registrou que alguns bens do Consórcio foram furtados, tendo-se registrado Boletim de Ocorrência, e que deve ser dado baixa destes no patrimônio do CIAPS. Esclareceu quais bens foram furtados, sendo que houve o arrombamento de uma janela no imóvel. Usando da palavra, o Prefeito de Apiúna relatou que está em contato com o proprietário do imóvel para verificar a possibilidade deste colocar grades nas janelas para melhorar a segurança das instalações. Também o Secretário de Saúde de Apiúna se manifestou esclarecendo que o Município deverá disponibilizar alguns computadores para substituir aqueles que foram furtados, evitando-se maiores prejuízos para as atividades do CIAPS. Com isso, o Assessor Jurídico informou quais seriam os procedimentos para baixa dos bens furtados, recomendando-se que seja aguardado alguns dias para prevenir a possibilidade de recuperação por parte da polícia. Em novo tema, foi apresentado alguns problemas existentes no Consórcio relativamente ao servidor Fredy, donde o mesmo está afastado do trabalho sem qualquer registro a respeito da sua situação junto ao INSS, se o mesmo está em auxílio-doença ou não, bem como se os dias que ultrapassam os primeiros 15 dias de atestado são de faltas ou não. Do mesmo modo, o Presidente registrou o recebimento de Boletim de Ocorrência que informa a possível falsificação de documento do profissional médico do CIAPS, donde foi também apontado sobre o sumiço de várias folhas de cheque das contas do Consórcio Público. Debatidos os problemas, chegou-se a conclusão que existe a necessidade da tomada de providências para esclarecimento dos fatos, donde o Assessor Jurídico apontou a solução contemplada no estatuto, mediante instauração de uma sindicância administrativa, designando-se uma Comissão que deverá ouvir os interessados, instruir o processo e apurar autoria e materialidade para fins de aplicação das medidas legais. Deste modo, os Prefeitos manifestaram

concordância com a alternativa apontada, sendo que deverá ser baixado resolução para tratar do assunto. Por fim, o Presidente alertou os Senhores Prefeito da convocação da próxima assembleia que será realizada no dia 25 de agosto do ano corrente, na sede do CIAPS, para apreciação da redação final das alterações do Protocolo de Intenções e do Estatuto, para posterior ratificação legislativa. Nada mais havendo a tratar, o Presidente do CIAPS agradeceu a presença dos Prefeitos, Secretários de Saúde, Assessor Jurídico da AMMVI e agentes da Equipe do CIAPS, finalizando a Assembleia, da qual eu, Camila Alessandra Costa, secretária "ad-hoc", lavrei a presente ata que vai assinada pelos participantes.

Paulo Roberto Weiss
Município de Rodeio

José Gerson Gonçalves
Município de Apiúna

Lairton Antônio Possamai
Município de Ascurra

Marcelo Doutel da Silva
Secretário de Saúde de Apiúna

Enilson Erley de Freitas
Secretario de Saúde de Ascurra

Odair Colaço
Secretário de Saúde de Rodeio

Luiz Claudio Kades
Assessor Jurídico da AMMVI

Camila Alessandra Costa
Auxiliar Administrativa do CIAPS

Etinéia Berkenbrock Ceruti
Diretora Dpto Saúde de Apiuna

ATA DA 17ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO CIAPS

ATA DA 17ª ASSEMBLEIA GERAL (EXTRAORDINÁRIA) DO CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL – CIAPS:

Aos vinte e cinco dias do mês de agosto de dois mil e dezessete (25/08/2017), às quatorze horas, nas instalações do CIAPS (Rua Quintino Bocaiúva, 542, centro, Apiúna – SC), reuniram-se os Senhores José Gerson Gonçalves - Prefeito do Município de Apiúna, Lairton Antônio Possamai - Prefeito do Município de Ascurra, Paulo Roberto Weiss - Prefeito do Município de Rodeio, Marcelo Doutel da Silva - Secretario de Saúde de Apiúna, Enilson Erley de Freitas - Secretário de Saúde de Ascurra, Odair Colaço - Secretário de Saúde de Rodeio, Etinéia Berkenbrock Ceruti – Diretora de Departamento de Saúde de Apiuna, e Camila Alessandra Costa – Auxiliar Administrativa do CIAPS, para Assembleia Geral Extraordinária do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL – CIAPS com a seguinte Ordem do Dia: 1) Leitura e aprovação da Ata da Assembleia anterior; 2) Aprovação das alterações ao Protocolo de Intenções e ao Estatuto do CIAPS. Dando início aos trabalhos, o Senhor Presidente, Prefeito Paulo Roberto Weiss, confirmou a entrega/recebimento da ata por parte dos demais prefeitos do CIAPS, colocando-a em discussão, e, nada havendo a registrar, passou-se a sua aprovação por unanimidade. Prosseguindo, o Presidente repassou a palavra ao Presidente da Comissão Especial designada para conduzir o processo de alteração do protocolo de Intenções e do Estatuto do CIAPS, o qual informou que findo o prazo estabelecido na 16ª Assembleia Geral do Consórcio sem apresentação de emendas e de destaques, as redações finais das alterações do Protocolo de Intenções e do Estatuto do Consórcio Intermunicipal de Atenção Psicossocial permanecem iguais aquelas apresentadas como texto básico, razão pela qual são apresentadas à Assembleia, as quais, depois de lidas, foram aprovadas por unanimidade na forma que segue: a) REDAÇÃO FINAL PARA ALTERAÇÕES NO PROTOCOLO DE INTENÇÕES DO CIAPS: "(...)

3.2.1 – Os serviços de controle interno, contabilidade ou jurídicos do Consórcio Público poderão ser realizados, a título de cooperação, pela Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí – AMMVI, sita à Rua Alberto Stein, nº 466, Bairro Velha, no Município de Blumenau, Estado de Santa Catarina, mediante convênio.

3.2.2 -

.....

6.1 -:

.....

II – votar e ser votado para os cargos de Presidente ou de Vice-Presidente;

.....

IV – compor a Diretoria do Consórcio nas condições estabelecidas pelo Estatuto.

6.1.1 -

.....

7.2 -:

.....

III – (revogado).

CLÁUSULA OITAVA – Da Assembléia Geral

.....

8.5 -:

.....

VII – (revogado);

.....

8.5.1 -

.....

10.5 – Para exercício da função de Coordenador Executivo ou de qualquer outro emprego de confiança no Consórcio Público será exigida formação profissional em nível superior.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – (Revogada)

11.1 – (revogado)

11.1.1 – (revogado)

11.2 – (revogado)

11.2.1 – (revogado)

11.2.2 – (revogado)

11.2.3 – (revogado)

11.2.4 – (revogado)

11.2.5 – (revogado)

11.3 – (revogado)

11.3.1 – (revogado)

11.4 – (revogado)

11.4.1 – (revogado)

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS RECURSOS HUMANOS

12.1.1 - A participação em órgãos diretivos que sejam criados pelos estatutos ou por deliberação da Assembleia Geral, bem como a participação dos representantes dos entes consorciados na Assembleia Geral e em outras atividades do Consórcio não será remunerada, sendo considerado trabalho público relevante.

12.3.2.1 - Após deliberação da Assembleia Geral, a Diretoria poderá conceder revisão geral anual de remuneração aos empregados e estagiários do Consórcio Público no mês de janeiro de cada ano, nos termos do disposto no art. 37, inciso X, da Constituição Federal, utilizando como teto o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC (IBGE) acumulado no ano anterior.

12.3.2.1.1 - A revisão geral anual de que trata o item 12.3.2.1 observará as seguintes condições:

I - autorização na lei de diretrizes orçamentárias dos Municípios consorciados;

II - definição do índice em Assembleia Geral específica;

III - previsão do montante da respectiva despesa e correspondentes fontes de custeio na Resolução do Orçamento Anual;

IV - comprovação da disponibilidade financeira que configure capacidade de pagamento pelo Consórcio Público, preservados os compromissos relativos a investimentos e despesas continuadas nas áreas prioritárias de sua atuação;

V - compatibilidade com a evolução nominal e real das remunerações no mercado de trabalho; e

VI - atendimento aos limites para despesa com pessoal de que tratam o art. 169 da Constituição e a Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000.

12.3.2.1.2 – Acaso a revisão geral ocorra em percentual inferior à variação da inflação do ano anterior a diferença poderá integrar futura revisão anual, observadas as condições do item 12.3.2.1.1, vedada à concessão de efeitos financeiros retroativos.

12.3.2.1.3 – Para os salários majorados devido à elevação do salário mínimo ou do piso salarial, o referido aumento deverá ser compensado quando da aplicação do disposto no item 12.3.2.1.

12.3.2.2 –

12.3.6.2 –

I – R\$ 546,55 (quinhentos e quarenta e seis reais e cinquenta e cinco centavos) mensais, no caso de estudantes do ensino superior, para jornada de 04 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais.

II – R\$ 816,54 (oitocentos e dezesseis reais e cinquenta e quatro centavos) mensais, no caso de estudantes do ensino superior, para jornada de 06 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais.

12.7.2.1 -

12.7.2.2 – Os adiantamentos de viagem serão requeridos em formulário próprio, onde será qualificado o beneficiário e identificado à data de afastamento, trajeto e motivo da viagem. O processamento contábil para pagamento do adiantamento observará ao disposto na Lei nº 4.320/64.

12.7.2.3 -

12.7.3 - Será concedido vale transporte na forma da legislação federal específica ao empregado que o requerer, para deslocamento residência/local de trabalho e vice-versa.

12.7.4 - Sem prejuízo das demais vantagens estabelecidas no estatuto, a Diretoria poderá conceder aos empregados efetivos, comissionados ou temporários e aos estagiários, o auxílio alimentação, proporcional a carga horária mensal, na forma e condições estabelecidas no regulamento do quadro de pessoal, limitado ao valor máximo mensal de R\$ 100,00 (cem reais) para o exercício de 2017, corrigido pelo mesmo índice da revisão geral anual para os demais exercícios.

12.7.5 -

12.8 –

I –

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Formação profissional em nível superior.

II – Para o emprego de MÉDICO:

II-A – Para o emprego de MÉDICO DE SAÚDE MENTAL:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Realizar atividade de natureza especializada em saúde mental, envolvendo supervisão, planejamento, coordenação, programação e execução de atividades pertinentes a defesa e proteção da saúde individual e coletiva; Examinar o paciente, auscultando, palpando ou utilizando instrumentos especiais, para determinar diagnóstico ou, se necessário, requisitar exames complementares e encaminhá-lo a outro tratamento especializado; Analisar e interpretar resultados de exames de raios X, bioquímico, hematológico e outros, comparando-os com padrões normais, para confirmar ou informar o diagnóstico; Prescrever medicamentos, indicando dosagem e respectiva via de administração, assim como cuidados a serem observados para conservar ou restabelecer a saúde do paciente; Manter registro dos pacientes examinados, anotando a conclusão diagnóstica, tratamento, evolução da doença, para efetuar orientação terapêutica adequada; Emitir atestados de saúde, sanidade e aptidão física e mental e de óbito, para atender a determinações legais; Atender

a urgências clínicas, cirúrgicas ou traumatológicas; Executar outras tarefas e serviços determinados e excepcionais, inerentes a função e/ou fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIAPS.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Nível Superior na área com especialização em saúde mental; Inscrição e registro junto ao Conselho Regional.

III – Para o emprego de ENFERMEIRO(A):

.....

III-A – Para o emprego de ENFERMEIRO(A) DE SAÚDE MENTAL:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Realizar ações educativas, preventivas e curativas, na área de atuação do CIAPS; Identificar, definir e executar ações de enfermagem de acordo com as prioridades, necessidades e características de cada caso, particularmente para usuários de alto risco, bem como outros clientes que apresentam risco para si próprio ou para a comunidade; Coordenar e supervisionar a organização e execução das atividades de enfermagem desenvolvida na Unidades de atendimento sob sua responsabilidade, levando em conta os demais elementos da equipe de saúde mental ou do sistema único de saúde; Supervisionar e avaliar sistematicamente os registros e anotações das atividades realizadas pelo pessoal de enfermagem; Assegurar condições adequadas de limpeza, preparo, esterilização e manuseio do material em uso; Verificar sistematicamente o funcionamento de aparelhos utilizados na área de enfermagem, providenciando reparação ou substituição quando for o caso; Participar na supervisão das atividades de matrícula e fichário central; Verificar periodicamente as condições de conservação e prazo de validade de soros e vacinas; Promover o inter-relacionamento das atividades internas e externas do CAPS desenvolvidas pelo pessoal de enfermagem; Executar outras tarefas e serviços determinados e excepcionais, inerentes a função e/ou fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIAPS.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Nível Superior na área; Inscrição e registro junto ao Conselho Regional.

IV – Para o emprego de ASSISTENTE SOCIAL:

.....

IV-A – Para o emprego de ASSISTENTE SOCIAL DE SAÚDE MENTAL:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Planejar e executar atividades de apoio social que visam assegurar o processo de melhoria da qualidade de vida dos usuários do CIAPS e familiares, bem como garantir o atendimento das necessidades básicas das classes populares e dos segmentos sociais mais vulneráveis às crises sócio-econômicas; Aconselhar e orientar indivíduos afetados em seu equilíbrio emocional e/ou mental, baseando-se no conhecimento sobre a dinâmica psicossocial do comportamento das pessoas; Promover a participação consciente dos indivíduos em grupos, desenvolvendo suas potencialidades; Programar a ação básica de uma comunidade no campo social e outros, valendo-se da análise dos recursos e das carências sócio-econômicas dos indivíduos e da comunidade; Assistir as famílias nas suas necessidades básicas, orientando-as e fornecendo-lhes suporte material, educacional e outros; Desenvolver outras atividades de caráter comunitário que possam ser utilizadas como elemento catalisador da potencialidade dos indivíduos na solução de seus próprios problemas; Executar outras tarefas e serviços determinados e excepcionais, inerentes a função e/ou fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIAPS.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Nível Superior na área; Inscrição e registro junto ao Conselho Regional.

V – Para o emprego de PSICÓLOGO(A):

.....

V-A – Para o emprego de PSICÓLOGO(A) DE SAÚDE MENTAL:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Participar da elaboração de programas educativos, junto à população, para orientar nos processos intra e interpessoais e nos mecanismos de comportamento humano; Elaborar e ampliar técnicas psicológicas, como teste para determinação de características afetivas, intelectuais, sensoriais ou motoras; Técnicas psicoterápicas e outros métodos de verificação, para possibilitar a orientação, seleção e treinamento de campo profissional, no diagnóstico e na identificação e interferência nos fatores determinantes na ação do indivíduo, em sua história pessoal, familiar, educacional e social; Atendimento familiar, e individual, visitas domiciliares; Assessoria e orientação aos casos encaminhados pelo Conselho Tutelar; Executar outras tarefas e serviços determinados e excepcionais, inerentes a função e/ou fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIAPS.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Nível Superior na área; Inscrição e registro junto ao Conselho Regional.

VI –

.....

X – Para o emprego de MÉDICO CLÍNICO:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Diagnosticar, orientar e promover a execução de planos e programas preventivos, dirigidos a pacientes em geral, internados, de ambulatório e a seus familiares, ser responsável técnico pela prescrição de medicamentos aos pacientes do CIAPS; Dirigir equipes e prestar socorros urgentes, efetuar exames médicos, fazer diagnósticos, prescrever e ministrar tratamento para diversas doenças, perturbações e lesões do organismo humano e aplicar métodos da medicina preventiva; Providenciar e realizar tratamentos; Realizar pequenas intervenções cirúrgicas; Participar de reuniões médicas, cursos e palestras sobre medicina preventiva nas entidades assistenciais e comunitárias; Preencher e visar mapas de produção, ficha médica com diagnóstico e tratamento; Transferir pessoalmente, a responsabilidade do atendimento e acompanhamento aos titulares de plantão, atender os casos urgentes, mesmo os provisórios, com diagnósticos provável ou incompleto dos doentes atendidos nas salas de primeiros socorros; Preencher fichas de doentes atendidos a domicílio, preenchendo relatórios comprobatórios de atendimento; Responsabilizar-se por equipes auxiliares necessárias à execução das atividades próprias do cargo; Executar tarefas afins, inclusive as editadas no respectivo regulamento da profissão; Realizar reunião com grupos terapêuticos; Executar outras tarefas e serviços determinados e excepcionais, inerentes a função e/ou fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIAPS.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Nível Superior na área; Inscrição e registro junto ao Conselho Regional.

XI – Para o emprego de TERAPEUTA OCUPACIONAL:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Desenvolver atividades relacionadas com a orientação de trabalhos em madeira, couro, argila, tecido, corda e outros, para fins de recuperação de indivíduos; Planejar e desenvolver atividades ocupacionais e recreativas; Elaborar programas de tratamento avaliando as consequências deles decorrentes; Orientar a execução de atividades manuais e criativas para fins de recuperação do indivíduo; Ministrar técnicas de trabalho em madeira, couro, argila, tecido, corda e outros; Motivar para o trabalho, valorizando a expressão criadora do indivíduo; Proporcionar condições para que os trabalhos realizados, sob sua orientação, sejam divulgados e valorizados através da participação de concursos e exposições; Avaliar a participação do indivíduo nas atividades propostas, mediante ficha pessoal de avaliação; Avaliar os trabalhos realizados; Promover atividades sócio-recreativas; Promover reuniões, visando ao melhor

atendimento dos participantes; Participar de programas voltados para a saúde pública; Emitir pareceres sobre o assunto de sua especialidade ou conhecimento; Orientar, coordenar e supervisionar trabalhos a serem desenvolvidos por equipes auxiliares; Executar outras tarefas e serviços determinados e excepcionais, inerentes a função e/ou fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIAPS.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Nível Superior na área.

XII – Para o emprego de MONITOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Desenvolver a prática de atividades esportivas e de recreação individuais e coletivas destinadas aos usuários do CAPS; Tratar e desenvolver de forma prática através de atividades individuais e coletivas, envolvendo pequenos e grandes grupos musculares, buscando o desenvolvimento e manutenção das capacidades funcionais do indivíduo, bem como o desenvolvimento das estruturas e funções tais como: o esquema corporal, consciência corporal, domínio do corpo, coordenação, percepção e organização no tempo e no espaço; Vivenciar também atividades que preparam os pacientes para vida em sociedade, oportunizando-lhes situações para o desenvolvimento de sua personalidade através de exercícios físicos, prática esportiva e recreativa; Condicionamento físico para um melhor relacionamento social e de lazer através das caminhadas, acompanhamento antropométrico dos pacientes, valorizando o espaço e a natureza que cerca a comunidade, jogos de futebol, voleibol e outros esportes; Executar outras tarefas e serviços determinados e excepcionais, inerentes a função e/ou fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIAPS.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Nível Superior na área; Inscrição junto ao Conselho Regional.

XIII – Para o emprego de EDUCADOR SOCIAL:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Executar programas, projetos e serviços das políticas públicas desenvolvidas pela administração pública, direta, indireta, entidades e organizações populares dos municípios, em conformidade com a Lei Orgânica da Assistência Social, Política Nacional de Assistência Social – PNAS e Sistema Único de Assistência Social – SUAS, SUS, Estatuto da Criança e do Adolescente e Lei de Diretrizes e Bases da Educação, visando auxiliar na promoção da melhoria da qualidade de vida da população; Propiciar a integração e reintegração dos usuários e suas famílias, colaborando na solução de seus problemas, utilizando, sob supervisão, os métodos e processos básicos de educação alimentar, higiene, relacionamento social, laborterapia, educação e/ou formação para o trabalho, qualificação profissional, entre outros; Monitorar e acompanhar atividades de recreação, refeições, repouso, limpeza e conservação do ambiente; Zelar pelo cumprimento dos direitos e deveres dos usuários e suas famílias; Assistir aos usuários das políticas sociais de proteção básica e especial, programando e desenvolvendo atividades de caráter profissional, educativo e recreativo, atendendo às suas necessidades básicas, a fim de permitir sua emancipação e integração na sociedade; Encaminhar e/ou acompanhar os usuários nas consultas e/ou atendimentos de saúde, educação, assistência social, jurídico e outros, quando necessário; Acolher usuários, bem como seus familiares, verificando a documentação existente; Zelar pela integridade física e moral dos usuários, acionando órgãos e entidades necessários para garantir a segurança e proteção dos mesmos; Propiciar aos usuários um ambiente limpo, seguro e organizado, recebendo-os quando em seu abrigo, auxiliando-os quanto ao funcionamento, horário, contribuindo com a realização das tarefas rotineiras, alimentação, entre outros; Verificar, no ato do abrigo dos usuários, a existência de hematomas, escoriações, bem como a sua integridade física, sempre comunicando à coordenação, caso haja a existência dos mesmos; Orientar o usuário quanto à administração de medicamentos, conforme receita médica; Atuar, principalmente nos abrigos municipais, atendendo o público, seja ele criança, adolescente, pessoas em situação de rua, mulher vítima de violência entre outros; Manter o registro dos usuários atendidos, atualizando-os e organizando-os, a fim de possibilitar entendimento do histórico do cotidiano, bem como do desenvolvimento bio-psico-social dos mesmos; Acompanhar e monitorar os horários, bem como a programação exibida em TV, rádio, DVD, entre outros; Registrar as atividades realizadas, quando necessário; Executar outras tarefas e serviços determinados e excepcionais, inerentes a função e/ou fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIAPS.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Ensino Médio completo.

12.8.1 – Os empregos públicos de que tratam os incisos II, III, IV e V do item 12.8 deste Protocolo de Intenções passam a integrar quadro em extinção, sendo mantidos somente enquanto ocupados pelos atuais servidores.

12.9 –

.....

13.6 - O Controle Interno poderá, em qualquer fase do procedimento, solicitar esclarecimentos e, justificadamente, sugerir que a execução do contrato seja suspensa, até que os esclarecimentos sejam considerados satisfatórios.

.....

21.1.2 - O Consórcio Público deverá implementar e manter site institucional na internet, atendendo as exigências de publicidade, transparência e acesso à informação.

21.2 -

.....

ANEXO 1 – dos empregos públicos DE CONFIANÇA

Nº de Empregos	Denominação do Emprego	Carga Horária Semanal	Salário/mês
1	Coordenador Executivo	40 hs	R\$ 3.700,00

ANEXO 2 – dos empregos públicos PERMANENTES

Nº de Empregos	Denominação do Emprego	Carga Horária Semanal	Salário/mês
01	Médico*	10 horas	R\$ 5.039,65
01	Médico de Saúde Mental	10 horas	R\$ 2.709,00
01	Enfermeiro*	40 horas	R\$ 3.802,05
01	Enfermeiro de Saúde Mental	40 horas	R\$ 3.600,00
01	Assistente Social*	30 horas	R\$ 3.469,56
01	Assistente Social de Saúde Mental	30 horas	R\$ 2.800,00
01	Psicólogo(a)*	40 horas	R\$ 3.469,56
02	Psicólogo(a) de Saúde Mental	20 horas	R\$ 1.734,78
02	Técnico em Enfermagem	40 horas	R\$ 1.771,69

02	Auxiliar Administrativo	40 horas	R\$ 1.919,32
01	Médico Clínico	10 horas	R\$ 2.240,00
01	Terapeuta Ocupacional	20 horas	R\$ 1.734,78
01	Monitor de Educação Física	20 horas	R\$ 1.200,00
01	Educador Social	40 horas	R\$ 1.540,00
01	Motorista	40 horas	R\$ 1.402,28
01	Auxiliar de Serviços Gerais	40 horas	R\$ 1.033,49

(*) Quadro em Extinção." e b) REDAÇÃO FINAL PARA ALTERAÇÕES NO ESTATUTO DO CIAPS: "(...) Art. 7º -

§ 1º – Os serviços de controle interno, contabilidade ou jurídicos do Consórcio Público poderão ser realizados, a título de cooperação, pela Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí – AMMVI, sita à Rua Alberto Stein, nº 466, Bairro Velha, no Município de Blumenau, Estado de Santa Catarina, mediante convênio.

§ 2º -

.....

Art. 8º -

.....

Art. 13 -

.....

II – votar e ser votado para os cargos de Presidente ou de Vice-Presidente;

.....

IV – compor a Diretoria do Consórcio Público nas condições estabelecidas neste Estatuto.

Parágrafo único –

.....

CAPÍTULO VII

DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO CONSÓRCIO PÚBLICO

.....

Art. 16 -

.....

III – (revogado).

Parágrafo único –

.....

Art. 19 -

.....

§ 2º - (revogado).

Art. 20 -

.....

Art. 21 -

.....

VII – (revogado);

.....

Art. 35 - Para exercício da função de Coordenador Executivo ou de qualquer outro emprego de confiança no Consórcio Público será exigida formação profissional em nível superior.

CAPÍTULO XI

(revogado)

Art. 36 – (revogado).

§ 1º - (revogado).

§ 2º - (revogado).

Art. 37 - (revogado).

§ 1º - (revogado).

§ 2º - (revogado).

§ 3º - (revogado).

§ 4º - (revogado).

§ 5º - (revogado).

§ 6º - (revogado).

§ 7º - (revogado).

§ 8º - (revogado).

Art. 38 - (revogado).

Parágrafo Único - (revogado).

Art. 39 – (revogado).

§ 1º - (revogado).

§ 2º - (revogado).

§ 3º - (revogado).

CAPÍTULO XII

.....

Art. 40 -

.....

§ 1º - A participação em órgãos diretivos que sejam criados pelo Estatuto ou por deliberação da Assembleia Geral, bem como a participação dos representantes dos Entes consorciados na Assembleia Geral e em outras atividades do Consórcio Público não será remunerada, sendo

considerado trabalho público relevante.

§ 2º -

.....

Art. 42 -

.....

§ 4º - Após deliberação da Assembleia Geral, a Diretoria poderá conceder revisão geral anual de remuneração aos empregados e estagiários do Consórcio Público no mês de janeiro de cada ano, nos termos do disposto no art. 37, inciso X, da Constituição Federal, utilizando como teto o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC (IBGE) acumulado no ano anterior.

§ 4º-A - A revisão geral anual de que trata o parágrafo anterior observará as seguintes condições:

I - autorização na lei de diretrizes orçamentárias dos Municípios consorciados;

II - definição do índice em Assembleia Geral específica;

III - previsão do montante da respectiva despesa e correspondentes fontes de custeio na Resolução do Orçamento Anual;

IV - comprovação da disponibilidade financeira que configure capacidade de pagamento pelo Consórcio Público, preservados os compromissos relativos a investimentos e despesas continuadas nas áreas prioritárias de sua atuação;

V - compatibilidade com a evolução nominal e real das remunerações no mercado de trabalho; e

VI - atendimento aos limites para despesa com pessoal de que tratam o art. 169 da Constituição e a Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000.

§ 4º-B - Acaso a revisão geral ocorra em percentual inferior à variação da inflação do ano anterior a diferença poderá integrar futura revisão anual, observadas as condições do parágrafo anterior, vedada a concessão de efeitos financeiros retroativos.

§ 4º-C - Para os salários majorados devido à elevação do salário mínimo ou do piso salarial, o referido aumento deverá ser compensado quando da aplicação do disposto no § 5º deste artigo.

§ 5º -

§ 5º-A - Após deliberação da Assembleia Geral e autorização legislativa dos Entes Consorciados, a Diretoria poderá conceder reclassificação do salário inicial de empregos do quadro geral e/ou reajuste geral de salários aos empregados do Consórcio Público.

§ 6º -

.....

§ 11 -:

I – R\$ 546,55 (quinhentos e quarenta e seis reais e cinquenta e cinco centavos) mensais, no caso de estudantes do ensino superior, para jornada de 04 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais.

II – R\$ 816,54 (oitocentos e dezesseis reais e cinquenta e quatro centavos) mensais, no caso de estudantes do ensino superior, para jornada de 06 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais.

§ 12 -

.....

Art. 46 –:

Nº de Emprego(s)	Denominação do(s) Emprego(s)	Carga Horária Semanal	Salário/mês
1	Coordenador Executivo	40 hs	R\$ 3.700,00

§ 1º -

.....

Art. 47 -:

Nº de Empregos	Denominação do Emprego	Carga Horária Semanal	Salário/mês
01	Médico*	10 horas	R\$ 5.039,65
01	Médico de Saúde Mental	10 horas	R\$ 2.709,00
01	Enfermeiro*	40 horas	R\$ 3.802,05
01	Enfermeiro de Saúde Mental	40 horas	R\$ 3.600,00
01	Assistente Social*	30 horas	R\$ 3.469,56
01	Assistente Social de Saúde Mental	30 horas	R\$ 2.800,00
01	Psicólogo(a)*	40 horas	R\$ 3.469,56
02	Psicólogo(a) de Saúde Mental	20 horas	R\$ 1.734,78
02	Técnico em Enfermagem	40 horas	R\$ 1.771,69
02	Auxiliar Administrativo	40 horas	R\$ 1.919,32
01	Médico Clínico	10 horas	R\$ 2.240,00
01	Terapeuta Ocupacional	20 horas	R\$ 1.734,78
01	Monitor de Educação Física	20 horas	R\$ 1.200,00
01	Educador Social	40 horas	R\$ 1.540,00
01	Motorista	40 horas	R\$ 1.402,28
01	Auxiliar de Serviços Gerais	40 horas	R\$ 1.033,49

(*) Quadro em Extinção.

§ 1º -

.....

§ 1º-A - Os empregos públicos de Médico, Enfermeiro, Assistente Social e Psicólogo(a) passam a integrar quadro em extinção, sendo mantidos somente enquanto ocupados pelos atuais servidores.

§ 2º -

.....

Art. 51 – Sem prejuízo das demais vantagens estabelecidas neste Estatuto, a Diretoria poderá conceder aos empregados efetivos, comissionados ou temporários e aos estagiários, o auxílio alimentação, proporcional a carga horária mensal, na forma e condições estabelecidas

no regulamento do quadro de pessoal, limitado ao valor máximo mensal de R\$ 100,00 (cem reais) para o exercício de 2017, corrigido pelo mesmo índice da revisão geral anual para os demais exercícios.

Art. 54 –

I –

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Formação profissional em nível superior.

II –

II-A – Para o emprego de MÉDICO DE SAÚDE MENTAL:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Realizar atividade de natureza especializada em saúde mental, envolvendo supervisão, planejamento, coordenação, programação e execução de atividades pertinentes a defesa e proteção da saúde individual e coletiva; Examinar o paciente, auscultando, palpando ou utilizando instrumentos especiais, para determinar diagnóstico ou, se necessário, requisitar exames complementares e encaminhá-lo a outro tratamento especializado; Analisar e interpretar resultados de exames de raios X, bioquímico, hematológico e outros, comparando-os com padrões normais, para confirmar ou informar o diagnóstico; Prescrever medicamentos, indicando dosagem e respectiva via de administração, assim como cuidados a serem observados para conservar ou restabelecer a saúde do paciente; Manter registro dos pacientes examinados, anotando a conclusão diagnóstica, tratamento, evolução da doença, para efetuar orientação terapêutica adequada; Emitir atestados de saúde, sanidade e aptidão física e mental e de óbito, para atender a determinações legais; Atender a urgências clínicas, cirúrgicas ou traumatológicas; Executar outras tarefas e serviços determinados e excepcionais, inerentes a função e/ou fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIAPS.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Nível Superior na área com especialização em saúde mental; Inscrição e registro junto ao Conselho Regional.

III –

III-A – Para o emprego de ENFERMEIRO(A) DE SAÚDE MENTAL:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Realizar ações educativas, preventivas e curativas, na área de atuação do CIAPS; Identificar, definir e executar ações de enfermagem de acordo com as prioridades, necessidades e características de cada caso, particularmente para usuários de alto risco, bem como outros clientes que apresentam risco para si próprio ou para a comunidade; Coordenar e supervisionar a organização e execução das atividades de enfermagem desenvolvida na Unidades de atendimento sob sua responsabilidade, levando em conta os demais elementos da equipe de saúde mental ou do sistema único de saúde; Supervisionar e avaliar sistematicamente os registros e anotações das atividades realizadas pelo pessoal de enfermagem; Assegurar condições adequadas de limpeza, preparo, esterilização e manuseio do material em uso; Verificar sistematicamente o funcionamento de aparelhos utilizados na área de enfermagem, providenciando reparação ou substituição quando for o caso; Participar na supervisão das atividades de matrícula e fichário central; Verificar periodicamente as condições de conservação e prazo de validade de soros e vacinas; Promover o inter-relacionamento das atividades internas e externas do CAPS desenvolvidas pelo pessoal de enfermagem; Executar outras tarefas e serviços determinados e excepcionais, inerentes a função e/ou fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIAPS.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Nível Superior na área; Inscrição e registro junto ao Conselho Regional.

IV –

IV-A – Para o emprego de ASSISTENTE SOCIAL DE SAÚDE MENTAL:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Planejar e executar atividades de apoio social que visam assegurar o processo de melhoria da qualidade de vida dos usuários do CIAPS e familiares, bem como garantir o atendimento das necessidades básicas das classes populares e dos segmentos sociais mais vulneráveis às crises sócio-econômicas; Aconselhar e orientar indivíduos afetados em seu equilíbrio emocional e/ou mental, baseando-se no conhecimento sobre a dinâmica psicossocial do comportamento das pessoas; Promover a participação consciente dos indivíduos em grupos, desenvolvendo suas potencialidades; Programar a ação básica de uma comunidade no campo social e outros, valendo-se da análise dos recursos e das carências sócio-econômicas dos indivíduos e da comunidade; Assistir as famílias nas suas necessidades básicas, orientando-as e fornecendo-lhes suporte material, educacional e outros; Desenvolver outras atividades de caráter comunitário que possam ser utilizadas como elemento catalisador da potencialidade dos indivíduos na solução de seus próprios problemas; Executar outras tarefas e serviços determinados e excepcionais, inerentes a função e/ou fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIAPS.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Nível Superior na área; Inscrição e registro junto ao Conselho Regional.

V –

V-A – Para o emprego de PSICÓLOGO(A) DE SAÚDE MENTAL:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Participar da elaboração de programas educativos, junto à população, para orientar nos processos intra e interpessoais e nos mecanismos de comportamento humano; Elaborar e ampliar técnicas psicológicas, como teste para determinação de características afetivas, intelectuais, sensoriais ou motoras; Técnicas psicoterápicas e outros métodos de verificação, para possibilitar a orientação, seleção e treinamento de campo profissional, no diagnóstico e na identificação e interferência nos fatores determinantes na ação do indivíduo, em sua história pessoal, familiar, educacional e social; Atendimento familiar, e individual, visitas domiciliares; Assessoria e orientação aos casos encaminhados pelo Conselho Tutelar; Executar outras tarefas e serviços determinados e excepcionais, inerentes a função e/ou fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIAPS.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Nível Superior na área; Inscrição e registro junto ao Conselho Regional.

VI –

X – Para o emprego de MÉDICO CLÍNICO:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Diagnosticar, orientar e promover a execução de planos e programas preventivos, dirigidos a pacientes em geral, internados, de ambulatório e a seus familiares, ser responsável técnico pela prescrição de medicamentos aos pacientes do CIAPS; Dirigir equipes e prestar socorros urgentes, efetuar exames médicos, fazer diagnósticos, prescrever e ministrar tratamento para

diversas doenças, perturbações e lesões do organismo humano e aplicar métodos da medicina preventiva; Providenciar e realizar tratamentos; Realizar pequenas intervenções cirúrgicas; Participar de reuniões médicas, cursos e palestras sobre medicina preventiva nas entidades assistenciais e comunitárias; Preencher e visar mapas de produção, ficha médica com diagnóstico e tratamento; Transferir pessoalmente, a responsabilidade do atendimento e acompanhamento aos titulares de plantão, atender os casos urgentes, mesmo os provisórios, com diagnósticos provável ou incompleto dos doentes atendidos nas salas de primeiros socorros; Preencher fichas de doentes atendidos a domicílio, preenchendo relatórios comprobatórios de atendimento; Responsabilizar-se por equipes auxiliares necessárias à execução das atividades próprias do cargo; Executar tarefas afins, inclusive as editadas no respectivo regulamento da profissão; Realizar reunião com grupos terapêuticos; Executar outras tarefas e serviços determinados e excepcionais, inerentes a função e/ou fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIAPS.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Nível Superior na área; Inscrição e registro junto ao Conselho Regional.

XI – Para o emprego de TERAPEUTA OCUPACIONAL:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Desenvolver atividades relacionadas com a orientação de trabalhos em madeira, couro, argila, tecido, corda e outros, para fins de recuperação de indivíduos; Planejar e desenvolver atividades ocupacionais e recreativas; Elaborar programas de tratamento avaliando as consequências deles decorrentes; Orientar a execução de atividades manuais e criativas para fins de recuperação do indivíduo; Ministras técnicas de trabalho em madeira, couro, argila, tecido, corda e outros; Motivar para o trabalho, valorizando a expressão criadora do indivíduo; Proporcionar condições para que os trabalhos realizados, sob sua orientação, sejam divulgados e valorizados através da participação de concursos e exposições; Avaliar a participação do indivíduo nas atividades propostas, mediante ficha pessoal de avaliação; Avaliar os trabalhos realizados; Promover atividades sócio-recreativas; Promover reuniões, visando ao melhor atendimento dos participantes; Participar de programas voltados para a saúde pública; Emitir pareceres sobre o assunto de sua especialidade ou conhecimento; Orientar, coordenar e supervisionar trabalhos a serem desenvolvidos por equipes auxiliares; Executar outras tarefas e serviços determinados e excepcionais, inerentes a função e/ou fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIAPS.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Nível Superior na área.

XII – Para o emprego de MONITOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Desenvolver a prática de atividades esportivas e de recreação individuais e coletivas destinadas aos usuários do CAPS; Tratar e desenvolver de forma prática através de atividades individuais e coletivas, envolvendo pequenos e grandes grupos musculares, buscando o desenvolvimento e manutenção das capacidades funcionais do indivíduo, bem como o desenvolvimento das estruturas e funções tais como: o esquema corporal, consciência corporal, domínio do corpo, coordenação, percepção e organização no tempo e no espaço; Vivenciar também atividades que preparam os pacientes para vida em sociedade, oportunizando lhes situações para o desenvolvimento de sua personalidade através de exercícios físicos, prática esportiva e recreativa; Condicionamento físico para um melhor relacionamento social e de lazer através das caminhadas, acompanhamento antropométrico dos pacientes, valorizando o espaço e a natureza que cerca a comunidade, jogos de futebol, voleibol e outros esportes; Executar outras tarefas e serviços determinados e excepcionais, inerentes a função e/ou fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIAPS.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Nível Superior na área; Inscrição junto ao Conselho Regional.

XIII – Para o emprego de EDUCADOR SOCIAL:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Executar programas, projetos e serviços das políticas públicas desenvolvidas pela administração pública, direta, indireta, entidades e organizações populares dos municípios, em conformidade com a Lei Orgânica da Assistência Social, Política Nacional de Assistência Social – PNAS e Sistema Único de Assistência Social – SUAS, SUS, Estatuto da Criança e do Adolescente e Lei de Diretrizes e Bases da Educação, visando auxiliar na promoção da melhoria da qualidade de vida da população; Propiciar a integração e reintegração dos usuários e suas famílias, colaborando na solução de seus problemas, utilizando, sob supervisão, os métodos e processos básicos de educação alimentar, higiene, relacionamento social, laborterapia, educação e/ou formação para o trabalho, qualificação profissional, entre outros; Monitorar e acompanhar atividades de recreação, refeições, repousos, limpeza e conservação do ambiente; Zelar pelo cumprimento dos direitos e deveres dos usuários e suas famílias; Assistir aos usuários das políticas sociais de proteção básica e especial, programando e desenvolvendo atividades de caráter profissional, educativo e recreativo, atendendo às suas necessidades básicas, a fim de permitir sua emancipação e integração na sociedade; Encaminhar e/ou acompanhar os usuários nas consultas e/ou atendimentos de saúde, educação, assistência social, jurídico e outros, quando necessário; Acolher usuários, bem como seus familiares, verificando a documentação existente; Zelar pela integridade física e moral dos usuários, acionando órgãos e entidades necessários para garantir a segurança e proteção dos mesmos; Propiciar aos usuários um ambiente limpo, seguro e organizado, recebendo-os quando em seu abrigo, auxiliando-os quanto ao funcionamento, horário, contribuindo com a realização das tarefas rotineiras, alimentação, entre outros; Verificar, no ato do abrigo dos usuários, a existência de hematomas, escoriações, bem como a sua integridade física, sempre comunicando à coordenação, caso haja a existência dos mesmos; Orientar o usuário quanto à administração de medicamentos, conforme receita médica; Atuar, principalmente nos abrigos municipais, atendendo o público, seja ele criança, adolescente, pessoas em situação de rua, mulher vítima de violência entre outros; Manter o registro dos usuários atendidos, atualizando-os e organizando-os, a fim de possibilitar entendimento do histórico do cotidiano, bem como do desenvolvimento bio-psico-social dos mesmos; Acompanhar e monitorar os horários, bem como a programação exibida em TV, rádio, DVD, entre outros; Registrar as atividades realizadas, quando necessário; Executar outras tarefas e serviços determinados e excepcionais, inerentes a função e/ou fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIAPS.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Ensino Médio completo.

SEÇÃO VI

DOS DEVERES E DO REGIME DISCIPLINAR

SUBSEÇÃO I

DOS DEVERES

Art. 55 -

Art. 76 - O Controle Interno poderá, em qualquer fase do procedimento, solicitar esclarecimentos e, justificadamente, sugerir que a execução do contrato seja suspensa, até que os esclarecimentos sejam considerados satisfatórios.

Art. 98-A - O Consórcio Público deverá implementar e manter site institucional na internet, atendendo as exigências de publicidade,

transparência e acesso à informação.

Art. 99 -". Assim apresentadas e aprovadas em caráter terminativo, ficou estabelecido que a Assessoria Jurídica da AMMVI deverá providenciar o encaminhamento da minuta de projeto de lei com a redação final da alteração do Protocolo de Intenções e do Estatuto, para que os Municípios submetam a ratificação do Poder Legislativo. Nada mais havendo a tratar, o Presidente do CIAPS agradeceu a presença dos Prefeitos, Secretários de Saúde e agentes da Equipe do CIAPS, finalizando a Assembleia, da qual eu, Camila Alessandra Costa, secretária "ad-hoc", lavrei a presente ata que vai assinada pelos participantes.

Paulo Roberto Weiss
Município de Rodeio

José Gerson Gonçalves
Município de Apiúna

Lairton Antônio Possamai
Município de Ascurra

Marcelo Doutel da Silva
Secretário de Saúde de Apiúna

Enilson Erley de Freitas
Secretario de Saúde de Ascurra

Odair Colaço
Secretário de Saúde de Rodeio

Camila Alessandra Costa
Auxiliar Administrativa do CIAPS

Etinéia Berkenbrock Ceruti
Diretora Dpto Saúde de Apiuna

RESOLUÇÃO N° 45, DE 24/08/2017

RESOLUÇÃO n° 45, de 24 de Agosto de 2017.

Estabelece a redação final para o projeto de alteração do Protocolo de Intenções e do Estatuto do Consórcio Intermunicipal de Atenção Psicossocial - CIAPS, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CIAPS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Protocolo de Intenções ratificado pelos Municípios, pelo Contrato de Consórcio Público e pelo Estatuto do CIAPS; e
Considerando-se as deliberações da Assembleia Geral do CIAPS;

RESOLVE:

Art. 1º - Estabelecer a redação final para o projeto de alteração do Protocolo de Intenções e do Estatuto do Consórcio Intermunicipal de Atenção Psicossocial – CIAPS, na forma dos anexos I e II desta Resolução.

Art. 2º - Por deliberação da Assembleia Geral, a redação final de que trata o artigo anterior ficou aprovada e deverá ser publicada para os fins legais, dando-se conhecimento aos interessados e oportunizando eventuais pedidos de informações, esclarecimentos e/ou contestação.

Parágrafo Único - Após a publicação, a Comissão Especial designada pela Resolução n° 44, de 18/08/2017, deverá providenciar o encaminhamento da minuta do projeto de lei com a redação final da alteração do Protocolo de Intenções e do Estatuto, para que os Municípios submetam a ratificação do Poder Legislativo.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Apiúna - SC, 24 de Agosto de 2017.
Paulo Roberto Weiss
Presidente do CIAPS

Anexo I

Redação Final para alterações no Protocolo de Intenções do Consórcio Intermunicipal de Atenção Psicossocial – CIAPS:

"(...)

3.2.1 – Os serviços de controle interno, contabilidade ou jurídicos do Consórcio Público poderão ser realizados, a título de cooperação, pela Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí – AMMVI, sita à Rua Alberto Stein, n° 466, Bairro Velha, no Município de Blumenau, Estado de Santa Catarina, mediante convênio.

3.2.2 -
.....

6.1 -
.....

II – votar e ser votado para os cargos de Presidente ou de Vice-Presidente;
.....

IV – compor a Diretoria do Consórcio nas condições estabelecidas pelo Estatuto.

6.1.1 -
.....

7.2 -:
.....

III – (revogado).

CLÁUSULA OITAVA – Da Assembléia Geral

.....

8.5 -:
.....

VII – (revogado);
.....

8.5.1 -
.....

10.5 – Para exercício da função de Coordenador Executivo ou de qualquer outro emprego de confiança no Consórcio Público será exigida formação profissional em nível superior.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – (Revogada)

11.1 – (revogado)

11.1.1 – (revogado)

11.2 – (revogado)

11.2.1 – (revogado)

11.2.2 – (revogado)

11.2.3 – (revogado)

11.2.4 – (revogado)

11.2.5 – (revogado)

11.3 – (revogado)

11.3.1 – (revogado)

11.4 – (revogado)

11.4.1 – (revogado)

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS RECURSOS HUMANOS

.....

12.1.1 - A participação em órgãos diretivos que sejam criados pelos estatutos ou por deliberação da Assembleia Geral, bem como a participação dos representantes dos entes consorciados na Assembleia Geral e em outras atividades do Consórcio não será remunerada, sendo considerado trabalho público relevante.

.....

12.3.2.1 - Após deliberação da Assembleia Geral, a Diretoria poderá conceder revisão geral anual de remuneração aos empregados e estagiários do Consórcio Público no mês de janeiro de cada ano, nos termos do disposto no art. 37, inciso X, da Constituição Federal, utilizando como teto o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC (IBGE) acumulado no ano anterior.

12.3.2.1.1 - A revisão geral anual de que trata o item 12.3.2.1 observará as seguintes condições:

I - autorização na lei de diretrizes orçamentárias dos Municípios consorciados;

II - definição do índice em Assembleia Geral específica;

III - previsão do montante da respectiva despesa e correspondentes fontes de custeio na Resolução do Orçamento Anual;

IV - comprovação da disponibilidade financeira que configure capacidade de pagamento pelo Consórcio Público, preservados os compromissos relativos a investimentos e despesas continuadas nas áreas prioritárias de sua atuação;

V - compatibilidade com a evolução nominal e real das remunerações no mercado de trabalho; e

VI - atendimento aos limites para despesa com pessoal de que tratam o art. 169 da Constituição e a Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000.

12.3.2.1.2 – Acaso a revisão geral ocorra em percentual inferior à variação da inflação do ano anterior a diferença poderá integrar futura revisão anual, observadas as condições do item 12.3.2.1.1, vedada à concessão de efeitos financeiros retroativos.

12.3.2.1.3 – Para os salários majorados devido à elevação do salário mínimo ou do piso salarial, o referido aumento deverá ser compensado quando da aplicação do disposto no item 12.3.2.1.

12.3.2.2 –
.....

12.3.6.2 –

I – R\$ 546,55 (quinhentos e quarenta e seis reais e cinquenta e cinco centavos) mensais, no caso de estudantes do ensino superior, para jornada de 04 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais.

II – R\$ 816,54 (oitocentos e dezesseis reais e cinquenta e quatro centavos) mensais, no caso de estudantes do ensino superior, para jornada de 06 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais.

.....

12.7.2.1 -

12.7.2.2 – Os adiantamentos de viagem serão requeridos em formulário próprio, onde será qualificado o beneficiário e identificado à data de afastamento, trajeto e motivo da viagem. O processamento contábil para pagamento do adiantamento observará ao disposto na Lei nº 4.320/64.

12.7.2.3 -

12.7.3 - Será concedido vale transporte na forma da legislação federal específica ao empregado que o requerer, para deslocamento residência/local de trabalho e vice-versa.

12.7.4 - Sem prejuízo das demais vantagens estabelecidas no estatuto, a Diretoria poderá conceder aos empregados efetivos, comissionados ou temporários e aos estagiários, o auxílio alimentação, proporcional a carga horária mensal, na forma e condições estabelecidas no regulamento do quadro de pessoal, limitado ao valor máximo mensal de R\$ 100,00 (cem reais) para o exercício de 2017, corrigido pelo mesmo índice da revisão geral anual para os demais exercícios.

12.7.5 -
.....

12.8 –

I –
.....

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Formação profissional em nível superior.

II – Para o emprego de MÉDICO:
.....

II-A – Para o emprego de MÉDICO DE SAÚDE MENTAL:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Realizar atividade de natureza especializada em saúde mental, envolvendo supervisão, planejamento, coordenação, programação e execução de atividades pertinentes a defesa e proteção da saúde individual e coletiva; Examinar o paciente, auscultando, palpando ou utilizando instrumentos especiais, para determinar diagnóstico ou, se necessário, requisitar exames complementares e encaminhá-lo a outro tratamento especializado; Analisar e interpretar resultados de exames de raios X, bioquímico, hematológico e outros, comparando-os com padrões normais, para confirmar ou informar o diagnóstico; Prescrever medicamentos, indicando dosagem e respectiva via de administração, assim como cuidados a serem observados para conservar ou restabelecer a saúde do paciente; Manter registro dos pacientes examinados, anotando a conclusão diagnóstica, tratamento, evolução da doença, para efetuar orientação terapêutica adequada; Emitir atestados de saúde, sanidade e aptidão física e mental e de óbito, para atender a determinações legais; Atender a urgências clínicas, cirúrgicas ou traumatológicas; Executar outras tarefas e serviços determinados e excepcionais, inerentes a função e/ou fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIAPS.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Nível Superior na área com especialização em saúde mental; Inscrição e registro junto ao Conselho Regional.

III – Para o emprego de ENFERMEIRO(A):

III-A – Para o emprego de ENFERMEIRO(A) DE SAÚDE MENTAL:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Realizar ações educativas, preventivas e curativas, na área de atuação do CIAPS; Identificar, definir e executar ações de enfermagem de acordo com as prioridades, necessidades e características de cada caso, particularmente para usuários de alto risco, bem como outros clientes que apresentam risco para si próprio ou para a comunidade; Coordenar e supervisionar a organização e execução das atividades de enfermagem desenvolvida na Unidades de atendimento sob sua responsabilidade, levando em conta os demais elementos da equipe de saúde mental ou do sistema único de saúde; Supervisionar e avaliar sistematicamente os registros e anotações das atividades realizadas pelo pessoal de enfermagem; Assegurar condições adequadas de limpeza, preparo, esterilização e manuseio do material em uso; Verificar sistematicamente o funcionamento de aparelhos utilizados na área de enfermagem, providenciando reparação ou substituição quando for o caso; Participar na supervisão das atividades de matrícula e fichário central; Verificar periodicamente as condições de conservação e prazo de validade de soros e vacinas; Promover o inter-relacionamento das atividades internas e externas do CAPS desenvolvidas pelo pessoal de enfermagem; Executar outras tarefas e serviços determinados e excepcionais, inerentes a função e/ou fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIAPS.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Nível Superior na área; Inscrição e registro junto ao Conselho Regional.

IV – Para o emprego de ASSISTENTE SOCIAL:

IV-A – Para o emprego de ASSISTENTE SOCIAL DE SAÚDE MENTAL:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Planejar e executar atividades de apoio social que visam assegurar o processo de melhoria da qualidade de vida dos usuários do CIAPS e familiares, bem como garantir o atendimento das necessidades básicas das classes populares e dos segmentos sociais mais vulneráveis às crises sócio-econômicas; Aconselhar e orientar indivíduos afetados em seu equilíbrio emocional e/ou mental, baseando-se no conhecimento sobre a dinâmica psicossocial do comportamento das pessoas; Promover a participação consciente dos indivíduos em grupos, desenvolvendo suas potencialidades; Programar a ação básica de uma comunidade no campo social e outros, valendo-se da análise dos recursos e das carências sócio-econômicas dos indivíduos e da comunidade; Assistir as famílias nas suas necessidades básicas, orientando-as e fornecendo-lhes suporte material, educacional e outros; Desenvolver outras atividades de caráter comunitário que possam ser utilizadas como elemento catalisador da potencialidade dos indivíduos na solução de seus próprios problemas; Executar outras tarefas e serviços determinados e excepcionais, inerentes a função e/ou fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIAPS.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Nível Superior na área; Inscrição e registro junto ao Conselho Regional.

V – Para o emprego de PSICÓLOGO(A):

V-A – Para o emprego de PSICÓLOGO(A) DE SAÚDE MENTAL:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Participar da elaboração de programas educativos, junto à população, para orientar nos processos intra e interpessoais e nos mecanismos de comportamento humano; Elaborar e ampliar técnicas psicológicas, como teste para determinação de características afetivas, intelectuais, sensoriais ou motoras; Técnicas psicoterápicas e outros métodos de verificação, para possibilitar a orientação, seleção e treinamento de campo profissional, no diagnóstico e na identificação e interferência nos fatores determinantes na ação do indivíduo, em sua história pessoal, familiar, educacional e social; Atendimento familiar, e individual, visitas domiciliares; Assessoria e orientação aos casos encaminhados pelo Conselho Tutelar; Executar outras tarefas e serviços determinados e excepcionais, inerentes a função e/ou fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIAPS.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Nível Superior na área; Inscrição e registro junto ao Conselho Regional.

VI –

X – Para o emprego de MÉDICO CLÍNICO:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Diagnosticar, orientar e promover a execução de planos e programas preventivos, dirigidos a pacientes em geral, internados, de ambulatório e a seus familiares, ser responsável técnico pela prescrição de medicamentos aos pacientes do CIAPS; Dirigir equipes e prestar socorros urgentes, efetuar exames médicos, fazer diagnósticos, prescrever e ministrar tratamento para diversas doenças, perturbações e lesões do organismo humano e aplicar métodos da medicina preventiva; Providenciar e realizar tratamentos; Realizar pequenas intervenções cirúrgicas; Participar de reuniões médicas, cursos e palestras sobre medicina preventiva nas entidades assistenciais e comunitárias; Preencher e visar mapas de produção, ficha médica com diagnóstico e tratamento; Transferir pessoalmente, a responsabilidade do atendimento e acompanhamento aos titulares de plantão, atender os casos urgentes, mesmo os provisórios, com diagnósticos provável ou incompleto dos doentes atendidos nas salas de primeiros socorros; Preencher fichas de doentes atendidos a domicílio,

preenchendo relatórios comprobatórios de atendimento; Responsabilizar-se por equipes auxiliares necessárias à execução das atividades próprias do cargo; Executar tarefas afins, inclusive as editadas no respectivo regulamento da profissão; Realizar reunião com grupos terapêuticos; Executar outras tarefas e serviços determinados e excepcionais, inerentes a função e/ou fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIAPS.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Nível Superior na área; Inscrição e registro junto ao Conselho Regional.

XI – Para o emprego de TERAPEUTA OCUPACIONAL:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Desenvolver atividades relacionadas com a orientação de trabalhos em madeira, couro, argila, tecido, corda e outros, para fins de recuperação de indivíduos; Planejar e desenvolver atividades ocupacionais e recreativas; Elaborar programas de tratamento avaliando as consequências deles decorrentes; Orientar a execução de atividades manuais e criativas para fins de recuperação do indivíduo; Ministrar técnicas de trabalho em madeira, couro, argila, tecido, corda e outros; Motivar para o trabalho, valorizando a expressão criadora do indivíduo; Proporcionar condições para que os trabalhos realizados, sob sua orientação, sejam divulgados e valorizados através da participação de concursos e exposições; Avaliar a participação do indivíduo nas atividades propostas, mediante ficha pessoal de avaliação; Avaliar os trabalhos realizados; Promover atividades sócio-recreativas; Promover reuniões, visando ao melhor atendimento dos participantes; Participar de programas voltados para a saúde pública; Emitir pareceres sobre o assunto de sua especialidade ou conhecimento; Orientar, coordenar e supervisionar trabalhos a serem desenvolvidos por equipes auxiliares; Executar outras tarefas e serviços determinados e excepcionais, inerentes a função e/ou fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIAPS.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Nível Superior na área.

XII – Para o emprego de MONITOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Desenvolver a prática de atividades esportivas e de recreação individuais e coletivas destinadas aos usuários do CAPS; Tratar e desenvolver de forma prática através de atividades individuais e coletivas, envolvendo pequenos e grandes grupos musculares, buscando o desenvolvimento e manutenção das capacidades funcionais do indivíduo, bem como o desenvolvimento das estruturas e funções tais como: o esquema corporal, consciência corporal, domínio do corpo, coordenação, percepção e organização no tempo e no espaço; Vivenciar também atividades que preparam os pacientes para vida em sociedade, oportunizando lhes situações para o desenvolvimento de sua personalidade através de exercícios físicos, prática esportiva e recreativa; Condicionamento físico para um melhor relacionamento social e de lazer através das caminhadas, acompanhamento antropométrico dos pacientes, valorizando o espaço e a natureza que cerca a comunidade, jogos de futebol, voleibol e outros esportes; Executar outras tarefas e serviços determinados e excepcionais, inerentes a função e/ou fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIAPS.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Nível Superior na área; Inscrição junto ao Conselho Regional.

XIII – Para o emprego de EDUCADOR SOCIAL:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Executar programas, projetos e serviços das políticas públicas desenvolvidas pela administração pública, direta, indireta, entidades e organizações populares dos municípios, em conformidade com a Lei Orgânica da Assistência Social, Política Nacional de Assistência Social – PNAS e Sistema Único de Assistência Social – SUAS, SUS, Estatuto da Criança e do Adolescente e Lei de Diretrizes e Bases da Educação, visando auxiliar na promoção da melhoria da qualidade de vida da população; Propiciar a integração e reintegração dos usuários e suas famílias, colaborando na solução de seus problemas, utilizando, sob supervisão, os métodos e processos básicos de educação alimentar, higiene, relacionamento social, laborterapia, educação e/ou formação para o trabalho, qualificação profissional, entre outros; Monitorar e acompanhar atividades de recreação, refeições, repousos, limpeza e conservação do ambiente; Zelar pelo cumprimento dos direitos e deveres dos usuários e suas famílias; Assistir aos usuários das políticas sociais de proteção básica e especial, programando e desenvolvendo atividades de caráter profissional, educativo e recreativo, atendendo às suas necessidades básicas, a fim de permitir sua emancipação e integração na sociedade; Encaminhar e/ou acompanhar os usuários nas consultas e/ou atendimentos de saúde, educação, assistência social, jurídico e outros, quando necessário; Acolher usuários, bem como seus familiares, verificando a documentação existente; Zelar pela integridade física e moral dos usuários, acionando órgãos e entidades necessários para garantir a segurança e proteção dos mesmos; Propiciar aos usuários um ambiente limpo, seguro e organizado, recebendo-os quando em seu abrigo, auxiliando-os quanto ao funcionamento, horário, contribuindo com a realização das tarefas rotineiras, alimentação, entre outros; Verificar, no ato do abrigo dos usuários, a existência de hematomas, escoriações, bem como a sua integridade física, sempre comunicando à coordenação, caso haja a existência dos mesmos; Orientar o usuário quanto à administração de medicamentos, conforme receita médica; Atuar, principalmente nos abrigos municipais, atendendo o público, seja ele criança, adolescente, pessoas em situação de rua, mulher vítima de violência entre outros; Manter o registro dos usuários atendidos, atualizando-os e organizando-os, a fim de possibilitar entendimento do histórico do cotidiano, bem como do desenvolvimento bio-psico-social dos mesmos; Acompanhar e monitorar os horários, bem como a programação exibida em TV, rádio, DVD, entre outros; Registrar as atividades realizadas, quando necessário; Executar outras tarefas e serviços determinados e excepcionais, inerentes a função e/ou fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIAPS.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Ensino Médio completo.

12.8.1 – Os empregos públicos de que tratam os incisos II, III, IV e V do item 12.8 deste Protocolo de Intenções passam a integrar quadro em extinção, sendo mantidos somente enquanto ocupados pelos atuais servidores.

12.9 –

.....

13.6 - O Controle Interno poderá, em qualquer fase do procedimento, solicitar esclarecimentos e, justificadamente, sugerir que a execução do contrato seja suspensa, até que os esclarecimentos sejam considerados satisfatórios.

.....

21.1.2 - O Consórcio Público deverá implementar e manter site institucional na internet, atendendo as exigências de publicidade, transparência e acesso à informação.

21.2 -:

.....

ANEXO 1 – dos empregoS públicoS DE CONFIANÇA

Nº de Empregos	Denominação do Emprego	Carga Horária Semanal	Salário/mês
1	Coordenador Executivo	40 hs	R\$ 3.700,00

ANEXO 2 – dos empregos públicos PERMANENTES

Nº de Empregos	Denominação do Emprego	Carga Horária Semanal	Salário/mês
01	Médico*	10 horas	R\$ 5.039,65
01	Médico de Saúde Mental	10 horas	R\$ 2.709,00
01	Enfermeiro*	40 horas	R\$ 3.802,05
01	Enfermeiro de Saúde Mental	40 horas	R\$ 3.600,00
01	Assistente Social*	30 horas	R\$ 3.469,56
01	Assistente Social de Saúde Mental	30 horas	R\$ 2.800,00
01	Psicólogo(a)*	40 horas	R\$ 3.469,56
02	Psicólogo(a) de Saúde Mental	20 horas	R\$ 1.734,78
02	Técnico em Enfermagem	40 horas	R\$ 1.771,69
02	Auxiliar Administrativo	40 horas	R\$ 1.919,32
01	Médico Clínico	10 horas	R\$ 2.240,00
01	Terapeuta Ocupacional	20 horas	R\$ 1.734,78
01	Monitor de Educação Física	20 horas	R\$ 1.200,00
01	Educador Social	40 horas	R\$ 1.540,00
01	Motorista	40 horas	R\$ 1.402,28
01	Auxiliar de Serviços Gerais	40 horas	R\$ 1.033,49

(*) Quadro em Extinção.”

Anexo II

Redação Final para alterações no Estatuto do Consórcio Intermunicipal de Atenção Psicossocial – CIAPS:

“(…)

Art. 7º -

§ 1º – Os serviços de controle interno, contabilidade ou jurídicos do Consórcio Público poderão ser realizados, a título de cooperação, pela Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí – AMMVI, sita à Rua Alberto Stein, nº 466, Bairro Velha, no Município de Blumenau, Estado de Santa Catarina, mediante convênio.

§ 2º -:

.....

Art. 8º -:

.....

Art. 13 -:

.....

II – votar e ser votado para os cargos de Presidente ou de Vice-Presidente;

.....

IV – compor a Diretoria do Consórcio Público nas condições estabelecidas neste Estatuto.

Parágrafo único –:

.....

CAPÍTULO VII
DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO CONSÓRCIO PÚBLICO

.....

Art. 16 -:

.....

III – (revogado).

Parágrafo único –

.....

Art. 19 -

.....

§ 2º - (revogado).

Art. 20 -

.....

Art. 21 -:

.....

VII – (revogado);

.....

Art. 35 - Para exercício da função de Coordenador Executivo ou de qualquer outro emprego de confiança no Consórcio Público será exigida formação profissional em nível superior.

CAPÍTULO XI
(revogado)

Art. 36 – (revogado).

§ 1º - (revogado).

§ 2º - (revogado).

Art. 37 - (revogado).

§ 1º - (revogado).

§ 2º - (revogado).

§ 3º - (revogado).

§ 4º - (revogado).

§ 5º - (revogado).

§ 6º - (revogado).

§ 7º - (revogado).

§ 8º - (revogado).

Art. 38 - (revogado).

Parágrafo Único - (revogado).

Art. 39 – (revogado).

§ 1º - (revogado).

§ 2º - (revogado).

§ 3º - (revogado).

CAPÍTULO XII

.....
Art. 40 -
.....

§ 1º - A participação em órgãos diretivos que sejam criados pelo Estatuto ou por deliberação da Assembleia Geral, bem como a participação dos representantes dos Entes consorciados na Assembleia Geral e em outras atividades do Consórcio Público não será remunerada, sendo considerado trabalho público relevante.

§ 2º -
.....

Art. 42 -
.....

§ 4º - Após deliberação da Assembleia Geral, a Diretoria poderá conceder revisão geral anual de remuneração aos empregados e estagiários do Consórcio Público no mês de janeiro de cada ano, nos termos do disposto no art. 37, inciso X, da Constituição Federal, utilizando como teto o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC (IBGE) acumulado no ano anterior.

§ 4º-A - A revisão geral anual de que trata o parágrafo anterior observará as seguintes condições:

I - autorização na lei de diretrizes orçamentárias dos Municípios consorciados;

II - definição do índice em Assembleia Geral específica;

III - previsão do montante da respectiva despesa e correspondentes fontes de custeio na Resolução do Orçamento Anual;

IV - comprovação da disponibilidade financeira que configure capacidade de pagamento pelo Consórcio Público, preservados os compromissos relativos a investimentos e despesas continuadas nas áreas prioritárias de sua atuação;

V - compatibilidade com a evolução nominal e real das remunerações no mercado de trabalho; e

VI - atendimento aos limites para despesa com pessoal de que tratam o art. 169 da Constituição e a Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000.

§ 4º-B - Acaso a revisão geral ocorra em percentual inferior à variação da inflação do ano anterior a diferença poderá integrar futura revisão anual, observadas as condições do parágrafo anterior, vedada à concessão de efeitos financeiros retroativos.

§ 4º-C - Para os salários majorados devido à elevação do salário mínimo ou do piso salarial, o referido aumento deverá ser compensado quando da aplicação do disposto no § 5º deste artigo.

§ 5º -
.....

§ 5º-A – Após deliberação da Assembleia Geral e autorização legislativa dos Entes Consorciados, a Diretoria poderá conceder reclassificação do salário inicial de empregos do quadro geral e/ou reajuste geral de salários aos empregados do Consórcio Público.

§ 6º -
.....

§ 11 -:

I – R\$ 546,55 (quinhentos e quarenta e seis reais e cinquenta e cinco centavos) mensais, no caso de estudantes do ensino superior, para jornada de 04 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais.

II – R\$ 816,54 (oitocentos e dezesseis reais e cinquenta e quatro centavos) mensais, no caso de estudantes do ensino superior, para jornada de 06 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais.

§ 12 -
.....

Art. 46 –:

Nº de Emprego(s)	Denominação do(s) Emprego(s)	Carga Horária Semanal	Salário/mês
1	Coordenador Executivo	40 hs	R\$ 3.700,00

§ 1º -
.....

Art. 47 -

Nº de Empregos	Denominação do Emprego	Carga Horária Semanal	Salário/mês
01	Médico*	10 horas	R\$ 5.039,65
01	Médico de Saúde Mental	10 horas	R\$ 2.709,00
01	Enfermeiro*	40 horas	R\$ 3.802,05
01	Enfermeiro de Saúde Mental	40 horas	R\$ 3.600,00
01	Assistente Social*	30 horas	R\$ 3.469,56
01	Assistente Social de Saúde Mental	30 horas	R\$ 2.800,00
01	Psicólogo(a)*	40 horas	R\$ 3.469,56
02	Psicólogo(a) de Saúde Mental	20 horas	R\$ 1.734,78
02	Técnico em Enfermagem	40 horas	R\$ 1.771,69
02	Auxiliar Administrativo	40 horas	R\$ 1.919,32
01	Médico Clínico	10 horas	R\$ 2.240,00
01	Terapeuta Ocupacional	20 horas	R\$ 1.734,78
01	Monitor de Educação Física	20 horas	R\$ 1.200,00
01	Educador Social	40 horas	R\$ 1.540,00
01	Motorista	40 horas	R\$ 1.402,28
01	Auxiliar de Serviços Gerais	40 horas	R\$ 1.033,49

(*) Quadro em Extinção.

§ 1º -
.....

§ 1º-A - Os empregos públicos de Médico, Enfermeiro, Assistente Social e Psicólogo(a) passam a integrar quadro em extinção, sendo mantidos somente enquanto ocupados pelos atuais servidores.

§ 2º -
.....

Art. 51 – Sem prejuízo das demais vantagens estabelecidas neste Estatuto, a Diretoria poderá conceder aos empregados efetivos, comissionados ou temporários e aos estagiários, o auxílio alimentação, proporcional a carga horária mensal, na forma e condições estabelecidas no regulamento do quadro de pessoal, limitado ao valor máximo mensal de R\$ 100,00 (cem reais) para o exercício de 2017, corrigido pelo mesmo índice da revisão geral anual para os demais exercícios.

Art. 54 –

I –
.....

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Formação profissional em nível superior.

II –
.....

II-A – Para o emprego de MÉDICO DE SAÚDE MENTAL:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Realizar atividade de natureza especializada em saúde mental, envolvendo supervisão, planejamento, coordenação, programação e execução de atividades pertinentes a defesa e proteção da saúde individual e coletiva; Examinar o paciente, auscultando, palpando ou utilizando instrumentos especiais, para determinar diagnóstico ou, se necessário, requisitar exames complementares e encaminhá-lo a outro tratamento especializado; Analisar e interpretar resultados de exames de raios X, bioquímico, hematológico e outros, comparando-os com padrões normais, para confirmar ou informar o diagnóstico; Prescrever medicamentos, indicando dosagem e respectiva via de administração, assim como cuidados a serem observados para conservar ou restabelecer a saúde do paciente; Manter registro dos pacientes examinados, anotando a conclusão diagnóstica, tratamento, evolução da doença, para efetuar orientação terapêutica adequada; Emitir atestados de saúde, sanidade e aptidão física e mental e de óbito, para atender a determinações legais; Atender a urgências clínicas, cirúrgicas ou traumatológicas; Executar outras tarefas e serviços determinados e excepcionais, inerentes a função e/ou fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIAPS.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Nível Superior na área com especialização em saúde mental; Inscrição e registro junto ao Conselho Regional.

III –
.....

III-A – Para o emprego de ENFERMEIRO(A) DE SAÚDE MENTAL:

a) **DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE:** Realizar ações educativas, preventivas e curativas, na área de atuação do CIAPS; Identificar, definir e executar ações de enfermagem de acordo com as prioridades, necessidades e características de cada caso, particularmente para usuários de alto risco, bem como outros clientes que apresentam risco para si próprio ou para a comunidade; Coordenar e supervisionar a organização e execução das atividades de enfermagem desenvolvida na Unidades de atendimento sob sua responsabilidade, levando em conta os demais elementos da equipe de saúde mental ou do sistema único de saúde; Supervisionar e avaliar sistematicamente os registros e anotações das atividades realizadas pelo pessoal de enfermagem; Assegurar condições adequadas de limpeza, preparo, esterilização e manuseio do material em uso; Verificar sistematicamente o funcionamento de aparelhos utilizados na área de enfermagem, providenciando reparação ou substituição quando for o caso; Participar na supervisão das atividades de matrícula e fichário central; Verificar periodicamente as condições de conservação e prazo de validade de soros e vacinas; Promover o inter-relacionamento das atividades internas e externas do CAPS desenvolvidas pelo pessoal de enfermagem; Executar outras tarefas e serviços determinados e excepcionais, inerentes a função e/ou fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIAPS.

b) **REQUISITO/FORMAÇÃO:** Curso de Nível Superior na área; Inscrição e registro junto ao Conselho Regional.

IV –

IV-A – Para o emprego de ASSISTENTE SOCIAL DE SAÚDE MENTAL:

a) **DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE:** Planejar e executar atividades de apoio social que visam assegurar o processo de melhoria da qualidade de vida dos usuários do CIAPS e familiares, bem como garantir o atendimento das necessidades básicas das classes populares e dos segmentos sociais mais vulneráveis às crises sócio-econômicas; Aconselhar e orientar indivíduos afetados em seu equilíbrio emocional e/ou mental, baseando-se no conhecimento sobre a dinâmica psicossocial do comportamento das pessoas; Promover a participação consciente dos indivíduos em grupos, desenvolvendo suas potencialidades; Programar a ação básica de uma comunidade no campo social e outros, valendo-se da análise dos recursos e das carências sócio-econômicas dos indivíduos e da comunidade; Assistir as famílias nas suas necessidades básicas, orientando-as e fornecendo-lhes suporte material, educacional e outros; Desenvolver outras atividades de caráter comunitário que possam ser utilizadas como elemento catalisador da potencialidade dos indivíduos na solução de seus próprios problemas; Executar outras tarefas e serviços determinados e excepcionais, inerentes a função e/ou fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIAPS.

b) **REQUISITO/FORMAÇÃO:** Curso de Nível Superior na área; Inscrição e registro junto ao Conselho Regional.

V –

V-A – Para o emprego de PSICÓLOGO(A) DE SAÚDE MENTAL:

a) **DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE:** Participar da elaboração de programas educativos, junto à população, para orientar nos processos intra e interpessoais e nos mecanismos de comportamento humano; Elaborar e ampliar técnicas psicológicas, como teste para determinação de características afetivas, intelectuais, sensoriais ou motoras; Técnicas psicoterápicas e outros métodos de verificação, para possibilitar a orientação, seleção e treinamento de campo profissional, no diagnóstico e na identificação e interferência nos fatores determinantes na ação do indivíduo, em sua história pessoal, familiar, educacional e social; Atendimento familiar, e individual, visitas domiciliares; Assessoria e orientação aos casos encaminhados pelo Conselho Tutelar; Executar outras tarefas e serviços determinados e excepcionais, inerentes a função e/ou fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIAPS.

b) **REQUISITO/FORMAÇÃO:** Curso de Nível Superior na área; Inscrição e registro junto ao Conselho Regional.

VI –

X – Para o emprego de MÉDICO CLÍNICO:

a) **DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE:** Diagnosticar, orientar e promover a execução de planos e programas preventivos, dirigidos a pacientes em geral, internados, de ambulatório e a seus familiares, ser responsável técnico pela prescrição de medicamentos aos pacientes do CIAPS; Dirigir equipes e prestar socorros urgentes, efetuar exames médicos, fazer diagnósticos, prescrever e ministrar tratamento para diversas doenças, perturbações e lesões do organismo humano e aplicar métodos da medicina preventiva; Providenciar e realizar tratamentos; Realizar pequenas intervenções cirúrgicas; Participar de reuniões médicas, cursos e palestras sobre medicina preventiva nas entidades assistenciais e comunitárias; Preencher e visar mapas de produção, ficha médica com diagnóstico e tratamento; Transferir pessoalmente, a responsabilidade do atendimento e acompanhamento aos titulares de plantão, atender os casos urgentes, mesmo os provisórios, com diagnóstico provável ou incompleto dos doentes atendidos nas salas de primeiros socorros; Preencher fichas de doentes atendidos a domicílio, preenchendo relatórios comprobatórios de atendimento; Responsabilizar-se por equipes auxiliares necessárias à execução das atividades próprias do cargo; Executar tarefas afins, inclusive as editadas no respectivo regulamento da profissão; Realizar reunião com grupos terapêuticos; Executar outras tarefas e serviços determinados e excepcionais, inerentes a função e/ou fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIAPS.

b) **REQUISITO/FORMAÇÃO:** Curso de Nível Superior na área; Inscrição e registro junto ao Conselho Regional.

XI – Para o emprego de TERAPEUTA OCUPACIONAL:

a) **DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE:** Desenvolver atividades relacionadas com a orientação de trabalhos em madeira, couro, argila, tecido, corda e outros, para fins de recuperação de indivíduos; Planejar e desenvolver atividades ocupacionais e recreativas; Elaborar programas de tratamento avaliando as consequências deles decorrentes; Orientar a execução de atividades manuais e criativas para fins de recuperação do indivíduo; Ministrar técnicas de trabalho em madeira, couro, argila, tecido, corda e outros; Motivar para o trabalho, valorizando a expressão criadora do indivíduo; Proporcionar condições para que os trabalhos realizados, sob sua orientação, sejam divulgados e valorizados através da participação de concursos e exposições; Avaliar a participação do indivíduo nas atividades propostas, mediante ficha pessoal de avaliação; Avaliar os trabalhos realizados; Promover atividades sócio-recreativas; Promover reuniões, visando ao melhor atendimento dos participantes; Participar de programas voltados para a saúde pública; Emitir pareceres sobre o assunto de sua especialidade ou conhecimento; Orientar, coordenar e supervisionar trabalhos a serem desenvolvidos por equipes auxiliares; Executar outras tarefas e serviços determinados e excepcionais, inerentes a função e/ou fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIAPS.

b) **REQUISITO/FORMAÇÃO:** Curso de Nível Superior na área.

XII – Para o emprego de MONITOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA:

a) **DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE:** Desenvolver a prática de atividades esportivas e de recreação individuais e coletivas destinadas aos usuários do CAPS; Tratar e desenvolver de forma prática através de atividades individuais e coletivas, envolvendo pequenos e grandes grupos musculares, buscando o desenvolvimento e manutenção das capacidades funcionais do indivíduo, bem como o desenvolvimento das estruturas e funções tais como: o esquema corporal, consciência corporal, domínio do corpo, coordenação, percepção e organização no tempo e no espaço; Vivenciar também atividades que preparam os pacientes para vida em sociedade, oportunizando lhes situações para o desenvolvimento de sua personalidade através de exercícios físicos, prática esportiva e recreativa; Condicionamento físico para um melhor relacionamento social e de lazer através das caminhadas, acompanhamento antropométrico dos pacientes, valorizando o espaço e a natureza que cerca a comunidade, jogos de futebol, voleibol e outros esportes; Executar outras tarefas e serviços determinados e excepcionais, inerentes a função e/ou fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIAPS.

b) **REQUISITO/FORMAÇÃO:** Curso de Nível Superior na área; Inscrição junto ao Conselho Regional.

XIII – Para o emprego de EDUCADOR SOCIAL:

a) **DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE:** Executar programas, projetos e serviços das políticas públicas desenvolvidas pela administração pública, direta, indireta, entidades e organizações populares dos municípios, em conformidade com a Lei Orgânica da Assistência Social, Política Nacional de Assistência Social – PNAS e Sistema Único de Assistência Social – SUAS, SUS, Estatuto da Criança e do Adolescente e Lei de Diretrizes e Bases da Educação, visando auxiliar na promoção da melhoria da qualidade de vida da população; Propiciar a integração e reintegração dos usuários e suas famílias, colaborando na solução de seus problemas, utilizando, sob supervisão, os métodos e processos básicos de educação alimentar, higiene, relacionamento social, laborterapia, educação e/ou formação para o trabalho, qualificação profissional, entre outros; Monitorar e acompanhar atividades de recreação, refeições, repousos, limpeza e conservação do ambiente; Zelar pelo cumprimento dos direitos e deveres dos usuários e suas famílias; Assistir aos usuários das políticas sociais de proteção básica e especial, programando e desenvolvendo atividades de caráter profissional, educativo e recreativo, atendendo às suas necessidades básicas, a fim de permitir sua emancipação e integração na sociedade; Encaminhar e/ou acompanhar os usuários nas consultas e/ou atendimentos de saúde, educação, assistência social, jurídico e outros, quando necessário; Acolher usuários, bem como seus familiares, verificando a documentação existente; Zelar pela integridade física e moral dos usuários, acionando órgãos e entidades necessários para garantir a segurança e proteção dos mesmos; Propiciar aos usuários um ambiente limpo, seguro e organizado, recebendo-os quando em seu abrigo, auxiliando-os quanto ao funcionamento, horário, contribuindo com a realização das tarefas rotineiras, alimentação, entre outros; Verificar, no ato do abrigo dos usuários, a existência de hematomas, escoriações, bem como a sua integridade física, sempre comunicando à coordenação, caso haja a existência dos mesmos; Orientar o usuário quanto à administração de medicamentos, conforme receita médica; Atuar, principalmente nos abrigos municipais, atendendo o público, seja ele criança, adolescente, pessoas em situação de rua, mulher vítima de violência entre outros; Manter o registro dos usuários atendidos, atualizando-os e organizando-os, a fim de possibilitar entendimento do histórico do cotidiano, bem como do desenvolvimento bio-psico-social dos mesmos; Acompanhar e monitorar os horários, bem como a programação exibida em TV, rádio, DVD, entre outros; Registrar as atividades realizadas, quando necessário; Executar outras tarefas e serviços determinados e excepcionais, inerentes a função e/ou fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIAPS.

b) **REQUISITO/FORMAÇÃO:** Curso de Ensino Médio completo.

**SEÇÃO VI
DOS DEVERES E DO REGIME DISCIPLINAR****SUBSEÇÃO I
DOS DEVERES**

Art. 55 -

Art. 76 - O Controle Interno poderá, em qualquer fase do procedimento, solicitar esclarecimentos e, justificadamente, sugerir que a execução do contrato seja suspensa, até que os esclarecimentos sejam considerados satisfatórios.

.....

Art. 98-A - O Consórcio Público deverá implementar e manter site institucional na internet, atendendo as exigências de publicidade, transparência e acesso à informação.

Art. 99 -"

RESOLUÇÃO Nº 44, DE 18/08/2017

RESOLUÇÃO nº 44, de 18 de Agosto de 2017.

Estabelece os textos básicos para o projeto de alteração do Protocolo de Intenções e do Estatuto do Consórcio Intermunicipal de Atenção Psicossocial - CIAPS, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CIAPS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Protocolo de Intenções ratificado pelos Municípios, pelo Contrato de Consórcio Público e pelo Estatuto do CIAPS; e
Considerando-se as deliberações da Assembleia Geral do CIAPS;

RESOLVE:

Art. 1º - Estabelecer os textos básicos para o projeto de alteração do Protocolo de Intenções e do Estatuto do Consórcio Intermunicipal de Atenção Psicossocial – CIAPS, na forma dos anexos I e II desta Resolução.

Art. 2º - Compôr a Comissão Especial encarregada de coordenar os trabalhos de elaboração do Projeto Final de Alteração do Protocolo de Intenções e do Estatuto do CIAPS, incluindo o recebimento e deliberação sobre propostas de emendas ou alterações no anteprojeto de que trata o artigo anterior, pelos Prefeitos dos Municípios de Apiuna e Ascurra, pelos Secretários Municipais de Saúde dos três Municípios Consorciados e pelo Assessor Jurídico da AMMVI – Dr. Luiz Claudio Kades, sob a Presidência do primeiro e Secretaria do segundo.

§ 1º - A Comissão Especial de que trata este artigo proporá alterações ao texto básico e/ou receberá propostas de emendas, apresentadas pelos representantes dos Municípios Consorciados, até a data de 24 de Agosto de 2017.

§ 2º - Findo o prazo de que trata o parágrafo anterior, a Comissão Especial deverá consolidar as propostas, elaborando o projeto final de alteração do Protocolo de Intenções e do Estatuto a ser apresentado na Assembleia Geral.

§ 3º - As emendas apresentadas somente serão recebidas para integrar o texto do projeto final da alteração do Protocolo de Intenções e do Estatuto, se obtiverem a aprovação em voto favorável da maioria (2/3) dos membros da Comissão Especial.

Art. 3º - Apresentado o projeto de alteração do Protocolo de Intenções e do Estatuto pela Comissão Especial, o Presidente do CIAPS convocará Assembleia Geral Extraordinária para sua apreciação.

§ 1º - Na reunião da Assembleia será apresentado o Projeto de Alteração do Protocolo de Intenções e do Estatuto pelos membros da Comissão Especial ou pela Assessoria designada, passando-se a deliberação prévia de admissibilidade.

§ 2º - Havendo consenso sobre a admissibilidade do Projeto de Alteração do Protocolo de Intenções e do Estatuto, este será posto em votação, necessitando do voto favorável por quórum qualificado de 2/3 (dois terços) dos representantes dos Municípios Consorciados para sua aprovação.

§ 3º - Ocorrendo votos contrários a admissibilidade do Projeto de Alteração do Protocolo de Intenções e do Estatuto ou este não recebendo a votação necessária para sua aprovação, será aberto prazo de trinta dias para apresentação de novas Emendas pelos representantes dos Municípios consorciados.

§ 4º - Findo o prazo para Emendas, a Comissão Especial será convocada para apresentar parecer sobre as mesmas, no prazo de quinze dias.

§ 5º - Apresentado o parecer de que trata o parágrafo anterior, o Presidente do CIAPS convocará Assembleia Geral Extraordinária para deliberação, a qual funcionará da seguinte forma:

I - As Emendas individuais apresentadas pelos representantes dos Municípios serão lidas pela Comissão Especial, seguidas da leitura do parecer exarado, passando-se a deliberação sobre sua admissibilidade pela Assembleia Geral, e, após, pela sua aprovação ou rejeição, observados o quórum qualificado de que trata o § 2º deste artigo.

II – As Emendas subscritas por representantes de dois ou mais Municípios consorciados serão lidas pela Comissão especial, seguidas da leitura do parecer exarado, sendo automaticamente admitidas como destaque para votação em separado, após a deliberação sobre as Emendas individuais.

III - As Emendas admitidas como destaques serão apreciadas após a concessão da palavra a um dos subscritores para sua defesa, necessitando do voto favorável, por quórum qualificado de 2/3 (dois terços) dos representantes dos Municípios Consorciados, para sua aprovação.

§ 6º - Aprovado o Projeto de Alteração do Protocolo de Intenções e do Estatuto com Emendas, a Comissão Especial ficará encarregada de apresentar a redação final para publicação.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Apiúna - SC, 18 de Agosto de 2017.

Paulo Roberto Weiss
Presidente do CIAPS

Anexo I

Texto básico para alterações no Protocolo de Intenções do Consórcio Intermunicipal de Atenção Psicossocial – CIAPS:

“(…)

3.2.1 – Os serviços de controle interno, contabilidade ou jurídicos do Consórcio Público poderão ser realizados, a título de cooperação, pela Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí – AMMVI, sita à Rua Alberto Stein, nº 466, Bairro Velha, no Município de Blumenau, Estado de Santa Catarina, mediante convênio.

3.2.2 -
.....

6.1 -:
.....

II – votar e ser votado para os cargos de Presidente ou de Vice-Presidente;
.....

IV – compor a Diretoria do Consórcio nas condições estabelecidas pelo Estatuto.

6.1.1 -
.....

7.2 -:
.....

III – (revogado).

CLÁUSULA OITAVA – Da Assembléia Geral
.....

8.5 -:
.....

VII – (revogado);
.....

8.5.1 -
.....

10.5 – Para exercício da função de Coordenador Executivo ou de qualquer outro emprego de confiança no Consórcio Público será exigida formação profissional em nível superior.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – (Revogada)

11.1 – (revogado)

11.1.1 – (revogado)

11.2 – (revogado)

11.2.1 – (revogado)

11.2.2 – (revogado)

11.2.3 – (revogado)

11.2.4 – (revogado)

11.2.5 – (revogado)

11.3 – (revogado)

11.3.1 – (revogado)

11.4 – (revogado)

11.4.1 – (revogado)

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS RECURSOS HUMANOS

12.1.1 - A participação em órgãos diretivos que sejam criados pelos estatutos ou por deliberação da Assembleia Geral, bem como a participação dos representantes dos entes consorciados na Assembleia Geral e em outras atividades do Consórcio não será remunerada, sendo considerado trabalho público relevante.

12.3.2.1 - Após deliberação da Assembleia Geral, a Diretoria poderá conceder revisão geral anual de remuneração aos empregados e estagiários do Consórcio Público no mês de janeiro de cada ano, nos termos do disposto no art. 37, inciso X, da Constituição Federal, utilizando como teto o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC (IBGE) acumulado no ano anterior.

12.3.2.1.1 - A revisão geral anual de que trata o item 12.3.2.1 observará as seguintes condições:

I - autorização na lei de diretrizes orçamentárias dos Municípios consorciados;

II - definição do índice em Assembleia Geral específica;

III - previsão do montante da respectiva despesa e correspondentes fontes de custeio na Resolução do Orçamento Anual;

IV - comprovação da disponibilidade financeira que configure capacidade de pagamento pelo Consórcio Público, preservados os compromissos relativos a investimentos e despesas continuadas nas áreas prioritárias de sua atuação;

V - compatibilidade com a evolução nominal e real das remunerações no mercado de trabalho; e

VI - atendimento aos limites para despesa com pessoal de que tratam o art. 169 da Constituição e a Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000.

12.3.2.1.2 – Acaso a revisão geral ocorra em percentual inferior à variação da inflação do ano anterior a diferença poderá integrar futura revisão anual, observadas as condições do item 12.3.2.1.1, vedada à concessão de efeitos financeiros retroativos.

12.3.2.1.3 – Para os salários majorados devido à elevação do salário mínimo ou do piso salarial, o referido aumento deverá ser compensado quando da aplicação do disposto no item 12.3.2.1.

12.3.2.2 –

12.3.6.2 –:

I – R\$ 546,55 (quinhentos e quarenta e seis reais e cinquenta e cinco centavos) mensais, no caso de estudantes do ensino superior, para jornada de 04 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais.

II – R\$ 816,54 (oitocentos e dezesseis reais e cinquenta e quatro centavos) mensais, no caso de estudantes do ensino superior, para jornada de 06 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais.

12.7.2.1 -

12.7.2.2 – Os adiantamentos de viagem serão requeridos em formulário próprio, onde será qualificado o beneficiário e identificado à data de afastamento, trajeto e motivo da viagem. O processamento contábil para pagamento do adiantamento observará ao disposto na Lei nº 4.320/64.

12.7.2.3 -

12.7.3 - Será concedido vale transporte na forma da legislação federal específica ao empregado que o requerer, para deslocamento residência/local de trabalho e vice-versa.

12.7.4 - Sem prejuízo das demais vantagens estabelecidas no estatuto, a Diretoria poderá conceder aos empregados efetivos, comissionados ou temporários e aos estagiários, o auxílio alimentação, proporcional a carga horária mensal, na forma e condições estabelecidas no regulamento do quadro de pessoal, limitado ao valor máximo mensal de R\$ 100,00 (cem reais) para o exercício de 2017, corrigido pelo mesmo índice da revisão geral anual para os demais exercícios.

12.7.5 -:

.....
12.8 –

I –
.....

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Formação profissional em nível superior.

II – Para o emprego de MÉDICO:

.....

II-A – Para o emprego de MÉDICO DE SAÚDE MENTAL:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Realizar atividade de natureza especializada em saúde mental, envolvendo supervisão, planejamento, coordenação, programação e execução de atividades pertinentes a defesa e proteção da saúde individual e coletiva; Examinar o paciente, auscultando, palpando ou utilizando instrumentos especiais, para determinar diagnóstico ou, se necessário, requisitar exames complementares e encaminhá-lo a outro tratamento especializado; Analisar e interpretar resultados de exames de raios X, bioquímico, hematológico e outros, comparando-os com padrões normais, para confirmar ou informar o diagnóstico; Prescrever medicamentos, indicando dosagem e respectiva via de administração, assim como cuidados a serem observados para conservar ou restabelecer a saúde do paciente; Manter registro dos pacientes examinados, anotando a conclusão diagnóstica, tratamento, evolução da doença, para efetuar orientação terapêutica adequada; Emitir atestados de saúde, sanidade e aptidão física e mental e de óbito, para atender a determinações legais; Atender a urgências clínicas, cirúrgicas ou traumatológicas; Executar outras tarefas e serviços determinados e excepcionais, inerentes a função e/ou fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIAPS.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Nível Superior na área com especialização em saúde mental; Inscrição e registro junto ao Conselho Regional.

III – Para o emprego de ENFERMEIRO(A):

.....

III-A – Para o emprego de ENFERMEIRO(A) DE SAÚDE MENTAL:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Realizar ações educativas, preventivas e curativas, na área de atuação do CIAPS; Identificar, definir e executar ações de enfermagem de acordo com as prioridades, necessidades e características de cada caso, particularmente para usuários de alto risco, bem como outros clientes que apresentam risco para si próprio ou para a comunidade; Coordenar e supervisionar a organização e execução das atividades de enfermagem desenvolvida na Unidades de atendimento sob sua responsabilidade, levando em conta os demais elementos da equipe de saúde mental ou do sistema único de saúde; Supervisionar e avaliar sistematicamente os registros e anotações das atividades realizadas pelo pessoal de enfermagem; Assegurar condições adequadas de limpeza, preparo, esterilização e manuseio do material em uso; Verificar sistematicamente o funcionamento de aparelhos utilizados na área de enfermagem, providenciando reparação ou substituição quando for o caso; Participar na supervisão das atividades de matrícula e fichário central; Verificar periodicamente as condições de conservação e prazo de validade de soros e vacinas; Promover o inter-relacionamento das atividades internas e externas do CAPS desenvolvidas pelo pessoal de enfermagem; Executar outras tarefas e serviços determinados e excepcionais, inerentes a função e/ou fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIAPS.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Nível Superior na área; Inscrição e registro junto ao Conselho Regional.

IV – Para o emprego de ASSISTENTE SOCIAL:

.....

IV-A – Para o emprego de ASSISTENTE SOCIAL DE SAÚDE MENTAL:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Planejar e executar atividades de apoio social que visam assegurar o processo de melhoria da qualidade de vida dos usuários do CIAPS e familiares, bem como garantir o atendimento das necessidades básicas das classes populares e dos segmentos sociais mais vulneráveis às crises sócio-econômicas; Aconselhar e orientar indivíduos afetados em seu equilíbrio emocional e/ou mental, baseando-se no conhecimento sobre a dinâmica psicossocial do comportamento das pessoas; Promover a participação consciente dos indivíduos em grupos, desenvolvendo suas potencialidades; Programar a ação básica de uma comunidade no campo social e outros, valendo-se da análise dos recursos e das carências sócio-econômicas dos indivíduos e da comunidade; Assistir as famílias nas suas necessidades básicas, orientando-as e fornecendo-lhes suporte material, educacional e outros; Desenvolver outras atividades de caráter comunitário que possam ser utilizadas como elemento catalisador da potencialidade dos indivíduos na solução de seus próprios problemas; Executar outras tarefas e serviços determinados e excepcionais, inerentes a função e/ou fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIAPS.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Nível Superior na área; Inscrição e registro junto ao Conselho Regional.

V – Para o emprego de PSICÓLOGO(A):

.....

V-A – Para o emprego de PSICÓLOGO(A) DE SAÚDE MENTAL:

a) **DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE:** Participar da elaboração de programas educativos, junto à população, para orientar nos processos intra e interpessoais e nos mecanismos de comportamento humano; Elaborar e ampliar técnicas psicológicas, como teste para determinação de características afetivas, intelectuais, sensoriais ou motoras; Técnicas psicoterápicas e outros métodos de verificação, para possibilitar a orientação, seleção e treinamento de campo profissional, no diagnóstico e na identificação e interferência nos fatores determinantes na ação do indivíduo, em sua história pessoal, familiar, educacional e social; Atendimento familiar, e individual, visitas domiciliares; Assessoria e orientação aos casos encaminhados pelo Conselho Tutelar; Executar outras tarefas e serviços determinados e excepcionais, inerentes a função e/ou fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIAPS.

b) **REQUISITO/FORMAÇÃO:** Curso de Nível Superior na área; Inscrição e registro junto ao Conselho Regional.

VI –

.....

X – Para o emprego de MÉDICO CLÍNICO:

a) **DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE:** Diagnosticar, orientar e promover a execução de planos e programas preventivos, dirigidos a pacientes em geral, internados, de ambulatório e a seus familiares, ser responsável técnico pela prescrição de medicamentos aos pacientes do CIAPS; Dirigir equipes e prestar socorros urgentes, efetuar exames médicos, fazer diagnósticos, prescrever e ministrar tratamento para diversas doenças, perturbações e lesões do organismo humano e aplicar métodos da medicina preventiva; Providenciar e realizar tratamentos; Realizar pequenas intervenções cirúrgicas; Participar de reuniões médicas, cursos e palestras sobre medicina preventiva nas entidades assistenciais e comunitárias; Preencher e visar mapas de produção, ficha médica com diagnóstico e tratamento; Transferir pessoalmente, a responsabilidade do atendimento e acompanhamento aos titulares de plantão, atender os casos urgentes, mesmo os provisórios, com diagnósticos provável ou incompleto dos doentes atendidos nas salas de primeiros socorros; Preencher fichas de doentes atendidos a domicílio, preenchendo relatórios comprobatórios de atendimento; Responsabilizar-se por equipes auxiliares necessárias à execução das atividades próprias do cargo; Executar tarefas afins, inclusive as editadas no respectivo regulamento da profissão; Realizar reunião com grupos terapêuticos; Executar outras tarefas e serviços determinados e excepcionais, inerentes a função e/ou fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIAPS.

b) **REQUISITO/FORMAÇÃO:** Curso de Nível Superior na área; Inscrição e registro junto ao Conselho Regional.

XI – Para o emprego de TERAPEUTA OCUPACIONAL:

a) **DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE:** Desenvolver atividades relacionadas com a orientação de trabalhos em madeira, couro, argila, tecido, corda e outros, para fins de recuperação de indivíduos; Planejar e desenvolver atividades ocupacionais e recreativas; Elaborar programas de tratamento avaliando as consequências deles decorrentes; Orientar a execução de atividades manuais e criativas para fins de recuperação do indivíduo; Ministrar técnicas de trabalho em madeira, couro, argila, tecido, corda e outros; Motivar para o trabalho, valorizando a expressão criadora do indivíduo; Proporcionar condições para que os trabalhos realizados, sob sua orientação, sejam divulgados e valorizados através da participação de concursos e exposições; Avaliar a participação do indivíduo nas atividades propostas, mediante ficha pessoal de avaliação; Avaliar os trabalhos realizados; Promover atividades sócio-recreativas; Promover reuniões, visando ao melhor atendimento dos participantes; Participar de programas voltados para a saúde pública; Emitir pareceres sobre o assunto de sua especialidade ou conhecimento; Orientar, coordenar e supervisionar trabalhos a serem desenvolvidos por equipes auxiliares; Executar outras tarefas e serviços determinados e excepcionais, inerentes a função e/ou fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIAPS.

b) **REQUISITO/FORMAÇÃO:** Curso de Nível Superior na área.

XII – Para o emprego de MONITOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA:

a) **DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE:** Desenvolver a prática de atividades esportivas e de recreação individuais e coletivas destinadas aos usuários do CAPS; Tratar e desenvolver de forma prática através de atividades individuais e coletivas, envolvendo pequenos e grandes grupos musculares, buscando o desenvolvimento e manutenção das capacidades funcionais do indivíduo, bem como o desenvolvimento das estruturas e funções tais como: o esquema corporal, consciência corporal, domínio do corpo, coordenação, percepção e organização no tempo e no espaço; Vivenciar também atividades que preparam os pacientes para vida em sociedade, oportunizando lhes situações para o desenvolvimento de sua personalidade através de exercícios físicos, prática esportiva e recreativa; Condicionamento físico para um melhor relacionamento social e de lazer através das caminhadas, acompanhamento antropométrico dos pacientes, valorizando o espaço e a natureza que cerca a comunidade, jogos de futebol, voleibol e outros esportes; Executar outras tarefas e serviços determinados e excepcionais, inerentes a função e/ou fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIAPS.

b) **REQUISITO/FORMAÇÃO:** Curso de Nível Superior na área; Inscrição junto ao Conselho Regional.

XIII – Para o emprego de EDUCADOR SOCIAL:

a) **DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE:** Executar programas, projetos e serviços das políticas públicas desenvolvidas pela administração pública, direta, indireta, entidades e organizações populares dos municípios, em conformidade com a Lei Orgânica da Assistência Social, Política Nacional de Assistência Social – PNAS e Sistema Único de Assistência Social – SUAS, SUS, Estatuto da Criança e do Adolescente e Lei de Diretrizes e Bases da Educação, visando auxiliar na promoção da melhoria da qualidade de vida da população; Propiciar a integração

e reintegração dos usuários e suas famílias, colaborando na solução de seus problemas, utilizando, sob supervisão, os métodos e processos básicos de educação alimentar, higiene, relacionamento social, laborterapia, educação e/ou formação para o trabalho, qualificação profissional, entre outros; Monitorar e acompanhar atividades de recreação, refeições, repousos, limpeza e conservação do ambiente; Zelar pelo cumprimento dos direitos e deveres dos usuários e suas famílias; Assistir aos usuários das políticas sociais de proteção básica e especial, programando e desenvolvendo atividades de caráter profissional, educativo e recreativo, atendendo às suas necessidades básicas, a fim de permitir sua emancipação e integração na sociedade; Encaminhar e/ou acompanhar os usuários nas consultas e/ou atendimentos de saúde, educação, assistência social, jurídico e outros, quando necessário; Acolher usuários, bem como seus familiares, verificando a documentação existente; Zelar pela integridade física e moral dos usuários, acionando órgãos e entidades necessários para garantir a segurança e proteção dos mesmos; Propiciar aos usuários um ambiente limpo, seguro e organizado, recebendo-os quando em seu abrigo, auxiliando-os quanto ao funcionamento, horário, contribuindo com a realização das tarefas rotineiras, alimentação, entre outros; Verificar, no ato do abrigo dos usuários, a existência de hematomas, escoriações, bem como a sua integridade física, sempre comunicando à coordenação, caso haja a existência dos mesmos; Orientar o usuário quanto à administração de medicamentos, conforme receita médica; Atuar, principalmente nos abrigos municipais, atendendo o público, seja ele criança, adolescente, pessoas em situação de rua, mulher vítima de violência entre outros; Manter o registro dos usuários atendidos, atualizando-os e organizando-os, a fim de possibilitar entendimento do histórico do cotidiano, bem como do desenvolvimento bio-psico-social dos mesmos; Acompanhar e monitorar os horários, bem como a programação exibida em TV, rádio, DVD, entre outros; Registrar as atividades realizadas, quando necessário; Executar outras tarefas e serviços determinados e excepcionais, inerentes a função e/ou fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIAPS.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Ensino Médio completo.

12.8.1 – Os empregos públicos de que tratam os incisos II, III, IV e V do item 12.8 deste Protocolo de Intenções passam a integrar quadro em extinção, sendo mantidos somente enquanto ocupados pelos atuais servidores.

12.9 –:
.....

13.6 - O Controle Interno poderá, em qualquer fase do procedimento, solicitar esclarecimentos e, justificadamente, sugerir que a execução do contrato seja suspensa, até que os esclarecimentos sejam considerados satisfatórios.

.....

21.1.2 - O Consórcio Público deverá implementar e manter site institucional na internet, atendendo as exigências de publicidade, transparência e acesso à informação.

21.2 -:
.....

ANEXO 1 – doS empregoS públicoS DE CONFIANÇA

Nº de Empregos	Denominação do Emprego	Carga Horária Semanal	Salário/mês
1	Coordenador Executivo	40 hs	R\$ 3.700,00

ANEXO 2 – dos empregos públicos PERMANENTES

Nº de Empregos	Denominação do Emprego	Carga Horária Semanal	Salário/mês
01	Médico*	10 horas	R\$ 5.039,65
01	Médico de Saúde Mental	10 horas	R\$ 2.709,00
01	Enfermeiro*	40 horas	R\$ 3.802,05
01	Enfermeiro de Saúde Mental	40 horas	R\$ 3.600,00
01	Assistente Social*	30 horas	R\$ 3.469,56
01	Assistente Social de Saúde Mental	30 horas	R\$ 2.800,00
01	Psicólogo(a)*	40 horas	R\$ 3.469,56
02	Psicólogo(a) de Saúde Mental	20 horas	R\$ 1.734,78
02	Técnico em Enfermagem	40 horas	R\$ 1.771,69
02	Auxiliar Administrativo	40 horas	R\$ 1.919,32
01	Médico Clínico	10 horas	R\$ 2.240,00
01	Terapeuta Ocupacional	20 horas	R\$ 1.734,78
01	Monitor de Educação Física	20 horas	R\$ 1.200,00
01	Educador Social	40 horas	R\$ 1.540,00
01	Motorista	40 horas	R\$ 1.402,28
01	Auxiliar de Serviços Gerais	40 horas	R\$ 1.033,49

(*) Quadro em Extinção.”

Anexo II

Texto básico para alterações no Estatuto do Consórcio Intermunicipal de Atenção Psicossocial – CIAPS:

“(…)
Art. 7º -

§ 1º – Os serviços de controle interno, contabilidade ou jurídicos do Consórcio Público poderão ser realizados, a título de cooperação, pela Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí – AMMVI, sita à Rua Alberto Stein, nº 466, Bairro Velha, no Município de Blumenau, Estado de Santa Catarina, mediante convênio.

§ 2º -
.....

Art. 8º -:
.....

Art. 13 -:
.....

II – votar e ser votado para os cargos de Presidente ou de Vice-Presidente;
.....

IV – compor a Diretoria do Consórcio Público nas condições estabelecidas neste Estatuto.

Parágrafo único –
.....

CAPÍTULO VII DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO CONSÓRCIO PÚBLICO

Art. 16 -:
.....

III – (revogado).

Parágrafo único –
.....

Art. 19 -
.....

§ 2º - (revogado).

Art. 20 -
.....

Art. 21 -:
.....

VII – (revogado);
.....

Art. 35 - Para exercício da função de Coordenador Executivo ou de qualquer outro emprego de confiança no Consórcio Público será exigida formação profissional em nível superior.

CAPÍTULO XI (revogado)

Art. 36 – (revogado).

§ 1º - (revogado).

§ 2º - (revogado).

Art. 37 - (revogado).

§ 1º - (revogado).

§ 2º - (revogado).

§ 3º - (revogado).

§ 4º - (revogado).

§ 5º - (revogado).

§ 6º - (revogado).

§ 7º - (revogado).

§ 8º - (revogado).

Art. 38 - (revogado).

Parágrafo Único - (revogado).

Art. 39 - (revogado).

§ 1º - (revogado).

§ 2º - (revogado).

§ 3º - (revogado).

CAPÍTULO XII

.....

Art. 40 -

.....

§ 1º - A participação em órgãos diretivos que sejam criados pelo Estatuto ou por deliberação da Assembleia Geral, bem como a participação dos representantes dos Entes consorciados na Assembleia Geral e em outras atividades do Consórcio Público não será remunerada, sendo considerado trabalho público relevante.

§ 2º -

.....

Art. 42 -

.....

§ 4º - Após deliberação da Assembleia Geral, a Diretoria poderá conceder revisão geral anual de remuneração aos empregados e estagiários do Consórcio Público no mês de janeiro de cada ano, nos termos do disposto no art. 37, inciso X, da Constituição Federal, utilizando como teto o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC (IBGE) acumulado no ano anterior.

§ 4º-A - A revisão geral anual de que trata o parágrafo anterior observará as seguintes condições:

I - autorização na lei de diretrizes orçamentárias dos Municípios consorciados;

II - definição do índice em Assembleia Geral específica;

III - previsão do montante da respectiva despesa e correspondentes fontes de custeio na Resolução do Orçamento Anual;

IV - comprovação da disponibilidade financeira que configure capacidade de pagamento pelo Consórcio Público, preservados os compromissos relativos a investimentos e despesas continuadas nas áreas prioritárias de sua atuação;

V - compatibilidade com a evolução nominal e real das remunerações no mercado de trabalho; e

VI - atendimento aos limites para despesa com pessoal de que tratam o art. 169 da Constituição e a Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000.

§ 4º-B - Acaso a revisão geral ocorra em percentual inferior à variação da inflação do ano anterior a diferença poderá integrar futura revisão anual, observadas as condições do parágrafo anterior, vedada à concessão de efeitos financeiros retroativos.

§ 4º-C - Para os salários majorados devido à elevação do salário mínimo ou do piso salarial, o referido aumento deverá ser compensado quando da aplicação do disposto no § 5º deste artigo.

§ 5º -

§ 5º-A - Após deliberação da Assembleia Geral e autorização legislativa dos Entes Consorciados, a Diretoria poderá conceder reclassificação

do salário inicial de empregos do quadro geral e/ou reajuste geral de salários aos empregados do Consórcio Público.

§ 6º -

§ 11 -

I – R\$ 546,55 (quinhentos e quarenta e seis reais e cinquenta e cinco centavos) mensais, no caso de estudantes do ensino superior, para jornada de 04 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais.

II – R\$ 816,54 (oitocentos e dezesseis reais e cinquenta e quatro centavos) mensais, no caso de estudantes do ensino superior, para jornada de 06 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais.

§ 12 -

Art. 46 –

Nº de Emprego(s)	Denominação do(s) Emprego(s)	Carga Horária Semanal	Salário/mês
1	Coordenador Executivo	40 hs	R\$ 3.700,00

§ 1º -

Art. 47 -

Nº de Empregos	Denominação do Emprego	Carga Horária Semanal	Salário/mês
01	Médico*	10 horas	R\$ 5.039,65
01	Médico de Saúde Mental	10 horas	R\$ 2.709,00
01	Enfermeiro*	40 horas	R\$ 3.802,05
01	Enfermeiro de Saúde Mental	40 horas	R\$ 3.600,00
01	Assistente Social*	30 horas	R\$ 3.469,56
01	Assistente Social de Saúde Mental	30 horas	R\$ 2.800,00
01	Psicólogo(a)*	40 horas	R\$ 3.469,56
02	Psicólogo(a) de Saúde Mental	20 horas	R\$ 1.734,78
02	Técnico em Enfermagem	40 horas	R\$ 1.771,69
02	Auxiliar Administrativo	40 horas	R\$ 1.919,32
01	Médico Clínico	10 horas	R\$ 2.240,00
01	Terapeuta Ocupacional	20 horas	R\$ 1.734,78
01	Monitor de Educação Física	20 horas	R\$ 1.200,00
01	Educador Social	40 horas	R\$ 1.540,00
01	Motorista	40 horas	R\$ 1.402,28
01	Auxiliar de Serviços Gerais	40 horas	R\$ 1.033,49

(*) Quadro em Extinção.

§ 1º -

§ 1º-A - Os empregos públicos de Médico, Enfermeiro, Assistente Social e Psicólogo(a) passam a integrar quadro em extinção, sendo mantidos somente enquanto ocupados pelos atuais servidores.

§ 2º -

Art. 51 – Sem prejuízo das demais vantagens estabelecidas neste Estatuto, a Diretoria poderá conceder aos empregados efetivos, comissionados ou temporários e aos estagiários, o auxílio alimentação, proporcional a carga horária mensal, na forma e condições estabelecidas no regulamento do quadro de pessoal, limitado ao valor máximo mensal de R\$ 100,00 (cem reais) para o exercício de 2017, corrigido pelo mesmo índice da revisão geral anual para os demais exercícios.

Art. 54 –

I –

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Formação profissional em nível superior.

II –:

.....

II-A – Para o emprego de MÉDICO DE SAÚDE MENTAL:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Realizar atividade de natureza especializada em saúde mental, envolvendo supervisão, planejamento, coordenação, programação e execução de atividades pertinentes a defesa e proteção da saúde individual e coletiva; Examinar o paciente, auscultando, palpando ou utilizando instrumentos especiais, para determinar diagnóstico ou, se necessário, requisitar exames complementares e encaminhá-lo a outro tratamento especializado; Analisar e interpretar resultados de exames de raios X, bioquímico, hematológico e outros, comparando-os com padrões normais, para confirmar ou informar o diagnóstico; Prescrever medicamentos, indicando dosagem e respectiva via de administração, assim como cuidados a serem observados para conservar ou restabelecer a saúde do paciente; Manter registro dos pacientes examinados, anotando a conclusão diagnóstica, tratamento, evolução da doença, para efetuar orientação terapêutica adequada; Emitir atestados de saúde, sanidade e aptidão física e mental e de óbito, para atender a determinações legais; Atender a urgências clínicas, cirúrgicas ou traumatológicas; Executar outras tarefas e serviços determinados e excepcionais, inerentes a função e/ou fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIAPS.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Nível Superior na área com especialização em saúde mental; Inscrição e registro junto ao Conselho Regional.

III –:

.....

III-A – Para o emprego de ENFERMEIRO(A) DE SAÚDE MENTAL:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Realizar ações educativas, preventivas e curativas, na área de atuação do CIAPS; Identificar, definir e executar ações de enfermagem de acordo com as prioridades, necessidades e características de cada caso, particularmente para usuários de alto risco, bem como outros clientes que apresentam risco para si próprio ou para a comunidade; Coordenar e supervisionar a organização e execução das atividades de enfermagem desenvolvida na Unidades de atendimento sob sua responsabilidade, levando em conta os demais elementos da equipe de saúde mental ou do sistema único de saúde; Supervisionar e avaliar sistematicamente os registros e anotações das atividades realizadas pelo pessoal de enfermagem; Assegurar condições adequadas de limpeza, preparo, esterilização e manuseio do material em uso; Verificar sistematicamente o funcionamento de aparelhos utilizados na área de enfermagem, providenciando reparação ou substituição quando for o caso; Participar na supervisão das atividades de matrícula e fichário central; Verificar periodicamente as condições de conservação e prazo de validade de soros e vacinas; Promover o inter-relacionamento das atividades internas e externas do CAPS desenvolvidas pelo pessoal de enfermagem; Executar outras tarefas e serviços determinados e excepcionais, inerentes a função e/ou fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIAPS.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Nível Superior na área; Inscrição e registro junto ao Conselho Regional.

IV –:

.....

IV-A – Para o emprego de ASSISTENTE SOCIAL DE SAÚDE MENTAL:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Planejar e executar atividades de apoio social que visam assegurar o processo de melhoria da qualidade de vida dos usuários do CIAPS e familiares, bem como garantir o atendimento das necessidades básicas das classes populares e dos segmentos sociais mais vulneráveis às crises sócio-econômicas; Aconselhar e orientar indivíduos afetados em seu equilíbrio emocional e/ou mental, baseando-se no conhecimento sobre a dinâmica psicossocial do comportamento das pessoas; Promover a participação consciente dos indivíduos em grupos, desenvolvendo suas potencialidades; Programar a ação básica de uma comunidade no campo social e outros, valendo-se da análise dos recursos e das carências sócio-econômicas dos indivíduos e da comunidade; Assistir as famílias nas suas necessidades básicas, orientando-as e fornecendo-lhes suporte material, educacional e outros; Desenvolver outras atividades de caráter comunitário que possam ser utilizadas como elemento catalisador da potencialidade dos indivíduos na solução de seus próprios problemas; Executar outras tarefas e serviços determinados e excepcionais, inerentes a função e/ou fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIAPS.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Nível Superior na área; Inscrição e registro junto ao Conselho Regional.

V –:

.....

V-A – Para o emprego de PSICÓLOGO(A) DE SAÚDE MENTAL:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Participar da elaboração de programas educativos, junto à população, para orientar nos processos intra e interpessoais e nos mecanismos de comportamento humano; Elaborar e ampliar técnicas psicológicas, como teste para determinação de características afetivas, intelectuais, sensoriais ou motoras; Técnicas psicoterápicas e outros métodos de verificação, para possibilitar a orientação, seleção e treinamento de campo profissional, no diagnóstico e na identificação e interferência nos fatores determinantes na ação do indivíduo, em sua história pessoal, familiar, educacional e social; Atendimento familiar, e individual, visitas domiciliares; Assessoria e orientação aos casos encaminhados pelo Conselho Tutelar; Executar outras tarefas e serviços determinados e excepcionais, inerentes a função e/ou fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria

do CIAPS.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Nível Superior na área; Inscrição e registro junto ao Conselho Regional.

VI –

X – Para o emprego de MÉDICO CLÍNICO:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Diagnosticar, orientar e promover a execução de planos e programas preventivos, dirigidos a pacientes em geral, internados, de ambulatório e a seus familiares, ser responsável técnico pela prescrição de medicamentos aos pacientes do CIAPS; Dirigir equipes e prestar socorros urgentes, efetuar exames médicos, fazer diagnósticos, prescrever e ministrar tratamento para diversas doenças, perturbações e lesões do organismo humano e aplicar métodos da medicina preventiva; Providenciar e realizar tratamentos; Realizar pequenas intervenções cirúrgicas; Participar de reuniões médicas, cursos e palestras sobre medicina preventiva nas entidades assistenciais e comunitárias; Preencher e visar mapas de produção, ficha médica com diagnóstico e tratamento; Transferir pessoalmente, a responsabilidade do atendimento e acompanhamento aos titulares de plantão, atender os casos urgentes, mesmo os provisórios, com diagnósticos provável ou incompleto dos doentes atendidos nas salas de primeiros socorros; Preencher fichas de doentes atendidos a domicílio, preenchendo relatórios comprobatórios de atendimento; Responsabilizar-se por equipes auxiliares necessárias à execução das atividades próprias do cargo; Executar tarefas afins, inclusive as editadas no respectivo regulamento da profissão; Realizar reunião com grupos terapêuticos; Executar outras tarefas e serviços determinados e excepcionais, inerentes a função e/ou fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIAPS.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Nível Superior na área; Inscrição e registro junto ao Conselho Regional.

XI – Para o emprego de TERAPEUTA OCUPACIONAL:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Desenvolver atividades relacionadas com a orientação de trabalhos em madeira, couro, argila, tecido, corda e outros, para fins de recuperação de indivíduos; Planejar e desenvolver atividades ocupacionais e recreativas; Elaborar programas de tratamento avaliando as consequências deles decorrentes; Orientar a execução de atividades manuais e criativas para fins de recuperação do indivíduo; Ministrar técnicas de trabalho em madeira, couro, argila, tecido, corda e outros; Motivar para o trabalho, valorizando a expressão criadora do indivíduo; Proporcionar condições para que os trabalhos realizados, sob sua orientação, sejam divulgados e valorizados através da participação de concursos e exposições; Avaliar a participação do indivíduo nas atividades propostas, mediante ficha pessoal de avaliação; Avaliar os trabalhos realizados; Promover atividades sócio-recreativas; Promover reuniões, visando ao melhor atendimento dos participantes; Participar de programas voltados para a saúde pública; Emitir pareceres sobre o assunto de sua especialidade ou conhecimento; Orientar, coordenar e supervisionar trabalhos a serem desenvolvidos por equipes auxiliares; Executar outras tarefas e serviços determinados e excepcionais, inerentes a função e/ou fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIAPS.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Nível Superior na área.

XII – Para o emprego de MONITOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Desenvolver a prática de atividades esportivas e de recreação individuais e coletivas destinadas aos usuários do CAPS; Tratar e desenvolver de forma prática através de atividades individuais e coletivas, envolvendo pequenos e grandes grupos musculares, buscando o desenvolvimento e manutenção das capacidades funcionais do indivíduo, bem como o desenvolvimento das estruturas e funções tais como: o esquema corporal, consciência corporal, domínio do corpo, coordenação, percepção e organização no tempo e no espaço; Vivenciar também atividades que preparam os pacientes para vida em sociedade, oportunizando lhes situações para o desenvolvimento de sua personalidade através de exercícios físicos, prática esportiva e recreativa; Condicionamento físico para um melhor relacionamento social e de lazer através das caminhadas, acompanhamento antropométrico dos pacientes, valorizando o espaço e a natureza que cerca a comunidade, jogos de futebol, voleibol e outros esportes; Executar outras tarefas e serviços determinados e excepcionais, inerentes a função e/ou fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIAPS.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Nível Superior na área; Inscrição junto ao Conselho Regional.

XIII – Para o emprego de EDUCADOR SOCIAL:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Executar programas, projetos e serviços das políticas públicas desenvolvidas pela administração pública, direta, indireta, entidades e organizações populares dos municípios, em conformidade com a Lei Orgânica da Assistência Social, Política Nacional de Assistência Social – PNAS e Sistema Único de Assistência Social – SUAS, SUS, Estatuto da Criança e do Adolescente e Lei de Diretrizes e Bases da Educação, visando auxiliar na promoção da melhoria da qualidade de vida da população; Propiciar a integração e reintegração dos usuários e suas famílias, colaborando na solução de seus problemas, utilizando, sob supervisão, os métodos e processos básicos de educação alimentar, higiene, relacionamento social, laborterapia, educação e/ou formação para o trabalho, qualificação profissional, entre outros; Monitorar e acompanhar atividades de recreação, refeições, repousos, limpeza e conservação do ambiente; Zelar pelo cumprimento dos direitos e deveres dos usuários e suas famílias; Assistir aos usuários das políticas sociais de proteção básica e especial, programando e desenvolvendo atividades de caráter profissional, educativo e recreativo, atendendo às suas necessidades básicas, a fim de permitir sua emancipação e integração na sociedade; Encaminhar e/ou acompanhar os usuários nas consultas e/ou atendimentos de saúde, educação, assistência social, jurídico e outros, quando necessário; Acolher usuários, bem como seus familiares, verificando a documentação existente; Zelar pela integridade física e moral dos usuários, acionando órgãos e entidades necessários para garantir a segurança

e proteção dos mesmos; Propiciar aos usuários um ambiente limpo, seguro e organizado, recebendo-os quando em seu abrigo, auxiliando-os quanto ao funcionamento, horário, contribuindo com a realização das tarefas rotineiras, alimentação, entre outros; Verificar, no ato do abrigo dos usuários, a existência de hematomas, escoriações, bem como a sua integridade física, sempre comunicando à coordenação, caso haja a existência dos mesmos; Orientar o usuário quanto à administração de medicamentos, conforme receita médica; Atuar, principalmente nos abrigos municipais, atendendo o público, seja ele criança, adolescente, pessoas em situação de rua, mulher vítima de violência entre outros; Manter o registro dos usuários atendidos, atualizando-os e organizando-os, a fim de possibilitar entendimento do histórico do cotidiano, bem como do desenvolvimento bio-psico-social dos mesmos; Acompanhar e monitorar os horários, bem como a programação exibida em TV, rádio, DVD, entre outros; Registrar as atividades realizadas, quando necessário; Executar outras tarefas e serviços determinados e excepcionais, inerentes a função e/ou fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIAPS.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Ensino Médio completo.

SEÇÃO VI

DOS DEVERES E DO REGIME DISCIPLINAR

SUBSEÇÃO I

DOS DEVERES

Art. 55 -

.....

Art. 76 - O Controle Interno poderá, em qualquer fase do procedimento, solicitar esclarecimentos e, justificadamente, sugerir que a execução do contrato seja suspensa, até que os esclarecimentos sejam considerados satisfatórios.

.....

Art. 98-A - O Consórcio Público deverá implementar e manter site institucional na internet, atendendo as exigências de publicidade, transparência e acesso à informação.

Art. 99 -"